



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3186

Terça-feira - 30 de Junho de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agrolândia	3	Corupá	354	Jupia	658
Agronômica	65	Cunha Porã	370	Lacerdópolis	660
Água Doce	66	Cunhataí	371	Lages	673
Águas de Chapecó	70	Curitibanos	375	Laguna	675
Águas Frias	73	Descanso	377	Lauro Muller	676
Águas Mornas	77	Dona Emma	390	Leoberto Leal	680
Alfredo Wagner	81	Doutor Pedrinho	393	Lindóia do Sul	681
Alto Bela Vista	82	Entre Rios	394	Lontras	683
Anchieta	85	Ermo	395	Luiz Alves	684
Angelina	102	Erval Velho	396	Luzerna	690
Antônio Carlos	103	Faxinal dos Guedes	397	Mafra	702
Apiuna	106	Flor do Sertão	398	Major Vieira	704
Arabutã	110	Formosa do Sul	399	Maracajá	705
Arroio Trinta	111	Forquilha	401	Maravilha	716
Ascurra	112	Fraiburgo	429	Marema	717
Aurora	114	Frei Rogério	431	Massaranduba	720
Balneário Arroio do Silva	115	Garopaba	432	Matos Costa	723
Balneário Gaivota	118	Garuva	436	Meleiro	724
Balneário Piçarras	120	Gaspar	438	Modelo	727
Balneário Rincão	124	Governador Celso Ramos	441	Monte Carlo	732
Bandeirante	125	Grão Pará	443	Morro da Fumaça	733
Barra Bonita	139	Gravatal	451	Navegantes	736
Bela Vista do Toldo	142	Guaraciaba	478	Nova Erechim	742
Belmonte	146	Guaramirim	479	Nova Itaberaba	746
Benedito Novo	149	Guarujá do Sul	481	Nova Trento	748
Biguaçu	152	Guatambú	482	Nova Veneza	756
Blumenau	157	Herval d'Oeste	487	Novo Horizonte	758
Bom Jardim da Serra	167	Ibirama	495	Orleans	760
Bom Retiro	168	Ilhota	498	Palhoça	761
Botuvera	169	Imarui	499	Palma Sola	786
Braço do Trombudo	172	Imbituba	503	Palmeira	787
Brusque	173	Indaial	506	Palmitos	788
Caçador	179	Iomerê	510	Papanduva	789
Caibi	215	Iporã do Oeste	515	Paraíso	793
Camboriú	216	Ipuacú	516	Passo de Torres	799
Campo Alegre	218	Ipumirim	517	Passos Maia	800
Campo Erê	222	Iraceminha	519	Paulo Lopes	803
Campos Novos	228	Irani	521	Penha	805
Canoinhas	232	Iratí	527	Peritiba	841
Capinzal	245	Irineópolis	528	Pescaria Brava	842
Catanduvas	256	Itá	529	Pinhalzinho	845
Caxambu do Sul	320	Itaiópolis	531	Piratuba	846
Celso Ramos	323	Itapema	532	Planalto Alegre	859
Chapadão do Lageado	325	Itapoá	538	Pomerode	860
Chapecó	330	Ituporanga	585	Ponte Alta do Norte	863
Cocal do Sul	332	Jaborá	591	Ponte Serrada	870
Concórdia	334	Jacinto Machado	592	Porto Belo	873
Cordilheira Alta	341	Jaraguá do Sul	597	Porto União	878
Correia Pinto	344	Joaçaba	619	Pouso Redondo	881

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3186

Terça-feira - 30 de Junho de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Presidente Castello Branco.....	884	São Bento do Sul.....	960	Sul Brasil	1083
Presidente Getúlio	889	São Bernardino	971	Tangará	1084
Presidente Nereu.....	891	São Carlos	973	Tigrinhos	1086
Princesa	892	São Francisco do Sul.....	978	Tijucas	1087
Quilombo.....	895	São João Batista.....	983	Timbó	1090
Rancho Queimado.....	908	São João do Oeste	987	Três Barras	1100
Rio do Campo	909	São João do Sul	988	Treviso	1114
Rio do Oeste.....	910	São Joaquim	989	Treze de Maio	1116
Rio dos Cedros.....	930	São José.....	992	Treze Tilias	1117
Rio do Sul.....	911	São José do Cedro.....	1000	Trombudo Central.....	1118
Rio Negrinho.....	934	São Lourenço do Oeste.....	1014	Tunápolis	1119
Rio Rufino.....	940	São Miguel da Boa Vista	1017	Turvo	1120
Rodeio.....	943	São Miguel do Oeste.....	1018	Urussanga	1121
Romelândia.....	944	São Pedro de Alcântara.....	1020	Vidal Ramos.....	1124
Saltinho	947	Schroeder	1026	Videira.....	1125
Santa Helena	948	Seara	1050	Vitor Meireles.....	1161
Santa Rosa do Sul	949	Serra Alta	1078	Xanxerê.....	1166
Santa Terezinha do Progresso	953	Siderópolis.....	1081	Xavantina	1168
Santo Amaro da Imperatriz	956	Sombrio.....	1082	Xaxim.....	1170

Associações

AMMVI	1172	GRANFPOLIS.....	1173
-------------	------	-----------------	------

Consórcios

ARIS	1174
CIMVI.....	1175
CINCATARINA	1176
CIS/AMFRI.....	1239
CIS/AMUREL	1240
CIS/AMVI	1243
CISAMREC	1244
Quiriri.....	1245
CIAPS.....	1246
CIMGEPA.....	1254



Agrolândia

CÂMARA MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇO 001/2020

Publicação Nº 2544644



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 005/2020 OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Modalidade: **TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020**

Tipo: **Menor Preço GLOBAL POR LOTE**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA ÁREA EXTRERNA FRONTAL (ESTACIONAMENTOS) DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

Os envelopes nº 01 (Documentação para Habilitação) e nº 02 (Proposta de Preços), deverão ser entregues até às 14:00horas do DIA 15 DE JULHO DE 2020, no endereço: Avenida 25 de Julho, 850 Bairro Centro, Agrolândia - Santa Catarina.

Telefone/Fax (047) 3534-4514/ www.cvagrolandia.sc.gov.br

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**Sumário**

1. DO OBJETO	3
2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	4
3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO.....	4
4. DA APRESENTAÇÃO.....	6
5. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	6
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE	9
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º	
DA CF.....	9
6. DA PROPOSTA	11
7. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	12
8. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	14
9. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	15
10. DO CONTRATO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.....	16
11. DO REAJUSTE DOS PREÇOS.....	17
12. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:	17
13. DAS MEDIÇÕES, DOS FATURAMENTOS E DOS PAGAMENTOS.	19
14. DA EXECUÇÃO	19
15. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO	20
16. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL	20
17. DAS PENALIDADES	20
18. DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA/SERVIÇO	21
19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	22
20. DO FORO.....	23
MINUTA DO CONTRATO	24
CONTRATO Nº /2020.....	24

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 07.295.483/0001-48, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, alterações posteriores, bem como da Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e demais legislações pertinentes, por intermédio do seu Presidente o Sr. Adelândio Galvani torna público que fará realizar **TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA ÁREA EXTERNA FRONTAL (ESTACIONAMENTOS) DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Por Lote, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, em estrita observância ao memorial, planilha e projeto que são partes integrantes deste Processo.

Os envelopes nº 01 (Documentação para Habilitação) e nº 02 (Proposta de Preços), deverão ser entregues **até às 14:00 horas do dia 15 de julho de 2020**, no endereço: Avenida 25 de Julho, 850, Bairro Centro, Agrolândia - Santa Catarina.

A presente Licitação é regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93 e posteriores alterações, e demais condições deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA ÁREA EXTERNA FRONTAL (ESTACIONAMENTOS) DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**, neste município, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Por Lote, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos que são partes integrantes deste Processo.

1.2. A presente licitação tem Valor Total Estimado em **R\$ 77.347,09 (setenta e sete mil, trezentos e quarenta e sete reais e nove centavos)**, sendo assim um único Lote.

1.3. O prazo para execução dos serviços, objeto do presente edital, será de **90 (noventa) dias**, em conformidade com o cronograma físico financeiro anexo, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, Licitações e Contratos.

1.4. Integram o Edital, dele fazendo parte como se transcritos estivessem, os seguintes anexos que especificam e detalham o objeto deste Edital:

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página **3** de **62**

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**LOTE ÚNICO**

MEMORIAL DESCRITIVO/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ORÇAMENTO COMPLETO (COM BDI)

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE

PROJETO DE INFRAESTRUTURA URBANA DE ACESSO

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), DE PROJETO.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes do objeto do presente Edital correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
01	Processo Legislativo
001	Câmara Municipal de Agrolândia
1006	Construção Sede Legislativo
14490519800000000000	Obras contratadas

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Será admitida a participar deste Edital, qualquer empresa com ramo de atividade compatível com o objeto desta Licitação, não sendo admitido consórcio, sendo a proponente a ser contratada, a única responsável pelo fornecimento dos materiais e a mão de obra necessária.

3.2. É vedada a participação de pessoa jurídica em regime de concordata ou falência, ou que tenha sido declarada inidônea por ato do Poder Público nas esferas municipais, estaduais e federais ou ainda, que esteja com direito de participar de licitação suspenso no Município de Agrolândia;

3.2.1 – É vedada a participação nos casos previstos na lei municipal LEI Nº. 2.156 de 04.01.07, em especial o Art. 3º. É vedado a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, do presidente e vice presidente da Câmara Municipal, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.

3.3. Apresentar os documentos de habilitação e da proposta, em envelopes distintos que passamos a chamar de ENVELOPE Nº 01, ou envelope da "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" e ENVELOPE Nº 02, ou envelope da "PROPOSTA DE PREÇOS", no local, data e horário indicados neste Edital;

3.4. Não será admitida a participação conjunta nesta licitação, de Empresas controladoras, controladas, coligadas ou subsidiárias entre si ou, ainda que, independentemente, nomeiem um mesmo representante.

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página 4 de 62

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA****"O Poder Unido é mais Forte"**

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

3.5. Toda Documentação de Habilitação e Proposta de Preço deverá ser apresentada à época pertinente, preferencialmente, rubricada e ordenada na forma deste Edital.

3.6. Se a empresa enviar representante que não seja sócio-gerente ou diretor, far-se-á necessário credenciamento, com menção expressa de amplos poderes, inclusive para o recebimento de intimação para desistência de recursos. A não apresentação do credenciamento não implica a inabilitação do licitante, mas o impede de manifestar-se, nas sessões, contra as decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitações.

3.6.1. Se representada pelo Sócio, deve apresentar:

- a) Ato Constitutivo (comprovando que tem poderes para tomar e assinar decisões pela empresa);
- b) Documento de Identificação;
- c) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação.
- d) Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

3.6.2 - Se representada por procurador, deve apresentar:

- a) Ato Constitutivo;
- b) Documento de Identificação civil (RG. Carteira de registro profissional, etc.);
- c) Procuração pública com firma reconhecida;
- d) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação.
- e) Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

3.6.3 - Se remetida via postal, deve apresentar, fora dos envelopes:

- a) Ato Constitutivo
- b) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação.
- c) Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

3.6.4 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 3.6.1 e 3.6.2, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta de preços, e ficarão retidos nos autos.

3.6.5 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

3.7. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, deverá apresentar, no envelope da habilitação, certidão emitida pela Junta Comercial (conforme art. 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007) ou declaração firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos para habilitação.

3.8. O credenciamento do licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte somente será procedido pela Comissão Permanente de Licitações se o interessado comprovar tal situação jurídica.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

3.9. A não comprovação de enquadramento da empresa como ME ou EPP, na forma do estabelecido no item 3.7 deste Edital, significa renúncia expressa e consciente, desobrigando a Comissão, dos benefícios da Lei Complementar nº123/2006, aplicáveis ao presente certame.

3.10. A responsabilidade pela declaração de enquadramento, conforme previsto nos itens anteriores, é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

3.11. As informações para solicitação de cadastro poderão ser obtidas no endereço: Avenida 25 de Julho, 850, Bairro centro; pelo telefone (47) 3534-4514; e-mail: monica@cvagrolandia.sc.gov.br ou no site da Câmara Municipal: www.cvagrolandia.sc.gov.br.

4. DA APRESENTAÇÃO

4.1. As propostas serão apresentadas em dois envelopes, a saber:

DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA.

4.2. A DOCUMENTAÇÃO para habilitação deverá ser apresentada em uma via, em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou ainda por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, assim como a PROPOSTA que deve ser apresentada em uma via.

4.3. Na data e hora indicadas no aviso deste Edital, as concorrentes, devidamente representadas por pessoa credenciada e identificada, munida do respectivo Contrato Social, apresentarão os envelopes fechados e lacrados, no local indicado no preâmbulo deste Edital, na Rua Avenida 25 de Julho, 850, Centro, Agrolândia/SC, com os seguintes dizeres:

CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA**TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020****DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO****PROPONENTE:.....****CNPJ:.....****CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA****TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020****PROPOSTA DE PREÇOS****PROPONENTE:.....****CNPJ:.....****5. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

5.1. As licitantes deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação, em original, por qualquer processo de cópia previamente autenticada por cartório competente, ou por servidor da Administração municipal, ou publicação em órgão da imprensa oficial, em única via.

5.1.1. DA REGULARIDADE FISCAL

a) **PROVA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS CONJUNTA COM A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.** A prova de regularidade com Secretaria da Receita Federal, Dívida Ativa da União e com o INSS, poderá ser através da Certidão Unificada prevista na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da certidão o seu prazo de validade;

b) **CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS**, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar seu prazo de validade no corpo da certidão;

c) **CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar seu prazo de validade no corpo da certidão;

d) **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS** (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), com data de emissão não superior a 31 (trinta e um) dias, quando não constar expressamente seu prazo de validade no corpo da certidão;

e) Prova de regularidade relativa a Débitos Trabalhistas – **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS** (CNDT).

f) **CONTRATO SOCIAL, ATO CONSTITUTIVO OU ESTATUTO** com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.

5.1.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de Registro ou Certidão de inscrição da Empresa no **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA** OU NO **CONSELHO REGIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO – CAU**, dentro de seu prazo de validade.

b) **COMPROVAÇÃO** de que a Empresa possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, **responsável técnico de nível superior ou outro devidamente reconhecido e registrado pelo CREA ou CAU**. A comprovação do vínculo poderá ser feita através de:

b.1. Quando se tratar de funcionário, cópia da Carteira Profissional de Trabalho ou da ficha de Registro de Empregado (FRE);

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

- b.2. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, cópia do ato constitutivo da mesma;
- b.3. Quanto se tratar de autônomo, cópia do contrato de prestação de serviço, com as assinaturas devidamente reconhecidas em cartório.
- b.4. O Profissional indicado deverá constar na Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, como responsável técnico pela empresa, ou como pertencente ao seu quadro técnico, conforme estabelecido nos artigos 59 e 60 da Lei Federal nº 5.195/66 e Inciso II, art. 8º da Resolução nº 336/98 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

c) **COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, em nome do(s) responsável(is), mediante apresentação de **Atestado de Capacidade Técnica**, devidamente registrado no CREA/CAU, juntamente com a respectiva **Certidão de Acervo Técnico – CAT**, emitida pelo CREA/CAU, de execução de serviços semelhantes em complexidade técnica ao solicitado, quais sejam:

LOTE ÚNICO:**- SERVIÇOS INICIAIS.****- PAVIMENTAÇÃO DO PASSEIO EM PAVER, COM NO MÍNIMO 62,06 M²****- PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS, COM NO MÍNIMO 479,10 M².****- INSTALAÇÃO ELÉTRICA, COM NO MÍNIMO 70 AMPERES.****- COMPLEMENTOS: BICICLETÁRIO, LIXEIRAS, MASTRO PARA BANDEIRAS, BANCOS DE PLÁSTICO RECICLAVEL.****- PAISAGISMO.****- SINALIZAÇÃO E PINTURA.****- ILUMINAÇÃO.****- HIDRÔMETRO.**

5.1.2.1 - Serão aceitos atestado(s) e certidão(es) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA da região onde foram executados os serviços.

5.1.2.2- Deverão ser observadas as seguintes condições na apresentação dos Atestados:

Obs: Certidão(ões) e atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
- Localização e data da realização da obra;
- Serviços executados.

5.1.2.3 - O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não será considerado pela **Comissão de Licitação**.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA****"O Poder Unido é mais Forte"**

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

d) **ATESTADO** fornecido pelo órgão licitante comprovando que o proponente visitou os locais onde serão executadas as obras. Esta visita deverá ser feita até o dia 13/07/2020, sendo que a mesma deverá ser previamente agendada. Este atestado poderá ser substituído por **DECLARAÇÃO** do licitante de que conhece as condições e locais para a execução do objeto, não podendo declarar posteriormente o não conhecimento das condições gerais da obra.

e) **DECLARAÇÃO** subscrita por seu responsável legal, sob as penas cabíveis, de que dispõem de instalações, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado necessário ao cumprimento do objeto deste Edital;

f) **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**, conforme modelo abaixo:

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2020
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A: Comissão de Licitação da(o) CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

(Razão Social da Proponente) _____, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede _____, por seu representante legal _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, declara, sob as penas da lei, o que se segue:

1. Que até a presente data não há qualquer fato impeditivo à sua habilitação;
2. Que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
3. Que se compromete a informar a Superveniência de decisório que a julgue inidônea, durante a tramitação do procedimento Licitatório ou da execução do Contrato.

Local e data. _____

Assinatura do Representante Legal/ Carimbo
Nome:
Cargo:
Documento de Identidade/ CPF

g) **DECLARAÇÃO** do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99), conforme modelo abaixo:

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2020
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF.

(Nome da Empresa) _____, CNPJ No. _____, estabelecida à _____ (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei No. 9.854/99).

Local e Data. _____

Assinatura do Representante Legal/ Carimbo
Nome:
Cargo:
Documento de Identidade/ CPF



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

h) **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 9º** da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, constando, de forma explícita, que não participou da autoria dos projetos, conforme Incisos I e II, bem como não possui servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme Inciso III.

i) **DECLARAÇÃO** do proponente de que não existe **FATO IMPEDITIVO** em contratar com os Poderes Públicos.

5.1.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONCORDATA**, emitida pela sede da licitante com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar no corpo da Certidão o prazo de validade da mesma.

b) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices deverão ser apurados e apresentados (em planilha) pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\begin{aligned}
 & \text{LIQUIDEZ INSTANTÂNEA: } \frac{AD}{PC + AC} = \text{índice mínimo: } 0,05 \\
 & \text{LIQUIDEZ CORRENTE: } \frac{PC}{AC + ARLP} = \text{índice mínimo: } 1,00 \\
 & \text{LIQUIDEZ GERAL: } \frac{PC + PELP}{PL} = \text{índice mínimo: } 1,00 \\
 & \text{GERÊNCIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS: } \frac{PC + PELP}{PC + PELP} = \text{índice mínimo: } 1,00 \\
 & \text{GRAU DE ENDIVIDAMENTO: } \frac{AT}{PC + PELP} = \text{índice máximo: } 0,51
 \end{aligned}$$

Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível (caixa+ banco); ARLP = Ativo Realizável em Longo Prazo; AP = Ativo Permanente; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível e Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

Observação1: É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

Observação2: A empresa constituída a menos de um ano poderá apresentar balanço de abertura.

Observação3: Todas as folhas do balanço devem estar rubricadas por contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, mesmo que o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis forem retiradas de sistema.

5.2. As licitantes na condição de **MICROEMPRESA (ME)** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)** deverão apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da IN 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC) ou, em se tratando de Sociedade Simples, deverá apresentar Documento expedido pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

5.2.1. A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, caracterizará o crime que trata o art.299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento das sanções previstas neste Edital.

5.3. Todas as certidões e/ou documentos comprobatórios, devem ter validade na data prevista para a abertura da documentação e propostas, e deverão ser apresentados em fotocópia autenticadas ou originais. Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente o seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 30 (trinta) dias da emissão, exceto aquelas previstas em lei e os atestados referentes à qualificação técnica.

5.4. Serão inabilitados os licitantes que deixarem de apresentar, na data aprazada, quaisquer dos documentos exigidos, ou, se os documentos entregues estiverem incompletos, ilegíveis, ou contiverem emendas, rasuras ou outros vícios, que prejudiquem a sua capacidade de comprovação.

5.5. As empresas proponentes que deixarem de apresentar quaisquer documentos solicitados na Habilitação, serão inabilitadas.

6. DA PROPOSTA

6.1. A proposta deverá ser apresentada contendo:

a) Composição de custos indicando o **PREÇO** unitário e total, em moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais após a vírgula, de forma clara e precisa, sem emendas ou rasuras, conforme Planilha de Orçamento Estimativo;

b) **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**, correspondente aos serviços a serem executados, CONFORME LOTE, onde deverão ter perfeitamente definidos seus prazos de início e conclusão;

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA****"O Poder Unido é mais Forte"**

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

c) **DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DO BDI**, em consonância com os limites e percentuais estabelecidos no Acórdão 2622/2013 do tribunal de contas da União.

d) **DECLARAÇÃO EXPRESSA DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES** deste Edital sem restrições de qualquer natureza e, sendo vencedora desta Tomada de Preços, executará os serviços, de forma imediata, nos preços e nos prazos conforme cronograma físico financeiro, de acordo com as normas e especificações vigentes neste Município, Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua abertura, Declaração de que o preço proposto compreende todos os serviços, materiais, encargos, fretes, taxas, impostos, ou outros que venham a incidir para a completa execução do objeto, ficando a Câmara livre de qualquer oneração conforme modelo abaixo:

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005 /2020 MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020
DECLARAÇÕES
1) Declaramos aceitar todas as condições inseridas no Edital referente ao Processo Supra, sem restrições de qualquer natureza.
2) Também declaramos que no preço proposto estão incluídas eventuais vantagens trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, taxa de administração, lucro, transporte e quaisquer outros que incidam ou venham incidir sobre a contratação, e que, se vencedora, executaremos o serviço de acordo com o cronograma físico-financeiro elaborado pela Secretaria de planejamento do Município.
3) Ainda, declaramos que a validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua abertura.
Local e data.
_____ Assinatura do Representante Legal/ Carimbo Nome: Cargo: Documento de Identidade/ CPF

6.2. Serão desconsideradas as propostas que forem manifestadamente inexequíveis, presumindo-se como tal, aquelas que contiverem preços vis ou excessivos, estes superiores aos Valores Totais Estimados, **sendo R\$ 77.347,09 (setenta e sete mil, trezentos e quarenta e sete reais e nove centavos).**

6.3. A proposta após aberta será irretratável e à proponente inadimplente serão aplicadas as penalidades previstas no Art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e posteriores alterações.

6.4. O orçamento e cronograma poderão ser apresentados em formulário próprio, devendo ser rubricado, assinado e datado pelo representante legal e pelo responsável técnico da Empresa.

7. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**7.1. Do Recebimento**

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página **12** de **62**

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

7.1.1. Os envelopes na forma deste Edital, serão recebidos até **às 14:00 horas do dia 15/07/2020**, no endereço Avenida 25 de Julho, 850, Centro, nesta cidade, sendo que após este horário não serão mais aceitas em qualquer hipótese.

7.2. DA ABERTURA

7.2.1. Após o recebimento dos envelopes, serão abertos primeiramente os documentos de HABILITAÇÃO, sendo estes examinados e rubricados por todos os presentes.

7.2.2. A Comissão de Licitações identificará e comunicará a participação ou não de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para fins de aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 a 45 da Lei Complementar n.123/2006 e Lei Complementar 147/2014.

7.2.2.1. A falta de documentação de habilitação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte exigidos na cláusula 7.2 deste Edital, desqualifica sua condição especial de que trata a Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, sem prejuízo de sua continuidade no processo licitatório.

7.2.3. A Comissão julgará a HABILITAÇÃO, sendo inabilitados os licitantes que:

a) Não apresentarem, ou apresentarem de forma incompleta, ilegível, com erros, rasuras ou omissos qualquer exigência deste Edital.

b) não apresentar, no prazo definido pela Comissão de Licitação, os eventuais esclarecimentos exigidos;

c) Apresentarem os documentos em envelopes trocados.

7.2.3.1. A falta de documentação de regularidade fiscal por parte de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, não implica em sua inabilitação desde que, em caso de ser declarado vencedor do certame, regularize e comprove sua regularidade fiscal em até 5 (cinco) dias úteis conforme disposto no Art. 43 da LC nº 147/2014, sob pena de ser lhe aplicado as penalidade que tratam o item 8 deste Edital.

7.2.4. A Comissão de Licitação comunicará o resultado às licitantes na mesma sessão pública, ou em nova sessão a ser agendada e comunicada aos licitantes.

7.2.5. Se não houver recursos quanto à decisão da Comissão de Licitação, será procedida a abertura do envelope nº 2 – PROPOSTA. Os envelopes das proponentes não habilitadas ficarão em poder da Administração até homologação do certame.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

7.2.6. Aberto o envelope nº 2 – PROPOSTA, das concorrentes habilitadas, as folhas serão rubricadas pelos presentes e a Comissão julgará os licitantes quanto ao atendimento às exigências deste Edital e de acordo com o item 8.2.3.

7.2.7. Analisadas as propostas, a Comissão de Licitação fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados, sendo declarado o vencedor a Proposta com **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, exceto se:

a) A proposta provisória de melhor preço não for de ME ou EPP licitante, sendo que a Comissão de Licitação deverá verificar a aplicabilidade do parágrafo 1º do artigo 44 da Lei Complementar 123/2006, para aplicação do disposto no artigo 45 da mesma Lei.

b) A proposta provisória de melhor preço for de ME ou EPP que não comprovem sua regularidade fiscal em até 5 (cinco) dias após ser declarada vencedora do certame.

7.2.7.1. Em caso de empate, a preferências de contratação é de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

7.2.7.2. As ME ou EPP licitantes cuja proposta inicial é superior em até 10% (dez por cento) a proposta vencedora deverá manifestar seu interesse em fazer uma nova proposta e apresentá-la em até 2 (dois) dias úteis, sob pena de decadência do direito de inovar seu preço.

7.2.7.3. Em caso de equivalência dos valores apresentados entre ME ou EPP licitantes, será realizado sorteio para identificar àquela que poderá apresentar melhor oferta.

7.2.8. Caso não haja contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da Lei Complementar 123/2006, será considerado vencedora da licitação a proposta originalmente vencedora do certame, ou a subsequente.

7.2.9. O resultado da licitação poderá ser anunciado nesta sessão pública ou em outra de acordo com as necessidades da Comissão de Licitação que, assim, marcará nova data, hora e local para prosseguimento dos trabalhos.

7.2.10. Os julgamentos da HABILITAÇÃO e PROPOSTA constitui ato da Comissão de Licitação, a qual comunicará aos licitantes a respeito de suas decisões, sendo ainda, lavradas atas circunstanciadas das reuniões realizadas para abertura dos envelopes.

8. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1. Dos atos praticados pela Administração decorrentes da presente licitação, cabem:

8.1.1. Recursos no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata, nos casos de:

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa;
- e) rescisão do termo contratual.

8.1.2. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do termo contratual, de que não caiba recurso hierárquico.

8.2. A intimação dos atos referidos no subitem 8.1.1. alíneas "a", "b", "c" e "e", excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no subitem 8.1.2., será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo nos casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos das licitantes no ato em que foi adotada a decisão, que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados, mencionando-se o fato na respectiva Ata;

8.3. Os recursos previstos nas alíneas "a" e "b" do subitem 8.1.1. terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais eficácia suspensiva.

8.4. Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.5. Os recursos deverão ser propostos por escrito e dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, por intermédio do Presidente da Comissão de Licitação, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo, de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado a autoridade superior, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

8.6. É vedada a licitante a utilização de recurso ou de impugnações como expediente protelatório ou que vise tumultuar o procedimento da licitação. Identificado tal comportamento, poderá a Comissão Permanente de Licitação arquivar sumariamente os expedientes ou, se for o caso, propor a aplicação ao autor às sanções cabíveis.

8.7. Os recursos interpostos fora do prazo legal, não serão levados em consideração.

9. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. A licitante vencedora deverá apresentar garantia no montante de 5% sobre o valor do contrato, a ser integralizada em até 05 (cinco) dias contados da assinatura, nas mesmas modalidades e critérios previstos no caput e § 1º do art.56 da lei 8.666/93 (caução em dinheiro, título da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária), conforme disposto na alínea III do art. 31 da lei 8.666/93.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

9.2. A garantia do contrato visa proteger a CÂMARA MUNICIPAL contra atos ou omissão da CONTRATADA em razão do não cumprimento integral das cláusulas do Edital e do Contrato, bem como garantir o pagamento de eventuais multas previstas nas sanções da cláusula 11.

9.3. A licitante vencedora deverá apresentar a garantia de que trata o item 9.1, à Câmara Municipal, conforme segue:

a) Em caso de depósito bancário em favor da CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA, Banco do Brasil, agência 3633-1, conta corrente 10326-8, anexando cópia do depósito bancário.

b) Em caso de Seguro Garantia ou Fiança Bancária, apresentar documento original válido durante toda a vigência do contrato.

c) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizada pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

9.4. O não recolhimento/apresentação da garantia implicará na não devolução da garantia da Proposta, sendo convocado o segundo licitante com menor preço.

9.5. Em caso de rescisão contratual ou interrupção do mesmo, por culpa da CONTRATADA não serão devolvidas as garantias prestadas.

9.6. Findo o prazo contratual, ou rescindido o termo contratual, por motivo de qualquer natureza, o contrato somente será encerrado no momento do aceite do Termo de Recebimento Definitivo da Obra/Serviço.

9.7. Constitui obrigação da CONTRATADA, requerer junto ao setor administrativo da Câmara Municipal a garantia de execução do serviço, não cabendo ao Poder Legislativo ou ainda ao Município qualquer ônus financeiro ou administrativo na hipótese da CONTRATADA não efetuar a retirada da garantia acima mencionada.

10. DO CONTRATO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A vencedora terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da homologação deste Processo, para apresentar-se na CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA, objetivando a assinatura do respectivo Contrato, nos termos do art. 40, II e art. 64 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

10.2. Para assinatura do Contrato e emissão de Ordem de Serviço, a CÂMARA MUNICIPAL deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, referente à elaboração do Projeto de Engenharia e quando se fizer necessário, o Licenciamento Ambiental.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

10.3. Os serviços deverão ser executados conforme Cronograma Físico Financeiro apresentado pela Câmara de Vereadores.

10.4. A Empresa vencedora deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica – ART da execução da obra junto ao CREA e o Diário de Obra.

10.4.1. No Diário de Obra será anotado diariamente o andamento dos serviços: os períodos com chuvas que impeçam a execução normal dos serviços; o número de operários em atividade; os problemas ocorridos; as solicitações de providências pelo contrato e as determinações da fiscalização.

10.4.2. O "Diário de Obras" deverá ser elaborado em formulário apropriado com folhas avulsas e numeradas sequencialmente, ou em caderno/livro (tipo capa dura), sendo de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá mantê-lo no escritório do canteiro de obra.

10.5. O prazo para início da execução dos serviços será de até (05) cinco dias úteis, ambos a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo Setor de Compras, Licitações e Contratos, sendo que a **CONCLUSÃO** dos serviços deverá respeitar o CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO da CÂMARA MUNICIPAL.

10.6. A execução da obra deverá obedecer rigorosamente às especificações do Projeto, Memorial Descritivo e Cronograma Físico Financeiro e demais elementos técnicos relacionados neste Edital sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada pela CÂMARA MUNICIPAL.

10.7. O contrato terá o prazo de **120 (cento e vinte dias)**, contados a partir da data de sua assinatura.

11. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

11.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

12. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

12.1. São responsabilidades da CONTRATADA:

a) Assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados à CÂMARA MUNICIPAL ou a terceiros;

b) Não ceder, transferir ou subempreitar os serviços a ela adjudicados, respondendo direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais;

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página **17** de **62**

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA****"O Poder Unido é mais Forte"**

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

- c) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra;
- d) Providenciar às suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições;
- e) Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, devendo os materiais a serem empregados receber prévia aprovação da fiscalização da Câmara de Vereadores, que serão feitas por Técnico contratado, a qual se reserva o direito de rejeitá-los caso não satisfaçam os padrões especificados em projeto;
- f) Providenciar às suas custas, o fornecimento das placas (indicativa da obra) conforme modelo fornecido pelo MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos;
- g) Facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por Técnico contratado, indicados para esta finalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários;
- h) Providenciar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra ou serviço de forma discriminada;
- i) Assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra/serviços;
- j) Manter sinalização viária no local da obra/serviço, responsabilizando-se por danos causados à CÂMARA MUNICIPAL ou a terceiros, em casos de negligência, imperícia ou imprudência decorrentes da falta ou falhas na sinalização;
- k) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações;
- l) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CÂMARA MUNICIPAL
- m) Manter devidamente registrada no seu quadro de pessoal, todas as pessoas envolvidas nos serviços, objeto deste edital, devendo apresentar as guias de FGTS, quando do recebimento das parcelas devidas pela CÂMARA MUNICIPAL, sob pena de rescisão de contrato;

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

- n) Fornecer, sempre que solicitado pela Contratante, os comprovantes de pagamentos dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
- o) Comunicar imediatamente a CÂMARA MUNICIPAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- p) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

13. DAS MEDIÇÕES, DOS FATURAMENTOS E DOS PAGAMENTOS.

13.1. Para efeito de pagamentos, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização da Câmara de Vereadores.

13.2. As medições serão realizadas in loco, mensalmente, sendo que o fiscal encaminhará planilha de medição a Câmara de Vereadores, que autorizará a emissão da Nota Fiscal respectiva.

13.3. Caso a fiscalização venha constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito, à CONTRATADA, que deverá apresentar nova medição corrigida, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.

13.4. Após a aprovação da medição, o pagamento se dará em até 30 (trinta) dias após a aprovação do fiscal da obra/serviço no verso da Nota Fiscal devidamente assinada e datada para liberação do recurso financeiro.

13.5. Os últimos 10% da obra somente serão liberados para pagamento após a CONTRATADA comprovar a quitação junto ao INSS referente à obra, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito – CND em plena validade. A mesma será anexada ao Laudo Técnico fornecido pelo Setor de Engenharia da municipalidade, para fins de pagamento e quitação.

13.6. Os documentos de cobrança apresentados pela CONTRATADA, bem como o documento de cobrança final, serão pagos após a dedução das importâncias que, a qualquer título, nas condições estipuladas no Contrato ou outras especialmente acordadas, sejam devidas a CÂMARA MUNICIPAL.

13.7. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS. Guia de recolhimento INSS dos funcionários (GRPS), Guia de recolhimento INSS da empresa, Folha de pagamento dos funcionários, Guia de recolhimento do FGTS do funcionário (GFIP) e Guia de Retenção (GPS) com prazo de validade vigente.

14. DA EXECUÇÃO

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página 19 de 62

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

14.1. O prazo máximo para a execução dos serviços é de **90 (noventa) dias**, conforme estabelecido no cronograma físico-financeiro, anexo deste Edital e o prazo para iniciar a execução da obra/serviço será de até (05) cinco dias úteis, ambos a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço, sendo que os serviços deverão ser executados conforme programação aprovada pela Câmara de Vereadores de Agrolândia.

14.2. Todos os materiais fornecidos pela CONTRATADA deverão ser de qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

14.3. A execução dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações do Projeto Básico, Termo de Referência e demais elementos técnicos relacionados neste Edital, sendo que, quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada pela CÂMARA MUNICIPAL.

15. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1. A inexecução e ou rescisão do contrato serão regulados pelos Artigos 58, II e 77 a 80, seus parágrafos e incisos da Lei nº 8.666, de 21/6/93 e posteriores alterações.

16. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

16.1. A alteração do contrato dar-se-á nos termos do artigo 65, seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e posteriores alterações.

16.1.1. Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da CÂMARA MUNICIPAL, e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

16.1.2. Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais e ao prazo final, serão encaminhados por escrito a CÂMARA MUNICIPAL um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e em ambos os casos com justificativa circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

17. DAS PENALIDADES

17.1. De conformidade com o estabelecido nos artigos 77, 78, 86 e 87 da Lei nº 8.666, de 21/6/93, com as alterações decorrentes das Leis nos 8.883, de 8/6/94, 9.032, de 28/4/95, 9.648, de 27/5/98 e 9.854, de 27/10/99, a licitante vencedora que descumprir as condições deste Edital, ficará sujeita às seguintes penalidades, mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios.

17.2. As sanções previstas são as seguintes:

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página **20** de **62**

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**a) Advertência**

b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado por dia, caso ultrapasse o prazo para início da execução da obra.

c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contratado por dia que exceda o prazo contratual.

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CÂMARA MUNICIPAL, pelo prazo de 02 (dois) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CÂMARA MUNICIPAL, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

f) Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por cada infração, caso a Contratada não forneça todo e qualquer equipamento de proteção e segurança aos seus funcionários empregados na obra/serviço, responsabilizando-se civil e criminalmente por danos causados, sem ônus para a Contratante.

17.3. As multas previstas nos itens "b" e "c" são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

17.4. Na hipótese de não correção pela CONTRATADA, de anormalidade verificada na obra/serviço pela Comissão de Vistoria e atestadas no Termo de Recebimento Provisório, a Câmara de Vereadores descontará da caução contratual a importância correspondente àqueles serviços, cuja execução providenciará.

17.5. A suspensão do direito de licitar e contratar com a CÂMARA MUNICIPAL será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida e considerando as circunstâncias e o interesse desta CÂMARA MUNICIPAL e não poderá ter prazo superior a dois anos.

17.6. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Serviço Público será em função da natureza e gravidade da falta cometida, de faltas e penalidades anteriormente aplicadas, ou em caso de reincidência.

17.7. Sem prejuízo da aplicação ao inadimplemento das sanções que lhe couberem, a CÂMARA MUNICIPAL, recorrerá às garantias constituídas, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a CONTRATADA, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato e promover a cobrança judicial, por perdas e danos.

18. DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA/SERVIÇO

18.1. A fiscalização dos serviços executados será de competência e responsabilidade do servidor indicado no contrato para a finalidade, a quem caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos do contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para fiel execução dos serviços contratados.

18.2. A fiscalização se efetivará no local da obra/serviço.

18.3. A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo das obras/serviços e será exercido no interesse exclusivo da CÂMARA MUNICIPAL e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

18.4. Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições e de acordo, serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelo responsável pelo seu acompanhamento, que lavrará o Termo de Recebimento Provisório.

18.5. Decorridos 60 (sessenta) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executados e aceitos pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento de contribuição devida à Previdência Social relativa ao período de execução da obra/serviço, será lavrado o "Termo de Recebimento Definitivo".

18.6. Aceitas as obras e serviços, a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. As dúvidas quanto à interpretação deste Edital, assim como esclarecimento sobre quaisquer incorreções ou discrepâncias encontradas no mesmo, bem como solicitação de informações adicionais, deverão ser formuladas por ESCRITO e encaminhada à Câmara de Vereadores, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para apresentação das propostas, no endereço indicado na Cláusula 5.3 deste Edital.

19.2. O presente Edital estará disponível no site: www.cvagrolandia.sc.gov.br ou poderá ser solicitado através do endereço de e-mail monica@cvagrolandia.sc.gov.br.

19.3. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documento relativo ao presente Edital.

19.4. As dúvidas suscitadas serão dirimidas pela Comissão Permanente de Licitações e os casos omissos serão decididos de conformidade com o que dispõe a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e posteriores alterações.

19.5. É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de manifestar intenção de recurso;

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página 22 de 62

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

19.8. A Câmara Municipal reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular a presente Licitação, a qualquer tempo, sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

19.9. À Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de rejeitar uma, várias ou todas as propostas, desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com as exigências do presente Edital, dispensar formalidades omitidas, ou relevar irregularidades sanáveis.

19.10. A Câmara reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões e utilizar este meio como prova.

19.11. Onde este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da minuta do futuro contrato em anexo, bem como a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e demais legislações em vigor.

20. DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Trombudo Central, para dirimir todas as questões desta Tomada de Preços, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil.

21. DOS ANEXOS

21.1. Fazem parte deste Edital, como anexo:

- a) Minuta do Contrato;
- b) PARA A EXECUÇÃO DA OBRA:
 - b.1. MEMORIAL DESCRITIVO/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
 - b.2. ORÇAMENTO COMPLETO (COM BDI)
 - b.3. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO
 - b.4. LISTA DE VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE
 - b.5. PROJETO DE INFRAESTRUTURA URBANA DE ACESSO
 - b.6. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), DE PROJETO.

Agrolândia, 29 de junho de 2020.


Adelândio Galvani
Presidente da Câmara Municipal de Agrolândia

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página 23 de 62

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**MINUTA DO CONTRATO****CONTRATO Nº /2020****PROCESSO Nº 005/2020****TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020**

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE A CÂMARA DE VEREADORES DE AGROLÂNDIA E A EMPRESA..... PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA ÁREA EXTERNA FRONTAL (ESTACIONAMENTOS) DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre a **CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA-SC**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida 25 de Julho, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 07.295.483/0001-48, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **ADELÂNDIO GALVANI**, doravante denominada simplesmente de **CÂMARA MUNICIPAL**, e, de outro lado, a Empresa _____, com sede na cidade de _____, Rua _____, nº _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, inscrito no CPF nº _____, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, têm entre si ajustada a execução de obras de pavimentação, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. O presente Contrato tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA A EXECUÇÃO DE OBRA NA ÁREA EXTERNA FRONTAL (ESTACIONAMENTOS) DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço por Lote, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos que são partes integrantes deste Processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

2. Pelos serviços constantes da Cláusula Primeira do presente instrumento, a CÂMARA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ _____ (_____);

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página 24 de 62

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

2.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, após medição Físico Financeira da obra/serviço realizado pela CONTRATADA e aprovada pelo Responsável Técnico da Câmara, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e cláusula décima deste instrumento.

2.2. Os últimos 10% da obra somente serão liberada para pagamento após a CONTRATADA comprovar a quitação junto ao INSS referente à obra, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito – CND em plena validade. A mesma será anexada ao Laudo Técnico, para fins de pagamento e quitação.

2.3. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS. Guia de recolhimento INSS dos funcionários (GRPS), Guia de recolhimento INSS da empresa, Folha de pagamento dos funcionários, Guia de recolhimento do FGTS do funcionário (GFIP) e Guia de Retenção (GPS) com prazo de validade vigente.

2.4. Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

2.5. Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

2.6. Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais, o pagamento será suspenso até comprovada sua regularização.

2.7. A última parcela somente será liberada, depois de cumpridas todas as condições exigidas no instrumento contratual a ser firmado com a licitante vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

3. O presente contrato terá prazo para **execução do objeto de 90 (noventa) dias**, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido.

CLÁUSULA QUARTA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

4. O prazo especificado na Cláusula Terceira poderá ser prorrogado, a critério da CÂMARA MUNICIPAL, e mantidas as demais cláusulas contratuais, nos termos do inciso V do artigo 57 da Lei 8.666/93, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

a) Alteração do objeto ou suas especificações, pela CÂMARA MUNICIPAL;

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

- b) Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e interesse da CÂMARA MUNICIPAL;
- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) Impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela CÂMARA MUNICIPAL, em documento contemporâneo a sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providência a cargo da CÂMARA MUNICIPAL, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE CONTRATUAL

5. Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6. As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
01	Processo Legislativo
001	Câmara Municipal de Agrolândia
1006	Construção Sede Legislativo
14490519800000000000	Obras contratadas

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7. A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Executar a obra/serviços mencionados na Cláusula Primeira, fornecendo mão de obra e demais elementos necessários, segundo as Normas Técnicas adequadas, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução do serviço;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior;

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA****"O Poder Unido é mais Forte"**

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

- c) Providenciar às suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Câmara de Vereadores ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da CÂMARA MUNICIPAL;
- e) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, sendo de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a CÂMARA MUNICIPAL apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos as etapas das obras/serviços contratados;
- f) Solicitar autorização prévia da CÂMARA MUNICIPAL bem como justificar qualquer prorrogação de prazo na execução dos serviços;
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações;
- h) Dispor, sem qualquer ônus adicional, de todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, instalações, e outros que sejam necessários à completa execução dos serviços;
- i) Providenciar às suas custas, o fornecimento e instalação das placas (indicativa da obra) conforme modelo fornecido pelo MUNICÍPIO, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos;
- j) Manter sinalização viária no local da obra/serviço, responsabilizando-se por danos causados a CÂMARA MUNICIPAL ou a terceiros, em casos de negligência, imperícia ou imprudência decorrentes da falta ou falhas na sinalização;
- k) Manter caução de execução no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme disposto na cláusula oitava;
- l) Aplicar, ainda, os controles de andamento de obras/serviços e fiscalização, conforme disposto nas cláusulas nona e décima;
- m) Comunicar imediatamente a CÂMARA MUNICIPAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- n) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

- o) Indenizar terceiros e/ou a CÂMARA MUNICIPAL, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- p) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade a CÂMARA MUNICIPAL;
- q) Manter devidamente registrada no seu quadro de pessoal, todas as pessoas envolvidas nos serviços, objeto deste instrumento, devendo apresentar as guias de FGTS, quando do recebimento das parcelas devidas pela CÂMARA MUNICIPAL, sob pena de rescisão de contrato, pelo mesmo;
- r) Fornecer, sempre que solicitado pela Contratante, os comprovantes de pagamentos dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
- s) Comunicar imediatamente a CÂMARA MUNICIPAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- t) Facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por Técnicos da Câmara, indicados para esta finalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários;
- u) Providenciar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra ou serviço de forma discriminada.

CLÁUSULA OITAVA – DO FISCAL

8. Fica nomeado como FISCAL deste Contrato a Srta. **MONICA MARIA DOS SANTOS PEREIRA**, portador do RG nº 4.394.369, inscrito no CPF sob o nº 051.036.919-73, a quem caberá à fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme dispõe o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – CAUÇÃO DE EXECUÇÃO

9. Como garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estabelecida uma "Caução de Execução", no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizada em até 05 (cinco) dias contados da assinatura, utilizando-se quaisquer das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro, ou título da dívida pública;
- b) Seguro Garantia;
- c) Fiança Bancária.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

Parágrafo Primeiro - A não integralização da caução no prazo estabelecido no caput desta cláusula representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multa na forma prevista na cláusula décima terceira e de rescisão na forma da cláusula décima quarta.

Parágrafo Segundo - Após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a "Caução de Execução", uma vez verificada a perfeita execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – MONITORAMENTO

10. A CONTRATADA deverá manter e apresentar "Diário de Obra" que constitui documento de comunicação entre o Responsável Técnico da CONTRATADA e a fiscalização da CÂMARA MUNICIPAL, sendo elemento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados à execução da obra.

Parágrafo Primeiro - É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção do "Diário de Obra" devidamente preenchido em formulário apropriado com folhas numeradas sequencialmente ou em livro Ata.

Parágrafo Segundo - O Diário de Obras deve ser assinado diariamente por profissionais credenciados da CONTRATADA e da CÂMARA MUNICIPAL.

Parágrafo Terceiro - Deverão ser relacionados no Diário de Obras informações como o número de operários, problemas ocorridos, solicitações de providências, determinações exigidas pela Fiscalização, períodos de chuvas ou outras intempéries que impeçam a execução normal da atividade, entre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FISCALIZAÇÃO

11. A CONTRATADA deverá apresentar previamente o Relatório de Medição Físico-Financeiro assinado pelo Responsável Técnico da Obra para conferência e aprovação.

Parágrafo Primeiro - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Câmara de Vereadores, poderá promover ou realizar, às suas expensas, perícia técnica relativa à discordância.

Parágrafo Segundo - A perícia a que se refere o Parágrafo anterior, somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente e composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pela CÂMARA MUNICIPAL.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FINALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12. Para conclusão da Obra/Serviço, a Câmara de Vereadores emitirá o Termo de Recebimento Provisório, assinado pelo Fiscal da Contratante e pelo Representante da Contratada.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

13. O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela CÂMARA MUNICIPAL:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária à modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantida o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CÂMARA MUNICIPAL para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PENALIDADES

14. Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado por dia, caso ultrapasse o prazo para início da execução da obra.
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contratado por dia que exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CÂMARA MUNICIPAL, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CÂMARA MUNICIPAL, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.
- f) Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por cada infração, caso a Contratada não forneça todo e qualquer equipamento de proteção e segurança aos seus funcionários empregados na obra/serviço, responsabilizando-se civil e criminalmente por danos causados, sem ônus para a Contratante.

Parágrafo Primeiro - As multas previstas nas letras B e C acima são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

Parágrafo Segundo - A multa definida na letra B será descontada de imediato dos pagamentos das prestações parciais devidas e a multa definida na letra C será descontada da última parcela.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO CONTRATUAL

15. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Paragrafo Único - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a CÂMARA MUNICIPAL a presumir a não conclusão da obra nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra;
- e) A paralização da obra, sem justa causa e prévia comunicação a CÂMARA MUNICIPAL;
- f) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- h) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- i) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da CÂMARA MUNICIPAL, prejudique a execução do presente;
- l) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- m) Razões de interesse do serviço público;
- n) A supressão, por parte da CÂMARA MUNICIPAL, de obras/serviços, acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- o) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da CÂMARA MUNICIPAL, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- p) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CÂMARA MUNICIPAL, decorrentes de etapas da obra já recebidas, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- q) A não liberação, por parte da CÂMARA MUNICIPAL, de área, local ou objeto para execução da obra, nos prazos contratuais; e
- r) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RESSARCIMENTO**

16. No caso de suspensão das obras/serviços ora contratados, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e colocado no local dos trabalhos, deverão ser pagos pela CÂMARA MUNICIPAL os custos de aquisição, regularmente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17. Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

17.1. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CÂMARA MUNICIPAL, para representá-la na execução do presente contrato.

17.2. Os casos omissos a este contrato serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18. As partes elegem o foro da Comarca de Trombudo Central/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Agrolândia/SC ____ de _____ de 2020.

ADELÂNDIO GALVANI

Presidente da Câmara Municipal

NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CPF:

Testemunhas:_____
Nome

CPF:

Nome

CPF:

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página **32** de **62**

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**MEMORIAL DESCRITIVO / ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

OBRA:

PAVIMENTAÇÃO e COMPLEMENTOS.**CÂMARA DE VEREADORES DE AGROLÂNDIA**

LOCAL:

AVENIDA 25 DE JULHO - CENTRO - AGROLÂNIDA/SC**DATA: 04/03/2020**

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**OBSERVAÇÕES GERAIS:**

O presente memorial descritivo de procedimentos estabelece as condições técnicas mínimas a serem obedecidas na execução da obra, fixando os parâmetros mínimos a serem atendidos para materiais, serviços e equipamentos.

1. SERVIÇOS INICIAIS**1.1 Locação da obra com uso de equipamentos topográficos, inclusive topografo e nivelador**

A locação será executada observando-se as plantas de Fundações e Arquitetura, utilizando-se quadros com piquetes e tábuas niveladas (Gabarito c/ cantoneira de tábuas), fixadas para resistir à tensão dos fios sem oscilação e sem movimento. A locação será por eixos ou faces. **Devem ser usados aparelhos topográficos de precisão** para implantar os alinhamentos, as normais e as paralelas.

Após locação, a **CONTRATADA** procederá à aferição das dimensões, dos alinhamentos, dos ângulos e de quaisquer outras indicações constantes do projeto com as reais condições encontradas no local. Havendo discrepância entre as reais condições existentes no local e os elementos do projeto, a ocorrência será objeto de comunicação, por escrito à Fiscalização, a quem competirá deliberar a respeito.

1.2 Demolição de lastro de concreto com revestimento de piso cerâmico (14,62m² x 0,05m)

Ao executar o serviço deverá ser dada atenção para não danificar outros elementos estruturais. Caso seja verificada alguma relação dos elementos em concreto com o sistema estrutural que permanecerá, deverá ser contatada a fiscalização para análise da situação.

1.3 Remoção de meio fio

Deverão ser retirados cuidadosamente, com a utilização de ferramentas adequadas, de modo a não danificar as instalações e equipamentos existentes no local.

1.4 Escavação e carga de material de 1º cat. para execução do subleito

Deverá ser removido uma camada de material para nivelamento execução do subleito.

1.5 Transporte do volume proveniente da escavação e carga do material, para execução do subleito para bota fora, empolado em 25% (DMT 5km)

Será removido o material proveniente do nivelamento da execução do subleito.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**1.6 Jardineiro, para corte das árvores (palmeiras)****1.7 Carga manual dos entulhos (palmeiras)****1.8 Transporte dos entulhos (palmeiras)**

Deverá ser executado o corte e a retirada do material proveniente de 2 palmeiras que estão citados no área do estacionamento.

2. PASSEIOS

2.1 Compactação mecânica da área de implantação, de uma camada média de 10cm com uso de placa vibratória 400kg , incluindo operador.

2.2 Pavimentação em blocos intertravados de concreto (PAVER CINZA), e=6,0 cm, FCK 35mpa, rejuntamento com areia média, com fornecimento de materiais e colocação.

2.3 Pavimentação em blocos intertravados de concreto (PAVER VERMELHO PODOTATIL DIRECIONAL e/ou ALERTA), e=6,0 cm, FCK 35mpa, rejuntamento com areia média e=0,5cm com fornecimento de materiais e colocação

As peças de paver deverão ser confeccionadas com fck mínimo de concreto de 35 Mpa. O paver terá processo de fabricação vibro-prensado. Espessura será de 6cm.

No recebimento das peças deverão ser verificadas se as dimensões atendem as exigências previstas, bem como a ausência de trincas, fraturas ou outros defeitos que possam prejudicar o seu assentamento ou afetar a resistência e durabilidade do pavimento.

Processo de execução

A pavimentação será construída obedecendo os alinhamentos, dimensões e seção transversal estabelecidas pelo projeto.

A superfície do subleito deverá ser complementada com solo de 1 categoria, compactado mecanicamente. A pista deve ser conformada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal do projeto.

Sobre o greide preparado será lançada a camada de areia com espessura determinada no projeto (8cm).

A areia para assentamento do paver deverá ser constituída de partículas limpas, duras, isentas de matéria orgânica, torrões de argila ou outros materiais.

Na colocação dos meio-fio e paver deverão ser verificados os rebaixos necessários, acesso para a pista , obstáculos, etc.

Deverão ser colocados os paver direcional e alerta, respeitando os preceitos da NBR 9050.

Após a colocação do paver será feito o rejuntamento utilizando-se uma camada de areia com espessura de (2 cm) sobre as mesmas. Com auxílio de vassouras se forçará a areia penetrar

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

nas juntas. Junto às guias a última lajota deverá ser rejuntada com argamassa de cimento e areia na proporção 1:3.

Após a conclusão do serviço de rejuntamento, o pavimento será devidamente compactado com compactação mecânica.

O pavimento poderá ser entregue ao tráfego logo após o rejuntamento e compactação do mesmo.

2.4 Tampa de Concreto Armado para Caixa de Captação 80x84x7cm.

Conforme indicado em projeto deverá ser colocar as tampas de concreto.

2.5 Meio fio Pré Moldado de concreto Tipo 1 (arredondado) (6x10)x10x30, incluindo escavação, materiais e serviço**2.6 Meio fio Pré Moldado de concreto Tipo 2 (reto) 6x6x30, incluindo escavação, materiais e serviço**

Os Meio fios serão pré-moldado com dimensões de 1,00m de comprimento x 0,30m de altura e largura de 0,10m na base e 0,06m no topo, com canto superior arredondado. Também deverão apresentar as superfícies planas e com arestas retilíneas. Esta largura se deve ao padrão atual encontrado no mercado local. Deverão ser assentados e rejuntados.

Será permitido utilizar meio-fios com menos de 1,00 de comprimento, quando favorecer a execução de formas arredondadas do desenho da pavimentação. Entretanto, o valor deste não deverá passar, dentro da sua proporção, ao de comprimento de 1,00m

No caso de meios-fios rebaixados, deverá ser utilizado o padrão 1,00m de comprimento x 0,30m de altura e largura de 0,60m (tanto topo quando base).

3. ESTACIONAMENTO**3.1 Compactação mecânica da área de implantação, de uma camada média de 10cm com uso de placa vibratória 400kg, incluindo operador****3.2 Pavimentação em blocos intertravados de concreto "lajotas hexagonais" e=8cm, FCK 35MPa, assentadas sobre colchão de pó de pedra e=6cm, rejuntamento com areia grossa, fornecimento de materiais e colocação****Características das lajotas hexagonais de concreto**

A forma da lajota em planta, deverá ser de um hexagonal regular inscrito em uma circunferência de 25 cm de diâmetro. Os blocos terão a espessura de 8 cm e confeccionadas com fck mínimo de concreto de 35 Mpa.

No recebimento deverão ser verificadas se as dimensões atendem as exigências previstas, bem como a ausência de trincas, fraturas ou outros defeitos que possam prejudicar o seu assentamento ou afetar a resistência e durabilidade do pavimento.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

Somente serão aceitas lajotas que passarem na análise de conformidade, conforme norma brasileira NBR 9780 e NBR 9781.

Processo de Execução do pavimento em lajotas hexagonais de concreto

A pavimentação será construída por lajotas obedecendo os alinhamentos, dimensões e seção transversal estabelecidas pelo projeto.

Sobre o greide preparado será lançada uma camada de pó de pedra com espessura determinada no projeto (6cm).

O pó de pedra para assentamento das lajotas deverá ser constituído de partículas limpas, duras, isentas de matéria orgânica, torrões de argila ou outros materiais.

Após a colocação das lajotas será feito o rejuntamento utilizando-se uma camada de areia grossa com espessura de 1 cm sobre as mesmas. Com auxílio de vassouras se forçará a areia penetrar nas juntas. Junto às guias a última lajota deverá ser rejuntada com argamassa de cimento e areia na proporção 1:3.

Para o assentamento do meio fio deverá ser aberta uma vala com fundo regularizado e apiloado. O rejuntamento se fará com argamassa de cimento e areia com dosagem em volume 1:3. Estas guias serão colocadas de maneira que a face superior não apresente falhas nem depressões.

Após a conclusão do serviço de rejuntamento, o pavimento será devidamente compactado com rolo compactador liso de 3 rodas ou do tipo "TANDEM" com peso de 10 a 12 toneladas.

A rolagem deverá progredir dos bordos para o centro paralelamente ao eixo da pista, de modo uniforme, cada passada atingindo a metade da obra faixa de rolamento até a completa fixação do calçamento. Nas partes inacessíveis aos rolos compactadores, a compactação deverá ser efetuada por meio de soquetes manuais.

O pavimento poderá ser entregue ao tráfego logo após o rejuntamento e compactação do mesmo.

3.3 Pavimentação em blocos intertravados de concreto (PAVER VERMELHO PODOTATIL DIRECIONAL e/ou ALERTA), e=6,0 cm, FCK 35mpa, rejuntamento com areia média e=0,5cm com fornecimento de materiais e colocação

3.4 Meio fio Pré Moldado de concreto Tipo 1 (arredondado) (6x10)x10x30, incluindo escavação, materiais e serviço

3.5 Meio fio Pré Moldado de concreto Tipo 2 (reto) 6x6x30, incluindo escavação, materiais e serviço

Igual item 2.5 e 2.6

4. COMPLEMENTOS

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**4.1 Bicicletário pre pintado em Aço Galvanizado.**

Sera de aço galvanizado pre pintado com diametro de 2 ½".

4.2 Lixeira de alvenaria, com pintura acrilica na parte externa, e porta veneziana aluminio de abrir.

Devera ser executado conforme detalhe 1 do projeto, de alvenaria, laje de cobertura e laje interna, pintada e porta de aluminio de abrir.

4.3 Mastro para Badeira, h=4,5m, Ø50mm - pre pintado Aço Galvanizado.**4.3.1 Base de Concreto para Mastro****4.3.2 Escavações manuais****4.3.3 Concreto Usinado (fornecimento, lançamento, adensamento e bombeado) FCK=20MPA****4.3.4 Armadura CA-50 - 8.0MM (fornecimento, corte, dobra e colocação) - Pilares e Vigas****4.3.5 Forma de Madeira para Concreto, (material e mão-de-obra para fabricação, montagem e desforma)**

Os mastros serão de tubo de aço galvanizado com altura especificada em projeto, chumbados 30cm em base de concreto armado.

4.4 Caixa de correio H=40 L=30cm P=7cm

Caixa de correio em inox com chapéu de proteção, porta com fechadura e chave, entrada e saída de correspondencia pela frente.

4.5 Banco Plástico Reciclado 1,50x0,60

Banco de jardim (madeira plastica) para 3 lugares

4.6 Lixeira dupla

Lixeira dupla confeccionada em polietileno na cor cinza e verde, pedestal confeccionado em aço galvanizado Ø 2", pintura epoxi cor preta, capacidade de 50 litros cada lixeira, fixado em estaca a trado - (fornecimento e instalação)

5. PAISAGISMO**5.1 Barro para jardim nos canteiros (fornecimento e colocação)****5.2 Plantio de grama tipo esmeralda (fornecimento e colocação)****5.3 Plantio de tapete de floríferas com porte de até 50cm**

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**5.4 Casca de pinus**

Na área dos canteiros deverá ser colocado uma camada de barro de ótima qualidade para o assentamento da grama tipo esmeralda.

Não será permitido o fracionamento dessa grama, devendo ser preenchido com grama de ótima qualidade em toda área identificada em projeto.

6. SINALIZAÇÃO E PINTURA**6.1 Placa de identificação vertical com poste de aço galvanizado chumbada em sapata de concreto, (fornecimento dos materiais e instalação)**

As placas de regulamentação e advertência deverão ter os padrões definidos pela Legislação de Trânsito Vigente e Normas Brasileiras, no que diz respeito a especificação, cores e letreiros.

As chapas destinadas à confecção das placas de aço devem ser planas, do tipo NB 1010/1020, com espessura de 1,25 mm, bitola #18, ou espessura de 1,50 mm, bitola #16. Devem conter pintura totalmente refletiva. As placas de regulamentação circulares deverão ter diâmetro de 50cm, octagonal tipo R1 com lado mínimo de 0,25m e tipo R-2 com lado mínimo de 0,75m. As placas de advertência quadradas terão lado mínimo de 0,45m.

Devem atender integralmente a NBR 11904(1) - Placas de aço para sinalização viária.

As colunas de sustentação deverão ser de aço galvanizado diâmetro de 11/2", espessura da parede de 3mm e com 3 metros de comprimento. As colunas de sustentação deverão ser fixadas em bases de concreto.

A posição e distâncias de fixação das placas deverão seguir as normas da Legislação de Trânsito Vigente e Normas Brasileiras.

NOTA: não será admitido adesivamento nas placas de sinalização.

6.2 Pintura do meio fio com tinta acrílica amarela

Todas as superfícies a pintar deverão estar firmes, secas, limpas, sem poeira, gordura, sabão ou mofo, ferrugem, retocadas se necessário, e convenientemente preparadas para receber o tipo de pintura ou repintura a elas destinadas.

A eliminação da poeira deverá ser completa, tomando-se precauções especiais contra o levantamento de pó durante os trabalhos, até que as tintas sequem inteiramente.

Para limpeza utilizar pano úmido ou estopa.

DEVERÁ SER DADA MÁXIMA ATENÇÃO para não atingir com tinta outros elementos, especialmente o paver. Caso ocorra deverá ser limpo imediatamente a superfície atingida.

7. ENTRADA DE ENERGIA

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**7.1 Ramal de ligação**

Ramal de ligação subterrâneo 3#25F (1#25N) mm2

Caixa de passagem padrão celesc.

Disjuntor 70A trifásico.

Eletroduto diâmetro 1 ½"

7.2 Ramal de carga

Ramal de carga subterrâneo 3#25F (1#25N) mm2

7.3 Rede Logica

Eletroduto diâmetro 1 ½"

Caixa de passagem 30x30

8. ILUMINAÇÃO**Alimentação da Iluminação Externa**

Saíra do quadro de disjuntores existente com cabos de cobre com isolamento de 1Kv, aonde serão protegidos por eletrodutos corrugado de PEAD, identificado com fita plástica de condutores de eletricidade, enterrados a 30cm do nível do solo, com caixas de passagem subterrâneas conforme distribuição indicada nas plantas do projeto.

Aterramento da Iluminação Externa

Passara por dentro do poste até chegar na caixa de aterramento com cabo de cobre nú.

O valor da resistência de terra deverá ser mantido inferior a 25 Ohms, em qualquer época do ano. O condutor de aterramento deverá ser curto e retilíneo quanto possível, sem emendas e não deverá ter dispositivos que possa causar sua interrupção.

Todos os postes deverão ser aterrados conforme especificado nas plantas do projeto.

Aterramento dos mastros das bandeiras

Todos os mastros deverão ser aterrados com condutores conforme especificado nas plantas do projeto.

Iluminação

A iluminação será feita luminárias de led 50w com 1 e 2 painéis fixos em postes de aço galvanizado, acionadas por rele fotoelétrico instalado em cada um dos postes.

A iluminação das bandeiras será efetuada por luminárias embutidas com lâmpada alógena PAR38 de 100W, acionadas pelo rele fotoelétrico instalado no poste mais próximo.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**Códigos de Cores**

De acordo com o que estabelece, a identificação dos condutores pela CÔR deverá obedecer aos seguintes critérios:

Fase R - Preto

Fase S - Branco ou Cinza

Fase T - Vermelho

Neutro - Azul Claro

Proteção - Verde ou verde-amarelo

2.6 – Eletrodutos

Os eletrodutos entre os postes deverão ser de pvc corrugado PEAD.

O dobramento de eletrodutos deverá ser feito de forma a não reduzir o diâmetro interno do tubo, ou de preferência com conexões de raio longo.

Os eletrodutos deverão ser cortados perpendicularmente ao eixo.

Os eletrodutos serão instalados de modo a constituir uma rede contínua de caixa a caixa, na qual os condutores possam, a qualquer tempo, serem enfiados e desenfiados, sem prejuízo para seu isolamento e sem ser preciso interferir na tubulação.

9. HIDROMETRO

Kit cavalete com hidrômetro e abrigo

10. LIMPEZA DA OBRA

Os serviços de limpeza geral deverão satisfazer aos seguintes requisitos:

a) Será removido todo o entulho do terreno, sendo cuidadosamente limpos e varridos os acessos.

RESPONSABILIDADE

A responsabilidade dada por este projeto fica condicionada à manutenção de todas as características, definições e especificações de dispositivos, equipamentos e materiais que constam neste projeto e que deverão ser empregados quando da sua execução, bem como, a que toda e qualquer alteração que se faça necessária deva ser analisada e autorizada por escrito pelo responsável técnico do projeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

ORÇAMENTO

CÂMARA DE VEREADORES DE AGROLÂNDIA

Descrição:

Pavimentação e Complementos

Referencia Orçamento:

SINAPI - JANEIRO/2020 - SEM DESONERAÇÃO

BDI: 20,73%

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	CUSTO UNIT. SEM BDI	BDI (%)	PREÇO UNIT. COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	CÓDIGO	FONTE
1 SERVIÇOS INICIAIS							Σ R\$ 2.152,70		
1.1	Locação da obra com uso de equipamentos topográficos, inclusive topógrafo e nivelador	m2	606,54	0,31	20,73%	R\$ 0,37	R\$ 224,42	78472	SINAPI
1.2	Demolição de lastro de concreto com revestimento de piso cerâmico (14,62m2 x 0,05m)	m3	0,73	385,55	20,73%	R\$ 465,47	R\$ 340,26	1600436	SICRO
1.3	Remoção de meio fio	m	6,00	14,24	20,73%	R\$ 17,19	R\$ 103,14	CPA104	COMPOSIÇÃO
1.4	Escavação e carga de material de 1º cat. para execução do subleito	m3	109,18	2,75	20,73%	R\$ 3,32	R\$ 362,47	74151/1	SINAPI
1.5	Transporte do volume proveniente da escavação e carga do material para execução do subleito para botas fora, empolado em 25% (DMT 5km)	m3xkm	545,89	1,27	20,73%	R\$ 1,53	R\$ 835,21	97913	SINAPI
1.6	Jardineiro, para corte das árvores (palmeiras)	h	5,00	22,45	20,73%	R\$ 27,10	R\$ 135,50	CED016	COMPOSIÇÃO
1.7	Carga manual dos entulhos (palmeiras)	m3	5,00	20,79	20,73%	R\$ 25,09	R\$ 125,45	72897	SINAPI
1.8	Transporte dos entulhos (palmeiras)	m3	5,00	4,35	20,73%	R\$ 5,25	R\$ 26,25	72900	SINAPI
2 PASSEIOS							Σ R\$ 5.981,00		

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página 42 de 62



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

2.1	Compactação mecânica da área de implantação dos passeios de uma camada média de 10cm com uso de placa vibratória 400kg , incluindo operador	m3	7,354	5,17	20,73%	R\$ 6,24	R\$ 45,89	74005/1	SINAPI
2.2	Pavimentacao em blocos intertravados de concreto (PAVER CINZA), e=6,0 cm, FCK 35mpa, rejuntamento com areia média e=0,5cm com fornecimento de materiais e colocação	m2	62,06	55,45	20,73%	R\$ 66,94	R\$ 4.154,30	92396	SINAPI
2.3	Pavimentacao em blocos intertravados de concreto (PAVER VERMELHO PODOTATIL DIRECIONAL e/ou ALERTA), e=6,0 cm, FCK 35mpa, rejuntamento com areia média e=0,5cm com fornecimento de materiais e colocação	m2	11,48	63,42	20,73%	R\$ 76,56	R\$ 878,91	CPA012	COMPOSIÇÃO
2.4	Tampa de Concreto Armado para Caixa de Captação 80x84x7cm	un	2,00	38,68	20,73%	R\$ 46,69	R\$ 93,38	CPA102	COMPOSIÇÃO
2.5	Meio fio Pré Moldado de concreto Tipo 1 (arredondado) (6x10)x10x30, incluindo escavação, materiais e serviço	m	6,00	23,75	20,73%	R\$ 28,67	R\$ 172,02	CPA009	COMPOSIÇÃO
2.6	Meio fio Pré Moldado de concreto Tipo 2 (reto) 6x6x30, incluindo escavação, materiais e serviço	m	25,00	21,09	20,73%	R\$ 25,46	R\$ 636,50	CPA010	COMPOSIÇÃO
3	ESTACIONAMENTO						Σ R\$ 29.369,78		
3.1	Compactação mecânica da área de implantação, de uma camada média de 10cm com uso de placa vibratória 400kg , incluindo operador	m3	48,06	5,17	20,73%	R\$ 6,24	R\$ 299,91	74005/1	SINAPI
3.2	Pavimentação em blocos intertravados de concreto "lajotas hexagonais" e=8cm, FCK 35MPA, assentadas sobre colchão de pó de pedra e=6cm, rejuntamento com areia grossa 1cm, com fornecimento de materiais e colocação	m2	479,10	44,97	20,73%	R\$ 54,29	R\$ 26.010,34	CPA002	COMPOSIÇÃO
3.3	Pavimentacao em blocos intertravados de concreto (PAVER VERMELHO PODOTATIL DIRECIONAL e/ou ALERTA), e=6,0 cm, FCK 35mpa, rejuntamento com areia média e=0,5cm com fornecimento de materiais e colocação	m2	1,52	63,42	20,73%	R\$ 76,56	R\$ 116,37	CPA012	COMPOSIÇÃO
3.4	Meio fio Pré Moldado de concreto Tipo 1 (arredondado) (6x10)x10x30, incluindo escavação, materiais e serviço	m	92,00	23,75	20,73%	R\$ 28,67	R\$ 2.637,64	CPA009	COMPOSIÇÃO
3.5	Meio fio Pré Moldado de concreto Tipo 2 (reto) 6x6x30, incluindo escavação, materiais e serviço	m	12,00	21,09	20,73%	R\$ 25,46	R\$ 305,52	CPA010	COMPOSIÇÃO
4	COMPLEMENTOS						Σ R\$ 8.904,40		

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página 43 de 62



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

4.1	Bicicletário, pre pintado em Aço Galvanizado.	un	4,00	199,37	20,73%	R\$ 240,69	R\$ 962,76	CPA106	COMPOSIÇÃO
4.2	Lixeira de alvenaria, com pintura acrílica na parte externa, e porta veneziana alumínio de abrir.	un	1,00	2.180,98	20,73%	R\$ 2.633,09	R\$ 2.633,09	CED015	COMPOSIÇÃO
4.3	Mastro para Badeira, h=4,5m, Ø50mm - pre pintado Aço Galvanizado	un	4,00	149,82	20,73%	R\$ 180,87	R\$ 723,48	CPA105	COMPOSIÇÃO
4.4	Base de Concreto para Mastro								
4.4.1	Escavações manuais H=0,13m	m3	0,12	67,60	20,73%	R\$ 81,61	R\$ 9,55	93358	SINAPI
4.4.2	Concreto Usinado (fornecimento, lançamento, adensamento e bombeado) FCK=20MPa	m3	0,36	375,75	20,73%	R\$ 453,64	R\$ 163,31	92723	SINAPI
4.4.3	Armadura CA-50 - 8.0MM (fornecimento, corte, dobra e colocação) - Pilares e Vigas	kg	7,06	10,21	20,73%	R\$ 12,32	R\$ 86,98	92777	SINAPI
4.4.4	Forma de Madeira para Concreto, (material e mão-de-obra para fabricação, montagem e destorma)	m2	2,20	110,45	20,73%	R\$ 133,34	R\$ 293,35	92448	SINAPI
4.5	Caixa de correio H=40 L=30cm P=7cm	un	1,00	273,34	20,73%	R\$ 330,00	R\$ 330,00	CED018	COMPOSIÇÃO
4.6	Banco Plástico Reciclado 1,50x0,60	un	4,00	470,39	20,73%	R\$ 567,90	R\$ 2.271,60	CED019	COMPOSIÇÃO
4.7	Lixeira dupla confeccionada em polietileno na cor cinza e verde, pedestal confeccionado em aço galvanizado Ø 2", pintura epoxi cor preta, capacidade de 50 litros cada lixeira, fixado em estaca a trado - (fornecimento e instalação)	un	4,00	296,18	20,73%	R\$ 357,57	R\$ 1.430,28	C10.84.45.20.008	IPPUJ 12/2015
5	PAISAGISMO						Σ R\$ 2.089,18		
5.1	Barro para jardim nos canteiros (fornecimento e colocação)	m3	13,22	28,26	20,73%	R\$ 34,11	R\$ 450,93	6081	SINAPI-I
5.2	Plantio de grama tipo esmeralda (fornecimento e colocação)	m2	32,38	13,80	20,73%	R\$ 16,66	R\$ 539,45	85180	SINAPI
5.3	Plantio de tapete de floríferas com porte de até 50cm	m2	20,00	32,57	20,73%	R\$ 39,32	R\$ 786,40	4413952	SICRO
5.4	Casca de pinus	m2	20,00	12,94	20,73%	R\$ 15,62	R\$ 312,40	CED017	COMPOSIÇÃO
6	SINALIZAÇÃO E PINTURA						Σ R\$ 4.196,74		
6.1	Placa de identificação vertical com poste de aço galvanizado chumbada em sapata de concreto, (fornecimento dos materiais e instalação)	un	8,00	389,74	20,73%	R\$ 470,53	R\$ 3.764,24	CAR039	COMPOSIÇÃO

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página 44 de 62



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

6.2	Pintura do meio fio com tinta acrílica amarela	m2	23,79	15,06	20,73%	R\$ 18,18	R\$ 432,50	74245/1	SINAPI
7	ENTRADA DE ENERGIA						Σ R\$ 9.366,79		
7.1	Ramal de ligação								
7.1.1	Eletroduto ferro galvanizado 1 1/2" (fornecimento e instalação)	m	8,00	40,37	20,73%	R\$ 48,73	R\$ 389,84	95748	SINAPI
7.1.2	Cabo de Cobre 25mm² isol. 0,6/1kv, ramal de ligação (fornecimento e instalação).	m	48,00	17,31	20,73%	R\$ 20,89	R\$ 1.002,72	92984	SINAPI
7.1.3	Cabo de cobre nú 16mm², (fornecimento e instalação).	m	2,00	10,00	20,73%	R\$ 12,07	R\$ 24,14	92982	SINAPI
7.1.4	Caixa de passagem padrão celest (fornecimento e instalação)	un	1,00	99,34	20,73%	R\$ 119,93	R\$ 119,93	CEL010	COMPOSIÇÃO
7.1.5	Tampa de ferro 125kn (fornecimento e instalação)	un	1,00	224,45	20,73%	R\$ 270,97	R\$ 270,97	84798	SINAPI
7.1.6	Haste copperweld (fornecimento e instalação)	un	1,00	52,40	20,73%	R\$ 63,26	R\$ 63,26	96985	SINAPI
7.1.7	Caixa de medidor com disjuntor e dps	un	1,00	388,09	20,73%	R\$ 468,54	R\$ 468,54	CEL021	COMPOSIÇÃO
7.1.8	Mureta em alvenaria para medição elétrica	un	1,00	381,56	20,73%	R\$ 460,65	R\$ 460,65	CEL022	COMPOSIÇÃO
7.1.9	Eletroduto Pead 1 1/2" (Fornecimento e instalação) Conforme projeto.	m	4,00	26,22	20,73%	R\$ 31,65	R\$ 126,60	CEL011	COMPOSIÇÃO
7.2	Ramal de carga								
7.2.1	Caixa de passagem 30x30 para aterramento (fornecimento e instalação)	un	2,00	165,92	20,73%	R\$ 200,31	R\$ 400,62	83446	SINAPI
7.2.2	Haste copperweld (fornecimento e instalação)	un	1,00	52,40	20,73%	R\$ 63,26	R\$ 63,26	96985	SINAPI
7.2.3	Cabo de Cobre 25mm² isol. 0,6/1kv, ramal de ligação (fornecimento e instalação).	m	176,00	17,31	20,73%	R\$ 20,89	R\$ 3.676,64	92984	SINAPI
7.2.4	Eletroduto Pead 1 1/2" (Fornecimento e instalação) Conforme projeto.	m	30,00	26,22	20,73%	R\$ 31,65	R\$ 949,50	CEL011	COMPOSIÇÃO
7.3	Rede Logica								
7.3.1	Eletroduto Pead 1 1/2" (Fornecimento e instalação) Conforme projeto.	m	30,00	26,22	20,73%	R\$ 31,65	R\$ 949,50	CEL011	COMPOSIÇÃO
7.3.2	Caixa de passagem 30x30 para aterramento (fornecimento e instalação)	un	2,00	165,92	20,73%	R\$ 200,31	R\$ 400,62	83446	SINAPI

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página 45 de 62



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

8 ILUMINAÇÃO		Σ R\$ 14.433,47					R\$		COMPOSIÇÃO	
		m	61,00	26,22	20,73%	R\$ 31,65	R\$ 1.930,65	CEL011		
8.1	Eletroduto Pead 1 1/2" (Fornecimento e instalação) Conforme projeto.	m	61,00	26,22	20,73%	R\$ 31,65	R\$ 1.930,65	CEL011		
8.2	Concreto para envolvimento do eletroduto, esp de 0,05m no entorno do eletroduto (0,1x0,1x29 (fornecimento e instalação), Conforme projeto.	m3	0,29	384,12	20,73%	R\$ 463,74	R\$ 134,48	90854	SINAPI	
8.3	Cabo de Cobre 4,0mm ² isol 0,6/1kv (F,N,T), (dentro do poste 4m), (fornecimento e instalação). Conforme projeto.	m	108,00	5,30	20,73%	R\$ 6,39	R\$ 690,12	91929	SINAPI	
8.4	Cabo de Cobre 4,0mm ² isol 0,6/1kv, ligação entre os postes do Circuito 01 - 85x2 (F,N), (fornecimento e instalação). Conforme projeto.	m	122,00	5,30	20,73%	R\$ 6,39	R\$ 779,58	91929	SINAPI	
8.5	Haste copperweld 5/8x3,0m com conector (fornecimento e instalação). Conforme projeto.	un	4,00	52,40	20,73%	R\$ 63,26	R\$ 253,04	96985	SINAPI	
8.6	Caixa de passagem 30x30, (fornecimento e instalação). Conforme projeto.	un	9,00	165,92	20,73%	R\$ 200,31	R\$ 1.802,79	83446	SINAPI	
8.7	Lampada halogena 100w, para iluminação das bandeiras(fornecimento e instalação). Conforme projeto.	un	4,00	14,00	20,73%	R\$ 16,90	R\$ 67,60	MEL090	Mercado	
8.8	Luminária embutida, para iluminação das bandeiras(fornecimento e instalação). Conforme projeto.	un	4,00	88,00	20,73%	R\$ 106,24	R\$ 424,96	MEL064	Mercado	
8.9	Poste de aço galvanizado com 3m de altura e 1 painel de led de 50w	un	5,00	538,81	20,73%	R\$ 650,50	R\$ 3.252,50	CEL019	COMPOSIÇÃO	
8.10	Poste de aço galvanizado com 3m de altura e 2 painel de led de 50w	un	4,00	788,81	20,73%	R\$ 952,33	R\$ 3.809,32	CEL020	COMPOSIÇÃO	
8.11	Chumbador de aço para fixação do poste (fornecimento e instalação). Conforme projeto.	un	36,00	7,88	20,73%	R\$ 9,51	R\$ 342,36	M0408	SICRO	
8.12	Disjuntor monopolar (fornecimento e instalação). Conforme projeto.	un	1,00	14,73	20,73%	R\$ 17,78	R\$ 17,78	74130/1	SINAPI	
8.13	Concreto para bloco de sustentação do poste 30x30x50(fornecimento e instalação). Conforme projeto.	m3	0,41	396,61	20,73%	R\$ 478,82	R\$ 193,92	90853	SINAPI	
8.14	Rele Fotoelétrico(fornecimento e instalação). Conforme projeto.	un	9,00	33,59	20,73%	R\$ 40,55	R\$ 364,95	83399	SINAPI	
8.15	Cabo de cobre nú 10mm2 aterramento dos mastros (fornecimento e instalação). Conforme projeto.	m	4,00	6,55	20,73%	R\$ 7,90	R\$ 31,60	92980	SINAPI	
8.16	Ponto Elétrico Área Externa com Caixa de Passagem 30x30x40cm + Tampa	un	1,00	279,82	20,73%	R\$ 337,82	R\$ 337,82	CPA103	COMPOSIÇÃO	

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página 46 de 62



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

9 HIDROMETRO		Σ		R\$		853,03	
9.1	Hidrometro (fornecimento e instalação)	un	1,00	157,92	20,73%	R\$ 190,65	R\$ 190,65
9.2	Caixa de concreto pré-moldado para abrigo de hidrometro (fornecimento e instalação)	un	1,00	72,94	20,73%	R\$ 88,06	R\$ 88,06
9.3	Kit cavalete pvc com registro (fornecimento e instalação)	un	1,00	117,47	20,73%	R\$ 141,82	R\$ 141,82
9.4	Tubo de pvc 25mm	m	50,00	7,17	20,73%	R\$ 8,65	R\$ 432,50
TOTAL				R\$ 77.347,09			

DECLARAÇÕES

1	Os encargos sociais e complementares para mão de obra, horista e mensalista, com ou sem desoneração, atendem ao estabelecido no SINAPI para SC.
2	Após a simulação deste orçamento com as tabelas do SINAPI com e sem desoneração, e atribuindo no orçamento os respectivos impostos necessários para cada situação, foi verificado que a alternativa mais adequada para a Administração Pública, é a utilização da planilha SEM DESONERAÇÃO.

Agrolândia, 04 de março de 2020

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página 47 de 62



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO

VALORES EM
REAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL	%	1º MÊS	%	2º MÊS	%	3º MÊS	%
1	SERVIÇOS INICIAIS	2.152,70	2,78	2.152,70	100,00	-	-	-	-
2	PASSEIOS	5.981,00	7,73	2.990,50	50,00	2.990,50	50,00	-	-
3	ESTACIONAMENTO	29.369,78	37,97	11.747,91	40,00	11.747,91	40,00	5.873,96	20,00
4	COMPLEMENTOS	8.904,40	11,51	-	-	4.452,20	50,00	4.452,20	50,00
5	PAISAGISMO	2.089,18	2,70	-	-	1.044,59	50,00	1.044,59	50,00
6	SINALIZAÇÃO E PINTURA	4.196,74	5,43	-	-	-	-	4.196,74	100,00
7	ENTRADA DE ENERGIA	9.366,79	12,11	-	-	9.366,79	100,00	-	-
8	ILUMINAÇÃO	14.433,47	18,66	4.330,04	30,00	5.773,39	40,00	4.330,04	30,00
9	HIDROMETRO	853,03	1,10	-	-	853,03	100,00	-	-
SUBTOTAL		77.347,09	100,00	21.221,15	27,44	36.228,41	46,84	19.897,53	25,72
TOTAL ACUMULADO				21.221,15	27,44	57.449,56	74,28	77.347,09	100,00

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página 48 de 62



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

COMPOSIÇÃO DE BDI

O valor do BDI é obtido pela fórmula e taxas abaixo

Construção de Rodovias e Ferrovias (PRAÇAS)

FÓRMULA BDI

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1$$

ONDE: Jardineiro, para corte das árvores (palmeiras)

AC= taxa de administração central

Carga manual dos entulhos (palmeiras)

3,80%

S=taxa de seguros

Transporte dos entulhos (palmeiras)

0,16%

G=taxa de garantias

0,16%

R=taxa de riscos

0,50%

DF=taxa de despesas financeiras

1,02%

L=taxa de lucro / remuneração

6,64%

I=taxa de incidência de impostos

6,65%

I1: PIS e COFINS

3,65%

I2: ISSQN (conforme legislação municipal)

3,00%

Compactação mecânica da área de implantação, de uma camada média de 10cm com uso de placa vibratória 400kg, incluindo operador

6,65%

TEMOS ENTÃO ENTRANDO COM OS DADOS NA FÓRMULA

BDI =

20,73%



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

QUADRO DE COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

Descrição						Unii.	Cód.
Meio fio Pré Moldado de concreto Tipo 1 (arredondado) (6x10)x10x30, com fornecimento e instalação						m	CPA009
Descrição	Coefi.	Unii.	Valor uni.	Fonte		Cód.	Valor s/BDI
Meio Fio Tipo 1 (arredondado) (6x10)x10x30,	1,005	m	R\$ 15,40	Mercado		MPA009	R\$ 15,48
Servente, com engargos complementares	0,194	h	R\$ 17,09	SINAPI		88316	R\$ 3,32
Pedreiro, com engargos complementares	0,194	h	R\$ 23,34	SINAPI		88309	R\$ 4,53
Areia Media	0,0021538	m3	R\$ 66,16	SINAPI-I		370	R\$ 0,14
Argamassa cimento/areia 1:3 preparo manual	0,0006154	m3	R\$ 453,90	SINAPI		88629	R\$ 0,28
						Σ	R\$ 23,75

Descrição						Unii.	Cód.
Meio fio Pré Moldado de concreto Tipo 2 (reto) 6x6x30, com fornecimento e instalação						m	CPA010
Descrição	Coefi.	Unii.	Valor uni.	Fonte		Cód.	Valor s/BDI
Meio Fio Tipo 2 (reto) 6x6x30	m	m	R\$ 15,40	Mercado		MPA009	R\$ 13,14
Servente, com engargos complementares	h	h	R\$ 17,09	SINAPI		88316	R\$ 3,16
Pedreiro, com engargos complementares	0,194	h	R\$ 23,34	SINAPI		88309	R\$ 4,53
Areia Media	0,0012923	m3	R\$ 66,16	SINAPI-I		370	R\$ 0,09
Argamassa cimento/areia 1:3 preparo manual	0,0003692	m3	R\$ 453,90	SINAPI		88629	R\$ 0,17
						Σ	R\$ 21,09

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página 50 de 62



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

Descrição							Uni.	Cód.
Pavimentação em blocos intertravados de concreto (PAVER VERMELHO PODOTATIL), espessura 6,0 cm, FCK 35mpa, assentados sobre pó de pedra e=6cm, para alerta e direcional							m2	CPA012
Descrição	Coefi.	Uni.	Valor uni.	Fonte	Cód.	Valor s/BDI		
Calceteiro com encargos complementares	h	h	R\$ 23,21	SINAPI	88260	R\$ 5,94		
Servente, com encargos complementares	h	h	R\$ 17,09	SINAPI	88316	R\$ 4,40		
Areia média - posto jazida/fornecedor, sem transporte - para rejuntamento	0,005	m3	R\$ 66,16	SINAPI-I	370	R\$ 0,33		
placa vibratória reversível com motor 4 tempos a gasolina, força centrífuga de 25 kn (2500 kgf), potência 5,5 cv - chp diurno. af_08/2015	0,0055	chp	R\$ 7,22	SINAPI	91277	R\$ 0,04		
placa vibratória reversível com motor 4 tempos a gasolina, força centrífuga de 25 kn (2500 kgf), potência 5,5 cv - chi diurno. af_08/2015	0,1297	chi	R\$ 0,48	SINAPI	91278	R\$ 0,06		
cortadora de piso com motor 4 tempos a gasolina, potência de 13 hp, com disco de corte diamantado segmentado para concreto, diâmetro de 350 mm, furo de 1" (14 x 1") - chp diurno. af_08/2015	0,0135	chp	R\$ 16,36	SINAPI	91283	R\$ 0,22		
cortadora de piso com motor 4 tempos a gasolina, potência de 13 hp, com disco de corte diamantado segmentado para concreto, diâmetro de 350 mm, furo de 1" (14 x 1") - chi diurno. af_08/2015	0,1217	chi	R\$ 0,72	SINAPI	91285	R\$ 0,09		
pó de pedra - posto pedreira/fornecedor (retirado na jazida, sem transporte)	0,06	m3	R\$ 45,00	Mercado	MPA004	R\$ 2,70		
Bloquete/piso intertravado de concreto - modelo retangular, 20 cm x 20 cm, e = 6 cm, resistencia de 35 mpa (nbr 9781), colorido PODOTATIL, posto no local	1,0131	m2	R\$ 49,00	Mercado	MPA018	R\$ 49,64		
					Σ	R\$ 63,42		

Descrição							Uni.	Cód.
TAMPA DE CONCRETO ARMADO 60X60X5CM PARA CAIXA DE CAPTAÇÃO							Uni.	CPA102
Descrição			Coefi.	Uni.	Valor uni.	Fonte	Cód.	Valor s/BDI
ACO CA-60, 4,2 MM, OU 5,0 MM, OU 6,0 MM, OU 7,0 MM, VERGALHAO			2,6880	KG	R\$ 4,78	SINAPI-I	43059	R\$ 12,85

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

ARAME GALVANIZADO 18 BWG, D = 1,24MM (0,009 KG/M)	0,0541	KG	R\$ 19,82	SINAPI-I	345	R\$ 1,07
AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	0,0418	M3	R\$ 91,80	SINAPI-I	367	R\$ 3,84
CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	14,4779	KG	R\$ 0,49	SINAPI-I	1379	R\$ 7,09
SARRAFO DE MADEIRA NAO APARELHADA 2,5 X 5 CM (1 X 2 ") PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO	2,5000	M	R\$ 0,76	SINAPI-I	4512	R\$ 1,90
PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	0,0392	M3	R\$ 62,50	SINAPI-I	4718	R\$ 2,45
PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 21 (2 X 11)	0,0800	KG	R\$ 11,32	SINAPI-I	5068	R\$ 0,91
ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0,1000	H	R\$ 23,21	SINAPI	88245	R\$ 2,32
CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0,1000	H	R\$ 28,12	SINAPI	88262	R\$ 2,81
SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0,2000	H	R\$ 17,09	SINAPI	88316	R\$ 3,42
BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - CHP DIURNO. AF_10/2014	0,0140	CHP	R\$ 1,23	SINAPI	88830	R\$ 0,02
					Σ	R\$ 38,68

Descrição						Un.	Cód.
Ponto Elétrico com Caixa de Passagem 30x30x40cm						un.	CPA103
Descrição		Coefi.	Un.	Valor uni.	Fonte	Cód.	Valor s/BDI
ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016		0,6000	M3	R\$ 67,60	SINAPI	93358	R\$ 40,56
REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017		0,6000	M3	R\$ 40,99	SINAPI	96995	R\$ 24,59
ELETRODUTO Pead FLEXIVEL PAREDE SIMPLS, CORRUGACAO HELICOIDAL, COR PRETA, SEM ROSCA, DE 1 1/2", PARA CABEAMENTO SUBTERRANEO (NBR 15715)			M	R\$ 3,61	SINAPI-I	39246	R\$ 18,05

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página 52 de 62



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	10,0000	M	R\$ 3,07	SINAPI	91926	R\$ 30,70
CAIXA DE PASSAGEM 30X30X40 COM TAMPA E DRENO BRITA	1,0000	UN	R\$ 165,92	SINAPI	83446	R\$ 165,92
					Σ	R\$ 279,82

Descrição						Uni.	Cód.
Remoção de Meio fio						m	CPA104
Descrição	Coefi.	Uni.	Valor uni.	Fonte		Cód.	Valor s/BDI
Servente, com encargos complementares	0,833	h	R\$ 17,09	SINAPI		88316	R\$ 14,24
					Σ		R\$ 14,24

Descrição						Uni.	Cód.
Mastro para Bandeiras em Tubo Galvanizado, 40mm						un	CPA105
Descrição	Coefi.	Uni.	Valor uni.	Fonte		Cód.	Valor s/BDI
Tubo de Aço Galvanizado, ø50mm	4,800	m	R\$ 28,84	SINAPI-I		12061	R\$ 138,43
Servente, com encargos complementares	0,500	h	R\$ 17,09	SINAPI		88316	R\$ 8,55
TINTA ESMALTE SINTÉTICO GRAFITE COM PROTEÇÃO PARA METAIS FERROSOS	0,100	L	R\$ 28,37	SINAPI-I		7293	R\$ 2,84
					Σ		R\$ 149,82

Descrição						Uni.	Cód.
Bicicletário (fornecimento e instalação)						un	CPA106
Descrição	Coefi.	Uni.	Valor uni.	Fonte		Cód.	Valor s/BDI
Tubo de aço galvanizado	2,400	m	R\$ 65,25	Mercado		92336	R\$ 156,60

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

PARAFUSO ZINCADO 5/16" X 250 MM PARA FIXAÇÃO DE TELHA DE FIBROCIMENTO CANALETE 49, INCLUI BUCHA NYLON S-10	12,000	Uni.	R\$ 2,14	SINAPI-I	4320	R\$ 25,68
Servente, com encargos complementares	1,000	h	R\$ 17,09	SINAPI	88316	R\$ 17,09
TINTA ESMALTE SINTÉTICO GRAFITE COM PROTEÇÃO PARA METAIS FERROSOS	0,050	L	R\$ 28,37	SINAPI-I	7293	R\$ 1,42
					Σ	R\$ 199,37

Descrição							Uni.	Cód.
Placa de identificação vertical com poste de aço galvanizado chumbada em sapata de concreto							un	CAR039
Descrição	Coefi.	Uni.	Valor uni.	Fonte			Cód.	Valor s/BDI
Parafuso de ferro galvanizado, sextavado, com rosca interna, acompanha porca e arruela	4,000000	un	R\$ 0,24	Mercado			13246	R\$ 0,96
Placa de Sinalização em chapa de aço, com pintura totalmente refletiva	0,202500	m2	R\$ 762,30	SINAPI-I			34723	R\$ 154,37
Barra de ferro galvanizado, barra chata, 1" x 3/16" (l x e)	0,350000	m	R\$ 8,93	SINAPI-I			565	R\$ 3,13
Servente, com encargos complementares	1,500000	h	R\$ 17,09	SINAPI			88316	R\$ 25,64
Serralheiro, com encargos complementares	0,500000	h	R\$ 23,21	SINAPI			88315	R\$ 11,61
Poste de aço h=3,50m d=65mm	3,500000	m	R\$ 50,95	SINAPI-I			7701	R\$ 178,33
Concreto magro para base do poste c/ lançamento e adensamento	0,054000	m3	R\$ 290,65	SINAPI			94963	R\$ 15,70
							Σ	R\$ 389,74

Descrição							Uni.	Cód.
Caixa de Passagem 65x41x70 em alvenaria (PADRÃO CELESC) (fornecimento e instalação)							un	CEL010
Descrição	Coefi.	Uni.	Valor uni.	Fonte			Cód.	Valor s/BDI

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

ACO CA-50, 10,0 MM, VERGALHAO	1,512000	KG	R\$ 5,05	Mercado	34	R\$ 7,64
ARAME RECOZIDO 18 BWG, 1,25 MM (0,01 KG/M)	0,043200	KG	R\$ 13,08	SINAPI-I	43132	R\$ 0,57
AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	0,032544	M3	R\$ 66,16	SINAPI-I	370	R\$ 2,15
ARMADOR	0,172800	H	R\$ 20,37	SINAPI-I	378	R\$ 3,52
CAL HIDRATADA CH-I PARA ARGAMASSAS	1,946880	KG	R\$ 0,53	SINAPI-I	1106	R\$ 1,03
CARPINTEIRO DE FORMAS	0,320000	H	R\$ 25,29	SINAPI-I	1213	R\$ 8,09
CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA PARA FORMA DE CONCRETO, DE *2,2 X 1,1* M, E = 10 MM	0,033058	UN	R\$ 43,50	SINAPI-I	1350	R\$ 1,44
CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	8,960000	KG	R\$ 0,49	Mercado	1379	R\$ 4,39
DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	0,064000	L	R\$ 4,24	SINAPI-I	2692	R\$ 0,27
OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	0,015437	L	R\$ 3,65	SINAPI-I	4221	R\$ 0,06
GASOLINA COMUM	0,001101	L	R\$ 4,37	SINAPI-I	4222	R\$ 0,00
PECA DE MADEIRA 3A QUALIDADE 2,5 X 10CM NAO APARELHADA	0,224000	M	R\$ 1,60	SINAPI-I	4509	R\$ 0,36
PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	0,013024	M3	R\$ 62,50	SINAPI-I	4718	R\$ 0,81
PEDREIRO	1,168000	H	R\$ 23,34	SINAPI	88309	R\$ 27,26
PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	0,064000	KG	R\$ 11,54	Mercado	5069	R\$ 0,74
SERVENTE DE OBRAS	1,798750	H	R\$ 14,27	SINAPI-I	6111	R\$ 25,67
AJUDANTE	0,492800	H	R\$ 14,27	SINAPI-I	6111	R\$ 7,03
BLOCO CERAMICO (ALVENARIA VEDACAO), 6 FUIROS, DE 9 X 14 X 19 CM	22,400000	UN	R\$	SINAPI-I	7267	R\$ 8,29

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 310 L, MOTOR A DIESEL POTENCIA 5 CV, SEM CARREGADOR	0,000003	UN	R\$ 4.662,76	SINAPI-I	10537	R\$ 0,01
VIBRADOR DE IMERSAO, DIAMETRO DA PONTEIRA DE *35* MM, COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA DE 5,5 HP (5,5 CV)	0,000003	UN	R\$ 2.560,00	SINAPI-I	11652	R\$ 0,01
					Σ	R\$ 99,34

Descrição						
Eletróduto PEAD 1 1/2" (fornecimento, escavação, assentamento e aterro)						
Descrição	Coefi.	Uni.	Valor uni.	Fonte	Cód.	Valor s/BDI
ELETRODUTO PEAD FLEXIVEL PAREDE SIMPLES, CORRUGACAO HELICOIDAL, COR PRETA, SEM ROSCA, DE 1 1/2", PARA CABEAMENTO SUBTERRANEO (NBR 15715)	1,000000	m	R\$ 3,61	Mercado	39246	R\$ 3,61
FITA PLASTICA ZEBRADA PARA DEMARCAÇÃO DE AREAS, LARGURA = 7 CM, SEM ADESIVO (COLETADO CAIXA)	1,000000	H	R\$ 0,10	SINAPI-I	42015	R\$ 0,10
ASSENTADOR DE TUBOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0,160000	H	R\$ 21,09	SINAPI	88246	R\$ 3,37
ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	0,180000	H	R\$ 67,60	SINAPI	93358	R\$ 12,17
REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017	0,170000	H	R\$ 40,99	SINAPI	96995	R\$ 6,97
					Σ	R\$ 26,22

Descrição						
Pavimentação em blocos intertravados de concreto "lajotas hexagonais" e=8cm, FCK 35MPA, assentadas sobre colchão de pó de pedra e=6cm, rejuntamento e=1cm, com fornecimento de materiais e colocação						
Descrição	Coefi.	Uni.	Valor uni.	Fonte	Cód.	Valor s/BDI
Calçeteiro com encargos complementares	0,185300	h	R\$ 23,21	Mercado	88260	R\$ 4,30
						CPA002

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

Servente com encargos complementares	0,185300	h	R\$ 17,09	SINAPI	88316	R\$ 3,17
Placa vibratória	0,005500	chp	R\$ 7,22	SINAPI	91277	R\$ 0,04
Placa vibratória	0,087200	chi	R\$ 0,48	SINAPI	91278	R\$ 0,04
Cortadora de piso	0,013500	chp	R\$ 16,36	SINAPI	91283	R\$ 0,22
Cortadora de piso	0,079200	chi	R\$ 0,72	SINAPI	91285	R\$ 0,06
Pó de Pedra para assentamento	0,060000	m3	R\$ 59,66	SINAPI-I	4741	R\$ 3,58
Areia Grossa para rejuntamento	0,010000	m3	R\$ 91,80	SINAPI-I	367	R\$ 0,92
Lajotas hexagonais de concreto e=8cm, FCK 35MPa	1,020000	m2	R\$ 32,00	Mercado	MPA007	R\$ 32,64
					Σ	R\$ 44,97
Descrição						Cód.
Lixeira de alvenaria e porta de abrir de veneziana.						un
Descrição	Coefi.	Uni.	Valor uni.	Fonte	Cód.	Valor s/BDI
CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPa, COM USO DE BOMBA EM EDIFICAÇÃO COM SEÇÃO MÉDIA DE PILARES MAIOR QUE 0,25 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_12/2015	0,15	m3	R\$ 385,51	SINAPI	92722	R\$ 59,28
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6M² SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	5,82	m2	R\$ 73,85	SINAPI	87495	R\$ 429,81
CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	12,64	m2	R\$ 3,31	SINAPI	87879	R\$ 41,84
(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE EMBOÇO/MASSA ÚNICA, APLICADO MANUALMENTE, TRAÇO 1:2:8, EM BETONEIRA DE 400L, PAREDES INTERNAS, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS, EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR	12,64	m2	R\$ 27,14	SINAPI	89173	R\$ 343,05

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página 57 de 62



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

(CASAS) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_12/2014							
MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE LAJE MACIÇA COM ÁREA MÉDIA MENOR OU IGUAL A 20 M², PÉ-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA, 1 UTILIZAÇÃO. AF_12/2015	1,10	m2	R\$ 264,05	SINAPI	92481		R\$ 290,46
CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2:7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	0,40	m3	R\$ 318,24	SINAPI	94964		R\$ 127,30
APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS. AF_06/2014	6,00	m2	R\$ 2,49	SINAPI	88415		R\$ 14,94
APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	6,00	m2	R\$ 12,28	SINAPI	88489		R\$ 73,68
PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	0,48	m2	R\$ 749,31	SINAPI	91341		R\$ 359,67
PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	10,00	h	R\$ 23,34	SINAPI	88309		R\$ 233,40
SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	5,00	h	R\$ 17,09	SINAPI	88316		R\$ 85,45
PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	5,00	h	R\$ 24,42	SINAPI	88310		R\$ 122,10
					Σ		R\$ 2.180,98

Descrição					Uni.	Cód.
JARDINEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES					h	CED016
Descrição	Coefi.	Uni.	Valor uni.	Fonte	Cód.	Valor s/BDI
JARDINEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	1,00	h	R\$ 22,45	SINAPI	88441	R\$ 22,45
					Σ	R\$ 22,45

Descrição					Uni.	Cód.
Casca de Pinus					M2	CED017
Descrição	Coefi	Uni	Valor uni	Fonte	Cód	Valor s/RDT

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

JARDINEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		0,17	h	R\$ 22,45	SINAPI	88441	R\$ 3,74
Casca de Pinus		1,00	h	R\$ 9,20	MED014		R\$ 9,20
						Σ	R\$ 12,94

Descrição							Unid.	Cód.
Caixa de correio H=40 L=30cm P=7cm							M2	CED018
Descrição	Coefi.	Unid.	Valor uni.	Fonte			Cód.	Valor s/BDI
PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	1,00	h	R\$ 23,34	SINAPI			88309	R\$ 23,34
Caixa de correio H=40 L=30cm P=7CM	1,00	h	R\$ 250,00	Mercado			MED015	R\$ 250,00
						Σ		R\$ 273,34

Descrição							Unid.	Cód.
Banco plastico reciclado 1,50 x 0,60							M2	CED019
Descrição	Coefi.	Unid.	Valor uni.	Fonte			Cód.	Valor s/BDI
PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	1,00	h	R\$ 23,34	SINAPI			88309	R\$ 23,34
CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=20 MPA, PARA LAJES PREMOLDADAS COM USO DE BOMBA EM EDIFICAÇÃO COM ÁREA MÉDIA DE LAJES MENOR OU IGUAL A 20 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_12/2015	0,07	m3	R\$ 375,75	SINAPI			92723	R\$ 27,05
Banco plastico reciclado 1,50 x 0,60	1,00	Unid.	R\$ 420,00	- R\$			MED200	R\$ 420,00
						Σ		R\$ 470,39

Descrição							Unid.	Cód.
Poste de aço galvanizado com 3m de altura e 1 painel de led de 50w							M2	CEL019

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

Descrição	Coefi.	Un.	Valor uni.	Fonte	Cód.	Valor s/BDI
ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	1,00	h	R\$ 29,84	SINAPI	88264	R\$ 29,84
POSTE CONICO CONTINUO EM ACO GALVANIZADO, RETO, FLANGEADO, H = 3 M, DIAMETRO INFERIOR = *95* MM	1,00	un.	R\$ 258,97	SINAPI-I	5050	R\$ 258,97
Painel de led 50w para iluminação em poste	1,00	Uni.	R\$ 250,00	Mercado	MED016	R\$ 250,00
					Σ	R\$ 538,81

Descrição	Coefi.	Un.	Valor uni.	Fonte	Cód.	Valor s/BDI
Poste de aço galvanizado com 3m de altura e 2 painel de led de 50w						
ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	1,00	h	R\$ 29,84	SINAPI	88264	R\$ 29,84
POSTE CONICO CONTINUO EM ACO GALVANIZADO, RETO, FLANGEADO, H = 3 M, DIAMETRO INFERIOR = *95* MM	1,00	Uni.	R\$ 258,97	SINAPI-I	5050	R\$ 258,97
Painel de led 50w para iluminação em poste	2,00	Uni.	R\$ 250,00	Mercado	MED016	R\$ 500,00
					Σ	R\$ 788,81

Descrição	Coefi.	Un.	Valor uni.	Fonte	Cód.	Valor s/BDI
Caixa do medidor com disjuntor e dps						
ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	3,00	h	R\$ 29,84	SINAPI	88264	R\$ 89,52
CAIXA DE PROTECAO PARA MEDIDOR MONOFASICO, FORNECIMENTO E INSTALACAO	1,00	Uni.	R\$ 128,32	SINAPI	68066	R\$ 128,32
DISJUNTOR TIPO NEMA, TRIPOLAR 60 ATE 100 A, TENSÃO MÁXIMA DE 415 V	1,00	Uni.	R\$ 104,03	SINAPI-I	2373	R\$ 104,03

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA DE 275 V, CORRENTE MÁXIMA DE *20* KA (TIPO AC)	1,00	Un.	R\$ 66,22	SINAPI-I	39469	R\$ 66,22
					Σ	R\$ 388,09

Descrição							Uni.	Cód.
Mureta em alvenaria							un	CEL022
Descrição	Coefi.	Uni.	Valor uni.	Fonte	Cód.	Valor s/BDI		
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6M² SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	0,95	m2	R\$ 73,85	SINAPI	87495	R\$ 70,16		
CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	1,60	m2	R\$ 3,31	SINAPI	87879	R\$ 5,30		
(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE EMBOÇO/MASSA ÚNICA, APLICADO MANUALMENTE, TRAÇO 1:2:8, EM BETONEIRA DE 400L, PAREDES INTERNAS, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS, EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASAS) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_12/2014	1,60	m2	R\$ 27,14	SINAPI	89173	R\$ 43,42		
CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	0,02	m3	R\$ 318,24	SINAPI	94964	R\$ 6,36		
APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS. AF_06/2014	1,60	m2	R\$ 2,49	SINAPI	88415	R\$ 3,98		
APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	1,60	m2	R\$ 12,28	SINAPI	88489	R\$ 19,65		
PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	5,00	h	R\$ 23,34	SINAPI	88309	R\$ 116,70		
SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	2,50	h	R\$ 17,09	SINAPI	88316	R\$ 42,73		
PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	3,00	h	R\$ 24,42	SINAPI	88310	R\$ 73,26		
					Σ	R\$ 381,56		

Edital de Tomada de Preço nº 01/2020.

Página 61 de 62



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

COTAÇÃO DE MATERIAIS DA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS

Data Base de Pesquisa:
JANEIRO 2020

Abaixo segue uma lista com valores e nomes de fabricantes. Junto ao nome de cada fabricante há o contato deles e o CNPJ:

Os valores referem-se ao produto posto no local da obra.

Para a composição dos custos utilizou-se o valor mínimo do Mercado.

Código utilizado	Descrição	Empresas	Valor orçado s/ BDI	Valor orçado da Mediana s/ BDI
MPA009	Meio fio 6/10x30x100 (arredondado)	Fronza Artefatos de Cimento - Rio do Sul - CNPJ: 79.695.086.0001-74 - 3525-2719	R\$ 16,80	R\$ 15,40
		Cimentari Artefatos de cimento - Rio do Sul - CNPJ:04.342.079/0001-90 3525 0083	R\$ 15,40	
		Kurtz Mat. De Construção - Ituporanga - CNPJ: 07.990.747.0001-83 - 3533- 5959	R\$ 23,00	
MPA008	Meio fio 6x30x100 (reto)	Fronza Artefatos de Cimento - Rio do Sul - CNPJ: 79.695.086.0001-74 - 3525-2719	R\$ 15,65	R\$ 13,08
		Cimentari Artefatos de cimento - Rio do Sul - CNPJ:04.342.079/0001-90 3525 0083	R\$ 13,08	
		Kurtz Mat. De Construção - Ituporanga - CNPJ: 07.990.747.0001-83 - 3533- 5959	R\$ 22,00	
MPA018	Podotatil de paver 20x20x6	Fronza Artefatos de Cimento - Rio do Sul - CNPJ: 79.695.086.0001-74 - 3525-2719	R\$ 87,50	R\$ 49,00
		Blocos Leske - Lontras - CNPJ: 03.972.712.0001-60 - 3523-0519	R\$ 49,00	
		Kurtz Mat. De Construção - Ituporanga - CNPJ: 07.990.747.0001-83 - 3533- 5959	R\$ 70,00	

Agrônômica

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PR 23/2020

Publicação N° 2543152

Prefeitura Municipal de Agrônômica – Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 28/2020

PREGAO PRESENCIAL N° PR 23/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS DESTINADOS A FROTA DE VEICULOS E MAQUINARIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 10/07/2020 às 08:30h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agrônômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, pelo e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br ou pelo site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542-0166.

Agrônômica-Santa Catarina, 30 de junho de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

EDITAL Nº 005/2020

Publicação Nº 2544123

EDITAL Nº 005/2020 – DE 25 DE JUNHO DE 2020**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O chefe do Poder Executivo Municipal de Água Doce, em cumprimento com a Lei 781/92 de 14.10.1992, art. 3º, inciso I e II alterada pela lei nº 1011/1997 de 18.11.1997, convoca as Entidades Educacionais e Organizações representativas de Água Doce:

- Representando a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;
- Associação de Pais e Professores de Centro de Educação Profissional – CEDUP;
- Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Ruth Lebarbechon;
- Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Estrelinha Azul;
- Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Municipal Frei Silvano.

Para que indiquem dois representantes sendo um Titular e um Suplente, de seus quadros respectivos para compor 1/3 (um terço), do Conselho Municipal de Educação, pelo período de três anos, a contar de Junho de 2020.

Cada entidade escolherá os seus representantes de forma democrática e participativa e os indicará através de documento assinado, no prazo de 05 dias.

Água Doce, 25 de junho de 2020

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LEI Nº 2.799/2020

Publicação Nº 2544399

LEI Nº 2.799/2020 – DE 29 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO MENSAL DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, PARA O QUADRIÊNIO DE 2021/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei de origem parlamentar:

Artigo 1.º O subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Água Doce será estabelecido nos termos desta Lei.

Artigo 2.º Os Vereadores da Câmara Municipal de Água Doce receberão um subsídio mensal no valor de R\$ 2.326,18 (dois mil trezentos e vinte e seis reais e dezoito centavos).

§ 1.º A ausência, de vereador na Ordem do Dia, da Sessão Plenária Ordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto proporcional equivalente à participação das sessões que forem realizadas no mês.

§ 2.º Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação em Sessão Regimental dos motivos apresentados para a ausência, sob a forma de requerimento.

§ 3.º A licença do Vereador, por motivo de doença, desde que comprovada na forma regimental, será integralmente remunerada.

§ 4.º Em caso de substituição, os Vereadores Suplentes terão direito a percepção do valor indicado no § 1.º deste artigo, por sessão plenária ordinária que participar.

Artigo 3.º O subsídio do Presidente da Câmara Municipal será no valor de R\$ 3.778,54 (três mil, setecentos e setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos).

Parágrafo Único: O Vereador que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausências do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio mensal do Presidente previsto neste artigo, proporcionalmente ao período da substituição.

Artigo 4.º O subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal terá sua expressão monetária revisada anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

§1º. O índice será o Índice Mensal Acumulado FIPE, conforme estabelecido na Lei de reposição anual dos servidores.

§ 2.º No primeiro ano do mandato, o valor dos subsídios de que trata esta Lei será revisto considerando o período de 1º de janeiro até a data da realização da revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais.

§ 3.º É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal a observância dos limites impostos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 5.º O subsídio mensal dos Vereadores será pago, normalmente durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária.

Artigo 6º As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 7.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021.

Artigo 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 29 de junho de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal**LEI Nº 2.800/2020**

Publicação Nº 2544401

LEI Nº 2.800/2020 - DE 29 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO MENSAL DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE ÁGUA DOCE, PARA O QUADRIÊNIO DE 2021/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei de origem parlamentar:

Artigo 1.º O subsídio mensal dos Secretários Municipais de Água Doce será estabelecido nos termos desta Lei.

Artigo 2.º Os Secretários Municipais receberão um subsídio mensal no valor de R\$ 6.887,79 (seis mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e nove centavos).

Artigo 3.º O subsídio dos Secretários Municipais terá sua expressão monetária revisada anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

§1º. O índice será o Índice Mensal Acumulado FIPE, conforme estabelecido na Lei de reposição anual dos servidores.

Artigo 4.º Os Secretários Municipais ficam vinculados ao regime de trabalho dos demais ocupantes de cargos em comissão.

Artigo 5.º São assegurados aos Secretários Municipais o 13º (décimo terceiro) subsídio, nos termos dos limites remuneratórios estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

Artigo 6º .As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 7.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021.

Artigo 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 29 de junho de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.801/2020

Publicação Nº 2544415

LEI Nº 2.801/2020 – DE 29 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO MENSAL DO PREFEITO MUNICIPAL E DO VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, PARA O QUADRIÊNIO DE 2021/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei de origem parlamentar:

Artigo 1.º O subsídio mensal do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito do Município de Água Doce será estabelecido nos termos desta Lei.

Artigo 2.º O Prefeito Municipal receberá um subsídio mensal no valor de R\$ 22.152,60 (vinte e dois mil, cento e cinquenta e dois reais e sessenta centavos).

Artigo 3.º O Vice-Prefeito receberá um subsídio mensal no valor de R\$ 6.887,79 (seis mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e nove centavos).

Artigo 4.º O substituto legal que, na forma da lei, assumir a chefia do Poder Executivo, durante os impedimentos ou ausências do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio mensal do Prefeito previsto no artigo 2º desta Lei, proporcionalmente ao período de substituição.

Parágrafo Único: A proporcionalidade de que trata este artigo levará em consideração o número de dias em que ocorrer a substituição.

Artigo 5.º Os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito, terão suas expressões monetárias revisadas anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

§ 1º: No primeiro ano do mandato, o valor dos subsídios de que trata esta Lei será revisada considerando o período de 1.º de janeiro até a data da realização da revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais.

§2º. O índice será o Índice Mensal Acumulado FIPE, conforme estabelecido na Lei de reposição anual dos servidores.

Artigo 6º. O Vice-Prefeito, quando em licença, em férias, ou afastados por motivos de saúde, perceberão integralmente o seu subsídio mensal.

Parágrafo Único: Na hipótese, de o Prefeito e o Vice-Prefeito estarem vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, será pago o valor equivalente à complementação do subsídio mensal a partir do benefício previdenciário efetivamente pago.

Artigo 7.º É vedada, a remuneração de valores do subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito, em anos seguintes, quando não pagos em decorrência do extrapolado dos limites legais e constitucionais.

Artigo 8º. As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021.

Artigo 10º. Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 29 de junho de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

--	--

Águas de Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº 102 - 2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544711

DECRETO Nº 102/2020 De 24 de Junho de 2020	DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, e Art. 90, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal n.º 2000/2019, Artigo 5º, § 1º Inciso III de 04/12/2019 e demais disposições legais vigentes;
---	--

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, no valor de R\$ 23.000,00 (vinte trez mil reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	5
Unidade	Setor de Educação	1
Função	Educação	12
Sub-função	Educação Infantil	365
Programa	Educação: O Futuro se Faz no Presente	4
Atividade	Manutenção das Atividades de Creche	2.048
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(89)	Aplicação Direta – 3.1.90	1.018 – Recursos Vinculados
Valor Total R\$:		23.000,00

Art. 2º Para a suplementação de que trata o Art. 1º, serão deduzidos os recursos da conta:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	5
Unidade	Setor de Educação	1
Função	Educação	12
Sub-função	Educação Infantil	365
Programa	Educação: O Futuro se Faz no Presente	4
Atividade	Manutenção das Atividades de Creche	2.048
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(91)	Aplicação Direta – 3.3.90	1.019 – Recursos Vinculados
Valor Total R\$:		23.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
Águas de Chapecó/SC, em 24 de Junho de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DECRETO Nº 106 - 2020, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543143

DECRETO Nº 106/2020 De 29 de Junho de 2020	DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, e Art. 90, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal n.º 2000/2019, Artigo 5º, § 1º Inciso III de 04/12/2019 e demais disposições legais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no orçamento da Entidade n.º 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, no valor de R\$ 23.999,55 (vinte três mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	DEPARTAMENTO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	6
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	2
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	Saúde de Qualidade com responsabilidade	5
Projeto	Aquisição de Veículos, Móveis e Utensílios – FMS	1.017
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(3)	Aplicação Direta – 4.4.90.	1.063 – Recursos Vinculados
Valor Total R\$:		23.999,55

Art. 2º Para a suplementação de que trata o Art. 1º, serão utilizados os recursos da conta a seguir:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	DEPARTAMENTO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	6
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	2
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	Saúde de Qualidade com responsabilidade	5
Projeto	Aquisição de Veículos, Móveis e Utensílios – FMS	1.017
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(1)	Aplicação Direta – 4.4.90.	1.002 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		23.999,55

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
Águas de Chapecó/SC, em 29 de Junho de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LEI MUNICIPAL Nº 2.015-2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544686

LEI MUNICIPAL Nº 2015/2020,
DE 30 DE JUNHO DE 2020

QUE ALTERA DISPOSITIVOS CONSTANTES DA LEI MUNICIPAL Nº 2013/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que ele SANCIONA e PROMULGA a presente Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 3º, da Lei Municipal nº 2013/2020, de 24 de junho de 2020, que passará a ter a seguinte nova redação:

“Art. 3º O subsídio mensal dos secretários municipais será de R\$ 5.125,00 (cinco mil cento e vinte e cinco reais), vedado o recebimento de qualquer acréscimo, ressalvada a hipótese em que o mesmo seja servidor público efetivo e a legislação permita o recebimento de vantagens pessoais”.

Art. 2º As demais disposições contidas na aludida norma, permanecem inalteradas e em vigor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 30 de junho de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal
Registre e Publique-se

LEI MUNICIPAL Nº 2.016-2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544688

LEI MUNICIPAL Nº 2016/2020,
DE 30 DE JUNHO DE 2020

QUE ALTERA DISPOSITIVOS CONSTANTES DA LEI MUNICIPAL Nº 2014/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que ele SANCIONA e PROMULGA a presente Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, da Lei Municipal nº 2014/2020, de 24 de junho de 2020, que passará a ter a seguinte nova redação:

“Art. 1º O subsídio mensal do Vereador do município de ÁGUAS DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, a vigorar para a 14ª Legislatura, a iniciar-se em 1º de janeiro do ano 2021, será de R\$ 3.060,00 (três mil e sessenta reais)”.

Art. 2º Fica alterado o artigo 3º, da Lei Municipal nº 2014/2020, de 24 de junho de 2020, que passará a ter a seguinte nova redação:

“Art. 3º O Vereador Presidente, enquanto mantiver este cargo, receberá, a título de subsídio mensal, a importância de R\$ 4.590,00 (quatro mil quinhentos e noventa reais)”.

Art. 3º As demais disposições contidas na aludida norma, permanecem inalteradas e em vigor.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 30 de junho de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal
Registre e Publique-se

Águas Frias

PREFEITURA

DECRETO N° 156/2020

Publicação N° 2543364

DECRETO N° 156/2020

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial o Edital n° 018/2019/CMDCA.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido de suas funções o Senhor Cezar Luiz Gonçalves da Silva, ocupante do Cargo de Conselheiro Tutelar Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Edital n° 01/2019, da escolha dos membros do Conselho Tutelar de Águas Frias – SC.

Art. 2º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 29 de junho de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

DECRETO N° 157/2020

Publicação N° 2543366

DECRETO N° 157/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR NO MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial o Edital n° 018/2019/CMDCA e a Lei Federal n° 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Senhora Terezinha Zandonai, para o Cargo de Conselheira Tutelar Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Edital n° 01/2019, da escolha dos membros do Conselho Tutelar de Águas Frias – SC.

Art. 2º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 29 de junho de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 160/2020

Publicação Nº 2544046

DECRETO Nº 160/2020

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais especialmente o disposto na Lei nº 1.273/2019 de 10/12/2019:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do Município de Águas Frias, Lei nº 1.273/2019, no valor de R\$ 83.913,07 (oitenta e três mil, novecentos e treze reais e sete centavos), destinado a suprir o seguinte Projeto/Atividade, conforme segue:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração e Planejamento

Programa: 3 – Águas Frias Bem Mais Administração

Projeto/Atividade: 1.005 – Construção/Reforma e Ampliação do Prédio do Centro Adm. Municipal

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 83.913,07 DR 0.3.50

Art. 2º - Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o artigo anterior serão provenientes do superávit financeiro apurado em balanço geral no exercício base de 2019, conforme Art. 5º da Lei nº 1.273/2019.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de junho de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CEZAR JOSÉ GOLLO

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 161/2020

Publicação Nº 2544050

DECRETO Nº 161/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 02/2001.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam concedidas, nos termos do artigo 70, VI, 75-A e seguintes da Lei Complementar nº 02/2001 – Estatuto dos Servidores, Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, aos Servidores Públicos Municipais de Águas Frias - SC, de acordo com seu respectivo período aquisitivo e período da licença para gozo, conforme escala abaixo:

Servidores Municipais	Período Aquisitivo	Período/Licença/Gozo
Fiorinto Signorini	14/12/2015 a 13/12/2018	01/07/2020 a 30/07/2020
Sidineia Zanella	14/12/2015 a 13/12/2018	01/07/2020 a 30/07/2020

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 29 de junho de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado e registrado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

DECRETO Nº158/2020

Publicação Nº 2543842

DECRETO Nº 158/2020

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2020, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado do julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio de Pregão deste Município, do Processo Licitatório nº 49/2020, na modalidade de "Pregão Presencial Para Registro de Preços" nº 16/2020, na sua exata ordem e classificação.

Art. 2º - Fica adjudicado o objeto Aquisição de Materiais Tipo EPI no valor global de R\$ 8.520,00 (oito mil, quinhentos e vinte reais), a proposta apresentada em favor da empresa proponente: SCS Comércio Ltda para o cumprimento do objeto desta licitação.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente Decreto serão por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 29 de junho de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

DECRETO Nº159/2020

Publicação Nº 2543855

DECRETO Nº 159/2020

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº53/2020, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado do julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio de Pregão deste Município, do Processo Licitatório nº53/2020, na modalidade de "Pregão Presencial Para Registro de Preços" nº 19/2020, na sua exata ordem e classificação.

Art. 2º - Fica adjudicado o objeto Aquisição de Tubos de Concreto no valor global de R\$ 136.015,00 (cento e trinta e seis mil e quinze reais), a proposta apresentada em favor da empresa proponente: Pré Moldados Maravilha Eireli no valor de R\$ 15.325,00 (quinze mil, trezentos e vinte e cinco reais), Construaguas Materiais de Construção Ltda no valor de R\$ 16.900,00 (dezesesseis mil e novecentos reais), Gilvano Antonio Gonçalves no valor de R\$ 14.650,00 (quatorze mil, seiscentos e cinquenta reais), Espaço Borille Materiais de Construções Eireli no valor de R\$ 36.910,00 (trinta e seis mil, novecentos e dez reais), Gross Artefatos de Cimento Eireli no valor de R\$ 32.130,00 (trinta e dois mil, cento e trinta reais) e Derivados de Cimento Pato Branco Ltda no valor de R\$20.100,00 (vinte mil e cem reais) para o cumprimento do objeto desta licitação.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente Decreto serão por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 29 de junho de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

EXTRATO CONTRATUAL DE ADITIVO Nº57/2020

Publicação Nº 2544136

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Contrato Nº : 103/2.018

Contrato de Aditivo: 57/2020

Termo Aditivo : Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº103/2018

Contratante : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Contratada : PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELI

Motivo do Aditivo .: Cláusula Primeira: Em conformidade com a planilha orçamentária apresentada pela Engenheira Civil Sra. Fabiana Grando CREA/SC 125595-6, o valor contratual constante na cláusula segunda do Contrato de Aditivo nº52/2020 (sétimo aditivo ao contrato nº103/2018) fica suprimido em R\$ 153,06 (cento e cinquenta e três reais e seis centavos). Ainda de acordo com a planilha orçamentária o Contrato de Aditivo nº52/2020 será aditivado em R\$96.693,73 (noventa e seis mil, seiscentos e noventa e três reais e setenta e três centavos). Cláusula Segunda: Considerando a supressão e a adição constante na planilha orçamentária o valor da diferença é de R\$ 96.540,67(noventa e seis mil, quinhentos e quarenta reais e sessenta e sete centavos) a ser acrescido do valor da cláusula segunda do Contrato de Aditivo nº52/2020 passando o valor global da obra de R\$1.715.146,03 (um milhão, setecentos e quinze mil, cento e quarenta e seis reais e três centavos) para R\$ R\$ 1.811.686,17 (um milhão oitocentos e onze mil, seiscentos e oitenta e seis reais e dezessete centavos)

Vigência : Início :30/06/2020 Término :31/12/2020

Licitação : Tomada de Preços nº5/2018

Processo : 72/2.018

Aguas Frias - SC, 29 de junho de 2020

RICARDO ROLIM DEMOURA
PREFEITO

EXTRATO CONTRATUAL DE ADITIVO Nº58/2020

Publicação Nº 2544712

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Contrato Nº : 37/2.019

Contrato de Aditivo: 58/2020

Termo Aditivo : Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº37/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Contratada : RADIO 102 DE PINHALZINHO LTDA

Motivo do Aditivo .: Cláusula Primeira: Em conformidade com o artigo 73 inciso VII da Lei 9.504/97 alterada pela Lei nº13.165/2015 fica suspenso o Contrato nº37/2019 a partir do dia 01/07/2020. Cláusula Segunda: Permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições constantes no Contrato Administrativo nº37/2.019 , não alteradas pelo presente instrumento. E, por estarem juntos e acordados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma , sem emendas ou rasuras, juntamente com duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Vigência : Início : 01/07/2020 Término :31/12/2020

Licitação : Pregão nº11/2019

Processo : 25/2.019

Águas Frias – SC, 30 de junho de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA
PREFEITO

Águas Mornas

PREFEITURA

DECRETO N° 060/2020 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE RECURSOS DA ANULAÇÃO DE SALDOS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Publicação N° 2544697

DECRETO N° 060/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE RECURSOS DA ANULAÇÃO DE SALDOS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal do Município de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais e com base na autorização que lhe confere a Lei n.º 973/2020 de 26/06/2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), conforme abaixo identificado:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0401.12.361.0002.1010	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar	97.000,00
4.4.90.00/0.1.01.000000	Investimentos	97.000,00

12. SECRETARIA MUNICIPAL DE EPORTES, CULTURA E TURISMO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1201.23.695.0007.2051	Apoio às Ações Voltadas para o Turismo	1.000,00
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	1.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito Adicional Suplementar pelo artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação das dotações abaixo identificadas:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0401.12.361.0002.2011	Manutenção do Ensino Fundamental	40.000,00
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	40.000,00
0401.12.365.0002.2015	Manutenção do Ensino Infantil	57.000,00
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	57.000,00

13. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1301.20.206.0007.2050	Realização de Eventos Promocionais	1.000,00
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	1.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 30 de junho de 2020.

Omero Prim
Prefeito Municipal

Registrado e publicado aos trinta dias no mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Toni Vidal Jochem
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI N° 976/2020 FIXA O SUBSÍDIO DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA O MANDATO DE 2021 A 2024.

Publicação N° 2544706

LEI N° 976/2020

FIXA O SUBSÍDIO DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA O MANDATO DE 2021 A 2024.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara iniciou e aprovou, e ele

sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais) o subsídio mensal do Prefeito Municipal para o mandato de 2021 a 2024.

Art. 2º Fica fixado em R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) o subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal para o mandato de 2021 a 2024.

Art. 3º Fica fixado em R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais) o subsídio mensal do Secretário Municipal para o período de 2021 a 2024, vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie de remuneração.

Art. 4º O Prefeito, o Vice-Prefeito e o Secretário Municipal fazem jus ao 13º (décimo terceiro) subsídio integral ou proporcional ao tempo de exercício, devido no mês de dezembro de cada exercício ou no mês do seu afastamento do cargo, além de férias remuneradas acrescidas de 1/3 (um terço) do subsídio, devidas após cada período de 12 (doze) meses ou proporcionais ao tempo de exercício.

Art. 5º Os agentes políticos, a que se refere esta Lei, podem optar por escrito pela remuneração do cargo efetivo, se forem servidores municipais.

Art. 6º Ao Vice-Prefeito não é permitido acumular o subsídio com a remuneração de cargo efetivo, se servidor de qualquer ente federativo.

Art. 7º Os subsídios desta Lei devem ser revistos, anualmente, na mesma data da revisão geral anual da remuneração dos servidores municipais, sem distinção de índice.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021.

Águas Mornas, 30 de junho de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Toni Vidal Jochem
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 977/2020 FIXA O SUBSÍDIO DOS VEREADORES E DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A LEGISLATURA 2021 A 2024.

Publicação Nº 2544713

LEI Nº 977/2020

FIXA O SUBSÍDIO DOS VEREADORES E DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A LEGISLATURA 2021 A 2024.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, nos termos do art. 29, VI da Constituição Federal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara iniciou e aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal dos Vereadores para a legislação 2021 a 2024 é fixado em R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais).

§ 1º O valor a ser descontado do Vereador, por ausência às votações realizadas, ou às sessões é de R\$ 925,00 (novecentos e vinte e cinco reais).

Art. 2º O subsídio mensal do Presidente da Câmara é de R\$ 5.550,00 (cinco mil, quinhentos e cinquenta reais), para o mandato de 2021 a 2024.

Art. 3º O subsídio dos Vereadores, fixado por esta Lei, deve ser revisado anualmente, na mesma data e no mesmo índice dos servidores públicos municipais. (art. 37, X da CF).

Art. 4º O subsídio dos Vereadores não deverá ultrapassar o limite de 20% (vinte por cento), do que, a igual título, for pago em espécie, no mesmo mês, aos Deputados Estaduais. (art. 29, VI, a/f da CF).

Art. 5º A despesa total com o subsídio dos Vereadores, em cada exercício, não deve exceder a 5% (cinco por cento) da receita do Município.

Art. 6º A despesa total do Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos não deve exceder a 7% (sete por cento) do somatório da receita tributária e as transferências constitucionais, efetivamente arrecadadas no exercício anterior. (art. 29-A da CF).

Art. 7º A folha de pagamento da Câmara Municipal, incluído o gasto com o subsídio dos Vereadores não deve exceder a 70% (setenta por cento) da sua receita devida e transferida mensalmente a título de suprimento. (art. 29-A, § 1º da CF).

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2021.

Águas Mornas, 30 de junho de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Toni Vidal Jochem
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 974/2020 ALTERA A REDAÇÃO DA LEI Nº 292/1989, DE 01 DE MARÇO DE 1989, QUE DÁ NOME À RUA JOSÉ HIGINO MARTINS.

Publicação Nº 2544698

LEI Nº 974/2020

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI Nº 292/1989, DE 01 DE MARÇO DE 1989, QUE DÁ NOME À RUA JOSÉ HIGINO MARTINS.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 292, de 01 de março de 1989, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada “Prefeito José Higino Martins” a Rua que parte da Avenida Coronel Antônio Lehmkuhl e dá acesso ao Ginásio de Esportes Prefeito Walmor Lehmkuhl, se estendendo até a Rua Vitorina Deschamps Lehmkuhl”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Águas Mornas, 30 de junho de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Toni Vidal Jochem
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 975/2020 ADOTA O GENTÍLICO AGUASMORNENSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2544699

LEI Nº 975/2020

ADOTA O GENTÍLICO AGUASMORNENSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica adotado o gentílico AGUASMORNENSE para designar as pessoas nascidas no Município de Águas Mornas, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Mornas, 30 de junho de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Toni Vidal Jochem
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N°. 111/2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2543480

PORTARIA N°. 111/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, EM GOZO.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, em gozo, a partir do dia 03.07.2020, ao Servidor Público Municipal Senhor Natalino Steinbach, matrícula n°. 546, referente ao quinquênio de 11.04.2012 a 10.04.2017, ficando dois meses pendentes referentes ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 29 de junho de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

DENISE DINIZ CORDEIRO
Responsável**PORTARIA N°. 112/2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação N° 2543484

PORTARIA N°. 112/2020

Promove servidor por progressão por antiguidade à Referência do Padrão de Vencimento imediatamente superior a que se encontra.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº. 018/2015, de 21.12.2015,

RESOLVE:

Art. 1º. – PROMOVER por progressão por antiguidade o servidor abaixo relacionado à Referência do Padrão de Vencimento imediatamente superior a que se encontra em razão do atendimento ao disposto no artigo 35, § 1º. da Lei Complementar supra citada e conforme Parecer Jurídico N° 39/2020, de 25.06.2020:

372 - Aldori Caxambu - do Padrão 3E para o Padrão 3F.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01.06.2020.

Águas Mornas-SC, 29 de junho de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

LUANA CAROLINE DA SILVA
Responsável

Alfredo Wagner

PREFEITURA

4488/2020

Publicação N° 2544196

DECRETO N° 4488/2020

DENOMINA NOME DE RUA JÁ EXISTENTE NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 93, item VIII da Lei Orgânica do Município, nº. 170/90, de 05 de abril de 1990.

DECRETA:

Art. 1º. Fica por este ato decretado o nome da seguinte via pública na área urbana, já consolidada, do Município de Alfredo Wagner:

Rua: Samuel Schäffer, no Bairro Saltinho, com ponto inicial (S 27° 42. 413' - O 049° 20. 046') até ponto final (S 27° 41. 403 - O 049° 20. 825').

Art. 2º. A denominação atribuída atende ao desejo dos habitantes daqueles logradouros, sendo a citada Rua em área habitacional já consolidada.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 29 de junho de 2020.

Naudir Antonio Schmitz

Prefeito Municipal

PUBLICADO NESTA DATA

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 3031, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543990

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

GILBERTO ANTONIO MALTAURO, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

DECRETA:

Art. 1º fica concedido Licença para tratamento de saúde a Servidores Público Municipal em cargo de provimento em comissão, abaixo relacionados.

Matrícula	Servidor	Quantidade	Período de Afastamento
927	MARISE SCHWAMBACH REINHEIMER	01 dia 1/2 dia (manhã)	27/05/2020 24/06/2020
817	CRISTIANO ALEX AULER	1/2 dia (manhã)	19/06/2020
888	MARTA RODRIGUES	01 dia	24/06/2020

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 26 de junho de 2020.

GILBERTO ANTONIO MALTAURO
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável Pelas Publicações

LEI MUNICIPAL Nº 813 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544301

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, PARA A LEGISLATURA QUE INICIA EM 1º DE JANEIRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores propôs, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei,

Art. 1º. Na Legislatura que inicia em 1º de janeiro de 2021, o Vereador perceberá subsídio mensal, em parcela única, no valor de R\$1.723,58 (Um mil setecentos e vinte e três reais e cinquenta e oito centavos), quando no efetivo exercício do mandato, proibida qualquer outra espécie remuneratória ou indenizatória, exceto:

I – percepção de diárias, quando em viagem de representação ou a serviço do Poder Legislativo Municipal;

II – percepção de indenização de despesas realizadas em viagens de representação ou a serviço do Poder Legislativo Municipal, quando não há pagamento de diárias.

Art. 2º. O Suplente de Vereador, quando assumir vaga no Poder Legislativo Municipal, fará jus ao subsídio mensal, em parcela única, proporcional aos dias de efetivo exercício.

Art. 3º. A ausência injustificada do Vereador às reuniões implicará em desconto, calculado à razão de 25% (vinte e cinco por cento) do subsídio mensal, por sessão e ou reunião.

Art. 4º. O Vereador Presidente da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal perceberá subsídio mensal, em parcela única, no valor de R\$2.585,37 (Dois mil quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos), posto as atribuições contidas no art. 38 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

Art. 5º. Nas transmissões de cargo de Presidente, o Vereador que assumir a Presidência, fará jus ao subsídio mensal, pago em parcela única:

I – proporcional aos dias de efetivo exercício no cargo de Vereador; e

II – proporcional aos dias de efetivo exercício no cargo de Presidente.

Art. 6º. A soma dos subsídios mensais não poderá ultrapassar os limites estabelecidos na legislação vigente.

Art. 7º. Nos períodos de recesso do Poder Legislativo, é devido, integralmente, o pagamento dos subsídios de que trata esta Lei.

Art. 8º. A revisão dos subsídios de que trata esta Lei, será anual, na mesma época e proporção em que serão revistos os vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, respeitados os limites estabelecidos na legislação vigente.

Art. 9º. Os recursos necessários à execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.10. O número de edis na Câmara Municipal para a Legislatura que inicia em 1º de janeiro de 2021 será de 09 (nove) vereadores, conforme prevê o art. 29, IV, 'a', da CF.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Alto Bela Vista – SC, 29 de junho de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ADRIANA KOLLER
Responsável pelas Publicações

LEI MUNICIPAL Nº 814, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544318

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA O MANDATO QUE INICIA EM 1º DE JANEIRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores propôs, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei,

Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito do Município, para o mandato que inicia em 1º de janeiro de 2021, é fixado em R\$11.210,24 (Onze mil duzentos e dez reais e vinte e quatro centavos), pago em parcela única.

Art. 2º O subsídio mensal do Vice-Prefeito do Município, para o mandato que inicia em 1º de janeiro de 2021, é fixado em R\$4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), pago em parcela única.

Parágrafo único. O Vice Prefeito Municipal, quando no exercício do cargo de Prefeito, perceberá, o subsídio correspondente ao cargo, proporcionalmente ao período do efetivo exercício.

Art. 3º O Prefeito Municipal, terá direito a gozo de férias anuais, de trinta dias, sem prejuízo no recebimento do subsídio, após decorridos doze meses de exercício no cargo.

Art. 4º O subsídio mensal dos Gerentes/Secretários do Município, para o mandato que inicia em 1º de janeiro de 2021, é fixado em R\$4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), pago em parcela única.

Art. 5º Os agentes políticos de que trata esta lei não terão direito de receber verba indenizatória, a qualquer título, salvo disposto no artigo 6º.

Art. 6º Os agentes políticos que trata esta Lei, quando em viagem a serviço ou representação do Município terão direito a diária, regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º A revisão dos subsídios fixados por esta Lei, será anual, na mesma época e proporção em que serão revistos os vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, respeitados os limites estabelecidos na Legislação vigente.

Art. 8º Os recursos necessários à execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Alto Bela Vista – SC, 29 de junho de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ADRIANA KOLLER

Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 088, DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543996

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR ASSUNTOS PARTICULARES

GILBERTO ANTONIO MALTAURO, Prefeito em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 82, inciso VIII e seção VIII, art. 100-102 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005; que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratar assuntos particulares sem remuneração a Servidor Público Municipal LOIRACI CARMEN MAROLI ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E COPA a partir do dia 04 de junho de 2020 a 03 de junho de 2021, a pedido do servidor pelo requerimento datado de 04 de junho de 2020.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista em 24 de junho de 2020.

GILBERTO ANTONIO MALTAURO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER

Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 089, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543998

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

GILBERTO ANTONIO MALTAURO, Prefeito Municipal em exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados.

Matrícula	Servidor	Quantidade	Período de Afastamento
345/607	JUSSARA RETTORE REKSHAUSE	02 dias	03/06/2020 e 04/06/2020
924	DANIELA TEREZINHA DA ROSA ALLEBRANDT	01 dia	09/06/2020
581	ALESSANDRA MANFÉ	1/2 dia (tarde) 1/2 dia (tarde)	16/06/2020 23/06/2020
559	JOELSON ROBERTO WUADEN	1/2 dia (manhã)	19/06/2020
736	MARCOS ROGERIO BURGET	1/2 dia (tarde)	19/06/2020

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista/SC, em 26 de junho de 2020.

GILBERTO ANTONIO MALTAURO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER

Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO PP 0052020-FMS

Publicação Nº 2543371

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo nº 012/2020 – Pregão Presencial nº 005/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Anchieta - SC, por meio do Gestor Municipal, torna público que Homologou a Adjudicação do Processo Licitatório nº 012/2020, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Item, para: Aquisição de equipamentos para serem utilizados nos atendimentos gratuitos realizados no Consultório Odontológico da Unidade Básica de Saúde do Centro, no município de Anchieta/SC.

EMPRESAS VENCEDORAS:

J U V COMÉRCIO DE EQUIP. INFORMÁTICA EIRELI - EPP.

VALOR R\$: 3.320,00 (Três Mil, Trezentos e Vinte Reais).

ODONTOMEDI - PROD. ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA - EPP.

VALOR R\$: 1.255,50 (Um Mil, Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta Centavos).

VALOR TOTAL GERAL R\$: 4.575,50 (Quatro Mil, Quinhentos e Setenta e Cinco Reais e Cinquenta Centavos).

Anchieta, 29 de Junho de 2020.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor FMS.

PREGÃO PRESENCIAL 033/2020-PM

Publicação Nº 2543831

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 033/2020

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço, para: Registro de Preço visando "contratação de empresa especializada prestadora de serviços, para executar a mão de obra na manutenção da iluminação pública do Município de Anchieta/SC, sendo esta necessária em razão aos danos que acontecem devido ao tempo e condições de uso", pelo período de até 12 (doze) meses após a data de Homologação do Processo Licitatório. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 20/07/2020. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 29 de Junho de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 034/2020-PM

Publicação Nº 2543832

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 034/2020

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para: Registro de Preço visando aquisição de materiais elétricos, para manutenção, conservação e substituição no sistema de iluminação pública do município de Anchieta/SC, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da Homologação do Processo Licitatório. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 21/07/2020. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 29 de Junho de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

ANEXO I PRÉ OBRA DO EDITAL DE LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA OLÍMPIO DAL MAGRO

Publicação Nº 2543790

ANEXO I PRÉ-OBRA

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. DA RUA OLÍMPIO DAL MAGRO
TRECHO ENTRE A RUA VEREADOR GERALDO GARLET E A RUA DOMINGOS DAL RI.

NOME DO CONTRIBUINTE	CÓDIGO DO IMÓVEL	Nº DO LOTE	Nº DA MATRÍCULA	TESTADA DO LOTE (m.l.)	ÁREA DO LOTE (m²)	VALOR DO IMÓVEL (PRÉ-OBRA)
ZONA DE INFLUÊNCIA: RESIDENCIAL						
IVOLEI KRAEMER E IVONE M. R. KRAEMER	340	PARTE DO 425	1.606	22,00	440,00	R\$ 257.000,00
IVOLEI KRAEMER E IVONE M. R. KRAEMER	340	425-A	6.484	3,00	310,00	R\$ 76.000,00
ILSE PIELKE	443	PARTE DO 426	2.217	12,50	500,00	R\$ 170.000,00
ILVA ANA BASSO E JOÃO JOSÉ BASSO	326	PARTE DO 426	1.188	12,50	500,00	R\$ 134.000,00
JEDIEL CASSOL E FABIANE S. CASSOL	569/1629	427	2.892	25,00	2000,00	R\$ 478.000,00
JEDIEL CASSOL E FABIANE S. CASSOL	78	428	6.307	25,00	2000,00	R\$ 150.000,00
ADELINO PICCOLI	79	429 E 430	6.306	50,00	2000,00	R\$ 380.000,00
ILDO MEOTTI E ILSE PICCOLI MEOTTI	368	431	776	25,00	2000,00	R\$ 410.000,00
MITRA DIOCESANA DE CHAPECO	883	432 E 433	5.405	25,00	4000,00	R\$ 283.000,00
SELVINO LOLATO E CLECI MARIA LOLATO	765/1621	PARTE DO 398	2.616	20,00	500,00	R\$ 455.000,00
ANTONIO C. PARISOTTO E NOELI Z.M. PARISOTTO	211	PARTE DO 398	2.460	20,00	500,00	R\$ 145.000,00
JACQUEL R. MANTELLI E GELVANE ALVES DIAS	390	PARTE DO 397	5.325	20,00	500,00	R\$ 246.000,00
LEANDRO CARGNIN E LUANA D. CARNING	1348	PARTE DO 397	2.326	3,00	500,00	R\$ 190.000,00
MARIA ALICE RIZZOTTO HOFFMANN	932	PARTE DO 392	5.105	12,00	300,00	R\$ 217.000,00
HARRY MIGUEL HOFFMANN	0	PARTE DO 392	5.106	28,00	700,00	R\$ 243.000,00
APAE DE ANCHIETA	2812	PARTE DO 390	1.331	50,00	1750,00	R\$ 550.000,00
TATIANA SOMAVILLA SARI	1165	PARTE DO 382	4.082	25,00	500,00	R\$ 317.000,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	855	PARTE DO 382	4.111	25,00	500,00	R\$ 500.000,00
TOTAL DA RUA						R\$ 5.201.000,00

Anchieta/SC, em 30 de janeiro de 2020.

Claudecir Paulo Viera
Servidor Público Municipal
Membro

Joanival Camargo
Corretor de Imóveis
Membro

Carlos A. Antonietti
Servidor Público Municipal
Membro

Oscar Rizzotto
Servidor Público Estadual
Membro

ANEXO I PRÉ OBRA DO EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA SETE DE SETEMBRO 04-2019

Publicação N° 2543953

ANEXO I PRÉ-OBRA

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. DA RUA SETE DE SETEMBRO
TRECHO ENTRE A RUA AVENIDA BRASIL E AVENIDA ANCHIETA.

NOME DO CONTRIBUINTE	CÓDIGO DO IMÓVEL	Nº DO LOTE	Nº DA MATRÍCULA	TESTADA DO LOTE (m.l.)	ÁREA DO LOTE (m²)	VALOR DO IMÓVEL (PRÉ-OBRA)
ZONA DE INFLUÊNCIA: COMERCIAL E RESIDENCIAL						
LIANE SALETE SCOPEL ZILIO	317	PARTE DO 294	2.743	25,00	450,00	R\$ 495.000,00
LILIAN CRESTANI	1732	293-A	6.316	12,50	412,50	R\$ 283.000,00
MARIVONE TEREZINHA PARISOTTO CRESTANI	484	293-B	1.936	12,50	412,50	R\$ 100.000,00
IVO SCHAEFFER	673	PARTE DO 292	824	5,00	365,00	R\$ 230.000,00
ERNANI GRABIN	322	PARTE DO 292	2.589	20,00	636,00	R\$ 405.000,00
DALVA MARIA GARLET PASQUALLI	205	PARTE DO 292	729	25,00	1000,00	R\$ 200.000,00
NADIR SCORTEGAGNA E ALBANI T. SCORTEGAGNA	289	PARTE DO 295	4.716	25,00	335,00	R\$ 496.000,00
GAINOR LUIZ CERVINSKI	408	PARTE DO 295	2.269	17,00	425,00	R\$ 170.000,00
SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ANCHIETA	788	PARTE DO 297	1.323	18,50	1000,00	R\$ 355.000,00
VILSON LIVINALI	539	PARTE DO 298	1.589	20,00	350,00	R\$ 486.000,00
SANTO ANTONELLI E NOEMIA S. ANTONELLI	663	298 E 299	1.709	3,00	500,00	R\$ 145.000,00
DOVILIO DOMINGOS PIOVEZANI	233	PARTE DO 298	507	20,00	500,00	R\$ 884.000,00
TOTAL DA RUA						R\$ 4.249.000,00

Anchieta/SC, em 05 de fevereiro de 2020.

Claudecir Paulo Viera
Servidor Público Municipal
Membro

Joanival Camargo
Corretor de Imóveis
Membro

Carlos A. Antonietti
Servidor Público Municipal
Membro

Oscar Rizzotto
Servidor Público Estadual
Membro

ANEXO II PÓS OBRA DO EDITAL DE LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA OLÍMPIO DAL MAGRO

Publicação Nº 2543791

ANEXO II PÓS-OBRA

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. DA RUA OLÍMPIO DAL MAGRO
TRECHO ENTRE A RUA VEREADOR GERALDO GARLET E RUA DOMINGOS DAL RI.

NOME DO CONTRIBUINTE	CÓDIGO DO IMÓVEL	Nº DO LOTE	Nº DA MATRÍCULA	TESTADA DO LOTE (m.l.)	ÁREA DO LOTE (m²)	VALOR DO IMÓVEL (PÓS-OBRA)
ZONA DE INFLUÊNCIA: RESIDENCIAL						
IVOLEI KRAEMER E IVONE M. R. KRAEMER	340	PORTE DO 425	1.606	22,00	440,00	R\$ 287.000,00
IVOLEI KRAEMER E IVONE M. R. KRAEMER	340	425-A	6.484	3,00	310,00	R\$ 82.000,00
ILSE PIELKE	443	PORTE DO 426	2.217	12,50	500,00	R\$ 187.000,00
ILVA ANA BASSO E JOÃO JOSÉ BASSO	326	PORTE DO 426	1.188	12,50	500,00	R\$ 147.400,00
JEDIEL CASSOL E FABIANE S. CASSOL	569/1629	427	2.892	25,00	2000,00	R\$ 525.800,00
JEDIEL CASSOL E FABIANE S. CASSOL	78	428	6.307	25,00	2000,00	R\$ 162.000,00
ADELINO PICCOLI	79	429 E 430	6.306	50,00	2000,00	R\$ 418.000,00
ILDO MEOTTI E ILSE PICCOLI MEOTTI	368	431	776	25,00	2000,00	R\$ 451.000,00
MITRA DIOCESANA DE CHAPECO	883	432 E 433	5.405	25,00	4000,00	R\$ 311.300,00
SERVINO LOLATO E CLECI MARIA LOLATO	765/1621	PORTE DO 398	2.616	20,00	500,00	R\$ 509.600,00
ANTONIO C. PARISOTTO E NOELI Z.M. PARISOTTO	211	PORTE DO 398	2.460	20,00	500,00	R\$ 159.500,00
JAQUEIL R. MANTELLI E GELVANE ALVES DIAS	390	PORTE DO 397	5.325	20,00	500,00	R\$ 270.600,00
LEANDRO CARGNIN E LUANA D. CARNING	1348	PORTE DO 397	2.326	3,00	500,00	R\$ 209.000,00
MARIA ALICE RIZZOTTO HOFFMANN	932	PORTE DO 392	5.105	12,00	300,00	R\$ 238.700,00
HARRY MIGUEL HOFFMANN	0	PORTE DO 392	5.106	28,00	700,00	R\$ 267.300,00
APAE DE ANCHIETA	2812	PORTE DO 390	1.331	50,00	1750,00	R\$ 605.000,00
TATIANA SOMAVILLA SARI	1165	PORTE DO 382	4.082	25,00	500,00	R\$ 348.700,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	855	PORTE DO 382	4.111	25,00	500,00	R\$ 560.000,00
TOTAL DA RUA						R\$ 5.739.900,00

Anchieta/SC, em 07 de maio de 2020.

Claudecir Paulo Viera
Servidor Público Municipal
Membro

Joanival Camargo
Corretor de Imóveis
Membro

Carlos A. Antonietti
Servidor Público Municipal
Membro

Oscar Rizzotto
Servidor Público Estadual
Membro

ANEXO II PÓS OBRA DO EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA SETE DE SETEMBRO 04-2019

Publicação Nº 2543957

ANEXO II PÓS-OBRA

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. DA RUA SETE DE SETEMBRO
TRECHO ENTRE A RUA AVENIDA BRASIL E AVENIDA ANCHIETA.

NOME DO CONTRIBUINTE	CÓDIGO DO IMÓVEL	Nº DO LOTE	Nº DA MATRÍCULA	TESTADA DO LOTE (m.l.)	ÁREA DO LOTE (m²)	VALOR DO IMÓVEL (PÓS-OBRA)
ZONA DE INFLUÊNCIA: COMERCIAL E RESIDENCIAL						
LIANE SALETE SCOPEL ZILIO	317	PORTE DO 294	2.743	25,00	450,00	R\$ 554.400,00
LILIAN CRESTANI	1732	293-A	6.316	12,50	412,50	R\$ 311.300,00
MARIVONE TEREZINHA PARISOTTO CRESTANI	484	293-B	1.936	12,50	412,50	R\$ 108.000,00
IVO SCHAEFFER	673	PORTE DO 292	824	5,00	365,00	R\$ 253.000,00
ERNANI GRABIN	322	PORTE DO 292	2.589	20,00	636,00	R\$ 445.500,00
DALVA MARIA GARLET PASQUALI	205	PORTE DO 292	729	25,00	1000,00	R\$ 224.000,00
NADIR SCORTEGAGNA E ALBANI T. SCORTEGAGNA	289	PORTE DO 295	4.716	25,00	335,00	R\$ 555.520,00
GAINOR LUIZ CERVINSKI	408	PORTE DO 295	2.269	17,00	425,00	R\$ 187.000,00
SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ANCHIETA	788	PORTE DO 297	1.323	18,50	1000,00	R\$ 390.500,00
VILSON LIVINALI	539	PORTE DO 298	1.589	20,00	350,00	R\$ 534.600,00
SANTO ANTONELLI E NOEMIA S. ANTONELLI	663	298 E 299	1.709	3,00	500,00	R\$ 159.500,00
DOVILIO DOMINGOS PIOVEZANI	233	PORTE DO 298	507	20,00	500,00	R\$ 990.000,00
TOTAL DA RUA						R\$ 4.713.320,00

Anchieta/SC, em 07 de maio de 2020.

Claudecir Paulo Viera
Servidor Público Municipal
Membro

Joanival Camargo
Corretor de Imóveis
Membro

Carlos A. Antonietti
Servidor Público Municipal
Membro

Oscar Rizzotto
Servidor Público Estadual
Membro

ANEXO III VALORIZAÇÃO DO EDITAL DE LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA OLÍMPIO DAL MAGRO

Publicação N° 2543794

ANEXO III - VALORIZAÇÃO INDIVIDUAL

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. DA RUA OLÍMPIO DAL MAGRO.

TRECHO ENTRE A RUA VEREADOR GERALDO GARLET E RUA DOMINGOS DAL RI

NOME DO CONTRIBUINTE	CÓDIGO DO IMÓVEL	Nº DO LOTE	Nº DA MATRÍCULA	TESTADA DO LOTE (m.l.)	ÁREA DO LOTE (m²)	VALOR VENAL (PRÉ-OBRA)	VALOR VENAL (PÓS-OBRA)	VALORIZAÇÃO INDIVIDUAL DO IMÓVEL
ZONA DE INFLUÊNCIA: RESIDENCIAL								
IVOLEI KRAEMER E IVONE M. R. KRAEMER	340	PART. DO 425	1.606	22,00	440,00	R\$ 257.000,00	R\$ 287.000,00	R\$ 30.840,00
IVOLEI KRAEMER E IVONE M. R. KRAEMER	340	425-A	6.484	3,00	310,00	R\$ 76.000,00	R\$ 82.000,00	R\$ 6.000,00
ILSE PIELKE	443	PART. DO 426	2.217	12,50	500,00	R\$ 170.000,00	R\$ 187.000,00	R\$ 17.000,00
ILVA ANA BASSO E JOÃO JOSÉ BASSO	326	PART. DO 426	1.188	12,50	500,00	R\$ 134.000,00	R\$ 147.400,00	R\$ 13.400,00
JEDIEL CASSOL E FABIANE S. CASSOL	569/1629	427	2.892	25,00	2000,00	R\$ 478.000,00	R\$ 525.800,00	R\$ 47.800,00
JEDIEL CASSOL E FABIANE S. CASSOL	78	428	6.307	25,00	2000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 162.000,00	R\$ 12.000,00
ADELINO PICCOLI	79	429 E 430	6.306	50,00	2000,00	R\$ 380.000,00	R\$ 418.000,00	R\$ 38.000,00
ILDO MEOTTI E ILSE PICCOLI MEOTTI	368	431	776	25,00	2000,00	R\$ 410.000,00	R\$ 451.000,00	R\$ 41.000,00
MITRA DIOCESANA DE CHAPECO	883	432 E 433	5.405	25,00	4000,00	R\$ 283.000,00	R\$ 311.300,00	R\$ 28.300,00
SELVINO LOLATO E CLECI MARIA LOLATO	765/1621	PART. DO 398	2.616	20,00	500,00	R\$ 455.000,00	R\$ 509.600,00	R\$ 54.600,00
ANTONIO C. PARISOTTO E NOELI Z.M. PARISOTTO	211	PART. DO 398	2.460	20,00	500,00	R\$ 145.000,00	R\$ 159.500,00	R\$ 14.500,00
JACQUELI R. MANTELLI E GELVANE ALVES DIAS	390	PART. DO 397	5.325	20,00	500,00	R\$ 246.000,00	R\$ 270.600,00	R\$ 24.600,00
LEANDRO CARGNIN E LUANA D. CARNING	1348	PART. DO 397	2.326	3,00	500,00	R\$ 190.000,00	R\$ 209.000,00	R\$ 19.000,00
MARIA ALICE RIZZOTTO HOFFMANN	932	PART. DO 392	5.105	12,00	300,00	R\$ 217.000,00	R\$ 238.700,00	R\$ 21.700,00
HARRY MIGUEL HOFFMANN	0	PART. DO 392	5.106	28,00	700,00	R\$ 243.000,00	R\$ 267.300,00	R\$ 24.300,00
FAPAE DE ANCHIETA	2812	PART. DO 390	1.331	50,00	1.750,00	R\$ 550.000,00	R\$ 605.000,00	R\$ 55.000,00
TATIANA SOMAVILLA SARI	1165	PART. DO 382	4.082	25,00	500,00	R\$ 317.000,00	R\$ 348.700,00	R\$ 31.700,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	855	PART. DO 382	4.111	25,00	500,00	R\$ 500.000,00	R\$ 560.000,00	R\$ 60.000,00
TOTAL DA RUA						R\$ 5.201.000,00	R\$ 5.739.900,00	R\$ 539.740,00

Anchieta/SC, em 26 de junho de 2020.

Claudecir Paulo Viera
Servidor Público Municipal
Membro

Joanival Camargo
Corretor de Imóveis
Membro

Carlos A. Antonietti
Servidor Público Municipal
Membro

Oscar Rizzotto
Servidor Público Estadual
Membro

ANEXO III VALORIZAÇÃO DO EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA SETE DE SETEMBRO 04-2019

Publicação Nº 2543959

ANEXO III - VALORIZAÇÃO INDIVIDUAL

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. DA RUA SETE DE SETEMBRO.

TRECHO ENTRE A RUA AVENIDA BRASIL E AVENIDA ANCHIETA

NOME DO CONTRIBUINTE	CÓDIGO DO IMÓVEL	Nº DO LOTE	Nº DA MATRÍCULA	TESTADA DO LOTE (m.l.)	ÁREA DO LOTE (m²)	VALOR VENAL (PRÉ-OBRA)	VALOR VENAL (PÓS-OBRA)	VALORIZAÇÃO INDIVIDUAL DO IMÓVEL
ZONA DE INFLUÊNCIA: COMERCIAL E RESIDENCIAL								
LIANE SALETE SCOPEL ZILIO	317	PORTE DO 294	2.743	25,00	450,00	R\$ 495.000,00	R\$ 554.400,00	R\$ 59.400,00
LILIAN CRESTANI	1732	293-A	6.316	12,50	412,50	R\$ 283.000,00	R\$ 311.300,00	R\$ 28.300,00
MARIVONE TEREZINHA PARISOTTO CRESTANI	484	293-B	1.936	12,50	412,50	R\$ 100.000,00	R\$ 108.000,00	R\$ 8.000,00
IVO SCHAEFFER	673	PORTE DO 292	824	5,00	365,00	R\$ 230.000,00	R\$ 253.000,00	R\$ 23.000,00
ERNANI GRABIN	322	PORTE DO 292	2.589	20,00	636,00	R\$ 405.000,00	R\$ 445.500,00	R\$ 40.500,00
DALVA MARIA GARLET PASQUALLI	205	PORTE DO 292	729	25,00	1000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 224.000,00	R\$ 24.000,00
NADIR SCORTEGAGNA E ALBANI T. SCORTEGAGNA	289	PORTE DO 295	4.716	25,00	335,00	R\$ 496.000,00	R\$ 555.520,00	R\$ 59.520,00
GAIOR LUIZ CERVINSKI	408	PORTE DO 295	2.269	17,00	425,00	R\$ 170.000,00	R\$ 187.000,00	R\$ 17.000,00
SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ANCHIETA	788	PORTE DO 297	1.323	18,50	1000,00	R\$ 355.000,00	R\$ 390.500,00	R\$ 35.500,00
VILSON LIVINALLI	539	PORTE DO 298	1.589	20,00	350,00	R\$ 486.000,00	R\$ 534.600,00	R\$ 48.600,00
SANTO ANTONELLI E NOEMA S. ANTONELLI	663	298 E 299	1.709	3,00	500,00	R\$ 145.000,00	R\$ 159.500,00	R\$ 14.500,00
DOVILIO DOMINGOS PIOVEZANI	233	PORTE DO 298	507	20,00	500,00	R\$ 884.000,00	R\$ 990.000,00	R\$ 106.000,00
TOTAL DA RUA						R\$ 4.249.000,00	R\$ 4.713.320,00	R\$ 464.320,00

Anchieta/SC, em 07 de maio de 2020.

Claudecir Paulo Viera
Servidor Público Municipal
Membro

Joanival Camargo
Corretor de Imóveis
Membro

Carlos A. Antonietti
Servidor Público Municipal
Membro

Oscar Rizzotto
Servidor Público Estadual
Membro

ANEXO IV - CÁLCULO VALOR DEVIDO DO EDITAL DE LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA OLÍMPIO DAL MAGRO

Publicação Nº 2543796

ANEXO IV - FATOR INDIVIDUAL DE VALORIZAÇÃO E PLANO DE RATEIO DO CUSTO A SER RESSARCIDO

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. DA RUA OLÍMPIO DAL MAGRO

TRECHO ENTRE A RUA VEREADOR GERALDO GARLET E RUA DOMINGOS DAL RI.

NOME DO CONTRIBUINTE	CODIGO DO IMÓVEL	ÁREA DO LOTE (m.l.)	VALOR DO IMÓVEL (PRÉ-OBRA)	VALOR DO IMÓVEL (PÓS-OBRA)	VALORIZAÇÃO INDIVIDUAL DO IMÓVEL	FATOR INDIVIDUAL DE VALORIZAÇÃO	VALOR INDIVIDUAL DA CONTR. MELHORIA (*)
ZONA DE INFLUÊNCIA: RESIDENCIAL							
IVOLEI KRAEMER E IVONE M. R. KRAEMER	340	22,00	R\$ 440,00	R\$ 287.000,00	R\$ 30.840,00	5,7139%	R\$ 3.365,42
IVOLEI KRAEMER E IVONE M. R. KRAEMER	340	3,00	R\$ 310,00	R\$ 82.000,00	R\$ 6.000,00	1,1116%	R\$ 854,75
ILSE PIELKE	443	12,50	R\$ 500,00	R\$ 170.000,00	R\$ 17.000,00	3,1497%	R\$ 1.855,13
ILVA ANA BASSO E JOÃO JOSÉ BASSO	326	12,50	R\$ 500,00	R\$ 134.000,00	R\$ 13.400,00	2,4827%	R\$ 1.462,28
JEDIEL CASSOL E FABIANE S. CASSOL	569/1629	25,00	R\$ 2.000,00	R\$ 478.000,00	R\$ 526.800,00	8,8611%	R\$ 5.216,18
JEDIEL CASSOL E FABIANE S. CASSOL	78	25,00	R\$ 2.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 162.000,00	2,2233%	R\$ 1.309,50
ADELINO PICCOLI	79	50,00	R\$ 2.000,00	R\$ 380.000,00	R\$ 418.000,00	7,0404%	R\$ 4.146,75
ILDO MEOTTE E ILSE PICCOLI MEOTTE	368	25,00	R\$ 2.000,00	R\$ 410.000,00	R\$ 41.000,00	7,9863%	R\$ 3.068,24
MITRA DIODESANA DE CHAPECO	883	20,00	R\$ 400,00	R\$ 283.000,00	R\$ 311.300,00	5,2433%	R\$ 3.068,24
SERVINO LOLATO E CLECI MARIA LOLATO	763/1621	20,00	R\$ 500,00	R\$ 455.000,00	R\$ 509.800,00	10,1160%	R\$ 1.952,31
ANTONIO C. PARISOTTO E NOELIZ M. PARISOTTO	211	20,00	R\$ 500,00	R\$ 145.000,00	R\$ 159.900,00	2,8865%	R\$ 1.592,31
JACQUELI R. MANTELLI E GELVANE ALVES DIAS	380	20,00	R\$ 500,00	R\$ 246.000,00	R\$ 270.800,00	4,5578%	R\$ 2.684,48
LEANDRO CARGNIN E LUANA D. CARNING	1348	3,00	R\$ 300,00	R\$ 190.000,00	R\$ 209.000,00	3,5202%	R\$ 2.073,38
MARIA ALICE RIZZOTTO HOFFMANN	932	12,00	R\$ 300,00	R\$ 217.000,00	R\$ 238.700,00	4,0205%	R\$ 2.368,01
HARRY MIGUEL HOFFMANN	0	28,00	R\$ 700,00	R\$ 243.000,00	R\$ 267.300,00	4,5022%	R\$ 2.651,74
APAE DE ANCHIETA	2812	50,00	R\$ 1.750,00	R\$ 550.000,00	R\$ 605.000,00	10,1901%	R\$ 6.001,88
TATIANA SOMAVILLA SARI	1165	25,00	R\$ 500,00	R\$ 317.000,00	R\$ 348.700,00	5,8732%	R\$ 3.459,26
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	855	25,00	R\$ 500,00	R\$ 500.000,00	R\$ 560.000,00	11,1165%	R\$ 6.547,50
TOTAL DA RUA			R\$ 5.201.000,00	R\$ 5.739.900,00	R\$ 539.740,00	100,00%	R\$ 58.899,13

VALOR TOTAL DA OBRA - R\$ 196.330,46 X 30% (ART. 287 DO CTM) = R\$ 58.899,13 (CINQUENTA E OITO MIL, OTOCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E TREZE CENTAVOS)

(*) O VALOR INDIVIDUAL DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA É ORIUNDO DA APLICAÇÃO DO FATOR INDIVIDUAL DE VALORIZAÇÃO (F.I.V) SOBRE O VALOR TOTAL A RESSARCIDO DE R\$ 58.899,13

Anchieta, SC, em 26 de junho de 2020.

Claudecir Paulo Viera
Servidor Público Municipal
Membro

Joanival Camargo
Corretor de Imóveis
Membro

Carlos A. Antonietti
Servidor Público Municipal
Membro

Oscar Rizzotto
Servidor Público Estadual
Membro

Ernani Bonifante
Servidor Público Municipal
Membro



ANEXO IV CÁLCULO VALOR DEVIDO DO EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA SETE DE SETEMBRO 04-2019

Publicação Nº 2543962

ANEXO IV - FATOR INDIVIDUAL DE VALORIZAÇÃO E PLANO DE RATEIO DO CUSTO A SER RESSARCIDO

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. DA RUA SETE DE SETEMBRO
TRECHO ENTRE A RUA AVENIDA BRASIL E AVENIDA ANCHIETA.

NOME DO CONTRIBUINTE	CODIGO DO IMÓVEL	ÁREA DO LOTE (m²)	VALOR DO IMÓVEL (PRÉ-OBRA)	VALOR DO IMÓVEL (PÓS-OBRA)	VALORIZAÇÃO INDIVIDUAL DO IMÓVEL	FATOR INDIVIDUAL DE VALORIZAÇÃO	VALOR INDIVIDUAL DA CONTR. MELHORIA (*)
ZONA DE INFLUÊNCIA COMERCIAL E RESIDENCIAL							
LIANE SALETE SCOPPEL ZILIO	317	25,00	R\$ 495.000,00	R\$ 564.400,00	R\$ 59.400,00	12,7025%	R\$ 3.120,43
LILIAN CRESTANI	1732	12,50	R\$ 283.000,00	R\$ 311.300,00	R\$ 28.300,00	6,0949%	R\$ 1.466,67
MARIVONE TEREZINHA PARISOTTO CRESTANI	484	12,50	R\$ 100.000,00	R\$ 108.000,00	R\$ 8.000,00	1,7230%	R\$ 420,26
JO SCHAEFFER	673	5,00	R\$ 230.000,00	R\$ 253.000,00	R\$ 23.000,00	4,9535%	R\$ 1.208,23
ERIVANI GRABIN	322	20,00	R\$ 405.000,00	R\$ 445.500,00	R\$ 40.500,00	8,7224%	R\$ 2.127,56
DALVA MARIA GARLET PASQUALI	205	25,00	R\$ 200.000,00	R\$ 224.000,00	R\$ 24.000,00	5,1688%	R\$ 1.260,78
NADIR SCORTEGAGNA E ALBANI T. SCORTEGAGNA	289	25,00	R\$ 496.000,00	R\$ 555.520,00	R\$ 59.520,00	12,8187%	R\$ 3.126,73
GAINOR LUIZ CERVINSKI	408	17,00	R\$ 170.000,00	R\$ 187.000,00	R\$ 17.000,00	3,6613%	R\$ 893,05
SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ANCHIETA	788	18,50	R\$ 355.000,00	R\$ 390.500,00	R\$ 35.500,00	7,6456%	R\$ 1.864,90
VILSON LIVINALLI	539	20,00	R\$ 486.000,00	R\$ 534.600,00	R\$ 48.600,00	10,4669%	R\$ 2.553,08
SANTO ANTONELLI E NOEMIA S. ANTONELLI	663	3,00	R\$ 145.000,00	R\$ 159.500,00	R\$ 14.500,00	3,1228%	R\$ 761,72
DOMÍLIO DOMINGOS PIOVEZANI	233	20,00	R\$ 884.000,00	R\$ 990.000,00	R\$ 106.000,00	22,8291%	R\$ 5.568,44
TOTAL DA RUA			R\$ 4.249.000,00	R\$ 4.713.320,00	R\$ 464.320,00	100,00%	R\$ 24.391,86

VALOR TOTAL DA OBRA - R\$ 81.306,21 X 30% (ART. 287 DO CTM) = R\$ 24.391,86 (VINTE E QUATRO MIL, TREZENTOS E NOVENTA E UM REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS)

(*) O VALOR INDIVIDUAL DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA É ORIUNDO DA APLICAÇÃO DO FATOR INDIVIDUAL DE VALORIZAÇÃO (F.I.V) SOBRE O VALOR TOTAL A RESSARCIDO DE R\$ 24.391,86

Anchieta/SC, em 26 de junho de 2020.

Claudecir Paulo Viera
Servidor Público Municipal
Membro

Joanival Camargo
Corretor de Imóveis
Membro

Carlos A. Antonietti
Servidor Público Municipal
Membro

Oscar Rizzotto
Servidor Público Estadual
Membro

Emani Bonfante
Servidor Público Municipal
Membro

EDITAL DE CONCLUSÃO DE OBRA, AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS, CÁLCULO E LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA OLÍMPIO DAL MAGRO (PROCESSO 02-2019)

Publicação Nº 2543789

**Estado de Santa Catarina
Município de Anchieta****EDITAL DE CONCLUSÃO DE OBRA, AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS,
CÁLCULO E LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
INDIVIDUAL**

ESTABELECE O PLANO DE COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, PROCESSO 02/2019, REFERENTE À EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. DA RUA OLÍMPIO DAL MAGRO, TRECHO ENTRE A RUA VEREADOR GERALDO GARLET E RUA DOMINGOS DAL RI, NESTA CIDADE DE ANCHIETA/SC.

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente, em especial ao que dispõem os artigos 287 ao 308 da Lei Complementar nº 001/2005 – Código Tributário Municipal e artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional (CTN), FAZ SABER a quem interessar que pelo presente Edital fica estabelecido o plano de cobrança da Contribuição de Melhoria, referente à execução de pavimentação asfáltica da **RUA OLÍMPIO DAL MAGRO, TRECHO ENTRE A RUA VEREADOR GERALDO GARLET E RUA DOMINGOS DAL RI**, nesta cidade de Anchieta, decorrente de valorização imobiliária, obedecendo a Legislação vigente e as seguintes normas, condições e especificações:

1 – IDENTIFICAÇÃO E CUSTO DA OBRA

Edital prévio de lançamento da obra: Tomada de Preços nº 005/2019, de 09 de outubro de 2019

Data da conclusão da obra: 26/06/2020

Descrição: Pavimentação asfáltica em C.B.U.Q.

Área total: 2.902,17 m²

Endereço da obra: Rua Olímpio Dal Magro, Centro da Cidade, Anchieta/SC

Valor total da obra: **R\$ 196.330,46**

Valor total a ser ressarcido pelos beneficiários dos imóveis: **R\$ 58.899,14**

2 – INFORMAÇÕES PRELIMINARES

O processo de cálculo da contribuição e determinação da valorização individual e total dos imóveis beneficiados, por delegação do Decreto nº 193/2019 de 29/10/2019, foi realizado pela Comissão de Avaliação, constituída por representantes do Poder Público Municipal e representantes da Sociedade Civil organizada.

3 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

Será devida a Contribuição de Melhoria, somente no caso de valorização de imóveis de propriedade privada, desse modo, não há incidência



Estado de Santa Catarina Município de Anchieta

de Contribuição de Melhoria sobre o acréscimo do valor do imóvel integrante do Patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios, bem como de suas autarquias e de suas fundações, mesmo que localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas municipais, nos termos dos artigos 290 e 291, da Lei Complementar nº 001/2005.

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será equivalente a **30% (trinta por cento)** da soma total do custo da obra, ou seja, **R\$ 58.899,14 (cinquenta e oito mil, oitocentos e noventa e nove reais e quatorze centavos)**.

4 – DA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

A valorização imobiliária dos imóveis beneficiados pela obra foi determinada com base na variação patrimonial dos imóveis beneficiados observando a variação ocorrida entre a situação anterior e posterior à realização da obra, conforme consta nos Anexos I, II e III e Laudos de Avaliação de Imóvel emitidos individualmente pela Comissão de Avaliação, nomeados através do Decreto nº 193/2019.

A valoração dos terrenos e benfeitorias, antes e após a realização da obra, foi realizada com base no conhecimento de mercado das pessoas que integram a Comissão de Avaliação, a visualização dos imóveis e as informações mantidas em arquivo na Prefeitura Municipal.

5 – DO CÁLCULO E LANÇAMENTO:

A Contribuição de Melhoria de cada imóvel foi calculada rateando-se, proporcionalmente, o equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do custo a ser ressarcido, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária, valores estes apurados no Anexo III.

Para efeito de cálculo e lançamento da contribuição de melhoria, considerar-se-ão, como uma só propriedade, as áreas contíguas do mesmo proprietário, ainda que provenientes de diversos títulos. Cada lote independente terá seu lançamento individual, sendo considerado, para fins de cálculo, a valorização individual do imóvel, conforme demonstrado no Anexo IV

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria, cujos valores estão consignados no ANEXO IV do presente Edital, deverá ser feito diretamente ao Município de Anchieta, através da instituição bancária conveniada e por ela indicada.

Poderá o contribuinte optar pelo pagamento parcelado ou em cota única, incidindo sobre o parcelamento a correção monetária anual, com vinculação do saldo devedor à UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, considerando as seguintes condições:



Estado de Santa Catarina Município de Anchieta

- a) em até 48 (quarenta e oito) prestações mensais e sucessivas, sendo que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 24,63, com vencimento inicial na data de **30 de julho de 2020** e,
- b) Em cota única, com 15% (quinze por cento) de desconto, com vencimento no dia **30 de julho de 2020**.

Caso o contribuinte opte pelo pagamento em cota única, deverá manifestar a opção através de requerimento dirigido à autoridade fazendária (setor de tributos) até o dia **09 de julho de 2020**. No caso de parcelamento, também é necessário requerimento para informar a quantidade de parcelas desejada pelo contribuinte, até a data de **30 de julho de 2020**.

Para o caso de atraso no pagamento, incidirão sobre os débitos os encargos previstos na legislação municipal aplicável à espécie.

O não pagamento de 02 (duas) parcelas até o vencimento da terceira parcela subsequente, implica no descumprimento do parcelamento concedido e obriga o sujeito passivo do crédito tributário às sanções legais e a antecipação do vencimento das parcelas vincendas com o vencimento em uma única parcela na data da primeira vencida, nos termos do & 4º, do artigo 102, da Lei Complementar nº 001/2005.

7 – IMPUGNAÇÕES

Os proprietários de imóveis situados na rua beneficiada pela obra de pavimentação asfáltica tratada pelo presente Edital terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do presente para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao Impugnante o ônus da prova.

A impugnação será feita mediante petição fundamentada apresentada à repartição fazendária municipal.

O Processo Administrativo obedecerá ao disposto na Lei Complementar nº 001/2005.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam fazendo parte do presente Edital os ANEXOS I, II, III e IV.

Para conhecimento dos interessados, será o presente Edital publicado no Átrio da Prefeitura Municipal de Anchieta, no órgão de imprensa oficial do Município e, ainda, para demais informações poderão ser obtidas junto a Secretaria da Fazenda, pessoalmente ou através do telefone 49 3653 3200.

Anchieta/SC, 29 de junho de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONCLUSÃO DE OBRA, AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS, CÁLCULO E LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA SETE DE SETEMBRO (04-2019)

Publicação N° 2543950

**Estado de Santa Catarina
Município de Anchieta****EDITAL DE CONCLUSÃO DE OBRA, AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS,
CÁLCULO E LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
INDIVIDUAL.**

ESTABELECE O PLANO DE COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, PROCESSO N° 04/2019, REFERENTE À EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. DA RUA SETE DE SETEMBRO, TRECHO ENTRE A RUA AVENIDA BRASIL E AVENIDA ANCHIETA, NESTA CIDADE DE ANCHIETA/SC.

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente, em especial ao que dispõem os artigos 287 ao 308 da Lei Complementar nº 001/2005 – Código Tributário Municipal e artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional (CTN), FAZ SABER a quem interessar que pelo presente Edital fica estabelecido o plano de cobrança da Contribuição de Melhoria, referente à execução de pavimentação asfáltica da **RUA SETE DE SETEMBRO, TRECHO ENTRE A RUA AVENIDA BRASIL E AVENIDA ANCHIETA**, nesta cidade de Anchieta, decorrente de valorização imobiliária, obedecendo a Legislação vigente e as seguintes normas, condições e especificações:

1 – IDENTIFICAÇÃO E CUSTO DA OBRA

Edital prévio de lançamento da obra: Tomada de Preços nº 005/2019, de 09 de outubro de 2019

Data da conclusão da obra: __/05/2020

Descrição: Pavimentação asfáltica em C.B.U.Q.

Área total: 1.240,70 m²

Endereço da obra: Rua Sete de Setembro, Centro da Cidade, Anchieta/SC

Valor total da obra: **R\$ 81.306,21**

Valor total a ser ressarcido pelos beneficiários dos imóveis: **R\$ 24.391,86**

2 – INFORMAÇÕES PRELIMINARES

O processo de cálculo da contribuição e determinação da valorização individual e total dos imóveis beneficiados, por delegação do Decreto nº 193/2019 de 29/10/2019, foi realizado pela Comissão de Avaliação, constituída por representantes do Poder Público Municipal e representantes da Sociedade Civil organizada.

3 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

Será devida a Contribuição de Melhoria, somente no caso de valorização de imóveis de propriedade privada, desse modo, não há incidência de Contribuição de Melhoria sobre o acréscimo do valor do imóvel integrante



Estado de Santa Catarina Município de Anchieta

do Patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios, bem como de suas autarquias e de suas fundações, mesmo que localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas municipais, nos termos dos artigos 290 e 291, da Lei Complementar nº 001/2005.

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será equivalente a **30% (trinta por cento)** da soma total do custo da obra, ou seja, **R\$ 24.391,86 (vinte e quatro mil, trezentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos)**.

4 – DA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

A valorização imobiliária dos imóveis beneficiados pela obra foi determinada com base na variação patrimonial dos imóveis beneficiados observando a variação ocorrida entre a situação anterior e posterior à realização da obra, conforme consta nos Anexos I, II e III e Laudos de Avaliação de Imóvel emitidos individualmente pela Comissão de Avaliação, nomeados através do Decreto nº 193/2019.

A valoração dos terrenos e benfeitorias, antes e após a realização da obra, foi realizada com base no conhecimento de mercado das pessoas que integram a Comissão de Avaliação, a visualização dos imóveis e as informações mantidas em arquivo na Prefeitura Municipal.

5 – DO CÁLCULO E LANÇAMENTO:

A Contribuição de Melhoria de cada imóvel foi calculada rateando-se, proporcionalmente, o equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do custo a ser ressarcido, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária, valores estes apurados no Anexo III.

Para efeito de cálculo e lançamento da contribuição de melhoria, considerar-se-ão, como uma só propriedade, as áreas contíguas do mesmo proprietário, ainda que provenientes de diversos títulos. Cada lote independente terá seu lançamento individual, sendo considerado, para fins de cálculo, a valorização individual do imóvel, conforme demonstrado no Anexo IV

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria, cujos valores estão consignados no ANEXO IV do presente Edital, deverá ser feito diretamente ao Município de Anchieta, através da instituição bancária conveniada e por ela indicada.

Poderá o contribuinte optar pelo pagamento parcelado ou em cota única, incidindo sobre o parcelamento a correção monetária anual, com vinculação do saldo devedor à UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, considerando as seguintes condições:



Estado de Santa Catarina
Município de Anchieta

a) em até 48 (quarenta e oito) prestações mensais e sucessivas, sendo que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 24,63, com vencimento inicial na data de **30 de julho de 2020**; e,

b) Em cota única, com 15% (quinze por cento) de desconto, com vencimento no dia **30 de julho de 2020**.

Caso o contribuinte opte pelo pagamento em cota única, deverá manifestar a opção através de requerimento dirigido à autoridade fazendária (setor de tributos) até o dia **09 de julho de 2020**. No caso de parcelamento, também é necessário requerimento para informar a quantidade de parcelas desejada pelo contribuinte, até a data de **30 de julho de 2020**.

Para o caso de atraso no pagamento, incidirão sobre os débitos os encargos previstos na legislação municipal aplicável à espécie.

O não pagamento de 02 (duas) parcelas até o vencimento da terceira parcela subsequente, implica no descumprimento do parcelamento concedido e obriga o sujeito passivo do crédito tributário às sanções legais e a antecipação do vencimento das parcelas vincendas com o vencimento em uma única parcela na data da primeira vencida, nos termos do & 4º, do artigo 102, da Lei Complementar nº 001/2005.

7 – IMPUGNAÇÕES

Os proprietários de imóveis situados na rua beneficiada pela obra de pavimentação asfáltica tratada pelo presente Edital terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do presente para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao Impugnante o ônus da prova.

A impugnação será feita mediante petição fundamentada apresentada à repartição fazendária municipal.

O Processo Administrativo obedecerá ao disposto na Lei Complementar nº 001/2005.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam fazendo parte do presente Edital os ANEXOS I, II, III e IV.

Para conhecimento dos interessados, será o presente Edital publicado no Átrio da Prefeitura Municipal de Anchieta, no órgão de imprensa oficial do Município e, ainda, para demais informações poderão ser obtidas junto a Secretaria da Fazenda, pessoalmente ou através do telefone 49 3653 3200.

Anchieta/SC, 29 de junho de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

LAUDO DE CONCLUSÃO DE OBRA-RUA OLÍMPIO DAL MAGRO (PROCESSO 02-2019)

Publicação N° 2543783

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA**

Anchieta / SC 26 de junho de 2020

DECLARAÇÃO 010/2020**ENCAMINHAMENTO:** Assessoria de Planejamento**FINALIDADE:** Declaração de Conclusão de obra.

Declaramos para os fins de lançamento e cobrança da contribuição de melhoria da infraestrutura pública dos seguintes lugares:

Rua Ipiranga – Em torno do CEMEIF;
Rua Buenos Aires – Em torno do CEMEIF;
Rua Minas Gerais – Em torno do CEMEIF;
Rua 7 de Setembro;
Rua Domingos Dal Ri;
Rua Olímpio Dal Magro;

Que os lugares recentemente pavimentados com concreto asfáltico C.B.U.Q, foram concluídos e tem condições de utilização.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente.

João Everton Ruby
Engenheiro Municipal

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: engenharia@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.

Página 1 de 1

LAUDO DE CONCLUSÃO DE OBRA-RUA SETE DE SETEMBRO (PROCESSO 04-2019)

Publicação N° 2543942

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA**

Anchieta / SC 26 de junho de 2020

DECLARAÇÃO 010/2020**ENCAMINHAMENTO:** Assessoria de Planejamento**FINALIDADE:** Declaração de Conclusão de obra.

Declaramos para os fins de lançamento e cobrança da contribuição de melhoria da infraestrutura pública dos seguintes lugares:

Rua Ipiranga – Em torno do CEMEIF;
Rua Buenos Aires – Em torno do CEMEIF;
Rua Minas Gerais – Em torno do CEMEIF;
Rua 7 de Setembro;
Rua Domingos Dal Ri;
Rua Olímpio Dal Magro;

Que os lugares recentemente pavimentados com concreto asfáltico C.B.U.Q, foram concluídos e tem condições de utilização.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente.

João Everton Ruby
Engenheiro Municipal

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: engenharia@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.

Página 1 de 1

Angelina

PREFEITURA

CONTRATO N° 047/2020

Publicação N° 2543186

CONTRATO N°: 047/2020

CONTATANTE: Município de Angelina

CNPJ n° 82.951.195/0001-10

CONTATADA: Ricardo Gelsleuchter

CPF n° 077.716.139-77

DAP n° SDW00777161397723021101131

OBJETO: Aquisição gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para uso na merenda escolar.

VALOR: R\$ 5.393,25 (cinco mil e trezentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos).

DATA: 29/06/2020

CHAMADA PUBLICA n° 001/2020

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N° 040/2020

Publicação N° 2543151

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N° 040/2020 - REAJUSTE

LICITAÇÃO: Pregão Presencial n° 017/2020

CONTRATADA: Auto Posto Patrício Ltda.

CNPJ: 75.534.818/0001-93

OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de combustíveis

OBJETO DO ADITIVO: Os valores do objeto do presente contrato, de acordo com a Cláusula Sexta do Contrato, serão aplicados uma readequação de valores, sendo que o valor do item 1 do lote 1 (gasolina comum) passará de R\$ 3,897 (três reais e oitenta e nove centavos e sete milésimos) para R\$ 4,07 (quatro reais e sete centavos).

FUNDAMENTO: o presente aditivo encontra embasamento legal no artigo 65, inciso II, alínea ☐d☐ da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

LOCAL E DATA: Angelina/SC em 29 de junho de 2020.

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO N. 71/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N. 44/2020

Publicação Nº 2543173

AVISO DE ERRATA

Onde lê-se:

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 72/2020; Tomada de Preços nº 07/2020 ; Tipo: Empreitada Por Menor Preço Global; Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição de máscara tripla cirúrgica com elástico, luva de procedimento látex com pó e termômetro infravermelho sem contato, para uso na Secretaria de Saúde, de Administração e Educação do Município de Antônio Carlos/SC,, conforme memorial descritivo, projetos, art, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexos, parte integrante deste edital. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 08 de julho de 2020 as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:00 as 13:00, pelo fone (48) 3272-8621, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos/SC, 24 de junho de 2020

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Leia –se:

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 71/2020; Pregão Registro de preços nº 44/2020 ; Tipo: ,Menor preço por Item; Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição de máscara tripla cirúrgica com elástico, luva de procedimento látex com pó e termômetro infravermelho sem contato, para uso na Secretaria de Saúde, de Administração e Educação do Município de Antônio Carlos/SC,, conforme memorial descritivo, projetos, art, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexos, parte integrante deste edital. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 08 de julho de 2020 as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:00 as 13:00, pelo fone (48) 3272-8621, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos/SC, 24 de junho de 2020

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 69/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N. 43/2020

Publicação Nº 2543695

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n. 69/2020. Pregão Presencial n. 43/2020. Tipo: Menor preço por item. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição parcelada de material gráfico para utilização pelas Secretarias do Município de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital. Entrega dos envelopes: Dia 09 de julho de 2020, as 12h00min, na Prefeitura de Antônio Carlos/SC. Abertura da sessão: Dia 10 de julho de 2020, as 09h00min, no Auditório da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos/SC. Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações Municipal, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07h00min às 13h00min, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos/SC, 29 de junho de 2020.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 68/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N. 42/2020

Publicação Nº 2543645

PROCESSO LICITATÓRIO N. 68/2020

PREGÃO PRESENCIAL N. 42/2020

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Antônio Carlos/SC torna pública a RETIFICAÇÃO do edital do Processo Licitatório n. 68/2020, Pregão Presencial n. 42/2020, item 7.2., o qual passa a ter a seguinte redação:

7.2. A documentação para fins de habilitação a ser incluída no envelope n. 2 pelas licitantes é constituída de:

7.2.1. Para Pessoas Jurídicas:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Nacional e a Dívida Ativa da União, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 1.751, de 02 de outubro de 2014;
- c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- f) Certidão negativa de débitos trabalhistas, provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452/1943, com a redação dada pela Lei n. 12.440/2011.
- g) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante (sistemas SAJ e E-PROC);
- h) Declaração de inexistência de fatos impeditivos, conforme modelo constante no Anexo IV deste edital;
- i) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, conforme Anexo V deste edital.
- j) Alvará de funcionamento da sede da licitante, e alvará sanitário quando for inerente ao exercício da atividade.
- k) Certidão da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, demonstrando que a seguradora está com suas reservas técnicas regularizadas;
- l) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando sua aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do pregão, por haver fornecido serviços iguais ou similares aos do objeto da licitação.

A retificação refere-se à inclusão de documentação descritas nas alíneas "k" e "j", com o intuito de imprimir maior segurança jurídica na contratação.

As demais disposições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos/SC, 29 de junho de 2020.

GERALDO PAULI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N 370/2020

Publicação Nº 2543495

PORTARIA Nº 370/2020

Revoga nomeação de servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei 558/92 e,

Considerando que o Sr. Jean Carlos Bonissoni da Silva, nomeado para o cargo de Médico 40h em 09 de junho de 2020, manifestou sua desistência de tomar posse, assinando o respectivo termo de desistência de posse.

RESOLVE:

Artigo 1º - Revogar a nomeação do Sr. Jean Carlos Bonissoni da Silva, aprovado no Concurso Público do Município de Antônio Carlos, realizado de acordo com o Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 02/2019, nomeado para o cargo de Auxiliar de Médico 40H pela Portaria 342/2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 29 de junho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 30 de junho de 2020.

PORTARIA N 371/2020

Publicação Nº 2543496

PORTARIA Nº 371/2020

DISPÕE A RESPEITO DA NOMEAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO EM 07º LUGAR NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018, PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DE MÉDICO, DO QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Prefeito Municipal, Geraldo Pauli, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em caráter efetivo o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a), aprovados(a) no Concurso Público nº 01/2018, do Poder Executivo Municipal de Antônio Carlos - SC, em virtude da Homologação de seu resultado publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), Edição Nº 2729 de 15 de janeiro de 2019, obedecida a ordem de classificação, consoante o seguinte quadro geral:

Inscrição	Nome	Classif.	Cargo
768	SUELEN DOS SANTOS SCHMITZ	08º	MÉDICO 40H

Art. 2º - O(a) candidato(a) nomeado(a), na forma do artigo 1º, fica desde já convocado(a) para tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), iniciando o exercício de suas funções, desde que considerado apto no exame médico de caráter eliminatório segundo o disposto no item 9 do Edital nº 01/2018, cumpridas as formalidades legais relativas à comprovação dos requisitos mínimos para investidura, nomeação e posse, por meio de declarações e documentações; bem como mediante a entrega dos documentos indispensáveis ao Ato da Admissão constantes do Anexo VI, da Instrução Normativa N.TC-11/2011, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), a saber:

I. Comprovação relativa a:

- a) nacionalidade brasileira;
- b) gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor);
- c) quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- d) quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
- e) idade mínima de 18 anos;
- f) habilitação exigida no edital;

II. Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público;**III. Informação concernente aos dados pessoais como: CPF, RG, número do PIS/PASEP;****IV. Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional;****V. Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;****VI. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;****VII. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;****VIII. Comprovante de endereço;****IX. Declaração de bens;****X. Exame médico de aptidão física e mental comprovada por junta médica oficial;****XI. Foto 3x4.**

Art. 3º - O não comparecimento do(a) candidato(a) nomeado(a) ou a não apresentação de justificativa, bem como o não cumprimento dos requisitos mínimos exigidos no artigo 2º, implica automaticamente na nulidade de sua nomeação, com a perda dos direitos decorrentes daquela.

Art. 4º - Além da convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), para os fins e efeitos legais, a relação dos convocados de que trata o artigo 1º será divulgada no sítio eletrônico do Município Antônio Carlos - SC, no endereço <http://www.antoniocarlos.sc.gov.br/>.

Art. 5º - O candidato nomeado e empossado submeter-se-á ao Regime Jurídico Único, Estatuto dos Servidores do Município de Antônio Carlos - SC, e demais Leis e Regulamentos municipais em vigor no Município de Antônio Carlos - SC, inclusive quanto às atribuições e vencimentos.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Antônio Carlos - SC, 29 de junho de 2020.

Geraldo Pauli

Publicado no DOM em: 30 de junho de 2020.

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO Nº 3525

Publicação Nº 2543688

DECRETO Nº3525/2020

De 19/06/2020

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 918/2019 de 26/11/2019:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, até o valor de R\$ 400,00(Quatrocentos Reais), da seguinte dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
13.836	Enfrentamento do Coronavírus - COVID 19	400,00
	TOTAL	400,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, até o valor de R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais), na seguintes dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
13.836	Enfrentamento do Coronavírus - COVID 19	400,00
	TOTAL	400,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 19 de Junho de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3527/2020

Publicação Nº 2543902

DECRETO Nº 3527/2020

De 26/06/2020

APROVA O DESMEMBRAMENTO LOCALIZADO NA ZONA URBANA DO MUNICIPIO.

JOSE GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e Considerando a documentação apresentada e aprovada pelo Setor de Engenharia,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Desmembramento de propriedade de ROSELI BERNARDI DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob nº 704.679.009-49 e ALTAMIR DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob nº 814.369.129-20, do imóvel localizado na Zona Urbana do Município, bairro Vargem Grande, devidamente registrado no Registro de Imóveis de Ascurra/SC, sob Matrícula nº 8943, com área total de 12.980,60 m² (doze mil, novecentos e oitenta metros e sessenta decímetros quadrados), assim distribuídos:

I	–	Parcela 01 – com área de	4714,80 m².	
---	---	--------------------------	-------------	--

II	—	Parcela 02 – com área de	460,50 m².	
III	—	Parcela 03 – com área de	469,12 m².	
IV	—	Parcela 04 – com área de	474,22 m².	
V	—	Parcela 05 – com área de	409,36 m².	
VI	—	Parcela 06 – com área de	415,64 m².	
VII	—	Parcela 07 – com área de	421,45 m².	
VIII	—	Parcela 08 – com área de	9.858,51 m².	

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiúna - SC, 26 de Junho de 2020.

JOSE GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0359/2020

Publicação Nº 2544734

PORTARIA Nº 0359/2020
De 22 de junho de 2020

DESIGNA CAROLAINÉ DE LIMA BOHMANN COMO RESPONSÁVEL
PELO SETOR DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE APIÚNA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,
RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora efetiva Carolainé de Lima Bohmann, matrícula nº 141119, ocupante do cargo de Auxiliar de Escritório, como responsável pelo Setor de Patrimônio do Município de Apiúna.

Art. 2º - A servidora Carolainé de Lima Bohmann, passa a ter as seguintes atribuições a partir de 22 de junho de 2020:

- I – Realizar o cadastramento e registrar a movimentação de patrimônios (comprados, doados, transferidos, etc) do Município de Apiúna no sistema de patrimônio da IPM Sistemas;
- II – Emitir e manter arquivados termos de responsabilidade de bens;
- III – Conferir a existência dos bens cadastrados no sistema;
- IV – Colar plaquetas de identificação nos patrimônios;
- V – Receber relatórios das comissões de patrimônio;
- VI – Emitir relatórios de patrimônio quando solicitados pelos detentores de carga, secretários municipais, prefeito municipal e controle interno.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 512, de 07 de dezembro de 2018, que designa Paulo Sergio Schroeder como responsável pelo Setor de Patrimônio.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 22 de junho de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0362/2020

Publicação Nº 2544735

PORTARIA Nº 0362/2020
De 26 de junho de 2020
CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES DA
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 117 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 e considerando o Decreto nº 3474 de 31/03/2020 que concede férias coletivas a servidores públicos municipais,
RESOLVE

Art. 1º - Conceder 30 dias de férias para o servidor ADEMAR PRANGE, referente ao período aquisitivo de 01/08/2018 a 31/07/2019.

Art. 2º - Conceder 30 dias de férias para o servidor CARLOS ALEXANDRE FREITAS, referente ao período aquisitivo de 02/07/2019 a 01/07/2020.

Art. 3º - Conceder 30 dias de férias para o servidor CLAUDEMIR LAURENTINO, referente ao período aquisitivo de 02/07/2019 a 01/07/2020.

Art. 4º - Conceder 30 dias de férias para o servidor ELSO FRANCES, referente ao período aquisitivo de 05/06/2019 a 04/06/2020.

Art. 5º - Conceder 30 dias de férias para o servidor GILMAR RODRIGUES, referente ao período aquisitivo de 15/06/2019 a 14/06/2020.

Art. 6º - Conceder 30 dias de férias para o servidor MARCIO SCHULZ, referente ao período aquisitivo de 16/06/2019 a 15/06/2020.

Art. 7º - Conceder 30 dias de férias para o servidor MARCOS AURELIO WARMELING, referente ao período aquisitivo de 04/06/2019 a 03/06/2020.
Art. 8º - Conceder 30 dias de férias para o servidor MARCOS DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 13/05/2019 a 12/05/2020.
Art. 9º - Conceder 30 dias de férias para o servidor MAURO HUGEN, referente ao período aquisitivo de 07/06/2019 a 06/06/2020.
Art. 10 - Conceder 30 dias de férias para o servidor ROBERTO CARLOS DE MORAIS, referente ao período aquisitivo de 09/07/2019 a 08/07/2020.
Art. 11 - Conceder 30 dias de férias para o servidor ROBSON LUIS DA MARCA ZWIERZIKOWSKI, referente ao período aquisitivo de 02/07/2019 a 01/07/2020.
Art. 12 - Conceder 30 dias de férias para o servidor VALDEIR DOMINGOS DE OLIVEIRA, referente ao período aquisitivo de 02/07/2019 a 01/07/2020.
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 26 de junho de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0366/2020

Publicação Nº 2544737

PORTARIA Nº 0366/2020
De 26 de junho de 2020

DEMITE SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSAO
LILIAN CRISTINA PEREIRA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, Art. 65, inciso I,

RESOLVE

Demitir em 30 de junho de 2020, LILIAN CRISTINA PEREIRA do cargo comissionado de DIRETOR DE ESCOLA – 44H, sem justa causa a pedido do empregador.
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 26 de junho de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0367/2020

Publicação Nº 2544738

PORTARIA Nº 0367/2020
De 29 de junho de 2020
CONTRATA SOB CARGO EM COMISSÃO
LILIAN CRISTINA PEREIRA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 e considerando a Lei Complementar nº 173/2020 do governo federal em conjunto com a Portaria do Município de Apiúna nº 366/2020 de 26/06/2020, que demite servidora do cargo de diretor de escola,
RESOLVE

Art. 1º - Contrata sob cargo em comissão LILIAN CRISTINA PEREIRA para o cargo de AUXILIAR DE DIREÇÃO – 44H, com Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com início de suas funções a partir de 01 de julho de 2020.
Art. 2º - A servidora LILIAN CRISTINA PEREIRA, devidamente lotada na Secretaria de Educação e Cultura, passa a ter as seguintes atribuições:
I - Substituir o Diretor em suas faltas ou impedimentos, ausências temporárias, férias, licenças ou afastamentos ocasionais;
II - Assistir o Diretor no exercício de suas atribuições;
III - Responder plenamente pelo expediente da Diretoria durante a vacância do cargo superior;
IV - Adotar as providências necessárias ao pleno desempenho das atividades cometidas à sua Unidade Administrativa;
V - Prestar assistência direta ao seu superior hierárquico sempre que solicitado;
VI - Planejar e executar as atividades de relação com a comunidade, de articulação, planejamento e gestão de sua Unidade Administrativa, bem como pela gestão dos recursos financeiros e pelo zelo do patrimônio, dentre outras;
VII - Auxiliar o Diretor a elaborar e fazer cumprir as diretrizes gerais de ação da instituição na parte administrativa e financeira em consonância com as diretrizes da administração municipal;
VIII - Auxiliar o Diretor a aplicar as diretrizes gerais da Secretaria Municipal de Educação na parte administrativa, de documentos e de pessoal;
IX - Auxiliar o Diretor a acompanhar os serviços da secretaria e o exercício da docência em sala de aula da Unidade de Ensino;
X - Promover diálogos com a comunidade;
XI - Auxiliar o Diretor a acompanhar o funcionamento geral da Unidade de Ensino; e
XII - Exercer outras atividades pertinentes que lhe forem delegadas.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 29 de junho de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0368/2020

Publicação Nº 2544740

PORTARIA Nº 0368/2020
De 29 de junho de 2020

REVOGA O ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 0293/2020 QUE ESTABELECE
ABONO DE FREQUENCIA NA JORNADA DE TRABALHO PARA O SERVIDOR
CLAUDIO NAGEL VARGAS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei,
RESOLVE

Art. 1º - Revogar o Artigo 1º da Portaria nº 0293/2020 que abona a falta de frequência ao trabalho do servidor CLAUDIO NAGEL VARGAS tendo em vista laudo médico emitido por médico oficial, manifestação favorável da assessoria jurídica do Município de Apiúna e Termo de Compromisso feito pelo servidor.

§ 1º - O servidor CLAUDIO NAGEL VARGAS deverá retornar às suas atribuições junto a Secretaria de Saúde a partir de 30 de junho de 2020 sendo-lhe assegurado todo o EPI necessário para a sua proteção contra o contágio do novo vírus Covid-19.

§ 2º - Revoga a Portaria 354/2020 de 15 de junho de 2020 haja vista a manifestação do Departamento Jurídico ocorreu somente na data de 29 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 29 de junho de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 359/2020 (RETIFICADA)

Publicação N° 2544773

PORTARIA N° 359/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor VANDERLEI ROBERTO SCHRAMMEL, inscrito no CPF sob nº. 949.966.019-49, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2018 a 31 de janeiro de 2019, para serem gozadas no período de 01 a 30 de julho de 2020.

Art.2º Fica reduzido em 10 (dez) dias o período de férias do mesmo em função de autorização de afastamento anteriormente concedido para tratamento de assuntos de interesse particular devendo, portanto, apresentar-se ao serviço no dia 21 de julho de 2020.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 22 de junho de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 2012

Publicação Nº 2543577

DECRETO Nº 2012, de 29 de junho de 2020.

Altera o Decreto nº 1991/2020, que Estabelece Turno Único e Escala de Plantões, Fixa Horário Especial de Funcionamento, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 1991/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

I – Para as Secretarias Municipais de Cultura, Esporte e Turismo, Administração, Agricultura, Infraestrutura e Urbanismo:

- Turno Único – 06 horas diárias – segunda a sexta-feira, no horário 07:00 às 13:00 horas, pelo prazo indeterminado, ou se necessário, a pedido do Chefe do Poder Executivo Municipal, das 13:00 as 19:00 horas.

II – Para o CRAS e Conselho Tutelar:

- Mediante escala de plantão, através de revezamento em função da demanda de atendimento contínuo ao público, pelo prazo indeterminado.

Parágrafo único.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 2001/2020.

Arroio Trinta – SC, 29 de junho de 2020.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO N. 3585

Publicação Nº 2543228

DECRETO Nº 3.585 DE 22 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE ASCURRA E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 72, incisos IV e V da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 630, de 1º de junho de 2020, exarado pelo Governador de Santa Catarina, delegando aos Municípios a deliberação acerca de medidas mais restritivas para contenção da propagação do coronavírus (covid-19);

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde reconheceu a existência de pandemia do coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a rápida proliferação do vírus Covid-19, sendo necessária a restrição de circulação de pessoas e de aglomerações;

CONSIDERANDO as competências municipais estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como a necessidade do Município de Ascurra estabelecer recomendações e determinações em face do atual cenário de emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO os relatos recebidos das Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica, Polícia Civil e Militar no tocante ao descumprimento de determinação de isolamento domiciliar por pessoas diagnosticadas de contaminação por covid-19 e outras em monitoramento;

DECRETA:

Art. 1º As medidas para enfrentamento do contágio de infecção humana pelo coronavírus (covid-19) ficam definidas no presente decreto.

Art. 2º Fica obrigatória a utilização de máscaras em vias e espaços públicos, indústria, comércio e espaços privados acessíveis ao público.

Parágrafo único. Havendo pessoas residentes em domicílios diferentes dentro de veículo automotor é obrigatório o uso de máscaras.

Art. 3º As máscaras são de uso estritamente pessoal não devendo ser compartilhada de forma alguma e deverão, durante todo o tempo, cobrir a boca e o nariz do usuário, bem como ser amarrada ou fixada com segurança para minimizar possíveis espaços entre o rosto e a máscara.

§ 1º Recomenda-se que as máscaras cirúrgicas, N95/PFF2, sejam utilizadas apenas pelos profissionais da saúde durante o exercício de suas atividades profissionais ou por pessoas que tenham recebido indicação médica para tanto.

§ 2º Para a população em geral, recomenda-se que as máscaras sejam produzidas com tecido-não-tecido (TNT), cotton (composto de poliéster 55% e algodão 45%), tecido de algodão (como camisetas 100% algodão), fronhas de tecido antimicrobiano, fronhas comuns/pano de prato.

§ 3º A pessoa em uso da máscara deve evitar tocá-la, assim como o rosto como um todo.

§ 4º Recomenda-se que a máscara seja trocada após 2 (duas) horas de uso ou quando umedecer.

§ 5º Para higienização da máscara, recomenda-se deixá-la imersa em solução com água sanitária (dilução: 1 parte de água sanitária para 50 partes de água) por 30 (trinta minutos) e, após, enxaguar e deixar secar bem.

Art. 4º O uso de máscaras domésticas não substitui em hipótese alguma todas as demais medidas de prevenção ao coronavírus, tais como distanciamento social, higienização e lavagem das mãos e etiqueta da tosse.

Art. 5º Sem prejuízo das medidas expedidas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, ficam estabelecidas as seguintes regras coletivas no Município de Ascurra:

I - Fica proibido a prática atividades e esportes coletivos ou de duplas, recreativos ou não, como futebol, basquete e congêneres, jogos de cartas, de mesa, bilhares, bocha, dentre outros, de campo, cancha ou de quadra, em espaço público ou privado;

II – Fica proibido aglomerações de pessoas, em espaços públicos ou privados;

III – Fica proibida a realização de festas e confraternizações nas residências localizados no Município de Ascurra com a presença de pessoas não residentes no domicílio.

IV – Fica proibido o uso de playgrounds, academias ao ar livre, praças públicas ou privadas bem como áreas de uso desportivo coletivo, tais como quadras, campos de futebol, piscinas, dentre outros.

Art. 6º Em relação aos supermercados, mini-mercados e mercearias em geral, estes devem adotar as seguintes medidas:

I – A realização de desinfecção das mãos dos clientes, com álcool 70%, mediante fiscalização do ato por funcionário do estabelecimento;

II – A realização de desinfecção de carrinhos e cestas com álcool 70%, devem ser indicado aos consumidores local adequado pra descarte dos objetos usados e retirada dos objetos higienizados;

III – O estabelecimento só poderá funcionar com 30% de sua capacidade de pessoas, devendo ser realizado o controle de quantidade de pessoas, podendo ser utilizado senhas que deverão ser higienizadas antes da entrega ao consumidor;

IV - As filas dentro e fora do estabelecimento deverão seguir as orientações de distanciamento social, com espaçamento mínimo de 1,5 metros entre as pessoas, que deverá ser indicado no piso, evitando aglomeração de pessoas;

VI – Somente permitir a entrada e permanência de pessoas no estabelecimento comercial utilizando máscara, nos termos do art. 3º do presente decreto.

Parágrafo único. Fica vedada a distribuição de alimentos para degustação a clientes e funcionários.

Art. 7º Os estabelecimentos comerciais de venda de alimentos e bebidas como bares, lanchonetes, restaurantes, pizzarias, padarias, cafeterias e afins têm autorização para permanecerem abertos e com atendimento ao público, com acesso e uso do ambiente interno, desde que observadas as medidas previstas na Portaria SES n. 256/2020 e as seguintes:

I – Bares e lanchonetes têm a consumação local de bebidas alcoólicas limitada até as 19h, podendo após este horário ser realizada a venda exclusivamente nas modalidades de retirada em balcão, delivery ou drive-thru;

II – A disponibilização de álcool 70% aos funcionários e clientes, condicionando sua entrada no estabelecimento ao uso;

III – Deve ser mantido o distanciamento social, com espaçamento mínimo de 1,5 metros, com indicação clara dos locais em que os clientes podem realizar o consumo de alimentos e bebidas;

IV – O local deve ser mantido arejado e ventilado;

Art. 8º Outros estabelecimentos comerciais deverão observar os seguintes regramentos:

I – As tabacarias deverão realizar as vendas nas modalidades de retirada em balcão, delivery ou drive-thru, sendo vedado o consumo de produtos em suas dependências ou vias públicas, nos termos da Lei Municipal n. 1372/2014;

II – Postos de gasolina devem observar o uso de máscaras pelos clientes e funcionários antes da realização do abastecimento de veículos;

III – Deve ser disponibilizado álcool 70% a todos os clientes e funcionários, que somente poderão adentrar ao estabelecimento comercial após o uso para desinfecção das mãos;

IV – Funcionários e clientes deverão utilizar máscaras, nos termos do art. 3º do presente decreto durante todo o atendimento;

V – O ambiente deverá ser mantido arejado e ventilado, evitando-se ainda a aglomeração de pessoas mediante o espaçamento mínimo de 1,5 metros.

Art. 9º Determinado o isolamento domiciliar por médico, o paciente e os coabitantes devem permanecer em sua residência, devendo dela sair somente para buscar atendimento médico, caso necessário, sob pena de aplicação de multa prevista no Código Sanitário Municipal, sem prejuízo a tomada das medidas judiciais e criminais cabíveis.

Art. 10 Considerando as consequências para a saúde pública, o descumprimento das normas sanitárias de enfrentamento ao COVID-19 ensejará, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, nos termos do art. 272 da Lei Complementar n. 127/2012, inciso VII, a aplicação de advertência s/ou multa a pessoa física ou jurídica infratora do presente decreto de até R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais), aplicável a partir de 01/07/2020.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua aplicação.

Município de Ascurra, 22 de junho de 2020.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 40/2020

Publicação Nº 2544113

Município de Ascurra

Edital de Dispensa n. 37/2020 FMS

Extrato de contrato n. 40/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: INDAIAL TACÓGRAFOS AUTO ELÉTRICA E ACESSÓRIOS EIRELI

CNPJ 25.228.543/0001-91

Objeto: Constitui objeto desta dispensa de licitação à contratação de empresa para o fornecimento e instalação de equipamentos e acessórios para adequação de veículos do Município para utilização no transporte escolar, de acordo com as especificações e normas legais, conforme orçamentos e especificações previstas nesta dispensa de licitação.

Validade: 31/12/2020

Valor Total: R\$6.467,67

Ascurra, 30 de junho de 2020.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

Aurora

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PE 030/2020

Publicação N° 2543142

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto N°. 007 de 13 de Fevereiro de 2020, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que será CANCELADA a licitação que se realizaria no dia 01 de Julho de 2020, às 09hs, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 364 - N° 408 - CENTRO - AURORA - SC, onde seria realizado o recebimento e abertura das propostas eletrônicas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 030/2020, na modalidade de Pregão Eletrônico.

Finalidade:

"AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I E CONVENIO N°. 2020TR000568 E CONFORME PROPOSTA DE TRABALHO DE N° 22.574 – PROGRAMA TRANSFERÊNCIA 2019008399 AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA MUNICÍPIO DE AURORA, SECRETARIA DE ESTADO DA AGRÍCOLTURA, PESCA E DESENVOLVIMENTO RURAL - GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA".

Aurora, 29 de Junho de 2020.

Alexsandro Kohl
Prefeito Municipal

RESULTADO PP 029/2020

Publicação N° 2543703

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto N°. 007 de 13 de Fevereiro de 2020, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial N°. 029/2020. Vencedor a empresa: MERCANTIL CATARINENSE DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA, lote 1 com o valor total de R\$ 95.592,00 (Noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais).

Aurora, 29 de Junho de 2020.

ALEXSANDRO KOHL
Prefeito Municipal

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (ERRATA)

Publicação Nº 2543460

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA
SECRETARIA DE SAÚDE

ERRATA DE AVISO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2020
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, suplementos e materiais para atender decisões judiciais recebidas pela Secretaria Municipal de Saúde, movidas contra o Município de Balneário Arroio do Silva, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital.

ONDE SE LÊ: Iniciarà às 08h30min do dia 09 de junho de 2020.

LEIA-SE: Iniciarà às 08h30min do dia 09 de julho de 2020.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (48)3526-1445. Email: administracao@arroiodosilva.sc.gov.br.

Balneário Arroio do Silva, 29 de junho de 2020.

PAULO MARTINS DOS SANTOS JUNIOR
Secretário de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2020

Publicação Nº 2543391

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020

OBJETO: Seleção e contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para a escolha da proposta mais vantajosa, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra especializada) para a execução de Pavimentação asfáltica da Avenida Beira Mar Norte com extensão de 944,00 metros no Município de Balneário Arroio do Silva/SC, com recursos oriundos por meio do Contrato de financiamento nº 0506730-54/2020/MDR, de acordo com especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço global.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e Lei Complementar nº 123/2006, e posteriores alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 09h00min, do dia 16 de julho de 2020, na Sala de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou pelo telefone: (48) 3526-1445. E-mail: licitacao@arroiodosilva.sc.gov.br.

Balneário Arroio do Silva/SC, 29 de junho de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N° 63/2020

Publicação N° 2543393

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 63/2020
CONCORRÊNCIA N° 01/2020

OBJETO: Seleção e contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para a escolha da proposta mais vantajosa, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra especializada) para a execução de Pavimentação com blocos inter travados de Concreto (Paver) da Avenida Getúlio Vargas com extensão de 1.560,00 metros no Município de Balneário Arroio do Silva/SC, Contrato de financiamento nº 0506730-54/2020/MDR, de acordo com especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço global.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e Lei Complementar nº 123/2006, e posteriores alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 09h00min, do dia 31 de julho de 2020, na Sala de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou pelo telefone: (48) 3526-1445. E-mail: licitacao@arroiodosilva.sc.gov.br.

Balneário Arroio do Silva/SC, 29 de junho de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N° 64/2020

Publicação N° 2543395

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 64/2020
CONCORRÊNCIA N° 02/2020

OBJETO: Seleção e contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para a escolha da proposta mais vantajosa, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra especializada) para a execução de Pavimentação asfáltica da Avenida Getúlio Vargas, trecho compreendido entre a Avenida Barriga Verde e Avenida Florianópolis com extensão de 336,00 metros no Município de Balneário Arroio do Silva/SC, com recursos oriundos por meio do Contrato 874863/2018/MTUR/CAIXA, de acordo com especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço global.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e Lei Complementar nº 123/2006, e posteriores alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 11h00min, do dia 31 de julho de 2020, na Sala de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou pelo telefone: (48) 3526-1445. E-mail: licitacao@arroiodosilva.sc.gov.br.

Balneário Arroio do Silva/SC, 29 de junho de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2020

Publicação Nº 2543915

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2020
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2020

OBJETO: Contratação de empresa para a locação de uma Retroescavadeira para auxiliar nos serviços da Secretaria de Obras do Município de Balneário Arroio do Silva/SC.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e Lei Complementar nº 123/2006, e posteriores alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 08h30min, do dia 13 de julho de 2020, na Sala de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou pelo telefone: (48) 3526-1445. E-mail: administracao@arroiodosilva.sc.gov.br.

Balneário Arroio do Silva/SC, 29 de junho de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Balneário Gaivota

PREFEITURA

DECRETO 048/2020

Publicação Nº 2543700

DECRETO N. 048 DE 29 DE JUNHO DE 2020.
Abre crédito adicional ao orçamento vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso V e VII do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o inciso I do artigo 6º da Lei 1.039/2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias, conforme abaixo especificado:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração	
3.1.90.00.00.00.00.00.0071 – Aplicações Diretas	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0071 – Aplicações Diretas	13.535,08
04 – SECRETARIA DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	
01 – SECRETARIA DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	
2.004 – Manutenção da Secretaria de Arrecadação Municipal	
3.1.90.00.00.00.00.00.0071 – Aplicações Diretas	50.000,00
05 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
02 – DIRETORIA DE OBRAS	
2.036 – Conservação de Estradas Municipais	
3.1.90.00.00.00.00.00.0071 Aplicações Diretas	80.000,00
03 – DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS	
2.027 – Conservação e Limpeza de Vias e Logradouros Públicos	
3.1.90.00.00.00.00.00.0071 Aplicações Diretas	50.000,00
07 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
2.008 – Benefícios Eventuais à Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social	
3.3.90.00.00.00.00.00.0070 – Aplicações Diretas	19.507,32

Art. 2º Para atender ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos oriundos do excesso ou provável excesso de arrecadação, verificado por fonte de recursos, conforme artigo 6º da Lei 1.039/2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 29 de junho de 2020.

RONALDO PEREIRA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO 049/2020

Publicação N° 2543713

DECRETO N. 049 DE 29 DE JUNHO DE 2020.
Abre crédito adicional ao orçamento vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso V e VII do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o inciso I do artigo 6º da Lei 1.039/2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias, conforme abaixo especificado:

07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALNEARIO GAIVOTA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALNEARIO GAIVOTA

2.015 – Ações Básicas de Saúde.

3.1.90.00.00.00.00.00.0070- Aplicações Diretas 120.000,00

Art. 2º Para atender ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos oriundos do excesso ou provável excesso de arrecadação, verificado por fonte de recursos, conforme artigo 6º da Lei 1.039/2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 29 de junho de 2020.

RONALDO PEREIRA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PP 009/2020 FMS

Publicação Nº 2543239

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO 031/2020 FMS
PREGÃO PRESENCIAL 009/2020 FMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
HOMOLOGADO 17/06/2020

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO PICARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na 5460 - PAULO AMANDIO DE BORBA, SANTO ANTONIO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 04.402.872/0001-37, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 9/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REFERENTE AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, ATRAVÉS DA MODALIDADE REGISTRO DE PREÇO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE CONSUMO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS. PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame

CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES – R\$ 90.188,50

CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – R\$ 99.520,00

ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITAL. – R\$ 29.356,00

INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – R\$ 59.347,00

SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI – R\$ 6.160,00

MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – R\$ 38.034,00

CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA – R\$ 120.279,80

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA – R\$ 537.307,00

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – R\$ 156.068,70

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA – R\$68.925,00

SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – R\$362.813,60

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA – R\$ 395.471,00

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA – R\$ 168.620,00

Balneário Piçarras, 17 de junho de 2020.

REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO – Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ATA PP 017/2020 PMBP

Publicação Nº 2544094

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 050/2020 PMBP
PREGÃO PRESENCIAL 017/2020 PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
HOMOLOGADO 29/06/2020

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PICARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na EMANOEL PINTO Nº. 1655, CENTRO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.335/0001-48, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, ATENDENDO AS SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS DE BALNEÁRIO PIÇARRAS. PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES, pelo período de 0 dia, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

COMERCIAL STORINNY - R\$ 29.746,00

NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - R\$ 19.207,00

PR COMERCIO ATACADISTA EIRELI - R\$ 30.773,45

Balneário Piçarras, 29 de junho de 2020

LEONEL JOSÉ MARTINS – Prefeito Municipal

ATA PP 018/2020 PMBP

Publicação Nº 2543439

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 051/2020 PMBP
PREGÃO PRESENCIAL 018/2020 PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
HOMOLOGADO 24/06/2020

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PICARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na EMANOEL PINTO Nº. 1655, CENTRO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.335/0001-48, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REFERENTE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E FERRAMENTAS, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DIÁRIAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ARA PROSSEGUIMENTO NO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES PRESTADAS AOS MUNICÍPIOS. , pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BARRASUL LTDA EPP - R\$ 421.039,98
PRIMEL COMERCIO DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA ME - R\$ 14.234,30
APOIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - R\$ 18.680,70
Balneário Piçarras, 24 de junho de 2020
LEONEL JOSÉ MARTINS – Prefeito Municipal

ERRATA TA 001/2020 REF. CONT. 013/2020 PMBP

Publicação Nº 2544142

ERRATA

Onde se lê:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
TERMO ADITIVO 001/2020 DE 15/06/2020
CONTRATO Nº 013/2020 PMBP de 07/04/2020
REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2020 PMBP
MODALIDADE Tomada de Preços nº 010/2020 PMBP
HOMOLOGADO EM 07/04/2020

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE GERENCIAMENTO E ASSESSORIA À FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital. Conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, através do memorando n 155/2020 – Planejamento, conforme a Lei Federal 8.666/93 art. 65, previsto na Clausula Décima Terceira do contrato 013/2020 PMBP fica acrescido o valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) no referido contrato. As despesas correrão por conta da dotação 42/2020.

ALLEANZA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA EPP
Balneário Piçarras, 15 de junho de 2020.
Leonel José Martins

Leia-se:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
TERMO ADITIVO 001/2020 DE 26/06/2020
CONTRATO Nº 013/2020 PMBP de 07/04/2020
REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2020 PMBP
MODALIDADE Tomada de Preços nº 010/2020 PMBP
HOMOLOGADO EM 07/04/2020

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE GERENCIAMENTO E ASSESSORIA À FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital. Conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, através do memorando n 155/2020 – Planejamento, conforme a Lei Federal 8.666/93 art. 65, previsto na Clausula Décima Terceira do contrato 013/2020 PMBP fica acrescido o valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) no referido contrato. As despesas correrão por conta da dotação 42/2020.

ALLEANZA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA EPP
Balneário Piçarras, 26 de junho de 2020.
Leonel José Martins

NOTIFICAÇÃO 2578 EMBARGO 0684

Publicação N° 2543779

PUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS-SC

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

O Departamento de Fiscalização de Obras e Posturas, na data de 25/06/2020, notifica e embarga, o contribuinte abaixo relacionado, por descumprimento dos Artigos 29, Inciso II e 113 da Lei 007/09 – Código de Obras de 28/01/2009, Início de construção/ampliação de muro em desacordo com a altura permitida e sem o devido licenciamento e alinhamento aprovado pelo município.

Tiago Maciel Balt – CPF: 032.474.959-75 – Notificação nº2578/2020 – Embargo nº0684/2020.

Balneário Piçarras, 29 de junho de 2020.

LUIZ FERNANDO DEGGAN

DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO

MATRÍCULA – 9403-5

TA 002/2020 REF. CONT. 017/2019 PMBP

Publicação N° 2544278

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

TERMO ADITIVO 002/2020 DE 26/06/2020

CONTRATO N° 017/2019 PMBP DE 09/07/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N° 009/2019 PMBP

TOMADA DE PREÇOS N° 002/2019 PMBP

HOMOLOGADO EM 09/07/2019

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 009/2019– Tomada de Preços nº 002/2019-PMBP, e tem por objeto a contratação de empresa de consultoria para elaboração de projetos ambientais, programas, planos e acompanhamento do processo de licenciamento ambiental, desde a fase de protocolo, contemplando a obtenção da autorização ambiental (aua) e demais autorizações necessárias, até a fase de entrega de relatórios em atendimento a exigências e condicionantes junto aos órgãos responsáveis como secretaria do patrimônio da união, capitania dos portos e órgão ambiental competente, objetivando: a restauração, recuperação e melhoria da ponte sobre o Rio Piçarras, situada na avenida Nereu Ramos no município de Balneário Piçarras, estando prevista a nova estrutura com 58,8 metros de comprimento, 5,48 metros de altura e um vão livre de 28 metros, permitindo a navegação de barcos com até 60 pés, conforme documentos anexos ao processo.

Conforme solicitado e justificado pela Fundação Municipal de Meio Ambiente, fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias o referido contrato a partir da data do seu vencimento, tendo sua vigência atualizada até o dia 25/12/2020.

ECOSFERA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA

Balneário Piçarras, 26 de junho de 2020.

Leonel José Martins

TA 002/2020 REF. CONT. 029/2019 PMBP

Publicação N° 2544361

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

TERMO ADITIVO 002/2020 DE 16/06/2020

CONTRATO 029/2019 PMBP de 16/12/2019

REF. PROCESSO LICITATÓRIO N° 058/2019 PMBP

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N° 008/2019 PMBP

HOMOLOGADO EM 16/12/2019

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 058/2019, Tomada de Preços nº 008/2019, para contratação de empresas especializadas para a instalação de piso modular ginásio Aurélio Solano de Macedo situado na rua 200/ Antônio Martinho Teles s/nº, centro Balneário Piçarras com fornecimento do material. Conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Esportes através do ofício 040/2020, conforme previsto na Clausula Sétima do contrato, fica prorrogado por 90 (noventa) dias o referido contrato a partir da data da de sua vigência, tendo seu vencimento atualizado até o dia 14/09/2020.

CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA EPP

Balneário Piçarras, 16 de junho de 2020.

Leonel José Martins

TA 002/2020 REF. CONTR. 016/2019 PMBP

Publicação Nº 2544327

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
TERMO ADITIVO 002/2020 DE 26/06/2020
CONTRATO Nº 016/2019 PMBP DE 09/07/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019 PMBP
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019 PMBP
HOMOLOGADO EM 09/07/2019

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 011/2019– Tomada de Preços nº 003/2019-PMBP, e tem por objeto a contratação de empresa de consultoria para elaboração de estudos, projetos ambientais, complementações e acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental, desde a fase de protocolo, contemplando a obtenção das licenças ambientais (LAP e LAI) e todas as autorizações necessárias, até a fase de entrega de relatórios e demais exigências em atendimento a condicionantes junto aos órgãos responsáveis como secretaria do patrimônio da união, capitania dos portos e órgão ambiental competente, objetivando: 1) o prolongamento da avenida Temístocles de Macedo (beira mar - norte) no município de balneário piçarras, num trecho de 2.700 metros de extensão com 13,00 metros de largura, totalizando uma área de aproximadamente 35.100,00 metros quadrados; 2) o engordamento da praia de piçarras (2.200,00 metros de extensão) e a readequação dos dois espigões (molhes em frente à rua Alexandre Guilherme Figueiredo e à avenida Getúlio Vargas), em continuidade às atividades previstas na licença ambiental de instalação n. 2940/2012 (processo FATMA n. div/17851/cfi), ainda não concluídas na sua totalidade, conforme documentos anexos ao processo.

Conforme solicitado e justificado pela Fundação Municipal de Meio Ambiente, fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias o referido contrato a partir da data do seu vencimento, tendo sua vigência atualizada até o dia 25/12/2020.

ACQUAPLAN TECNOLOGIA E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA

Balneário Piçarras, 26 de junho de 2020.

Leonel José Martins

Balneário Rincão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO DE MAIO - FMS

Publicação Nº 2543983

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 008/FMS/2020; EDEMILSON DE SOUZA ROLDÃO. OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, contratação da empresa EDEMILSON DE SOUZA ROLDÃO para execução dos serviços de carro de som, visando alertar os moradores do município de Balneário Rincão a respeito da pandemia atual (CORONAVÍRUS – COVID19), que assola o mundo e consequentemente o Brasil. No valor global de: R\$ 19.968,00 (Dezenove Mil Novecentos e Sessenta e Oito Reais). ASSINATURA: 04/05/2020; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custodio - Prefeito Municipal e pela empresa Alves dos Santos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SETEP

Publicação Nº 2543906

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato 049/PMBR/2019. SETEP CONSTRUÇÕES S.A. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA, o PRAZO DE VIGÊNCIA, que prevê o término em 30/06/2020, por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 30/06/2020 até 31/12/2020, que tem como objeto a execução das "Obras da 4ª. Etapa da Reurbanização de Acesso e Orla do Município de Balneário Rincão /SC, compreendendo, pavimentação asfáltica, terraplenagem, drenagem, passeios públicos, ciclofaixa, sinalização vertical e horizontal e ajardinamento, na Avenida Waldemar Carlos Petrini, conforme projeto, memorial descritivo e planilha que fazem parte integrante do edital", de acordo com o Contrato de Financiamento Nº 0504473 – DV:93, firmado entre a Caixa Econômica Federal e o Município de Balneário Rincão, objeto do Processo de Licitação Edital de Tomada de Preços Nº. 051/PMBR/2019, em face do interesse público, Parecer Jurídico favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 26/06/2020. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. José Carlos de Souza

Bandeirante

PREFEITURA

CONTRATO Nº 05/2020 FMAS

Publicação Nº 2544344

MUNICIPIO DE BANDEIRANTE - FMAS

EXTRATO DO

CONTRATO Nº 05/2020 FMAS

3º TERMO ADITIVO AO CT. Nº 12/2017 FMAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

DO OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL, EM ALVENARIA, MEDINDO 100 M² (CEM METROS QUADRADOS), SITUADO NA RUA AFONSO OLIBONI, S/N, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO, PARA A INSTALAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

A CONTRATANTE: Município de Bandeirante/SC/FMAS.

DO CONTRATADO: WALNEY BIASI.

DA VIGÊNCIA: Do dia 01 de Julho de 2020 até o dia 30 de Junho de 2021.

DO VALOR: R\$ 16.700,52 (Dezesseis mil e setecentos reais e cinquenta e dois centavos).

DO FUNDAMENTO: Art. 57 da Lei 8.666/93.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Bandeirante/SC, 29 de Junho de 2020.

MIRTES S. PAGLIARINI ZARPELON

Gestora do FMAS.

CONTRATO Nº 61/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2544325

MUNICIPIO DE BANDEIRANTE

EXTRATO DO

CONTRATO Nº 61/2020

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 68/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2017

DO OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL, EM ALVENARIA, MEDINDO 121 M² (CENTO E VINTE E UM METROS QUADRADOS), SITUADO NA AV. SANTO ANTÔNIO, S/N, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO, PARA A REALOCAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR.

A CONTRATANTE: Município de Bandeirante/SC.

DO CONTRATADO: WALNEY BIASI.

DA VIGÊNCIA: Do dia 01 de Julho de 2020 até o dia 30 de Junho de 2021.

DO VALOR: R\$ 20.207,76 (Vinte mil, duzentos e sete reais e setenta e seis centavos).

DO FUNDAMENTO: Art. 57 da Lei 8.666/93.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Bandeirante/SC, 29 de Junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 62/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2544335

MUNICIPIO DE BANDEIRANTE

EXTRATO DO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2020

DO OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL, EM ALVENARIA, MEDINDO 117 M² (CENTO E DEZESSETE METROS QUADRADOS), SITUADO NA AV. SANTO ANTÔNIO, S/N, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO, PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE/SC.

A CONTRATANTE: Município de Bandeirante/SC.

DA CONTRATADA: IRENE ORLANDO GONÇALVES.

DA VIGÊNCIA: Do dia 01 de Julho de 2020 ao dia 30 de Junho de 2021.

VALOR: R\$ 19.639,44 (Dezenove mil, seiscentos e trinta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

DO FUNDAMENTO: Art. 24, Inciso X da Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Bandeirante/SC, 29 de Junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2544348

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2020

O MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL, EM ALVENARIA, MEDINDO 117 M² (CENTO E DEZESSETE METROS QUADRADOS), SITUADO NA AV. SANTO ANTÔNIO, S/N, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO, PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE/SC.

DO VALOR TOTAL: R\$ 19.639,44 (Dezenove mil, seiscentos e trinta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

DA CONTRATANTE/LOCATÁRIO: Município de Bandeirante/SC

DO CONTRATADO/LOCADOR: IRENE ORLANDO GONÇALVES.

DA VIGÊNCIA: Do dia 01 de Julho de 2020 ao dia 30 de Junho de 2021.

DO FUNDAMENTO: Art. 24, Inciso X, da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Bandeirante/SC, 29 de Junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA 278 - 04 DE MAIO - POSSE CARGO PÚBLICO - ROBERTO LEANDRO VIANA

Publicação Nº 2543875

Portaria nº 278, de 04 de maio de 2020.

NOMEIA E DÁ POSSE AO EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Edital nº 13/2018, de Concurso Público nº 03/2018 de 30/10/2018;

Considerando o Decreto nº 009, de 29/01/2019 que homologa o Resultado Final referente ao Edital nº 13/2018, de Concurso Público nº 03/2018, do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, e contém outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear e dar posse ao Senhor ROBERTO LEANDRO VIANA, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas, Grupo VII – Transportes e Serviços Gerais, Código TSG402, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinentes à carga horária e ao cargo.

Art. 2º Fica o servidor ciente das atribuições do seu cargo de acordo com o Anexo V – Atribuições dos cargos da Lei Complementar nº 1.287/20018, conforme segue:

ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

- a) executar serviços de preparos do solo para plantio;
- b) executar serviços de terraplanagem como: remoção, distribuição e nivelamento de superfícies, cortes de barrancos, acabamentos e outros;
- c) realizar serviços de reboque, escavação, cortes, aterros, carregamento de caminhões e basculantes;
- d) realizar serviços de compressão, nivelamento de camadas de terra, de brita, de asfalto com rolo compressor ou compactador;
- e) operar equipamentos rodoviários pesados como trator de esteira, motoniveladora, carregadeira, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, rolo compactador e outros similares;
- f) operar tratores de pequeno porte como trator agrícola e outros similares;
- g) providenciar o abastecimento de combustíveis, água e lubrificantes na máquina sob sua responsabilidade;
- h) efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade;
- i) proceder o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral;
- j) zelar pela conservação e limpeza da máquina sob sua responsabilidade;
- k) comunicar seu superior imediato a ocorrência de qualquer irregularidade ou avaria no funcionamento das máquinas;
- l) verificar as condições do equipamento, examinando o estado do cabo do tambor, do freio e outros componentes para garantir o bom funcionamento e segurança;
- m) preencher o Diário de Bordo da máquina sob sua responsabilidade; e,
- n) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

Art. 3º De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bandeirante, SC, o agente público deverá cumprir a jornada de trabalho fixada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal para funcionamento da repartição pública a qual desempenha suas atribuições.

Art. 4º De conformidade com o art. 31 da Lei Complementar nº 1.287/2018 ficam autorizados os agentes públicos do Poder Executivo do

Município de Bandeirante SC a dirigir os veículos oficiais dentro e fora do território do Município, desde que possuam a habilitação necessária, devendo efetuar os registros de controle de viagem em documento denominado "Diário de Bordo".

Art. 5º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22/04/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 04 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 279 - 04 DE MAIO - ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2543876

Portaria nº 279, de 04 de maio de 2020.

CONCEDE ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando que a Organização Municipal de Saúde (OMS) declarou no dia 11 de março de 2020, em âmbito mundial, pandemia do Coronavírus COVID-19;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, a qual declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCov);

Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Capítulo III - Da Antecipação De Férias Individuais da Medida Provisória nº 927 de 22/03/2020 que dispõe que durante o estado de calamidade pública a que se refere o art. 1º, o empregador informará ao empregado sobre a antecipação de suas férias com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas, por escrito ou por meio eletrônico, com a indicação do período a ser gozado pelo empregado;

Considerando o Aviso de Férias entregue aos servidores, datado de 30/04/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a antecipação de 15 dias de férias aos servidores listados abaixo, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinentes à carga horária e ao cargo, com gozo no período de 04/05/2020 a 18/05/2020.

Servidor	Cargo
ADRIELY CAROLINA MARCONDES RADUAN DE CONTO	AUXILIAR DE CRECHE
BRUNA FORMIGHIERI PANIS	AUXILIAR DE CRECHE
CEDIANE DE FATIMA JAGUZESKI NOVELLO	SEGUNDO PROFESSOR
CEDIANE DE FATIMA JAGUZESKI NOVELLO	SEGUNDO PROFESSOR
CRISTINA DA SILVA	SEGUNDO PROFESSOR
ELIETE BAGNARA GONZATTI	AUXILIAR DE CRECHE
IDA DALL' AGNOL	PROFESSOR ETINERANTE
INES MARIA DE VALLE GONZATTI	PROFESSOR ETINERANTE
MARISA MERLINI ZAMBIASI	AUXILIAR DE CRECHE
MARITÂNIA MARCONI LOLATO	SEGUNDO PROFESSOR
MARLENE BATAGLIN	AUXILIAR DE CRECHE
RAQUEL FABIANA DE OLIVEIRA BRACHT	SEGUNDO PROFESSOR

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 04 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 280 - 05 DE MAIO - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA NA FAMÍLIA - CARME ZENI

Publicação Nº 2543878

Portaria nº 280, de 05 de maio de 2020.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA NA FAMÍLIA A SERVIDORA, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

Considerando o art. 114 da Lei Municipal 175/2000.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por motivo de doença em pessoa na família a servidora Senhora CARME ZENI, ocupante e exercendo as funções do Cargo de Provisão Efetivo de Merendeira/Faxineira, Grupo VII, Código TSG405, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, para cuidar de sua filha, por prorrogação pelo período de 30 (trinta) dias, de 05/05/2020 a 03/06/2020, de conformidade com requerimento e Atestado Médico protocolado sob o nº 086/2020, de 05/05/2020.

Art. 2º de acordo com o inciso "IV do art. 114 da Lei Municipal 175/200, a servidora terá Liberação do serviço público por prorrogação do prazo dos 30 (trinta) dias iniciais, do inciso III, pelo período de até mais 03 (três) meses, percebendo a metade da remuneração".

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 05 de maio de 2020.

CELSON BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 281 - 11 DE MAIO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - GRICELDA RODRIGUES DA SILVA

Publicação Nº 2543879

Portaria nº 281, de 11 de maio de 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a servidora Senhora GRICELDA RODRIGUES DA SILVA para exercer temporariamente (ACT) as funções relacionadas ao cargo de Professora para Educação Infantil – Nível II – Licenciatura Plena na área específica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, destinada exclusivamente a suprir excepcional interesse público, com carga horária de 40 horas semanais, junto ao Centro de Educação Infantil, com atribuições e vencimento atinentes à carga horária e ao cargo, pelo período de 15 (quinze) dias de 11/05/2020 à 25/05/2020, de conformidade com Atestado Médico datado de 11/05/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 11 de maio de 2020.

CELSON BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 282 - 11 DE MAIO - LICENÇA PRÊMIO - KASSIANO ALBARELLO

Publicação Nº 2543881

Portaria nº 282, de 11 de maio de 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o art. 120, da Lei Municipal nº 175, de 20/03/2000;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a servidor Senhor KASSIANO ALBARELLO, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Farmacêutico 40HS, Grupo III – Atividades de Nível Superior, Código ANS408, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, de conformidade com pedido protocolado sob o nº 088/2020, de 11/05/2020, referente ao período aquisitivo de 10/02/2011 a 08/02/2016.

Art. 2º A licença prêmio será gozada parcialmente, período de 12/05/2020 á 10/06/2020, sendo que trabalhara 2 dias por semana nas segundas feiras e quintas feiras totalizando 8 dias que serão gozados logo após o término previsto da licença, sendo o retorno normal das atividades no dia 30/06/2020.

Art. 3º. As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 11 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 283 - 11 DE MAIO - HORÁRIO DE TRABALHO SERVIDORES PANDEMIA

Publicação Nº 2543882

Portaria nº 283, de 11 de maio de 2020.

ESTABELECE HORÁRIO EM ESCALA DE TRABALHO AOS SERVIDORES DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E EXTENSÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais legais e vigentes;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando que a Organização Municipal de Saúde (OMS) declarou no dia 11 de março de 2020, em âmbito mundial, pandemia do Coronavírus COVID-19;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, a qual declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCov);

Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus;

Considerando a recomendação de evitar a aglomeração de pessoas;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer horário de expediente em escala de trabalho aos servidores públicos municipais designados para desempenho de suas funções junto ao prédio da prefeitura municipal e extensão dos serviços do centro administrativo municipal a partir da presente data, com o intuito de diminuir o fluxo de pessoas junto aos prédios públicos.

Art. 2º As escalas serão elaboradas pelos secretários das pastas para os quais os servidores estão lotados.

Art. 3º Todos os servidores deverão estar, durante o horário normal de expediente, disponíveis para contato e para prestação de serviço público, no caso de eventual convocação.

Art. 4º Durante o período de expediente em forma de escala de trabalho nos órgãos da Administração Pública Municipal fica dispensado o registro de ponto pelos servidores.

Art. 5º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC), em 11 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 284 - 13 DE MAIO - LICENÇA PRÊMIO - FRANCISCO DEO MARTINS

Publicação Nº 2543883

Portaria nº 284, de 13 de maio de 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

Considerando os artigos nºs 120 a 125, da Lei Municipal nº 175, de 18/03/2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio ao servidor FRANCISCO DEO MARTINS, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Instrutor de Esportes, Grupo III – Atividades de Nível Superior, Código ANS407, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período de 18/01/2012 a 15/01/2017, conforme requerimento protocolado sob o nº 089/2020 de 13/05/2020.

Art. 2º A licença prêmio será concedida 1/3 para gozo de 14/05/2020 á 12/06/2020.

Art. 3º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 285 - 13 DE MAIO - LICENÇA PRÊMIO - ISABEL MARIA VIDOR STUMM

Publicação Nº 2543885

Portaria nº 285, de 13 de maio de 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

Considerando os artigos nºs 120 a 125, da Lei Municipal nº 175, de 18/03/2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a servidora Senhora ISABEL MARIA VIDOR STUMM, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Merendeira/Faxineira, Grupo VII, Código TSG405, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo, referente ao período de 01/03/2010 a 28/02/2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 090/2020 de 13/05/2020.

Art. 2º A licença prêmio será concedida com gozo de 1/3 de 18/05/2020 a 16/06/2020.

Art. 3º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 286 - 14 DE MAIO - LICENÇA PRÊMIO - EVANDRO ZOLOTTO

Publicação Nº 2543887

Portaria nº 286, de 14 de maio de 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença prêmio ao servidor Senhor EVANDRO ZOCCOLOTTO, ocupante e exercendo as funções do Cargo Efetivo de Motorista, Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 01/11/2013 a 31/10/2018, de conformidade com o protocolo sob o nº 092/2020 de 14/05/2020.

Art. 2º A licença prêmio será concedida com gozo de 1/3 no período de 14/05/2020 a 12/06/2020.

Art. 3º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 14 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 287 - 14 DE MAIO - LICENÇA PRÊMIO - TEREZINHA DE FATIMA DOS SANTOS

Publicação N° 2543889

Portaria nº 287, de 14 de maio de 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o art. 120, da Lei Municipal nº 175, de 20/03/2000;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio à servidora Senhora TEREZINHA DE FATIMA DOS SANTOS, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Grupo VI – Atividades De Administração Geral, Código AAG404, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, de conformidade com pedido protocolado sob o nº 093/2020, de 14/05/2020, referente ao período aquisitivo de 07/01/2015 a 06/01/2020.

Art. 2º A licença prêmio será gozada parcialmente, sendo 30 dias a partir de 18/05/2020 á 16/06/2020.

Art. 3º. As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 14 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 288 - 14 DE MAIO - LICENÇA PRÊMIO - FATIMA BERTI RIES

Publicação N° 2543891

Portaria nº 288, de 14 de maio de 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o art. 120, da Lei Municipal nº 175, de 20/03/2000;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio à servidora Senhora FATIMA BERTI RIES, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Grupo VI – Atividades De Administração Geral, Código AAG404, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, de conformidade com pedido protocolado sob o nº 091/2020, de 14/05/2020, referente ao período aquisitivo de 02/09/2013 a 01/09/2018.

Art. 2º A licença prêmio será gozada parcialmente, sendo 30 dias a partir de 18/05/2020 á 16/06/2020.

Art. 3º. As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 14 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 289 - 14 DE MAIO - FÉRIAS - PATRICIA POSSER

Publicação Nº 2543892

Portaria nº 289, de 14 de maio de 2020.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora Senhora PATRICIA POSSER HAMMES, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Contadora, GRUPO III – Atividades de Nível Superior, Código ANS404, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo 22/11/2018 á 21/11/2019, com gozo de 10 dias no período de 20/05/2020 a 29/05/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 14 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 290 - 14 DE MAIO - LICENÇA MATERNIDADE - NADIA DREON FARIA ZANATTA

Publicação Nº 2543894

Portaria nº 290, de 14 de maio de 2020.
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade a servidora Senhora NADIA DREON FARIAS ZANATTA, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Advogado – Assessor Geral 30hs, Grupo II – Direção, Chefia e Assessoramento, Código DCA301, 30 horas semanais, junto ao Gabinete do Prefeito Municipal, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, de 19/05/2020 a 15/09/2020, conforme atestado médico, datado de 14/05/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos partir de 19/05/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 14 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 291 - 19 DE MAIO - NOMEAÇÃO - THYANA ANDRESSA KAISEKAMP BINO

Publicação Nº 2543895

Portaria nº 291, de 19 de maio de 2020.
NOMEIA ADVOGADO – ASSESSOR GERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora THYANA ANDRESSA KAISEKAMP BINO, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Advogado – Assessor Geral 30hs, Grupo II – Direção, Chefia e Assessoramento, Código DCA301, 30 horas semanais, junto ao Gabinete do Prefeito Municipal, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo, em substituição à servidora srª Nadia Dreon Farias quando em Licença Maternidade.

Art. 2º Fica o servidor ciente das atribuições do seu cargo de acordo com o Anexo V – Atribuições dos cargos da Lei Complementar nº 1.287/20018, conforme segue:

ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

I – Quanto a área de assessoria jurídica:

- a) prestar assistência jurídica ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito Municipal e demais agentes públicos;
- b) emitir pareceres sobre questões que lhe forem submetidas;
- c) respeitar o Código de Ética do Conselho.

II – Quanto a área de procuradoria:

- a) atuar como advogado geral do Município em favor do interesse público dentro e fora dos tribunais;
- b) representar judicial e extrajudicial do Município quando autor, réu, assistente, oponente ou interessada de qualquer outra forma, nos processos na justiça ou qualquer foro e em qualquer instância;
- c) postular em juízo em nome do Município, com a propositura de ações e apresentação de contestação, avaliar provas documentais e orais, realizar audiências trabalhistas, cíveis e criminais;
- d) acompanhar os processos administrativos externos em tramitação no Tribunal de Contas, Ministério Público e Secretarias de Estado;
- e) coordenar e supervisionar a inscrição e promoção da cobrança de Dívida Ativa administrativa e judicial;
- f) acompanhar e orientar os processos administrativos, sindicâncias, inquéritos, disciplinares, tributários e outros que tenham interesse ao Poder Executivo Municipal;
- g) auxiliar na formulação, uniformização ou consolidação de legislação em geral e outros expedientes;
- h) prestar assistência jurídica ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito Municipal e demais agentes públicos;
- i) auxiliar na formulação de editais, contratos, convênios, acordos e outros, avaliando os riscos neles envolvidos, com vistas a garantir segurança jurídica e lisura em todas as relações jurídicas travadas entre o ente público e terceiros;
- j) emitir pareceres sobre questões que lhe forem submetidas;
- k) orientar sobre a legalidade dos atos praticados ou a serem praticados;
- l) acompanhar todos os procedimentos licitatórios;
- m) examinar, prévia e conclusivamente, as minutas de editais de licitação, de chamamento público e instrumentos congêneres, minutas de contratos e de seus termos aditivos, atos de dispensa e inexigibilidade de licitação, minutas de convênios, instrumentos congêneres e de seus termos aditivos, minutas de termos de ajustamento de conduta, de termos de compromisso e instrumentos congêneres e demais atos que demandem análise jurídica, conforme estabelecido em legislações específicas, decretos, atos normativos editados;
- n) assinar documentos referentes ao exercício de suas atribuições, às suas competências e responsabilidades e os próprios das atividades diárias e corriqueiras da área de projetos, engenharia e fiscalização; e,
- o) respeitar o Código de Ética do Conselho.

Art. 3º De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bandeirante, SC, o agente público deverá cumprir a jornada de trabalho fixada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal para funcionamento da repartição pública a qual desempenha suas atribuições, sendo no mínimo 20 horas presenciais junto a sua repartição e o restante da carga horária à disposição em atendimentos e/ou encaminhamentos do município junto ao Fórum/Tribunais.

Art. 4º De conformidade com o art. 31 da Lei Complementar nº 1.287/2018 ficam autorizados os agentes públicos do Poder Executivo do Município de Bandeirante SC a dirigir os veículos oficiais dentro e fora do território do Município, desde que possuam a habilitação necessária, devendo efetuar os registros de controle de viagem em documento denominado "Diário de Bordo".

Art. 5º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC), em de 19 de maio de 2020.

CELSON BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 292 - 19 DE MAIO - LICENÇA PRÊMIO - ADRIANE LARDINI MERLINI

Publicação Nº 2543896

Portaria nº 292, de 19 de maio de 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o art. 120, da Lei Municipal nº 175, de 20/03/2000;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio à servidora Senhora ADRIANE LARDINI MERLINI, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Grupo VI – Atividades De Administração Geral, Código AAG404, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, de conformidade com pedido protocolado sob o nº 096/2020, de 19/05/2020, referente ao período aquisitivo de 06/04/2011 a 03/04/2016.

Art. 2º A licença prêmio será gozada parcialmente, sendo 30 dias a partir de 19/05/2020 á 17/06/2020.

Art. 3º. As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 19 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 293 - 19 DE MAIO - ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS - ODAIR JOSÉ PASQUALI

Publicação Nº 2543897

Portaria nº 293, de 19 de maio de 2020.
CONCEDE ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando que a Organização Municipal de Saúde (OMS) declarou no dia 11 de março de 2020, em âmbito mundial, pandemia do Coronavírus COVID-19;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, a qual declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCov);

Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Capítulo III - Da Antecipação De Férias Individuais da Medida Provisória nº 927 de 22/03/2020 que dispõe que durante o estado de calamidade pública a que se refere o art. 1º, o empregador informará ao empregado sobre a antecipação de suas férias com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas, por escrito ou por meio eletrônico, com a indicação do período a ser gozado pelo empregado;

Considerando a paralisação das atividades de Transporte Escolar em decorrência da pandemia do Coronavírus COVID-19.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder antecipação de férias ao servidor Senhor ODAIR JOSÉ PASQUALI, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Grupo VII – Transportes e Serviços Gerais, Código TSG403, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinentes à carga horária e ao cargo, referente ao período aquisitivo de 02/03/2020 a 01/03/2021, com gozo no período de 18/05/2020 a 16/06/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos á 18/05/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 19 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 294 - 21 DE MAIO - FÉRIAS - CASSIANE LARDINI

Publicação Nº 2543904

Portaria nº 294, de 21 de maio de 2020.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora Senhora CASSIANE LARDINI, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Odontologia, Grupo IV – Atividades de Nível Auxiliar, Código ANA403, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período de 01/03/2019 a 28/02/2020, com gozo de 20 dias no período de 25/05/2020 a 13/06/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 21 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 295 - 25 DE MAIO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - CARLOS ALEXANDRE BIANCHI

Publicação Nº 2543905

Portaria nº 295, de 25 de maio de 2020.
CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Senhor CARLOS ALEXANDRE BIANCHI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo VI – Atividades De Administração Geral, Código AAG402, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 05 (cinco) dias, de 21/05/2020 á 25/05/2020, de conformidade com Atestado Médico datado de 25/05/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 25 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 296 - 25 DE MAIO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - CARLOS ALEXANDRE BIANCHI 2

Publicação Nº 2543907

Portaria nº 296, de 25 de maio de 2020.
CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Senhor CARLOS ALEXANDRE BIANCHI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo VI – Atividades De Administração Geral, Código AAG402, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 05 (cinco) dias, de 25/05/2020 á 29/05/2020, de conformidade com Atestado Médico datado de 25/05/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 25 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 297 - 25 DE MAIO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - CARLA CRISTINA DALMORO

Publicação Nº 2543908

Portaria nº 297, de 25 de maio de 2020.

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde à servidora Senhora CARLA CRISTINA DALMORO, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Coordenadora do CRAS, Grupo III – Atividades de Nível Superior, Código ANS404, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 05 (cinco) dias, de 25/05/2020 à 29/05/2020, de conformidade com Atestado Médico datado de 25/05/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 25 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 298 - 27 DE MAIO - LICENÇA PATERNIDADE - HENRIQUE TERNUS PERREIRA

Publicação Nº 2543909

Portaria nº 298, de 27 de maio de 2020.

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Paternidade ao servidor Senhor HENRIQUE TERNUS PERREIRA, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas, Grupo VII – Transportes e Serviços Gerais, Código TSG402, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 05 (cinco) dias, de 21/05/2020 a 25/05/2020 de conformidade com requerimento protocolado sob o nº. 100/2020 de 27/05/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21/05/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 27 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 299 - 27 DE MAIO - EXONERAÇÃO - EDILENE MASLOWSKI

Publicação Nº 2543910

Portaria nº 299, de 27 de maio de 2020.

EXONERA A PEDIDO AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido a Senhora EDILENE MASLOWSKI, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Grupo VI – Atividades De Administração Geral, Código AAG404, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, de conformidade com requerimento protocolado sob o nº 102/2020 de 27/05/2020, com exoneração a partir de 14/05/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos á 14/05/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 27 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 300 - 29 DE MAIO - FÉRIAS - CARMEN MARISA VIDOR

Publicação Nº 2543911

Portaria nº 300, de 29 de maio de 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora Senhora CARMEN MARISA VIDOR, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Merendeira/Faxineira, Grupo VII, Código TSG405, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 26/04/2019 a 25/04/2020, com gozo de 10 dias no período de 01/06 a 10/06/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 29 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 301 - 29 DE MAIO - FÉRIAS - RUBIAN LUCION

Publicação Nº 2543913

Portaria nº 301, de 29 de maio de 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora Senhora RUBIAN LUCION, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Nutricionista, Grupo III – Atividades de Nível Superior, Código ANS406, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 03/09/2018 a 02/09/2019, com gozo de 10 dias no período de 15/06/2020 a 24/06/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 29 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 302 - 29 DE MAIO - TIRA GRATIFICAÇÃO - GRACIELE LUCIA BAGNARA

Publicação Nº 2543914

Portaria nº 302, de 29 de maio de 2020.

REVOGA CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO DE ATIVIDADE ESPECIAL NO SERVIÇO PÚBLICO, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 425, DE 11/05/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 184, de 26 de fevereiro de 2020 que concede gratificação pelo desempenho de atividade especial no serviço público a servidora Senhora GRACIELE LUCIA BAGNARA, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo VI – Atividades De Administração Geral, Código AAG402, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, em virtude do desempenho das atividades de responsável pelo departamento de Licitações e Compras.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 184, de 26 de fevereiro de 2020, com efeitos retroativos á 01/05/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 29 de maio de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO Nº22/2020 FMS

Publicação Nº 2543919

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2020
EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº2/2020
Republicação

O Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital para Registro de Preço, objetivando Prestação de serviços odontológicos na especialidade de cirurgia de exodontia. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 10 de julho de 2020. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 29 de julho de 2020.

CRISTIANE ALVES DE OLIVEIRA
Gestora FMS

TERMO ADITIVO Nº17-2019-2

Publicação Nº 2544179

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BARRA BONITA**

Avenida BUENOS AIRES - 600 | Barra Bonita - SC | Cep 89.909-000
Fone: (49) 3649-0004 | CNPJ: 01.612.527/0001-30
e-mail:

MUNICIPIO DE BARRA BONITA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2019-2
PROCESSO ADMINISTRATIVO 20/2019

DATA CONTRATO: 29 de junho de 2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - Estado Santa Catarina, com endereço Avenida BUENOS AIRES, nº 600, inscrito no CNPJ/MF nº 01.612.527/0001-30, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. MOACIR PIROCA, portador do CI/RG nº 1151263, CPF/MF nº 422.722.709-72.

CONTRATADO: SOCIEDADE RADIO PEPERI LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 86.243.482/0001-26, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ADILSON JOÃO BALDISSERA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 563.475.299-04, com endereço à Rua DUQUE DE CAXIAS, 1302, CENTRO - 89.900-000, São Miguel do Oeste - SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, OBRAS E SERVIÇOS DA MUNICIPALIDADE, BEM COMO DE CAMPANHAS DE INTERESSE PUBLICO DE CARÁTER INFORMATIVO, SAÚDE E EDUCATIVO.

VALOR: Pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$5.694,00 (cinco mil e seiscentos e noventa e quatro reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do **CONTRATO** é de até 6 (seis) meses, a partir da sua assinatura.

MOACIR PIROCA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ADILSON JOÃO BALDISSERA
SOCIEDADE RADIO PEPERI LTDA
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº36/2018-03

Publicação Nº 2544197

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA BONITA**

Avenida BUENOS AIRES - 600 | Barra Bonita - SC | Cep 89.909-000
Fone: (49) 3649-0004 | CNPJ: 01.612.527/0001-30
e-mail:

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2018-03/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO 36/2018

DATA CONTRATO: 29 de junho de 2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - Estado Santa Catarina, com endereço Avenida BUENOS AIRES, nº 600, inscrito no CNPJ/MF nº 01.612.527/0001-30, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. MOACIR PIROCA, portador do CI/RG nº 1151263, CPF/MF nº 422.722.709-72.

CONTRATADO: RADIO RAO DE LUZ LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 76.812.627/0001-09, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. HD COM.E SERV.DE EQUIP.E SUPRIM.DE INFORMATICA LTD, Administrador, portador do RG/CI nº 256.262.756 e no CPF/MF nº 12.919.652/0001-03, com endereço à Rua MORRO DAS COMUNICACOES, , Endereço não informado - 89.920-000, Guaraciaba - SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE RÁDIO FM, COM ALCANCE EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO RADIOFÔNICO DE 3 INSERÇÕES DIÁRIAS DE 0,45 SEGUNDOS, NO HORÁRIO DAS 08:00H ÀS 17:00H, PARA TRANSMISSÃO DE ASSUNTOS E INFORMATIVOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

VALOR: Pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$0,00 (zero), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do **CONTRATO** é de até 6 (seis) meses, a partir da sua assinatura.

MOACIR PIROCA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

RADIO RAO DE LUZ LTDA
CONTRATADA

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

1397

Publicação N° 2543315

LEI N° 1397/2020 de 24 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Artigo 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$53.871,51 (Cinquenta e três mil, oitocentos e setenta e um reais, cinquenta e um centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	10.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
43.10.301.0009-2.030	2.030	Ações de Assistência Farmacêutica	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0824	Aplicações Diretas	53.871,51
TOTAL GERAL	53.871,51		

Artigo 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$53.871,51 (Cinquenta e três mil, oitocentos e setenta e um reais, cinquenta e um centavos), referente a excesso de arrecadação apurado no recurso 824 (Farmácia Básica Estado), conta 122.645-2.

Artigo 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 24 de Junho de 2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

ALTERAÇÃO DE EDITAL N° 022/2020 TP 06/2020

Publicação N° 2543485

ALTERAÇÃO DE EDITAL 01
PROCESSO N.º 022/2020 - PREF
TOMADA DE PREÇOS N.º 006/2020 – PREF

O item 12. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA, passa a ter o subitem a seguir:

12.2.1 – Executar os serviços Internos relacionados na planilha em horário após o expediente nos dias uteis e em qualquer horário nos finais de semana e feriados. Horário de funcionamento do posto de saúde e das 07h00min às 19h00min, de segunda a sexta feira.

Os demais itens do edital permanecem inalterados.

Adelmo Alberti
Prefeito Municipal

DECRETOS 803 A 807

Publicação N° 2543307

DECRETO N.º 803/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1361/2019, de 06 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Artigo 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de

Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$668.500,00 (Seiscentos e sessenta e oito mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
119-15.452.0007-2.024	2.024	Manutenção de ruas, estradas, praças, jardins, ponte e bueiros.	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0742	Aplicações Diretas	668.500,00
TOTAL GERAL	668.500,00		

Artigo 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$668.500,00 (Seiscentos e sessenta e oito mil e quinhentos reais), referente ao Convênio firmado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Proposta nº002021/2019.

Artigo 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 19 de junho de 2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 804/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1362/2019, de 06 de dezembro de 2019.

Artigo 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$716.250,00 (Setecentos e dezesseis mil e duzentos e cinquenta reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
119-15.452.0007-2.024	2.024	Manutenção de ruas, estradas, praças, jardins, ponte e bueiros.	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0742	Aplicações Diretas	716.250,00
TOTAL GERAL	716.250,00		

Artigo 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$716.250,00 (Setecentos e dezesseis mil e duzentos e cinquenta reais), referente ao Convênio firmado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Proposta nº000665/2019.

Artigo 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 19 de junho de 2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 805/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1357/2019, de 06 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Artigo 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$400.000,00 (Quatrocentos mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
119-15.452.0007-2.024	2.024	Manutenção de ruas, estradas, praças, jardins, ponte e bueiros.	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0742	Aplicações Diretas	400.000,00
TOTAL GERAL	400.000,00		

Artigo 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$400.000,00 (Quatrocentos mil reais), referente ao Convênio firmado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Proposta nº034125/2019.

Artigo 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 19 de junho de 2019.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 806/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1358/2019, de 06 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Artigo 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$500.000,00 (Quinhentos mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
119-15.452.0007-2.024	2.024	Manutenção de ruas, estradas, praças, jardins, ponte e bueiros.	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0742	Aplicações Diretas	500.000,00
TOTAL GERAL	500.000,00		

Artigo 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$500.000,00 (Quinhentos mil reais), referente ao Convênio firmado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Proposta nº035572/2019.

Artigo 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 19 de junho de 2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 807/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1397/2020, de 24 de junho de 2020.

DECRETA:

Artigo 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$53.871,51 (Cinquenta e três mil, oitocentos e setenta e um reais, cinquenta e um centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	10.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
43.10.301.0009-2.030	2.030	Ações de Assistência Farmacêutica	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0824	Aplicações Diretas	53.871,51
TOTAL GERAL	53.871,51		

Artigo 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$53.871,51 (Cinquenta e três mil, oitocentos e setenta e um reais, cinquenta e um centavos), referente a excesso de arrecadação apurado no recurso 824 (Farmácia Básica Estado), conta 122.645-2.

Artigo 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 24 de junho de 2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS N° 008/2020

Publicação N° 2543429

EXTRATO DE CONTRATO**PREFEITURA**

Contrato N° 042/2020-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 05.279.711/0001-60 com sede na Rodovia BR 280, nº 4.517, Bairro Boa Vista, no município de Canoinhas, SC, CEP 89.460-000,

Objeto: O Município vem por meio do presente TOMADA DE PREÇOS N° 003/2020 AO PROCESSO ADMINISTRATIVO 017/2020 para finalidade a seleção e contratação da empresa especializada de engenharia, para reforma e ampliação da E.M Juliana T. Krull na localidade de serra do Lucindo referente ao CONVÊNIO 2020TR0085 E PRO-CESSO N° SSC5898/2019, conforme projetos, memorial descrito, orçamento e cronograma da obra.

Valor do Contrato: R\$ 236.785,34 (Duzentos e Trinta e Sei Mil Setecentos e Oitenta e Cinco Reais e Trinta e Quatro Centavos)

Data da assinatura: 10.06.2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Belmonte

PREFEITURA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 58/2020

Publicação Nº 2544247

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE BELMONTE CNPJ: 80.912.108/0001-90 RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133 C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2020 - TP Processo Administrativo: 58/2020 Processo de Licitação: 58/2020 Data do Processo: 29/05/2020 Folha: 1/2
--	---

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, GENESIO BRESSIANI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 58/2020
b) Licitação Nr.: 2/2020-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 19/06/2020
e) Data da Adjudicação: 19/06/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO E DRENAGEM PLUVIAL, NA SEDE DO MUNICÍPIO, COM ÁREA DE 2.646,38 M², CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA, COM RECURSOS CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 884949/2019 - OPERAÇÃO 1064015-57 - PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA (1598)

1 OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO E DRENAGEM PLUVIAL, EM TRECHOS DAS RUAS GASPAR SILVEIRA MARTINS(TRECHO ENTRE A RUA PRESIDENTE VENCESLAU BRÁS E RUA MAURICIO CARDOSO); DA RUA PINHEIRO MACHADO(TRECHO ENTRE A RUA MAURICIO CARDOSO E RUA VENCESLAU BRÁS) E RUA HUMBERTO DE CAMPOS, COM ÁREA DE 2.646,38 M², CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA, COM RECURSOS CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 884949/2019 - OPERAÇÃO 1064015-57 - PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO	UN	1,00	0,0000	250.891,48	250.891,48
--	----	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 250.891,48

Total Geral: 250.891,48

Belmonte, 19 de Junho de 2020.

GENESIO BRESSIANI
PREFEITO MUNICIPAL

MELANIA ELISA WRONSKI FROZZA
Presidente da Comissão de Licitação

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

TOMADA DE PREÇO**Nr.: 2/2020 - TP**

Processo Administrativo: 58/2020
Processo de Licitação: 58/2020
Data do Processo: 29/05/2020

Folha: 2/2

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.012.4.4.90.00.00.00.00.00 (98), 1.012.4.4.90.00.00.00.00.00 (218)

Belmonte, 19 de Junho de 2020.

GENESIO BRESSIANI
PREFEITO MUNICIPAL

MELANIA ELISA WRONSKI FROZZA
Presidente da Comissão de Licitação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 58/2020

Publicação Nº 2544250

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE BELMONTE CNPJ: 80.912.108/0001-90 RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133 C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2020 - TP Processo Administrativo: 58/2020 Processo de Licitação: 58/2020 Data do Processo: 29/05/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, GENESIO BRESSIANI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 58/2020
b) Licitação Nr.: 2/2020-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 19/06/2020
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO E DRENAGEM PLUVIAL, NA SEDE DO MUNICÍPIO, COM ÁREA DE 2.646,38 M², CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA, COM RECURSOS CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 884949/2019 - OPERAÇÃO 1064015-57 - PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA (1598)

1 OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO E DRENAGEM PLUVIAL, EM TRECHOS DAS RUAS GASPAR SILVEIRA MARTINS (TRECHO ENTRE A RUA PRESIDENTE VENCESLAU BRÁS E RUA MAURICIO CARDOSO); DA RUA PINHEIRO MACHADO (TRECHO ENTRE A RUA MAURICIO CARDOSO E RUA VENCESLAU BRÁS) E RUA HUMBERTO DE CAMPOS, COM ÁREA DE 2.646,38 M², CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA, COM RECURSOS CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 884949/2019 - OPERAÇÃO 1064015-57 - PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO	UN	1,00	0,0000	250.891,48	250.891,48
--	----	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 250.891,48

Total Geral: 250.891,48

Belmonte, 19 de Junho de 2020.

GENESIO BRESSIANI
PREFEITO MUNICIPAL

Benedito Novo**PREFEITURA****ATA DA DISPENSA - DP 63/2020**

Publicação N° 2544065

ATA DE ANALISE DOS DOCUMENTOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 63/2020
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 63/2020
DATA: 25/06/2020 - HORA DE INÍCIO: 15 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 132/2020 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação acima citado, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DE VÍDEO COM NARRAÇÃO E FILMAGENS AÉREAS E TERRESTRES PARA DAR PUBLICIDADE AOS ATOS INSTITUCIONAIS. Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa. Da análise destes documentos, observa-se que a empresa RAITER EDITORA E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.937.999/0001-30 se encontra com a documentação de habilitação regular. Cabe ressaltar que esta Comissão de Licitações não analisa o mérito e a motivação da contratação, limita-se apenas a analisar os documentos acostados ao processo licitatório. Nada mais havendo, a Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
JOICE APARECIDA COSTA
Presidente
ROSE CARLA L. MENGARDA
Membro
MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI
Membro

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 57/2020

Publicação N° 2543325

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 29/06/2020 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:05 horas
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 57/2020
LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 57/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE ARCONDICIONADO PARA CRECHE DE SANTA MARIA.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença da Pregoeira JOICE APARECIDA COSTA e da Equipe de Apoio MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI e MAURICIO STEFFEN todos nomeados através da Portaria nº 133/2020. Aberta a sessão, verificou-se que protocolaram e entregaram os envelopes até o horário estipulado as empresas FISTAROL PRESTADOS DE SERVIÇOS EIRELI e TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI. Foram conferidos com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Em seguida, iniciou-se a fase de credenciamento, tendo as empresas apresentado os respectivos documentos. Após a análise e rubrica da documentação do credenciamento por parte da Pregoeira, assim como pela Equipe de Apoio, a mesma foi disponibilizada aos demais presentes para análise e rubrica. Encerrada a análise por parte dos representantes, a Pregoeira abriu espaço para manifestação. Não houve qualquer questionamento sobre a referida documentação. No entender da Pregoeira e da Equipe de Apoio, a documentação do Credenciamento foi apresentada conforme exigido no edital, estando os representantes presentes credenciados e podendo manifestar-se durante a sessão, conforme a seguir:

Empresa	Representante
FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI	ROBERTO CARLOS DA SILVA
TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI	VINICIUS VIZZOTTO

Todas as empresas apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação conforme exigido no Edital, podendo ser acessados seus envelopes. Encerrou-se a fase de Credenciamento, sendo iniciada a fase de abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços. Procedida à abertura dos envelopes, a Pregoeira e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram as propostas e em seguida disponibilizaram para que os representantes presentes fizessem o mesmo. A Pregoeira abriu espaço para manifestação. Não houve manifestações. Todas as propostas foram consideradas aceitas e classificadas. Na sequência foram inseridos os valores das propostas no sistema para classificação e impresso o relatório Anexo da ATA. Dando continuidade à sessão, iniciou-se a fase de Lances e negociação, passando-se à fase competitiva, tendo as licitantes efetuado lances. Finalizada a fase competitiva

da sessão, foi impresso o relatório Anexo da ATA onde constam todos os lances ofertados e os respectivos vencedores. A seguir, a Pregoeira e a Equipe de Apoio procederam à abertura do envelope de Habilitação da licitante classificada como primeira colocada. A Pregoeira e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram todos os documentos de Habilitação, submetendo os mesmos à análise e rubrica dos representantes presentes. Após análise de todos a Pregoeira abriu espaço para manifestação referente aos documentos de Habilitação. No entender da Pregoeira e da Equipe de Apoio, a documentação de habilitação apresentada pela empresa vencedora encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim a licitante esta HABILITADA e, portanto, DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. A Pregoeira questionou aos interessados se há à intenção de interpor recurso contra algum ato praticado durante a sessão. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, a Pregoeira declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, a Pregoeira ADJUDICOU o item do certame a empresa vencedora. Em seguida lavrou-se a presente ATA. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOICE APARECIDA COSTA Pregoeira	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Equipe de Apoio	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio
------------------------------------	--	-------------------------------------

LICITANTES PRESENTES:

FISTAROL PRESTADOS DE SERVIÇOS EIRELI

TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 59/2020

Publicação Nº 2544008

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 29/06/2020 - HORÁRIO DE INÍCIO: 14:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2020

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 59/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORRO DE PVC PARA PREDIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E BARRAS DE AÇO PARA CONFECÇÃO DE GRELHAS PARA BOCA DE LOBO PARA SECRETARIA DE OBRAS.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença da Pregoeira JOICE APARECIDA COSTA e da Equipe de Apoio MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI e MAURICIO STEFFEN todos nomeados através da Portaria nº 133/2020. Aberta a sessão, verificou-se que protocolaram e entregaram os envelopes até o horário estipulado as empresas FISTAROL PRESTADOS DE SERVIÇOS EIRELI, CORAL FORROS E DIVISÓRIAS EIRELI e JOSÉ ANIVALDO QUIRINO MAIA. Foram conferidos com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Em seguida, iniciou-se a fase de credenciamento, tendo as empresas apresentado os respectivos documentos. Após a análise e rubrica da documentação do credenciamento por parte da Pregoeira, assim como pela Equipe de Apoio, a mesma foi disponibilizada aos demais presentes para análise e rubrica. Encerrada a análise por parte dos representantes, a Pregoeira abriu espaço para manifestação. Não houve qualquer questionamento sobre a referida documentação. No entender da Pregoeira e da Equipe de Apoio, a documentação do Credenciamento foi apresentada conforme exigido no edital, estando os representantes presentes credenciados e podendo manifestar-se durante a sessão, conforme a seguir:

Empresa	Representante
FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI	ROBERTO CARLOS DA SILVA
CORAL FORROS E DIVISÓRIAS EIRELI	SERGIO JOÃO FERNANDES
JOSÉ ANIVALDO QUIRINO MAIA	JOSÉ ANIVALDO QUIRINO MAIA

A empresa FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial e poderá fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. A empresa JOSÉ ANIVALDO QUIRINO MAIA é microempreendedora individual e também poderá fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. A empresa CORAL FORROS E DIVISÓRIAS EIRELI não apresentou a certidão simplificada não apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial e não poderá fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014, porém poderá participar do certame pois não se atingiu o número mínimo de 03 (três) empresas enquadradas nas condições especiais. As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação conforme exigido no Edital, podendo ser acessados seus envelopes. Encerrou-se a fase de Credenciamento, sendo iniciada a fase de abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços. Procedida à abertura dos envelopes, a Pregoeira e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram as propostas e em seguida disponibilizaram para que os representantes presentes fizessem o mesmo. A Pregoeira abriu espaço para manifestação. Não houve manifestações. Todas as propostas foram consideradas aceitas e classificadas. Na sequência foram inseridos os valores das propostas no sistema para classificação e impresso o relatório Anexo da ATA. Dando continuidade à sessão, iniciou-se a fase de Lances e negociação, passando-se à fase competitiva, tendo as licitantes efetuado lances. Finalizada a fase competitiva da sessão, foi impresso o relatório Anexo da ATA onde constam todos os lances ofertados e os respectivos vencedores. A seguir, a Pregoeira e a Equipe de Apoio procederam à abertura dos envelopes de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas. A Pregoeira e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram todos os documentos de Habilitação, submetendo os mesmos à análise e rubrica dos representantes presentes. Após análise de todos a Pregoeira abriu espaço para manifestação referente aos documentos de Habilitação.

No entender da Pregoeira e da Equipe de Apoio, a documentação de habilitação apresentada pelas empresas vencedoras encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim as licitantes estão HABILITADAS e, portanto, DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. A Pregoeira questionou aos interessados se há à intenção de interpor recurso contra algum ato praticado durante a sessão. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, a Pregoeira declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, a Pregoeira ADJUDICOU os lotes do certame as empresas vencedoras. A Pregoeira solicita a empresa vencedora do lote 1 que apresente nova proposta de preços readequando o valor dos subitens ao valor global vencido. Em seguida lavrou-se a presente ATA. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOICE APARECIDA COSTA Pregoeira	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Equipe de Apoio	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio
------------------------------------	--	-------------------------------------

LICITANTES PRESENTES:

FISTAROL PRESTADOS DE SERVIÇOS EIRELI

CORAL FORROS E DIVISÓRIAS EIRELI

JOSÉ ANIVALDO QUIRINO MAIA

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 151/2020

Publicação Nº 2544613

DECRETO Nº 151/2020 DE: 26 DE JUNHO DE 2020.

INSTITUI NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU O COMITÊ DE CRISE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – COMITÊ SUAS/BIGUAÇU COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

Decreta:

Art. 1º. Fica instituído o Comitê de Crise da Assistência Social – COMITÊ SUAS/Biguaçu COVID-19 com o objetivo de discutir de forma democrática e colegiada as questões provocadas pela crise e seus agravamentos, bem como elaborar, monitorar, avaliar e atualizar o Plano de Contingência da Política de Assistência Social.

Art. 2º. O Comitê será composto dos seguintes representantes:

- Marcelo dos Santos
Gestor da Assistência Social
- Ana Paula Medeiros e Silva Vicente
Gerente de Política do SUAS
- Cristina Bel Niles
Gerente de Proteção Social Básica
- Rosinha Meister Arnold
Gerente de Proteção Social Especial
- Francine Adriano Correa
Coordenação CRAS 1
- Mateus Ferreira Benvenutti
Coordenação CRAS 2
- Deyse de Souza
Coordenação CREAS 1
- Fabiane Bernadete
Coordenação CREAS 2
- Marília Scherer
Presidente do CMAS
- Débora Correa Matos
Gerente de Compras

Art. 3º. O Comitê deverá atuar de forma integrada com o Comitê de Crise da Prefeitura Municipal.

Art. 4º. São atribuições do Comitê:

- Elaborar o Plano de Contingência da Política de Assistência Social e monitorar e avaliar as ações. O referido plano faz conexão direta com o Plano Plurianual de Assistência Social e deverá ser aprovado pelo Conselho de Assistência Social e estar alinhado as diretrizes do SUAS;
- Rever e atualizar continuamente as ações do Plano de Contingência da Política de Assistência Social conforme situação que se apresenta no momento, observando os indicadores e avanço da pandemia;
- Conhecer os recursos previstos no orçamento municipal destinados a atuação em situação de calamidade e os recursos da Assistência Social, bem como, dialogar pela ampliação dos mesmos em virtude das necessidades locais;
- Auxiliar no planejamento de cada equipamento, definindo o funcionamento dos serviços, quais as estratégias serão utilizadas, os canais de acesso e os cuidados essenciais.
- Articular junto a Secretaria Municipal de Saúde para capacitação dos profissionais e disponibilização dos EPIs, e em quais situações devem ser usados, bem como solicitar que os profissionais da assistência social também recebam a vacina da gripe. A Assistência Social pode adquirir EPIs com os recursos do SUAS, porém mesmo assim deve manter dialogo com a Política de Saúde para orientações;
- Mapear e orientar os profissionais que estão no grupo de risco identificados pelo Ministério da Saúde;

- Implementar iniciativas de divulgação geral dos contatos telefônicos, para que as famílias possam comunicar-se, tirar suas dúvidas, fazer agendamentos, evitando fluxos nos equipamentos e deslocamentos aos equipamentos;
- Realizar reuniões e capacitações com a equipe da Assistência Social;
- Participar de reuniões intersetoriais para alinhamento da atuação;
- Estabelecer parcerias com universidades e outros parceiros para diagnóstico, mapeamento e estudos da pandemia no território.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da Sua Publicação.

Biguaçu, 26 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

LEI Nº 3989/2020

Publicação Nº 2544590

LEI Nº 3989/2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 1.619/2001 PARA FIXAR NOVAS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA O MUNICÍPIO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES, O PODER LEGISLATIVO, OS SEGURADOS ATIVOS, INATIVOS E OS PENSIONISTAS VINCULADOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e diante da determinação contida na Emenda Constitucional nº 103/2019, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 64 da Lei nº 1.619/2001 passa a vigorar nos seguintes termos:

“Art. 64 A contribuição do Município, incluídas suas Autarquias e Fundações, e do Poder Legislativo, é obrigatória e será de 22% (vinte e dois por cento) incidindo sobre a base prevista no art. 66 desta Lei, a ser realizada até o décimo dia útil do mês subsequente ao da competência.

§1º Para garantia do recebimento das contribuições provenientes do Município, o Chefe do Poder Executivo Municipal deverá autorizar o débito na fonte das parcelas concernentes ao Fundo de Participação do Município – FPM.

§2º O não recolhimento das contribuições ao PREVBIGUAÇU pelo Município de Biguaçu, compreendida em sua Administração Direta e Indireta, e o Poder Legislativo, nas datas e condições previstas nesta Lei implicará na caracterização de inadimplência, gerando responsabilidade civil, administrativa e penal sobre quem a tenha dado causa.

§3º O Município é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do Regime Próprio de Previdência Municipal, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, apurados de acordo com o estabelecido no Cálculo Atuarial anual.”

Art. 2º O art. 65 da Lei nº 1.619/2001 passa a vigorar nos seguintes termos:

“Art. 65 A contribuição do servidor público ativo de qualquer dos Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do Regime Próprio de Previdência Social, será de 14% (quatorze por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração-de-contribuição definida no art. 66 desta Lei.

§1º Os aposentados e pensionistas contribuirão em 14% (quatorze por cento por cento) incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadoria e pensão que supere o limite máximo estabelecido para benefícios do Regime Geral de Previdência Social, enquanto as diretrizes atuariais assim recomendarem.

§2º Na hipótese de acumulação permitida em lei, a contribuição será calculada sobre a remuneração de cada cargo efetivo ocupado pelo servidor público municipal.

§3º Não se permitirá a antecipação do pagamento das contribuições para fim de percepção de qualquer benefício.

§4º A incidência das contribuições sobre a remuneração-de-contribuição será realizada até o décimo dia útil do mês subsequente ao da competência.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do quarto mês subsequente ao da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3989/2020, de 29/06/2020
Sancionada em 29/06/2020
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

LEI Nº 3990/2020

Publicação Nº 2544592

LEI Nº 3990/2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020.

DENOMINA VIA PÚBLICA "SERVIDÃO NILSON JOÃO DE FARIA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de "Servidão Nilson João de Faria", a via pública com extensão de aproximadamente 57 metros, possuindo largura predominante de 4,00 metros. A coordenada geográfica sentido norte/sul de quem entra na via: Início Lon. 48º38'45" e Lat. 27º30'23" – término Lon. 48º38'44" e Lat. 27º30'25", bairro Praia João Rosa, Biguaçu/SC.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3990/2020, de 29/06/2020
Sancionada em 29/06/2020
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

LEI Nº 3991/2020

Publicação Nº 2544594

LEI Nº 3991/2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DO CENTRO ESPÍRITA PAI JOÃO DAS ALMAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação do Centro Espírita Pai João das Almas, com sede na Rua Sandra Regina Mariano, nº 136 no bairro Prado – Biguaçu/SC.

Art. 2º – À Entidade referendada no art. 1º, ficam assegurados todos os direitos e vantagens, bem como todos os deveres da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3991/2020, de 29/06/2020
Sancionada em 29/06/2020
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

LEI Nº 3992/2020

Publicação Nº 2544595

LEI Nº 3992/2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA A DESAFETAÇÃO E DÁ NOVA DESTINAÇÃO E FINALIDADE DE UTILIZAÇÃO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL DE USO COMUM E ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art.1º. Fica desafetada a área medindo 1770,30m², localizado na Rua n.04, no lugar Cachoeiras, neste Município e Comarca de Biguaçu, matrícula n 23.883, designado por Área Verde n 02, localizada na quadra n. 10 do Loteamento Jardim Tijuquinhas, para a construção de Área de lazer, com as seguintes medidas e confrontações:

I - Ao Sul mede 39,00m e confronta com a rua n. 04; ao Norte em dois lances, o primeiro mede 43,20m e confronta com terras de Benta Joaquina dos Santos e o segundo mede 7,80m e confronta com a Rua n. 05; ao leste em três lances de 30m, 12,00m e 30,00m e confronta com os lotes números 05 e 07; a ao Oeste mede 38,30m e confronta com a Rua n. 08". Consoante se extrai do enunciado contido na Averbação Nº R-1-23.883, realizada em 15 de fevereiro de 2011, sob o n. 028, folha 14 do livro n. 01, na Matrícula de Nº 23.883 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu –SC.

Art.2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal
Lei nº 3992/2020, de 29/06/2020
Sancionada em 29/06/2020
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

LEI Nº 3993/2020

Publicação Nº 2544596

LEI Nº 3993/2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020.

INSTITUI O MÊS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA, FICANDO DENOMINADO "JUNHO VIOLETA", NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no município de Biguaçu, o mês de combate à violência contra a pessoa idosa, denominado "Junho Violeta", com o objetivo de sensibilizar e envolver a população no combate à violência contra as pessoas com 60 (sessenta) anos ou mais.

Art. 2º O mês de junho fica instituído como o mês de conscientização da população sobre a importância do respeito à integridade física e psíquica da pessoa idosa, e divulgação dos meios e canais destinados à denúncia ou representação de condutas que impliquem agressão aos seus direitos.

Art. 3º O mês de combate à violência contra a pessoa idosa passa a integrar o Calendário Oficial, através da assistência social e conselho municipal do idoso.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 29 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal
Lei nº 3993/2020, de 29/06/2020
Sancionada em 29/06/2020
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

LEI Nº 3994/2020

Publicação Nº 2544597

LEI Nº 3994/2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO "DOSSIÊ MULHER BIGUAÇUENSE" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Biguaçu, o serviço "Dossiê Mulher Biguaçuense", O Dossiê consistirá na elaboração de estatísticas periódicas sobre as mulheres vítimas de violência atendidas pelas políticas públicas sob ingerência do Município de Biguaçu.

Parágrafo único. Os dados analisados serão extraídos dos registros das Secretarias, empresas públicas, autarquias e fundações ligadas à Administração Penitenciária, Desenvolvimento Social, Justiça, Saúde e Segurança Pública.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal promoverá ampla divulgação das estatísticas realizadas como forma de auxílio ao combate da violência contra a mulher.

Art. 3º - Fica assegurado o sigilo da identidade da vítima.

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, em até 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 29 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3994/2020, de 29/06/2020

Sancionada em 29/06/2020

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons

Diretoria Executiva de Legislação

e Expediente

PORTARIA Nº 1518/2020

Publicação Nº 2543785

PORTARIA nº 1518 de 29 de junho de 2020

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração a(o) servidor(a) MICHELI MARILU DE SOUZA SCHMITZ, ocupante do cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 15/06/2020.

Biguaçu, 29 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI

Secretária Municipal de Administração

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.632/2020

Publicação Nº 2544227

DECRETO Nº12.632, DE 29 DE ABRIL DE 2020.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A NELSON HOESCHL E YARA LUEF.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Nelson Hoeschl e Yara Luef, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado ímpar da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 245,75m² (duzentos e quarenta e cinco metros quadrados e setenta e cinco decímetros quadrados), fazendo frente em cinco linhas, sendo a primeira a partir do lado esquerdo, em 6,94m, a segunda em 8,04m, a terceira em 5,34m, a quarta em 7,35m e a quinta em 10,33m, todas com o lado ímpar da Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em cinco linhas, sendo a primeira a partir do lado esquerdo em 1,97m, a segunda em curva com 3,65m, a terceira em 8,37m, a quarta em 11,49m e a quinta em curva com 11,56m, todas com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 3,33m com terras de Gustavo Stamm (Matrícula n.28.086) e pelo lado esquerdo estrema em 8,31m com terras de Max Altemburg (Matrícula n.6.488); edificações com a área total de 465,33m², sendo a primeira uma garagem de alvenaria revestida em laje, bom estado de conservação e com área de 25,57m², a segunda edificação uma casa de alvenaria de uso residencial construída em 1945 e regular estado de conservação com área de 151,70m², e a terceira uma casa de alvenaria com área de 288,06m². O primeiro muro de alvenaria possui altura média de 2,10m e comprimento de 3,30m, o segundo com altura de 2,90m e comprimento de 4,60m, o terceiro com altura média de 2,70m e comprimento de 16,10m e o quarto muro de alvenaria com altura média de 2,10m e comprimento de 10,80m. Um portão de ferro com altura de 2,90m e comprimento de 4,60m, e outro portão de ferro com altura de 1,50m e comprimento de 1,20m, matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob nº51.942 e inscrito no cadastro técnico municipal sob nº4.3.17.0007.0061.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 29 de abril de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.697/2020

Publicação Nº 2544233

DECRETO Nº12.697, DE 26 JUNHO DE 2020.

ALTERA DISPOSITIVO NO DECRETO Nº12.406, DE 6 NOVEMBRO DE 2019, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A HUMBERTO REBELLO NARCISO E MARION CAMARGO NARCISO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto nº 12.406, de 6 de novembro de 2019, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Humberto Rebello Narciso e Marion Camargo Narciso, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado par da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 32,11m², fazendo frente em 14,80m com o lado par da Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em duas linhas, partindo do lado esquerdo, a primeira em linha curva com 3,54m e a segunda em 11,25m, ambas com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 1,59m com terras de Humberto Rebello Narciso (Mat. n.3249) e pelo lado esquerdo estrema em 2,78m com terras de Carlos Maria Guttler (Mat. n.4981), sem benfeitorias, integrante do imóvel matriculado sob o n.3250 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau e inscrito no cadastro técnico municipal sob n.4.3.5.0001.0074.”

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº12.678, de 16 de junho de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.698/2020

Publicação Nº 2544235

DECRETO Nº 12.698, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares abertos no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 419.000,00 (quatrocentos e dezenove mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

29- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.244.0055.2159 – Serv. Acol. Inst. p/ Adultos, Idosos e Mulheres Vítimas Violência

Modalidade 3.3.50 (28) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 69.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Atividade 29.01.08.244.0056.2152 – Serv. Atend. Int. Conv. Fort. Vinc. - Prot. Social Básica

Modalidade 3.3.50 (63) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 350.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.244.0055.2159 – Serv. Acol. Inst. p/ Adultos, Idosos e Mulheres Vítimas Violência

Modalidade 3.3.90 (31) Aplicações Diretas R\$ 69.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Atividade 29.01.08.244.0056.2152 – Serv. Atend. Int. Conv. Fort. Vínculo - Prot. Social Básica

Modalidade 3.3.90 (65) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.699/2020

Publicação Nº 2544236

DECRETO Nº 12.699, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

38 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTES

3801 – Diretoria Administrativa

Atividade 38.01.04.122.0043.2517 – Man. Ativ. Diretoria Administrativa da SMTT

Modalidade 3.1.91 (932) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Fonte de Recursos 0100.00079

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

38 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTES

3801 – Diretoria Administrativa

Atividade 38.01.04.122.0043.2517 – Manut. Ativ. Dir. Administrativa da SMTT

Modalidade 3.1.90 (930) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Fonte de Recursos 0100.00079

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.700/2020

Publicação Nº 2544238

DECRETO Nº 12.700, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento vigente, no valor de R\$ 176.236,00 (cento e setenta e seis mil, duzentos e trinta e seis reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0804 – Diretoria Geral

Atividade 08.04.04.131.0023.2349 – Manut. das Ativ. de Diretoria Geral

Modalidade 3.1.90 (144) Aplicações Diretas R\$ 8.236,00

Fonte de Recursos 0100.00000

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

1001 – Administrativo do Gabinete

Atividade 10.01.04.122.0027.2302 – Manut. das Ativ. Administrativas da SEDECI

Modalidade 3.1.91 (295) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

18 – INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA

1801 – Administrativo Distrital do Grande Garcia

Atividade 18.01.04.122.0024.2124 – Manut. Ativ. Adm. IDIGG

Modalidade 3.1.91 (741) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

21 – CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

2101 – Administrativo do Gabinete

Atividade 21.01.04.122.0067.2477 – Manut. das Ativ. Administrativas da CGM

Modalidade 3.1.91 (757) Aplicações Diretas R\$ 31.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

37 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

3701 – Diretoria Geral

Atividade 37.01.18.122.0039.2509 – Manut. Ativ. Diretoria Geral do Meio Ambiente

Modalidade 3.1.91 (860) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

3702 – Diretoria de Licenciamento e Controle Ambiental

Atividade 37.02.18.541.0003.2510 – Manut. Ativ. Diretoria de Licenciamento e Controle Ambiental

Modalidade 3.1.91 (864) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0804 – Diretoria Geral

Atividade 08.04.04.131.0023.2349 – Manut. das Ativ. de Diretoria Geral
Modalidade 3.3.90 (145) Aplicações Diretas R\$ 8.236,00
Fonte de Recursos 0100.00000

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
1001 – Administrativo do Gabinete
Atividade 10.01.04.122.0027.2302 – Manut. das Ativ. Administrativas da Sedeci
Modalidade 3.1.90 (294) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

18 – INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA
1801 – Administrativo Distrital do Grande Garcia
Atividade 18.01.04.122.0024.2124 – Manut. Ativ. Adm. IDIGG
Modalidade 3.1.90 (740) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

21 – CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICIPIO
2101 – Administrativo do Gabinete
Atividade 21.01.04.122.0067.2477 – Manut. das Ativ. Administrativas da CGM
Modalidade 3.1.90 (756) Aplicações Diretas R\$ 31.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

37 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
3701 – Diretoria Geral
Atividade 37.01.18.122.0039.2509 – Manut. Ativ. Diretoria Geral do Meio Ambiente
Modalidade 3.1.90 (859) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

3702 – Diretoria de Licenciamento e Controle Ambiental
Atividade 37.02.18.541.0003.2510 – Manut. Ativ. Diretoria de Licenciamento e Controle Ambiental
Modalidade 3.1.90 (863) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.701/2020

Publicação Nº 2544241

DECRETO Nº 12.701, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

REVOGA O DECRETO Nº 12.604, DE 01 DE ABRIL DE 2020, QUE “ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE”.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica Revogado o Decreto nº 12.604, de 01 de abril de 2020, que “abre crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.702/2020

Publicação Nº 2544242

DECRETO Nº 12.702, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau - ISSBLU, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), na seguinte dotação orçamentária:

22 – INST. MUN. DE SEG. SOCIAL DO SERVIDOR DE BNU - ISSBLU

2201 – Inst. Mun. de Seg. Social do Servidor de Bnu - ISSBLU

Atividade 22.01.09.272.0014.2125 – Man. e Conc. de Benefícios Previdenciários

Modalidade 3.1.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 20.000.000,00

Fonte de Recursos 0603.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de junho de 2020.

MARIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

CONCORRÊNCIA Nº 03-006/2020

Publicação Nº 2544246

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

Concorrência nº 006/2020

OBJETO: Contratação empresa para execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária na Rua Carlos Krueger, bairro: Itoupava Central, Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital – Contrato de Financiamento à Infraestrutura Urbana e ao Saneamento – FINISA – Apoio Financeiro para Despesas de Capital, Contrato nº 0498.699 – DVº 69, Recursos oriundos de Financiamento do BANCO DO BRASIL e também com Recursos Próprios da Fonte de Recurso "0100". - SEMOB. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 30 de julho de 2020 às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas via e-mail: licitacoes@blumenau.sc.gov.br e/ou site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações e legislação complementar. Informações (47) 3381-6277/(47) 3381-6724. Blumenau, 29/06/2020. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2020

Publicação Nº 2544251

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 046/2020

Data da Homologação: 23 de junho de 2020. Objeto: Aquisição de álcool tipo gel 70%, conforme especificações constantes neste edital - SMTT. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO ITEM A ITEM.

Empresa Vencedora: A.V. Comercio Atacadista Eireli – EPP - VALOR TOTAL DO ITEM DE R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Valor unitário: Item 01 - R\$ 48,00.

Base Legal: De acordo com o pregão supracitado nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade Pregão e 13.979/2020, Decreto Municipal nº 7.732/04 Lei Complementar 123/06 e alterações e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações.

Blumenau, 29 de junho de 2020.

REPUBLICAÇÃO - PORTARIA RH Nº 208/2020 - PROEB

Publicação Nº 2544270

PORTARIA RH Nº 208**CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO
PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB**

MARCELO GREUEL, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9º, inciso III, da Lei Complementar nº. 10 de 21 de dezembro de 1990 **resolve:**

CONCEDER, promoção horizontal com base no artigo 24, da Lei Complementar nº 661 de 28 de novembro de 2017, combinado com artigos 71 e 72, da Lei Complementar nº 662 de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo:

CAD.	NOME	CARGO	GOC.	Padrão	A PARTIR DE
1425	INARA TERESINHA AMARAL	Servente de Serviços Gerais	GO	C	01/05/2020
1428	LINCON FERNANDO VINOTTI	Agente Administrativo	GF	C	01/05/2020
1434	ILSON CRESTANI MEURER	Agente de Vigilância	GO	C	01/05/2020
1436	JONAS ARLAN FRITZKE	Eletricista	GF	C	01/05/2020
1455	ARIEL AGOSTINHO MARCINIAK	Agente Administrativo	GF	B	01/05/2020
1440	ANTONIO CANDIDO SOBRINHO	Agente de Vigilância	GO	C	01/06/2020

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB, em 25 de junho de 2020.

Marcelo Greuel
Presidente

PORTARIA SEDEAD Nº 34.892/2020

Publicação Nº 2544274

PORTARIA SEDEAD Nº 34.892/2020

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOREM À COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO N. 001/2020, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e o Decreto nº 10.049, de 23 de julho de 2013, resolve:

DESIGNAR, sem ônus para o Município, para comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO N. 001/2020, da Secretaria Municipal de Administração, destinado ao preenchimento de vagas temporárias para o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, os servidores públicos municipais:

CARLOS EDUARDO CORREA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, na função de Chefe do Serviço de Seleção e Cadastro de Pessoal, representante da Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

VIVIANE RUSSI DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, na função de Chefe do Setor de Pessoal da Educação Infantil, representante da Secretaria Municipal de Administração – SEDEAD;

ALEXSSANDER DE PIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, na função de Chefe do Setor de Pessoal do Ensino Fundamental/EJA, representante da Secretaria Municipal de Administração – SEDEAD;

MONICA LETICIA DESCHAMPS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, na função de Chefe de Apoio Pedagógico, representante da Secretaria Municipal de Educação - SEMED;

SOCORRO MARIA FERREIRA GONCALVES FORSTER, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Administração e Legislação Escolar, representante da Secretaria Municipal de Educação - SEMED;

GEICI MAIARA BRIG, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, representante do Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Blumenau – SINTRASEB.

JOANA ZUCCO GONCALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, representante do Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Blumenau – SINTRASEB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de junho de 2020.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 7906/2020 - ISSBLU

Publicação Nº 2544286

PORTARIA N.º 7906/2020

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CESAR ALTAMIRO ZEN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de CESAR ALTAMIRO ZEN, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Desenhista Projetista sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 24001070.1.00008/20-7, totalizando 8331 (oito mil, trezentos e trinta e um) dias, correspondente a 22 (vinte e dois) anos, 10 (dez) meses, e 1 (um) dia, conforme Processo n.º 13919/6/2020.

Blumenau, 24 de junho de 2020.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA N° 7919/2020 - ISSBLU

Publicação N° 2544289

PORTARIA N.º 7919/2020

AVERBA TEMPO DE SERVIÇO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LOURDES REVERS

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO,

para fins de cômputo de parcela remuneratória correspondente ao Adicional de Tempo de Serviço do período certificado, a ser utilizado na base de cálculo do benefício de aposentadoria, de acordo com o artigo 4.º, da Emenda Constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998,

a favor de LOURDES REVERS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, sob o Regime Jurídico Estatutário, conforme Certidão n.º 065/2020, expedida pela Prefeitura Municipal de Blumenau, totalizando 2.635 (dois mil, seiscentos e trinta e cinco) dias, correspondente a 7 (sete) anos, 2 (dois) meses, e 20 (vinte) dias, conforme Processo n.º 12465/9/2019.

Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a contar de 01/10/2019.

Blumenau, 29 de junho de 2020.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA N° 7920/2020 - ISSBLU

Publicação N° 2544292

PORTARIA N.º 7920/2020

AVERBA TEMPO DE SERVIÇO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL UDO SCHROEDER

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO,

para fins de cômputo de parcela remuneratória correspondente ao Adicional de Tempo de Serviço do período certificado, a ser utilizado na base de cálculo do benefício de aposentadoria,

a favor de UDO SCHROEDER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, sob o Regime Jurídico Estatutário, conforme Certidão n.º 098/2020, expedida pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, totalizando 3.302 (três mil, trezentos e dois) dias, correspondente a 9 (nove) anos e 17 (dezessete) dias, conforme Processo n.º 12680/10/2019.

Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a contar de 09/10/2019.

Blumenau, 29 de junho de 2020.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

EXTRATO N° 224/2020 - FURB

Publicação N° 2544295

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato n.º. 224/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
GILI ENERGY ELETRÔNICOS LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para projeto, confecção de placas e montagem para um analisador radiométrico para o projeto de P&D ANEEL, Contrato CEEE-GT/5000003753.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade n° 129/2020 e Contrato n° 122/2020, firmado em 01 de julho de 2020.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), de acordo com a Proposta Comercial, apresentada pela CONTRATADA e constante de fls. 69 à 72 do Processo anteriormente mencionado, sendo:

Item	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	Componentes em geral	5.500,00
2	Baterias e fontes de alimentação	1.500,00
3	Placas de circuito impresso (protótipo e final)	8.000,00
4	Displays coloridos 7 polegadas	1.500,00
5	FPGAs, processadores, amostradores, memórias	3.500,00
6	Kits de desenvolvimento	2.500,00
7	Gabinetes, cabeamentos, conectores especiais	2.200,00
8	Horas técnicas	65.300,00
Preço Total (em R\$)		90.000,00
Preço Total (em reais, por extenso)		Noventa mil reais

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, após o atendimento de cada fase do cronograma contido no Item 2.2. e devidamente aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE, através de crédito em conta bancária da CONTRATADA, na agência e banco que ela designar, atendidas as seguintes e concomitantes condições:

1.1.1. Apresentação até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço, através de documento original ou fotocópia autenticada:

- a) da respectiva Nota Fiscal de Serviço;
- b) da comprovação do objeto da parcela do serviço;
- c) de prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). No caso de Cooperativa de Trabalho, apenas relativa aos funcionários contratados, se existirem;
- d) das guias de recolhimento mensais relativas ao FGTS, com relatório dos funcionários beneficiados. No caso de Cooperativa de Trabalho, apenas relativa aos funcionários contratados, se existirem;

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual, tendo a duração de 24 (vinte e quatro) meses.

DATA: 29/06/2020

EXTRATO Nº 225/2020 - FURB

Publicação Nº 2544298

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 225/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
AMBSERV TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para contratações futuras de serviços de coleta, transporte, descontaminação e reciclagem de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e reatores, para os diversos *Campi* da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 115/2020 e Ata de Registro de Preços nº 124/2020, com validade a partir de 09 de julho de 2020.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	37304	15.000	Peça	Serviço de coleta, transporte, descontaminação, reciclagem e disposição final de resíduos de lâmpadas fluorescentes queimadas, mistas, de mercúrio e de sódio tubulares e lâmpadas compactas.	0,75	11.250,00
2	37305	20	Quilo	Serviço de coleta, transporte, descontaminação, reciclagem e disposição final de resíduos de lâmpadas fluorescentes queimadas e quebradas.	5,26	105,20
3	37874	2.500	Quilo	Serviço de coleta, transporte, descontaminação, reciclagem e disposição final de reatores eletroeletrônicos.	1,42	3.560,00
Preço Global (em R\$)				14.915,20		
Preço Global (em reais, por extenso)				Quatorze mil, novecentos e quinze reais e vinte centavos.		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado ao **5º dia do mês subsequente**, após a efetiva prestação dos serviços, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela **CONTRATANTE**, sigam acompanhados do(s) pertinente(s) comprovante(s) de coleta(s) assinado(s) pelos representantes de ambas as partes, do(s) certificado(s) de recolhimento, descontaminação e destinação final das lâmpadas/reatores e da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**), atendidas as seguintes e concomitantes condições:

Apresentação até o **1º (primeiro) dia útil** do mês subsequente ao da prestação de serviço, através de documento original ou fotocópia autenticada:

- da respectiva Nota Fiscal de Serviços, destacado o valor referente ao Imposto Sobre Serviços (ISS) a ser retido pela FURB e repassado à Prefeitura Municipal de Blumenau;
- do relatório geral, elaborado em decorrência dos controles de quantidades, emitidos no mês;
- dos documentos de controle de quantidades recolhidas, emitidos pela **CONTRATANTE** com a identificação destas quantidades e tipos de materiais, devidamente assinados pelos responsáveis da **CONTRATANTE** e **CONTRATANTE**;
- de prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

PRAZO DE VIGÊNCIA A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de **09/07/2020**.

DATA: 29/06/2020

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 01/2020

Publicação N° 2544322

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 01/2020
PARA OS APROVADOS NO EDITAL N° 002/2019 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Serginho Rodrigues de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Edital n° 002/2019 de Processo Seletivo Simplificado, realizado entre os dias 18 á 24 de junho de 2019, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração/Setor de Recursos Humanos, na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, n° 68, centro, Bom Jardim da Serra – SC, no período de 30/06/2020 a 01/07/2020, das 12h30 às 18h30, a fim de apresentar os documentos abaixo descritos. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado do Edital n° 002/2019, quando da sua convocação, terão o prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, após a publicação no site da Prefeitura Municipal, para apresentar todos os documentos exigidos e descritos no ato da convocação, conforme item 8.1 do Edital n° 002/2019.

O Convocado que não apresentar a documentação exigida, não comprovar os requisitos para investidura do cargo ou não pedir prorrogação de posse, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo, conforme item 8.3 do Edital n° 002/2019.

Relação dos Convocados:

Cargo: Enfermeiro Padrão

Nome	N° Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Janebel Bianquini Damaceno	001	18/11/1988	1º

Relação de Documento para Admissão:

- I – CPF;
 - II – Identidade;
 - III – Título de Eleitor;
 - IV – Comprovação da quitação eleitoral;
 - V- Carteira de Trabalho;
 - VI – Número do PIS/PASEP;
 - VII – Carteira de Reservista (Homens);
 - VIII – Comprovação da Habilitação Exigida (Diploma e Histórico);
 - IX- Carteira de registro do Órgão de Classe (conforme sua formação);
 - X – Atestado Médico Admissional (médico Trabalhista);
 - XI – 1 foto 3x4;
 - XII – Comprovação de dependentes;
 - XIII – Comprovação de Estado Civil;
 - XIV – Certidão Cível e Criminal;
 - XV – Carteira de motorista (cargos onde for necessário)
 - XVI – Grupo sanguíneo;
 - XVII – Comprovação da não acumulação de cargos;
 - XVIII – Número de conta corrente;
 - XIX – Comprovante de Endereço; e
 - XX – Declaração de Bens.
- Bom Jardim da Serra – SC, 29 de junho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO 3º TA ATA REGISTRO DE PREÇOS 01/2020

Publicação N° 2544229

Extrato 3º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços 01/2020

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Auto Posto VT Ltda.

O presente termo aditivo estabelece o reajuste de valor no litro do combustível conforme segue: 1,89% no litro da gasolina Comum passando de R\$ 3,975 para R\$ 4,050; 6% no litro do óleo diesel S10, passando de R\$ 3,10 para R\$ 3,286 e 5,80% no litro do óleo diesel comum passando de R\$ 3,070 para R\$ 3,248, conforme faculta legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços 01/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 29 de junho de 2020.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO N° 2518 2020**

Publicação N° 2544025

DECRETO N° 2518/2020**“Abre Crédito Suplementar Por
ANULAÇÃO NO
ORÇAMENTO DE 2020”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1475/2019, de 18 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 6.831,95 (seis mil, oitocentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos), conforme abaixo especificado:

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
003 - Divisão de Saneamento
0017 - Saneamento
0512 - Saneamento Básico Urbano
0011 - AÇÕES DE SANEAMENTO
23 - MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES COMUNITÁRIAS DE ÁGUA
Cód. 174 - 34490000000000000000 - Aplicacoes diretas
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários 6.831,95

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
003 - Divisão de Saneamento
0017 - Saneamento
0512 - Saneamento Básico Urbano
0011 - AÇÕES DE SANEAMENTO
23 - MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES COMUNITÁRIAS DE ÁGUA
Cód. 21 - 33190000000000000000 - Aplicações diretas
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários 6.831,95

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 29 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 29 de junho de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

DECRETO N° 2519 2020

Publicação N° 2544030

DECRETO N° 2519/2020**“Abre Crédito Suplementar Por
Superávit Financeiro No
Exercício De 2020”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1475/2019, de 18 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 8.886,00 (oito mil e oitocentos e oitenta e seis reais), conforme abaixo especificado:

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
0015 - Urbanismo	
0452 - Serviços Urbanos	
0014 - AÇÕES DE URBANISMO	
41 - MANUTENÇÃO DAS PRAÇAS, JARDINS E ORNAMENTAÇÃO DA CIDADE	
Cód. 310 - 34490000000000000000 - Aplicacoes diretas	
Fonte de recurso - 03000100 - Superávit - Recursos Ordinários	8.886,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Fonte de recurso - 03000100 - Superávit - Recursos Ordinários	8.886,00
---	----------

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 29 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 29 de junho de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

EXTRATO A.R.P. 24/2020 CONSTRUMAQ

Publicação Nº 2543917

EXTRATO DA A.R.P.24/2020 – AQUISIÇÃO DE BRAÇO ORNAMENTAL, PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

CONTRATANTE: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/0001-96

CONTRATADA: CONSTRUMAQ INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME, CNPJ: 14.038.059/0001-83, Rua Joaquim Zucco nº 758, Bairro Nova Brasília, Brusque/SC, CEP: 88.352-195, fone: (47) 3350-9500

Objeto: Entrega de BRAÇO ORNAMENTAL para iluminação pública.

Valor Total = R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Quant: 400 pcs.

Vigência: 28 de junho 2020.

Fundamentação Legal: Processo Licitatório nº 32/2020, Pregão Presencial nº 26/2020 SRP.

EXTRATO DA A.R.P. 23/2020 - HORAS MÁQUINAS

Publicação Nº 2544039

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2020

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratado:

PAULISTA TERRAPLANAGEM E CONSTRUTORA LTDA - CNPJ: 19.900.767/0001-03, Situada na Rua Cinco, Nº 658, bairro Centro, cidade de Orlândia/SP, CEP: 14620-000, e-mail: paulistaterraplanagem@hotmail.com, Fone: (16) 3726-4808

VALOR: R\$ 290.000,00 (Duzentos e Noventa Mil Reais).

LUCILENE DA SILVA MOTA - ME – CNPJ: 16.686.323/0001-10, Situada na Rua José Manoel David, Nº 172, bairro Centro, cidade de Major Gercino/SC, CEP: 88260-000, Fone: (47) 3351-7332, e-mail: terraplanagemmota@hotmail.com

VALOR: R\$ 141.800,00 (Cento e Quarenta e Um Mil e Oitocentos Reais).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS

Fundamento Legal:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2020-SRP

PORTARIA 104 2020 FISCAL_AMBIENTAL_

Publicação Nº 2543937

PORTARIA Nº 104/2020.

“Designa Técnico em Vigilância Sanitária Como Fiscal Ambiental.”

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito do Município de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 73, VII, X e XV da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

- 1) A Lei Municipal Complementar nº 47/2019 (Plano de Cargos e Salários);
- 2) O Decreto Municipal 2.171/2018;
- 3) A equipe reduzida de servidores da Prefeitura Municipal de Botuverá;
- 4) A necessidade de pessoa responsável para coordenar as pequenas intervenções e de monitorar e fiscalizar ações em procedimentos ambientais.

Resolve:

Art. 1º) Designar o Técnico em Vigilância Sanitária Sr. Maicon Everton dos Santos, servidor efetivo, como Fiscal Ambiental do Município de Botuverá.

Art. 2º) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º) Ficam revogadas as disposições em contrário.

Botuverá, 29 de Junho de 2020.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº70/2020

Publicação Nº 2544303

DECRETO Nº. 070 -2020.

Anula e Suplementa no Orçamento do Município de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0936, de 09 de dezembro de 2019,
DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezenove, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais), conforme segue:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS
01 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DO PERÍMETRO URBANO

2.064 – Manutenção da Iluminação Pública

(116) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0017 – Aplicações Diretas R\$ 10.500,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor R\$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais), conforme segue:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS
01 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DO PERÍMETRO URBANO

2.064 – Manutenção da Iluminação Pública

(115) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0017 – Aplicações Diretas R\$ 10.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 26 de Junho de 2020.

NILDO MELMESTET
Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO 23/2020 - SRP

Publicação Nº 2544285

PROCESSO ADMINISTRATIVO 32/2020
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 23/2020 SRP
EXCLUSIVO PARA MEI, ME E EPP.

O Município de Braço do Trombudo/SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 13/07/2020, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para eventuais aquisições de materiais de construção e ferramentas para as secretarias do município de Braço do Trombudo, SC. Informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 29 de junho de 2020.
Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8644-2020

Publicação Nº 2544373

DECRETO Nº. 8644, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE EM EXERCÍCIO, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.275 de 17.12.2019, a Lei nº 4.242 de 09.09.19, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 511.793,78 (quinhentos e onze mil, setecentos e noventa e três reais e setenta e oito centavos), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

0.1.38.20.00 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União – Vigilância Ep. E Ambiental

VALOR R\$ 11.490,00

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

0.1.38.20.00 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União – Vigilância Ep. E Ambiental

VALOR R\$ 30.852,16

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

0.1.38.08.00 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União – PAB

VALOR R\$ 469.451,62

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)

3.1.91.00 Investimento – Aplicações Diretas

0.1.38.20.00 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União – Vigilância Ep. E Ambiental

VALOR R\$ 42.342,16

II - Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.38.08	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União – PAB
Valor Orçado	3.026.597,00
Arrecadação até 24/06/2020	3.496.048,62
Excesso de arrecadação até 24/06/2020	469.451,62
Utilizado neste ato	469.451,62
Valor a utilizar	0,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 26 de junho de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de junho de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE Prefeito Municipal	Dr. EDSON RISTOW Procurador Geral do Município
--	---

HUMBERTO MARTINS FORNARI Secretária Municipal de Saúde	AURINHO SILVEIRA DE SOUZA Chefe de Gabinete
---	--

DECRETO Nº 8647-2020

Publicação Nº 2544419

DECRETO Nº 8647, DE 29 DE JUNHO DE 2020.
 "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 22º da Lei nº 4.275 de 17/12/2019, a Lei nº 4.242 de 09/09/2019, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), para atender as programações abaixo especificadas:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
 30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
 0008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica
 3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos
 0.3.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2019
61-1	C.E.F. C/C 61-1 – FMAS	0.1.00.00 0.3.00.00	380.390,22 169.270,53
TOTAL			549.660,75
239-8	C.E.F. C/C 239-8 – Convênio Folha Pagto	0.1.00.00 0.3.00.00	0,00 92.502,35
TOTAL			92.502,35
TOTAL GERAL			642.163,10

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	15.955,94
Restos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	364.434,28
TOTAL	0.1.00.00/0.3.00.00	380.390,22

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.00.00	261.772,88
Utilizado pelo Decreto 8.598	0.3.00.00	3,37
Utilizado pelo Decreto 8.620	0.3.00.00	31.400,00
Saldo a Utilizar	0.3.00.00	230.369,51

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 29/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.
 Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de Junho de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE Dr. EDSON RISTOW
 Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
 Secretária de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL N° 002-2020-HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO-SAMAE

Publicação N° 2544376

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SAMAE

EDITAL N° 002/2020

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal de 1988; artigo 102, X, da Lei Orgânica do Município de Brusque; artigo 5º, alínea "c" da Lei Municipal n.º 1970/1994, de acordo com as Leis Municipais n.ºs 2.174/1997, 2.270/1998, 3.314/2010, 3.671/2013 e Decreto n.º 4.859/2002, torna público aos interessados:

1. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital n° 002/2020 do SAMAE de Brusque, cuja relação dos candidatos classificados foi publicada nesta data no site do SAMAE de Brusque e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

2. As vagas existentes no Quadro de Pessoal do SAMAE, ou as que surgirem no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidas, conforme a necessidade de excepcional interesse público e a viabilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

3. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 002/2020, do SAMAE de Brusque.

Brusque, 29 de junho de 2020.

DEJAIR MACHADO
Diretor Presidente
SAMAE/Brusque/SC

EXTRATO ADITIVO N° 05 CONTRATO N° 02-2016-LEGISLATIVO

Publicação N° 2544397

Extrato do Aditivo n° 05 ao Contrato n° 02/2016

Contratante: Câmara Municipal de Brusque/SC. Contratada: IPM Sistemas Ltda. Processo Licitatório n° 02/2016; objeto: fornecimento de licença de uso de sistema informatizado de gestão em ambiente WEB (programa de compras e licitações, programa de contabilidade pública, programa de recursos humanos e folha de pagamento e programa de portal da transparência); Dotação orçamentária: 339030908; Prorrogação de prazo: início em 13/12/2020 vigência em até 118 dias.

EXTRATO CONTRATO N° 052-2020

Publicação N° 2544350

EXTRATO CONTRATO N° 052-2020

ESPÉCIE: Contrato n. 052/2020, entre o Município de Brusque e a empresa LUCIA DA COSTA GERMANO CNPJ: 36.614.460/0001-57. Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ACONDICIONADA EM EMBALAGENS "MARMITEX", PRODUZIDAS NAS INSTALAÇÕES DO CONTRATADO Pregão n° 049/2020 VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Lucia da Costa Germano, Odair Bozio e Renato Bianchi.

EXTRATO CONTRATO N° 053-2020

Publicação N° 2544355

EXTRATO CONTRATO N° 053-2020

ESPÉCIE: Contrato n. 053/2020, entre o Município de Brusque e a empresa WEB RAST LTDA ME CNPJ: 14.693.103/0001-99. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO VEICULAR DA FROTA MUNICIPAL Pregão n° 129/2019 VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Bruno Guilherme Baungartner e William Fernandes Molina

EXTRATO CONTRATO N° 034-2020 -SAMAE

Publicação N° 2544324

EXTRATO DO CONTRATO 034/2020

ESPÉCIE: Aquisição de EPI's; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial; PROCESSO LICITATÓRIO: 025/2020; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.33903028000000.02000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 26/06/2020; VALOR: R\$ 10.502,50; FISCAL DO CONTRATO: Gilberto Cesar Albrecht; CONTRATADA: Sulvale Equipamentos Eireli; CNPJ: 35.830.997/0001-91; Diretor do SAMAE.

Brusque, 26 de junho de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO CONTRATO N° 035-2020 -SAMAE

Publicação N° 2544333

EXTRATO DO CONTRATO 035/2020

ESPÉCIE: Aquisição de EPI's; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial; PROCESSO LICITATÓRIO: 025/2020; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.33903028000000.02000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 26/06/2020; VALOR: R\$ 3.752,75; FISCAL DO CONTRATO: Gilberto Cesar Albrecht; CONTRATADA: Sul Safety Distribuidora de mercadorias Eireli; CNPJ: 25.209.250/0001-67; Diretor do SAMAE.

Brusque, 26 de junho de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO CONTRATO N° 036-2020 -SAMAE

Publicação N° 2544337

EXTRATO DO CONTRATO 036/2020

ESPÉCIE: Aquisição de EPI's; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial; PROCESSO LICITATÓRIO: 025/2020; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.33903028000000.02000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 26/06/2020; VALOR: R\$ 350,00; FISCAL DO CONTRATO: Gilberto Cesar Albrecht; CONTRATADA: Luminare Comércio de Lustres Eireli; CNPJ: 21.747.711/0001-02; Diretor do SAMAE.

Brusque, 26 de junho de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO CONTRATO N° 037-2020 -SAMAE

Publicação N° 2544340

EXTRATO DO CONTRATO 037/2020

ESPÉCIE: Aquisição de EPI's; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial; PROCESSO LICITATÓRIO: 025/2020; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.33903028000000.02000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 26/06/2020; VALOR: R\$ 1.999,80; FISCAL DO CONTRATO: Gilberto Cesar Albrecht; CONTRATADA: Chico Motos Ltda. ME; CNPJ: 86.993.748/0001-58; Diretor do SAMAE.

Brusque, 26 de junho de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 026-2020

Publicação N° 2544411

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 026-2020

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços n° 026-2020 em 29/06/2020 - OBJETO AQUISIÇÃO DE GALERIAS CELULARES R\$ 1.519.000,00- ORIGEM: Pregão n° 052/2020 SIGNATÁRIO: Ricardo José de Souza

INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 03-2020-FCB

Publicação N° 2544378

INSTRUÇÃO NORMATIVA n° 03/2020/FCB

Disciplina, no âmbito da Fundação Cultural de Brusque, a adoção de medidas temporárias para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), com o objetivo de assegurar o funcionamento da Escola de Artes da Fundação Cultural de Brusque, bem como da Biblioteca Pública Municipal Ary Cabral, para o adequado enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde.

O DIRETOR DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE, no uso de sua competência, e
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";
CONSIDERANDO a suspensão das aulas presenciais na rede pública municipal de ensino, bem como reuniões, eventos públicos no estado de Santa Catarina, conforme determinação do Governador do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 554, de 11 de abril de 2020;
CONSIDERANDO a necessidade de prorrogação das medidas de distanciamento social visto a escalada de casos de coronavírus no Estado de Santa Catarina e em Brusque, bem como a previsão de pico de contágio no mês de Julho, além da necessidade de resguardar servidores e alunos que neste momento podem continuar a realizar as suas atividades de forma virtual, conforme recomendações da Secretaria de Estado da Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar as medidas transitórias para o trabalho remoto/home office para servidores da Escola de Artes da Fundação Cultural de Brusque e Bibliotecários da Biblioteca Pública Municipal Ary Cabral, com início à partir de 01 de julho de 2020, com duração até 31 de julho de 2020, ou até novas determinações das autoridades competentes;

Art. 2º Caberá aos servidores municipais relacionados neste documento e ocupantes dos cargos de Arte Educador, Instrutor e Bibliotecário, durante a realização do trabalho remoto/home office:

I – Comunicar à direção da Fundação Cultural de Brusque o número de alunos que necessitam de atividades impressas, bem como elaborá-las e orientar a forma de execução;

II – Apresentar Plano de Ação aos alunos de sua respectiva turma, contendo objetivos de aprendizagem, conteúdos, estratégias de ensino, meios digitais e instrumentos de avaliação diagnóstica.

III – Durante seu horário de expediente dar suporte educacional aos alunos.

Parágrafo único. O disposto nos incisos I e II deste artigo deverá ser enviado por meio de Relatório de Produtividade, de forma semanal, para o endereço eletrônico dos setores administrativo e de recursos humanos da Fundação Cultural de Brusque, conforme as datas do cronograma fixados pela FCB.

Art. 3º Os servidores em regime de trabalho remoto/home office deverão permanecer à disposição da Fundação Cultural de Brusque durante o horário de expediente, mantendo os dados para contato atualizados, podendo serem convocados para a realização de atividades presenciais, conforme necessidade de serviço ou a critério da Chefia Imediata.

Parágrafo único. Sempre que houver necessidade de comparecimento na Fundação Cultural de Brusque, os servidores convocados deverão, obrigatoriamente, evitar aglomeração de pessoas, manter o distanciamento recomendado, reforçar as medidas de higiene, uso de álcool gel 70% e máscaras.

Art. 4º O não atendimento às disposições desta Instrução Normativa, será considerado como falta ao trabalho.

Lista de Servidores:

Alexandre F. Ristow Stoll

Andreia Dirschnabel

Cleber Da Silva André

Denise Dubiella

Lisete da S. Cotta de Mello

Louise Clemente

Kátia Maria Costa

Matheus Teixeira

Milana Zanon

Paraguaçu Fernandes Marinho

Suzana da Silva Mafra

Thiago I. da C. Martins

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de junho de 2020.

IGOR ALVES BALBINOT

Diretor – Designado Responsável pela Fundação Cultural de Brusque

PORTARIA Nº 033-2020- IBPREV

Publicação Nº 2544398

Portaria nº 033/2020

O Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, no uso de suas atribuições, com fundamento nos termos do artigo 31 da Lei Complementar Municipal nº 174, de 20 de setembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio, em pecúnia, ao servidor Cláudio Miguel Rolim de Quadro, matrícula 1061399-02, titular do cargo de provimento efetivo de Procurador, na proporção de 30 (trinta) dias, com fulcro nos Art. 144 e 151 da lei Complementar nº 147/2009, referente ao período aquisitivo de 2014 a 2019, conforme Processo 150/2020.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 26 de junho de 2020.

Célio Francisco de Camargo
Diretor-Presidente
IBPREV

RESOLUÇÃO Nº 008-2020-CMAS

Publicação Nº 2544420

RESOLUÇÃO Nº 008, DE 18 DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho do município de Brusque.

CONSIDERANDO a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Brusque-SC realizada no dia 18 de maio de 2020;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal n.º 269 de 19 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art.1º – Aprovar o Plano de Trabalho do município de Brusque para cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS para 2ª e 3ª parcela.

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 18 de maio de 2020.

FABIANA DEMÉTRIO
Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social – CMAS

RESOLUÇÃO Nº 009-2020-CMAS

Publicação Nº 2544422

RESOLUÇÃO Nº 009, DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação – Execução de Ações Socioassistenciais – COVID19 do município de Brusque.

CONSIDERANDO a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Brusque-SC realizada no dia 22 de junho de 2020;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal n.º 269 de 19 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art.1º – Aprovar o Plano de Ação – Execução de Ações Socioassistenciais – COVID19 do município de Brusque.

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 22 de junho de 2020.

FABIANA DEMÉTRIO
Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social – CMAS

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.797

Publicação Nº 2544426

DECRETO Nº 8.797, de 29 de junho de 2020.

Substitui membro nomeado para compor o Conselho Municipal de Educação - COMED.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro da entidade abaixo relacionadas, nomeados pelo Decreto nº 7.851, de 5 de novembro de 2018, para compor o Conselho Municipal de Educação - COMED, na forma que segue:

V - Representante da Educação Infantil da Rede Particular de Ensino

Titular:

Suplente: João Pedro Gonçalves

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de junho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.798

Publicação Nº 2544387

DECRETO Nº 8.798, em 29 de junho de 2020.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 16, Incisos I, II, III, da Lei nº 3.580, de 19 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2020.

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 103.171,00 (cento e três mil, cento e setenta e um reais) na seguinte dotação do Orçamento Geral do Município de Caçador:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2011 - SECRETARIA DA FAZENDA

04.122.2.2.15 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

3.3.90.00.00 – 0.1.00 - Aplicações Diretas (177) R\$ 103.171,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, ficam anuladas parcialmente as dotações a seguir especificadas, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2011 - SECRETARIA DA FAZENDA

04.122.2.2.15 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

4.4.90.00.00 – 0.1.00 - Aplicações Diretas (178) R\$ 77.066,00

2003 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.2.45 - - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

4.4.90.00.00 – 0.1.00 - Aplicações Diretas (47) R\$ 26.105,00

TOTAL: R\$ 103.171,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de junho de 2020.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA

ERRATA I - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2020

Publicação Nº 2543768

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR
ERRATA 01 – ALTERAÇÕES DO EDITAL

EDITAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRA, SOPRADORES, PODADORES, MOTOSSERRA E MÁQUINA DE CORTAR GRAMA, SENDO DE CARÁTER PREVENTIVO E CORRETIVO, COM APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS DA MARCA DOS EQUIPAMENTOS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA MEDIANTE ORÇAMENTO, DESTINADOS AS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR/SC.

Onde era:

Recebimento das propostas: do dia 26/06/2020 a partir das 14h00min. até o dia 20/07/2020 às 14h00min.

Limite para impugnação ao edital: até o dia 15/07/2020 às 19h00min.

Abertura das propostas: dia 20/07/2020 às 14h00min.

Início da sessão de disputa de lances: dia 20/07/2020 às 14h05min.

Passa a ser:

Recebimento das propostas: do dia 25/06/2020 a partir das 14h00min. até o dia 03/08/2020 às 14h00min.

Limite para impugnação ao edital: até o dia 31/07/2020 às 19h00min.

Abertura das propostas: dia 03/08/2020 às 14h00min.

Início da sessão de disputa de lances: dia 03/08/2020 às 14h05min.

Acréscimo do item e renumeração de alíneas:

3.4 – Quando a licitante optar por usufruir os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, deverá manifestar em campo próprio do Sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento das exigências previstas nesta lei.

3.5 – A participação nos itens expressamente destinados à Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

Acréscimo do item:

5.3.1. Documentos relativos à habilitação jurídica:

e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 3º da Instrução Normativa DREI n. 36, de 3.3.2017, do Departamento de Registro Empresarial e Integração.

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do e-mail: licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 29 de junho de 2020.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

ERRATA II - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2020

Publicação Nº 2543786

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR
ERRATA 01 – ALTERAÇÕES DO EDITAL

EDITAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS, CORTINAS, DIVISÓRIAS, PORTAS E ESTANTES PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC.

Onde era:

Recebimento das propostas: do dia 19/06/2020 a partir das 14h00min. até o dia 27/07/2020 às 14h00min.

Limite para impugnação ao edital: até o dia 24/07/2020 às 19h00min.

Abertura das propostas: dia 27/07/2020 às 14h00min.

Início da sessão de disputa de lances: dia 27/07/2020 às 14h05min.

Passa a ser:

Recebimento das propostas: do dia 19/06/2020 a partir das 14h00min. até o dia 05/08/2020 às 14h00min.

Limite para impugnação ao edital: até o dia 01/08/2020 às 19h00min.

Abertura das propostas: dia 05/08/2020 às 14h00min.

Início da sessão de disputa de lances: dia 05/08/2020 às 14h05min.

Acréscimo do item e renumeração de alíneas:

3.3 – Quando a licitante optar por usufruir os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, deverá manifestar em campo próprio do Sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento das exigências previstas nesta lei.

Acréscimo do item:

5.3.1. Documentos relativos à habilitação jurídica:

e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 3º da Instrução Normativa DREI n. 36, de 3.3.2017, do Departamento de Registro Empresarial e Integração.

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do e-mail: licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas. Caçador, 29 de junho de 2020.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

INFORMATIVO DE ATAS Nº 16

Publicação Nº 2544425

INFORMATIVO DE ENVIO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA ASSINATURAS Nº 16/2020

Informamos o envio por e-mail da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 84/2020, Nº 85/2020, Nº 86/2020, Nº 87/2020, Nº 88/2020, Nº 89/2020, Nº 90/2020 e Nº 91/2020, da Prefeitura Municipal de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): OXIGENIO JOAÇABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS E PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA- EPP, NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME, VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME, QUIMSUL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, MULTI CLINICA CATARINA LTDA, E L MACHADO MEDICAMENTOS LTDA, B DO C CORDEIRO ELVEDOSA, CLAUDIA LARISSA FLORES.

As Atas assinadas deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias das ATA (S) DE REGISTRO DE PREÇO, as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Conforme consta no edital, a empresa também deverá enviar a proposta de preços original devidamente atualizada com o último lance e assinada pelo representante da empresa, deverá ser encaminhada ou entregue junto ao Setor de licitações do Município de Caçador, no seguinte endereço: Av. Santa Catarina, nº 195, Centro, Caçador/SC, CEP 89.500-124, quando da assinatura da Ata de Registro de Preços. No caso de proposta com assinatura digital, é dispensado o envio da proposta original.

Na ausência do retorno da Ata (s) de registro de preço, e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal e proposta readequada, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 30 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 32.973

Publicação Nº 2544604

Memorando nº 8614/2020

PORTARIA Nº 32.973, de 28 de maio de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.630, de 18 de março de 2020, que decreta situação de emergência no Município de Caçador e dispõe sobre as medidas para prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) e dá outras providências,

CONSIDERANDO o previsto no Art. 1º, inciso I do Decreto nº 8.642, de 31 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências,

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares aos Servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria da Educação especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo		Período Gozo	
14177	Adrielli Lara De Amorim	10/02/2020	09/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
14996	Aline Aparecida Fraga Caldato	17/04/2020	16/04/2021	04/05/2020	18/05/2020
17456	Amanda Cristine Tavares Lima	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
14181	Ana Claudia Viero	10/02/2020	09/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
16089	Ana Paula Noll	02/05/2020	01/05/2021	04/05/2020	18/05/2020
10078	Andreia Dellai	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
14183	Andreia Teles	10/02/2020	09/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
7774	Andressa De Fatima De Bastiani	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
3313	Anely De Paula Ribeiro Dos Santos	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
17458	Angela Dos Santos	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
17460	Angela Maria Delazzari	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
17459	Arielli Pacztuch	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
17462	Bruna Rosa Boico	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
10430	Bruna Stello Padilha	03/01/2020	02/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
14185	Carla Cappellari Nunes	10/02/2020	09/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
17463	Carmelucia Maria Singer Tonet	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
16423	Caroline Kuracz	02/03/2020	01/03/2021	04/05/2020	18/05/2020
16425	Cerenita Rempel Prestes De Oliveira	02/03/2020	01/03/2021	04/05/2020	18/05/2020
16165	Cici Josiane Bueno Nunes	05/08/2020	04/08/2021	04/05/2020	18/05/2020
3316	Claudete Aparecida Konflanz	13/10/2019	12/10/2020	04/05/2020	18/05/2020
10529	Cleide Mara Nurilles	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
14179	Clenir Aparecida Nurilles Rosario	10/02/2020	09/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
10530	Cristina De Castilho	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020

Memorando nº 8614/2020

16075	Debora Das Graças Boeno Conte	13/05/2020	12/05/2021	04/05/2020	18/05/2020
11914	Diva Neide Pacheco Rodrigues	01/06/2020	31/05/2021	04/05/2020	18/05/2020
17465	Eda Nair Baseggio	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
17466	Edia Aparecida Pacztuch	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
14176	Eladir Maria Maciel	10/02/2020	09/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
17467	Eliane Salete Peretti	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
15990	Eliane Scotti Alvarenga	04/02/2020	03/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
17468	Elisabete Aparecida Lipka De Abreu	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
15878	Elisabete De Fatima Taborda Somensi	11/02/2020	10/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
4274	Elisabete Rodrigues	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
3291	Elisangela Mittanck Camargo	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
3558	Elizangela Bartel Witte	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
16251	Emanoeli Zotto	01/11/2020	31/10/2021	04/05/2020	18/05/2020
9874	Emanuelle Martins De Souza	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
16137	Emely Do Amaral Schmitz Midginski	01/08/2020	31/07/2021	04/05/2020	18/05/2020
10531	Ester Wolff Ferreira	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
16338	Fabiana Cleci Schneider	03/02/2020	02/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
10532	Franciele Escher	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
17469	Francieli Ribeiro Pires Pereti	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
3308	Gircela Antunes	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
17470	Gisele De Almeida	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
17472	Iolanda Aparecida De Moraes	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
16343	Irene Leticia Dalke	03/02/2020	02/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
15837	Ivete Aparecida Galon	04/02/2020	03/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
14184	Jaqueline Dos Santos Gonçalves Soares	10/02/2020	09/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
14180	Jucelia Aparecida Ferreira De Lima Palme	10/02/2020	09/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
15991	Julia Maria Souza Czerniak De Lima	11/02/2020	10/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
14174	Juliana Gonçalves	10/02/2020	09/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
10835	Jussara Aparecida Jombra	01/03/2020	28/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
15788	Karina Padilha Rodrigues	04/02/2020	03/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
17473	Kautterine Broch	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
16438	Keila Aparecida Bronner	02/03/2020	01/03/2021	04/05/2020	18/05/2020
10825	Kerolyn Cristina Coronado	01/03/2020	28/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
912	Laurindo Rodrigues	01/01/2019	31/12/2019	04/05/2020	18/05/2020
16077	Lindamir Sicka Ceolla	06/05/2020	05/05/2021	04/05/2020	18/05/2020
14178	Lindomar Linhares De Camargo	10/02/2020	09/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
17475	Lira Cristina Szancoski De Souza	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
17451	Luciana Aparecida Weber	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
14175	Luciana Das Graças Teles De Souza	10/02/2020	09/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
7775	Luciane Catarina Carneiro	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
9871	Luciane De Almeida	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
17476	Luiza Aparecida Zago Meira	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020

Memorando nº 8614/2020

3310	Marcia Alves Ribeiro	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
16085	Marcia Aparecida Munhões	13/05/2020	12/05/2021	04/05/2020	18/05/2020
15883	Marcia Martello	11/02/2020	10/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
11912	Marcia Pires De Camargo	01/06/2020	31/05/2021	04/05/2020	18/05/2020
17477	Marceli Aparecida Rodrigues	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
17478	Margara Cassol De Almeida Aimi	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
3311	Maria De Fatima Jatoba Crestan	15/01/2020	14/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
8308	Maria Luciana Moraes Dos Santo	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
17479	Maria Rosangela Chagas Faro	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
17480	Maria Teresinha Milan Da Silva	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
16428	Maria Terezinha Antunes	02/03/2020	01/03/2021	04/05/2020	18/05/2020
10824	Mariluci Ferreira Alves De Oliveira	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
17482	Marinez Ozorio	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
8310	Marizete Theves	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
15848	Marlei Tomasi	04/02/2020	03/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
9873	Miriane Sinara Pries	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
11913	Monalize Seidel	01/06/2020	31/05/2021	04/05/2020	18/05/2020
8512	Neiva Teresinha Boscari Maffessoni	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
9870	Nelci Monteiro Da Silva Franca	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
9872	Noeli Cavalheiro Werner	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
17483	Patricia Laiane Boruch	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
14523	Paula Cristina Santore	05/04/2020	04/04/2021	04/05/2020	18/05/2020
17484	Rita Terezinha Galvan Morgenstern	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
17485	Rosangela Fatima De Paula	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
3318	Rosimar Borges	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
17486	Sandra Aparecida Peretti	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
774	Sandra Maria Ferreira	04/08/2020	03/08/2021	04/05/2020	18/05/2020
16429	Shirley Aparecida Wurges Massarolli	02/03/2020	01/03/2021	04/05/2020	18/05/2020
15897	Sibele Baldicera	04/02/2020	03/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
3557	Sidnea Dominiak	01/01/2019	31/12/2019	04/05/2020	18/05/2020
6946	Silmara Adamczski	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
17487	Silmara Castilho	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
10431	Silvana Dalla Vecchia	03/01/2020	02/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
17488	Silvana Maria Pereira Machado	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
15852	Silvia Cristina Eichele	04/02/2020	03/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
16129	Suzamara Maria Stachelski	01/08/2020	31/07/2021	02/05/2020	31/05/2020
11915	Tania Elize Klabunde	01/06/2020	31/05/2021	04/05/2020	18/05/2020
15854	Telma Nunes Neri Koehler	04/02/2020	03/02/2021	04/05/2020	18/05/2020
3312	Vanderleia De Cassia Fernandes	02/01/2020	01/01/2021	04/05/2020	18/05/2020
8309	Vanessa Souza Da Silva Gilioli	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
4271	Vera Lucia Casara Cella	01/01/2020	31/12/2020	04/05/2020	18/05/2020
17492	Zeli Pereira	01/02/2020	31/01/2021	04/05/2020	18/05/2020

Art. 2º. O pagamento da remuneração das férias, independentemente da modalidade, concedidas durante a vigência da situação de emergência, acrescida do adicional de férias,

Memorando nº 8614/2020

poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da respectiva fruição, facultado ao Município efetuar o pagamento do terço constitucional até o dia 20 de dezembro de 2020, conforme previsto pela Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de maio de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 32.997

Publicação Nº 2544605

PORTARIA Nº 32.997, de 29 de maio de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurado no período de 16 de abril a 15 de maio de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de adicional noturno aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
14099	Carlos Augusto Zago Ferreira de Almeida	Agente de Serviços e Obras Especiais	61,39
2503	Dorival Gonçalves Soares	Auxiliar Serviços Agrícolas e Florestais	75,21
1242	Jose Aldo Moraes da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	137
674	Joventino Rodrigues dos Passos	Agente de Serviços e Obras Públicas - Classe II	137
581	Manoel Gonçalves Soares Neto	Operador de Máquinas	61,39
14106	Rubens Jofre Goes	Agente de Serviços e Obras Especiais	109,4

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura de Caçador, em 29 de maio de 2020.

Valdir Medeiros de Oliveira – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 32.998

Publicação Nº 2544606

PORTARIA Nº 32.998, de 29 de maio de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de abril a 15 de maio de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
10048	Aloir Ferreira de Almeida	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	6
4953	Camilo Paganini	Operador Manutenção Edificações	7,29
1018	Carlos Antonio Sotel	Mecânico	2,03
14598	Diego Alves de Moura	Agente de Serviços e Obras Especiais	1,18
1278	Eurico Antonio de Oliveira	Operador Máquinas Pesadas	60
17776	Fernanda Alves	Auxiliar Serviços Gerais	67,33
16212	Franciele Simonetti Carvalho	Auxiliar Serviços Gerais	42,12
14055	Gardel Geisel Chinato	Agente de Serviços e Obras Especiais	1,11
17774	Janini Terezinha Ribeiro	Auxiliar Serviços Gerais	1,54
1279	Joao Jose do Prado	Operador Máquinas	96
16235	Marcelo Silvio Alves	Assessor de Secretário	1,19
1141	Nelson Hornburg	Agente de Serviços e Obras Públicas	6
247	Orlando Nivaldo da Silva	Auxiliar Serviços Gerais	20,51

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura de Caçador, em 29 de maio de 2020.

Valdir Medeiros de Oliveira – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 33.044

Publicação Nº 2544607

PORTARIA Nº 33.044, de 02 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso II da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora MAYARA PELEGRINI DE SOUZA, matrícula 15972, ocupante da função de Professora de Ensino Fundamental II, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e contratada através da Portaria nº 30.477, de 13 de março de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 31 de maio de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de junho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 33.045

Publicação Nº 2544608

PORTARIA Nº 33.045, de 02 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso II da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora RITA DE CASSIA GROBE, matrícula 16308, ocupante da função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e contratada através da Portaria nº 32.570, de 03 de março de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de junho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA N° 33.065

Publicação N° 2544609

PORTARIA N° 33.065, de 17 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, consoante o previsto no art. 2º, inciso I da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de Servidores concursados,

CONSIDERANDO o caráter essencial de atendimento à saúde da população que não pode ficar desassistida,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR LUCIMAR DOS SANTOS CORREA para exercer a função de Assistente Administrativo, pertencente ao Grupo Ocupacional Administrativo, referência 14, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º A vigência do contrato está vinculada à realização e publicação do resultado final de novo Concurso Público e/ou Processo Seletivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de junho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DE SAÚDE.

PORTARIA N° 33.073

Publicação N° 2544610

PORTARIA N° 33.073, de 22 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 32.417, de 12 de fevereiro de 2020, que nomeia Servidores do Magistério aprovados em Concurso Público,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR o art. 1º da Portaria nº 32.417, de 12 de fevereiro de 2020, somente no que se refere ao nome da cidadã nomeada, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REFERÊNCIA	LOCAL DE LOTAÇÃO	DATA DE POSSE/EXERCÍCIO
Kássia Cristina Soares de Sousa	Auxiliar de Biblioteca	40h	1/A	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	03/02/2020

Leia-se:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REFERÊNCIA	LOCAL DE LOTAÇÃO	DATA DE POSSE/EXERCÍCIO
Kássia Cristina Soares de Souza	Auxiliar de Biblioteca	40h	1/A	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	03/02/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de junho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 33.074

Publicação Nº 2544611

PORTARIA Nº 33.074, de 22 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 32.417, de 12 de fevereiro de 2020, que nomeia Servidores do Magistério aprovados em Concurso Público,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR o art. 1º da Portaria nº 32.417, de 12 de fevereiro de 2020, somente no que se refere ao nome do cidadão nomeado, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REFERÊNCIA	LOCAL DE LOTAÇÃO	DATA DE POSSE/EXERCÍCIO
Allisson Luiz Bouffleur	Secretário Escolar	40h	1/A	EMEB Tabajara	03/02/2020

Leia-se:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REFERÊNCIA	LOCAL DE LOTAÇÃO	DATA DE POSSE/EXERCÍCIO
Allison Luiz Bouffleur	Secretário Escolar	40h	1/A	EMEB Tabajara	03/02/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de junho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 33.085

Publicação Nº 2544612

PORTARIA Nº 33.085, de 25 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. INTERROMPER o período de gozo de Licença Prêmio concedida pela Portaria nº 32.835, de 05 de maio de 2020, somente no que se refere à Servidora ROZANGELA DE BASTIANI, Matrícula 427, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental II, a contar de 1º de junho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de junho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

RESOLUÇÃO Nº 01/2020 CMS

Publicação Nº 2544036

RESOLUÇÃO 001/CMS/2020

Dispõe sobre aprovação "ad referendum" o Plano Municipal de Ações de Vigilância Sanitária 2020/2023.

O Conselho Municipal de Saúde no uso de suas atribuições que lhe confere a LEI Nº 529, de 19 de junho de 1992 e suas alterações.

CONSIDERANDO que o artigo 196 da Constituição Federal determina que a saúde, direito de todos e dever do Estado, seja garantida mediante políticas que visem à redução dos riscos à saúde e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde;

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação inter-federativa;

CONSIDERANDO a Reunião da mesa diretora do Conselho Municipal de Saúde realizada no dia 16 de junho de 2020, Ata nº 04.

CONSIDERANDO a Aprovação da Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Caçador/SC, Hillevi Maribel Haymussi, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar "ad referendum" o Plano Municipal de Ações de Vigilância Sanitária 2020/2023, disposto no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 18 de junho de 2020.

Hillevi Maribel Haymussi
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Caçador

Rua Pinheiro Machado, nº 184, Vila Paraíso (Sala nº 14 nas dependências do Jonas Ramos) CEP: 89503-079 – Caçador/SC – E-mail: conselho.saude@cacador.sc.gov.br, Telefone – (49) 99812-4523

RESOLUÇÃO Nº 02/2020 CMS

Publicação Nº 2543991

RESOLUÇÃO 002/CMS/2020

Dispõe sobre aprovação Ad Referendum o Relatório Anual de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Caçador período janeiro a dezembro de 2019.

O Conselho Municipal de Saúde no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 430, de 19 de junho de 1991, e suas alterações.

CONSIDERANDO que o artigo 196 da Constituição Federal determina que a saúde, direito de todos e dever do Estado, seja garantida mediante políticas que visem à redução dos riscos à saúde e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde;

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação inter-federativa;

CONSIDERANDO a Reunião da mesa diretora do Conselho Municipal de Saúde realizada no dia 25 de junho de 2020, Ata nº 06.

CONSIDERANDO o Ofício Gab.Saúde nº 52/2020, de 24 de junho de 2020.

CONSIDERANDO o Art. 12 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Caçador: o Presidente do Conselho Municipal de Saúde terá direito a voto nominal e de qualidade, bem como, a prerrogativa de deliberar em caso de extrema urgência Ad Referendum do Plenário, submetendo o seu ato à ratificação deste na reunião subsequente [...].

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar "Ad Referendum" o Relatório Anual de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Caçador período janeiro a dezembro de 2019, anexados os outros documentos necessários a esta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 25 de junho de 2020
Hillevi Maribel Haymussi
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Caçador

RESOLUÇÃO N° 01/2020 CMS - PLANO DE AÇÕES 2020

Publicação N° 2544059



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
 Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
 Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA
 Município: CAÇADOR
 E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br
 População: 78.595
 Telefone: 49 3567-9260
 Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E MONITORAMENTO DE PRODUTOS						
Área: ALIMENTOS						
Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação	
BPA001	1031-7/00	Fabricação de conservas de frutas	BAIXO	NM	Municipal	
BPA002	1032-5/99	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito	BAIXO	NM	Municipal	
BPA003	1063-5/00	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	BAIXO	NM	Municipal	
BPA004	1064-3/00	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	BAIXO	NM	Municipal	
BPA005	1065-1/01	Fabricação de amidos e féculas de vegetais	BAIXO	NM	Municipal	
BPA006	1069-4/00	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	BAIXO	NM	Municipal	
BPA007	1071-6/00	Fabricação de açúcar em bruto	BAIXO	NM	Municipal	
BPA008	1072-4/01	Fabricação de açúcar de cana refinado	BAIXO	NM	Municipal	
BPA009	1072-4/02	Fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba	BAIXO	NM	Municipal	
BPA010	1092-9/00	Fabricação de biscoitos e bolachas	BAIXO	NM	Municipal	
BPA011	1093-7/01	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	BAIXO	NM	Municipal	
BPA012	1093-7/02	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	BAIXO	NM	Municipal	
BPA013	1094-5/00	Fabricação de massas alimentícias	BAIXO	NM	Municipal	
BPA014	1096-1/00	Fabricação de alimentos e pratos prontos	BAIXO	NM	Municipal	
BPA015	1099-6/05	Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	BAIXO	NM	Municipal	
BPA016	4621-4/00	Comércio atacadista de café em grão - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal	
BPA017	4622-2/00	Comércio atacadista de soja - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal	
BPA018	4623-1/05	Comércio atacadista de cacau - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal	
BPA019	4631-1/00	Comércio atacadista de leite e laticínios - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal	
BPA020	4632-0/01	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal	
BPA021	4632-0/02	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal	
BPA022	4632-0/03	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal	
BPA023	4633-8/01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal	

Página 1 de 21

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
 Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
 Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA
 Município: CAÇADOR
 E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br
 População: 78.595
 Telefone: 49 3567-9260
 Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E MONITORAMENTO DE PRODUTOS

Área: ALIMENTOS

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
BPA024	4635-4/01	Comércio atacadista de água mineral - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal
BPA025	4635-4/02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal
BPA026	4635-4/03	Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal
BPA027	4635-4/99	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal
BPA028	4637-1/01	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal
BPA029	4637-1/02	Comércio atacadista de açúcar - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal
BPA030	4637-1/03	Comércio atacadista de óleos e gorduras - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal
BPA031	4637-1/04	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal
BPA032	4637-1/05	Comércio atacadista de massas alimentícias - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal
BPA033	4637-1/06	Comércio atacadista de sorvetes - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal
BPA034	4637-1/07	Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal
BPA035	4637-1/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal
BPA036	4639-7/01	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal
BPA037	4639-7/02	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal
BPA038	4686-9/02	Comércio atacadista de embalagens - para alimentos ou bebidas - Inclusive Importadora	BAIXO	NM	Municipal
BPA039	4691-5/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos	BAIXO	NM	Municipal

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.

Página 2 de 21



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
 Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
 Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA
 Município: CAÇADOR
 E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br
 População: 78.595
 Telefone: 49 3567-9260
 Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E MONITORAMENTO DE PRODUTOS

Área: ALIMENTOS

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
		alimentícios - SEM açougue - Inclusive Importadora			
BPA040	4711-3/01	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados - SEM açougue	BAIXO	NM	Municipal
BPA041	4711-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados - SEM açougue	BAIXO	NM	Municipal
BPA042	4712-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns - SEM açougue	BAIXO	NM	Municipal
BPA043	4721-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda	BAIXO	NM	Municipal
BPA044	4721-1/03	Comércio varejista de laticínios e frios	BAIXO	NM	Municipal
BPA045	4721-1/04	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	BAIXO	NM	Municipal
BPA046	4723-7/00	Comércio varejista de bebidas	BAIXO	NM	Municipal
BPA047	4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	BAIXO	NM	Municipal
BPA048	4729-6/02	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência	BAIXO	NM	Municipal
BPA049	4729-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente - SEM açougue	BAIXO	NM	Municipal
BPA050	4911-6/00	Transporte ferroviário de carga - exclusivamente para alimentos	BAIXO	NM	Municipal
BPA051	4930-2/01	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal - exclusivamente para alimentos	BAIXO	NM	Municipal
BPA052	4930-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional BR - exclusivamente para alimentos	BAIXO	NM	Municipal
BPA053	5211-7/01	Armazéns gerais - emissão de warrant - exclusivamente para alimentos	BAIXO	NM	Municipal

Página 3 de 21

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
 Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
 Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA
 Município: CAÇADOR
 E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br
 População: 78.595
 Telefone: 49 3567-9260
 Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E MONITORAMENTO DE PRODUTOS

Área: ALIMENTOS

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
BPA054	5211-7/99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis - exclusivamente para alimentos	BAIXO	NM	Municipal
BPA055	5310-5/01	Atividades do Correio Nacional - exclusivamente para alimentos	BAIXO	NM	Municipal
BPA056	5310-5/02	Atividades de franquias e permissões do Correio Nacional - exclusivamente para alimentos	BAIXO	NM	Municipal
BPA057	5611-2/01	Restaurantes e similares	BAIXO	NM	Municipal
BPA058	5611-2/03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	BAIXO	NM	Municipal
BPA059	5611-2/04	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento	BAIXO	NM	Municipal
BPA060	5611-2/05	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento	BAIXO	NM	Municipal
BPA061	5612-1/00	Serviços ambulantes de alimentação	BAIXO	NM	Municipal
BPA062	5620-1/02	Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê	BAIXO	NM	Municipal
BPA063	5620-1/03	Cantinas - serviços de alimentação privados	BAIXO	NM	Municipal
BPA064	5620-1/04	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	BAIXO	NM	Municipal
BPA065	5914-6/00	Atividades de exibição cinematográfica - com serviços de alimentação	BAIXO	NM	Municipal
BPA066	8230-0/02	Casas de festas e eventos - COM serviços de alimentação	BAIXO	NM	Municipal
BPA067	8292-0/00	Envasamento e empacotamento sob contrato - exclusivamente para alimentos	BAIXO	NM	Municipal
MPA323	0000-0/00	Programa de monitoramento da qualidade sanitária de alimentos - PEMQSA	BAIXO	NM	Municipal
MPA324	0000-0/00	Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos - PARA	BAIXO	NM	Municipal
MPA325	0000-0/00	Programa de proteção Jurídico-sanitária dos consumidores de produtos de origem animal - POA.	BAIXO	NM	Municipal
MPA326	0000-0/00	Realizar investigação de agravos à saúde envolvendo alimentos, quando necessária,	BAIXO	NM	Municipal

Página 4 de 21

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE

Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA

Município: CAÇADOR

E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br

População: 78.595

Telefone: 49 3567-9260

Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E MONITORAMENTO DE PRODUTOS

Área: ALIMENTOS

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
		trabalho em conjunto com a vigilância epidemiológica para elucidação do surto, bem como adotar de medidas corretivas e fiscais no estabelecimento responsável pela produção do alimento envolvido no agravo ou surto - DTHA			
APA068	0892-4/03	Refino e outros tratamentos do sal	ALTO	NM	Municipal
APA069	1032-5/01	Fabricação de conservas de palmito	ALTO	NM	Municipal
APA070	1042-2/00	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	ALTO	NM	Municipal
APA071	1043-1/00	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não comestíveis de animais	ALTO	NM	Municipal
APA072	1053-8/00	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	ALTO	NM	Municipal
APA073	1061-9/01	Beneficiamento de arroz	ALTO	NM	Municipal
APA074	1061-9/02	Fabricação de produtos do arroz	ALTO	NM	Municipal
APA075	1062-7/00	Moagem de trigo e fabricação de derivados	ALTO	NM	Municipal
APA076	1065-1/03	Fabricação de óleo de milho refinado	ALTO	NM	Municipal
APA077	1081-3/01	Beneficiamento de café	ALTO	NM	Municipal
APA078	1081-3/02	Torrefação e moagem de café	ALTO	NM	Municipal
APA079	1082-1/00	Fabricação de produtos à base de café	ALTO	NM	Municipal
APA080	1091-1/01	Fabricação de produtos de panificação industrial	ALTO	NM	Municipal
APA081	1091-1/02	Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria	ALTO	NM	Municipal
APA082	1095-3/00	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	ALTO	NM	Municipal
APA083	1099-6/02	Fabricação de pós alimentícios	ALTO	NM	Municipal
APA084	1099-6/03	Fabricação de fermentos e leveduras	ALTO	NM	Municipal
APA085	1099-6/04	Fabricação de gelo comum	ALTO	NM	Municipal
APA086	1099-6/06	Fabricação de adoçantes naturais e artificiais	ALTO	NM	Municipal
APA087	1099-6/07	Fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares	ALTO	NM	Municipal
APA088	1099-6/99	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	ALTO	NM	Municipal
APA089	1121-6/00	Fabricação de águas envasadas	ALTO	NM	Municipal

Página 5 de 21

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
 Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
 Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA
 Município: CAÇADOR
 E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br
 População: 78.595
 Telefone: 49 3567-9260
 Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E MONITORAMENTO DE PRODUTOS

Área: ALIMENTOS

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
APA090	1122-4/03	Fabricação de refrescos, xaropes e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas	ALTO	NM	Municipal
APA091	1122-4/04	Fabricação de bebidas isotônicas	ALTO	NM	Municipal
APA092	1122-4/99	Fabricação de outras bebidas não alcoólicas não especificadas anteriormente	ALTO	NM	Municipal
APA093	1731-1/00	Fabricação de embalagens de papel - para alimentos ou bebidas	ALTO	NM	Municipal
APA094	2031-2/00	Fabricação de resinas termoplásticas - que entrarão em contato com alimentos	ALTO	NM	Municipal
APA095	2099-1/99	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente - exclusivamente para fabricação de Insumos Alimentícios ou de Bebidas	ALTO	NM	Municipal
APA096	2222-6/00	Fabricação de embalagens de material plástico - para alimentos ou bebidas	ALTO	NM	Municipal
APA097	2229-3/01	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico - destinados para alimentos ou bebidas	ALTO	NM	Municipal
APA098	2229-3/99	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente - destinados para alimentos ou bebidas	ALTO	NM	Municipal
APA099	2312-5/00	Fabricação de embalagens de vidro - para alimentos ou bebidas	ALTO	NM	Municipal
APA100	2319-2/00	Fabricação de artigos de vidro - destinados para alimentos ou bebidas	ALTO	NM	Municipal
APA101	2341-9/00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários - destinados para alimentos ou bebidas	ALTO	NM	Municipal
APA102	2441-5/02	Produção de laminados de alumínio - destinados para alimentos	ALTO	NM	Municipal
APA103	2862-3/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios - que entrarão em contato com alimentos ou bebidas	ALTO	NM	Municipal
APA104	4634-6/01	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados - Inclusive Importadora	ALTO	NM	Municipal
APA105	4634-6/02	Comércio atacadista de aves abatidas e derivados - Inclusive Importadora	ALTO	NM	Municipal
APA106	4634-6/03	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar - Inclusive Importadora	ALTO	NM	Municipal
APA107	4634-6/99	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais - Inclusive Importadora	ALTO	NM	Municipal
APA108	4691-5/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - COM açougue - Inclusive Importadora	ALTO	NM	Municipal
APA109	4711-3/01	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados - COM açougue	ALTO	NM	Municipal
APA110	4711-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos	ALTO	NM	Municipal

Página 6 de 21

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
 Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
 Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA
 Município: CAÇADOR
 E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br
 População: 78.595
 Telefone: 49 3567-9260
 Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E MONITORAMENTO DE PRODUTOS

Área: ALIMENTOS

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
APA111	4712-1/00	alimentos - supermercados - COM açougue			
APA112	4722-9/01	Comércio varejista de mercearias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns - COM açougue	ALTO	NM	Municipal
APA113	4722-9/02	Comércio varejista de carnes - açougues	ALTO	NM	Municipal
APA114	4729-6/99	Peixaria	ALTO	NM	Municipal
APA115	5620-1/01	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente - COM açougue	ALTO	NM	Municipal
		Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	ALTO	NM	Municipal

Área: COSMÉTICOS E SANEANTES

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
BPC116	4772-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	BAIXO	NM	Municipal
BPC117	4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	BAIXO	NM	Municipal
MPC332	0000-0/00	Programa Estadual de Monitoramento de Saneantes - PEMS	BAIXO	NM	Municipal
MPC333	0000-0/00	Programa Estadual de Monitoramento de Cosméticos, produtos de Higiene e Perfumes - PEMCOH	BAIXO	NM	Municipal
MPC334	0000-0/00	Sistema de Notificações (queixas técnicas e eventos adversos) para Vigilância Sanitária - NOTIVISA	BAIXO	NM	Municipal
APC118	1742-7/01	Fabricação de fraldas descartáveis	ALTO	NM	Municipal
APC119	1742-7/02	Fabricação de absorventes higiênicos	ALTO	NM	Municipal
APC120	2052-5/00	Fabricação de desinfestantes domissanitários	ALTO	NM	Municipal
APC121	2061-4/00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	ALTO	NM	Municipal
APC122	2062-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	ALTO	NM	Municipal
APC123	2063-1/00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	ALTO	NM	Municipal
APC124	3291-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras - exclusivamente escovas de dente	ALTO	NM	Municipal
APC125	4646-0/01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria - Inclusive Importadora	ALTO	NM	Municipal
APC126	4646-0/02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal - Inclusive Importadora	ALTO	NM	Municipal

Página 7 de 21

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
 Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
 Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA
 Município: CAÇADOR
 E-mail: vig_sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br
 População: 78.595
 Telefone: 49 3567-9260
 Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E MONITORAMENTO DE PRODUTOS						
Área: COSMÉTICOS E SANEANTES						
Cod.	CNAE	Descrição		Risco	Perfil	Pactuação
APC127	4649-4/08	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar - Inclusive Importadora		ALTO	NM	Municipal
APC128	4649-4/09	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada - Inclusive Importadora		ALTO	NM	Municipal
APC129	4911-6/00	Transporte ferroviário de carga - exclusivamente para cosméticos ou saneantes		ALTO	NM	Municipal
APC130	4930-2/01	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal - exclusivamente para cosméticos ou saneantes		ALTO	NM	Municipal
APC131	4930-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional - exclusivamente para cosméticos ou saneantes		ALTO	NM	Municipal
APC132	5211-7/01	Armazéns gerais - emissão de warrant - exclusivamente para cosméticos ou saneantes		ALTO	NM	Municipal
APC133	5211-7/99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis - exclusivamente para cosméticos ou saneantes		ALTO	NM	Municipal
APC134	5310-5/01	Atividades do Correio Nacional - exclusivamente para cosméticos ou saneantes		ALTO	NM	Municipal
APC135	5310-5/02	Atividades de franqueadas e permissionárias do Correio Nacional - exclusivamente para cosméticos ou saneantes		ALTO	NM	Municipal
APC136	8292-0/00	Envasamento e empacotamento sob contrato - exclusivamente para cosméticos ou saneantes		ALTO	NM	Municipal
Área: INTERESSE DA SAÚDE						
Cod.	CNAE	Descrição		Risco	Perfil	Pactuação
BPI137	4729-6/01	Tabacaria		BAIXO	NM	Municipal
Área: MEDICAMENTOS						
Cod.	CNAE	Descrição		Risco	Perfil	Pactuação
BPM138	4771-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas - Drogarias com RPAID-Roteiro Padrão de Autoinspeção em Drogarias DEFERIDO e sem atividade de Prestação de Serviço Farmacêutico de Aplicação de Vacinas		BAIXO	NM	Municipal
MPM327	0000-0/00	Programa Nacional de Monitoramento de Medicamentos - PEMM		BAIXO	NM	Municipal
MPM328	0000-0/00	Programa Nacional de verificação da qualidade de medicamentos - PROVEME		BAIXO	NM	Municipal

Página 8 de 21

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
 Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
 Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA
 Município: CAÇADOR
 E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br
 População: 78.595
 Telefone: 49 3567-9260
 Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E MONITORAMENTO DE PRODUTOS									
Área: MEDICAMENTOS									
Cod.	CNAE	Descrição			Risco	Perfil	Pactuação		
MPM329	0000-0/00	Programa Estadual de Monitoramento de Insumos Farmacêuticos-PEMIF			BAIXO	NM	Municipal		
MPM330	0000-0/00	Sistema de Notificações (queixas técnicas e eventos adversos) de Medicamentos para Vigilância Sanitária - NOTIVISA			BAIXO	NM	Municipal		
APM139	2014-2/00	Fabricação de gases industriais - Medicinais			ALTO	SF	Central		
APM140	2099-1/99	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente - exclusivamente para fabricação de Insumos Farmacêuticos			ALTO	SF	Central		
APM141	2110-6/00	Fabricação de produtos farmacêuticos			ALTO	SF	Central		
APM142	2121-1/01	Fabricação de medicamentos alopatícos para uso humano			ALTO	SF	Central		
APM143	2121-1/02	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano			ALTO	SF	Central		
APM144	2121-1/03	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano			ALTO	SF	Central		
APM145	2123-8/00	Fabricação de preparações farmacêuticas			ALTO	SF	Central		
APM146	4644-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano - Inclusive Importadora			ALTO	SF	Municipal		
APM147	4771-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas - Drogarias com RPAID-Roteiro Padrão de Autoinspeção em Drogarias INDEFERIDO ou Drogarias com atividade de Prestação de Serviço Farmacêutico de Aplicação de Vacinas independente do resultado do RPAID			ALTO	SF	Municipal		
APM148	4771-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas			ALTO	SF	Municipal		
APM149	4771-7/03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos			ALTO	SF	Municipal		
APM150	4911-6/00	Transporte ferroviário de carga - exclusivamente para medicamentos ou insumos farmacêuticos			ALTO	SF	Municipal		
APM151	4930-2/01	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal - exclusivamente para medicamentos ou insumos farmacêuticos			ALTO	SF	Municipal		
APM152	4930-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional - exclusivamente para medicamentos ou insumos farmacêuticos			ALTO	SF	Municipal		
APM153	5211-7/01	Armazéns gerais - emissão de warrant - exclusivamente para medicamentos ou insumos farmacêuticos			ALTO	SF	Municipal		
APM154	5211-7/99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis -			ALTO	SF	Municipal		

Página 9 de 21

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
 Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
 Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA
 Município: CAÇADOR
 E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br
 População: 78.595
 Telefone: 49 3567-9260
 Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E MONITORAMENTO DE PRODUTOS

Área: MEDICAMENTOS

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
APM155	5310-5/01	exclusivamente para medicamentos ou insumos farmacêuticos			
APM156	5310-5/02	Atividades do Correio Nacional - exclusivamente para medicamentos ou insumos farmacêuticos	ALTO	SF	Municipal
APM157	8292-0/00	Atividades de franquias e permissões do Correio Nacional - exclusivamente para medicamentos ou insumos farmacêuticos	ALTO	SF	Municipal
		Envasamento e empacotamento sob contrato - exclusivamente para medicamentos ou insumos farmacêuticos	ALTO	SF	Municipal
Área: PRODUTOS PARA SAÚDE					
Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
BPP158	3250-7/03	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda	BAIXO	NM	Municipal
BPP159	4773-3/00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	BAIXO	NM	Municipal
MPP331	0000-0/00	Programa Estadual de Monitoramento de Produtos para saúde	BAIXO	NM	Municipal
APP160	1721-4/00	Fabricação de papel - Grau Cirúrgico	ALTO	SA	Municipal
APP161	1749-4/00	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente - exclusivamente para fabricação de caixas perfurocortantes - Classes de Risco de Produto I e II	ALTO	SA	Municipal
APP162	2610-8/00	Fabricação de componentes eletrônicos - Produtos para Saúde - Classes de Risco de Produto I e II	ALTO	SA	Municipal
APP163	2610-8/00	Fabricação de componentes eletrônicos - Produtos para Saúde - Classes de Risco de Produto III e IV	ALTO	SA	Central
APP164	2651-5/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle - Produtos para Saúde - Classes de Risco de Produto I e II	ALTO	SA	Municipal
APP165	2651-5/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle - Produtos para Saúde - Classes de Risco de Produto III e IV	ALTO	SA	Central
APP166	2660-4/00	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação - Produtos para Saúde - Classes de Risco de Produto I e II	ALTO	SA	Municipal
APP167	2660-4/00	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de	ALTO	SA	Central

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.

Página 10 de 21



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE

Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA

Município: CAÇADOR

E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br

População: 78.595

Telefone: 49 3567-9260

Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E MONITORAMENTO DE PRODUTOS

Área: PRODUTOS PARA SAÚDE

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
		irradiação - Produtos para Saúde - Classes de Risco de Produto III e IV			
APP168	2670-1/01	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios - exclusivamente para equipamentos e instrumentos ópticos, excetuando peças e acessórios	ALTO	SA	Municipal
APP169	2759-7/01	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios - Produtos para Saúde - Classes de Risco de Produto I e II	ALTO	SA	Municipal
APP170	2759-7/01	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios - Produtos para Saúde - Classes de Risco de Produto III e IV	ALTO	SA	Central
APP171	2790-2/99	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente - Produtos para Saúde - Classes de Risco de Produto I e II	ALTO	SA	Municipal
APP172	2790-2/99	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente - Produtos para Saúde - Classes de Risco de Produto III e IV	ALTO	SA	Central
APP173	2823-2/00	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios - Produtos para Saúde - Classes de Risco de Produto I e II	ALTO	SA	Municipal
APP174	2823-2/00	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios - Produtos para Saúde - Classes de Risco de Produto III e IV	ALTO	SA	Central
APP175	3104-7/00	Fabricação de colchões - Produtos para Saúde - Classes de Risco de Produto I e II	ALTO	SA	Municipal
APP176	3250-7/01	Fabricação de instrumentos não eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório - Classes de Risco de Produto I e II	ALTO	SA	Municipal
APP177	3250-7/01	Fabricação de instrumentos não eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório - Classes de Risco de Produto III e IV	ALTO	SA	Central
APP178	3250-7/02	Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório - Produtos para Saúde - Classes de Risco de Produto I e II	ALTO	SA	Municipal
APP179	3250-7/02	Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório - Produtos para Saúde - Classes de Risco de Produto III e IV	ALTO	SA	Central
APP180	3250-7/04	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda - Produtos para Saúde - Classes de Risco de Produto I e II	ALTO	SA	Municipal
APP181	3250-7/04	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda - Produtos para Saúde - Classes de Risco de Produto III e IV	ALTO	SA	Central

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.

Página 11 de 21



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE

Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA

Município: CAÇADOR

E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br

População: 78.595

Telefone: 49 3567-9260

Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E MONITORAMENTO DE PRODUTOS

Área: PRODUTOS PARA SAÚDE

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
APP182	3250-7/05	Fabricação de materiais para medicina e odontologia - Classes de Risco de Produto I e II	ALTO	SA	Municipal
APP183	3250-7/05	Fabricação de materiais para medicina e odontologia - Classes de Risco de Produto III e IV	ALTO	SA	Central
APP184	4645-1/01	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios - Inclusive Importadora	ALTO	NM	Municipal
APP185	4645-1/02	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia - Inclusive Importadora	ALTO	NM	Municipal
APP186	4645-1/03	Comércio atacadista de produtos odontológicos - Inclusive Importadora	ALTO	NM	Municipal
APP187	4649-4/01	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico - Produtos para Saúde - Inclusive Importadora	ALTO	NM	Municipal
APP188	4649-4/02	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico - Produtos para Saúde - Inclusive Importadora	ALTO	NM	Municipal
APP189	4649-4/99	Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente - Produtos para Saúde - Inclusive Importadora	ALTO	NM	Municipal
APP190	4664-8/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontológico-hospitalar; partes e peças - Produtos para Saúde - Inclusive Importadora	ALTO	NM	Municipal
APP191	4911-6/00	Transporte ferroviário de carga - exclusivamente para produtos para saúde	ALTO	NM	Municipal
APP192	4930-2/01	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal - exclusivamente para produtos para saúde	ALTO	NM	Municipal
APP193	4930-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional - exclusivamente para produtos para saúde	ALTO	NM	Municipal
APP194	5211-7/01	Armazéns gerais - emissão de warrant - exclusivamente para produtos para saúde	ALTO	NM	Municipal
APP195	5211-7/99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis - exclusivamente para produtos para saúde	ALTO	NM	Municipal
APP196	5310-5/01	Atividades do Correio Nacional - exclusivamente para produtos para saúde	ALTO	NM	Municipal
APP197	5310-5/02	Atividades de franqueadas e permissionárias do Correio Nacional - exclusivamente para produtos para saúde	ALTO	NM	Municipal
APP198	6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis - produtos para saúde	ALTO	NM	Municipal
APP199	8292-0/00	Envasamento e empacotamento sob contrato - exclusivamente produtos para saúde - Classes de Risco de Produto I e II	ALTO	SA	Municipal

Página 12 de 21

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
 Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
 Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA
 Município: CAÇADOR
 E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br
 População: 78.595
 Telefone: 49 3567-9260
 Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E MONITORAMENTO DE PRODUTOS

Área: PRODUTOS PARA SAÚDE

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
APP200	8292-0/00	Envasamento e empacotamento sob contrato - exclusivamente produtos para saúde - Classes de Risco de Produto III e IV	ALTO	SA	Central

Gerência: GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E MONITORAMENTO DE SERVIÇOS EM SAÚDE

Área: INTERESSE DA SAÚDE

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
BSI201	5510-8/01	Hotéis	BAIXO	NM	Municipal
BSI202	5510-8/02	Apart-hotéis	BAIXO	NM	Municipal
BSI203	5510-8/03	Motéis	BAIXO	NM	Municipal
BSI204	5590-6/01	Albergues, exceto assistenciais	BAIXO	NM	Municipal
BSI205	5590-6/02	Campings	BAIXO	NM	Municipal
BSI206	5590-6/03	Pensões (alojamento)	BAIXO	NM	Municipal
BSI207	5590-6/99	Outros alojamentos não especificados anteriormente	BAIXO	NM	Municipal
BSI208	7729-2/03	Aluguel de material médico	BAIXO	NM	Municipal
BSI209	7739-0/02	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	BAIXO	NM	Municipal
BSI210	8230-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	BAIXO	NM	Municipal
BSI211	8511-2/00	Educação infantil - creche	BAIXO	NM	Municipal
BSI212	8512-1/00	Educação infantil - pré-escola	BAIXO	NM	Municipal
BSI213	8513-9/00	Ensino fundamental	BAIXO	NM	Municipal
BSI214	8520-1/00	Ensino médio	BAIXO	NM	Municipal
BSI215	8531-7/00	Educação superior - graduação	BAIXO	NM	Municipal
BSI216	8532-5/00	Educação superior - graduação e pós-graduação	BAIXO	NM	Municipal
BSI217	8533-3/00	Educação superior - pós-graduação e extensão	BAIXO	NM	Municipal
BSI218	8541-4/00	Educação profissional de nível técnico	BAIXO	NM	Municipal

Página 13 de 21

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
 Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
 Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA
 Município: CAÇADOR
 E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br
 População: 78.595
 Telefone: 49 3567-9260
 Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E MONITORAMENTO DE SERVIÇOS EM SAÚDE

Área: INTERESSE DA SAÚDE

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
BSI219	8542-2/00	Educação profissional de nível tecnológico	BAIXO	NM	Municipal
BSI220	8591-1/00	Ensino de esportes	BAIXO	NM	Municipal
BSI221	8592-9/01	Ensino de dança	BAIXO	NM	Municipal
BSI222	8592-9/02	Ensino de artes cênicas, exceto dança	BAIXO	NM	Municipal
BSI223	8592-9/03	Ensino de música	BAIXO	NM	Municipal
BSI224	8592-9/99	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente	BAIXO	NM	Municipal
BSI225	8593-7/00	Ensino de idiomas	BAIXO	NM	Municipal
BSI226	8599-6/01	Formação de condutores	BAIXO	NM	Municipal
BSI227	8599-6/02	Cursos de pilotagem	BAIXO	NM	Municipal
BSI228	8599-6/05	Cursos preparatórios para concursos	BAIXO	NM	Municipal
BSI229	8599-6/99	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	BAIXO	NM	Municipal
BSI230	8690-9/04	Atividades de podologia	BAIXO	NM	Municipal
BSI231	8711-5/03	Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	BAIXO	NM	Municipal
BSI232	8711-5/04	Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	BAIXO	NM	Municipal
BSI233	8712-3/00	Atividades de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	BAIXO	NM	Municipal
BSI234	8730-1/01	Orfanatos - Incluindo Casa Lar, Abrigo Institucional	BAIXO	NM	Municipal
BSI235	8730-1/02	Albergues assistenciais - Incluindo Casas de Passagem	BAIXO	NM	Municipal
BSI236	8730-1/99	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares - Incluindo Centro correcional e de reabilitação com alojamento	BAIXO	NM	Municipal
BSI237	9312-3/00	Clubes sociais, esportivos e similares	BAIXO	NM	Municipal
BSI238	9313-1/00	Atividades de condicionamento físico - incluindo Estabelecimentos de Ginástica e Academias	BAIXO	NM	Municipal
BSI239	9321-2/00	Parques de diversão e parques temáticos - COM piscina	BAIXO	NM	Municipal

Página 14 de 21

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
 Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
 Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA
 Município: CAÇADOR
 E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br
 População: 78.595
 Telefone: 49 3567-9260
 Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E MONITORAMENTO DE SERVIÇOS EM SAÚDE

Área: INTERESSE DA SAÚDE

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
BSI240	9329-8/99	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente - COM atividades aquáticas ou piscinas coletivas	BAIXO	NM	Municipal
BSI241	9499-5/00	Atividades associativas não especificadas anteriormente - exclusivamente APAE-Associação de pais e Amigos dos Excepcionais	BAIXO	NM	Municipal
BSI242	9602-5/01	Cabeleiros, manicure e pedicure	BAIXO	NM	Municipal
BSI243	9602-5/02	Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza - SEM procedimentos invasivos que NÃO exige RT-Responsável Técnico	BAIXO	NM	Municipal
BSI244	9609-2/05	Atividades de sauna e banhos	BAIXO	NM	Municipal
ASI245	8423-0/00	Justiça - Exclusivamente Unidades Prisionais com serviços de Saúde e de Interesse à Saúde	ALTO	TS	Municipal
ASI246	8711-5/01	Clinicas e residências geriátricas	ALTO	TS	Municipal
ASI247	8711-5/02	Instituições de longa permanência para idosos	ALTO	TS	Municipal
ASI248	8711-5/05	Condomínios residenciais para idosos - Incluindo Centros de Atenção Diária e Centro de Convivência de Idosos	ALTO	NM	Municipal
ASI249	8720-4/01	Atividades de centros de assistência psicossocial - CAPS AD, I, 2, 3 ou 4	ALTO	SS	Municipal
ASI250	8720-4/99	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química e grupos similares não especificadas anteriormente - Incluindo Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental, Comunidades Terapêuticas de Saúde e de Interesse da Saúde	ALTO	TS	Municipal
ASI251	9602-5/02	Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza - COM procedimentos invasivos que exige RT-Responsável Técnico	ALTO	SS	Municipal
ASI252	9609-2/06	Serviços de tatuagem e colocação de piercing	ALTO	TS	Municipal

Área: PROGRAMAS ESPECIAIS

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
------	------	-----------	-------	--------	-----------

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.

Página 15 de 21



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE

Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA

Município: CAÇADOR

E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br

População: 78.595

Telefone: 49 3567-9260

Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E MONITORAMENTO DE SERVIÇOS EM SAÚDE

Área: PROGRAMAS ESPECIAIS

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
MSE335	0000-0/00	Programa de Monitoramento da Qualidade da Água dos Serviços de Hemodiálise - PEIMAH	BAIXO	NM	Municipal
MSE336	0000-0/00	Monitorar e gerenciar as notificações de eventos adversos de reações transfusionais no sistema NOTIVISA	BAIXO	NM	Municipal
ASE253	7120-1/00	Testes e análises técnicas - Exclusivamente Laboratórios Analíticos para análise de produtos sujeito a vigilância sanitária	ALTO	SS	Municipal
ASE254	8630-5/07	Atividades de reprodução humana assistida	ALTO	SS	Municipal
ASE255	8640-2/01	Laboratórios de anatomia patológica e citológica	ALTO	SS	Municipal
ASE256	8640-2/02	Laboratórios clínicos - Análises Clínicas	ALTO	SS	Municipal
ASE257	8640-2/03	Serviços de diálise e nefrologia - incluindo Serviço de Terapia Renal Substitutiva	ALTO	SS	Municipal
ASE258	8640-2/12	Serviços de hemoterapia - inclusive bancos de sangue	ALTO	SS	Municipal
ASE259	8640-2/14	Serviços de bancos de células e tecidos humanos - inclusive Centro de Terapia Celular	ALTO	SS	Municipal
ASE260	8690-9/02	Atividades de bancos de leite humano - inclusive posto de coleta	ALTO	SS	Municipal
ASE345	8640-2/02	Laboratórios clínicos - Especificamente para Postos de Coleta Laboratorial	ALTO	TS	Municipal

Área: SERVIÇOS DE SAÚDE

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
BSS261	3250-7/06	Serviços de prótese dentária	BAIXO	NM	Municipal
BSS262	3250-7/07	Fabricação de artigos ópticos	BAIXO	NM	Municipal
BSS263	3250-7/09	Serviço de laboratório óptico	BAIXO	NM	Municipal
BSS264	4774-1/00	Comércio varejista de artigos de óptica - Lentes de Grau	BAIXO	NM	Municipal
BSS265	8630-5/02	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares - incluindo as Unidades Públicas de Saúde que realizam tais procedimentos, excetuando Serviço de Medicina Hiperbárica e demais exames com CNAE específico	BAIXO	NM	Municipal
BSS266	8630-5/03	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas - incluindo as Unidades Públicas de Saúde que realizam tais procedimentos	BAIXO	NM	Municipal

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.

Página 16 de 21



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
 Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
 Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA
 Município: CAÇADOR
 E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br
 População: 78.595
 Telefone: 49 3567-9260
 Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E MONITORAMENTO DE SERVIÇOS EM SAÚDE

Área: SERVIÇOS DE SAÚDE

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
BSS267	8650-0/01	Atividades de enfermagem	BAIXO	NM	Municipal
BSS268	8650-0/02	Atividades de profissionais da nutrição	BAIXO	NM	Municipal
BSS269	8650-0/03	Atividades de psicologia e psicanálise	BAIXO	NM	Municipal
BSS270	8650-0/04	Atividades de fisioterapia	BAIXO	NM	Municipal
BSS271	8650-0/05	Atividades de terapia ocupacional	BAIXO	NM	Municipal
BSS272	8650-0/06	Atividades de fonoaudiologia	BAIXO	NM	Municipal
BSS273	8690-9/01	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	BAIXO	NM	Municipal
BSS274	8690-9/03	Atividades de acupuntura	BAIXO	NM	Municipal
ASS275	8129-0/00	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente - exclusivamente Serviços de Esterilização de equipamentos médico-hospitalares, incluindo Empresas Processadoras de Produtos para a Saúde	ALTO	SS	Central
ASS276	8610-1/01	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências - Incluindo: Hospital Geral, Hospital Geral com Unidade Psiquiátrica, Hospital Especializado em Psiquiatria, Hospital de Custódia, Hospital Dia, Serviço de atenção obstétrica e neonatal, UTI Adulto/Neonatal/Pediátrica, Farmácia Privativa de Unidade Hospitalar e Serviço de Nutrição e Dietética Intra-hospitalar/Enteral/Paraenteral	ALTO	SS	Municipal
ASS277	8610-1/02	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências - Inclusive em Saúde Mental e UPA	ALTO	SS	Municipal
ASS278	8621-6/01	UTI móvel	ALTO	NM	Municipal
ASS279	8621-6/02	Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel	ALTO	NM	Municipal
ASS280	8622-4/00	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	ALTO	NM	Municipal
ASS281	8630-5/01	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos - incluído as Unidades Públicas de Saúde que realizam tais procedimentos	ALTO	SI	Municipal
ASS282	8630-5/04	Atividade odontológica - Inclusive atividades de Radiologia Odontológica	ALTO	NM	Municipal
ASS283	8630-5/06	Serviços de vacinação e imunização humana	ALTO	NM	Municipal

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.

Página 17 de 21



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
 Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
 Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA
 Município: CAÇADOR
 E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br
 População: 78.595
 Telefone: 49 3567-9260
 Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E MONITORAMENTO DE SERVIÇOS EM SAÚDE

Área: SERVIÇOS DE SAÚDE

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
ASS284	8630-5/99	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente - Exclusivamente para Unidade Pública de Saúde com Dispensadora de Talidomida ou Farmácia Privativa	ALTO	SF	Municipal
ASS285	8630-5/99	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente - Exceto Unidade Pública de Saúde com Dispensadora de Talidomida e Farmácia Privativa	ALTO	TS	Municipal
ASS286	8640-2/04	Serviços de tomografia	ALTO	NM	Municipal
ASS287	8640-2/05	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto Tomografia, Radiologia Odontológica, Medicina Nuclear e Radiologia Intervencionista/Hemodinâmica. Incluindo Mamografia e Densitometria Óssea	ALTO	SI	Municipal
ASS288	8640-2/06	Serviços de ressonância magnética	ALTO	SI	Municipal
ASS289	8640-2/07	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética - incluindo ultrassonografia	ALTO	NM	Municipal
ASS290	8640-2/08	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos	ALTO	NM	Municipal
ASS291	8640-2/09	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos	ALTO	SS	Municipal
ASS292	8640-2/10	Serviços de quimioterapia	ALTO	SS	Municipal
ASS293	8640-2/13	Serviços de litotripsia	ALTO	SI	Municipal
ASS294	8640-2/99	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente	ALTO	TS	Municipal
ASS295	8650-0/07	Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral	ALTO	SI	Municipal
ASS296	8650-0/99	Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente	ALTO	TS	Municipal
ASS297	8690-9/99	Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	ALTO	NM	Municipal
ASS298	9601-7/01	Lavanderias - de produtos hospitalares	ALTO	NM	Municipal

Gerência: GERÊNCIA DE SAÚDE AMBIENTAL

Área: QUALIDADE DA ÁGUA

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.					Página 18 de 21



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
 Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
 Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA
 Município: CAÇADOR
 E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br
 População: 78.595
 Telefone: 49 3567-9260
 Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE SAÚDE AMBIENTAL

Área: QUALIDADE DA ÁGUA

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
BAH299	8129-0/00	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente - exclusivamente para atividades de limpeza de caixas d'água ou reservatórios de água	BAIXO	NM	Municipal
MAH337	0000-0/00	Programa de Vigilância da qualidade da água para consumo humano - VIGIAGUA	BAIXO	NM	Municipal
MAH338	0000-0/00	Monitorar os cadastros no sistema Pharos-Dengue e inspecionar os estabelecimentos notificados pelos agentes de endemias que se encontram irregulares perante a legislação vigente.	BAIXO	NM	Municipal
AAH300	3600-6/01	Captação, tratamento e distribuição de água	ALTO	NM	Municipal
AAH301	3600-6/02	Distribuição de água por caminhões	ALTO	NM	Municipal

Área: RISCOS AMBIENTAIS

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
BAA302	3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	BAIXO	NM	Municipal
BAA303	7500-1/00	Atividades veterinárias - que utilizem medicamentos ou equipamentos de saúde humana - unidades móveis de castração, clínicas ou hospitais veterinários	BAIXO	NM	Municipal
BAA304	9601-7/01	Lavanderias - exceto de produtos hospitalares	BAIXO	NM	Municipal
BAA305	9603-3/03	Serviços de sepultamento	BAIXO	NM	Municipal
BAA306	9603-3/04	Serviços de funerárias	BAIXO	NM	Municipal
BAA307	9603-3/99	Atividades funerárias e serviços relacionados não especificados anteriormente	BAIXO	NM	Municipal
MAA339	0000-0/00	Monitorar os cadastros no sistema Pharos-PGRSS e inspecionar os estabelecimentos GERADORES DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.	BAIXO	NM	Municipal
MAA340	0000-0/00	Atendimento e Monitoramento das SITUAÇÕES EMERGENCIAIS, CALAMIDADES E DESASTRES, com a Elaboração do Plano de emergência em saúde pública - VIGIDESASTRES.	BAIXO	NM	Municipal
MAA341	0000-0/00	Realizar MONITORAMENTO AMBIENTAL DO CÓLERA em áreas portuárias, periportuárias e aeroportos (Florianópolis, Imbituba, Itapoá, Itajaí, Navegantes, Joinville, Chapecó, São	BAIXO	NM	Municipal

Página 19 de 21

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
 Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
 Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA
 Município: CAÇADOR
 E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br
 População: 78.595
 Telefone: 49 3567-9260
 Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE SAÚDE AMBIENTAL

Área: RISCOS AMBIENTAIS

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
		Francisco do Sul, Laguna ou áreas sujeitas à atracação de navios de turismo)			
MAA342	0000-0/00	Realizar investigação de agravos à saúde envolvendo água, quando necessária, trabalho em conjunto com a vigilância epidemiológica para elucidação do surto, bem como adotar de medidas corretivas e fiscais no estabelecimento envolvido no agravado ou surto.	BAIXO	NM	Municipal
MAA343	0000-0/00	Monitoramento do Programa de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos - VSPEA	BAIXO	NM	Municipal
AAA308	3701-1/00	Gestão de redes de esgoto	ALTO	PE	Municipal
AAA309	3811-4/00	Coleta de resíduos não perigosos	ALTO	NM	Municipal
AAA310	3812-2/00	Coleta de resíduos perigosos	ALTO	NM	Municipal
AAA311	3821-1/00	Tratamento e disposição de resíduos não perigosos	ALTO	NM	Municipal
AAA312	3822-0/00	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	ALTO	NM	Municipal
AAA313	3900-5/00	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	ALTO	NM	Municipal
AAA314	4530-7/04	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores - especificamente para ferro-velhos	ALTO	NM	Municipal
AAA315	4541-2/07	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para motocicletas e motonetas - especificamente para ferro-velhos	ALTO	NM	Municipal
AAA316	5223-1/00	Estacionamento de veículos - especificamente pátios para estadia ou guarda de veículos apreendidos	ALTO	NM	Municipal
AAA317	8122-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas	ALTO	NM	Municipal
AAA318	9603-3/02	Serviços de cremação	ALTO	NM	Municipal
AAA319	9603-3/05	Serviços de somatoconservação	ALTO	NM	Municipal

Gerência: GERÊNCIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.

Página 20 de 21



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
 Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
 Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA
 Município: CAÇADOR
 E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br
 População: 78.595
 Telefone: 49 3567-9260
 Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Ações programadas

Gerência: GERÊNCIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Área: SAÚDE DO TRABALHADOR

Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
MTS344	0000-0/00	Vigilância em Saúde do Trabalhador - VISAT	BAIXO	NM	Municipal
Área: SERVIÇOS DE SAÚDE					
Cod.	CNAE	Descrição	Risco	Perfil	Pactuação
ATS320	8630-5/02	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares - Exclusivamente Serviço de Medicina Hiperbárica	ALTO	SS	Central
ATS321	8640-2/05	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante - Exclusivamente para Medicina Nuclear ou Radiologia Intervencionista/Hemodinâmica	ALTO	SS	Central
ATS322	8640-2/11	Serviços de radioterapia	ALTO	SS	Central

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.

Página 21 de 21



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
 Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
 Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA
 Município: CAÇADOR
 E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br
 População: 78.595
 Telefone: 49 3567-9260
 Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Equipe de VISA disponível

Nome do Profissional	Nível do Cargo	Formação	Cargo	Função	Vínculo	Cap. Ações	Credencial de VISA
1 - Alice Regina Stumer Blank Legat	Superior	FARMÁCIA	FARMACEUTICA BIOQUIMICA	BIOQUÍMICO(A)	EFETIVO PERMANENTE	Sim	1203/09-31/03/2021
2 - Ana Cláudia Serra Carpes Biela	Médio	ADMINISTRAÇÃO QUÍMICA INDUSTRIAL DE ALIMENTOS	FISCAL DE OBRAS	AGENTE DE VIGILANCIA SANITÁRIA	EFETIVO PERMANENTE	Sim	1139/09-31/03/2021
3 - Anderson Torezan	Superior	TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	FISCAL SANITARISTA	FISCAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA	EFETIVO PERMANENTE	Sim	2017/09-31/03/2021
4 - Andréa Rui Pistore	Superior	PSICOLOGIA	TECNÓLOGO DE ALIMENTOS	TECNÓLOGO(A) DE ALIMENTOS	EFETIVO PERMANENTE	Sim	162/09-31/03/2021
5 - Fátima AP. C. Michielin	Superior	ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL	FISCAL SANITARISTA MUNICIPAL	COORDENADOR(A) VIGILANCIA SANITÁRIA	EFETIVO PERMANENTE	Sim	
6 - Francéllwika Catharine Gomes de Azevedo	Superior	ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL	ENGENHEIRO SANITARISTA	ENGENHEIRO(A) SANITARISTA	EFETIVO PERMANENTE	Não	
7 - Giovani Ernandes Teles de Oliveira	Médio	TECNICO EM VISA	FISCAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA	AGENTE DE VIGILANCIA SANITÁRIA	EFETIVO PERMANENTE	Sim	1138/09-31/03/2021
8 - Gisele de Camargo Schmigel	Médio	TECNICO EM ENFERMAGEM	ANALISTA TEC. EM GESTÃO E PROM. DE SAÚDE	TÉCNICO(A) DE ENFERMAGEM	EFETIVO PERMANENTE	Sim	1781/09-31/03/2021
9 - Nilo Sérgio Luz Amorim	Superior	ENGENHARIA CIVIL	ENGENHEIRO CIVIL	ANALISTA DE PROJETOS	EFETIVO PERMANENTE	Sim	
10 - Renata Cristina da Silva Favarão	Superior	PSICOLOGIA	FISCAL SANITARISTA	FISCAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA	EFETIVO PERMANENTE	Sim	1616/09-31/03/2021
11 - ROGER FRANCISCO FERREIRA DE CAMPOS	Superior	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANEAMENTO BÁSICO	TECNICO EM VIGILANCIA SANITÁRIA	ENGENHEIRO(A)	EFETIVO PERMANENTE	Não	

Perfil da Equipe de VISA

SF - Profissional de Nível Superior Farmacêutico
SS - Profissional de Nível Superior da Área da Saúde
SA - Profissional de Nível Superior definição ANVISA
SI - Profissionais de Nível Superior da Área de Interesse da Saúde
PE - Profissional Específico para Saneamento
TS - Profissionais de Nível Médio Técnicos da Área da Saúde
NM - Profissional de Nível Médio

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.

Página 1 de 2



Macrorregião de Saúde: MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE
Região de Saúde: ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
Unidade Descentralizada de VISA (UDVISA): VIDEIRA
Município: CAÇADOR
E-mail: vig.sanitaria.saude@cacador.sc.gov.br
População: 78.595
Telefone: 49 3567-9260
Código do Plano: PMA2023VISA4203006020620200001

PLANO DE AÇÕES 2020 - Equipe de VISA disponível

Nome do Profissional	Nível do Cargo	Formação	Cargo	Função	Vínculo	Cap. Ações	Credencial de VISA
----------------------	----------------	----------	-------	--------	---------	------------	--------------------

Observações

DOCUMENTO IMPRESSO EM 02/06/2020 ÀS 16:33 h.

Página 2 de 2

Caibi

PREFEITURA

ERRATA DA TOMADA DE PREÇOS N° 005/2020

Publicação N° 2544116

MUNICIPIO DE CAIBI – AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

A Presidente da Comissão de Licitações do município de Caibi/SC torna público a Retificação do Processo Licitatório N° 044/2020 na modalidade Tomada de Preços n° 005/2020 referente à Contratação de empresa para execução de rotatórias de 03, 05 e 07 metros de diâmetro nas ruas do Município de Caibi –SC, tendo em vista a alteração do objeto e orçamento do edital. O inteiro teor deste Ato Convocatório está à disposição dos interessados no site da prefeitura www.caibi.sc.gov.br e no Departamento de Licitações na Rua dos Imigrantes, n° 499, para maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49)3648-0211. Caibi –SC 29 de Junho de 2020.Dandara Jeane Gallon. Presidente da C.L.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2020 - FMAS

Publicação N° 2543692

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 006/2020 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 002/2020 - FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ATAÚDE PARA SER DISTRIBUÍDO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, DEVIDAMENTE COMPROVADA PELO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 29/06/2020
1ª Publicação.

PR 001/2020 - CAMBORIUPREV

Publicação N° 2544027

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 001/2020-CAMBORIUPREV

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA GESTÃO CONTÁBIL APLICADA AO SETOR PÚBLICO, COM INTUITO DE ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS LEGAIS QUE REGEM A MATÉRIA, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI COMPLEMENTAR N° 101/2000 RF, LEI 4.320/2014 E LEI 8.666/93 E ATUALIZAÇÕES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal n°. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 09 (Nove) de Julho de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, N°. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 24 de Junho de 2020.

LUANA RODRIGUES LUCIANO
Presidente do CAMBORIUPREV

PR 024/2020 - FMS

Publicação N° 2543629

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2020 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMBORIÚ - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal n°. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 10 (dez) de Julho de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, N°. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 29 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

RESULTADO PR 018/2020 - FMS

Publicação N° 2543821

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 018/2020-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

“DESERTA NO LOTE 03”

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 29 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO PR 020/2020 - FMS

Publicação N° 2543628

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 020/2020-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

“DESERTA COM REPETIÇÃO”

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 26 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE ERRATA PR 007/2020 - FMAS

Publicação N° 2543564

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 007/2020- FMAS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 007/2020 - FMAS, tendo como objeto a “AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIOS EM GERAL PARA EQUIPAR O NOVO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS SITUADO NA RUA TEIXEIRA BAIRRO RIO PEQUENO NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ COM RECURSOS DO ESTADO, CONFORME APROVAÇÃO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS”, sofreu as seguintes alterações:

Foi adicionado 6.5.7 do Edital:

6.5.7 - A empresa vencedora do item 15 e 16 deverá apresentar o comprovante de registro da empresa e do responsável técnico no conselho ou órgão competente, bem como o Atestado de Capacidade técnica também registrado junto ao conselho ou órgão competente.

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 13/07/2020 as 13h00min

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 29 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA CIRCUNSTANCIADA (PROCESSO LICITATÓRIO N° 52/2020)

Publicação N° 2544183

ATA CIRCUNSTANCIADA
(Processo Licitatório nº 52/2020)

Aos vinte e nove dias do mês junho do ano de dois mil e vinte, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Daniela Saldanha e Ana Luiza Telma, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 52/2020, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de cimento, cal hidratada, cal líquida, tijolo 6 furos, meio tijolo e tijolo maciço, para utilização em atividades desempenhadas pela Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras do município de Campo Alegre - SC e para outros setores da Administração se houver necessidade. Passou-se ao recebimento dos envelopes de documento e proposta da única empresa proponente CONCREPLA ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA – CNPJ: 00.876.873/0001-62. Passou-se ao credenciamento do licitante Sr. Edinei Artur Schwelter representante da empresa Concreplan Artefatos de Concreto Ltda. A licitante apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos. A licitante comprovou enquadramento como EPP. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM. Procedeu-se ao julgamento das propostas, após os lances, obteve-se o seguinte resultado:

ITEM 01

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLA ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	0,76	0,74	1ª	HABILITADA

ITEM 02

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLA ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	24,50	24,00	1ª	HABILITADA

ITEM 03

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLA ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	9,00	8,50	1ª	HABILITADA

ITEM 04

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLA ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	6,80	6,50	1ª	HABILITADA

ITEM 05

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLA ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	0,49	0,47	1ª	HABILITADA

ITEM 06

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLA ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	0,45	0,42	1ª	HABILITADA

ITEM 07

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLA ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	0,49	0,47	1ª	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos do licitante primeira classificada nos itens conforme tabela acima. Estando de acordo com o exigido no edital. A CONCREPLA ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA foi declarada vencedora dos itens desta licitação conforme os valores unitários descritos na tabela acima. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

INTIMAÇÃO ABERTURA PROPOSTA Nº 48/2020 – CONVITE

Publicação Nº 2544353

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Licitatório nº 48/2020 – CONVITE

Objeto: Contratação de mão de obra para roçada de grama para diversos setores da Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC.

Considerando que transcorreu o prazo para apresentação de recurso quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, e que nenhuma licitante apresentou recurso.

EFETUE-SE A INTIMAÇÃO das licitantes a seguir relacionadas:

Valmir Guedes - MEI – CNPJ – 31.499.747/0001-60, Paulo de Assis Carvalho – MEI – CNPJ: 31.104.691/0001-05 e Geversson Munhoz Duarte – CNPJ: 32.106.739/0001-79, habilitadas no referido Processo Licitatório para que tenha ciência da sessão de abertura das Propostas.

A sessão de abertura das propostas será no dia 01/07/2020 às 09:00h, na Sala de Reuniões no Prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Destinatários

Valmir Guedes - MEI – CNPJ – 31.499.747/0001-60

Paulo de Assis Carvalho – MEI – CNPJ: 31.104.691/0001-05

Geversson Munhoz Duarte – MEI - CNPJ: 32.106.739/0001-79

Campo Alegre, 30 de junho de 2020.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Comissão de Licitação

INTIMAÇÃO ABERTURA PROPOSTA TP 46/2020

Publicação Nº 2544357

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Licitatório nº 46/2020 – TOMADA DE PREÇO

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para construção de paredes na quadra esportiva da EMEB Paulo Fuckner, Rodovia 020 Bateias de Cima, neste Município.

Considerando a inabilitação da empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 10.834.999/000128;

Considerando que transcorreu o prazo para apresentação de recurso quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, e que nenhuma licitante apresentou recurso.

EFETUE-SE A INTIMAÇÃO das licitantes a seguir relacionadas:

WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI – CNPJ: 30.150.827/0001-42, GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI – CNPJ: 32.137.794/0001-26 e COMPACT CONSTRUTORA EIRELI – ME – CNPJ: 22.970.696/0001-11, habilitadas no referido Processo Licitatório para que tenha ciência da sessão de abertura das Propostas.

A sessão de abertura das propostas será no dia 01/07/2020 às 10:00h, na Sala de Reuniões no Prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Destinatários

WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI
(47) 36448090 wrconstrucom@gmail.com

GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI
(47) – 3622-8820 – engenhar@construtoramrclean.com.br

COMPACT CONSTRUTORA EIRELI – CNPJ: 22.970.696/0001-11
47 – 991856388 compactconstrutora@gmail.com -

Campo Alegre, 30 de junho de 2020.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Comissão de Licitação

PORTARIA Nº 18.136 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544364

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.136 DE 29 DE JUNHO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CONTRATADO.

CONSIDERANDO a Declaração de Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus, que configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 12.750 de 31 de março de 2020, o qual "Dispõe Sobre Medidas de Enfrentamento da Epidemia de Coronavírus 2020";
CONSIDERANDO o disposto no inciso I do art. 2º do Decreto Municipal nº 12.760 de 06 de abril de 2020, o qual "Determina Medidas de Suspensão e Trabalho Remoto da Jornada Laboral em Razão da Epidemia do Novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Município de Campo Alegre/SC";

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Servidor Público Municipal Contratado, PAULO ADRIANO PRUSSAK, registro no sistema sob nº 955998, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Administração, férias referente ao período aquisitivo: 03 de fevereiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º O Servidor Público Municipal Contratado gozou as férias no período de 23 de março de 2020 à 06 de abril de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de março de 2020.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.137 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544368

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.137 DE 29 DE JUNHO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública Municipal LUCIELLE KAROLYNE CUBAS, matrícula funcional nº 000500, registro no sistema sob nº 954556, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Administrativo II, atualmente exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 29 de junho de 2020 à 10 de julho de 2020, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 22 de junho de 2020 sob nº 002335.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de junho de 2020.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 29 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO ATA RP 27/2020

Publicação N° 2543844



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 26/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 410/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2020A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa **DI DOMENICO E CIA LTDA ME**, inscrita no CNPJ N° 03.527.483/0001-75, conforme relação abaixo:

Item	Unid.	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
1	KG	800,00	Pão francês, 50g	7,3300	5.864,0000	Sonho Meu
2	KG	500,00	Bolo simples (nega maluca, fubá, cenoura, milho, coco e salgado)	15,0000	7.500,0000	Sonho Meu
3	KG	300,00	GROSTOLI FOFINHO	16,3300	4.899,0000	Sonho Meu
4	KG	100,00	Massa de pastel média	11,3300	1.133,0000	Sonho Meu
5	KG	100,00	Macarrão caseiro	11,3300	1.133,0000	Sonho Meu
6	KG	100,00	Palito sal. Orégano e queijo	20,0000	2.000,0000	Sonho Meu
7	KG	100,00	Mini Sanduíche	22,3300	2.233,0000	Sonho Meu
8	KG	100,00	PÃO DE QUEIJO	31,6600	3.166,0000	Sonho Meu
9	KG	300,00	GROSTOLI SEQUINHO	16,0000	4.800,0000	Sonho Meu
10	KG	300,00	Grostoli doce (cueca virada, nó de sogra)	16,6600	4.998,0000	Sonho Meu
11	KG	300,00	Grostoli Salgado	15,3300	4.599,0000	Sonho Meu
12	KG	400,00	BOLACHA CASEIRA	16,6600	6.664,0000	Sonho Meu
13	KG	300,00	Assadinhos	42,0000	12.600,0000	Sonho Meu
14	KG	500,00	Salgadinhos fritos (risolis, coxinha, perol as, quibe, enroladinho de salsicha e crocantes).	41,6600	20.830,0000	Sonho Meu
15	KG	500,00	Cucas simples	9,3300	4.665,0000	Sonho Meu
16	KG	500,00	CUCA RECHEADA	9,3300	4.665,0000	Sonho Meu
17	KG	500,00	Bolo recheado diversos sabores (frutas)	28,3300	14.165,0000	Sonho Meu
18	UN	500,00	Pastel Frito Grande	3,8300	1.915,0000	Sonho Meu
19	KG	200,00	Pizza grande de Varios Sabores	23,0000	4.600,0000	Sonho Meu
20	UN	200,00	Risole Frito Grande	3,1600	632,0000	Sonho Meu
21	UN	200,00	X Tudo	14,0000	2.800,0000	Sonho Meu

VALOR TOTAL R\$ 115.861,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 29 de junho de 2020.

MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito municipalDI DOMENICO E CIA LTDA ME
CNPJ nº 03.527.483/0001-75
PROPONENTEALYSON ALBERTON
Sec. Mun. de Assistência Social

Visto da assessoria jurídica

MAIARA BOMBIERI
Assessora Jurídica
OAB/SC 54.823

EXTRATO CONTRATO 31/2020

Publicação Nº 2544346

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 31/2020.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: POLIMEDICI ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MEDICINA DO TRABALHO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 00.975.647/0001-39. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, que atendam as Normas Regulamentadoras que são exigidas pela legislação trabalhista vigente: PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, conforme Norma Regulamentadora NR-9 da Secretaria de Segurança e Saúde do Ministério do Trabalho; PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, conforme Norma Regulamentadora NR-7 da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho; LTCAT - Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho; PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário, fornecendo assessoria técnica e tecnologia (software) para a gestão de toda a documentação em saúde e segurança ocupacional dos servidores públicos municipais do Município de Campo Erê, de acordo com os requisitos e descrições constantes no Termo de Referência (Anexo I) do edital. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 426/2020, Pregão Presencial nº 21/2020. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento, do exercício financeiro de 2020. VALOR: R\$ 77.877,92 (setenta e sete mil oitocentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos). VIGÊNCIA: 01/07/2020 à 31/12/2020. Campo Erê/SC, em 29/06/2020. SIGNATÁRIOS: Odilson Vicente de Lima pela Contratante e Daniel Vinícios Resende pela Contratada.

EXTRATO CONTRATO 32/2020

Publicação Nº 2544347

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 32/2020.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Campo Erê, CNPJ nº 11.307.776/0001-75. CONTRATADA: POLIMEDICI ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MEDICINA DO TRABALHO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 00.975.647/0001-39. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, que atendam as Normas Regulamentadoras que são exigidas pela legislação trabalhista vigente: PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, conforme Norma Regulamentadora NR-9 da Secretaria de Segurança e Saúde do Ministério do Trabalho; PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, conforme Norma Regulamentadora NR-7 da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho; LTCAT - Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho; PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário, fornecendo assessoria técnica e tecnologia (software) para a gestão de toda a documentação em saúde e segurança ocupacional dos servidores públicos municipais do Município de Campo Erê, de acordo com os requisitos e descrições constantes no Termo de Referência (Anexo I) do edital. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 426/2020, Pregão Presencial nº 21/2020. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento, do exercício financeiro de 2020. VALOR: 1.522,08 (um mil quinhentos e vinte e dois reais e oito centavos). VIGÊNCIA: 01/07/2020 à 31/12/2020. Campo Erê/SC, em 29/06/2020. SIGNATÁRIOS: Elizandra da Silva pelo Contratante e Daniel Vinícios Resende pela Contratada.

HOMOLOGAÇÃO PL 410/2020

Publicação Nº 2543838

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - **HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 410/2020**, na modalidade Pregão de nº 19/2020 tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS DA SECRETARIA E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS/CRAS/GBF-FNAS/GSUAS-FNAS/PROGRAMAS SOCIAIS DO ESTADO E TERCEIRA IDADE, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	1	800,00	7,3300	5.864,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	2	500,00	15,0000	7.500,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	3	300,00	16,3300	4.899,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	4	100,00	11,3300	1.133,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	5	100,00	11,3300	1.133,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	6	100,00	20,0000	2.000,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	7	100,00	22,3300	2.233,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	8	100,00	31,6600	3.166,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	9	300,00	16,0000	4.800,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	10	300,00	16,6600	4.998,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	11	300,00	15,3300	4.599,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	12	400,00	16,6600	6.664,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	13	300,00	42,0000	12.600,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	14	500,00	41,6600	20.830,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	15	500,00	9,3300	4.665,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	16	500,00	9,3300	4.665,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	17	500,00	28,3300	14.165,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	18	500,00	3,8300	1.915,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	19	200,00	23,0000	4.600,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	20	200,00	3,1600	632,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	21	200,00	14,0000	2.800,0000

Total dos Proponentes

Nome da Proponente

Di Domenico & CIA LTDA ME

Total

115.861,00

II - **DETERMINAR** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da referida licitante.

Campo Erê – SC, Segunda-Feira, 29 de junho de 2020

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 426/2020

Publicação N° 2544343

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO n° 426/2020, na modalidade Pregão de n° **21/2020** tendo como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
POLIMEDICI ASSESSORIA E CONULTORIA EM MEDIC. DO TRABLHO LTDA	1	1	6,00	845,6000	5.073,6000
POLIMEDICI ASSESSORIA E CONULTORIA EM MEDIC. DO TRABLHO LTDA	1	2	400,00	45,9100	18.364,0000
POLIMEDICI ASSESSORIA E CONULTORIA EM MEDIC. DO TRABLHO LTDA	1	3	150,00	40,1068	6.016,0200
POLIMEDICI ASSESSORIA E CONULTORIA EM MEDIC. DO TRABLHO LTDA	1	4	25,00	42,0068	1.050,1700
POLIMEDICI ASSESSORIA E CONULTORIA EM MEDIC. DO TRABLHO LTDA	1	5	25,00	129,5200	3.238,0000
POLIMEDICI ASSESSORIA E CONULTORIA EM MEDIC. DO TRABLHO LTDA	1	6	20,00	483,2500	9.665,0000
POLIMEDICI ASSESSORIA E CONULTORIA EM MEDIC. DO TRABLHO LTDA	1	7	33,00	483,2500	15.947,2500
POLIMEDICI ASSESSORIA E CONULTORIA EM MEDIC. DO TRABLHO LTDA	1	8	2,00	482,5000	965,0000
POLIMEDICI ASSESSORIA E CONULTORIA EM MEDIC. DO TRABLHO LTDA	1	9	3,00	386,6400	1.159,9200
POLIMEDICI ASSESSORIA E CONULTORIA EM MEDIC. DO TRABLHO LTDA	1	10	4,00	386,6400	1.546,5600
POLIMEDICI ASSESSORIA E CONULTORIA EM MEDIC. DO TRABLHO LTDA	1	11	1,00	381,8000	381,8000

POLIMEDICI CONULTORIA TRABLHO LTDA	ASSESSORIA EM MEDIC.	E DO	1	12	7,00	381,8000	2.672,6000
POLIMEDICI CONULTORIA TRABLHO LTDA	ASSESSORIA EM MEDIC.	E DO	1	13	6,00	381,8000	2.290,8000
POLIMEDICI CONULTORIA TRABLHO LTDA	ASSESSORIA EM MEDIC.	E DO	1	14	1,00	469,5300	469,5300
POLIMEDICI CONULTORIA TRABLHO LTDA	ASSESSORIA EM MEDIC.	E DO	1	15	11,00	468,8000	5.156,8000
POLIMEDICI CONULTORIA TRABLHO LTDA	ASSESSORIA EM MEDIC.	E DO	1	16	8,00	125,6500	1.005,2000
POLIMEDICI CONULTORIA TRABLHO LTDA	ASSESSORIA EM MEDIC.	E DO	1	17	35,00	125,6500	4.397,7500

Total dos Proponentes

Nome da Proponente

**POLIMEDICI ASSESSORIA E CONULTORIA EM
MEDIC. DO TRABLHO LTDA**

Total

79.400,00

II - **DETERMINAR** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da referida licitante.

Campo Erê – SC, Segunda-Feira, 29 de junho de 2020.

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DL 449/2020

Publicação Nº 2543213

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 483/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 449/2020

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES que dispensou a Licitação com fundamento na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/02, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/07/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis:

a) Dispensa de Licitação Nº 449/2020.

b) Objeto A REFERIDA DISPENSA COMPLETA SOLICITADA PELO DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO VEM POR MEIO DESTA CONTRATAR EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO "SERVIDOR PUBLICO: DA CRITICA AO RECONHECIMENTO. DE TODA A EQUIPE DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. TAL CAPACITAÇÃO SERÁ REALIZADA ATRAVÉS DE VÍDEO TREINAMENTO PERSONALIZADO, RESPEITANDO ASSIM OS CÓDIGOS E DECRETOS DE PREVENÇÃO AO COVID-19.A CAPACITAÇÃO ESTARÁ DISPONÍVEL PELO PERÍODO DE 30 DIAS, A CONTAR DO DIA 29/06/2020 ATÉ 29/07/2020

Contratada: ACADEMIA POLI ADMINISTRATIVA

CNPJ: 26.715.067/0001-04

Valor: R\$ 3.750,00 (TRÊS MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS)

Publique-se.

Campo Erê - SC, 29 De Junho de 2020.

ODILSON VICENTE DE LIMA.

PREFEITO MUNICIPAL

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 27/2020

Publicação Nº 2544095

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 64/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2020

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 24 de julho de 2020 às 14h30min Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Lote, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS, FUNDOS E AUTARQUIAS MUNICIPAIS DE CAMPOS NOVOS - SC.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18:45h diariamente.

Campos Novos, 29 de junho de 2020.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020 - FHJA

Publicação Nº 2544581

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 22/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020

A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO torna público que fará realizar no dia 10 de julho de 2020, às 14h30min, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto a REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO EM AMBIENTES, ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA DA QUALIDADE DA ÁGUA E LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA, A FIM DE SUPRIR ÀS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 29 de junho de 2020.

Luanna Coninck Dalla Costa

Administradora Geral

DECRETO Nº 8.645/20 DE 25/06/2020. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 2544358

DECRETO Nº 8.645/20 DE 25/06/2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 265.729,85 (Duzentos e sessenta e cinco mil setecentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRASPORTE, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.010- Pavimentação e Asfaltamento de Ruas

Elementos de despesa: 190 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0050 – Aplicações Diretas R\$ 265.729,85

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído R\$ 265.729,85 do superávit recursos cessão onerosa.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 25 de junho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1477/2020

Publicação Nº 2544107

PORTARIA Nº 1.477/2020 de 19/06/2020

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.931/2019, QUE NOMEIA A COMISSÃO DE MONITORAMENTO ESPECIAL DAS PARCERIAS FIRMADAS POR MEIO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPOS NOVOS, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 E DECRETO MUNICIPAL Nº 8.089/2018.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município; e,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 que estabelece normas para as parcerias voluntárias envolvendo ou não recursos financeiros entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil;

Considerando o disposto no artigo 2º, inciso XI da Lei Federal nº 13.019/2014, que define a Comissão de Monitoramento e Avaliação como órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da Administração Pública; e

Considerado o disposto no artigo 59º, parágrafo segundo da Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece que no caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores, respeitadas as exigências desta Lei;

Considerando o Decreto Municipal nº 8.089/2018, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, o regime jurídico das parcerias instituído pela Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores municipais conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente abaixo mencionados para comporem a Comissão Especial de Monitoramento e Avaliação das parcerias firmadas entre o Município e OSC's através de planos de trabalho aprovados pelo referido Conselho:

- Presidente: Camila Girardi Borges
- Secretária: Andréia Zanotto Fagundes
- Membro: Gesiel Ribeiro
- Membro Suplente: Vinicius Serena

Art. 2º São atribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação: monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento, conforme regime da Lei Federal 13.019/2014 e do Decreto 8.089/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos, 19 de junho de 2020.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS**ADESÃO A PROCESSO LICITATÓRIO PP96/2019**

Publicação Nº 2544015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Caetano Carlos, 466 - Fone (49) 3541 0844 e (49) 3541 0834
CAMPOS NOVOS - 89620.000 - SANTA CATARINA
CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento

AVISO DE ADESÃO A PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 - PROCESSO DE COMPRA Nº 13/2020

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos torna público que, fez ADESÃO ao Processo de Compra nº 155/2019, Pregão Presencial 96/2019, da Prefeitura Municipal de Campos Novos, CNPJ: 82.939.232/0001-74, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA CONSERTO, MONTAGEM, GEOMETRIA, BALANCEAMENTO, RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS, FUNDOS E AUTARQUIAS MUNICIPAIS DE CAMPOS NOVOS - SC. O Processo de adesão que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, localizado na Rua Caetano Carlos, nº 466, no horário das 07h30min às 11:30h e das 13h30min às 17h30min diariamente.

LUCIANO CHIAMOLERA ANDONINI
DIRETOR DO SAMAE

EXT CT312020

Publicação Nº 2544106

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

CONTRATO CNO - 31/2020
Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº 04/2020
DATA DE ASSINATURA: 30 de junho de 2020
OBJETO: Aquisição de 01 Medidor de Vazão Ultrassônico Portátil.
CONTRATADA: Sanesoluti Comércio de Instrumentação e Controle Ltda (CNPJ 22.538.071/0001-85).
VALOR: R\$ 14.900,00 (Quatorze mil e novecentos reais).
PRAZO: 30/06/2020 à 30/07/2020.

LUCIANO CHIAMOLERA ANDONINI
DIRETOR DO SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL 10/2020

Publicação Nº 2544041

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Caetano Carlos, 466 - Fone (49) 3541 0844 e (49) 3541 0834
CAMPOS NOVOS - 89620.000 - SANTA CATARINA
CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1- LICITAÇÃO Nº 14/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2020

2- OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, COPA, COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS a fim de atender às necessidades da Autarquia, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses.

3- DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 09h00min do dia 10/07/2020, para abertura de invólucros. Credenciamento até 08h30min do dia 10/07/2020. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.samaecn.com.br ou no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua Caetano Carlos, nº 466, Centro em Campos Novos/SC, no seguinte horário: das 08h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

LUCIANO CHIAMOLERA ANDONINI
DIRETOR DO SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL 11/2020

Publicação Nº 2544076

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Caetano Carlos, 466 - Fone (49) 3541 0844 e (49) 3541 0834
CAMPOS NOVOS - 89620.000 - SANTA CATARINA
CNPJ – 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual – Isento

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos –SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1- LICITAÇÃO Nº 16/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020

2- OBJETO: Fornecimento de BIOCOMPOSTO PARA PROCESSOS DE MINERALIZAÇÃO E NEUTRALIZAÇÃO, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência do Edital.

3- DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 09h00min do dia 14/07/2020, para abertura de invólucros. Credenciamento até 08h30min do dia 14/07/2020. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.samaecn.com.br ou no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua Caetano Carlos, nº 466, Centro em Campos Novos/SC, no seguinte horário: das 08h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

LUCIANO CHIAMOLERA ANDONINI
DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 147/2020

Publicação Nº 2544282



Prefeitura de Canoinhas

Secretaria Municipal de Administração,
Finanças e Orçamento
Departamento de Leis e Decretos

DECRETO Nº. 147/2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.475 de 20/12/2019 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de **R\$ 168.436,00 (cento e sessenta e oito mil e quatrocentos e trinta e seis reais)**, com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas
Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa 08: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses
Ação 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.....150.000,00
Recursos 26710 – Transf. SUS Estado – MAC (RUE/CE/Ex./Transpl.)

II)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 365: Educação Infantil
Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
Ação 2.50 – Manutenção da Alimentação Escolar da Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.....15.092,00
Recursos 14310 – Progr. Nac. Alim. Pré-Escola - PNAP

III)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 366: Educação de Jovens e Adultos
Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
Ação 2.28 – Manutenção da Alimentação Escolar do EJA
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.....3.344,00
Recursos 14350 – Progr. Nac. Alim. Jovens e Adultos - EJA

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de **R\$ 168.436,00 (cento e sessenta e oito mil e quatrocentos e trinta e seis**

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você

Rua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas
Secretaria Municipal de Administração,
Finanças e Orçamento
Departamento de Leis e Decretos

reais), observando a arrecadação prevista e a arrecadação estimada no exercício de 2020, como é demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

<i>Recurso</i>	A <i>Valor previsto no exercício + Valores abertos</i>	B <i>Provável Arrecadação no exercício</i>	C <i>Provável Excesso de arrecadação no exercício (C=B-A)</i>	D <i>Valor a ser utilizado para fins deste decreto (D<=C)</i>
26710	518.800,00	668.800,00	150.000,00	150.000,00
14310	180.476,00	195.568,00	15.092,00	15.092,00
14350	1.008,00	4.352,00	3.344,00	3.344,00
TOTAL				168.436,00

Fonte: SMAFO/2020

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 29 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 29/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você

Rua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br

EDITAL Nº 34/2020 CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/SMS/2020

Publicação Nº 2543506

EDITAL Nº. 34/2020

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/SMS/2020

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 001/SMS/2020.

Considerando a necessidade de convocação de candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I deste Edital.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II e IX, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para contratação temporária, os candidatos a seguir relacionados (ANEXO I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo previsto no Edital nº. 001/SMS/2020, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

2. O não comparecimento do candidato ora convocado no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Processo Seletivo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 24 de junho de 2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº 34/2020

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: ODONTÓLOGO SUPORTE CEO

Nome: Giovana Carla Motter

CARGO: ODONTÓLOGO – 40H

Nome: Carla Luiza Rocha Gonçalves

EDITAL Nº 36/2020 CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/SMS/2020

Publicação Nº 2543513

EDITAL Nº. 36/2020

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/SMS/2020

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 001/SMS/2020.

Considerando a necessidade de convocação de candidatos aprovados para preencher o cargo de Técnico de Enfermagem – Samu.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II e IX, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para contratação temporária, os candidatos a seguir relacionados (ANEXO I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo previsto no Edital nº. 001/SMS/2020, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

2. O não comparecimento do candidato ora convocado no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Processo Seletivo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 25 de junho de 2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº 36/2020

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAMU

Nome: Debora Ferreira dos Santos

Nome: Fernanda Maieski

EDITAL Nº 37/2020 CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 005/SMS/2019.

Publicação Nº 2543511

EDITAL Nº. 37/2020

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 005/SMS/2019.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 005/SMS/2019.

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de Enfermeiro.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II e IX, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para contratação temporária, o candidato NILTON MACHADO DA SILVA, aprovado no Processo Seletivo previsto no Edital nº. 005/SMS/2019, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

2. O não comparecimento do candidato ora convocado no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Fica o candidato, convocado para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Processo Seletivo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° FMC 2-11/2018

Publicação N° 2543798

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMC 2-11/2018

Renovação

Fundação Cultural de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Dispensa por Justificativa N.º FMC DL2/2018

Data de assinatura: 29/06/2020.

Contratada: MARCOS EUCLIDES VIEIRA, Pessoa Física de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 242.579.150-72

Objeto Contratado: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CASA DA CULTURA.

Contratante: Fundação Cultural de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.216.925/0001-08.

Do valor : R\$ 10.200,00

Do prazo: A vigência que era até 17/12/2019, passará a ser até 31/12/2020.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

José Alfredo da Fonseca

Presidente de Órgão

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° PMC 1-07/2020

Publicação N° 2543807

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-07/2020

Prorrogação

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Concorrência N.º PMC CC22/2019

Data de assinatura: 29/06/2020.

Contratada: PRADO & PRADO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 23.153.183/0001-80

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS ALFREDO MAYER – TRECHO 2, COM EXTENSÃO DE 133,54 METROS E GUILHERME GONCHOROVSKI TRECHO 2A, NA EXTENSÃO DE 140,00 METROS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do prazo: A vigência que era até 30/06/2020, passará a ser até 31/12/2020.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° PMC 1-15/2020

Publicação N° 2543805

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-15/2020

Prorrogação

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Concorrência N.º PMC CC22/2019

Data de assinatura: 29/06/2020.

Contratada: PRADO & PRADO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 23.153.183/0001-80

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS ALFREDO MAYER – TRECHO 2, COM EXTENSÃO DE 133,54 METROS E GUILHERME GONCHOROVSKI TRECHO 2A, NA EXTENSÃO DE 140,00 METROS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do prazo: A vigência que era até 30/06/2020, passará a ser até 31/12/2020.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° PMC 1-46/2020

Publicação N° 2543313

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-46/2020

Outros

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Tomada de Preço N.º PMC TP05/2020

Data de assinatura: 24/06/2020.

Contratada: WR CONSTRUTORA & DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 30.150.827/0001-42

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A REALIZAÇÃO

DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL FERNANDO PESSOA, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. CONTRATO PMC 46/2020.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Onde lia-se: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente instrumento tem por objeto, a contratação de empresa especializada para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A REALIZAÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIO EDSON DE AGUIAR, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, e em conformidade com as especificações e condições constantes no Edital e seus anexos a que este Contrato se vincula.

Leia-se: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente instrumento tem por objeto, a contratação de empresa especializada para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A REALIZAÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL FERNANDO PESSOA, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, e em conformidade com as especificações e condições constantes no Edital e seus anexos a que este Contrato se vincula.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° PMC 11-72/2017

Publicação N° 2544194

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 11-72/2017

Prorrogação

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Concorrência N.º PMC CC7/2017

Data de assinatura: 29/06/2020.

Contratada: KEY CONSTRUCTION SOLUÇÕES RODOVIARIAS EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.771.614/0001-20

Objeto Contratado: EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DE 21 UNIDADES HABITACIONAIS SENDO: 18 NO LOTEAMENTO CAMPO DA ÁGUA VERDE E 03 NO LOTEAMENTO VILA VERDE, PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DE VIAS DO LOTEAMENTO VILA VERDE, TOTALIZANDO 6.204,00 M², PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA JOÃO CEZAR DE ANDRADE, NUM TOTAL DE 190,33 M² E CONSTRUÇÃO DE PRAÇA COM QUADRA DE ESPORTES, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do prazo: A vigência que era até 31/12/2018, passará a ser até 31/12/2020.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° PMC 2-24/2020

Publicação N° 2543316

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 2-24/2020

Acréscimo

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Tomada de Preço N.º PMC TP01/2020

Data de assinatura: 17/06/2020.

Contratada: GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 32.137.794/0001-26

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A REALIZAÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO QUIOSQUE DA PRAÇA LAURO MULLER, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 7.442,29

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° PMC 3-108/2018

Publicação N° 2543323

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 3-108/2018

Acréscimo

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Pregão Presencial N.º PMC PR98/2018

Data de assinatura: 16/06/2020.

Contratada: CLARO S.A., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 40.432.544/0001-47

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE DETÉM AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAR O SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM COBERTURA DE SINAL NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 1.388,40

Do prazo: A vigência que era até 31/12/2018, passará a ser até 31/12/2020.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° PMC 3-24/2020

Publicação N° 2543362

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 3-24/2020

Prorrogação

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Tomada de Preço N.º PMC TP01/2020

Data de assinatura: 29/06/2020.

Contratada: GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 32.137.794/0001-26

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A REALIZAÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO QUIOSQUE DA PRAÇA LAURO MULLER, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do prazo: A vigência que era até 30/06/2020, passará a ser até 30/07/2020.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° PMC 4-74/2019

Publicação N° 2543804

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 4-75/2019

Prorrogação

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Tomada de Preço N.º PMC TP15/2019

Data de assinatura: 29/06/2020.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA WILLIBALDO HOFFMANN, COM EXTENSÃO DE 183,628 M, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DE ACORDO COM O QUE SE ENCONTRA DEFINIDO NA ESPECIFICAÇÃO E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do prazo: A vigência que era até 31/12/2019, passará a ser até 31/12/2020.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° PMC 4-75/2019

Publicação N° 2543799

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 4-75/2019

Prorrogação

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Tomada de Preço N.º PMC TP15/2019

Data de assinatura: 29/06/2020.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA WILLIBALDO HOFFMANN, COM EXTENSÃO DE 183,628 M, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DE ACORDO COM O QUE SE ENCONTRA DEFINIDO NA ESPECIFICAÇÃO E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do prazo: A vigência que era até 31/12/2019, passará a ser até 31/12/2020.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº PMC 6-24/2019

Publicação Nº 2543324

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 6-24/2019

Supressão

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Pregão Presencial N.º PMC PR162/2018

Data de assinatura: 29/06/2020.

Contratada: ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.283.065/0001-41

Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇO DE HORAS DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA DA ÁREA FÍSICA INTERNA (SALAS, COZINHA, BANHEIROS, ESCADARIA, CORREDORES E AFINS) E EXTERNA (CALÇADAS, ESCADARIAS E AFINS) DE PRÉDIOS PÚBLICOS, HORAS DE SERVIÇO DE LAVADOR DE VEÍCULO, HORAS DE SERVIÇO DE RECEPCIONISTA E HORAS DE SERVIÇO DE AUXILIAR DE MECÂNICO, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E POLICIA CIVIL, INSTITUTO CANOINHENSE

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 53.894,75

Do prazo: A vigência que era até 31/12/2019, passará a ser até 31/12/2020.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº PMC 6-84/2018

Publicação Nº 2543935

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 6-84/2018

Prorrogação

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Tomada de Preço N.º PMC TP10/2018

Data de assinatura: 29/06/2020.

Contratada: SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.230.092/0001-08

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE REVEGETAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA, MEDINDO 17.084 M², SITUADA NO LOTEAMENTO VILA VERDE, MUNICÍPIO DE CANOINHAS, SEGUNDO A NORMATIVA IN Nº 16 - FATMA, COM DEMOLIÇÃO DE 21 (VINTE E UMA) CASAS QUE SE ENCONTRAM NA ÁREA, BEM COMO A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS, CONSTRUÇÃO DE CERCA DE ARAME LISO EM TODA A EXTENSÃO DA ÁREA, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTE EDITAL.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do prazo: A vigência que era até 30/06/2020, passará a ser até 31/12/2020.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº FMDR 06/2020

Publicação Nº 2543274

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMDR 06/2020

Fundo de Desenvolvimento Rural de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Pregão Presencial N.º FMDR PR02/2020

Data de assinatura: 16/06/2020

Contratada: CRISTAL TERRAPLENAGEM PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 35.185.797/0001-23

Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA, DESTINADAS AOS PROGRAMAS PORTEIRA ADENTRO E INCENTIVO A PECUÁRIA E INCENTIVO A PISCICULTURA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICIPIO DE CANOINHAS. CONTRATO FMDR 06/2020

Contratante: Fundo de Desenvolvimento Rural de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 114.600,00 (cento e quatorze mil e seiscentos reais)
Vigência: 16/06/2020 a 30/09/2020
A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº FMDR 07/2020

Publicação Nº 2543279

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMDR 07/2020
Fundo de Desenvolvimento Rural de Canoinhas
ESTADO DE SANTA CATARINA
Pregão Eletrônico N.º FMDR PE08/2020
Data de assinatura: 23/06/2020
Contratada: RODA BRASIL - REPRESENTACOES COMERCIO E SERVICOS L, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.332.890/0001-06
Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) NOVO, TOCO, COM CAÇAMBA BASCULANTE, CONVÊNIO MAPA - 893726/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 21000.093738/2019-09, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL. CONTRATO FMDR Nº 07/2020.
Contratante: Fundo de Desenvolvimento Rural de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.
Do valor : R\$ 277.790,00 (duzentos e setenta e sete mil e setecentos e noventa reais)
Vigência: 23/06/2020 a 30/08/2020
A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 48/2020

Publicação Nº 2543281

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 48/2020
Prefeitura Municipal de Canoinhas
ESTADO DE SANTA CATARINA
Dispensa por Justificativa N.º PMC DL10/2020
Data de assinatura: 19/06/2020
Contratada: JOSE ROBERTO TYSZKA, Pessoa Física de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 548.528.709-34
Objeto Contratado: LOCAÇÃO DE TERRENO PARA EXTRAÇÃO DE CASCALHO EM IMÓVEL NA LOCALIDADE DE TIRA FOGO.
Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.
Do valor : R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)
Vigência: 19/06/2020 a 30/09/2020
A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 49/2020

Publicação Nº 2543293

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 49/2020
Prefeitura Municipal de Canoinhas
ESTADO DE SANTA CATARINA
Pregão Eletrônico N.º PMC PE50/2020
Data de assinatura: 19/06/2020
Contratada: ACN COMERCIO DE PRODUTOS DE TRANSITO LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 73.628.307/0001-05
Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE RÁDIOS DE COMUNICAÇÃO PARA O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE CANOINHAS – DETRACAN, COMPREENDENDO TODAS AS DESPESAS RELACIONADAS À INSTALAÇÃO, HABILITAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DESTINADOS A SEGURANÇA PÚBLICA VIÁRIA EXERCIDA PARA A PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA E DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO SEU PATRIMÔNIO NAS VIAS PÚBLICAS, PARA O OPERACIONAL DO DETRACAN - FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO. CONTRATO PMC 49/2020.
Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.
Do valor : R\$ 24.701,00 (vinte e quatro mil e setecentos e um reais)
Vigência: 30/06/2020 a 30/06/2021
A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 50/2020

Publicação Nº 2543301

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 50/2020

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Pregão Presencial N.º PMC PR143/2019

Data de assinatura: 19/06/2020

Contratada: JOZIEL DEMBINSKI TRANSPORTES, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 26.847.222/0001-38

Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA DE M³/KILOMETRO RODADO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TRACADO TRUCADO – M³/KM RODADO CARREGADO.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)

Vigência: 19/06/2020 a 31/12/2020

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 51/2020

Publicação Nº 2543305

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 51/2020

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Pregão Presencial N.º PMC PR24/2020

Data de assinatura: 24/06/2020

Contratada: JOZIEL DEMBINSKI TRANSPORTES, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 26.847.222/0001-38

Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA DE HORAS DE SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA 18 E 20 TONELADAS, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DE CANOINHAS.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 37.400,00 (trinta e sete mil e quatrocentos reais)

Vigência: 24/06/2020 a 28/02/2021

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 52/2020

Publicação Nº 2543309

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 52/2020

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Tomada de Preço N.º PMC TP08/2020

Data de assinatura: 25/06/2020

Contratada: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.279.711/0001-60

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DE TALUDE E DRENAGEM NA E.B.M DE BARRA MANSA, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. CONTRATO Nº 52/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 105.510,62 (cento e cinco mil e quinhentos e dez reais e sessenta e dois centavos)

Vigência: 26/06/2020 a 30/10/2020

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

PORTARIA Nº 824/2020

Publicação Nº 2543503

PORTARIA Nº. 824/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, artigo 63 da LC 070/2019, resolve:

CONCEDER TRIÊNIO

Art. 1º - Fica concedido adicional correspondente a 6% (seis por cento) do vencimento a servidora REGEANE POLAKOSKI, efetiva no cargo de Enfermeiro, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2020, a partir do mês de junho/2020, conforme Memorando nº 10.758/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 825/2020

Publicação Nº 2543501

PORTARIA Nº. 825/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e artigo 83 da Lei Complementar 070/2019, resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação a THAIS LETICIA KUTACZ DO PRADO, efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, cuja licença será gozada no período de 19/06/2020 a 15/12/2020, conforme Memorando nº 10.789/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 826/2020

Publicação Nº 2543499

PORTARIA Nº. 826/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

REVOGAR

Art. 1º - Fica revogado o inteiro teor da Portaria nº 782/2017 que suspendeu a conversão em dinheiro de períodos de Férias e/ou Licença Prêmio.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 827/2020

Publicação Nº 2543500

PORTARIA Nº. 827/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias a servidora GRASIELLY CRISTINA ALVES, efetiva no cargo de Enfermeiro - ESF, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015 onde se extraiu 10 dias e 2018/2019 onde se extraiu 10 dias, a desfrutar no período de 13/07/2020 a 01/08/2020, conforme Memorando nº 10.671/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/06/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Capinzal

PREFEITURA

ERRATA CONTRATOS FMS: 0084; 0092 E 0095

Publicação Nº 2544245

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Trata-se de correção de erro material verificado nos extratos dos Contratos do Fundo Municipal de Saúde:

Onde se lê: CONTRATO 0084/2020 Leia-se: CONTRATO 0032/2020

Onde se lê: CONTRATO 0092/2020 Leia-se: CONTRATO 0033/2020

Onde se lê: CONTRATO 0095/2020 Leia-se: CONTRATO 0034/2020

Capinzal, 29 de junho de 2020.

PORTARIA 0626/2020

Publicação Nº 2543757

PORTARIA Nº 0626, DE 08 DE ABRIL DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV, artigo 7º - A da Lei nº 3.149/2014, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 08 de abril de 2020, Jessica Paula Soster Tides, matrícula nº 410187/03, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 08 de abril de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

THIAGO CASARA
Secretário da Assistência Social

PORTARIA 0691/2020

Publicação Nº 2543755

PORTARIA Nº 0691, DE 04 DE MAIO DE 2020

Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 04 de maio de 2020, Samara Leorato Cordeiro, matrícula nº 410561/01, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação na Secretaria da Assistência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

THIAGO CASARA
Secretário da Assistência Social

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Samara Leorato Cordeiro

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Nilvo Dorini, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Sr^a. Samara Leorato Cordeiro, matrícula nº 410561/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nomeada pela Portaria nº 0691/2020.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, empenhando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 04 de maio de 2020

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 0699/2020

Publicação Nº 2544073

PORTARIA Nº 0699, DE 06 DE MAIO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 1050/2020, a contar de 06 de maio de 2020, Ederson Antonio Nesello, matrícula nº 410203/02, ocupante do cargo de Operador de Motoniveladora, nível 431, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

NADIR DURLI
Secretário da Infraestrutura

PORTARIA 0700/2020

Publicação Nº 2544071

PORTARIA Nº 0700, DE 06 DE MAIO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, a contar de 06 de maio de 2020, Maximino Vicente Tenutti Jr., matrícula nº 410240/02, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, nível 200, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

NADIR DURLI
Secretário da Infraestrutura

PORTARIA 0701/2020

Publicação N° 2543759

PORTARIA N° 0701, DE 07 DE MAIO DE 2020

Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 07 de maio de 2020, Ademir Masson, matrícula nº 410401/02, para exercer o cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina Leve, nível 199, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

LEIMAR BERNARDI
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Ademir Masson

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Nilvo Dorini, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Ademir Masson, matrícula nº 410401/02, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina Leve, nomeado pela Portaria nº 0701/2020.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, empenhando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 07 de maio de 2020

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 0702/2020

Publicação N° 2544062

PORTARIA N° 0702, DE 07 DE MAIO DE 2020

Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 07 de maio de 2020, Maximino Vicente Tenutti Jr., matrícula nº 410240/03, para exercer o cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina Pesada, nível 200, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação na Secretaria da Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

NADIR DURLI
Secretário da Infraestrutura

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Maximino Vicente Tenutti Jr.

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Nilvo Dorini, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Maximino Vicente Tenutti Jr., matrícula nº 410240/03, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina Pesada, nomeado pela Portaria nº 0702/2020.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 07 de maio de 2020

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 0703/2020

Publicação Nº 2544064

PORTARIA Nº 0703, DE 07 DE MAIO DE 2020

Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 07 de maio de 2020, Renato Cesar Silva, matrícula nº 410560/01, para exercer o cargo de provimento efetivo de Pedreiro, nível 212, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação na Secretaria da Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

NADIR DURLI
Secretário da Infraestrutura

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Renato Cesar Silva

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Nilvo Dorini, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Renato Cesar Silva, matrícula nº 410560/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Pedreiro, nomeado pela Portaria nº 0703/2020.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 07 de maio de 2020

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 0704/2020

Publicação N° 2544034

PORTARIA N° 0704, DE 07 DE MAIO DE 2020

Altera disposto em portaria

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Altera o disposto na portaria nº 0038/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

31316501	LEILA VIEIRA KERSCHNER DAMBROS	02/01/2019	01/01/2020	06 A 15/01/2020	10
				04 A 23/05/2020	

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças**PORTARIA 0705/2020**

Publicação N° 2544066

PORTARIA N° 0705, DE 07 DE MAIO DE 2020

Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 07 de maio de 2020, Ederson Antonio Nesello, matrícula nº 410203/03, para exercer o cargo de provimento efetivo de Operador de Motoniveladora, nível 431, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação na Secretaria da Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

NADIR DURLI
Secretário da Infraestrutura**TERMO DE POSSE E COMPROMISSO**

Termo de Posse e Compromisso prestado por Ederson Antonio Nesello

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Nilvo Dorini, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Ederson Antonio Nesello, matrícula nº 410203/03, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina Motoniveladora, nomeado pela Portaria nº 0705/2020.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 07 de maio de 2020

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 0719/2020

Publicação N° 2544053

PORTARIA N° 0719, DE 14 DE MAIO DE 2020

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Prorrogar Licença Maternidade Especial, pelo período de 14 de maio a 12 de julho de 2020, conforme requerimento protocolado sob o nº 1069/2020, da servidora Juliana Aparecida Rodrigues, matrícula nº 410310/01, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0723/2020

Publicação N° 2543761

PORTARIA N° 0723, DE 18 DE MAIO DE 2020

Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 18 de maio de 2020, Fernando Moro, matrícula nº 410562/01, para exercer o cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina Leve, nível 199, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 18 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

LEIMAR BERNARDI
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Fernando Moro

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Nilvo Dorini, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Fernando Moro, matrícula nº 410562/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina Leve, nomeado pela Portaria nº 0723/2020.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 18 de maio de 2020

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 0727/2020

Publicação N° 2544074

PORTARIA N° 0727, DE 18 DE MAIO DE 2020
Concede Licença Prêmio a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei Complementar n° 167, de 21 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o n° 174036/2019, à servidora Priscila Previde da Rosa, matrícula n° 332674/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar n° 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 29 de janeiro de 2013 a 28 de janeiro de 2018, pelo período de 01 de maio a 31 de julho de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

NADIR DURLI
Secretário da Infraestrutura

PORTARIA 0730/2020

Publicação N° 2544056

PORTARIA N° 0730, DE 20 DE MAIO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, a contar de 20 de maio de 2020, Ronaldo Machado dos Santos, matrícula n° 317950/03, ocupante do cargo de Médico, nível 179, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar n° 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0731/2020

Publicação N° 2544055

PORTARIA N° 0731, DE 20 DE MAIO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o n° 1196/2020, a contar de 20 de maio de 2020, Rafaella Mattos Weber, matrícula n° 410557/01, ocupante do cargo de Médico, nível 179, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar n° 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0732/2020

Publicação N° 2544038

PORTARIA N° 0732, DE 21 DE MAIO DE 2020
Concede Licença Prêmio a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei Complementar n° 167, de 21 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o n° 424/2020, à servidora Marcela Darga Paza, matrícula n° 331309/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretário de Escola, nível 261, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar n° 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 25 de maio de 2012 a 20 de maio de 2017, pelo período de 21 de maio a 20 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 21 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0733/2020

Publicação N° 2544049

PORTARIA N° 0733, DE 21 DE MAIO DE 2020

Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar n° 006, de 05 de março de 1991 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 21 de maio de 2020, Ronaldo Machado dos Santos, matrícula n° 317950/04, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico, nível 178, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar n° 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação na Unidade Sanitária Central.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 21 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Ronaldo Machado dos Santos

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Nilvo Dorini, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Ronaldo Machado dos Santos, matrícula n° 317950/04, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Médico, nomeado pela Portaria n° 0733/2020.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 21 de maio de 2020

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 0734/2020

Publicação Nº 2544051

PORTARIA Nº 0734, DE 21 DE MAIO DE 2020

Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 21 de maio de 2020, Rafaella Mattos Weber, matrícula nº 410557/02, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico, nível 178, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação no ESF Lar Imóveis.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 21 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Rafaella Mattos Weber

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Nilvo Dorini, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª. Rafaella Mattos Weber, matrícula nº 410557/02, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Médico, nomeado pela Portaria nº 0734/2020.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 21 de maio de 2020

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 0737/2020

Publicação Nº 2544040

PORTARIA Nº 0737, DE 25 DE MAIO DE 2020

Cessa efeito de portaria

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar efeito da portaria nº 497/2015, que colocou a servidora Leila Vieira Kerschner Dambros, matrícula nº 313165/01, ocupante do cargo de Escriturário, nível 153, referência J, conforme o anexo I da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, à disposição da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 25 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0738/2020

Publicação Nº 2544068

PORTARIA Nº 0738, DE 25 DE MAIO DE 2020

Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 25 de maio de 2020, Cleverson Luiz Nesello, matrícula nº 410563/01, para exercer o cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina Motoniveladora, nível 431, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação na Secretaria da Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 25 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

NADIR DURLI
Secretário da Infraestrutura

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Cleverson Luiz Nesello

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Nilvo Dorini, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Cleverson Luiz Nesello, matrícula nº 410563/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Operador de Motoniveladora, nomeado pela Portaria nº 0738/2020.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, empenhando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 25 de maio de 2020

Empossado

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 0036/2020 PROCESSO LICITATÓRIO 0077/2020

Publicação Nº 2544014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0077/2020
Pregão Presencial Nº 0036/2020
MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de mão de obra e fornecimento de material para instalação de aproximadamente 503 luminárias de LED, na rede de iluminação pública do Município de Capinzal/SC, nas Ruas: Luiz Dorini; Francisco Helt; Enir Edgar Fleck; Aparício Ribeiro; João Evangelista Parizotto e Avenida José Leonardo dos Santos. Com Recursos Próprios.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os Envelopes de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇO dos interessados protocolo até às 07h55min do dia 10/07/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 10/07/2020 às 08h00min.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: www.capinzal.sc.gov.br ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zóccoli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Contato: pelo telefone 49 3555-8711 e 3555-8769 ou pelo e-mail licitacoes@capinzal.sc.gov.br.

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal:

Capinzal/SC, 29 de junho de 2020.

NADIR DURLI
SECRETÁRIO INFRAESTRUTURA
MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Catanduvas

PREFEITURA

ANULAÇÃO - PROCESSO Nº 0025/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0017/2020

Publicação Nº 2544654

Processo nº 0025/2020

Pregão Presencial nº 0017/2020

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de Serviços Profissionais nas áreas de Coral, Capoeira, Violão e Fanfarra Municipal, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do município de Catanduvas - SC.

Considerando o Decreto Municipal nº 2.594/2020 de 31 de março de 2020 e publicação de suspensão por tempo indeterminado do Pregão Presencial nº 0017/2020, tendo como objeto a contratação de serviços profissionais visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, do dia 31 de março de 2020;

Considerando, a necessidade de correção dos valores orçados para lançamento do processo licitatório, decide-se anular o referido processo antes de seu tramite e para posterior lançar novo processo ajustado.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, fundamentado no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

RESOLVE

Declarar ANULAR o Processo Licitatório autuado sob o nº 0025/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 0017/2020, em razão do interesse público, pelo motivo supracitado.

Catanduvas, 29 de junho de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ANULAÇÃO - PROCESSO Nº 0026/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0018/2020

Publicação Nº 2544653

Processo nº 0026/2020

Pregão Presencial nº 0018/2020

Objeto: Registro de Preços para futura contratação de Serviços de Arbitragem para Campeonatos Esportivos, destinados à manutenção do Esporte Municipal, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do município de Catanduvas - SC.

Considerando o Decreto Municipal nº 2.594/2020 de 31 de março de 2020 e publicação de suspensão por tempo indeterminado do Pregão Presencial nº 0018/2020, tendo como objeto a contratação de serviços de arbitragem para campeonatos esportivos, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, do dia 31 de março de 2020;

Considerando, a necessidade de correção dos valores orçados para lançamento do processo licitatório, decide-se anular o referido processo antes de seu tramite e para posterior lançar novo processo ajustado.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, fundamentado no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

RESOLVE

Declarar ANULAR o Processo Licitatório autuado sob o nº 0026/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 0018/2020, em razão do interesse público, pelo motivo supracitado.

Catanduvas, 29 de junho de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ANULAÇÃO -PROCESSO Nº 0027/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019/2020

Publicação Nº 2544652

Processo nº 0027/2020

Pregão Presencial nº 0019/2020

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de sonorização, iluminação, montagem e desmontagem de equipamentos em eventos e atividades promovidas pela Secretaria de Assistência Social e Fundo Municipal de Direito dos Idosos do Município de Catanduvas – SC.

Considerando o Decreto Municipal nº 2.594/2020 de 31 de março de 2020 e publicação de suspensão por tempo indeterminado do Pregão Presencial nº 0019/2020, tendo como objeto a contratação de serviços de sonorização e iluminação de eventos promovidos pelas

Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, e Secretaria de Assistência Social, do dia 31 de março de 2020; Considerando, a necessidade de correção dos valores orçados para lançamento do processo licitatório, decide-se anular o referido processo antes de seu tramite e para posterior lançar novo processo ajustado.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, fundamentado no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

RESOLVE

Declarar ANULAR o Processo Licitatório autuado sob o nº 0027/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 0019/2020, em razão do interesse público, pelo motivo supracitado.

Catanduvas, 29 de junho de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0055/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2020 REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2020

Publicação Nº 2544659

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0055/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2020
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2020

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.414/0001-45, neste município de Catanduvas, SC, CEP 89.670-000, representado neste ato pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, portador do CPF/MF sob nº 195.397.549-68, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 1.649/2010 e 2.247/2017, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 0026/2020 para Registro de Preços nº 0021/2020, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa BORILLI PNEUS LTDA, com sede na Rodovia RS 463 Km 03, Bairro Industrial, município de Tapejara – RS, CEP 99.950-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 88.644.877/0001-66, representada neste ato pelo Sr. Janei Moccelin, portador do CPF nº 324.969.150-04, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de recapagens de pneus, visando à manutenção da frota oficial do Município de Catanduvas - SC, de acordo com as especificações a seguir.
2. Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa de compra para 12 (doze) meses, a aquisição dos serviços será de forma parcelada e de acordo com as necessidades da Prefeitura, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo.
- 1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, serviços de entrega, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
07	30	Un	VIPAL	Recauchutagem pneu 17,5 x 25 borrachudo.	1.090,00	32.700,00
15	08	Un	VIPAL	Recauchutagem de pneu 225/65 R16, tipo A.	220,00	1.760,00
				TOTAL		R\$ 34.460,00

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:
 - 1.1. A retirada e ou entrega do material, será de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria responsável, e deverão ser entregues em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA ATA, em locais indicados na ordem de fornecimento, sempre no território do município de Catanduvas, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, conforme o produto.
2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.
3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade

e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal 142/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O Município de Catanduvas - SC efetuará o pagamento do objeto desta licitação a partir do 12º dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal nº 01/2011, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do órgão competente de cada ENTIDADE PARTICIPANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Catanduvas - SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

1.6. Os fiscais de Contrato para este processo serão os Srs. Maurício Felipp e Marcos de Souza.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;

2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

2.6. Entregar o produto, objeto deste documento, somente se houver a autorização prévia por parte da Secretaria solicitante, ciente de que o não cumprimento desta obrigação acarretará no não pagamento do débito.

2.7. Realizar o serviço de montagem e desmontagem dos pneus sem nenhum custo adicional ao município.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

a) Pelo atraso injustificado na entrega objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às seguintes penalidades:

- multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) do valor contratual.

- multa de 20% (vinte por cento) sobre a obrigação não cumprida, rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e aplicação da sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, pelo atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Autorização de

Fornecimento.

b) Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) serviço(s) não prestado(s).

3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no sítio do município de Catanduvas e no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0026/2020 e a proposta da Detentora da Ata.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

4. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprir fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Catanduvas, SC, 26 de junho de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS	JANEI MOCCELIN
Prefeito Municipal	Borrili Pneus Ltda
ÓRGÃO GERENCIADOR	DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0056/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2020 REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2020

Publicação Nº 2544660

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0056/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2020
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2020

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.414/0001-45, neste município de Catanduvras, SC, CEP 89.670-000, representado neste ato pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, portador do CPF/MF sob nº 195.397.549-68, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 1.649/2010 e 2.247/2017, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 0026/2020 para Registro de Preços nº 0021/2020, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa F.M. PNEUS LTDA, com sede na Rodovia SC 453 Km 52,9 - Bairro Industrial, município de Videira - SC, CEP 89.560-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.374.845/0004-91, representada neste ato pelo Sr. Francisco João Antonelo, portador do CPF nº 749.261.799-20, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de recapagens de pneus, visando à manutenção da frota oficial do Município de Catanduvras - SC, de acordo com as especificações a seguir.
2. Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa de compra para 12 (doze) meses, a aquisição dos serviços será de forma parcelada e de acordo com as necessidades da Prefeitura, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo.
- 1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, serviços de entrega, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
01	50	Un	VIPAL	Recauchutagem pneu 1000 x 20 radial.	395,00	19.750,00
14	08	Un	VIPAL	Recauchutagem de pneu 215x75 R 17,5 tipo A. Fabricação Nacional.	240,00	1.920,00
16	04	Un	VIPAL	Recauchutagem de pneu 225/75 R16.	215,00	860,00
					TOTAL	R\$ 22.530,00

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:
 - 1.1. A retirada e ou entrega do material, será de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria responsável, e deverão ser entregues em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA ATA, em locais indicados na ordem de fornecimento, sempre no território do município de Catanduvras, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, conforme o produto.
2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.
3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.
4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal 142/2013.
2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O Município de Catanduvras - SC efetuará o pagamento do objeto desta licitação a partir do 12º dia do mês subsequente ao fornecimento,

mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal nº 01/2011, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente de cada ENTIDADE PARTICIPANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Catanduvas - SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

1.6. Os fiscais de Contrato para este processo serão os Srs. Maurício Felipp e Marcos de Souza.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;

2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

2.6. Entregar o produto, objeto deste documento, somente se houver a autorização prévia por parte da Secretaria solicitante, ciente de que o não cumprimento desta obrigação acarretará no não pagamento do débito.

2.7. Realizar o serviço de montagem e desmontagem dos pneus sem nenhum custo adicional ao município.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

a) Pelo atraso injustificado na entrega objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às seguintes penalidades:

- multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) do valor contratual.

- multa de 20% (vinte por cento) sobre a obrigação não cumprida, rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e aplicação da sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, pelo atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

b) Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) serviço(s) não prestado(s).

3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:
 - 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
 - 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
 - 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - 1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;
2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.
3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no sítio do município de Catanduvas e no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.
4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.
5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.
 - 1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.
 - 1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0026/2020 e a proposta da Detentora da Ata.
2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.
4. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Catanduvas, SC, 26 de junho de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS	FRANCISCO JOÃO ANTONELLO
Prefeito Municipal	F.M. Pneus Ltda
ÓRGÃO GERENCIADOR	DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0057/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2020 REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2020

Publicação Nº 2544661

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0057/2020

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2020
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2020**

O **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.414/0001-45, neste município de Catanduvas, SC, CEP 89.670-000, representado neste ato pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, portador do CPF/MF sob nº 195.397.549-68, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 1.649/2010 e 2.247/2017, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 0026/2020 para Registro de Preços nº 0021/2020**, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **GIARETTA PNEUS EIRELI**, com sede na Avenida Paludo, 996, Bairro São João, município de Seara - SC, CEP 89.770-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.708.660/0001-96, representada neste ato pelo Sr. Doraci Francisco Giaretta, portador do CPF nº 592.394.259-34, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente **ATA** tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de recapagens de pneus, visando à manutenção da frota oficial do Município de Catanduvas - SC**, de acordo com as especificações a seguir.
2. Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa de compra para **12 (doze) meses**, a aquisição dos serviços será de **forma parcelada e de acordo com as necessidades da Prefeitura**, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo.
- 1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, **serviços de entrega**, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
08	20	Un	BOREX	Recaputagem pneu 19,5 x 24.	1.195,00	23.900,00
					TOTAL	R\$ 23.900,00

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. A retirada e ou entrega do material, será de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria responsável, e deverão ser entregues em até **10 (dez) dias corridos**, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA ATA, em locais indicados na ordem de fornecimento, sempre no território do município de Catanduvas, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, conforme o produto.

2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.

3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal 142/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao **órgão gerenciador** da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O Município de Catanduvas - SC efetuará o pagamento do objeto desta licitação a partir do 12º dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal nº 01/2011, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o **“CERTIFICO”** pelo responsável do órgão competente de cada **ENTIDADE PARTICIPANTE**, autorizado para o recebimento, devidamente

assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Catanduvas - SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à DETENTORA DA ATA da aplicação de qualquer sanção.

1.6. Os fiscais de Contrato para este processo serão os Srs. Maurício Felipp e Marcos de Souza.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;

- 2.5.** Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.
- 2.6.** Entregar o produto, objeto deste documento, somente se houver a autorização prévia por parte da Secretaria solicitante, ciente de que o não cumprimento desta obrigação acarretará no não pagamento do débito.
- 2.7.** Realizar o serviço de montagem e desmontagem dos pneus sem nenhum custo adicional ao município.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

a) Pelo atraso injustificado na entrega objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às seguintes penalidades:

- multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) do valor contratual.

- multa de 20% (vinte por cento) sobre a obrigação não cumprida, rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e aplicação da sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, pelo atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

b) Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) serviço(s) não prestado(s).

3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no sítio do município de Catanduvas e no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o edital do **Pregão Presencial nº 0026/2020** e a proposta da Detentora da Ata.
2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.
4. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Catanduvas, SC, 26 de junho de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal
ÓRGÃO GERENCIADOR

DORACI FRANCISCO GIARETTA
Giaretta Pneus Eireli
DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

01.
Nome:
CPF:

02.
Nome:
CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0058/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2020 REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2020

Publicação Nº 2544662

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0058/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2020
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2020

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.414/0001-45, neste município de Catanduvas, SC, CEP 89.670-000, representado neste ato pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, portador do CPF/MF sob nº 195.397.549-68, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 1.649/2010 e 2.247/2017, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 0026/2020 para Registro de Preços nº 0021/2020, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa GRANDO PNEUS LTDA, com sede na Avenida Juscelino K. de Oliveira, 8.860, Bairro Santa Terezinha, município de Vacaria - RS, CEP 95.201-064, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.562.696/0001-38, representada neste ato pelo Sr. José Antonio Grando Neto, portador do CPF nº 350.407.930-49, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de recapagens de pneus, visando à manutenção da frota oficial do Município de Catanduvas - SC, de acordo com as especificações a seguir.
2. Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa de compra para 12 (doze) meses, a aquisição dos serviços será de forma parcelada e de acordo com as necessidades da Prefeitura, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo.
- 1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, serviços de entrega, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
03	20	Un	RUZI	Recaputagem pneu 12,5 x 80 x 18	835,00	16.700,00
04	20	Un	RUZI	Recaputagem pneu 12 x16,5.	680,00	13.600,00
					TOTAL	R\$ 30.300,00

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:
 - 1.1. A retirada e ou entrega do material, será de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria responsável, e deverão ser entregues em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA ATA, em locais indicados na ordem de fornecimento, sempre no território do município de Catanduvas, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, conforme o produto.
2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.
3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.
4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal 142/2013.
2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O Município de Catanduvas - SC efetuará o pagamento do objeto desta licitação a partir do 12º dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal nº 01/2011, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.
 - 1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente de cada ENTIDADE PARTICIPANTE,

autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Catanduvas - SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

1.6. Os fiscais de Contrato para este processo serão os Srs. Maurício Felipp e Marcos de Souza.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;

2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

2.6. Entregar o produto, objeto deste documento, somente se houver a autorização prévia por parte da Secretaria solicitante, ciente de que o não cumprimento desta obrigação acarretará no não pagamento do débito.

2.7. Realizar o serviço de montagem e desmontagem dos pneus sem nenhum custo adicional ao município.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

a) Pelo atraso injustificado na entrega objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às seguintes penalidades:

- multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) do valor contratual.

- multa de 20% (vinte por cento) sobre a obrigação não cumprida, rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e aplicação da sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, pelo atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

b) Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) serviço(s) não prestado(s).

3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem

justificativa aceitável;

- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;
2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.
3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no sítio do município de Catanduvas e no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.
4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.
5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.
 - 1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.
 - 1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0026/2020 e a proposta da Detentora da Ata.
2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.
4. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprir fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Catanduvas, SC, 26 de junho de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS	JOSÉ ANTONIO GRANDO NETO
Prefeito Municipal	Grando Pneus Ltda
ÓRGÃO GERENCIADOR	DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0059/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2020 REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2020

Publicação Nº 2544663

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0059/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2020

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.414/0001-45, neste município de Catanduvas, SC, CEP 89.670-000, representado neste ato pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, portador do CPF/MF sob nº 195.397.549-68, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 1.649/2010 e 2.247/2017, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 0026/2020 para Registro de Preços nº 0021/2020, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa IVANETE CARRARO CASARIL EIRELI - ME, com sede na Rua Venceslau Brás, 2.055, Bairro Centro-Oeste, neste município de Catanduvas – SC, CEP 89.670-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.455.552/0001-90, representada neste ato pela Sra. Ivanete Carraro Casaril, portadora do CPF nº 031.570.049-13, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de recapagens de pneus, visando à manutenção da frota oficial do Município de Catanduvas - SC, de acordo com as especificações a seguir.
2. Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa de compra para 12 (doze) meses, a aquisição dos serviços será de forma parcelada e de acordo com as necessidades da Prefeitura, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo.
- 1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, serviços de entrega, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
02	50	Un	BREBOR	Recauchutagem de pneu 275/ 80 x 22,5 borrachudo radial.	509,50	25.475,00
06	30	Un	DREBOR	Recauchutagem pneu 1400 x 24 , borrachudo.	1.100,00	33.000,00
					TOTAL	R\$ 58.475,00

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:
 - 1.1. A retirada e ou entrega do material, será de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria responsável, e deverão ser entregues em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA ATA, em locais indicados na ordem de fornecimento, sempre no território do município de Catanduvas, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, conforme o produto.
 2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.
 3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.
 4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal 142/2013.
2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O Município de Catanduvas - SC efetuará o pagamento do objeto desta licitação a partir do 12º dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal nº 01/2011, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.
 - 1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do órgão competente de cada ENTIDADE PARTICIPANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.
 - 1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.
 - 1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Catanduvas - SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.
 - 1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.
2. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.
3. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.
4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.
5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

- 1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
- 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.
- 1.6. Os fiscais de Contrato para este processo serão os Srs. Maurício Felipp e Marcos de Souza.

2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;
- 2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.
- 2.6. Entregar o produto, objeto deste documento, somente se houver a autorização prévia por parte da Secretaria solicitante, ciente de que o não cumprimento desta obrigação acarretará no não pagamento do débito.
- 2.7. Realizar o serviço de montagem e desmontagem dos pneus sem nenhum custo adicional ao município.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.
2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

- a) Pelo atraso injustificado na entrega objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às seguintes penalidades:

- multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) do valor contratual.
- multa de 20% (vinte por cento) sobre a obrigação não cumprida, rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e aplicação da sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, pelo atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

- b) Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) serviço(s) não prestado(s).

3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;
2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.
3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no sítio do município de Catanduvas e no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.
4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.
5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

- 1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma

autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0026/2020 e a proposta da Detentora da Ata.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

4. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprir fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Catanduvas, SC, 26 de junho de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS	IVANETE CARRARO CASARIL
Prefeito Municipal	Ivanete Carraro Casaril Eireli -ME
ÓRGÃO GERENCIADOR	DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0060/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2020 REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2020

Publicação Nº 2544664

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0060/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2020

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.414/0001-45, neste município de Catanduvas, SC, CEP 89.670-000, representado neste ato pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, portador do CPF/MF sob nº 195.397.549-68, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 1.649/2010 e 2.247/2017, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 0026/2020 para Registro de Preços nº 0021/2020, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP, com sede na Rua Duque de Caxias, 314, Bairro Centro, município de Rio dos Cedros – SC, CEP 89.121-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.989.086/0001-27, representada neste ato pela Sra. Simone Patrícia Kloppel Nicolodelli, portadora do CPF nº 891.765.459-20, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de recapagens de pneus, visando à manutenção da frota oficial do Município de Catanduvas - SC, de acordo com as especificações a seguir.

2. Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa de compra para 12 (doze) meses, a aquisição dos serviços será de forma parcelada e de acordo com as necessidades da Prefeitura, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo.

1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, serviços de entrega, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
12	20	Un	RUBBERNEW	Recauchutagem pneu 12 x 4 x 24.	599,90	11.998,00
13	20	Un	RUBBERNEW	Recauchutagem pneu 18 x 4 x 15 x 30.	1.295,00	25.900,00
				TOTAL		R\$ 37.898,00

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. A retirada e ou entrega do material, será de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria responsável, e deverão ser entregues em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA ATA, em locais indicados na ordem de fornecimento, sempre no território do município de Catanduvas, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, conforme o produto.

2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.

3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal 142/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O Município de Catanduvas - SC efetuará o pagamento do objeto desta licitação a partir do 12º dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal nº 01/2011, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do órgão competente de cada ENTIDADE PARTICIPANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Catanduvas - SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

1.6. Os fiscais de Contrato para este processo serão os Srs. Maurício Felipp e Marcos de Souza.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;

2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

2.6. Entregar o produto, objeto deste documento, somente se houver a autorização prévia por parte da Secretaria solicitante, ciente de que o não cumprimento desta obrigação acarretará no não pagamento do débito.

2.7. Realizar o serviço de montagem e desmontagem dos pneus sem nenhum custo adicional ao município.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos,

enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

a) Pelo atraso injustificado na entrega objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às seguintes penalidades:

- multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) do valor contratual.

- multa de 20% (vinte por cento) sobre a obrigação não cumprida, rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e aplicação da sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, pelo atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

b) Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) serviço(s) não prestado(s).

3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no sítio do município de Catanduvas e no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0026/2020 e a proposta da Detentora da Ata.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

4. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprir fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Catanduvas, SC, 26 de junho de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS	SIMONE PATRÍCIA KLOPPPEL NICOLODELLI
Prefeito Municipal	Recauchutadora de Pneus Neri Ltda EPP
ÓRGÃO GERENCIADOR	DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0061/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2020 REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2020

Publicação Nº 2544665

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0061/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2020
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2020

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.414/0001-45, neste município de Catanduvras, SC, CEP 89.670-000, representado neste ato pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, portador do CPF/MF sob nº 195.397.549-68, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 1.649/2010 e 2.247/2017, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 0026/2020 para Registro de Preços nº 0021/2020, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA, com sede na Rua Alcebiades Tonin, 100, Bairro Área Industrial, município de Erechim – RS, CEP 99.706-450, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.018.340/0001-08, representada neste ato pelo Sr. Gladir Antonio Dariva, portador do CPF nº 636.436.850-68, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de recapagens de pneus, visando à manutenção da frota oficial do Município de Catanduvras - SC, de acordo com as especificações a seguir.
2. Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa de compra para 12 (doze) meses, a aquisição dos serviços será de forma parcelada e de acordo com as necessidades da Prefeitura, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo.
- 1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, serviços de entrega, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
05	20	Un	VIPAL	Recapachutagem pneu 14 - 17,5.	663,00	13.260,00
09	10	Un	VIPAL	Recapachutagem pneu 7,50 x 16.	200,00	2.000,00
10	10	Un	VIPAL	Recapachutagem pneu 7.50 x 18.	250,00	2.500,00
11	08	Un	VIPAL	Recapachutagem de pneu 23,1 x 26.	2.000,00	16.000,00
					TOTAL	R\$ 33.760,00

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:
 - 1.1. A retirada e ou entrega do material, será de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria responsável, e deverão ser entregues em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA ATA, em locais indicados na ordem de fornecimento, sempre no território do município de Catanduvras, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, conforme o produto.
2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.
3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.
4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal 142/2013.
2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O Município de Catanduvras - SC efetuará o pagamento do objeto desta licitação a partir do 12º dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos,

nos termos do art. 5º da lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal nº 01/2011, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente de cada ENTIDADE PARTICIPANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Catanduvas - SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

1.6. Os fiscais de Contrato para este processo serão os Srs. Maurício Felipp e Marcos de Souza.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;

2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

2.6. Entregar o produto, objeto deste documento, somente se houver a autorização prévia por parte da Secretaria solicitante, ciente de que o não cumprimento desta obrigação acarretará no não pagamento do débito.

2.7. Realizar o serviço de montagem e desmontagem dos pneus sem nenhum custo adicional ao município.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

a) Pelo atraso injustificado na entrega objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às seguintes penalidades:

- multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) do valor contratual.

- multa de 20% (vinte por cento) sobre a obrigação não cumprida, rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e aplicação da sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, pelo atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

b) Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) serviço(s) não prestado(s).

3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no sítio do município de Catanduvas e no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0026/2020 e a proposta da Detentora da Ata.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

4. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Catanduvas, SC, 26 de junho de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS	GLADIR ANTONIO DARIVA
Prefeito Municipal	VLK Fabricação de Pneus Especiais Ltda
ÓRGÃO GERENCIADOR	DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0062/2020 PROCESSO LICITATÓRIO N° 0045/2020 PREGÃO PRESENCIAL N° 0025/2020 REGISTRO DE PREÇOS N° 0022/2020

Publicação N° 2544655

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0062/2020

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 0045/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 0025/2020
REGISTRO DE PREÇOS N° 0022/2020**

O **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.414/0001-45, neste município de Catanduvas, SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Infraestrutura, Sra. Márcia Pasqualli, inscrita no CPF/MF sob nº 038.940.249-41, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 1.649/2010 e 2.247/2017, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 0025/2020 para Registro de Preços nº 0022/2020**, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **WILLIAN PABLO LAMPERT - ME**, com sede na Linha Nossa Senhora das Graças, interior, município de Erval Velho – SC, CEP 89.613-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.203.394/0001-17, representada neste ato pelo Sr. Willian Pablo Lampert, portador do CPF/MF nº 081.640.939-04, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente **ATA** tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o **Registro de Preço visando a contratação de empresa especializada em sinalização viária, fornecimento, instalação, implantação e prestação de serviço, conforme necessidade da Secretaria de Infraestrutura do município de Catanduvas - SC**, de acordo com as especificações a seguir.
2. Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa de compra para **12 (doze) meses**, a aquisição dos serviços será de **forma parcelada e de acordo com as necessidades da Prefeitura**, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo.
- 1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, **serviços de entrega**, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

LOTE 01

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	200	Un	SINALTEC	Fornecimento de tacha mono-direcional (11x8x2,5cm), na cor amarela/branca, com refletivo amarelo/branco, confeccionada de resina poliéster com dolomito, com 01 parafuso	4,99	998,00

Fl. 1/7

				zincado de 5/16"x2", >15.000kgf (ABNT NBR 14636/2013)		
2	200	Srv	SINALINDS	Instalação de tacha mono-direcional (11x8x2,5cm), com 01 parafuso zincado de 5/16"x2", > 15.000kgf	1,80	360,00
3	200	Un	SINALTEC	Fornecimento de tacha bidirecional (11x8x2,5cm), na cor amarela/branca com refletivo amarelo/branco, confeccionada de resina poliéster com dolomito, com 01 parafuso zincado de 5/16"x2", > 15.000kgf (ABNT NBR 14636/2013).	5,49	1.098,00
4	200	Srv	SINALINDS	Instalação de tacha bidirecional (11x8x2,5cm), com 01 parafuso zincado de 5/16"x2", > 15.000kgf.	1,80	360,00
5	200	Un	SINALTEC	Fornecimento de tachão mono-direcional (25x15x5cm), na cor amarela/branca com refletivo amarelo/branco, confeccionado de resina poliéster com dolomito, com 02 parafusos zincado de 3/8"x3", > 15.000kgf (NBR 15576/2015).	14,97	2.994,00
6	200	Srv	SINALINDS	Instalação de tachão mono-direcional (25x15x5cm), com 02 parafusos zincados de 3/8"x3", > 15.000kgf.	2,49	498,00
7	200	Un	SINALTEC	Fornecimento de tachão bidirecional (25x15x5cm), na cor amarela/branca com refletivo amarelo/branco, confeccionado de resina poliéster com dolomito, com 02 parafusos zincado de 3/8"x3", > 15.000kgf (NBR 15576/2015).	15,95	3.190,00
8	200	Srv	SINALINDS	Instalação de tachão bidirecional (25x15x5cm), com 02 parafusos zincado de 3/8"x3", > 15.000kgf.	2,49	498,00
9	200	Um	SINALTEC	Fornecimento de calota esférica 150mm, confeccionada em resina de poliéster, na cor amarela com pinos externos zincados e rosca ancoradouras que facilitem a fixação ao pavimento.	7,98	1.596,00
10	200	Srv	SINALINDS	Instalação de calota esférica 150mm, com pinos externos zincados e rosca ancoradouras.	2,00	400,00
11	200	Srv	SINALINDS	Serviço de remoção de tachas.	1,50	300,00
12	200	Srv	SINALINDS	Serviço de remoção de tachões.	2,49	498,00
35	200	Srv	SINALINDS	Serviço de remoção de calotas	2,00	400,00
					TOTAL	R\$ 13.190,00

LOTE 03

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
32	5.000	M²	SINALINDS	- Mão de obra e material para pintura de eixo e de bordas com tinta acrílica a base de resina acrílica e micro esfera de vidro drop-on. As tintas devem atender as normas ABNT NBR 118262 e atestado de conformidade NR13 ABNT NBR 12274.	11,34	56.700,00
33	5.000	M²	SINALINDS	- Mão de obra e material para pintura de faixa de pedestre, zebrados e dizeres na pista, com tinta acrílica e micro esfera de vidro drop-on. As tintas devem atender as normas ABNT NBR 118262 e atestado de conformidade NR13 ABNT NBR 12274.	11,84	59.200,00
34	10.000	M²	SINALINDS	Limpeza (caminhão pipa, soprador, vassouras), antes de aplicar material nas ruas onde será sinalizado.	1,97	19.700,00
					TOTAL	R\$ 135.600,00

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. A retirada e ou entrega do material, será de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria responsável, e deverão ser entregues em até **10 (dez) dias corridos**, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA ATA, em locais indicados na ordem de fornecimento, sempre no território do município de Catanduvras, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, conforme o produto.

2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.

3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal 142/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao **órgão gerenciador** da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O Município de Catanduvras - SC efetuará o pagamento do objeto desta licitação a partir do 12º dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal nº 01/2011, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o **“CERTIFICO”** pelo responsável do órgão competente de cada **ENTIDADE PARTICIPANTE**, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

- 1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.
- 1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Catanduvas - SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.
- 1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.
2. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.
3. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.
4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.
5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

- 1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
- 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. Efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à DETENTORA DA ATA da aplicação de qualquer sanção.
- 1.6. O fiscal de Contrato para este processo será o Sr. Cristiano de Britto.

2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;
- 2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

2.6. Entregar o produto, objeto deste documento, somente se houver a autorização prévia por parte da Secretaria de Infraestrutura, ciente de que o não cumprimento desta obrigação acarretará no não pagamento do débito.

2.7. Disponibilizar mão de obra para a limpeza final do local em que a obra foi executada, deixando em perfeitas condições de trafegabilidade e passagem de pedestres.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

a) Pelo atraso injustificado na entrega objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às seguintes penalidades:

- multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) do valor contratual.

- multa de 20% (vinte por cento) sobre a obrigação não cumprida, rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e aplicação da sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, pelo atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

b) Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) serviço(s) não prestado(s).

3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do

pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no sítio do município de Catanduvas e no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o edital do **Pregão Presencial nº 0025/2020** e a proposta da Detentora da Ata.
2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.
4. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Catanduvas, SC, 29 de junho de 2020.

MARCIA PASQUALLI
Secretária Municipal de Infraestrutura
ÓRGÃO GERENCIADOR

WILLIAN PABLO LAMPERT
Willian Pablo Lampert – ME
DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

01.
Nome:
CPF:

02.
Nome:
CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0063/2020 PROCESSO LICITATÓRIO N° 0045/2020 PREGÃO PRESENCIAL N° 0025/2020 REGISTRO DE PREÇOS N° 0022/2020

Publicação N° 2544656

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0063/2020**PROCESSO LICITATÓRIO N° 0045/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 0025/2020
REGISTRO DE PREÇOS N° 0022/2020**

O **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.414/0001-45, neste município de Catanduvas, SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Infraestrutura, Sra. Márcia Pasqualli, inscrita no CPF/MF sob nº 038.940.249-41, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 1.649/2010 e 2.247/2017, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 0025/2020 para Registro de Preços nº 0022/2020**, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **SINASC – SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA**, com sede na Rua Juliano Lucchi, 134, Área Industrial, município de Palhoça – SC, CEP 88.133-540, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.150.434/0001-17, representada neste ato pela sua procuradora Srta. Mariana Pirih Peres da Silva, portadora do CPF/MF nº 062.896.999-62, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente **ATA** tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o **Registro de Preço visando a contratação de empresa especializada em sinalização viária, fornecimento, instalação, implantação e prestação de serviço, conforme necessidade da Secretaria de Infraestrutura do município de Catanduvas - SC**, de acordo com as especificações a seguir.
2. Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa de compra para **12 (doze) meses**, a aquisição dos serviços será de **forma parcelada e de acordo com as necessidades da Prefeitura**, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo.
- 1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, **serviços de entrega**, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

LOTE 02

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
13	50	Un	ICD	Fornecimento de placa L=2,00x1,00m (chapa em aço galvanizado) de 1,25mm de acordo	534,07	26.703,50

Fl. 1/7

				com a norma ABNT NBR 11904/2015 e película prismática de acordo com a norma ABNT NBR 14644/2013 e acessórios para fixação.		
14	50	Un	ICD	Fornecimento de placa 3,00x1,50m (chapa em aço galvanizado) 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015 e película prismática de acordo com a norma ABNT NBR 14644/2013 e acessórios para fixação em braço projetado light.	644,83	32.241,50
15	500	Un	ICD	Fornecimento de suporte construído em aço galvanizado 2", parede de 2,00mm de espessura, 3,20m de comprimento, com 02 aletas para sistema de anti-giro e tampa superior para evitar acúmulo de água. apto a receber placa de 2,00x1,00m	100,25	50.125,00
16	70	Srv	SINASC	Instalação de placa com dimensões superiores a 100x100cm em suporte duplo de aço galvanizado 2", parede de 2,65mm de espessura, 3,20m de comprimento. Incluso emprego de materiais básicos como: ferramentas, parafusos, suportes e similares.	53,44	3.740,80
17	30	Srv	SINASC	Remoção de placas de suportes aéreos (pórticos, semi pórticos, braço projetado light e similares). Incluso emprego de materiais básicos como: caminhão munck com cesto, ferramentas, parafusos, suportes e similares.	443,78	13.313,40
18	200	Un	ICD	Fornecimento de placa de regulamentação D=0,60m (chapa em aço galvanizado 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015 e película prismática de acordo com a norma ABNT NBR 14644/2013 e acessórios para fixação).	89,49	17.898,00
19	200	Un	ICD	Fornecimento de placa de advertência L=0,60x0,60m (chapa em aço galvanizado 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015 e película prismática de acordo com a norma ABNT NBR 14644/2013 e acessórios para fixação).	89,49	17.898,00
20	70	Un	ICD	Fornecimento de placa tipo dê a preferência L=75cm (chapa em aço galvanizado 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015 e película prismática de acordo com a norma ABNT NBR 14644/2013 e acessórios para fixação).	94,94	6.645,80
21	50	Un	ICD	Fornecimento de placa de indicação auxiliar L=0,60x0,80m (chapa em aço galvanizado 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015 e película prismática de acordo com a norma ABNT NBR 14644/2013 e acessórios para fixação).	111,40	5.570,00
22	100	Un	ICD	Fornecimento de placa 60x100cm (chapa em aço galvanizado 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015 e película prismática de acordo com a norma ABNT NBR 14644/2013 e acessórios para fixação).	136,26	13.626,00
23	100	Un	ICD	Fornecimento de conjunto de duas placas de logradouro (chapa em aço galvanizado 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015 e película prismática de acordo com a norma ABNT NBR 14644/2013 e acessórios para fixação).	65,69	6.569,00
24	150	Un	ICD	Fornecimento de placa de 50x70cm (chapa em aço galvanizado 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015 e película prismática de acordo com a norma ABNT NBR 14644/2013 e acessórios para fixação em guarda corpo).	80,56	12.084,00
25	300	Srv	SINASC	Instalação de placa de sinalização viária com dimensões iguais ou inferiores a 100x100cm ou placa dupla de logradouro em coluna metálica (poste ou guarda corpo). Incluso emprego de materiais básicos como: ferramentas,	39,49	11.847,00

				parafusos, suportes e similares.		
26	50	Un	ICD	Fornecimento de braço projetado light de 3"x3,15m para placa em chapa de aço 2,00x1,50m.	424,24	21.212,00
27	50	Srv	SINASC	Instalação de braço projetado light de 3"x3,15m para placa em chapa de aço 2,00x1,50m.	147,99	7.399,50
28	50	Srv	SINASC	Remoção de braço projetado light 3"x3,15m para placa em chapa de aço 2,00x1,5m com transporte para armazenamento em local indicado.	147,99	7.399,50
29	50	Un	ICD	Fornecimento de coluna cônica tipo ii de 4"x5,25m para braço projetado, braço projetado light de 3"x3,15m para placa em chapa de aço 2,00x1,50m.	2.856,07	142.803,50
30	50	Srv	SINASC	Instalação de coluna cônica tipo ii de 4"x5,25m para braço projetado.	570,48	28.524,00
31	50	Srv	SINASC	Remoção de coluna cônica tipo ii de 4"x5,25m para braço projetado, com transporte para armazenamento em local indicado.	147,99	7.399,50
				TOTAL		R\$ 433.000,00

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. A retirada e ou entrega do material, será de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria responsável, e deverão ser entregues em até **10 (dez) dias corridos**, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA ATA, em locais indicados na ordem de fornecimento, sempre no território do município de Catanduvas, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, conforme o produto.

2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.

3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal 142/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao **órgão gerenciador** da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O Município de Catanduvas - SC efetuará o pagamento do objeto desta licitação a partir do 12º dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal nº 01/2011, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o “**CERTIFICO**” pelo responsável do órgão competente de cada **ENTIDADE PARTICIPANTE**, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Catanduvas - SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

- 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. Efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à DETENTORA DA ATA da aplicação de qualquer sanção.
- 1.6. O fiscal de Contrato para este processo será o Sr. Cristiano de Britto.

2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;
- 2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.
- 2.6. Entregar o produto, objeto deste documento, somente se houver a autorização prévia por parte da Secretaria de Infraestrutura, ciente de que o não cumprimento desta obrigação acarretará no não pagamento do débito.
- 2.7. Disponibilizar mão de obra para a limpeza final do local em que a obra foi executada, deixando em perfeitas condições de trafegabilidade e passagem de pedestres.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

a) Pelo atraso injustificado na entrega objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às seguintes penalidades:

- multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) do valor contratual.

- multa de 20% (vinte por cento) sobre a obrigação não cumprida, rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e aplicação da sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, pelo atraso superior

a 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

b) Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) serviço(s) não prestado(s).

3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no sítio do município de Catanduvas e no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o edital do **Pregão Presencial nº 0025/2020** e a proposta da Detentora da Ata.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

4. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Catanduvas, SC, 29 de junho de 2020.

MARCIA PASQUALLI
Secretária Municipal de Infraestrutura
ÓRGÃO GERENCIADOR

MARIANA PIRIH PERES DA SILVVA
SINASC – Sinalização e Construção de
Rodovias Ltda
DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

01.
Nome:
CPF:

02.
Nome:
CPF:

Fl. 7/7

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0049/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0028/2020

Publicação Nº 2544649

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0049/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0028/2020

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual confecção e aquisição de material gráfico, visando o desenvolvimento das atividades das unidades Administrativas do município de Catanduvas - SC.

Fica suspenso o processo em questão até análise de pedidos de esclarecimentos de alguns itens, por parte de duas empresas interessadas na participação no referido processo. Atendendo sugestão da Assessoria Jurídica do Município e do Pregoeiro, fica suspenso a abertura do Pregão Presencial nº 0028/2020. Assim que analisado, pelas secretarias solicitantes do processo, serão feitas as devidas correções de descritivo e um novo edital e prazo para apresentação dos envelopes de propostas e habilitação serão abertos.

MOTIVO: Análise de pedidos de esclarecimentos.

Maiores informações: das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone 49 – 3525-6500, ou pelo email: licitacao@catanduvas.sc.gov.br

Catanduvas (SC), 29 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Leandro Guerra
Pregoeiro e Presidente da CPL

DECISÃO ADMINISTRATIVA - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2019

Publicação Nº 2544657

Recurso no Processo Administrativo nº 025/2019
Empresa processada: MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA - EPP

DECISÃO ADMINISTRATIVA**DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS**

Trata-se de Embargos de Declaração interposto contra decisão que negou conhecimento ao recurso interposto contra decisão proferida no processo administrativo instaurado contra a empresa MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA - EPP, com a finalidade de apurar inexecução contratual, violação de cláusulas contratuais e aplicar as sanções legais e contratuais cabíveis.

O cabimento do recurso está previsto no art. 26 do Decreto nº 2.365/2018, que estabelece o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a sua interposição.

Ocorre que a empresa foi notificada da referida decisão administrativa em 20 de novembro de 2019, mas protocolou recurso no dia 28 de novembro de 2019, data da entrega do recurso pelos Correios na Prefeitura.

Contudo, insiste a empresa que deve ser considerada a data do protocolo nos correios a data efetiva da interposição do recurso, com fulcro no art. 15 c/c 1.003, §4º do CPC, o que tornaria o recurso tempestivo.

Os embargos de declaração buscam rediscutir questão de mérito e não merecem ser conhecidos, eis que não há contradição ou obscuridade a serem sanados na decisão combatida.

Todavia, reconhecendo a possibilidade de se aplicar o art. 15 c/c 1.003, §4º do CPC ao presente processo administrativo, de ofício, revejo a decisão anterior e passo a analisar mérito do recurso interposto pela recorrente.

DO RECURSO

Trata-se de recurso interposto contra decisão proferida pela Secretária Municipal de Infraestrutura no processo administrativo instaurado pelo do Decreto nº 2.453/2018, de 29 de novembro de 2018, contra a empresa MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA - EPP, com a finalidade de apurar a inexecução contratual, a violação de cláusulas contratuais e aplicar as sanções legais e contratuais cabíveis.

A recorrente firmou em 21 de junho de 2018 o contrato administrativo PMC nº 0044/2018 para a execução da obra de ampliação da rede de iluminação pública no Distrito Industrial II e não iniciou a obra no prazo estipulado.

Em 20 de novembro de 2018 requereu a rescisão amigável, ao argumento de que "enfrentou adversidades oriundas da atividade empresarial, como rotatividade de pessoal, dificuldades de capital de giro e desequilíbrio econômico financeiro da obra, que acabaram inferindo no atraso do início da obra".

Contudo, não comprovou o desequilíbrio econômico-financeiro da obra/contrato.

Em razão disso a empresa foi notificada em 21 de novembro de 2018 (fl. 12) para justificar e comprovar os fatos impeditivos do cumprimento do contrato sob pena de rescisão unilateral e de instauração de processo administrativo.

Em 29 de novembro de 2018 (fls. 13-17) a empresa apresentou resposta, reiterando a narrativa anterior sem, contudo, comprovar qualquer fato que justificasse a rescisão amigável.

Em razão disso, o contrato foi rescindido unilateralmente em 29 de novembro de 2018, sendo a empresa notificada do prazo de recurso de 5 (cinco) dias (fl. 18).

A empresa insurgiu-se contra a rescisão unilateral (fl. 19-22), requerendo a nulidade da rescisão unilateral do contrato.

Notificada da instauração do processo administrativo, apresentou defesa prévia em que reiterou, em síntese, questões processuais, a inexistência de prejuízo à administração e de má-fé da empresa contratada e o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo. Não juntou documentos e tampouco requereu a produção de qualquer prova.

O relatório final da Comissão Processante sugeriu a aplicação da penalidade de suspensão de participar em licitação e de contratar com a

Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.

Sobreveio decisão da Secretária de Infraestrutura nos seguintes termos:

"Diante do exposto e de acordo com as provas produzidas nos autos do processo administrativo movido em face da empresa MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA - EPP, acolho em parte o relatório da Comissão Processante para:

(a) manter a decisão que determinou a rescisão unilateral do contrato administrativo PMC nº 0044/2018;

(b) aplicar à empresa processada multa no valor de R\$ 22.982,76 (vinte e dois mil novecentos e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos).

(c) aplicar à empresa processada a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos."

Contudo, os argumentos do recurso não merecem prosperar, eis que restou evidente o descumprimento contratual.

Nem se pode aduzir que não tenha havido prejuízo ao Município, pois em razão da conduta da empresa contratada a conclusão da obra foi retardada.

Independente disso, vige em nosso sistema legal o princípio de que os contratos, salvo caso fortuito e força maior, devem ser cumpridos.

Ora, notificada a comprovar os fatos que justificariam a rescisão do contrato, a recorrente manteve-se inerte. Instaurado o processo administrativo, também não produziu provas neste sentido.

Por isso, não há fundamento que ampare a reforma da decisão proferida pela Secretária de Infraestrutura.

Transcreve-se a fundamentação da decisão recorrida:

"O presente processo administrativo visou apurar o descumprimento de obrigações legais e contratuais, previstas no instrumento convocatório e no contrato administrativo, pela empresa contratada e aplicar as penalidades pertinentes.

O relatório da Comissão Processante demonstrou o atraso no início da obra e a inexecução total do contrato. A própria contrata afirmou que não tem condições de executar o objeto contratado, motivo pelo qual requereu a rescisão amigável.

A rescisão amigável foi indeferida justamente porque há inadimplemento contratual que contraria o interesse público. Ora, a rescisão amigável só é possível quando não há descumprimento contratual e quando for de interesse da administração.

Não é o caso em lide.

Alega a contratada em sua defesa que a Administração não sofreu prejuízo e por esta razão, de forma singelamente resumida, não deve ser punida.

Entretanto, é evidente o prejuízo para administração: o contrato foi assinado em junho e em novembro a empresa, que ainda não tinha iniciado a obra, solicitou a rescisão amigável do contrato.

Estabelece o contrato administrativo PMC nº 0044/2019:

3.1. O prazo para execução dos serviços será de até 60 dias contados a partir da homologação do contrato (sic), e/ou conforme solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento.

O inadimplemento contratual causou um enorme atraso na obra, pois a administração, após aguardar o início da obra que acabou não ocorrendo, ainda precisou deflagrar novo processo licitatório.

Demais disso, salvo a existência de força maior e caso fortuito – que não foram comprovados pela contratada –, o contrato deve ser cumprido.

Nesse ponto, a previsão de multa contratual é plenamente válida e independe da comprovação de qualquer prejuízo. Basta a comprovação do inadimplemento.

Tampouco as dificuldades financeiras da contratada são motivos legítimos para justificar o inadimplemento contratual. As partes são livres para contratar, logo, a partir do momento que a contratada optou por participar do processo licitatório com o objetivo de contratar com a Administração Municipal, ficou plenamente ciente das regras e das suas obrigações legais e editalícias.

Não pode a Administração Municipal arcar com o risco do empreendimento da contratada, que mesmo ciente de sua situação financeira, optou por participar do certame do qual sagrou-se vencedora. Por uma questão de lógica, prudente seria se a contratada se abstivesse de participar da licitação, pois deveria ter ciência das consequências do descumprimento do contrato.

No mais, a prova do descumprimento contratual é essencialmente documental e está demonstrado através de correspondências e notificações, logo, impõe-se a aplicação das penalidades por inexecução contratual.

Estabelece a Lei nº 8.666/1993:

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

(...)

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a

reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Estabelece a cláusula 8.1. do Contrato Administrativo PMC nº 0044/2018:

8.1. Pelos motivos e condições previstos nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, as penalidades em que a CONTRATADA estará sujeita, são as seguintes:

8.1.2. Advertência, para descumprimentos contratuais previstos no edital e neste contrato, ambos de natureza leve ou não reincidentes, a juízo da entidade CONTRATANTE;

(...)

8.1.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor total dos serviços contemplados à CONTRATADA, constantes do Contrato, no caso de rescisão sem justo motivo, nas hipóteses previstas nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993;

(...)

8.4. A incidência de multa poderá ser acumulada a outras penalidades e sua aplicação não impedirá que a entidade contratante, adote as medidas judiciais cabíveis.

8.5. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e seus órgãos da administração direta e indireta, poderão ser aplicadas às empresas licitantes ou contratadas, juntamente com as de multa prevista no contrato.

(...)

8.10. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações, sem prejuízo nas prerrogativas e consequências previstas nos artigos 80 a 85 da mesma lei.

O descumprimento das cláusulas contratuais citadas nas linhas acima, mormente por ter deixado de executar a obra contratada, determina a aplicação cumulativa das penalidades de multa e suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, previstas nos incisos II e III do art. 87 da lei nº 8.666/1993 e nas cláusulas 8.1.4. e 8.5. do contrato administrativo em questão.

Nesse ponto é importante salientar que a empresa contratada, além de atrasar o início da obra, requereu a rescisão contratual sem nenhum motivo justo.

Isso posto, adoto em parte o relatório da Comissão Processante, que passa a integrar a fundamentação da presente decisão, reconheço a existência de descumprimento do contrato e acolho a sugestão da aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93.

Além disso, sendo evidente que a conduta da empresa se amolda ao previsto na cláusula 7.1. (inexecução total do contrato), entendo deva ser aplicada cumulativamente a pena de multa.

Consoante o art. 87, II, da Lei nº 8.666/1993 c/c itens 8.1. e 8.1.4. do contrato administrativo PMC nº 0044/2018, a multa deve ser fixada em 10% (dez por cento) do valor do contrato – R\$ 229.827,76 (duzentos e vinte e nove mil, oitocentos e vinte e sete reais e setenta e seis centavos), consoante cláusula 1.1. -, ou seja, no valor de R\$ 22.982,76 (vinte e dois mil novecentos e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos)."

Isso posto, conheço de ofício o recurso interposto e, no mérito, nego provimento para manter a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos.

Intime-se a empresa processada.

Publique-se a presente decisão no DOM e no site do Município, nos moldes do art. 24 do Decreto nº 2.365/2018.

Comunique-se o Controle Interno para os fins do art. 30 do Decreto nº 2.365/2018.

Comunique-se a Secretaria Municipal de Administração e Finanças para que tome as providências necessárias para cobrança da multa aplicada.

Catanduvas – SC, 29 de junho de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA 9000/2020

Publicação Nº 2543531

PORTARIA P/9000/2020 de 02/06/2020.

"Concede férias a servidores públicos municipais da Secretaria de Infraestrutura Urbana"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art. 78, da Lei Complementar nº 19/02 de 04 de janeiro de 2002;

RESOLVE

Conceder férias, no período de 01 de junho de 2020 a 31 de junho de 2020, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
Ivovete Vieira	16/12/2018 a 15/12/2019	01/06/2020 a 30/06/2020
Wanderlei de Medeiros	02/05/2018 a 01/05/2019	01/06/2020 a 30/06/2020

Este ato tem efeito retroativo a 01 de Junho de 2020.

Catanduvas, 02 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

PORTARIA 9008-2020

Publicação N° 2543581

PORTARIA P/9008/2020, de 09.06.2020

“Concede Função Gratificada a
JESSICA LUANA DA COSTA”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 19, da Lei Complementar nº 16/01, de 17 de dezembro de 2001 e Lei Complementar nº 34/05 de 19 de janeiro de 2005, e lei complementar nº 150/2018 de 19 de outubro de 2018.

RESOLVE :

CONCEDER, atendendo interesse público municipal, Função Gratificada ao funcionário (a) JESSICA LUANA DA COSTA, com Estabilidade no Agente Administrativo, Nível-51A, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, para desempenhar cumulativamente as atribuições de Responsável por Alimentar Sistemas Laboratoriais, com 40 horas semanais, aos vencimentos do cargo efetivo.

O presente ato tem seus efeitos retroativos a 1º de junho de 2020, quando a Servidora passou a exercer essas funções.

Catanduvas, 09 de junho de 2020

Dorival Ribeiro dos Santos,
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/8041/19 .

PORTARIA 9009-2020

Publicação N° 2543583

PORTARIA P/9009/2020, de 09.06.2020

“Concede Licença-Prêmio à
DEBORA DE ANDRADE”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 206, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

CONCEDER, atendendo pedido do (a) interessado (a) 01 (uma) Licença-Prêmio a(o) funcionário(a) DEBORA DE ANDRADE, com Efetividade, no Cargo de Agente Administrativo, Nível CE-53D, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças. Este ato tem seus efeitos a partir da data de 08/06/2020, quando a funcionária passa a gozar de sua licença.

Período aquisitivo do direito à licença:
01 de julho de 2012 a 30 de junho de 2017.

Período de gozo:
08 de junho de 2020 a 05 de setembro de 2020.

Catanduvas, 09 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ao Anterior: P/7976/19.

PORTARIA 9010/2020

Publicação N° 2543519

PORTARIA N° 9010/2020, DE 09 DE JUNHO DE 2020.**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AOS SERVIDORES EFETIVOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO QUE ESPECIFICA.**

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, por meio do qual o Governador do Estado de Santa Catarina declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, sendo decretada, sob regime de quarentena, a suspensão das aulas pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 19 de março de 2020;

Considerando que posteriormente a suspensão das aulas foi prorrogada até 03 de agosto de 2020;

Considerando que existem servidores públicos que atuam na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto que não têm atividades a serem executadas em decorrência da paralisação das aulas nas escolas e creches;

Considerando a necessidade de se tomar as medidas necessárias para que não se onere indevidamente os cofres públicos com o pagamento de salários a servidores sem atividades;

Considerando o artigo 206 da Lei Complementar 19/02 e Lei Complementar nº 175/2020 de 23 de abril de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **LICENÇA PRÊMIO**, a partir de 01 de junho de 2020, a todos os servidores públicos efetivos lotados na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, cujos serviços não sejam necessários até 3 de agosto de 2020, quais sejam:

Servidor	Período aquisitivo do direito à licença	Período de gozo	Dias de direito	Dias de gozo	Dias em haver
Alda Bisinela Luvison	04/09/2013 a 03/09/2018	01/06/2020 a 12/07/2020	90 dias	90 dias	0 dias
Carla Adriane Bressanelli	01/07/2008 a 30/06/2013	01/06/2020 a 30/07/2020	90 dias	54 dias (108 dias sendo divididos em dois períodos pois a funcionária está 20 horas trabalhando via portal de ensino)	12 dias
Eliane Moraes de Souza	06/02/2014 a 05/02/2019	01/06/2020 a 12/07/2020	90 dias	90 dias	0 dias
Elisangela Camila Pagoto Pedroso	11/05/2017 a 10/04/2020	16/06/2020 a 19/06/2020	52 dias	52 dias	0
Rafael Munaretto	01/07/2008 a 30/06/2013	01/06/2020 a 12/07/2020	90 dias	90 dias	0 dias

Rosinei Terezinha da Silva	04/05/2016 03/04/2020	a	01/06/2020 22/06/2020	a	70 dias	70 dias	0 dias
Adriana Maria dos Santos	04/04/2016 03/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Delsi da Costa Vieira	07/02/2014 06/02/2019	a	01/06/2020 12/07/2020	a	90 dias	90 dias	0 dias
Keturine Caline Ferreira Bonatto	19/12/2018 18/03/2020	a	16/06/2020 19/06/2020	a	22 dias	22 dias	0 dias
Luana Aparecida Paganini	04/04/2016 03/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Narjara Xavier Antunes	04/04/2016 03/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Noeli D'Avila Mendes	19/04/2016 18/03/2020	a	01/06/2020 22/06/2020	a	70 dias	70 dias	0 dias
Neiva Antonioli	01/07/2008 30/06/2013	a	01/06/2020 12/07/2020	a	90 dias	90 dias	0 dias
Ana Cristina Zatera da Costa	04/04/2016 03/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Claudia de Oliveira Segala	04/04/2016 03/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Cristiane Closs	02/07/2018 01/04/2020	a	16/06/2020 28/06/2020	a	31 dias	31 dias	0 dias
Elaine Ribeiro de Camargo	04/04/2016 03/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Graziele da Costa	10/05/2017 09/04/2020	a	16/06/2020 19/06/2020	a	52 dias	52 dias	0 dias
Ivanilce Cabral Cascaes	04/04/2016 03/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Juliana Bittencourt Ferreira Queiroz	22/12/2018 21/03/2020	a	16/06/2020 19/06/2020	a	22 dias	22 dias	0 dias
Leticia Ulrich	04/04/2016 03/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Patricia de Cassia Reischart	04/04/2016 03/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Silimara dos Santos	04/04/2016 03/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Sirlei Ap. F. de Andrade Bridi	15/12/2015 14/03/2020	a	01/06/2020 28/06/2020	a	76 dias	76 dias	0 dias
Tania ap. Barbaro Panegalli	04/04/2016 03/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Vanuza Aparecida Lopes	07/02/2017 06/04/2020	a	16/06/2020 24/06/2020	a	57 dias	57 dias	0 dias
Veronice Sutil Varela	04/04/2016 03/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias

Ademir da Silva	06/02/2011 05/02/2016	a	01/06/2020 12/07/2020	a	90 dias	90 dias	0 dias
Celso Julian	01/04/2016 31/03/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Everson Lindani	12/04/2016 11/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Luciane Hack	16/06/2016 15/03/2020	a	01/06/2020 15/06/2020	a	67 dias	67 dias convertidos devido a aumento de carga horária de 20 horas para 40 horas no período de gozo. Gozo de 33 dias	0 dias
Marcelo Specart	01/07/2013 30/06/2018	a	01/06/2020 12/07/2020	a	90 dias	90 dias	0 dias
Marcos Antonio de Souza	01/07/2013 30/06/2018	a	01/06/2020 12/07/2020	a	90 dias	90 dias	0 dias
Marcelo Bandeira	04/04/2016 03/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Angela Maria Cassiano Moraes da Cruz	01/07/2013 30/06/2018	a	01/06/2020 30/06/2020	a	90 dias	78 dias	12 dias
Alcimeri Maria Cavaleiro	03/05/2018 02/04/2020	a	02/06/2020 17/06/2020	a	34 dias	34 dias	0 dias
Benilde Rezende	06/04/2016 05/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Carmem Rosa Taborda	01/09/2016 31/03/2020	a	16/06/2020 01/07/2020	a	64 dias	64 dias	0 dias
Cristiane Pires de Lima	04/04/2016 03/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Dirce Ap. Siqueira Molim	03/02/2011 02/02/2016	a	01/06/2020 12/07/2020	a	90 dias	90 dias	0 dias
Jane Lucina Etges	04/04/2016 03/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Morgana Analia Malaquias Winter	04/04/2016 03/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Rosangela Ap. Meras Pereira	01/07/2008 30/06/2013	a	01/06/2020 12/07/2020	a	90 dias	90 dias	0 dias
Tainara Medeiros Durigon	04/04/2016 03/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Marli Salete Novello	06/07/2017 05/04/2020	a	16/06/2020		49 dias	49 dias	0 dia
Monica Patricia Bossacro Sartori	03/12/2018 02/04/2020	a	16/06/2020 21/06/2020	a	24 dias	24 dias	0 dias

Solange Fatima Mayer Secco	01/07/2008 30/06/2013	a	01/06/2020 12/07/2020	a	90 dias	90 dias	0 dias
Suelen Andresa Rheinheimer Zenatti	04/04/2016 03/04/2020	a	01/06/2020 24/06/2020	a	72 dias	72 dias	0 dias
Laura Alexandra Bittencourt	03/02/2011 02/02/2016	a	01/06/2020 12/07/2020	a	90 dias	90 dias	0 dias
Lourdes Maria Mauro Ramos	01/07/2013 30/06/2018	a	01/06/2020 12/07/2020	a	90 dias	90 dias	0 dias

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2020.

Catanduvas, 09 de Junho de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA 9011/2020

Publicação Nº 2543517

PORTARIA P/ 9006/2020, de 09.06.2020.

"Demite a pedido,
Idelce Medeiros,"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001 e Lei Complementar nº 120, de 17 de novembro de 2015.

RESOLVE:

DEMITE, a pedido da servidora, Idelce Medeiros, ocupante do Cargo em Comissão de Gerente de Programas Sociais 40 horas, Nível CC-05, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Este ato tem efeitos a partir da data de hoje, quando o(a) nominado(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções.

Catanduvas, 09 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 7190/2017.

PORTARIA 9013-2020

Publicação Nº 2543574

PORTARIA P/9013/2020 de 22. 06.2019

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Leticia Ulrich, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 80 horas.

RESOLVE:

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a), Leticia Ulrich ocupante do cargo de Cuidador Infantil 30 horas, Nível CE-16-A, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-16, Ref B, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Cuidador Infantil 30 horas, NÍVEL CE-16 Ref."B", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos dele constante.

Catanduvas, 22 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/6817/16.

PORTARIA 9014-2020

Publicação N° 2543585

PORTARIA P/9014/2020 de 22. 06.2019

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Gabriel Spader, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 80 horas.

RESOLVE:

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a), Gabriel Spader ocupante do cargo de Fisioterapeuta, 30 horas, Nível CE-78-1-D, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-78-1, Ref E, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Fisioterapeuta 30 horas, NÍVEL CE-78-1 Ref."E", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos dele constante.

Catanduvas, 22 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7031/16.

PORTARIA 9015-2020

Publicação N° 2543586

PORTARIA P/9015/2020 de 22. 06.2019

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Dulce Salete Mayer, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 80 horas.

RESOLVE:

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a), Dulce Salete Mayer ocupante do cargo de Enfermeira, 40 horas, Nível CE-96-1-F, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-97-1, Ref A, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Enfermeira 40 horas, NÍVEL CE-97-1 Ref."A", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos dele constante.

Catanduvas, 22 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7973/19.

PORTARIA 9016-2020

Publicação N° 2543590

PORTARIA P/9016/2020 de 22. 06.2019

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Valeria Aparecida de Oliveira Maroli, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 80 horas.

RESOLVE:

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a), Valeria Aparecida de Oliveira Maroli ocupante do cargo de Educadora Social, 40 horas, Nível CE-81-A, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-81, Ref B, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Educadora Social 40 horas, NÍVEL CE-81 Ref."B", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, com os vencimentos dele constante.

Catanduvas, 22 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/6812/16.

PORTARIA 9017-2020

Publicação N° 2543592

PORTARIA P/9017/2020 de 22. 06.2019

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Indianara Silvia Lazarotto, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 80 horas.

RESOLVE:

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a), Indianara Silvia Lazarotto ocupante do cargo de Assistente Social, 40 horas, Nível CE-81-A, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-81, Ref B, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Assistente Social 40 horas, NÍVEL CE-81 Ref."B", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, com os vencimentos dele constante.

Catanduvas, 22 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7963/19.

PORTARIA 9018-2020

Publicação Nº 2543599

PORTARIA P/9018/2020, de 22 06.2020

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Taiane Gomes de Almeida, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 80 horas.

RESOLVE:

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a) Taiane Gomes de Almeida, ocupante do cargo de Educadora Social 40 horas, Nível CE-83 E, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-83 Ref F, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Educadora Social, NÍVEL CE-83 Ref."F", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, com os vencimentos dele constante

Catanduvas, 22 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7984/19.

PORTARIA 9019-2020

Publicação Nº 2543602

PORTARIA P/9019/2020, de 22. 06.2020

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Everson Lidani, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 80 horas.

RESOLVE:

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a), Everson Lidani ocupante do cargo de Motorista 40 horas, Nível CE-42-C, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-42, Ref D, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Motorista 40 horas, NÍVEL CE-42 Ref."D", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos dele constante.

Catanduvas, 22 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7970/19.

PORTARIA 9020-2020

Publicação Nº 2543608

PORTARIA P/9020/2020 de 22. 06.2019

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Liliane Deuerling, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 80 horas.

RESOLVE:

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a), Liliane Deuerling ocupante do cargo de Psicóloga 20 horas, Nível CE-79-F, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-80, Ref A em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Psicóloga 20 horas, NÍVEL CE-16 Ref."B", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos dele constante.

Catanduvas, 22 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7981/19

PORTARIA 9021-2020

Publicação Nº 2543639

PORTARIA P/9021/2020, de 22.06.2020

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Elisangela Reato Bittencourt, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 80 horas.

RESOLVE:

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a) Elisangela Reato Bittencourt, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, Nível CE-33,B, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-33 Ref C, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Agente Comunitário de Saúde, NÍVEL CE-33 Ref."C", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos dele constante

Catanduvas, 22 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7972/19.

PORTARIA 9022-2020

Publicação N° 2543641

PORTARIA P/9022/2020, de 22.06.2020

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Debora de Andrade, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 80 horas.

RESOLVE:

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a) Debora de Andrade, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Nível CE-53 D , do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-53 Ref E, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Agente Administrativo, NÍVEL CE-53 Ref."E", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos dele constante

Catanduvas, 22 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7976/19.

PORTARIA 9023-2020

Publicação N° 2543644

PORTARIA P/9023/2020, de 22.06.2020

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Anusha Berton Baldissera, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 80 horas.

RESOLVE:

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a) Anusha Berton Baldissera, ocupante do cargo de Odontólogo, Nível CE-110-E, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-110 Ref F, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Odontólogo, NÍVEL CE-110 Ref."F", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos dele constante

Catanduvas, 22 de junho de 2020

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7650/18.

PORTARIA 9024-2020

Publicação N° 2543648

PORTARIA P/9024/2020 de 24. 06.2019

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Debora Gemelli Santos, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 80 horas.

RESOLVE:

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a), Debora Gemelli Santos ocupante do cargo de Cuidador Infantil 30 horas, Nível CE-16-A, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-16, Ref B, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Cuidador Infantil 30 horas, NÍVEL CE-16 Ref."B", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos dele constante.

Catanduvas, 24 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/6842/16.

PORTARIA 9025-2020

Publicação N° 2543651

PORTARIA P/9025/2020 de 24. 06.2019

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Eliane dos Santos Jose Maria Specart, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 80 horas.

RESOLVE:

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a), Eliane dos Santos Jose Maria Specart, ocupante do cargo de Cuidador Infantil 30 horas, Nível CE-16-A, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-16, Ref B, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Cuidador Infantil 30 horas, NÍVEL CE-16 Ref."B", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos dele constante.

Catanduvas, 24 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/6818/16.

PORTARIA 9026-2020

Publicação N° 2543653

PORTARIA P/9026/2020 de 25. 06.2019

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Gislaine da Silva, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 240 horas.

RESOLVE:

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a), Gislaine da Silva ocupante do cargo de Psicóloga, 40 horas, Nível CE-96-1-A, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-96-1, Ref D, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Psicóloga 40 horas, NÍVEL CE96-1 Ref."D", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, com os vencimentos dele constante.

Catanduvas, 25 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7003/16.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC N° 0002/2020

Publicação N° 2544650

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC N° 0002/2020

TERMO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS E A EMPRESA AMAFER CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI, PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES EM CONCRETO ARMADO NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. PROCESSO LICITATÓRIO N° 0148/2019, TOMADA DE PREÇO N° 009/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Felipe Schmidt, 1.435, Centro, nesta cidade de Catanduvas, inscrito no CNPJ/MF sob N°. 82.939.414/0001-45, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dorival Ribeiro dos Santos.

CONTRATANTE: AMAFER CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI, com sede na Rodovia SC 135, Bairro Interior, no município de Ibiam-SC, CEP: 89.652-000 inscrita no CNPJ-MF sob o nº 21.285.605/000146, neste ato representado pelo Sr. Adenilso Engel Gumbowsky.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes em 07 de janeiro de 2020.

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Infraestrutura;
CONSIDERANDO a necessidade de executar reparos e reforços em uma das cabeceiras da ponte modelo 02, intervenções essas não previstas em projeto;
CONSIDERANDO a necessidade de estender o prazo do contrato supramencionado.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até 30 de setembro de 2020, com novo prazo iniciando em 01 de julho de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 57, §1º, II, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas, 29 de junho de 2020.

ADENILSO ENGEL GUMBOWSKY
AMAFER CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI
CONTRATADA

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
PREFEITURA DE CATANDUVAS
CONTRATANTE

Testemunhas:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0057/2019

Publicação Nº 2544651

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0057/2019

CONTRATO PARA CURSO DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CATANDUVAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-SC E A EMPRESA CENTRO EDUCACIONAL ÁGUAS CLARAS LTDA ME – PROCESSO LICITATORIO Nº 0102/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0026/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 82.939.414/0001-45, sito a Rua Felipe Schmidt, 1435 – Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dorival Ribeiro dos Santos;

CONTRATANTE: CENTRO EDUCACIONAL ÁGUAS CLARAS LTDA ME, com sede na Avenida Coronel Rupp, nº 2381, Bairro Centro, no município de Catanduvas-SC, CEP: 89.670-000, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 82.921.594/0001-38, neste ato representado pela Sra. Suzana Ferreira da Silva.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes em 03 de julho de 2019.

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Administração;

CONSIDERANDO o previsto na Cláusula Terceira, item 3.1, do contrato original;

CONSIDERANDO a paralização das atividades seguindo determinação do Decreto Estadual Nº 515, de 17 de março de 2020, que declarou situação de emergência em todo o território catarinense;

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato por 06 (seis) meses, com novo prazo iniciando em 01 de julho de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas, 29 de junho de 2020.

SUZANA FERREIRA DA SILVA CENTRO EDUCACIONAL ÁGUAS CLARAS LTDA ME LT CONTRATADA	Nome: CPF	DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS PREFEITURA DE CATANDUVAS CONTRATANTE
---	--------------	---

Testemunhas:

PARECER JURÍDICO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020

Publicação Nº 2544647

PARECER JURÍDICO

“O parecer facultativo é um ato opinativo que não vincula a Administração Pública ou os seus administrados, podendo esses segui-lo para melhor fundamentar suas decisões ou ignorá-lo, pois, não estão vinculados a conclusão exarada pelo parecerista”.

BREVE RESUMO

Trata-se de requerimento apresentado pela empresa **ENIO DELAZERI EIRELI**, em que requer o cancelamento do preço registrado decorrente do pregão presencial nº 004/2020, referente aos itens 17, 18, 72, 76 e 99, do qual se sagrou vencedora, ao argumento de que a empresa fabricante dos produtos encontra-se com a produção paralisada há vários meses.

FUNDAMENTAÇÃO

O processo licitatório na modalidade pregão presencial, cujo processo recebeu o nº 004/2020, do qual participou o requerente serviu para constituir a ata de registro de preços.

A paralisação da fabricação dos produtos licitados é motivo superveniente que autoriza o cancelamento do registro de preços registrados, nos moldes do art. 20 do Decreto Municipal nº 2.247/2017, *in verbis*:

Art. 20. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de **caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata**, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor.

Em que pese o requerente não tenha apresentado prova cabal das suas alegações, em nome do princípio da boa-fé, até porque não há motivo para não considerar verdadeira a afirmação do mesmo, entende-se possível o cancelamento do registro de preços.

CONCLUSÃO

Logo, sob o fundamento do art. 20, II, do Decreto Municipal nº 2.247/2017, o parecer é no sentido de se deferir o pedido de cancelamento de registros de preços.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Catanduvas, 26 de junho de 2020.

Valmir De Rós
Assessor Jurídico
OAB/SC n 26.310

VALMIR DE ROS

Digitally signed by VALMIR DE
ROS

Date: 2020.06.26 09:54:56
-03'00'

PARECER JURÍDICO - PREGÃO PRESENCIAL N° 099/2019

Publicação N° 2544648

PARECER JURÍDICO

“O parecer facultativo é um ato opinativo que não vincula a Administração Pública ou os seus administrados, podendo esses segui-lo para melhor fundamentar suas decisões ou ignorá-lo, pois, não estão vinculados a conclusão exarada pelo parecerista”.

BREVE RESUMO

Trata-se de requerimentos apresentados pela empresa **ENIO DELAZERI EIRELI**, em que requer a revisão de preços registrados decorrentes do pregão presencial n° 099/2019 ou, sucessivamente, o cancelamento dos mesmos, relativamente aos seguintes itens:

02 – açúcar refinado 5 Kg
19 – farinha de trigo 5 Kg
27 – óleo de soja 900ml
46 – arroz parbolizado 5Kg
63 – macarrão cabelo de anjo
67 – ovos de galinha - dúzia
72 – ovos de galinha - dúzia
93 – refrigerante 2l

Argumenta que em razão grande demanda causada pela Pandemia de Covid-19, os preços de diversos dos produtos dispararam, o que justificaria a revisão dos preços.

FUNDAMENTAÇÃO

O processo licitatório na modalidade pregão presencial n° 099/2019, do qual o requerente se sagrou vencedor nos itens acima relacionados, serviu para constituir a ata de registro de preços.

Quanto a revisão de contrato a Lei n° 8.666/93, diz que:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo das partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Maria Sylvia Di Pietro cataloga quatro condições para que os contratados tenham direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro com fundamento na teoria da imprevisão.

Para ela, é necessário suceder fato:

1. Imprevisível quanto à sua ocorrência ou quanto às suas consequências;
2. Estranho à vontade das partes;
3. Inevitável;
4. Causa de desequilíbrio muito grande no contrato. (DI PIETRO, Maria Sylvia. Direito Administrativo. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 262) (Grifamos)

Contudo, como se trata de um registro de preços, a revisão destes depende, além da análise dos preços de aquisição do fornecedor, da análise dos preços praticados no mercado, que em razão da escala de fornecimento não é possível fazer comparativo adequado no mercado local.

Assim, não há segurança jurídica para a concessão da revisão pleiteada, mas é possível o deferimento do pedido sucessivo, para o cancelamento dos preços registrados, nos moldes do art. 20 do Decreto Municipal nº 2.247/2017, *in verbis*:

Art. 20. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de **caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata**, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor.

Em que pese a hipótese não se amolde adequadamente aos fatos em análise, o cancelamento, em tese, não causará prejuízo ao Município, pois pode convocar os licitantes classificados em segundo lugar no referido item ou realizar novo pregão em que através da concorrência poderá obter o melhor preço.

Isso posto, levando em conta o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade, pode-se aplicar ao caso em apreço a previsão do art. 20, II, do Decreto Municipal nº 2.247/2017.

CONCLUSÃO

Logo, o parecer é no sentido de se deferir o pedido de cancelamento dos preços registrados.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Catanduvas, 26 de junho de 2020.

Valmir De Rós
Assessor Jurídico
OAB/SC n 26.310

VALMIR DE
ROS

Digitally signed by VALMIR DE
ROS

Date: 2020.06.26 09:53:39
-03'00'

PARECER JURÍDICO - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL N° 099/2019

Publicação N° 2544646

**REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DE PREÇO REGISTRADO
INTERESSADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL N° 099/2019****PARECER JURÍDICO****BREVE RESUMO**

Trata-se de pedido de reequilíbrio formulado pelo fornecedor **AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, em relação ao preço registrado do **item 23 - Leite UHT Integral, marca Latvida**, em razão do aumento do preço junto ao fornecedor.

Em que pese tenha juntado aos autos nota fiscal que comprova o aumento do preço junto ao fornecedor no mês de março/2020, não há qualquer prova de que o referido aumento ainda persista, eis que o requerente não apresentou qualquer outra nota fiscal mais recente.

Pesquisas realizadas no varejo de Catanduvas, onde o preço ordinariamente é maior em razão da venda fracionada, indica que o preço do Leite UHT, mesmo que de outras marcas mais valorizadas (Aurora e Tirol), tem preço inferior ao pleiteado.

É a síntese.

DOS FUNDAMENTOS

Quanto à revisão de contrato, a Lei nº 8.666/93 diz que:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo das partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Maria Sylvia Di Pietro cataloga quatro condições para que os contratados tenham direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro com fundamento na teoria da imprevisão.

Para ela, é necessário suceder fato:

- 1. Imprevisível quanto à sua ocorrência ou quanto às suas consequências;
- 2. Estranho à vontade das partes;
- 3. Inevitável;
- 4. Causa de desequilíbrio muito grande no contrato. (DI PIETRO, Maria Sylvia. Direito Administrativo. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 262) (Grifamos)

Esse é o entendimento do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, proferido no Prejulgado nº 869, abaixo transcrito:

Somente se admite reajuste de preços quando o contrato administrativo original contiver cláusula permitindo o reajuste, vedada a inserção de cláusula de reajuste no decorrer da execução contratual.

Admitida a revisão dos valores contratuais quando atendidos os preceitos do art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93, ou seja, quando circunstâncias extracontratuais (álea extraordinária), imprevisíveis no momento da avença, ocorridas na vigência do contrato, afetem substancialmente sua economia, e desde que o contratado comprove o desequilíbrio econômico-financeiro, mediante apresentação de planilhas de custos e documentação de suporte. Compete à autoridade competente analisar cuidadosamente o pedido, podendo louvar-se em pareceres, laudos, pesquisas de preços, perícias e outros instrumentos, a fim de que o ato revisional atenda os princípios da Administração Pública e esteja revestido das

demonstrações e justificativas exigidas para os atos administrativos, face à indisponibilidade do interesse público.

A proteção constitucional do equilíbrio econômico-financeiro do contrato é medida que se presta a assegurar a posição patrimonial de todos os polos contratantes, podendo ser invocada tanto pelo contratado quanto pela própria Administração Pública, se existentes as hipóteses de majoração ou minoração dos encargos do contrato, nos termos da lei.

No caso em tela, o requerente requer a revisão do preço registrado ao argumento de ter havido aumento de preços junto ao fornecedor.

Contudo, a pesquisa de preços não indica o aumento no patamar pleiteado.

Assim, em que pese tenha havido aumento no preço de aquisição do produto em março/2020, o preço atual no mercado local é inferior ao pleiteado pelo requerente, não havendo fundamento jurídico que justifique a Administração a pagar preço requerido.

Em razão do exposto, opina-se pelo indeferimento da revisão do registro de preço do leite UHT - Latvida.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Catanduvas, 26 de junho de 2020.

Valmir De Rós
Assessor Jurídico
OAB/SC 26.310

VALMIR DE ROS Digitally signed by VALMIR DE ROS
Date: 2020.06.26 09:59:21 -03'00'

Vistos etc.

Acolho o bem lançado Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica, datado de 26/06/2020, adotando-o como razão de decidir, para indeferir o pedido de revisão de preço registrado, formulado pelo fornecedor **AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, em relação ao **item 23 - Leite UHT Integral, marca Latvida**.

Intime-se o fornecedor.

Publique-se o aditivo na forma da lei.

Catanduvas, 26 de junho de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 98/2020

Publicação Nº 2543196

Decreto nº 98, de 25 de junho de 2020

"Dispõe sobre nomeação de membros para compor o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de interesse social – FHIS e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município, Lei municipal n. 1.446/2019.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, composto por oito (8) membros titulares, conforme segue:

Representante da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento: DEISY GISELY ECHERT

Representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos: RAFAEL CECCON

Representante da Secretaria Municipal de Saúde: LUIZ ANTÔNIO CAMARGO

Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: IVANA MARIA CAVALLI

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura: RENATA MUCELINI MIOTTO

Representante da Associação Comercial e Industrial de Caxambu do Sul - ACIAC: RAQUELI DIEL

Representante das Mulheres Camponesas: SANDRA CECON RODRIGUERO;

Representante das Igrejas do município: ZAIDIR FILIPIN

Art. 2º. Os membros do Conselho, nomeados por este Decreto, exercerão suas atividades em caráter relevante, sem ônus para os cofres públicos municipais não gerando direito a qualquer vencimento e demais obrigações sociais e trabalhistas.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC 25 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 99/2020

Publicação Nº 2543193

DECRETO Nº 099/2020

"Nomeia os novos membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Caxambu do Sul e dá outras providências."

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Capítulo II da Lei Municipal nº 1.210/2010.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados e automaticamente empossados os membros efetivos do CMDCA e seus respectivos suplentes, de forma paritária entre os representantes do governo municipal e da sociedade civil, de acordo com o artigo 4º da Lei Municipal nº. 1.210/2010, conforme segue:

Representante da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento:

Deisy Gisely Eckert - Titular

Juliane Pegoraro Gheller - Suplente

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura

Renata Miotto Mucelini - Titular

Rafael Cecon- Suplente

Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Clarice Dittadi - Titular

Rafael Alves da Silva - Suplente

Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Tamires Massier Gnoatto- Titular

Luciane Baierle Lorenzatto - Suplente

Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Carolina Bernasconi - Titular
Ivana Cavalli - Suplente

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Osvaldo Huntzman - Titular
Aliandra Brighenti Dittadi - Suplente

Representantes do Grêmio Estudantil
Gabrieli Gaio Moreira - Titular
Ana Paula Cela - Suplente

Representantes da Igreja Católica Apostólica Romana
Tania Rosana Boita - Titular
Zaidir Filippin - Suplente

Representantes das Igrejas Evangélicas
Cenira de Quadros - Titular
Raquel Montiel - Suplente

Art. 2º - Os membros do Conselho, nomeados por este Decreto exercerão suas atividades em caráter relevante, sem ônus para os cofres públicos municipais, não gerando direito a qualquer vencimento e demais obrigações sociais e trabalhistas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 25 de junho de 2020.

GLAUBER BURTET
Prefeito Municipal

PORTARIA 078/2020

Publicação Nº 2543427

PORTARIA Nº 078/2020

"Designa funções a servidor e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

Considerando a vacância no cargo de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes e a necessidade de servidor responsável pela secretaria até que seja ocupado o cargo;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o servidor EDUARDO LUIS SFREDDO às funções de Secretário de Educação, Cultura e Esportes em cumulação com as funções de Secretário de Administração.

Art. 2º - As funções serão exercidas cumulativamente e sem acréscimo remuneratório.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 29 de junho de 2020.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 79/2020

Publicação Nº 2543436

PORTARIA Nº 079/2020

“Instaura Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências”.

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município, e art. 111 e seguintes da Lei Complementar Municipal 001/2001:

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apuração e sanção de possíveis irregularidades cometidas pelo Servidor D. P. F. inscrito no CPF XXX.XXX.659-00, por estar acumulando cargo efetivo e aposentadoria em violação ao art. 37, §14 da CF e 97, §3º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e, portanto, supostamente, infringido a Lei Complementar 001/2001, cuja sanção está prevista no art. 110, XII.

Art. 2º. O cumprimento do disposto no artigo anterior se dará pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar instituída pelo Decreto Municipal 80/2020:

Art. 3º. A Comissão Processante notificará o servidor para que tome conhecimento do presente Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 4º. A Comissão Processante, poderá contar com o tempo, os meios e a estrutura material necessária para realização de seu mister, podendo, inclusive, requisitar o auxílio de servidores, se for o caso.

Art. 5º. Fixar o prazo máximo de 30 (sessenta) dias, para conclusão dos trabalhos (rito sumário), cujo prazo poderá ser prorrogado quando as circunstâncias o exigirem, por igual período, mediante justificativa.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 29 de junho de 2020.

GLAUBER BURTET
Prefeito

TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 049/2020 PCS DESTRA

Publicação Nº 2543928

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: DESTRA CONSTRUTORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Contrato nº: 058/2020 PCS.

Objeto: TERMO ADITIVO DE PRAZO PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL (CRAS), MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL/SC.

Data da assinatura: 29/06/2020

Vigência: 19/07/2020.

Celso Ramos

PREFEITURA

ADJUDICAÇÃO TP 03/2020

Publicação Nº 2543795

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS CNPJ: 78.493.343/0001-22 RUA DOM DANIEL HOSTIN 930 C.E.P.: 88598-000 - Celso Ramos - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2020 - TP Processo Administrativo: 30/2020 Processo de Licitação: 30/2020 Data do Processo: 08/06/2020
	Folha: 1/2

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 30/2020
b) Licitação Nr.: 3/2020-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 29/06/2020
e) Data da Adjudicação: 29/06/2020 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO COM DRENAGEM PLUVIAL, PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM TRECHO DA AVENIDA DOM DANIEL HOSTIN, DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC, ATENDENDO O CONVENIO DO FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS (FUNDAM) Nº 884651/2019 - OPERAÇÃO: 1065305-12, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS E PROJETOS, ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SECRE

g) Fornecedores e Itens Vencedores: (em Reais R\$)

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS EIRELI (10253)

1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO COM DRENAGEM PLUVIAL, PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM TRECHO DA AVENIDA DOM DANIEL HOSTIN, DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC, ATENDENDO O CONVENIO DO FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS (FUNDAM) Nº 884651/2019 - OPERAÇÃO: 1065305-12, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS E PROJETOS, ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE E MEIO AMBIENTE - PORTARIA: 424/2016 - PORTARIA INTERMINISTERIAL MPOG/MF/CGU.	UN	1	-	244.887,29	244.887,29
---	----	---	---	------------	------------

Total do Fornecedor: 244.887,29

Total Geral: 244.887,29

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (138) Saldo: 483.637,29

Celso Ramos, 29 de Junho de 2020.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS- PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOSCNPJ: 78.493.343/0001-22
RUA DOM DANIEL HOSTIN 930
C.E.P.: 88598-000 - Celso Ramos - SC**TOMADA DE PREÇO**

Nr.: 3/2020 - TP

Processo Administrativo: 30/2020
Processo de Licitação: 30/2020
Data do Processo: 08/06/2020

Folha: 2/2

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Celso Ramos, 29 de Junho de 2020.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS- PREFEITO MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 076, DE 29.06.2020

Publicação Nº 2543604

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 076, DE 29.06.2020

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.3º, I, da Lei nº 0727 de 13.12.2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 190.500,00 (cento e noventa mil e quinhentos reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

03 – Secretaria de Administração e Planejamento

03 – Secretaria de Administração e Planejamento

04 – Administração

122 – Administração Geral

06 – Administração Geral

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento R\$ 10.000,00

04 – Secretaria da Fazenda

04 – Secretaria da Fazenda

04 – Administração

123 – Administração Financeira

02 – Administração Financeira

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.005 - Manutenção/Pessoal da Secretaria da Fazenda R\$ 8.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

07 – Educação para o Futuro

110 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.023 - Manutenção/pessoal do Ensino Fundamental R\$ 100.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

07 – Educação para o Futuro

110 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.023 - Manutenção/pessoal do Ensino Fundamental R\$ 5.500,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

365 – Educação Infantil

07 – Educação para o Futuro

110 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.024 - Manutenção/pessoal da Educação Infantil R\$ 50.000,00

07 – Secretaria da Administração

01 – Divisão de Agricultura

20 – Agricultura
606 – Extensão Rural
12 – Agricultura Sustentável
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.033 - Manutenção/Pessoal da Secretaria, com veículo para assistência técnica ao produtor
..... R\$ 2.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e serviços
03 – Divisão de Obras
26 – Transporte
782 – Transporte Rodoviário
20 – Estradas Vicinais
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.086 - Manutenção das Estradas Vicinais e Equipamentos R\$ 5.000,00

10 – Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
01 – Divisão do Meio Ambiente
18 – Gestão Ambiental
541 – Preservação e Conservação Ambiental
18 – Sustentabilidade Ambiental
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.069 - Manutenção/pessoal da Secretaria do Meio Ambiente e Turismo ... R\$ 5.000,00

12 – Gabinete do Prefeito e Vice
02 – Gabinete do Prefeito e Vice
04 – Administração
122 – Administração Geral
03 – Gestão Administrativa Superior
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice R\$ 5.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 190.500,00 (cento e noventa mil e quinhentos reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03 – Secretaria de Administração e Planejamento
03 – Secretaria de Administração e Planejamento
04 – Administração
122 – Administração Geral
06 – Administração Geral
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento R\$ 10.000,00

04 – Secretaria da Fazenda
04 – Secretaria da Fazenda
04 – Administração
123 – Administração Financeira
02 – Administração Financeira
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.005 - Manutenção/Pessoal da Secretaria da Fazenda R\$ 8.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 – Divisão de Ensino
12 – Educação
361 – Ensino Fundamental
07 – Educação para o Futuro
110 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.023 - Manutenção/pessoal do Ensino Fundamental R\$ 105.500,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 – Divisão de Ensino
12 – Educação
365 – Educação Infantil

07 – Educação para o Futuro

110 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.024 - Manutenção/pessoal da Educação Infantil R\$ 50.000,00

07 – Secretaria da Administração

01 – Divisão de Agricultura

20 – Agricultura

606 – Extensão Rural

12 – Agricultura Sustentável

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.033 - Manutenção/Pessoal da Secretaria, com veículo para assistência técnica ao produtor R\$ 2.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e serviços

03 – Divisão de Obras

26 – Transporte

782 – Transporte Rodoviário

20 – Estradas Vicinais

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.086 - Manutenção das Estradas Vicinais e Equipamentos R\$ 5.000,00

10 – Secretaria do Meio Ambiente e Turismo

01 – Divisão do Meio Ambiente

18 – Gestão Ambiental

541 – Preservação e Conservação Ambiental

18 – Sustentabilidade Ambiental

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.069 - Manutenção/pessoal da Secretaria do Meio Ambiente e Turismo ... R\$ 5.000,00

12 – Gabinete do Prefeito e Vice

02 – Gabinete do Prefeito e Vice

04 – Administração

122 – Administração Geral

03 – Gestão Administrativa Superior

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de junho de 2020.

Marli Goretti Kammers

Prefeita Municipal

DECRETO N° 077, DE 29.06.2020

Publicação N° 2543624

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 077, DE 29.06.2020

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.3º, III, “b” da Lei nº 0727 de 13.12.2019,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 101 (receita de impostos e transferência de impostos - saúde) no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

301– Atenção Básica
11 – Saúde – Prioridade é Você
101 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.056 - Manutenção/Pessoal da Secretaria Municipal da Saúde, Palestras Preventivas e Capacitação de Funcionários
..... R\$ 140.000,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301– Atenção Básica
11 – Saúde – Prioridade é Você
101 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.056 - Manutenção/Pessoal da Secretaria Municipal da Saúde, Palestras Preventivas e Capacitação de Funcionários
..... R\$ 40.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de junho de 2020.

Marli Goretti Kammers
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 078, DE 29.06.2020

Publicação Nº 2543634

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 078, DE 29.06.2020
Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.3º, III, "a" da Lei nº 0727 de 13.12.2019,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 103 (atenção básica), no valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301– Atenção Básica
11 – Saúde – Prioridade é Você
103 – Atenção Básica
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.062 - Execução manutenção Programa Saúde Família e PACS R\$ 40.000,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301– Atenção Básica
11 – Saúde – Prioridade é Você
103 – Atenção Básica
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.062 - Execução manutenção Programa Saúde Família e PACS R\$ 17.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de junho de 2020.

Marli Goretti Kammers
Prefeita Municipal

PORTARIA N° 214/2020

Publicação N° 2543333

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 214/2020

CONSIDERANDO o deferimento do Pedido Prorrogação de Auxílio Doença do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, concedido através do benefício nº 630.879.655-0, até 16.07.2020 a Servidora LUCIANI PAUL KERSCHBAUM;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Prorrogar em favor da servidora LUCIANI PAUL KERSCHBAUM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matriculada sob o nº 2423/02, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Licença para Tratamento de Saúde, até 16.07.2020, conforme decisão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a ser remunerado pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 12.06.2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de junho de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA N° 215/2020

Publicação N° 2543580

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 215/2020

CONSIDERANDO o deferimento do Pedido Prorrogação de Auxílio Doença do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, concedido através do benefício nº 631497.100-8, até 29.07.2020 o Servidor ADENILSON ANTONIO;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Prorrogar em favor do Servidor Público ADENILSON ANTONIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Profissional, matriculado sob o nº 2425/01, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, até 29.07.2020, conforme decisão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a ser remunerado pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de junho de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N°004/2020

Publicação N° 2543845

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N°004/2020

A Prefeitura Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, nos termos do § 2º do artigo 2º da Lei nº 5.994, de 27 de abril de 2011, INTIMA os proprietários de imóveis abaixo descritos, para que efetuem a roçada e limpeza dos mesmos, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação do presente Edital:

CADASTRO IMOBILIÁRIO	QUADRA	LOTE	NOME	TERMO DE OCORRÊNCIA E INSPEÇÃO
77815	4356	03	MAURO LUIZ DAL BELLO	262/2020
2380	68	02	CELIO RODOLFO MULLER	146/2020
21758	1403	16	SEBASTIAO FAGUNDES	713/2019
32255	2026	04	CLEBERSON FERNANDO DA SILVA	121/2020

Os proprietários que, no prazo de 10 dias a contar da publicação do presente edital, efetuarem a roçada de seus imóveis, deverão comunicar o fato imediatamente à Diretoria de Fiscalização de Obras e Posturas da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

O não atendimento ao presente edital sujeitará os proprietários infratores à multa e autorizará o Município a efetuar a roçada, com a cobrança do preço público correspondente.

Chapecó – SC, 25 de junho de 2020.

VALDECIR ANTÔNIO DISNER
Diretor de Fiscalização de Obras e Posturas
Prefeitura Municipal de Chapecó

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 005/2020

Publicação N° 2543849

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 005/2020

A Prefeitura Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, nos termos dos artigos 222, 223 e 224 da Lei nº 04, de 31 de maio de 1990, INTIMA os proprietários dos imóveis abaixo descritos, para comparecerem à Diretoria da Fiscalização de Obras e Posturas para apresentarem defesa ou solicitar prazo para regularização da ocorrência, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação do presente Edital:

CADASTRO IMOBILIÁRIO	QUADRA	LOTE	PROPRIETÁRIO	TERMO DE OCORRÊNCIA E INSPEÇÃO
77842	4357	12	DEBORA FRANCIELLE GRANDO	1683/2019
77865	4360	6	DANIEL AYRES D'AVILA	1209/2019
66885	541	18	ARTHUR ARGEU LAJUS	1038/2019
96262	4855	7	ROGERIO GIVANILDO NUNES	728/2019
50002	2561	12	OSVALDO JOÃO MANTELLI	725/2019

O não atendimento ao presente edital sujeitará o proprietário infrator à multa e autorizará o Município a tomar as medidas cabíveis.

Chapecó - SC, 25 de junho de 2020.

VALDECIR ANTÔNIO DISNER
Diretor de Fiscalização de Obras e Posturas
Prefeitura Municipal de Chapecó

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 06/2020

Publicação Nº 2543852

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 06/2020

A Prefeitura Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, dando cumprimento ao disposto na Lei municipal nº. 170/83 (Código Tributário Municipal), artigos 213, 236, 237, 250, 271, 284, 285 e 286, Lei Complementar municipal nº. 113, de 18/12/2000 e regulamentos, Multas Fiscais (MULTA - artigos 169, I, e 169 – A, I, da Lei municipal nº.170/83), faz saber que o contribuinte abaixo identificado, o qual se encontra em local incerto e não sabido, é sujeito passivo de créditos fiscais em fase de lançamento, conforme especificado abaixo:

MARINES ANTONIOLLO MULLER	Auto de Infração nº 9263 – 01/2020
VALDEMAR LORENZON	Auto de Infração nº 9262 – 01/2020
VILMAR ROSSET	Auto de Infração nº 9032 – 09/2019

Chapecó, 25 de junho de 2020.

VALDECIR ANTÔNIO DISNER
Diretor de Fiscalização de Obras e Posturas
Prefeitura Municipal de Chapecó

Cocal do Sul

PREFEITURA

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/FMS/2020

Publicação Nº 2544730

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/FMS/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/FMS/2020

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, do Município de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso IV, do art. 26 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Dispensa de Licitação conforme segue:

Objeto: Aquisição de TNT para confecção de avental para os profissionais da saúde.

Fornecedor: BIG MIX COMÉRCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA

Razão da Escolha do Fornecedor: A escolha do fornecedor baseou-se na cotação de preços, e a empresa que apresentou o menor valor foi selecionada para o fornecimento do objeto.

Justificativa do Preço: No caso em questão, verifica-se que os valores estão compatíveis com as tabelas de preços praticadas no mercado em se tratando de serviço similar.

Previsão Legal: Inciso IV, do Artigo 24, da Lei nº 8.666/93.

Dotação Orçamentária: 11.001.10.301.1400.2020.3.3.90.00.00 / 0.2.38.0112 - Manutenção dos Serviços da Estratégia Saúde da Família - ESF

Cocal do Sul, 19 de junho de 2020.

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

ADEMIR MAGAGNIN
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº. 276/2020**

Publicação Nº 2544047

RESOLUÇÃO Nº 276/20, 26 de junho de 2020.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELO CONTROLE INTERNO, SETOR PESSOAL, LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL E CONCEDE GRATIFICAÇÃO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, RICHARDSON VIEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar LUIZ CARLOS GONÇALVES, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, portador do RG n. 1.525.691 e CPF 601.586.899-68, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Contabilidade, para responder pelo Controle Interno, Setor Pessoal, Licitação, Compras e Patrimônio, da Câmara Municipal.

Art. 2º. Conceder ao servidor designado no art. 1º, pelo exercício das funções designadas, gratificação equivalente a 10% (dez por cento) dos seus vencimentos, conforme art. 10 da Lei 784/2007.

Art. 3º. As despesas inerentes a execução desta resolução correm às expensas das dotações próprias do orçamento da Câmara Municipal.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem a 01 de janeiro de 2020, em virtude de o servidor estar exercendo o cargo desde a referida data.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 26 de junho de 2020.

RICHARDSON VIEIRA GIOVANA GALATO SANTA ROSA
Presidente 1ª. Secretária

Registrada e publicada a presente Resolução nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC , aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte.

Concórdia

PREFEITURA

DECRETO Nº 576/2020, DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543987

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 576/2020, DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Revoga a gratificação, a título de locomoção, concedida à servidora KARINE MIOTTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX e considerando a CI SEMUS/SEÇÃO ADMINISTRATIVA 174/2020, protocolizada em 22 de junho de 2020.

DECRETA :

Art. 1º Fica revogada, a partir de 1º de julho de 2020, a gratificação a título de locomoção, concedida à servidora KARINE MIOTTO, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 101079-00, pelo Decreto nº 603/2004, de 11 de novembro de 2004.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

GEOVANI BEDIN
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 578/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543989

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 578/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELISANGELA KAHER FRUHWIRTH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2020, à servidora ELISANGELA KAHER FRUHWIRTH, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 7 de abril de 2013 a 6 de abril de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ANA MARIA SELLA DA SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 579/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543994

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 579/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora EVA MARIA SANTANA DO PRADO RITTER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2020, à servidora EVA MARIA SANTANA DO PRADO RITTER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de julho de 2010 a 2 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

GEOVANI BEDIN
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 581/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543997

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 581/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020.
Concede gozo de licença-prêmio ao servidor GILMAR ANTONIO PIVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, ao servidor GILMAR ANTONIO PIVA, ocupante do cargo de Agente de Obras, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 4 de fevereiro de 2002 a 3

de fevereiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de junho de 2020

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Gestão Urbana

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6.533, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543999

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.533, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Aprova a Segunda Alteração do Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso – CMI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.322, 12 de dezembro de 2001 e alterações e no Decreto nº 4.463, de 1º de julho de 2002 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Segunda Alteração do Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso – CMI, na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ANA MARIA SELLA DA SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa
ANEXO ÚNICO

SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO
MUNICIPAL DO IDOSO DE CONCÓRDIA

Art. 1º O Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso de Concórdia – CMI terá dispositivos alterados na forma deste Regimento.

Art. 2º O art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação

“Art. 3º Integram o CMI, doze conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, os quais representam paritariamente instituições governamentais e não-governamentais, sendo:

I – um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

II – um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

III – um representante da Secretaria Municipal de Educação;

IV – dois representantes da Secretaria Municipal de Desporto e Cultura;

V – um representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Agropecuário;

VI – seis representantes de entidades não-governamentais, eleitos em fórum próprio, sendo:

a) dois idosos indicados por grupos de convivência do meio rural;

b) dois idosos indicados por grupos de convivência do meio urbano;

c) um representante de trabalhadores na área do idoso;

d) um representante de entidades não-governamentais que desenvolvam projetos ou programas voltados ao atendimento ao idoso.

§ 1º As entidades não-governamentais representadas no Conselho Municipal do Idoso perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

I – extinção de sua base territorial de atuação no Município;

II – irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível a sua representação no Conselho;

III – aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.

§ 2º Poderão ser convidados a participar, sem direito a voto, como membros honoríficos, as pessoas que se destacarem como colaboradores ou entidades com objetivos afins, mediante aprovação do CMI.” (NR)

Art. 3º O art. 23 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23. O CMI reunir-se-á ordinariamente, mensalmente, conforme cronograma aprovado na primeira assembleia do ano em curso e, extraordinariamente, por convocação do seu presidente ou por solicitação de 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º A convocação para as reuniões ordinárias e extraordinárias deve ser protocolizada pela Secretaria Executiva do CMI e ser comunicada a todos os conselheiros titulares com antecedência de, no mínimo, três dias, por meio de telefone, e-mail ou outros meios eletrônicos.

§ 2º Em caso de decreto de emergência ou calamidade pública, as reuniões ordinárias e extraordinárias, poderão ser realizadas à distância (online) garantido o quórum mínimo.” (NR)

Art. 4º Esta alteração do Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO TP 15/2020

Publicação Nº 2544342

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2020 – PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de obra de reforma do Bloco 02 da Escola Básica Municipal João Theobaldo Magarinos e da edificação que abriga o Ginásio do Grupo Escolar Municipal Nova Brasília, localizados neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo “D” do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: finalidade de efetuar a abertura do Envelope nº 02 – Proposta de Preços das licitantes habilitadas neste certame, quais sejam: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, BASE-V ENGENHARIA LTDA, COPAG CONSTRUTORA E INCOPORADORA EIRELI ME, ENGE W CONSTRUÇÕES EIRELI, FORMATTO ENGENHARIA LTDA, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, NICOLLI & MENDES ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP e SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Ressalva-se que as licitantes foram formalmente convocadas para participar da presente sessão, através da publicação no DOM/SC, edição número 3174, do dia 18 de junho de 2020. Assim procedeu-se sua abertura, sendo que as propostas foram conferidas e rubricadas pelos membros da Comissão, constatando que as licitantes atenderam aos requisitos constantes no subitem 6.1 do Instrumento Convocatório. Por conseguinte, foi apurada a seguinte classificação para o LOTE 1: a licitante BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP sagrou-se vencedora com o menor preço global de R\$ 251.896,03 (duzentos e cinquenta e um mil e oitocentos e noventa e seis reais e três centavos); a licitante NICOLLI & MENDES ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP ficou em segundo lugar com o menor preço global de R\$ 284.430,39 (duzentos e

oitenta e quatro mil e quatrocentos e trinta reais e trinta e nove centavos); a licitante BASE-V ENGENHARIA LTDA ficou em terceiro lugar o menor preço global de R\$ 285.880,34 (duzentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos); a licitante KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP ficou em quarto lugar com o menor preço global de R\$ 286.423,22 (duzentos e oitenta e seis mil e quatrocentos e vinte e três reais e vinte e dois centavos); a licitante ENGE W CONSTRUÇÕES EIRELI ficou em quinto lugar com o menor preço global de R\$ 296.825,50 (duzentos e noventa e seis mil e oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos); a licitante FORMATO ENGENHARIA LTDA ficou em sexto lugar com o menor preço global de R\$ 297.500,00 (duzentos e noventa e sete mil e quinhentos reais). Destaca-se que a empresa SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA deixou de apresentar a planilha da composição de BDI para o Lote nº 01, conforme alínea "f" do item 6.1., do edital, sendo, portanto, DESCLASSIFICADA para o referido Lote. De ressaltar que a proposta da empresa SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA para o lote 1 foi de R\$ 283.786,14 (duzentos e oitenta e três mil e setecentos e oitenta e seis reais e quatorze centavos). Para o LOTE 2, foi apurada a seguinte classificação: a licitante BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP sagrou-se vencedora com o menor preço global de R\$ 190.548,61 (cento e noventa mil e quinhentos e quarenta e oito reais e sessenta e um centavos); a licitante COPAG CONSTRUTORA E INCOPORADORA EIRELI ME ficou em segundo lugar com o menor preço global de R\$ 193.000,00 (cento e noventa e três mil reais); a licitante NICOLLI & MENDES ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP ficou em terceiro lugar com o menor preço global de R\$ 219.487,07 (duzentos e dezenove mil e quatrocentos e oitenta e sete reais e sete centavos); a licitante BASE-V ENGENHARIA LTDA ficou em quarto lugar menor preço global de R\$ 221.020,06 (duzentos e vinte e um mil, vinte reais e seis centavos); a licitante ENGE W CONSTRUÇÕES EIRELI ficou em quinto lugar com o menor preço global de R\$ 226.734,58 (duzentos e vinte e seis mil e setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e oito centavos); a licitante FORMATO ENGENHARIA LTDA ficou em sexto lugar com o menor preço global de R\$ 232.500,00 (duzentos e trinta e dois mil e quinhentos reais); a licitante SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ficou em sétimo lugar com o menor preço global de R\$ 233.961,12 (duzentos e trinta e três mil e novecentos e sessenta e um reais e doze centavos); a licitante KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP ficou em oitavo lugar com o menor preço global de R\$ 234.486,44 (duzentos e trinta e quatro mil e quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos). Em atenção ao disposto nos subitens 8.3 e 8.3.1 do Edital que prevê o seguinte: após a divulgação do vencedor se esse não for uma ME ou EPP (como é o caso do vencedor do Lote 02, BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP), e se houver proposta apresentada por ME ou EPP igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, (como também é o caso, já que a empresa COPAG CONSTRUTORA E INCOPORADORA EIRELI ME, na fase de habilitação comprovou através de competente Certidão, ser Empresa de Pequeno Porte), e com isso, após efetuarmos o cálculo previsto no subitem 8.3 do Edital, verificamos que a licitante COPAG CONSTRUTORA E INCOPORADORA EIRELI ME, possui o direito de preferência para o Lote 02, já que o valor de sua proposta de preços está dentro dos 10% previsto na Lei Federal nº 123/2006. Assim, a Presidente da Comissão de Licitação procede da seguinte forma: a licitante COPAG CONSTRUTORA E INCOPORADORA EIRELI ME, classificada em seu direito a preferência, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do Lote 02, por escrito. Portanto, fica o representante legal da empresa COPAG CONSTRUTORA E INCOPORADORA EIRELI ME, intimado se assim tiver interesse, a protocolizar nova proposta de preço para o Lote 02, em envelope identificado, até às 17h (dezessete horas), do dia 02 de julho de 2020, e se assim acontecer, a Comissão de Licitação fará nova sessão, proferindo a nova classificação de preços no dia 03 de julho de 2020, às 13h30min, e neste caso, será aberto posteriormente o pertinente prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", Lei Federal 8.666/93. Caso não haja protocolo de nova proposta para o Lote 02, o prazo recursal citado acima iniciar-se-á na data de 03 de julho de 2020.

Concórdia, SC, 28 de junho de 2020.

CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA
Presidente da CPL

PORTARIA Nº 108/2020, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543984

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 108/2020, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, e considerando:

- o Adendo nº 008/2020, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural – SEMUR;

- a CI DSMT 159/2020, protocolizada em 23 de junho de 2020, emitida pelo Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Adicional de Periculosidade, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento (salário base), ao servidor RONI BITTENCOURT, ocupante do cargo de Servente Braçal.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º desta Portaria, fica revogado, o Adicional de Insalubridade concedido ao servidor RONI BITTENCOURT, pelo inciso II do art. 1º da Portaria nº 136/2007, de 10 de setembro de 2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de maio de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1/2019

Publicação Nº 2543980

Termo nº 2/2020
Processo nº 27832/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1/2019

Aos dezoito dias do mês de junho de 2020, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO LUCIANO PACHECO, doravante denominado MUNICÍPIO e a FUNDAÇÃO ADOLPHO BÓSIO DE EDUCAÇÃO NO TRANSPORTE – FABET, inscrita no CNPJ sob nº 01.922.315/0001-59, com sede na Rodovia SC 283, nº 8.100, Bairro Fragosos, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Procurador, LUIS CARLOS MÜLLER SCHAURICH, inscrito no CPF sob nº 867.402.889-68, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada PARTÍCIPE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica alterada a vigência programada, relativa ao item 2 – Identificação do Projeto/Programa/Serviço/Benefício, do Plano de Trabalho, constante no Anexo Único, para: “maio a dezembro de 2020”.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo que a esta dá causa e do Primeiro Termo Aditivo.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 18 de junho de 2020.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

LUIS CARLOS MÜLLER SCHAURICH
Procurador da Fundação Adolpho Bósio
de Educação no Transporte – FABET

Testemunhas:

1. 2.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO 03/2020**

Publicação Nº 2543225

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA – SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 03/2020 - CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP

OBJETO: Execução de obra para reforma do edifício da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

VALOR TOTAL: R\$ 350.164,85 (Trezentos e cinquenta mil, cento e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.44905107

DATA DA ASSINATURA: 29.06.2020

DATA DE VENCIMENTO: 29.06.2021

FORO: Comarca de Concórdia SC

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 178/2020

Publicação Nº 2543745

DECRETO Nº 178/2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64, LC nº 172/2020 e Lei municipal nº 1.311/2020. DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2020 no valor de até R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.304.2505.2.024 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública e Promoção Social do Município.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 77

Fonte de Recursos: 35.964 – Vinculados – R\$ 210.000,00

Art. 2º para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior será anulado da seguinte dotação orçamentária.

Projeto/Atividade: 10.304.2505.2.024 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública e Promoção Social do Município.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 61

Fonte de Recursos: 35.964 – Vinculados – R\$ 210.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2020 no valor de R\$ 34.936,31 (trinta e quatro mil, novecentos e trinta e seis reais e trinta e um centavos) o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.304.2505.2.024 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública e Promoção Social do Município.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 75

Fonte de Recursos: 32.164 – Vinculados – R\$ 34.936,31

Art. 4º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos do superávit financeiro de 2019.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 26 de junho de 2020.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 179/2020

Publicação Nº 2544127

DECRETO Nº 179/2020

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito em exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir do dia 29 de junho de 2020, do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, a Sra. MARIA TERE-SINHA LUZA, matrícula n. 345701, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Em razão da referida exoneração, fica declarado vago o cargo mencionado no artigo 1º, na forma prevista no artigo 32, inciso I, da Lei Complementar Municipal n. 018/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cordilheira Alta).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 29 de junho de 2020.

ALTEMIR PEDERSSETTI
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO PROC. 71/2020

Publicação Nº 2543740

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO 71/2020
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2020

O Prefeito Municipal em exercício de Cordilheira Alta Sr. Altemir Pederssetti, torna público a ratificação da dispensa de licitação N. 33/2020, nos termos do Artigo 4º, da Lei Federal n. 13.979/2020, e subsidiariamente, na Lei Federal n. 8.666/1993, para aquisição de macacões de proteção, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), a favor da empresa DESCARTES COMERCIO DE EPI LTDA, CNPJ 33.318.013/001-62, com vigência contratual até 30/08/2020, para o fornecimento de 150 unidades de macacões de proteção no valor unitário de R\$ 25,80(vinte e cinco reais e oitenta centavos) totalizando o valor global estimado de R\$ 3.870,00 (três mil oitocentos e setenta reais).

Cordilheira Alta, 29 de junho de 2020.

ALTEMIR PERDESSETTI
Prefeito Municipal em exercício

LEI N. 1.312/2020

Publicação Nº 2543600

LEI N. 1.312/2020

Fixa o subsídio dos agentes políticos municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto nos incisos V e VI do artigo 29 da Constituição Federal, com redações dadas pelas Emendas Constitucionais n. 19/98 e n. 25/00, e demais disposições Constitucionais e legais pertinentes, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica fixado, para a Legislatura que tem início em primeiro de janeiro de 2021, o subsídio mensal do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta em R\$ 14.905,32 (quatorze mil novecentos e cinco reais e trinta e dois centavos).

Art. 2º Fica fixado em R\$ 4.723,33 (quatro mil, setecentos e vinte e três reais e trinta e três centavos) mensais o subsídio do Vice Prefeito Municipal.

Art. 3º Fica fixado o subsídio mensal do Secretário Municipal em R\$ 5.882,94 (cinco mil, oitocentos e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos), garantindo o direito a décimo terceiro subsídio e ao adicional de férias na ordem de um terço do valor do subsídio, vedados outros acréscimos.

Art. 4º Fica fixado em R\$ 3.154,53 (três mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e três centavos) mensais o subsídio dos Vereadores e em R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais) mensais o subsídio do Presidente da Câmara.

§ 1º A cada falta injustificada do Vereador às reuniões ordinárias da Câmara será descontado 1/5 (um quinto avos) de seu subsídio.

§ 2º Considerar-se-á para efeito de desconto da falta do presidente às reuniões ordinárias da Câmara o valor fixado a título de subsídio para o Vereador.

Art. 5º A revisão dos subsídios fixados por esta lei acontecerá sempre que houver revisão na remuneração dos servidores públicos municipais, na mesma data e com aplicação do mesmo índice.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de primeiro de janeiro de 2021.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, 29 de junho de 2020.

ALTEMIR PEDERSSETTI
Prefeito em exercício

Correia Pinto**PREFEITURA****APOSTILAMENTO DE CONTRATO - REAJUSTE - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 06/2019 FMS**

Publicação N° 2543418

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 008/2020 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2019 FMS/FHMCP ENTRE O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO E A EMPRESA SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO SC, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 75.438.655/0001-45, com sede administrativa a Av. Duque de Caxias, 3601, na cidade de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, inscrito no CPF sob nº 217.068.839-00, adiante denominada "CONTRATANTE", resolve modificar a Ata de Registro de Preços nº 03/2019 FMS/FHMCP, conforme Processo nº 06/2019 FMS/FHMCP, que se regerá pela legislação pertinente, Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação da Ata registrada e publicada, visando o reequilíbrio econômico financeiro do item a seguir:

Item	Descrição	Valor com ajuste
8	Ceftriaxona 1G	R\$ 11,39

Fica reajustado o valor em decorrência de repactuação concedida por parecer jurídico nº 0189/2020 PROGEM e despacho do Prefeito, passando a vigorar a partir de 24 de junho do 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas nos contratos, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Município de Correia Pinto providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, no Diário Oficial dos Municípios.

Correia Pinto/SC, 29 de junho de 2020.

Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

APOSTILAMENTO DE CONTRATO - REAJUSTE - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 08/2020 PMCP

Publicação N° 2543230

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 002/2020 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2020 PMCP, ENTRE O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO E A EMPRESA APOESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO SC, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 75.438.655/0001-45, com sede administrativa a Av. Duque de Caxias, 3601, na cidade de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, inscrito no CPF sob nº 217.068.839-00, adiante denominada "CONTRATANTE", resolve modificar a Ata de Registro de Preços nº 08/2020 PMCP, conforme Processo nº 08/2020 PMCP, que se regerá pela legislação pertinente, Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação da Ata registrada e publicada, por parte da Administração, visando o reequilíbrio econômico financeiro do item a seguir:

Item	Descrição	Valor máx. com ajuste
7	Álcool 70%	R\$ 3,77

Fica reajustado o valor em decorrência de repactuação concedida por parecer jurídico nº 0190/2020 PROGEM e despacho do Prefeito, passando a vigorar a partir de 24 de junho de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas nos contratos, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Município de Correia Pinto providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, no Diário Oficial dos Municípios.

Correia Pinto/SC, 26 de junho de 2020.

Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14/2020 PMCP - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 27/2020 PMCP

Publicação Nº 2544253

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2020– PMCP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2020 – PMCP

No dia 10 do mês de junho de 2020, compareceram, de um lado O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na rua Duque de Caxias, n. 3601, Centro, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo prefeito municipal, Sr. CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº. 217.068.839-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada DETENTORA DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 27/2020 PMCP, Processo Licitatório nº. 27/2020 PMCP, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO/EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRICISTA PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, em conformidade com as especificações constantes no Edital. Abaixo segue o licitante que teve item vencedor:

Nome da Empresa CNPJ

ANDRESSA PAULA E SOUZA ME 11.446.363/0001-71

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pela Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007 e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO/EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRICISTA PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar

conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado se torna inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor preço.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços ficará vinculada à validade dos créditos orçamentários do ano de 2020, limitado a 31/12/2020 a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, II e excepcionalmente nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta Lei.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Setor de Licitações e Contratos, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das

normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos/serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial cumprir as obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus colaboradores, bem como fornecer e fiscalizar a correta utilização dos equipamentos de segurança e de proteção individual;

5.3.4. Substituir os produtos/refazer os serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos/serviços já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos/serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. De Fornecimento do(s) produto(s) cotado(s), que será em até 2 (duas) horas, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme solicitação, mediante autorização emitida e assinada pelo responsável do setor de compras do Município de Correia Pinto/SC.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração,

por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. Todas as despesas relativas ao serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do serviço, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos/serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.2.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.2. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.2.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.2.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.2.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.2, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo.

Correia Pinto, 22 de junho de 2020.

Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

DETENTORA DA ATA

ANDRESSA PAULA E SOUZA ME _____

DECRETO N° 1601/2020

Publicação N° 2543960

DECRETO N° 1601/2020
DE 16 DE JUNHO DE 2020

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, VIII da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2334/2020, DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no montante de R\$ 238.750,00 (duzentos e trinta e oito mil e setecentos e cinquenta reais), a saber:

08.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS:
1.010 – Pavimentação Asfáltica no município de Correia Pinto.
123 4.4.90.00.00.1024 – Aplicações Diretas R\$ 238.750,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 238.750,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por excesso de arrecadação na fonte de recurso 1024 – Transferência de Convênios da União.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 26 de junho de 2020.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito
Registre-se e Publique-se

DECRETO N° 1602/2020

Publicação N° 2543963

DECRETO N° 1602/2020
DE 26 DE JUNHO DE 2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.”

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, VIII da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2335/2020, DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, no montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), a saber:
08.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS:
2.021 – Manutenção das Atividades da Secretaria Obras.
124 4.4.90.00.00.4008 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 300.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por excesso de arrecadação na fonte de recurso 4008 – Emendas Parlamentares.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 26 de junho de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

LEI MUNICIPAL Nº 2334/2020

Publicação Nº 2543947

LEI MUNICIPAL Nº 2334/2020
DE 26 DE JUNHO DE 2020

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.”

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial por Excesso de Arrecadação no montante de R\$ 238.750,00 (duzentos e trinta e oito mil e setecentos e cinquenta reais), a saber:

08.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS:

1.010 – Pavimentação Asfáltica no município de Correia Pinto.

123 4.4.90.00.00.1024 – Aplicações Diretas R\$ 238.750,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 238.750,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por excesso de arrecadação na fonte de recurso 1024 – Transferência de Convênios da União.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 26 de junho de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

LEI MUNICIPAL Nº 2335/2020

Publicação Nº 2543952

LEI MUNICIPAL Nº 2335/2020
DE 26 DE JUNHO DE 2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.”

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação no montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), a saber:

08.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS:

2.021 – Manutenção das Atividades da Secretaria Obras.

124 4.4.90.00.00.4008 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 300.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por excesso de arrecadação na fonte de recurso 4008 – Emendas Parlamentares.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 26 de junho de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito
Registre-se e Publique-se

PREGÃO PRESENCIAL PMCP N° 34/2020

Publicação N° 2543846

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL N° 34/2020 – PMCP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECOMPOSITOR DE PISTA, ASFALTO RÁPIDO USINADO À QUENTE E MASSA ASFÁLTICA INCLUINDO EMULSÃO RR2C COM TRANSPORTE E APLICAÇÃO, PARA OPERAÇÃO TAPA BURACOS MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC. Menor Preço por Lote. Abertura dos envelopes: 10/07/2020 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08h00minh às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou em www.correiapinto.sc.gov.br.

Correia Pinto/SC, 29 de junho de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

ANEXO - EXTRATO DE ITENS VENCEDORES - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 27/2020 PMCP

Publicação Nº 2544258

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 27/2020			Licitação: 27/2020 - PR			Data da Homologação: 22/06/2020			
Fornecedor: 12865			- ANDRESSA PAULA DE SOUZA ME						
1	41256	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA MANUTENÇÃO PREVE		HS	5.000,000	0,0000	50,0000	250.000,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					5.000,000			250.000,00	

Correia Pinto, 29 de Junho de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 019/2020**

Publicação Nº 2544225

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO****PORTARIA Nº 0019, DE 30 DE JUNHO DE 2020****EXONERA NACIR BEFFART DO CARGO DE
ASSESSOR PARLAMENTAR DA CÂMARA DE
VEREADORES DE CORREIA PINTO.****A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE
CORREIA PINTO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e
regimentais****RESOLVE:****Art. 1º** Exonerar, a pedido do Vereador Vilso Rostirolla, o servidor **NACIR
BEFFART**, do cargo de Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores do Município de
Correia Pinto.**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.**Art. 3º.** Fica revogada a Portaria nº 005, de 04 de fevereiro de 2020.

Correia Pinto 30 de junho de 2020.

Lucia Raquel Rodrigues Ortiz (MDB)
*Presidente***Amarildo dos Santos Ruivo (MDB)**
*1º Secretário***Anildo do Nascimento (MDB)**
2º Secretário

Rua Duque de Caxias, nº 3601 - Cep: 88535-000, Centro, Correia Pinto - SC

Fone: (49) 3243-1166 - E-mail: camaracorreiapinto@gmail.com

Página 1

www.camaracorreiapinto.sc.gov.brEste documento é cópia do original assinado digitalmente
Para conferir o original, acesse o site <https://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br/cei>, informe o código: 20062916452181F69

Corupá

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 036/2020

Publicação Nº 2543170

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 041/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2020
 CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CORUPÁ**, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
 CONTRATADO: **PAPELARIA SÃO BENTO LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.634.816/0001-16, estabelecida na rua Cruzeiro, nº 386, bairro Colonial, no município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.286-370.
OBJETO: EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE "MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS ESCOLARES" PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES (ESCOLAS E CEI'S), BEM COMO PARA AS AULAS DE TEATRO OFERTADAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DEMAIS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I - QUANTITATIVO.
VALOR:

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
20	CLIPS 2/0, CAIXA DE 500 GRAMAS, PRODUZIDO COM ARAME DE AÇO COM TRATAMENTO NIQUELADO E TRATAMENTO ANTIFERRUGEM.	CAIXA	NEW	30	R\$ 5,10	R\$ 153,00
21	CLIPS 3/0, CAIXA DE 500 GRAMAS, PRODUZIDO COM ARAME DE AÇO COM TRATAMENTO NIQUELADO E TRATAMENTO ANTIFERRUGEM.	CAIXA	NEW	80	R\$ 5,10	R\$ 408,00
22	CLIPS 8/0, CAIXA DE 500 GRAMAS, PRODUZIDO COM ARAME DE AÇO COM TRATAMENTO NIQUELADO E TRATAMENTO ANTIFERRUGEM.	CAIXA	NEW	40	R\$ 5,08	R\$ 203,20
23	CLIPS Nº0, CAIXA COM 100 UNIDADES, PRODUZIDO COM ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO NIQUELADO.	CAIXA	NEW	20	R\$ 1,00	R\$ 20,00
40	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 45 MM X 50 METROS.	ROLO	SICAD	200	R\$ 2,11	R\$ 422,00
42	FITA CREPE, MEDIDAS 45 MM X 50 METROS	ROLO	SICAD	100	R\$ 5,70	R\$ 570,00
43	FITA CREPE BRANCA 19 MM X 50 METROS.	ROLO	SICAD	100	R\$ 2,28	R\$ 228,00
44	FITA CREPE BRANCA 50 MM X 50 METROS.	ROLO	SICAD	60	R\$ 5,70	R\$ 342,00
54	GRAMPO "U" TRILHO METAL S/ TRILHO, PACOTE COM 50 UNIDADES.	UNIDADE	JOCAR	30	R\$ 8,40	R\$ 252,00
71	PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL BORRACHA E.V.A, COMPRIMENTO 60 X 40 CM, ESPESSURA 2 MM, PADRÃO LISO, PACOTE COM 10 UNIDADES, CORES: AMARELO, AZUL, BRANCO, LARANJA, PRETO, ROSA, ROXO, VERDE, VERMELHO E CINZA (25 CAIXAS DE CADA COR)	PACOTE C/10 FOLHAS	VMP	250	R\$ 9,75	R\$2.437,50
82	PASTA "L" A4, LISA INCOLOR, 0,15 MM.	UNIDADE	DAC	400	R\$ 0,43	R\$ 172,00
90	PILHA ALCALINA 1,5V TIPO AAA PALITO - CARTELA COM 2 UNIDADES	EMBALAGEM C/ 2 UNID	ELGIN	200	R\$ 2,74	R\$ 548,00
102	REFIL DE COLA QUENTE GROSSO, PACOTE DE 1 QUILO	QUILOGRAMA	RENDICOLA	30	R\$ 20,20	R\$ 606,00
110	TINTA GUACHE, POTE DE 250 ML, CORES: AMARELO OURO (40 POTES), AZUL (40 POTES), AZUL CELESTE (40 POTES), AZUL TURQUESA (40 POTES), BRANCO (40 POTES), LARANJA (35 POTES), MARROM (35 POTES), PRETO (35 POTES), ROSA (35 POTES), ROXO (35 POTES), VERDE BANDEIRA (35 POTES), VERDE FOLHA (35 POTES), VERMELHO FOGO (35 POTES).	UNIDADE	PIRATININGA	480	R\$ 2,38	R\$ 1.142,40
115	BOBINAS TÉRMICAS PARA RELÓGIO PONTO, MEDIDAS 56 MM DE LARGURA E 300 METROS DE COMPRIMENTO, COM VALIDADE DE	UNIDADE	MAX PRINT	350	R\$ 22,00	R\$ 7.700,00

	IMPRESSÃO DE 05 ANOS.					
118	BATERIA PARA TERMÔMETRO DIGITAL DE 1,5 V, TIPO LR 41,392 OU EQUIVALENTE	UNIDADE	ELGIN	120	R\$ 0,40	R\$ 48,00
Total do Fornecedor:						R\$ 15.252,10

Data da Assinatura: 23/06/2020

Data da Vigência: 12 MESES

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 037/2020

Publicação Nº 2543171

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 041/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2020

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CORUPÁ**, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
 CONTRATADO: **ELMO PAPELARIA EIRELI EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.999.762/0001-31, estabelecida na rua Doraci Gallot Kehrig, nº 56, bairro Centro, no município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, CEP 88140-000.

OBJETO: EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE "MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS ESCOLARES" PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES (ESCOLAS E CEI'S), BEM COMO PARA AS AULAS DE TEATRO OFERTADAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DEMAIS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I - QUANTITATIVO.

VALOR:

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
4	BLOCO PAPEL LEMBRETE BRANCO, REFIL PARA ORGANIZADOR DE MESAS C/ 750 FOLHAS.	UNIDADE	SANREMO	50	R\$ 5,62	R\$ 281,00
10	CADERNO EXECUTIVO CAPA DURA, 100 FOLHAS, 200 MM X 275 MM.	UNIDADE	PANAMERICA NA	40	R\$ 5,70	R\$ 228,00
12	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO OFICIO, PARA DOCUMENTOS DIVERSOS DIMENSÃO 365 X 140 X 255 MM PACOTES COM 25 UNIDADES	EMBALAGEM C/ 25 UNID	SC	50	R\$ 32,45	R\$ 1.622,50
27	COLA PARA TECIDO, EMBALAGEM DE 40 GRAMAS, COM BICO APLICADOR, NÃO TÓXICA, PRONTA PARA USO, SOLÚVEL EM ÁGUA, PARA COLAR TECIDO SOBRE TECIDO, INDICADA SOMENTE PARA TECIDOS 100% ALGODÃO.	UNIDADE	ACRILEX	20	R\$ 2,17	R\$ 43,40
30	CORRETIVO CANETA 8 ML, COM SISTEMA SHAKEN SQUEZE (O LIQUIDO LIBERA AO PRESSIONAR O CORPO DO CORRETIVO).	UNIDADE	MASTERPRINT	80	R\$ 2,37	R\$ 189,60
33	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL PARA CIRCULAÇÃO INTERNA 200 X 280 MM.	UNIDADE	ROMITEC	3.000	R\$ 0,10	R\$ 300,00
35	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL 80G/M², MEDIDAS 162 X 229 MM	UNIDADE	ROMITEC	3.000	R\$ 0,08	R\$ 240,00
45	FITA KRAFT MARROM 45 MM X 50 METROS.	ROLO	EUROCELL	250	R\$ 7,20	R\$ 1.800,00
52	GRAMPO 23/8, CAIXA COM 5000 GRAMPOS.	CAIXA C/ 5.000 UNID	BRW	5	R\$ 11,50	R\$ 57,50
61	LIVRO ATA CAPA DURA NA COR PRETA, PAPEL BRANCO, COM PAUTA E SEM MARGEM, COM 100 FOLHAS NUMERADAS SEQUENCIALMENTE DE 1 A 100, MEDINDO 220 MM X 320 MM.	UNIDADE	PAGINA BRASIL	60	R\$ 6,50	R\$ 390,00
62	LIVRO PONTO 1/4, 154 MM X 216 MM, CAPA EM PAPELÃO 70	UNIDADE	FORONI	20	R\$ 10,00	R\$ 200,00
85	PEN DRIVE COM CAPACIDADE DE 32 GIGAS	UNIDADE	MULTILASER	25	R\$ 34,30	R\$ 857,50
88	PERFURADOR PARA 2 FUROS, DE FERRO FUNDIDO, COM CAPACIDADE PARA ATÉ 100 FOLHAS.	UNIDADE	CAVIA	20	R\$ 53,00	R\$ 1.060,00
99	PRANCHETA DE ACRÍLICO.	UNIDADE	NOVACRIL	50	R\$ 6,45	R\$ 322,50
101	QUADRO BRANCO MAGNÉTICO 40 CM X 60 CM, COM SUPORTE PARA APAGADOR DESLIZANTE E REMOVÍVEL, CONFECCIONADO EM FÓRMICA, MOLDURA E SUPORTE PARA APAGADOR EM ALUMÍNIO.	UNIDADE	CORTIARTE	20	R\$ 43,20	R\$ 864,00
105	PAPEL KRAFT NATURAL 80G, ROLO COM 60 CM X 200 METROS COM UM DOS LADOS ENCERADO	ROLO	NSL	10	R\$ 69,92	R\$ 699,20
					TOTAL R\$ 9.155,20	

Data da Assinatura: 23/06/2020
Data da Vigência: 12 MESES

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 038/2020

Publicação Nº 2543174

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 041/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2020

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CORUPÁ**, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: **PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 19.032.430/0001-13, estabelecida na rua João Francisco Lyra, nº 134 – Galpão 01, bairro Amizade, no município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

OBJETO: EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE "MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS ESCOLARES" PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES (ESCOLAS E CEI'S), BEM COMO PARA AS AULAS DE TEATRO OFERTADAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DEMAIS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I - QUANTITATIVO.

VALOR:

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	APONTADOR PLÁSTICO COM DEPÓSITO, CAIXA COM 24 UNIDADES	CAIXA C/24 UNIDADES	GABIGU	15	R\$ 8,50	R\$ 127,50
16	CANETA ESFEROGRÁFICA, ESCRITA GROSSA, CORPO ÚNICO EM ACRÍLICO TRANSPARENTE OITAVADO, PONTA COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TAMPA ANTI-ASFIXIANTE NA COR DA TINTA, TAMPA E CARGA CONECTADA AO CORPO POR ENCAIXE, CORES: AZUL, VERMELHA E PRETA, CAIXA COM 50 UNIDADES.40 caixas de azul,10 de vermelha e 10 de preta.	CAIXA	CIS	60	R\$ 20,45	R\$ 1.227,00
17	CANETA MARCA TEXTO, COR SUPER FLUORESCENTE. COM 2 MEDIDAS DE TRAÇO: 1 MM PARA SUBLINHAR E 3,6 MM PARA DESTACAR, NAS CORES: AMARELA, VERDE, AZUL, ROSA E LARANJA, CAIXA COM 12 UNIDADES,50 caixas de amarela,30 de verde,10 de azul,5 de rosa e 5 de laranja.	CAIXA C/12 UNIDADES	NEOMUNDI	100	R\$ 9,60	R\$ 960,00
18	CANETA PARA RETROPROJETOR, CARACTERÍSTICAS PONTA DE POLIÉSTER 2.0 MM. TINTA À BASE DE ÁLCOOL, RESISTENTE À ÁGUA. ESPESSURA DE ESCRITA: 0.5 MM, CORES: PRETO(10 CAIXAS), VERMELHO (10 CAIXAS), AZUL (10 CAIXAS), VERDE (10 CAIXAS).	UNIDADE	NEOMUNDI	40	R\$ 14,50	R\$ 580,00
24	COLA BASTÃO, EMBALAGEM DE 10 GRAMAS.	UNIDADE	NEOMUNDI	250	R\$ 0,68	R\$ 170,00
28	COLA PARA USO ESCOLAR, EMBALAGEM DE 40 GRAMAS, EM PVAC, NÃO TÓXICA, LAVÁVEL, SECAGEM RÁPIDA.	UNIDADE	PALHACINHO	200	R\$ 0,60	R\$ 120,00
31	CORRETIVO LÍQUIDO EMBALAGEM DE 18 ML.	UNIDADE	ECOLE	120	R\$ 0,84	R\$ 100,80
37	ESTILETE LARGO 18 MM.	UNIDADE	TUTI	40	R\$ 1,15	R\$ 46,00
38	EXTRATOR DE GRAMPOS CROMADO TIPO ESPÁTULA INOX.	UNIDADE	CAVIA	70	R\$ 0,68	R\$ 47,60
39	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12 MM X 50 METROS.	ROLO	NEOMUNDI	150	R\$ 0,70	R\$ 105,00
41	FITA CORRETIVA CORPO TRANSLUCIDO, 12 METROS.	UNIDADE	NEOMUNDI	180	R\$ 2,84	R\$ 511,20
46	GRAMPEADOR PARA ATÉ 20 FOLHAS DE 75 G/M², QUE UTILIZE GRAMPOS 26/6, BASE DE 11 CM	UNIDADE	NEOMUNDI	30	R\$ 6,00	R\$ 180,00
47	GRAMPEADOR AUTOMÁTICO TIPO PISTOLA, USA GRAMPOS 106/4-106/6-106/8, CAPACIDADE DO CARREGADOR PARA 63 GRAMPOS.	UNIDADE	LYKE	10	R\$ 18,20	R\$ 182,00
48	GRAMPEADOR GRANDE PARA 100 FOLHAS.	UNIDADE	LYKE	10	R\$ 35,00	R\$ 350,00

50	GRAMPEADOR MÉDIO DE MESA METÁLICO, CAPACIDADE PARA GRAMPEAR ATÉ 15 FOLHAS.	UNIDADE	NEOMUNDI	40	R\$ 6,00	R\$ 240,00
55	GRAMPOS PLÁSTICOS PARA PASTA, TIPO MACHO-FÊMEA, NA COR BRANCA, PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE COM 50 UNIDADES.	NEOMUNDI	80	R\$ 6,54	R\$ 523,20
56	JOGO DE CANETAS HIDROGRÁFICAS, EMBALAGEM COM 12 CORES SORTIDAS	CAIXA C/12 UNIDADES	FOKINHO	60	R\$ 2,50	R\$ 150,00
84	PASTA SUSPensa MARMORIZADA, PLASTIFICADA, COM VISOR.	UNIDADE	TIMPEL	800	R\$ 1,52	R\$ 1.216,00
86	PERCEVEJO LATONADO 9 MM, CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	LYKE	30	R\$ 1,54	R\$ 46,20
92	PINCEL ATÔMICO COM TINTA PERMANENTE, COM PONTA DE FELTRO QUE PERMITA ESCRITAS EM DIFERENTES ESPESSURAS, COMO 2.0 MM, 4.5 MM E 8.0 MM, CORES: PRETO, VERMELHO, AZUL E VERDE, CAIXA COM 12 UNIDADES, 10 CAIXAS DE CADA COR	CAIXA C/12 UNIDADES	NEOMUNDI	40	R\$ 11,95	R\$ 478,00
93	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, COM PONTA QUE NÃO DANIFIQUE O QUADRO, ESPESSURA DE ESCRITA 2,3 MM, RECARREGÁVEL, COM TINTA QUE NÃO MANCHE O QUADRO, CAIXA COM 12 UNIDADES, NAS CORES:PRETO, VERMELHO, AZUL E VERDE, 50 CAIXAS DE CADA COR	CAIXA C/12 UNIDADES	NEOMUNDI	400	R\$ 15,50	R\$ 6.200,00
97	PORTA LÁPIS/CLIPS/LEMBRETE TRIPLO EM ACRÍLICO.	UNIDADE	WALEU	30	R\$ 6,20	R\$ 186,00
98	POST-IT (FOLHAS ADESIVAS) PEQUENO 38 MM X 50 MM, PACOTE COM 4 UNIDADES	UNIDADE	NEOMUNDI	100	R\$ 1,94	R\$ 194,00
107	TESOURA EM AÇO INOXIDÁVEL 21 CM, CABO EM POLIPROPILENO.	UNIDADE	NEOMUNDI	50	R\$ 2,59	R\$ 129,50
109	TINTA FACIAL, EMBALAGEM COM 5 CORES SORTIDAS (POTES COM 5 GRAMAS CADA)	POTES	ROSTINHO PINTADO	20	R\$ 7,50	R\$ 150,00
					TOTAL	R\$ 14.220,00

Data da Assinatura: 23/06/2020

Data da Vigência: 12 MESES

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 039/2020

Publicação Nº 2543175

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ****PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 041/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2020****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2020**

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CORUPÁ**, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
 CONTRATADO: **MÁXIMA ATACADISTA EIRELI EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.716.048/0001-94, estabelecida na rua Adolfo Konder, nº 279 - Sala 03, bairro São Rafael, no município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP 89295-000.

OBJETO: EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE "MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS ESCOLARES" PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES (ESCOLAS E CEI'S), BEM COMO PARA AS AULAS DE TEATRO OFERTADAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DEMAIS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I - QUANTITATIVO.

VALOR:

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
14	GIZ DE CERA, CAIXA COM 12 CORES, 112 GRAMAS.	CAIXA C/12 UNIDADES	PIRATININGA	100	R\$ 1,80	R\$ 180,00
19	CARTOLINA 180G, 50 X 66, PACOTE COM 100 UNIDADES, COR BRANCA.	EMBALAGEM C/ 100 UN.	ALO FORM	15	R\$ 40,00	R\$ 600,00
60	LÁPIS 2B PRETO, CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA C/12 UNIDADES	JOCAR	40	R\$ 2,40	R\$ 96,00
72	PAPEL GLOSSY BRILHANTE BRANCO, A4 210 X 297 MM, 180 G, PACOTE COM 50 FOLHAS.	PACOTE C/ 50 FOLHAS	MASTERPRINT	3	R\$ 14,40	R\$ 43,20
74	PASTA ABA ELÁSTICO OFÍCIO, LOMBO 40 MM, CORES SORTIDAS COM ELÁSTICO NA COR DA PASTA.	UNIDADE	ALA PLAST	200	R\$ 2,00	R\$ 400,00
79	PASTA CLASSIFICADORA EM PAPEL CARTÃO, COM GRAMPO PLÁSTICO, NA COR AZUL OU CINZA, PLASTIFICADA.	UNIDADE	DELLO	100	R\$ 4,70	R\$ 470,00
80	PASTA EXECUTIVA MASCULINA:COMPOSIÇÃO: POLIESTER 1.600/POLIESTER 1000 D (CORDURA)COR PRETA, ALÇA DE MÃO (DUPLA E ACOLCHOADAS) COM FECHAMENTO EM VELCRO PARA UNI-LAS:PUXADORES E ENGATE PARA ALÇA EM METAL, ALÇA A TIRACOLO LONGA PARA FÁCIL TRANSPORTE (DESTACÁVEIS, COM PROTETOR DE OMBRO E REGULAGEM DE TAMANHO);TIPO DE FECHAMENTO ZÍPER;DIMENSÕES MÍNIMAS DO PRODUTO-COMPR.40 CM X LARG. 14CM: MÍN 03 COMPARTIMENTOS SENDO 1 FRONTAL E 02 NO CORPO PRINCIPAL.PARTE INTERNA:COM FORRAÇÃO INTERNA;BOLSO COM ZÍPER EM UM DOS COMPARTIMENTOS;COMPARTIMENTO PRINCIPAL PARA MÍDIA DE 15.4" COM PROTEÇÃO ANTI-IMPACTO(ACOLCHOADO);MÍN 03 MESES DE GARANTIA.	UNIDADE	SANTINO REVAL	10	R\$ 65,00	R\$ 650,00
81	PASTA GRAMPO TRILHO PLÁSTICO POLIPROPILENO, TAMANHO OFÍCIO, COR CRISTAL, FERRAGEM PLÁSTICA NA COR DA PASTA.	UNIDADE	DAC	300	R\$ 1,09	R\$ 327,00
108	TESOURA ESCOLAR COM PONTAS AREDONDADAS.	UNIDADE	JOCAR	100	R\$ 0,89	R\$ 89,00
111	TINTA PARA RECARGA DE MARCADOR DE QUADRO BRANCO, CORES: PRETO, AZUL,	UNIDADE	RADEX	80	R\$ 130,00	R\$ 10.400,00

	VERMELHO E VERDE, EMBALAGEM DE 1 LITRO, COM BICO DOSADOR					
112	TINTA PARA CARIMBO 42 ML, COR PRETO	UNIDADE	RADEX	20	R\$ 1,75	R\$ 35,00
123	FICHÁRIO ACRIMET 925 1, DE MESA PARA FICHA 7 X 10, COM ÍNDICE , NA COR FUME	UNIDADE	WALLEU	10	R\$ 85,00	R\$ 850,00
					TOTAL R\$ 14.140,20	

Data da Assinatura: 23/06/2020

Data da Vigência: 12 MESES

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 040/2020

Publicação Nº 2543176

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 041/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2020

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CORUPÁ**, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: **BARRA EMBALAGENS E**

ACESSÓRIOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº

14.722.310/0001-24, estabelecida na rua Feliciano Bortolini, nº 1004, bairro Barra do Rio Cerro, no município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89260-180.

OBJETO: EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE "MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS ESCOLARES" PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES (ESCOLAS E CEI'S), BEM COMO PARA AS AULAS DE TEATRO OFERTADAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DEMAIS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I - QUANTITATIVO.

VALOR:

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
6	BORRACHA BRANCA ESCOLAR MACIA, MEDIDAS 32 MM X 21 MM E ESPESSURA DE 6 MM CAIXA COM 20 UNIDADES.	UNIDADE	RED BOR	25	R\$ 3,07	R\$ 76,75
7	CADERNO 1/4 BROCHURA COM 48 FOLHAS, CAPA FLEXÍVEL	UNIDADE	FORONI	400	R\$ 0,89	R\$ 356,00
8	CADERNO 1/4 CAPA DURA COSTURADO, 48 FOLHAS, CORES SORTIDAS.	UNIDADE	FORONI	100	R\$ 1,80	R\$ 180,00
9	CADERNO 1/4 CAPA DURA COSTURADO, 96 FOLHAS, CORES SORTIDAS.	UNIDADE	FORONI	100	R\$ 2,70	R\$ 270,00
34	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL, 240 MM X 340 MM.	UNIDADE	FORONI	3.000	R\$ 0,16	R\$ 480,00
58	LÂMINA PARA ESTILETE 18 MM.	UNIDADE	BRW	10	R\$ 0,26	R\$ 2,60
59	LÂMINA PARA ESTILETE 9 MM.	UNIDADE	BRW	10	R\$ 0,20	R\$ 2,00
75	PASTA ABA ELÁSTICO OFÍCIO, LOMBO 18 MM, CORES SORTIDAS COM ELÁSTICO NA COR DA PASTA.	UNIDADE	DELLO	200	R\$ 1,20	R\$ 240,00
83	PASTA SANFONADA PLÁSTICA FORMATO A4, COM 31 DIVISÓRIAS, 335 MM.	UNIDADE	POLIBRAS	20	R\$ 27,35	R\$ 547,00
87	ABRAÇADEIRA DE NYLON PRETA 150 MM X 2,5 MM, PCT C/ 100 UNI	UNIDADE	FORCE LINE	30	R\$ 5,08	R\$ 152,40
95	PLÁSTICO 4 FUIROS GROSSO 0,15.	UNIDADE	DAC	10	R\$ 0,24	R\$ 2,40
96	PLÁSTICO 4 FUIROS FINO.	UNIDADE	DAC	10	R\$ 0,12	R\$ 1,20
104	PAPEL KRAFT NATURAL 80G, ROLO COM 60 CM X 150 METROS COM UM DOS LADOS ENCERADO	ROLO	BARRA	15	R\$ 54,00	R\$ 810,00
116	APARELHO SE TELEFONE FIXO COM FIO.	UNIDADE	ELGIN	100	R\$ 37,00	R\$ 3.700,00
117	APARELHO DE TELEFONE SEM FIO	UNIDADE	MOTOROLA	100	R\$ 89,48	R\$ 8.948,00
Total do Fornecedor:						R\$ 15.768,35

Data da Assinatura: 23/06/2020

Data da Vigência: 12 MESES

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 041/2020

Publicação Nº 2543177

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 041/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: BILLIG COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.472.411/0001-04, estabelecida na rua Johann Bachmann, nº 621, bairro Velha Central, no município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89.040-330.

OBJETO: EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE "MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS ESCOLARES" PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES (ESCOLAS E CEI'S), BEM COMO PARA AS AULAS DE TEATRO OFERTADAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DEMAIS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I - QUANTITATIVO.

VALOR:

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	ALFINETE COLORIDO PARA MAPA Nº1, FABRICADO COM CABEÇA, EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.	UNIDADE	JOCAR	20	R\$ 1,49	R\$ 29,80
11	CADERNO UNIVERSITÁRIO CAPA DURA, 200 MM X 275 MM, 200 FOLHAS, 10 MATÉRIAS, ESPIRAL.	UNIDADE	PANAMERICANA	60	R\$ 7,10	R\$ 426,00
13	CAIXA CORRESPONDÊNCIA TRIPLA FUMÊ, OFÍCIO.	UNIDADE	BELA ARTE	40	R\$ 26,40	R\$ 1.056,00
15	CALCULADORA 8 DÍGITOS, FUNCIONAMENTO COM PILHA AA E SOLAR.	UNIDADE	CLASSE	50	R\$ 4,50	R\$ 225,00
26	COLA INSTANTÂNEA 5 GRAMAS.	UNIDADE	CLASSE	60	R\$ 3,00	R\$ 180,00
29	COLA PARA E.V.A E ISOPOR, COM BICO APLICADOR ECONÔMICO, SOLÚVEL EM ÁLCOOL E SECA- GEM RÁPIDA, EMBALAGEM DE 90 GRAMAS	UNIDADE	PIRATININGA	50	R\$ 2,80	R\$ 140,00
49	GRAMPEADOR GRANDE PARA 60 FOLHAS.	UNIDADE	CLASSE	30	R\$ 26,50	R\$ 795,00
51	GRAMPO 23/13, CAIXA COM 5000 GRAMPOS.	CAIXA C/ 5.000 UNID	BRW	5	R\$ 12,00	R\$ 60,00
66	PAPEL A4 210 X 297 MM 75G/M² BRANCO ALCALINO OFFICE PACOTE COM 500 FOLHAS	RESMA	PERFECT PAPER	2.500	R\$ 12,98	R\$ 32.450,00
68	PAPEL CARTÃO FOSCO, MEDIDAS 50 X 70, 240G, NAS CORES: AMARELO (15 CAIXAS), AZUL (15 CAIXAS), BRANCO (10 CAIXAS), LARANJA (10 CAIXAS), PRETO (10 CAIXAS), ROSA (10 CAIXAS), ROXO (10 CAIXAS), VERDE (10 CAIXAS), VERMELHO (10 CAIXAS), PACOTE COM 100 UNIDADES.	EMBALAGEM C/ 100 UN.	VMP	100	R\$ 62,49	R\$ 6.249,00
76	PASTA ABA ELÁSTICO OFÍCIO, LOMBO 30 MM, CORES SORTIDAS COM ELÁSTICO NA COR DA PASTA.	UNIDADE	ALA PLAST	200	R\$ 1,65	R\$ 330,00
77	PASTA A-Z LOMBO ESTREITO OFÍCIO PRETO PLÁSTICA, MEDIDAS 345 MM ALTURA X 60 MM LOMBADA, COM VISOR.	UNIDADE	FRAMA	250	R\$ 7,20	R\$ 1.800,00
78	PASTA CATÁLOGO 240 MM X 330 MM, COM 100 ENVELOPES.	UNIDADE	VMP	50	R\$ 10,49	R\$ 524,50
89	PILHA "AA" ALCALINA, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES.	UNIDADE	UD MAIS	150	R\$ 4,50	R\$ 675,00
94	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE PARA REFIL GROSSO, TAMANHO DA PISTOLA: 14 ALTURA X 14 COMPRIMENTO.	UNIDADE	CLASSE	18	R\$ 14,50	R\$ 261,00
103	RÉGUA 30 CM ACRÍLICO.	UNIDADE	WALEU	150	R\$ 0,45	R\$ 67,50

106	TECIDO TNT COM 45 G/M², LAR- GURA 1,40 MT, ROLO COM 50 ME- TROS, NAS CORES: AZUL, BRANCO, VERMELHO, PRETO E VERDE.	ROLO	KARI	50	R\$ 56,50	R\$ 2.825,00
114	PAPEL SULFITE A3 75G 297 MM X 420 MM, RESMA COM 500 FOLHAS.	RESMA	PERFECT PAPER	100	R\$ 30,99	R\$ 3.099,00
					TOTAL R\$ 51.192,80	

Data da Assinatura: 23/06/2020

Data da Vigência: 12 MESES

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 042/2020

Publicação N° 2543178

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 041/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 026/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 042/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 82.803.230/0001-53, estabelecida na rua Coronel Farrapo, nº 1073, bairro Centro, no município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, CEP 89.620-000.

OBJETO: EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE "MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS ESCOLARES" PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES (ESCOLAS E CEI'S), BEM COMO PARA AS AULAS DE TEATRO OFERTADAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DEMAIS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I - QUANTITATIVO.

VALOR:

Item	Produto		Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
67		PAPEL A4 210 MM X 297 MM, 90 G/M², BRANCO, ALCALINO, OFFICE, RESMA COM 500 FOLHAS	RESMA	CHAMEX	200	R\$ 18,90	R\$ 3.780,00
						TOTAL R\$ 3.780,00	

Data da Assinatura: 23/06/2020

Data da Vigência: 12 MESES

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 043/2020

Publicação Nº 2543180

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 041/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2020

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CORUPÁ**, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: **ANDRE MATIAS COMERCIO DE**

ARTIGOS DE PAPELARIA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 32.111.081/0001-93, estabelecida na rua Albano Reis, nº 836, bairro Bom Retiro, no município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80520-530.

OBJETO: EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE "MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS ESCOLARES" PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES (ESCOLAS E CEI'S), BEM COMO PARA AS AULAS DE TEATRO OFERTADAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DEMAIS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I - QUANTITATIVO.

VALOR:

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3	BATERIA 9 VOLTS ALCALINA.	UNIDADE	ELGIN	30	R\$ 7,70	R\$ 231,00
5	BOBINA TÉRMICA PARA CALCULADORA, 01 VIA AMARELA, ACETINADA ALTO BRILHO, 57 MM X 30 METROS.	UNIDADE	MEX PAPER	80	R\$ 1,06	R\$ 84,80
25	COLA BRANCA LAVÁVEL, EMBALAGEM DE 1 QUILO.	UNIDADE	PIRATININGA	25	R\$ 5,97	R\$ 149,25
32	ELÁSTICO LATÉX Nº18, PACOTE COM 1 KG.	EMBALAGEM 1KG	MAMUTH	5	R\$ 13,54	R\$ 67,70
36	ESTILETE ESTREITO 9 MM.	UNIDADE	MASTERPRINT	25	R\$ 0,65	R\$ 16,25
53	GRAMPO 26/6, CAIXA COM 5000 GRAMPOS.	CAIXA C/ 5.000 UNID	LYKE	150	R\$ 2,55	R\$ 382,50
57	KIT DE PINCEL ESCOLAR COM 7 PINCÉIS COM CABO DE MADEIRA NATURAL, PARA DIVERSAS APLICAÇÕES ESCOLARES, MEDIDAS DOS PINCÉIS: Nº 01,02,03,04,05,06 E 07	KIT	COMPEL	25	R\$ 11,34	R\$ 283,50
63	LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIA, CAPA DURA, PAUTADO, NUMERADO, 100 FOLHAS, MEDIDAS 125 X 220 MM.	UNIDADE	TAMOIO	20	R\$ 6,99	R\$ 139,80
64	MINI DICIONÁRIO COM SEPARAÇÃO SILÁBICA, COM MAIS DE 30.000 VERBETES;NOVOS VERBETES, LOCUÇÕES E EXEMPLOS;NOVOS VOCÁBULOS DE DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO E DE NÍVEIS E REGISTROS DIFERENTES;REVISADO CONFORME A NOVA ORTOGRAFIA;DEDEIRAS INTERNAS E EXTERNAS;ETIMOLOGIA DAS PALAVRAS;QUADRO MORFOSSINTÁTICO DOS PRINCIPAIS SUFIOS DA LÍNGUA, QUE AUXILIA NA COMPREENSÃO DAS PALAVRAS E DAS POSSÍVEIS FUNÇÕES QUE POSSAM TER;INFORMAÇÕES GRAMATICAIS;PLURAIS IRREGULARES;PALAVRAS DERIVADAS;RESUMO GRAMATICAL;TABELA DE GRUPOS INDÍGENAS NO BRASIL;TABELAS DE CONJUGAÇÃO VERBAL;TABELA DE PAÍSES COM SUAS RESPECTIVAS CAPITAIS,SEUS ADJETIVOS PÁTRIOS E SUAS MOEDAS;MINIENCICLOPÉDIA	UNIDADE	DCL	65	R\$ 8,90	R\$ 578,50
65	MOLHA DEDO PASTA, EMBALAGEM DE 20 GRAMAS.	UNIDADE	RADEX	30	R\$ 1,17	R\$ 35,10
69	PAPEL CREPON 0,48 X 2,00 M, PACOTE	PACOTE C/10	VMP	160	R\$ 5,64	R\$ 902,40

	COM 10 FOLHAS, CORES: AMARELO (18 PCT), AZUL (18 PCT), BRANCO (18 PCT), LARANJA (18 PCT), PRETO (18 PCT), ROSA (18 PCT), ROXO (18 PCT), VERDE (17 PCT), VERMELHO (17 PCT).	FOLHAS				
70	PAPEL DUPLA FACE 48 X 66, 180 G, PACOTE COM 20 FOLHAS, CORES: AMARELO (30 PCT), AZUL (30 PCT), BRANCO (20 PCT), LARANJA (20 PCT), PRETO (20 PCT), ROSA (20 PCT), ROXO (20 PCT), VERDE (20 PCT), VERMELHO (20 PCT).	PACOTE C/ 20 UNI	VMP	200	R\$ 10,80	R\$ 2.160,00
73	PAPEL VERGÊ 180 G/M², 210 MM, PACOTE COM 50 FOLHAS.	PACOTE C/ 50 FOLHAS	USAPEL	50	R\$ 8,70	R\$ 435,00
91	PILHA "C" ALCALINA, EMBALAGEM COM 02 UNIDADES.	UNIDADE	ELGIN	30	R\$ 10,70	R\$ 321,00
100	PRANCHETA DE EUCATEX.	UNIDADE	CARBRINK	100	R\$ 1,89	R\$ 189,00
113	TINTA REFIL PARA PINCEL ATÔMICO, A BASE DE ÁLCOOL, EMBALAGEM DE 37 ML, NAS CORES: AZUL (70 UNI), PRETO (70 UNI), VERMELHO (70 UNI) E VERDE (70 UNI).	UNIDADE	RADEX	280	R\$ 2,64	R\$ 739,20
119	PILHA ALCALINA 12V 23° V23GA	UNIDADE	ELGIN	120	R\$ 2,11	R\$ 253,20
120	CAPA PARA TABLET MULTILASER TELA DE 10 POLEGADAS HD IPS	UNIDADE	MULTILASER	50	R\$ 16,74	R\$ 837,00
121	PELÍCULA PARA TABLET MULTILASER TELA DE 10 POLEGADAS HS IPS	UNIDADE	ML	50	R\$ 40,50	R\$ 2.025,00
122	BATERIA DE LITHIUM CR2032 3V CARTELA COM 5 UNIDADES	UNIDADE	ELGIN	100	R\$ 5,70	R\$ 570,00
124	KIT 200 CAPAS E 100 ESPIRAIS, NA COR PRETA, PARA ENCADERNAÇÃO (12 MM)	UNIDADE	PALMARES	3	R\$ 60,75	R\$ 182,25
Total do Fornecedor:						R\$ 10.582,45

Data da Assinatura: 23/06/2020

Data da Vigência: 12 MESES

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 022/2020

Publicação Nº 2543576

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO LICITATÓRIO nº 048/2020
PREGÃO PRESENCIAL nº 024/2020
CONTRATO Nº 022/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: INSTALADORA MARTINS CORUPÁ LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 29.807.048/0001-98, estabelecida na rua Vereador Ervino Emilio Moreira, nº 766 – fundos, bairro Seminário, no município de Corupá, Estado de Santa Catarina, CEP 89278-000.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO E SERVIÇOS ELÉTRICOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA NA EXECUÇÃO DE REFORMA ELÉTRICA, CABEAMENTO ESTRUTURADO E TELEFONIA NO PAÇO MUNICIPAL, COM RECURSOS DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0526.751-37 - FINISA FIRMADO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL conforme especificações do Anexo único – Quantitativo, Projetos Elétricos e Projeto de Cabeamento Estruturado, deste contrato.

VALOR: R\$ 149.500,00 (cento e quarenta e nove mil e quinhentos reais).

Data da Assinatura: 26/06/2020

Data da Vigência: 31/12/2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

CREDENCIAMENTO Nº 005/2020

Publicação Nº 2544736

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO
MODALIDADE CREDENCIAMENTO Nº 005/2020.

CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS, AUTORIZADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, INTERESSADAS EM CONCEDER EMPRÉSTIMOS MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO PARA OS SERVIDORES ATIVOS DA PREFEITURA DE CORUPÁ/SC.

O período para o credenciamento será a partir do dia 01 de julho de 2020 a 31 de julho de 2020

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// corupa.atende.net](http://corupa.atende.net).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h30min às 16h30min.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 30 de junho de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 027/18

Publicação Nº 2543237

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02 e inscrição Estadual ISENTA, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto nº 450 – Centro Histórico, cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.020-060.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO Conforme disposto na Cláusula Quarta do Contrato firmado, realiza-se ACRÉSCIMO ao valor do presente contrato, no valor de R\$ 236,00 (duzentos e trinta e seis reais) referente a inclusão do veículo modelo MOBI LIKE, 2020/2020, placa RA-D5G23 no valor de R\$ 101,00 (cento e um reais) e do veículo MOBI LIKE, 2020/2020, placa RDW4H22 no valor de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais), na apólice de seguro de veículos do Município, ficando assim o valor total do contrato em R\$ 46.142,02 (quarenta e seis mil e cento e quarenta e dois reais e dois centavos).

Data da Assinatura: 16/06/2020

Data da Vigência: 02/08/2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 5698/2020

Publicação Nº 2543533

PORTARIA Nº 5698/2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela fiscalização e acompanhamento da ata de registro de preços nº 035/2020, o senhor CELSO JOSE OLDIGES, matrícula funcional nº 15765, ocupante do cargo de Diretor de Obras e Infraestrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, cujo objeto da ata de registro de preços visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO FRACIONADA AO LONGO DE 12 MESES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS COM BASE NA LISTAGEM DA TABELA DE INSUMOS SINAPI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução das atas de registro de preços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
30 de junho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PORTARIA Nº 5699/2020

Publicação Nº 2543589

PORTARIA Nº 5699/2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2020 ATÉ Nº 043/2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela fiscalização e acompanhamento das atas de registro de preços nº 036/2020, 037/2020, 038/2020, 039/2020, 040/2020, 041/2020, 042/2020 e 043/2020 o senhor WALDIR KRISANSKI JUNIOR, matrícula funcional nº 8720-01, ocupante do cargo de Almoxarife, Lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, cujo objeto da ata de registro de preços visa EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE "MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS ESCOLARES" PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES (ESCOLAS E CEI'S), BEM COMO PARA AS AULAS DE TEATRO OFERTADAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DEMAIS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I - QUANTITATIVO.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução das atas de registro de preços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
30 de junho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PORTARIA Nº 5700/2020

Publicação Nº 2543595

PORTARIA Nº 5700/19

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 022/2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 022/2020, o senhor MATHEUS ROCELANDE ANDRADE, matrícula funcional nº 15661, ocupante do cargo de Diretor de Planejamento e Engenharia, Lotado na Secretaria de Administração e Fazenda, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO E SERVIÇOS ELÉTRICOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA NA EXECUÇÃO DE REFORMA ELÉTRICA, CABEAMENTO ESTRUTURADO E TELEFONIA NO PAÇO MUNICIPAL, COM RECURSOS DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0526.751-37 - FINISA FIRMADO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL conforme especificações do Anexo único – Quantitativo, Projetos Elétricos e Projeto de Cabeamento Estruturado, deste contrato.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
30 de junho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 027/18

Publicação Nº 2543234

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02 e inscrição Estadual ISENTA, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto nº 450 – Centro Histórico, cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.020-060.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO Conforme disposto na Cláusula Quarta do Contrato firmado, realiza-se ACRÉSCIMO ao valor do presente contrato, no valor de R\$ 205,75 (duzentos e cinco reais e setenta e cinco centavos) referente a inclusão do veículo modelo MOBI LIKE, 2019/2020, placa RDW4H62, na apólice de seguro de veículos do Município, ficando assim o valor total do contrato em R\$ 45.906,02 (quarenta e cinco mil e novecentos e seis reais e dois centavos).

Data da Assinatura: 03/06/2020

Data da Vigência: 02/08/2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

LEI N° 2865, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2544748

LEI N° 2.865, de 30 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ PARA A LEGISLATURA 2021/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica pela presente Lei fixado o subsídio do Prefeito Municipal em R\$ 19.744,31 (Dezenove mil setecentos e quarenta e quatro reais com trinta e um centavos).

Art. 2º. Fica fixado o subsídio do Vice-Prefeito Municipal em R\$ 8.378,94 (oito mil trezentos e setenta e oito reais com noventa e quatro centavos).

Art. 3º. O subsídio do Secretário Municipal fica fixado em R\$ 6.156,82 (seis mil cento e cinquenta e seis reais com oitenta e dois centavos).

Art. 4º. O subsídio do Vereador fica fixado em R\$ 4.411,73 (quatro mil quatrocentos e onze reais com setenta e três centavos).

Art. 5º. O Subsídio do Vereador investido no Cargo de Presidente da Câmara Municipal fica fixado em R\$ 6.138,05 (seis mil cento e trinta e oito reais com cinco centavos).

§ 1º. A cada falta não justificada às reuniões, o Vereador sofrerá o desconto de um doze avos (1/12), calculado sobre o subsídio fixo, na forma do Regimento Interno.

§ 2º. Considerar-se-á para efeito de desconto relativo à falta do Presidente às reuniões da Câmara o valor equivalente ao descontável de Vereador faltante.

§ 3º. Consideram-se, para efeito da presente Lei, justificadas as faltas dos Vereadores quando se ausentarem em razão de comparecimento em Curso de Aprimoramento, quando se ausentarem para representar o Poder Legislativo ou ainda quando para representar o município, além das hipóteses previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Cunha Porã e Atestado Médico.

Art. 6º. Aos agentes políticos municipais cujos subsídios estão abrangidos pela presente Lei, fica autorizado o pagamento de décimo terceiro salário, na forma da Lei.

Art. 7º. A revisão dos subsídios fixados por esta Lei ocorrerá no mês e no mesmo índice fixado para revisão geral da remuneração dos servidores municipais, por meio da correção do Piso Municipal de Vencimento – PMV, nos termos do art. 37, inciso X e XI da Constituição Federal.

Art. 8º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correm por conta de dotações dos orçamentos vigentes e que vierem a vigorar nos exercícios seguintes.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 30 de junho de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

Cunhataí

PREFEITURA

DECRETO N.º 063/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544696

DECRETO N.º 063/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 5º, § 1º, Inciso I da Lei Municipal n.º 951 de 10 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, no valor de R\$- 59.106,37(Cinquenta e Nove Mil, Cento e Seis Reais com Trinta e Sete Centavos), e na Entidade n.º 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, no valor de R\$ - 11.587,50(Onze Mil, Quinhentos e Oitenta e Sete Reais com Cinquenta Centavos), perfazendo o valor total de R\$ 70.693,87 (Setenta Mil, Seiscentos e Noventa e Três Reais com Oitenta e Sete Centavos), nas seguintes dotações:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER	4
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	1
Função	Educação	12
Sub-Função	Educação Infantil	365
Programa	EDUCAÇÃO PARA TODOS	6
Projeto	Melhoria, Reforma e/ou Ampliação da Estrutura Física da Educação Infantil	1.002
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
4.4.90.00	Aplicação Direta	10.51.000000 - (178)
		23.106,37

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	7
Unidade	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	1
Função	Assistência Social	8
Sub-Função	Assistência Comunitária	244
Programa	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	11
Atividade	Manutenção do Programa Proteção Social Básico - PSB	2.002
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	11.35.000000 - (177)
		36.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	3
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	SAÚDE COM A ATENÇÃO QUE VOCÊ MERECE	17
Atividade	Manutenção do Programa Agentes Comunitárias de Saúde - ACS	2.079
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	12.64.000000- (36)
		11.587,50

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Provável Excesso de Arrecadação para o Exercício Financeiro de 2020 na destinação de Recursos DR nº 10.51 – COVID-19 - Recursos relativos à suspensão de pag. de dívidas com a União(LC 173/2020 - Art.2º, § 5º) no valor de R\$ - 23.106,37(Vinte e Três Mil, Cento e Seis Reais com Trinta e Sete Centavos), na destinação de Recursos DR nº 11.35 – Rec. do SUAS p/ Incremento Temp. na Execução das Ações Soc. dec. do COVID19 no valor de R\$ - 36.000,00(Trinta e Seis Mil Reais), na destinação de Recursos DR nº 12.64 – ACS - Atenção Básica no valor de R\$ - 11.587,50(Onze Mil, Quinhentos e Oitenta e Sete Reais, com Cinquenta Centavos), perfazendo o valor total de R\$ 70.693,87 (Setenta Mil, Seiscentos e Noventa e Três Reais com Oitenta e Sete Centavos).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí, Santa Catarina 30 de junho de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Publique-se e Registre-se

DECRETO Nº 064/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544709

DECRETO Nº 064/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com Artigo 5º, § 1º, Inciso III da Lei Municipal n.º 951 de 10 de dezembro de 2019;

DECRETA: Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 43.500,00 (Quarenta e Três Mil e Quinhentos Reais), e da Entidade n.º 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 2.000,00 (Dois Mil Reais), perfazendo o valor total de R\$ 45.500,00 (Quarenta e Cinco Mil e Quinhentos Reais) nas seguintes dotações:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER	4
Unidade	DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	3
Função	Desporto e Lazer	27
Sub-Função	Desporto Comunitário	812
Programa	DESPORTO E LAZER COMUNITÁRIO	8
Atividade	Manutenção das Ações do Departamento de Esportes e Lazer	2.020
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (61)
		17.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	7
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1
Função	Assistência Social	8
Sub-Função	Assistência Comunitária	244
Programa	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	11
Atividade	Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais - APAE E Outros	2.030
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lcrativos	01.00.000000 - (117)
		16.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB, DESENV E TURISMO	5
Unidade	DPTO DE PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1
Função	Urbanismo	15
Sub-Função	Infraestrutura Urbana	451
Programa	DESENVOLVIMENTO URBANO	13
Atividade	Manutenção das Ações do Dpto de Planejamento, Obras e Serviços Urbanos	2.036
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (80)
		10.500,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	3
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1
Função	Saúde	10
Sub-função	Vigilância Sanitária	304
Programa	SAÚDE COM A ATENÇÃO QUE VOCÊ MERECE	17
Atividade	Manutenção das Ações da Vigilância em Saúde e Sanitária	2.069
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
		Valor

3.1.90.00	Aplicação Direta	10.02.000000- (42)	2.000,00
-----------	------------------	--------------------	----------

Art. 2º. Para a cobertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de que trata o Artigo 1º, será através da redução parcial ou total nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER	4
Unidade	DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	3
Função	Desporto e Lazer	27
Sub-Função	Desporto Comunitário	812
Programa	DESPORTO E LAZER COMUNITÁRIO	8
Atividade	Manutenção das Ações do Departamento de Esportes e Lazer	2.020
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (62)
		17.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	7
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1
Função	Assistência Social	8
Sub-Função	Assistência Comunitária	244
Programa	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	11
Atividade	Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais - APAE E Outros	2.030
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (118)
		16.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB, DESENV E TURISMO	5
Unidade	DPTO DE PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1
Função	Urbanismo	15
Sub-Função	Infraestrutura Urbana	451
Programa	DESENVOLVIMENTO URBANO	13
Atividade	Manutenção das Ações do Dpto de Planejamento, Obras e Serviços Urbanos	2.036
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (79)
		10.500,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	3
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1
Função	Saúde	10
Sub-função	Vigilância Sanitária	304
Programa	SAÚDE COM A ATENÇÃO QUE VOCÊ MERECE	17
Atividade	Manutenção das Ações da Vigilância em Saúde e Sanitária	2.069
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	10.02.000000- (44)
		2.000,00

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 30 de junho de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Publique-se e Registre-se

PORTARIA Nº 121/2020

Publicação Nº 2543793

PORTARIA Nº. 121/2020, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Exonera Servidora Pública Municipal de cargo em provimento comissionado, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, inciso VI, e artigo 100, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerada, a pedido a partir do dia 29 de junho de 2020, a servidora pública municipal de cargo em provimento comissionado, conforme relação abaixo:

SERVIDOR	CARGO	DATA ADMISSÃO
Karine Kuhn	Assessor Nível I – SAFP	20/01/2020

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí, 29 de junho de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Curitibanos

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.352/2020

Publicação Nº 2544603

DECRETO Nº 5.352/2020

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO E HOMOLOGA EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM REGIME EXCEPCIONAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos

DECRETA

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Concurso Público e Processo Seletivo n. 004/2020 integrada pelos membros abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro na função de examinador de Processo seletivo, coordenar e supervisionar a realização de processo seletivo destinado a contratação temporária e excepcional de pessoal da Secretaria de Saúde em razão da declaração de pandemia global deflagrada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) devido ao surto do novo coronavírus (COVID 19) e da situação de emergência deflagrada pelo Governador do Estado de Santa Catarina por meio do Decreto n. 515, de 17 de março de 2020 na forma prevista no Edital respectivo

- Jucelaine Cristina dos Santos, matricula 1239148
- Daniela Cardoso Dias Becker, matricula 1240664
- Edson Mauro da Silva, matricula 250074

Art. 2º - Fica homologado o Edital de Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 004/2020 para contratação de pessoal na Secretaria Municipal de Saúde, em caráter temporário, em razão de excepcional interesse público caracterizado pelo reconhecimento da pandemia global deflagrada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) devido ao surto do novo coronavírus (COVID 19) e da situação de emergência deflagrada pelo Governador do Estado de Santa Catarina por meio do Decreto n. 515, de 17 de março de 2020 na forma prevista no Edital respectivo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 29 de junho de 2020.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos vinte e nove dias do mês de junho do ano dois mil e vinte na portaria da Prefeitura Municipal.
Yara Aparecida Vilani Padilha
Secretária Municipal de Saúde

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 89/2020 COMPRA E VENDA

Publicação Nº 2543833

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 89/2020
COMPRA E VENDA

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Curitibanos, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos, SC, por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor José Antonio Guidi, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo MELHOR PROPOSTA TÉCNICA, objetivando a seleção de empresas para outorga de compra e venda de lote de terra de propriedade desta municipalidade, localizado na Área Industrial do Município, com utilização estritamente para fins industriais, comerciais e distribuição. A presente licitação será processada e julgada em conformidade com as disposições constantes da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

1.2. O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO e 02 - PROPOSTA TÉCNICA, contendo, respectivamente, a documentação de habilitação e a proposta técnica dos interessados, dar-se-á até às 13h30min do dia 17 de agosto de 2020, no Setor de Protocolo de Licitações desta Prefeitura, situado no segundo andar do endereço indicado no subitem 1.1.

1.3. A abertura dos envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO terá início às 14h00min do dia 17 de agosto de 2020, na Sala de Licitações da Prefeitura de Curitiba, localizada no primeiro andar do endereço indicado no subitem 1.1. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/1993, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia (modelo constante do Anexo "B" deste Edital), proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes 02 - PROPOSTA TÉCNICA, contendo as propostas técnicas das proponentes habilitadas.

Curitiba, 26 de Junho de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90/2020

Publicação Nº 2544087

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90/2020

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e as empresas AUTOPLUS VEÍCULOS LTDA com o valor de R\$ 678,01 (seiscentos e setenta e oito reais e um centavo).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA OBRIGATÓRIA REFERENTE AOS 40.000 KM DA VIATURA FORD/ECOSPORT, PLACA QJS-8097, PREIXO 12-5269 DA POLÍCIA MILITAR. CONFORME ART. 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- XVII – "para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia; "

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 26 de junho de 2020.

Diego Sebem Wordell Paulo A. Costa Granemann Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro Membro

Roberto Carlos da Silva Cristiane P. Sandri

Membro Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 26 de junho de 2020.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 26 de junho de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Descanso

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 23/2020

Publicação N° 2544701

MUNICIPIO DE DESCANSO
AVISO DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação N° 23/2020

O Município de Descanso torna publica a Dispensa de Licitação nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93: Objeto: a aquisição de lonas para distribuição aos munícipes que tiveram suas casas descobertas pelo vendaval/tornado ocorrido em 10/06/2020, considerando a situação emergencial decretada em 11 de junho de 2020, através do Decreto n° 2135/2020. Contratados:

1) SOPRANO E JEZUIR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 08.543.900/000-97, com sede na Avenida Santa Helena, 330, sala, centro, Descanso/SC. Valor da contratação: R\$ 2.466,00 (dois mil, quatrocentos e sessenta e seis reais); e
2) COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE DESCANSO – COOPERDES, inscrita no CNPJ sob o n° 12.392.574/0001-31, com sede na Rua Helio Wassum, 230, sala, centro, Descanso/SC. Valor da contratação: R\$ 938,00 (novecentos e trinta e oito reais).
Valor total: R\$ 3.404,00 (três mil, quatrocentos e quatro reais). Demais informações encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br, Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.
Descanso/SC, 30 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 39/2020

Publicação N° 2544710

MUNICIPIO DE DESCANSO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 74/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 39/2020

O Município de Descanso/SC torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade de Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, no dia 13 de julho de 2020.

Objeto: aquisição, pelo Sistema de Registro de Preços, de botijões criogênicos para armazenamento e transporte de sêmen e Nitrogênio, e de sêmen da raça Aberdeen Angus para o Programa de Melhoramento Genético do Município de Descanso/SC, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos.

Recebimento dos envelopes de proposta e documentação: até as 13h15min in do dia 13 de julho de 2020, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, situado na Avenida Marechal Deodoro, n° 146.

Abertura da Sessão Pública: 13h30min do dia 13 de julho de 2020.

A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 30 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

DECRETO N° 2140/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020 - MODIFICA REDAÇÃO DO ART. 1º, DO DECRETO 2130/2020, DE 21 DE MAIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação N° 2544741

DECRETO N° 2140/2020, de 30 de junho de 2020.

MODIFICA REDAÇÃO DO ART. 1º, DO DECRETO 2130/2020, DE 21 DE MAIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86, IX da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º O art. 1º, do Decreto n. 2.130, de 21 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. O pagamento de horas extras na administração municipal fica restrito aos setores de saúde e aos trabalhos urgentes de socorro a caminhões ou máquinas em estradas ou propriedades fora do horário normal de expediente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de junho de 2020.

Descanso/SC, 30 de junho de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15837/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020 - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À CASSIANE LORENZINI NERCOLINI.

Publicação Nº 2544756

PORTARIA Nº 15837/2020, de 23 de junho de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à CASSIANE LORENZINI NERCOLINI, Código: 2.437, ocupante do cargo (247) efetivo de Assistente Social – CRAS, lotada na Secretaria de Assistência Social para exercício das atribuições do cargo no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, com carga horária de 30 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de Atestado Médico, devendo manter-se afastada por 30 (trinta) dias, sendo de 23 de junho de 2020 a 22 de julho de 2020, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 23 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15838/2020, DE 24 DE JUNHO DE 2020 - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À ALESANDRA TUMELERO.

Publicação Nº 2544765

PORTARIA Nº 15838/2020, de 24 de junho de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à ALESANDRA TUMELERO, Código: 572, ocupante do cargo (231) efetivo de Agente de Secretaria, lotada na Secretaria da Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de Atestado Médico, devendo manter-se afastada por 07 (sete) dias, sendo de 22 de junho de 2020 a 28 de junho de 2020, e seus efeitos retroativos a 22 de junho de 2020.

Descanso - SC, 24 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15839/2020, DE 25 DE JUNHO DE 2020 - CONCEDER FÉRIAS À MAIARA TURCATO.

Publicação Nº 2544767

PORTARIA Nº 15839/2020, de 25 de junho de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 93 c/c 98, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

à MAIARA TURCATO, Código: 2.949, ocupante do cargo (261) efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria da Saúde, Unidade Básica de Saúde do Distrito de Itajubá, na Estratégia Saúde da Família ESF – 03, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2019 a 31 de janeiro de 2020, sendo o período de gozo a contar de 25 de junho de 2020 a 24 de julho de 2020, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 25 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15840/2020, DE 25 DE JUNHO DE 2020 - CONCEDER GOZO DE FÉRIAS JANETE JUCHEM TREVIZAN.

Publicação Nº 2544769

PORTARIA Nº 15840/2020, de 25 de junho de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

CONCEDER GOZO DE FÉRIAS

JANETE JUCHEM TREVIZAN, Código: 3.483, nascida aos 06.04.1973, ocupante do cargo (44) em comissão de Diretor de Contabilidade e Controle Interno, Nível DAS-4, regido pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 02 de abril de 2019 a 01 de abril de 2020, sendo o período de gozo a contar de 01 de abril de 2020 a 30 de abril de 2020, sendo interrompidas pela Portaria nº 15735/2020, de 13 de abril de 2020, 18 (dezoito) dias, dos quais 02 (dois) serão gozados em 26 e 26 de junho de 2020, restando portanto, 16 (dezesesseis) dias a serem usufruídos em nova data .

Descanso - SC, 25 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15841/2020, DE 25 DE JUNHO DE 2020 - CONCEDER GOZO DE FÉRIAS DE MARCIONEI LUIZ TESSARO.

Publicação Nº 2544772

PORTARIA Nº 15841/2020, de 25 de junho de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

CONCEDER GOZO DE FÉRIAS

de MARCIONEI LUIZ TESSARO, Código: 3.484, brasileiro, solteiro, nascido aos 21.11.1997, portador do RG 6.310.061, inscrito no CPF 087.430.289-77, residente e domiciliado à Lª São Valentin, Descanso - SC, ocupante do cargo (57) em comissão de Chefe da Divisão de Esportes, com carga horária de 40 horas semanais, sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 02 de abril de 2019 a 01 de abril de 2020, sendo o período de gozo a contar de 01 de abril de 2020 a 30 de abril de 2020, ou seja, 30 (trinta) dias, conforme previsão do Decreto Municipal nº 2121/2020, sendo interrompidas pela Portaria nº 15759/2020, restando portanto 08 (oito) dias, a serem usufruídos em

nova data, sendo que ½ (meio) dia será gozado no dia 25 de maio de 2020, no período vespertino e ½ (meio) dia no período matutino do dia 26 de maio de 2020, restando portanto 07 (sete) dias para serem usufruídos em nova data, dois quais ½ (meio) dia será gozado no dia 25 de junho de 2020, no período vespertino e 01(um) dia na data de 26 de junho de 2020, restando, portanto, 05 (cinco) dias e ½ (meio) para serem usufruídos em nova data.

Descanso - SC, 25 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

’
Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

RELAÇÃO MENSAL DOS CONTRATOS ASSINADOS FMS - JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544088

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO

Folha: 1/2

CNPJ: 10.552.903/0001-39
AVENIDA MARECHAL DEODORO, 146.
C.E.P.: 89910-000 - Descanso - SCMês/Ano da Assinatura:

Junho/2020.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: NILPLAN CONSTRUTORA LTDA - ME

CNPJ: 13.858.934/0001-00

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 66/2019

Número do Processo: 106/2019

Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: 13/2020

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA, SOB DEMANDA, PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, MELHORIAS E ADEQUAÇÕES PREDIAIS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NA FORMA ESTABELECIDAS NAS PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DORAVANTE DENOMINADA SINAPI, PARA OS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE DESCANSO/SC.

Data da Assinatura: 01/06/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 07/07/2020

Vigência: 01/06/2020 a 10/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 7.515,25

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: WA CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA

CNPJ: 27.236.024/0001-09

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 1/2019

Número do Processo: 13/2019

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 2/2020-14/2019

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO DISTRITO DE ITAJUBÁ, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTARIA E MEMORIAL DESCRITIVO, COM RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE-FNS E PRÓPRIOS, CONFORME PROPOSTA 10552.903000/1180-05.

Data da Assinatura: 17/06/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 30/06/2020

Vigência: 17/06/2020 a 30/11/2020

Programa de Trabalho: 12.22 10.301.0037 2.060.4.4.90.00.00.00.00

Unidade Gestora / Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 5.214,51

Forma de Pagamento: À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO

Folha: 2/2

CNPJ: 10.552.903/0001-39**AVENIDA MARECHAL DEODORO, 146.****C.E.P.:** 89910-000 - Descanso - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Junho/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** GENTE SEGURADORA SA**CNPJ:** 90.180.605/0001-02**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 17/2017**Número do Processo:** 21/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 08/2020-13/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.**Data da Assinatura:** 26/06/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2020**Vigência:** 26/06/2020 a 26/06/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.976,64**Forma de Pagamento:** À Vista

RELAÇÃO MENSAL DOS CONTRATOS ASSINADOS PMD - JUNHO DE 2020

Publicação N° 2544091

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

Folha: 1/6

CNPJ: 83.026.138/0001-97
AV. MARECHAL DEODORO, 146
C.E.P.: 89910-000 - Descanso - SCMês/Ano da Assinatura:

Junho/2020.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA - ME

CNPJ: 02.645.439/0001-05

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 3/2020

Número do Processo: 42/2020

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 40/2020

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE 2.679,73 M² DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO, NA RUA PEDRO ERLO, LINHA CRUZINHAS, NESTE MUNICIPIO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA.

Data da Assinatura: 02/06/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 07/07/2020

Vigência: 02/06/2020 a 13/10/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 171.811,67

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA - ME

CNPJ: 02.645.439/0001-05

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 4/2020

Número do Processo: 43/2020

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 41/2020

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE INFRAESTRUTURA (DRENAGEM, MEIOS FIOS, TOPOGRAFIA, SINALIZAÇÃO) PARA PAVIMENTAÇÃO DE 1.521,20M² COM PEDRAS IRREGULARES, NA RUA JOÃO LEMOS, CENTRO, CIDADE DE DESCANSO/SC, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 918/2009, QUE ESTABELECE A COOPERAÇÃO MUNICIPIO/COMUNIDADE.

Data da Assinatura: 02/06/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 30/06/2020

Vigência: 02/06/2020 a 10/09/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 124.459,29

Forma de Pagamento: À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA**

Folha: 2/6

CNPJ: 83.026.138/0001-97
AV. MARECHAL DEODORO, 146
C.E.P.: 89910-000 - Descanso - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SERRALHERIA E VIDRACARIA DESCANSO LTDA**CNPJ:** 05.335.614/0001-48**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 20/2020**Número do Processo:** 62/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 42/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO SOB MEDIDA (PRATELEIRAS METÁLICAS) PARA ARMAZENAMENTO DOS MATERIAIS/PEÇAS DE USO DOS MECÂNICOS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.**Data da Assinatura:** 03/06/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2020**Vigência:** 03/06/2020 a 03/07/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.734,60**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** E.B. INSTALACOES ELETRICAS LTDA - EPP**CNPJ:** 00.212.337/0001-62**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 19/2020**Número do Processo:** 55/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2020-37/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESLOCAMENTO DE REDE NA RUA THOMAS KOPROSKI, EM RAZÃO DE OS POSTES SE ENCONTRAREM EM LOCAL INADEQUADO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.**Data da Assinatura:** 03/06/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/07/2020**Vigência:** 03/06/2020 a 30/06/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA**

Folha: 3/6

CNPJ: 83.026.138/0001-97
AV. MARECHAL DEODORO, 146
C.E.P.: 89910-000 - Descanso - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2020.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA - ME**CNPJ:** 02.645.439/0001-05**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 17/2019**Número do Processo:** 124/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 3/2020-103/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE INFRAESTRUTURA (DRENAGEM, MEIOS FIOS, TOPOGRAFIA, SINALIZAÇÃO) PARA PAVIMENTAÇÃO DE 6.343,06M² COM PEDRAS IRREGULARES, NA RUA ANTONIO WRONSKI E PARTE DA AVENIDA SANTA ROSA, CIDADE DE DESCANSO/SC.

Data da Assinatura: 04/06/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2020**Vigência:** 04/06/2020 a 30/09/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.139,21**Forma de Pagamento:****Contratado:** IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA - ME**CNPJ:** 02.645.439/0001-05**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 17/2019**Número do Processo:** 124/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 4/2020-103/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE INFRAESTRUTURA (DRENAGEM, MEIOS FIOS, TOPOGRAFIA, SINALIZAÇÃO) PARA PAVIMENTAÇÃO DE 6.343,06M² COM PEDRAS IRREGULARES, NA RUA ANTONIO WRONSKI E PARTE DA AVENIDA SANTA ROSA, CIDADE DE DESCANSO/SC.

Data da Assinatura: 04/06/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2020**Vigência:** 04/06/2020 a 30/09/2020**Programa de Trabalho:** 09.13 15.451.0034 1.014.4.4.90.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.862,56**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA**

Folha: 4/6

CNPJ: 83.026.138/0001-97
AV. MARECHAL DEODORO, 146
C.E.P.: 89910-000 - Descanso - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** NILPLAN CONSTRUTORA LTDA - ME**CNPJ:** 13.858.934/0001-00**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 66/2019**Número do Processo:** 106/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 43/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA, SOB DEMANDA, PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, MELHORIAS E ADEQUAÇÕES PREDIAIS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NA FORMA ESTABELECIDAS NAS PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DORAVANTE DENOMINADA SINAPI, PARA OS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE DESCANSO/SC.

Data da Assinatura: 08/06/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2020**Vigência:** 08/06/2020 a 07/08/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 26.998,31**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** TRANS MAESTRI LTDA - ME**CNPJ:** 09.367.994/0001-53**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 49/2019**Número do Processo:** 79/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 44/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, ACOPLADO A ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PARA MANUTENÇÃO E MELHORIAS DE ESTRADAS E VIAS DO MUNICÍPIO, DO INTERIOR E PARTE URBANA, CONFORME A NECESSIDADE.

Data da Assinatura: 10/06/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/06/2020**Vigência:** 10/06/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.535,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA**

Folha: 5/6

CNPJ: 83.026.138/0001-97
AV. MARECHAL DEODORO, 146
C.E.P.: 89910-000 - Descanso - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA - ME**CNPJ:** 02.645.439/0001-05**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 16/2019**Número do Processo:** 123/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 4/2020-104/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE INFRAESTRUTURA (DRENAGEM, MEIOS FIOS, TOPOGRAFIA, SINALIZAÇÃO) PARA PAVIMENTAÇÃO DE 2.352,20M² COM PEDRAS IRREGULARES, NA RUA VADESLAU MALENSKI, CENTRO, CIDADE DE DESCANSO/SC, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 918/2009, QUE ESTABELECE A COOPERAÇÃO MUNICÍPIO/COMUNIDADE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

Data da Assinatura: 18/06/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2020**Vigência:** 18/06/2020 a 30/06/2020**Programa de Trabalho:** 09.13 15.451.0034 1.014.4.4.90.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.495,45**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** NILPLAN CONSTRUTORA LTDA - ME**CNPJ:** 13.858.934/0001-00**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 66/2019**Número do Processo:** 106/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1/2020-28/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA, SOB DEMANDA, PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, MELHORIAS E ADEQUAÇÕES PREDIAIS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NA FORMA ESTABELECIDADA NAS PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DORAVANTE DENOMINADA SINAPI, PARA OS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE DESCANSO/SC.

Data da Assinatura: 19/06/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2020**Vigência:** 19/06/2020 a 30/06/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.991,74**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA**

Folha: 6/6

CNPJ: 83.026.138/0001-97
AV. MARECHAL DEODORO, 146
C.E.P.: 89910-000 - Descanso - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** NILPLAN CONSTRUTORA LTDA - ME**CNPJ:** 13.858.934/0001-00**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 66/2019**Número do Processo:** 106/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 2/2020-28/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA, SOB DEMANDA, PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, MELHORIAS E ADEQUAÇÕES PREDIAIS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NA FORMA ESTABELECIDAS NAS PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DORAVANTE DENOMINADA SINAPI, PARA OS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE DESCANSO/SC.

Data da Assinatura: 19/06/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2020**Vigência:** 19/06/2020 a 30/06/2020**Programa de Trabalho:** 08.12.26.782.0033.2.027.3.3.90.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 22.563,78**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** GABRIEL ANTONIO FERREIRA E MARLI CATARINA HENNICKA**CNPJ:** 14.051.336/0001-98**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 52/2019**Número do Processo:** 83/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2020-31/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO DE PAREDES, PINTURA PREDIAL DE PAREDES EXTERNAS, PORTAS, PORTÕES, GRADES, ESQUADRIAS DE MADEIRA E ESQUADRIAS METÁLICAS, CORRIMÕES, PISOS E OUTROS, PARA O CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PAULO HENRIQUE PISSAIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO.

Data da Assinatura: 24/06/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/06/2020**Vigência:** 24/06/2020 a 30/09/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 03/2020**

Publicação Nº 2543724

RESOLUÇÃO Nº 03/2020

ACRESCENTA O PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 12 DA RESOLUÇÃO Nº 002/96 QUE ESTABELECE O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE DESCANSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRCIO MAXIMINO BORTOLOTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Descanso, Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 197, da Resolução 002/96 e demais atribuições que lhe são conferidas em Lei,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Edilidade da Câmara de Vereadores de Descanso aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Acrescenta os parágrafo único ao artigo 12 da Resolução nº 002/96, com a seguinte redação:

Parágrafo único. Em casos excepcionais, devidamente justificado pelo Presidente em ato próprio, poderá ser convertido o período de recesso legislativo por período Ordinário, possibilitando a realização de sessões legislativas ordinárias.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Salão Nobre Prefeito Ângelo Bedin,
Descanso – SC, 26 de junho de 2020.

Vereador MÁRCIO MAXIMINO BORTOLOTO
Presidente da Câmara Mun. de Vereadores

Certifico que a presente Resolução foi registrada e publicada na forma da lei, nesta data.

Neusa Machado da Silva
Secretária Executiva

Dona Emma

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 28/2020

Publicação Nº 2543514

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

O Município de Dona Emma, SC, torna público para conhecimento dos interessados que às 09:00 horas do dia 10/02/2020, estará selecionando melhor proposta para: aquisição de um veículo de transporte escolar, tipo Micro-ônibus, 0 Km - ano e modelo 2020 para o Município de Dona Emma/SC, conforme especificações do Anexo I. Maiores informações serão fornecidas pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, fone (47) 3364-2828 ou no e-mail: compras@donaemma.sc.gov.br.

Dona Emma, em 30 de junho de 2020.

Nerci Barp
Prefeito Municipal.

LEI Nº 1614/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544694

LEI Nº 1614/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Fixa o subsídio dos vereadores do Município de Dona Emma para a Legislatura 2021/2024 e estabelece outras providências.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal dos vereadores do Município de Dona Emma, para a Legislatura 2021/2024, fica fixado em R\$ 2.601,21 (dois mil, seiscentos e um reais e vinte e um centavos).

§ 1º A ausência do vereador na ordem do dia de sessão plenária ordinária, ou extraordinária no período ordinário, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio no valor proporcional ao número total de sessões plenárias realizadas no mês.

§ 2º Considera-se como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação em plenário dos motivos apresentados para a ausência, sob forma de requerimento.

§ 3º As sessões plenárias extraordinárias, solenes e especiais, não serão remuneradas.

Art. 2º O vereador eleito para o cargo de Presidente da Câmara Municipal receberá, a partir da posse e enquanto estiver no exercício do cargo, o subsídio mensal de R\$ 3.334,90 (três mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa centavos).

Art. 3º O subsídio mensal dos vereadores e do presidente será pago normalmente durante os recessos parlamentares.

Art. 4º A partir do ano de 2022, os subsídios dos vereadores e do presidente serão revisados anualmente, nas mesmas datas observadas para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Município, utilizando-se a variação acumulada nos últimos 12 meses do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE, ou outro índice oficial que o venha substituir.

Parágrafo único. Havendo reajuste com percentuais diferenciados aos servidores municipais para recuperação de perdas salariais ou recomposição do valor dos vencimentos, a revisão dos subsídios dos vereadores e do presidente fica limitada à variação e ao índice previstos no caput deste artigo.

Art. 5º É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, ficando o Presidente da Câmara autorizado a realizar as devidas reduções, quando os valores fixados ultrapassarem os limites legais.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, para produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Dona Emma (SC), 30 de junho de 2020.

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de
Administração, Finanças e Planejamento

LEI Nº 1615/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544695

LEI Nº 1615/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Fixa os subsídios do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais de Dona Emma para a gestão 2021/2024 e estabelece outras providências.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os subsídios do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais de Dona Emma, para a gestão 2021/2024, ficam estabelecidos nos termos desta Lei.

Art. 2º O prefeito municipal receberá um subsídio mensal, em parcela única, no valor de R\$ 12.005,42 (doze mil, cinco reais e quarenta e dois centavos).

Art. 3º O vice-prefeito municipal receberá um subsídio mensal, em parcela única, no valor de R\$ 6.005,36 (seis mil, cinco reais e trinta e seis centavos).

Art. 4º Os secretários municipais receberão um subsídio mensal, em parcela única, no valor de R\$ 4.668,87 (quatro mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta e sete centavos).

§ 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se secretários municipais os agentes políticos assim determinados legalmente, nomeados para a estrutura administrativa de primeiro escalão criada pela Lei Complementar nº 15/96, de 10 de dezembro de 1996, e alterada pela Lei Complementar nº 72/2004, de 3 de dezembro de 2004.

§ 2º Os secretários municipais farão jus à:

- I – gratificação natalina;
- II – férias acrescidas de um terço de adicional;
- III – abono pecuniário de um terço das férias; e
- IV – indenização por férias não gozadas, no ato da sua exoneração.

§ 3º No que couber, aplicam-se os dispositivos do estatuto dos servidores públicos municipais.

Art. 5º A partir do ano de 2022, os subsídios do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais serão revisados anualmente, nas mesmas datas observadas para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Município, utilizando-se a variação acumulada nos últimos 12 meses do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE, ou outro índice oficial que o venha substituir.

Parágrafo único. Havendo reajuste com percentuais diferenciados aos servidores municipais para recuperação de perdas salariais ou recomposição do valor dos vencimentos, a revisão dos subsídios do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais fica limitada à variação e ao índice previstos no caput deste artigo.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, para produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021

Dona Emma (SC), 30 de junho de 2020.

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de
Administração, Finanças e Planejamento

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 32/2020

Publicação Nº 2543901

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Processo Licitatório Nº 32/2020

Extrato do Edital de Credenciamento

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto o CREDENCIAMENTO para CONTRATAÇÃO DE LEILOEIROS OFICIAIS PARA A REALIZAÇÃO DE LEILÕES DESTINADOS À ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, nos termos do Decreto Federal nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, observando o que dispõe a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, bem como, as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento Nº 32/2020 e seus Anexos. O envelope contendo a documentação de habilitação deverá ser entregue no local, data e horário limites designados: Data: 16/07/2020, Hora: 08h30min, Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho, localizada na Rua Brasília, nº 02, Centro - Doutor Pedrinho – SC. A Sessão Pública de Abertura dos Envelopes ocorrerá no mesmo local, na seguinte data e horário descrito: Data: 16/07/2020, Hora: 09h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade, durante o expediente normal, ou através do e-mail: licitacoes@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 29 de junho de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

Entre Rios

PREFEITURA

LICITAÇÃO 013-2020 FMS

Publicação N° 2544117

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREF N° 013/2020-PRE
PREGÃO PRESENCIAL PREF N°. 008/2020 – Sistema de Registro de Preços

1 – PREÂMBULO

1.1 - O MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Pergentino Alberici, nº. 152, centro no município de Entre Rios/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.612.698/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. JURANDI DELL OSBEL, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, pelo critério do menor preço por item, tendo por finalidade a FUTURA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTER NOVO, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, cujo processamento, direção e julgamento serão realizados pela Pregoeiro e Equipe de Apoio, constituída pelo Decreto nº. 063/2019, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal de nº. 8.666, de 21 de e 1993, com suas alterações, demais legislação pertinentes, bem como as condições adiante fixadas.

1.2 - O recebimento dos envelopes nº. 01 e nº. 02, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as 08:40min (horário oficial de Brasília) do dia 13 de julho de 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura, na Rua Pergentino Alberici, nº. 152, Centro, da cidade de Entre Rios/SC.

1.3 - A abertura do envelope nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL dar-se-á a partir das 08h45min (horário oficial de Brasília) do dia 13 de julho de 2020, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Entre Rios/SC, situada no endereço do item 1.2 do edital.

1.4 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

1.5 – Dúvidas e demais esclarecimentos deverão ser formalizadas por correio eletrônico para o e-mail: licitacoes@entrerios.sc.gov.br, não será dado qualquer atendimento via telefone.

Entre Rios, SC, 29 de junho de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 29/2020 – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO

Publicação N° 2543773

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo torna público que se encontra aberto o Processo de Licitação n° 29/2020 – Modalidade Tomada de Preço, objetivando selecionar proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação asfáltica, que da prosseguimento a Avenida Pedro Simon, em direção á localidade de Taquaruçú, com extensão de 210 metros lineares, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projeto básico contidos no anexo I deste edital, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até às 09h00min do dia 23 de Julho de 2020 e abertura às 09h05min do dia 23 de Julho de 2020. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07h45min às 11h45min e 13h00min às 17h00min, pelo telefone (048) 3546-0083 ou e-mail licitacao@ermo.sc.gov.br

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 027/2020

Publicação N° 2544121

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório n° 049/2020
Edital de Pregão n° 027/2020

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal n° 1386/2010 que regulou a Lei Federal n° 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal n° 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de Tubos de Concreto para drenagem pluvial, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 13/07/2020.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

AVISO DE PUBLICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.0020/2020

Publicação Nº 2543811

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO
PREGÃO PRESENCIAL N. 0020/2020
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que PUBLICA o Edital da licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0020/2020 – Menor Preço por Lote, visando registro de preços para AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS EM MDF, MESAS DE ESCRITÓRIO, BANCADAS, BALCÕES SOB MEDIDA e CADEIRAS PARA ESCRITÓRIO. De acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 10 de julho de 2020, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4340.

Faxinal dos Guedes/SC, 29 de junho de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA N° 157/2020

Publicação N° 2543898

PORTARIA N° 157/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal FRANCIELLE MENIN VENDRAME, ocupante do Cargo de Farmacêutica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 29/06/2020 a 13/07/2020, Conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 08/18 a 08/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 29 dias do mês de Junho de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

DIRCIANE F. NEUHAUS

Secretário de Administração

Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 5003/2020

Publicação Nº 2543294

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5003, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA O CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RUDIMAR CONTE Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 71, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006, Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado MAIRON GUSTAVO EBERLE, portador do CPF N.º 081.421.459-28 e da CI N.º 5.198.467, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com regime de Dedicação Integral.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 29 de junho de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

DECRETO MUNICIPAL N.º 5004/2020

Publicação Nº 2543296

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5004, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA O CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RUDIMAR CONTE Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 71, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006, Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado CRISTIANO LUIZ AZEREDO, portador do CPF N.º 073.954.919-71 e da CI N.º 5.117.681-5, para ocupar o Cargo em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, nível de vencimento CC-5, com regime de Dedicação Integral.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 29 de junho de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

DECRETO MUNICIPAL N.º 5005/2020

Publicação N° 2543423

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5005, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e face ao disposto no artigo 33, da Lei Complementar N.º 017, de 22 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, do Cargo em Comissão de Diretor de Departamento, o servidor público municipal FERNANDO ALVES CORREA, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, nomeado através do Decreto Municipal N.º 4840, de 21 de novembro de 2019.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de junho de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Decreto Municipal N.º 4840, de 21 de novembro de 2019.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 29 de junho de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/PMF/2020 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/PMF/2020

Publicação Nº 2543408

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 37/PMF/2020
(Referente Pregão Presencial nº. 74/PMF/2020)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3.400, Paço Municipal 26 de Abril, Forquilha/SC, inscrita no CNPJ nº. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011, e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. FF PNEUMÁTICOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº. 23.995.968/0001-09, estabelecida na Rua Carlos Colombo, 1098, Rio Maina, Criciúma/SC, neste ato representada pelo Sr. Antônio Jair Vieira da Silva, brasileiro, CI 5455057, CPF 022.938.754-31;
2. OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 04.209.387/0001-41 estabelecida na Estrada VRS 452, 2261, Bom Fim, Feliz/RS, neste ato representada pelo Sr. Luís Fernando Ugioni, brasileiro, CI 3813180, CPF 030.640.149-51;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do Artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 74/PMF/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para prestar serviços de recapagem de pneus para atender as necessidades das diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de Ordens de Serviço previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de execução dos serviços constarão expressamente nas requisições que deverão ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas Neste edital de licitação.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias.

1.5. Os serviços, quando solicitados pelo município, deverão ser executados por profissional especializado, nas instalações da empresa detentora da ata.

3. O setor competente do município processará a conferência dos serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser feito num prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não realizar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, improrrogável.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.

1.1. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada dos respectivos relatórios que comprovem a execução dos serviços em conformidade ao discriminado na proposta contratada.

1.2. O CERTIFICADO pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.

1.3. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.

1.4. Além do relatório de serviços e Nota Fiscal, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

A) Certidão Conjunta de Débito junto a Fazenda Federal e CND FGTS demonstrando sua regularidade;

B) Cópia de recolhimento dos seguintes pagamentos do mês anterior: guia de recolhimento do INSS e guia de recolhimento do FGTS;

C) Relação de Empregados - RE.

4.1.1. A não apresentação dos documentos enunciados acima implica na suspensão do pagamento da fatura até a apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

1.5. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.

3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva a execução dos serviços desta ata;

1.2. Aplicar à Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Prestar os serviços de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Executar o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Substituir, imediatamente, qualquer profissional cujo desempenho e conduta sejam considerados pelo Município como inconvenientes para o desempenho dos serviços;

2.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município, devidamente caracterizada a imperícia ou culpa de seus profissionais, cujos valores serão descontados de fatura seguinte da Contratada, sem prejuízo das demais sanções e procedimentos.

Cláusula Oitava – Das Penalidades e Sanções Administrativas

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

- B) apresentar documentação falsa;
- C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- D) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- E) não mantiver a proposta;
- F) cometer fraude fiscal;
- G) comportar-se de modo inidôneo.

2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato

B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.

3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. O Sr. Renan Trombim, será o Fiscal desta Ata, sendo dele a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

2. O Sr. Pedro Antonio Vieira, Secretário de Infraestrutura será o Gestor desta Ata, sendo dele a responsabilidade de acionados os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 74/PMF/2020, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002,

pelo Decreto Municipal nº. 53/2013 e pelo Decreto Municipal nº 167, de 15/08/2018 (microempresa), no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Terceira – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Forquilha/SC, 29 de JUNHO de 2020.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal
FF PNEUMÁTICOS EIRELI ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Antônio Jair Vieira da Silva
OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Luis Fernando Ugioni
Renan Trombim
Fiscal da Ata

LEI Nº 2.436, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543528

LEI Nº 2.436, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA (Segunda Alteração e Consolidação), em anexo, nos termos da Lei Federal n. 11.107/05 e Decreto Federal n. 6.017/07.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de junho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de junho de 2020.

JULIANA TAVARES
Chefe do Departamento de Governo

ANEXO DA LEI Nº 2.436, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

----- C I N C A T A R I N A -----

SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES

O Consórcio Intermunicipal Catarinense é uma entidade pública multifinalitária, constituído na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto, Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800, por intermédio dos entes da federação consorciados, de comum acordo, firmam a SEGUNDA ALTERAÇÃO e CONSOLIDAÇÃO ao PROTOCOLO DE INTENÇÕES, o qual passa a denominar-se CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA na forma da Lei Federal n. 11.107/05, de seu regulamento (Decreto Federal n. 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes alterações, observadas as condições abaixo estabelecidas:

TÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, FINALIDADE, PRAZO DE DURAÇÃO E SEDE

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º - O consórcio público denominado CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integra, nos termos da lei, a administração indireta dos entes da federação consorciados.

Parágrafo único. O consórcio público adquire personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação dos entes consorciados, na forma deste Protocolo de Intenções, da Lei Federal n. 11.107/05 e do Decreto Federal n. 6.017/07.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS E DAS FINALIDADES

Art. 2º - O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, entidade pública multifinalitária, tem por objetivo estabelecer relações de cooperação federativa, através de ações de interesse comum, para promover a inovação e a modernização da gestão pública.

Parágrafo único. O consórcio público tem por finalidades o desenvolvimento de programas, projetos, atividades e operações especiais nas áreas de atuação governamental de Administração, Defesa Nacional, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental e Ciência e Tecnologia.

Art. 3º - Para o cumprimento de seus objetivos e finalidades o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, entre outros, poderá:

I – Firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais e econômicas de outras entidades e órgãos do governo (artigo 2º, § 1º, I da Lei Federal n. 11.107/05), sejam no âmbito Federal ou Estadual;

II – Captar recursos públicos e privados, nacionais e estrangeiros;

III – Instituir Fundos Interfederativos para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de entes da federação, do setor privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países, visando o desenvolvimento de ações para cumprimento de seus objetivos e finalidades;

IV – Desenvolver ações de inovação e modernização para atendimento das ações do consórcio público decorrentes dos seus objetivos e finalidades;

V – Desenvolver ações integradas de Extensão, Pesquisa e Ensino, articulando projetos e ações (cursos, eventos, prestação de serviços, seminários), definindo diretrizes de acordo com a política pública, podendo instituir programas de Extensão, Pesquisa e Ensino, através de editais e disponibilização de bolsas;

VI – Desenvolver relações de cooperação institucional do consórcio público com entidades públicas e privadas, em especial FECAM, EGEM, ARIS, CIGA, associações de municípios e demais organizações da sociedade civil;

VII – Atuar na ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência da gestão pública;

VIII – Realizar transferências financeiras entre os entes da federação, especialmente da União para o Estado de Santa Catarina e aos Municípios Consorciados e, do Estado de Santa Catarina aos Municípios Consorciados, para desenvolvimento de objetivos e finalidades comuns destes;

IX – Instituir mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação de serviços públicos prestados pelo consórcio público ou por seus entes consorciados à população.

X – Estabelecer cooperação entre os entes da federação consorciados, para promover o desenvolvimento sustentável dos seus interesses comuns, integrando os entes da federação consorciados para planejamento e desenvolvimento local ou regional, possibilitando articulação para explorar de maneira eficaz as eficiências coletivas, mobilizando o potencial dos fatores produtivos existentes;

XI – Fomentar nos entes da federação consorciados o atendimento dos Objetivos e Metas de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

XII – Ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação, nos termos do artigo 2º, § 1º, III da Lei Federal n. 11.107/05; artigo 10, II c/c artigo 18 e parágrafo único, do Decreto Federal n. 6.017/07 e da Portaria STN nº 274/2016 ou outra que vier a substituir, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções, para repasse de recursos financeiros, sejam por rateio ou aplicação direta;

XIII – Realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados, podendo entre outros:

a) Realizar licitações compartilhadas em favor dos entes consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos entes consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os entes da federação;

b) Realizar contratações conjuntas de bens e serviços a serem entregues ou prestados aos entes consorciados;

c) Realizar chamadas públicas para credenciamento e pré-qualificação de produtos e serviços;

d) Implementar sistema unificado de fornecedores e compras públicas;

e) Adquirir produtos ou serviços em outros países ou de empresas sediadas em outros países, com representação no Brasil;

f) Através de cooperação técnica com outros consórcios públicos, poderão ser aplicadas as disposições deste inciso e suas alíneas.

XIV – Realizar licitações de concessões públicas e parcerias público-privadas e fiscalizar contratos de concessão de serviços públicos de competência dos entes consorciados, nos termos da legislação em vigor;

XV – Instituir banco de informações de fornecedores e registros cadastrais de licitantes e contratantes do consórcio público e dos entes consorciados, inclusive implementar e informar o cadastro de empresas e pessoas físicas inidôneas, suspensas ou impedidas de contratar e licitar com a Administração Pública, nos termos da legislação em vigor;

XVI – Ser contratado nos termos do artigo 24, XXVI, da Lei Federal n. 8.666/93, quando prestar serviços públicos de forma associada nos termos autorizados no contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação, através da celebração de Contrato de Programa;

XVII – Implementar Câmaras de Compensações para intermediar as negociações de transferências, alienações e permutas de bens móveis, permanentes e de consumo, entre os entes consorciados;

XVIII – Proporcionar assessoramento aos entes da federação consorciados na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores administrativos, sociais, institucionais e de infraestrutura, especialmente: seleção, gestão, capacitação e treinamento de pessoal, educação, esportes, cultura, saúde, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, meio ambiente, indústria, comércio, turismo, abastecimento, transporte, comunicação e segurança;

XIX – Realizar ações de eficiência energética, controle e monitoramento do consumo de energia elétrica;

XX – Executar serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, melhoria, ampliação e efficientização do sistema de iluminação pública nos entes consorciados;

XXI – Gerir e controlar as contratações de serviços de telefonia, passagens aéreas, locações de veículos, frotas de veículo, ponto eletrônico, entre outros;

XXII – Executar estudos, projetos e serviços técnicos de engenharias, arquitetura e urbanismo, topografia e correlatos;

XXIII – Desenvolver ações voltadas à Política de Desenvolvimento Territorial, Política de Mobilidade Urbana, Política de Saneamento Básico, Resíduos Sólidos, Proteção e Gestão do Meio Ambiente;

XXIV – Elaborar o planejamento da gestão urbana e desenvolvimento territorial sustentável, inclusive regularização fundiária, política habitacional, mobilidade urbana, planejamento de cidades e desenvolvimento rural;

XXV – Planejar, assessorar ou executar ações de proteção e gestão do meio ambiente, visando sustentabilidade ambiental e ecológica, preservação de florestas, da fauna e da flora, bem como a proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, monumentos, paisagens naturais e sítios arqueológicos, podendo responsabilizar-se pelos procedimentos de cadastro, controle, fiscalização e licenciamento ambiental de competência dos entes consorciados;

XXVI – Proporcionar infraestrutura com a realização de serviços nas mais diversas áreas de atuação, inclusive mediante a execução de obras públicas, execução de horas máquinas e conservação, manutenção e recuperação da infraestrutura viária sob responsabilidade dos entes da federação consorciados;

XXVII – Promover, incentivar e fomentar o desenvolvimento turístico dos entes consorciados, a fim de facilitar e viabilizar ações e serviços turísticos, de lazer e entretenimento com eficiência e qualidade;

XXVIII – Executar ações de assistência social e de segurança alimentar e nutricional, atendidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

XXIX – Planejar, gerir ou administrar serviços e recursos de regimes próprios de previdência dos agentes públicos dos entes consorciados, vedado que os recursos arrecadados em um ente da federação sejam utilizados no pagamento de benefícios de segurados de outro ente;

XXX – Realizar ações de desenvolvimento sociofuncional e integração dos agentes públicos dos entes da federação consorciados;

XXXI – Desenvolver ou prestar ações conjuntas de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

XXXII – Realizar ações de integração dos entes da federação consorciados para formar equipes em diversas modalidades e categorias para disputar competições esportivas, inclusive profissionais;

XXXIII – Prestar suporte e executar ações de integração das administrações tributárias dos entes da federação, podendo representá-las perante as administrações tributárias da União e dos Estados, instituir conselhos de contribuintes regionalizados, realizar julgamento em instância administrativa de litígios fiscais suscitados diante da aplicação da legislação tributária, estabelecer programas de fiscalização tributária conjunta, e propor políticas regionalizadas de incentivos fiscais;

XXXIV – Executar ações para atuar nos diversos meios de comunicação, como internet, rádio, televisão, jornais, revistas, etc., visando o cumprimento do princípio da publicidade e transparência da administração pública, para divulgação de programas e ações institucionais do consórcio público e dos entes consorciados.

CAPÍTULO III

DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

Art. 4º - O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, vigorará por prazo indeterminado.

Parágrafo único. A alteração ou a extinção do consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, previamente autorizado, e sendo ratificado, através de lei dos entes consorciados.

Art. 5º - O consórcio público terá Sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto, Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800, podendo ser alterada por decisão da assembleia geral.

Parágrafo único. Fica instituída a Central Executiva do CINCATARINA como unidade operacional, na Rua Nereu Ramos, n. 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000, podendo ser alterada por decisão da assembleia geral.

TÍTULO II

DO INGRESSO, DA SUBSCRIÇÃO, DO CONSORCIMENTO E ÁREA DE ATUAÇÃO

CAPÍTULO I

DO INGRESSO NO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 6º - Os entes da federação abaixo mencionados poderão ingressar no CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA:

I – União;

II – Estado de Santa Catarina;

III – Municípios do Estado de Santa Catarina: Abdon Batista, Abelardo Luz, Agrolândia, Agronômica, Água Doce, Águas de Chapecó, Águas Frias, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Alto Bela Vista, Anchieta, Angelina, Anita Garibaldi, Anitápolis, Antônio Carlos, Apiúna, Arabutã, Araquari, Araranguá, Armazém, Arroio Trinta, Arvoredo, Ascurra, Atalanta, Aurora, Balneário Arroio do Silva, Balneário Barra do Sul, Balneário Camboriú, Balneário Gaivota, Balneário Piçarras, Balneário Rincão, Bandeirante, Barra Bonita, Barra Velha, Bela Vista do Toldo, Belmonte, Benedito Novo, Biguaçu, Blumenau, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Bom Retiro, Bombinhas, Botuverá, Braço do Norte, Braço do Trombudo, Brunópolis, Brusque, Caçador, Caibi, Calmon, Camboriú, Campo Alegre, Campo Belo do Sul,

Campo Erê, Campos Novos, Canelinha, Canoinhas, Capão Alto, Capinzal, Capivari de Baixo, Catanduvas, Caxambu do Sul, Celso Ramos, Cerro Negro, Chapadão do Lageado, Chapecó, Cocal do Sul, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Correia Pinto, Corupá, Criciúma, Cunha Porã, Cunhataí, Curitibaanos, Descanso, Dionísio Cerqueira, Dona Emma, Doutor Pedrinho, Entre Rios, Ermo, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Florianópolis, Formosa do Sul, Forquilha, Fraiburgo, Frei Rogério, Galvão, Garopaba, Garuva, Gaspar, Governador Celso Ramos, Grão Pará, Gravatal, Guabiruba, Guaraciaba, Guaramirim, Guarujá do Sul, Guatambú, Herval d'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Ibirama, Içara, Ilhota, Imaruí, Imbituba, Imbuia, Indaial, Iomerê, Ipira, Iporã do Oeste, Ipuacu, Ipumirim, Iraceminha, Irani, Irati, Irineópolis, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapema, Itapiranga, Itapoá, Ituporanga, Jaborá, Jacinto Machado, Jaguaruna, Jaraguá do Sul, Jardinópolis, Joaçaba, Joinville, José Boiteux, Jupiá, Lacerdópolis, Lages, Laguna, Lajeado Grande, Laurentino, Lauro Muller, Lebon Régis, Leoberto Leal, Lindóia do Sul, Lontras, Luiz Alves, Luzerna, Macieira, Mafra, Major Gercino, Major Vieira, Maracajá, Maravilha, Marema, Massaranduba, Matos Costa, Meleiro, Mirim Doce, Modelo, Mondaí, Monte Carlo, Monte Castelo, Morro da Fumaça, Morro Grande, Navegantes, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Nova Trento, Nova Veneza, Novo Horizonte, Orleans, Otacílio Costa, Ouro, Ouro Verde, Paial, Paineira, Palhoça, Palma Sola, Palmeira, Palmitos, Papanduva, Paraíso, Passo de Torres, Passos Maia, Paulo Lopes, Pedras Grandes, Penha, Peritiba, Pescaria Brava, Petrolândia, Pinhalzinho, Pinheiro Preto, Piratuba, Planalto Alegre, Pomerode, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Ponte Serrada, Porto Belo, Porto União, Pouso Redondo, Praia Grande, Presidente Castello Branco, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Princesa, Quilombo, Rancho Queimado, Rio das Antas, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio dos Cedros, Rio Fortuna, Rio Negrinho, Rio Rufino, Riqueza, Rodeio, Romelândia, Salete, Saltinho, Salto Veloso, Sangão, Santa Cecília, Santa Helena, Santa Rosa de Lima, Santa Rosa do Sul, Santa Terezinha, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul, São Bernardino, São Bonifácio, São Carlos, São Cristóvão do Sul, São Domingos, São Francisco do Sul, São João Batista, São João do Itaperiú, São João do Oeste, São João do Sul, São Joaquim, São José, São José do Cedro, São José do Cerrito, São Lourenço do Oeste, São Ludgero, São Martinho, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, São Pedro de Alcântara, Saudades, Schroeder, Seara, Serra Alta, Siderópolis, Sombrio, Sul Brasil, Taió, Tangará, Tigrinhos, Tijucas, Timbó do Sul, Timbó, Timbó Grande, Três Barras, Treviso, Treze de Maio, Treze Tílias, Trombudo Central, Tubarão, Tunápolis, Turvo, União do Oeste, Urubici, Urupema, Urussanga, Vargeão, Vargem, Vargem Bonita, Vidal Ramos, Videira, Vitor Meireles, Witmarsum, Xanxerê, Xavantina, Xaxim e Zortéa.

§ 1º. Para ingressar no consórcio público o ente da federação providenciará Lei de ratificação do Protocolo de Intenções.

§ 2º. Após a ratificação da Lei, o ente da federação fará solicitação de ingresso ao Presidente do consórcio público.

§ 3º. O Presidente do consórcio público submeterá a solicitação de ingresso do ente da federação à assembleia geral para homologação, salvo os casos de autorização de forma automática.

§ 4º. Somente será considerado consorciado o ente da federação que ratificar por lei o protocolo de intenções e tiver a solicitação de ingresso homologada.

§ 5º. Para participar dos programas, projetos, atividades e operações especiais do consórcio público o ente da federação deverá providenciar a inclusão da dotação orçamentária para transferências a consórcios públicos por meio de rateio ou aplicação direta, observados das disposições legais, regulamentares e deste Protocolo de Intenções.

§ 6º. O início das atividades e a entrega de recursos financeiros ao consórcio público ocorrerão após a efetivação de contratos de programas, contratos de rateio, contratos administrativos ou outros instrumentos congêneres.

§ 7º. O consórcio público será contratado pela administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação, nos termos do artigo 2º, § 1º, III da Lei Federal n. 11.107/05; artigo 10, II c/c artigo 18 e parágrafo único, do Decreto Federal n. 6.017/07 e da Portaria STN nº 274/2016 ou outra que vier a substituir, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções, para entrega de recursos financeiros, sejam por rateio ou aplicação direta.

Art. 7º - Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, o consorciamento do ente da federação dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais entes da federação consorciados, em assembleia geral.

CAPÍTULO II

DOS SUBSCRITORES E DOS CONSORCIADOS

Art. 8º - Os subscritores iniciais são os entes da federação que firmaram o Protocolo de Intenções e são consorciados todos aqueles que o ratificaram por lei:

I – Entes da federação de Santa Catarina subscritores iniciais: Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Curitibaanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Ponte Alta do Norte, Rio Das Antas, Salto Veloso, Santa Cecília, São Cristóvão, Timbó Grande e Videira;

II – Entes da federação de Santa Catarina consorciados: Abdon Batista - Lei Municipal nº 813/2014, Abelardo Luz - Lei Municipal nº 2.506/2018, Anita Garibaldi - Lei Municipal nº 2.228/2018, Antônio Carlos - Lei Municipal nº 1.610/2018, Água Doce - Lei Municipal nº 2.425/2016, Águas Mornas - Lei Municipal nº 929/2018, Anitápolis - Lei Municipal nº 1.000/2019, Alto Bela Vista - Lei Municipal nº 763/2018, Arroio Trinta - Lei Municipal nº 1.677/2014; Bom Jesus - Lei Municipal nº 700/2018; Brunópolis - Lei Municipal nº 796/2014; Caçador - Lei Municipal nº 3.112/2014; Calmon - Lei Municipal nº 716/2014; Campos Novos - Lei Municipal nº 4.444/2018; Capinzal - Lei Municipal nº 3.289/2018; Catanduvas - Lei Municipal nº 2.647/2018; Celso Ramos - Lei Municipal nº 998/2018; Coronel Martins - Lei Municipal nº 737/2019; Curitibaanos - Lei Municipal nº 5.431/2015; Entre Rios - Lei Municipal nº 766/2019; Erval Velho - Lei Municipal nº 1422/2016; Faxinal dos Guedes - Lei Municipal nº 2434/2017; Fraiburgo - Lei Municipal nº 2.228/2014; Frei Rogério - Lei Municipal nº 791/2014; Garuva - Lei Municipal nº 2.074/2018; Herval Doeste - Lei Municipal nº 3.197/2017; Ibiam - Lei Municipal nº 546/2014; Ibicaré - Lei Municipal nº 1.893/2017; Iomerê - Lei Municipal nº 777/2014; Ipuacu - Lei Municipal nº 884/2018; Ipumirim - Lei Municipal nº 1.243/2019; Irani - Lei Municipal nº 1.710/2014; Irineópolis - Lei Municipal nº 1.974/2018; Itá - Lei Municipal nº 2.396/2015; Itapoá - Lei Municipal nº 723/2017; Ituporanga - Lei Municipal nº 2.734/2018; Jaborá - Lei Municipal nº 1.574/2017; Joaçaba - Lei Municipal nº 5.132/2017; Lacerdópolis - Lei Municipal nº 2.107/2017; Lajeado Grande - Lei Municipal nº 749/2018; Laurentino - Lei Municipal nº 1.340/2017; Lebon Régis - Lei Municipal nº 1.471/2014; Lindóia Do Sul - Lei Municipal nº 1.428/2019; Lontras - Lei Municipal nº 2.362/2018; Luzerna - Lei Municipal nº 1459/2016; Macieira - Lei Municipal nº 709/2014; Major Gercino - Lei Municipal nº 1.189/2018; Marema - Lei Municipal nº 1140/2017; Matos Costa - Lei Municipal nº 2.028/2014; Monte Carlo - Lei Municipal nº 911/2014; Nova Trento - Lei Municipal nº 2.687/2018; Novo Horizonte - Lei Municipal nº 592/2019; Ouro - Lei Municipal nº 2.520/2018; Ouro Verde - Lei Municipal nº 1.031/2018; Passos Maia - Lei Municipal nº 811/2018; Paulo Lopes - Lei Municipal nº 1.776/2018; Pinheiro Preto - Lei Municipal nº 1.750/2014; Piratuba - Lei Municipal nº

1.413/2017; Ponte Alta Do Norte - Lei Municipal nº 1.108/2017; Ponte Serrada - Lei Municipal nº 2.302/2017; Presidente Castello Branco - Lei Municipal nº 1.834/2018; Rancho Queimado - Lei Municipal nº 1.733/2019; Rio das Antas - Lei Municipal nº 1.788/2014; Rio do Sul - Lei Municipal nº 5.959/2018; Rio Negrinho - Lei Municipal nº 3.007/2017; Salto Veloso - Lei Municipal nº 1.512/2014; Santa Cecília - Lei Municipal nº 1.973/2018; Santa Terezinha - Lei Municipal nº 665/2018; São Bonifácio - Lei Municipal nº 1.450/2018; São Domingos - Lei Municipal nº 1.843/2019; São Francisco do Sul - Lei Municipal nº 1.880/2017; São Lourenço do Oeste - Lei Municipal nº 2.369/2017; São Pedro de Alcântara - Lei Municipal nº 1.243/2019; Siderópolis - Lei Municipal nº 2.222/2017; Tangará - Lei Municipal nº 2.199/2014; Timbó Grande - Lei Municipal nº 1.045/2014; Treze Tílias - Lei Municipal nº 1.926/2017; Urubici - Lei Municipal nº 2.031/2018; Vargeão - Lei Municipal nº 1.630/2017; Vargem - Lei Municipal nº 752/2017; Vargem Bonita - Lei Municipal nº 1.093/2017; Videira - Lei Municipal nº 3.101/2014; Xanxerê - Lei Municipal nº 4.018/2018; Xavantina - Lei Municipal nº 1.677/2019; Xaxim - Lei Municipal nº 4.283/2017 e Zortéa - Lei Municipal nº 602/2018.

Art. 9º - O Protocolo de Intenções e/ou suas alterações, após sua ratificação por pelo menos 05(cinco) dos entes da federação, converter-se-á no contrato de consórcio público.

Art. 10 - Consideram-se automaticamente subscritores iniciais ou consorciados todos os novos entes da federação criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos entes da federação mencionados nos incisos do artigo 6º deste Protocolo de Intenções, desde que o seu representante legal tenha firmado ou ratificado o presente protocolo de intenções.

CAPÍTULO III DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 11 - A área de atuação do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA será a área correspondente à soma dos territórios dos entes da federação consorciados.

Art. 12 - Em caso de interesse dos entes consorciados, condicionado a aprovação da assembleia geral, o consórcio público poderá exercer atividades fora de sua área de atuação, inclusive prestar serviços a entes não consorciados, observadas as disposições legais aplicáveis.

TÍTULO III DOS DIREITOS, DEVERES E CRITÉRIOS DE REPRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 13 - Constituem direitos dos consorciados:

I – Participar das assembleias gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – Votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente, Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal;

III – Propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos entes da federação consorciados e ao aprimoramento do consórcio público;

IV – Compor a Presidência e Vice-Presidência, Conselho de Administração ou Conselho Fiscal do consórcio público nas condições estabelecidas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto.

Art. 14 - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções ou no estatuto do consórcio público.

Art. 15 - Constituem deveres dos consorciados:

I – Cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio, Contrato Administrativo ou outros instrumentos congêneres;

II – Acatar as determinações da assembleia geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do consórcio público;

III – Cooperar para o desenvolvimento das atividades do consórcio público, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV – Participar ativamente das reuniões e assembleias gerais do consórcio público.

CAPÍTULO II DOS CRITÉRIOS PARA REPRESENTAÇÃO

Art. 16 - O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA poderá representar seus integrantes perante a União, os Estados e outros Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar assuntos relacionados com seus objetivos e finalidades previstas no artigo 2º deste Protocolo de Intenções, com poderes amplos e irrestritos, nas seguintes ocasiões:

I – Firmar protocolo de intenções;

II – Firmar convênios, contratos, cooperações, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;

III – Prestar contas relacionadas com os contratos, termos, ajustes e convênios firmados;

IV – Outras situações de interesse comum dos consorciados, desde que devidamente autorizados pela assembleia geral do consórcio público.

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 - O consórcio público tem a seguinte organização:

- I – Assembleia Geral;
- II – Presidência;
- III – Conselho de Administração;
- IV – Conselho Fiscal;
- V – Diretoria Executiva.

Parágrafo único. independente de alteração do Protocolo de Intenções poderão ser criados outros órgãos temporários ou permanentes, singulares ou colegiados, grupos de trabalho, câmaras técnicas, instâncias de governança e núcleos regionais de atuação.

Art. 18 - O consórcio público será organizado por estatuto, que disporá sobre a organização e funcionamento de cada um de seus órgãos constitutivos, bem como normas relativas ao regime jurídico dos empregados públicos do consórcio público, observando todas as cláusulas deste Protocolo de Intenções.

CAPÍTULO II**DA ASSEMBLEIA GERAL**

Art. 19 - A assembleia geral do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, é a instância máxima do consórcio público, sendo constituída pelos Chefes dos Poderes Executivos dos entes da federação consorciados, podendo ser ordinária ou extraordinária.

§ 1º - No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar competência, mediante procuração, a agente público do Poder Executivo pertencente ao ente da federação, para representá-lo na assembleia geral, praticando todos os atos.

§ 2º - Ninguém poderá representar mais de um ente consorciado na mesma assembleia geral.

Art. 20 - A assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, 01(uma) vez por ano, em datas a serem definidas, devendo ser feita convocação com antecedência mínima de 10(dez) dias consecutivos, pelos meios legais.

§ 1º - A assembleia geral ocorre extraordinariamente, sempre que convocada, para tratar de assuntos de interesse do consórcio público, inclusive, para deliberar sobre alteração estatutária e alterações de ordem administrativa e de pessoal, por iniciativa do Presidente do consórcio público ou a pedido de 50%(cinquenta por cento) dos consorciados, com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas pelos meios legais.

§ 2º - A assembleia geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos, sendo seu procedimento fixado no edital de/ convocação.

Art. 21 - O quorum exigido para realização de assembleia geral, em primeira convocação, é de no mínimo 2/3(dois terços) dos consorciados, exceto para assembleia virtual.

Parágrafo único. Não se realizando em primeira convocação, considera automaticamente convocada para quinze minutos depois no mesmo local, quando se realizará com qualquer número de participantes.

Art. 22 - Cada consorciado terá direito a 01(um) voto na assembleia geral.

§ 1º - Somente terá direito a voto o Chefe do Poder Executivo do ente da federação consorciado ou seu representante autorizado por procuração.

§ 2º - O voto será público, pela aprovação ou rejeição da proposição, admitindo-se o voto secreto nos casos motivados, quando decidido por 2/3(dois terços) dos participantes da assembleia geral.

Art. 23 - Compete à assembleia geral:

- I – Deliberar sobre assuntos relacionados com os objetivos e finalidades do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA;
- II – Homologar o ingresso no consórcio público de ente da federação que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;
- III – Autorizar de forma automática a homologação do ingresso dos entes da federação mencionados como possíveis para ingressar no consórcio público, desde que a lei de ratificação não contenha reservas para afastar ou condicionar a vigência artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções;
- IV – Estabelecer orientação superior do consórcio público, promovendo e recomendando estudos e soluções para os problemas administrativos, econômicos, sociais e ambientais dos entes consorciados;
- V – Aplicar a pena de exclusão do consórcio público;
- VI – Aprovar o estatuto do consórcio público e suas alterações;
- VII – Eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do consórcio público, cujos mandatos serão de 01(um) ano;
- VIII – Ratificar a exoneração ou destituição de membros Diretoria Executiva, como requisito essencial de validade do ato, salvo se for a pedido do interessado;
- IX – Aprovar:
 - a) Programa anual de trabalho;
 - b) O orçamento anual do consórcio público;
 - c) A realização de operações de crédito;
 - d) A fixação, a revisão e o reajuste de valores devidos ao consórcio público pelos consorciados;
 - e) A alienação e a oneração de bens do consórcio público ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;
- XI – Homologar as decisões do Conselho Fiscal;
- XII – Aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos;
- XIII – Homologação de convênios, cooperações e contratos de programa;
- XIV – Apreciar e sugerir medidas sobre:

- a) A melhoria dos serviços prestados pelo consórcio público;
- b) O aperfeiçoamento das relações do consórcio público com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

XV – Aprovar pedido de retirada de consorciado do consórcio público;

XVI – Dissolver o consórcio público, na forma prevista neste Protocolo de Intenções.

Parágrafo único. O Presidente, o Vice-Presidente, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal serão substituídos automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado que representa na assembleia geral, hipótese em que será sucedido pelo novo Chefe do Poder Executivo do ente consorciado.

Art. 24 - A Presidência (Presidente e o Vice-Presidente) será eleita em assembleia geral especialmente convocada.

§ 1º - Somente será aceita a candidatura à Presidência de Chefe de Poder Executivo de ente consorciado.

§ 2º - A Presidência será eleita por voto público.

§ 3º - Será considerada eleita a Presidência (candidatos a Presidente e Vice-Presidente) que obtiverem ao menos 2/3 (dois terços) dos votos dos participantes da assembleia geral, não podendo ocorrer à eleição sem a presença da metade mais um dos consorciados.

§ 4º - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos dos participantes, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função.

§ 5º - No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos ou nulos.

§ 6º - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

Art. 25 - Compete ao Presidente o voto normal e o voto de minerva, e por consenso dos membros, as deliberações tomadas pela assembleia geral poderão ser efetivadas por meio de aclamação.

Art. 26 - Em assembleia geral especificamente convocada, poderá ser destituído o Presidente, Vice-Presidente, membros do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal do consórcio público, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

§ 1º - Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

§ 2º - A votação da moção de censura será efetuada após facultada a palavra, por 15 (quinze) minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente ou ao membro que se pretenda destituir.

§ 3º - Será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos representantes presentes à assembleia geral, em votação pública.

§ 4º - Caso aprovada moção de censura do Presidente do consórcio público, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma assembleia geral, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

§ 5º - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima assembleia geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

§ 6º - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembleia e nos 180 (cento e oitenta) dias seguintes, em relação ao mesmo fato.

Art. 27 - Será convocada assembleia geral para a elaboração e/ou alteração do estatuto do consórcio público, por meio de publicação dando ciência a todos os consorciados.

§ 1º - Confirmado o quorum de instalação, a assembleia geral, por votação de 2/3 dos participantes aprovará o estatuto.

§ 2º - O estatuto do consórcio público e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

Art. 28 - Nas atas da assembleia geral serão registradas:

I – Por meio de lista de presença, todos os entes da federação representados na assembleia geral;

II – De forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da assembleia geral;

III – A íntegra de cada uma das propostas votadas na assembleia geral, bem como a proclamação de resultados.

Parágrafo único. A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da assembleia geral.

Art. 29 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da assembleia Geral será, em até 10 (dez) dias após a aprovação, publicada no órgão de imprensa oficial.

CAPÍTULO III DA PRESIDÊNCIA

Art. 30 - O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA é administrado pela Presidência, que será composta de 01(um) Presidente e 01(um) Vice-Presidente, eleitos em assembleia geral, com mandato de 01(um) ano, vedada a reeleição, de acordo com as previsões do capítulo anterior e deste capítulo.

Art. 31 - A eleição dos membros da Presidência será realizada em até quinze dias do encerramento do mandato anterior, podendo a posse ocorrer no mesmo ato ou posteriormente.

Art. 32 - Somente poderá ser votado para os cargos da Presidência do consórcio público o Chefe do Poder Executivo do ente da federação que esteja consorciado por um período mínimo de 06(seis) meses anteriores à data da realização da eleição e que não tenha débito para com o consórcio público.

§ 1º - O Presidente do consórcio público no caso de vacância, afastamento, licenciamento, falta ou impedimento será substituído pelo Vice-Presidente, no período de até 30(trinta) dias.

§ 2º - No período de férias do cargo de Chefe do Poder Executivo, o Presidente do consórcio público poderá ser substituído pelo Vice-Presidente.

§ 3º - O afastamento do cargo de Chefe do Poder Executivo é impedimento para exercer os cargos da Presidência, enquanto perdurar a situação.

§ 4º - O Vice-Presidente quando assumir o cargo de Presidente será considerado como Presidente em exercício.

Art. 33 - São atribuições do Presidente, sem prejuízo do que prever o Estatuto:

I – Representar judicial e extrajudicialmente o consórcio público;

II – Nomear e exonerar agentes públicos;

III – Ordenar as despesas do consórcio público e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

IV – Convocar as reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;

V – Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão;

VI – Solicitar, fundamentadamente, que sejam postos à disposição do consórcio público os agentes públicos dos entes consorciados e de outros órgãos da administração pública;

VII – Administrar o patrimônio do consórcio público;

VIII – Autorizar pagamento e movimentar recursos financeiros do consórcio público através de depósitos bancários e/ou de cheques bancários nominais;

IX – Convocar a assembleia geral nos termos deste Protocolo de Intenções e do Estatuto do consórcio público;

X – Prestar contas à assembleia geral e ao Tribunal de Contas da União, quando exigido na forma da lei, e Tribunal e Contas do Estado de Santa Catarina, no fim de cada ano, através de balanço e relatório de sua gestão administrativa e financeira, com parecer do Conselho Fiscal;

XI – Escolher 03(três) Chefes do Poder Executivo de entes da federação consorciados para compor o Conselho de Administração e dirigir seus trabalhos;

XII – Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio público.

§ 1º - Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas a Diretoria Executiva.

§ 2º - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do consórcio público, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

Art. 34 - Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente.

Art. 35 - O substituto ou sucessor do Chefe do Poder Executivo o substituirá na Presidência do consórcio público.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 36 - O Conselho de Administração é formado por 5(cinco) Chefes do Poder Executivo dos entes da federação consorciados, sendo 2(dois) membros natos o Presidente e o Vice-Presidente do consórcio público e 3(três) conselheiros escolhidos pelo Presidente, coincidindo com o mandato da Presidência.

Art. 37 - Compete ao Conselho de Administração do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA o aconselhamento, assessoramento e consultoria auxiliar a Presidência e a Diretoria Executiva na execução dos objetivos e finalidades do consórcio público.

Art. 38 - O Conselho de Administração do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA reunir-se-á sempre que solicitado pelo Presidente ou Diretoria Executiva, para tratar de assuntos relevantes do consórcio público.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 39 - O Conselho Fiscal é composto por 03(três) conselheiros titulares e 03(três) suplentes, sendo Chefes dos Poderes Executivos eleitos pela assembleia geral, com mandato de 02(dois) anos.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos dos participantes da assembleia geral.

§ 2º - Somente poderá se candidatar ao Conselho Fiscal Chefe do Poder Executivo do ente da federação consorciado.

§ 3º - A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto público sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.

§ 4º - Consideram-se eleitos como titulares os 03(três) candidatos com maior número de votos e como suplentes os 03(três) subsequentes, e em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

Art. 40 - Além do previsto no estatuto do consórcio público, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do consórcio público, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

§ 1º - O disposto no caput deste artigo não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao consórcio público.

§ 2º - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da assembleia geral.

CAPÍTULO VI

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 41 - A Diretoria Executiva é composta por quatro membros, sendo um Diretor Executivo, um Diretor Administrativo, um Diretor Financeiro e um Diretor Jurídico, que exercerão funções executivas, administrativas, financeiras, jurídicas e gerenciais e de assessoramento

superior do consórcio público.

§ 1º - A Diretoria Executiva é dirigida pelo Diretor Executivo, a quem cabe cumprir as determinações deste Protocolo de Intenções, do Contrato do consórcio público e do Estatuto.

§ 2º - Os membros da Diretoria Executiva ocuparão emprego em comissão, de livre nomeação e exoneração, e perceberão a remuneração estabelecida neste protocolo de intenções para o emprego público, caso não perceba qualquer outro tipo de vencimentos ou subsídios de qualquer outro ente da federação ou órgão do poder público.

Art. 42 - Além do previsto neste protocolo de intenções, compete ao Diretor Executivo:

I – Julgar recursos relativos à:

a) Homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b) Impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e Homologação e adjudicação de seu objeto;

c) Aplicação de penalidades a empregados públicos do consórcio público;

II – Autorizar que o consórcio público ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

III – Autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados temporários, observadas as disposições legais;

IV – Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio público.

Art. 43 - Para exercício das funções de Diretor Executivo, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro e Diretor Jurídico serão exigidas formação profissional de nível superior e inscrição no órgão ou conselho regulador da profissão, quando exigido, e possuir conhecimento e experiência na área de atuação nos termos do Anexo I, deste protocolo de intenções.

TÍTULO V

DOS AGENTES PÚBLICOS

Art. 44 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao consórcio público os contratados para ocupar os empregos públicos, previsto no Anexo I do presente Protocolo de Intenções e os agentes públicos cedidos pelos entes consorciados, bem como, em caso de necessidade motivada, pessoas físicas ou jurídicas contratadas por meio de licitação, na forma da lei.

Art. 45 - A participação do Conselho Fiscal, Conselho de Administração ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo estatuto, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na assembleia geral e em outras atividades do consórcio público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 1º - O Presidente e o Vice-Presidente não serão remunerados.

§ 2º - Os membros da Diretoria Executiva perceberão remuneração estabelecida para os empregos públicos, previstas no Anexo I, parte integrante do presente Protocolo de Intenções, caso não perceba qualquer outro tipo de remuneração de qualquer outro ente da federação ou órgão do poder público.

Art. 46 - Os empregados públicos próprios do consórcio público são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

§ 1º - Somente serão recebidos em cessão os agentes públicos sem ônus para o consórcio público, ficando vinculados ao regime jurídico e previdenciário estabelecido no órgão de origem.

§ 2º - O regulamento aprovado pela assembleia geral deliberará sobre a estrutura administrativa do consórcio público e plano de empregos e salários, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, tratando especialmente da descrição das funções, progressões, lotação, jornada de trabalho, regime disciplinar e denominação de seus empregos públicos.

§ 3º - A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização do Diretor Executivo, observadas as formalidades legais.

§ 4º - Os entes da federação consorciados poderão ceder agentes públicos ao consórcio público, na forma e condições da legislação de cada ente.

§ 5º - Os agentes públicos cedidos permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário.

Art. 47 - O quadro de pessoal do consórcio público é composto pelos empregados públicos e ocupantes de empregos em comissão constantes no Anexo I, deste Protocolo de Intenções.

§ 1º - Os empregos do consórcio público serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os empregos de provimento em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração do Presidente do consórcio público, nos termos do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 2º - A remuneração, a carga horária, as especificações, quantidades, escolaridade, descrições e as atribuições dos agentes públicos são as definidas no Anexo I, deste Protocolo de Intenções.

§ 3º - Observado o orçamento anual do consórcio público, o salário e demais vantagens dos empregados públicos que compõem o quadro de pessoal do consórcio público serão revistos anualmente, sempre no mês de fevereiro, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, no período acumulado de janeiro a dezembro do ano anterior.

§ 4º - Não poderá haver recebimento de remuneração inferior ao salário mínimo vigente no país.

§ 5º - Nos termos do estatuto, os empregados públicos do consórcio público ou agentes públicos a ele cedidos, excetuados os empregos em comissão, poderão perceber, a critério do Diretor Executivo e conforme as regras previstas nos parágrafos seguintes, gratificação pelo exercício de funções que sejam consideradas de chefia, direção ou assessoramento, gratificação pela mudança do local de trabalho e gratificação de cedência para consórcio público.

§ 6º - A gratificação pelo exercício de funções que sejam consideradas de chefia, direção ou assessoramento, no valor mensal de R\$ 1.000,00 (mil reais) poderá ser concedida aos empregados públicos do consórcio público ou agentes públicos cedidos, excetuados os empregos em comissão.

§ 7º - A gratificação pela mudança do local de trabalho, no valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de caráter indenizatório, poderá

ser concedida aos empregados públicos do consórcio público ou agentes públicos cedidos, excetuados os empregos em comissão, que venha a residir em outra cidade daquela que originalmente desempenhava suas funções, a pedido do consórcio público.

§ 8º - A gratificação de cedência para consórcio público, no valor mensal de R\$ 1.000,00 (mil reais), de caráter indenizatório, poderá ser concedida aos agentes públicos cedidos, pelos transtornos e óbices na realização de novas funções em estrutura funcional diversa daquela originalmente lotada no órgão cedente.

§ 9º - As gratificações previstas nos §§ 6º, 7º e 8º poderão ser cumulativas e serão revistas conforme o § 3º deste artigo.

Art. 48 - Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e/ou pelo Diretor Executivo.

Parágrafo único. O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o consórcio público mantiver na rede mundial de computadores – internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial.

Art. 49 - Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, através de processo seletivo simplificado e nas seguintes situações:

I – Até que se realize concurso público para provimento dos empregos que não foram preenchidos ou que vierem a vagar;

II – Na vigência do gozo de férias regulamentares e das licenças legais concedidas aos empregados públicos;

III – Para atender demandas do serviço, com programas, projetos, atividades e convênios;

IV – Assistência a situações de calamidade pública ou de situações declaradas emergenciais;

V – Realização de levantamentos cadastrais e socioeconômicos, declarados urgentes e inadiáveis;

VI – Execução de serviço determinado ou de obra certa, cuja execução obedeça ao regime de administração direta;

§ 1º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado ou do emprego público vago, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 2º - Não havendo emprego público criado neste protocolo de intenções, a remuneração dos contratados temporariamente será fixada por resolução.

§ 3º - As contratações temporárias terão prazo de até 02(dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 50 - Além do salário e das demais vantagens previstas neste Protocolo de Intenções, serão pagas aos empregados públicos do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA os seguintes adicionais e vantagens, na forma estabelecida em Lei, neste Protocolo de Intenções, no Estatuto e decisões da assembleia geral Extraordinária do:

I – Décimo terceiro salário;

II – Férias e adicional de férias;

III – Adicional por serviço extraordinário;

IV – Adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso;

V – Adicional noturno;

VI – Auxílio alimentação;

VII – Vale transporte.

§ 1º - O auxílio alimentação previsto no inciso VI deste artigo, poderá ser concedido na forma de vale-alimentação ou vale-refeição, de acordo com a opção do empregado público, no valor máximo mensal de R\$ 970,00(novecentos e setenta reais), reajustados anualmente na mesma data e no mesmo índice previsto no artigo 47, § 3º, deste protocolo de Intenções.

§ 2º - O Estatuto preverá as formas de concessão e outras vantagens a ser concedidas aos empregados públicos, sejam indenizações ou auxílios pecuniários.

TÍTULO VI

DA GESTÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

CAPÍTULO I

DA GESTÃO ASSOCIADA

Art. 51 - Fica autorizado pelos entes da federação que integram o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, nos termos do inciso XI, do artigo 4º da Lei Federal n. 11.107/2005, a fazer gestão associada dos serviços públicos que constituem os objetivos e as finalidades previstas no artigo 2º deste Protocolo de Intenções.

Art. 52 - Ao consórcio público é permitido firmar contrato de programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

§ 1º - O consórcio público também poderá celebrar contrato de programa com as autarquias, fundações e demais entidades da administração indireta dos entes consorciados.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo consórcio público, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§ 3º - São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo consórcio público, observando-se necessariamente a legislação em vigor, as que estabeleçam:

I – O objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II – O modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III – Procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

IV – Os direitos, garantias e obrigações do titular e do consórcio público, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

V – A forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VI – As penalidades e sua forma de aplicação;

VII – Os casos de extinção;

VIII – Os bens reversíveis;

IX – Os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao consórcio público relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

X – A obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do consórcio público ao titular dos serviços;

XI – A periodicidade em que o consórcio público deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XII – O foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais;

XIII – Demais cláusulas previstas na Lei Federal n. 11.107/2005 e seu regulamento.

§ 4º - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I – Os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II – As penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III – O momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV – A indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V – A identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI – O procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

§ 5º - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade dos entes contratantes, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo consórcio público pelo período em que vigor o contrato de programa.

§ 6º - Nas operações de crédito contratadas pelo consórcio público para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 7º - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 8º - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente dos referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo consórcio público, por razões de economia.

§ 9º - O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I – O titular se retirar do consórcio público ou da gestão associada;

II – Extinção do consórcio público.

§ 10 - Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo aos entes contratantes obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos em lei.

§ 11 - No caso de desempenho de serviços públicos pelo consórcio público, a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

Art. 53 - O consórcio público elaborará e firmará com os entes consorciados contrato de rateio, como forma de garantir a transparência da gestão econômica e financeira, bem como assegurar a execução dos serviços.

Parágrafo único. São cláusulas obrigatórias do contrato de rateio:

I – A qualificação do consórcio público e do ente consorciado;

II – O objeto e a finalidade do rateio;

III – A previsão de forma discriminada e detalhada das despesas de custeio de cada serviço, vedada à inclusão de despesas genéricas;

IV – A forma, as condições e a data de desembolso de cada parcela do custeio pelo ente consorciado;

V – As penalidades pelo descumprimento do contrato de rateio pelas partes;

VI – A vigência do contrato de rateio, que deverá coincidir com o exercício financeiro do consorciado, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados no plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos;

VII – A indicação das dotações orçamentárias do ente consorciado que garante o cumprimento do contrato de rateio;

VIII – O direito e obrigações das partes;

IX – A garantia do direito do exercício de fiscalização da execução do contrato de rateio pelas partes, pelos entes consorciados pelos órgãos de controle interno e externo e pela sociedade civil;

X – O direito do consórcio público e dos entes consorciados, isolados ou conjuntamente, como partes legítimas, de exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio;

XI – demais condições previstas na Lei Federal n.11.107/2005 e seu regulamento.

Art. 54 - Para o cumprimento de seus objetivos e finalidades, deverá o consórcio público realizar obrigatoriamente licitações para as obras, serviços, compras e alienações, na forma prevista na Lei Federal n. 8.666/93 e demais normas legais atinentes à espécie, ressalvados os casos de dispensa e inexigibilidade permitidos por essas normas.

§ 1º - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

§ 2º - Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, as licitações observarão estritamente os procedimentos estabelecidos na legislação federal respectiva, sendo instauradas pelo Diretor Executivo e/ou pelo Presidente.

§ 3º - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

§ 4º - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo consórcio público.

§ 5º - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos sobre a execução do contrato.

Art. 55 - O consórcio público poderá aprovar e cobrar tarifas dos serviços públicos pertinentes as suas finalidades, observados os seguintes critérios:

I – Elaboração de planilha detalhada mediante cálculo dos componentes de custo de cada serviço, inclusive de cobrança do mesmo, usando as metodologias e técnicas de apuração de custos praticados no mercado;

II – Submeter à análise e aprovação da assembleia geral.

Parágrafo único. As tarifas previstas neste artigo podem ser atualizadas anualmente, mediante revisão do custeio e dos cálculos e aplicação

do índice de atualização anual do INPC ou outro índice que vier a substituí-lo, após prévia aprovação da assembleia geral.

Art. 56 - O consórcio público fica autorizado a emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços públicos ou pelo uso ou outorga de bens públicos por ele administrados.

Art. 57 - O consórcio público fica autorizado a ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação, nos termos do artigo 2º, § 1º, III da Lei Federal n. 11.107/05; artigo 10, II c/c artigo 18 e parágrafo único, do Decreto Federal n. 6.017/07 e da Portaria STN nº 274/2016 ou outra que vier a substituir, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções, para repasse de recursos financeiros, sejam por rateio ou aplicação direta.

Art. 58 - O patrimônio do consórcio público será constituído:

I – Pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II – Pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

Parágrafo único. Os bens do consórcio público são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e somente serão alienados por apreciação da assembleia geral, exigida aprovação pelo voto de 2/3 (dois terços) dos representantes dos entes consorciados presentes na assembleia geral convocada para este fim.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO PÚBLICA COMPARTILHADA

Art. 59 - Fica autorizado o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA realizar gestão pública compartilhada com outros consórcios públicos, para gerir projetos ou processos visando o objetivo comum, inclusive para contratações de bens e serviços.

Art. 60 - A gestão pública compartilhada poderá ser administrativa, financeira, operacional e jurídica de outros consórcios públicos, através de cooperação técnica.

Parágrafo único. Na gestão pública compartilhada é permitida à atuação conjunta para realização de programas, projetos e serviços com outros consórcios públicos, bem como compartilhamento de bens móveis e imóveis, estruturas, mobiliários, cessão ou disponibilização de agentes públicos, assessoramentos técnicos, administrativos, financeiros, operacionais e jurídicos, bem como na realização e custeio de eventos, congressos, cursos, palestras, treinamentos, entre outros.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

Art. 61 - A execução das receitas e das despesas do consórcio público obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 62 - Constituem recursos financeiros do consórcio público:

I – As contribuições mensais dos entes consorciados aprovadas pela assembleia geral, expressas em contrato de rateio, de acordo com a Lei Federal n. 11.107/2005 e seu regulamento, e publicados em resolução pelo Presidente do consórcio público;

II – A transferência de recursos para aquisição de bens e serviços, através do consórcio público;

III – A remuneração de outros serviços prestados pelo consórcio público aos consorciados, outros consórcios públicos ou para terceiros;

IV – Os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

V – Os saldos do exercício;

VI – As doações e legados;

VII – O produto de alienação de seus bens livres;

VIII – O produto de operações de crédito;

IX – As rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

X – Os créditos e ações;

XI – O produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles;

XII – Os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres;

XIII – Os recursos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, captados pelo consórcio público.

§ 1º - Os entes consorciados entregarão recursos ao consórcio público:

I – Para o cumprimento dos objetivos e finalidades estabelecidos neste instrumento, devidamente especificados;

II – Para aplicação direta decorrentes da aquisição de bens e serviços;

III – Quando tenham contratado o consórcio público para a prestação de serviços na forma deste Protocolo de Intenções;

IV – Na forma do respectivo contrato de rateio.

§ 2º - Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público.

§ 3º - Os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio público não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições do estatuto.

§ 4º - O consórcio público estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio público, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da federação consorciados vierem a celebrar com o consórcio público.

§ 5º - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o consórcio público fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 6º - Fica o consórcio público autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

TÍTULO VII DA RETIRADA DO CONSÓRCIO PÚBLICO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CAPÍTULO I DA RETIRADA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 63 - A retirada de membro do consórcio público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral.

§ 1º - A retirada do ente não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio público.

§ 2º - Os bens destinados ao consórcio público pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I – Decisão de 2/3 (dois terços) dos entes da federação consorciados do consórcio público, manifestada em assembleia geral;

II – Expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III – Reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções do consórcio público ou pela assembleia geral do consórcio público.

Art. 64 - São hipóteses de exclusão de ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I – A não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II – A subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro consórcio público com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da assembleia geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III – A existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à assembleia geral especialmente convocada para esse fim;

IV – A não ratificação por lei de alterações do protocolo de intenções no prazo fixado no Protocolo de Intenções ou em assembleia geral.

§ 1º - A exclusão prevista neste artigo somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º - O estatuto poderá prever outras hipóteses de exclusão e estabelecerá o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito ao contraditório e ampla defesa.

§ 3º - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da assembleia geral, exigido o 2/3 dos votos.

§ 4º - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria.

§ 5º - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à assembleia geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

§ 6º - Por decisão da assembleia geral poderá haver a reabilitação do ente excluído, mediante a comprovação de regularização dos motivos da exclusão.

CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 65 - A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, autorizado ou ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da assembleia geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

§ 2º - Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º - Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

Art. 66 - A alteração do contrato de consórcio público observará o procedimento estabelecido neste Protocolo de Intenções e na legislação aplicável.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 67 - O consórcio público será regido pelo disposto na Lei Federal n. 11.107, de 06 de abril de 2005, por seu regulamento, por este Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos entes da federação que as editaram.

Art. 68 - A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, com os seguintes princípios:

I – Respeito à autonomia dos entes da federação consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio público depende apenas da vontade de cada ente da federação, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II – Solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do consórcio público;

III – Transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente da federação consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio público;

IV – Eficiência, o que exigirá que todas as decisões do consórcio público tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

Art. 69 - O protocolo de intenções deverá ser publicado na imprensa oficial de cada órgão subscritor.

Parágrafo único. A publicação do protocolo de intenções poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet, em que se poderá obter seu texto integral.

Art. 70 - Deverá ser publicado anualmente relatório de gestão do consórcio público.

Art. 71 - Fica instituído como órgão de imprensa oficial de publicação do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, veiculado através do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 72 - As alterações do Protocolo de Intenções, convertem-se em contrato de consórcio público após sua ratificação pelos entes consorciados.

§ 1º - Após a aprovação das alterações do protocolo de intenções os entes consorciados terão o prazo de 24(vinte e quatro) meses para ratificação por lei das alterações do protocolo de intenções.

§ 2º - A conversão da segunda alteração do protocolo de intenções em contrato de consórcio público se dará após a vigência da 5ª (quinta) lei de ratificação.

§ 3º - Caso não atingindo o número mínimo de leis de ratificação para a conversão do protocolo de intenções em contrato de consórcio público, serão mantidas as disposições do contrato original.

§ 4º - As vantagens, salários e adicionais previstas aos empregados públicos neste Protocolo de Intenções, serão devidos a partir do mês subsequente a conversão deste em contrato de consórcio público.

§ 5º - Não será aplicada a revisão geral anual prevista no § 3º, do artigo 47, desde Protocolo de Intenções, no ano de 2020.

§ 6º - Os atuais ocupantes do emprego público de Analista Técnico de Desenvolvimento Regional IV, passarão a ocupar o emprego público de Analista Técnico IV.

Art. 73 - Os casos omissos serão resolvidos pela assembleia geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a administração pública em geral.

Art. 74 - Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do contrato de consórcio público que originar, fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem certos e ajustados, firmam a segunda alteração do presente Protocolo de Intenções, que se regerá pela Lei Federal n. 11.107/2005, pelo Decreto Federal n. 6.017/2007, consolidando-o em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Florianópolis, 1º de agosto de 2019.

ANEXO I

DESCRIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E ATRIBUIÇÕES DOS AGENTES PÚBLICOS

I) ANALISTA TÉCNICO - I

Escolaridade: Ensino Fundamental (Equivalente ao 1º Grau)

Provimento: Concurso Público

Descrição das Atribuições:

- 1 - Executar, sob supervisão, atividades auxiliares de apoio nas áreas de atuação do consórcio público;
- 2 - Executar atividades e serviços auxiliares administrativos, logísticos e operacionais que lhes forem atribuídos, relacionados aos serviços administrativos do órgão;
- 3 - Elaborar relatórios de apoio aos serviços administrativos do consórcio público;
- 4 - Executar trabalhos relativos à tramitação de papéis e processos;
- 5 - Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários;
- 6 - Executar serviços de cadastro em geral, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;
- 7 - Controlar atividades relacionadas com recursos humanos;
- 8 - Prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos relativos a preenchimento e entrega de documentos;
- 9 - Executar serviços de apoio à análise e encaminhamento de processos;
- 10 - Executar serviços relativos à atualização de registros funcionais, digitação, cadastramento de dados, manutenção e organização de arquivos;
- 11 - Expedir registros e documentos em geral, sob orientação superior;
- 12 - Secretariar autoridades superiores, redigindo expedientes relacionados as suas atividades;
- 13 - Integrar-se em projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos, emprestando apoio administrativo necessário;
- 14 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 15 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 16 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Ensino Fundamental.

Referência Salarial Mensal R\$: 1.800,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 10. II) ANALISTA TÉCNICO - II

Escolaridade: Ensino Médio (Equivalente ao 2º Grau)

Provimento: Concurso Público

Descrição das Atribuições:

- 1 - Planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação;
- 2 - Planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação, relacionadas ao atendimento dos programas

de apoio ao corpo funcional do consórcio público;

- 3 - Receber e montar os processos administrativos;
- 4 - Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos;
- 5 - Redigir atos administrativos, compatíveis com sua área de atuação;
- 6 - Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;
- 7 - Controlar e executar o cadastramento de bens móveis e imóveis;
- 8 - Auxiliar na definição dos objetivos e no planejamento do órgão;
- 9 - Auxiliar e propor o aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;
- 10 - Conduzir veículos, desde que possua Carteira Nacional de Habilitação na categoria, observada a legislação de trânsito vigente, elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 11 - Executar trabalhos referentes à análise e controle de serviços contábeis, em consonância com sua habilitação;
- 12 - Executar trabalhos relativos a balancetes, análise e controle estatístico;
- 13 - Executar serviços de cadastro, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;
- 14 - Executar serviços de análise e encaminhamento de processos, pesquisas legislativas e jurisprudências;
- 15 - Executar atividades afetas à administração de recursos humanos;
- 16 - Expedir registros e documentos em geral;
- 17 - Secretariar autoridades;
- 18 - Redigir expedientes relacionados as suas atribuições;
- 19 - Participar de projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos;
- 20 - Fornecer dados estatísticos e elaborar relatórios;
- 21 - Prestar informações e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 22 - Prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos administrativos;
- 23 - Realizar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação;
- 24 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 25 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 26 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional.

Habilitação Profissional: Conclusão do Ensino Médio, com habilitação nas áreas definidas no edital do concurso e registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional, quando exigido.

Referência Salarial Mensal R\$: 2.800,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 20. III) ANALISTA TÉCNICO - III

Escolaridade: Nível Superior

Provimento: Concurso Público

Descrição das Atribuições:

- 1 - Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência;
- 2 - Realizar orientações e auditorias;
- 3 - Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 4 - Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 5 - Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 6 - Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 7 - Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 8 - Propor a edição de normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 9 - Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - Estudar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - Acompanhar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 15 - Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 17 - Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 18 - Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 19 - Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 20 - Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 21 - Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 22 - Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 23 - Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 24 - Elaborar registros de operações contábeis;
- 25 - Fazer registros da legislação pertinente às atividades do consórcio público;
- 26 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 27 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza

e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;

28 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;

29 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior, relacionado às atividades do consórcio público, reconhecido pelo Ministério da Educação, com habilitação nas áreas definidas no edital do concurso.

Referência Salarial Mensal R\$: 3.800,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 20. IV) ANALISTA TÉCNICO - IV

Escolaridade: Nível Superior

Provimento: Concurso Público

Descrição das Atribuições:

1 - Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência;

2 - Realizar orientações e auditorias;

3 - Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;

4 - Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;

5 - Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;

6 - Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;

7 - Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;

8 - Propor a edição de normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;

9 - Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;

10 - Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;

11 - Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;

12 - Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;

13 - Estudar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;

14 - Acompanhar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;

15 - Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;

16 - Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;

17 - Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;

18 - Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;

19 - Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;

20 - Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;

21 - Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;

22 - Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;

23 - Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;

24 - Elaborar registros de operações contábeis;

25 - Fazer registros da legislação pertinente às atividades do consórcio público;

26 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;

27 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;

28 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;

29 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior, relacionado às atividades do consórcio público, reconhecido pelo Ministério da Educação, com habilitação nas áreas definidas no edital do concurso e registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional, quando exigido.

Referência Salarial Mensal R\$: 5.800,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 50. V) AGENTE DE SERVIÇOS - I

Escolaridade: Ensino Fundamental (Equivalente à 4ª Série do 1º Grau)

Provimento: Concurso Público

Descrição das Atribuições:

1 - Executar, sob supervisão, atividades operacionais relacionadas ao órgão;

2 - Realizar trabalhos de manutenção, limpeza e conservação de ambientes externos, máquinas, veículos e equipamentos, contribuindo com a realização das tarefas de outros profissionais.

3 - Auxiliar na construção e montagem das armações de madeira dos edifícios, pontes galpões, viveiros e obras públicas diversas, utilizando processos e ferramentas adequadas.

4 - Auxiliar na execução de obras, preparando canteiros de obras, limpando a área e compactando solos, a fim de possibilitar o início dos trabalhos, determinando o alinhamento da obra, marcando-o com estacas e linhas, para orientar o assentamento do material, preparando o solo, recobrando-o com areia ou terra, para nivelá-lo para permitir o assentamento das peças.

5 - Promover a execução, manutenção, recuperação e limpeza de valas, bocas de lobo, grelhas, tampas, caixas de água, vasos sanitários,

pias, vestiários, alambrados, entre outros.

6 - Manter as condições de higiene, executando serviços de limpeza e conservação das dependências do consórcio público, visando o bem-estar e saúde das pessoas.

7 - Manter todo o processo de higienização do ambiente e instalações, através do pedido, recepção, conferência, controle e distribuição do material de consumo e limpeza

8 - Coletar resíduos, selecionando os materiais e dejetos coletados.

9 - Preparar e servir cafés, chaves, água, etc.

10 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;

11 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;

12 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Curso de Ensino Fundamental - Séries Iniciais.

Referência Salarial Mensal R\$: 1.500,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 10. VI) AGENTE DE SERVIÇOS - II

Escolaridade: Ensino Fundamental (Equivalente ao 1º Grau)

Provimto: Concurso Público

Descrição das Atribuições:

1 - Planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação;

2 - Planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação, relacionadas ao atendimento dos programas de apoio ao corpo funcional do consórcio público;

3 - Receber e montar os processos administrativos;

4 - Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos;

5 - Redigir atos administrativos, compatíveis com sua área de atuação;

6 - Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;

7 - Auxiliar na definição dos objetivos e no planejamento do órgão;

8 - Auxiliar e propor o aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;

9 - Conduzir veículos para transporte de passageiros e/ou cargas, desde que possua Carteira Nacional de Habilitação na categoria "D", observada a legislação de trânsito vigente, efetuando pequenos reparos de emergência no veículo sob sua responsabilidade e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;

10 - Executar serviços de cadastro, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;

11 - Expedir registros e documentos em geral;

12 - Secretariar autoridades;

13 - Redigir expedientes relacionados as suas atribuições;

14 - Participar de projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos;

15 - Fornecer dados estatísticos e elaborar relatórios;

16 - Prestar informações e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;

17 - Prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos administrativos;

18 - Realizar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação;

19 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;

20 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;

21 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional.

Habilitação Profissional: Conclusão de Ensino Fundamental.

Referência Salarial Mensal R\$: 2.000,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 10. VII) AGENTE OPERACIONAL

Escolaridade: Ensino Fundamental (Equivalente à 4ª Série do 1º Grau)

Provimto: Concurso Público

Descrição das Atribuições:

1 - Operar máquinas como motoniveladoras, escavadeiras hidráulicas, carregadeiras, rolo compactador, pá mecânica, tratores, retroescavadeiras, vibrocabadora, fresadora entre e outras, para execução de serviços de escavação, terraplenagem, desmatamento, barragem, nivelamento de solo, pavimentação, abertura e conservação de vias urbanas e estradas vicinais, curva de nível e bueiros, carregamento e descarregamento de material, entre outros, para realização da obra, de acordo com o especificado;

2 - Conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;

3 - Operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;

4 - Zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;

5 - Efetuar pequenos reparos de emergência nas máquinas sob sua responsabilidade;

6 - Por em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;

- 7 - Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;
- 8 - Anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências;
- 9 - Conduzir as máquinas e os tratores sob sua responsabilidade para abastecimento, controlando sempre o nível de combustível e óleo lubrificante necessário aos mesmos;
- 10 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 11 - Prestar serviços relativos às suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 12 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Ensino Fundamental – Séries Iniciais.

Referência Salarial Mensal R\$: 4.000,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 10. VIII) DIRETOR EXECUTIVO

Escolaridade: Nível Superior

Provimento: Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)

Responsabilidades e Atribuições:

- 1 - Realizar administração e gestão geral do consórcio público;
- 2 - Julgar recursos relativos à:
 - a) Homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
 - b) Impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
 - c) Aplicação de penalidades a empregados públicos do consórcio público;
- 3 - Autorizar que o consórcio público ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;
- 4 - Autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de agentes públicos, observadas as disposições legais;
- 5 - Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio público;
- 6 - Executar atividades de gestão executiva do consórcio público, autorizado especialmente:
 - a) Ordenar as despesas do consórcio público e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;
 - b) Convocar as reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração;
 - c) Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;
 - d) Solicitar, fundamentadamente, que sejam postos à disposição do consórcio público os servidores dos entes consorciados e de outros órgãos da administração pública;
 - e) Administrar o patrimônio do consórcio público;
 - f) Autorizar pagamento e movimentar recursos financeiros do consórcio público através de depósitos bancários e/ou de cheques bancários nominais;
 - g) Convocar a assembleia geral nos termos deste Protocolo de Intenções e do Estatuto do consórcio público;
 - h) Prestar contas à assembleia geral e ao Tribunal e Contas do Estado de Santa Catarina, no fim de cada ano, através de balanço e relatório de sua gestão administrativa e financeira, com parecer do Conselho Fiscal;
- 7 - Elaborar o Plano de Trabalho Anual a ser submetido à assembleia geral;
- 8 - Providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da assembleia geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- 9 - Autorizar compras e elaborar processos de licitação para contratação de bens e serviços;
- 10 - Solucionar todas as diligências solicitadas pela Presidência, Conselho Fiscal e Conselho de Administração;
- 11 - Elaborar as prestações de contas dos auxílios, subvenções e convênios recebidos pelo CINCATARINA, a ser apresentados aos órgãos concedentes, sejam diretamente ou por intermédio da Presidência;
- 12 - Executar a gestão administrativa e financeira do consórcio público dentro dos limites do orçamento aprovado pela assembleia geral, e observada à legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;
- 13 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 14 - Prestar serviços relativos às suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculadas, e aos consórcios públicos cooperados;
- 15 - Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior.

Referência Salarial Mensal R\$: 13.500,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 01.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração. X) DIRETOR FINANCEIRO

Escolaridade: Nível Superior

Provimento: Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)

Descrição das Atribuições:

- 1 - Administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos financeiros e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio público;
- 2 - Realizar reuniões, orientações e auditorias;
- 3 - Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;

- 4 - Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 5 - Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 6 - Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 7 - Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 8 - Editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 9 - Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - Autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - Elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 15 - Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 17 - Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 18 - Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 19 - Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 20 - Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 21 - Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 22 - Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 23 - Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 24 - Elaborar registros de operações contábeis;
- 25 - Fazer registros da legislação pertinente às atividades do consórcio público;
- 26 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 27 - Auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
- 28 - Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;
- 29 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 30 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 31 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior.

Referência Salarial Mensal R\$: 10.500,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 01.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração. XI) DIRETOR ADMINISTRATIVO

Escolaridade: Nível Superior

Provisão: Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)

Descrição das Atribuições:

- 1 - Administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio público;
- 2 - Realizar reuniões, orientações e auditorias;
- 3 - Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 4 - Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 5 - Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 6 - Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 7 - Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 8 - Editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 9 - Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - Autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - Elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 15 - Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 17 - Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 18 - Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 19 - Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 20 - Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 21 - Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos

de sua área de atuação;

- 22 - Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 23 - Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 24 - Elaborar registros de operações contábeis;
- 25 - Fazer registros da legislação pertinente às atividades do consórcio público;
- 26 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 27 - Auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
- 28 - Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;
- 29 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 30 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 31 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior.

Referência Salarial Mensal R\$: 10.500,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 01.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração. XII) DIRETOR JURÍDICO

Escolaridade: Nível Superior

Provimento: Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)

Descrição das Atribuições:

- 1 - Administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos jurídicos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio público;
- 2 - Realizar reuniões, orientações e auditorias;
- 3 - Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 4 - Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 5 - Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 6 - Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 7 - Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 8 - Editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 9 - Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - Autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - Elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 15 - Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 17 - Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 18 - Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 19 - Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 20 - Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 21 - Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 22 - Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 23 - Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 24 - Elaborar registros de operações contábeis;
- 25 - Fazer registros da legislação pertinente às atividades do consórcio público;
- 26 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 27 - Auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
- 28 - Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;
- 29 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 30 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 31 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior e Inscrição no órgão de classe regulador da profissão.

Referência Salarial Mensal R\$: 10.500,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 01.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração. XIII) ASSESSOR GERAL DE DIREÇÃO

Escolaridade: Nível Superior

Provimto: Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)

Descrição das Atribuições:

- 1 - Assessorar o Diretor Executivo, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro e Diretor Jurídico, em todas as suas atividades administrativas e de gestão do consórcio público;
- 2 - Planejar, organizar, assessorar, controlar, avaliar e executar as atividades inerentes aos objetivos e finalidades do consórcio público, com o foco em resultados;
- 3 - Prestar assessoramento em assuntos legais, administrativos e matérias afins ao consórcio público;
- 4 - Requisitar aos órgãos e entidades dos entes consorciados, certidões, informações ou cópias e originais de documentos, bem como esclarecimentos necessários a instruir a defesa dos interesses dos entes da federação consorciados;
- 5 - Apresentar aos Diretores propostas referentes a regulamentações e orçamentos, bem como dos programas, projetos, atividades e ações a serem desenvolvidos;
- 6 - Planejar, coordenar, organizar, controlar, executar e normatizar as atividades inerentes aos programas, projetos, atividades e ações de planejamento e articulação interfederativa;
- 7 - Orientar a distribuição dos recursos humanos e materiais, tendo por objetivo a otimização e aprimoramento das atividades a serem desenvolvidas;
- 8 - Manifestar-se em processos que versem sobre assuntos de interesse do consórcio público;
- 9 - Receber toda a documentação oriunda de seus subordinados e encaminhá-las, decidindo as que forem de sua competência e opinando nas que dependem de decisões superiores;
- 10 - Controlar os procedimentos técnicos e administrativos de movimentação de pessoal;
- 11 - Distribuir os trabalhos, buscando atingir uma descentralização equilibrada e responsável que não prejudique o cumprimento de planos e princípios gerais da administração pública, nem a hierarquia da mesma;
- 12 - Assessorar a direção executiva do consórcio público quanto à realização de rotinas administrativas de atuação pública interfederativa;
- 13 - Assessorar na direção, controle e supervisão de todo o trabalho do consórcio público, não só no que concerne a eficiência e qualidade dos serviços prestados à comunidade, como também, no que se refere à Secretaria de lotação;
- 14 - Planejar, desenvolver e coordenar os sistemas administrativos de gestão de patrimônio, materiais, transportes e comunicações internas, no âmbito do consórcio público;
- 15 - Supervisionar e avaliar a execução dos serviços de tecnologia de informação;
- 16 - Assessorar na gestão dos procedimentos de licitações e compras relativos, realizando os procedimentos de planejamento de compras, conferência de solicitações, orçamentos, recebimento de bens e serviços, gestão de contratos, entre outros;
- 17 - Executar outras atribuições compatíveis com o emprego público e com seu conhecimento profissional;
- 18 - Auxiliar o Diretor Executivo e Diretores em todas as atribuições;
- 19 - Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;
- 20 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 21 - Prestar serviços relativos às suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 22 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior.

Referência Salarial Mensal R\$: 9.000,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 04.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração. XIV) GERENTE DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

Escolaridade: Nível Superior

Provimto: Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)

Descrição das Atribuições:

- 1 - Atuação se dará em programas, projetos, atividades e operações especiais vinculados aos objetivos e finalidades do consórcio público;
- 2 - Administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos administrativos, financeiros, técnicos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Contrato de Programa do consórcio público;
- 3 - Realizar reuniões, orientações e auditorias;
- 4 - Elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 5 - Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 6 - Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 7 - Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 8 - Analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 9 - Editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 10 - Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 11 - Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 12 - Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;

- 13 - Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 14 - Autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 15 - Elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 16 - Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 17 - Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 18 - Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 19 - Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 20 - Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 21 - Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 22 - Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 23 - Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 24 - Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 25 - Elaborar registros de operações contábeis;
- 26 - Fazer registros da legislação pertinente às atividades do consórcio público;
- 27 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 28 - Auxiliar o Diretor Executivo e Diretores em suas atribuições;
- 29 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 30 - Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo de Intenções ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;
- 31 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 32 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior e Inscrição no órgão de classe regulador da profissão, quando exigido.

Referência Salarial Mensal R\$: 8.500,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 10.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração. XV) ASSESSOR DE GERÊNCIA

Descrição das atribuições:

- 1 - Assessorar os Gerentes, em todas as suas atividades administrativas e operacionais de atuação em programas, projetos, atividades e ações do consórcio público;
- 2 - Planejar, organizar, assessorar, controlar, avaliar e executar as atividades inerentes aos objetivos e finalidades do consórcio público, com o foco em resultados;
- 3 - Assessor no recebimento das requisições de materiais, realizar entrega e efetuar o respectivo controle;
- 4 - Estabelecer padrões e procedimentos, visando a agilização dos serviços, conjuntamente com os Gerentes;
- 5 - Assessor a gerenciar e zelar pelo bom andamento dos trabalhos dos programas, projetos, atividades e ações em que tiver atuando;
- 6 - Desempenhar outras atividades de cunho público, relacionadas às suas atribuições;
- 7 - Assessor no processo de planejamento das ações a serem desenvolvidas pelo consórcio público, de médio e longo prazo;
- 8 - Auxiliar o gerente na racionalização do processo de modernização institucional;
- 9 - Orientar o desdobramento de diretrizes estabelecidas no planejamento, controlando o alcance de indicadores de desempenho e metas do consórcio público;
- 10 - Dar suporte e orientação aos entes da federação consorciados na implementação do planejamento e da gestão de programas e projetos que esteja vinculado;
- 11 - Propor ações objetivando o enfrentamento de ameaças e o aproveitamento de oportunidades estratégicas;
- 12 - Assessor a gerência e assegurar a atualização das bases estatísticas e de informações necessárias às áreas de competência do consórcio público, em especial as relativas ao acompanhamento da implantação da gestão pela qualidade total, ao planejamento estratégico, ao desdobramento de diretrizes e outras necessárias ao desempenho das unidades e ao controle dos resultados institucionais;
- 13 - Analisar o funcionamento da estrutura das unidades administrativas, propondo melhorias na sua organização, visando a dar maior eficiência aos serviços prestados;
- 14 - Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos;
- 15 - Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho;
- 16 - Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento aos princípios e valores do consórcio público;
- 17 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 18 - Auxiliar o Diretor Executivo, Diretores, Assessores e Gerentes em suas atribuições;
- 19 - Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo de Intenções ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;
- 20 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 21 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 22 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior.

Referência Salarial Mensal R\$: 7.000,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 06.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração. XVI) SUPERVISOR DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

Escolaridade: Nível Superior

Provimento: Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)

Descrição das Atribuições:

- 1 - Supervisionar programas, projetos, atividades e operações especiais e auxiliar na administração, gerenciamento, planejamento, e supervisão de atividades de sua competência, promovendo todos os atos administrativos de assessoramento, financeiros, técnicos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio público;
- 2 - Acompanhar e assessorar nas reuniões, orientações e auditorias;
- 3 - Supervisionar a elaboração estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 4 - Elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 5 - Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 6 - Supervisionar a análise de atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 7 - Supervisionar a análise, diagnóstico e avaliação de programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 8 - Supervisionar a edição de normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 9 - Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - Executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - Prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - Acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - Auxiliar na elaboração do desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 15 - Auxiliar no desenvolvimento projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - Elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 17 - Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 18 - Fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 19 - Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 20 - Auxiliar na elaboração e execução de contratos e convênios;
- 21 - Elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 22 - Organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 23 - Executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 24 - Elaborar registros de operações contábeis;
- 25 - Fazer registros da legislação pertinente às atividades do consórcio público;
- 26 - Executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 27 - Auxiliar o Diretor Executivo, Diretores, Assessores e Gerentes em suas atribuições;
- 28 - Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo de Intenções ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;
- 29 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 30 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 31 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior e Inscrição no órgão de classe regulador da profissão.

Referência Salarial Mensal R\$: 6.300,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 15.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração. XVII) ASSESSOR DE SUPERVISÃO

Escolaridade: Nível Superior

Provimento: Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)

Condições de descrição:

- 1 - Assessorar os supervisores, em todas as suas atividades administrativas e operacionais de atuação em programas, projetos, atividades e ações do consórcio público;
- 2 - Assessorar a parte administrativa e/ou operacional do consórcio público;
- 3 - Levar ao conhecimento do supervisor, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior;
- 4 - Dar conhecimento ao supervisor de todos fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria;
- 5 - Manter o relacionamento de cooperação mútua com todos os órgãos e entidades públicas de atendimento à população, respeitando as

limitações e atribuições legais;

6 - Assessorar a organização dos serviços do consórcio e da sua área de atuação;

7 - Atender o público em geral; realizar outras tarefas afins;

8 - Executar demais atividades que lhe sejam determinadas pelo Supervisor ou superiores hierárquicos;

9 - Apoio direto às atividades gerais do consórcio pública e da área que atuar;

10 - Assessor os trabalhos administrativos, auxiliando nos despachos, nas pesquisas de matérias administrativas e jurídicas pertinentes à sua área de atuação;

11 - Auxiliar no controle da frequência dos servidores lotados;

12 - Assessor a elaboração da escala anual de férias;

13 - Redigir correspondências, memorandos, ofícios e outras comunicações internas de interesse do consórcio público;

14 - Apoiar os Diretores, Assessores, Gerentes e Supervisores, na condução organizacional, administrativa, e funcional das atividades do consórcio público;

15 - Acompanhar as determinações dos superiores hierárquicos, objetivando o cumprimento das obrigações legais e administrativas;

16 - Coordenar a elaboração de estudos para a melhoria dos serviços do consórcio público, que busque resultados sempre eficazes;

17 - Remeter para publicação os atos administrativos e despachos dos supervisores e superiores hierárquicos, quando determinado;

18 - Elaborar pareceres e minutas, para apreciação dos superiores, em processos que tramitem no consórcio público;

19 - Acompanhar as publicações oficiais, com a coleta dos atos normativos de interesse do consórcio público, mantendo arquivo atualizado;

20 - Uniformizar as rotinas do consórcio público;

21 - Atender aos agentes públicos, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos;

22 - Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho;

23 - Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento do consórcio público;

24 - Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo de Intenções ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;

25 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.

26 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;

27 - Prestar serviços relativos às suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;

28 - Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior.

Referência Salarial Mensal R\$: 4.500,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 06.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração. XVIII) COORDENADOR DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

Escolaridade: Nível Médio

Provedimento: Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)

Condições de atribuições:

1 - Coordenar as atividades administrativas e operacionais de atuação em programas, projetos, atividades e ações do consórcio público;

2 - Planejar e acompanhar a realização de eventos e cerimoniais, tais como: visitas de autoridades, datas comemorativas e outros, de acordo com diretrizes estabelecida, cumprindo protocolos, solucionando problemas e dirimindo dúvidas, objetivando o pleno êxito dos eventos realizados;

3 - Coordenar as atividades relativas às atribuições que lhe forem conferidas pelos superiores hierárquicos;

4 - Prestar assessoramento técnico-administrativo aos Diretores, Assessores, Gerentes, Supervisores e aos demais órgãos integrantes da estrutura do consórcio público;

5 - Coordenar as atividades de natureza jurídica, inclusive aquelas relacionadas com a elaboração de atos normativos;

6 - Formular, definir e avaliar as políticas e estratégias de pessoal que devem ser observadas pelo consórcio público;

7 - Coordenar, avaliar e controlar as atividades de processamento eletrônico de dados do consórcio público;

8 - Auxiliar na administração do mobiliário do consórcio público;

9 - Desenvolver, monitorar e avaliar as atividades-meio do consórcio público, relativas ao planejamento, operacional e orçamentário;

10 - Auxiliar na promoção da cobertura jornalística e publicitária dos atos, ações e programas do consórcio público;

11 - Auxiliar na organização cursos, palestras, seminários, destinados a promover a constante melhoria de qualidade do trabalho de comunicação social do consórcio público;

12 - Auxiliar e coordenar a seleção, aquisição e controle de material necessários para utilização administrativa do consórcio público;

13 - Coordenar e auxiliar nas ações relativas licitações e compras públicas, planejamento de cidades, energia elétrica e serviços ambientais;

14 - Supervisionar as tarefas operativas decorrentes dos demais programas desenvolvidos pelo consórcio público;

15 - Apoiar na coordenação da gestão de pessoal;

16 - Auxiliar na coordenação e manutenção atualizada de sistemas informatizados;

17 - Acompanhar e avaliar a execução de programas e projetos financiados com recursos provenientes de convênios e subvenções recebidas pelo consórcio público;

18 - Promover e coordenar a elaboração de planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los a apreciação de seus superiores;

19 - Apoiar o planejamento de projetos no âmbito do consórcio público que contribuam para o fortalecimento e desenvolvimento econômico dos entes consorciados;

20 - Auxiliar nas ações voltadas à capacitação profissional e à melhoria da qualidade dos serviços prestados à população dos entes da federação consorciados;

- 21 - Executar demais atividades que lhe sejam determinadas pelos superiores imediatos;
- 22 - Coordenar a gestão de frotas do consórcio público;
- 23 - Uniformizar as rotinas do consórcio público;
- 24 - Auxiliar o Diretor Executivo, Diretores, Assessores e Gerentes em suas atribuições;
- 25 - Atender aos agentes públicos, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos;
- 26 - Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho;
- 27 - Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento do consórcio público;
- 28 - Zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo de Intenções ou pelo estatuto a outro órgão do consórcio público;
- 29 - Executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do consórcio público.
- 30 - Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 31 - Prestar serviços relativos as suas atribuições aos entes da federação consorciados, bem como aos órgãos e entidades públicas a eles vinculados, e aos consórcios públicos cooperados;
- 32 - Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Médio.

Referência Salarial Mensal R\$: 3.000,00.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Número de Vagas: 10.

Obs: O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração.

Fraiburgo

PREFEITURA

RECURSOS FEDERAIS PUBLICADO 29.06.2020

Publicação N° 2543525

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
23.06.2020	FNAS	Prot. Social Básica para Ações de Combate ao COVID-19	66.000,00
23.06.2020	FNAS	Prot. Social Especial para Ações de Combate ao COVID-19	46.305,48

Secretaria de Finanças

RESOLUÇÃO SME 003_2020 DISPENSA SERVIDORES

Publicação N° 2543701

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Resolução SME nº 003/2020

“Normatiza a dispensa do cumprimento de horário presencial dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação pelo prazo de 15 dias como medida de enfrentamento da Pandemia (COVID-19) e dá outras providências”

TANIA DA SILVA FERREIRA, Secretária de Educação do Município de Fraiburgo, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO o Decreto Estadual 630, de 1º de Junho de 2020, o qual altera o Decreto Estadual 562, de 17 de abril de 2020, mantendo suspensas até 2 de agosto de 2020, as aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

CONSIDERANDO o aumento dos casos confirmados e monitorados da COVID-19 no município de Fraiburgo;

RESOLVE:

Art. 1º – Normatizar a dispensa do cumprimento do horário presencial dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação evitando o deslocamento e a circulação de profissionais até a Unidade Escolar pelo período de 15 (quinze) dias a contar com a data de publicação desta resolução;

Art. 2º – A partir da data de publicação desta resolução e pelo prazo de 15 (quinze) dias, os professores, coordenadores pedagógicos e psicopedagogas deverão cumprir e registrar no ponto manual sua carga horária de acordo com a tabela a abaixo:

Carga Horária total	Trabalho remoto	Horas atividades em casa
12 horas	8 horas	4 horas
13 horas	9 horas	4 horas
15 horas	10 horas	5 horas
17 horas	11 horas	6 horas
20 horas	13 horas	7 horas
27 horas	18 horas	9 horas
29 horas	19 horas	10 horas
30 horas	20 horas	10 horas
31 horas	21 horas	10 horas
33 horas	22 horas	11 horas
34 horas	23 horas	11 horas
36 horas	24 horas	12 horas
40 horas	27 horas	13 horas

* Fonte: Resolução 004/2011 do Conselho Municipal de Educação de Fraiburgo.

Art. 3º – O tempo destinado a aula/hora atividade está de acordo com a Resolução 004/2011 do Conselho Municipal de Educação de Fraiburgo, bem como dar-se-á o registro na planilha manual e no sistema ponto;

Parágrafo único: O registro de todas as ações planejadas e monitoradas pelo professor, deverá estar registrada na plataforma EDUCAR WEB, conforme Art. 12 do Decreto Municipal 120, de 28 de maio de 2020.

Art. 4º Os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, Agente de Serviços Gerais, Auxiliar Educacional do Ensino Fundamental e Auxiliar Educacional da Educação Infantil, estes estarão dispensados, pelo motivo citado anteriormente, evitando o deslocamento e a circulação de profissionais até a Unidade Escolar;

Art. 5º Os Servidores poderão ser convocados, a qualquer tempo, por iniciativa da Secretaria de Educação e/ou Direção escolar para cumprir horário presencial na Unidade Escolar;

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Educação fixa horário de expediente das Unidades Escolares pelo período de 15 (quinze) dias a contar com a data de publicação desta resolução:

I - Para os Centros de Educação Infantil: Terça-feira e Quinta-feira das 07:00 às 13:00 de acordo com o Decreto Municipal nº 108, de 11 de maio de 2020;

II – Para as Escolas: Terça-feira, quarta-feira e sexta-feira das 07:00 às 13:00 de acordo com o Decreto Municipal nº 108, de 11 de maio de 2020;

Parágrafo único: Se houver necessidade no dia da entrega de materiais e/ou kits de alimentação escolar o horário de atendimento poderá ser estendido.

Art. 7º - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação;

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Fraiburgo, 29 de Junho de 2020.

Tânia da Silva Ferreira
Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Frei Rogério

PREFEITURA

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31-2020 - IVEPEÇAS

Publicação Nº 2544120

EXTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2020

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC

Contratante: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC

CNPJ: 01.616.039/0001-09

Contratada: IVEPEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA

CNPJ: 05.346.235/0001-53

Processo Administrativo Licitatório nº 03/2020

Pregão Presencial nº 02/2020

Objeto: Constitui objeto do presente termo aditivo o aumento do quantitativo de peças e serviços para manutenção do lote 01- Micro ônibus IVECO/CITYCLASS 70C16, ano/modelo 2011/2011 placa MIX-6493, não previstos no contrato nº 31/2020.

Valor R\$: 3.020,00 (três mil e vinte reais)

Vigência: 25/06/2020 à 31/12/2020.

Jair da Silva Ribeiro

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32-2020 - ALCIDES MEIRELES

Publicação Nº 2544391

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2020

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC

Contratante: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC

CNPJ: 01.616.039/0001-09

Contratada: ALCIDES MEIRELES

CPF: 183.201.639-00

Processo Administrativo Licitatório nº 02/2020 – F.M.D.A.

Dispensa de Licitação nº 01/2020 – F.M.D.A.

Objeto: Contratação com Alcides Meireles, residente na estrada FB- 340, s/n, interior no município de Fraiburgo/SC, CEP: 89.580-000, inscrito no CPF/MF nº 183.201.639-00, destinada a prestação de serviços de corte de silagem com forrageira automotriz em atendimento as necessidades dos produtores rurais.

Valor R\$: 17.500,00 (dezessete mil quinhentos reais)

Vigência: 29/06/2020 à 31/07/2020.

Jair da Silva Ribeiro

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO FRACASSADA PE040/2020

Publicação Nº 2544213

AVISO LICITAÇÃO FRACASSADA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2020
PROCESSO Nº 068/2020

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que restou FRACASSADO o Pregão Eletrônico nº 040/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC em 17/06/2020 e realizado às 16h10min do dia 29/06/2020, que teve por objeto o registro de preço para a aquisição de veículos para uso das secretarias da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Garopaba, 29 de junho de 2020.
Ana Carolina Pereira
Pregoeira

DECRETO N.º 154/2020

Publicação Nº 2544627

DECRETO N.º 154, DE 29 DE JUNHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 22.546,53 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.212 de 02/12/2019 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 22.546,53 (vinte e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta e tres centavos) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	22.546,53
10302252.078 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	22.546,53
3.3.90.0.6.23.001015 - Aplicações Diretas	14.178,96
3.3.90.0.6.23.001087 - Aplicações Diretas	4.900,11
3.3.90.0.6.23.001088 - Aplicações Diretas	1.915,61
3.3.90.0.6.23.001097 - Aplicações Diretas	1.551,85

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 22.546,53 (vinte e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta e tres centavos), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de junho de 2020.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 30/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

EXTRATO DO CONTRATO BRDE 45.560

Publicação Nº 2543502

EXTRATO DO CONTRATO BRDE
CONTRATO: CCB SC 45.560
PARTÍCIPES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, CNPJ: 82.836.057/0001-90 e

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE, CNPJ: 92.816.560/0001-37

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROJETO DE DRENAGEM PLUVIAL, PASSEIO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA ESTRADA GERAL DO OUVIDOR (GRP 396)

VALOR: R\$ 3.991.051,00

DATA: 08/06/2020

AMPARO LEGAL: Lei Municipal 2.239 de 03 de março de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 810/2020

Publicação N° 2544005

PORTARIA N.º 810, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, NOS TERMOS DO ART. 40, §1º, INCISO III, ALÍNEA "B" DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA C/C O §9º DO ART. 4º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019, AUTORIZA O PAGAMENTO DOS PROVENTOS NOS TERMOS DA METODOLOGIA DEFINIDA NO ART. 1º, DA LEI FEDERAL Nº 10.887/2004, DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA MARIA ESTACIO ANDRE, A PARTIR DE 30/06/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição da República c/c o §9º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 103/2019 à servidora MARIA ESTACIO ANDRE, detentora da matrícula funcional nº 816, inscrita no CPF nº 028.554.349-04 e no PASEP nº 1900915146-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente – 40 horas, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, correspondente a 60,78% (sessenta vírgula setenta e oito por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta na Lei Federal nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais) que será pago mensalmente pelo IPREGOBA.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, III, da Lei Municipal nº 1000/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, e estabelecem seus efeitos a partir de 30/06/2020, revogados as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO E NOTIFICAÇÃO Nº 001/2020

Publicação Nº 2544636

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GAROPABA****EDITAL DE PUBLICAÇÃO E NOTIFICAÇÃO Nº 001/2020
(AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5001002-60.2020.8.24.0167)**

O MUNICÍPIO DE GAROPABA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Paulo Sérgio de Araújo, em cumprimento das decisões proferidas nos eventos 4 e 10, da Ação Civil Pública nº 5001002-60.2020.8.24.0167, em tramite na Vara Única da Comarca de Garopaba, TORNA PÚBLICO:

QUE tramita na Vara Única da Comarca de Garopaba/SC a AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5001002-60.2020.8.24.0167, proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DE ESTADO DE SANTA CATARINA, na qual restou DEFERIDA TUTELA DE URGÊNCIA LIMINARMENTE (ev. 4) para determinar ao MUNICÍPIO DE GAROPABA, entre outras medidas, que "*paralise e faça paralisar, total e imediatamente, quaisquer intervenções públicas ou privadas, ainda que fundada em interesse ou utilidade públicas, bem como ainda que dotada de autorização ou licença prévia, em toda a área circundada por linha verde no Cartograma 16, do Parecer Técnico nº 60/2020/GAM/CAT (ev. 1-LAUDO6, p. 17)*".



Cartograma 16: APP identificada na área referente ao olho d'água que restou na área após a série de intervenções, ilustrada sobre imagem mais recente.

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone (048) 3254-8100
www.garopaba.sc.gov.br CNPJ 82.836.057/0001-90



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GAROPABA

Por fim, **DAR-SE CIÊNCIA e NOTIFICA-SE** todos os proprietários/possuidores dos imóveis localizados na área de referência acima identificada, que são atingidos pela liminar judicial deferida, para conhecimento e cumprimento da destacada decisão, especialmente, no que tange a proibição de intervenções como construções e etc.

Garopaba, 26 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 30/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone (048) 3254-8100
www.garopaba.sc.gov.br CNPJ 82.836.057/0001-90

Garuva

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO Nº 110/2019

Publicação Nº 2543817

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2019

PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. ISABEL CRISTINA PEREIRA CONTEZINI, brasileira, casada, RG nº 2.847.377, CPF: 039.033.519-38, residente e domiciliada na Avenida Paraná, 1.015, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o Memorando nº 1842/2019, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 110/2019 até o dia 28/02/2021.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 110/2019 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 16 de junho de 2020. Município de Garuva Rodrigo Adriany David	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado Roland Ristow Junior Cpf: 398.714.879-91	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

DECRETO Nº 115/2020

Publicação Nº 2543787

DECRETO Nº. 115 de 29 de junho de 2020

"SUSPENDE O REPASSE DO AUXÍLIO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando,

O atual cenário no país, por conta da pandemia de coronavírus;

Que as aulas presenciais permanecem suspensas desde 18/03/2020, em todas as modalidades de ensino, sendo também no ensino superior;

Que as universidades, assim como as escolas regulares adotaram medidas para garantir o dever cumprido dos 200 dias letivos ou 200 horas-aula;

Que o Ministério da Educação e Cultura se manifestou sobre o ensino superior, conforme legislação abaixo:

Portaria nº 343 de 17 de março de 2020 (em anexo) - Que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do COVID 19, por até 30 dias, prorrogáveis, a depender de orientação do Ministério da Saúde e demais órgãos;

Portaria nº 473 de 12 de maio de 2020 (em anexo) - Que prorroga o prazo previsto na Portaria 343 de 17 de março de 2020;

O Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovou em 28 de abril de 2020, as diretrizes para orientar escolas de educação básica e ensino superior, durante a pandemia, sendo que as atividades não presenciais poderão ser consideradas como carga horária, uma vez que as instituições deverão cumprir pelo menos 800 horas de atividades, no ano letivo, que poderá ter menos que 200 dias letivos.

O Conselho Nacional de Educação sugere, às instituições de ensino superior que, para continuidade das atividades de ensino aprendizagem nesse nível de ensino, as instituições possam disponibilizar atividades não presenciais.

Portaria nº 544 de 16 de junho de 2020 - Que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do COVID 19, em seu parágrafo 1º, que trata que o período autorizado se estende até 31 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - A suspensão do repasse do auxílio transporte universitário (edital nº 001/2020).

Parágrafo Único. O repasse ficará suspenso até que as aulas presenciais retornem, conforme ata da reunião anexa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DISTRATO Nº 016/2020

Publicação Nº 2543820

DISTRATO Nº 16/2020

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 100/2019, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro a Sra. ANNE CAROLINE SILVA, brasileira, solteira, cuidadora, RG nº 7073912 CPF: 09584554905 residente e domiciliado na Estrada Colonial Otto Roder, 2887, Garuva/SC, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato nº 100/2019, cujo objeto era a prestação de serviços como CUIDADOR, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 25/06/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 100/2019. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.
Garuva, 24 de junho de 2020.

Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Distratado	
Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04	

DISTRATO Nº 017/2020

Publicação Nº 2543815

DISTRATO Nº 17/2020

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 97/2019, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro a Sra. LIVIA HERMINIA DE ARAUJO E SILVA MOURA, brasileira, casada, RG nº 7229538, CPF: 01788453379, residente e domiciliado na Rua Emma Rumpel Bartel, 574, Jaragua do Sul/SC a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato nº 97/2019, cujo objeto era a prestação de serviços como FONOAUDIOLOGA, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 25/06/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 97/2019. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.
Garuva, 25 de junho de 2020.

Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Distratado	
Roland Ristow Junior Cpf: 398.714.879-91	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE ADITIVO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2020

Publicação Nº 2544020

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2020

AVISO DE ADITIVO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2020

OBJETO: Aquisição de Conjuntos de Pressurização de Rede (Boosteres) e Motobombas para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Gaspar. O Município de Gaspar torna público que efetivou ALTERAÇÕES no Edital de Licitação. DISPONDO também de NOVA DATA E HORÁRIO para:

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 01/07/2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 09h00min do dia 10/07/2020.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h30min do dia 10/07/2020.

LOCAL Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico www.comprasbr.com.br. Íntegra do Aditivo nos sites: www.gaspar.sc.gov.br e www.comprasbr.com.br.

Gaspar (SC), 29/06/2020.

ALAN VIEIRA

Pregoeiro | Decreto 9.182/2020

DECRETO Nº 9.431, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543479

DECRETO Nº 9.431, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 4.025, de 27 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações constantes do orçamento vigente da Administração Direta:

Órgão: 07 Secretaria de Agricultura e Aquicultura	
Unidade: 12 Secretaria de Agricultura e Aquicultura	
Função: 20 Agricultura	
Subfunção: 606 Extensão Rural	
Programa: 0021 Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro	
Projeto: 1133 Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Material Permanente	
Dotação: 332 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 58.766,07

Órgão: 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Unidade: 17 PC - Polícia Civil - Trânsito	
Função: 06 Segurança Pública	
Subfunção: 181 Policiamento	
Programa: 0017 Gestão da Polícia Civil	
Projeto: 1077 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 358 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações diretas	R\$ 37.681,05
Projeto: 1075 Aquisição de Veículo	
Dotação: 359 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações diretas	R\$ 244.007,40

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de junho de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 9.435, DE 29 DE JUNHO DE 2020. DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ADOÇÃO PROGRESSIVA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2544625

DECRETO Nº 9.435, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ADOÇÃO PROGRESSIVA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar,

Considerando os Decretos Municipais nº 9.316, de 24 de março de 2020, Decreto nº 9.318, de 30 de março de 2020, Decreto nº 9.321, de 31 de março de 2020, Decreto nº 9.327, de 31 de março de 2020, Decreto nº 9.342, de 7 de abril de 2020, Decreto nº 9.343, de 7 de abril de 2020, Decreto nº 9.346, de 9 de abril de 2020, Decreto nº 9.349, de 14 de abril de 2020, Decreto nº 9.352, de 14 de abril de 2020, e Portaria nº 6.303, de 19 de maio de 2020 da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Gaspar;

Considerando a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 672, publicada em 15 de abril de 2020, segundo a qual os Municípios possuem competência suplementar na edição de normas de saúde e de controle da pandemia, inclusive de natureza mais restritiva de acordo com a realidade local;

Considerando o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que em seu artigo 36, autoriza os Municípios catarinenses estabelecerem medidas específicas de enfrentamento mais restritivas do que as nele previstas, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus (COVID-19) em seus territórios;

Considerando que o §1º, do artigo 3º, da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, estabelece que as medidas nela previstas "somente poderão ser determinadas com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde e deverão ser limitadas no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública";

Considerando que, de acordo com a "Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)" da Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS, disponível em <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875>, existem evidências científicas de que o coronavírus (COVID-19) é transmitido principalmente de pessoa para pessoa, por meio de gotículas do nariz ou da boca que se espalham quando uma pessoa com coronavírus (COVID-19) tosse, espirra ou fala;

Considerando que, de acordo com o documento intitulado "Considerações sobre Medidas de Distanciamento Social e Medidas Relacionadas com as Viagens no Contexto da Resposta à Pandemia de COVID-19", de 03 de abril de 2020, da Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS, disponível em <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52045/OPASBRACOV1920039_por.pdf?sequence=9&isAllowed=y>, em situações de conglomerados de casos ou de transmissão comunitária, "o confinamento domiciliar pode ser aplicado a segmentos selecionados da população (por exemplo, idosos) ou à população em sua totalidade";

Considerando a situação epidemiológica apresentada pelo Estado de Santa Catarina, através da Matriz de Avaliação de Risco Potencial em 23 de junho de 2020, relacionado a Região do Médio Vale do Itajaí, da qual o Município de Gaspar faz partes, incluindo a referida região com Risco Potencial Grave da doença do coronavírus (COVID-19);

Considerando a elevação da curva de contágio pelo coronavírus (COVID-19) observada pelo monitoramento da Secretaria Municipal de Saúde de Gaspar, no último mês: em 18 de maio eram 36 casos confirmados, em 25 de maio eram 41 casos confirmados, em 1º de junho eram 49 casos confirmados, em 8 de junho eram 63 casos confirmados, em 15 de junho eram 69 casos confirmados, em 22 de junho eram 85 casos confirmados, e em 27 de junho eram 131 casos confirmados;

Considerando a necessidade de se estabelecer medidas para evitar o colapso do sistema de saúde pública do Município de Gaspar e proteger a saúde dos cidadãos gasparenses;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto estabelece novas medidas para adoção progressiva de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19), em regime de quarentena, nos termos do inciso II, do artigo 2º, da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Sem prejuízo das normas sanitárias em vigor normatizadas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, ficam estabelecidas as seguintes restrições adicionais:

I – Restaurantes, pizzarias, lanchonetes, food trucks, cafeterias, padarias, confeitarias, bares, adegas, tabacarias e similares, deverão encerrar o atendimento ao público até às 23h00min (vinte e três horas);

II – Nos estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios, tais como supermercados, mercados, mini mercados, vendas e feiras, o acesso para o período de compras deverá ser restrito a apenas 1 (uma) pessoa por família;

III – O acesso simultâneo de pessoas nas dependências de centros comerciais, galerias, farmácias, lojas, casas lotéricas, estabelecimentos bancários, estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios, tais como supermercados, mercados, mini mercados, vendas e feiras, restaurantes, pizzarias, lanchonetes, food trucks, cafeterias, padarias, confeitarias, bares, adegas, tabacarias e similares, fica limitado a, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da capacidade instalada, o quantitativo refere-se ao número de clientes, não sendo considerados os trabalhadores dos estabelecimentos.

Parágrafo único. Excetuam-se das regras previstas neste artigo, os estabelecimentos previstos no inciso I do caput deste artigo, situados às margens das rodovias e que sejam necessários à garantia da manutenção dos serviços de transporte de pessoas e cargas, atividades de entrega em domicílio (delivery), retirada na porta ou balcão (take out ou drive thru).

Art. 3º Ficam proibidos no Município de Gaspar:

I - Aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza, por exemplo festas residenciais, eventos culturais, teatros, shows, bailes, eventos sociais, eventos esportivos e congêneres, ressaltadas as atividades admitidas na forma regulamentada pelas normas sanitárias em vigor;

II - Consumo de bebidas alcoólicas no interior e arredores das lojas de conveniências, incluindo as situadas nos postos de combustíveis.

Art. 4º Fica alterado o artigo 3º, do Decreto nº 9.349, de 14 de abril de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Fica determinada a obrigatoriedade da utilização de máscaras de proteção facial pelos cidadãos em todos os ambientes públicos ou privados, vias públicas, equipamentos de transporte público coletivo, estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços e nas áreas de

uso comum dos condomínios residenciais e comerciais, no âmbito do Município de Gaspar, sem prejuízo das recomendações de isolamento social e daquelas expedidas pelas autoridades sanitárias.

Art. 5º A fiscalização das medidas de enfrentamento previstas neste Decreto e naqueles que o precederam será feita pela Diretoria de Fiscalização de Obras e Posturas, a qual poderá requisitar o pessoal que se fizer necessário, sem prejuízo da atuação de outros órgãos com competência fiscalizatória específica.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, limitado ao disposto no artigo 1º, §2º e §3º e no artigo 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As medidas de restrição previstas neste Decreto são instituídas por prazo indeterminado, limitado ao período de calamidade pública, e poderão ser revistas a qualquer tempo, de acordo com o quadro de evolução do contágio pelo coronavírus (COVID-19).

Gaspar, 29 de junho de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

EXTRATO ADITIVO 2 CONTRATO SAF-171/2019

Publicação N° 2543854

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO N° 2 CONTRATO N° SAF-171/2019

Tomada de Preços n°.: 19/2019. OBJETO: acréscimo (R\$52.463,98), supressão (R\$59.591,39), correção do valor original (R\$274.340,98) e prorrogação do prazo de execução (até 17/07/2020) do valor do contrato para projeto e execução de passarelas para pedestres em estrutura metálica da ponte do girassol, na Rua Barão do Rio Branco. CONTRATADA: DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. (12.323.692/0001-98). JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS – Secretário de Obras e Serviços Urbanos

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE CANCELAMENTO DE SESSÃO - PREGÃO PRESENCIAL N°. 001/2020

Publicação N° 2544620

Aviso de Cancelamento de Sessão de Licitação na Modalidade Pregão

Pregão Presencial N°. 001/2020

A CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR faz saber a todos os interessados que a sessão pública da Licitação Modalidade Pregão Presencial n° 001/2020, referente ao "Processo Licitatório para aquisição de equipamentos de áudio para plenário da Câmara Municipal, para atender a demanda da Câmara de Vereadores de Gaspar, designada para o dia 02/07/2020, às 14h, está CANCELADA, em razão da necessidade de adequação técnica no Edital. Nova data será devidamente publicada. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (47) 3332-2028 com Célio da Silva.

Gaspar, em 29 de junho de 2020 – Publique-se.

CIRO ANDRÉ QUINTINO

Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 60/2020

Publicação Nº 2543405

AVISO DE SUSPENSÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 60/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO DA FROTA VEICULAR DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

MOTIVO: PARA READEQUAÇÃO DOS ITENS DO EDITAL.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelsoramos.sc.gov.br através do link Licitações.

Governador Celso Ramos, 29 de Junho de 2020.

Paulo Henrique Silveira De Souza

Secretário de Administração

EXTRATO AO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023-2019 - TERMO DO CONTRATO Nº 23/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, E A EMPRESA AMVT CONSTRUÇÕES LTDA-ME, TENDO POR OBJETO A DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E ESTABILIZA

Publicação Nº 2543870

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 023/2019

4.º TERMO DO CONTRATO Nº 23/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, E A EMPRESA AMVT CONSTRUÇÕES LTDA-ME, TENDO POR OBJETO A DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES PARA A ESTRADA CAMINHO AÇORIANO PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC EM CONFORMIDADE COM O SOLICITADO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0900055-66.2017.8.24.0007 A SER REALIZADA TAMBÉM COM RECURSOS FEDERAIS ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/ SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - PROCESSO Nº 59502.001380/2018-29, REFERENTE A CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 017/2019, PROCESSO Nº 017/2019.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, SR. JULIANO DUARTE CAMPOS e a e de outro lado a empresa AMVT CONSTRUÇÕES LTDA-ME estabelecida a Rua MAX SCHLEMPER, Nº 320, PONTE DO IMARUIM, Cidade PALHOÇA/SC, CNPJ/MFNº. 23.352.445/0001-36, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor PAULO ROBERTO DALLA COSTA, CPF N. 448.087.041-53, resolvem, de comum acordo, PRORROGAR O CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 90 (NOVENTA) DIAS, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES PARA A ESTRADA CAMINHO AÇORIANO PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC EM CONFORMIDADE COM O SOLICITADO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0900055-66.2017.8.24.0007 A SER REALIZADA TAMBÉM COM RECURSOS FEDERAIS ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/ SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - PROCESSO Nº 59502.001380/2018-29, respeitando o estabelecido no art. 65, inciso II, alínea "b" e art. 57, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº. 8666/93, e a Cláusula Sétima do Contrato nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato por mais 90 (NOVENTA) dias, já autorizadas pelo Setor de Planejamento a partir da data de 29/06/2020, findando o prazo do contrato na data de 28/09/2020.

CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1. Em decorrência de reparos e ajustes de serviços solicitados pela fiscalização.

Neste tocante, há artigo específico na lei que rege as licitações e contratos administrativos protegendo este tipo de alteração contratual, qual seja o art. 57, §1º inciso II da Lei 8.666/93, in verbis:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

§ 1o Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados

em processo:

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

Cite-se, ainda, Adilson Abreu Dalari, que consigna a seguinte exegese:

"Em síntese, o contrato administrativo celebrado em decorrência de uma licitação está por ela condicionado, mas tem vida própria. Ele pode ser alterado, sim, por razões de interesse público, até o ponto em que esse vínculo ou esse condicionamento não se rompa". (cf. Limites à alterabilidade do contrato de obra pública, RDA n. 201, p. 61).

Observados estes pressupostos, mostrou-se plenamente hábil para esta administração que este termo aditivo fosse realizado pelas partes. Em anexo segue autorização assinada pelo engenheiro habilitado do quadro da Prefeitura referente a alteração contratual.

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 26 de junho de 2020.

JULIANO DUARTE CAMPOS	AMVT CONSTRUÇÕES
Prefeito Municipal Contratante	LTDA – ME Contratada

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

PORTARIA SAMAE Nº 049/2020 - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 2543231

PORTARIA Nº 49 /2020

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 1164/2017 de 30 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1 – Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação do SAMAE do município de Governador Celso Ramos composta dos seguintes membros:

Presidente

Matricula Nome Cargo

310 Fabiano Francisco Monteiro Comissionado

Membros

Matricula Nome Cargo

83 Edson Antônio Francisco Efetivo

76 Angilberto Roberto Amon Efetivo

275 Gilcélio Adjaime Monteiro Comissionado

351 Adriano Garcia Comissionado

Suplente

355 Mariana de Souza Fernandes Efetivo

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 104/2019 de 02 de Dezembro de 2019.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 01 de Junho de 2020.

DANILO VALDENIR MARTINS

Diretor Geral do Samae

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 36/2020 - ORÇAMENTO

Publicação Nº 2544329

DECRETO DF N. 36, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 2.153, de 12 de novembro de 2019,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS		
14.01	BLOCO DA ATENÇÃO BÁSICA		
2.041	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA		
3.1.90.00.00.00.00.00.0185	Aplicações Diretas	R\$	160.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0185	Aplicações Diretas	R\$	13.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

Recurso		Valor	
0185	Emenda de Bancada de Parlamentares	R\$	173.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 25 de junho de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO DF 37/2020 - ORÇAMENTO

Publicação Nº 2544331

DECRETO DF N. 37, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 2.153, de 12 de novembro de 2019,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		
3.1.90.00.00.00.00.00.0184	Aplicações Diretas	R\$	13.033,59
03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
03.01	DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO		
2.003	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL		
3.1.90.00.00.00.00.00.0184	Aplicações Diretas	R\$	18.111,91



15.01	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
2.033	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
3.1.90.00. 00. 00. 00.0183	Aplicações Diretas	R\$	11.879,28	
2.034	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS			
3.1.90.00. 00. 00. 00.0184	Aplicações Diretas	R\$	5.294,57	

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores referente ao seguinte recurso:

Recurso		Valor	
0183	COVID-19 - LC 173/2020 - Saúde e Assistência Social	R\$	11.879,28
0184	COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica	R\$	178.674,35

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 25 de junho de 2020.
MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO DF 38/2020 - ORÇAMENTO

Publicação Nº 2544334

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000038/20 de 25 de Junho de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002153/19 de 12 de Novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL	
05.01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOLV. RURAL	
(047)3.3.90.00.00.00.00.2.011-0000 - Aplicacoes Diretas	55.000,00
09 - SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
09.01 - DEPARTAMENTO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
(125)3.3.90.00.00.00.00.2.029-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
Total Suplementação:	60.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL	
05.01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOLV. RURAL	
(046)3.1.90.00.00.00.00.2.011-0000 - Aplicacoes Diretas	50.000,00
(048)4.4.90.00.00.00.00.2.011-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
09 - SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
09.01 - DEPARTAMENTO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
(126)4.4.90.00.00.00.00.2.029-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
Total Anulação:	60.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 25 de Junho de 2020.

MARCIO BORBA BLASIU
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 25 de Junho de 2020.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N 36-2020- REURB - VILA ESPERANÇA LADO ESQUERDO-1

Publicação Nº 2544362

PORTARIA N. 199/2020
DE 29 DE JUNHO DE 2020

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão Pará, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. SUBSTITUIR membro da Comissão Técnica constituída pela Portaria n. 321/2019, de 1º de novembro de 2019, integrando a Comissão WILLIAM BERTO DE SOUZA em substituição a ALEXANDRE BONIN BAGGIO.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 29 de junho de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 29 de junho de 2020.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO N 37-2020- REURB - VILA ESPERANÇA LADO DIREITO-2

Publicação Nº 2544363

PORTARIA N. 200/2020
DE 29 DE JUNHO DE 2020

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão Pará, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. SUBSTITUIR membro da Comissão Técnica constituída pela Portaria n. 322/2019, de 1º de novembro de 2019, integrando a Comissão WILLIAM BERTO DE SOUZA em substituição a ALEXANDRE BONIN BAGGIO.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 29 de junho de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 29 de junho de 2020.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA N. 199-2020 ALTERA MEMBRO REURB VILA ESPERANÇA LADO ESQUERDO-1

Publicação Nº 2544369

PORTARIA N. 199/2020
DE 29 DE JUNHO DE 2020

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão Pará, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. SUBSTITUIR membro da Comissão Técnica constituída pela Portaria n. 321/2019, de 1º de novembro de 2019, integrando a Comissão WILLIAM BERTO DE SOUZA em substituição a ALEXANDRE BONIN BAGGIO.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 29 de junho de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 29 de junho de 2020.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA N. 200-2020 ALTERA MEMBRO REURB VILA ESPERANÇA LADO DIREITO-2

Publicação Nº 2544371

PORTARIA N. 200/2020
DE 29 DE JUNHO DE 2020

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão Pará, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. SUBSTITUIR membro da Comissão Técnica constituída pela Portaria n. 322/2019, de 1º de novembro de 2019, integrando a Comissão WILLIAM BERTO DE SOUZA em substituição a ALEXANDRE BONIN BAGGIO.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 29 de junho de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 29 de junho de 2020.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

SAMAE - GRÃO PARÁ**CONTRATO 09/2020**

Publicação Nº 2543348

CONTRATO SAMAE 09/2020

CONTRATANTE: SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO, pessoa de direito público, inscrita sob CNPJ: 80.489.222/0001-59, situada R ALVARO DE OLIVEIRA SOUZA, 227, anexo térreo, centro, Grão Para - SC, Cep 88.890-000.

CONTRATADA: OI MÓVEL S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, pessoa jurídica de direito privado, sito à St. Setor Comercial Norte, quadra 03, Bl. A, s/n, Complemento, Andar Térreo-Parte 2 Ed. Estação Tel. Centro Norte, Bairro Asa Norte, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 05.423.963/0001-11, em consórcio com a TELEMAR Norte Leste S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Lavradio, nº 71, 2º andar, bairro Centro, Rio de Janeiro- RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.118/0001-79 e com a CONTRATADA: OI S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Lavradio, nº 71, 2º andar, bairro Centro, Rio de Janeiro –RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43, neste ato por Marcela Matos Chastinet Mesquita, brasileira, Casada, Administradora – matrícula 260025317, portador da Carteira de Identidade nº 0979322480, expedido pelo SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob nº 027.722.015-70, e Gustavo Giraldes Bettoni, Brasileiro, Casado, Administrador – matrícula 357114, portador do CPF nº 003.773.439-35, e cédula de identidade nº39471558 SSP/PR, a seguir denominada CONTRATADA, CONTRATADA, ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições dessa contratação direta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Plano de serviço de telefonia móvel pessoal (SMP), tipo corporativo, pós- pago com migração de 06 linhas para o plano OI MAIS CELULAR ILIMITADO 4G,, e adesão de mais 04 linhas móveis no mesmo Plano.

LINHAS A SEREM MIGRADAS COM DDD 48

Linha 1	984515075
Linha 2	984515074
Linha 3	984515077
Linha 4	984515076
Linha 5	984528089
Linha 6	984528086

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

O valor a ser pago pela contratação mensal é de R\$ 279,00 (Duzentos e setenta e nove reais), sendo o valor para cada R\$ 27,90 (Vinte e sete reais e noventa centavos) para o Plano Oi Mais Celular Ilimitado 4G.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O Samae efetuará o pagamento mensalmente mediante a apresentação das faturas de forma agrupada e que estejam devidamente dentro dos valores especificados no presente contrato, ou seja, no valor total mensal de R\$ 279,00 (Duzentos e setenta e nove reais), não podendo ultrapassar esse valor. Referente a 10 (dez) chips, no primeiro mês será cobrado um valor simbólico de 1,00 pelo por cada chip.

Serviço	Valor mensal por Acesso	Qt. De Acessos	Total Mensal	QT Meses
OI MAIS CELULAR ILIMITADO 4G- MIGRAÇÃO	R\$ 27,90	06	R\$ 167,40	12

OI MAIS CELULAR ILIMITADO 4G- ADESÃO	R\$ 27,90	04	R\$ 111,60	12
			R\$ 279,00	

Parágrafo Primeiro – O não pagamento da Nota Fiscal/ Fatura de Serviços até a data de vencimento sujeitará o CONTRATANTE, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, as seguintes sanções: a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura no mês de atraso; b) juros de mora de 1% (um por cento) a.m.; e c) Correção Monetária, calculada pro rata die, com base na variação do IGP-DI (FGV).

CLÁUSULA SEXTA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - Constituem direitos da CONTRATANTE receber os serviços objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento ajustado;
- Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;
- Acompanhar e supervisionar o andamento dos serviços objeto do contrato através da Administração.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- Prestar os seguintes serviços por chip:
 - Minutos Ilimitados para fixo e celular de qualquer operadora para todo Brasil (Para ligações interurbana sem cobrança adicional: somente com o CSP 31 na região 1 e 3 e com o CSP 14 na região 2).

- Prestar os serviços/atendimentos na forma e condições avençadas;
- Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;
- Responsabilizar-se pelo bom funcionamento;
- Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na contratação;
- Apresentar-se sempre que necessário para esclarecimento.
- O prazo para efetivação dar-se-á em até 90 (noventa) dias, após assinatura do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a defesa, aplicar a CONTRATADA as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que caso de multa esta corresponderá a 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da lei nº 8.666/93, ou por interesse público.

No caso de cancelamento/rescisão em prazo inferior ao discriminado nas condições pactuadas em instrumento contratual, aplicar-se-á as penalidades previstas na cláusula. Pagamento de multa à Oi. A multa será de R\$300,00 (trezentos reais), para contratos com prazo de 12 meses e de R\$600,00 (seiscentos reais) para contratos com prazo de 24 meses, proporcional (pró-rata) ao período de fidelização contratado. Contados a partir da data de adesão desta Oferta. A solicitação de cancelamento/rescisão deverá ocorrer por meio de formalização por escrito, via formulário, e-mail ou ofício)

CLÁUSULA DÉCIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações, demais legislações aplicáveis e pelos preceitos de direito público, aplicando supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será de 01 (um) ano, contado a partir da assinatura do termo contratual, podendo ser prorrogado pelo mesmo período ou por até 60 meses. Em caso de rescisão, antecedendo ao prazo mínimo de vigência, contrato sujeito à cobrança de multa pro-rata.

Parágrafo Primeiro – O prazo do presente contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo – Parágrafo Segundo – Em caso de reajuste, o mesmo será realizado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IST e IGP-DI em vigor. Na hipótese de suspensão, extinção ou vedação do índice ora ajustado fica, desde já, eleito aquele que vier a substituí-lo oficialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da lei nº 8.666/93 e suas alterações e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Diário oficial do Município de Grão Pará pela CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC, para dirimir toda e qualquer questão oriunda deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Grão Pará, 18 de Junho de 2020.

CONTRATANTE:

SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO –Grão Pará

80.489.222/0001-59

CONTRATADA:

TELEMAR Norte Leste S.A

Gustavo Giraldes Bettoni

Marcela Matos Chastinet Mesquita

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF : _____

Nome: _____

CPF: _____

Gravatal

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 24/2020 - OFICINEIROS CRAS

Publicação N° 2543276

MUNICIPIO DE GRAVATAL. AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO N° 24/2020. PREGÃO PRESENCIAL N° 15/2020. O Prefeito Municipal de Gravatal, Sr. WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA, torna público Processo Licitatório, critério de julgamento MENOR PREÇO, Lei Federal N° 8666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/2006 e alterações e 10.520/2002, abertura dia 10 de julho de 2020, às 09:00hs, objeto: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINEIROS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E PSICÓLOGO, TRABALHOS LÚDICOS DE FORMA ONLINE." Mais informações e retirada de Edital disponíveis na Rua Eng. Annes Gualberto, N° 121, Centro, (048) 3648-8022, E-mail licitacao@gravatal.sc.gov.br ou site do Portal Transparência https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01035-001/con_licitacoes.faces. Gravatal, 29 de junho de 2020. WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA Prefeito Municipal.

DECRETO N° 63-DE 29 DE MARÇO DE 2020

Publicação N° 2543746

DECRETO N° 63, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

"REVOGA O ARTIGO 3º DO DECRETO 07/2018, DE 01 DE MARÇO DE 2018".

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito do Município de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e

CONSIDERANDO o Termo de Reunião Extrajudicial realizado no dia 22 de janeiro de 2020, na sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Armazém, para tratativas a respeito das cláusulas firmadas no Termo de Ajustamento de Condutas n° 0001/2017/PJ/ARM, datado de 2017; CONSIDERANDO que o Município de Gravatal assumiu compromisso de reanalisar os termos do Decreto n° 56/2018, que dispõe sobre a concessão do fornecimento de água à Gravatal Saneamento; e

CONSIDERANDO o ofício n° 0292/2020/PJ/ARM, de 28 de maio de 2020, assinado pela Promotoria de Justiça, solicitando o cumprimento do Termo de Ajustamento de Condutas n° 0001/2017/PJ/ARM, firmado com o Município de Gravatal,

DECRETA:

Art. 1º- Fica REVOGADO, o artigo 3º do Decreto n° 07/2018, de 01 de março de 2018..

Art. 2º- As demais disposições contidas no Decreto citado no artigo anterior permanecem inalteradas.

Art. 3º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de junho de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2019 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA - FMS

Publicação N° 2543646

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO 6º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 02/2019

PARA CHAMAMENTO DO 4º COLOCADO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2019

REGISTRO DE PREÇO N° 02/2019

OBJETO: "VI TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2019 PARA CHAMAMENTO DO 4º COLOCADO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL, UNIDADES DE SAÚDE E ESF'S DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL."

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CNPJ: 11.347518/0001-12.

CONTRATADA: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda

CNPJ: 44.734.671/0001-51

ENDEREÇO: Rodovia Itapira/Lindóia, Km 14, s/ nº, bairro Ponte Preta – Itapira/SP

Cláusula I – A nova ordem de classificação e valor do item 170 passa a ser da seguinte maneira:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Preço Unitário	Fornecedor Novo
170	Risperidona 2mg - Comprimido	CP	Cristália	0,170	Cristália

Clausula II - Ficam revogadas, as disposições contrárias á Cláusula I deste Termo Aditivo, sem prejuízo das demais cláusulas contratuais. Fundamento Legal: a previsão contida na cláusula 8.1 "a" da Ata de Registro de Preço e o art. 4º, inciso XVI da Lei nº 10.520/2002. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 27 de maio de 2020.
MARIA PEREIRA CALEGARI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2020 - MEDICINA CABRAL SERVIÇOS EIRELI - FMS

Publicação Nº 2543430

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS, VISANDO ATENDER O CONVÊNIO Nº 2020TR00354 PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL".

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 11.347.518/0001-12.

CONTRATADO: MEDICINA CABRAL SERVIÇOS EIRELI

ENDEREÇO: Rua Aldomar Cardoso, nº 243 - Bairro Passagem, município de Tubarão/SC.

CNPJ: 29.448.285/0001-00.

VALOR: R\$ 2.072,80 (Dois mil, setenta e dois reais e oitenta centavos).

VENCIMENTO: 31/12/2020.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e suas demais alterações. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 24 de junho de 2020.
Maria Pereira Calegari
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2020 - CENTRO DE IMAGEM SUL - FMS

Publicação Nº 2543523

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS, VISANDO ATENDER O CONVÊNIO Nº 2020TR00354 PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL".

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 11.347.518/0001-12.

CONTRATADO: CENTRO DE IMAGEM SUL LTDA

ENDEREÇO: Rua Lauro Muller, nº 633 - Bairro Centro, município de Tubarão/SC.

CNPJ: 23.218.608/0001-92.

VALOR: R\$ 5.697,46 (Cinco mil, seiscentos e noventa e sete reais e quarenta e seis centavos).

VENCIMENTO: 31/12/2020.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e suas demais alterações. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 24 de junho de 2020.
Maria Pereira Calegari
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2020 - CLÍNICA DE IMAGEM E DIAGNÓSTICO DO VALE LTDA - FMS 12/2020 -

Publicação Nº 2543557

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS, VISANDO ATENDER O CONVÊNIO Nº 2020TR00354 PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL".

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 11.347.518/0001-12.

CONTRATADO: CLÍNICA DE IMAGEM E DIAGNÓSTICO DO VALE LTDA

ENDEREÇO: Rua Bernardo Locks, nº 246 - Bairro Centro, município de Braço do Norte/SC.

CNPJ: 12.731.480/0001-40.

VALOR: R\$ 13.460,95 (Treze mil, quatrocentos e sessenta reais e noventa e cinco centavos).

VENCIMENTO: 31/12/2020.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e suas demais alterações. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 24 de junho de 2020.

Maria Pereira Calegari

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

LEI ORDINARIA 2042-2020

Publicação Nº 2544760

LEI ORDINÁRIA Nº 2.042, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

"DENOMINA NOME DE RUA FRANCISCA ALICE BOETTGER, NO BAIRRO DE INDAIAL, NO MUNICÍPIO DE GRAVATAL".

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA, Prefeito de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua FRANCISCA ALICE BOTTGER, a rua com início na Estrada Geral Indaial e término na área verde, em terras de propriedade do Senhor Alencar Oliveira Souza, no bairro de Indaial.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de junho de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 382/2020 - PRORROGAÇÃO DE CESSÃO DA SERVIDORA ADRIANA OLIVEIRA ROMER

Publicação Nº 2543603

PORTARIA N.º 382/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o ofício de nº 786/2020 - GP, encaminhado pelo Juiz Auxiliar da Presidência Claudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, solicitando a conveniência na prorrogação da cessão da servidora Adriana de Oliveira Romer ao Tribunal de Justiça pelo prazo de 2 (dois) anos.

Considerando a Cessão de servidora do município de Gravatal para atuar na Diretoria da Saúde – Processo Administrativo nº 9998/2018.
RESOLVE:

Art. 1º- Colocar à disposição do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina a funcionária ADRIANA DE OLIVEIRA ROMER, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social sem ônus para o município, nos termos da Lei Ordinária nº 2.013/2020 e Lei Complementar nº 22/2003, por mais 2 (dois) anos a partir 27 de julho de 2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 04 de maio de 2020.
WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 383/2020 - COMISSÃO REURB

Publicação Nº 2543607

PORTARIA Nº 383/2020, DE 04 DE MAIO DE 2020.

“DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO INSTITUIDA CONFORME ART. 4º DO DECRETO 19/2020 TENDO POR OBJETO A APLICAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REUB.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o Art. 4º do Decreto 19/2020 que, regulamenta e Disciplina o Procedimento de Pedido de Legitimação Fundiária, bem como o previsto na Lei Federal nº 13.465 de 11 de julho de 2017, Lei Municipal n. 2.009/2019,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Servidores para compor a “Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana” do Município de Gravatal ficando composta pelos seguintes membros:

I – Murilo Mauricio da Silva - Representante do Setor de Engenharia;

II – Graziela das Neves Inácio - Representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

III – Anderson Policarpo Darela Neves - Representante do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º- A presidência da Comissão de Regularização Fundiária Urbana do Município de Gravatal, será exercida pelo membro do inciso I do art. 1º deste Decreto.

Art. 3º- As atribuições da Comissão estão previstas no Decreto nº 19/2020.

Art. 4º- Fica Revogada a PORTARIA Nº 438/2019 DE 12 DE JUNHO DE 2019.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal, 04 de maio de 2020.
WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 384/2020 - ZULEIR NASCIMENTO – COORDENADOR DE DEPARTAMENTO

Publicação Nº 2543609

PORTARIA Nº 384/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a Lei Complementar 139 de 04 de maio de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º - Altera a Portaria 704/2017 de 13 de novembro de 2017 ao qual nomeia ZULEIR NASCIMENTO para o cargo de Supervisor de Departamento passando a ocupar o cargo de Coordenador de Departamento, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento relativo ao anexo VII, do Grupo VI, da Lei Complementar Nº 139/2010 a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 04 de maio de 2020.
WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 385/2020 - RAMON NUNES MACHADO – SUPERVISOR DE DEPARTAMENTO

Publicação Nº 2543611

PORTARIA Nº 385/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a Lei Complementar 139 de 04 de maio de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º - Altera a Portaria 417/2018 de 27 de junho de 2018 ao qual nomeia RAMON NUNES MACHADO para o cargo de Assistente de

Departamento passando a ocupar o cargo de Supervisor de Departamento, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento relativo ao anexo VII, do Grupo VI, da Lei Complementar N° 139/2010 a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 04 de maio de 2020.
WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 386/2020 - GEORGE FERNANDES VITOR - FÉRIAS

Publicação N° 2543613

PORTARIA N° 386/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 15 (quinze) dias de férias ao servidor municipal GEORGE FERNANDES VITOR, ocupante do cargo de Desenhista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 01/04/2019 a 31/03/2020, devendo ser gozadas entre 22/04/2020 a 06/05/2020;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, retroagindo seus efeitos a data de 22 de abril de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 04 de maio de 2020.
WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 387/2020 - CLERIA DE BONA - LICENÇA PRÊMIO

Publicação N° 2543615

PORTARIA N° 387/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 03 (Três) meses de Licença Prêmio a servidora municipal CLERIA DE BONA, matrícula nº 7796/01, ocupante do cargo de Professora Ensino Fundamental - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2008 a 04/12/2013, devendo ser gozada no período de 04/05/2020 a 01/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 04 de maio de 2020.
WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 388/2020 - EVANDRO ESMERALDINO JUNIOR - EXONERAR

Publicação N° 2543619

PORTARIA N° 388/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar EVANDRO ESMERALDINO JUNIOR, do cargo de Assistente de Departamento, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 04 de maio de 2020.
WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 389/2020 - ZENAIDE FERREIRA MENDES - EXONERAR

Publicação Nº 2543621

PORTARIA Nº 389/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar ZENAIDE FERREIRA MENDES, do cargo de Supervisora de Departamento, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 04 de maio de 2020.
WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 390/2020 - ALEX CANDIDO CLAUDINO - EXONERAR

Publicação Nº 2543625

PORTARIA Nº 390/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar por término de contrato ALEX CANDIDO CLAUDINO, do cargo de Engenheiro Civil, de provimento temporário, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 04 de maio de 2020.
WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 391/2020 - LEANDRO OLIVEIRA MACHADO - FUNÇÃO GRATIFICADA

Publicação Nº 2543626

PORTARIA N. º 391/2020 DE 04 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a Lei Complementar nº 235 de 21 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a concessão de gratificação pela atribuição de responsabilidade pelos serviços de tecnologia em informática ao Fundo Municipal de Saúde - FMS.

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder função gratificada ao servidor LEANDRO OLIVEIRA MACHADO, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Computação, pela atribuição de função de tecnologia em informática pelos serviços prestados ao Fundo Municipal de Saúde, a partir de 04 de maio de 2020 por um período de 30 dias.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 04 de maio de 2020.
WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 392/2020 - JANAINA SEVERINO - FÉRIAS

Publicação N° 2543627

PORTARIA N° 392/2020 DE 05 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a servidora municipal JANAINA SEVERINO, ocupante do cargo de Agente Comunitária ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 15/02/2019 a 14/02/2020, devendo ser gozadas entre 05/05/2020 a 03/06/2020;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 05 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 393/2020 - KATIANE HONORATO DAMIANI - EXONERAR

Publicação N° 2543630

PORTARIA N° 393/2020 DE 05 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido KATIANE HONORATO DAMIANI, do cargo de Supervisora de Departamento, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 05 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 394/2020 - DILCEIA DA SILVA CARDOSO BRUNO - LICENÇA MATERNIDADE

Publicação N° 2543632

PORTARIA N° 394/2020 DE 05 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER Licença Maternidade à Servidora Municipal DILCEIA DA SILVA CARDOSO BRUNO, ocupante da função do cargo temporário de Professora Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de 120 (cento e vinte) dias a partir de 06/05/2020 até o dia 02/09/2020 de acordo com o inciso XVIII do art. 7º, da Constituição Federal.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 05 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 395/2020 - ANDRESA MACHADO DE SOUZA BRISTOT - FÉRIAS

Publicação Nº 2543635

PORTARIA Nº 395/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a servidora municipal ANDRESA MACHADO DE SOUZA BRISTOT, ocupante do cargo de Psicóloga, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 06/03/2019 a 05/03/2020, devendo ser gozadas entre 06/05/2020 a 04/06/2020;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 06 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 396/2020 - HEVENI MARIA ARMANI ZINGANO - SUPERVISORA DE DEPARTAMENTO

Publicação Nº 2543636

PORTARIA N.º 396/2020 DE 07 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Nomear HEVENI MARIA ARMANI ZINGANO, para o Cargo de Assistente de Departamento, com carga horária de 40 horas semanais, a contar de 07 de maio de 2020, percebendo o vencimento relativo ao anexo VII, do Grupo VI, da Lei Complementar Nº 139/2010.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 07 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 397/2020 - JOSE RODRIGUES FERNANDES - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543638

PORTARIA Nº 397/2020 DE 11 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 03 (Três) meses de Licença Prêmio ao servidor municipal JOSE RODRIGUES FERNANDES, matrícula nº 3690/01, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 01/04/2015 a 01/04/2020, devendo ser gozada no período de 11/05/2020 a 08/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 11 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 398/2020 - RAFAELA ZANELATO FERNANDES - LICENÇA MATERNIDADE

Publicação Nº 2543640

PORTARIA Nº 398/2020 DE 11 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER Licença Maternidade à Servidora Municipal RAFAELA ZANELATO FERNANDES, ocupante do cargo temporário de Técnica de Vigilância Epidemiológica, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de 120 (cento e vinte) dias a partir de 10/05/2020 até o dia 06/09/2020 de acordo com o inciso XVIII do art. 7º, da Constituição Federal.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 11 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 399/2020 - LUIS JOSE FAJRADO MORENO - EXONERAR

Publicação Nº 2543642

PORTARIA Nº 399/2020 DE 11 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido LUIS JOSE FAJARDO MORENO, do cargo de Supervisor de Departamento, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 11 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 400/2020 - DEBORA DA SILVA FLORIANO - LICENÇA MATERNIDADE

Publicação Nº 2543643

PORTARIA Nº 400/2020 DE 11 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER Licença Maternidade à Servidora Municipal DEBORA DA SILVA FLORIANO, ocupante do cargo temporário de Secretária de Escola, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de 120 (cento e vinte) dias a partir de 11/05/2020 até o dia 07/09/2020 de acordo com o inciso XVIII do art. 7º, da Constituição Federal.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 11 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 401/2020 - HENRIQUE FALCHETTI DA SILVA - NOMEAR PROCURADOR GERAL

Publicação Nº 2543647

PORTARIA N.º 401/2020 DE 12 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear HENRIQUE FALCHETTI DA SILVA, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Estado de Santa Catarina sob o número 33194, para o Cargo Comissionado de Procurador Geral do Município de Gravatal, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo o vencimento relativo da Lei Complementar nº 175/2014, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 12 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 402/2020 - NADIR PINTER CRESCENCIO - FÉRIAS

Publicação Nº 2543649

PORTARIA Nº 402/2020 DE 13 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 20 (vinte) dias de férias a servidora municipal NADIR PINTER CRESCENCIO, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 01/04/2015 a 31/03/2016, devendo ser gozadas entre 13/05/2020 a 01/06/2020;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 13 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 403/2020 - DESIGNAR PARA FUNÇÃO DE ASSESSORA JURÍDICA – ELIZANGELA BORGES DA SILVA CALEGARI

Publicação Nº 2543652

PORTARIA N.º 403/2020 DE 13 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a Lei Complementar nº 139 de 04 de maio de 2010;

CONSIDERANDO, a Lei Complementar 175/2014 que dispõe sobre a estrutura do departamento jurídico municipal, em consonância com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR ELIZANGELA BORGES DA SILVA CALEGARI, ocupante do cargo efetivo de Analista de Recursos Humanos para as funções de Assessora Jurídica, conforme o artigo 1º da lei 175 de 05 de agosto de 2014, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 13 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 404/2020 - REMANEJAMENTO DE VEÍCULO - PARATI DPL-6158

Publicação N° 2543654

PORTARIA N. ° 404/2020 DE 14 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de remanejamento da frota do Município, baixa a seguinte portaria:

Art. 1º- O veículo abaixo identificado fica remanejado da seguinte forma:

Veículo	Placa	Origem	Destino Patrimônio	
VW Parati	DPL-6158	Secretaria de Agricultura	Secretaria de 3507 Infraestrutura	

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 14 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

Registre-se

E publique-se

PORTARIA 405/2020 - SUZANA MARCOS FERNANDES - EXONERAR

Publicação N° 2543656

PORTARIA N° 405/2020 DE 14 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar por término de contrato SUZANA MARCOS FERNANDES, da função do cargo de Professora Educação Infantil, de provimento temporário, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 14 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 406/2020 - JACQUELINE NUNES COSTA - EXONERAR

Publicação N° 2543659

PORTARIA N° 406/2020 DE 15 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido JACQUELINE NUNES COSTA, da função do cargo de Auxiliar Serviços Gerais, de provimento temporário, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 15 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 407/2020 - SCHIRLEI RECH MARCELINO - LICENÇA MATERNIDADE

Publicação Nº 2543660

PORTARIA Nº 407/2020 DE 16 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER Licença Maternidade à Servidora Municipal SCHIRLEI RECH MARCELINO, ocupante dos cargos efetivos de Professora Educação Infantil 20h e Professora Educação Infantil 20h, por um período de 180 (cento e oitenta) dias a partir de 16/05/2020 até 11/11/2020 de acordo com § XVIII, do art. 7º, da Constituição Federal e Lei Municipal nº 1584/2013 de 14/02/2013.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 16 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 408/2020 - ALEX CANDIDO CLAUDINO - ENGENHEIRO CIVIL

Publicação Nº 2543661

PORTARIA N.º 408/2020 DE 18 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal e Lei Complementar Municipal nº 139/2010 de 04/05/2010;

CONSIDERANDO, o Processo Seletivo Emergencial Simplificado para contratação emergencial temporária de Engenheiro Civil do Edital nº 04/2020, homologado em 14/05/2020;

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratado em caráter temporário ALEX CANDIDO CLAUDINO, Processo Seletivo 05/2020, classificação nº 01, para o cargo temporário de Engenheiro Civil, com carga horária de 40 horas semanais, no Setor de Engenharia na Secretaria de Administração, localizada no bairro Centro, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, a partir de 18 de maio de 2020 por um período de 1 ano podendo ser prorrogado por igual período e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 18 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 409/2020 - MARIA DE LOURDES CAETANO DO AMARAL - FÉRIAS

Publicação Nº 2543663

PORTARIA Nº 409/2020 DE 18 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 10 (dez) dias de férias a servidora municipal MARIA DE LOURDES CAETANO DO AMARAL, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017, devendo ser gozadas entre 18/05/2020 a 27/05/2020;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 18 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 410/2020 - JOSE NAZARENO FIDELIS - FÉRIAS

Publicação N° 2543665

PORTARIA N° 410/2020 DE 18 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal JOSE NAZARENO FIDELIS, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 02/04/2018 a 01/04/2019, devendo ser gozadas entre 18/05/2020 a 16/06/2020;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 18 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 411/2020 - CEDOIR MARTINS DE SOUZA - LICENÇA PRÊMIO

Publicação N° 2543666

PORTARIA N° 411/2020 DE 18 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 03 (Três) meses de Licença Prêmio ao servidor municipal CEDOIR MARTINS DE SOUZA, matrícula nº 9975/01, ocupante do cargo de Motorista - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2003 a 04/12/2008, devendo ser gozada no período de 18/05/2020 a 15/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 18 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 412/2020 - CELIO BATISTA - LICENÇA PRÊMIO

Publicação N° 2543668

PORTARIA N° 412/2020 DE 18 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 03 (Três) meses de Licença Prêmio ao servidor municipal CELIO BATISTA, matrícula nº 8698/01, ocupante do cargo de Motorista - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2003 a 04/12/2008, devendo ser gozada no período de 18/05/2020 a 15/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 18 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 413/2020 - EDER SOARES DA SILVA - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543670

PORTARIA Nº 413/2020 DE 18 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 02 (dois) meses de Licença Prêmio ao servidor municipal EDER SOARES DA SILVA, matrícula nº 13107/01, ocupante do cargo de Motorista - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/11/2015 a 04/11/2020, devendo ser gozada no período de 18/05/2020 a 16/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 18 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 414/2020 - JOSE CARLOS BECKHAUSER MENDES - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543672

PORTARIA Nº 414/2020 DE 18 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 03 (Três) meses de Licença Prêmio ao servidor municipal JOSE CARLOS BECKHAUSER MENDES, matrícula nº 10187/03, ocupante do cargo de Motorista - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2003 a 04/12/2008, devendo ser gozada no período de 18/05/2020 a 15/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 18 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 415/2020 - RODINEI MENDES MONTEIRO - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543674

PORTARIA Nº 415/2020 DE 18 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 03 (Três) meses de Licença Prêmio ao servidor municipal RODINEI MENDES MONTEIRO, matrícula nº 9037/01, ocupante do cargo de Motorista - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 10/03/2009 a 10/03/2014, devendo ser gozada no período de 18/05/2020 a 15/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 18 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 416/2020 - KARINA DE SOUSA - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543676

PORTARIA Nº 416/2020 DE 18 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 02 (dois) meses de Licença Prêmio a servidora municipal KARINA DE SOUSA, matrícula nº 4029/02, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 13/12/2012 a 30/12/2018, devendo ser gozada no período de 14/05/2020 a 12/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, retroagindo seus efeitos a data de 14 de maio de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 18 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 417/2020 - DEYVID DA SILVA DOS SANTOS - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543677

PORTARIA Nº 417/2020 DE 18 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 03 (Três) meses de Licença Prêmio ao servidor municipal DEYVID DA SILVA DOS SANTOS, matrícula nº 8463/02, ocupante do cargo de Agente Administrativo - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 02/04/2010 a 02/04/2015, devendo ser gozada no período de 18/05/2020 a 15/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 18 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 418/2020 - EDVANIA DE OLIVEIRA - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543679

PORTARIA Nº 418/2020 DE 18 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 03 (Três) meses de Licença Prêmio a servidora municipal EDVANIA DE OLIVEIRA, matrícula nº 10136/01, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2013 a 04/12/2018, devendo ser gozada no período de 18/05/2020 a 15/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 18 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 419/2020 - ANDREA JANETE BERTO - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543681

PORTARIA Nº 419/2020 DE 19 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 02 (dois) meses de Licença Prêmio a servidora municipal ANDREA JANETE BERTO, matrícula nº 10612/01, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 12/02/2013 a 12/02/2018, devendo ser gozada no período de 19/05/2020 a 17/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 19 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 420/2020 - ANGELA DOS PASSOS DA ROCHA FRANCISCO CUSTODIO - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543685

PORTARIA Nº 420/2020 DE 19 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 02 (dois) meses de Licença Prêmio a servidora municipal ANGELA DOS PASSOS DA ROCHA FRANCISCO CUSTODIO, matrícula nº 10528/03, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 18/08/2011 a 18/08/2016, devendo ser gozada no período de 19/05/2020 a 17/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 19 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 421/2020 - CELONI DOS SANTOS MARTINS - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543687

PORTARIA Nº 421/2020 DE 19 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 02 (dois) meses de Licença Prêmio a servidora municipal CELONI DOS SANTOS MARTINS, matrícula nº 5767/03, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 03/05/2010 a 03/05/2015, devendo ser gozada no período de 19/05/2020 a 17/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 19 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 422/2020 - GILCEIA FIGUEREDO GOULART - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543693

PORTARIA Nº 422/2020 DE 19 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 02 (dois) meses de Licença Prêmio a servidora municipal GILCEIA FIGUEREDO GOULART, matrícula nº 10520/09, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 01/04/2015 a 01/04/2020, devendo ser gozada no período de 19/05/2020 a 17/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 19 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 423/2020 - GRAZIELA SANTANA VALGAS - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543704

PORTARIA Nº 423/2020 DE 19 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 02 (dois) meses de Licença Prêmio a servidora municipal GRAZIELA SANTANA VALGAS, matrícula nº 13066/01, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 16/03/2015 a 16/03/2020, devendo ser gozada no período de 19/05/2020 a 17/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 19 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 424/2020 - MARIA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543705

PORTARIA Nº 424/2020 DE 19 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 02 (dois) meses de Licença Prêmio a servidora municipal MARIA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES, matrícula nº 10047/01, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2013 a 04/12/2018, devendo ser gozada no período de 19/05/2020 a 17/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 19 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 425/2020 - MARIA APARECIDA DOS SANTOS MARTINS - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543706

PORTARIA Nº 425/2020 DE 19 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 02 (dois) meses de Licença Prêmio a servidora municipal MARIA APARECIDA DOS SANTOS MARTINS, matrícula nº 10501/05, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 07/02/2013 a 07/02/2018, devendo ser gozada no período de 19/05/2020 a 17/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 19 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 426/2020 - MARIA APARECIDA SANTANA VALGAS - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543708

PORTARIA Nº 426/2020 DE 19 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 02 (dois) meses de Licença Prêmio a servidora municipal MARIA APARECIDA SANTANA VALGAS, matrícula nº 10048/01, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2008 a 04/12/2013, devendo ser gozada no período de 19/05/2020 a 17/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 19 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 427/2020 - MARIA ISABEL MACHADO - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543710

PORTARIA Nº 427/2020 DE 19 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 02 (dois) meses de Licença Prêmio a servidora municipal MARIA ISABEL MACHADO, matrícula nº 10060/01, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2008 a 04/12/2013, devendo ser gozada no período de 19/05/2020 a 17/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 19 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 428/2020 - ROSANGELA FREITAS RODRIGUES MARTINELLI - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543712

PORTARIA Nº 428/2020 DE 19 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 02 (dois) meses de Licença Prêmio a servidora municipal ROSANGELA FREITAS RODRIGUES MARTINELLI, matrícula nº 10365/01, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2008 a 04/12/2013, devendo ser gozada no período de 19/05/2020 a 17/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 19 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 429/2020 - SIRLENE CALEGARI RODRIGUES - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543714

PORTARIA Nº 429/2020 DE 19 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 02 (dois) meses de Licença Prêmio a servidora municipal SIRLENE CALEGARI RODRIGUES, matrícula nº 10099/01, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2008 a 04/12/2013, devendo ser gozada no período de 19/05/2020 a 17/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 19 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 430/2020 - VALDELI MENDES - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543715

PORTARIA Nº 430/2020 DE 19 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 02 (dois) meses de Licença Prêmio a servidora municipal VALDELI MENDES, matrícula nº 10473/04, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 13/02/2012 a 13/02/2017, devendo ser gozada no período de 19/05/2020 a 17/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 19 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 431/2020 - AGMAR MARTINS DA SILVA - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543717

PORTARIA Nº 431/2020 DE 19 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 03 (Três) meses de Licença Prêmio a servidora municipal AGMAR MARTINS DA SILVA, matrícula nº 9946/01, ocupante do cargo de Professora Ensino Fundamental - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2003 a 04/12/2008, devendo ser gozada no período de 19/05/2020 a 16/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 19 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 432/2020 - AGMAR MARTINS DA SILVA - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543718

PORTARIA Nº 432/2020 DE 19 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 03 (Três) meses de Licença Prêmio a servidora municipal AGMAR MARTINS DA SILVA, matrícula nº 9946/06, ocupante do cargo de Professora Ensino Fundamental - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 11/08/2011 a 05/07/2018, devendo ser gozada no período de 19/05/2020 a 16/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 19 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 433/2020 - JUCILDA CUNHA PINTER - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543720

PORTARIA Nº 433/2020 DE 19 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 02 (dois) meses de Licença Prêmio a servidora municipal JUCILDA CUNHA PINTER, matrícula nº 10324/02, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2013 a 04/12/2018, devendo ser gozada no período de 19/05/2020 a 16/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 19 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 434/2020 - ELISANGELA CORREA MEDEIROS PEREIRA - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543722

PORTARIA Nº 434/2020 DE 19 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 03 (Três) meses de Licença Prêmio a servidora municipal ELISANGELA CORREA MEDEIROS PEREIRA, matrícula nº 9987/01, ocupante do cargo de Professora Ensino Fundamental - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2008 a 04/12/2013, devendo ser gozada no período de 19/05/2020 a 16/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 19 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 435/2020 - ELISANGELA CORREA MEDEIROS PEREIRA - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2543725

PORTARIA Nº 435/2020 DE 19 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 03 (Três) meses de Licença Prêmio a servidora municipal ELISANGELA CORREA MEDEIROS PEREIRA, matrícula nº 9987/12, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 06/12/2012 a 06/12/2017, devendo ser gozada no período de 19/05/2020 a 16/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 19 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 436/2020 - FABRICIO DE OLIVEIRA MACHADO - FÉRIAS

Publicação Nº 2543727

PORTARIA Nº 436/2020 DE 20 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal FABRICIO DE OLIVEIRA MACHADO, ocupante do cargo de Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 04/04/2018 a 03/04/2019, devendo ser gozadas entre 20/05/2020 a 18/06/2020;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 20 de maio de 2020.
WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 437/2020 - FISCAL DO CTR Nº 17-2020 - ALEX - ENGENHARIA

Publicação Nº 2543728

PORTARIA Nº. 437/2020 DE 20 DE MAIO DE 2020.
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear fiscal de Contrato referente ao Processo Licitatório nº. 08/2020, na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 01/2020, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATO Nº:	17/2020
OBJETO:	"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO DE BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO (PAVER) NAS RUAS FRANCISCO KNABEN TRECHO II E ARINO CARGNIN BAIRRO TERMAS NO MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA VISANDO ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE OGU: Nº 872007/2018, CONFORME PROJETOS EM ANEXO. "
EMPRESA:	RODRIGUES ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME
CNPJ Nº:	72.269.012/0001-27
FISCAL TITULAR	
SERVIDOR:	ALEX CANDIDO CLAUDINO
CARGO:	ENGENHEIRO CIVIL CONTRATADO
CPF: 091.480.779-09	MATRÍCULA: 13394/02
LOTAÇÃO:	GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º- O serviço de fiscal de Contrato é considerado de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal /SC, em 20 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 438/2020 - FISCAL DO CTR Nº 18-2020 - ALEX - ENGENHARIA

Publicação Nº 2543730

PORTARIA Nº. 438/2020 DE 20 DE MAIO DE 2020.
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear fiscal de Contrato referente ao Processo Licitatório nº. 10/2020, na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 02/2020, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATO Nº:	18/2020
OBJETO:	"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO DE BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO (PAVER) NA RUA ANTÔNIO PEDRO MENDONÇA TRECHO I BAIRRO TERMAS NO MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA VISANDO ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE OGU: Nº 869935/2018, CONFORME PROJETOS EM ANEXO".
EMPRESA:	RODRIGUES ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME
CNPJ Nº:	72.269.012/0001-27
FISCAL TITULAR	
SERVIDOR:	ALEX CANDIDO CLAUDINO
CARGO:	ENGENHEIRO CIVIL CONTRATADO
CPF: 091.480.779-09	MATRÍCULA: 13394/02
LOTAÇÃO:	GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º- O serviço de fiscal de Contrato é considerado de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal /SC, em 20 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 439/2020 - PAULO MARTINS DA ROSA - DESIGNAR

Publicação Nº 2543731

PORTARIA Nº 439/2020 DE 20 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, o pedido de férias do Secretário de Agricultura e Meio Ambiente FABRICIO DE OLIVEIRA MACHADO no período de 20/05/2020 a 18/06/2020.

RESOLVE:

Art. 1º- Designar PAULO MARTINS DA ROSA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, para responder pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, podendo desempenhar todos os atos necessários ao funcionamento da Secretaria, a partir desta data até o dia 18 de junho de 2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 20 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 440/2020 - ELIZANGELA BORGES DA SILVA CALEGARI - CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA

Publicação Nº 2543732

PORTARIA N.º 440/2020 DE 20 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º- Designar a servidora ELIZANGELA BORGES DA SILVA CALEGARI, para exercer função gratificada no Departamento Jurídico, percebendo o valor de R\$750,00 (setecentos e cinquenta reais) conforme o nível GF01 do anexo IX da Lei 139/2010.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 20 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 441/2020 - HORA EXTRA MAIO 2020

Publicação Nº 2543733

PORTARIA Nº 441/2020 DE 21 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO: A Autorização de Pagamento de Horas Extras/Ponto, enviada mensalmente pelos secretários municipais, indicando os funcionários que fazem jus ao direito e a quantidade de horas extras que devem ser pagas;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER horas extras aos servidores abaixo relacionados, trabalhadas durante os meses de abril e maio do ano corrente com as vantagens estabelecidas em Lei.

SECRETARIA DE SAÚDE	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Angelica Borges de Souza	15,00
Camila Nunes Teixeira	60,00
Carla Borges Mendes	60,00
Cassiane Camilo do Nascimento	30,00
Cassio Ferreira Bitencourt	9,00
Clayton Cardoso Pereira	29,00
Cristini Martins Ferreira	60,00
Delcia da Silva Severino	30,00
Eduardo Fernandes Mendonça	18,00
Filipe Deodato Pereira	25,00
Francieli Mendes Correa	20,00

Gilmar Comeli Rodrigues	12,00
Ivania Barbosa	10,00
Joelma de Medeiros	18,00
Jose Carlos Alves da Silva	15,00
Jucilene Gomes Serafim Batista	60,00
Juliano Fagundes de Araujo	40,00
Marcia Nasario Amorin da Silva	25,00
Marcio Laurentino Mendonça	32,00
Maria Aparecida Machado Cavalheiro	30,00
Marilia Silveira Walter Santana	13,00
Rafael Fernandes Machado	23,00
Ramon Santana Balbino	60,00
Roberta da Luz Machado Santana	60,00
Roger Costa da Silva	60,00
Rosimar Vicenzi de Assunção Mendes	60,00
Sandra Tartari Mattiola	60,00
Silvana Lunardi Martins Mendes	10,00
Tayane Vicenço Marcon	25,00
Thayse Albuquerque Zandomenego	60,00
Vanessa Dal Bó de Carvalho Balduci	25,00
Verenice Philippi Correa	15,00
Yohana Vargas Pickler	26,00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Alexsandro Magaroto de Oliveira	30,00
Ana Claudia da Silva	30,00
Claudia Vicenzi Machado	7,14
Maria Aparecida Martins da Silva	30,00
Muriel Marcon Cardoso	30,00
Nilson Ribeiro Fernandes	30,00
Raquel Martins Mendes	8,39
Rodrigo Mendes Daufemback	9,03
Vivian Iung Mendes	40,00

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Paulo Martins da Rosa	60,00

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Ana Paula da Silva Mendonça	40,00
Claudiana de Souza Correa	10,00
Deise Jung Mattos Cunha	4,00
Israel Fernandes Inacio	10,00
Jozilaine Zomer Loch	10,00
Lais Juvencio de Oliveira	3,00
Vagner Nazario Fernandes	10,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal/SC, em 21 de maio de 2020.
WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 442/2020 - CLAUDIANA DE SOUZA CORREA - FÉRIAS

Publicação Nº 2543734

PORTARIA Nº 442/2020 DE 26 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 15 (quinze) dias de férias a servidora municipal CLAUDIANA DE SOUZA CORREA, ocupante do cargo de Assistente Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 14/03/2019 a 13/03/2020, devendo ser gozadas entre 26/05/2020 a 09/06/2020;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º

da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 26 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 443/2020 - LAIS JUVENCIO DE OLIVEIRA - FÉRIAS

Publicação Nº 2543735

PORTARIA Nº 443/2020 DE 27 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a servidora municipal LAIS JUVENCIO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Psicóloga, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 26/03/2019 a 25/03/2020, devendo ser gozadas entre 27/05/2020 a 25/06/2020;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 27 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 444/2020 - INSTAURAÇÃO SINDICANCIA ITAMOR CANUTO GONÇALVES

Publicação Nº 2543737

PORTARIA N.º 444 de 27 DE MAIO DE 2020.

“DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito em Exercício de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica instaurado a Sindicância em desfavor do servidor público municipal, ITAMOR CANUTO GONÇALVES, destinado a apurar eventuais responsabilidades advindas de denúncia de irregularidade oriunda da Câmara Municipal de Gravatal (Ofício PL n.º 35/2020).

Art. 2º- A Comissão Permanente de Sindicância, Inquéritos e Processo Administrativo Disciplinar do Município de Gravatal, exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, devendo respeitar os princípios constitucionais e ditames legais próprios da espécie.

Art. 3º- O prazo para a conclusão do Processo será de 30 (trinta) dias contados da efetivação da defesa, admitida a sua prorrogação por até 60 (sessenta) dias, quando as circunstâncias o exigirem ou, ainda, por prazo superior em razão da ocorrência de fatos que independam de ato ou decorram de omissão da Administração, conforme dispõe o artigo 135, § 1º, V, da Lei Complementar n.º 22/2003.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal/SC, em 27 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 445/2020 - INSTAURAÇÃO SINDICANCIA ITAMOR CANUTO GONÇALVES 2

Publicação Nº 2543739

PORTARIA N.º 445, de 27 DE MAIO DE 2020.

"DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito em Exercício de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica instaurado a Sindicância em desfavor do servidor público municipal, ITAMOR CANUTO GONÇALVES, destinado a apurar eventuais responsabilidades advindas de denúncia de irregularidade oriunda da Promotoria de Justiça da Comarca de Armazém (NF n.º 01.2020.00011456-5).

Art. 2º- A Comissão Permanente de Sindicância, Inquéritos e Processo Administrativo Disciplinar do Município de Gravatal, exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, devendo respeitar os princípios constitucionais e ditames legais próprios da espécie.

Art. 3º- O prazo para a conclusão do Processo será de 30 (trinta) dias contados da efetivação da defesa, admitida a sua prorrogação por até 60 (sessenta) dias, quando as circunstâncias o exigirem ou, ainda, por prazo superior em razão da ocorrência de fatos que independam de ato ou decorram de omissão da Administração, conforme dispõe o artigo 135, § 1º, V, da Lei Complementar n.º 22/2003.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal/SC, em 27 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 446/2020 - FISCAL DO CTR Nº 19-2020 - LEANDRO INFORMÁTICA

Publicação Nº 2543743

PORTARIA Nº. 446/2020, DE 27 DE MAIO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear fiscal de Contrato referente a prestação de serviços de telefonia móvel para a Secretaria da Assistência Social e Habitação, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATO Nº:	19/2020
OBJETO:	"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL (SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP), PARA FORNECIMENTO DE TRÁFEGO DE VOZ ILIMITADO COM PACOTE DE DADOS E COM CHIPS COM PRAZO DE 8 (OITO) MESES".
EMPRESA:	CLARO S/A
CNPJ Nº:	40.432.544/0001-47
FISCAL TITULAR	
SERVIDOR:	LEANDRO OLIVEIRA MACHADO
CARGO:	TÉCNICO EM COMPUTAÇÃO
CPF: 845.543.479-15	MATRÍCULA: 9000/01
LOTAÇÃO:	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º- O serviço de fiscal de Contrato é considerado de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal /SC, em 27 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 447/2020 - DANIELA TOMÉ ONOFRE DE SOUZA - LICENÇA MATERNIDADE

Publicação Nº 2543747

PORTARIA Nº 447/2020 DE 27 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER Licença Maternidade à Servidora Municipal DANIELA TOMÉ ONOFRE DE SOUZA, ocupante do cargo temporário de Auxiliar Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de 120 (cento e vinte) dias a partir de 20/05/2020 até o dia 16/09/2020 de acordo com o inciso XVIII do art. 7º, da Constituição Federal.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, retroagindo seus efeitos a data de 20 de maio de 2020, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 27 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

PORTARIA 448/2020 - SUELLEN CAMILO FIDELIS - LICENÇA MATERNIDADE

Publicação Nº 2543750

PORTARIA Nº 448/2020 DE 29 DE MAIO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER Licença Maternidade à Servidora Municipal SUELLEN CAMILO FIDELIS, ocupante do cargo temporário de Nutricionista NASF, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por um período de 120 (cento e vinte) dias a partir de 29/05/2020 até o dia 25/09/2020 de acordo com o inciso XVIII do art. 7º, da Constituição Federal.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 29 de maio de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 01/2020 CMDCA

Publicação Nº 2544109

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – CMDCA
GRAVATAL - SC

RESOLUÇÃO Nº 01 de 16 de JUNHO de 2020

Dispõe sobre aprovação da prestação de contas exercício 2019 do Fundo Infância e Adolescência – FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA de Gravatal - SC, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com as competências estabelecidas em seu Regimento Interno, e Leis Municipais Complementar: nº 184 de 23 de abril de 2015, que regulamenta e unifica a Legislação pertinente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e dá outras providências, e de acordo com a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal dos direitos da criança e adolescente – CMDCA ocorrida no dia 21 de Maio de 2020.

CONSIDERANDO a necessidade de prestação de contas anual dos gastos referente ao Fundo da Infância e Adolescência - FIA, de competência nas deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA.

RESOLVE:

Art. 1º – Delibera pela aprovação de todos gastos dos recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Gravatal (SC), 16 de Junho de 2020.

Luiz Volnei da Silva Caetano

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

Guaraciaba

PREFEITURA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL N° 30/2020

Publicação N° 2544351

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL N° 30/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N° 438/2020 CONDER

O município de Guaraciaba, estabelecida na Rua Ademir de Barros – 85 – Centro, CNPJ 82.821.216/0001-82, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA N° 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Licença Ambiental Prévia, com prazo de validade de 29/06/2021, formulado pelo empreendedor: inscrito no CPF nº 039.805.679-07, declarou nos termos da Resolução CONSEMA nº 99/2017, o empreendimento/Atividade: : 01.54.00 - Granja de suínos - terminação, situado na Linha Indio, S/N, Interior, no Município de Guaraciaba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 32/2020-PMG - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 2544637

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO
Edital: Pregão Eletrônico 32/2020 PMG

Processo Licitatório: 32/2020 PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA IMPERMEABILIZAÇÃO DE TELhado COM MANTA ASFÁLTICA 3MM ANTIGRANIZO COM SUA ESTRUTURA EM POLIÉSTER DE FIO CONTÍNUO TERMOFUSIONADO, NA COR CINZA, A SER APLICADO NO TELhado DO GINÁSIO DE ESPORTES RODOLFO JAHN

Entrega das Propostas: a partir de 30 de junho de 2020 às 17h até o dia 10 de julho de 2020 às 9h no site www.portaldecompraspublicas.com.br

Abertura das Propostas: 10 de julho de 2020 às 9h (horário de Brasília no site www.portaldecompraspublicas.com.br)

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

Guaramirim (SC), 29 de junho de 2020.
Luis Antonio Chiodini
Prefeito

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLOGICA - POSTO DE GASOLINA MAIOCHI LTDA.

Publicação Nº 2543267

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor POSTO DE GASOLINA MAIOCHI LTDA, referente aos empenhos relacionados em planilha anexa:

EMPENHOS	DATA DE EMISSÃO	VALOR LIQUIDADO
1763-02/2020	27/04/2020	R\$448,97
1763-01/2020	08/03/2020	R\$481,63
0695-12/2020	23/06/2020	R\$214,28
0695-11/2020	18/05/2020	R\$206,66
0695-10/2020	16/04/2020	R\$237,55
0695-09/2020	13/04/2020	R\$261,85
0695-08/2020	02/04/2020	R\$249,83
0695-07/2020	09/03/2020	R\$248,56
0695-06/2020	03/03/2020	R\$261,22
0364-10/2020	15/06/2020	R\$3.337,74
0364-09/2020	29/05/2020	R\$4.344,16
0364-08/2020	04/05/2020	R\$3.391,34
0364-07/2020	24/04/2020	R\$281,20
0364-06/2020	02/04/2020	R\$3.130,13
0364-05/2020	02/04/2020	R\$1.982,35
0364-04/2020	03/03/2020	R\$1.221,22
0362-21/2020	23/06/2020	R\$7.309,42
0362-20/2020	15/06/2020	R\$3.095,08
0362-19/2020	08/06/2020	R\$3.877,89
0362-18/2020	03/06/2020	R\$11.976,13

0362-17/2020	26/05/2020	R\$8.671,18
0362-16/2020	18/05/2020	R\$9.471,36
0362-15/2020	12/05/2020	R\$6.212,25
0362-14/2020	04/05/2020	R\$8.359,74
0362-13/2020	27/04/2020	R\$8.385,56
0362-12/2020	20/04/2020	R\$7.964,81
0362-11/2020	13/04/2020	R\$214,04
0362-10/2020	30/03/2020	R\$10.324,23
0362-09/2020	16/03/2020	R\$13.618,93
0362-08/2020	09/03/2020	R\$10.864,82
0362-07/2020	03/03/2020	R\$12.406,53
TOTAL		R\$143.050,66

Este pagamento refere-se aquisição de combustível na bomba para secretaria de Administração e finanças.

O pagamento dos referidos empenhos foram realizados antecipadamente para continuação dos abastecimentos de todas as secretarias da Prefeitura Municipal.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado os referidos pagamentos e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 29 de junho de 2020.

JAIR TOMELIN

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 31/2020

Publicação Nº 2543347

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 31/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº. 11/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para execução de Pavimentação asfáltica em C.B.U.Q. (reperfilagem) e sinalização viária na Rua Antônio Dillmann, município de Guarujá do Sul, conforme Projeto Técnico, Orçamento e Cronograma Físico / Financeiro (Emenda Parlamentar 20202855021 – Plano de Ação 0903-003249).

VALOR: R\$ 383.814,92

VIGENCIA DE EXECUÇÃO: Conforme Cronograma físico Financeiro

VIGENCIA DO CONTRATO: 31/12/2020

Guarujá do Sul, SC, 29 de junho de 2020.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

Guatambú

PREFEITURA

ATA RP 22/2020 - PREGÃO 26/2020

Publicação Nº 2543302

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2020

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº 26/2020

O MUNICÍPIO DE GUATAMBU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o Nº 95.990.206/0001-12, situado na Rua Manoel Rolim de Moura, 825, Centro, Guatambu, SC, por seu Prefeito, senhor Luiz Clóvis Dal Piva e a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 05.919.156/0001-94, com sede na Rua do Comercio, s/n, Centro, Planalto Alegre – SC, CEP 89.882-000, representada neste ato pelo sua Sócia Proprietária, Senhora Renata Raquel Ahlf dos Santos, inscrita no CPF sob nº 005.351.199-92, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVEM Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS/CESTAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA DISTRIBUIÇÃO AS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELA PANDEMIA COVID-19, CONFORME PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL APROVADO PELO CMAS, BASEADO NAS PORTARIAS 369/2020, 378/2020 E NA PORTARIA MDS 90/2013 QUE INSTITUI O SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E EMERGENCIAIS VULNERABILIDADES TEMPORÁRIAS, conforme especificações constantes abaixo:

Item	Descrição	UND	Qtde	Valor Unitário em R\$	Valor Total Item em R\$
1	KIT/CESTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E DE LIMPEZA (LISTA DE ALIMENTOS E MATERIAIS COM QUANTIDADES EM ANEXO).	KIT	1.000,00	293,00	293.000,00

Subcláusula única. Produtos com quantitativos que compõem o kit:

Item	Descrição Produto	UND	Quantidade
01	Macarrão tipo Penne, produto fermentado obtido pelo amassamento da farinha de trigo com água. Embalagem: acondicionados em sacos de polietileno contendo 500 gramas. Validade mínima de 06 meses, a partir da data de entrega.	PCT	05
02	Bandeja de ovos de galinha. Tipo vermelho; acondicionado em bandeja de papelão; validade mínima de 15 (quinze) dias, a partir da data de entrega; quantidade de ovos: 30 unidades	Bandeja	02
03	Sardinha em Conserva de Azeite ou Óleo Comestível: Latas de peso líquido de 250g e peso drenado de 165g. 1ª Qualidade.	Lata	10
04	Extrato de Tomate, concentrado produto resultante da concentração da polpa de frutos maduros, escolhidos, sem pele e sementes por processo tecnológico adequado. É tolerada a adição de 1% de açúcar e de 5% de cloreto de sódio. Aspecto: massa mole, cor vermelha, envasado e recebido tratamento térmico adequado, ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem: sachê 350 gramas.	Sachê	02
05	Crema vegetal/Margarina cremosa, livre de gorduras, sem sal, óleos vegetais líquidos interesterificados, água, soro de leite, vitamina A, estabilizantes lecitina de soja, mono e diglicerídeos de ácidos graxos e ésteres de poliglicerol de ácidos graxos antioxidante e de TA acidulante e ácido cítrico, conservados, benzoato de sódio e sorbato de potássio, corantes urucum e cúrcuma e aromatizantes. Embalagem plástica de 500 gramas.	UN	02
06	Arroz tipo I, produto beneficiado de 1ª qualidade, longo, fino, polido, limpo, sem escolhas (sementes, pedras ou cascas de arroz), eletronicamente selecionado. Validade 12 meses a partir da data de entrega. Embalagem: 5 Kg.	PCT	02
07	Açúcar Cristal, de primeira, cristalino, pacote com 5 Kg cada, produto obtido de açúcar de cana, purificado por processo tecnológico adequado, classificado como açúcar amorfo de primeira. Deverá ser fabricado isento de fermentações, matéria terrosas, parasitas e detritos animais ou vegetais, apresentando cor, odor e aspecto próprio do açúcar. Validade mínima de 12 meses, a partir da data de entrega.	PCT	01
08	Sal refinado, iodado, com no mínimo 96,95% de cloreto de sódio e sais de iodo, em embalagem primária de 1 Kg, acondicionado em saco de polietileno, resistente e vedado, prazo de validade mínimo de 12 meses.	PCT	02
09	Fubá especial, farinha de milho, enriquecida com ferro e ácido fólico, pacote com 500gr cada, de excelente qualidade, validade de no mínimo 12 meses, a partir da data da entrega.	PCT	02
10	Óleo de Soja refinado, pet plástico de 900 ml, produto de soja, tendo sofrido processo tecnológico adequado de 1ª qualidade.	UN	02

11	Achocolatado em pó, instantâneo, adoçado, vitaminado (fonte de 10 vitaminas, cujos ingredientes básicos sejam: cacau em pó solúvel, malto dextrina, complexo vitamínico e sal. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Embalagem: pacote de polietileno atóxico ou lata, contendo 400g do produto.	UN	01
12	Mortadela 01kg, sem gordura, de 1ª Qualidade, com peças inteiras, com data de validade estampada no pacote, 30 dias contados da data da entrega. Embalagem emergicamente fechada.	UN	02
13	Bolacha Salgada, biscoito cream cracker, embalagem simples em papel próprio e esterilizado. Peso líquido 400 grs. Validade mínima de 6 meses a partir da data da entrega.	UN	02
14	Biscoito de maisena, embalagem simples em papel próprio e esterilizado. Peso líquido 400 grs. Validade mínima de 6 meses a partir da data da entrega	UN	02
15	Farinha de Trigo especial, tipo 1, contendo glúten, produto obtido a partir de cereal limpo desgerminado, são, isento de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação, não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa, deve ter aspecto de pó fino, cor branca ou ligeiramente amarelada, cheiro e sabor próprios, com uma extração máxima de 20% e com teor máximo de cinzas de 0,68%, com no mínimo 6% de glúten seco, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 56,7g de carboidrato, 14,5g de proteína e 2,8g de lipídio acondicionada em embalagem de papel de 5Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 4 meses, enriquecida com ferro e ácido fólico.	UN	02
16	Feijão preto, tipo 1, novo, de 1ª qualidade, constituído de no mínimo 90 a 98% de grãos inteiros e íntegros, sem a presença de grãos mofados e/ou cartuchos, na cor característica e variedade correspondente de tamanho e formato naturais, maduros, limpos e secos, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 12,2g de carboidrato, 22g de proteína e 0,3g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, transparente, resistente, de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade mínimo de 6 meses e lote	UN	03
17	Café solúvel granulado, embalagem de 200 gramas. com selo de pureza da ABIC.	UN	02
18	Colorau puro, sem danos, pacote com 500 gramas.	UN	01
19	Doce cremoso de frutas /tipo Chimia. ingredientes: polpa de frutas, açúcar, glicose de milho, consistência cremosa, embalagem com 400 gramas.	UN	01
20	Fermento químico em pó, embalagem 100 gramas, embalagem plástica com tampa.	UN	01
21	Leite Integral UHT- composição leite de vaca, teor de gordura 3,5%. Aspecto líquido, sem partículas em suspensão. Leite esterilizado em embalagem tetrapack de 1000mL. Normas de produção e embalagem que sigam as orientações sanitárias vigentes. Validade mínima de 06 (SEIS) meses a contar da data da entrega. Com registro no MA, inspecionado. CAIXA COM 12 UNIDADES DE 01 LITRO CADA.	CX	01
22	Leite em pó, instantâneo, 400 gramas, integral, com vitamina C, A e D, minerais prorisfosfato férrico e emulsificante lecitina, não contem glúten. Validade mínima de 10 meses na data de entrega.	UN	01
23	Vinagre - fermentado acético de álcool e vinho, em garrafas de plástico transparente, resistente de 750g. prazo mínimo de validade: 02(dois) anos.	UN	01
24	CREME DENTAL COM FLÚOR 90 G: Creme dental com flúor com 90 gr.	UN	02
25	Detergente líquido neutro biodegradável, para lavagem de louça, composto por matéria ativa detergente, pH entre 5,5 e 8,0. O produto deverá ser transparente, isento de perfume, partículas insolúveis ou material precipitante e inócuo à pele. Deverá garantir a remoção de resíduos gordurosos e sujidades em geral e enxágue rápido. Embalado em frasco plástico flexível e inquebrável, provido de tampa fixada sob pressão e bico aplicador (frasco com 500 ml).	UN	04
26	Sabonete em barra, fragrância suave, com grande poder espumante, cremoso o suficiente para não desenvolver rachaduras ao longo do tempo de sua utilização, e não causar irritabilidade dérmica. Embalagem com 1 unidade de 180 gramas - aroma floral.	UN	03
27	Shampoo neutro, todos os tipos de cabelo, uso adulto, (Embalagem de 395ml).	UN	01
28	Sabão em pó (embalagem de 1 kg) com aroma de flores Composição: tensoativo aniônico, tensoativo catiônico, coadjuvante, sinergista, tamponantes, branqueador óptico, corantes, enzimas, alvejante, carga, atenuador de espuma, essência e água. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número do registro no Ministério da Saúde. (caixa/pacote)	UN	01
29	Alvejante a base de hipoclorito de sódio - solução aquosa com a finalidade de alvejamento e/ou desinfecção, com teor de cloro ativo entre 2,0 e 2,5% p/p, podendo conter estabilizantes, corantes, fragrâncias, sequestrantes e/ou tensoativos em sua formulação (embalagem de 01 litro).	UN	02
30	Álcool em gel antisséptico para higienização - 70% de álcool etílico neutro (embalagem de 500 ml com válvula pump).	UN	02

31	Papel higiênico folha simples classe 01, fragrância neutra, na cor branca, alvura ISO maior que 80%, índice de maciez menor que 6 nm/g, resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m, quantidade de furos menor que 100 mm2/m2, quantidade de pintas menor que 200 mm2/m2, tempo de absorção de água menor que 6 s, conforme norma ABNT NBR 15464-1 e 15134, características complementares: matéria prima 100% fibra vegetal, comprimento do rolo 30 m - com tolerância de 2%, com largura de 10 cm - com tolerância de 2%, diâmetro no máximo 11,7 cm, largura do tubete 10 cm - com tolerância de 2%, diâmetro interno maior que 4 cm, formato gofrado, picotado, rotulagem contendo: c/identificação da classe, marca, quantidade de rolos, aroma, metragem do papel, nome do fabricante e fantasia, CNPJ, e-mail, telefone do SAC, embalagem com boa visibilidade do produto. PACOTE com 04 rolos de 30 metros.	PCT	02
32	Absorvente higiênico íntimo, feminino, descartável, de uso pacote 90,00 externo, tamanho e espessura normal, com abas, hipoalergênico, formato anatômico, com absorção eficiente e bordas devidamente acabadas, constituído por camada protetora macia e impermeável, com linhas adesivas. composição mínima: papel, celulose, polipropileno, adesivo termoplástico, polietileno. pacote com, no mínimo, 08 unidades.	PCT	01

Cláusula Segunda – Da validade da Ata e da fiscalização do objeto

A Ata de Registro de Preços terá vigência de um (01) ano a contar da sua assinatura.

Subcláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO DE GUATAMBU não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Ficará responsável pela fiscalização do objeto deste processo, servidor público Municipal designado através de ato interno.

Cláusula Terceira – Da utilização da Ata de Registro de Preços

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada pelas Secretarias Municipais, e seus departamentos, desde que autorizados pelo PREFEITO MUNICIPAL DE GUATAMBU.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo I.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

Cláusula Quarta – Do local, forma e prazo de entrega

A entrega deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis após a solicitação do Município, efetuada através do envio da Autorização de Fornecimento, junto à Secretaria solicitante.

Os kits/cestas deverão ser montados e acondicionados em embalagem plástica transparente, resistente, devidamente vedados, distribuídos e entregues da seguinte forma:

- 01 (um) kit contendo gêneros alimentícios;
- 01 (um) kit contendo materiais de higiene;
- 01 (um) kit contendo materiais de limpeza;

O objeto deste Edital entregue em desacordo à proposta ou às especificações desta licitação, ou que por ventura seja entregue com defeito ou imperfeições deverá ser imediatamente substituído pelo fornecedor.

Os kits objeto desta licitação deverão ser recebidas definitivamente mediante aprovação pelo servidor responsável pela fiscalização, nos termos do art. 73, inc.II "b" da Lei federal nº8.666/93, desde que o objeto fornecido tenha sido regularmente aprovado.

A Contratada é responsável pelas normas de segurança durante o transporte e por qualquer ônus de frete durante a efetivação da entrega dos kits.

Cláusula Quinta – Do pagamento

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após recebimento e inspeção do objeto licitado pelo Responsável da Secretaria ou do órgão requisitante, condicionado à apresentação da Nota Fiscal, através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor.

Cláusula Sexta - Das condições de fornecimento

A entrega dos serviços só estará caracterizada mediante o recebimento da ordem de serviço emitida pelo Município de Guatambu.

Subcláusula Primeira. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as condições expressas no Edital de Pregão Presencial RP 26/2020.

Cláusula Sétima – Das penalidades

Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas e das demais cominações previstas no edital e no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não celebrar o contrato.
- b) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa.
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão.
- d) Não mantiver a proposta, injustificadamente.
- e) Falhar ou fraudar a execução do contrato.
- f) Comportar-se de modo inidôneo.
- g) Cometer fraude fiscal.

Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, o Município, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor total do respectivo Item;
- c) Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do respectivo item.

O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumpridas, serão cobradas judicialmente.

Cláusula Oitava – Dos reajustamentos de preços

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula II da presente Ata e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto casos previstos na alínea "d" inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula única. O Município procederá o reajuste ou reequilíbrio financeiro, somente para aqueles bens tabelados por órgãos oficiais competentes, mediante comprovação do aumento.

Cláusula Nona – Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

- a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- g) a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.
- h) no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do município, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

- a) à solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da autorização de fornecimento

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do MUNICÍPIO DE GUATAMBU.

Subcláusula única. A emissão das ordens de fornecimento/serviço, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo responsável.

Cláusula Décima Primeira – Dos Preços Registrados

O Fornecedor, os preços, as quantidades, as especificações e a classificação registrados na presente Ata, encontram-se indicados no anexo I desta Ata.

Cláusula Décima Primeira – Das disposições finais e do foro

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 26/2020 e as propostas das empresas acima relacionadas.

Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó-SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Guatambu SC, em 23 de junho de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – EPP

Renata Raquel Ahlf dos Santos

Testemunhas:

1) _____ 2) _____

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 48/2020

Publicação Nº 2544252

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 92/2020

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 48/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA AS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE. CONSIDERANDO QUE O MUNICÍPIO É CONSORCIADO AO CINCATARINA QUE AINDA NÃO REALIZOU PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA O QUAL ESTÁ PREVISTO PARA O FINAL DO MÊS DE JULHO DO CORRENTE ANO. CONSIDERANDO A NECESSIDADE SUPRIR O ESTOQUE DAS UNIDADES DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DA ATENÇÃO BÁSICA, TENDO COMO RESPONSABILIDADE OFERECER ASSISTÊNCIA SEGURA E DE QUALIDADE AO USUÁRIO. CONSIDERANDO QUE A QUANTIDADE DOS MATERIAIS SOLICITADOS OBJETIVA GARANTIR E ATENDER A DEMANDA DO CONSUMO, O QUAL TEVE UM ACRÉCIMO DURANTE ESTE PERÍODO DE PANDEMIA DO COVID-19.

Contratada: Bassani Distribuidora LTDA ME

CNPJ: 10.381.651/0001-22

Valor: R\$ 3.192,00 (três mil cento e noventa e dois reais).

Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei nº. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 29 de junho de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.209/2020

Publicação Nº 2543834

DECRETO Nº 4.209/2020.

"NOMEIA SERVIDORES PARA COMPOR EQUIPE DE APOIO AO PREGOEIRO OFICIAL NA REALIZAÇÃO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURO SERGIO MARTINI, Prefeito em Exercício de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os servidores RAPHAEL ANZOLIN WITTE (MATRÍCULA 5064), EUGÊNIA BUCCO (MATRÍCULA 1358) e HELOISE BORSOI FAVRETTO (MATRÍCULA 5273) para compor a Equipe de Apoio, que prestará a necessária assistência ao Pregoeiro Oficial, em licitações no âmbito do Município de Herval d'Oeste e de seus Fundos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 29 de junho de 2019.

MAURO SERGIO MARTINI

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 4.210/2020

Publicação Nº 2543837

DECRETO Nº 4.210/2020.

"NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURO SERGIO MARTINI, Prefeito em Exercício de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município e em atendimento ao disposto no § 4º, art. 51, da Lei nº 8.666/93 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores HELOISE BORSOI FAVRETTO, RAPHAEL ANZOLIN WITTE e CIBELY SCHNEIDER, para sob a Presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES para o exercício de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e em especial o Decreto nº 4.045/2019.

Herval d'Oeste (SC), 29 de junho de 2019.

MAURO SERGIO MARTINI

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 771/2020

Publicação Nº 2544372

PORTARIA Nº 771/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor RAPHAEL ANZOLIN WITTE (MATRÍCULA 5064), ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, Nível – 9, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, a conduzir veículo público do município de Herval d'Oeste, responsabilizando-se o mesmo pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a contar de 29 de junho de 2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 29 de Junho de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

PORTARIA N° 772/2020

Publicação N° 2544374

PORTARIA N° 772/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO ofício nº 091/2020 redigidos pela Secretária Municipal de Saúde, em que aponta possível acidente de trabalho envolvendo servidora lotada no quadro de funcionários deste município;

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo em face da servidora N.M.S.para apurar os fatos narrados no ofício nº 091/2020.

Art. 2º - Nomear os servidores públicos municipais a seguir relacionados para conduzir o Processo Administrativo, cabendo a presidência ao primeiro nominado: Paulo Cezar Dolejal Berté, Silvana Ferreira e Lucas Willian da Silva Segundo.

Art. 3º - O Processo Administrativo deverá ser concluído no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, por igual e sucessivo período, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 4º - A Comissão deverá apresentar relatório minucioso e conclusivo acerca dos fatos narrados.

Art. 5º - Fica a Comissão investida dos poderes de investigação e de solicitação de qualquer suporte técnico e de pessoal aos órgãos deste Município, para que possa realizar as medidas necessárias ao cumprimento do presente ato.

Art. 6º - Determino, ainda, que a comissão processante observe na íntegra todos os direitos e garantias constitucionais inerentes aos princípios da ampla defesa e do contraditório da empresa processada, no decorrer deste processo sob pena de nulidade de seus atos.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de junho de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

TERMO ADITIVO N° 027/2020

Publicação N° 2544771

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE
CNPJ/MF N° 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Empresa: GENTE SEGURADORA S/A
CNPJ/MF N° 90.180.605/0001-02
Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450 - Centro Histórico
CONTRATADA

TERMO ADITIVO N° 027/2020 DE 25 DE MAIO DE 2020

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Lorini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa GENTE SEGURADORA S/A, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450 - Centro Histórico, Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº. 90.180.605/0001-02, doravante denominada CONTRATADA resolve celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº 023/2017, que tem por objeto contratação de serviços de seguro, em decorrência do Processo Licitatório nº 056/2017, na Modalidade de Pregão Presencial nº 028/2017 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto a inclusão de veículo na frota no lote nº 03, através de contratação de serviços de seguro para o veículo Mercedes Benz Sprinter 416 VAN L. TA. 16L 2.2 Diesel :

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto a inclusão de veículo da frota, através de contratação de serviço de seguro para o veículo abaixo relacionado, conforme proposta para a Apólice nº 52.492;

Veículo	Placa	Renavam	Ano/Fabric	Chassi Ref.	Valor em R\$
MERCEDES-BENZ – SPRINTER 415-CDI 2.2 BI-TB VAN LUXO (T.Baixo)(16Lug)Dies. 3p			2019/2020	8AC907843LE183409	R\$ 892,47
				*Rc Danos Corporais Passageiros	R\$ 405,75
TOTAL					R\$ 1.298,22

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

1 – O Valor do presente termo aditivo será de R\$ 1.298,22 (mil duzentos e noventa e oito reais e vinte e dois centavos), que será pago em (01) parcela única, através de boleto bancário a ser emitido pela CONTRATADA.

2 - As despesas decorrentes, na execução do presente termo aditivo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2020, conforme Lei Orçamentária Nº 3.383/2019 de 05/12/2019 e outras que vierem a ser criadas, nas seguintes rubricas:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: Manutenção, encargos e atividades do Ensino Fundamental

Elemento Despesa: Aplicações Diretas 3.3.90.39.69.00.00.00

Função Programática: 06.01.2.025. 3.3.90.39.69.00.00.00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo, é celebrado com base no artigo 65, inciso I, alínea a da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em plena vigência, sendo o presente assinado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 25 de maio de 2020.

AMERICO LORINI

Prefeito Municipal.

CPF: 162.730.799-00

Contratante.

GENTE SEGURADORA S/A.

CNPJ: 90.180.605/0001-02

Contratada.

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia

CPF: 687.857.399-87

Heloise Borsoi Favretto.

CPF: 051.249.579-30

TERMO ADITIVO Nº 037/2020

Publicação Nº 2544583

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA. - ME
CNPJ/MF Nº 23.299.477/0001-15
Rua Marechal Deodoro, nº 403 (Sala 02) - Centro
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 037/2020 DE 30 DE JUNHO DE 2020

Pelo presente instrumento de contrato, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste/SC, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Mauro Sérgio Martini, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA. - ME, estabelecida na Rua Marechal Deodoro, nº 403 (Sala 02), Centro - Concórdia/SC, inscrita no CNPJ nº 23.299.477/0001-15, neste ato representado por seu sócio, senhor Silmar Antônio Balbinot, brasileiro, casado, portador do CPF nº 383.829.890-04, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº

022/2016, Processo Licitatório nº 028/2016, que tem por objeto a prestação de serviços na área de informática para licença de uso do Sistema Informatizado de Atendimento de Agricultura e Transporte Escolar, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em excepcionalmente até 30/07/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, II da Lei Federal 8.666/93 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato acima referido, ora aditado e que não conflitem com o presente, permanecendo o mesmo em pleno vigor.

CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais

A publicação deste termo aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 022/2016, que não foram modificados por força deste termo aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes.

Herval d'Oeste, 30 de junho de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito

CPF: 713.164.509-53

Contratante

SILMAR ANTÔNIO BALBINOT

Sócio Administrador

CPF: 383.829.890-04

Contratada

TERMO ADITIVO Nº 038/2020

Publicação Nº 2544586

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d' Oeste
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE
CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro.
Contratante

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
ODARI LOPES RODRIGUES & CIA LTDA. ME
CNPJ/MF nº 10.365.307/0001-40
Avenida Beira Rio nº 663 - Centro
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 038/2020 DE 30 DE JUNHO DE 2020

Pelo presente instrumento de contrato, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Mauro Sérgio Martini, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE a empresa ODARI LOPES RODRIGUES & CIA LTDA. ME estabelecida na Avenida Beira Rio nº 663 - Centro - de Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob o número 10.365.307/0001-40 neste ato representado pelo seu administrador senhor Odari Lopes Rodrigues, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 445.456.069-20 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001B2020, que tem por objeto a aquisição de frutas, verduras e legumes para as secretarias municipais de Assistência Social, Educação e de Saúde pelo período de 06 (seis) meses em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2019, na Modalidade de Pregão Presencial Nº 078/2019, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência da Ata de Registro de Preços até 30/09/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 15, parágrafo 3º inciso iII da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 30 de junho de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito

CPF: 713.164.509-53

Pelo Município

ODARI LOPES RODRIGUES

Sócio Administrador

CPF: 445.456.069-20

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia

CPF: 687.857.399-87

Heloise Borsoi Favretto

CPF: 051.249.579-30

TERMO ADITIVO Nº 039/2020

Publicação Nº 2544588

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro.

Contratante

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

BRAGHIROLI ALIMENTOS LTDA. - ME

CNPJ/MF nº 10.638.257/0001-27

Rua Nereu Ramos 719 - Centro

Contratada

TERMO ADITIVO Nº 039/2020 DE 30 DE JUNHO DE 2020

Pelo presente instrumento de contrato, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Mauro Sérgio Martini, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BRAGHIROLI ALIMENTOS LTDA. - ME estabelecida na Rua Nereu Ramos 719 - Centro - de Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob o número 10.638.257/0001-27 neste ato representado pelo seu administrador senhor Olmar Luiz Braghirolli, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 294.839.519-53 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo a Termo Aditivo a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001A/2020, que tem por objeto a aquisição de frutas, verduras e legumes para as secretarias municipais de Assistência Social, Educação e de Saúde pelo período de 06 (seis) meses em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2019, na Modalidade de Pregão Presencial Nº 078/2019, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência da Ata de Registro de Preços até 30/09/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 15, parágrafo 3º inciso iII da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 30 de junho de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito Municipal

CPF: 713.164.509-53

Pelo Município

OLMAR LUIZ BRAGHIROLI

Procurador

CPF: 294.839.219-53

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia

CPF: 687.857.399-87

Heloise Borsoi Favretto

CPF: 051.249.579-30

TERMO ADITIVO Nº 040/2020

Publicação Nº 2544589

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE XANXERÊ
FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA.
CNPJ/MF Nº 07.753.029/0001-93
Rua da Consolação, nº 317 (Edifício Bossini) - Matinho
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 40/2020 DE 30 DE JUNHO DE 2020

Pelo presente instrumento de contrato, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste/SC, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Mauro Sérgio Martini, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA. estabelecida na Rua da Consolação, nº 317 (Edifício Bossini), Bairro Matinho - Xanxerê/SC, inscrita no CNPJ nº 07.753.029/0001-93, neste ato representado por seu sócio, senhor Edson Antonio Valgoi, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 579.791.039-04, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 021/2016, Processo Licitatório nº 028/2016, que tem por objeto a prestação de serviços na área de informática para licença de uso do Sistema Informatizado de Controle Interno, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato excepcionalmente até 30/07/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, II da Lei Federal 8.666/93 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato acima referido, ora aditado e que não conflitem com o presente, permanecendo o mesmo em pleno vigor.

CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais

A publicação deste termo aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 021/2016, que não foram modificados por força deste termo aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes.

Herval d'Oeste, 30 de junho de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI
Prefeito
CPF: 713.164.509-53
Contratante

EDSON ANTONIO VALGOI
Sócio Administrador
CPF: 579.791.039-04
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 041/2020

Publicação Nº 2544591

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
Empresa: NÚCLEO BRASIL SUL DE PROVAS E AVALIAÇÕES EIRELI
CNPJ/MF nº 34.768.312/0001-61
Rua Timbó nº 301, sala 54 – Victor Konder.
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 41/2020 DE 30 DE JUNHO DE 2020

Pelo presente instrumento de contrato, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste/SC, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Mauro Sérgio Martini, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Núcleo Brasil Sul de Provas e Avaliações Eireli estabelecida na Rua Timbó nº 301, sala 54 – Bairro Victor Konder, Blumenau - SC, inscrita no CNPJ sob o número nº 34.768.312/0001-61 neste ato representado por sua administradora senhora Grace Jennifer Trautmann Ratzmann, brasileira, portadora do CPF nº 636.640.203-59 doravante denominada CONTRATADA,, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 026/2020, Processo Licitatório nº 028/2020, que tem por prestação de serviços para a realização de concurso público para admissão de servidores em caráter efetivo, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Herval d'Oeste, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato excepcionalmente até 30/09/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, II da Lei Federal 8.666/93 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato acima referido, ora aditado e que não conflitem com o presente, permanecendo o mesmo em pleno vigor.

CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais

A publicação deste termo aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 026/2020 que não foram modificados por força deste termo aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes.

Herval d'Oeste, 30 de junho de 2020.
MAURO SÉRGIO MARTINI
Prefeito
CPF: 713.164.509-53
Contratante

GRACE JENNIFER TRAUTMANN RATZMANN
Administradora
CPF: 636.640.203-59
Contratada

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 094/2020**

Publicação Nº 2544629

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste
DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 094/2020

revoga o artigo 2º do Decreto LEGISLATIVO Nº CM 093/2020, QUE DECLAROU luto oficial por 03 (três) dias na câmara de vereadores de herval d'oeste-sc pelo falecimento do Prefeito Américo Lorini, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o artigo 2º do Decreto Legislativo nº CM 093/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste-SC, 29 de junho de 2020.

SÉRGIO MOACIR DO NASCIMENTO
PRESIDENTE

EVERTON PARISENTI
VICE PRESIDENTE

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COSTA
2º SECRETÁRIO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 095/2020

Publicação Nº 2544630

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste
DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 095/2020

DECLARA A VACÂNCIA DA VAGA DE PREFEITO OCUPADA POR AMÉRICO LORINI POR MOTIVO DE SEU FALECIMENTO/MORTE E DECRETA A SUA OCUPAÇÃO PELO VICE PREFEITO MAURO SERGIO MARTINI EM PREFEITO DE HERVAL D'OESTE – SC.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, DECRETA

Art. 1º A Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, com base no art. 50 da Lei Orgânica do Município de Herval d'Oeste – SC, DECLARA a vacância da vaga de prefeito ocupada pelo Sr. AMÉRICO LORINI, por motivo de seu falecimento/morte e DETERMINA SUA OCUPAÇÃO PELO Vice-Prefeito MAURO SERGIO MARTINI, o que consolidará com a sua Posse e exercício.

Art. 2º O atestado de falecimento será parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º Convoque-se o Vice-prefeito para que tome posse imediatamente ocupando a vaga como Prefeito de Herval d'Oeste – SC, assumindo integralmente a condição, suas prerrogativas, vantagens e responsabilidades até o final do Mandato.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos imediatos.

Herval d'Oeste-SC, 29 de junho de 2020.

SÉRGIO MOACIR DO NASCIMENTO
PRESIDENTE

EVERTON PARISENTI
VICE PRESIDENTE

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COSTA
2º SECRETÁRIO

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 72/2020 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 2543159

MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contrato Nº: 72/2020

Contratante: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada: Casa das Esquadrias Ltda ME, número inscrição 33.390.312/0001-08

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 46/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS E ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE PÓRTICO TURÍSTICO, RUA 25 DE JULHO, CENTRO - IBIRAMA / SC.

Vigência: Início: 26/06/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 26/06/2020

Valor R\$: 108.587,23 (Cento e Oito Mil, Quinhentos e Oitenta e Sete Reais e Vinte e Três Centavos)

Dotação: 92 - 06.002.1008.34490519800000000000.01340000

Dotação: 145 - 06.002.1008.34490519800000000000.01000000

FISCAL: GERSON FRANCISCO

DECRETO Nº 4.525, DE 29 DE JUNHO DE 2020 ´REGULAMENTA O PROGRAMA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO CULTURAL DE IBIRAMA PREVISTO NO INCISO IX, DO ART. 4º, DA LEI Nº 3.339, DE 29 DE AGOSTO DE 2018, E O ART. 12, DA LEI Nº 3.408, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2543421

DECRETO Nº 4.525, de 29 de junho de 2020.

"REGULAMENTA O PROGRAMA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO CULTURAL DE IBIRAMA PREVISTO NO INCISO IX, DO ART. 4º, DA LEI Nº 3.339, DE 29 DE AGOSTO DE 2018, E O ART. 12, DA LEI Nº 3.408, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019".

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, o Parecer n. 011/2020, emitido pelo Conselho Municipal de Cultura, o qual aprovou a redação do regramento para o Programa Municipal de Formação Cultural,

DECRETA:

Art. 1º O Programa Municipal de Formação Cultural de Ibirama, de natureza permanente e sistemática, elemento do Sistema Municipal de Cultura de Ibirama, constitui-se como conjunto de iniciativas de qualificação técnico-cultural e técnico-administrativa de agentes públicos e privados, físicos e jurídicos, envolvidos com o setor cultural, através da atuação direta ou indireta do Poder Público Municipal.

Art. 2º O Programa Municipal de Formação Cultural atenderá:

I - aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência da Administração Pública;

II – às orientações emanadas dos Sistemas Nacional, Estadual e Municipal de Cultura.

Art. 3º As iniciativas de qualificação técnico-cultural serão planejadas, executadas e/ou acompanhadas diretamente pelos equipamentos culturais vinculados ao órgão gestor da Cultura, conforme sua natureza e função.

§ 1º As iniciativas de qualificação técnico-cultural serão item obrigatório nos Planejamentos Anuais dos equipamentos culturais subordinados ao órgão gestor da cultura no município.

§ 2º Os processos arte-educativos realizados através dos equipamentos culturais criados pelas Leis nº 3.023/2013, nº 3.024/2013, nº 3.025/2013, nº 3.026/2013 e nº 3.027/2013 são consideradas atividades do Programa Municipal de Formação Cultural.

§ 3º Os equipamentos culturais criados pelo Decreto-lei nº 13/1941, pela Lei nº 551/1968 e pela Lei nº 2.031/1998 são responsáveis pelas iniciativas de Educação Patrimonial, previstos no Artigo 4º, Inciso XII, da Lei Complementar nº 171/2019.

Art. 4º As iniciativas de qualificação técnico-administrativa serão planejadas, executadas e/ou acompanhadas diretamente pelo órgão gestor da Cultura no município e contarão, entre outras, com as seguintes ações:

I – assessoria técnica-administrativa e de formação às:

a) pessoas físicas agentes de cultura;

- b) organizações da Sociedade Civil – OSC, Organizações Sociais – OS, Organizações Sociais com Interesse Público – OSCIP, Pontos de Cultura, coletivos e congêneres com finalidades culturais;
- c) unidades empresariais de quaisquer portes ligadas à Economia Criativa classificada em uma ou mais dos seguintes setores: artes cênicas, música, artes visuais, literatura e mercado editorial, audiovisual, animação, games, software aplicado à economia criativa, publicidade, rádio, TV, moda, arquitetura, design, gastronomia, cultura popular, artesanato, entretenimento, eventos e turismo cultural.
- II – formação continuada dos servidores efetivos, gratificados e/ou em comissão atuantes no órgão gestor da Cultura no município;
- III – formação inicial e continuada dos conselheiros municipais de Cultura, titulares e suplentes;
- IV – outros que vierem a ser necessários, cuja justificativa será apontada no Planejamento Anual do órgão gestor da Cultura no município.

Art. 5º Para fins de execução do Programa Municipal de Formação Cultural de Ibirama serão considerados os seguintes instrumentos:

- I- estrutura direta do órgão gestor da Cultura no município;
- II – órgãos subordinados ao órgão gestor da Cultura no município;
- III – convênios com instituições públicas;
- IV – editais;
- V – participação em eventos de formação; e,
- VI – outros que vierem a ser necessários, cuja justificativa será apontada no Planejamento Anual do órgão responsável.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama (SC), 29 de junho de 2020.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

PREGAO PRESENCIAL - Nº 27/2020 - FMS

Publicação Nº 2543633

MUNICIPIO DE IBIRAMA
Fundo Municipal de Saúde

PREGAO PRESENCIAL - Nº 27/2020.

Objeto: Aquisição de um automóvel novo destinado para manutenção dos serviços da secretaria da saúde desta prefeitura municipal. Entrega dos envelopes até o dia 13 de julho de 2020 às 09h00min. Sessão de abertura às 09h15min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357-8523, na página do município na Internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br - Ibirama, 29 de junho de 2020. Izabel Petersen – Secretária Municipal da Saúde.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 58/2020

Publicação Nº 2543637

MUNICÍPIO DE IBIRAMA**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 58/2020****a) Processo Nr.:**66 / 2020**b) Licitação Nr.:**66 / 2020**c) Modalidade:** Pregão**d) Data Homologação:** 29/06/2020**e) Data da Adjudicação:** 29/06/2020**f) Objeto da Licitação:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE TUBOS DE CONCRETO DE SEÇÃO CIRCULAR, DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO DA REDE DE DRENAGEM PLUVIAL EM ÁREAS PÚBLICAS DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**g) Fornecedores e Itens Vencedores:****44300 - FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA – CNPJ 79.695.086/0001-74**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, COM 200 MM DE DIÂMETRO INTERNO, COMPRIMENTO DE 1,00 M. ÚTIL, JUNTA "MACHO/FÊMEA" - CLASSE PS2	Unidade	Fronza	120	R\$19,35	R\$2.322,00
2	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, COM 300 MM DE DIÂMETRO INTERNO, COMPRIMENTO DE 1,00 M. ÚTIL, JUNTA "MACHO/FÊMEA" - CLASSE PS2	Unidade	Fronza	800	R\$24,65	R\$19.720,00
3	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, COM 400 MM DE DIÂMETRO INTERNO, COMPRIMENTO DE 1,00 M. ÚTIL, JUNTA "MACHO/FÊMEA" - CLASSE PS2	Unidade	Fronza	500	R\$34,00	R\$17.000,00
4	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, COM 500 MM DE DIÂMETRO INTERNO, COMPRIMENTO DE 1,00 M. ÚTIL, JUNTA "MACHO/FÊMEA" - CLASSE PS2	Unidade	Fronza	200	R\$52,95	R\$10.590,00
5	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, COM 600 MM DE DIÂMETRO INTERNO, COMPRIMENTO DE 1,00 M. ÚTIL, JUNTA "MACHO/FÊMEA" - CLASSE PS2	Unidade	Fronza	100	R\$65,50	R\$6.550,00
6	TUBO DE CONCRETO ARMADO, COM 800 MM DE DIÂMETRO INTERNO, COMPRIMENTO DE 1,00 M. ÚTIL, JUNTA "MACHO/FÊMEA" - CLASSE PA2	Unidade	Fronza	150	R\$194,20	R\$29.130,00
7	TUBO DE CONCRETO ARMADO, COM 1000 MM DE DIÂMETRO INTERNO, COMPRIMENTO DE 1,00 M. ÚTIL, JUNTA "MACHO/FÊMEA" - CLASSE PA2	Unidade	Fronza	50	R\$279,90	R\$13.995,00
Total do Fornecedor:						R\$99.307,00

Ibirama, 29 de junho de 2020.

Ilhota

PREFEITURA

CONTRATO 2019-049 - ADITIVO 002 - TP 012-2019 - PAVIMENTAÇÃO DA RUA AMARO LUIZ DE SOUZA - SANECON

Publicação N° 2543466

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 049/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP N° 88320-000 NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, E A SANECON SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA SITUADA NA 3122, N° 75, SALA 02, CENTRO, NA CIDADE DE BALNEARIO CAMBORIU/SC, COM REGISTRO NO CNPJ SOB NÚMERO 83.499.293/0001-20, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI N° 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: 268/2019
Tomada de Preço 012/2019.
Contrato: 049/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PARA A RUA AMARO LUIZ DE SOUZA NO BAIRRO MISSÕES/MINAS DO MUNICÍPIO DE ILHOTA SANTA CATARINA, conforme memorial descritivo e especificações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO – O presente aditivo terá sua prorrogação a partir de 28/07/2020 até 26/10/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - E, por estarem em pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem um FORÚM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 29 de junho de 2020.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
CONTRATANTE
SANECON SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Antonio Schöpping Filho
Fiscal do Contrato
CREA 116263-6

Viland Bork
Gestor do Contrato
CPF: 479.634.509-44

PORTARIA 77/2020

Publicação N° 2543428

PORTARIA N° 77/2020

REVOGA PORTARIA 178/2018

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

Revogar portaria 178/2018, que designava Sr. Paulo Roberto Drun, nas atribuições, funções e responsabilidades do cargo de Diretor de Segurança e Trânsito, a partir de 01 de novembro de 2018.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 26 de junho de 2020.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Imarui**PREFEITURA****348 - JOÃO PAULO DE SOUZA - NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE MOTORISTA**

Publicação N° 2543247

PORTARIA GP N° 348/2020, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
Nomeação para o cargo de Motorista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com o Edital de Chamada Pública SMS 001/2020, resolve:

NOMEAR:

JOÃO PAULO DE SOUZA com CPF n° 037.851.729-58, para exercer o cargo de Motorista, com carga horária de 40h semanais, de acordo com a CI n° 061/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Imaruí, 01 de junho de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

ADRIANO MATIAS JUSTINO
Secretário de Governo

349 - JOSILANE DA ROSA MACIEL - EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROFESSOR ARTES

Publicação N° 2543248

PORTARIA GP N° 349/2020, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
Exoneração de Professor Artes

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve,

EXONERAR:

JOSILANE DA ROSA MACIEL do cargo de Professor Artes, com carga horária de 20h semanais, de acordo com a CI n° 067/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 01 de junho de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

ADRIANO MATIAS JUSTINO
Secretário de Governo

350 - ALESSANDRO RESENDE - EXONERAÇÃO DE COORDENADOR DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Publicação N° 2543249

PORTARIA GP N° 350/2020, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
Exoneração de Coordenador de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve,

EXONERAR:

ALESSANDRO RESENDE do cargo de Coordenador de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Imaruí, 01 de junho de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

ADRIANO MATIAS JUSTINO
Secretário de Governo

351 - ADRIANO MATIAS JUSTINO - DESIGNA PRESIDENTE DA FUNDEMA

Publicação N° 2543250

PORTARIA GP N° 351/2020, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

Designa Servidor Municipal Presidente da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar 023/2013, resolve:

DESIGNA:

ADRIANO MATIAS JUSTINO com CPF nº 647.017.439-68, Presidente da Fundação Municipal de Meio Ambiente – FUNDEMA.

Imaruí, 01 de junho de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

JAILSON MANOEL ROSA
Secretário de Administração e Finanças

352 - STEFFANI SOARES DOMINGOS - NOMEAÇÃO PARA PROFESSOR ANOS INICIAIS

Publicação N° 2543251

PORTARIA GP N° 352/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Nomeação para o cargo de Professor Anos Iniciais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Edital Emergencial de Chamada Emergencial Pública 003/2020, resolve:

NOMEAR:

STEFFANI SOARES DOMINGOS com CPF nº 108.645.289-57, para exercer o cargo de Professor Anos Iniciais, com carga horária de 20h semanais na E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt, de acordo com a CI nº 071/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 15 de junho de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

ADRIANO MATIAS JUSTINO
Secretário de Governo

353 - ALBA ESPINDOLA RODRIGUES - EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROFESSOR GEOGRAFIA

Publicação N° 2543252

PORTARIA GP N° 353/2020, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Exoneração de Professor Geografia

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve,

EXONERAR:

ALBA ESPINDOLA RODRIGUES do cargo de Professor Geografia, com carga horária de 30h semanais, de acordo com a CI nº 071/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 15 de junho de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

ADRIANO MATIAS JUSTINO
Secretário de Governo

354 - ALBA ESPINDOLA RODRIGUES - NOMEAÇÃO PARA PROFESSOR GEOGRAFIA

Publicação Nº 2543253

PORTARIA GP Nº 354/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.
Nomeação para o cargo de Professor Geografia

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:

ALBA ESPINDOLA RODRIGUES com CPF nº 031.025.789-18, para exercer o cargo de Professor Geografia com carga horária de 10h semanais na E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt, de acordo com a CI nº 071/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 16 de junho de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

ADRIANO MATIAS JUSTINO
Secretário de Governo

355 - MARIA APARECIDA FRANCISCO - EXONERAÇÃO DE ASSISTENTE

Publicação Nº 2543254

PORTARIA GP Nº 355/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020.
Exoneração de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve, a pedido,

EXONERAR:

MARIA APARECIDA FRANCISCO do cargo de Assistente.

Imaruí, 23 de junho de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

ADRIANO MATIAS JUSTINO
Secretário de Governo

356 - ALEXANDRE TEIXEIRA DE SÁ - REVOGAÇÃO DE PORTARIA

Publicação Nº 2543255

PORTARIA GP Nº 356/2020 DE 23 DE JUNHO DE 2020.
Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 408/2017 que concede Licença Sem vencimentos para tratar de assuntos particulares ao funcionário ALEXANDRE TEIXEIRA DE SÁ, ocupante do cargo de Motorista II.

Imaruí, 23 de junho de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

ADRIANO MATIAS JUSTINO
Secretário de Governo

357 - ALEXANDRE TEIXEIRA DE SÁ - NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE SECRETÁRIO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Publicação Nº 2543256

PORTARIA GP Nº 357/2020, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

Nomeação para o cargo de Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve,

NOMEAR:

ALEXANDRE TEIXEIRA DE SÁ com CPF nº 023.768.709-76 para o cargo de Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Imaruí, 25 de junho de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

ADRIANO MATIAS JUSTINO
Secretário de Governo

358 - RAFAEL TEIXEIRA VALENTIN - EXONERAÇÃO DE COORDENADOR DE PROMOÇÃO SOCIAL

Publicação Nº 2543257

PORTARIA GP Nº 358/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Exoneração de Coordenador de Promoção Social

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve, a pedido,

EXONERAR:

RAFAEL TEIXEIRA VALENTIN do cargo de Coordenador de Promoção Social.

Imaruí, 30 de junho de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

ADRIANO MATIAS JUSTINO
Secretário de Governo

359 - VALNELIA RAMOS SIMÃO - APOSENTADORIA CONCEDIDA PELO INSS

Publicação Nº 2543258

PORTARIA GP Nº 359/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Exoneração de Funcionário Público Municipal

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

VALNELIA RAMOS SIMÃO do cargo de Atendente de Enfermagem, decorrente de aposentadoria concedida pelo INSS.

Imaruí, 30 de junho de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

ADRIANO MATIAS JUSTINO
Secretário de Governo

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO PROCESSO Nº 63/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020 (SEFAZ-BOMBEIRO)

Publicação Nº 2543819

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PMI – (SEFAZ/BOMBEIRO)
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2020
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 28/2020

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de sua Pregoeira Oficial COMUNICA a todos os interessados, que fica suspenso por tempo indeterminado, o Edital do Pregão Presencial nº 28/2020, Processo Licitatório nº 63/2020 para análise e revisão do Edital.

Imbituba, 30 de junho de 2020
Debora Borges Catarina
Pregoeira Suplente.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 71/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020 (PMI-MULTIENTIDADE)

Publicação Nº 2544317

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
MULTIENTIDADE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2020
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 31/2020
LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/MEI (LC – 147/2014)

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de sua Pregoeira Oficial e através da SEAD – Secretaria Municipal de Administração, e demais Secretarias comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 14 de JULHO de 2020, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por ITEM, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a possível "AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE IMBITUBA E ENTIDADES, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇOS".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 30 de junho de 2020

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração.

PORTARIA PMI/SEAD Nº 441/2020

Publicação Nº 2543976

PORTARIA PMI/SEAD Nº 441, de 29 de junho de 2020.
Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Função Temporária	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Elena Silveira de Abreu	Prof II Ciências – 20h	059.044.509-07	01/07/2020	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2020, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2020 até o término da colônia de férias.

Art. 3º A servidora admitida para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de junho de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 442/2020

Publicação Nº 2544024

PORTARIA PMI/SEAD Nº 442, de 29 de junho de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Auxiliar Cuidadora / Educadora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e Lei Complementar nº 4.489 de 09 de dezembro de 2014 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o Memorando nº 10.743/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 30 de junho de 2020, o(a) Sr(a). ARIANE ELISABETE GOTTI SPINOSA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 023.290.879-69, em decorrência de sua aprovação em 1º lugar no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 21/2019, para exercer a função temporária de Auxiliar Cuidadora / Educadora, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em razão do desligamento da Sra. Dercinete Sirqueira da Silva.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para a referida função temporária tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de junho de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PPE - PMI/SEAD Nº 99/2020

Publicação Nº 2543992

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PPE - PMI/SEAD Nº 99/2020

A Secretária Municipal de Administração, Sra. DAIANE LEOPOLDINA NUNES, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando os Decretos PMI nº 029/2020 e nº 088/2020 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 441, de 29 de junho de 2020, para exercer a função temporária de PROFESSORA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Elena Silveira de Abreu	Prof II Ciências – 20h	059.044.509-07

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entrou em exercício em 01/07/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de junho de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2295/2020

Publicação Nº 2543229

. DECRETO Nº 2295/20

. De 26 de junho de 2020

Declara de Utilidade Pública para Fins de Desapropriação Amigável.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e considerando uma via pública denominada em 1975, através da LEI Nº 858/1975, alterada pela LEI Nº 5779/2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação amigável e domínio municipal, a seguinte área do imóvel Rural Matrícula nº 5866, Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, de Baltazar João Vill, CPF nº 400.183.779-04.

DOA AO MUNICÍPIO DE INDAIAL, sem ônus para a municipalidade, uma faixa de terras, sem benfeitorias, situada no Bairro Warnow, no Município e comarca de Indaial-SC, parte de um todo, registrado na Matrícula nº 5.866, Lº 2, RI-Indaial, destinada a regularização da Rua Ilse Pequena, contendo a área total de 3.500,76 m² conforme planta e memorial descritivos anexos. Em contrapartida o Município não irá indenizar os proprietários, pelas despesas com Registro de Imóveis para retificação de área.

Área destinada a Rua Ilse Pequena com 3.500,76 m² (Três mil e quinhentos metros e setenta e seis decímetros quadrados), sem benfeitorias. Localizada na Rua Ilse Pequena, Bairro Warnow, distando pelo ponto P0 no vértice da frente com o lado esquerdo da fração e seguindo pelo lado ímpar da mesma em 1.606,46 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Com as seguintes confrontações:

Inicia-se a descrição da área no ponto P0 (E: 668271,983m; N: 7015763,520m), segue pela frente, em 57,96 metros, confrontando com a Área 01 de Baltazar João Vill – Mat. nº 5.866 Lº2 RI-INDAIAL, até o ponto P1 (E: 668321,836m; N: 7015733,964m); deste segue defletindo à esquerda em linha reta, com ângulo interno de 195º31'25" em 83,65 metros, confrontando com a Área 01 de Baltazar João Vill – Mat. nº 5.866 Lº2 RI-INDAIAL, até o ponto P2 (E: 668402,586m; N: 7015712,118m); deste segue defletindo à direita em linha reta, com ângulo interno de 161º27'45" em 14,80 metros, confrontando com a Área 01 de Baltazar João Vill – Mat. nº 5.866 Lº2 RI-INDAIAL, até o ponto P3 (E: 668414,903m; N: 7015703,912m); deste segue defletindo à direita em linha reta, com ângulo interno de 146º33'04" em 27,21 metros, confrontando com a Área 01 de Baltazar João Vill – Mat. nº 5.866 Lº2 RI-INDAIAL, até o ponto P4 (E: 668425,479m; N: 7015678,844m); deste segue defletindo à direita em linha reta, com ângulo interno de 135º07'43" em 104,06 metros, confrontando com a Área 01 de Baltazar João Vill – Mat. nº 5.866 Lº2 RI-INDAIAL, até o ponto P5 (E: 668386,504m; N: 7015582,356m); deste segue defletindo à esquerda em linha reta, com ângulo interno de 214º40'14" em 5,72 metros, confrontando com a Área 01 de Baltazar João Vill – Mat. nº 5.866 Lº2 RI-INDAIAL, até o ponto P6 (E: 668387,760m; N: 7015576,774m); deste segue pelo lado direito, defletindo à direita, com ângulo interno de 105º49'03" em 12,47 metros, confrontando com a Rua Ilse Pequena, até o ponto P28 (E: 668376,798m; N: 7015570,824m); deste segue pelos fundos, defletindo à direita, com ângulo interno de 74º10'57" em 12,87 metros, confrontando com a Área 02 de Baltazar João Vill – Mat. nº 5.866 Lº2 RI-INDAIAL, até o ponto P27 (E: 668373,975m; N: 7015583,378m); deste segue defletindo à direita em linha reta, com ângulo interno de 145º19'46" em 102,85 metros, confrontando com a Área 02 de Baltazar João Vill – Mat. nº 5.866 Lº2 RI-INDAIAL, até o ponto P26 (E: 668412,497m; N: 7015678,744m); deste segue defletindo à esquerda em linha reta, com ângulo interno de 224º52'17" em 18,65 metros, confrontando com a Área 02 de Baltazar João Vill – Mat. nº 5.866 Lº2 RI-INDAIAL, até o ponto P25 (E: 668405,248m; N: 7015695,925m); deste segue defletindo à esquerda em linha reta, com ângulo interno de 213º26'56" em 9,24 metros, confrontando com a Área 02 de Baltazar João Vill – Mat. nº 5.866 Lº2 RI-INDAIAL, até o ponto P24 (E: 668397,562m; N: 7015701,046m); deste segue defletindo à esquerda em linha reta, com ângulo interno de 198º32'15" em 83,33 metros, confrontando com a Área 02 de Baltazar João Vill – Mat. nº 5.866 Lº2 RI-INDAIAL, até o ponto P23 (E: 668317,123 m; N: 7015722,808m); deste segue defletindo à direita em linha reta, com ângulo interno de 164º28'35" em 63,13 metros, confrontando com a Área 02 de Baltazar João Vill – Mat. nº 5.866 Lº2 RI-INDAIAL, até o ponto P22 (E: 668262,823m; N: 7015755,000m); deste segue pelo lado esquerdo, defletindo à direita, com ângulo interno de 73º35'19" em 12,51 metros, confrontando com a Rua Ilse Pequena, até o ponto P0; deste segue à direita, com ângulo interno de 106º24'41" com o início da descrição do perímetro de 608,45 metros.

Art. 2º - A área de terras ora desapropriadas com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização de parte de via pública, via esta já consolidada e denomina Rua Ilse Pequena, denominada em 1975, através da LEI Nº 858/1975, alterada pela LEI Nº 5779/2020.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade do Município a escrituração da área ora desapropriada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 26 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2297/2020

Publicação Nº 2543259

. DECRETO Nº 2297/20
. De 29 de junho de 2020
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR /FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º Ficam canceladas pelo Município as despesas empenhadas não processadas e inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Empenho Nr.2488/2019 - Mapa Imobiliária Ltda
Valor R\$ 1.236,58
Despesa Não Realizada (Empenhada em Duplicidade)

Empenho Nr.2575/2019 – Jamilson Jorge Simão
Valor R\$ 60,00
Despesa Não Realizada

Empenho Nr.3135/2019 – Erica Biro de Serviços Ltda
Valor R\$ 184,00
Despesa Não Realizada

Empenho Nr.3534/2019 - ZERO5 DISTRIBUIDORA EIREL
Valor R\$ 690,00
Despesa Não Realizada (cancelamento parcial)

Empenho Nr.3902/2019 – NC COMUNICAÇÕES SA
Valor R\$ 200,00
Despesa Não Realizada

Empenho Nr.4182/2019 – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ
Valor R\$ 77,04
Despesa Não Realizada (Cancelamento de saldo de empenho Estimativo)

Empenho Nr.4324/2019 – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ
Valor R\$ 1.520,01
Despesa Não Realizada (Cancelamento de saldo de empenho Global)

Empenho Nr.4971/2019 – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ
Valor R\$ 352,02
Despesa Não Realizada (Cancelamento de saldo de empenho Estimativo)

Empenho Nr.4972/2019 – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ
Valor R\$ 1.404,48
Despesa Não Realizada (Cancelamento de saldo de empenho Estimativo)

Empenho Nr.5259/2019 – ARAÚJO COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE APARELHOS AUDITIVOS ME
Valor R\$ 220,00
Despesa Não Realizada.

Empenho Nr.5272/2019 – IPM SISTEMAS LTDA
Valor R\$ 346,32
Despesa Não Realizada (Cancelamento de saldo de empenho Global)

Empenho Nr.5519/2019 – FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI ME
Valor R\$ 298,00
Despesa Não Realizada

Empenho Nr.5614/2019 – COMPANHIA ULTRAGAZ SA
Valor R\$ 58,00
Despesa Não Realizada

Empenho Nr.5626/2019 – LA BRECIA LANCHES LTDA ME
Valor R\$ 195,00
Despesa Não Realizada

Empenho Nr.5825/2019 – LA BRECIA LANCHES LTDA ME

Valor R\$ 120,00
Despesa Não Realizada

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 29 de junho de 2020.
André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei

PORTARIA Nº 79/2020

Publicação Nº 2543631

. PORTARIA Nº 79/20
. De 29 de junho de 2020
. ALTERA CARGA HORÁRIA/
Sueli Aparecida Nogueira / Bioquímica

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 105/10 (Estatuto) e demais dispositivos legais em vigor, e,

Considerando, a aposentadoria da Profissional Bioquímica;

Considerando, grande demanda do serviço de atendimento no Município;

Considerando, a declaração de pandemia da OMS – Organização Mundial da Saúde que não gera aumento de despesas com pessoal, em razão das Horas – Extras já realizadas,

RESOLVE,

Art.. 1º - Alterar, por mais 02 (dois) meses, a carga horária da servidora Sueli Aparecida Nogueira, ocupante do cargo de Bioquímica do quadro de pessoal da Secretaria de Saúde, passando para 40 h/s. de segunda a sexta-feira das 08h-12h e 13h-17h a partir de 01 de julho de 2020 a 31 de agosto de 2020.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2020 e vigorando até 31 de agosto de 2020.

Município de Indaial, em 29 de junho de 2020.
André Luiz Moser
Prefeito
Cumpre-se.

Alexandre Manoel Dalabrida
Secretária de Saúde

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 123/2019

Publicação Nº 2544675

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 123/2019
CONTRATADA: IMPACTO ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE LTDA
OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses.
PRAZO: 19 de junho de 2020 até 18 de junho 2021.
DATA DA ASSINATURA: 17/06/2020.

TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 145/2018

Publicação Nº 2544676

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 145/2018
CONTRATADA: TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA.
OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo pelo período de 90 (noventa) dias.
PRAZO: 18 de março de 2020 até 16 de junho de 2020.
DATA DA ASSINATURA: 17/03/2020.

TERMO ADITIVO Nº 010 AO CONTRATO Nº 145/2018

Publicação Nº 2544677

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 010 AO CONTRATO Nº 145/2018
CONTRATADA: TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA.
OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo pelo período de 90 (noventa) dias.
PRAZO: 17 de junho de 2020 até 15 de setembro de 2020.
DATA DA ASSINATURA: 16/06/2020.

Iomerê

PREFEITURA

CONTRATO ACT43/20

Publicação Nº 2544326

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT43/20

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado AUGUSTO EBELING, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 069.640.549-01 e RG 5.662.822, residente na Linha Volpato, Interior – Iomere, SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Agente Comunitário de Saúde, comprometendo-se o CONTRATADO a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LOTAÇÃO

2.1 – O CONTRATADO prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 – A carga horária do CONTRATADO será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei complementar nº 43/15, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente ao Valor de R\$1.300,40 (Um mil e trezentos reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 30 de junho de 2020 e tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 – Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o CONTRATADO não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao CONTRATADO pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo CONTRATADO, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 30 de junho de 2020.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

AUGUSTO EBELING
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Assessor Jurídico
Rafael Deon
OAB/SC 32259

CONTRATO ACT44/2020

Publicação N° 2544313

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT44/20

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado LORECI MARIA PERETI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 626.637.399-87 e RG 1.914.978-6, residente a Rua Ademar Mendes, Bairro Centro – Iomere, SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Agente Comunitária de Saúde, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LOTAÇÃO

2.1 – A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 – A carga horária da CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei complementar nº 43/15, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente ao Valor de R\$1.300,40 (Um mil e trezentos reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 30 de junho de 2020 e tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 – Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de relação trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 30 de junho de 2020.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

LORECI MARIA PERETI
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Assessor Jurídico
Rafael Deon
OAB/SC 32259

CONTRATO ACT45/20

Publicação Nº 2544316

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT45/20

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, MARISA OSS CENCI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 019.131.889-22 e RG 2.405.836, residente a Rua Joao Breda 290, Bairro Centro – Iomere, SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Agente Comunitária de Saúde, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LOTAÇÃO

2.1 – A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 – A carga horária da CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – 4.1 – A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei complementar nº 43/15, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente ao Valor de R\$1.300,40 (Um mil e trezentos reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 30 de junho de 2020 e tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 – Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 30 de junho de 2020.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

MARISA OSS CENCI
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Assessor Jurídico
Rafael Deon
OAB/SC 32259

DECRETO 1925/2020

Publicação Nº 2544156

DECRETO Nº. 1925 DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 924/2019 de 14 de novembro de 2019, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 924/2019 de 14 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 Encargos Gerais do Município
10.01 Encargos Gerais do Município
2039 Amortização de Dívidas e Encargos
33900000 Aplicações Diretas
1152 Recursos Covid 19 – Saúde e Social
R\$ 500,00

10.00 Encargos Gerais do Município
10.01 Encargos Gerais do Município
2039 Amortização de Dívidas e Encargos
33900000 Aplicações Diretas
1153 Recursos Covid 19 – Livre
R\$ 3.500,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de Arrecadação do Exercício.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 29 de junho de 2020.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

RELAÇÃO DE INTERESSADOS PARA AQUISIÇÃO DE TERRENOS COM FINALIDADE SOCIAL

Publicação Nº 2543562

RELAÇÃO DE INTERESSADOS PARA AQUISIÇÃO DE TERRENOS COM FINALIDADE SOCIAL

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, em respeito as regras que regem o Poder Público, especialmente o da publicidade e transparência e com fulcro junto a Lei n. 12.527/2011, vem, por meio do presente documento, apresentar à coletividade a lista de interessados cadastrados a participar do Loteamento Social que será implantado junto ao Município de Iomerê.

Tal divulgação tem como intuito oportunizar que a população conheça, verifique, audite e apresente elementos desconhecidos por parte do Conselho acerca dos interessados e que, com isso, possa-se analisar com a cautela necessária se estão preenchidos os requisitos inicialmente apontados junto a legislação municipal.

Dessa forma, após a publicação da presente lista, a população de um modo geral poderá apresentar no prazo de 10 (dez) dias corridos as impugnações, denúncias, considerações, apontamentos ou questionamento acerca dos interessados inscritos, que serão apresentadas junto ao sítio eletrônico do Município (<https://www.iomere.sc.gov.br/>) ou então pelo e-mail acessoainformacao@iomere.sc.gov.br onde serão apresentados os argumentos e documentos para a análise da impugnação, caso existam.

RELAÇÃO DE INTERESSADOS PARA AQUISIÇÃO DE TERRENOS COM FINALIDADE SOCIAL	
01	Darci Alves Pereira
02	José Pedro da Silva
03	João Francisco Fappi
04	Marines de Camargo Moreira
05	Luiz Vitali dos Santos
06	Vilson Antonio Abati

07	Elmiro José Vieira Cardoso
08	Marcos Antonio Ribeiro de Lima
09	Valdeneia Krauchuk
10	Valdecir Pereti Junior
11	Eva Ferreira Pelizzari
12	Edenilso José Gonçalves
13	Lidiane Pergher
14	Carlos José Prestes
15	Inês Pereti
16	Valdemir Pereti
17	Valdir Foschiera
18	Aline Didomenico Vigolo
19	Jaqueline Maria Meneguzzi
20	Indiamara Cividini
21	Maiara Guedes
22	Tatiane de Barros
23	Edenilse Buffon Domingues Madureira
24	Eduarda da Silva Chaves
25	Rosemari Maria Fereira
26	Paulo Rech
27	Claudina Rodrigues

Dê-se ciência ao Poder Executivo para que efetue a publicação junto ao DOM – Diário oficial dos Municípios, sitio eletrônico oficial, mural do Poder Executivo e repasse ao Poder Legislativo para divulgação e conhecimento.

Iomerê, 29 de junho de 2020.

DOUGLAS F. ZARDO

Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Iporã do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO 078-2020

Publicação Nº 2543690

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC
CONTRATO Nº 078/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL REINOLDO RUSCHEL DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC, Contrato de Repasse nº 887858/2019/MTUR/CAIXA – Operação 1063939-37 – Proposta 004828/2019, firmado pela União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Iporã do Oeste/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 255.866,54 (Duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste - SC

DO CONTRATADO: L.S.W. SERVIÇOS LTDA - EPP - CNPJ sob nº. 01.614.299/0001-37

DA VIGÊNCIA: Da data de assinatura até 31 de Dezembro de 2020.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC

Iporã do Oeste/SC, 26 de Junho de 2020.

Lucio Mallmann - Prefeito Municipal

Ipuacú

PREFEITURA

DECRETO Nº 118 DE 24 DE JUNHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2543967

DECRETO Nº 118

DE 24 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos inc. VI e XXVII do Art. 91 da Lei Orgânica do Município, Art. 9º da Lei 910, de 05 de dezembro de 2019 – Lei Orçamentária para o exercício de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar pelo remanejamento de dotação na seguinte programação de despesa:

Das programações de despesa:

05.00 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Projeto/Atividade n. 12.361.1201.2.037 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 03.1337 – Superávit Financeiro – Outras Transferências FNDE - PAR

Despesa: 22 – R\$ 1.104,30

06.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 06.182.0601.2.051 – Manutenção do fundo de defesa civil

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 1300 – Superávit Recursos Ordinários

Despesa: 43 – R\$ 1.000,00

Para a programação de despesa:

05.00 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Projeto/Atividade n. 12.361.1201.2.037 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 03.1337 – Superávit Financeiro – Outras Transferências FNDE - PAR

Despesa: 21 – R\$ 1.104,30

06.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 06.182.0601.2.051 – Manutenção do fundo de defesa civil

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 1300 – Superávit Recursos Ordinários

Despesa: 42 – R\$ 1.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacú-SC, em 24 de junho de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL Nº 16/2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543971

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições legais e considerando o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital Nº 10/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR todos os candidatos classificados no Processo Seletivo Edital nº 10/2019 para escolha de vagas de contratação temporária para o cargo de PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO - ENSINO FUNDAMENTAL conforme local e cronograma a seguir:

Local: Secretaria Municipal de Educação, sito à Rua Bento Gonçalves, nº 220

Data: dia 01 de julho de 2020 Quarta – feira;

Horário: 8h30min.

Art. 6º As vagas desta chamada encontram-se discriminadas no Anexo que integra o presente Edital

Art. 8º A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

Art. 9º - Para o procedimento de escolha de vagas será observado todos os itens do Edital nº 10/2019 e os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Elaboração e Execução do Processo Seletivo.

Art. 10º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim – SC, 29 de junho de 2020.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito

VAGA DÉCIMA CHAMADA PROCESSO SELETIVO EDITAL 10/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Local: Secretaria Municipal de Educação, sito à Rua Bento Gonçalves, nº 220

Data: dia 01 de julho de 2020 Quarta – feira;

Horário: 8h30min.

I – Núcleo Educacional Municipal Prefeito Isidoro Giácomo Savaris

Vaga	Carga Horária	Turno
Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental	20 horas substituição Janiele Betina Bogoni	Vespertino

1. Só serão chamados para a escolha das vagas os candidatos aprovados no teste de seleção.
2. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato obedecendo à ordem de classificação.
3. Para escolha de vagas e contratação será respeitado o Edital 10/2019 e as demais disposições vigentes.

Ipumirim – SC, 29 de junho de 2020.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2019.105.6007 BIFFI & BIFFI LTDA-GASOLINA

Publicação Nº 2543422

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2019
PROCESSO DE LICITAÇÃO 105/2019

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2019, do PROCESSO Nº 105/2019, homologado aos 23 de dezembro de 2019, cujo objeto é: aquisição de combustíveis (óleo diesel e gasolina), destinados a frota de máquinas e veículos do Município, para o exercício de 2020, conforme especificações anexas ao Edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2019.105.6007
BIFFI & BIFFI LTDA-GASOLINA

FORNECEDOR: BIFFI & BIFFI LTDA., situada na RUA D. PEDRO II, 444, município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 83.576.892/0002-81 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 250.829.606, representado pelo Senhor HELIO BIFFI, CPF: 347.953.089-34.

Conforme solicitação recebido da empresa acima mencionada e protocolado sob o protocolo da Prefeitura Municipal sob o número 391/2020 de 22 de junho de 2020 e parecer Jurídico, referente ao aumento do referido item da gasolina comum, que compõem o objeto da ata de registro de preço ora aditado, visando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro de que trata o Art. 65 em seu inciso II, letra d, da Lei 8.666/93, altera-se o preço passando o valor de R\$ 3,81(três reais e oitenta e um centavos) para R\$ 3,83 (três reais e oitenta e três centavos), conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	GASOLINA COMUM	L	25.000,00	SHELL	3,83	95.750,00
Valor Total Registrado					R\$ 95.750,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

O extrato da ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

PORTARIA Nº.372/2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543841

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

C O N C E D E

A CLAUDIOMIR CANZI, matrícula 2273, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, relativos aos períodos aquisitivos de 2014 a 2019 e gozo a partir de 29 de Junho de 2020 a 28 de Julho de 2020.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir de 29 de Junho de 2019.

Ipumirim - SC, 29 de Junho de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito

PORTARIA Nº.373/2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543851

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

C O N C E D E

A ANDRE DOS SANTOS, matrícula 1993, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, relativos aos períodos aquisitivos de 2012 a 2017 e gozo a partir de 29 de Junho de 2020 a 28 de Julho de 2020.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir de 29 de Junho de 2019.

Ipumirim - SC, 29 de Junho de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito

Iraceminha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 019/2020 - FMS

Publicação Nº 2543900

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 019/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA

Contratada.: LUANA SAQUET JAHNKE LTDA

Valor : 119.400,00 (cento e dezenove mil quatrocentos reais)

Vigência : Início: 29/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços médicos, compreendendo serviços médicos de Clínica Geral com Regulação, cumprindo os protocolos do Sistema Único de Saúde (SUS), e registrando todas as informações no Sistema de Informação utilizada pelo Município para manutenção das atividades da ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme as especificações constantes neste Edital Convocatório.

Iraceminha, 29 de Junho de 2020

EXTRATO DE CONTRATO 077/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2543863

Contrato Nº.: 077/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

Contratada.: IVALINO PAVAN

Valor : 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais)

Vigência : Início: 29/06/2020 Término: 31/12/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : Constitui o objeto do presente Contrato, a compra por parte da Municipalidade e a venda da parte do contratado de 2.650 (Dois mil seiscentos e cinquenta) metros cúbicos de cascalho de excelente qualidade, a R\$ 2,00 (dois reais) cada metro cúbico, perfazendo o total de R\$ 5.300,00 (Cinco mil e trezentos reais), em cascalheira situada próxima a sede do município, para utilização na recuperação das estradas do município de Iraceminha.

Iraceminha, 29 de Junho de 2020

PORTARIA Nº 129/2020, 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543930

PORTARIA Nº 129/2020, 29 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE

Art.1º - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 30 dias, a Servidora Pública Municipal, Sra. LUCELIA COSTACURTA, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, 40 horas semanais, no período de 01 A 30 DE JULHO DE 2020, referente ao período aquisitivo de 30/03/2019 A 19/03/2020.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 29 de Junho de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA N° 130/2020, 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2543931

PORTARIA N° 130/2020, 29 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal N° 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE

Art.1º - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 30 dias, a Servidora Pública Municipal, Sra. ILENA NORONHA DA SILVA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS - MICRO ÁREA 15, 40 horas semanais, no período de 06 DE JULHO A 04 DE AGOSTO 2020, referente ao período aquisitivo de 21/05/2019 A 20/05/2020.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 29 de Junho de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Irani

PREFEITURA

DECRETO Nº 109.2020

Publicação Nº 2543326

DECRETO 0109/2020, de 23 de junho de 2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1919/2019, de 25/11/2019, em seu artigo 27, §2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1926/2019 de 19/12/2019 em seu artigo 5º, II:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no orçamento vigente para o exercício de 2020, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.10	FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA			
02.10.20	Agricultura			
02.10.20.608	Promoção da Produção Agropecuária			
02.10.20.608.2001	Assistência ao Produtor Rural			
02.10.20.608.2001.1.014	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS			
4.4.90.00.00.00.00.3114	Aplicações Diretas		100.000,00	100.000,00
TOTAL			100.000,00	100.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do provável excesso de arrecadação verificado na fonte de recurso 3114 - CONVÊNIO MAPA - PLATAFORMA+BRASIL nº 893714/2019, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 23 de junho de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 23/06/2020.

DECRETO Nº 110.2020

Publicação Nº 2543327

DECRETO 0110/2020, de 23 de junho de 2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1919/2019, de 25/11/2019, em seu artigo 27, §2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1926/2019 de 19/12/2019 em seu artigo 5º, II:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 60,93 (sessenta reais e noventa e três centavos), no orçamento vigente para o exercício de 2020, do Fundo Municipal de Assistência Social, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
04	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRANI			
04.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRANI			
04.01.04	Administração			
04.01.04.244	Assistência Comunitária			
04.01.04.244.801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			

04.01.04.244.801.2.068	GESTÃO DO PISO BASICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CADASTRO ÚNICO			
3.3.90.00.00.00.00.3115	Aplicações Diretas		60,93	60,93
TOTAL			60,93	60,93

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do superávit financeiro verificado na fonte de recurso 3002 – FNAS REDE, no valor de R\$ 60,91 (sessenta reais e noventa e três centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 23 de junho de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 23/06/2020.

DECRETO Nº 111.2020

Publicação Nº 2543328

DECRETO Nº 0111 DE 25 DE JUNHO DE 2020.

“NOMEIA NOVOS MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani -SC, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Artigo 104, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão Municipal de Trânsito –COMUTRA, os seguintes membros:

Presidente: Rosiméri Fatima Spazini;

Secretário: Bianca Dias Hunter;

Membros:

Edson Trombetta;

Carine Mineiro;

Sandro Alves Pereira;

Gilson Moreira Leite;

Leonir Guimarães;

Maurício Pino Gomes.

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto 18/2017.

Irani, 25 de Junho de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Gestão.

DECRETO Nº 112.2020

Publicação Nº 2543329

DECRETO Nº 112, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CMDRS).

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e a Lei nº 1.838/2017,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, assim constituído:

I – Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Carine Mineiro;

Suplente: Leandra Camila Zenaro.

II – Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Leonir Guimarães;

Suplente: Gilberto Trombetta.

III – Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Dilce Neis Tecchio;

Suplente: Carlinhos Pigoso.

IV – Representantes dos Sindicatos Empregadores Rurais de Irani

Titular: Maricelda Maier;

Suplente:

V – Representantes dos Bancos e Cooperativas de Crédito

Titular: Cintia Regina F. Holff;

Suplente: Marcelo Antonioli.

VI – Representantes da CIDASC/ICASA

Titular: Carolina Nicolletti Silva;

Suplente: Debora Romansini.

VII – Representantes das Cooperativas

Titular: Antonio Milan;

Suplente: Volmir Zap

VII – Representantes da Epagri

Titular: Luiz Carlos Bergamo;

Suplente: Neilair Rossini.

IX – Representantes dos Agricultores

Titular: Aquilino Lanhe;

Suplente: Jaime Seganfredo.

Titular: Marilia De Bastiani;

Suplente: Itamar Souza.

Titular: Danir Techio;

Suplente: Edmar Balbinot.

Titular: Jordano Davi Dalla Costa;

Suplente: Jonelo Massotti.

Titular: Jairo Farinela;

Suplente: Jandir Fornari.

Parágrafo Único – O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, serão eleitos pelos seus membros em reunião Ordinária.

Art.2º. Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto 154/2019.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Irani/SC, 25 de Junho de 2020.

Sívio Antonio Lemos das Neves

Prefeito

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Gestão em 25/06/2020.

DECRETO Nº 113.2020

Publicação Nº 2543331

DECRETO Nº 0113 DE 25 DE JUNHO DE 2020

NOMEIA OS MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC.

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Irani,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados para compor a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil do município de Irani, os seguintes membros:

I – Maurício Pino Gomes;

II – Rosimeri Fatima Spazini

III - Gilson Moreira Leite

IV – Rafael Tarcisio Cassol;

V – Claudete Deitos

VI – Dilce Salete Zenaro
VII - Wilson Zamarki
VIII – Valmor Antunes
IX – Carine Mineiro
X - Deleon Perez Mendes
XI – Alessandro Zamarki
XII – Amilton das Neves
XIII - Sandro Alves Pereira
XIV - Adi Marcos Galeassi
XV – Edson Trombetta

Parágrafo Único – Fica nomeado como Presidente do COMDEC o Sr. Gilson Moreira Leite e o Senhor Sandro Alves Pereira como Diretor Técnico e Operacional.

Art. 2º – Os trabalhos desenvolvidos pela coordenadoria serão prestados de forma colaborativa em caráter relevante, não tendo direito à remuneração ou vantagem salarial aos nomeados.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário, em especial o decreto nº 057/2020.

Irani/SC, 25 de junho de 2020.
Sivio Antonio Lemos das Neves
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Gestão em 25/06/2020.

DECRETO N° 114.2020

Publicação N° 2543332

DECRETO N° 0114, DE 26 DE JUNHO DE 2020.
NOMEIA OS MEMBROS DO COMITÊ DE CRISE

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VIII, do artigo 104, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Comitê de Crise, instituído pelo decreto municipal nº 033, de 17 de março de 2020.

I – Representantes do Poder Executivo Municipal – Sivio Antonio Lemos das Neves;
II - Representante da Secretaria Municipal de Saúde - Dilce Salete Zenaro;
III – Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – Margarida Gazoni Zenaro;
IV – Representante Secretaria de Assistência Social – Claudete Deitos Gonzaga;
V – Representante da Secretaria de Planejamento e Gestão de Projetos – Rosimeri Fatima Spazini;
VI – Representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - Leonir Guimarães;
VII – Representante da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos – Gilson Moreira Leite;
VIII - Representante da Secretaria de Administração e Gestão -
IX - Responsável pela Vigilância Epidemiológica – Adriana Paula Franceschina;
X - Representante do Conselho Municipal de Saúde – Altair Pasquali;
XI - Representante do Corpo Médico Municipal – Iury Cardoso;
XII – Representantes do Poder Legislativo Municipal de Irani – Renato de Campos e Aluisio Bavaresco;
XIII – Representante da Defesa Civil – Gilson Moreira Leite;
XIV - Representante da Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Irani- Sandro Alves Pereira;
XV - Representante da Polícia Militar - Edson Trombetta;
XVI – Representante do CDL – Genoir Frizon.

§1º. Os membros do Comitê poderão se fazer representar nas reuniões por diretores ou por seu substituto na função.

§2º. Poderão participar das reuniões do Comitê mais de um representante da instituição, ou outras autoridades públicas convidadas pelo Coordenador, com direito a voz, sem direito a voto.

§3º. O Comitê será coordenado pelo Sr. Altair Pasquali.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário, em especial o decreto nº 084/2020.

Irani/SC, 26 de junho de 2020.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Gestão em 26/06/2020.

DECRETO Nº 115.2020

Publicação Nº 2543334

DECRETO Nº 0115, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTROLE DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e a Lei nº 1.805/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Controle de Saneamento Básico, assim constituído:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Gestão:

Titular: Antônio de Ávila;

Suplente: Vanderlei Azevedo.

II – Representantes Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Altair Pasquali;

Suplente: Alexandre Schuller.

III – Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Titular: Leonir Guimarães;

Suplente: Gilberto Trombeta

IV – Representante da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo:

Titular: Gilson Moreira Leite;

Suplente: Rosimeri Spazini.

V – Representantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente

Titular: Claudicir Bizon;

Suplente:

VI – Representante da CASAN

Titular: Hermes Henrique Knobloch;

Suplente: Julio Cesar Spuldaro Bettu.

VII – Representante dos Usuários

Titular: Elizier Ronsoni;

Suplente: Jamir Grisa.

VIII – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Aline Bonamigo;

Suplente: Claudete Deitos Gonzaga;

IX – Representantes da Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Irani

Titular: Sandro Alves Pereira;

Suplente: Fabiano de Melo.

X – Representante de Entidades de Ensino:

Titular Jussimara Rossi

Parágrafo Único – O Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico será eleito na primeira reunião ordinária, devendo constar em Ata assinada por todos os conselheiros presentes.

Art.2º. Os Serviços prestados serão gratuitos e considerados relevantes para o serviço público municipal.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário, em especial o decreto nº 0151/2017.

Irani/SC, 26 de junho de 2020.

Sívio Antonio Lemos das Neves

Prefeito

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Gestão em 26/06/2020.

DECRETO N° 116.2020

Publicação N° 2543341

DECRETO 116/2020, de 26 de junho de 2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1919/2019, de 25/11/2019, em seu artigo 27, §2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1926/2019 de 19/12/2019 em seu artigo 5º, inciso III:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), no orçamento vigente para o exercício de 2020, do Fundo Municipal de Saúde, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRANI			
03.01.10	Saúde			
03.01.10.301	Atenção Básica			
03.01.10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE			
03.01.10.301.1001.2.030	Manutenção das Atividades da Saúde			
3.3.90.00.00.00.00.3075	Aplicações Diretas		1.200,00	1.200,00
TOTAL			1.200,00	1.200,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do superávit verificado na fonte de recursos 3075 - Superávit Ações de Alimentação e Nutrição, no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 26 de junho de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 26/06/2020

Irati**PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2020-FMS - CONFECCÃO DE 16 JALECO EM TECIDO 100% POLIESTER (GABARDIN) BRANCO, MANGA LONGA, COM PUNHO OU BARRINHA, DETALHES EM AZUL CELESTE, TRÊS BOLSOS, SENDO O SUPERIOR ESTAMPADO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE IRATI/SC, PARA UTILIZAÇÃO POR PROFISSIONAIS DOS POSTOS DE SAÚDE**

Publicação Nº 2544044

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Irati
Rua João Beux Sobrinho, 412 – Centro – CEP 89.856-000
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2020-FMS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação do Município de Irati, através do Secretário de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Senhor MARCOS HENRIQUE KEHL, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irati, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto : CONFECCÃO DE 16 JALECO EM TECIDO 100% POLIESTER (GABARDIN) BRANCO, MANGA LONGA, COM PUNHO OU BARRINHA, DETALHES EM AZUL CELESTE, TRÊS BOLSOS, SENDO O SUPERIOR ESTAMPADO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE IRATI/SC, PARA UTILIZAÇÃO POR PROFISSIONAIS DOS POSTOS DE SAÚDE, NAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À COVID-19 PELA SECRETARIA DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado : DONINA MARIA DE PAULA 76697118920, CNPJ 25.407.633/0001-40, com endereço na Rua Telmiro Bodanese, nº 27, centro, CEP 89.856-000, Município de Irati, Estado de Santa Catarina.

Fundamento Legal...: art. 24, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e Art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020.

Valor : R\$ 1.728,00 (hum mil, setecentos e vinte e oito reais).

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. MARCOS HENRIQUE KEHL, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irati/SC.

Irati/SC, 30 de junho de 2020
SÉRGIO PACHECO
Comissão de Licitação
Presidente

PREGÃO RP Nº 045/2020-PMI - AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE DIVERSOS ÍTENS, PARA MANUTENÇÃO E CONCERTO DE EVENTUAIS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS DE IRATI/SC

Publicação Nº 2543317

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O
Processo Administrativo Nº 081/2020
Processo Licitatório Nº 081/2020
Edital: Pregão Presencial Registro de Preços Nº 045/2020
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE DIVERSOS ÍTENS PARA MANUTENÇÃO E CONCERTO DE EVENTUAIS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS DE IRATI/SC.

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 14/07/2020

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 14/07/2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, 3349-0143, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de e-mail: irati@irati.sc.gov.br

Irati – SC, 25 de junho de 2020.
NEURI MEURER
Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 20190210401 - PMI

Publicação Nº 2543921

Prefeitura Municipal de Irineópolis

Estado de Santa Catarina

Contrato nº 20190210401

Contratante: Município de Irineópolis

Contratado(a): Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A - BADESC

Objeto: Operação de Crédito visando financiamento para construção de Galpão-Garagem e Ampliação do Centro Administrativo do Município no âmbito do programa BADESC CIDADES.

Valor Total: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)

Vigência: 10 de Janeiro de 2020 a 10 de Dezembro de 2020.

Base Legal: Lei Municipal 2024 de 23 de Maio de 2019.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 21/51502-6 - PMI

Publicação Nº 2543929

Prefeitura Municipal de Irineópolis

Estado de Santa Catarina

Operação de Crédito nº 21/51502-6

Contratante: Município de Irineópolis

Contratado(a): Banco do Brasil

Objeto: Operação de Crédito visando financiamento para substituição do sistema de iluminação pública por sistema de iluminação por LED.

Valor Total: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)

Vigência: 23 de Abril de 2020 a 10 de Maio de 2025.

Base Legal: Lei Municipal 2046 de 31 de outubro de 2019.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2020

Publicação Nº 2543867

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 30/2020

PREGÃO PRESENCIAL N.º 21/2020

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 14 de julho de 2020, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para registro de preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONserto, TROCA, BALANCEAMENTO, GEOMETRIA E CAMBAGEM DE PNEUS, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, DESTINADO AOS VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MÁQUINAS DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 29 de junho de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

EXTRATO DE ATAS 23 A 24 E ADITIVOS

Publicação Nº 2544618

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 023/2020, PL 006/2020 FMS

PARTES: Fundo Municipal de Saude e NORTON TOMAS PORN TRANSPORTES EIRELI.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 002/2020 FMS

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de pacientes, intermunicipal para realização de consultas especializadas e exames de média e alta complexidade.

ITENS: 01, 02 e 03

VALOR: R\$ 198.490,00 (cento e noventa e oito mil quatrocentos e noventa reais)

VIGÊNCIA: Início: 08/06/2020 Término: 07/06/2021

Darci Antonio Kolakowski – Gestor do Fundo

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 024/2020, PL 041/2020

PARTES: Município de Itá e FRANCIELE CRISTINE LAMIN.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 020/2020

OBJETO: aquisição de equipamentos para sistema de vídeo monitoramento para escolas municipais e Secretaria de Educação.

ITENS: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10.

VALOR: R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: Início: 23/06/2020 Término: 22/06/2021

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

3º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 068/2019, PL 054/2019

PARTES: Município de Itá e Objetiva Comércio de Equipamentos LTDA ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 030/2019

OBJETO: Aditivo de valor de itens:

Item 63 – valor reajustado para R\$ 23,07 (vinte e três reais e sete centavos)

VIGÊNCIA: Início: 12/06/2020

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 053/2019, PL 041/2019

PARTES: Município de Itá e Objetiva Comércio de Equipamentos LTDA ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 025/2019

OBJETO: Aditivo de quantidade no item:

Item 62 – aditivo de 60 caixas

VIGÊNCIA: Início: 10/06/2020

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

2º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 053/2019, PL 041/2019

PARTES: Município de Itá e Objetiva Comércio de Equipamentos LTDA ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 025/2019

OBJETO: Aditivo de valor de itens:

Item 95 – valor reajustado para R\$ 181,08 (cento e oitenta e um reais e oito centavos)

VIGÊNCIA: Início: 18/06/2020

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 054/2019, PL 041/2019

PARTES: Município de Itá e Pegasus Atacadista Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 025/2019

OBJETO: Aditivo de quantidade no item:

Item 72 – aditivo de 80 caixas

VIGÊNCIA: Início: 10/06/2020

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

7º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 081/2019, PL 083/2019

PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 045/2019

OBJETO: Reajuste no valor da gasolina

VALOR RAJUSTADO: R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 17/06/2020 Término: 31/12/2020

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

7º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 082/2019, PL 083/2019

PARTES: Município de Itá e Auto Posto Martini Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 045/2019

OBJETO: Reajuste no valor do óleo diesel
VALOR REAJUSTADO: R\$ 3,10 (três reais e dez centavos) por litro;
VIGÊNCIA: Início: 04/06/2020 Término: 31/12/2020
Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS 62 A 64

Publicação N° 2544615

Contrato N°.: 62/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: AUGUSTO PIQUETTI
Valor : 5.000,00 (cinco mil reais)
Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 09/06/2021
Recursos : Dotação:
Objeto : Locação de área aproximada de 2,00 (dois) hectares de terra, para que este promova a exploração e retirada de cascalho aproveitável, raso ou profundo.
Contratada....: AUGUSTO PIQUETTI
Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 09/06/2021
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato N°.: 63/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: HR - FABRICA DE MOVEIS LTDA
Valor : 0,01 (um centavo)
Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 21/06/2030
Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços N°.: 2/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : Concessão não remunerada de incentivos econômicos, através da Cessão do Direito Real de Uso de Bens Públicos, de maquinas para movelaria.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato N°.: 64/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: COOPERATIVA DE PROD. E CONS. CONCORDIA L
Valor : 17.000,00 (dezessete mil reais)
Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços N°.: 1/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : A compradora, adquire do contratante uma área com 3.254,00m² (três mil duzentos e cinquenta e quatro metros quadrados), situado na colônia Concórdia, em Linha Adolfo Konder, Município e Comarca de Itá - SC, inscrito na matrícula nº 1.615.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Itaiópolis

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 20/2019

Publicação N° 2544086

N° ADITIVO: 3º

N° CONTRATO: 20/2019

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: Tese Tecnologia Arquitetura e Cultura Ltda. EPP

OBJETO: prorrogação de prazo até 30/09/2020, a contar de 1º/07/2020.

Itaiópolis, 25/06/2020 Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 30/2020

Publicação N° 2544081

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças e acessórios, para reparos dos veículos e caminhões. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:00 horas do dia 16/07/2020. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 16/07/2020, as 09:00 horas. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Site: www.itaiopoliis.sc.gov.br e www.bll.org.br. Itaiópolis, 29 de junho de 2020. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito Municipal

Itapema

PREFEITURA

DECRETO Nº 048 - ALTERA O DECRETO N. 46, DE 22 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544621

DECRETO Nº 048/2020

Altera o Decreto n. 46, de 22 de junho de 2020.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições legais, com fundamento no inciso XV, do art. 42, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o aumento de casos de COVID-19 na região da AMFRI, com diversos casos de contágio comunitário diagnosticados no Município de Itapema, levando, inclusive, ao aumento de leitos do hospital municipal;

Considerando que as unidades de terapia intensiva dos hospitais da região (Ruth Cardoso e Marieta Konder Bornhausen) atingiram sua lotação máxima;

Considerando a necessidade de manutenção do equilíbrio racional das ações de enfrentamento da COVID-19 e a continuidade das atividades econômicas, que, no contexto atual orienta a intensificação de medidas sanitárias e suspensão de atividades supérfluas,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto n. 46, de 22 de junho de 2020 passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 1º

V – aferição de temperatura nas entradas de supermercados, devendo ser imediatamente comunicados à autoridade sanitária os casos de febre (temperatura superior a 37º C).

Art. 1º-A. Fica suspenso o funcionamento das tabacarias, no Município de Itapema-SC, no período entre os dias 1º e 07 de julho de 2020, inclusive.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema (SC), 29 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 007.2020 CMAS

Publicação Nº 2543782

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007.2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007.2020.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando as informações constantes no Termo de Homologação do Processo de Chamamento Público nº 007.2020, que tem por objeto Execução de atividades ligas ao público alvo das políticas socioassistenciais inscritas no cadastro-único. RESOLVE: HOMOLOGAR o resultado da presente chamamento em favor dos institutos: Ação Social Santo Antônio de Itapema - Casa Madre Teresa de Calcutá, CNPJ nº 85.116.556/0001-09, Valor R\$ 61.840,00 (sessenta e um mil e oitocentos e quarenta reais); Instituto ARAXÁ de Inovação Social, CNPJ nº 07.882.768/0001-85, R\$ 53.191,46 (cinquenta e três mil cento e noventa e um reais e quarenta e seis centavos); Associação de pais e amigos dos excepcionais APAE, CNPJ nº 01600508/0001-93, R\$ 40.048,00 (quarenta mil e quarenta e oito reais). Prazo: 8 meses - 01 de julho de 2020 à 28 fevereiro de 2021. Valor Total: 155.079,46 (cento e cinquenta e cinco mil setenta e nove reais e quarenta e seis centavos). PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE JUNHO DE 2020. NILZA NILDA SIMAS. Prefeita Municipal.

PUBLICAÇÃO 225 - PROCESSO 114.2020 – HOMOLOGAÇÃO

Publicação N° 2544019

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRAO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 114/2020, Dispensa de Licitação nº 05.058.2020

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORMULA INFANTIL PARA A PACIENTE ISABELLI VICTORIA CORDEIRO PELO PERÍODO DE 02(DOIS) MESES CONFORME DECISÃO JUDICIAL 5000352-42.2020.8.24.0125-SC.

CONTRATADO: SAUDE EXPRESS NUTRIÇÃO ESPECIALIZADA
CNPJ: 35.685.438/0001-35
DO VALOR: R\$ 1.152,00 (um mil, cento e cinquenta e dois reais)
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25/06/2020

Itapema, 26 de junho de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 047 - SUPLEMENTAÇÃO

Publicação Nº 2544237

DECRETO nº. 47/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente e dá Outras Providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/1964 e LOA - Lei Orçamentária Anual do Município para 2020 nº. 3.941, de 16 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 3.280.637,54 (três milhões duzentos e oitenta mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), conforme segue:

Órgão: 01 - GABINETE DA PREFEITA**Unidade: 03 -Assessoria Especial de Gabinete****Atividade: 2.002 - Gestão e Administração do Gabinete da Prefeita**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.03.0000/271 - Aplicações diretas	R\$	35.000,00
---	-----	-----------

Total do Gabinete:	R\$	35.000,00
---------------------------	-----	------------------

Órgão: 03 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**Unidade: 01 -Procuradoria Geral do município****Atividade: 2.007 - Gestão e Administração da Procuradoria Geral**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.03.0000/272 - Aplicações diretas	R\$	50.000,00
---	-----	-----------

Total da Procuradoria:	R\$	50.000,00
-------------------------------	-----	------------------

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**Unidade: 01 - Diretoria Administrativa****Atividade: 2.009 - Gestão Administrativa da Secretaria de Administração**

Elemento: 4.4.90.00.00.00.03.0089/273 - Aplicações diretas	R\$	233.299,26
---	-----	------------

Total da Secretaria:	R\$	233.299,26
-----------------------------	-----	-------------------

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**Unidade: 01 - Assessoria Especial de Planejamento Urbano****Atividade: 2.012 - Gestão e Administração da Secr de Finanças**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.03.0000/274 - Aplicações diretas	R\$	500.000,00
---	-----	------------

Total da Secretaria:	R\$	500.000,00
-----------------------------	-----	-------------------

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES**Unidade: 01 -Diretoria Administrativa****Atividade: 2.024 - Gestão e Administração da Secr de Obras e Transportes**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000/64 - Aplicações diretas	R\$	460.000,00
--	-----	------------

Atividade: 2.025 - Manut do Sistema Viário, de Infraest e Demais Obras Existentes

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000/68 - Aplicações diretas	R\$	199.000,00
--	-----	------------

Unidade: 06 - Diretoria de Serviços Urbanos e Paisagismo**Projeto: 1.008 - Extensão da Pavimentação em Vias Públicas**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000/83 - Aplicações diretas	R\$	1.000.000,00
--	-----	--------------

Atividade: 2.030 - Manut dos Serv Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Elemento: 3.3.90.00.00.00.03.0000/276 - Aplicações diretas	R\$	500.000,00
---	-----	------------

Total da Secretaria:	R\$	2.159.000,00
-----------------------------	-----	---------------------

Órgão: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**Unidade: 05 - Diretoria de Vigilância em Saúde****Atividade: 2.075 - Gestão das Ações em Vigilância em Saúde**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0077/70 - Aplicações diretas	R\$	303.338,28
--	-----	------------

Total do F M S:	R\$	303.338,28
------------------------	-----	-------------------

Total Geral:	R\$	3.280.637,54
---------------------	-----	---------------------

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o artigo 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo para o inciso I, Superavit Financeiro a importância de R\$ 1.318.299,26; inciso II, Excesso de Arrecadação a importância de R\$ 303.338,28 e para o inciso III, Anulação Parcial a importância de R\$ 1.659.000,00, conforme abaixo:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES

Unidade: 01 -Diretoria Administrativa

Atividade: 2.024 - Gestão e Administração da Secr de Obras e Transportes

Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0000/67 - Aplicações diretas	R\$	460.000,00
--	------------	-------------------

Atividade: 2.025 - Manut do Sistema Viário, de Infraest e Demais Obras Existentes

Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0000/69 - Aplicações diretas	R\$	199.000,00
--	------------	-------------------

Unidade: 06 - Diretoria de Serviços Urbanos e Paisagismo

Projeto: 1.008 - Extensão da Pavimentação em Vias Públicas

Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0000/84 - Aplicações diretas	R\$	1.000.000,00
--	------------	---------------------

Total da Secretaria:	R\$	1.659.000,00
-----------------------------	------------	---------------------

Total Geral:	R\$	1.659.000,00
---------------------	------------	---------------------

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Itapema, 22 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

RESOLUÇÃO 008 2020 RECURSOS ENTIDADES AS EDITAL 007-2020

Publicação Nº 2543374

**RESOLUÇÃO Nº 008/2020, DE 22 DE JUNHO DE 2020.**

Aprova os Planos de Trabalho das Entidades Socioassistenciais inscritas no CMAS, do Edital 007/2020, para o repasse de Recursos a serem utilizados nas atividades em modo remoto devido a Pandemia COVID19.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Itapema - CMAS, em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 22 de Junho de 2020, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7/12/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS e pela Lei Municipal nº 1.290/97, de 12/03/1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Itapema;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.742, de 7/12/1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social – LOAS, aperfeiçoada e complementada pela Lei no. 12.435, de 06/07/2011, que dispõe sobre a organização do setor e institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

CONSIDERANDO a Resolução nº 145, de 15/10/2004, do CNAS, que aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS; que dispõe sobre as diretrizes e princípios para a implantação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução nº 33, de 12/12/2012, do CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução nº 14, de 15/05/2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social;

CONSIDERANDO a função deliberativa e fiscalizadora do CMAS para as ações da Política de Assistência Social no âmbito municipal, conforme a LOAS e a NOB/SUAS;

CONSIDERANDO que o CMAS possui atribuições de aprovar, avaliar, acompanhar e fiscalizar ações em relação ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

CONSIDERANDO a Resolução nº 001/2020 do CMAS que aprova as propostas/indicativos para a elaboração do edital de repasse de Recursos da LOA 2020, para as Entidades Socioassistenciais inscritas no CMAS e o Chamamento Público 007/2020.

CONSIDERANDO o parecer favorável da Comissão Provisória que avaliou os Planos de Trabalho do Edital 007/2020

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar os valores para os Planos de Trabalho apresentados a partir do Edital 007/2020 cujas ações serão executadas em modo remoto, enquanto se estender a Pandemia COVID19, no período máximo de 8 meses. **Ação Social Santo Antônio de Itapema (Casa Madre Teresa de Calcutá) no valor de R\$: 61.840,00.** **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE no valor de R\$: 40.048,00.** **Instituto Araxá de Inovação Social no valor de R\$: 53.191,46.**

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação e publicação.

Dalila Maria Pedrini

Presidente em exercício do Conselho Municipal de Assistência Social

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - TOMADA DE PREÇO Nº 14/2020

Publicação Nº 2543181

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	29/06/2020	Horário início: 09h00min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 14/2020 Nº 65/2020

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE URBANIZAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA JOÃO JORGE DE SOUZA, COM ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE 1.737,85M2, E CALÇADA DE CONCRETO DE 59,05M3, NESTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. No dia e hora supramencionados, na sede da Casa da Cultura, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 4064/2019. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, Diário Oficial do Estado, Jornal de Grande Circulação e Site Oficial do Município, no dia 08/06/2020 a fim de ampla divulgação. Exatamente às 08h30min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolou envelopes a empresa:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
26/06/2020	134	08h30m	KJPR PAVIMENTAÇÕES EIRELI EPP	26.786.919/0001-46

Iniciada a sessão, os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa estava de acordo com o edital, e, portanto considerada HABILITADA. Conforme cláusula 8.5 do Edital, tendo em vista que a empresa KJPR PAVIMENTAÇÕES EIRELI EPP única empresa participante e que a mesma sendo julgada HABILITADA não recorrerá contra sua própria habilitação, a CPL segue com a análise da proposta de preço. Passando à fase seguinte, foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa	VALOR
1º KJPR PAVIMENTAÇÕES EIRELI EPP	R\$ 292.838,40

Portanto a empresa KJPR PAVIMENTAÇÕES EIRELI EPP foi vencedora dessa licitação com o valor total de R\$ 292.838,40 (duzentos e noventa e dois mil, oitocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos). Observando que o valor total estimado para esta licitação foi de R\$ 296.129,26 (duzentos e noventa e seis mil, cento e vinte e nove reais e vinte e seis centavos). Fica notificada e aberto prazo até dia 07/07/2020 em horário de expediente das 07h30m a 13h30m para apresentação da garantia conforme cláusula 16.1 do Edital, e até dia 28/07/2020 em horário de expediente das 07h30m a 13h30m para apresentação do visto do CREA/SC conforme cláusula 2.3.1 do Edital. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	LAYRA DE OLIVEIRA MEMBRO
RICARDO LASTRA MEMBRO	FERNANDO VITOR PERES MEMBRO

DECRETO MUNICIPAL Nº 4471, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543752

DECRETO MUNICIPAL Nº 4471, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por anulação parcial de dotação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o artigo 43, inciso III da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, artigo 5º da Lei Orçamentária nº 962, de 09 de dezembro de 2019 - LOA - 2020 e da Lei Municipal nº 1003, de 28 de maio de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no orçamento Municipal crédito adicional suplementar, por anulação parcial de dotação, perfazendo o montante de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais) conforme segue:

ANULAÇÕES:

13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 – Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2092 Material de distribuição gratuita

33390 Aplicações Diretas (488) FR 1010000 R\$ 100.000,00



13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 - Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2093 Alimentação escolar do ensino fundamental

33390 Aplicações Diretas (465) FR 1010100 R\$ 100.000,00

13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 - Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2094 Transporte Escolar Municipal

33390 Aplicações Diretas (471) FR 1010000 R\$ 450.000,00

13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002 - Ensino Infantil

0012.0365.0021.2100 Transporte Escolar Municipal

33390 Aplicações Diretas (494) FR 1010000 R\$ 100.000,00

13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002 - Ensino Infantil

0012.0365.0021.2102 Alimentação escolar do ensino infantil

33390 Aplicações Diretas (506) FR 1010200 R\$ 20.000,00

13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002 - Ensino Infantil

0012.0365.0021.2102 Alimentação escolar do ensino infantil

33390 Aplicações Diretas (503) FR 1010300 R\$ 20.000,00

Total das anulações R\$ 790.000,00

SUPLEMENTAÇÃO

13 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001- Ensino Fundamental

0012.0361.0021.1045 Construção ampliação e reforma de escolas

34490 Aplicações Diretas (615) FR 1010000 R\$ 790.000,00

Total da suplementação..... R\$ 790.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 09 de junho de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

CARLITO J. CUSTÓDIO JÚNIOR

Secretário da Fazenda

DECRETO MUNICIPAL Nº 4473, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543736

DECRETO MUNICIPAL Nº 4473, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por anulação parcial de dotação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os artigos 41, inciso I e 43, inciso III da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, artigo 5º da Lei Orçamentária nº 962, de 09 de dezembro de 2019 - LOA - 2020 e da Lei Municipal nº 1004, de 28 de maio de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no orçamento Municipal crédito adicional suplementar, por anulação parcial de dotação, perfazendo o montante de R\$ 1.047.000,00 (um milhão e quarenta e sete mil reais) conforme segue:

ANULAÇÃO:

09 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

001 Departamento de Agricultura

0020.0608.0012.1040 Construção do Mercado Público Municipal

34490 Aplicações Diretas (630) FR 0300000.....R\$ 1.047.000,00

Total da Anulação...R\$ 1.047.000,00

SUPLEMENTAÇÕES:

10 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

001 Departamento de Turismo
 0023.0695.0006.1018 Construção e Ampliação de Estrutura Turística
 34490 Aplicações Diretas (706) FR 0300000 R\$ 108.000,00

10 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
 001 Departamento de Turismo
 0023.0695.0006.2051 Manutenção do Departamento de Turismo
 33390 Aplicações Diretas (720) FR 0300000 R\$ 84.000,00

10 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
 003 Departamento de Cultura
 0013.0392.0008.2067 Manutenção do Departamento de Cultura
 34490 Aplicações Diretas (722) FR 0300000 R\$ 37.000,00

19 SECRETARIA DA FAZENDA
 001 Diretoria da Fazenda
 0004.0122.0003.2253 Encargos e Amortização da Dívida
 33290 Aplicações diretas (707) FR 0300000 R\$ 50.000,00
 34690 Aplicações diretas (708) FR 0300000 R\$ 100.000,00

19 SECRETARIA DA FAZENDA
 001 Diretoria da Fazenda
 0004.0122.0003.2018 Manutenção do Departamento de Finanças
 34490 Aplicações Diretas (717) FR 0300000 R\$ 5.000,00
 33390 Aplicações Diretas (627) FR 0300000 R\$ 5.000,00

04 Procuradoria Jurídica
 001 Departamento Jurídico
 0002.0061.0017.2012 Manutenção da Procuradoria Jurídica
 33390 Aplicações Diretas (723) FR 0300000 R\$ 10.000,00

11 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 001 Departamento de Obras
 0015.0451.0009.2074 Manutenção do Departamento de Obras
 33390 Aplicações Diretas (727) FR 0300000 R\$ 324.000,00

11 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 002 Departamento de Serviços Públicos
 0015.0452.0009.2078 Manutenção do Departamento de Serviços Públicos
 33390 Aplicações Diretas (622) FR 0300000 R\$ 324.000,00
 Total das suplementações R\$ 1.047.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 09 de junho de 2020.
 MARLON ROBERTO NEUBER
 Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
 Chefe de Gabinete

CARLITO J. CUSTÓDIO JÚNIOR
 Secretário da Fazenda

DECRETO MUNICIPAL Nº 4474, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543729

DECRETO MUNICIPAL Nº 4474, DE 09 DE JUNHO DE 2020
 Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro do exercício anterior.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os artigos 41, inciso II e 43, inciso I da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, artigo 5º da Lei Orçamentária nº 962, de 09 de dezembro de 2019 - LOA – 2020 e da Lei Municipal nº 1005, de 28 de maio de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no orçamento Municipal crédito adicional especial por superávit financeiro do exercício anterior, perfazendo o montante de R\$ 133.000,00 (cento e trinta e três mil reais) conforme segue:

SUPLEMENTAÇÃO:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

001 Fundo Municipal de Saúde

0010.0301.0013.1033 Constr./Ampliação e Reforma de Unidades Básicas de Saúde

34490 Aplicações Diretas FR (728) 03390100..... R\$ 133.000,00

Total da suplementação... R\$ 133.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 09 de junho de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

CARLITO J. CUSTÓDIO JÚNIOR

Secretário da Fazenda

DECRETO MUNICIPAL Nº 4486, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544777

DECRETO MUNICIPAL Nº 4486, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Altera o Decreto Municipal nº 877, de 23 de março de 2009, que regulamenta o sistema de registro de preços (SRP) previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 de art. 11 da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso I, do parágrafo único do Decreto Municipal nº 877, de 23 de março de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

I – Sistema de Registro de Preços – SRP – Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras; (NR)

...

Art. 2º Ficam alterados os incisos I, II e IV, do art. 2º do Decreto Municipal nº 877, de 23 de março de 2009, que passam a vigorar com a seguinte redação:

...

I – Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II – Quando for mais conveniente à aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III – ...

IV – Quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. (NR)

Art. 3º Fica alterado o art. 3º do Decreto Municipal nº 877, de 23 de março de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º A Licitação para registro de preços será realizada na modalidade de Concorrência Pública, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou na modalidade de Pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado. (NR)

Art. 4º Ficam alterados os parágrafos 2º, 3º e 4º, do art. 4º do Decreto Municipal nº 877, de 23 de março de 2009, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não poderá ser superior a um ano, computadas neste as eventuais prorrogações – conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º - ...

§ 2º Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 3º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

§ 4º - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. (NR)

...

Art. 5º Fica alterado o parágrafo 1º, do art. 6º do Decreto Municipal nº 877, de 23 de março de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 6º ...

§ 1º - O Edital poderá admitir, como critério de julgamento, a oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que

tecnicamente justificado. (NR)

Art. 6º Fica revogado o art. 7º, na sua totalidade, do Decreto Municipal nº 877, de 23 de março de 2009.

Art. 7º Fica alterado o art. 10 do Decreto Municipal nº 877, de 23 de março de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 10. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão responsável promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93. (NR)

Art. 8º Fica alterado o art. 11 no Decreto Municipal nº 877, de 23 de março de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. (NR)

Art. 9º Fica alterado o art. 12 do Decreto Municipal nº 877, de 23 de março de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. (NR)

Art. 10. Ficam alterados o inciso IV e parágrafo 1º, e revoga parágrafo 2º, do art. 13 do Decreto Municipal nº 877, de 23 de março de 2009, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13. ...

IV – sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

§ 1º - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração Municipal. (NR)

Art. 11. Fica alterado o art. 14 do Decreto Municipal nº 877, de 23 de março de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor. (NR)

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 23 de junho de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4487, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544758

DECRETO MUNICIPAL Nº 4487, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Altera o Decreto Municipal nº 3539, de 15 de março de 2018, que dispõe sobre a modalidade de licitação denominada "pregão", na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a ementa do Decreto Municipal nº 3539, de 15 de março de 2018.

Art. 2º Fica alterado o art. 5º do Decreto Municipal nº 3539, de 15 de março de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 5º A licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, não se aplica às contratações de obras, às locações imobiliárias, alienações em geral e dos bens e serviços cujas especificações dependem de avaliação técnica, que serão regidas pela legislação geral da Administração. (NR)

...

Art. 3º Ficam revogados os incisos V e X, do art. 9º do Decreto Municipal nº 3539, de 15 de março de 2018.

Art. 4º Ficam alterados o inciso I, a alínea "a" e o inciso IV do parágrafo 2º, do art. 11 do Decreto Municipal nº 3539, de 15 de março de 2018, que passam a vigorar com a seguinte redação:

...

a) no Órgão Oficial de divulgação de atos do Executivo (Lei Municipal nº 288, de 19 de maio de 2010), e no sítio eletrônico oficial do município;

...

IV - a íntegra do edital deverá ser disponibilizada em meio eletrônico através do site oficial da Prefeitura Municipal e no Portal de Compras Públicas se pregão eletrônico, independente do valor estimado; (NR)

Art. 5º Fica revogada a alínea "b" do inciso I e parágrafo 1º, do art. 11 do Decreto Municipal nº 3539, de 15 de março de 2018.

Art. 6º Fica alterado o art. 16 do Decreto Municipal nº 3539, de 15 de março de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 16. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, devendo o pregoeiro encaminhá-las à autoridade competente, que decidirá no prazo de vinte e quatro horas. (NR)

...

Art. 7º Ficam alterados os incisos I e XI, do art. 22 do Decreto Municipal nº 3539, de 15 de março de 2018, que passam a vigorar com a seguinte redação:

...

I - os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor;

...

XI - Serão adotados par o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

a) aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou

b) aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital. (NR)

...

Art. 8º Ficam revogados os incisos XII, XVII e XXIV, do art. 22 do Decreto Municipal nº 3539, de 15 de março de 2018.

Art. 9º Fica alterado o parágrafo único, do art. 12 do Decreto Municipal nº 3539, de 15 de março de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Parágrafo único – Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão poderá ser suspensa e terá reinício somente decorridas vinte e quatro horas após comunicação expressa aos participantes. (NR)

...

Art. 10. Fica alterado o art. 24 do Decreto Municipal nº 3539, de 15 de março de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 24º Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor. (NR)

...

Art. 11. Fica alterado o art. 30 do Decreto Municipal nº 3539, de 15 de março de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 30º O órgão promotor da licitação publicará no sítio eletrônico oficial o resultado dos pregões eletrônicos. (NR)

...

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 10 de junho de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4489, DE 25 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543763

DECRETO MUNICIPAL Nº 4489, DE 25 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os artigos 41 inciso I e 43, inciso I da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, artigo 6º inciso III da Lei Orçamentária nº 962, de 09 de dezembro de 2019 – LOA 2020.

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no orçamento Municipal crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, perfazendo o montante de R\$ 273.863,85 (duzentos e setenta e três mil, oitocentos e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos) conforme segue:

Suplementações:

23 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL E TRÂNSITO

001 Comando da Guarda Municipal

0006.0181.0024.2256 Convênio da Legislação do Trânsito

33390 Aplicações Diretas (733) FR 03100000 R\$ 56.933,85

23 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL E TRÂNSITO

002 Diretoria de Trânsito

0006.0451.0024.2255 Manutenção do Departamento de Trânsito

34490 Aplicações Diretas (735) FR 03390100 FEP R\$ 80.000,00

03 GABINETE DO PREFEITO

001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0002.2008 Convênio com a Secretaria de Segurança Pública

33390 Aplicações Diretas (734) FR 03000000 R\$ 40.000,00

34490 Aplicações Diretas (736) FR 03000000 R\$ 5.000,00

19 SECRETARIA DA FAZENDA

001 Diretoria da Fazenda

0004.0122.0003.2018 Manutenção do Departamento de Finanças

34490 Aplicações Diretas (737) FR 03890000 R\$ 10.000,00

34490 Aplicações Diretas (717) FR 03000000 R\$ 70.000,00

33390 Aplicações Diretas (627) FR 03000000 R\$ 10.000,00

05 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

001 Departamento de Administração

0004.0122.0003.2015 Manutenção do Departamento de Administração

34490 Aplicações Diretas (738) FR 03890000 R\$ 1.930,00

Total das suplementações R\$ 273.863,85

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 25 de junho de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

CARLITO J. CUSTÓDIO JÚNIOR

Secretário da Fazenda

DECRETO MUNICIPAL Nº 4491, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543618

DECRETO MUNICIPAL Nº 4491, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Declara de utilidade pública área específica e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, área específica, para fins de desapropriação das benfeitorias sobre área da União, onde serão construídos galpões para conserto das embarcações da comunidade pesqueira de Pontal do Norte, localizada conforme a seguinte descrição:

ÁREA DE MANUTENÇÃO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS ARTESANAIS – PONTAL

Ponto 01 para 0	X=740725.324	Y=7102424.096
Ponto 02 para 03	X=740732.312	Y=7102433.728
Ponto 03 para 04	X=740712.116	Y=7102448.379
Ponto 04 para 01	X=740705.129	Y=7102438.746

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 4100 de 16 de agosto de 2019.

Itapoá, 26 de junho de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4492, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543765

DECRETO MUNICIPAL Nº 4492, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Altera Decreto Municipal nº 4412 de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre contingenciamento de despesas e outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica suprimido o artigo 4º Decreto Municipal nº 4412 de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre contingenciamento de despesas e outras providências.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 29 de junho de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

ERRATA II - CONCORRÊNCIA Nº 01/2020

Publicação Nº 2543400

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA À CONCORRÊNCIA Nº 01/2020 - REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2020 - PROCESSO Nº 35/2020

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO CADASTRAL E PLANIALTIMÉTRICO, DENTRO DOS PERÍMETROS URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ – SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Em cumprimento ao disposto no §4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, o Município de Itapoá torna públicas as seguintes alterações promovidas no edital da Concorrência nº 01/2020 - Registro de Preço nº 10/2020 - Processo nº 35/2020.

Em virtude da Notificação Extrajudicial protocolada sob o nº 6538/2020, pelo CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DA 4ª REGIÃO - CRT 04, CNPJ/MF: 32.746.668/0001-79, sob fls nº 130 à 137, e Parecer Técnico da Secretária de Planejamento e Urbanismo, do dia 22 de junho de 2020, sob fls nº 138 à 139, que culminou pela presente errata. O Município de Itapoá torna públicas as seguintes alterações ao edital em epígrafe:

ONDE CONSTA: 7.6.4. Qualificação Técnica:

7.6.4.1. Certidão atualizada de registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Federal de Técnicos - CFT, com indicação dos responsáveis técnicos.

[...]

7.6.4.3. Atestado(s) de Capacidade Técnica, devidamente registrado no CREA, CAU ou CFT, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT, comprovando que o responsável técnico do proponente tenha executado serviços de características compatíveis com o objeto dessa licitação, ou seja, que corresponda a 40% (quarenta por cento) do total a ser executado, ou seja, levantamento Topográfico Cadastral e Planialtimétrico.

PASSA A VIGORAR: 7.6.4. Qualificação Técnica:

7.6.4.1. Certidão atualizada de registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, Conselho Federal de Técnicos - CFT ou Conselho Regional de Técnicos - CRT, com indicação dos responsáveis técnicos.

[...]

7.6.4.3. Atestado(s) de Capacidade Técnica, devidamente registrado no CREA, CAU, CFT ou CRT, acompanhado da Certidão de Acervo

Técnico – CAT, comprovando que o responsável técnico do proponente tenha executado serviços de características compatíveis com o objeto dessa licitação, ou seja, que corresponda a 40% (quarenta por cento) do total a ser executado, ou seja, levantamento Topográfico Cadastral e Planialtimétrico.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 29 de junho de 2020.
SAMUEL ALVES SILVA
DECRETO MUNICIPAL 3749/2018

STEFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIAR
SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PORTARIA N°6281/2020

Publicação N° 2543459

PORTARIA N° 6.281/2020.

De: 23 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público que de acordo com o resultado do Laudo Médico, ficam os servidores listados abaixo, liberados às atividades em domicílio, observadas as disposições legais do Decreto n° 4.418/2020, Artigo 06:

SERVIDOR	CARGO
Andreia Nunes de Jesus	Ajudante de Serviços Públicos
Cristine Meirelles	Facilitador de Oficina
Eliana Nehring Silveira Belo	Agente Administrativo I
Fabio Antonio da Paixão	Agente Administrativo I
Joseane Maria Soares de Lima	Agente Administrativo II
Juliane Schuster	Orientador Social I

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 23 de junho de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA N°6282/2020

Publicação N° 2543462

PORTARIA N° 6.282/2020.

De: 23 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Auxílio-doença com término em 23.08.2020, por motivo de afastamento saúde dos(as) Servidores(as) listados abaixo:

SERVIDOR	CARGO
Bernadete Fagundes de Chaves	Auxiliar de Serviços Gerais
Celso Cunico	Operador de Máquinas
Cintia Juliana da S. Colotoni	Enfermeiro I
Eder Eloy Kwiatkowski	Motorista

Fernanda Luiza Ghisleri Grasel	Agente Administrativo I
Francine Woche	Técnico em Enfermagem I
Janice Lima	Agente de Endemias
Joacir Borba da Silva	Agente Operacional
Jose Luiz dos Santos	Operador de Máquinas
José Pedro Claudino	Ajudante de Serviços Públicos
Jurema do Rocio Sartor	Auxiliar de Enfermagem
Marcelo Henrique Grandini José	Auxiliar de Enfermagem
Maria Aparecida de Souza da Silva	Auxiliar de Enfermagem
Maria Aparecida Rocha de Jesus	Auxiliar de Serviços Gerais

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 23 de junho de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA N°6283/2020

Publicação N° 2543456

PORTARIA N° 6.283/2020.

De: 23 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) ELAINE NUNES NEVES BURBELLO, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II – E, com vencimentos integrais, a partir de 15.06.20 e término em 15.08.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 15.06.20.

Itapoá - SC, 23 de junho de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA N°6284/2020

Publicação N° 2543441

PORTARIA N° 6.284/2020.

De: 23 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) CATIA HUEBNER KERKHOVEN, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II – C, com vencimentos integrais, a partir de 18.06.20 e término em 18.07.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 18.06.20.

Itapoá - SC, 23 de junho de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA N°6287/2020

Publicação N° 2543464

PORTARIA N° 6.287/2020.

De: 25 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

- Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de afastamento por motivo de saúde das Servidoras listadas abaixo, com término em 23.08.2020:

SERVIDOR	CARGO
Adriana Nunes Martendal	Agente Comunitária de Saúde
Jéssica Carolaine da Cunha	Agente Comunitária de Saúde
Priscila Cristina Amorim Bozza	Agente Comunitária de Saúde

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 23.06.20.

Itapoá - SC, 25 de junho de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS N° 5944/2020

Publicação N° 2543263

PORTARIA N° 5.944/2020

De: 02 de março de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 10/2020 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) JOPE LEAO LOBO, na função temporária de PROFESSOR DISCIPLINA LÍNGUA ESTRANGEIRA I 40H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 02 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5945/2020

Publicação Nº 2543264

PORTARIA Nº 5.945/2020.
De: 02 de março de 2020.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato por término do mesmo, do(a) servidor(a) JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, contratado(a) na função temporária de ADMINISTRADOR ESCOLAR ACT 40H, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 02 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5946/2020

Publicação Nº 2543265

PORTARIA Nº 5.946/2020.
De: 03 de março de 2020.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato a pedido, do(a) servidor(a) IEDA IARA SALVADOR MIRANDA, contratado(a) na função temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM 40H, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 03 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5947/2020

Publicação Nº 2543266

PORTARIA Nº 5.947/2020
De: 04 de março de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 04 de março de 2020 a 23 de março de 2020, ao (a) servidor (a) MARGARETE GALANTE, investido (a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no nível salarial VI – H.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 04 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5948/2020

Publicação Nº 2543269

PORTARIA Nº 5.948/2020.

De: 05 de março de 2020.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal 75/2001 Art. 38, considerando:

· C.I. nº 233/2020 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a alteração de carga horária de 40 para 20 horas semanais da jornada de trabalho, do (a) servidor(a) ERDNER LUCIO COSTA E OLIVEIRA, investido (a) no cargo efetivo de PROFESSOR II 20HS, no nível salarial II - C 20HS.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 05 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5949/2020

Publicação Nº 2543272

PORTARIA Nº 5.949/2020.

De: 05 de março de 2020.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal 75/2001 Art. 38, considerando:

· C.I. nº 233/2020 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a alteração de carga horária de 40 para 30 horas semanais da jornada de trabalho, do (a) servidor(a) FERNANDA APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS TESLUK, investido (a) no cargo efetivo de PROFESSOR II 30HS, no nível salarial II - E 30HS.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 05 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5950/2020

Publicação Nº 2543284

PORTARIA Nº 5.950/2020.

De: 05 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) ANDREA BATISTA DIAS, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II – G, com vencimentos integrais, a partir de 01.03.20 e término em 19.08.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 01.03.20.

Itapoá - SC, 05 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5951/2020

Publicação Nº 2543285

PORTARIA Nº 5.951/2020.

De: 05 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) CHRISTIANE CHRISTINE CAMPANA PERES, investido(a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no nível salarial IV – B, com vencimentos integrais, a partir de 04.02.20 e término em 19.03.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 04.02.20.

Itapoá - SC, 05 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5952/2020

Publicação Nº 2543290

PORTARIA Nº 5.952/2020.

De: 05 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) DAIANE SOBCZACK DA SILVA, investido(a) no cargo efetivo de ENFERMEIRO I, no nível salarial VII – B, com vencimentos integrais, a partir de 26.02.20 e término em 11.03.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 26.02.20.

Itapoá - SC, 05 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5953/2020

Publicação Nº 2543295

PORTARIA Nº 5.953/2020.

De: 05 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) ELIZANGELA REGINA DA SILVA WROBEL, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial VII – A, com vencimentos integrais, a partir de 19.02.20 e término em 19.04.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 19.02.20.

Itapoá - SC, 05 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5954/2020

Publicação Nº 2543297

PORTARIA Nº 5.954/2020.

De: 05 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) GILDO OLEGARIO ESTEVAO, investido(a) no cargo efetivo de MOTORISTA, no nível salarial III – L, com vencimentos integrais, a partir de 27.02.20 e término em 27.05.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 27.05.20.

Itapoá - SC, 05 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5955/2020

Publicação Nº 2543299

PORTARIA Nº 5.955/2020.

De: 05 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) JEONG HWA ZADUSKI, investido(a) no cargo efetivo de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, no nível salarial IV – B, com vencimentos integrais, a partir de 19.02.20 e término em 04.03.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 19.02.20.

Itapoá - SC, 05 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5956/2020

Publicação Nº 2543300

PORTARIA Nº 5.956/2020.

De: 05 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) PEDRO SERGIO DE OLIVEIRA, investido(a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no nível salarial VI – F, com vencimentos integrais, a partir de 03.03.20 e término em 18.08.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 03.03.20.

Itapoá - SC, 05 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5957/2020

Publicação Nº 2543303

PORTARIA Nº 5.957/2020.

De: 05 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) SILVANA ESTER GIACOMINI GRANJA, investido(a) no cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA I, no nível salarial VII – B, com vencimentos integrais, sendo o início em 23.03.20 e término em 03.04.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor a partir de 23.03.20.

Itapoá - SC, 05 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5958/2020

Publicação Nº 2543304

PORTARIA Nº 5.958/2020

De: 05 de março de 2020.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 155/03.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) VALCI TEREZINHA DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, passando do nível II – I para o nível II – J.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 05 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5959/2020

Publicação Nº 2543375

PORTARIA Nº 5.959/2020

De: 05 de março de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 77/2019 da Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) CINTIA APARECIDA NEVES, na função temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I 40H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 05 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5960/2020

Publicação Nº 2543378

PORTARIA Nº 5.960/2020

De: 06 de março de 2020.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 155/03.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) IVANIR TERESINHA LOPES, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE ESCOLAR, passando do nível I – H para o nível I – I.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 06 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5961/2020

Publicação Nº 2543379

PORTARIA Nº 5.961/2020

De: 06 de março de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 07 de março de 2020 a 05 de abril de 2020, ao (a) servidor (a) JANAINA SARTOR JACQUES, investido (a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II – C.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor a partir de 07.03.20.

Itapoá - SC, 06 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5962/2020

Publicação Nº 2543380

PORTARIA Nº 5.962/2020
De: 09 de março de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 10/2020 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) SILVIA CRISTINA DOS SANTOS NERI, na função temporária de PROFESSOR DISCIPLINA LÍNGUA PORTUGUESA ANOS FINAIS I 40H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 09 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5963/2020

Publicação Nº 2543381

PORTARIA Nº 5.963/2020
De: 09 de março de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 63/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) DEBORA MINATTI ALEXANDRE, na função temporária de PROFESSOR DISCIPLINA CIÊNCIAS ANOS FINAIS I 20H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 09 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5964/2020

Publicação Nº 2543382

PORTARIA Nº 5.964/2020
De: 09 de março de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 63/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) GERACI JESUS DE OLIVEIRA, na função temporária de PROFESSOR DISCIPLINA MATEMÁTICA ANOS FINAIS I 40H, vinculada ao Professor Eduardo Figueredo (Licença Prêmio).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 09 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5965/2020

Publicação Nº 2543384

PORTARIA Nº 5.965/2020

De: 09 de março de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 63/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) MARTA DO ROSARIO SILVEIRA GUTIERREZ, na função temporária de PROFESSOR ANOS INICIAIS I 20H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 09 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5966/2020

Publicação Nº 2543385

PORTARIA Nº 5.966/2020

De: 09 de março de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 63/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) RISONETE GUIOMAR SCHULTZ RAMOS, na função temporária de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL I 20H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 09 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5967/2020

Publicação Nº 2543389

PORTARIA Nº 5.967/2020.

De: 09 de março de 2020.

EXONERA O(A) SERVIDOR(A), POR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Exoneração por Aposentadoria por Invalidez, do(a) servidor(a) CATIA ELIANE NICOLACHIK, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II – I.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 09 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5968/2020

Publicação Nº 2543392

PORTARIA Nº 5.968/2020.

De: 09 de março de 2020.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 09 de março de 2020 à 07 de abril de 2020, ao(a) servidor(a) EDUARDO FIGUEREDO, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II – H.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 09 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5969/2020

Publicação Nº 2543394

PORTARIA Nº 5.969/2020

De: 09 de março de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 09 de março de 2020 a 28 de março de 2020, ao (a) servidor (a) JULIANE SCHUSTER, investido (a) no cargo efetivo de ORIENTADOR SOCIAL I, no nível salarial IV – A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 09 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5970/2020

Publicação Nº 2543410

PORTARIA Nº 5.970/2020

De: 09 de março de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 09 de março de 2020 a 28 de março de 2020, ao (a) servidor (a) GEANE SILVA, investido (a) no cargo comissionado de COORDENADOR DE PROJETOS.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 09 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5971/2020

Publicação Nº 2543413

PORTARIA Nº 5.971/2020

De: 09 de março de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 09 de março de 2020 a 28 de março de 2020, ao (a) servidor (a) ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA, investido (a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV – L.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 09 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5972/2020

Publicação Nº 2543467

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 5.972/2020

DATA: 10 DE MARÇO DE 2020

NOMEIA COMISSÃO PARA PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE AGENTE ADMINISTRATIVO

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art.1º Fica nomeada comissão para realizar Processo de Teste Seletivo para contratação temporária de Agente Administrativo, em conformidade com a Lei nº. 016/2007 e Lei 976/2020 constituída pelos seguintes servidores:

1. CÉLIA MARIA REINERT.....Presidente
2. VANDRESSA APARECIDA CHERVINSKI.....Secretária
3. CRISTIANE REGINA BITTENCOURT COSTA.....Membro

§ 1º Caberá à Comissão elaborar edital, conferir documentos, divulgar a classificação, julgar recurso, enfim tudo que necessário for para conclusão do referido processo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá (SC), 10 de março de 2020

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA

Secretária de Administração

PORTARIAS Nº 5973/2020

Publicação Nº 2543468

PORTARIA MUNICIPAL Nº 5.973/2020

Data: 10 de março de 2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD Nº 001/2020
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, considerando:

- Comunicação Interna n.115/2020/PJ;

Resolve:

Art.1º Tornar público a instauração de Processo Administrativo Disciplinar nº01/2020, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, artigos 167 e 171, para apurar faltas injustificadas do(a) servidor(a) R.M.H matrícula nº. 11674130, que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:

MÁRCIO GIOVANI GUIESELERPresidente
NEUCI MORMITO FREIRE.....Secretária
ARTHUR BORDIN SBIRISSIA.....Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar fatos, apontando providências cabíveis.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá (SC), 10 de março de 2020

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA
Secretária de Administração**PORTARIAS Nº 5974/2020**

Publicação Nº 2543469

PORTARIA Nº 5.974/2020

De: 10 de março de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 30 de março de 2020 a 18 de abril de 2020, ao (a) servidor (a) MARCIA REGINA EGGERT SOARES, investido (a) no cargo efetivo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, no nível salarial II – B.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor a partir de 30.03.20.

Itapoá - SC, 10 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos**PORTARIAS Nº 5975/2020**

Publicação Nº 2543471

PORTARIA Nº 5.975/2020

De: 10 de março de 2020.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 155/03.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) MARIZA APARECIDA FILLA, ocupante do cargo efetivo de TELEFONISTA, passando do nível II – I para o nível II – J.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 10 de março de 2020.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5976/2020

Publicação Nº 2543475

PORTARIA Nº 5.976/2020.
De: 10 de março de 2020.
RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato a pedido, do(a) servidor(a) ALEXIA FONTOURA CORREA, contratado(a) na função temporária de ENFERMEIRO I 40H, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 10 de março de 2020.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5977/2020

Publicação Nº 2543476

PORTARIA Nº 5.977/2020.
De: 10 de março de 2020.
RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato a pedido, do(a) servidor(a) CLENILSO ALVES, contratado(a) na função temporária de MOTORISTA 40H, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 10 de março de 2020.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5978/2020

Publicação Nº 2543478

PORTARIA Nº 5.978/2020.
De: 10 de março de 2020.
RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato a pedido, do(a) servidor(a) ROBSON CORREA, contratado(a) na função temporária de PROFESSOR DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA I 30H, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 05.03.20.

Itapoá - SC, 10 de março de 2020.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5979/2020

Publicação Nº 2543481

PORTARIA Nº 5.979/2020.
De: 10 de março de 2020.
RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato a pedido, do(a) servidor(a) ALVARO SANTANA SCHULTZ, contratado(a) na função temporária de OPERADOR DE MÁQUINAS 40H, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.03.20.

Itapoá - SC, 10 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5980/2020

Publicação Nº 2543490

PORTARIA Nº 5.980/2020.
De: 10 de março de 2020.
RESCINDE O CONTRATO DE SERVIDOR

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, conforme:

- Comunicação Interna nº 250/2020 – SME;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do(a) servidor(a) WINDSON BARROS DE PAULA, contratado(a) na função temporária de AGENTE ADMINISTRATIVO 40H, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 09.03.20.

Itapoá - SC, 10 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5982/2020

Publicação Nº 2543492

PORTARIA Nº 5.982/2020
De: 11 de março de 2020.
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 63/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) HIURY MOURA ALEXANDRE, na função temporária de PROFESSOR DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA I 30H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 11 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5983/2020

Publicação Nº 2543493

PORTARIA Nº 5.983/2020

De: 11 de março de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 13/2020 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) MARIA APARECIDA FORMAGGI LEITE, na função temporária de PROFESSOR DISCIPLINA LÍNGUA ESTRANGEIRA I 40H, vinculada à Professora Cristiane da Silva (Licença Maternidade).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 11 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5984/2020

Publicação Nº 2543507

PORTARIA Nº 5.984/2020

De: 11 de março de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 11 de março de 2020 a 09 de abril de 2020, ao (a) servidor (a) CRISTIANE DE FATIMA PINHEIRO, investido (a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5985/2020

Publicação Nº 2543509

PORTARIA Nº 5.985/2020

De: 11 de março de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 11 de março de 2020 a 30 de março de 2020, ao (a) servidor (a) JOAO TETAR, investido (a) no cargo efetivo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE I, no nível salarial V – D.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5986/2020

Publicação Nº 2543515

PORTARIA Nº 5.986/2020

De: 11 de março de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 11 de março de 2020 a 30 de março de 2020, ao (a) servidor (a) CRISTIANE RODRIGUES DE JESUS, investido (a) no cargo efetivo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, no nível salarial V – A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5987/2020

Publicação Nº 2543518

PORTARIA Nº 5.987/2020

De: 12 de março de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 15/2020 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) ADRIANA PAULA HAGERS, na função temporária de PROFESSOR DISCIPLINA LÍNGUA PORTUGUESA ANOS FINAIS I 20H, vinculada ao Projeto Correção de Fluxo.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 12 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5988/2020

Publicação Nº 2543520

PORTARIA Nº 5.988/2020

De: 12 de março de 2020.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 155/03.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) FRANCISCO PERES DO ROSÁRIO, ocupante do cargo efetivo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, passando do nível I – R para o nível I – S.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 12 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5989/2020

Publicação Nº 2543521

PORTARIA Nº 5.989/2020.

De: 12 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

- Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) CATIA HUEBNER KERKHOVEN, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II – C, com vencimentos integrais, a partir de 03.03.20 e término em 28.05.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 03.03.20.

Itapoá - SC, 12 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5990/2020

Publicação Nº 2543522

PORTARIA Nº 5.990/2020.

De: 12 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

- Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) DAIANE BATISTA, investido(a) no cargo efetivo de SECRETÁRIA EXECUTIVA I, no nível salarial V – D, com vencimentos integrais, a partir de 06.03.20 e término em 20.03.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.03.20.

Itapoá - SC, 12 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5991/2020

Publicação Nº 2543527

PORTARIA Nº 5.991/2020.

De: 12 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

- Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) EDINEIA DOS SANTOS, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II – B, com vencimentos integrais, a partir de 05.03.20 e término em 05.04.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 05.03.20.

Itapoá - SC, 12 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5992/2020

Publicação Nº 2543529

PORTARIA Nº 5.992/2020.

De: 12 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO

AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) TEREZA IZOLINA MORAES, investido(a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV – H, com vencimentos integrais, a partir de 09.03.20 e término em 06.04.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 09.03.20.

Itapoá - SC, 12 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5993/2020

Publicação Nº 2543530

PORTARIA Nº 5.993/2020.

De: 12 de março de 2020.

EXONERA O(A) SERVIDOR(A), À PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Exoneração à Pedido, do(a) servidor(a) RODOLFO MIRANDA HOFFMAM, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO I 40H, no nível salarial IV – A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 12 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5994/2020

Publicação Nº 2543534

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 5.994/2020

Data: 13 de março de 2020

PROCESSO DE SINDICANCIA INVESTIGATÓRIA – PSI Nº 002/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, considerando:

- Comunicação Interna nº.47/2020 da Secretaria Municipal de Saúde;

Resolve:

Art.1º Tornar público que será instaurado Processo de Sindicância Investigatória nº02/2020, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, para apurar fatos referente a colisão entre os veículos placas QID6847 e MKT 3586, ambos veículos da Secretaria de Saúde, que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:

MÁRCIO GIOVANI GUIESELERPresidente
NEUCI MORMITO FREIRE.....Secretária
PRICILA JUBANSKI GONÇALVES.....Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar fatos, apontando providências cabíveis.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá (SC), 13 de março de 2020

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA
Secretária de Administração

PORTARIAS Nº 5995/2020

Publicação Nº 2543537

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 5.995/2020

Data: 13 de março de 2020

PROCESSO DE SINDICANCIA INVESTIGATÓRIA – PSI 003/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, considerando:

- Comunicação Interna nº.50/2020 da Secretaria Municipal de Saúde

Resolve:

Art.1º Tornar público que será instaurado Processo de Sindicância Investigatória nº03/2020, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, para apurar ausência de condutor de veículos de emergência no Pronto Atendimento 24h, que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:

MÁRCIO GIOVANI GUIESELERPresidente
NEUCI MORMITO FREIRE.....Secretária
ARTHUR BORDIN SBIRISSIA.....Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar fatos, apontando providências cabíveis.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá (SC), 13 de março de 2020

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA
Secretária de Administração

PORTARIAS Nº 5996/2020

Publicação Nº 2543544

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 5.996/2020

Data: 13 de março de 2020

NOMEIA COMISSÃO PROCESSO DE TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS E AUTOMATIZADAS

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, considerando:

- Comunicação Interna nº.098/2020 da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Resolve:

Art.1º Nomear comissão para realizar Processo de Teste Seletivo para contratação temporária de Operador de Máquinas Pesadas e automatizadas, em conformidade com a Lei nº. 016/2007, constituída pelos seguintes servidores:

1. CÉLIA MARIA REINERT.....Presidente
2. VANDRESSA APARECIDA CHERVINSKI.....Secretária
3. CRISTIANE REGINA BITTENCOURT COSTA.....Membro
4. GERSON DOS SANTOS CHAVES.....Membro
5. ELÓI ROBERTO MENDES.....Membro

§ 1º Caberá à Comissão elaborar edital, conferir documentos, realizar a prova prática, divulgar a classificação, julgar recurso, enfim tudo que necessário for para conclusão do referido processo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá (SC), 13 de março de 2020

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA

Secretária de Administração

PORTARIAS Nº 5997/2020

Publicação Nº 2543546

PORTARIA Nº 5.997/2020

De: 13 de março de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 63/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) JULIO MARASCK FAGUNDES, na função temporária de PROFESSOR ANOS INICIAIS I 40H, vinculado à Professora Elizangela Regina da Silva Wrobel (Afastamento Doença).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 13 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5998/2020

Publicação Nº 2543553

PORTARIA Nº 5.998/2020

De: 13 de março de 2020.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 155/03.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) ROSIMERI DO NASCIMENTO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, passando do nível IV – O para o nível IV – P.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 13 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 5999/2020

Publicação Nº 2543554

PORTARIA Nº 5.999/2020

De: 16 de março de 2020.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 155/03.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) EDER ELOY KWIATKOWSKI, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, passando do nível III – C para o nível III – D.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 16 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 6000/2020

Publicação Nº 2543555

PORTARIA Nº 6.000/2020

De: 16 de março de 2020.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 155/03.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) NADEA DA GRAÇA SILVA, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, passando do nível V – E para o nível V – F.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 16 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 6001/2020

Publicação Nº 2543559

PORTARIA Nº 6.001/2020

De: 16 de março de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 13/2020 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) ALESSANDRA TEIXEIRA GUEDES, na função temporária de PROFESSOR DISCIPLINA ARTES I 20H, vinculada à Professora Sandra Devegili (Chefe de Divisão Pedagógica).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 16 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6002/2020

Publicação Nº 2543561

PORTARIA Nº 6.002/2020

De: 16 de março de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 11 de março de 2020 a 04 de abril de 2020, ao (a) servidor (a) JOAO GARCIA DE SOUZA, investido (a) no cargo efetivo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE II, no nível salarial VI – T.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 16 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 6003/2020

Publicação Nº 2543567

PORTARIA Nº 6.003/2020

De: 16 de março de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 16 de março de 2020 a 14 de abril de 2020, ao (a) servidor (a) CLOTILDE MERI TRENTINI, investido (a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 16 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 6004/2020

Publicação Nº 2543570

PORTARIA Nº 6.004/2020.

De: 17 de março de 2020.

Dispõe sobre a nomeação de membros para avaliação de servidor em Estágio Probatório, de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, Art. 19, § 1º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a nomeação de membros para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ANDRÉ DE OLIVEIRA, no cargo efetivo de PROFESSOR I 20HS, no nível salarial I – A 20H, os seguintes Membros:

1º membro: Pamela Todesco

2º membro: Marcelo Schatzmann

3º membro: Solange Maria Rosa

4º membro: Lucilene Aparecida Brodowski

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando a Portaria anterior por motivo de troca de membros.

Itapoá - SC, 17 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 6005/2020

Publicação Nº 2543584

PORTARIA Nº 6.005/2020

De: 17 de março de 2020.

ALTERA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· A Contratação Temporária pelo Edital nº 63/2019 e a solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Alteração de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). ALINE NASCIMENTO MERTENS, na função temporária de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I 40HS, ampliando a carga horária do(a) contratado(a) de 20 para 40 horas semanais, vinculada à Professora Janaína Sartor Jacques.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.03.20.

Itapoá – SC, 17 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIAS Nº 6006/2020

Publicação Nº 2543588

PORTARIA Nº 6.006/2020

De: 17 de março de 2020.

ALTERA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- A Contratação Temporária pelo Edital nº 63/2019 e a solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Alteração de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). HADRYANO MINATTI CAVALARI, na função temporária de PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR ACT 40HS, ampliando a carga horária do(a) contratado(a) de 30 para 40 horas semanais, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 05.03.20.

Itapoá – SC, 17 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6007/2020

Publicação Nº 2543593

PORTARIA Nº 6.007/2020

De: 17 de março de 2020.

ALTERA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- A Contratação Temporária pelo Edital nº 63/2019 e a solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Alteração de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). MARIANI APARECIDA DE MATIAS, na função temporária de PROFESSOR DISCIPLINA MATEMÁTICA ANOS FINAIS I 40HS, ampliando a carga horária do(a) contratado(a) de 20 para 40 horas semanais, vinculada ao Projeto Correção de Fluxo.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 11.03.20.

Itapoá – SC, 17 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6008/2020

Publicação Nº 2543596

PORTARIA Nº 6.008/2020

De: 17 de março de 2020.

ALTERA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- A Contratação Temporária pelo Edital nº 63/2019 e a solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Alteração de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). NATALINE DO NASCIMENTO, na função temporária de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL I 40HS, ampliando a carga horária do(a) contratado(a) de 20 para 40 horas semanais, vinculada às Professoras Claudia Nascimento (20h) e Marcia Sutil de Oliveira Arins (20h).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.03.20.

Itapoá – SC, 17 de março de 2020.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6009/2020

Publicação Nº 2543598

PORTARIA Nº 6.009/2020
De: 17 de março de 2020.
ALTERA CONTRATO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- A Contratação Temporária pelo Edital nº 63/2019 e a solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Alteração de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). NELMA REGINA DE OLIVEIRA, na função temporária de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL I 40HS, ampliando a carga horária do(a) contratado(a) de 20 para 40 horas semanais, vinculada à Professora Daniela Soares.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 02.03.20.

Itapoá – SC, 17 de março de 2020.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6010/2020

Publicação Nº 2543601

PORTARIA Nº 6.010/2020
De: 17 de março de 2020.
Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 155/03.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) ELIANA FRIGO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO II, passando do nível VIII – E para o nível VIII – F.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 17 de março de 2020.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6011/2020

Publicação Nº 2543605

PORTARIA Nº 6.011/2020
De: 17 de março de 2020.
Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 155/03.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) EDNEI JOSE MARTINI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II, passando do nível II – B para o nível II – C.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 17 de março de 2020.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6012/2020

Publicação Nº 2543610

PORTARIA Nº 6.012/2020

De: 17 de março de 2020.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 155/03.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) FÁTIMA CRISTINA BAPTISTA DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II, passando do nível II – B para o nível II – C.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 17 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6013/2020

Publicação Nº 2543664

PORTARIA Nº 6.013/2020

De: 17 de março de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 13/2020 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) GABRIELA INES KUMMER REZENDE, na função temporária de PROFESSOR DISCIPLINA ARTES I 40H, vinculada à Professora Edineia dos Santos (Auxílio-Doença).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 17 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6014/2020

Publicação Nº 2543667

PORTARIA Nº 6.014/2020

De: 17 de março de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 63/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) JOSEANE PATRÍCIA CHEGATTI, na função temporária de PROFESSOR DISCIPLINA MATEMÁTICA ANOS FINAIS I 10H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 17 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6015/2020

Publicação Nº 2543669

PORTARIA Nº 6.015/2020

De: 18 de março de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 63/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) ELISETE TERESINHA GABRIEL, na função temporária de PROFESSOR DISCIPLINA GEOGRAFIA ANOS FINAIS I 10H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 18 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6016/2020

Publicação Nº 2543671

PORTARIA Nº 6.016/2020.

De: 19 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO

AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

- Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) GUILHERME BRAGA DUTRA, investido(a) no cargo efetivo de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, no nível salarial IV – B, com vencimentos integrais, a partir de 10.03.20 e término em 10.04.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 10.03.20.

Itapoá - SC, 19 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6017/2020

Publicação Nº 2543673

PORTARIA Nº 6.017/2020.

De: 19 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO

AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

- Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) CINTIA JULIANA DA SILVA COLOTONI, investido(a) no cargo efetivo de ENFERMEIRO I, no nível salarial VII – A, com vencimentos integrais, a partir de 16.03.20 e término em 16.05.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 16.03.20.

Itapoá - SC, 19 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6018/2020

Publicação Nº 2543675

PORTARIA Nº 6.018/2020

De: 20 de março de 2020.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de progressão automática do (a) servidor (a) ANDRÉ DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I 20H, para a referência Nível I – B, por término de estágio probatório.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 20 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6019/2020

Publicação Nº 2543678

PORTARIA Nº 6.019/2020

De: 20 de março de 2020.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; conforme:

- C.I. nº 188/2020 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar Público a concessão de Progressão Vertical por Nova Titulação, ao(a) servidor(a) ANDRÉ DE OLIVEIRA, passando do cargo efetivo de PROFESSOR I 20h - Nível I – B, para o cargo efetivo de PROFESSOR II 20h - Nível II – A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 20 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6020/2020

Publicação Nº 2543682

PORTARIA Nº 6.020/2020

De: 20 de março de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 77/2019 da Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) PAMELA CRISTINE ALMEIDA SAMPAIO, na função temporária de TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 20 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6021/2020

Publicação Nº 2543689

PORTARIA Nº 6.021/2020

De: 20 de março de 2020.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 155/03.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) PEDRO SERGIO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, passando do nível VI – E para o nível VI – F.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 20 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6022/2020

Publicação Nº 2543694

PORTARIA Nº 6.022/2020

De: 20 de março de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 20 de março de 2020 a 08 de abril de 2020, ao (a) servidor (a) ROSIMERI DO NASCIMENTO, investido (a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV – P.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 20 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6023/2020

Publicação Nº 2543711

PORTARIA Nº 6.023/2020

De: 23 de março de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 23 de março de 2020 a 11 de abril de 2020, ao (a) servidor (a) AMARILDO JOSE ZAGONEL, investido (a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no nível salarial VI – N.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 23 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6024/2020

Publicação Nº 2543716

PORTARIA Nº 6.024/2020.

De: 23 de março de 2020.

EXONERA O(A) SERVIDOR(A), POR APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Exoneração por Aposentadoria Voluntária Tempo de Contribuição, do(a) servidor(a) ROSANA AMARAL DE LIMA, ocupante do cargo efetivo de SUPERVISOR ESCOLAR II, no nível salarial II – G.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 23 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6025/2020

Publicação Nº 2543721

PORTARIA Nº 6.025/2020

De: 23 de março de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 23 de março de 2020 a 11 de abril de 2020, ao (a) servidor (a) ROSETTE ALVES RODRIGUES KORNETOFF, investido (a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no nível salarial VI – F.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 23 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6026/2020

Publicação Nº 2543726

PORTARIA Nº 6.026/2020.

De: 23 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE AUXÍLIO-NATALIDADE DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Lei Municipal 44/2014;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de auxílio-natalidade ao(a) Servidor(a) NADEA DA GRAÇA SILVA, investido(a) no cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, no nível salarial V – F, com início em 13.03.20 e final em 08.09.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 13.03.20.

Itapoá - SC, 23 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6027/2020

Publicação Nº 2544717

PORTARIA Nº 6.027/2020.

De: 23 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE READAPTAÇÃO DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Municipal 44/2014, e conforme:

- Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a readaptação do(a) Servidor(a) SANDRA LUCIA AGUIAR DE SOUZA, investido(a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV – L, na condição: "readaptação funcional para labor que não fique em pé por longo período ou sentada por longa jornada".

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor nesta data, com efeito retroativo à 17.03.20.

Itapoá - SC, 23 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6028/2020

Publicação Nº 2544722

PORTARIA Nº 6.028/2020

De: 24 de março de 2020.

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidores que trabalham no Pronto Atendimento conforme Lei Municipal nº 215/2003.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:

- C.I. nº 045/2020 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Gratificação de 50% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) PAMELA CRISTINE ALMEIDA SAMPAIO, investido(a) no cargo efetivo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40H.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 24 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6029/2020

Publicação Nº 2544723

PORTARIA Nº 6.029/2020

De: 24 de março de 2020.

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR DA SECRETARIA DE SAÚDE.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, conforme:

- Decreto Municipal nº 4367;
- Decreto Municipal nº 4356;
- C.I. nº 047/2020 da Secretaria de Saúde.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Suspensão das Férias do(a) servidor(a) ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA, investido(a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, por motivo ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19, restando 06 dias para que seja gozada posteriormente.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, alterando a Portaria nº 5.971/2020.

Itapoá - SC, 24 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6030/2020

Publicação Nº 2544726

PORTARIA Nº 6.030/2020

De: 24 de março de 2020.

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR DA SECRETARIA DE SAÚDE.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, conforme:

- Decreto Municipal nº 4367;
- Decreto Municipal nº 4356;
- C.I. nº 047/2020 da Secretaria de Saúde.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Suspensão das Férias do(a) servidor(a) CRISTIANE DE FÁTIMA PINHEIRO, investido(a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, por motivo ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19, restando 21 dias para que seja gozada posteriormente.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, alterando a Portaria nº 5.984/2020.

Itapoá - SC, 24 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6031/2020

Publicação Nº 2544727

PORTARIA Nº 6.031/2020

De: 24 de março de 2020.

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR DA SECRETARIA DE SAÚDE.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, conforme:

- Decreto Municipal nº 4367;
- Decreto Municipal nº 4356;
- C.I. nº 047/2020 da Secretaria de Saúde.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Suspensão das Férias do(a) servidor(a) ROSIMERI DO NASCIMENTO, investido(a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, por motivo ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19, restando 17 dias para que seja gozada posteriormente.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, alterando a Portaria nº 6.022/2020.

Itapoá - SC, 24 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6032/2020

Publicação Nº 2544728

PORTARIA Nº 6.032/2020

De: 24 de março de 2020.

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR DA SECRETARIA DE SAÚDE.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, conforme:

- Decreto Municipal nº 4367;
- Decreto Municipal nº 4356;
- C.I. nº 047/2020 da Secretaria de Saúde.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Suspensão das Férias do(a) servidor(a) CLOTILDE MERI TRENTINI, investido(a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, por motivo ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19, restando 26 dias para que seja gozada posteriormente.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, alterando a Portaria nº 6.003/2020.

Itapoá - SC, 24 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6033/2020

Publicação Nº 2544729

PORTARIA Nº 6.033/2020

De: 24 de março de 2020.

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR DA SECRETARIA DE SAÚDE.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, conforme:

- Decreto Municipal nº 4367;
- Decreto Municipal nº 4356;
- C.I. nº 047/2020 da Secretaria de Saúde.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Suspensão das Férias do(a) servidor(a) PRISCILA CRISTINA AMORIM BOZZA, investido(a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, por motivo ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19, restando 05 dias para que seja gozada posteriormente.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, alterando a Portaria nº 5.902/2020.

Itapoá - SC, 24 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 6034/2020

Publicação Nº 2544731

PORTARIA Nº 6.034/2020

De: 26 de março de 2020.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família ao (a) servidor (a) JOSI CRISTINA SCHNEKEMBERG, investido (a) no cargo efetivo de SERVENTE ESCOLAR, no nível salarial I – I, por tempo indeterminado.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 10.03.20.

Itapoá - SC, 26 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2020 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE - SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

Publicação Nº 2543899

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2020

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA, os candidatos relacionados abaixo, para a realização de contratação imediata:

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO
09/06 – 18:11	Gabriela Andrioli Silva	Médico 20h
13/06 – 12:56	Jéssica Gabriele Santos	Médico 20h

Os convocados deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- Cédula de Identidade (RG);
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente;
- Diploma;
- CRM;
- Comprovante de residência;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens e ou IRRF;
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal de Itapoá (RH fornece declaração para abertura da conta)

Itapoá, 29 de junho de 2020.
Sandra Regina Medeiros da Silva
Secretária Municipal de Saúde

DECRETO MUNICIPAL Nº 4488, DE 25 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544742

**Prefeitura de Itapoá – SC**
Chefia de Gabinete do Prefeito

DECRETO MUNICIPAL Nº 4488, DE 25 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares, proveniente de excesso de arrecadação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os artigos 41 inciso I e 43, inciso II da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, artigo 6º inciso IV e V da Lei Orçamentária nº 962, de 09 de dezembro de 2019 – LOA – 2020.

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no orçamento Municipal créditos adicionais suplementares, proveniente de excesso de arrecadação, perfazendo o montante de R\$ 22.420,00 (vinte e dois mil, quatrocentos e vinte reais) conforme segue:

Suplementações:

23 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL E TRÂNSITO

001 Comando da Guarda Municipal

0006.0181.0024.2256 Convênio da Legislação do Trânsito

34490 Aplicações Diretas (582) FR 01100000.....R\$ 21.610,00

13 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2095 Manutenção do Ensino Fundamental

33390 Aplicações Diretas (740) FR 02371300.....R\$ 810,00

Total das suplementações.....R\$ 22.420,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 25 de junho de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete

CARLITO J. CUSTÓDIO JÚNIOR
Secretário da Fazenda

Decreto Municipal nº 4488_2020 – Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares, proveniente de excesso de arrecadação.

1/1

PUBLICACAO ITEM 7.1 ETAPA 3

Publicação Nº 2543183

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****EDITAL CMDCA 001/2020.****Item 7,1, etapa 3**

Cumprindo o estipulado no referido Edital, em especial o item 7.1, Etapa 3, a comissão do Plano de Ação estipulado pelo Pleno deste conselho municipal de direitos, reunida na presente data, torna público que, findo o prazo estabelecido no Edital de Chamamento, declara que a proposta vencedora é **“CENTRO MULTIDISCIPLINAR ESPECIALIZADO EM AUTISMO – AMA ITAPOÁ-SC.**

Relata-se para que a proposta atingiu cem (100) pontos dos cem(100) possíveis.

Atenciosamente,

VIRGINIA MAIRA WORDELL GUBERT
Presidente do CMDCA

1

Av. N. S. do Perpétuo Socorro, 401-A – Itapoá (Em frete à Secretaria Municipal de Educação)
Tel.: (47) 3443-2782 CEP 89.249-000 Itapoá - SC

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO N° 86, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2543684

DECRETO N° 86, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

“Altera o DECRETO N° 079, DE 04 DE SETEMBRO DE 2019 que “Nomeia membros para compor a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI”.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso VI, do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, bem como acordado com a Lei n° 2.293, de 12 de abril de 2010 e tendo em vista a Portaria n° 963, de 31 de julho de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada EDNA LUCKMANN PAZA para compor a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, como titular, em substituição à VILMAR SCHWAMBACH – representante do Poder Executivo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se os efeitos do Decreto N° 079, de 04 de setembro de 2019.

Ituporanga, 29 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL RP N° 30/2020/PMI REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TELHAS METÁLICAS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA EDIFICAÇÃO QUE ABRIGA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, DEVIDO AS PÉSSIMAS CONDIÇÕES DA MESMA COMO PODE SER OBSERVADO NO RELATÓRIO DE VISTORIA - ART 7216890-8. (TENDO EM VIST

Publicação N° 2543220

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL n° 302020

Processo: 44/2020/PMI

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TELHAS METÁLICAS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA EDIFICAÇÃO QUE ABRIGA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, DEVIDO AS PÉSSIMAS CONDIÇÕES DA MESMA COMO PODE SER OBSERVADO NO RELATÓRIO DE VISTORIA - ART 7216890-8. (TENDO EM VISTA QUE NO PROCESSO LICITATÓRIO N. 31/2020 NÃO HOUVE INTERESSADO NO ITEM). FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 10 de julho de 2020 até as 09h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 10 de julho de 2020 às 09h30min no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Editais de Licitações. Ituporanga, 30 de junho de 2020 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL RP N° 31/2020/PMI REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPE, DUPLAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS DE DIVERSOS PNEUS, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Publicação N° 2544265

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL n° 31/2020

Processo: 43/2020/PMI

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPE, DUPLAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS DE DIVERSOS PNEUS, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 13 de julho de 2020 até as 09h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 13 de julho de 2020 às 09h30min no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Editais de Licitações. Ituporanga, 30 de junho de 2020 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício

EXTRATO DE ADITIVO PRAZO TOMADA DE PREÇOS N° 2/2019

Publicação N° 2543209

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC
EXTRATO DE ADITIVO TOMADA DE PREÇOS n°. 2/2019
Processo: 02/2019

1º Termo Aditivo Tomada de Preços n° 2/2019. Contratante: MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratadas: KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ n° 13.624.323/0001-08 e CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA, CNPJ 06.145.928/0001-40. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DE CONCRETOS DAS RUAS ALMIRANTE TAMANDARÉ E CRISTÓVÃO COLOMBO - BAIRRO VILA NOVA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA AUGUSTO WILLEMANN - BAIRRO CERRO NEGRO ORIUNDOS DO CONVÊNIO N° 875097/2018 DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Espécie: Aditivo de Prazo. Tomada de Preços n° 2/2019. O presente termo aditivo, objetiva a alteração do prazo contratual, passando o vencimento para o dia 31/12/2020. Fundamento Legal: art. 65, inciso I, letra b, da Lei Federal n 8.666/93. Data da assinatura: 26 de junho de 2020. Gervasio Jose Maciel – Prefeito em exercício.

PORTARIA N° 1.211, DE 22 DE MAIO DE 2020

Publicação N° 2543884

PORTARIA N° 1.211, DE 22 DE MAIO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor relacionado abaixo como gestor do Processo Licitatório n° 02/2020, de 07 de Janeiro de 2020, modalidade Tomada de Preços n° 02/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de obra (materiais e mão de obra) para pavimentação da Rua Ondino de Souza com lajotas de concreto – Convênio Estado N° 2019TR001498, conforme contrato.

- CARLOS EDUARDO PLENS – Gestor do Contrato
- CARLOS EDUARDO PLENS – Fiscal da Obra

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de hoje.

ITUPORANGA, 22 de maio de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA N° 1.466, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2543864

PORTARIA N° 1.466, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo como gestores do Processo Licitatório n° 05/2020, de 27 de abril de 2020, modalidade Dispensa de Licitação n° 03/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de Kit's de Teste Rápido em Cassete (Covid-19) IgG/IgM para diagnóstico da Covid-19 no município de Ituporanga-SC.

- ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO - Gestor do Contrato
- GEÓRGIA STAUDINGER – Fiscal do Contrato

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de hoje.

ITUPORANGA, 24 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 1.467, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543865

PORTARIA Nº 1.467, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo como gestores do Processo Licitatório nº 14/2020, de 03 de março de 2020, modalidade Pregão Presencial nº 08/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para aquisição de 1 (um) Compactador de Solo 4HP e 1 (uma) Placa Vibratória 7HP para uso da Secretaria de Urbanismo deste município.

- WILMAR VANDRESEN - Gestor do Contrato
- ANDERSON JUNCKES – Fiscal do Contrato

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de hoje.

ITUPORANGA, 24 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 1.468, DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543866

PORTARIA Nº 1.468, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo como gestores do Processo Licitatório nº 23/2020, de 08 de abril de 2020, modalidade Tomada de Preços nº 07/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para pavimentação em paver de concreto do pátio de estacionamento do Paço Municipal, devido a obra de revitalização deste local.

- LIA CAROLINE MIGUEL - Gestor do Contrato
- CARLOS EDUARDO PLENS – Fiscal do Contrato

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de hoje.

ITUPORANGA, 24 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 1.469, DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543868

PORTARIA Nº 1.469, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo como gestores do Processo Licitatório nº 31/2020, de 08 de maio de 2020, modalidade Pregão Presencial nº 14/2020, tendo em vista que o processo licitatório nº 25/2020 – Pregão 07/2020 foi deserto, solicito a abertura de nova licitação para aquisição através de registro de preços, de materiais para reforma da cobertura da edificação que abriga a Secretaria de Infraestrutura.

- LUISMAR AGUIAR SENA - Gestor do Contrato
- MORGANA CASATTI – Fiscal do Contrato

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de hoje.

ITUPORANGA, 24 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 1.471, DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543680

PORTARIA Nº 1.471, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde o servidor WILSON KNAUL, ocupante do cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, no período de 15/06/2020 a 28/06/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de junho de 2020.

Ituporanga, SC, 24 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

NILSON WERTER
Secretário da Fazenda e
Diretor Presidente da Fundação FEXPONACE

PORTARIA Nº 1.472, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543869

PORTARIA Nº 1.472, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento Nº 3773/2019 e considerando a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio em período oportuno a(o) servidor(a) MARILIA WILLEMANN DEUTTNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE CONTROLE INTERNO, no Gabinete do Prefeito, referente o período aquisitivo de 01/06/2015 a 01/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retrativos a 17 de junho de 2020.

Ituporanga, 24 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 1.473, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543871

PORTARIA Nº 1.473, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento Nº 3773/2019 e considerando a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio em período oportuno a(o) servidor(a) TIAGO JESSER MARQUES VIEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, na Secretaria da Fazenda, referente o período aquisitivo de 08/06/2015 a 08/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retrativos a 16 de junho de 2020.

Ituporanga, 24 de junho de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

NILSON WERTER
Secretário da Fazenda e
Diretor Presidente da Fundação FEXPONACE

PORTARIA Nº 1.502 DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543873

PORTARIA Nº 1.502 DE 26 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) ZULEIDE DUMES HESSMANN, ocupante do cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, na Secretaria da Fazenda, a gozar férias pelo período de 10 (dez) dias a contar de 15/06/2020 a 24/06/2020, referente ao período aquisitivo de 13/04/2017 a 12/04/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de junho de 2020.

Ituporanga, 26 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

NILSON WERTER
Secretário da Fazenda e
Diretor Presidente da Fundação FEXPONACE

PORTARIA Nº 1.503, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543874

PORTARIA Nº 1.503, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com as Leis nº 11.770, de 09 de setembro de 2008, bem como Decreto nº 708, de 24 de novembro de 2009 e Requerimento nº 2467/2019, **RESOLVE:**

Art. 1º. PRORROGAR a licença gestação da servidora CLAUDIA STALOGH, ocupante do cargo em caráter temporário de AGENTE ADMINISTRATIVO, no Departamento de Recursos Humanos, na Secretaria da Administração, concedida pela Portaria Nº 773/2020, pelo prazo de sessenta (60) dias, no período de 27/06/2020 a 25/08/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos a partir de 27 de junho de 2020.

Ituporanga, SC, 26 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 1.507, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543683

PORTARIA Nº 1.507, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, **RESOLVE:**

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, JARDEL MORAES ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de hoje, com efeitos a partir de 30 de junho de 2020.

Ituporanga, SC, 29 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

Jaborá

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2020

Publicação Nº 2544700

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Contrato Administrativo nº: 27/2020.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA GESTÃO ESCOLAR INTEGRADO, COMPREENDENDO SISTEMAS DE: CADASTRO DE UNIDADES ESCOLAR; MATRIZ CURRICULAR; FÓRMULAS DE AVALIAÇÃO; CALENDÁRIO ESCOLAR; ENSINO INFANTIL; ENSINO REGULAR; GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS; CONSULTA, ESTATÍSTICO E GERENCIAL (WEB); E PORTAL DO ALUNO (WEB), BEM COMO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO NOS REFERIDOS SISTEMAS, CONFORME CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E DESCRIÇÕES DEFINIDAS NOS SEUS ANEXOS.

Valor: R\$ 3.780,00 (Três mil e setecentos e oitenta reais)

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: INTELLIBR SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.982.125/0001-76.

Jaborá, SC, 30 de junho de 2020.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 091/2020

Publicação Nº 2543340

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 091, de 29 de junho de 2020.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias de 30 (trinta) dias os servidores abaixo relacionados, referente ao período aquisitivo e de gozo em anexo, parte integrante desta portaria, sendo:

1. Aldo Guarese
2. Alceu Antônio Reck
3. Cláudia Corradi Toniello
4. Iolando Perez de Oliveira
5. Luciane de Oliveira
6. Mauri de Oliveira Ramos

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29/06/2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 30/junho/2020.

MARLENE FÁTIMA MAGNABOSCO DA CRUZ PICINATTO

Secretária de Administração

Jacinto Machado**PREFEITURA****DECRETO Nº 062 DE 09 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2543352

DECRETO Nº 062 DE 09 DE JUNHO DE 2020.

cria nova CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinadas com os artigos 7º e 43, IV, da Lei Federal nº 4.320/64 e em conformidade com a autorização no Artigo 9º, da Lei Municipal nº. 909 de 11 de Dezembro de 2019.

Considerando os dispositivos da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2020 - Lei Municipal nº 908/2019, em especial o contido no seu artigo 47;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2, 3 e 4, do Prejulgado nº 1794, resultante da Decisão Plenária nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Modalidade de Aplicação e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial;

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluído no Orçamento Municipal a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), a qual passa integrar o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Exercício de 2020, com a seguinte estrutura, para realização de transposição orçamentária.

Entidade: 4- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.93.00.00.00.0725 (42) – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos R\$ 200.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 200.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior correrão por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Entidade: 4- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0725 (12) – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 09 de Junho de 2020.

Jacinto Machado/SC, 09 de Junho de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº 063 DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543355

DECRETO Nº 063 DE 09 DE JUNHO DE 2020.

cria nova CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSOS, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinadas com os artigos 7º e 43, IV, da Lei Federal nº 4.320/64 e em conformidade com a autorização no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 909

de 11 de Dezembro de 2019.

Considerando os dispositivos da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2020 - Lei Municipal nº 908/2019, em especial o contido no seu artigo 47;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado nº 1794, resultante da Decisão Plenária nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Modalidade de Aplicação e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial;

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluído no Orçamento Municipal a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), a qual passa integrar o Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Jacinto Machado, com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Projeto/Atividade: 2.026 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: (31) – 3.1.90.00.00.00.00.00.0740 – Aplicações Diretas R\$ 17.715,11

TOTAL GERAL R\$ 17.715,11

Art. 2º- Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento da Unidade Fundo Municipal de Assistência Social de Jacinto Machado, por conta do excesso de arrecadação, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no valor de R\$ 17.715,11 (Dezessete Mil, Setecentos e Quinze Reais e Onze Centavos), conforme abaixo especificado:

Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Projeto/Atividade: 2.026 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: (31) – 3.1.90.00.00.00.00.00.0740 – Aplicações Diretas R\$ 17.715,11

TOTAL GERAL R\$ 17.715,11

Art. 3º - Os recursos financeiros para suprir as despesas por conta da suplementação de que trata o artigo 2º foram creditados na conta corrente nº 5.235-3, Agência 2192-X do Banco do Brasil vinculados as Transferências da parcela correspondente ao auxílio destinado as áreas de Saúde e Assistência Social da Lei Complementar nº 173, de 27 de Maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000, e dá outras providências. Os recursos financeiros supra mencionados encontram-se depositados no Banco do Brasil, Agência 2192-X, Conta nº 18.776-3 de titularidade do Fundo Municipal de Assistência Social, destinada especificamente a movimentação destes recursos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de 09 de Junho de 2020.

Jacinto Machado/SC, 09 de Junho de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº 064 DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543356

DECRETO Nº 064 DE 09 DE JUNHO DE 2020.

cria nova CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSOS, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinadas com os artigos 7º e 43, IV, da Lei Federal nº 4.320/64 e em conformidade com a autorização no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 909 de 11 de Dezembro de 2019.

Considerando os dispositivos da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2020 - Lei Municipal nº 908/2019, em especial o contido no seu artigo 47;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado nº 1794, resultante da Decisão Plenária nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Modalidade de Aplicação e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial;

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluído no Orçamento Municipal a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), a qual passa integrar o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: (43) – 3.1.90.00.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL GERAL R\$ 20.000,00

Art. 2º- Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento da Unidade Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, por conta do excesso de arrecadação, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: (43) – 3.1.90.00.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL GERAL R\$ 20.000,00

Art. 3º - Os recursos financeiros para suprir as despesas por conta da suplementação de que trata o artigo 2º foram creditados na conta corrente nº 5.235-3, Agência 2192-X do Banco do Brasil vinculados as Transferências da parcela correspondente ao auxílio destinado as áreas de Saúde e Assistência Social da Lei Complementar nº 173, de 27 de Maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000, e dá outras providências. Os recursos financeiros supra mencionados encontram-se depositados no Banco do Brasil, Agência 2192-X, Conta nº 18.778-X de titularidade do Fundo Municipal de Saúde, destinada especificamente a movimentação destes recursos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de 09 de Junho de 2020.

Jacinto Machado/SC, 09 de Junho de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

LEI Nº 913 DE 26 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543357

LEI Nº 913 DE 26 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO MENSAL DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO PARA A LEGISLATURA 2021/2024.

JOÃO BATISTA MEZZARI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal dos Vereadores do Município de Jacinto Machado para a Legislatura 2021/2024 será fixado nos termos desta Lei.

Art. 2º Os Vereadores de Jacinto Machado receberão um subsídio mensal no valor de R\$ 4.128,14 (quatro mil, cento e vinte e oito reais e catorze centavos).

§ 1º A ausência do Vereador à sessão plenária ordinária ou extraordinária, sem qualquer justificativa legal, determinará o desconto em seu subsídio mensal de R\$ 1.032,00 (um mil e trinta e dois reais) por falta registrada, sendo que o valor deste desconto será reajustado nos mesmos índices e datas da revisão geral anual da remuneração dos servidores municipais.

§ 2º Considera-se, como justificativa legal, para efeitos do disposto no parágrafo anterior, a apresentação de atestado médico ou de submeter aprovação, em Plenário, sob a forma de requerimento, da exposição de motivos que ensejou a ausência, que será apresentada em até 15 (quinze) dias, contados do registro da ausência na sessão plenária ordinária ou extraordinária.

§ 3º As sessões plenárias extraordinárias, as solenes e as especiais não serão remuneradas em hipótese alguma.

§ 4º É vedado o pagamento de parcela indenizatória relativa à convocação de sessão legislativa extraordinária.

Art. 3º O subsídio mensal do Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado será fixado no valor de R\$ 4.953,79 (quatro mil, novecentos e cinquenta e três reais e setenta e nove centavos).

Parágrafo único. O substituto legal que, na forma regimental, assumir a Presidência da Câmara, nos impedimentos ou afastamentos do Presidente, fará jus ao recebimento do valor do subsídio do Presidente previsto no caput deste artigo, sendo pago proporcionalmente ao período da substituição.

Art. 4º O subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara não poderá ser alterado durante a vigência da legislatura, mais será assegurado a revisão de sua expressão monetária, anualmente, visando garantir sua irredutibilidade em relação ao valor fixado nesta Lei, sempre de acordo com os mesmos índices e datas aplicadas para a concessão da revisão geral anual da remuneração dos servidores do Município de Jacinto Machado, conforme dispõe a Lei Municipal nº 809, de 31 de março de 2016.

§ 1º É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 2º A ultrapassagem dos limites anuais impedirá o pagamento dos próximos subsídios, ou ainda, importará na devolução dos subsídios pagos indevidamente.

§ 3º É vedada, nos exercícios seguintes, a recuperação de valores não pagos em decorrência dos limites constitucionais e legais.

Art. 5º O subsídio mensal dos Vereadores será pago normalmente durante os recessos parlamentares, independentemente da convocação de sessão legislativa extraordinária.

Art. 6º Os Vereadores contribuirão, no período a que se refere esta Lei, para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), observadas as regras previstas na legislação federal previdenciária.

Parágrafo único. No caso de o Vereador ser titular de cargo efetivo e, na hipótese de haver acúmulo de remuneração, contribuirá, observada a respectiva legislação previdenciária.

Art. 7º A licença por motivo de saúde, desde que comprovada por atestado médico, será remunerada pelo Poder Legislativo pelo período de até 15 (quinze) dias, cabendo ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) a complementação do subsídio referente ao período restante da licença concedida por motivo de saúde.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2021.

Jacinto Machado/SC, 26 de junho de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

LEI Nº 914 DE 26 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543359

LEI Nº 914 DE 26 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, PARA O QUADRIÊNIO DE 2021/2024.

JOÃO BATISTA MEZZARI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Jacinto Machado para o quadriênio 2021/2024 será estabelecido nos termos desta Lei.

Art. 2º O Prefeito Municipal receberá um subsídio mensal no valor de R\$ 12.384,43 (doze mil, trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e três centavos).

Art. 3º O Vice-Prefeito receberá um subsídio mensal no valor de R\$ 4.953,79 (quatro mil, novecentos e cinquenta e três reais e setenta e nove centavos).

Art. 4º O substituto que, na forma legal, assumir a chefia do Poder Executivo, durante os afastamentos ou impedimentos do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio pago ao Prefeito, previsto no art. 2º desta Lei, pago proporcionalmente ao período da substituição.

Art. 5º O subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito não poderá ser alterado durante o quadriênio 2021/2024, mais será assegurado a revisão de sua expressão monetária, anualmente, visando garantir sua irredutibilidade em relação ao valor fixado nesta Lei, sempre de acordo com os mesmos índices e datas aplicadas para a concessão da revisão geral anual da remuneração dos servidores do Município de Jacinto Machado, conforme dispõe a Lei Municipal nº 809, de 31 de março de 2016.

Art. 6º A licença por motivo de saúde, desde que comprovada, será remunerada pelo Poder Executivo pelo período de até 15 (quinze) dias, cabendo ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o pagamento do subsídio durante o período restante de afastamento do cargo.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2021.

Jacinto Machado/SC, 26 de junho de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

LEI Nº 915 DE 26 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543361

LEI Nº 915 DE 26 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO MENSAL DOS SECRETÁRIOS DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO PARA O QUADRIÊNIO DE 2021/2024.

JOÃO BATISTA MEZZARI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal dos Secretários Municipais do Município de Jacinto Machado para o quadriênio 2021/2024 será fixado nos termos desta Lei.

Art. 2º Os Secretários Municipais receberão um subsídio mensal no valor de R\$ 4.953,79 (quatro mil, novecentos e cinquenta e três reais e setenta e nove centavos).

Parágrafo único. Os Secretários Municipais serão remunerados, exclusivamente, por subsídio pago em parcela única, ficando vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 3º O substituto que, na forma legal, assumir interinamente o cargo de Secretário Municipal durante os afastamentos ou impedimentos do titular do cargo, fará jus ao recebimento do valor do subsídio mensal previsto no art. 2º desta lei, sendo pago proporcional ao período da substituição.

Art. 4º O subsídio mensal dos Secretários Municipais não poderá ser alterado durante o quadriênio 2021/2024, mais será assegurado a revisão de sua expressão monetária, anualmente, visando garantir sua irredutibilidade em relação ao valor fixado nesta Lei, sempre de acordo com os mesmos índices e datas aplicadas para a concessão da revisão geral anual da remuneração dos servidores do Município de Jacinto Machado, conforme dispõe a Lei Municipal nº 809, de 31 de março de 2016.

Art. 5º Além do subsídio mensal, pago em parcela única, os Secretários Municipais perceberão em dezembro de cada ano, na mesma data em que for pago o décimo-terceiro aos servidores municipais, um valor igual ao respectivo subsídio vigente no mês anterior, a título de décimo-terceiro.

Art. 6º A licença por motivo de saúde, desde que comprovada, será remunerada pelo Poder Executivo pelo período de até 15 (quinze) dias, cabendo ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o pagamento do subsídio durante o período restante de afastamento do cargo.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2021.

Jacinto Machado/SC, 26 de junho de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 063/2020

Publicação N° 2543938

APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS N° 137/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 240/2019
Contratada: PROVILLE INFORMÁTICA LTDA EPP – CNPJ/MF n° 74.011.974/0001-07

APOSTILA N° 063/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como nos Ofícios n° 171/2020/SEMOP e n° 018/2020/SEMA/DTI, fica incluída a seguinte dotação orçamentária, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.122.0300.2300	Manutenção das atividades administrativas - Obras	3.3.90 – Aplicações Diretas	784	0.1.00.0080

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.

Argos José Burgardt – Secretário de Administração

Alceu Gilmar Moretti – Gestor do Fundo Municipal de Saúde – FMS

André de Carvalho Ferreira – Ordenador do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Cesar Humberto Rocha – Presidente da FUJAMA

APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 064/2020

Publicação N° 2543939

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 019/2020
Contratada: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME – CNPJ/MF 15.843.503/0001-04

APOSTILA N° 064/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício n° 182/2020/SEMOP, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.3.39.0555
09.001.15.452.0451.2308	Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	287	0.3.39.0555

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Argos José Burgardt – Secretário de Administração

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

André de Carvalho Ferreira – Gestor do FMAS e Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do FMS e Secretário Municipal de Saúde

APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 065/2020

Publicação N° 2543940

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2020
ATA DE REGISTR/O DE PREÇOS N° 020/2020
Contratada: NOVA ERA IND. DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI – CNPJ/MF 06.325.185/0001-90

APOSTILA N° 065/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício n° 182/2020/SEMOP, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.3.39.0555
09.001.15.452.0451.2308	Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	287	0.3.39.0555

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
Argos José Burgardt – Secretário de Administração

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
André de Carvalho Ferreira – Gestor do FMAS e Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Alceu Gilmar Moretti
Gestor do FMS e Secretário Municipal de Saúde

APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 066/2020

Publicação N° 2543941

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2020
ATA DE REGISTR/O DE PREÇOS N° 021/2020
Contratada: LILI CASA E CONSTRUÇÃO EIRELI – CNPJ/MF 78.268.810/0001-10

APOSTILA N° 066/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício n° 182/2020/SEMOP, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.3.39.0555
09.001.15.452.0451.2308	Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	287	0.3.39.0555

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
Argos José Burgardt – Secretário de Administração

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
André de Carvalho Ferreira – Gestor do FMAS e Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Alceu Gilmar Moretti
Gestor do FMS e Secretário Municipal de Saúde

APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 067/2020

Publicação Nº 2543943

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2020
ATA DE REGISTR/O DE PREÇOS Nº 022/2020
Contratada: NASATO & CIA LTDA – CNPJ/MF 72.100.381/0001-91

APOSTILA Nº 067/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 182/2020/SEMOP, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.3.39.0555
09.001.15.452.0451.2308	Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	287	0.3.39.0555

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
Argos José Burgardt – Secretário de Administração

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
André de Carvalho Ferreira – Gestor do FMAS e Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Alceu Gilmar Moretti
Gestor do FMS e Secretário Municipal de Saúde

APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 068/2020

Publicação Nº 2543945

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2020
ATA DE REGISTR/O DE PREÇOS Nº 023/2020
Contratada: TELAS SEIDEL EIRELI – CNPJ/MF 11.697.878/0001-44

APOSTILA Nº 068/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 182/2020/SEMOP, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.3.39.0555
09.001.15.452.0451.2308	Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	287	0.3.39.0555

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
Argos José Burgardt – Secretário de Administração

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
André de Carvalho Ferreira – Gestor do FMAS e Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Alceu Gilmar Moretti
Gestor do FMS e Secretário Municipal de Saúde

APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 069/2020

Publicação Nº 2543946

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2020
ATA DE REGISTR/O DE PREÇOS Nº 024/2020
Contratada: PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA – CNPJ/MF 80.443.427/0001-01

APOSTILA Nº 069/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 182/2020/SEMOP, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.3.39.0555
09.001.15.452.0451.2308	Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	287	0.3.39.0555

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
Argos José Burgardt – Secretário de Administração

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
André de Carvalho Ferreira – Gestor do FMAS e Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Alceu Gilmar Moretti
Gestor do FMS e Secretário Municipal de Saúde

APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 070/2020

Publicação Nº 2543949

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2020
ATA DE REGISTR/O DE PREÇOS Nº 025/2020
Contratada: PEDREIRA RIO BRANCO LTDA – CNPJ/MF 83.618.975/0001-05

APOSTILA Nº 070/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 182/2020/SEMOP, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.3.39.0555
09.001.15.452.0451.2308	Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	287	0.3.39.0555

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
Argos José Burgardt – Secretário de Administração

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
André de Carvalho Ferreira – Gestor do FMAS e Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Alceu Gilmar Moretti
Gestor do FMS e Secretário Municipal de Saúde

APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 071/2020

Publicação N° 2543951

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2020
ATA DE REGISTR/O DE PREÇOS N° 026/2020
Contratada: BRITAGEM TRÊS RIOS EIRELI – CNPJ/MF 08.649.579/0001-20

APOSTILA N° 071/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício n° 182/2020/SEMOP, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.3.39.0555
09.001.15.452.0451.2308	Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	287	0.3.39.0555

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
Argos José Burgardt – Secretário de Administração

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
André de Carvalho Ferreira – Gestor do FMAS e Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Alceu Gilmar Moretti
Gestor do FMS e Secretário Municipal de Saúde

APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 072/2020

Publicação N° 2543954

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2020
ATA DE REGISTR/O DE PREÇOS N° 027/2020
Contratada: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME– CNPJ/MF 18.138.763/0001-69

APOSTILA N° 072/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício n° 182/2020/SEMOP, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.3.39.0555
09.001.15.452.0451.2308	Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	287	0.3.39.0555

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
Argos José Burgardt – Secretário de Administração

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
André de Carvalho Ferreira – Gestor do FMAS e Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Alceu Gilmar Moretti
Gestor do FMS e Secretário Municipal de Saúde

APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 073/2020

Publicação N° 2543956

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2020

ATA DE REGISTR/O DE PREÇOS N° 028/2020

Contratada: AVIZ COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA- CNPJ/MF 85.359.073/0001-27

APOSTILA N° 073/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 182/2020/SEMOP, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.3.39.0555
09.001.15.452.0451.2308	Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	287	0.3.39.0555

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Argos José Burgardt – Secretário de Administração

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

André de Carvalho Ferreira – Gestor do FMAS e Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do FMS e Secretário Municipal de Saúde

APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 074/2020

Publicação N° 2543958

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2020

ATA DE REGISTR/O DE PREÇOS N° 029/2020

Contratada: P&P COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA – CNPJ/MF 10.173.601/0001-50

APOSTILA N° 074/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 182/2020/SEMOP, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.3.39.0555
09.001.15.452.0451.2308	Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	287	0.3.39.0555

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Argos José Burgardt – Secretário de Administração

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

André de Carvalho Ferreira – Gestor do FMAS e Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do FMS e Secretário Municipal de Saúde

APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 075/2020

Publicação Nº 2543961

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2020
ATA DE REGISTR/O DE PREÇOS Nº 030/2020
Contratada: SERTÃO FIBRAS INDÚSTRIA LTDA – CNPJ/MF 26.227.604/0001-69

APOSTILA Nº 075/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 182/2020/SEMOP, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.3.39.0555
09.001.15.452.0451.2308	Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	287	0.3.39.0555

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
Argos José Burgardt – Secretário de Administração

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
André de Carvalho Ferreira – Gestor do FMAS e Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Alceu Gilmar Moretti
Gestor do FMS e Secretário Municipal de Saúde

APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 076/2020

Publicação Nº 2543964

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2020
ATA DE REGISTR/O DE PREÇOS Nº 031/2020
Contratada: ELTON LUIZ MADEIRA EPP – CNPJ/MF 27.666.061/0001-49

APOSTILA Nº 076/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 182/2020/SEMOP, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.3.39.0555
09.001.15.452.0451.2308	Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	287	0.3.39.0555

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
Argos José Burgardt – Secretário de Administração

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
André de Carvalho Ferreira – Gestor do FMAS e Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Alceu Gilmar Moretti
Gestor do FMS e Secretário Municipal de Saúde

APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 077/2020

Publicação Nº 2543965

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2020
ATA DE REGISTR/O DE PREÇOS Nº 032/2020
Contratada: ANDRÉ FELIX MAES CORDEIRO – CNPJ/MF 16.937.642/0001-51

APOSTILA Nº 077/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 182/2020/SEMOP, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0451.2305	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – Aplicações Diretas	283	0.3.39.0555
09.001.15.452.0451.2308	Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	287	0.3.39.0555

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Argos José Burgardt – Secretário de Administração

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

André de Carvalho Ferreira – Gestor do FMAS e Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do FMS e Secretário Municipal de Saúde

DECRETO Nº 14.005/2020

Publicação Nº 2544122

D E C R E T O Nº 14.005/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 150.810,00 (Cento e cinquenta mil, oitocentos e dez reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Secel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.001 - CULTURA

39.001.13.392.1100.4.108 - Incentivar Talentos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.001.573 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios R\$ 150.810,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 150.810,00 (Cento e cinquenta mil, oitocentos e dez reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 14.006/2020

Publicação Nº 2544125

D E C R E T O Nº 14.006/2020

Autoriza o Município de Jaraguá do Sul, por Intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, Através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a Adquirir, por Doação, da União, por Intermédio do Ministério da Saúde, Através da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde / Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência / Coordenação-Geral de Urgência, o Bem que Especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 0544/2020/Semsa, de 24/06/2020, da Secretaria Municipal de Saúde;

DECRETA :

Art.1º Fica o Município de Jaraguá do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com fundamento no artigo 9º, §1º, III, e no artigo 12, §1º, da Lei Municipal Nº 3.875/2005, de 13/07/2005, alterada pelas Leis Municipais Nºs 4.571/2007, de 27/02/2007, 5.869/2011, de 17/02/2011, e 7.385/2017, de 24/05/2017, autorizado a adquirir, por doação, da União, por intermédio do Ministério da Saúde, através da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde / Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência / Coordenação-Geral de Urgência, com fundamento no Decreto Federal Nº 9.373/2018 e no Termo de Doação Nº 0013/2020, publicado no Diário Oficial da União, Edição Nº 78, Seção 3, fls. 80, de 24/04/2020, 01 (um) veículo Automotor Furgão, Espécie/Tipo ESP/CAMINHÃO/AMBULÂNCIA, Marca/Modelo I/MB 415SPRINTER REV AMB, ano de fabricação/modelo 2019/2019, Categoria Oficial, cor branca, a diesel, placa RAI8H96, Código de Renavam Nº 1229197254, chassi Nº 8AC906633KE171815.

Art.2º Fica o Município de Jaraguá do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), autorizado a celebrar Termo de Permissão de Uso de Bem Público com a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE JARAGUÁ DO SUL - "BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS", objetivando a permissão de uso, em caráter precário e sem ônus, de 01 (um) veículo Automotor Furgão, Espécie/Tipo ESP/CAMINHÃO/AMBULÂNCIA, Marca/Modelo I/MB 415SPRINTER REV AMB, ano de fabricação/modelo 2019/2019, Categoria Oficial, cor branca, a diesel, placa RAI8H96, Código de Renavam Nº 1229197254, chassi Nº 8AC906633KE171815, descrito no artigo 1º, do presente Decreto.

Art.3º O bem de que trata o artigo 2º deve ser utilizado, exclusivamente, no desenvolvimento dos serviços e ações de assistência de urgência médica à população, visando à melhoria da qualidade de atendimento e o aperfeiçoamento e expansão da capacidade operacional do Sistema Único de Saúde (SUS), em especial na atenção às urgências - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, não podendo haver destinação para quaisquer outros fins.

Art.4º A permissão de uso terá prazo indeterminado, contado a partir da data de publicação do Termo de Permissão de Uso no órgão de publicações oficiais do Município, podendo ser revogada a qualquer tempo se o interesse público assim o exigir e em caso de descumprimento das condições impostas à Permissionária, mediante comunicação expressa, com antecedência de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. A presente permissão de uso é outorgada de forma precária e sem prazo de duração, ficando vedado qualquer tipo de cessão, aluguel ou transferência, total ou parcial, do uso ou posse do bem.

Art.5º O Termo de Permissão de Uso poderá sofrer modificações no todo ou em parte, por ato unilateral do Permitente, ou ato bilateral, podendo, ainda, ser rescindido de pleno direito por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e/ou condições, independentemente da ação, modificação ou interpelação judicial.

Art.6º A conservação, zelo e manutenção do bem público constituem obrigação indeclinável e permanente da Permissionária, respondendo civil e penalmente pelas perdas e danos que causar em decorrência da Permissão, sendo os dirigentes solidariamente responsáveis.

Art.7º Será firmado Termo de Permissão de Uso subsidiário a este Decreto.

Art.8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 14.007/2020

Publicação Nº 2544126

D E C R E T O Nº 14.007/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, Mediante Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), para readequação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), a saber:

19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

19.001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

19.001.16.482.601.2.505 - Implantação de Infraestrutura, Equipamentos Urbanos e Outros - Regularização Fundiária Urbana
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
19.001.441 3.3.90 - Aplicações Diretas
0.6.93.0060 - SF - Recursos de Amortização R\$ 25.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), a saber:

19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
19.001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
19.001.16.482.601.2.505 - Implantação de Infraestrutura, Equipamentos Urbanos e Outros - Regularização Fundiária Urbana
4.4.00 - INVESTIMENTOS
19.001.442 4.4.90 - Aplicações Diretas
0.6.93.0060 - SF - Recursos de Amortização R\$ 25.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO N° 14.008/2020

Publicação N° 2544128

D E C R E T O N° 14.008/2020

Dispõe Sobre o Fornecimento Provisório de Água pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), Regulamenta a Lei Municipal N° 7.015/2015, de 02 de Abril de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde (MS), da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina (SES-SC) e da Secretaria Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul, que estabelecem a higiene das mãos como ação indispensável e fundamental para a prevenção da contaminação pela COVID-19;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO que, no Município de Jaraguá do Sul, muitas residências não utilizam água tratada fornecida pelo sistema público, fazendo seu abastecimento a partir de nascentes e pequenos olhos d'água;

CONSIDERANDO que as condições de restrição hídrica decorrentes do extenso período de estiagem estão impedindo o aproveitamento das águas, colocando em risco a disponibilidade de água a estas famílias neste momento tão essencial;

CONSIDERANDO os dados do CIRAM/EPAGRI, firmando a previsão de precipitação de chuva abaixo da média climatológica em Santa Catarina para o trimestre de abril, maio e junho de 2020, devendo ficar ainda mais escassa, permanecendo com as características observadas nos meses anteriores;

CONSIDERANDO que o volume pluviométrico dos últimos meses tem sido bem abaixo da média para esse período, situação essa que vem se alastrando desde julho de 2019, afetando todo o território do Município (perímetro urbano e zona rural);

CONSIDERANDO o disposto no Boletim Hidrometeorológico Integrado Voltado para o Abastecimento Urbano - Edição N° 005/2020, publicado pelas Secretarias de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE) e da Defesa Civil (DC) em 03/06/2020, que apresenta as condições hidrológicas dos rios do Estado de Santa Catarina e avalia os impactos exclusivamente de abastecimento urbano nos municípios;

CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 46/2020, de 23/06/2020, e demais documentos da Diretoria de Defesa Civil do Município, que relatam a ocorrência de estiagem no Município que, aliada à pandemia do Coronavírus, leva à necessidade de intensificação das condições de higienização, pronunciando-se, assim, favorável ao fornecimento provisório de água nas áreas com restrições para ocupação, onde muitas unidades não utilizam água tratada fornecida pelo sistema público e que fazem seu abastecimento a partir de nascentes e pequenos olhos d'água;

CONSIDERANDO que a Diretoria de Defesa Civil, no expediente supracitado, informa que, para caracterizar a estiagem em Santa Catarina utiliza-se o critério da SEDEC/MI, no qual a estiagem é definida a partir da redução da precipitação para 60% (sessenta por cento) em relação às normais climatológicas mensais;

CONSIDERANDO que, através dos dados da SEDEC/MI, constantes da Figura 4, do Anexo Único, que integra o presente Decreto, a situação mais crítica é observada entre as regiões do Litoral Sul, Florianópolis, Vale do Itajaí e Litoral Norte, nas quais a chuva ficou abaixo de 20% (vinte por cento) do esperado para o mês;

CONSIDERANDO o teor do artigo 48, da Resolução Normativa Nº 19, de 27 de março de 2019, da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), que dispõe que as ligações de água ou de esgoto para unidades situadas em áreas com restrições para ocupação somente serão liberadas mediante autorização expressa da autoridade municipal competente e/ou entidade do meio ambiente, ou por determinação judicial;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal Nº 7.015/2015, de 02/04/2015, especificamente o disposto nos artigos 2º e 5º, dispositivos que foram levados à apreciação do Supremo Tribunal Federal na ADPF Nº 452, onde, apesar de o foco estar direcionado para o fornecimento de energia elétrica, a Ministra Carmem Lúcia ressaltou que "... na Constituição da República se atribuiu aos municípios competência para editar normas destinadas a 'promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do solo, do parcelamento e da ocupação do solo urbano' (inciso VIII, do artigo 30), e a fixar diretrizes gerais com o objetivo de 'ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos habitantes'";

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 8.503/2012, de 21/03/2012, que regulamenta os serviços públicos de água e esgoto sanitário prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae);

CONSIDERANDO a disponibilidade técnica do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae) e o número de pedidos registrados em virtude da estiagem que assola o Estado;

CONSIDERANDO, ainda, as motivações dos Decretos Municipais que tratam das questões relacionadas ao Coronavírus;

DECRETA :

Art.1º Fica estabelecida a ligação de água em caráter precário, na categoria denominada "Ligação Temporária".

Art.2º A Ligação Temporária pressupõe a instalação de hidrômetro e a cobrança dos serviços na Categoria "Residencial" ou "Social", desde que atendidos os requisitos exigidos pela Lei Municipal Nº 7.015/2015, de 02/04/2015.

Art.3º O interessado deve apresentar, quando do pedido da Ligação Temporária, os seguintes documentos:

I - CPF do interessado;

II - fatura de energia elétrica para a confirmação do endereço, se possível.

Art.4º A Ligação Temporária fica vinculada ao período de situação de emergência relacionada à Covid-19, declarada pelo Decreto Estadual Nº 515, de 17/03/2020, e pelo Decreto Municipal Nº 13.723/2020, de 18/03/2020, e alterações.

§1º Expirada a situação de emergência, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae) buscará, perante aos usuários atendidos por este Decreto, a possibilidade de transformação da Ligação Temporária em Definitiva.

§2º Na transformação da Ligação Temporária em Definitiva, deverão ser observadas as disposições contidas no Regulamento dos serviços públicos de água e esgoto sanitário do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), aprovado pelo Decreto Municipal Nº 8.503/2012, de 21/03/2012; na Resolução Normativa Nº 19/2019, de 27/03/2019, da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS); e na Lei Municipal Nº 7.015/2015, de 02/04/2015.

Art.5º A Ligação Temporária será realizada onde existir rede pública de abastecimento ou, quando assim não for, onde houver a possibilidade de extensão da rede em até 50m (cinquenta metros).

Art.6º Integra o presente Decreto o Anexo Único, composto por Figura 1 - Chuva Acumulada (Maio/2020), Figura 2 - Anomalia de Chuva (Maio/2020), Figura 3 - Número de Dias Sem Chuva (Maio/2020) e Figura 4 - Porcentagem de Chuva em Relação a Média (Maio/2020).

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 14.008/2020 - ANEXO

Publicação Nº 2544129

DECRETO MUNICIPAL Nº 14.008/2020

ANEXO ÚNICO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 14.008/2020

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, o Anexo Único do Decreto Municipal Nº 14.008/2020 encontra-se disponível no link abaixo:

<https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=23011>

DECRETO Nº 14.009/2020

Publicação Nº 2544131

D E C R E T O Nº 14.009/2020

Substitui Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 036/2020/CMDCA/JS, de 25/06/2020, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca);

DECRETA :

Art.1º Fica designada ADRIANA APARECIDA DALCANALI STRAUB, como conselheira suplente, em substituição à Deise Lombardi, para representar a Sociedade Coríntias Esporte Clube, na qualidade de Representante Não Governamental, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca).

Art.2º Em consequência, fica revogado o Decreto Municipal Nº 12.647/2019, de 04/03/2019.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 1º de abril de 2021, conforme consubstanciado no Decreto Municipal Nº 13.861/2020, de 12/05/2020.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 66/2019 – FMS COMUNICADO DE RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2544679

EDITAL DE CREDENCIAMENTO n.º 66/2019 – FMS

COMUNICADO DE RETIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal de Administração e o Gestor do Fundo Municipal de Saúde, comunicam aos interessados no Credenciamento acima, que em função de equívoco na informação da dotação orçamentária, fica excluída do Edital a fonte de recurso 0.1.02.0002 – Receitas Impostos e Transferência de Impostos – Saúde e incluída a fonte de recurso 0.3.00.0080 – Recursos Próprios – PMJS.

As demais informações permanecem inalteradas.

Jaraguá do Sul (SC), 29 de junho de 2020.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

Publicação Nº 2544678

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

TIPO: menor preço por ITEM

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração, torna público para conhecimento dos interessados no Edital acima, que está promovendo alterações no Edital e seus anexos e republicação do mesmo. Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal n.º 8.666/93, tendo em vista as alterações modificarem a formulação das propostas, esta Administração Pública comunica aos interessados que está marcando nova data para o recebimento dos envelopes, abertura e disputa de preços, conforme segue:

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13:30 horas do dia 13 de julho de 2020, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul SC.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

As demais informações permanecem inalterados. O Edital Versão II, contendo as alterações, estará disponível no site do município a partir

de 01/07/2020.

Jaraguá do Sul (SC), 29 de junho de 2020.
ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

PORTARIA N° 164/2020/SEMSA

Publicação N° 2544680

PORTARIAN° 164/2020/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo N° 002/2019;

RESOLVE :

Art.1º ADMITIR FELIPE RODRIGUES BELETI, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Endemias, a partir de 23 de junho de 2020 até 19 de dezembro de 2020, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Programa Municipal de Controle de Zoonoses	200 horas/mês

Art.2º O servidor poderá ser realocado, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde;

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de junho de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de junho de 2020.
ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA N° 165/2020/SEMSA

Publicação N° 2544681

PORTARIAN° 165/2020/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 004/2018;

CONSIDERANDO a Portaria N° 090/2019/Semsa de 06 de junho de 2019;
CONSIDERANDO a Portaria N° 206/2019/Semsa de 08 de novembro de 2019;
CONSIDERANDO o falecimento do Sr. Mikael Andrey Santana em 16/02/2020;

RESOLVE :

Art.1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria N° 206/2019/Semsa, de 08 de novembro de 2019, que prorrogou a Portaria nº 090/2019/Semsa que admitiu MIKAEL ANDREY SANTANA para em Caráter Temporário atuar como Médico Clínico Geral.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2020.
ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA N° 397/2020

Publicação N° 2544137

PORTARIAN° 397/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, da Lei Complementar Municipal N° 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo N° 500, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Memorando N° 021/2020/Semad-GAS, de 24/06/2020, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º REMANEJAR a servidora pública municipal DEISI FABIANI KLABUNDE KLINKOSKI, matrícula 7307, do cargo de Atendente de Berçário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer, temporariamente, no período de 19/06/2020 a 18/06/2021, as atribuições do cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Educação, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional da servidora.

Art.3º Comunique-se à Gerência de Assistência ao Servidor para acompanhar o período de remanejamento da servidora.

Art.4º Comunique-se à Secretaria Municipal da Administração para o cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 398/2020

Publicação Nº 2544140

PORTARIANº 398/2020

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição (Magistério) da servidora pública municipal ALICE KUHNEN, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 1293;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; 217/2018, de 20/09/2018; 236/2019, de 16/09/2019; e 238/2019, de 10/10/2019;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 132/2020/Semad-DGP, de 25/06/2020, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - LICENCIATURA PLENA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição (Magistério) da servidora pública municipal ALICE KUHNEN, concedida através da Portaria Nº 253/2020, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 1º/06/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 399/2020

Publicação Nº 2544143

PORTARIANº 399/2020

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal MARINEIDE JAREMCZUK DOS SANTOS, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 0004;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; 217/2018, de 20/09/2018; 236/2019, de 16/09/2019; e 238/2019, de 10/10/2019;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 132/2020/Semad-DGP, de 25/06/2020, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de TELEFONISTA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal MARINEIDE JAREMCZUK DOS SANTOS, concedida através da Portaria Nº 257/2020, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 1º/06/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 400/2020

Publicação Nº 2544145

PORTARIANº 400/2020

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição (Magistério) da servidora pública municipal REGINA DO ROCIO DE QUEIROZ BAPTISTA VENTURI, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 1299;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; 217/2018, de 20/09/2018; 236/2019, de 16/09/2019; e 238/2019, de 10/10/2019;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 132/2020/Semad-DGP, de 25/06/2020, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - ENSINO SUPERIOR, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição (Magistério) da servidora pública municipal REGINA DO ROCIO DE QUEIROZ BAPTISTA VENTURI, concedida através da Portaria Nº 264/2020, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 1º/06/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 401/2020

Publicação Nº 2544146

PORTARIANº 401/2020

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO a aposentadoria por invalidez da servidora pública municipal NOELI APARECIDA ZANGHELINI, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 0015;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; 217/2018, de 20/09/2018; 236/2019, de 16/09/2019; e 238/2019, de 10/10/2019;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 132/2020/Semad-DGP, de 25/06/2020, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - LICENCIATURA PLENA, em virtude da aposentadoria por invalidez da servidora pública municipal NOELI APARECIDA ZANGHELINI, concedida através da Portaria Nº 271/2020, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 1º/06/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 402/2020

Publicação Nº 2544147

PORTARIANº 402/2020
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal FRANCISCO PINTER FILHO, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 0021;
CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; 217/2018, de 20/09/2018; 236/2019, de 16/09/2019; e 238/2019, de 10/10/2019;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 132/2020/Semad-DGP, de 25/06/2020, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal FRANCISCO PINTER FILHO, concedida através da Portaria Nº 267/2020, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 03/06/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 403/2020

Publicação Nº 2544148

PORTARIANº 403/2020
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal POLÍBIO ANDY RADTKE, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 0036;
CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; 217/2018, de 20/09/2018; 236/2019, de 16/09/2019; e 238/2019, de 10/10/2019;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 132/2020/Semad-DGP, de 25/06/2020, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal POLÍBIO ANDY RADTKE, concedida através da Portaria Nº 270/2020, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 10/06/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 404/2020

Publicação Nº 2544150

PORTARIANº 404/2020
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal LUIS FERNANDO MEDEIROS, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 1204;
CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017,

de 20/12/2017; 217/2018, de 20/09/2018; 236/2019, de 16/09/2019; e 238/2019, de 10/10/2019;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 132/2020/Semad-DGP, de 25/06/2020, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de CIRURGIÃO DENTISTA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal LUIS FERNANDO MEDEIROS, concedida através da Portaria Nº 279/2020, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 15/06/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 405/2020

Publicação Nº 2544152

PORTARIANº 405/2020

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal TARCISIO SCHNEIDER, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 1240;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015; 211/2017, de 20/12/2017; 217/2018, de 20/09/2018; 236/2019, de 16/09/2019; e 238/2019, de 10/10/2019;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 132/2020/Semad-DGP, de 25/06/2020, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de FISCAL TRIBUTARISTA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal TARCISIO SCHNEIDER, concedida através da Portaria Nº 286/2020, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 15/06/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 406/2020

Publicação Nº 2544153

PORTARIANº 406/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o previsto no inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 191/2017, de 29/03/2017; e

CONSIDERANDO os termos do Convênio Nº PMSC 44365/2019, celebrado entre o Município de Jaraguá do Sul e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o teor do OF/PMSC/2019/94411, do 14º Batalhão de Polícia Militar;

RESOLVE :

Art.1º CEDER ao 14º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR "TEN. CEL. LEÔNIDAS CABRAL HERBSTER", nos termos do inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 191/2017, de 29/03/2017, por 38 (trinta e oito) horas semanais, CARMEN CRISTINA CANDIANI, servidora pública municipal efetiva e estável, matrícula 7766-6, Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, readaptada para o cargo de Agente Administrativo, conforme Portaria Nº 861/2009, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período de 1º de junho de 2020 a 31 de dezembro de 2020, com ônus para o Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 407/2020

Publicação Nº 2544154

PORTARIANº 407/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o previsto no inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 191/2017, de 29/03/2017; e

CONSIDERANDO os termos do Convênio Nº PMSC 44365/2019, celebrado entre o Município de Jaraguá do Sul e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o teor do OF/PMSC/2019/94411, do 14º Batalhão de Polícia Militar;

RESOLVE :

Art.1º CEDER ao 14º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR "TEN. CEL. LEÔNIDAS CABRAL HERBSTER", nos termos do inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 191/2017, de 29/03/2017, por 40 (quarenta) horas semanais, DANIELA ANGELA LENZI, servidora pública municipal efetiva e estável, matrícula 7047, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período de 1º de junho de 2020 a 31 de dezembro de 2020, com ônus para o Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 408/2020

Publicação Nº 2544157

PORTARIANº 408/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o previsto no inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 191/2017, de 29/03/2017; e

CONSIDERANDO os termos do Convênio Nº PMSC 44365/2019, celebrado entre o Município de Jaraguá do Sul e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o teor do OF/PMSC/2019/94411, do 14º Batalhão de Polícia Militar;

RESOLVE :

Art.1º CEDER ao 14º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR "TEN. CEL. LEÔNIDAS CABRAL HERBSTER", nos termos do inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 191/2017, de 29/03/2017, por 40 (quarenta) horas semanais, SHIRLEY ELIZABETH SJOEBERG TELES, servidora pública municipal efetiva e estável, matrícula 7966, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, no período de 1º de junho de 2020 a 31 de dezembro de 2020, com ônus para o Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 409/2020

Publicação Nº 2544161

PORTARIANº 409/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 275/2020/Semtip, de 24/06/2020, da Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, no período de de 29/06/2020 a 08/07/2020, WAGNER RICARDO ALVES, matrícula 8905, Coordenador de Auditoria, para exercer, interinamente e cumulativamente, o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, do Poder Executivo do Município, em razão de férias da titular, vedada a percepção simultânea de remuneração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 410/2020

Publicação Nº 2544163

PORTARIANº 410/2020

Substitui Conselheiro do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Comped).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 10/2020/Comped/JS, de 17/06/2020, do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Comped);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR NATANAEL FELIPE PIAZETZNI, como conselheiro titular, em substituição a Marcelo Heinz Prochnow, para representar a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, na qualidade de Representante do Poder Público, no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Comped).

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 1º, da Portaria Nº 669/2019, de 30/07/2019.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 1º de abril de 2021, conforme consubstanciado no Decreto Municipal Nº 13.861/2020, de 12/05/2020.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 411/2020

Publicação Nº 2544165

PORTARIANº 411/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 274/2020/Semtip, de 23/06/2020, da Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública;

RESOLVE :

Art.1º RECONDUZIR os trabalhos pertinentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 023/2019, instaurado pela Portaria Nº 631/2019, de 11/07/2019, para a QUARTA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelas servidoras públicas municipais BRUNA RAULINO POMMERENING, matrícula 10306, lotada na Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública; ALICE EFFTING, matrícula 10722, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e KAREN CRISTINA DA COSTA, matrícula 8913, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para, sob a presidência da primeira, apurar os indícios de descumprimento das responsabilidades funcionais da servidora pública municipal ISALETE DOS SANTOS MEURA.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria N° 392/2020, de 24/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA N° 412/2020

Publicação N° 2544166

PORTARIAN° 412/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 274/2020/Semtip, de 23/06/2020, da Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública;

RESOLVE :

Art.1º RECONDUZIR os trabalhos pertinentes ao Processo Administrativo Disciplinar N° 027/2019, instaurado pela Portaria N° 656/2019, de 19/07/2019, para a QUARTA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelas servidoras públicas municipais BRUNA RAULINO POMMERENING, matrícula 10306, lotada na Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública; ALICE EFFTING, matrícula 10722, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e KAREN CRISTINA DA COSTA, matrícula 8913, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para, sob a presidência da primeira, apurar os indícios de descumprimento das responsabilidades funcionais do servidor público municipal WILSON MEIER DALPIAZ.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria N° 393/2020, de 24/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA N° 413/2020

Publicação N° 2544168

PORTARIAN° 413/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 274/2020/Semtip, de 23/06/2020, da Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública;

RESOLVE :

Art.1º RECONDUZIR os trabalhos pertinentes ao Processo Administrativo Disciplinar N° 032/2019, instaurado pela Portaria N° 738/2019, de 15/08/2019, para a QUARTA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelas servidoras públicas municipais BRUNA RAULINO POMMERENING, matrícula 10306, lotada na Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública; ALICE EFFTING, matrícula 10722, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e KAREN CRISTINA DA COSTA, matrícula 8913, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para, sob a presidência da primeira, apurar os indícios de descumprimento das responsabilidades funcionais da servidora pública municipal CRISTINE PEREIRA TORGIO.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria N° 394/2020, de 24/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA SAMAESJU N° 333/2020

Publicação N° 2543709

PORTARIA SAMAESJU N° 333/2020
Prorrogação de prazo

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAÉ DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e,

CONSIDERANDO o memorando 706/2020 de 5 de junho de 2020, da Comissão Permanente de Processo Administrativo;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2019;
CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU Nº 343/2019 de 7 de junho de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 20 de junho de 2020, os trabalhos da Portaria 343/2019 de 7 de junho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de junho de 2020.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 9 de junho de 2020.
EVÂNIA APARECIDA DUARTE LIEBL
Diretora Presidente

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 059/2020 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2019

Publicação Nº 2543968

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 059/2020 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2019, COM EFEITO, JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA PRESTAÇÃO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE.

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, por si, e pelos órgãos da administração direta, com sede à Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Barra do Rio Molha, pessoa jurídica de direito público, com sede governamental na Rua Walter Marquardt, 1111, nesta cidade de Jaraguá do Sul-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE inscrito no CNPJ Nº 14.007.211/0001-60, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Sr. Alceu Gilmar Moretti, doravante denominado FUNDO e a empresa SEBMED PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, estabelecida à Rua: Gonçalves Junior nº 109 no Centro do Município de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.154.286/0001-19, representada, neste ato, pelo(a) Sr.(a) Priscila Filippini Martini, CPF sob o nº 044.348.539-96, doravante, denominada "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", referente ao Pregão Presencial para Registro de Preços nº 033/2019-FMS, para Registro de Preços, Homologado em 08/10/2019, nos termos da Lei Federal nº 8666/93, de 21.06.93 e demais alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 6.7372009, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ao Programa Serviços de Atenção Domiciliar (SAD), segundo as conveniências da administração direta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO

2.1 – Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade licitada do item a seguir, ficando da seguinte forma:

Item	Quant. licitada	Quant. acrescida	Quant. total	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário por item (R\$)
25	400	100	500	Kg	FÓRMULA LÁCTEA INFANTIL 2o SEMESTRE - CÓDIGO 35077 Fórmula infantil de seguimento com DHA e ARA e nucleotídeos, com prebióticos para aumento do número de evacuações e efeito bifidogênico. Embalagem mínima de 400g. Prazo de validade de no mínimo um ano da data de entrega.	34,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – As dotações orçamentárias para as despesas do exercício de 2020 são as seguintes:

Classif. Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.002.10.301.0751.2661	Prestar assistência à saúde da família	3.3.90 – Aplicações Diretas	28	0.2.67.0094

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1 – Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Jaraguá do Sul, 09 de junho de 2020.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ALCEU GILMAR MORETTI – Gestor do Fundo Municipal de Saúde – FMS

CONTRATADA: SEBMED PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI
Priscila Filippini Martini

Testemunhas:

Douglas Antonio Conceição
CPF:051.199.309-9

Elían Gustavo Hermes Vareiro
CPF:074.605.159-06

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 059/2020 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: SEBMED PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ao Programa Serviços de Atenção Domiciliar (SAD), segundo as conveniências da administração direta.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade licitada do item a seguir, ficando da seguinte forma:

Item	Quant. licitada	Quant. acrescida	Quant. total	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário por item (R\$)
25	400	100	500	Kg	FÓRMULA LÁCTEA INFANTIL 2o SEMESTRE - CÓDIGO 35077 Fórmula infantil de seguimento com DHA e ARA e nucleotídeos, com prebióticos para aumento do número de evacuações e efeito bifidogênico. Embalagem mínima de 400g. Prazo de validade de no mínimo um ano da data de entrega.	34,00

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As dotações orçamentárias para as despesas do exercício de 2020 são as seguintes:

Classif. Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.002.10.301.0751.2661	Prestar assistência à saúde da família	3.3.90 – Aplicações Diretas	28	0.2.67.0094

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 09/06/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Priscila Filippini Martini.

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 060/2020 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2020

Publicação Nº 2543966

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 060/2020 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: NOVA ERA IND. DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, segundo as conveniências da administração direta.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade licitada do item a seguir, ficando da seguinte forma:

Item	Quant. licitada	Quant. acrescida	Quant. total	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário por item (R\$)
25	155	38	193	barra	FERRO CA 50 3/4" BR C/12M - (Cód interno - 7957) Reto. Nervurado. Soldável. Atender Norma ABNT NBR 7480:2007.	137,50

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As dotações orçamentárias para pagamentos das despesas oriundas deste termo aditivo já estão previstas no Processo Licitatório Pregão Presencial para Registro de Preços nº 012/2020, bem como na Ata de Registro nº 020/2020.

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 09/06/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, André de Carvalho Ferreira, Alceu Gilmar Moretti e Eusébio Frontorio

Argos José Burgardt

Secretário de Administração

André de Carvalho Ferreira

Gerenciadora do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde – FMS

Joaçaba

PREFEITURA

107/2019/PMJ TA 05

Publicação Nº 2544403



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATO Nº 107/2019/PMJ – TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário, Sr. MICHEL CARLESSO ÁVILA e a Empresa **GEODADOS GEOPROCESSAMENTO E SERVIÇOS AEREOS ESPECIALIZADOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.338.574/0001-62, estabelecida na Rua Inglaterra, nº 840, Vila Nossa Senhora de Fátima, no Município de São José do Rio Preto - SP, CEP 15.015-510, doravante denominada **CONTRATADA**, representada pelo Sr. FLÁVIO GONÇALVES BOSKOVITZ, portador da Carteira de Identidade nº 3.942.981-7 e inscrito no CPF/MF sob o nº 462.336.601-49 residente e domiciliado na cidade de São José do Rio Preto – SP, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 107/2019/PMJ, firmado em 24/01/2019, proveniente do Processo de Licitação nº 77/2018/PMJ, instaurado através do Edital de Concorrência nº 03/2018/PMJ, cujo objeto é a *prestação pela CONTRATADA de serviços técnicos especializados de aerofotogrametria e seu processamento, atualização cadastral, fornecimento de sistema corporativo, treinamento e suporte técnico*, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO e a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

Considerando a necessidade de dilação do prazo de execução de alguns serviços, devidamente justificada, revista e acatada pela fiscalização, o subitem 2.1 do contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

- 2.1. O contrato terá vigência de 35 (trinta e cinco) meses, sendo 23 (vinte e três) meses para execução e entrega dos serviços, acrescido de 12 (doze) meses de Suporte Técnico, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (11/02/2019).

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO**

Em face da dilação do prazo de execução de alguns serviços, objeto da contratação, o subitem 3.1 do contrato passa a ter a seguinte redação:

- 3.1. Os serviços, objeto desta contratação, deverão ser executados em conformidade com o disposto no TERMO DE REFERÊNCIA (**Anexo I** do Edital) e nos prazos previstos no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (**Anexo I** deste instrumento), o qual passa a fazer parte integrante do contrato.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, (SC), 18 de junho de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - CONTRATANTE
MICHEL CARLESSO ÁVILA - Secretário

GEODADOS GEOPROCESSAMENTO E SERVIÇOS AEREOS ESPECIALIZADOS LTDA
CONTRATADA
FLÁVIO GONÇALVES BOSKOVITZ

Testemunhas:

1 _____

2 _____



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATO N° 107/2019/PMJ – TA 05

ANEXO I

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS		PRAZO DE EXECUÇÃO (MESES)																							UN	QTDE	PREÇO POR ETAPA (R\$)	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23				
1	Cobertura Aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas da área urbana, na escala de 1:5.000																									Km²	40	50.400,00
2	Perfilamento a Laser aerotransportado para geração de curvas-de-nível a cada 50 cm																									Km²	40	52.200,00
3	Geração de Ortofotocartas digitais coloridas da área urbana, na escala 1:1.000 (GSD de 10 cm)																									Km²	40	43.800,00
4	Levantamento in loco para medição, coleta dos atributos cadastrais e imagem digital das unidades imobiliárias com ampliação de área construída ou novas unidades																									Unidade Imobiliária	4.500 + 3.330	193.500,00 + 143.190,00
5	Coleta da imagem digital das unidades imobiliárias sem alteração cadastral																									Unidade Imobiliária	22.000	117.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

[illegible]



14	Treinamento em Sistema de Informações Geográficas (SIG) aplicado ao Plano Diretor Municipal																				Pessoa	04	4.800,00
15	Suporte Técnico e atualizações tecnológicas	Após entrega final dos produtos																	Mês	12	49.200,00		
PREÇO TOTAL MÁXIMO (R\$)																							1.278.678,00

DECRETO Nº 5.961 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543856

DECRETO Nº 5.961 DE 29 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO PLANTÃO PELO SISTEMA DE RODÍZIO DE FARMÁCIAS E DROGARIAS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida regulamentação especial com sistema de rodízio integrado das farmácias no Município Joaçaba, as quais deverão prestar serviços e comércio de produtos no período inter jornada durante todos os dias da semana.

Art. 2º O sistema de rodízio será diário, cabendo as farmácias e drogarias a realização da lista de escalas de plantão, com encaminhamento mensal ao Poder Executivo do Município de Joaçaba, devendo-se respeitar o atendimento diário e integral à população, com indicativo em local de ampla visibilidade, em todos os estabelecimentos, sobre qual a farmácia que estará de plantão/sobreaviso do dia.

§1º A placa indicativa deverá ser confeccionada em tamanho A2, devendo conter o nome do estabelecimento de plantão, bem como seu endereço, Município, ponto de referência e telefone de contato.

§2º Considera-se plantão de sobreaviso a farmácia que colocar seu estabelecimento a disposição do cidadão, com pelo menos um profissional presencial, que mesmo com portas fechadas, aguardará o chamado através do toque da campainha, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso, garantindo-se o atendimento no local do estabelecimento comercial.

Art. 3º Os plantões semanais serão iniciados às 21h00min de um dia, e encerrados 07h00min do dia seguinte.

§ 1º - As farmácias integrantes do sistema de rodízio de plantão obedecerão aos seguintes horários de funcionamento:

I - segunda à sexta-feira: 07h às 21h;

II - sábados, domingos e feriados: 07h às 20h.

§ 2º Os estabelecimentos não integrantes do sistema de rodízio de plantão obedecerão aos seguintes horários de funcionamento:

I - segunda à sexta: 7:00hs às 19:00hs, horário normal.

II - sábados: 07:00h às 12h, horário normal do comércio.

III - domingos e feriados: fechado.

Art. 4º A farmácia integrante do sistema de rodízio que descumprir qualquer regra estabelecida neste Decreto, será imediatamente excluída do sistema de rodízio, sujeitando-se às regras das não participantes, por período mínimo de 06 (seis) meses.

Parágrafo único. Poderá igualmente ser penalizado o estabelecimento com multa de 10 a 100URs, por regra descumprida.

Art. 5º Os estabelecimentos não integrantes do sistema de rodízio de plantão que descumprirem o estabelecido no presente Decreto estão sujeitos às penalidades previstas na legislação municipal local que trate do assunto, podendo ainda ser penalizado o estabelecimento com multa de 10 a 100URs, por regra descumprida.

Art. 6º Todas as farmácias que integram o sistema de rodízio, manterão após o horário mencionado neste Decreto, em suas portas frontais, o nome da farmácia que fará plantão de sobreaviso no dia.

§ 1º – Em caso de abertura de nova farmácia ou drogaria, a inclusão para escala de plantão deverá ser realizada imediatamente no próximo ciclo do mês subsequente, caso a mesma tenha interesse.

§ 2º – Em caso de encerramento das atividades, o estabelecimento deverá notificar o Município com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando responsável pelos plantões, caso necessário.

Art. 7º O estabelecimento farmacêutico escalado para o plantão/sobreaviso diário deverá atender as seguintes disposições:

I - não fechar o estabelecimento até as 23:00 horas, atendendo a qualquer hora da noite as pessoas que necessitarem do atendimento profissional ou comercial do estabelecimento, obrigando-se para tanto, a colocar na sua porta principal, em lugar visível, campainha para uso do público

II – em hipótese alguma deixar de atender ao munícipe, sob qualquer argumento, sob pena de responder criminal e civilmente por seu ato.

Art. 8º Como medida de segurança, todas as farmácias poderão ter dispositivos nas portas comerciais, que permitam o atendimento noturno ao público, sem o acesso do cidadão no interior do estabelecimento.

Art. 9º Os estabelecimentos farmacêuticos não poderão alterar os preços normais de venda ao público, de qualquer produto, mercadoria ou

droga do ramo, em razão de se encontrarem em serviço de plantão.

Art. 10 A farmácia escalada para o plantão e que por motivos de caso fortuito e força maior não puder realizar o plantão que era de sua responsabilidade, deverá imediatamente encontrar um

estabelecimento substituto para realizar o plantão necessário, sob pena de sofrer sanções conforme legislação municipal pertinente.

Art. 11 Ficam responsáveis as farmácias integrantes do sistema de rodízio em fornecer a escala dos plantões de sobreaviso para os postos de saúde, UPA 24 horas, redes sociais, site oficial do Município, como publicação de utilidade pública.

Art. 12 O rodízio de plantões regulamentado neste Decreto, poderá englobar estabelecimentos localizados nos municípios de Joaçaba e Herval D'Oeste, formando uma lista única de estabelecimentos de plantão.

Art. 13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto n. 3.734/2011.

Joaçaba, 29 de junho de 2020
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

DECRETO Nº 5.964 DE 27 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543850

DECRETO Nº 5.964 DE 27 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO, QUE ESPECIFICA.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º. É declarado LUTO OFICIAL em todo Município, por três dias, a partir desta data, em sinal de pesar pelo falecimento do sr. Américo Lorini, prefeito do Município de Herval d' Oeste.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Joaçaba (SC), 27 de junho de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

DECRETO Nº 5.966 DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544593

DECRETO Nº 5.966 DE 29 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 4.320/64 E AUTORIZADO PELO ARTIGO 14, INCISO I, AGRUPADO COM O ART. 20 DA LEI MUNICIPAL 5.314 DE 30/12/2019 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º- Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, por excesso de arrecadação de recurso vinculado a união, repassados através de Emenda Parlamentar de Bancada ao Município de Joaçaba e da Lei 173/2020, para incremento do PAB, COVID-19 e outras despesas de Custeio da Secretaria de Saúde no valor total de R\$ R\$ 309.053,72 (trezentos e nove mil, cinquenta e três reais e setenta e dois centavos), para atender as despesas assim codificadas:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.122 – BLATB: BLOCO ATENÇÃO BASICA
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.77.0614
Valor: R\$ 100.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.123 – BLVGS: BLOCO DE VIGILANCIA EM SAUDE
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.77.0614
Valor: R\$ 100.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.123 – BLVGS: BLOCO DE VIGILANCIA EM SAUDE
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.52.0000

Valor: R\$ 109.053,72

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 29 de JUNHO de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

ESCALA PLANTÃO - MÊS DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2544114

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA- SC

COMISSÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS- CMSF

Obedecendo ao disposto na Lei nº 4.085/2011 e suas alterações, de acordo com o art. 3º, § 2º segue a escala de plantão mensal da Central de Óbitos de Joaçaba – SC:

ESCALA PLANTÃO - MÊS DE JULHO DE 2020

FUNERÁRIA	INÍCIO PLANTÃO	FIM DO PLANTÃO
SÃO RAFAEL	22/06/2020 AS 7:30H	29/06/2020 AS 7:30H
SÃO JOÃO BATISTA	29/06/2020 AS 7:30H	06/07/2020 AS 7:30H
FREI BRUNO	06/07/2020 AS 7:30H	13/07/2020 AS 7:30H
SÃO RAFAEL	13/07/2020 AS 7:30H	20/07/2020 AS 7:30H

Telefone de plantão: (49) 99808-9747

Agnes Parizotto

Presidente Comissão

PORTARIA Nº 001-FMS DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544103

PORTARIA Nº 001-FMS DE 26 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS ELETIVAS DE QUE TRATA O ART. 1º, INCISO II, "B" DO DECRETO MUNICIPAL Nº 5.962 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

O Secretário Municipal de Saúde do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria SES Nº 421 DE 22 de junho de 2020 que suspende todos os procedimentos cirúrgicos eletivos de média e alta complexidade, realizados sob anestesia geral no âmbito do Estado de Santa Catarina;

RESOLVE:

Art.1º. ESTABELECER, no âmbito do Fundo Municipal de Saúde do Município de Joaçaba, para o enfrentamento da emergência de saúde pública para complementação de ações no plano local que a realização de cirurgias eletivas de que trata o art. 1º, inciso II, "b" do Decreto Municipal Nº 5.962 DE 24 de junho de 2020 deverá obedecer aos mesmos critérios estabelecidos pela Portaria SES Nº 421 DE 22 de junho de 2020 e suas alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 26 de junho de 2020.

VALMOR JOÃO REISDORFER

Secretário Municipal de Saúde do Município de Joaçaba

PORTARIA Nº 6.969

Publicação Nº 2544406

PORTARIA Nº 6.969 DE 25 DE JUNHO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LETICIA DE FATIMA GONÇALVES TIEPPO, a partir de 17 de março de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário,

com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 29º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Chamada Pública Nº 001/2020 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de professores de Educação Especial para atuar com alunos portadores de necessidades especiais, mediante apresentação de laudo médico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de março de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 25 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.970

Publicação Nº 2544410

PORTARIA Nº 6.970 DE 25 DE JUNHO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) LILIAN RODRIGUES GONÇALVES, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 203/2020 da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 16 de abril de 2019 a 15 de abril de 2020 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 25 de junho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 25 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.971

Publicação Nº 2544412

PORTARIA Nº 6.971 DE 25 DE JUNHO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CLIO SANTOS, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 163/2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 12 de maio de 2018 a 11 de maio de 2019 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 29 de junho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 29 de junho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 25 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.972

Publicação Nº 2544414

PORTARIA Nº 6.972 DE 25 DE JUNHO DE 2020
"REVOGA PORTARIA Nº 6.001/2020"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 109 da Lei Complementar 76/2003,

RESOLVE;

Art. 1º. REVOGAR a portaria Nº 6.001 de 10 de março de 2020 que ALTERAR A CARGA HORÁRIA POR TEMPO DETERMINADO do(a) Servidor(a) Sr.(a) MARLI BENSCHIEDT, Professor Nível II (Pós Graduação), com carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação –CE Roberto Trompowsky, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011, de 10 (dez) para 20 (vinte) horas semanais, em virtude do retorno do afastamento médico da servidora Mirian Dolzan, conforme memorando nº 202/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 25 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.973

Publicação Nº 2544418

PORTARIA Nº 6.973 DE 25 DE JUNHO DE 2020
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SEU FALECIMENTO, o(a) Senhor(a) ELENICE RIBEIRO CIDADE MARTINI do cargo de Professor Nível II (Pós Graduação), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação – CEI Tempo de Aprender, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, Inciso VI da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 25 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.974

Publicação Nº 2544417

PORTARIA Nº 6.974 DE 25 DE JUNHO DE 2020
"REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. REDUZIR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) GILBERTO VASTRES, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno e CEI Anzolin, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 01º lugar (Professor de Educação Física) no edital de Chamada Pública Nº 004/2020 da Prefeitura Municipal de Joaçaba, de 20 (vinte) para 10 (dez) horas semanais a partir de 25 junho de 2020, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 25 de junho de 2020.
 DIOCLÉSIO RAGNINI
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
 Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
 www.diariomunicipal.sc.gov.br
 Setor de Pessoal

PUBLICAÇÃO FINAL DOS ATLETAS CONTEMPLADOS NO EDITAL DE BOLSA ATLETA 2020

Publicação Nº 2543860

PUBLICAÇÃO FINAL DOS ATLETAS CONTEMPLADOS NO EDITAL DE BOLSA ATLETA 2020

	ATLETA	MODALIDADE	CATEGORIAS	VALOR TOTAL APROVADO
1.	Adryel Hian de Mattos	Badminton	Estadual	R\$ 1.817,54
2.	Bernardo Perotto	Badminton	Estadual	R\$ 1.817,54
3.	Bruna Vastres	Badminton	Estadual	R\$ 1.817,54
4.	Erick Tomachinski Costa	Badminton	Nacional	R\$ 2.533,54
5.	Vinicius Henrique Ebeling Ribeiro	Badminton	Nacional	R\$ 2.533,54
6.	Wellen Mateus Bortese	Badminton	Estadual	R\$ 1.817,54
7.	Victor Gabriel Meyer Coitinho	Ciclismo	Estadual	R\$ 1.817,54
8.	Allan Santos da Silva	Ciclismo	Estadual	R\$ 1.817,54
9.	Fernando Nunes de Souza	Ciclismo	Estadual	R\$ 1.817,54
10.	Dauana Cristina Rozenete Nodari	Ciclismo	Estadual	R\$ 1.817,54
11.	Huandel Cristiano Alberguini	Ciclismo	Nacional	R\$ 2.533,54
12.	Tais Ap. Grotto de Souza	Ciclismo	Estadual	R\$ 1.817,54
13.	Filipe Vila de Lima	Futsal	Estadual	R\$ 1.817,54
14.	Giancarlos Antoniazzi	Futsal	Estadual	R\$ 1.817,54
15.	Jonatan Franceschetto	Futsal	Estadual	R\$ 1.817,54
16.	Pedro Henrique Bianchini	Futsal	Estadual	R\$ 1.817,54
17.	Renan Willian Bazzo	Futsal	Estadual	R\$ 1.817,54
18.	Yan Matheus de Deus	Futsal	Estadual	R\$ 1.817,54
19.	Willian Correia de Moura	Futsal	Estadual	R\$ 1.817,54
20.	Brenda Laise da Luz	Handebol	Estadual	R\$ 1.817,54
21.	Leandra Hoffelder Corradi	Handebol	Estadual	R\$ 1.817,54
22.	Giovana Damin	Handebol	Estadual	R\$ 1.817,54
23.	Raíssa Paimell	Handebol	Estadual	R\$ 1.817,54
24.	Tassia dos Reis	Handebol	Estadual	R\$ 1.817,54
25.	Eduarda Ceron Costa	Voleibol	Estadual	R\$ 1.817,54
26.	Eduarda Piovesan Recalcatti	Voleibol	Estadual	R\$ 1.817,54
27.	Adriana Regina Teixeira	Voleibol	Estadual	R\$ 1.817,54
28.	Brenda Rogoski da Espada	Voleibol	Estadual	R\$ 1.817,54
29.	Evelin Parissenti	Voleibol	Estadual	R\$ 1.817,54
30.	Gracielly Natus Carrer	Voleibol	Estadual	R\$ 1.817,54
31.	Isabela Mallmann da Silva	Voleibol	Estadual	R\$ 1.817,54
32.	Yasmin Belegante Behrens	Voleibol	Estadual	R\$ 1.817,54
33.	Raissa Moreira	Voleibol	Estadual	R\$ 1.817,54
34.	Kauana Hofemã	Voleibol	Estadual	R\$ 1.817,54
35.	Antonio Eduardo Levkovicz Silva	Basquete	Estadual	R\$ 1.817,54
36.	Gabriel Rosa da Silva	Basquete	Estadual	R\$ 1.817,54
37.	Geovani Bruno Cezar	Basquete	Estadual	R\$ 1.817,54
38.	Giovani Baú da Silva	Basquete	Nacional	R\$ 2.533,54
39.	João Francisco Panfil	Basquete	Estadual	R\$ 1.817,54
40.	João Vitor Ambrosio	Basquete	Estadual	R\$ 1.817,54
41.	Jonata Lima da Silva	Basquete	Estadual	R\$ 1.817,54
42.	Kaiky Dal Pra dos Santos	Basquete	Estadual	R\$ 1.817,54
43.	Luiz Fernando Nogueira Scarassati	Basquete	Estadual	R\$ 1.817,54
44.	Pedro Henrique de Oliveira de Moraes	Basquete	Estadual	R\$ 1.817,54
45.	Samuel Willian Caldeira Gomes	Basquete	Estadual	R\$ 1.817,54
46.	Victor Emanuel Zadra	Basquete	Nacional	R\$ 2.533,54
47.	Willian Faris da Trindade	Basquete	Estadual	R\$ 1.817,54
48.	Wolfgang Blodorn Muhlbrandt	Basquete	Estadual	R\$ 1.817,54
49.	Ana Lia Soares	Judô	Estadual	R\$ 1.817,54
50.	Laura Luiza Bandeira	Judô	Estadual	R\$ 1.817,54

51.	Nicolly Aparecida as Silveira	Judô	Estadual	R\$ 1.817,54
52.	Paola da Silva Dore Faria	Judô	Estadual	R\$ 1.817,54
53.	Lucas Coelho da Silva	Judô	Nacional	R\$ 2.533,54
54.	Pedro Achilles de Carvalho e Grando	Judô	Estadual	R\$ 1.817,54
55.	Pedro Henrique Pimentel de Almeida	Judô	Estadual	R\$ 1.817,54
56.	Ruan Iago de Lima	Judô	Estadual	R\$ 1.817,54
57.	Talita Pires da Silva	Judô	Estadual	R\$ 1.817,54
58.	Eduardo de Oliveira Fragoso	Tênis de Mesa	Internacional	R\$ 3.304,62
59.	Daniel de Deus e Silva Godoi	Tênis de Mesa	Nacional	R\$ 2.533,54
60.	Diego de Carvalho Garcia	Tênis de Mesa	Nacional	R\$ 2.533,54
61.	Gabriel Luan Scontinski	Tênis de Mesa	Estadual	R\$ 1.817,54
62.	Luiz Eduardo Camargo Rodrigues	Tênis de Mesa	Nacional	R\$ 2.533,54
63.	Jeferson Rank	Tênis de Mesa	Estadual	R\$ 1.817,54
64.	Marlon Igor Botelho Spindola	Tênis de Mesa	Nacional	R\$ 2.533,54
65.	Vitor Hugo Areco	Tênis de Mesa	Nacional	R\$ 2.533,54
66.	Ubiratã Durant Gonzales	Tênis de Mesa	Estadual	R\$ 1.817,54
67.	Alexandre Grandini Penha	Kung-Fu	Nacional	R\$ 2.533,54
68.	Cristina da Silva	Kung-Fu	Nacional	R\$ 2.533,54
69.	Gledson Alessandretti	Kung-Fu	Nacional	R\$ 2.533,54
70.	Leandro dos Santos	Kung-Fu	Nacional	R\$ 2.533,54
71.	Pedro Henrique da Silva Mendes	Kung-Fu	Nacional	R\$ 2.533,54
72.	Andrei Ramella	Xadrez	Estadual	R\$ 1.817,54
73.	Gabriela Leticia de Oliveira	Xadrez	Estadual	R\$ 1.817,54
74.	Jhenifer Vitória Correa Delavy	Xadrez	Estadual	R\$ 1.817,54
75.	John Silva Saffe	Wheeling	Nacional	R\$ 2.533,54

A Comissão de Seleção Desportiva alerta aos atletas CONTEMPLADOS que deverão RETIRAR o envelope com o Termo de Adesão no dia 03/07/2020 no Parque Municipal Ivan Orestes Bonato, nos horários conforme tabela abaixo. Após a assinatura do Termo de Adesão, o atleta deverá entregar o envelope no mesmo local no dia 06/07/2020. No caso de não comparecimento, o atleta será excluído do programa, bem como, comunica aos atletas que ainda não apresentaram comprovação de conta bancária individualizada, que deverão apresentar no ato de assinatura do Termo.

HORÁRIO	MODALIDADE		HORÁRIO	MODALIDADE
13h30	Basquete		16h30	Handebol
14h	Judô		17h	Badminton
14h30	Futsal		17h30	Xadrez
15h	Ciclismo		17h30	Whelling
15h30	Voleibol		18h	Futsal
16h	Tênis de mesa		18h30	Kung Fu

Joaçaba (SC), 29/06/2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito do Município de Joaçaba

RONY EDSON LENZ
Superintendente de Esportes

SESSÃO CREDENCIAMENTO Nº 01/2019/PMJ

Publicação Nº 2544366

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE SESSÃO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2019/PMJ

Informamos a todos os interessados que o credenciamento nº 01/2019/PMJ, cujo objeto é "Credenciamento para delegação de autorizações para a prestação de serviço de transporte público individual de passageiros no Município de Joaçaba – Santa Catarina, em veículos de aluguel providos de taxímetro, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 125/2006 e suas alterações, com a legislação Federal pertinente e demais condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos." que fica designado o dia 1º de julho de 2020 as 14h, no setor de compras e licitações, para proceder a análise dos novos documentos apresentados. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 29 de junho de 2020.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Comissão de Licitação

IMPRES - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

BALANCETE FINANCEIRO 05/2020

Publicação Nº 2543742

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Balanco Financeiro - Anexo 13

ENTIDADE(S): INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL SERV. PÚBL. JOAÇABA

IMPRES

JOHNNY GEORGE O DE

DIRETOR ADM E FINANCEIRO

FERNANDA BRAGA

CONTADORA

ELIANE APARECIDA CERON VIER

DIRETORA PRESIDENTE

<

ELIANE APARECIDA CERON VIER
DIRETORA PRESIDENTE

FERNANDA BRAGA
CONTADORA

JOHNNY GEORGE O DE
DIRETOR ADM E FINANCEIRO

RENTABILIDADE DA CARTEIRA 05/2020

Publicação Nº 2543748



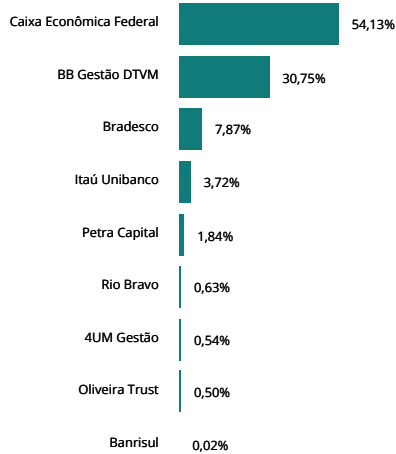
RESUMO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

MAIO.2020

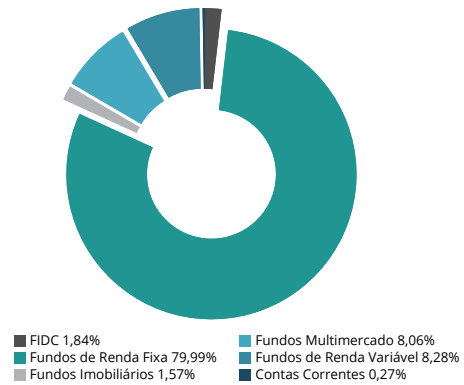
IMPRES

Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do RPPS, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



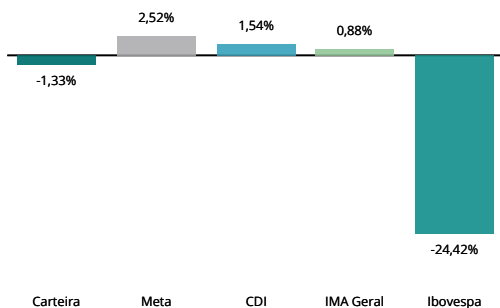
DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR SEGMENTO



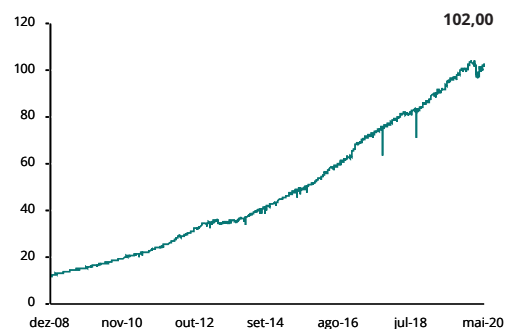
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES
IMPRES	1,58%	-1,33%	6,47%
META ATUARIAL - INPC + 6% A.A.	0,24%	2,52%	8,15%
CDI	0,24%	1,54%	4,86%
IMA GERAL	1,02%	0,88%	7,37%
IBOVESPA	8,57%	-24,42%	-9,91%

CARTEIRA X INDICADORES EM 2020



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R\$ MILHÕES)



SMI CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS
www.smiconsult.com.br
(48) 3027 5200

IMPRES

Maio foi um mês marcado pela reabertura de diversas economias ao redor do mundo, depois de passarem pelo pico de infecções do coronavírus. Países como Itália e Espanha começaram seu processo de reabertura no início do mês, assim como vários estados dos Estados Unidos. Aqui no Brasil, começamos a ver o real efeito da pandemia na nossa economia, com dados mostrando o impacto negativo que o coronavírus trouxe, além de a velocidade de contaminação continuar alta durante o mês.

No cenário internacional, maio foi marcado também pelo aumento de tensão entre os Estados Unidos e a China. No final de abril, o presidente americano, Donald Trump, afirmou que um erro chinês foi responsável pela epidemia ter se espalhado, além de ameaçar o país asiático com novas tarifas como punição por causar a pandemia. A China, no entanto, evitou escalar as tensões no primeiro momento, sinalizando boa vontade para manter saudável a relação com os Estados Unidos.

Após novas negociações entre os dois países sobre o seu acordo comercial, que deram uma acalmada no mercado, os ânimos voltaram a piorar quando o governo chinês criou uma lei de segurança para aumentar seu controle sobre Hong Kong. Em contrapartida, os Estados Unidos chegaram a ameaçar a implantação de sanções, caso a lei fosse aprovada no Congresso Popular da China. Ao final do mês, mesmo com a lei aprovada, os EUA decidiram por não impor sanções aos líderes chineses, fazendo com que maio terminasse com perspectivas mais positivas em relação a essa situação.

Os dados divulgados no mês sobre a economia chinesa trouxeram um aumento de otimismo sobre a sua atividade econômica. A produção industrial de abril, que teve alta de 3,9%, acima do 1% esperado pelo mercado, foi a principal responsável por isso. Por outro lado, o desemprego, que se manteve em 6% em abril, e as vendas do varejo, que caíram 7,5% no mês, fizeram com que o mercado ficasse um pouco mais cético em relação à retomada chinesa durante o mês de maio.

Já nos Estados Unidos, a reabertura das economias de alguns estados trouxe um alento aos mercados. Depois de quedas bruscas na economia em abril, com retração de 11,6% na indústria e de 16,4% nas vendas do varejo, em maio as perspectivas pareceram melhorar para o país. A taxa de desemprego, cuja expectativa era de chegar próxima aos 20% no mês, depois de subir para 14,7% em abril, passou para 13,3%, indicando um possível efeito forte e positivo das reaberturas já ocorrendo no mercado de trabalho em maio.

Para se proteger de mais infecções pela covid-19, o país norte-americano resolveu proibir a entrada de estrangeiros que tivessem passado pelo Brasil, tendo em vista que nosso país estava com quantidade crescente de novos casos e mortes. Ainda assim, o Federal Reserve, banco central estadunidense, apontou para uma mudança nas probabilidades de seus cenários base e pessimista em maio, com peso crescente para a possibilidade de uma segunda onda de infecções nos Estados Unidos. No entanto, o mercado continuou animado com os resultados da reabertura que se observava no país, fortalecendo o otimismo em relação à recuperação econômica.

Na zona do euro, maio começou com um cenário mais claro sobre os impactos da pandemia na atividade econômica da região. Dados divulgados sobre março apontaram para uma queda de 11,2% nas vendas do varejo e de 11,3% na produção industrial, demonstrando o prejuízo que sua economia levou no pior mês da crise sanitária. Conforme países da região foram reabrindo suas economias, o otimismo com a recuperação também começou a aumentar.

Próximo ao final do mês, os líderes da França e Alemanha se reuniram e propuseram a criação de um fundo de ajuda a países da União Europeia que necessitassem de recursos para se recuperarem. Embora o assunto não tenha se resolvido até o fim de maio, a Comissão Europeia não apenas apoiou a iniciativa, como propôs um fundo ainda maior, algo que ajudou a melhorar as perspectivas do continente.

Aqui no Brasil, maio foi um mês agitado tanto no cenário político quanto na área de saúde. Durante o período, a quantidade de novos casos do coronavírus continuou aumentando sem perspectiva de desaceleração, seguido por número cada vez maior de novas mortes. No meio disso, o último indicado pelo presidente Jair Bolsonaro ao cargo de ministro da Saúde, Nelson Teich, decidiu deixar o cargo devido a divergências, algo que aumentou a percepção de risco sobre o país.

Já nas primeiras semanas de maio, dois projetos importantes foram aprovados no Congresso e promulgados: o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) referente ao "Orçamento de Guerra" e o auxílio aos estados e municípios. Ambos estavam há meses sendo discutidos nas duas casas e trouxeram um alívio na forma como foram aprovados. A PEC do "Orçamento de Guerra" ampliou o escopo de atuação do Banco Central, dando mais segurança aos mercados quanto às medidas de enfrentamento a essa crise. Já o auxílio aos estados e municípios trouxe desânimo, devido a alterações que reduziram o número de cargos cujo salário deveria ser congelado pelos entes. Porém, a expectativa do veto do presidente a esse trecho reanimou a esperança de um cenário fiscal mais controlado depois de 2020.

IMPRES

O inquérito sobre a suposta interferência do presidente Jair Bolsonaro na Polícia Federal (PF) também agitou o cenário político, trazendo maior insegurança sobre a estabilidade e confiabilidade do governo. Todavia, mesmo após diversos depoimentos e a divulgação do vídeo de uma reunião ministerial na qual Bolsonaro teria exposto seu interesse de interferir na PF, o inquérito não trouxe provas contundentes até o fim do mês, diminuindo receios de uma nova crise política.

Em relação aos indicadores econômicos brasileiros divulgados ao longo do mês, todos começaram a mostrar a fragilidade da economia frente à pandemia. As quedas de 9,1% na produção industrial e de 6,9% no volume de serviços, ambas mais profundas do que as expectativas, demonstraram que, mesmo em um mês parcialmente afetado pela interrupção na atividade, a economia já sofreu um grande efeito. Isso fez com que as perspectivas para os meses seguintes, cuja totalidade conta com distanciamento social, piorassem bastante. Mesmo as vendas do varejo, cuja queda de 2,5% foi menor do que a esperada, não foram suficientes para melhorar as expectativas.

Maio contou com duas divulgações importantes também, a do PIB do primeiro trimestre de 2020, que deu uma melhor dimensão da crise atual, e dos dados sobre emprego do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que não eram divulgados desde fevereiro.

O PIB do primeiro trimestre veio próximo do que o mercado esperava, apresentando retração de 1,5%, frente ao trimestre anterior. Ainda assim, o dado assustou, pois se um trimestre que teve apenas um mês com período parcial de isolamento social já apresentou forte retração, a queda do segundo trimestre seria muito pior.

Além disso, os dados do Caged mostraram que em março e abril somados, houve fechamento de mais de 1 milhão de postos de trabalho, com o último contando com menos 860 mil vagas. Essa informação serviu para aumentar a expectativa de um desempenho pior do PIB no segundo trimestre, ainda que a taxa de desemprego de abril tenha ficado em 12,6%, menor do que as projeções de 13,2%.

Do ponto de vista fiscal, a divulgação da arrecadação federal de abril mostra um dos impactos que a crise trouxe para o governo. Com arrecadação de R\$ 101,154 bilhões, o resultado foi 28,95% menor do que o registrado em abril de 2019, diferença causada principalmente pelo diferimento de impostos feito pelo governo. Com isso, o mês trouxe revisões para o cenário fiscal e macroeconômico de 2020, com expectativas de quedas maiores para o PIB e um déficit primário mais intenso, com projeções para a relação entre dívida bruta e PIB chegando a quase 90% no final do ano.

Em meio a este cenário, o Comitê de Política Monetária (Copom) se reuniu em maio, decidindo por cortar a taxa de juros em 0,75 ponto percentual. Ainda, de acordo com o comunicado pós-reunião, pode haver mais um corte em junho, que teria no máximo a mesma magnitude do realizado em maio. Com isso, a taxa de juros esperada para o final do ano também passou a diminuir, movimento que continuou até o final do mês.

Com todos os acontecimentos e revisões de expectativas em maio, aliados à animação que a reabertura de algumas economias trouxe e à perspectiva de uma taxa de juros menor para 2020, o mês entregou resultados positivos tanto na renda fixa quanto na renda variável. O índice Bovespa, principal benchmark da nossa bolsa, subiu 8,57% no período, refletindo esse otimismo. Da mesma forma, os principais índices de renda fixa apresentaram alta, puxados também pelo alívio em relação ao cenário político.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**DISPENSA DE LICITAÇÃO SMOS 136/2020 - SIMAE**

Publicação Nº 2544304

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
DISPENSA DE LICITAÇÃO 0136/2020
PROTOCOLO Nº 1240/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM PEAD PARA AS OBRAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DO SIMAE, NÃO ADQUIRIDOS NOS PRE-
GÕES 0080/2019 E 005/2019.

Fundamento Legal: Artigo 24, V, Lei 8666/93.

Justificativa: Decorrente de dois pregões desertos ocorridos nas datas de 17/12/2019 e 19/02/2020.

Empresa Contratada: AGRU TECNOLOGIA EM PLÁSTICO BRASIL LTDA

Valor: R\$ 2.148,27 (Dois mil, cento e quarenta e oito reais e vinte e sete).

Declaração de Dispensa em 24/06/2020.

Joaçaba/SC, 29 de junho de 2020.

Patricia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae.

DISPENSA DE LICITAÇÃO SMOS 145/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2544279

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
DISPENSA DE LICITAÇÃO 0145/2020
PROTOCOLO Nº 1268/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE JOELHO 90º PEAD A SER UTILIZADO PELAS EQUIPES TÉCNICAS DO SIMAE.

Fundamento Legal: Artigo 24, V, Lei 8666/93.

Justificativa: Decorrente de dois pregões desertos ocorridos nas datas de 02/03/2020 e 22/05/2020.

Empresa Contratada: AGRU TECNOLOGIA EM PLÁSTICO BRASIL LTDA

Valor: R\$ 2.221,80 (Dois mil, duzentos e vinte e um reais e oitenta centavos).

Declaração de Dispensa em 25/06/2020.

Joaçaba/SC, 29 de junho de 2020.

Patricia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae.

PORTARIA JHL 270/2020

Publicação Nº 2543920

PORTARIA SIMAE JHL – Nº 270/2020 DE 29.06.2020.

Patrícia Callegari Warken, Diretora-Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna – Simae,
no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º- Revogar os efeitos da Portaria JHL 266/2020 de 26.06.2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 3182, data de 26.06.2020 e página 520.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.
Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 272/2020

Publicação Nº 2544214

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 272/2020 DE 29.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae,
no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10(dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Washington Luiz Rui Provencsi Papini (Matr. 167), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de ETA, P-6, N-1, Ref. F-1, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06.08.2018 à 05.08.2019, para serem fruídas no período de 20.07.2020 à 29.07.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 20 de junho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.
Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 274/2020

Publicação Nº 2544226

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 273/2020 DE 29.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Jonas da Silva (Matr. 112), ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, P-4, N-2, Ref.E-4, referente ao período aquisitivo de 01.08.2018 a 31.07.2019, para serem fruídas no período de 08.07.2020 à 17.07.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 08 de julho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.
Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 275/2020

Publicação Nº 2544244

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 275/2020 DE 29.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 12 (doze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Maurício Ricardo Dahmer (Matr. 174), ocupante do Cargo de Oficial de Informática, P-7, N-1, Ref.F-1, referente ao período aquisitivo de 01.10.2018 à 30.09.2019, para serem fruídas no período de 13.07.2020 à 24.07.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 13 de julho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.
Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 276/2020

Publicação Nº 2544254

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 276/2020 DE 29.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 12 (doze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Raimundo Kerschbaumer (Matr. 164), ocupante do Cargo de Auxiliar de Informática, P-4, N-1, Ref.F-1, referente ao período aquisitivo de 09.06.2018 à 08.06.2019, para serem fruídas no período de 27.07.2020 à 07.08.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 27 de julho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.
Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 277/2020

Publicação N° 2544264

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 277/2020 DE 29.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 12 (doze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Alex Estival Datsch (Matr. 168), ocupante do Cargo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. F-1, referente ao período aquisitivo de 01.10.2018 a 30.09.2019, para serem fruídas no período de 20.07.2020 à 31.07.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 20 de julho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.
Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 280/2020

Publicação N° 2544283

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 280/2020 DE 29.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Nathalia Dziedzic Schlichting Oliari (Matr. 204), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, P-5, N-1, Ref. C, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02.05.2019 à 01.05.2020, para serem fruídas no período de 13.07.2020 à 01.08.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 13 de julho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.
Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 281/2020

Publicação N° 2544297

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 281/2020 DE 29.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Edson Rodrigo Besbati (Matr. 149), ocupante do Cargo de Mecânico de Manutenção, P-4, N-1, Ref.H-2, referente ao período aquisitivo de 04.02.2019 à 03.02.2020, para serem fruídas no período de 06.07.2020 à 04.08.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 06 de julho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.
Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 282/2020

Publicação N° 2544306

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 282/2020 DE 29.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Helton Lúcio da Cunha Mattos (Matr. 105), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, P-3, N-2. Ref H-5, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07.02.2019 à 06.02.2020, para serem fruídas no período de 02.07.2020 à 31.07.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de julho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.
Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 283/2020

Publicação N° 2544223

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 273/2020 DE 29.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Jonas da Silva (Matr. 112), ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, P-4, N-2, Ref.E-4, referente ao período aquisitivo de 01.08.2018 a 31.07.2019, para serem fruídas no período de 08.07.2020 à 17.07.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 08 de julho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.
Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 283/2020

Publicação N° 2544312

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 283/2020 DE 29.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Vilmar de Souza e Oliveira (Matr. 159), ocupante do Cargo de Auxiliar de Operações, P-2, N-1, Ref. G-2, referente ao período aquisitivo de 15.01.2019 à 14.01.2020, para serem fruídas no período de 15.07.2020 à 13.08.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 15 de julho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.
Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 284/2020

Publicação N° 2544314

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 284/2020 DE 29.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC – Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30(trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Jairo Camilo Alberti (Matr. 139), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Auxiliar de Operações, P-2, N-1, Ref.J-3, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07.02.2019 à 06.02.2020, para serem fruídas no período de 01.07.2020 à 30.07.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de julho 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 285/2020

Publicação N° 2544315

PORTARIA SIMAE. JHL N° - 285/2020 DE 29.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Giane Maria Marquezze Lecher (Matr. 5), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Escrivão, P-5, N-3, Ref.J-10, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03.07.2018 a 02.07.2019, para serem fruídas no período de 02.07.2020 à 31.07.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de julho de 2020, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 286/2020

Publicação N° 2544320

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 286/2020 DE 29.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Roberto da Camara (Matr. 191), ocupante do Cargo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. D-1, referente ao período aquisitivo de 01.06.2019 à 31.05.2020, para serem fruídas no período de 06.07.2020 à 04.08.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 06 de julho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 287/2020

Publicação Nº 2544323

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 287/2020 DE 29.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Hélio Pereira de Moraes (Matr. 154), ocupante do Cargo de Provedimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref.G-2, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.08.2018 à 31.07.2019, para serem fruídas no período de 13.07.2020 à 11.08.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 13 de julho de 2020 obedecido o disposto do parágrafo único do Art.3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.
Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 288/2020

Publicação Nº 2544332

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 288/2020 DE 29.06.2020

Valdirene Aparecida Dorini, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 12 (doze) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Patrícia Callegari Warken (Matr. 143), ocupante do Cargo de Provedimento Efetivo de Contadora, P-8, N-1, Ref. I-3, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13.01.2019 à 12.01.2020, para serem fruídas no período de 20.07.2020 à 31.07.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 20 de julho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.
Valdirene Aparecida Dorini
Diretora Adjunta

PORTARIA JHL 289/2020

Publicação Nº 2544336

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 289/2020 DE 29.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Leandro Sartori (Matr. 155), ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, P-4, N-1, Ref. G-2, referente ao período aquisitivo de 02.01.2019 à 01.01.2020, para serem fruídas no período de 27.07.2020 à 05.08.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 27 de julho de 2020, obedecido o disposto do parágrafo único do Art 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.
Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 290/2020

Publicação N° 2544339

PORTARIA SIMAE. JHL N° 290/2020 DE 29.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 18 (dezoito) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Andréa Reisdorfer Camaroto (Matr. 18), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Desenhista/Projetista, P-5, N-3, Ref.J-7, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17.01.2019 a 16.01.2020, para serem fruídas no período de 14.07.2020 à 31.07.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 14 de julho de 2020, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

REAJUSTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 40/2019

Publicação N° 2543199

EXTRATO DE TERMO DE REAJUSTE DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PROCESSO 0071/2019
PREGÃO PRESENCIAL 0060/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0040/2019

O Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ sob nº 84.591.890/0001-43, neste ato, representado por sua Diretora Adjunta Patrícia Callegari Warken, portador da Cédula de Identidade nº 11/R-2.634.695 SSI/SC e inscrito no CPF sob nº 000.178.949-05 torna público o realinhamento do valor dos itens conforme tabela abaixo. A documentação para concessão do reequilíbrio econômico financeiro encontra-se apenso ao processo.

O valor será reajustado para manutenção do equilíbrio econômico financeiro, com fundamento no art. 65, II "d", da Lei nº 8666/93.

Valor registrado:

Item	Un	Descrição	Valor registrado	Valor c/ reajuste
01	L	Gasolina comum ou aditivada para veículos e motos	R\$ 3,52	R\$ 3,84
02	L	Gasolina comum p/ equipamentos	R\$ 3,53	R\$ 3,85
03	L	Óleo diesel	R\$ 2,61	R\$ 2,86
04	L	Biodiesel S-10	R\$ 2,63	R\$ 2,91

Joaçaba/SC, 24 de junho de 2020
Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente do Simae

ATA 25/2020 SERVIÇOS DE USINAGEM

Publicação N° 2543420



Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto
Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0025/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE USINAGEM PARA MONTAGENS, ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÕES EM TUBULAÇÕES DE FERRO FUNDIDO E GALVANIZADO DOS ABASTECIMENTOS DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, EXECUÇÃO DE PEÇAS DAS UNIDADES OPERACIONAIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO SIMAE, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL JHL N° 0027/2020, PROCESSO JHL N° 0033/2020, PROTOCOLO JHL N° 1063/2020

Aos vinte e seus dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, o **Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna**, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC, sito na Rua Tiradentes, n° 123, Centro, em Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ sob n° 84.591.890/0001-43, neste ato representado por sua Diretora Presidente Patrícia Callegari Warken, doravante denominado "**SIMAE**" e a empresa Mecanica Breda Ltda, primeira classificada, abaixo relacionada, doravante denominada "**DETENTORA**", nos termos da Lei Federal n° 10.520/2002, Decreto Municipal n° 2.879/2006, Decreto Municipal n° 4.388/2013, com aplicação subsidiária da Lei n° 8.666/1993, Lei Complementar n° 123/2006 e alterações posteriores, e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes, celebram a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, originada do Processo de Licitação JHL n° 0033/2020, Pregão Presencial JHL n° 0027/2020, homologado em 26/06/2020, mediante termos e condições que seguem:

DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	Mecanica Breda Ltda
	ENDEREÇO:	Rua Getulio Vargas, n° 381, Centro em Joaçaba -SC
	CNPJ/MF:	84.585.918/0001-30
	REPRESENTANTE LEGAL:	Elisangela Fidelis
	CPF:	949.171.919-04
	RG:	3.155.266/SSP/SC

1

Rua Tiradentes, 123 – Centro, Joaçaba/SC – CEP 89.600-000 - CNPJ 84.591.890/0001-43
Fone: (49) 3551 8200 ou 115 - www.simae.sc.gov.br | Simae.jhl



Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto
Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **registro de preços visando futura e eventual contratação de serviços de usinagem para montagens, adequações e manutenções em tubulações de ferro fundido e galvanizado dos abastecimentos de água e esgotamento sanitário, execução de peças das unidades operacionais, máquinas e equipamentos do Simae**, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 Os produtos/serviços registrados são os seguintes:

Item	Descrição detalhada do Material/Serviço/Equipamento	UN	Qtidade	Valor unitário	Valor total
1	Execução de rosca em tubo de Ferro Galvanizado 1 ½"	Unid	20	27,50	550,00
2	Execução de rosca em tubo de Ferro Galvanizado 2"	Unid	60	30,50	1.830,00
3	Execução de rosca em tubo de Ferro Galvanizado 3"	Unid	30	36,50	1.095,00
4	Execução de rosca em tubo de Ferro Galvanizado 4"	Unid	20	43,50	870,00
5	Solda de Flange em tubo de Ferro Galvanizado 1 ½"	Unid	10	37,75	377,50
6	Solda de Flange em tubo de Ferro Galvanizado 2"	Unid	20	39,50	790,00
7	Solda de Flange em tubo de Ferro Galvanizado 3"	Unid	10	46,50	465,00
8	Solda de Flange em tubo de Ferro Galvanizado 4"	Unid	10	51,50	515,00
9	Execução de rosca em tubo de Ferro Fundido DN 80 mm	Unid	10	61,50	615,00
10	Execução de rosca em tubo de Ferro Fundido DN 100 mm	Unid	20	73,50	1.470,00
11	Execução de rosca em tubo de Ferro Fundido DN 150 mm	Unid	30	83,50	2.505,00
12	Execução de rosca em tubo de Ferro Fundido DN 200 mm	Unid	20	91,50	1.830,00
13	Execução de rosca em tubo de Ferro Fundido	Unid	25	114,50	2.862,50

2

Rua Tiradentes, 123 – Centro, Joaçaba/SC – CEP 89.600-000 - CNPJ 84.591.890/0001-43
Fone: (49) 3551 8200 ou 115 - www.simae.sc.gov.br | Simae.jhl



Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto
Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna

	DN 250 mm				
14	Execução de rosca em tubo de Ferro Fundido DN 300 mm	Unid	10	139,50	1.395,00
15	Execução de rosca em tubo de Ferro Fundido DN 350 mm	Unid	10	154,50	1.545,00
16	Execução de rosca em tubo de Ferro Fundido DN 400 mm	Unid	10	177,50	1.775,00
17	Execução de rosca em tubo de Ferro Fundido DN 450 mm	Unid	10	179,50	1.795,00
18	Execução de rosca em tubo de Ferro Fundido DN 500 mm	Unid	6	199,50	1.197,00
19	Execução de rosca em Flange de Ferro Fundido DN 80 mm	Unid	10	64,50	645,00
20	Execução de rosca em Flange de Ferro Fundido DN 100 mm	Unid	20	69,50	1.390,00
21	Execução de rosca em Flange de Ferro Fundido DN 150 mm	Unid	30	79,50	2.385,00
22	Execução de rosca em Flange de Ferro Fundido DN 200 mm	Unid	20	84,50	1.690,00
23	Execução de rosca em Flange de Ferro Fundido DN 250 mm	Unid	25	94,50	2.362,50
24	Execução de rosca em Flange de Ferro Fundido DN 300 mm	Unid	10	109,50	1.095,00
25	Execução de rosca em Flange de Ferro Fundido DN 350 mm	Unid	10	119,50	1.195,00
26	Execução de rosca em Flange de Ferro Fundido DN 400 mm	Unid	10	139,50	1.395,00
27	Execução de rosca em Flange de Ferro Fundido DN 450 mm	Unid	10	149,50	1.495,00
28	Execução de rosca em Flange de Ferro Fundido DN 500 mm	Unid	6	159,50	957,00
29	Solda de Flange em tubo de Ferro Fundido DN 80 mm	Unid	10	69,50	695,00
30	Solda de Flange em tubo de Ferro Fundido DN 100 mm	Unid	20	88,50	1.770,00

3

Rua Tiradentes, 123 – Centro, Joaçaba/SC – CEP 89.600-000 - CNPJ 84.591.890/0001-43
Fone: (49) 3551 8200 ou 115 - www.simae.sc.gov.br | Simae.jhl

31	Solda de Flange em tubo de Ferro Fundido DN 150 mm	Unid	30	109,50	3.285,00
32	Solda de Flange em tubo de Ferro Fundido DN 200 mm	Unid	20	144,50	2.890,00
33	Solda de Flange em tubo de Ferro Fundido DN 250 mm	Unid	25	169,50	4.237,50
34	Solda de Flange em tubo de Ferro Fundido DN 300 mm	Unid	10	179,50	1.795,00
35	Solda de Flange em tubo de Ferro Fundido DN 350 mm	Unid	10	189,50	1.895,00
36	Solda de Flange em tubo de Ferro Fundido DN 400 mm	Unid	10	249,50	2.495,00
37	Solda de Flange em tubo de Ferro Fundido DN 450 mm	Unid	10	279,50	2.795,00
38	Solda de Flange em tubo de Ferro Fundido DN 500 mm	Unid	6	349,50	2.097,00
39	Serviços de torno mecânico	H	250	119,50	29.875,00
40	Serviços de fresa	H	120	99,50	11.940,00

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Presencial n° 0027/2020 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Planilha de lances do Pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados do dia 26 de junho de 2020.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O sistema de registro de preços do SIMAE tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações das licitantes vencedoras do Pregão.

4



Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto
Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à DETENTORA do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços registrados.

4.3.1 O SIMAE convocará a DETENTORA para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, a DETENTORA será liberada do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta da DETENTORA e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a DETENTORA poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela DETENTORA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.3.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

4.4 A contratação com a DETENTORA será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62, da Lei nº 8.666/93.

4.4.1 A DETENTORA poderá ser convocada para assinar Contrato (se esse for o caso), devendo firmá-lo em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação (via e-mail ou correio).

4.4.2 A autorização de fornecimento ou o instrumento similar conterá: as especificações e quantidade do bem pretendido; os preços registrados, os quais deverão ser respeitados pela DETENTORA; os prazos para entrega dos bens; o número do processo licitatório; a indicação da dotação orçamentária que dará cobertura à despesa.

5. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

5

Rua Tiradentes, 123 – Centro, Joaçaba/SC – CEP 89.600-000 - CNPJ 84.591.890/0001-43
Fone: (49) 3551 8200 ou 115 - www.simae.sc.gov.br | Simae.jhl



Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto
Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna

5.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela DETENTORA enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

5.2 A DETENTORA será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5.3 A DETENTORA deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao SIMAE qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6. DO ACOMPANHAMENTO

6.1 O gestor dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Graciela Pratto, lotado no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do SIMAE, e-mail: compras@simae.sc.gov.br, telefone: 3551-8222.

6.2 Os fiscais dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços são André Francisco Fiorin, gerente do SPCI do SIMAE, e-mail: spci@simae.sc.gov.br, telefone: 3551-8212 e Helison Ferreira Carvalho, gerente do SME, e-mail: sme@simae.sc.gov.br telefone: 3551-8250.

7. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

7.1 O objeto deverá ser executado de forma parcelada e atender às especificações dos Anexos I e II do Edital.

7.2 Os serviços de usinagem serão realizados conforme necessidade do SIMAE, que procederá à solicitação que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

7.3 O SIMAE emitirá documento informando o tipo de serviço e a respectiva quantidade.

7.4 O SIMAE poderá solicitar regime de urgência para até 10% (dez por cento) do quantitativo previsto em cada item do Anexo I deste Edital ou 1 (uma) unidade para os serviços com menos de 10 unidades.

7.5 O SIMAE fará o transporte da tubulação até a oficina assim como a sua retirada, desde que a oficina esteja em um raio máximo de 10 km da Sede Administrativa do SIMAE, situada na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba/SC. Acima deste raio máximo, o transporte será de responsabilidade da DETENTORA, e já deverá estar incluso no preço ofertado, não podendo ser cobrado nada do SIMAE a este título.

7.6 O prazo para a execução do serviço será de 72 (setenta e duas) horas após a solicitação do serviço. Para os serviços de urgência, a DETENTORA terá o prazo de 8 (oito) horas para executar.

7.7 O SIMAE informará se o serviço é regular ou de urgência.

7.8 Fica estabelecido que os flanges e tubos serão recebidos:

6



Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto
Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna

a) **provisoriamente**, para verificação da qualidade dos serviços de usinagem conforme especificação;

b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e conformidade dos serviços de usinagem com a especificação e a consequente aceitação.

7.9 Os serviços de usinagem que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser refeitos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de notificação apresentada à DETENTORA sem qualquer ônus para o SIMAE. Para os serviços de urgência a DETENTORA terá o prazo máximo de 8 (oito) horas para refazer os serviços de usinagem.

7.9.1 Caso seja comprovado que os serviços de usinagem não estão de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos, a DETENTORA deverá ressarcir todos os custos com a Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

7.10 Se os serviços de usinagem recusados, por qualquer problema, não forem refeitos no prazo estipulado, a DETENTORA estará sujeita às sanções previstas no Edital, nesta Ata de Registro de Preços/Contrato e na Lei.

7.11 Constatado o fornecimento de serviços de má qualidade, o SIMAE poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

7.12 A prestação dos serviços de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não será recebida e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela DETENTORA, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

8.2 O pagamento será:

8.2.1 Efetivado após a execução do item, mediante apresentação das notas fiscais/faturas de serviços que deverão ser emitidas em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, ao e-mail nf@simae.sc.gov.br da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo SIMAE.

8.2.2 Realizado através do SIMAE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o atesto do Fiscal, observado o que consta no item 7 desta Ata de Registro de Preços.

8.2.3 Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do serviço, ou do documento fiscal, a depender do evento.

8.3 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

7



Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto
Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna

8.4 Nenhum pagamento será efetuado à DETENTORA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.6 O SIMAE exigirá da DETENTORA, que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

8.7 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela DETENTORA.

8.8 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da DETENTORA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para prestação dos serviços, constituindo-se na única remuneração devida.

8.9 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2020, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061

ELEMENTO: 3.3.90.39.99.00.00.00

10. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

10.1 Executar os serviços nos prazos máximos estabelecidos no item 7 desta Ata de Registro de Preços, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas dos Anexos I e II do Edital.

10.2 Atender às especificações dos Anexos I e II do Edital e executar de acordo com a demanda apresentada pelo SIMAE, durante a validade da Ata de Registro de Preços.

10.3 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório.

10.4 Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material causados ao SIMAE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto. O SIMAE ficará alheio à relação jurídica que se estabelecer entre a DETENTORA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

10.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.



Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto
Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna

10.6 Comunicar o Simae quando finalizar o serviço;

10.7 Responsabilizar-se pela guarda do material enquanto estiver em sua posse;

10.8 Executar os serviços solicitados dentro das normas técnicas e qualidade necessária para perfeito funcionamento da peça.

11. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

11.1 Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório.

11.2 Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução do Contrato e desta Ata de Registro de Preços.

11.3 Efetuar o pagamento à DETENTORA, de acordo com o item 8 desta Ata de Registro de Preços.

11.4 Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela DETENTORA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos.

11.5 Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços.

11.6 Providenciar a publicação desta Ata de Registro de Preços, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

11.7 Emissão de documento solicitando o tipo de serviço e a respectiva quantidade;

11.8 Transporte da tubulação até a oficina e a sua retirada após a execução do serviço, respeitando o raio máximo de 10 km;

11.9 Informar se o serviço é regular ou de urgência.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

12.1 O registro da DETENTORA poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – Pelo SIMAE:

- a)** quando a empresa descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b)** quando a empresa, injustificadamente, deixar de firmar o Contrato decorrente do registro de preços;
- c)** quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93;
- d)** quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar

9

superior àqueles praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II – A pedido da DETENTORA, em virtude de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

12.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

13. DAS SANÇÕES

13.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à DETENTORA, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão e nesta Ata de Registro de Preços.

13.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, à DETENTORA:

I – Advertência, que será aplicada:

- a)** no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da DETENTORA;
- b)** nas ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SIMAE, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a)** 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação, pela recusa em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis;
- b)** 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso na execução do serviço, cuja aplicação será sobre o valor total do Empenho em que ocorreu o atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Empenho;
- c)** 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Empenho, no caso da DETENTORA não executar os serviços, desatender às condições estipuladas ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

III – Impedimento, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a DETENTORA, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com o SIMAE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

10

- a) recusar-se a assinar o Contrato ou a receber o Empenho, quando enviado por e-mail, dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a adjudicação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) falhar ou fraudar a execução do Contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;
- k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (nas mesmas hipóteses previstas para o impedimento, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

13.3 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à DETENTORA juntamente com a de multa.

13.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da DETENTORA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da DETENTORA, nos termos do que dispõe o art. 87, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

13.5 O SIMAE observará a boa-fé da DETENTORA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao SIMAE ou a terceiros.

13.6 A reincidência da sanção de advertência, ensejará a aplicação de penalidade de suspensão.

13.7 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

11



Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto
Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna

13.7.1 Se o valor a ser pago à DETENTORA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

13.7.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela DETENTORA ao SIMAE, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.7.3 O não pagamento da multa implicará na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE.

13.8 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da DETENTORA e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

13.9 Nenhum pagamento será realizado à DETENTORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba- (SC), 26 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente do Simae

Elisangela Fidelis
Mecanica Breda Ltda

12



Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto
Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna

Testemunhas:

Valdinei Antonio Gusatto
Gerente SMTP


André Francisco Fiorin
Gerente SPCI

13

Rua Tiradentes, 123 – Centro, Joaçaba/SC – CEP 89.600-000 - CNPJ 84.591.890/0001-43
Fone: (49) 3551 8200 ou 115 - www.simae.sc.gov.br |   Simae.jhl

HOMOLOGAÇÃO PR 27-20

Publicação Nº 2543425

 ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 27/2020	
CNPJ:	84.591.890/0001-43	Telefone:	(49) 3551-8200
Endereço:	Rua Tiradentes, 123 - Centro		
CEP:	89600-000 - Joaçaba		
		Processo Adm.:	33/2020
		Data do Processo:	13/05/2020
		Folha:	1 / 3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 33/2020
b) Nr. Licitação: 27/2020 - PR
c) Modalidade: Pregão presencial
d) Data de Homologação: 26/06/2020
e) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE USINAGEM PARA MONTAGENS, ADEQUAÇÕES E MANUTENÇÕES EM TUBULAÇÕES DE FERRO FUNDIDO E GALVANIZADO DOS ABASTECIMENTOS DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, EXECUÇÃO DE PEÇAS DAS UNIDADES OPERACIONAIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO SIMAE.


f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
MECÂNICA BREDALTD				
1 - Execução de rosca em tubo de Ferro Galvanizado 1 1/2 - Marca: MECANICA BREDALTD	H	20,000	27,5000	R\$ 550,00
2 - Execução de rosca em tubo de Ferro Galvanizado 2" - Marca: MECANICA BREDALTD	SV	60,000	30,5000	R\$ 1.830,00
3 - Execução de rosca em tubo de Ferro Galvanizado 3" - Marca: MECANICA BREDALTD	SV	30,000	36,5000	R\$ 1.095,00
4 - EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 4 - Marca: MECANICA BREDALTD	SV	20,000	43,5000	R\$ 870,00
5 - Solda de Flange em tubo de Ferro Galvanizado 1 1/2" - Marca: MECANICA BREDALTD	SV	10,000	37,7500	R\$ 377,50
6 - Solda de Flange em tubo de Ferro Galvanizado 2 - Marca: MECANICA BREDALTD	SV	20,000	39,5000	R\$ 790,00
7 - Solda de Flange em tubo de Ferro Galvanizado 3" - Marca: MECANICA BREDALTD	SV	10,000	46,5000	R\$ 465,00
8 - Solda de Flange em tubo de Ferro Galvanizado 4" - Marca: MECANICA BREDALTD	SV	10,000	51,5000	R\$ 515,00
9 - EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 80 MM - Marca: MECANICA BREDALTD	SV	10,000	61,5000	R\$ 615,00
10 - EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 100 MM - Marca: MECANICA BREDALTD	SV	20,000	73,5000	R\$ 1.470,00
11 - EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 150 MM - Marca: MECANICA BREDALTD	SV	30,000	83,5000	R\$ 2.505,00
12 - EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 200 MM - Marca: MECANICA BREDALTD	SV	20,000	91,5000	R\$ 1.830,00
13 - EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 250 MM - Marca: MECANICA BREDALTD	SV	25,000	114,5000	R\$ 2.862,50

Joaçaba, 26 de Junho de 2020

.....
Patricia Callegari Warken

Diretor Presidente

 ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 27/2020
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Endereço: Rua Tiradentes, 123 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	Telefone: (49) 3551-8200	Processo Adm.: 33/2020 Data do Processo: 13/05/2020
		Folha: 2 / 3


f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
14 - Execução de rosca em tubo de Ferro Fundido DN 300 mm - Marca: MECANICA BREDA	SV	10,000	139,5000	R\$ 1.395,00
15 - Execução de rosca em tubo de Ferro Fundido DN 350 mm - Marca: MECANICA BREDA	SV	10,000	154,5000	R\$ 1.545,00
16 - EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 400 MM. - Marca: MECANICA BREDA	SV	10,000	177,5000	R\$ 1.775,00
17 - Execução de rosca em tubo de Ferro Fundido DN 450 mm - Marca: MECANICA BREDA	SV	10,000	179,5000	R\$ 1.795,00
18 - EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 500 MM - Marca: MECANICA BREDA	SV	6,000	199,5000	R\$ 1.197,00
19 - EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 80 MM - Marca: MECANICA BREDA	SV	10,000	64,5000	R\$ 645,00
20 - EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 100 MM - Marca: MECANICA BREDA	SV	20,000	69,5000	R\$ 1.390,00
21 - EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 150 MM - Marca: MECANICA BREDA	SV	30,000	79,5000	R\$ 2.385,00
22 - EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 200 MM - Marca: MECANICA BREDA	SV	20,000	84,5000	R\$ 1.690,00
23 - EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 250 MM - Marca: MECANICA BREDA	SV	25,000	94,5000	R\$ 2.362,50
24 - Execução de rosca em Flange de Ferro Fundido DN 300 mm - Marca: MECANICA BREDA	SV	10,000	109,5000	R\$ 1.095,00
25 - Execução de rosca em Flange de Ferro Fundido DN 350 mm - Marca: MECANICA BREDA	SV	10,000	119,5000	R\$ 1.195,00
26 - Execução de rosca em Flange de Ferro Fundido DN 400 mm - Marca: MECANICA BREDA	SV	10,000	139,5000	R\$ 1.395,00
27 - Execução de rosca em Flange de Ferro Fundido DN 450 mm - Marca: MECANICA BREDA	SV	10,000	149,5000	R\$ 1.495,00
28 - EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 500 MM - Marca: MECANICA BREDA	SV	6,000	159,5000	R\$ 957,00
29 - SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 80 MM - Marca: MECANICA BREDA	SV	10,000	69,5000	R\$ 695,00
30 - SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 100 MM - Marca: MECANICA BREDA	SV	20,000	88,5000	R\$ 1.770,00
31 - SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 150 MM - Marca: MECANICA BREDA	SV	30,000	109,5000	R\$ 3.285,00
32 - SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 200 MM - Marca: MECANICA BREDA	SV	20,000	144,5000	R\$ 2.890,00
33 - SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 250 MM - Marca: MECANICA BREDA	SV	25,000	169,5000	R\$ 4.237,50
34 - Solda de Flange em tubo de Ferro Fundido DN 300 mm - Marca: MECANICA BREDA	SV	10,000	179,5000	R\$ 1.795,00
35 - Solda de Flange em tubo de Ferro Fundido DN 350 mm - Marca: MECANICA BREDA	SV	10,000	189,5000	R\$ 1.895,00
36 - SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 400 MM - Marca: MECANICA BREDA	SV	10,000	249,5000	R\$ 2.495,00
37 - Solda de Flange em tubo de Ferro Fundido DN 450 mm - Marca: MECANICA BREDA	SV	10,000	279,5000	R\$ 2.795,00
38 - SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 500 MM - Marca: MECANICA BREDA	SV	6,000	349,5000	R\$ 2.097,00
39 - SERVIÇOS DE TORNO MECANICO - Marca: MECANICA BREDA	H	250,000	119,5000	R\$ 29.875,00

Joaçaba, 26 de Junho de 2020

 Patricia Callegari Warken

Diretor Presidente

 ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 27/2020
	Processo Adm.: 33/2020 Data do Processo: 13/05/2020
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Telefone: (49) 3551-8200 Endereço: Rua Tiradentes, 123 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	Folha: 3 / 3

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	Vi. Unitário	Total dos Itens
40 - SERVIÇOS DE FRESA - Marca: MECANICA BREDÁ	H	120,000	99,5000	R\$ 11.940,00
Total geral:				R\$ 103.861,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO	14.001.17.512.0028.2061.3.3.90.00.00	R\$ 104.367,00

Joaçaba, 26 de Junho de 2020

.....
Patricia Callegari Warken
Diretor Presidente

Jupia

PREFEITURA

CONTRATO 017/20 DE 23/06/2020

Publicação Nº 2543345

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º:	17/2020
Data:	23/06/2020
Contratante:	Município de Jupia - SC
Contratado:	DANIEL PÉRICO, com endereço na Linha Pinheiro, interior do Município de Jupia- SC, sob CPF nº 087.361.679-08
Objeto:	Locação de Equipamento
Vigência:	23/06/2020 a 31/12/2020
Valor:	R\$ 3.780,00 (TRES MIL E SETECENTOS E OITENTA REAIS).
Assinaturas:	Augusto Cesar Nascimento Loureiro, pelo Município e DANIEL PÉRICO pelo contratado.

Município de Jupia – SC, 23 de junho de 2020.

Certifico que o presente Extrato foi publicado no Site www.jupia.sc.gov.br em ____/____/2020

LEDI BONSZKOWSKI DE SOUZA
Responsável p/ publicação

PORTARIA Nº 187/20 DE 23/06/2020

Publicação Nº 2543233

PORTARIA N.º 187/20 de 23/06/2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art.1.º - Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para comporem a comissão de julgamento de que tratam as penalidades da lei nº 0286/05 de 24/10/2005 bem como do decreto nº 1707/20 de 28/05/2020 conforme segue:

- RAQUEL DA COSTA MORAES
- ELESANDRA COLONHI
- DEISE LUCIA NOAL RIBEIRO

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupia SC, 23 de junho de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 188/20 DE 23/06/2020

Publicação Nº 2543236

PORTARIA N.º 188/20 de 23/06/2020.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art 63, da Lei Complementar 004/2006 de

23/05/2006,

RESOLVE:

Art.1.º - CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal ELZIO SPINELLO, ocupante do cargo de Operador de maquinas, lotado na Secretaria de Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo de 07/05/2018 a 06/05/2019, que serão gozadas no período 22/06/2020 a 21/07/2020, devendo retornar as atividades no primeiro dia útil seguinte ao término da vigência.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupiá - SC, 23 de junho de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 189/20 DE 25/06/2020

Publicação Nº 2543238

PORTARIA N.º 189/20 de 25/06/2020.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupiá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art 63, da Lei Complementar 004/2006 de 23/05/2006,

RESOLVE:

Art.1.º - CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal LUIZ DE JESUS, ocupante do cargo de Diretor de Unidade, lotado na Secretaria de Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo de 03/01/2018 a 02/01/2019, que serão gozadas no período 25/06/2020 a 24/07/2020, devendo retornar as atividades no primeiro dia útil seguinte ao término da vigência.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupiá - SC, 25 de junho de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Prefeito Municipal

Lacerdópolis

PREFEITURA

ADITIVO 02 CONTRATO 07-2020

Publicação Nº 2544359

TERMO ADITIVO N. 02

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 07/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N. 06/2020

TOMADA DE PREÇOS N. 02/2020

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari.

CONTRATADA: LEANDRO POGGERE CONSTRUTORA LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF 34.733.082/0001-03, com sede à Rod. SC 150, Km 110, Barracão 02, Linha Nossa Senhora da Saúde, na cidade de Ouro/SC, representada neste ato pelo proprietário Leandro Poggere, doravante simplesmente designada contratada.

Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato em epígrafe, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n. 8.666/93, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

Contratação, com recursos próprios e/ou vinculados, através da Secretaria de Transportes e Obras do Município de Lacerdópolis, de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de todos os materiais equipamentos necessários para a construção de muro de contenção em concreto em trecho do Lajeado Nair, localizado no Bairro Nossa Senhora Aparecida, Município de Lacerdópolis/SC, com intuito de conter a erosão da margem e proporcionar maior segurança às edificações próximas ao local, conforme documentos que fazem parte integrante do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO DO TERMO ADITIVO

O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação dos prazos de execução e de vigência contratual. O fiscal de obras do município Guilherme Zanchetta e o Secretário Municipal de Transportes e Obras Darci Brandini, que são os responsáveis pela fiscalização da execução da obra, manifestaram-se favoráveis à concessão de mais 30 (trinta) dias para a finalização da mesma.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo final para a execução da obra era 29/06/2020 e agora passa a ser 29/07/2020.

A vigência do contrato se encerraria no dia 15/07/2020 e agora passa a ser 15/08/2020.

CLÁUSULA QUARTA – AUTORIZAÇÃO E FUNDAMENTO

O presente termo aditivo decorre de autorização expressa do prefeito e encontra amparo legal no art. 57 da Lei n. 8.666/93, além da cláusula nona do contrato.

A empresa contratada apresentou toda a documentação comprovando a regularidade fiscal, jurídica e trabalhista, além de ter justificado o motivo da prorrogação (documentos anexos).

CLÁUSULA QUINTA – RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Lacerdópolis/SC, 29 de junho de 2020.

Município de Lacerdópolis/SC Sérgio Luiz Calegari Prefeito	Leandro Poggere Construtora Ltda ME Poggere Proprietário
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

PROCESSO LICITATORIO 26-2020

Publicação Nº 2544280

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 26/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 12/2020
DATA DE EMISSÃO: 29/06/2020

OBJETO: aquisição, com recursos próprios e/ou vinculados, de equipamentos agrícolas (distribuidor de adubo líquido e grade aradora), os quais serão usados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente para a prestação de serviços a população do Município de Lacerdópolis, cuja descrição, quantidade, valor máximo e condições estão no tópico 02 (OBJETO) deste edital.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão, obrigatoriamente, ser protocolados no Setor de Protocolo até às 14h00min de 13/07/2020, para abertura da Seção às 14h00min do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

TIPO: pregão presencial menor preço por item.

Informações poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3552-0188, no horário comercial, e-mail: licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br ou junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, n. 1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

Lacerdópolis, 29 de junho de 2020.

DELCIMERI SCAPINI BRANDINI
Comissão de Licitações

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 26/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 12/2020
DATA DE EMISSÃO: 29/06/2020

O Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari, com supedâneo na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c Decreto Municipal n. 024/2011 e na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, tornam público a realização de Processo de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO, do item relacionado no tópico 02 deste Edital (OBJETO).

As propostas deverão obedecer às especificações contidas neste Edital e serão recepcionados pela Comissão de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no Município de Lacerdópolis, até às 14h00min de 13 de julho de 2020.

01 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1.1 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

1.2 – Caberá o pregoeiro decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta.

1.3 – Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

02 - OBJETO

2.1 - Aquisição, com recursos próprios e/ou vinculados, de equipamentos agrícolas (distribuidor de adubo líquido e grade aradora), os quais serão usados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente para a prestação de serviços a população do Município de Lacerdópolis,, cuja descrição, quantidade, valor máximo e condições estão abaixo:

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
01	01	Grade aradora com controle remoto com 16 discos de 26 polegadas, espessura mínima de 6mm, espaçamento entre discos mínimo de 230mm, mancal a graxa, com pneus novos.	R\$ 22.908,67	R\$ 22.908,67
02	01	Distribuidor de adubo orgânico líquido adaptado sobre caminhão trucado (sistema roll on off). Tanque com capacidade mínima de 12.000 (doze mil litros), fabricado em chapa metálica de aço de carbono com no mínimo 4,75mm de espessura (3/16), em formato cilíndrico, com cintas em formato de "U", com quebra ondas internos e equidistantes, tampas abauladas, tampa frontal em chapa de no mínimo ¼ e tampa traseira de abertura total, reservatório de água para alimentação da bomba com capacidade mínima de 600 litros, revestimento interno e externo anticorrosivo. Bomba: tipo hidráulica, com válvula para vácuo e pressão. Eventual montagem e adaptação do equipamento no caminhão fica a cargo da empresa licitante vencedora e deverá ocorrer, salvo justificativa, no Município de Lacerdópolis. O equipamento deve vir também, sem prejuízo dos acima descrito, com todos os itens e acessórios obrigatórios exigidos por lei e/ou homologados pelo DETRAN.	R\$ 97.766,67	R\$ 97.766,67
			TOTAL: R\$ 120.875,34	

2.2 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

2.3 - O licitante deverá indicar, juntamente com a proposta, o modelo e a marca do(s) objeto(s), bem como apresentar ficha técnica para provar o cumprimento das especificações exigidas no edital, sob pena de desclassificação.

2.4 - PRAZO DE ENTREGA: até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento, podendo incidir multa para o caso de atraso.

2.5 - LOCAL DE ENTREGA: em frente a Prefeitura Municipal de Lacerdópolis/SC (Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000).

2.6 - GARANTIA DO EQUIPAMENTO: no mínimo 12 (doze) meses, ou aquele fornecido pelo fabricante, se for maior, contados a partir da entrega à Prefeitura Municipal de Lacerdópolis/SC, contra quaisquer problemas de fabricação, podendo ser aplicadas, subsidiariamente, as normas do Código de Defesa do Consumidor.

2.7 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA: deve ser prestada no Município de Lacerdópolis através de preposto da empresa fabricante ou filial do equipamento. Quando for necessário o transporte até a fábrica ou mecânica autorizada para manutenção, o deslocamento correrá por conta e risco da empresa licitante vencedora.

2.8 - No valor cotado já estão calculados todos os impostos, encargos trabalhistas, frete, etc.

2.9 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: à vista, após a entrega do objeto. O valor a ser pago à licitante vencedora fica condicionado ao recebimento por parte da municipalidade de valores a serem repassados pela União (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), através da Caixa Econômica Federal, decorrente do "Convênio MAPA – Plataforma + Brasil nº 890021/2019. Eventuais valores excedentes ao repassado serão custeados pelo Município de Lacerdópolis, com recursos próprios (contrapartida).

03 - DOTAÇÃO

A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício e terá a seguinte classificação orçamentária:

ORGAO 08-SECR.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE 01-SERVIÇOS DE AGRICULTURA

Proj/At. 20.606.1010.1.027-AQUIS.DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS

Elemento 4.4.90.52.40.00.00.00 – Máq. e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários (151)

Recursos 034 - Transferência de Convênios – Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência Social)

Elemento 4.4.90.52.40.00.00.00 – Máquinas e Equipam. Agrícolas e Rodoviários (107)

Recursos 000-Recursos Ordinários 04 - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

4.2 - O pagamento será realizado após vistoria realizada por órgão competente da Caixa Econômica Federal, conforme "Convênio MAPA – Plataforma + Brasil nº 890021/2019, mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega da mesma, sem rasuras.

4.3 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.5 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

4.6 - Não serão pagos valores antecipadamente.

4.7 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta.

4.8 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

4.9 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24).

4.10 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

4.11 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos itens anteriores serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

05 - VALOR ESTIMADO DO OBJETO

De acordo com o artigo 3º, inciso III da Lei 10.520/2002 e orçamentos, o valor estimado do objeto não poderá ultrapassar o(s) limite(s) constante(s) no tópico 02 (OBJETO) deste edital.

06 - EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO

6.1 - Compõem a equipe de apoio os servidores membros da Comissão Permanente de Licitações.

6.2 - Compete a equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas atividades na sessão e atos do Pregão.

6.3 - O pregoeiro designado é a servidora Delcimeri Scapini Brandini, a qual compete as seguintes atribuições:

- a) Presidir o pregão, recebendo as propostas e lances;
- b) Analisar e decidir fundamentadamente sobre aceitação ou não da proposta;
- c) Receber lances, dos classificados na forma do art. 4º, incisos VIII e IX da Lei n. 10.520/2002.
- d) Decidir sobre a ordem de classificação;
- e) Analisar e decidir sobre a habilitação do classificado em primeiro lugar;
- f) Receber as intenções de recursos e encaminhá-los à autoridade competente para julgamento.
- g) Promover a adjudicação do objeto do pregão;
- h) Submeter à autoridade competente o resultado final, para homologação do pregão;

07 – CREDENCIAMENTO

7.1 - Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso o proponente não queira dar lances não precisará se credenciar, contudo deverá entregar os documentos indicados nos tópicos 7.2 e 7.3.

7.2 – Os documentos exigidos para credenciamento da empresa são:

- a) Para o proponente credenciar representante, deverá apresentar procuração, podendo utilizar o ANEXO I como modelo ou documento equivalente; e
- b) Ato constitutivo da empresa: Registro Comercial, no caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores; ou Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

7.3 – Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, conforme modelo (ANEXO II).

7.4 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte, microempresa ou micro empreendedor individual dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes.

7.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os tópicos 6.2, 6.3 e 6.4, deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

7.6 - Os documentos devem ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor público do setor.

08 - PROPOSTA E CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

8.1 - Os envelopes número 01 (um) contendo a cotação e os envelopes número 02 (dois) contendo os documentos de habilitação serão recepcionadas pela Comissão de Licitações até as 14h00min do dia 13/07/2020, na sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no município de Lacerdópolis/SC.

8.2 - A proposta envelope 01 (um) deverá ser apresentada em envelope fechado, o qual conterá a cotação do licitante via impressa e assinada, com valor unitário, marca e valor global da proposta, e via CD/Pen Drive da AutoCotação da empresa Betha o qual será fornecido ao licitante mediante solicitação.

8.3 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL N.12/2020
ENVELOPE N. 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

8.4 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser impressa, sob pena de desclassificação, contendo todas as condições ali descritas, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos materiais cotados, segundo as exigências mínimas apresentadas no deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o n. do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços unitários, por item, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) Poderão participar do presente processo licitatório quaisquer pessoas jurídicas que atendam as condições desde Edital.

8.5 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, n. da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos.

8.6 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, nacionalidade, estado civil, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF.

8.7 - Serão desclassificadas as propostas que conterem vícios insanáveis e propostas que apresentem desconformidades com quaisquer outras exigências do ato convocatório, desde que insanáveis.

8.8 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;
- b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do art. 09 da Lei n. 8.666/93, conforme decisão n. 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

09 – HABILITAÇÃO

9.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 12/2020
ENVELOPE N. 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

9.2 - Para habilitação das empresas, será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
- d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, (CNPJ).
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- h) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT);
- j) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho

noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”), conforme ANEXO IV.

k) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida por distribuidor da sede do licitante. ATENÇÃO: os licitantes sediados no Estado de Santa Catarina deverão apresentar a certidão emitida através do sistema SAJ5 (<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>), juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema e-proc (<https://certeproc1g.tjsc.jus.br/>).

l) Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência – Ministério da Transparência e Controladoria – Geral da União na ala “Detalhamento das Sanções Vigentes - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS” <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=link-Detalhamento%2Ccnpj%2Cnome%2CufSancionado%2Corgao%2CtipoSancao%2CdataPublicacao>.

m) Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência – Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União na ala “Detalhamento da Penalidade - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)” <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>

n) Declaração atestando que a empresa licitante não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação.

9.3 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE devidamente identificadas no credenciamento, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações.

9.3.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

9.3.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no tópico anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.4- Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da sessão de abertura de envelopes, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas durante a sessão de abertura dos mesmos pelo pregoeiro ou membros da equipe de apoio, (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

9.4.1 - Para os documentos que não apresentarem prazo de validade ou validade indeterminada, quando for o caso, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

9.4.2 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

9.5 - O licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando a respectiva justificativa/comprovante.

9.6 - Serão automaticamente desclassificados os proponentes que apresentarem documentos com data de validade vencida.

10 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A presente licitação será adjudicada ao proponente que apresentar proposta de MENOR PREÇO do(s) item(s) descrito(s) no tópico 02 (OBJETO).

10.2 - Após a fase de lances, será desclassificada proposta de valor superior ao máximo fixado.

11 - RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no tópico 07 (CREDENCIAMENTO).

11.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

11.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

11.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

11.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

11.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no tópico anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

11.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, por lote, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, podendo o proponente cotar apenas 01 (um) item.

11.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

11.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

11.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

11.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerado aqueles acima do preço de mercado.

11.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2. da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações serão asseguradas a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

11.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE classificadas de acordo com o tópico anterior poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – Não ocorrendo a contratação das MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, na forma do tópico anterior, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do tópico 11.12.2, I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no tópico 11.12.1, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

11.13 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, por item, para que seja obtido preço ainda melhor.

11.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

11.15 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

11.16 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por item.

11.16.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada item.

11.17 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

11.18 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

11.19 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

12 – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 - Não sendo interpostos recursos, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, por item, sendo submetido este resultado ao(a) Prefeito Municipal para homologação.

12.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao(a) Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao(a) Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

12.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao(a) Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

12.5 – A contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.6 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% (dez por cento) do total dos itens atribuídos à Contratada;

b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;

c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;

d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.7 - Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13 - CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

13.1 - Após a homologação do resultado, será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, assinar(em) o contrato (minuta constante do ANEXO IV), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

13.2 – O contrato terá vigência até 31/12/2020, a iniciar-se com a publicação do mesmo na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

13.3 - Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinado, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

14 - ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 - A execução do contrato será administrada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

14.2 – O recebimento do equipamento ocorrerá conforme Decreto Municipal n. 30 de 06 de junho de 2019.

15 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1 – Empenhar os valores relativos às notas fiscais emitidas e efetuar o pagamento da CONTRATADA.

15.2 - Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

15.3 - Observar/fiscalizar durante a execução do objeto que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

16 – OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

16.1 - Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) o fornecimento do objeto deste edital, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no tópico 02 (OBJETO) deste edital.

16.2 – O proponente vencedor deverá arcar com todas as despesas necessárias para o regular fornecimento do objeto.

16.3 - Seguir fielmente as condições e cláusulas expressas no "Convênio MAPA – Plataforma + Brasil nº 890021/2019".

16.4 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

16.5 - Não caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

16.6 - Atender, através de seus responsáveis técnicos e/ou administrativos, eventuais convocações da CONTRATANTE.

16.7 - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório, durante toda a execução do contrato.

17 - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelo(s) produto(s) fornecido(s) e/ou pelo(s) serviço(s) prestado(s), respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata e/ou contrato.

18 - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes participantes e não vencedoras pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

18.2 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Setor de Licitações, logo após sua homologação.

18.3 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

18.4 - O Município poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.5 - O pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, através do telefone (49) 3552-0188, ou pessoalmente (Rua 31 de março, 1050, Centro, Lacerdópolis/SC).

18.6 - É de exclusiva responsabilidade do proponente ou interessado, a verificação no sítio do município de Lacerdópolis: www.lacerdopolis.sc.gov.br e na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, rede DOM – Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br de eventuais alterações no presente edital.

18.7 - São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II - Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação;
- c) ANEXO III – Declaração de que não emprega menor de idade;
- d) ANEXO IV – Minuta do contrato.

Lacerdópolis/SC, 29 de junho de 2020.

Município de Lacerdópolis
Sérgio Luiz Calegari
Prefeito
ANEXO I

PROCURAÇÃO

____ <RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>____, por meio de ____ <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>____, constitui como PROCURADOR o Sr. ____ <NOME COMPLETO, RG, CPF>____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO>,

<DATA> _____

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL
E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>
ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) ____ CNPJ n. ____ (xxxxxxxxxx), sediada em ____ (ENDEREÇO COMERCIAL)____, declara, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, sob as penas da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, assim como assume o compromisso de declarar

a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ n. ____ (xxxxxxxxxx), sediada em ____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, para fins do disposto no inciso XXXIII, art. 7., da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.../...

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari.

CONTRATADA: _____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede à rua _____, No município de _____, representada por seu _____, doravante simplesmente designada contratada.

Nos termos do Processo Licitatório n. 26/2020, na modalidade de Pregão Presencial n. 12/2020, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e Lei n. 10.520/02, firmam o presente contrato conforme as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 – Aquisição, com recursos próprios e/ou vinculados, de equipamentos agrícolas (distribuidor de adubo líquido e grade aradora), os quais serão usados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente para a prestação de serviços a população do Município de Lacerdópolis,, cuja descrição, quantidade, valor máximo e condições estão abaixo:

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
01	01	Grade aradora com controle remoto com 16 discos de 26 polegadas, espessura mínima de 6mm, espaçamento entre discos mínimo de 230mm, mancal a graxa, com pneus novos.	R\$...	R\$...
02	01	Distribuidor de adubo orgânico líquido adaptado sobre caminhão trucado (sistema roll on off). Tanque com capacidade mínima de 12.000 (doze mil litros), fabricado em chapa metálica de aço de carbono com no mínimo 4,75mm de espessura (3/16), em formato cilíndrico, com cintas em formato de "U", com quebra ondas internos e equidistantes, tampas abauladas, tampa frontal em chapa de no mínimo ¼ e tampa traseira de abertura total, reservatório de água para alimentação da bomba com capacidade mínima de 600 litros, revestimento interno e externo anticorrosivo. Bomba: tipo hidráulica, com válvula para vácuo e pressão. Eventual montagem e adaptação do equipamento no caminhão fica a cargo da empresa licitante vencedora e deverá ocorrer, salvo justificativa, no Município de Lacerdópolis. O equipamento deve vir também, sem prejuízo dos acima descrito, com todos os itens e acessórios obrigatórios exigidos por lei e/ou homologados pelo DETRAN.	R\$...	R\$...
			TOTAL: R\$...	

2.2 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

2.3 - O licitante deverá entregar a marca cotada, sob pena de não ser aceite.

2.4 - PRAZO DE ENTREGA: até 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento, podendo incidir multa para o caso de atraso.

2.5 - LOCAL DE ENTREGA: em frente a Prefeitura Municipal de Lacerdópolis/SC (Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000).

2.6 - GARANTIA DO EQUIPAMENTO: no mínimo 12 (doze) meses, ou aquele fornecido pelo fabricante, se for maior, contados a partir da entrega à Prefeitura Municipal de Lacerdópolis/SC, contra quaisquer problemas de fabricação, podendo ser aplicadas, subsidiariamente, as normas do Código de Defesa do Consumidor.

2.7 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA: deve ser prestada no Município de Lacerdópolis através de preposto da empresa fabricante ou filial do equipamento. Quando for necessário o transporte até a fábrica ou mecânica autorizada para manutenção, o deslocamento correrá por conta e risco da empresa licitante vencedora.

2.8 - No valor cotado já estão calculados todos os impostos, encargos trabalhistas, frete, etc.

2.9 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: à vista, após a entrega do objeto. O valor a ser pago à licitante vencedora fica condicionado ao recebimento por parte da municipalidade de valores a serem repassados pela União (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), através da Caixa Econômica Federal, decorrente do "Convênio MAPA – Plataforma + Brasil nº 890021/2019. Eventuais valores excedentes ao repassado serão custeados pelo Município de Lacerdópolis, com recursos próprios (contrapartida).

CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO

A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício e terá a seguinte classificação orçamentária:

ORGAO 08-SECR.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE 01-SERVIÇOS DE AGRICULTURA

Proj/At. 20.606.1010.1.027-AQUIS. DE MAQ. E EQUIPAMEN. AGRICOLAS

Elemento 4.4.90.52.40.00.00.00 – Máq. e Equipamen. Agrícolas e Rodoviários (151)

Recursos 034 - Transferência de Convênios – Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência Social)

Elemento 4.4.90.52.40.00.00.00 – Máquinas e Equipam. Agrícolas e Rodov. (107)

Recursos 000-Recursos Ordinários CLÁUSULA TERCEIRA - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

3.2 - O pagamento será realizado após vistoria realizada por órgão competente da Caixa Econômica Federal, conforme "Convênio MAPA – Plataforma + Brasil nº 890021/2019, mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega da mesma, sem rasuras.

3.3 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

3.6 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.7 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta.

3.8 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.9 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24).

3.10 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.11 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos itens anteriores serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

O contrato terá vigência até 31/12/2020, a iniciar-se com a publicação do mesmo na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA QUINTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato, encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei n.

8.666/93 e a Lei n. 10.520/02, à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA SEXTA – ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 - A execução deste contrato será administrada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

14.2 – O recebimento do equipamento ocorrerá conforme Decreto Municipal n. 30 de 06 de junho de 2019.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Empenhar os valores relativos às notas fiscais emitidas e efetuar o pagamento da CONTRATADA;
- b) Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- c) Observar/fiscalizar durante a execução do objeto que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) o fornecimento do objeto deste edital, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no tópico 02 (OBJETO) deste edital.

8.2 – O proponente vencedor deverá arcar com todas as despesas necessárias para o regular fornecimento do objeto.

8.3 - Seguir fielmente as condições e cláusulas expressas no “Convênio MAPA – Plataforma + Brasil nº 890021/2019”.

8.4 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

8.5 - Não caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

8.6 - Atender, através de seus responsáveis técnicos e/ou administrativos, eventuais convocações da CONTRATANTE.

8.7 - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório, durante toda a execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelo(s) produto(s) fornecido(s) e/ou pelo(s) serviço(s) prestado(s), respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata e/ou contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

10.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, conforme o prazo estabelecido na notificação, a inexecução, total ou parcial do contrato e/ou o descumprimento das normas contratuais, sujeitará a aplicação, isolada ou conjuntamente, mediante notificação prévia, das seguintes penalidades ao CONTRATADO:

- a) advertência;
- b) multa de 20% sobre o valor total do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por um período de 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2 - Poderá, ainda, ser aplicada multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, quando o CONTRATADO:

- a) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;
- b) Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;
- d) Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

11.1 - O contratante poderá declarar rescindido o presente contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

11.2 - O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela contratada, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente instrumento.

11.3 - O contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega;

12.2 - A fiscalização e o controle por parte do CONTRATANTE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração à CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

12.3 - Os casos de alteração ou rescisão contratual e os casos omissos serão regidos pela Lei 8.666/93, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC,... de... 20...

Município de Lacerdópolis/SC Sérgio Luiz Calegari Prefeito	
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

Lages

PREFEITURA

PORTARIA Nº 017/SMS/GAB/2020

Publicação Nº 2544587

PORTARIA Nº 017/SMS/GAB/2020

Claiton Camargo de Souza, Secretário de Saúde do Município de Lages, no uso de suas atribuições contidas no artigo 111, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa RFB nº 1769, de 18 de dezembro de 2017, que disciplina a aplicação da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF), na aquisição de veículos por pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001, que aprovou o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a Portaria da Secretaria Estadual da Fazenda nº 362/2019, que estabelece os modelos oficiais de laudos e documentos necessários para fins da concessão do benefício fiscal de isenção de ICMS e IPVA na saída de veículo destinado a pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental ou autista.

RESOLVE:

Artigo 1º - Estabelecer que é dever dos servidores municipais médicos que desempenham suas atribuições junto à Policlínica Municipal, Unidades Básicas de Saúde, CAPSad, CAPSi, CAPS II, Cresça Melhor e Centro de Estudos e Assistência à Saúde da Mulher – CEASM, a emissão de laudos para solicitação de isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

§1º – O disposto no caput deste artigo também se aplica aos profissionais médicos (pessoa física e/ou jurídica) credenciados que prestam serviços junto à Secretaria Municipal da Saúde e/ou àqueles que prestam atendimento vinculado ao Sistema Único de Saúde – SUS em ambiente privado.

§2º - O disposto no caput deste artigo não se aplica aos servidores municipais médicos e profissionais médicos credenciados (pessoa física e/ou jurídica) que desempenham/prestam suas atribuições/serviços junto à Unidade de Pronto Atendimento – UPA.

Artigo 2º - Compete ao profissional médico responsável pelo atendimento definir os critérios técnicos e o momento adequado para emissão dos laudos, podendo, inclusive, solicitar a realização de exames complementares para melhor avaliação das condições clínicas do paciente. Parágrafo único – Nas situações de primeiro atendimento do paciente pelo Sistema Único de Saúde – SUS, é vedada a emissão de laudo médico sem que haja conhecimento integral da sua situação clínica.

Artigo 3º - É de responsabilidade da Direção da Atenção Especializada firmar os laudos emitidos junto à Policlínica Municipal para comprovação de que o profissional médico é credenciado ao Sistema Único de Saúde – SUS.

Artigo 4º - É de responsabilidade do coordenador do serviço firmar os laudos emitidos junto ao CAPSad, CAPS II e CAPSi para comprovação de que o profissional médico é credenciado ao Sistema Único de Saúde – SUS.

Artigo 5º - É de responsabilidade do coordenador do serviço firmar os laudos emitidos junto ao Programa Cresça Melhor para comprovação de que o profissional médico é credenciado ao Sistema Único de Saúde – SUS.

Artigo 6º - É de responsabilidade do coordenador do serviço firmar os laudos emitidos junto ao Centro de Estudos e Assistência à Saúde da Mulher – CEASM para comprovação de que o profissional médico é credenciado ao Sistema Único de Saúde – SUS.

Artigo 7º - É de responsabilidade do gestor responsável firmar os laudos emitidos junto às Unidades Básicas de Saúde - UBS para comprovação de que o profissional médico é credenciado ao Sistema Único de Saúde – SUS.

Artigo 8º - A inobservância das obrigações estabelecidas nesta Portaria sujeitará ao servidor(a) às sanções administrativas disciplinares cabíveis, bem como o credenciamento, no caso dos profissionais médicos prestadores de serviço.

Artigo 9º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 26 de junho de 2020.
CLAITON CAMARGO DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO 65/2020 SEMASA

Publicação N° 2543504

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 65/2020 SEMASA

Objeto: Registro de Preços destinado à Aquisição de Elos de Esteira para manutenção das Correias da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto).

Abertura: 10/07/2020 às 09h

Valor Estimado: R\$ 343.552,00

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 30 de junho de 2020.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

SUSPENSÃO 02 CC 03/2020 PML

Publicação N° 2543597

2ª SUSPENSÃO

REF: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 03/2020 – PML

OBJETO: CONCESSÃO ONEROSA DE BEM PÚBLICO, RELATIVO AO IMÓVEL LOCALIZADO NO CALÇADÃO DA PRAÇA JOÃO COSTA, CENTRO, NESTA CIDADE DE LAGES/SC.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Fazenda, fundamentado na recomendação exarada pela Procuradoria Geral do Município, considerando a apresentação de impugnação ao edital, torna notório aos interessados, a SUSPENSÃO do presente certame, pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis para análise da referida impugnação.

Cumpra-se, comunique-se e publique-se.

Lages, 30 de junho de 2020.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

PREGÃO 18/2020-PML

Publicação N° 2544319

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO 18/2020-PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, para a contratação de empresa para a elaboração de projetos de engenharia para construção da Escola Municipal Dr. Armando Calil Bulos, localizada no Bairro Estreito, Laguna, no dia 15 de julho de 2020, às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme edital disponível no portal laguna.sc.gov.br, ou solicitação ao e-mail pmlcompras88@gmail.com, telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 29 de junho de 2020.

Samantha Claudino Sampaio - Pregoeira

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 100/2020

Publicação Nº 2544022

DECRETO Nº 100/2020 .

ESTABELECE O REGIMENTO GERAL DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE LAURO MULLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 89, I , da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal de Lauro Muller está promovendo o Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de se definir de forma sistematizada as atribuições de grupos de trabalho internos e de apoio à Prefeitura Municipal, bem como a necessidade de se definir um regimento geral, prevendo as regras de participação e controle social no aludido Processo de Planejamento Urbano;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO as restrições atualmente vigentes, impostas pelo Governo do Estado de Santa Catarina por meio do Decreto nº 630, de 1º de junho de 2020, que restringe eventos com reunião de público;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o Regimento Geral do Processo de Revisão do Plano Diretor de Lauro Muller, na forma do dispositivo anexo, o qual faz parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

LAURO MÜLLER, 19 DE JUNHO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

REGIMENTO GERAL DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE LAURO MULLER

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS, FINALIDADES E ÂMBITOS DE ATUAÇÃO

Art. 1º - O presente regimento tem por finalidade regulamentar o processo participativo de Revisão do Plano Diretor do Município de Lauro Muller de forma a garantir:

I - A promoção de instâncias e mecanismos de diálogo e participação social;

II - O estabelecimento de regras claras, validadas coletivamente e que vigorem durante todo o processo de elaboração;

III - A disponibilização e a produção de informações sobre a realidade do Município;

IV - A combinação de estudos técnicos com a visão da sociedade sobre o Município por ela desejado, resultante do processo de participação social, regulamentando o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança, do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental, respeitada a legislação aplicável.

§ 1º - Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, parte integrante do processo de planejamento municipal, integrador das políticas públicas, especialmente ordenamento territorial, moradia e regularização fundiária, saneamento ambiental, transporte, mobilidade, proteção e defesa civil.

§ 2º - O Projeto de Lei Complementar do Plano Diretor do Município de Lauro Muller é matéria de iniciativa do Poder Executivo Municipal, contando com participação e controle social em todas as fases do processo de Revisão.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DO PROCESSO

Art. 2º - O processo de Revisão do Plano Diretor do Município de Lauro Muller tem por objetivo:

- I - Criar e ampliar canais de participação e controle social por parte dos cidadãos e das instâncias representativas dos vários segmentos sociais;
- II - Tornar transparentes, inclusivos e acessíveis os processos de planejamento e gestão da política urbana;
- III - Promover ações de capacitação de representantes da sociedade, para que possam atuar nos processos decisórios relativos ao planejamento e gestão da política urbana;
- IV - Contribuir para identificar as prioridades da sociedade civil aplicáveis ao planejamento urbano;
- V - Acompanhar, avaliar e articular projetos, programas e políticas públicas, na Revisão do Plano Diretor de Lauro Muller, especialmente verificando limites e possibilidades de articulação com programas e políticas públicas aplicáveis ao planejamento urbano;
- VI - Buscar a continuidade entre o processo de planejamento e de implementação, de forma a impedir a descaracterização das diretrizes urbanísticas do Município que serão estabelecidas.

CAPÍTULO III - DAS ETAPAS DO PROCESSO

Art. 3º - No âmbito do Poder Executivo municipal, o processo participativo de Revisão do Plano Diretor do Município de Lauro Muller será dividido nas seguintes etapas:

- I - Etapa 1, denominada "Etapa de Lançamento";
- II - Etapa 2, denominada "Etapa de Leitura da Realidade da Cidade";
- III - Etapa 3, denominada "Etapa de Estudo Preliminar do Plano Diretor"; e
- IV - Etapa 4, denominada "Etapa Final – Proposta de Revisão do Plano Diretor".

§ 1º - A Etapa 1 compõe-se das seguintes ações:

- I – Elaboração das normas e edição do Decreto Municipal contendo o Regimento Geral;
- II – Nomeação dos integrantes do Grupo Técnico Intersetorial (GTI) e do Grupo Executivo (GE).

§ 2º - A Etapa 2 compõe-se das seguintes ações:

I – Leitura comunitária, consistente nos seguintes atos:

- a) Apresentação aos Conselheiros e convidados dos trabalhos de revisão da legislação e Planejamento Urbano de Lauro Muller;
- b) Orientação para participação comunitária através de pesquisa online (formulários), conforme datas informadas no próprio site;
- c) Formação do Comitê Técnico do Plano Diretor;
- d) Formação do Núcleo Gestor (NG)

II – Leitura Técnica, consistente nos seguintes atos:

- a) Tabulação dos dados fornecidos pelo Município;
- b) Tabulação de dados coletados em campo;
- c) Produção de mapas

III – Leitura da Realidade da Cidade, consistente nos seguintes atos:

- a) Apresentação aos Conselheiros do Relatório Final da leitura da realidade municipal;
- b) Disponibilização do material no site da Prefeitura;
- c) Orientação para que a comunidade possa se manifestar através de formulário online (site da Prefeitura) ou via protocolo, conforme datas informadas no próprio site.

§ 3º - A Etapa 3 compõe-se das seguintes ações:

- I – Tabulação das colocações realizadas pela comunidade via formulário online e protocolo junto à Prefeitura (GE);
- II – Análise e discussão (GE+GTI+NG);
- III – Definição das Prioridades e Eixos Estratégicos (GE+GTI+NG);
- IV – Elaboração da versão preliminar de revisão do Plano Diretor (GE);
- V – Apresentação da versão preliminar de revisão do Plano Diretor, no Conselho das Cidades (GE).

§ 4º - A Etapa 4 compõe-se das seguintes ações:

- I – Apresentação da versão final de revisão do Plano Diretor (Minuta de lei e anexos) (GE + GTI + NG);
- II – Disponibilização da versão final de revisão do Plano Diretor no site Prefeitura;
- III – Período de manifestação da comunidade através de formulário online (site da Prefeitura) ou via protocolo, conforme datas informadas no próprio site;
- IV – Análise e discussão das proposições apresentadas pela comunidade;
- V – Apresentação da Minuta da lei e Anexos ao Conselho das Cidades para deliberação;
- VI – Apresentação à Câmara de Vereadores da proposta de revisão do Plano Diretor;
- VII – Esclarecimentos aos participantes.

CAPÍTULO IV - DAS RESPONSABILIDADES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal garantirá a participação da população, na forma prevista no presente regimento, a plena realização dos trabalhos necessários ao processo, a ampla publicidade e o acesso às informações, na forma no Estatuto da Cidade.

Art. 5º - Os trabalhos a serem desenvolvidos no processo de revisão do Plano Diretor, de acordo com o presente regimento geral, serão conduzidos e/ou acompanhados pelos seguintes grupos:

I – Grupo Executivo (GE): composto pela equipe técnica responsável pela condução do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo Lauro M-Iler;

II – Grupo Técnico Intersetorial (GTI): composto por representantes de secretarias, autarquias e fundações da Prefeitura de Lauro M-Iler, responsável por fornecer suporte técnico, administrativo e operacional ao processo de elaboração do Plano Diretor Participativo Lauro M-Iler;

III – Núcleo Gestor (NG): composto por representantes do Poder Público Municipal e da sociedade civil, de natureza consultiva e propositiva, que acompanhará todas as etapas do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo Lauro M-Iler no Poder Executivo, bem como sua tramitação no Poder Legislativo.

Parágrafo Único – O Grupo Técnico Intersetorial (GTI) e o Núcleo Gestor (NG) serão indicados na forma constante em decreto próprio e nomeados pelo Prefeito Municipal.

CAPÍTULO V - DA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Art. 6º - Fica assegurada a participação da sociedade civil em todas as etapas do processo de Revisão do Plano Diretor, mediante os seguintes instrumentos de gestão democrática e participação social, dentre os quais:

I – Conselho Municipal da Cidade;

II – Núcleo Gestor;

III – Audiências Públicas;

IV – Conferências Públicas;

V – Oficinas Estratégicas;

VI – Consultas Públicas.

§ 1º - A realização de audiências, conferências e oficinas públicas poderá ocorrer de forma virtual e as consultas públicas por meio de formulários disponibilizados online ou via protocolo, tendo em vista as restrições às aglomerações de pessoas em razão da pandemia de COVID-19.

§ 2º - Será garantido, a qualquer interessado, o amplo acesso aos documentos e informações especialmente por meio da:

I - Ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social disponíveis;

II - Ciência do cronograma e dos locais de reuniões para apresentação dos estudos e propostas sobre o plano diretor;

III - Publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas adotadas nas diversas etapas do processo.

§ 3º - Poderão ser criados ambientes virtuais de interação social, em especial por meio da internet, cuja metodologia e prazo de duração serão validados pelo Núcleo Gestor (NG).

Seção I - Dos Eventos

Art. 7º - Os Eventos são partes integrantes do processo de Elaboração da Revisão do Plano Diretor do Município de Lauro Muller com a finalidade de assegurar um processo amplo e democrático de participação e controle social e são divididos em:

I - Eventos municipais;

II - Eventos comunitários ou territoriais;

III - Eventos setoriais ou por segmentos sociais.

§ 1º - Os eventos municipais terão status de Conferência Pública e objetivo de dar publicidade a cada etapa do processo de Elaboração, especialmente:

I - Instaurar oficialmente e tornar público o processo participativo de Elaboração da Revisão do Plano Diretor;

II - Apresentar os resultados e produtos da leitura da realidade municipal referida nesta norma;

III - Apresentar as regras da consulta pública e da Audiência Pública Final;

IV - Apresentar a versão preliminar de anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor;

V - Submeter à aprovação pelos membros do Núcleo Gestor as eventuais emendas à versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor.

§ 2º - Os eventos comunitários ou territoriais terão como objetivos:

I - A realização do levantamento preliminar, de caráter consultivo, do ponto de vista das comunidades sobre questões relativas às suas respectivas realidades locais e ao Município como um todo.

Seção II - Das Conferências Públicas

Art. 8º - No processo de Revisão do Plano Diretor, as Conferências Públicas fundam-se no inciso I do parágrafo quarto do art. 40 do Estatuto da Cidade, e tem por objetivo informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor, e atender aos seguintes requisitos:

- I - Regulação por meio de regimento, elaborado em estrita observância à presente norma e validado pelo Município de Lauro Muller;
- II - Convocação por edital e anúncio pela imprensa local;
- III - Realização em locais e horários acessíveis à maioria da população;
- IV - Serem dirigidas pelo Poder Público municipal, que garantirá a exposição, pela equipe técnica responsável, sobre os temas que serão abordados e abrirá as discussões aos presentes;
- V - Garantia da participação de todos os cidadãos e cidadãs;
- VI - Garantia de registro de presença dos participantes, através de ficha de inscrição individual;
- VII - Garantia de registro em vídeo e áudio para subsidiar a lavratura da respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao projeto de lei complementar do Plano Diretor, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.

Seção III - Das Oficinas Estratégicas

Art. 9º - As Oficinas Estratégicas são eventos consultivos direcionados aos integrantes do Núcleo Gestor, bem como a toda a população, tendo por objetivos:

- I - A elaboração da visão estratégica, dos eixos estratégicos e de propostas para ações que deverão compor o Plano Diretor e garantir sua efetiva implementação;
- II - A definição das bases para elaboração do macrozoneamento do Município.

Seção IV - Da Consulta Pública

Art. 10 - A Consulta Pública constitui mecanismo participativo, de caráter consultivo, com prazo definido e aberta a qualquer interessado.

§ 1º - A Consulta Pública tem por objetivo receber contribuições por escrito da sociedade civil sobre a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor, ou aspecto específico no processo de Revisão, devendo observar, no mínimo, os seguintes requisitos:

- I - Divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando seu objeto, regras e o prazo de realização;
- II - Disponibilização prévia, a qualquer interessado:
 - a) Dos documentos que serão objeto da consulta, em linguagem simples e objetiva;
 - b) Dos estudos e do material técnico utilizado como fundamento para a versão preliminar do anteprojeto;
- III - Sistematização das contribuições recebidas;
- IV - Publicidade de seus resultados;
- V - Compromisso de resposta às propostas recebidas.

§ 2º - A Consulta Pública será regida por regras próprias, que deverão estar de acordo com os requisitos mínimos previstos no parágrafo primeiro deste artigo e serem previamente aprovadas pelo Município de Lauro Muller.

Seção VI - Da Audiência Pública Final do Plano Diretor

Art. 11 - A Audiência Pública Final do Plano Diretor é o evento que tem como objetivo a aprovação de eventuais emendas à versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor.

§ 1º - A Audiência Pública Final será regida pelas normas constantes na legislação federal, estadual e municipal vigentes à época de sua realização.

§ 2º - A Audiência Pública Final é evento público e aberto a qualquer interessado.

§ 3º - A Audiência Pública Final deve atender aos seguintes requisitos mínimos:

- I – Registro das emendas apresentadas nos anais da conferência; e
- II – Publicação e divulgação dos anais do evento.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - Na implementação e execução do novo Plano Diretor, entre outras, serão observadas:

- I - A efetivação do sistema de acompanhamento e controle previsto no inciso III do art. 42 do Estatuto da Cidade;
- II - A incorporação das diretrizes e prioridades do Plano Diretor no planejamento da gestão municipal, especialmente no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento anual, conforme parágrafo 1º do art. 40 do Estatuto da Cidade.

Art. 13 - A presente norma entrará em vigor na data de sua publicação.

LAURO MÜLLER, 19 DE JUNHO DE 2020.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fina. e Planej.

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 062/2020

Publicação Nº 2544582

DECRETO Nº 062, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 32, Inciso II da Lei nº 1.440 de 27 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação do Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20.000,00
Função	10	Saúde	20.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	20.000,00
Programa	0015	SAÚDE	20.000,00
Projeto/ Atividade	2.056	Bloco - Atenção Básica	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos	20.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	20.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR			20.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação da dotação com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20.000,00
Função	10	Saúde	20.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	20.000,00
Programa	0015	SAÚDE	20.000,00
Projeto/ Atividade	2.056	Bloco - Atenção Básica	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos	20.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 25 de junho de 2020.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.375, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544345

DECRETO Nº 3.375, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Institui a compensação de jornada de trabalho com cursos de aperfeiçoamento e ou atualização de servidores da área da educação cujas atividades estão suspensas em razão da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e ainda:

CONSIDERANDO, que no dia 11 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 554, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública, entre elas a suspensão, até 31 de maio de 2020 das aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil e ensino fundamental;

CONSIDERANDO que através do Decreto nº 3.336 de 13 de abril de 2020, além de outras medidas de enfrentamento da situação de emergência em saúde pública, suspendeu as aulas nas unidades de ensino da rede pública municipal até o dia 31 de maio de 2020.

CONSIDERANDO as previsões constantes da Lei Complementar nº 50/2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos).

DECRETA

Art.1º. Fica instituído no âmbito do Município de Lindóia do Sul, a compensação da jornada normal de trabalho com cursos de aperfeiçoamento e ou atualização de servidores públicos lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, envolvidos com as atividades das unidades educacionais da rede municipal de ensino, que em função das medidas de enfrentamento a pandemia novo Coronavírus (COVID-19) estão com suas atividades suspensas.

Parágrafo único. Não se incluem na abrangência do caput desse artigo os professores que atuam em sala de aula, em razão de já estarem desenvolvendo as atividades pedagógicas de forma diferenciada.

Art. 2º. Durante o período em que os servidores públicos definidos no artigo 1º estiverem dispensados de desempenhar suas atividades normais, poderão participar de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização, realizados de forma online, na área de atuação relativa às atividades de seus cargos.

Art. 3º A carga horária dos cursos realizados na forma do artigo anterior, será compensada com a carga horária que deixou de ser realizado nas atividades normais em função da pandemia, não sendo incluídas no Regime de Compensação de Horas regulamentado através do Decreto nº 3.348 de 17 de abril de 2020.

Parágrafo único. O limite de cursos a serem compensados será de 60 horas para o mês de maio, 80 horas para o mês de junho e a partir de julho de 2020, será o total da carga horária respectiva de cada um dos cargos.

Art. 4º. A realização dos cursos de aperfeiçoamento e ou atualização, para fins de compensação, deverá ser comprovada através da apresentação de Certificados emitidos por instituições de ensino devidamente reconhecidas por órgãos da estrutura básica do Ministério da Educação ou das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Art. 5º. Os certificados de que trata o artigo anterior, deverão ser apresentados até o dia 10 do mês seguinte aos diretores das respectivas unidades de ensino, que efetuará sua conferência e os encaminhará à Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo para aprovação, controle e arquivo.

Parágrafo único. A aceitação dos certificados fica vinculada a verificação de conformidade entre os cursos realizados com as atividades do cargo respectivo.

Art. 5º. As horas de cursos consideradas para fins de compensação da carga horária normal que deixou de ser realizada em função dos efeitos da pandemia, não serão aceitas para a o benefício da progressão de que trata o artigo 32 e seguintes da Lei Complementar nº 178 de 24 de outubro de 2011.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13 de maio de 2020, até perdurarem as medidas de combate a pandemia COVID-19 e normas emanadas do Governo do Estado de Santa Catarina.

Lindóia do Sul, 24 de junho de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2020

Publicação Nº 2543282

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2020

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato da secretária de Agricultura e Meio Ambiente, que dispensou a licitação, nos termos do artigo 24, inc. "VIII", da Lei nº 8.666/93, para contratação de serviços de Assistência Técnica e extensão rural pelo prazo de 6 meses.

Contratado: EPAGRI- Empresa de pesquisa agropecuária e extensão rural de Santa Catarina S.A

Valor: R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)
Vigência: 31 de dezembro de 2020.

Lindóia do Sul, SC, 26 de junho de 2020.

Genir Loli
Prefeito Municipal

EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 06/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação N° 2543424

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
Estado de Santa Catarina

Genir Loli – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que o Processo de Licitação 30/2020 na modalidade de Pregão Eletrônico nº 06/2020 na forma da Lei nº 10.520 para aquisição de Escavadeira Hidraulica Nova, foi Revogado, no dia 29 de junho de 2020, por conter inconsistências na descrição do objeto. Demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.1177.

Lindóia do Sul - SC, 29 de junho de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

DECRETO 91/2020

Publicação N° 2543321

DECRETO N° 91/2020

HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão nº 47/2020 em 29 de junho de 2020, pela Pregoeira e Comissão de Licitação, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 47/2020, para AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR DESTINADA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 29 de junho de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM
PREFEITO

Luiz Alves**PREFEITURA****AVISO DE ANULAÇÃO DO ATO N.º 253757**

Publicação N° 2543182

AVISO DE ANULAÇÃO DO ATO N.º 253757

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, torna pública a ANULAÇÃO DOS EFEITOS DA PUBLICAÇÃO DO ATO N.º 253757, do dia 26 de junho de 2020, de título EXTRATO DO CONTRATO N.º 38/2020 – 2º ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO N.º 126/2019.

Luiz Alves, 29 de junho de 2020.

Marcos Pedro Veber
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 134/2020

Publicação N° 2544311

DECRETO N.º 134/2020

Dispõe sobre procedimentos acerca do recebimento do auxílio emergencial, instituído pela Lei Federal n.º 13.982/2020 e regulamentado pelo Decreto Federal n.º 10.316/2020, por servidor público municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil e os incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.982/2020, que institui o auxílio emergencial e adotou outras medidas para o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO o Decreto Federal n.º 10.316/2020, que regulamentou o benefício do auxílio emergencial para desempregados, trabalhadores informais, microempreendedores e autônomos, vedando expressamente o pagamento ao trabalhador formal ativo, incluindo nestes os servidores públicos, efetivos, contratados ou comissionados;

CONSIDERANDO o Comunicado Conjunto TCE/CGU nº 001/2020, de 16 de junho de 2020, referente a indícios de recebimento do auxílio emergencial, por servidores públicos municipais de Santa Catarina, com convocação para regularização;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado que todos os servidores públicos que receberam o auxílio emergencial, independentemente de requerimento, instituído por meio da Lei Federal n.º 13.982/2020 e regulamentado pelo Decreto Federal n.º 10.316/2020, compareçam ao setor de Recursos Humanos, localizado no paço municipal, na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC, para receberem as devidas instruções.

§ 1º A presente medida visa oportunizar que os servidores que receberam de boa fé o benefício regularizem espontaneamente a situação.

§ 2º O servidor público que recebeu o auxílio indevidamente será notificado para apresentar esclarecimento/justificativa que julgar necessária, bem como para promover a devolução dos recursos, seguindo as orientações constantes do Comunicado Conjunto TCE/CGU nº 01/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 29 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE CONTRATO N.º 18/2020 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 09/2020 CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2020 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2543822

CONTRATO N.º 18/2020
 PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 09/2020
 CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2020

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO LUIZ ALVES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 19.578.710/0001-21, com sede administrativa na Rua Erich Gielow, nº 35, Bairro Centro, na cidade de Luiz Alves – SC, neste ato, representado pelo seu Prefeito Municipal, MARCOS PEDRO VEBER, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE ITAJAÍ - COOPERAR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.333.052/0001-54, com sede na Rua José Natal Cugik, nº 1425, Bairro São Vicente, na cidade de Itajaí – SC, representada por seu Diretor Presidente Sr. FÁBIO LUIZ FELÍCIO, inscrito no CPF nº 047.713.969-81 e portador do documento de identidade RG nº 4.591.108 SSP/SC, na qualidade de CONTRATADA, celebram este contrato, consoante à Lei Federal nº 11.947/09 e na Lei Federal nº 8.666/93, bem como nos termos do Edital de Chamada Pública nº 01/2020, mediante as cláusulas que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para atendimento ao Programa Nacional De Alimentação Escolar – PNAE, destinados à alimentação dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Luiz Alves, adquiridos com recursos FNDE/PNAE, conforme descritos no quadro previstos no Edital e no Termo de Referência da Chamada Pública nº 01/2020, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, prorrogável, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E DO PAGAMENTO

3.1. Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos abaixo descritos de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, A CONTRATADA receberá o valor total de até R\$ 73.219,16 (setenta e três mil, duzentos e dezenove reais e dezesseis centavos).

3.1.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da emissão e apresentação da nota fiscal pelo fornecedor, condicionada a entrega de todos os itens constantes na Autorização de Fornecimento e em conformidade com as especificações estabelecidas.

3.1.2. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Item	Descrição detalhada	Ref. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1.	Abacate com aparência íntegra livre de batidas	kg	313	4,49	1.405,37
2.	Abacaxi sem batidas maduro e ideal para o consumo	un	691	4,29	2.964,39
3.	Abobora seca madura livre de resíduo de terra	kg	551	1,99	1.096,49
4.	Aipim limpo	kg	380	3,00	1.140,00
5.	Alface crespa com tamanho médio fresco e íntegro	un	459	1,49	683,91
6.	Alho fresco ideal para o consumo	kg	39,5	19,80	782,10
7.	Banana branca, pouco madura, sem marcas de batidas	kg	3582	2,99	10.710,18
8.	Banana caturra	kg	540	2,99	1.614,60
9.	Batata doce fresca sem resíduos de terra que não apresente brotos	kg	401	2,49	998,49
10.	Batata inglesa sem resíduos de terra, fresca e que não apresente brotos.	kg	1370	2,99	4.096,30
11.	Beterraba fresca com folhas livre de resíduos de terra	kg	596	2,49	1.484,04
12.	Brócolis fresco tamanho médio íntegro e perfeito para o consumo	un	510	2,99	1.524,90
13.	Cebola branca com casca fresca e sem resíduos de terra ou marcas de batidas	kg	410	3,49	1.430,90
14.	Cebola roxa com casca fresca e sem resíduos de terra ou marcas de batidas	kg	160	3,99	638,40
15.	Cenoura fresca íntegra e perfeita para o consumo	kg	634	2,90	1.838,60
16.	Chuchu verde fresco sem mascas de brotação	kg	463	2,99	1.384,37

17.	Couve manteiga com as folhas verdes e frescas (maço)	un	77	1,49	114,73
18.	Espinafre fresco e com folhas verdes (maço)	un	141	1,50	211,50
19.	Gengibre rizomas	kg	5	8,99	44,95
20.	Laranja pêra madura, fresca e sem batidas.	kg	2138	2,49	5.323,62
21.	Limão comum fresco e sem batidas	kg	242	2,99	723,58
22.	Maça fuji madura sem manchas ou marcas de batidas	kg	1631	4,09	6.670,79
23.	Maça gala madura sem manchas ou marcas de batidas	kg	731	4,09	2.989,79
24.	Mamão formosa sem manchas, integro e sem marcas de batidas.	kg	290	3,99	1.157,10
25.	Melancia	kg	2935	1,89	5.547,15
26.	Ovos de galinha caipira	dz.	942	5,80	5.463,60
27.	Pepino verde	kg	602	2,49	1.498,98
28.	Pimentão verde	kg	118,5	3,99	472,82
29.	Repolho roxo integro fresco livre de resíduos e batidas	un	143	3,09	441,87
30.	Repolho verde integro fresco livre de resíduos e batidas, em tamanho médio.	un	190	2,99	568,10
31.	Taia sem marcas de brotação	kg	343	4,49	1.540,07
32.	Tempero verde (cebolinha) maço fresco	un	422	1,49	628,78
33.	Tempero verde (salsa) maço fresco	un	422	1,49	628,78
34.	Tomate cereja 300g	un	388	4,90	1.901,20
35.	Tomate molho pequeno maduro, fresco e sem marcas de apodrecimento.	kg	447	3,99	1.783,53
36.	Tomate salada, maduro fresco e sem marcas de apodrecimento	kg	382	4,49	1.715,18
TOTAL					73.219,16

3.2. O limite de venda de gêneros alimentícios da CONTRATADA será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano, referente a cada produtor, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias (PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE):

PROJETO/ ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA	FONTE DE RECURSOS	CÓDIGO REDUZIDO	VALOR (R\$)
2081	3.3.90.30.07.00.00	0922	01	R\$ 31.200,41
2082	3.3.90.30.07.00.00	924	02	R\$ 19.356,74
2083	3.3.90.30.07.00.00	926	03	R\$ 21.622,89
2085	3.3.90.30.07.00.00	0928	04	R\$ 156,37
2085	3.3.90.30.07.00.00	0930	05	R\$ 882,75

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

5.1. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação das notas fiscais de venda pelo fornecedor e devido aceite do servidor responsável da unidade escolar no local de entrega.

5.2. O fornecimento dos gêneros alimentícios deverá ocorrer semanalmente nas unidades escolares, conforme solicitação e emissão de Nota de Empenho, e a entrega deverá ser feita em até 07 (sete) dias a contar do recebimento da nota pelo fornecedor, nos endereços e na quantidade informada, não sendo aceita a entrega de forma parcelada.

5.3. Caso os alimentos sejam rejeitados por estarem em desacordo com as características estipuladas neste Termo, a contratada terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para retirá-los e substituí-los por outros que satisfaçam às exigências de aceitação.

5.4. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, onde já estarão inclusos: impostos, taxas, embalagens, seguros e o transporte até o local de destino.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação vigente.

6.2. Para o controle e fiscalização deste termo serão designados fiscais de contratos em cada unidade escolar, os quais serão responsáveis pelo acompanhamento da execução do objeto contratado, responsáveis pela anotação, em registro próprio, as eventuais ocorrências e, se necessário, determinar a correção da irregularidade ou falhas observadas.

6.3. Serão fiscais do contrato:

Unidade Educacional	Fiscal do contrato
Escola Rafael Rech	Lysiane Muller
Escola Vendelim Schweitzer	Valdenice Luciani
Escola Arlindo Zimmermann	Cristina K. Fritzke
Escola Henrique Keuneque	Andreia Tiedt
Escola Celeste Scola	Vivian S. Ronchi
CEI Veronica Hess	Rosane Rech Fritzke
CEI Veronica Hess extensão	Mara Ligia Rainert
CEI Constância Erbs	Debora Cristofolini / Géssica Bachmann
CEI Constância Erbs - Extensão	Maria Aparecida Gomes Cunha

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Comprometer em manter em sua posse, pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE n.º 26/2013, as cópias das notas fiscais de compra, com o devido aceite, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

7.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, cumpridas as formalidades legais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Garantir a conformidade de todas as exigências indispensáveis da contratação desta desde o início até o encerramento do contrato, sob a pena de sofrer as sanções pertinentes, e apresenta-las sempre que forem solicitadas pela CONTRATANTE.

8.2. Se responsabilizar pelo transporte, entrega e depósito dos produtos fornecidos, no local previamente acordado com a CONTRATANTE.

8.3. Substituir todos os produtos que não estiverem de acordo com o determinado na descrição detalhada do presente termo, mediante solicitação do fiscal do contrato, na mesma quantidade, sendo, ainda, responsável por todos os encargos oriundos desta substituição.

8.4. Ressarcir a CONTRATANTE de eventuais danos causados a ela causada, bem como a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1. A CONTRATANTE, mediante justificativa, poderá modificar as cláusulas contratuais, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO, quando for necessária alteração do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela legislação.

9.2. O contrato poderá, ainda, ser alterado, por acordo das partes, quando justificado o modo de fornecimento dos produtos ou na forma de pagamento, vedado o pagamento antecipado.

9.3. Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais e respeitadas normas vigentes.

CLÁUSULA DEZ – DA RESCISÃO

10.1. O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, pela CONTRATANTE em razão da inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências previstas em lei, constituindo como motivos:

a) o não cumprimento, ou cumprimento irregular, de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

b) o atraso ou paralisação não justificados no fornecimento do objeto contratado;

c) a subcontratação total ou parcial do objeto contratado;

d) o desatendimento das determinações feitas pelos fiscais designados para acompanhar e fiscalizar a efetiva execução contratual, bem como de seus superiores;

e) o cometimento reiterado de falhas na execução do objeto contratado, devidamente registrado pelo fiscal do contrato.

10.2. O presente contrato poderá ser rescindido por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados pela CONTRATANTE ou em caso de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada.

10.3. A comunicação do cancelamento do objeto será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao contrato.

10.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da CONTRATADA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM e em jornal de circulação local.

10.4. O contrato poderá, ainda, ser rescindido por iniciativa da CONTRATADA, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências deste contrato.

10.5. Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa da CONTRATADA, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA ONZE – DAS SANÇÕES

11.1. A recusa injustificada na entrega do objeto contratado pela CONTRATADA ensejará a aplicação das penalidades enunciadas na Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações, condicionada a decisão da Administração Pública Municipal.

11.2. A recusa injustificada, dos contratados, em retirar a Autorização de Entrega no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

11.3. Pela inexecução total ou parcial de cada pedido representado pela Autorização de Fornecimento, a Administração poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas, asseguradas a defesa e o contraditório:

11.3.1. Advertência;

11.3.2. Multa:

a) de 1% (um por cento) do valor total da Autorização de Fornecimento, para cada dia de atraso no fornecimento .

b) de 5% (cinco por cento) do valor remanescente da Autorização de Fornecimento, em qualquer hipótese de inexecução parcial, ou de

qualquer outra irregularidade.

c) de 10% (dez por cento) do valor total da Autorização de Fornecimento, em caso de rescisão contratual por inadimplência do contratado.

11.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

11.4. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados ao contratado, podendo, entretanto, conforme o caso, processar a cobrança judicialmente.

11.5. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, prevista Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DOZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01 /2020, pela Resolução CD/FNDE n.º 26/2013, pela Lei n.º 8.666/1993 e pela Lei n.º 11.947/2009, em todos os seus termos.

12.2. As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

12.3. É competente o Foro da Comarca de Navegantes para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Luiz Alves, 24 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES
CONTRATANTE

FÁBIO LUIZ FELÍCIO
COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE ITAJAÍ – COOPERAR
CONTRATADA

EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 20/2020 (PREFEITURA)

Publicação Nº 2544092

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2020

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E EPI'S UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DA SECRETARIA DE OBRAS E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO O.

Em relação ao Anexo I (Termo de Referência), mais precisamente nos itens 62 a 68, passa-se a ler a seguinte descrição: "SAPATÃO DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM COURO, BIQUEIRA DE AÇO, FECHAMENTO EM ELÁSTICO NAS LATERAIS E SOLADO EM PU BIDENTIDADE", mantendo em sua especificação, o tamanho dos calçados, no valor atualizado de R\$ 65,80. Neste sentido, altera-se a data de abertura do certame para o dia 14/07/2020 às 09h00min, com protocolo para recebimento de proposta e documentação até às 08h45min do mesmo dia.

Luiz Alves, 29 de junho de 2020.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 49/2020 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2543376

EXTRATO DO CONTRATO N.º 18/2020 – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 49/2020 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA. – CNPJ n.º 08.628.996/0001-96.

Dos valores: Com fundamento no artigo 65 da Lei n.º 8.666/1993, será acrescido o valor de R\$ 3.057,00 (três mil e cinquenta e sete reais), ao valor original contratado.

Luiz Alves, 23 de junho de 2020.

Marcos Pedro Veber
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 38/2020 – 2º ADITIVO AO CONTRATO N.º 126/2019

Publicação N° 2543168

EXTRATO DO CONTRATO N.º 38/2020 – 2º ADITIVO AO CONTRATO N.º 126/2019

Contratante: MUNICIPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 83.102.319/0001-55.

Contratado: BALTT EMPREITEIRA, TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA. – CNPJ: 00.145.589/0001-16.

Dos valores: Com fundamento no artigo 65 da Lei n.º 8.666/1993, resolvem aditar ao valor do contrato original, o valor de R\$ 333.444,18 (trezentos e trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e dezoito centavos).

Luiz Alves, 18 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 39/2020 – 1º ADITIVO AO CONTRATO N.º 115/2019

Publicação N° 2543187

EXTRATO DO CONTRATO N.º 39/2020 – 1º ADITIVO AO CONTRATO N.º 115/2019

Contratante: MUNICIPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ n.º 83.102.319/0001-55.

Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA. – CNPJ n.º 08.628.996/0001-96.

Dos valores: Com fundamento no artigo 65 da Lei n.º 8.666/1993, será acrescido o valor de R\$ 12.064,91 (doze mil, sessenta e quatro reais e noventa e um centavos).

Luiz Alves, 19 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

LEI N.º 1.812/2020

Publicação N° 2544619

LEI N.º 1.812/2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar até o limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 24 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

Funcional Programática: 06.182.0009

Projeto: 1.021 – Construção da Nova Sede do Corpo de Bombeiros Militar

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 81

Fonte de Recursos: 0.1.64.0878 – Convênio: Corpo de Bombeiros

Valor: R\$ 30.000,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação da dotação abaixo descrita na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

Órgão: 24 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

Funcional Programática: 06.182.0009

Projeto: 2.075 – Manutenção do Convênio com o Corpo de Bombeiros Militar

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 82

Fonte de Recursos: 0.1.64.0878 – Convênio: Corpo de Bombeiros

Valor: R\$ 30.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 29 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves - SC

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

Luzerna

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML N° 076/2020

Publicação N° 2544177

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML N° 076/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N° 048/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2020

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho do ano de 2020, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, por intermédio da SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA, representada neste ato por seu Secretário, Sr. VALDECIR RICHARDI, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Atílio Pagnoncelli, 210, térreo, Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, CEP: 89.610-000 inscrita no CNPJ sob o nº 14.292.313/0001-75, neste ato representada por sua sócia administradora JOSIANE PEROZA, brasileira, solteira, empresaria, portadora da cédula de identidade nº 5.708.337 e inscrita no CPF/MF sob o nº 068.337.849-06, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 048/2020, Pregão Presencial nº 028/2020, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços destinado à contratação de empresa para confecção e fornecimento, de forma parcelada, de formulários contínuos de bloco de produtor rural, para manutenção das atividades desenvolvidas pela Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente do Município de Luzerna/SC, conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
01	10.000,00	UN	FORMULARIO CONTINUO DE BLOCO DE PRODUTOR RURAL COM 4 VIAS, bem como com 500 vias auto-copiativas, papel sulfite 75g, com picote de canhoto em primeira via, vias numeradas, tamanho 21,5x24. 1ª via: branca, 2ª via: amarela, 3ª via: verde, 4ª via: branca.	0,35	3.500,00

0.2. O FORNECEDOR 01, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

CLÁUSULA SEGUNDA DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações deste Termo de Referência, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido de acordo com as necessidades da Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, entregando-os em até 05 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

2.2. Os impressos deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

2.2.1. O FORNECEDOR deverá fornecer os formulários contínuos de bloco de produtor rural na forma e nas características do modelo a ser disponibilizado, em quantidade e nos prazos previstos no presente Edital e seus anexos.

2.2.2. OS MODELOS DISPONÍVEIS NA PREFEITURA SÃO EXEMPLARES DE IMPRESSOS JÁ PRONTOS. PORTANTO, É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR CONFECCIONAR AS ARTES QUE FOREM NECESSÁRIAS PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO.

2.3. O FORNECEDOR deverá apresentar uma prova da impressão ao setor solicitante, antes de proceder à impressão definitiva.

2.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante.

2.4.1. O FORNECEDOR deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem,

padronizem e/ou fiscalizem-nos.

2.5. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos impressos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA DO RECEBIMENTO

3.1. O recebimento dos produtos seguirá o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, e será realizado da seguinte forma:

3.1.1. Provisoriamente: Assim que efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

3.1.2. Definitivamente: até 10 (dez) dias úteis da entrega, após verificação de qualidade e do atendimento às especificações do Edital, bem como a consequente aceitação.

3.1.3. No caso de considerada insatisfatória as condições dos produtos recebidos provisoriamente, será lavrado termo de recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo os produtos serem recolhidos e substituídos.

3.2. Por ocasião do recebimento dos produtos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização de sua entrega, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de materiais de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

3.3. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela substituição e/ou retirada dos produtos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

3.4. O aceite dos produtos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

3.5. Caso os produtos sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

3.6. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo II que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA QUARTA DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E PELA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A fiscalização do presente Pregão Presencial ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado(s):

Joanna Engracia Zambiazzi

Fone: (49)3551-4700

E-mail: adm.agricultura@luzerna.sc.gov.br

4.2. Caberá ao fiscal da contratação, verificar se os itens, objeto do presente Edital, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

4.3. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

CLÁUSULA QUINTA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

5.1. Os preços não serão reajustados, salvo se:

5.1.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer somente se de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

5.1.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.1.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

5.1.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

5.1.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.1.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

5.1.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

**CLÁUSULA SEXTA
DOS PAGAMENTOS**

6.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

6.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados pelo fornecedor por ocasião da habilitação.

6.2.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

- MUNICÍPIO DE LUZERNA - Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna, SC, CNPJ nº 01.613.428/0001-72.

6.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

6.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

6.4.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DAS OBRIGAÇÕES**

7.1. Cabe ao MUNICÍPIO:

7.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

7.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

7.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

7.1.4. Efetuar o pagamento do FORNECEDOR de acordo com o estipulado neste Edital;

7.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pelo FORNECEDOR, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

7.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

7.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

7.2. Cabe ao FORNECEDOR:

7.2.1. Executar o objeto da presente Ata; do edital e de acordo com o estipulado no Termo de Referência.

7.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

7.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

7.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

7.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

7.2.6. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preços.

**CLAÚSULA OITAVA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa;

8.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

8.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

8.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

8.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

8.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

8.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

8.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

8.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

8.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

8.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

8.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

8.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

8.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA DAS ALTERAÇÕES

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

10.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

10.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

10.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

10.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

10.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

10.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

10.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

10.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

10.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

10.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

11.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

04.002.20.606.0401.2421 – Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA VIGÊNCIA**

12.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 29 de junho de 2020.

VALDECIR RICHARDI

Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária
CONTRATANTE

JOSIANE PEROZA

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome: Nome:

CPF: CPF:

CONTRATO PML Nº 075/2020

Publicação Nº 2544001

CONTRATO PML Nº 075/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2020 - PML

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.651.199-07, e portador da cédula de identidade RG nº 3.427.769, denominado CONTRATANTE e CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.234.560/0001-85, com endereço na Rua Santa Catarina, nº 651, Bairro Centro, na cidade de Herval D'Oeste, CEP: 89.610-000, neste ato representado por sua sócia administradora, representada por sua CLAUDIANE MARILENE FRIES DE ANDRADE, brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade nº 479.912.759-49 e inscrita no CPF/MF sob o nº 479.912.759-49, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

0.1. O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório 033/2020, Tomada de Preços nº 002/2020, é a contratação de empresa especializada para execução de rede de esgotamento sanitário destinado a ligação do Loteamento Serenata e Distrito Industrial do Município de Luzerna, tudo em conformidade com os projetos e memoriais descritivos em anexo, constituindo-se em:

Item	Descrição	Valor da Contratação R\$
01	Execução de rede de esgotamento sanitário para ligação do Loteamento Serenata e Distrito Industrial. Trecho de rede que se situará sob a pavimentação da Estrada Municipal - Anel Viário, compreendida da entrada do bairro Portal da Flores até a entrada do Loteamento Serenata, conforme projetos e memoriais descritivos.	R\$ 122.108,88

0.1. O objeto da presente licitação deverá ser executado em conformidade com os Projetos Básicos e demais informações constantes do Anexo I do Edital e disposições desse edital.

0.2. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e entregar a obra, completamente executada, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da mesma data.

0.1.1. Para o início dos serviços são necessários os seguintes documentos:

0.1.2.1. Pela CONTRATADA:

- Visto junto ao CREA/SC, em conformidade com o disposto na Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a CONTRATADA seja sediada em outro Estado.
- ART's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados;
- Matrícula do INSS da obra;

0.1.2.2. Pelo Município:

- Ordem de Serviço autorizando o início da obra.

0.1.3. Da execução dos serviços:

- Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas em Edital e nos seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.
- Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's e CAU, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.
- Todo o material a ser utilizado deverá ser de boa qualidade e ter aprovação prévia por parte da municipalidade, que poderá fazer alterações ou substituições de materiais que não provem ser os exigidos no memorial, e poderá igualmente mandar refazer os serviços que não apresentem a qualidade exigida, sem ônus para o município.
- A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva aos funcionários que executarão as obras descritas no Edital e nos seus Anexos, devendo ainda, serem treinados e possuírem todas as certificações necessárias para a observância das regras de Segurança e Medicina do Trabalho.
- A CONTRATADA levará em consideração, ainda, as normas e regulamentos governamentais decorrentes da Lei nº 6.514/77, Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e Lei Municipal nº 1504/2017.
- As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- Serão de total responsabilidade da CONTRATADA, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.
- Caberá exclusivamente à CONTRATADA, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.
- Serão de responsabilidade da CONTRATADA as despesas relativas à instalação e consumo de água e energia elétrica necessárias à execução do objeto, devendo as faturas destes fornecimentos serem emitidas em seu nome, durante o período da contratualidade.
- A CONTRATADA, durante a execução da obra, deverá periodicamente remover entulhos e detritos que venham a se acumular no canteiro, entregando a obra completamente limpa.

0.1.4. Da medição dos serviços:

- Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela empresa contratada serão medidos mensalmente de 30 em 30 dias, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos e aprovados, serão assinados pelo responsável técnico da empresa e pelo fiscal da obra.
- Se o dia determinado for feriado, sábado ou domingo deverá ocorrer no dia posterior ao determinado.
- Os pagamentos serão efetuados com base em valores apurados através das medições dos serviços efetivamente executados no período, independentemente do cronograma físico-financeiro apresentado, com base nos preços constantes do contrato e devidamente certificados.

0.1.5. Ao encerrar a obra a CONTRATADA deverá apresentar os documentos relacionados abaixo, ficando a última parcela condicionada a apresentação dos mesmos:

- "As built" da obra;
- Encerramento da Matrícula com o INSS com as devidas quitações, que deverão ser apresentadas antes da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

0.1.6. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

0.1.7. Da Garantia da obra e dos serviços:

0.1.7.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pelo edital seus anexos, proposta da CONTRATANTE e no presente Contrato;

0.1.7.2. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

0.1.7.3. O CONTRATADO responderá, nos termos do Código Civil, pelos materiais e a execução, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

0.1.7.3.1. Desta forma, cabe ao CONTRATANTE, tão logo que surja o vício, defeito ou incorreção, contatar a empresa responsável pela execução da obra para que efetue os reparos necessários, os quais devem ser realizados sem ônus para a Administração.

0.1.7.4. Na hipótese de a CONTRATADA se recusar em atender disposto nesse item (da garantia dos serviços) do Contrato, utilize-se das prerrogativas inseridas no art. 87 da Lei n.º 8.666/1993, bem como dos meios legais para a responsabilização civil da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá R\$ 122.108,88 (cento e vinte e dois mil cento e oito reais e oitenta e oito centavos);

2.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias mediante apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente, conforme os laudos de medição mensais efetuados pela Consultoria Técnica da Prefeitura de Luzerna e de Declaração da Prefeitura Municipal, onde foram executados os serviços.

2.3. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

2.4. Caso seja antecipado o cronograma físico, na mesma proporção poderá ser antecipado o cronograma financeiro.

2.5. O último pagamento só será efetuado após o recebimento parcial e total da obra.

2.6. Doravante, o termo de recebimento total da obra somente será emitido após a entrega pela contratada da "as built".

2.7. A alíquota de 3,0% referente ao ISS incidente sobre os serviços prestados serão retidos no ato dos pagamentos a serem efetuados pela Contratante a CONTRATADA;

2.8. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o MUNICÍPIO DE LUZERNA, Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna - SC, CNPJ/MF 01.613.428/0001-72, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

2.9. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

2.10. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela CONTRATADA.

2.11. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pela CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA DOTAÇÃO

3.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária própria, consignada no orçamento da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC e dos seus Fundos Especiais, durante a vigência do Contrato, nos seguintes termos:

Ação (s):

04.006.15.451.0400.1.402 – Acesso ao Loteamento Serenata, Anel Viário e Projeto Fotovoltaico

Modalidade de Aplicação (s):

4.4.90. Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte (s):

520 – Operação de crédito FINISA - CEF

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Cabe ao Município:

4.1.1. A definição do objeto desta licitação;

4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório e à fiscalização do contrato;

4.1.3. Fiscalizar a execução do contrato oriundo do presente processo pelo servidor designado;

4.1.4. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as disposições do presente Edital;

4.1.5. Providenciar a publicação do contrato, proveniente do presente processo licitatório, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

4.1.6. Emitir a Ordem de Serviço Inicial, para o efetivo início dos serviços, para início da execução dos objetos, em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

4.2. Cabe ao Proponente Vencedor:

4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com os Projetos, Memorial descritivo, Orçamento Máximo e demais informações constantes do Edital, em especial quanto ao item 2.4 – Da Forma de Execução;

4.2.2. Iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de emissão da Ordem de Serviço Inicial;

4.2.3. Entregar a obra, completamente executada, em até 60 (sessenta) dias contados da data de emissão da Ordem de Serviço, conforme

estabelece o cronograma físico-financeiro;

4.2.4. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;

4.2.5. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.2.6. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.2.7. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer;

4.2.8. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.2.9. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada; realizando a fiscalização sobre o uso dos EPI's pelos funcionários;

4.2.10. Atender as normas e regulamentos governamentais decorrentes da Lei nº 6.514/77, Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e Lei Municipal nº 1504/2017.

4.2.11. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pelo edital seus anexos, proposta da CONTRATANTE e no presente Contrato;

4.2.11.1. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

4.2.11.2. O CONTRATADO responderá, nos termos do Código Civil, pelos materiais e a execução, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

4.2.11.2.1. Desta forma, cabe ao CONTRATANTE, tão logo que surja o vício, defeito ou incorreção, contatar a empresa responsável pela execução da obra para que efetue os reparos necessários, os quais devem ser realizados sem ônus para a Administração.

4.2.11.3. Na hipótese de a CONTRATADA se recusar em atender disposto nesse item (da garantia dos serviços) do Contrato, utilize-se das prerrogativas inseridas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993, bem como dos meios legais para a responsabilização civil da CONTRATADA.

4.2.12. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços;

4.2.13. Executar Diário da Obra comprovando o andamento dos serviços e os prazos de execução;

4.2.14. Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa;

4.2.15. Fornecer à Secretaria Municipal de Infraestrutura a documentação de sua competência, relativa à Pasta de Obras do "e-Sfinge Obras" do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

4.2.16. Facilitar todas as atividades de fiscalização pelos servidores do Município;

4.2.17. Exigir do Município a emissão da Ordem de Serviço Inicial, para proceder ao início da execução do objeto;

4.2.18. Fornecer ART dos serviços executados.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

5.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

5.2.1. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

5.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

5.3.1. Multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

5.3.2. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

5.4. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 5.3.1 e 5.3.2 será o valor inicial do Contrato.

5.5. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Luzerna.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES

6.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

7.2. A incoerência da CONTRATADA, nas hipóteses previstas no artigo 96 da Lei 8.666/93, sem prejuízo às penalidades previstas neste, ensejará a rescisão administrativa do contrato, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

7.3. A rescisão contratual poderá ser:

7.3.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93.

7.3.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

7.3.3. Judicial, nos termos da legislação.

7.4. A aplicação das penalidades previstas no Item 16 não eximirá o contratado da restituição aos cofres públicos dos danos causados à Administração Pública em face de inexecução total ou parcial do objeto.

CLÁUSULA OITAVA**DA VIGÊNCIA, DAS ALTERAÇÕES E DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA**

8.1. O contrato proveniente do presente processo licitatório terá prazo de vigência correspondente a 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na forma da Lei.

8.1.1. O prazo de execução da obra corresponde a 60 (sessenta) dias, sendo necessária prorrogação, esta deverá ser direcionada a Consultoria Técnica, devidamente justificada, para seu deferimento ou indeferimento, prorrogação e publicação no Diário Oficial dos Municípios, devendo ser respeitado o limite de 12 (doze) meses, correspondente ao prazo de vigência contratual.

8.2. Fica estabelecido que, com a CONTRATADA será celebrado contrato devendo ser assinado em até 05 (cinco) dias, a partir da notificação para este fim, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.

8.3. Caso a CONTRATADA declarada vencedora, não queira ou não possa assinar o contrato dentro do prazo máximo previsto, poderá o Município, sem prejuízo de aplicação de penalidades ao desistente, optar pela contratação dos proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, se alternativamente o Município não preferir revogar a presente Licitação.

8.4. O contrato decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Sr. ANDRÉ LUIZ SAUER, engenheiro sanitário e ambiental da SIMAE, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.5.1. Não obstante o fato de a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, o Município, ainda exercerá a fiscalização e acompanhamento através do Setor de Consultoria Técnica, representado pela Engenheira Srta. JULIANA CORBANI e o Consultor Técnico Sr. ANDRÉ LUIS TOIGO DIESEL, ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude daquela responsabilidade, exercendo a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução.

CLÁUSULA NONA**DO FORO**

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 29 de junho de 2020.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO

CONTRATANTE

CLAUDIANE MARILENE FRIES DE ANDRADE

CONSTRUÇÕES HERVAL LTFA EPP

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____

DECRETO 2954

Publicação Nº 2543808

DECRETO Nº 2954 de 29 de junho de 2020.

“ACRESCENTA A ALÍNEA “f” NO ART. 1º DO DECRETO Nº 2951 de 24 de junho de 2020 QUE “DISPÕE SOBRE AÇÕES NO PLANO LOCAL DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).”

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

CONSIDERANDO, a taxa de ocupação dos leitos hospitalares, acompanhamento de contágio causado pela pandemia na macrorregião e o número de infectados nos municípios,

CONSIDERANDO, o fato de que, em muitos locais do Município não está se respeitando as normas de uso de máscara e de evitar aglomerações;

DECRETA:

Art.1º- Fica acrescida a alínea “f” no art. 1º do Decreto nº 2951 de 24 de junho de 2020 com a seguinte redação:

I. PROIBIDOS a partir de 25 de junho de 2020:

...

f) A prática de jogos de qualquer modalidade em bares, sedes sociais e Centros Comunitários.

Art.2º- Os demais dispositivos do Decreto nº 2951 de 24 de junho de 2020 permanecem inalterados.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de junho de 2020.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 033/2020 - TP 002/2020 - REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - PML

Publicação Nº 2543792

MUNICIPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 033/2020 - PML
Tomada de Preço nº 002/2020 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 033/2020, nos seguintes termos:

- Modalidade: Tomada de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de rede de esgotamento sanitário destinado a ligação do Loteamento Serenata e Distrito Industrial do Município de Luzerna, tudo em conformidade com os projetos e memoriais descritivos em anexo.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA.

- Valor total: R\$ 122.108,88

Luzerna (SC), 29 de junho de 2020.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 048/2020 - PP 028/2020 - FORMULÁRIO CONTÍNUO DE BLOCO DE PRODUTOR RURAL - PML

Publicação Nº 2543955

MUNICIPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 048/2020 - PML
Pregão Presencial nº 028/2020 - PML

O Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária, Sr. VALDECIR RICHARDI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 048/2020, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à contratação de empresa para confecção e fornecimento, de forma parcelada, de formulários contínuos de bloco de produtor rural, para manutenção das atividades desenvolvidas pela Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente do Município de Luzerna/SC, conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA.

- Valor total: R\$ 3.500,00

Luzerna (SC), 29 de junho de 2020.

VALDECIR RICHARDI
Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária

LEI 1717

Publicação Nº 2544623

LEI Nº 1717 de 29 de junho de 2020.

“FIXA O SUBSÍDIO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO, DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), PARA O QUADRIÊNIO DE 2021/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art.1º- O subsídio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores do Município de Luzerna, Estado de Santa Catarina, para o quadriênio de 2021/2024, fica estabelecido nos termos desta Lei.

Art.2º- O subsídio do Prefeito Municipal será de R\$ 17.111,67 (dezessete mil cento e onze reais e sessenta e sete centavos) mensais, em parcela única.

Art.3º- O subsídio do Vice-Prefeito Municipal será de R\$ 3.883,57 (três mil oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta e sete centavos) mensais, em parcela única.

Parágrafo Único - Ao Vice-Prefeito nomeado para exercer o cargo de Secretário Municipal lhe é permitido optar entre o subsídio atribuído ao mandato de Vice-Prefeito e aquele fixado para o cargo de Secretário Municipal.

Art.4º- O subsídio dos Secretários Municipais será de R\$ 7.085,00 (sete mil e oitenta e cinco reais) mensais, em parcela única.

Parágrafo Único - O servidor público efetivo municipal ocupante de cargo de Secretário do mesmo Município pode optar entre a remuneração do cargo efetivo e o subsídio do cargo de Secretário, vedada a percepção cumulativa.

Art.5º- O subsídio dos Vereadores será equivalente a 01 (um) salário mínimo nacional, atuais R\$ 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais), mensais, em parcela única.

Parágrafo Único - Na forma do art. 19, caput e §6º, da Lei Orgânica Municipal, o subsídio dos Vereadores será pago apenas durante a realização das sessões ordinárias, de 01 de fevereiro a 15 de dezembro, não lhes cabendo a percepção de subsídio durante o período de recesso.

Art.6º- O subsídio do Presidente da Câmara de Vereadores será igual ao dos Vereadores, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), em parcela única.

Parágrafo Único - Na forma do art. 19, caput e §6º, da Lei Orgânica Municipal, o subsídio do Presidente da Câmara de Vereadores será pago apenas durante a realização das sessões ordinárias, de 01 de fevereiro a 15 de dezembro, não lhe cabendo a percepção de subsídio durante o período de recesso.

Art.7º- Até o mês de dezembro de cada ano, Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais farão jus à percepção do décimo terceiro subsídio, a razão de 1/12 (um doze avos), do subsídio por mês de exercício nos respectivos cargos.

Art.8º- A cada 12(doze) meses de exercício, o Prefeito Municipal e os Secretários Municipais, terão direito a férias remuneradas de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do subsídio mensal.

Art.9º- O Vice-Prefeito, quando no exercício permanente de função administrativa junto à Administração Municipal, terá direito a férias anuais de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) de seu subsídio mensal.

Art.10 - A ausência do Vereador ou do Presidente da Câmara às sessões ordinárias implicará no desconto, por sessão, de 1/4 (um quarto) do subsídio descrito nos artigos 5º e 6º desta Lei.

Parágrafo Único - A ausência será justificada, não incidindo o desconto, nos termos do artigo 24 do Regimento Interno da Câmara, bem como quando:

I. O Vereador encontrar-se em missão de representação da Câmara Municipal devidamente formalizada;

II. Acometido de doença comprovada por atestado médico;

III. Ocorrer comprovada internação hospitalar.

Art.11 - Os subsídios de que trata esta Lei serão revistos anualmente na mesma data e com o mesmo índice dos servidores públicos municipais, não podendo ser inferiores ao salário mínimo nacional.

Art.12- As despesas decorrentes da realização desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na lei orçamentária anual.

Art.13- A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos reais e legais a partir de 1º de janeiro de 2021.

Luzerna(SC), 29 de junho de 2020.

MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PL 053/2020 - PP 033/2020 - PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO - PML

Publicação Nº 2544614

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 053/2020 - PML
Pregão Presencial nº 033/2020 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), representado neste ato pelo Sr. ITAMAR TONETTO, conforme Portaria nº 097/20, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia referente a execução de pavimentação em pedras regulares (paralelepípedo) de diversas vias públicas do Município de Luzerna/SC, em conformidade com este Edital e seus Anexos.

REGIMENTO: da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, dos Decretos Municipais nº 918/2007, 2.631/2018 e 2920/2020, Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até às 14h do dia 13 de julho de 2020.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 13 de julho de 2020.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Informa-se que o atendimento ao público, o recebimento de envelopes e a sessão pública de licitação seguirá as disposições do Decreto Municipal nº 2919 de 09 de abril de 2020, referente ao uso obrigatório de MÁSCARAS, bem como todos os cuidados/restrições serão seguidos conforme dispõe o Decreto Municipal 2926 de 23 de abril de 2020.

PORTARIA 119/2020

Publicação Nº 2544626

PORTARIA Nº 119/20 de 29 de junho de 2020.

“DESIGNA GESTOR QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR o servidor RÉGIS VALTER WEISER, Coordenador Municipal de Proteção e de Defesa Civil, com fundamento no art. 1º da Lei nº 1248 de 30 de julho de 2014 como Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA (FUMDEC), a partir de 29 de junho de 2020.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de junho de 2020.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2020

Publicação Nº 2544124

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2020

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando CREDENCIAMENTO de prestadores de serviços em próteses dentárias total, parcial e reembasamento à quente, a serem ofertados aos usuários da rede municipal de saúde por meio da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos e quantitativos relacionados no anexo I deste Edital, conforme solicitação Secretaria Municipal de Saúde. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos de 01 de julho de 2020 até o dia 30 de junho de 2025, no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. Base legal: Lei Federal nº 8.666/93. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009.

Mafra (SC), 30 de junho de 2020.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2020

Publicação Nº 2544130

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2020

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de ferramentas destinadas a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. O recebimento dos documentos de habilitação e proposta, poderão ser feitos até as 08h:00min, do dia 15/07/2020. Hora e data da abertura da sessão: 08h30min do dia 15/07/2020. Início da disputa 09h00min do dia 15/07/2020. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.378 de 10 de Março de 2011. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, bem como nos links www.bll.org.br www.mafra.sc.gov.br. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4009 ou 4060.

Mafra (SC), 29 de junho de 2020.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2020

Publicação Nº 2544149

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: SAÚDE IMPERIAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 00.301.460/0001-50

Valor registrado: R\$ 136.960,00 (cento e trinta e seis mil novecentos e sessenta reais).

Objeto: aquisição de material médico de consumo hospitalar, que será destinado para todas as unidades de Saúde do Município de Mafra, incluindo Atenção Primária em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, CAPS e Policlínica Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 028/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 010/2020.

Data de assinatura: 07 de abril de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 07 de abril de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 041/2020

Publicação Nº 2544138

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 041/2020

Contrato nº: 041/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: CLINICA ANTEZANA CHAVEZ & ZERGER LTDA

CNPJ: 18.147.735/0001-08

Objeto: credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para prestação de serviços de consultas médicas nas seguintes especialidades: Cirurgia Geral, Ginecologia, Obstetrícia, Oftalmologia, Pediatria, Clínica Médica (Clínica Geral), Serviços especializados na área de saúde.

Credenciamento nº 007/2015 Processo Licitatório n.º 382/2015.

Parágrafo único: sendo certo tratar-se de "credenciamento", o valor é apenas estimativo, não gerando por parte do CONTRATANTE a obrigação de autorizar o valor total deste ajuste, uma vez que os serviços serão distribuídos as empresas credenciadas de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde.

Data Assinatura: 24 de junho de 2020.

Prazo: O presente contrato vigorará até a data de 31/12/2020.

Dotação Orçamentária: Secretaria Municipal da Saúde.

Foro: Comarca de Mafra.

Major Vieira

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 017.2020

Publicação N° 2543337

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA
COMUNICADO DE ANULAÇÃO

O Município de Major Vieira/SC, por intermédio do setor de licitações, vem informar a todos a que possa interessar que efetuará a anulação do processo licitatório N° 022.2020 pregão presencial N° 017.2020, cujo objeto é a eventual e futura aquisição de pneus e câmaras novos. A referida anulação se dá por cometimento de erro formal de servidor do município de Major Vieira/SC, acerca do devido e legal andamento do certame licitatório. Essa municipalidade informa a todos que possa interessar que em breve lançara um novo edital para o acontecimento de novo certame, de forma a assegurar toda a legalidade e princípios norteadores das licitações públicas.

Major Vieira/SC 09 de junho de 2020 Vilson Marcos Fernandes Pregoeiro.

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 066/2020

Publicação Nº 2543505

DECRETO Nº 066, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Municipal nº 1191 de 10 de janeiro de 2020 - LOA 2019 e nos termos do Inciso II, do § 3º do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e necessidade administrativa na questão;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por provável Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais) para suplementar no Orçamento do Exercício Financeiro de 2020, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	11	Fundo Municipal de Saúde	
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Saúde	
PROJETO/ATIVIDADE	2.066	Gestão de Pessoas	
ELEMENTO	3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins	
CÓDIGO REDUZIDO	5	Recurso	0103
VALOR: 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais)			
TOTAL		R\$ 26.800,00	

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 25 de junho de 2020.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 25 de junho de 2020.

Marluci Freitas Bitencourt Vitali
Secretária de Administração

PORTARIA 075/2020

Publicação Nº 2543510

Portaria nº 075 de 15 de junho de 2020.

PROGRESSÃO FUNCIONAL POR MÉRITO (AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO) DE PROFESSORES, TÉCNICOS PEDAGÓGICOS E GRUPO DE APOIO ADMINISTRATIVO.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município, os artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 06 de 22 de dezembro de 2003 e a Lei Complementar nº 074 de 23 de abril de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão funcional por mérito (Avaliação de Desempenho) aos Professores, Técnicos Pedagógicos e Grupo de Apoio Administrativo, conforme quadros abaixo:

Professor (a)	Matrícula	Do nível Ref.	Para nível Ref.
Izabel de Almeida Souza	27	P.G./E 5C	P.G./E 5D
Jucélia Noemia Estevam	36	P.G./E 5C	P.G./E 5D

Carla Viviane Darós Scardueli	295	P.G./E 5D	P.G./E 5E
Elizete Leandro	296	P.G./E 5E	P.G./E 6A
Tatiane Maria Pereira	298	P.G./E 5B	P.G./E 5C
Josiane da Silva da Silva	300	P.G./E 5C	P.G./E 5D
Giane da Rocha Pietsch	318	P.G./E 4E	P.G./E 5A
Michele Goulart da Rocha Nolla	461	P.G./E 5D	P.G./E 5E
Cristina Farias de Souza	463	P.G./E 5D	P.G./E 5E
Enedir Manoel Monteiro	466	P.G./E 5D	P.G./E 5E
Maria Juliani Peruchi Monteiro	467	P.G./E 5D	P.G./E 5E
Roberto Delfino da Silva	478	P.G./E 5D	P.G./E 5E
Cinara Minato	537	P.G./E 5C	P.G./E 5D
Cristiane Sant' Ana	550	P.G./E 5D	P.G./E 5E
Odécia Almeida de Souza da Silva	664	P.G./E 9C	P.G./E 9D
Sandra Maria Souza	697	P.G./E 5A	P.G./E 5B
Luciane Lemos Mondardo	698	P.G./E 5A	P.G./E 5B
Janaina Ramos	699	P.G./M 10B	P.G./M 10C
Maria Doralice de Jesus	740	P.G./E 4E	P.G./E 5A
Silvana Estácio	741	P.G./E 5A	P.G./E 5B
Samara da Silva	2056	L.P. 1A	L.P. 1B
Daniela Pereira Possamai	2057	L.P. 1A	L.P. 1B
Elisangela dos Santos	2058	L.P. 1A	L.P. 1B
Niceia Izabel de Oliveira Martins	2059	L.P. 1A	L.P. 1B
Andreia V. Figueredo Leandro	2060	L.P. 1A	L.P. 1B
Adelaide C. Barbosa dos Santos	2062	L.P. 1A	L.P. 1B
Carla Gomes	2063	L.P. 1A	L.P. 1B
Karina N. de Medeiros Zandonadi	2082	L.P. 1A	L.P. 1B
Simone Amanda Dias	2083	L.P. 1A	L.P. 1B
Mariane Rocha Niehues Gonçalves	2085	L.P. 1A	L.P. 1B
Luciane Claudino Alixandrino	2086	L.P. 1A	L.P. 1B
Suzana Garcia da Rocha	2216	L.P. 1A	L.P. 1B
Franciane da Silva	2223	L.P. 1A	L.P. 1B
Rosilane de B. Marcelino Magagnin	2285	L.P. 1A	L.P. 1B
Vanusa Fernandes	2286	L.P. 1A	L.P. 1B

Técnico Pedagógico	Matrícula	Do nível Ref.	Para nível Ref.
Luciane Ronchi Valnier	533	P.G./E 5D	P.G./E 5E
Mercedes Nazario Farias	685	P.G./E 5A	P.G./E 5B
Lúzia Estela de Oliveira Pedroso	686	P.G./E 5E	P.G./E 6A
Juliana Dassoler da Silva	2116	L.P. 1A	L.P. 1B
Bruna dos Santos	2117	L.P. 1A	L.P. 1B

Grupo Apoio Administrativo	Matrícula	Do nível Ref.	Para nível Ref.
Simoni Freitas Bitencourt	682	G.A.A. 1B	G.A.A. 1C
Vanessa de Faveri da Silva	690	G.A.A. 1E	G.A.A. 2A
Vanderleia A. Jacintho Rossa	732	G.A.A. 1C	G.A.A. 1D
Gessica Pereira Velho	2048	G.A.A. 1A	G.A.A. 1B
Suelin Réus da Rocha	2050	G.A.A. 1A	G.A.A. 1B
Cristiane Ferreira Maffioletti	2052	G.A.A. 1A	G.A.A. 1B
Kelen Borges de Souza Machado	2053	G.A.A. 1A	G.A.A. 1B
Joseli Elisabete Krutli	2081	G.A.A. 1A	G.A.A. 1B
Joice Bitencourt	2287	G.A.A. 1A	G.A.A. 1B
Gisleine Rocha Estevam	2288	G.A.A. 1A	G.A.A. 1B
Bruna da Silva	2289	G.A.A. 1A	G.A.A. 1B
Michele Carradore	2297	G.A.A. 1A	G.A.A. 1B

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de maio de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 15 de junho de 2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 15 de junho de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI
Secretária de Administração

PORTARIA 076/2020

Publicação N° 2543512

Portaria nº 076 de 15 de junho de 2020.

PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município, combinado com o capítulo III da Lei nº 985 de 12 de junho de 2014 e em concordância com a Lei nº 1204 de 23 de abril de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão funcional por Tempo de Serviço aos Servidores, conforme quadros abaixo:

MATR.	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
487	ROSANE ROLDAO DE FAVERI	365	A-14	A-15
488	ELIZANDRA BONFANTE LEANDRO	365	A-14	A-15
733	GILBELIS ROCHA SANTOS	365	A-12	A-13
738	ANA LUCIA REUS DA ROCHA	365	A-12	A-13
MATR.	ASSISTENTE SOCIAL	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
728	SUELEN C. MONTEIRO ZANDONADI	303	A-05	A-06
2015	KARINE DOS SANTOS MARQUES DAL TOÉ	303	A-02	A-03
MATR.	MERENDEIRA	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
331	MARIA MIZEGENSKI BONFANTE	350	A-11	A-12
2038	ROSANE ROCHA	350	A-02	A-03
2039	IOLANDA DA SILVA	350	A-02	A-03
2040	SANDRA REGINA PEDRO	350	A-02	A-03
2041	MARLI DE FATIMA LEITE DIOTTI	350	A-02	A-03
2134	SILVANA ROCHA	350	A-02	A-03
2137	JUCELIA DE OLIVEIRA NAZARIO DE ALMEIDA	350	A-02	A-03
MATR.	OPERADOR DE EQUIP. RODOVIAIS	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
319	BENTO LUIZ MOTA	381	A-12	A-13
532	ENIO LUIZ DA SILVA	381	A-14	A-15
MATR.	PEDREIRO	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
680	ANTONIO DE BEM	358	A-12	A-13
MATR.	VIGIA	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
285	JOSE CARLOS ELIAS	361	A-06	A-07
330	JOSE CLENIO DA SILVA	361	A-06	A-07
503	LUIZ SERAFIM MARTINS	361	A-05	A-06
2068	JOÃO CARLOS MACHADO FILHO	361	A-02	A-03
2069	EZEQUIEL BORDGNON PEZENTE	361	A-02	A-03

2221	AMILTON SOUZA DA CRUZ	361	A-02	A-03
MATR.	VIGILANTE SANITARIO	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
338	CARLOS FERNANDO COSTA	382	A-13	A-14
MATR.	PSICÓLOGO	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
495	HUGO DANIEL DA SILVA	322	A-10	A-11
2019	VIVIANI DA SILVA LIMA DA ROLT	322	A-02	A-03
MATR.	FISCAL TRIBUTÁRIO	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
481	MICHELINI COSTA FRANCISCO	375	A-07	A-08
MATR.	CONTADOR	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
480	HELDER FRANCISCO LOCH	306	A-09	A-10
2169	ANATONI AUGUSTO PEZEN-TE ZILLI	306	A-02	A-03
MATR.	FONOAUDIOLOGO	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
500	BIBIANNA MARTINS MARINHO	314	A-05	A-06
MATR.	COVEIRO	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
509	VALDOIR OLAVO DOS SANTOS	373	A-14	A-15
MATR.	FISIOTERAPEUTA	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
513	PAULO ROBERTO DAL FORNO	312	A-05	A-06
MATR.	ALMOXARIFE	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
580	DALTON LUIZ KINDERMANN	327	A-10	A-11
MATR.	ASSISTENTE DE FARMACIA	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
681	IVIRLENE GOMES SAVI	366	A-07	A-08
MATR.	OFICIAL ADMINISTRATIVO II	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
660	GRASIELA BECKER	380	A-05	A-06
661	MARCELO MARTINELLI	380	A-06	A-07
MATR.	FISCAL GERAL	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
345	FRANCISCO DEMETRIO DA ROCHA	374	A-16	A-17
MATR.	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
335	VILMAR LEANDRO	352	A-05	A-06
674	ORIOSVALDO VANY FLORENTINO	352	A-05	A-06
2119	CLAUDIONOR CANDIDO	352	A-02	A-03
2120	LAENIO LUIZ ROCHA	352	A-02	A-03
MATR.	MOTORISTA DE AUTOMÓVEL	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2157	DILNEI FAUSTO BORGES	353	A-02	A-03
2158	ARI ZAPPE	353	A-02	A-03

MATR.	MOTORISTA DE CAMINHÃO	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
26	REMUALDO MACHADO MARTINS	354	A-18	A-19
MATR.	MOTORISTA DE ONIBUS	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
360	ADEMIR FRANCISCO DE OLIVEIRA	355	A-11	A-12
569	SOVENIR GONCALVES PEDRO	355	A-08	A-09
2078	ADAIR JUSTINO	355	A-02	A-03
2080	ERIVELTON DA SILVA LUIZ	355	A-02	A-03
2139	NERCI JOÃO BORGES	355	A-02	A-03
2140	LUIZ VANDERLEI SANTOS DA SILVA	355	A-02	A-03
2141	ADEMIR FELIPE JOSEFINO	355	A-02	A-03
2159	AGNALDO PEDRO DE SOUZA	355	A-02	A-03
2188	JOSE ADELINO WATERKEMPER	355	A-02	A-03
MATR.	AGENTE DE LIMPEZA URBANA, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
531	ANTONIO JOELSON PERUCHI	344	A-06	A-07
2023	GILBERTO PEDRO RAMOS	344	A-02	A-03
2024	JAIR PEDRO DA SILVA	344	A-02	A-03
2025	JAQUELINE MANOEL DA SILVA	344	A-02	A-03
2026	EDMILSON JOÃO UGIONI	344	A-02	A-03
2027	GILMAR ADÃO GONÇALVES	344	A-02	A-03
2028	DOUGLAS DAROLT DOS SANTOS	344	A-02	A-03
MATR.	FAXINEIRA/ COPEIRA	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
512	SIMONE COSTA	346	A-06	A-07
667	SIRLEI INACIO ELIAS DA SILVA	346	A-05	A-06
668	ROSA CORREA DA SILVA	346	A-05	A-06
2118	ANA MARIA MARTINS DE FARIAS	346	A-02	A-03
MATR.	GARI/ SEPARADOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
508	AMARILDO BORTOLOTO DE SOUZA	347	A-05	A-06
2071	FLAVIA SUZETI ROCHA	347	A-02	A-03
2072	ALINE LUCI CARDOZO LOPES	347	A-02	A-03
2073	MARLENE MAFIOLETTI LEANDRO	347	A-02	A-03
2074	JORGE MANOEL ROCHA	347	A-02	A-03
MATR.	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
388	VANILDA CARRADORE DE OLIVEIRA	363	A-04	A-05
MATR.	ZELADOR DE ESCOLA	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2032	CLAUDENOR OTAVIO FARIAS	362	A-02	A-03
MATR.	AGENTE ADMINISTRATIVO	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2014	DIOMAR DE SOUZA MACHADO JUNIOR	300	A-02	A-03
2224	NILZA DAL PONT	300	A-02	A-03

MATR.	ARQUITETO E URBANISTA	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2205	GUILHERME AUGUSTO TOMASI ROCHA	302	A-02	A-03
MATR.	ENFERMEIRO - ESF	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2129	BRUNA TEIXEIRA DA SILVA DAL PONT	308	A-02	A-03
MATR.	NUTRICIONISTA	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2018	CLAUDIA BEATRIZ DE MEDEIROS	319	A-02	A-03
MATR.	ODONTÓLOGO	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2131	EVERTON SANTOS FERREIRA	321	A-02	A-03
MATR.	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2046	GREICI MARTINS GRECHI	323	A-02	A-03
MATR.	AGENTE DE ESPORTES	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2166	EDINEI PEDRO ROCHA	325	A-02	A-03
MATR.	AGENTE DE SAÚDE - ESF	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2122	CASSIANDRA BAVARESCO RIBEIRO DORDETTI	326	A-02	A-03
MATR.	ASSISTENTE DE BIBLIOTECÁRIO	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2167	DIANY PEDROSO ROSS	328	A-02	A-03
MATR.	AUXILIAR DE AGENTE ADMINISTRATIVO	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2021	LIZETE PEREIRA DE SOUZA	330	A-03	A-04
MATR.	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
271	OLINDA APARECIDA FERNANDES ROCHA	331	A-21	A-22
MATR.	TECNICO ADMINISTRATIVO	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2022	RENAN MACHADO FREGULIA	340	A-03	A-04
MATR.	TECNICO EM ENFERMAGEM - ESF	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2127	SILVANA BILÉSIMO	342	A-02	A-03
MATR.	BORRACHEIRO E LUBRIFICADOR	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2148	VILSON GABRIEL DE LIMA	345	A-02	A-03
MATR.	LAVADOR DE FROTA	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2029	PATRICK DA SILVA DA ROSA	348	A-02	A-03
MATR.	MECANICO	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2030	ADRIANO ZÉLIO PEREIRA	349	A-02	A-03
MATR.	MONITOR DE ÔNIBUS	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2076	MARIA KARINA WATERKEMPER	351	A-02	A-03
2077	GILBERTO CANDEO PAWLOWSKI	351	A-02	A-03
MATR.	OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2065	ANDRÉ ZÉLIO PEREIRA	356	A-02	A-03
MATR.	OPERADOR DE TRATORES AGRÍCOLAS	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2066	ARISTEU JOSÉ MACEDO	357	A-02	A-03

2067	ADENIR LUIZ PADILHA DA SILVA	357	A-02	A-03
2290	REGINALDO ANTONIO DA SILVEIRA	357	A-02	A-03
MATR.	SERVENTE DE ESCOLA	NÍVEL	DA REFERÊNCIA	PARA REFERÊNCIA
2042	GERSON LUIS BARBOSA	360	A-02	A-03
2043	ELIETE BORGES RESENDE	360	A-02	A-03
2044	ANDREZA RESENDE DA ROCHA	360	A-02	A-03
2045	ROSELI DE SOUZA PEDRO	360	A-02	A-03
2142	ROSANE JOÃO GONÇALVES	360	A-02	A-03
2143	MARILIA BERTI CARDOSO CANDIDO	360	A-02	A-03
2145	BARBARA RODRIGUES DE FREITAS	360	A-02	A-03
2146	TAMIRES GRIGIO WALTERKEMPER	360	A-02	A-03

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de maio de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 15 de junho de 2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 15 de junho de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI
Secretária de Administração

PORTARIA 079/2020

Publicação Nº 2544328

PORTARIA Nº. 079 DE 22 DE JUNHO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município o artigo 72 da Lei Complementar Nº. 02 de 07/10/97 e o artigo 142 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/2015,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias aos servidores que se relacionam:

Ana Elizia Jeronimo Pereira, ocupante do Cargo de Técnico em Enfermagem - ESF, referente ao período aquisitivo de 28/12/2017 a 27/12/2018 com gozo em 1º/7/2020 e término em 30/7/2020.

Jucélia de Oliveira Nazario de Almeida, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao período aquisitivo de 4/3/2020 a 3/3/2021 com gozo em 1º/7/2020 e término em 30/7/2020.

Joseli Elisabete Krutli, ocupante do Cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, referente ao período aquisitivo de 12/5/2020 a 11/5/2021 com gozo em 1º/7/2020 e término em 30/7/2020.

Dalton Luiz Kindermann, ocupante do Cargo de Almojarife, referente ao período aquisitivo de 1º/3/2020 a 28/2/2021, com gozo em 1º/7/2020 e término em 30/7/2020.

Ana Maria Martins de Farias, ocupante do Cargo de Faxineira/Copeira, referente ao período aquisitivo de 4/3/2020 a 3/3/2021, com gozo em 1º/7/2020 e término em 30/7/2020.

Bibianna Martins Marinho, ocupante do Cargo de Fonoaudiólogo, referente ao período aquisitivo de 10/6/2020 a 9/6/2021, com gozo em 1º/7/2020 e término em 30/7/2020.

Lizete Pereira de Sousa, ocupante do Cargo de Auxiliar de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 8/9/2018 a 7/9/2019, com gozo em 1º/7/2020 e término em 30/7/2020.

Daiane Martins Gomes dos Santos, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao período aquisitivo de 29/9/2019 a 28/9/2020, com gozo em 1º/7/2020 e término em 30/7/2020.

Erivelton da Silva Luiz, ocupante do Cargo de Motorista de Ônibus, referente ao período aquisitivo de 17/2/2020 a 16/2/2021, com gozo em 1º/7/2020 e término em 30/7/2020.

Vilmar Leandro, ocupante do Cargo de Motorista de Ambulância, referente ao período aquisitivo de 16/8/2019 a 15/8/2020 com gozo em 3/7/2020 e término em 1º/8/2020.

Reginaldo Antonio da Silveira, ocupante do Cargo de Operador de Tratores Agrícolas, referente ao período aquisitivo de 21/3/2019 a

20/3/2020, com gozo em 3/7/2020 e término em 1º/8/2020.

Kelen Borges de Souza Machado, ocupante do Cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, referente ao período aquisitivo de 2/2/2020 a 1º/2/2021, com gozo em 6/7/2020 e término em 4/8/2020.

Marília Berti Cardoso Candido, ocupante do Cargo de Servente de Escola, referente ao período aquisitivo de 4/3/2020 a 3/3/2021, com gozo em 6/7/2020 e término em 4/8/2020.

Claudia Beatriz de Medeiros, ocupante do Cargo de Nutricionista, referente ao período aquisitivo de 8/9/2018 a 7/9/2019, com gozo em 6/7/2020 e término em 4/8/2020.

Maica Kalinca Felisbino, ocupante do Cargo de Enfermeiro, referente ao período aquisitivo de 22/4/2019 a 21/4/2020, com gozo em 6/7/2020 e término em 4/8/2020.

Silvana Bilésimo, ocupante do Cargo de Técnico em Enfermagem - ESF, referente ao período aquisitivo de 4/3/2019 a 3/3/2020, com gozo em 6/7/2020 e término em 4/8/2020.

Maria Terezinha Candido, ocupante do Cargo de Agente de Saúde - ESF, referente ao período aquisitivo de 4/3/2019 a 3/3/2020, com gozo em 6/7/2020 e término em 4/8/2020.

Francisco Demétrio da Rocha, ocupante do Cargo de Fiscal Geral, referente ao período aquisitivo de 22/4/2019 a 21/4/2020, com gozo em 6/7/2020 e término em 4/8/2020.

Rafaela Rocha de Oliveira, ocupante do Cargo de Chefe da Divisão Técnica Administrativa, referente ao período aquisitivo de 15/12/2018 a 14/12/2019, com gozo em 13/7/2020 e término em 22/7/2020.

Jucélia Noemia Estevam Simões, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 2/12/2018 a 1º/12/2019, com gozo em 13/7/2020 e término em 27/7/2020.

Roseli de Souza Pedro, ocupante do Cargo de Servente de Escola, referente ao período aquisitivo de 2/2/2020 a 1º/2/2021, com gozo em 13/7/2020 e término em 11/8/2020.

Valdoir Olavo dos Santos, ocupante do Cargo de Coveiro, referente ao período aquisitivo de 24/4/2020 a 23/4/2021, com gozo em 20/7/2020 e término em 18/8/2020.

Paulo Roberto Dal Forno, ocupante do Cargo de Fisioterapeuta, referente ao período aquisitivo de 9/5/2019 a 8/5/2020, com gozo em 20/7/2020 e término em 18/8/2020.

Laênio Luiz Rocha, ocupante do Cargo de Motorista de Ambulância, referente ao período aquisitivo de 4/3/2019 a 3/3/2020 com gozo em 20/7/2020 e término em 18/8/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,
em 22 de junho de 2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de junho de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI
Secretária de Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2020 - PREGÃO Nº 021/2020

Publicação Nº 2543240

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2020 Data do Registro: 29/06/2020 Válido até: 29/06/2021

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UMA ROÇADEIRA HIDRÁULICA ARTICULADA E DUAS ENSILADEIRAS PARA USO NO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ROÇADEIRA HIDRÁULICA ARTICULADA - acionamento através de tomada de força com eixo cardan, circuito hidráulico independente, comandado por bomba hidráulica, sistema de braços articulados e acionados por cilindros hidráulicos, com largura de corte de 1,50 m. Com adaptador para trator modelo TL5.80 e marca NEW ROLLAND. Ano de fabricação 2020.	UN	CASA DO PICA-PAU MAQUINAS AGRICOLAS LTDA (111940)	MFV/HARPIA	0	39.900,0000	1
2	COLHEDORA DE FORRAGENS - Colhedora de Forragens Diversas Plantadas em linha, peneira quebra grãos. Ano de fabricação 2020.	UN	TOP CENTER COMERCIO DE MAQUINAS LTDA (111939)	JF MAQUINAS	0	24.450,0000	1
3			MARCO MARCELO ZIMMERMANN & CIA LTDA - ME (111457)	LAVRALE	0	40.000,0000	2
			TOP CENTER COMERCIO DE MAQUINAS LTDA (111939)	LAVRALE	0	40.300,0000	3
			MARCO MARCELO ZIMMERMANN & CIA LTDA - ME (111457)	JF MAQUINAS	0	24.500,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 8/2020		Data do Registro: 29/06/2020		Válido até: 29/06/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UMA ROCADEIRA HIDRÁULICA ARTICULADA E DUAS ENSILADEIRAS PARA USO NO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CASA DO PICA-PAU MAQUINAS AGRICOLAS LTDA (111940)	JF/C120 PRO	0	24.700,0000	3

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 8/2020		Data do Registro: 29/06/2020		Válido até: 29/06/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UMA ROCADEIRA HIDRÁULICA ARTICULADA E DUAS ENSILADEIRAS PARA USO NO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descrto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 8/2020
PROCESSO N° 21/2020

- (111457) - MARCIO MARCELO ZIMMERMANN & CIA LTDA - ME
- (111939) - TOP CENTER COMERCIO DE MAQUINAS LTDA
- (111940) - CASA DO PICA-PAU MAQUINAS AGRICOLAS LTDA

Maracajá, 29 de Junho de 2020.

Maravilha

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 106/2020

Publicação Nº 2544170

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 106/2020 – Modalidade Dispensa por Inexigibilidade n. 039/2020

Chamada Pública n. 005/2019

Contrato Administrativo n. 085/2020

Contratadas: CDIPSUL – Clínica de Diagnóstico por Imagem do Sul LTDA.

A Senhora Secretária de Saúde e Saneamento de Maravilha - SC, MIRIANE SARTORI, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para a prestação de serviço médicos para exames de ultrassonografia, para atender a demanda do Município de Maravilha - SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 29 de junho de 2020. MIRIANE SARTORI – Secretária Municipal de Saúde e Saneamento.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 107/2020

Publicação Nº 2544174

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 107/2020 - Modalidade

Dispensa por Inexigibilidade n. 040/2020

Chamada Pública n. 005/2019

Contrato Administrativo n. 086/2020

Contratada: Urocenter Clinica de Urologia Eireli ME.

A Senhora Secretária de Saúde e Saneamento de Maravilha – SC, MIRIANE SARTORI, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para a prestação de serviços médicos para atender a demanda do Município de Maravilha – SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha – SC, 29 de junho de 2020. MIRIANE SARTORI – Secretária de Saúde e Saneamento.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 108/2020

Publicação Nº 2544176

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 108/2020 - Modalidade

Dispensa por Inexigibilidade n. 041/2020

Chamada Pública n. 005/2019

Contrato Administrativo n. 087/2020

Contratada: A.Braun Ortopedia e Traumatologia Eireli.

A Senhora Secretária de Saúde e Saneamento de Maravilha – SC, MIRIANE SARTORI, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para a prestação de serviços médicos para atender a demanda do Município de Maravilha – SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha – SC, 29 de junho de 2020. MIRIANE SARTORI – Secretária de Saúde e Saneamento.

Marema

PREFEITURA

LEI Nº 1212/2020

Publicação Nº 2544180

Lei nº 1212/2020

De 29/06/2020

"FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA 01/01/2021 A 31/12/2024 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município, FAZ SABER aos habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica fixado em parcela única, o subsídio mensal dos vereadores, para o período legislativo de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 2.418,00 (Dois mil quatrocentos e dezoito reais).

§ 1º - O total da remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município (Art. 29, VII, da Constituição Federal)

§ 2º - O subsídio individual do vereador ficará limitado ao percentual estabelecido no art. 29, VI, da Constituição Federal em relação ao subsídio de Deputado Estadual, de acordo com a população do Município.

§ 3º - Ocorrendo qualquer dos casos previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo, o subsídio dos vereadores sofrerá proporcional redução de valor, com a finalidade de enquadramento em tais regras limitadoras.

Art. 2º - O presidente da Câmara perceberá mensalmente, além do subsídio de vereador, a importância de R\$ 1.209,00 (um mil duzentos e nove reais), a título de Verba de Representação de Caráter Indenizatório, devido pelas atribuições específicas do cargo, da função que exerce como representante judicial e extrajudicial do Poder Legislativo, representação em solenidades e eventos oficiais, funções de administração do parlamento, compatível com as responsabilidades e a carga extra decorrente do exercício das funções representativa e administrativa.

§ 1º. O vereador que por qualquer motivo, substituir o Presidente da Câmara, terá direito em perceber a verba de representação de caráter indenizatório, de forma proporcional aos dias de substituição. De

§ 2º. O presidente da Câmara, enquanto afastado das suas funções, sofrerá proporcional redução da Verba de Representação de Caráter Indenizatório.

Art. 3º. O subsídio percebido pelos Vereadores, equivale aos números de sessões ordinárias mensais fixadas no Regimento Interno, proporcionalmente a cada sessão, sendo devido ao Vereador que efetivamente comparecer a todas as sessões do mês, na forma do Regimento Interno.

§ único - A falta não justificada às sessões, na forma regimental, ocasionará a redução proporcional do subsídio.

Art. 4º - É vedado ao Vereador o recebimento de qualquer acréscimo aos seus subsídios ou parcela de qualquer natureza, como verba de representação, gratificação, adicional, abono, prêmio, ou outra espécie remuneratória (Art. 39 § 4º da Constituição Federal).

Art. 5º - Fica vedado conceder, a qualquer título, vantagens, aumento, reajuste ou adequação dos subsídios dos agentes políticos até 31 de dezembro de 2022, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 6º - É vedado alterar o valor do subsídio dos vereadores no Curso da Legislatura.

§ 1º. Entende-se como alteração o aumento do valor do subsídio, por meio de reajuste ou quaisquer outros acréscimos a qualquer título, salvo a revisão geral anual concedida aos servidores.

§ 2º. É assegurado, após o período previsto no Art. 5º o reajuste anual dos subsídios dos Vereadores no mesmo índice e no mesmo percentual da revisão geral anual concedida a todos os servidores públicos municipais, conforme previsto no art. 37, X, da Constituição Federal, devendo ser observados os seguintes requisitos:

I – Para concessão do reajuste anual, o percentual não pode ser superior aos índices de inflação oficial (perda de poder aquisitivo da moeda).

II – A extensão aos Vereadores deve estar prevista na lei que fixar a revisão geral anual aos servidores;

III – A lei que estabelecer a revisão geral anual aos servidores deve esclarecer explicitamente que se trata de revisão geral anual prevista no art. 37, X, da Constituição Federal.

IV – Se for concedido aos servidores reajuste ou aumento maior que a inflação do período, a lei deve especificar qual o percentual de revisão e qual o percentual adicional de aumento, o reajuste dos subsídios dos vereadores ficará limitado ao percentual relativo aos índices

de inflação/revisão.

Art. 7º - Poderão ser realizadas tantas sessões extraordinárias quanto necessárias, desde que convocadas na forma do Regimento Interno, sendo vedado qualquer pagamento por participação em sessões legislativas extraordinárias, ainda que durante o recesso parlamentar, conforme preceitua o Art. 57, § 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional n. 50/2006) e art. 46 da Constituição Estadual (Emenda Constitucional n. 44/2006).

§ 1º – A convocação e a desconvocação de sessão legislativa da Câmara Municipal para o período anual de seu funcionamento não propicia direito à percepção de qualquer verba de natureza indenizatória.

§ 2º - A ausência por qualquer motivo, implicará no recebimento proporcional ao período de atuação legislativa.

§3º - Os suplentes receberão de forma proporcional ao período que atuar nas sessões legislativas.

Art. 8º - As despesas decorrentes desta lei, correrão a conta da dotação orçamentária própria.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir do dia 01 de janeiro de 2021.

Art. 10º - Revogadas as disposições em contrário.

Marema/SC, em 25 de junho de 2020.

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Pitágoras Argenti
Secretário de Administração

LEI N° 1213/2020

Publicação N° 2544184

Lei nº 1213/2020

De 29/06/2020

“FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE PREFEITO E SECRETÁRIOS PARA A LEGISLATURA 01/01/2021 A 31/12/2024 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município, FAZ SABER aos habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. O subsídio mensal do Prefeito Municipal, para a legislatura do período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, fica fixado em R\$ 15.574,00 (Quinze mil quinhentos e setenta e quatro reais).

§ único – Não é admitido o pagamento do décimo terceiro subsídio.

Art. 2º. O subsídio mensal do Vice-Prefeito, para a legislatura do período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, fica fixado em R\$ 8.018,00 (oito mil e dezoito reais).

§ único – Não é admitido o pagamento do décimo terceiro subsídio.

Art. 3º. O subsídio mensal dos Secretários, para a legislatura do período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, fica fixado em R\$ 5.445,00 (cinco mil quatrocentos e quarenta e cinco reais).

§ único – Não é admitido o pagamento do décimo terceiro subsídio.

Art. 4º - Os subsídios do Prefeito, Vice-prefeito e secretários, será composto de parcela única, vedado o recebimento de qualquer espécie de gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 5º - Fica vedado conceder, a qualquer título, vantagens, aumento, reajuste ou adequação dos subsídios dos agentes políticos até 31 de dezembro de 2022, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 6º - É vedado alterar o valor do subsídio do Prefeito, Vice-prefeito e secretários no Curso da Legislatura.

Art. 7º. É assegurado, após o período previsto no Art. 5º o reajuste anual do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários no mesmo índice e no mesmo percentual da revisão geral anual concedida a todos os servidores públicos municipais, conforme previsto no art. 37, X, da Constituição Federal, devendo ser observados os seguintes requisitos:

I – Para concessão do reajuste anual, o percentual não pode ser superior aos índices de inflação oficial (perda de poder aquisitivo da moeda).

II – A extensão do reajuste ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários deve estar prevista na lei que fixar a revisão geral anual aos servidores;

III – A lei que estabelecer a revisão geral anual aos servidores deve esclarecer explicitamente que se trata de revisão geral anual prevista no art. 37, X, da Constituição Federal.

IV – Se for concedido aos servidores reajuste ou aumento maior que a inflação do período, a lei deve especificar qual o percentual de revisão e qual o percentual adicional de aumento, o reajuste dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários ficará limitado ao percentual relativo aos índices de inflação.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta lei, correrão a conta da dotação orçamentária própria.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir do dia 01 de janeiro de 2021.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

Marema/SC, em 29 de junho de 2020.

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Pitágoras Argenti
Secretário de Administração

Massaranduba

PREFEITURA

CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM O BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE

Publicação Nº 2544211

EXTRATO DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO (FINANCIAMENTO)

Contrato nº: CCB SC-45.555/BNDES/AUT-TLP-SET. PÚBLICO

Agente Financeiro: BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

Tomador: Município de Massaranduba/SC

Objeto: Pavimentação de vias no Município de Massaranduba/SC, no âmbito do Programa PRODETUR.

Valor: R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais)

Data de Assinatura do Contrato: 04/06/2020.

PROCESSO LICITATÓRIO 100.2020 PP 100.2020 - TELAS, BARRAS DE FERRO E OUTROS

Publicação Nº 2543404

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2020

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE TELAS, BARRAS DE FERRO E OUTROS ITENS.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 13/07/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 13/07/2020.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 104.2020 PP 104.2020 - SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA

Publicação Nº 2543769

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2020

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 14/07/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 14/07/2020.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 108.2020 PP 108.2020 - ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL

Publicação Nº 2543824

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2020

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO

PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 14/07/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: 13h45min do dia 14/07/2020.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA MESA Nº 005/2020

Publicação Nº 2544424

ATO DA MESA Nº 005/2020

29/06/2020

CONSIDERANDO, o reconhecimento, pela Organização Mundial de Saúde, em fevereiro do corrente ano, da existência de uma Pandemia causada pelo novo coronavírus COVID-19;

CONSIDERANDO, que a saúde é direito social fundamental (CF, art. 6º), garantido mediante implementação de políticas que visem à redução de risco de doença e de outros agravos (CF, art. 196);

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020 e suas alterações, os quais estabelecem a situação de emergência no Estado e dispõe sobre medidas de enfrentamento de emergência em saúde em todo o território catarinense, que culmina na necessidade de limitação de aglomeração de pessoas;

CONSIDERANDO, o Decreto Municipal nº 4147 de 18 de março de 2020, o qual declara situação de emergência no Município de Massaranduba.

CONSIDERANDO, o Decreto Legislativo nº 036/2020 e suas alterações, o qual determina competência para Ato da Mesa a fim de cumprir as determinações estaduais e federais referentes ao coronavírus;

CONSIDERANDO, a Resolução nº 132/2020 a qual determina competência para Ato da Mesa a fim de estabelecer os prazos para sessões virtuais;

CONSIDERANDO, a Portaria SES nº 348/2020, onde continua proibida a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, público ou privado;

CONSIDERANDO, o aumento de casos de pessoas infectadas com o COVID-19 em nosso Município;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de contribuir com os esforços para contenção da proliferação do COVID-19, resguardando os cidadãos Massarandubenses, servidores do legislativo e Vereadores;

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Massaranduba, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com que lhe confere o art. 10.A do Decreto Legislativo nº 036/2020, inserido pelo Decreto Legislativo nº 037/2020, artigo 1º da Resolução nº 132/2020 e artigo 47, inciso I, do Regimento Interno, edita o presente Ato da Mesa:

Art. 1º Fica determinada a realização das sessões ordinárias, extraordinárias e das comissões de forma virtual até o dia 31/08/2020.

Parágrafo Único. Poderá outro Ato da Mesa revogar o presente e determinar a realização das sessões descritas no caput de forma presencial.

Art. 2º As sessões virtuais ordinárias, extraordinárias e das comissões, obedecerão a Resolução nº 132/2020, e suas alterações.

Art. 3º A convocação para as sessões ordinárias, extraordinárias e das comissões poderão se dar na sessão virtual ou via whatsapp.

Art. 4º As sessões virtuais deverão ser transmitidas ao vivo em um canal pelo Facebook, canal do Youtube ou site da Câmara.

Art. 5º Caberá ao Vereador:

I - providenciar equipamento com conexão à internet em banda larga suficiente para transmissão de vídeo e aparelho celular ou notebook adequado para a transmissão virtual;

II - manter, junto à Diretoria da Casa, número de telefone e whatsapp atualizado;

III - manter consigo e em sua posse exclusiva o dispositivo referido no inciso I durante o horário designado para a sessão virtual.

Art. 6º Os servidores, através de deferimento do Presidente, poderão, no período estipulado no art. 1º realizar seu trabalho de forma remota (home Office – trabalho em domicílio), a ser acompanhado pela Diretoria da Casa que atestará os serviços realizados no home office,

podendo serem convocados quando necessário de forma presencial, não podendo os mesmos se ausentarem do seu domicílio no horário do home office, desde que:

- I – apresentem doenças respiratórias crônicas;
- II – coabitem com idosos de 60 anos ou mais;
- III – tenham 60 anos ou mais;
- IV – que possuem filhos ou enteados menores de 18 (dezoito) anos sob sua guarda;
- V – gestantes e lactantes;
- VI – portadores de imunossupressão;
- VII – que apresentarem sintomas do COVID-19;
- VIII – que sejam diabéticos.

§1º O Presidente do Legislativo poderá deferir o pedido concedendo ao servidor determinado horário ou dia de trabalho remoto, sendo que as demais horas deverão ser cumpridas normalmente nas dependências da Casa, ou deferir o pedido concedendo a total função de forma remota, conforme o caso específico, a fim de evitar a aglomeração de pessoas no recinto da Casa.

§2º No deferimento do pedido de trabalho a domicílio o Presidente especificará qual o prazo em dias da realização do trabalho home office, sendo que após este o servidor deverá retornar normalmente seu trabalho nas dependências da Casa Legislativa.

§3º O pedido do servidor deverá ser documentalmente comprovado.

Art. 7º O contato com os servidores da Casa em regime de trabalho home office se dará via whatsapp e sendo aqueles convocados deverão comparecer de pronto nas dependências da Casa Legislativa.

Art. 8º No caso do impedimento do servidor do legislativo que se enquadre em uma das hipóteses do artigo 6º em realizar o trabalho de forma remota poderá ser concedida antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com a efetiva compensação.

Art. 9º Ficam suspensos no período estipulado no artigo 1º:

- I – a realização da cessão do recinto da Câmara para a realização de eventos, reuniões ou qualquer ato estranho das funções da Câmara para qualquer entidade pública ou privada;
- II – a visitação pública às dependências da Câmara por quaisquer entidades ou grupo de pessoas;
- III – o atendimento de grupo de pessoas, exceto individual, preferencialmente via meio eletrônico ou telefônico;
- IV – a realização de sessões ou reuniões do projeto Câmara Mirim, exceto se for de forma virtual.

Art. 10 Ficam canceladas e suspensas às participações de servidores de forma presencial em eventos, cursos, congressos e congêneres, intermunicipais e interestaduais, custeados com recursos da Câmara durante o prazo estipulado no art. 1º, podendo existir a capacitação de forma on-line.

Art. 11 Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2020.
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC) EM 29 DE JUNHO DE 2020.

MESA DIRETORA

Joanir José Lewandowski
Presidente

Renato dos Santos
Vice Presidente

Djonathan Cisz
1º Secretário

Vanderlei Sasse
2º Secretário

Matos Costa**PREFEITURA****PORTARIA 342/2020**

Publicação N° 2544365

PORTARIA N° 342/2020 – De 29 de Junho de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando Decreto Municipal n° 42/2020 de 07/04/2020, o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal referentes a Secretaria Municipal de Educação, ao cumprimento de ações de saúde pública emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID – 19.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Férias ao Servidor investido em cargos de provimento em carreira, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Educação, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
77	Alceu de Oliveira Carneiro	Motorista	30 Dias	2019/2020	29/06/2020 a 28/07/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 29 de Junho de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 343/2020

Publicação N° 2544367

PORTARIA N° 343/2020 – De 29 de Junho de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora CELIA REGINA DA SILVA, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 29 de Junho de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO N° 006/2020 AO CONTRATO N° 001/2020 - SAÚDE

Publicação N° 2543298

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 006/2020 (Acréscimo de Valor)
Contrato n.º. 001/2020
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (Óleo diesel S10), PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2020.
Valor Acrescido: R\$ 1.560,00 (um mil, quinhentos e sessenta reais)
Data da assinatura: 29 de junho de 2020.

EXTRATO ADITIVO N° 006/2020 - AO CONTRATO N° 001/2020

Publicação N° 2543292

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 006/2020 (Acréscimo de valor)
Contrato n.º. 001/2020
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (óleo diesel), PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2020
Valor Acrescido: R\$ 28.353,00 (vinte e oito mil, trezentos e cinquenta e três reais)
Data da assinatura: 29 de junho de 2020.

LEI N° 1.832-2020

Publicação N° 2543227

LEI N.º 1832 de 10 de Junho de 2020.
DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DE ESCRITÓRIO VIRTUAL NO MUNICÍPIO DE MELEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica autorizado no município de Meleiro, o funcionamento de Ambientes Colaborativos, tais como escritórios virtuais, espaços de Coworking, incubadoras de empresas, aceleradoras e outros ambientes criativos que tenham finalidade de incentivar, fomentar e viabilizar a geração de empresas, a formalização e a regularidade fiscal de pequenos empreendimentos (MEI e ME) e empreendedores iniciantes (startups).

§ 1º Para fins desta Lei, considera-se Ambiente Colaborativo, o estabelecimento prestador de serviços de suporte administrativo e metodológico para pessoas jurídicas, excetuadas aquelas que desempenham atividades de alto risco.

§ 2º Será permitida a alocação de várias empresas no mesmo endereço principal de constituição do Ambiente Colaborativo.

§ 3º Os usuários que, pelo seu ramo de atividade necessitarem de estrutura física organizada (estabelecimento) para a produção ou circulação de bens ou serviços, não poderão utilizar o endereço do Ambiente Colaborativo para se estabelecer.

Art. 2.º O Ambiente Colaborativo oferecerá estrutura física adequada para seu usufrutuário tais como: área de recepção de pessoas, reuniões, recebimento e armazenagem de pequenas encomendas, trabalho ocasional e serviço de atendimento telefônico.

Art.3.º O Ambiente Colaborativo deverá:
I - funcionar em horário comercial ou prolongado;

II - servir de endereço comercial, fiscal e de contato aos usuários do serviço;

III - oferecer estrutura para recepção de pessoas, documentos, mensagens e encomendas; manter serviços de atendimento telefônico; possuir salas executivas e salas de reuniões;

IV - manter em local visível o Alvará de Localização e Funcionamento original, e escrituração fiscal relativa ao ISS, bem como cópias autenticadas de atos constitutivos dos respectivos usuários, para imediata apresentação à fiscalização.

V - possuir procuração com poderes para receber em nome dos usuários, notificações, intimações, citações judiciais e extrajudiciais entre outras comunicações de órgãos públicos;

VI - comunicar ao setor competente do Município de Meleiro, imediatamente, qualquer alteração nos dados dos usuários que possa interferir na arrecadação ou fiscalização de suas atividades;

VII - não manter no estabelecimento produtos, maquinários ou equipamentos não relacionados as suas atividades.

Art.4.º Os usuários serão obrigados a:

I - inscrever-se no Município e obter o Alvará de Licença para Localização e Permanência no Local;

II - possuir escrituração fiscal relativa ao ISS, bem como cópias autenticadas dos atos constitutivos e do CNPJ da pessoa jurídica;

III - fornecer ao estabelecimento, procuração conforme art. 3º, inciso V, da presente Lei.

Art.5.º A não observância pelos estabelecimentos de qualquer das obrigações constantes nesta Lei, será punida com:

I - multa no valor equivalente a 3 (três) Unidades Fiscais do Município - UFM, para os estabelecimentos que tenham até 10 (dez) usuários;

II - multa no valor equivalente a 5 (cinco) Unidades Fiscais do Município - UFM, para os estabelecimentos que tenham acima de 10 (dez) usuários.

§ 1º Na reincidência da infração a multa será aplicada em dobro, respeitados os critérios dos incisos deste artigo.

§ 2º Será cassado o Alvará de Licença para Localização e Permanência no Local dos estabelecimentos previstos neste artigo quando estes reincidirem por 03 (três) vezes, no mesmo dispositivo legal.

§ 3º O prazo para recolhimento da multa ou apresentação de defesa será de 15 (quinze) dias, contados da ciência do auto de infração.

§ 4º Entende-se por reincidência a nova infração, violando a mesma regra, cometida pelo mesmo infrator, dentro do prazo de 05 (cinco) anos da data da infração anterior.

Art.6.º Empresas que já possuem sede no Município de Meleiro, não poderão registra-se com a mesma atividade no Ambiente Colaborativo.

Art.7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Junho de 2020

EDER MATTOS
PREFEITO MUNICIPAL

LEI N° 1.833-2020

Publicação N° 2543210

LEI N.º 1.833 de 25 de Junho de 2020.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A ESTABELECER, FIRMAR E CELEBRAR TERMO DE COOPERAÇÃO OU CONVÊNIO COM OS MUNICÍPIOS DA AMESC VISANDO À CONSTRUÇÃO DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA E A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ESTRADAS MUNICIPAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Município de Meleiro autorizado a estabelecer, firmar e celebrar Termo de Cooperação, Convênio, com os Municípios da AMESC, para extração de material excedente (seixo bruto), objetivando a construção do reservatório de água do SAMAE, localizado junto a várzea do Rio Manoel Alves.

§ 1.º São objetivos das ações a serem desenvolvidas a construção do reservatório de água do SAMAE, junto a várzea do Rio Manoel Alves, próximo da Estação de tratamento de Água-ETA, localizado no final da Rua Mário Mezzari, bairro Jardim Itália, latitude (g:25 m:50 s: 7,33),

longitude (g:49 m:38 s:1,96), coordenadas UTM (x:631651,50 / y:6809506,57).

§ 2.º O termo de cooperação ou Convênio de que trata o caput do presente artigo terá como objetivo principal a retirada de material excedente retirado ao Município conveniado.

§ 3.º Para realização do convênio, os Municípios conveniados fornecerão ao Município de Meleiro todos equipamentos necessários para construção do reservatório de água, arcando com os custos de extração, transporte, funcionamento, operação e manutenção.

§ 4.º Os municípios conveniados, em contrapartida, irão repassar 50% (cinquenta por cento) do material retirado para construção do reservatório de água para podendo utilizar no melhoramento das vias do conveniente.

§ 5.º Os custos de pessoal e estrutura física (equipamentos) para extração e transporte serão arcados pelo conveniado.

§ 6.º Para adequar-se ao convênio, os Municípios deverão observar o Plano de Trabalho estabelecido entre o Município de Meleiro e o Município conveniado, sendo que as melhorias, em razão do percentual destinado ao Município de Meleiro de beneficiar ambas as cidades.

Art. 2.º Os objetivos específicos do Termo de Cooperação ou Convênio, bem como as obrigações das partes, constam da minuta anexa, que fica fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 3.º Para a realização dos projetos, programas, ações, atividades ou serviços que visem a efetivar os objetivos do Termo de Cooperação ou convênio de que trata a presente Lei, o Município de Meleiro promoverá a celebração de termos aditivos e outros instrumentos legais, similares, congêneres ou semelhantes, se que façam necessários.

Art. 4.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 25 de Junho de 2020

EDER MATTOS
PREFEITO MUNICIPAL

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 165/2020

Publicação Nº 2543444

Decreto nº 165/2020 de 29/06/20

Dispõe sobre a homologação do processo licitatório nº 981/2020, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no Processo Licitatório nº 981/2020, Modalidade Tomada de Preços nº 003/2020, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto TOMADA DE PREÇOS DESTINADO AO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE CALÇADA PÚBLICA, LOCALIZADA NA RUA NEREU RAMOS, TRECHOS I, II, III, IV, TOTALIZANDO 4.104,70M², ATRAVÉS DE CONTRATO DE REPASSE Nº 885790/2019 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CAIXA, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS E SERVIÇOS LTDA	368.095,68

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 29 de junho de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO
Depto. de Licitações

DECRETO Nº 166/2020

Publicação Nº 2543446

Decreto nº 166/2020 de 29/06/20

Dispõe sobre a homologação do processo licitatório nº 1018/2020, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no Processo Licitatório nº 1018/2020, Modalidade Pregão nº 026/2020, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO, AQUISIÇÃO DE TESTES RÁPIDOS PARA O CORONAVÍRUS COVID-19 E TERMOMETRO DIGITAL COM INFRA-VERMELHO, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	29.772,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 29 de junho de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO
Depto. de Licitações

EXTRATO DE CONTRATO Nº 100-2020 GENEROS ALIMENTÍCIOS FNDE - COPAMAR

Publicação Nº 2543556

Extrato de Contrato nº 100/2020
Processo Licitatório nº 001-2/2020
Chamada Pública nº 002/2020
Contratante: MUNICIPIO DE MODELO. CNPJ: 83.021.832/0001-11
Contratada: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE MARAVILHA - COPAMAR sob CNPJ nº. 09.145.480/0001-53
Valor: R\$ 29.406,00
Assinado em: 29/06/2020
Vigente até: 31/12/2020
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE
Modelo/SC, 29 de junho de 2020.

Ricardo Luis Maldaner
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 101-2020 GENEROS ALIMENTÍCIOS FNDE - COOTRAF

Publicação Nº 2543563

Extrato de Contrato nº 101/2020
Processo Licitatório nº 001-2/2020
Chamada Pública nº 002/2020
Contratante: MUNICIPIO DE MODELO. CNPJ: 83.021.832/0001-11
Contratada: COOPERATIVA DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR – COOTRAF sob CNPJ nº. 08.147.012/0001-55
Valor: R\$ 32.835,00
Assinado em: 29/06/2020
Vigente até: 31/12/2020
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE
Modelo/SC, 29 de junho de 2020.

Ricardo Luis Maldaner
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 102-2020 GENEROS ALIMENTÍCIOS FNDE - ARLINDO PAGLIARI

Publicação Nº 2543566

Extrato de Contrato nº 102/2020
Processo Licitatório nº 001-2/2020
Chamada Pública nº 002/2020
Contratante: MUNICIPIO DE MODELO. CNPJ: 83.021.832/0001-11
Contratada ARLINDO PAGLIARI sob CPF nº. 833.211.289-34
Valor: R\$ 3.780,00
Assinado em: 29/06/2020
Vigente até: 31/12/2020
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE
Modelo/SC, 29 de junho de 2020.

Ricardo Luis Maldaner
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 103-2020 GENEROS ALIMENTÍCIOS FNDE - GENI SCHMITZ

Publicação Nº 2543569

Extrato de Contrato nº 103/2020
Processo Licitatório nº 001-2/2020
Chamada Pública nº 002/2020
Contratante: MUNICIPIO DE MODELO. CNPJ: 83.021.832/0001-11
Contratada GENI LAIR BOTTCHER SCHMITZ sob CPF nº. 000.178.609-11
Valor: R\$ 1.600,00
Assinado em: 29/06/2020
Vigente até: 31/12/2020
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE
Modelo/SC, 29 de junho de 2020.

Ricardo Luis Maldaner
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 104-2020 GENEROS ALIMENTÍCIOS FNDE - ENIO MUNDT

Publicação Nº 2543571

Extrato de Contrato nº 104/2020
Processo Licitatório nº 001-2/2020
Chamada Pública nº 002/2020
Contratante: MUNICIPIO DE MODELO. CNPJ: 83.021.832/0001-11
Contratada: ENIO MUNDT sob CPF nº. 868.874.599-49
Valor: R\$ 3.067,50
Assinado em: 29/06/2020
Vigente até: 31/12/2020
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE
Modelo/SC, 29 de junho de 2020.

Ricardo Luis Maldaner
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 105-2020 GENEROS ALIMENTÍCIOS FNDE - ELEMAR WACHTER

Publicação Nº 2543573

Extrato de Contrato nº 105/2020
Processo Licitatório nº 001-2/2020
Chamada Pública nº 002/2020
Contratante: MUNICIPIO DE MODELO. CNPJ: 83.021.832/0001-11
Contratada: ELEMAR WACHTER sob CPF nº. 647.436.5999-49
Valor: R\$ 4.210,00
Assinado em: 29/06/2020
Vigente até: 31/12/2020
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE
Modelo/SC, 29 de junho de 2020.

Ricardo Luis Maldaner
Prefeito

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 001/2020

Publicação Nº 2544708

HOMOLOGAÇÃO FINAL

O MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor RICARDO LUIS MALDANER, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1.HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

1.1.Homologa-se o resultado final para os cargos de Agente Comunitário de Saúde I e Agente Comunitário de Saúde II, destinados para o

preenchimento de vaga no quadro temporário do Executivo Municipal, conforme classificação constante no Anexo I desta publicação.

1.1.1. Não houve candidatos aprovados para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Externo.

1.2. A nomeação dos candidatos aprovados aos seus respectivos cargos ficará condicionada ao atendimento dos requisitos básicos para a investidura, constantes no Edital do Processo Seletivo Público n.º 01/2020, de 14 de maio de 2020 e na legislação vigente.

1.3. O prazo de validade do Processo Seletivo Público é de 01 (um) ano, a contar da publicação da homologação dos resultados, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do Executivo Municipal, antes de expirado o prazo de vigência original.

1.4. Esse Edital e seus Anexos encontram-se afixados no mural Público da Prefeitura Municipal de Modelo /SC, publicados nos sites <http://www.modelo.sc.gov.br>, www.wedosservicos.com.br e no Diário Oficial dos municípios de Santa Catarina, disponível em <https://www.diario-municipal.sc.gov.br/site>.

Modelo, 30 de junho de 2020.

ricardo luis maldaner
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO FINAL AMPLA CONCORRÊNCIA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
13	TATIANE LINDEMANN FERREIRA	52,00	1º	Aprovado
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
25	DALVANA FICAGNA	56,00	1º	Aprovado

PORTARIA 153/2020

Publicação Nº 2543594

PORTARIA Nº 0153/2020 DE 26 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2018, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis Municipais nºs 971/90, 1.513/2002 e 2.397/2019, e Edital de Processo Seletivo 001/2018 do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 0285/2018 em 26.12.2018, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria.

Considerando o interesse e necessidade pública para atendimento dos serviços de auxiliares gerais, no andamento da conservação e limpeza do ambiente da educação para prosseguir o andamento dos atendimentos e prorrogação das atividades do Departamento da Educação.

Considerando o pedido de exoneração da servidora ACT Cleci Tiecker, sendo que seu contrato era em substituição a Servidora Efetiva Vanuza Morreira da Silva que requereu a exoneração, e para a Substituição da servidora Ivone Walter.

RESOLVE:

Art.1º - Ficam convocados para contratação temporária para a vaga de Técnico de Saúde Pública que seguirá a ordem de classificação e por prazo determinada 06.07.2020 até 31.12.2020 conforme a vaga, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS ACT – Admissão em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, aprovados no Processo Seletivo nº 001/2018 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanal observada os requisitos legais para o exercício do cargo:

2º - Ana Claudia Scherner Arendt

3º - Sidiane Castagna Willienz

4º - Michelle Knorst

5º - Elizandra Rosa Ferreira da Silva

6º - Ivandra Fatima da Silva

Parágrafo Único: a convocação é para 02 (duas) Vagas e observara os critérios de Classificação conforme manifestado de interesse dos candidatos.

Art. 2º - Os aprovados citados nesta Portaria deverão apresentar-se no Setor de Recursos Humanos, localizado na Prefeitura Municipal, no endereço Rua do Comércio, 1304, Centro, Modelo/SC, no horário das 07h00 às 13h00, no prazo de 05 (cinco) dias a contar desta data, para manifestação de interesse ou não na vaga que dispõe esta Portaria.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, solicitando a desistência da vaga, ou a permanência na classificação, aguardando uma nova chamada.

Art. 4º - Em Caso de Aposentadoria da Servidora Ivone Walter será efetivado a prorrogação da Contratação, será observado o período de afastamento obrigatório Covid-19 e ou exoneração aposentadoria de servidora Efetiva Titular.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 26 de junho de 2020.

Registrado e publicado na data supra:

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente em: ____/____/____.

JANICE MARTINI MÜLLER

Secretária de Administração e Fazenda

Monte Carlo

CÂMARA MUNICIPAL

COMUNICADO AOS SERVIDORES PÚBLICOS E MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC

Publicação Nº 2544302

COMUNICADO AOS SERVIDORES PÚBLICOS E MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC

A Câmara de Vereadores de Monte Carlo, em atendimento a solicitação da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, CONVOCA todos os servidores públicos e membros do Poder Legislativo para verificar e regularizar a situação referente ao Auxílio Emergencial do Governo Federal, instituído pela Lei n.º 13.982, de 02 de abril de 2020, caso tenha realizado a solicitação, bem como recebido o citado benefício.

Por oportuno informar, que de acordo com o artigo 2º, inciso II, da Lei Federal acima citada, consta como um dos critérios de elegibilidade para o recebimento do Auxílio a inexistência de emprego formal ativo, logo, todos os agentes públicos e membros estariam, automaticamente, excluídos da percepção deste auxílio.

Ainda, o Decreto n.º 10.316, de 07 de abril de 2020, em seu artigo 7º, § 1º, inciso VI, prevê expressamente que os agentes públicos, incluindo os ocupantes de cargo temporário, função de confiança, cargo em comissão e os titulares de mandato eletivo, não possuem direito ao benefício.

Diante do exposto, solicita-se que sejam adotadas as seguintes providências:

1- Para o servidor ou membro que solicitou e recebeu o Auxílio Emergencial: Efetuar a imediata devolução dos valores, através do link: <https://devolucaoauxilioemergencial.cidadania.gov.br> e proceder a entrega do comprovante de devolução na Secretaria da Câmara Municipal, mediante protocolo.

2 – Para todos os servidores (efetivos, temporários, em cargos de confiança e mandato eletivo) ou membros: Considerando a possibilidade de uso indevido de dados pessoais por terceiros, cada servidor ou membro deve consultar sua situação no sistema, através do link: <https://consultaauxilio.dataprev.gov.br/consulta/#/>. Ainda, em caso de verificação de irregularidade, o servidor ou membro deve procurar a autoridade policial, efetuar o registro de denúncia e entregar o comprovante na Secretaria da Câmara Municipal, mediante protocolo.

Por fim, este procedimento visa oportunizar que os servidores e membros regularizem espontaneamente sua situação. Posteriormente, poderão ser adotadas outras medidas para avaliar a conduta, podendo originar infrações disciplinares em âmbito municipal ou, em relação a informações falsas, caracterizar crimes previstos na legislação em vigor.

Contamos com a colaboração de todos. Em caso de dúvidas contate a Secretaria da Câmara Municipal.

Monte Carlo, 25 de junho de 2020.

VOLNIR STRATMANN
Presidente

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 098/2020

Publicação Nº 2543861

DECRETO Nº 098/2020, em 22 de junho de 2020.

“INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE ESTRATÉGIA DO RETORNO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NAS INSTITUIÇÕES QUE INTEGRAM O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO NO ÂMBITO DO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19)”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020,

CONSIDERANDO que é necessário planejar o retorno gradual das atividades presenciais nas escolas, de forma que as decisões tomadas sejam monitoradas por uma comissão que decidirá a respeito das medidas cabíveis em casos de mudanças de cenário,

CONSIDERANDO a atuação intersetorial envolvendo saúde, educação e assistência social,

CONSIDERANDO a redução das desigualdades sociais, equidade de condições de acesso ao aprendizado e o direito à vida e à saúde como prioridade,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Comissão Municipal criada por este decreto, responsável pela definição do protocolo municipal de retorno gradual das atividades presenciais estudantis, tomando-se por base os protocolos da Saúde tanto em âmbito nacional, tal como estadual e também municipal.

Art. 2º - Ficam instituídos e nomeados sem ônus aos cofres públicos, os membros da Comissão Municipal para tratar das estratégias do retorno gradual às atividades presenciais nas instituições que integram o sistema municipal de ensino no âmbito do enfrentamento da pandemia do Coronavírus (COVID-19):

Representante da Secretaria de Educação : Greicy Salvador Zaccaron

Representante da Secretaria de Saúde: Barbara de Freitas

Representante da Sanitária: Eduardo Back

Representante da Vigilância Epidemiológica: Kellen Vieira da Silva

Representante da Assistência Social: Renata Ceolin Caetano

Representante de Escola de Direção de Ensino Fundamental: Janaina Gabriel Machado Morona

Representante de Coordenação da Educação Infantil: Elaine Baesso Cechinel

Representante do Conselho Municipal de Educação: Daiani de Souza Tezza

Representante do Conselho Tutelar: Carla Beatriz de Souza

Representante de Pais: Fábio Luz

Representante da Secretaria do Sistema Econômico: Roberto José Sávio Caetano

Representante da Escola Privada: Julia Maccari Espindola

Art. 3º - O mandato dos membros desta comissão terá vigência enquanto durar o período de recomendações e alertas ao enfrentamento da pandemia do Coronavírus (COVID-19).

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, em 24 de junho de 2020.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial dos Municípios e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

DECRETO Nº 101/2020

Publicação Nº 2544208

DECRETO Nº 101/2020, em 29 de junho de 2020.

“ALTERA O DECRETO Nº 123, DE 16 DE SETEMBRO DE 2019 E NOMEIA INTEGRANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – (COME) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e o Art. 3º § 1º da Lei 834, de 19.05.1995,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 123, de 16 de setembro de 2019, e nomeada a Servidora Cheila Pacífico para compor o Conselho Municipal de Educação-COME, como membro suplente, em substituição à Servidora Jaira E. Padoin da Silva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 29 de junho de 2020.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:
ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

DECRETO Nº 102/2020

Publicação Nº 2544212

DECRETO Nº 102/2020, de 29 de junho de 2020.

“ALTERA O DECRETO 059, DE 08 DE ABRIL DE 2020 E NOMEIA MEMBRO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CIAE) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, em consonância com a Resolução nº 001, de 08 de abril de 2020, da Secretaria do Sistema de Educação;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Decreto nº 059, de 08 de abril de 2020, e nomeada a Servidora Cheila Pacífico para compor a Comissão Intersectorial de Alimentação Escolar (CIAE), como representante do Conselho Municipal de Educação, em substituição à Servidora Jaira Everlan Padoin da Silva.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 29 de junho de 2020.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial dos municípios e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

DECRETO Nº 103/2020

Publicação Nº 2544217

DECRETO nº 103/2020, de 29 de junho de 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 095, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 69, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 13.465/17;

DECRETA:

Art.1º Fica alterado o Decreto nº 095, de 10 de junho de 2020, para acrescentar o inciso XII, ao artigo 4º, bem como alterar a redação do §1º do artigo 5º e alterar a redação do artigo 15, com acréscimo do parágrafo único, nos seguintes termos:

Art.4º [...]

XII- Documento comprobatório de posse do imóvel.

Art.5º [...]

§ 1º. Caracterizam-se para REURB-S os requerentes cuja renda per capita não ultrapasse $\frac{3}{4}$ do salário mínimo vigente ou cuja renda familiar não ultrapasse dois salários mínimos vigentes, verificando-se também o limite disposto no parágrafo único do art. 6º do Decreto Federal nº 9.310/2018, além de estarem inscritos no Cadastro Único, assim declarados pelo Município nos termos do inciso I, do art. 13, da Lei Federal nº 13.465/17.

[...]

Art.15 Os lotes vazios somente poderão ser regularizados caso apresentado documentos que comprovem a aquisição até 22/12/2016.
Parágrafo único- Nos casos que a aquisição for com data posterior à 22/12/2016, o lote poderá ficar como área remanescente em nome do (s) proprietário (s) da área, ser destinado ao Município, ou regularizado mediante análise da Comissão de Regularização Fundiária.
Art.2º Os demais dispositivos do Decreto nº 095, de 10 de junho de 2020 permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 29 de junho de 2020.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial dos Municípios e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

DECRETO Nº 104/2020

Publicação Nº 2544218

DECRETO Nº 104, em 29 de junho de 2020.

“ALTERA O DECRETO Nº 148, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018 E NOMEIA MEMBRO PARA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO, NOS TERMOS DA LEI 1.010/2001 E DO DECRETO 146/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, inciso IX e XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Altera o Decreto nº 148, de 03 de outubro de 2018 e nomeia a Servidora Cheila Pacífico como membro da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório dos Servidores lotados na Secretaria do Sistema de Educação, Cultura, Esportes e Turismo de Morro da Fumaça, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos (Lei Municipal 1.1010/2001) e do Decreto que regulamenta a Avaliação do Estágio Probatório (Decreto nº 146/2018), em substituição à Servidora Jaira Ervelan Padoin da Silva.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 29 de junho de 2020.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial dos Municípios e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA 1ª SESSÃO 63/2020 PMN

Publicação Nº 2544693

ATA 63/2020 – PMN

ABERTO O CERTAME AS OITO HORAS DO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESSE ATO REPRESENTADO PELA PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 954/2020, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO PRESENCIAL Nº: 63/2020 PMN. CUJO OBJETO É REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESCARTÁVEIS, PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E RESPECTIVAS UNIDADES DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL E SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DE NAVEGANTES/SC. COM A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS RC PAPEIS LTDA, COMERCIAL STORINNY LTDA, R S RICARDO LTDA ME, FACES EMBALAGENS PLASTICAS LTDA, MULTILIZZA COMERCIAL LTDA, VERDESAN COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA ME, AV COMÉRCIO ATACADISTA LTDA, LUIZ MINIOLI NETTO EPP, CIG COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI, ESTER MONTANHER AMORIM ME, ECO VIDA COMERCIO E INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICA EIRELI, RARIDADE INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA ME, KLEBER DE MOURA DALABONA EIRELI, BONZÃO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, FGB2 COMÉRCIO LTDA, TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, M MOBILE EIRELI EPP, SANTA RITA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA, PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA ME, JP DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP, ALPHA HIGIENE E LIMPEZA EIRELI, SEVEN COMÉRCIO DE EMBALAGENS E MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA, HILEON CESAR SUCATELLI, COMERCIAL MULTIVILLE LTDA EPP, KLEIN E FILHOS PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, JOÃO ANTONIO RODRIGUES CALDEIRA ME, D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI, ALTERMED MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, RGP LIMPEZA COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI ME E APENAS AS EMPRESAS BONZÃO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA E ALTERMED MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES NÃO SE ENQUADRAM COMO ME/EPP. PRESENTES NO CERTAME PARA ANÁLISE DAS AMOSTRAS A SRª PATRÍCIA DUARTE CIDRAL E SR. ALESSANDRO LUIS GAIK FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO, ONDE NÃO HOUE MANIFESTAÇÃO. ABERTO O ENVELOPE RELATIVO ÀS PROPOSTAS ONDE VERIFICOU-SE QUE QUE A EMPRESA JOÃO ANTONIO RODRIGUES CALDEIRA ME NÃO APRESENTOU A MARCA NA PROPOSTA, SENDO DESCLASSIFICADA, AS EMPRESAS JUNCKS DISTRIBUIDORA LTDA E BILLIG COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI APRESENTARAM APENAS OS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO, NÃO APRESENTANDO O CREDENCIAMENTO, SENDO DESCLASSIFICADAS, AS DEMAIS EMPRESAS CREDENCIADAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. SENDO DISPONIBILIZADO AOS CREDENCIADOS OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUE MANIFESTAÇÃO. PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES; NO ITEM 35 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA CIG COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI COM O VALOR DE R\$ 31,00, SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER AO DESCRITIVO DO EDITAL, VOLTANDO PARA ETAPA DE LANCE ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA SANTA RITA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA COM O VALOR DE R\$ 37,36 SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER AO DESCRITIVO DO EDITAL, VOLTANDO A ETAPA DE LANCE ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA RGP LIMPEZA COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI ME COM O VALOR DE R\$ 40,90; NO ITEM 36 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA CIG COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI COM O VALOR DE R\$ 7,80; NO ITEM 37 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA CIG COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI COM O VALOR DE R\$ 16,79; FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA VENCEDORA CUMPRIU COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. O CERTAME FOI SUSPENSO AS 12:30 E TERÁ CONTINUAÇÃO DIA 01/07/2020 AS 08:00 HORAS. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSO. ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU, INGLID DIAS LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELOS CREDENCIADOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

ATA DA SESSÃO 72/2020 PMN

Publicação Nº 2543146

ATA R.P PREGÃO Nº 72/2020 PMN

AS QUATORZE HORAS DO DIA VINTE E SEIS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E VINTE, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 953 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO SETENTA E DOIS DO ANO DE DOIS MIL E VINTE, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (LAJOTAS SEXTAVADAS E RETANGULARES, MEIOS-FIOS E PAVERS DE CONCRETO), PARA A UTILIZAÇÃO EM MANUTENÇÕES E PAVIMENTAÇÕES DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC. EMPRESAS PARTICIPANTES: DILUCCA COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, REPRESENTADA POR AILTON PEREIRA DA SILVA; ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA, REPRESENTADA POR JADER JOSE ALVES; BLOCKBUILD COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, REPRESENTADA POR DOUGLAS DE PAULO; ARTEFATOS DE CIMENTO GASPARE EIRELI, REPRESENTADA POR GIAN CARLOS ALVES E FGB2 COMÉRCIO LTDA, REPRESENTADA POR FELIPE STASUN. NA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUE MANIFESTAÇÃO. ABERTO OS ENVELOPES DAS PROPOSTAS DAS EMPRESAS, ONDE A EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA FOI INABILITADA POIS NÃO APRESENTOU OS FOLDERS OU CATÁLOGOS NA PROPOSTA CONFORME PEDIA O EDITAL NO ITEM 4.10 E A EMPRESA BLOCKBUILD COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA FOI INABILITADA NOS ITENS 1,2 E 3

POIS A ESPECIFICAÇÃO NÃO ATENDE O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. PASSANDO A ETAPA DE LANCES, SAGRARAM-SE VENCEDORAS AS EMPRESAS: ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR EIRELI, DOS ITENS 1 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 31,00; ITEM 2 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 36,50,00 E ITEM 3 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 9,00 E A EMPRESA DILUCCA COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, DOS ITENS 4 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 29,50; ITEM 5 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 37,00; ITEM 6 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 42,30 E ITEM 7 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 38,70. ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DA EMPRESA, ONDE OS DOCUMENTOS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES O DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 15H E 50MIN. EU CARLA CLAUDINO LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

AVISO DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO 38/2020 FMS

Publicação Nº 2544216

PREFEITURA DE NAVEGANTES

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 38/2020 FMS

Objeto: Credenciamento para contratação de instituições especializadas na prestação de serviços de internação voluntária, involuntária e compulsória, para adolescentes e adultos de ambos os sexos, com dependência química e/ou transtorno psiquiátrico, através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes/SC. O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Navegantes, 29 de junho de 2020

Emílio Vieira – Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 35/2020 FMS

Publicação Nº 2543657

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 35/2020 FMS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando aquisição de insumos destinados ao enfrentamento da pandemia do Covid-19, através do Fundo Municipal de Saúde do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 07/07/2020 até às 13h50. Abertura/envelopes: 07/07/2020 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 62/2020 PMN

Publicação Nº 2543508

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 62/2020 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de demolição e reconstrução de calçadas de concreto com acessibilidade em repartições públicas do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 13/07/2020 até às 7h50. Abertura/envelopes: 13/07/2020 às 8h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 83/2020 PMN

Publicação Nº 2543568

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 83/2020 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de materiais (areia fina, média e grossa), para utilização nas obras, reparos e manutenção das vias públicas do município, através da Secretaria de Obras do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 13/07/2020 até às 13h50. Abertura/envelopes: 13/07/2020 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 16/2020 PMN

Publicação Nº 2544377

AVISO DE SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Navegantes torna público que está SUSPENSO por tempo indeterminado por força do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, retomada dos lances do Item 07 do Pregão Presencial 16/2020 PMN, que seria no dia 07/07/2020 as 14h:00 min.

• PREGÃO PRESENCIAL 16 /2020 PMN

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS (DEVIDAMENTE MONTADOS E INSTALADOS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC.
Navegantes, 29 de junho de 2020.
Comissão do Pregão

DECRETO Nº 129 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543390

DECRETO Nº 129 DE 29 DE JUNHO DE 2020
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do art. 15º, da Lei nº 3450 de 27/11/2019 e com a implantação pelo Governo Federal do "Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-Cov-2", através de Lei Complementar nº 173 de maio de 2020:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à transferência do saldo do excesso de arrecadação das fontes de recursos abaixo relacionadas, até a importância de R\$ 2.419.959,00 (dois milhões, quatrocentos e dezenove mil, novecentos e cinquenta e nove reais) para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 5.052 – COVID 19 – União/Ações de Saúde e Assist. Social (LC173/2020-Art. 5º, I-b)

02 – PREFEITURA MUNICIPAL

09 – Secretaria Municipal de Finanças

28.846.0005 – 0.002 – PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

223 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 2.950,11

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES

01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0063 – 2.083 – Manutenção e Funcionamento do Fundo de Saúde

46 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 292.061,25

Fonte de Recursos: 5.053 – COVID 19 - União sem Destinação Específica (LC 173/2020 - Art. 5º, II-b)

02 – PREFEITURA MUNICIPAL

09 – Secretaria Municipal de Finanças

28.846.0005 – 0.002 – PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

222 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 22.160,89

11 – Secretaria Municipal de Assistência Social

08.244.0032 – 2.039 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Assistência Social

226 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 251.111,30

12 – Secretaria Municipal de Educação

12.361.0027 – 2.130 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental

224 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 926.704,41

12 – Secretaria Municipal de Educação

12.365.0027 – 2.131 – Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil

225 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 924.971,04

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JUNHO DE 2020.

Emílio Vieira
Prefeito

DECRETO Nº 130 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543426

DECRETO Nº 130 DE 29 DE JUNHO DE 2020
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do art. 15º, da Lei nº 3450 de 27/11/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de

recursos abaixo relacionada, até a importância de R\$ 833.000,00 (oitocentos e trinta e três mil reais) para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 5.001 – Receitas de Impostos e Transferências Resultantes de Impostos/Educação
02 – PREFEITURA MUNICIPAL
12 – Secretaria Municipal de Educação
12.361.0027 – 2.130 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental
86 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas - Intra Orçam. R\$ 462.000,00
89 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 30.000,00
12.365.0027 – 2.131 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Infantil
98 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas - Intra Orçam. R\$ 341.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JUNHO DE 2020.

Emílio Vieira
Prefeito

EXTRATO CONTRATUAL 110/2020 FMS

Publicação N° 2543144

EXTRATO CONTRATUAL

Fundo Municipal de Saúde de Navegantes

Contrato N° : 110/2020 FMS

Contratante : Fundo Municipal de Saúde de Navegantes

Contratada : CLINICA URIAS VIDIGAL LTDA - ME

CNPJ : 04.498.466/0001-10

Proprietário...: ÁTILA LEÃO DE MELLO

Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 17/12/2020.

Licitação : Dispensa Licitação nº 31/2020 FMS.

Valor Total : R\$ 54.000,00

Recursos.... : Dotações: 2. 083.3390.00.00

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ESPECIALIZADA PARA TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA (INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA), EM CARATER EMERGENCIAL DO PACIENTE EDERSON VITTORIA MATHIOLA, A FIM DE DAR CUMPRIMENTO A ÓRDEM JUDICIAL EMANADA ORIGINÁRIAMENTE DOS AUTOS Nº 03000458-25.2016.8.24.0135, QUE TRAMITA NA 1ª VARA CIVIL DE COMARCA DE NAVEGANTES/SC.

Navegantes, 22 de Junho de 2020.

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2020 FMS

Publicação N° 2543141

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2020 FMS

Processo: DL 31/2020 FMS

Órgão: Fundo Municipal de Saúde de Navegantes

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ESPECIALIZADA PARA TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA (INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA), EM CARATER EMERGENCIAL DO PACIENTE EDERSON VITTORIA MATHIOLA, A FIM DE DAR CUMPRIMENTO A ÓRDEM JUDICIAL EMANADA ORIGINÁRIAMENTE DOS AUTOS Nº 03000458-25.2016.8.24.0135, QUE TRAMITA NA 1ª VARA CIVIL DE COMARCA DE NAVEGANTES/SC.

Contratada : CLINICA URIAS VIDIGAL LTDA - ME

CNPJ : 04.498.466/0001-10

Proprietário...: ÁTILA LEÃO DE MELLO

Valor: R\$ 54.000,00

Recursos: Dotações: 2.083.3390.00.00

Fundamento: Art. 24, inciso IV, Lei 8.666/93.

Navegantes, 22 de Junho de 2020

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 85/2020 PMN

Publicação N° 2543149

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Órgão: Prefeitura Municipal de Navegantes

Processo: DL 85/2020 PMN

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ACO-
LHIMENTO DE JEOVÁ CARDOSO A FIM DE DAR CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL EMANADA DOS AUTOS N° 135.11.002678-4, QUE
TRAMITA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NAVEGANTES /SC.

Contratada : LAR PEQUENO ACONCHEGO EIRELI - EPP

CNPJ : 01.565.814/0001-36

Proprietário...: Luis Alberto Ballin

Valor: R\$ 27.137,76

Recursos: Dotações: 2.039.3390.00.00

Fundamento: Art. 24, inciso IV, Lei 8.666/93.

Navegantes, 10 de Junho de 2020

PORTARIA 2509/2020 - COMISSÃO AVALIAÇÃO IMÓVEIS

Publicação N° 2543781

PORTARIA N° 2509 DE 25 DE JUNHO DE 2020

INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS E REVOGA A PORTARIA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 75, II

RESOLVE:

Art. 1º. INSTITUIR a Comissão Permanente Responsável pela Avaliação de Bens Imóveis do Município, cujos integrantes são os seguintes:

Jeferson Presotto – Presidente;

Willian José de Souza – Membro;

Célio de Oliveira – Membro;

Márcio Butzke – Membro;

Waldir Aparecido Lopes Ramos - Membro.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e revoga na íntegra a portaria nº 1587, de 19 de maio de 2017, publicada na Edição nº 2258 do DOM - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina de 22 de maio de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE JUNHO DE 2020.

Emílio Vieira

PREFEITO

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N° 2610 DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2543338

PORTARIA N°2610 DE 26 DE JUNHO DE 2020.

RECONDUZ COMISSÃO PROCESSANTE DA SINDICÂNCIA N°002/2019.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes –

CONSIDERANDO o número expressivos de oitivas ainda a serem realizadas necessárias à apuração da verdade real dos fatos,

RESOLVE:

I -DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim, Gianini Grazieli Francisco e Salete Maria Branchi para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA com vistas a dar continuidade, no prazo de 30 (trinta) dias, aos trabalhos de apuração dos fatos de que trata os Autos nº 002/2019, iniciados pela Comissão designada pela Portaria nº997, de 28 de março de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina nº 2787, de 29 de março de 2019.

II -A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III -Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos em 17 de junho de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

ATA TOMADA DE PREÇO N° 05/2020 NAVEGANTESPREV

Publicação N° 2544360

Aberta a Sessão Pública no dia 29 de junho de 2020, com a presença da licitante cadastrada previamente SulPrev Consultoria e Gestão de Negócios LTDA ME e a Comissão Permanente de Licitação. Após as considerações de praxe foram vistos os documentos do credenciamento e habilitação, estando a licitante devidamente credenciada e habilitada, se enquadrando como ME/EPP. Após foi aberto o envelope da proposta técnica, resultando no atendimento de 450 (quatrocentos e cinquenta) pontos, com atendimento obrigatório e total a todos os quesitos avaliados, e visita técnica trimestral. Após foi aberto o envelope relativo a proposta de preço, verificou-se que a licitante cumpriu com toda a proposta exigida do Edital, alcançando 100 (cem) pontos, estando a licitante classificada em primeiro lugar. Por fim a licitante declina recurso, momento em que se encerra o certame.

Rafael Castro: Presidente
Denise da Silva: Membro
Alessandra Cristina Hoehn: Membro
Sirlei Braz Wegrzynowski Rechetelo: Representante
Thiago Fiori: Representante
Navegantes/SC, 29 de junho de 2020.

HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 07/2020

Publicação N° 2544423

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 07/2020IPP

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Objeto: Dispensa de Licitação para locação de sistema de gerenciamento previdenciário para o Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes.

Contratada: SULPREV CONSULTORIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA.

CNPJ: 11.370.403/0001-49

Valor: R\$ 8.476,92 (oito mil quatrocentos e setenta e seis reais e noventa e dois centavos)

Vigência: 3 meses

Navegantes, 29 de junho de 2020.

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES
Diretora-Presidente

Nova Erechim

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 01/2020 CONVÊNIO COM A COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC, PARA FINS DE DAR SUPORTE À EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E DE INSPEÇÃO DE ORIGEM ANIMAL

Publicação Nº 2544725

CONVÊNIO Nº 01/2020

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC, E DE OUTRO LADO O MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC, PARA FINS DE DAR SUPORTE À EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E DE INSPEÇÃO DE ORIGEM ANIMAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

Aos 26 dias do mês de junho de 2020, a COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC, Empresa Pública Estadual, inscrita no CNPJ sob nº 83.807.586/0001-28, estabelecida na Rodovia Admar Gonzaga, nº 1.588, Itacorubi, Florianópolis/SC, daqui por diante denominada simplesmente CIDASC, neste ato representada por sua Presidente, a Senhora LUCIANE DE CÁSSIA SURDI, brasileira, separada, Médica Veterinária, portadora do RG nº 1126946, inscrita no CPF nº 664.769.849-34, pela Diretora de Defesa Agropecuária, Senhora PRISCILA BELLEZA MACIEL, brasileira, divorciada, médica veterinária, portadora da cédula de identidade nº 3391762-0, CPF nº 030.456.109-60, e pelo Diretor Administrativo e Financeiro, Senhor RODRIGO DA SILVA CONCEIÇÃO, brasileiro, casado, Advogado, inscrito no CPF 004.389.179-95, e o MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Francisco Ferdinando Losina, nº 139, inscrita no C.N.P.J. sob nº 83.021.840/0001-68, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Nedio Antonio Cassol, brasileiro, casado, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, firmam o presente Convênio de Cooperação Técnica amparados pela Lei Municipal nº 1.918/2020 e Decreto nº 15/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O objeto do presente convênio é a conjugação de esforços e cooperação entre a CIDASC e a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM-SC, de agora em diante denominados de PARCEIROS-CONVENIENTES, visando dar suporte à execução das ações de Defesa Sanitária Animal e de Inspeção de Produtos de Origem Animal, no âmbito do Município, sendo que o presente convênio beneficiará a coletividade tendo em vista garantir o controle e a sanidade animal e, conseqüentemente, resguardar a saúde pública, bem como proporcionar aos produtores rurais do município satisfatório acesso aos serviços prestados pela CIDASC.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Execução do Convênio e da Designação do Funcionário

1. A Prefeitura Municipal se compromete a ceder funcionário público municipal, Jeovano Marcelo da Silva, integrante de seu quadro efetivo, com formação em Médico Veterinário, para a CIDASC, a fim de exercer a função de Médico Veterinário, sendo que desempenhará as seguintes atividades: inspeção sanitária no estabelecimento SIE.
2. O funcionário prestará serviço no escritório local da CIDASC de Nova Erechim-SC, sendo que o referido imóvel onde desenvolverá suas atividades será disponibilizado pela CIDASC.
3. A carga horária do servidor será compatível com a dos funcionários da CIDASC, resguardando-se, entretanto, a jornada de trabalho prevista pela Prefeitura Municipal, sendo que o funcionário cumprirá jornada de trabalho de 6 (seis) horas semanais, e desempenhará suas atividades das 07:30 às 11: 30 horas, na quarta-feira.
4. A frequência do servidor cedido será fiscalizada pelo escritório local da CIDASC de Nova Erechim e será mensalmente remetida à Prefeitura.
5. As faltas no serviço deverão ser comunicadas juntamente à frequência do servidor, assim como as ausências, férias, licença-saúde ou qualquer espécie de ocorrência que resulte na irregularidade da frequência à PREFEITURA. O período de férias e licença-saúde ou afastamento por qualquer outro motivo, deverão ser cobertos por um funcionário efetivo aprovado por concurso público municipal ou processo seletivo autorizado por Lei, pertencente ao quadro funcional do Município.
6. As faltas disciplinares, após formalmente constatadas pela CIDASC, serão imediatamente comunicadas à PREFEITURA para as providências cabíveis.
7. O funcionário à disposição da CIDASC, ao final de cada mês, elaborará relatórios das atividades desenvolvidas, os quais serão remetidos à CIDASC e à Prefeitura.
8. É facultada a substituição ou a devolução do servidor.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades dos Parceiros – Convenientes.

1 – Das obrigações da CIDASC:

1.1 Em relação aos servidores cedidos:

- a) Zelar pela observância da jornada de trabalho do servidor a fim de evitar carga horária superior à prevista junto à Prefeitura;
- b) Cumprir rigorosamente o disposto na Cláusula Segunda;
- c) Estar ciente de que a PREFEITURA, após formal comunicação, poderá solicitar a substituição ou o retorno do servidor as suas funções na Prefeitura, com a anuência da CIDASC;
- d) A CIDASC não poderá, sob qualquer pretexto, alterar a designação do servidor para posto de trabalho que não esteja compreendido no Município de Nova Erechim-SC ou conferir atividade ou função diversa da constante neste convênio;
- e) Fiscalizar para que os serviços desenvolvidos pelo servidor cedido estejam de conformidade com o disposto neste convênio;
- f) Comunicar, com antecedência de 20 (vinte) dias, o seu interesse em promover a substituição do servidor cedido.

2 – Das Obrigações da PREFEITURA MUNICIPAL

- a) Estar ciente de que são de sua inteira responsabilidade o pagamento de todas as despesas com remunerações, encargos previdenciários e trabalhistas, bem como quaisquer outros que porventura integrem os salários, os vencimentos dos servidores cedidos.
- b) Encaminhar à CIDASC o ofício, a relação do servidor cedido, com declaração de que o mesmo ingressou no serviço público municipal através de concurso público ou processo seletivo autorizado por Lei, bem como fornecer a Lei Municipal e o Decreto ou Portaria, autorizadores da cessão de funcionário público;
- c) Responsabilizar-se por qualquer ato irregular praticado pelo servidor cedido, independentemente de dolo ou culpa.
- d) Certificar-se de que os servidores cedidos estão cientes de que deverão cumprir todos os regulamentos internos da CIDASC;
- e) Acolher ou justificar, em 20 (vinte) dias, a comunicação da CIDASC para os fins da letra f do parágrafo anterior.

3- Das Obrigações do Funcionário Cedido:

- a) Atender às normas internas e respeitar a hierarquia funcional da CIDASC;
- b) Manter sigilo dos dados referentes ao cadastro pessoal dos produtores e demais dados do PIB-SC.
- c) Elaborar os relatórios mensais dispostos no item 7, da cláusula segunda;

CLÁUSULA QUARTA – Do Controle de Gestão do Convênio

Os convenientes indicam os Senhores João Luiz Goulart Nunes e Marta Helena Mainardi representantes da CIDASC e os Senhores Ademar Jorge Schneider e Marcio Solivo representantes da Prefeitura Municipal, a fim de formar comissão mista para participar de reuniões de controle de gestão e dirimir questões relativas ao presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – Do Repasse de Recursos Financeiros

Não haverá repasse de recursos financeiros

CLÁUSULA SEXTA – Dos Custos

Os encargos de remuneração do servidor cedido correrão por conta da Prefeitura Municipal, conforme item 2, "a" da Cláusula Terceira. As despesas de aperfeiçoamento ou treinamento profissional do servidor cedido, voltados às atividades desempenhadas na CIDASC, ficarão a cargo dessa Companhia.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Renúncia e da Rescisão

O presente convênio se extingue naturalmente pelo decurso natural do prazo de vigência, dependendo seu encerramento unicamente da realização da vistoria para recebimento imediato do patrimônio, com o respectivo preenchimento e assinatura do Termo de Vistoria. Também, poderá o presente convênio ser unilateralmente renunciado motivadamente, por escrito e a qualquer tempo, mediante comunicação prévia de, no mínimo, 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo de comum acordo entre os convenientes, ou rescindido nas seguintes hipóteses:

- a) em caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas, por qualquer dos convenientes, mediante comunicação por escrito do motivo da rescisão;
- b) em caso de avaria, sinistro ou perda de patrimônio posto à disposição, formalizado em Termo de Vistoria, com notificação não atendida a contento;
- c) na hipótese de caso fortuito ou força maior que torne impossível a continuidade do convênio.

CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

O presente convênio terá duração de 60 (sessenta) meses a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 13.303/16.

CLAUSULA NONA – Dos Casos Omissos

Os casos omissos serão solucionados mediante entendimento entre as partes e formalizados em termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Publicidade

A CIDASC arcará com os custos da publicação do Termo de Convênio no Diário Oficial do Estado, que será encaminhado ao Departamento Regional no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado – DOE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Foro

Os PARCEIROS-CONVENIENTES elegem o Foro da Comarca de Florianópolis-SC, com a renúncia de qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos ou questões oriundas do presente convênio.

E, por estarem de acordo, os PARCEIROS-CONVENIENTES, por meio de seus representantes, assinam o presente termo de convênio, em 5 (cinco) vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nominadas.

Nova Erechim, 26 de junho de 2020.

LUCIANE DE CÁSSIA SURDI
Presidente

RODRIGO DA SILVA CONCEIÇÃO
Diretor Administrativo Financeiro

PRISCILA BELLEZA MACIEL
Diretora de Defesa Agropecuária

JOÃO LUIZ GOULART NUNES
Gestor do Departamento Regional

NEDIO ANTONIO CASSOL
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

..... NOME: Fabielli Polli NOME: Marta
Helena Mainardi
CPF: 041.733.189-44 CPF: 670.642.300-97

DECRETO Nº 160/2020 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

Publicação Nº 2544118

DECRETO Nº 160, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a regulamentação da concessão de Progressão por Mérito aos Servidores Públicos Municipais.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 26 da Lei Complementar nº 126 de 20 de março de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a concessão da Progressão por Mérito, aos membros efetivos do Serviço Público Municipal de Nova Erechim.

Art. 2º Para efeitos de concessão da Progressão por Mérito, os Servidores Municipais deverão preencher os seguintes requisitos:

I – Pertencer ao Quadro Efetivo, cujo ingresso na carreira ocorreu mediante Concurso Público;

II – Ter cumprido Estágio Probatório;

III – Bom desempenho no exercício do cargo, com apresentação de certificados de cursos de aperfeiçoamento, de no mínimo 16 (dezesseis) horas, dentro da área de atuação ou afim.

Art. 3º As inscrições serão realizadas mediante o preenchimento de ficha própria, acompanhada de comprovantes de certificados ou declarações de cursos de atualização e aperfeiçoamento na área de atuação ou formação profissional, no período de 29 de junho a 03 de julho, na Secretaria Municipal de lotação.

Parágrafo Único – Somente serão aceitos os comprovantes de cursos não utilizados em progressões anteriores, realizados no período de 01.01.2019 a 31.12.2019.

Art. 4º O benefício da Progressão por Mérito será concedido a partir do mês de maio de 2020 e, de no máximo uma Referência.

Art. 5º Fica prejudicada a Progressão por Mérito do Servidor Municipal, na seguinte situação:

I – Estiver em licença para tratar de assuntos particulares;

II – Somar duas penalidades de advertência;

III – Sofrer pena de suspensão disciplinar;

IV – Completar 03 (três) faltas injustificadas ao serviço;

V – Somar 10 (dez) chegadas atrasadas ao serviço e/ou saídas antecipadas, sem autorização da chefia imediata.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Erechim (SC), em 29 de junho de 2020.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 161/2020 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. VOLNEI MARCOS MAROSTICA PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO.

Publicação Nº 2544720

DECRETO Nº 161, 29 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação do Sr. Volnei Marcos Marostica para ocupar Cargo em Comissão.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 112, de 30 de junho de 2016, combinada com a Lei Complementar nº 025, de 02 de julho de 2001 e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. VOLNEI MARCOS MAROSTICA, para ocupar o Cargo em Comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, provido em Confiança, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo a remuneração fixada no Art. 3º da Lei Complementar nº 112 de 2016.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 29 de junho de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 254/2020 DE 26 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544714

DECRETO Nº 254/2020 DE 26 DE JUNHO DE 2020

“ DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO DACIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.262/2019 de 17 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba Municipal no exercício 2020, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) no Projeto Atividade 2.032 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, na modalidade de Aplicação Direta 3.3.90, na fonte 03.00 Superávit – Recursos Ordinários, conforme programação a seguir:

Órgão: 08 SECRETARIA MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 01 Depto de Agricultura

Função: 20 Agricultura

Sub-Função: 606 Extensão Rural

Programa: 0009 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Projeto/Atividade: 2.032 Manutenção das Atividades da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 03.00 — Superávit - Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1.262/2019 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2019, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 26 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. De Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 255/2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544715

DECRETO Nº 255/2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020.

“EXONERA SERVIDORA EFETIVA, DECLARA VACÂNCIA DE VAGA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar 1.225/2019 de 12 de Março de 2019;

CONSIDERANDO: o pedido de exoneração apresentado pela servidora;

DECRETA:

ART. 1º - Fica exonerada das funções de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a servidora municipal ELIANA CAPITANIO, efetiva, com carga horária de 40 horas semanais, admitida pelo Decreto nº 081/2019.

ART. 2º - Declara a vacância da vaga de Agente Administrativo - 40 horas semanais.

ART. 3º - Autoriza a conversão de Licença Premio em Abono pecuniário.

ART. 4º - Este decreto entra em vigor na de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de Junho de 2020, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 081/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 29 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO S. DOS SANTOS
Secretário de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

ERRATA AO EDITAL 104/2020 PREGÃO 40

Publicação Nº 2544718

ERRATA AO EDITAL 104/2020
PREGÃO 40

A Prefeitura Municipal de NOVA ITABERABA, com sede à Rua José Marocco, 2226, 512, CEP: 89.818-000, inscrita no CNPJ sob o nº 95.990.131/001-70, neste ato representado por seu prefeito municipal – Sr. MARCIANO MAURO PAGLIARINI, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizada Errata ao EDITAL 104/2020, Contratação de Empresa especializada para Higienização Completa de Climatizadores, assim como segue:

- DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10/07/2020, ÀS 13:30 HORAS.

Edital Retificado será disponibilizado a partir de 30/06/2020.

Nova Itaberaba, 29 de junho de 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

Nova Trento

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2543179

Retifica Portaria nº 556/2020

Fica retificada a Portaria nº 556/2020, de 25 de junho de 2020, publicada em 26 de junho de 2020 no DOM/SC – edição nº 3182, página 633, passando a vigorar a Portaria nº 556/2020, devidamente retificada, publicada na data de 30/06/2020, por motivo de equívoco na digitação do nome do servidor.

Nova Trento, 29 de junho de 2020.

Ivana Regina Cadore
Diretora Recursos Humanos

DECRETO 090 2020

Publicação Nº 2543373

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 090/2020

convoca aprovadoS no CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2020, DE 22/06/2020, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º – Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para encaminhar por meio eletrônico (rh@novatrento.sc.gov.br), ao Setor Recursos Humanos, nos dias 29 e 30 de junho e até as 13hs do dia 01 de julho de 2020, evitando o contato presencial, os seguintes documentos (original escaneado):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Cópia da Carteira de Identidade;

III – Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Cópia do Título Eleitoral;

VI – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Cópia da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (Conforme dispõe Lei nº 2.698 de 20 de dezembro de 2018);

X – Cópia Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade, retirada no site: <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>

XIII – Cópia do Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Cópia do Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais da comarca de São João Batista, retirada do site <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar (documentos anexos no Decreto);

XVIII – Cópia e original da folha da abertura de conta do Banco Bradesco.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 29 de junho de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

RAFAEL VISENTAINER ADAMI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO
ANEXO I
(Decreto nº 090/2020)

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Classificação	Nome completo
1º	GEANE CARLA DE SOUSA SILVA
2º	DÉBORA CHRISTOFOLETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO
ANEXO II – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(Decreto nº 090/2020)

Exmo. Senhor
Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, portador (a) do
RG nº _____ e CPF nº _____, Candidato(a) naª posição do Chamamento Público -
Edital nº 007/2020, inscrição nº _____, para o cargo de _____, pela Prefeitura Municipal de Nova Trento,
venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº _____,
publicado no Diário Oficial dos Municípios de 07/04/2020.

Nova Trento, de de 2020.

Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____, brasileiro(a), (estado civil) _____, Servidor(a) Público(a),
portador(a) do CPF nº _____, RG nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____
_____, nº _____, Bairro _____, Município de _____, Estado
_____, DECLARO, para atender as disposições constantes da Resolução TC 16/94, possuir o(s) seguinte(s) bem(ns) móvel(is) e/ou imó-
vel(is):

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Nova Trento, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO
DECLARAÇÃO
PENALIDADES DISCIPLINARES

Eu, _____, brasileiro(a), (estado civil) _____, portador(a) do CPF
nº _____, RG nº _____, DECLARO para todos os efeitos legais, Não Haver Sofrido ou
Estar Cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidades disciplinares, devido a dispensa em processo seletivo
anterior nos últimos 3 (três) anos, por abandono ao serviço sem justificativa, aplicada por qualquer Órgão Público ou Entidade da esfera
Federal, Estadual ou Municipal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Nova Trento, ____ de ____ de ____.

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____, portador do RG nº _____ expedido em _____ pelo _____, inscrito no CPF de nº _____ DECLARO para os devidos fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei 7.115/83), que sou residente e domiciliado na _____, bairro _____ CEP _____, no município de _____, conforme cópia de comprovante anexo.

Declaro ainda, estar ciente de que declaração falsa pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, in verbis:

“Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.”

Nova Trento-SC, ____ de ____ de ____.

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO LEGAL DE CARGO

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____ declaro estar exercendo o cargo de _____ junto a Instituição _____, com carga horária de _____ horas semanais, no período _____, na condição de _____, estando enquadrado na forma prevista no art. 37, XVI, da Constituição Federal de 1988.

Por ser verdade, firmo a presente, sujeitando-me às penas da Lei.

Nova Trento, ____ de ____ de ____.

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGO

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____ declaro que não ocupo qualquer outro cargo, emprego, função ou presto serviço em órgão da administração direta ou indireta do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, ou que dos mesmos esteja afastado por motivo de licença remunerada, não exercendo qualquer atividade que caracterize acumulação na forma da Lei, ou ainda, incompatibilidade de horários com o cargo que exercerei.

Também declaro que não estou enquadrado em nenhuma das hipóteses previstas no art. 37, XVI, da Constituição Federal de 1988, ciente de que a proibição de acumular estende-se a empregos e funções que abrange Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, suas subsidiárias e Sociedades Controladas, direta e indiretamente, pelo poder público.

Por ser verdade, firmo a presente, sujeitando-me às penas da Lei.

Nova Trento, ____ de ____ de ____.

Assinatura do Declarante

PORTARIA Nº 556/2020

Publicação Nº 2543172

PORTARIA Nº 556/2020

Aquisição de Estabilidade

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o artigo 31 da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto do Servidor Público do Município de Nova Trento), alterado pela Lei nº 2.584/2015,

RESOLVE:

Fica reconhecida a aquisição da estabilidade, na forma do Processo de Avaliação Executado, ao (a) servidor (a) em Estágio Probatório, GREICE MARIA CAMPREGHER JAHN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, matrícula 7416, com efeitos a partir de 25 de março de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de junho de 2020.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC.

Isabel Cristina Cipriani Tell
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 557/2020 "F"

Publicação Nº 2543470

PORTARIA nº 823, de 17 de Setembro de 2014.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS e pelo Estado de Santa Catarina, nos assentos funcionais do servidor Sérgio Roberto Badinelli, detentor da matrícula nº 120 e do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º - Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor Sérgio Roberto Badinelli, detentor da matrícula nº 120 e do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20021020.1.00072/14-5, na sua integralidade para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de Setembro de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 567/2020

Publicação Nº 2543691

PORTARIA Nº 567/2020

Prorroga Admissão em Caráter Temporário

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, de acordo com a Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e artigo 19 do Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 460/2020 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 006/2020, de 28/04/2020, convocada conforme Decreto nº 069/2020, PATRICIA ALVES FERREIRA, matrícula nº 8379, para exercer o cargo de Enfermeiro, com 40(quarenta) horas semanais, atuante na Unidade de Saúde Básica Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 12 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de junho de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2020

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.110-08, RG nº 3.355.628, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 599, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e artigo 19 do Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19) e a Senhora PATRICIA ALVES FERREIRA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Independência, nº 349, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento/SC, portadora do CPF nº 042.246.891-62, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Unidade de Saúde Básica Aguti, Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo de Contrato é firmado a contar de 12 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19)).

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 29 de junho de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Des. Comunitário

Patricia Alves Ferreira
Contratada

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Francieli Sabrina Andrietti
Assistente Administrativo/Asses. Adm.
CPF: 076.577.989-17

Rafael Diego Mathias
Assistente Administrativo/Asses. Adm.
CPF: 040.788.629-00

PORTARIA Nº 568/2020

Publicação Nº 2543702

PORTARIA Nº 568/2020

Prorroga Admissão em Caráter Temporário

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, de acordo com a Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e artigo 19 do Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19)),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 226/2020 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 06/2019, de 01 de novembro de 2019, homologado em 17/01/2020, convocada conforme Decreto nº 007/2020, TANIA LUCIA SANTA CRUZ TEODORO, matrícula nº 8279, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40(quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19)).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de junho de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 055/2020

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.110-08, RG nº 3.355.628, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 599, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e artigo 19 do Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19) a Senhora TANIA LUCIA SANTA CRUZ TEODORO, brasileira, viúva, residente e domiciliada na Rua São José, nº 902, Bairro Praça, Município de Tijucas/SC, portadora do CPF nº 337.667.201-63, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40(quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.530,00 (hum mil quinhentos e trinta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo de Contrato é firmado a contar de 13 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19).

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 29 de junho de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Des. Comunitário

Tania Lucia Santa Cruz Teodoro
Contratada

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti
Assistente Administrativo/Asses. Adm.
CPF: 076.577.989-71

Rafael Diego Mathias
Assistente Administrativo/Asses. Adm.
CPF: 040.788.629-00

PORTARIA N° 569/2020

Publicação N° 2543707

PORTARIA N° 569/2020

Prorroga Admissão em Caráter Temporário

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, de acordo com a Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e artigo 19 do Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 392/2020 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 004/2020, de 31 de março de 2020, convocada conforme Decreto nº 051/2020, MARIA IZABEL DE SOUSA, matrícula nº 8375, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 16 de julho de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19)).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de junho de 2020.

Adauton Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Rafael Visentainer Adami

Secretário Municipal de Administração e Finanças

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 146/2020

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.110-08, RG nº 3.355.628, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 599, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e artigo 19 do Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19) e a Senhora MARIA IZABEL DE SOUSA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua José Valentim Borgonovo, nº 45, Bairro Centro, Município de Nova Trento/SC, portadora do CPF nº 029.192.519-70, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40(quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.530,00 (hum mil quinhentos e trinta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo de Contrato é firmado a contar de 16 de julho de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19)).

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 29 de junho de 2020.

Adauton Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Des. Comunitário

Maria Izabel de Sousa

Contratada

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti

Assistente Administrativo/Asses. Adm.

CPF: 076.577.989-71

Rafael Diego Mathias

Assistente Administrativo/Asses. Adm.

CPF: 040.788.629-00

PORTARIA Nº 823/2014

Publicação Nº 2543474

PORTARIA nº 823, de 17 de Setembro de 2014.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS e pelo Estado de Santa Catarina, nos assentos funcionais do servidor Sérgio Roberto Badinelli, detentor da matrícula nº 120 e do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º - Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor Sérgio Roberto Badinelli, detentor da matrícula nº 120 e do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20021020.1.00072/14-5, na sua integralidade para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de Setembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 044/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2020

Publicação Nº 2543215

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 044/2020 – Pregão Eletrônico nº 026/2020 – SRP nº 012/2020

Objeto: O objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição parcelada de MATERIAL DE LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E GÁS DE COZINHA, para a Prefeitura de Nova Trento e Secretarias Municipais, exceto Educação, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I, que integra o presente edital.

Disputa em meio eletrônico COM USO DA PLATAFORMA BNC QUE É CREDENCIADA JUNTO A PLATAFORMA MAIS BRASIL. Empresas interessadas deverão cadastrar-se no site <http://bnc.org.br/>

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega das propostas a partir do dia 30/06/2020 até as 08:30 horas do dia 15/07/2020. Início da sessão em MEIO ELETRÔNICO às 09:00 horas do dia 15/07/2020.

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267.3213 e (48) 3267.3211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

PROCESSO Nº 048/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2020

Publicação Nº 2543383

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 048/2020 – Pregão ELETRONICO nº 028/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÕES DE VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO ELETRÔNICO/MAGNÉTICO OU COM CHIP, COM SENHA PESSOAL, PARA RECARGAS MENSAIS, SOLICITADOS CONFORME DEMANDA, DESTINADO AOS SERVIDORES DA PREFEITURA DE NOVA TRENTO, conforme características, especificações e quantidades constantes neste edital. Disputa em meio eletrônico COM USO DA PLATAFORMA BNC QUE É CREDENCIADA JUNTO A PLATAFORMA MAIS BRASIL. Empresas interessadas deverão cadastrar-se no site <http://bnc.org.br/>

Julgamento: Menor Taxa de Administração; Entrega das propostas a partir do dia 30/06/2020 até as 08:30 horas do dia 14/07/2020. Início da sessão em MEIO ELETRONICO as 09:00 horas do dia 14/07/2020.

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267.3213 e (48) 3267.3211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

Nova Veneza

PREFEITURA

RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 105/2020 - PMNV

Publicação Nº 2543260

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA CNPJ: 82.916.826/0001-60 TRAV. OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 105/2020 - PR Processo Administrativo: 105/2020 Processo de Licitação: 105/2020 Data do Processo: 08/06/2020
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Aquisição de pneus para o veículo FORD CARGO do 4º Grupo de Bombeiros Militar de Forquilha.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 29 de Junho de 2020, às 08:38 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 334/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 105/2020, Licitação nº 105/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**Participante: 11231 - LUDA PNEUS LTDA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	PNEU 1000 X 20 RADIAL LISO MISTO 16 LONAS	UND	12,00	firestone	0,0000	1.648,00	19.776,00
2	CAMARA 1000x20	UND	12,00	qbom	0,0000	100,00	1.200,00
3	COLARINHO PARA ARO 20"	UND	12,00	ruzi	0,0000	45,00	540,00
Total do Participante ----->							21.516,00
Total Geral ----->							21.516,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Nova Veneza, 29 de Junho de 2020

COMISSÃO:

Angélica Eyng - - Pregoeiro(a)

Joana Maccarini Torquato - - Membro

Julia Rodrigues Gava - - Membro

Carlos Luciano Savi - - Membro

Ivone Zocche - - Suplente

RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 106/2020 - PMNV

Publicação Nº 2543310

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA CNPJ: 82.916.826/0001-60 TRAV. OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 106/2020 - PR Processo Administrativo: 106/2020 Processo de Licitação: 106/2020 Data do Processo: 08/06/2020
Folha: 1/1	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LIXAÇÃO DO ASSOALHO COM APLICAÇÃO DE SINTECO, NO PISO SUPERIOR DO MUSEU DO IMIGRANTE CONEGO MIGUEL GIACCA, PARA IMPLANTAÇÃO DE RESERVA TÉCNICA DO MUSEU.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 29 de Junho de 2020, às 09:29 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 334/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 106/2020, Licitação nº 106/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:

Participante: 11182 - AFV - PRESTADORA DE SERVICOS ELETRICOS EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	LIXAÇÃO DE ASSOALHO COM APLICAÇÃO DE SINTECO EM PISO DE MADEIRA	M2	100,00	AFV	0,0000	36,00	3.600,00
Total do Participante ----->							3.600,00
Total Geral ----->							3.600,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Nova Veneza, 29 de Junho de 2020

COMISSÃO:

Angélica Eyng - - Pregoeiro(a)
Joana Maccarini Torquato - - Membro
Julia Rodrigues Gava - - Membro
Carlos Luciano Savi - - Membro
Ivone Zocche - - Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ARTUR FURLAN - - Representante

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2.651 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544719

DECRETO Nº 2.651, de 29 de junho de 2020.

Aprova "ad referendum" Plano de Ação para execução de ações socioassistenciais – COVID 19, na forma da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de Abril de 2020, e dá outras providências.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e no disposto no art. 8º da Lei Municipal nº 472 de 20 de junho de 2013 e Resolução CMAS nº 06/2020;

DECRETA:

Art. 1º – Fica aprovado "ad referendum" O Plano de Ação para execução de ações socioassistenciais – COVID 19, na forma da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de Abril de 2020.

Art. 2º Fica o conselho municipal responsável por acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos ora aprovados bem como os ganhos sociais e o desempenho da execução dos serviços.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC
Em 29 de junho de 2020.

VANDERLEI SANAGIOTTO
Prefeito Municipal

Registre-se e AIMAR F. PAVELECINI
Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 027/2020 - ZL 10 ENGENHARIA

Publicação Nº 2544098

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 027/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: ZL 10 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI

Valor : 253.273,28 (duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos)

Vigência : Início: 29.06.2020 Término: 31.12.2020

Recursos : 50.01-079-15.452.0011-2.021.3.390.00.00.00.00-126– Manutenção Planejamento e Serviços Municipais

Objeto: O objeto do presente contrato constitui na prestação de serviços para a RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, LOCALIZADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, CONFORME CONDIÇÕES DESCRITAS NOS PROJETOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS ANEXOS A ESTE EDITAL, COM RECURSOS ADVINDOS DO CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 893423/2019 – OPERAÇÃO 1069150-33 PROGRAMA AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, em regime de execução indireta de empreitada por preço Global, conforme Projetos, memorial descritivo, orçamentos e Cronograma global.

Novo Horizonte/SC, em 29 de junho de 2020 - Vanderlei Sanagiotto – Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 06 CMAS

Publicação Nº 2544132

CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua Bruno Sanagiotto, 68 – Centro – Novo Horizonte – SC
Fone: (49) 3362-0206
E-mail – cras@novohorizonte.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Aprova "ad referendum" Plano de Ação para execução de ações socioassistenciais - COVID 19, na forma da Portaria do Ministério da



Cidadania nº 369, de 29 de Abril de 2020.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Novo Horizonte/SC, em Reunião de Mesa Diretora em 29 de Junho de 2020, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e pela Lei Municipal nº 472, de 20 de Junho de 2013 que dispõe sobre a organização da assistência social no Município e institui o Conselho Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

Art.1º Aprovar "ad referendum" O Plano de Ação para execução de ações socioassistenciais - COVID 19, na forma da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de Abril de 2020.

Art. 2º Fica este conselho municipal responsável por acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos ora aprovados bem como os ganhos sociais e o desempenho da execução dos serviços.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Novo Horizonte (SC), 29 de Junho de 2020.

Ildo Adão da Rosa

Presidente do CMAS de Novo Horizonte/SC

Orleans

PREFEITURA

EDITAL CHAMAMENTO TEMPORÁRIO CONCURSO PÚBLICO 001/2017

Publicação N° 2543800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO TEMPORÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDOR EFETIVO AFASTADO

Pelo presente EDITAL, fica convocada a candidata aprovada no Concurso Público do Edital nº 001/2017, relacionada abaixo, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, Centro, Município de Orleans, no horário das 12:00hs as 18:00hs. O presente chamamento, nos termos do item 17.1.6, do referido Concurso público, destina-se à substituição de servidor efetivo no período em que se encontra afastado de suas funções. O não comparecimento no prazo de 05 dias implicará na desistência da vaga, podendo ser chamado o próximo classificado. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2017, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

SERVIDOR (A)	CARGO	CARGA HORÁRIA
JAIANI SATURNO GESSER	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	40 HS

Orleans, 29 de junho de 2020.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans.

ENCERRAMENTO DO PROCESSO N° 134/2020 PREFEITURA

Publicação N° 2544262

ENCERRAMENTO DE PROCESSO
PROCESSO N° 134/2020
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS N° 38/2020

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET PARA A EEB ORATÓRIO.

MOTIVO: DESERTO. (NÃO HOUVE LICITANTES INTERESSADOS.)

Orleans - SC, 29 de Junho de 2020.

Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/20-FACULDADE

Publicação Nº 2543435

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 1/2020 do PREGÃO Nº 17/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JEFERSON DA SILVEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS SETORES ADMINISTRATIVOS E ACADÊMICOS DA FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA CONSIDERANDO ALGUMAS MUDANÇAS NA INFRA ESTRUTURA DA FMP, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 9.950,00 (nove mil e novecentos e cinquenta reais). DATA: 06/03/2020 A 05/03/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/20-FACULDADE

Publicação Nº 2543442

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 3/2020 do PREGÃO Nº 17/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS SETORES ADMINISTRATIVOS E ACADÊMICOS DA FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA CONSIDERANDO ALGUMAS MUDANÇAS NA INFRA ESTRUTURA DA FMP, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais). DATA: 06/03/2020 A 05/03/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/20-FACULDADE

Publicação Nº 2543437

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 2/2020 do PREGÃO Nº 17/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GRANMEYER MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ES-CRITORIO LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS SETORES ADMINISTRATIVOS E ACADÊMICOS DA FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA CONSIDERANDO ALGUMAS MUDANÇAS NA INFRA ESTRUTURA DA FMP, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 5.268,00 (cinco mil e duzentos e sessenta e oito reais). DATA: 06/03/2020 A 05/03/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/20-ESPORTE

Publicação Nº 2543438

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

ATA Nº 3/2020 do PREGÃO Nº 22/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TRANSPORTES E TURISMO TIO BETO LTDA ME

OBJETO: Transporte de Atletas do Município de Palhoça para competições esportivas no estado de Santa Catarina, realizado com ônibus de 42 lugares, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 62.062,50 (sessenta e dois mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos). DATA: 10/03/2020 A 09/03/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/20-FACULDADE

Publicação Nº 2543447

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 4/2020 do PREGÃO Nº 17/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS SETORES ADMINISTRATIVOS E ACADÊMICOS DA FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA CONSIDERANDO ALGUMAS MUDANÇAS NA INFRA ESTRUTURA DA FMP, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). DATA: 06/03/2020 A 05/03/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/20-A

Publicação Nº 2543449

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA Nº 7/2020 do PREGÃO Nº 20/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PLANETA COMERCIAL LTDA-ME
OBJETO: Aquisição de alimentos para o Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes e para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o ano de 2020, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 99.518,00 (noventa e nove mil e quinhentos e dezoito reais). DATA: 09/03/2020 A 08/03/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/20-E

Publicação Nº 2543532

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 08/2020 do PREGÃO Nº 234/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PLANETA COMERCIAL LTDA-ME. OBJETO: Abertura de processo licitatório para aquisição da quantidade estimada de gêneros alimentícios para atender ao cardápio escolar proposto pelas nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça a todas as unidades de ensino atendidas pelo município de Palhoça. Em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$62.308,50 (sessenta e dois mil, trezentos e oito reais e cinquenta centavos). DATA: 11/02/2020 A 10/11/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/20-E

Publicação Nº 2543535

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 09/2020 do PREGÃO Nº 234/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SAFI COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI. OBJETO: Abertura de processo licitatório para aquisição da quantidade estimada de gêneros alimentícios para atender ao cardápio escolar proposto pelas nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça a todas as unidades de ensino atendidas pelo município de Palhoça. Em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$298.100,00 (duzentos e noventa e oito mil e cem reais). DATA: 11/02/2020 A 10/11/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/20-E

Publicação Nº 2543536

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 10/2020 do PREGÃO Nº 234/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI. OBJETO: Abertura de processo licitatório para aquisição da quantidade estimada de gêneros alimentícios para atender ao cardápio escolar proposto pelas nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça a todas as unidades de ensino atendidas pelo município de Palhoça. Em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$253.540,00 (duzentos e cinquenta e três mil e quinhentos e quarenta reais). DATA: 11/02/2020 A 10/02/2021.

Fornecedor: 3583988 - ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	ACHOCOLATADO EM PÓ SOLÚVEL Características Técnicas: Ingredientes: açúcar, cacau em pó e mistura vitamínica. Embalagem 01kg a 1,05kg. Apresentar rotulagem conforme legislação vigente. Observação: Não deve conter glúten, lactose e corante artificial.	KG	CHOCOTEEN	3000	7,79	23.370,00
7	Alho Triturado sem Sal	POTE	BIDÓIA	6000	5,53	33.180,00
21	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA INTEGRAL Características Técnicas: Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral ou farelo de trigo, açúcar, sal, emulsificante lecitina de soja, fermento químico. Embalagem de no mínimo 400 g.	PCT	MARILAN	12600	4,03	50.778,00
23	BISCOITO SALGADO COM GERGELIM	PCT	ORQUIDEA	10000	3,93	39.300,00
	Características Técnicas: Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gergelim, sal, fermento químico. Embalagem plástica atóxica de dupla proteção, contendo no mínimo 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente. Validade de no mínimo 06 (seis) meses no ato de entrega.					
24	BOLACHA DOCE TIPO MARIA Características Técnicas: Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, fermento químico e aromatizante. Embalagem: plástica, com dupla proteção, contendo no mínimo 370 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.	PCT	ORQUIDEA	10000	3,28	32.800,00
32	BROA DE POLVILHO Características Técnicas: Ingredientes: Amido de milho, polvilho azedo, açúcar, ovos, farinha de milho e fermento químico. Não deve conter glúten e traços de leite. Embalagem: plástica lacrada de 270 g, devendo conter a identificação do fabricante, data de fabricação, validade do produto e tabela com informação nutricional. Rotulagem conforme legislação vigente.	PCT	PAULI	400	4,63	1.852,00
34	CAFÉ PRETO EM PÓ Características Técnicas: café em pó, torrado e moído, de primeira qualidade (top de linha), tipo tradicional, com selo de pureza e qualidade ABIC. Observação: Não deve conter glúten e nem lactose. Embalagem: pacote de poliéster metalizado, de 500 gramas.	PCT	IGUAÇU	7000	7,30	51.100,00

35	COLORAU Características Técnicas: Aspecto de pó fino, cor alaranjada, odor e sabor próprios. Ingredientes: a base de fubá ou farinha de mandioca ou amido de milho, urucum e óleo comestível. Embalagem primária: saco de polietileno atóxico, resistente, termossoldado, pacote com capacidade de 500 g. Observações: Não deve conter glúten, lactose e corante artificial.	PCT	SINHA	3000	2,38	7.140,00
46	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL Características técnicas: tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve ser fabricada a partir de grãos de trigo são e limpa, isentos de matéria terrosa. Observação: não deve conter lactose. Embalagem primária: sacos de polietileno transparente, atóxico, pacotes de 01 kg.	KG	FIDALGA	4000	2,26	9.040,00
79	SAL REFINADO DE MESA IODADO Características Técnicas: Ingredientes: sal refinado iodado. Não deve apresentar sujidade e misturas inadequadas. Umidade máxima de 0,2%. Embalagem primária: Sacos de polietileno transparente, pacotes de 01 kg. Observações: Não deverá conter glúten e nem traços de leite.	KG	ZIZO	6000	0,83	4.980,00
Total Geral dos Itens:						253.540,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/20-E

Publicação Nº 2543538

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 11/2020 do PREGÃO Nº 234/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAYCON WILL EIRELI EPP. OBJETO: Abertura de processo licitatório para aquisição da quantidade estimada de gêneros alimentícios para atender ao cardápio escolar proposto pelas nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça a todas as unidades de ensino atendidas pelo município de Palhoça.. Em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$332.461,50 (trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos). DATA: 11/02/2020 A 10/02/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/20-E

Publicação Nº 2543539

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 12/2020 do PREGÃO Nº 234/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa IMPERATRIZ COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. OBJETO: Abertura de processo licitatório para aquisição da quantidade estimada de gêneros alimentícios para atender ao cardápio escolar proposto pelas nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça a todas as unidades de ensino atendidas pelo município de Palhoça. Em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$800.080,00 (oitocentos mil e oitenta reais). DATA: 11/02/2020 A 10/02/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/20-E

Publicação Nº 2543542

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 13/2020 do PREGÃO Nº 234/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP. OBJETO: Abertura de processo licitatório para aquisição da quantidade estimada de gêneros alimentícios para atender ao cardápio escolar proposto pelas nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça a todas as unidades de ensino atendidas pelo município de Palhoça. Em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$73.712,35 (setenta e três mil, setecentos e doze reais e trinta e cinco centavos). DATA: 11/02/2020 A 10/02/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/20-INFRA

Publicação Nº 2543543

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 14/2020 do PREGÃO Nº 11/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MULTIBAN LOCAÇÃO DE BENS MOVEIS EIRELI. OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de banheiros químicos; containers sanitários e lavatórios moveis para atender a necessidade desse serviço que será utilizado em diversos eventos do município de Palhoça, carnaval; datas comemorativas; festividades culturais e temporada de verão. Em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR R\$512.000,00 (quinhentos e doze mil reais). DATA: 17/02/2020 A 16/02/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/20-ADM

Publicação Nº 2543545

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 15/2020 do PREGÃO Nº 12/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI EPP. OBJETO: Aquisição de aparelhos de ar condicionado para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, demais Secretarias, Fundos e Autarquias. Em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: de R\$26.000,00 (vinte e seis mil reais). DATA: 21/02/2020 A 20/02/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/20-ADM

Publicação Nº 2543547

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 16/2020 do PREGÃO Nº 12/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA. OBJETO: Aquisição de aparelhos de ar condicionado para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, demais Secretarias, Fundos e Autarquias. Em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$163.987,00 (cento e sessenta e três mil e novecentos e oitenta e sete reais). DATA: 21/02/2020 A 20/02/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/20-ADM

Publicação Nº 2543550

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 17/2020 do PREGÃO Nº 12/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS E ELETRONICOS EIRELI. OBJETO: Aquisição de aparelhos de ar condicionado para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, demais Secretarias, Fundos e Autarquias. Em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$73.645,00 (setenta e três mil e seiscentos e quarenta e cinco reais). DATA: 21/02/2020 A 20/02/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/20-SESP

Publicação Nº 2543452

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 18/2020 do PREGÃO Nº 16/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa J M C - JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI EPP.

OBJETO: Aquisição de cimento para utilização em diversos serviços/reformas executados diariamente pela Secretaria de Serviços Públicos - SESP, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 11.950,00 (onze mil e novecentos e cinquenta reais). DATA: 03/03/2020 A 02/03/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/20-E

Publicação Nº 2543454

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 19/2020 do PREGÃO Nº 14/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de pequenos reparos nas Unidades de Ensino, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 720.294,90 (setecentos e vinte mil, duzentos e noventa e quatro reais e noventa centavos). DATA: 03/03/2020 A 02/03/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/20-SESP

Publicação Nº 2543455

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 20/2020 do PREGÃO Nº 19/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI - ME.

OBJETO: Aquisição de serviços executados por máquinas pesadas com operador e combustível para atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos – SESP, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.

VALOR: R\$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais). DATA: 05/03/2020 A 04/03/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/20-INFRA

Publicação Nº 2543457

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 21/2020 do PREGÃO Nº 18/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa INOVA ASFALTOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME

OBJETO: Aquisição de material Massa Asfáltica para aplicação em recuperação de pequenas áreas da manta asfáltica em operações chamadas de tapa buraco em ruas e avenidas do município que necessitam periodicamente de recuperação, devido ao desgaste pela ação das chuvas, pelo volume de tráfego, onde houver necessidade, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.

VALOR: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). DATA: 06/03/2020 A 05/03/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/20-INFRA

Publicação Nº 2543458

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 22/2020 do PREGÃO Nº 24/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em limpeza geral, manutenção e conservação de áreas públicas com utilização de maquinários, e mão de obra necessária para execução dos serviços de roçada e manutenção de parques e praças, do Município de Palhoça/SC, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 117.750,00 (cento e dezessete mil e setecentos e cinquenta reais). DATA: 11/03/2020 A 10/03/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/20-P

Publicação Nº 2543461

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 23/2020 do PREGÃO Nº 26/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RADIAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de ondulações transversais (lombadas) e faixas elevadas para travessia de pedestre, com fornecimento do material e mão de obra, a ser utilizado em diversas ruas deste Município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 666.000,00 (seiscentos e sessenta e seis mil reais). DATA: 13/03/2020 A 12/03/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/20-ADM

Publicação Nº 2543463

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 24/2020 do PREGÃO Nº 21/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TJ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, desinfecção e desincrustação de reservatórios de água de diversos tamanhos, com fornecimento do material e mão de obra, para atender às necessidades do Centro Administrativo Municipal, bem como de seus Fundos, Secretarias e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.
VALOR: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais). DATA: 13/03/2020 A 12/03/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/20-SSP

Publicação Nº 2543472

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 25/2020 do PREGÃO Nº 27/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA - EPP.
OBJETO: Contratação de empresa para serviços gráficos para confecções de talões de multas de trânsito e capa de processos (CADAT, JARI e CONTRAN), em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.
VALOR: R\$ 9.000,00 (nove mil reais). DATA: 17/03/2020 A 16/03/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/20-SSP

Publicação Nº 2543486

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 26/2020 do PREGÃO Nº 27/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME
OBJETO: Contratação de empresa para serviços gráficos para confecções de talões de multas de trânsito e capa de processos (CADAT, JARI e CONTRAN), em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.
VALOR: R\$ 3.890,00 (três mil oitocentos e noventa reais). DATA: 17/03/2020 A 16/03/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/20-SESP

Publicação Nº 2543489

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 28/2020 do PREGÃO Nº 30/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SUIÇA TRANSPORTE LTDA ME
OBJETO: Aquisição do material Bica Corrida para utilização na manutenção periódica de ruas não pavimentadas em diversos locais do município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.
VALOR: R\$ 712.600,00 (setecentos e doze mil e seiscentos reais).
DATA: 19/03/2020 A 18/03/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/20-ADM

Publicação Nº 2543491

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 29/2020 do PREGÃO Nº 36/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ART CARD LTDA EPP

OBJETO: Contratação de empresa para fornecer e realizar a personalização de cartões/crachás de proximidade, visando o controle de acesso as dependências da Prefeitura Municipal de Palhoça, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 56.400,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos reais).DATA: 26/03/2020 A 25/03/2021. Mantêm-se os preços inalterados.

RESULTADO PREGÃO Nº 052/2020

Publicação Nº 2543751

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 052/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais de limpeza e higiene para utilização do Centro Administrativo Municipal, demais Fundos e Autarquias, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

SAFI COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI ficou classificada em 1º lugar nos itens 22, 27, 42, 43, 49, 50, 01, 03, 73, 78, 82, 84 e 85, totalizando R\$358.665,00 (trezentos e cinquenta e oito mil e seiscentos e sessenta e cinco reais);

LPK LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 68 e 70, totalizando R\$1.242,00 (um mil e duzentos e quarenta e dois reais);

BMI PROSPER EIRELI ficou classificada em 1º lugar nos itens 14 e 15, totalizando R\$1.635,00 (um mil e seiscentos e trinta e cinco reais);

MAYCON WILL EIRELI EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 71, 07, 12, 13, 17, 18, 19, 23, 28, 29, 41, 48, 64, 79 e 80, totalizando R\$30.481,60 (trinta mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos);

JUNCKES DISTRIBUIDORA ficou classificada em 1º lugar nos itens 72, 75, 08, 20, 35 e 56, totalizando R\$4.711,50 (quatro mil, setecentos e onze reais e cinquenta centavos);

VOA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI ficou classificada em 1º lugar nos itens 09, 10, 25, 30, 31, 32, 33, 38, 40, 46, 47, 57, 61, 62, 86 e 87, totalizando R\$89.310,40 (oitenta e nove mil, trezentos e dez reais e quarenta centavos);

PSM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 37, 39, totalizando R\$17.710,00 (dezessete mil e setecentos e dez reais);

JONAS SCHUTZ ficou classificada em 1º lugar nos itens 06, 58 e 69, totalizando R\$1.489,10 (um mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e dez centavos);

BRUNO KENITI KOMATSU PAIXÃO ficou classificada em 1º lugar no item 66, totalizando R\$5.456,00 (cinco mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais);

COMERCIAL KS EIRELI ficou classificada em 1º lugar nos itens 05, 24, 26 e 60, totalizando R\$2.791,80 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e oitenta centavos);

CIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI ficou classificada em 1º lugar nos itens 74, 21, 34, 36, 45, 51, 52, 53, 54, 55, 63, 65, 67, 81 e 83, totalizando R\$154.434,50 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).

Palhoça, 16 de junho de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 60/2020**

Publicação Nº 2544248

PORTARIA Nº 60 DE 23 DE JUNHO DE 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve

REVOGAR:

Art. 1º - Fica revogada as Portaria, nº 41 de 15 de abril de 2020, referente a Comissão de Licitação dessa Casa Legislativa.

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de julho de 2020.

JOEL FILIPE GASPAR

Presidente

PORTARIA Nº61/2020

Publicação Nº 2544249

PORTARIA Nº 61 DE 23 DE JUNHO DE 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve

NOMEAR:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Licitação e Pregão, conforme previsto no artigo 16, § 7º da Lei Complementar nº 145 de 2013, com a seguinte composição:

TITULARES:

- DELEON DE SOUSA – Pregoeiro
- IVANETE CLARICE MARTINS - Membro
- RICARDO VIEIRA - Membro

SUPLENTE:

- ELIEZER BUENO DO AMARAL MAFRA
- SONIA WALFRIDE SCHMIDT SALVADOR

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor em 02 de julho de 2020.

JOEL FILIPE GASPAR

Presidente

PORTARIA Nº62/2020

Publicação Nº 2544255

PORTARIA Nº 62 DE 23 de JUNHO DE 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Servidora FERNANDA HAEMING CARVALHO PEREIRA, ocupante de cargo efetivo, de Coordenadora de Licitação.

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor, em 01 de julho de 2020.

JOEL FILIPE GASPAR

Presidente

PORTARIA Nº63/2020

Publicação Nº 2544257

PORTARIA Nº 63 DE 23 de JUNHO DE 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve

NOMEAR:

Art. 1º - Fica nomeada a Servidora ALINE HILLESHEIM, ocupante de cargo efetivo, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora de Licitação.

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor, em 02 de julho de 2020.

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente

PORTARIA Nº64/2020

Publicação Nº 2544261

PORTARIA Nº 64 DE 23 DE JUNHO DE 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

RESOLVE:

Regulamentar escala para gozo de licença prêmio, considerando o direito adquirido dos servidores públicos, respaldado pelo inciso XXXVI do art. 5º da CF/88, o disposto no art. 177, parágrafo único, da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores a que segue:

Art.1º

SERVIDOR	DATA BASE	DATA DO GOZO	DIAS
Cristiane Aparecida da Silva	2012/2017	29-06-2020 a 15-11-2020	140

Art. 2º. – Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente

PORTARIA Nº65/2020

Publicação Nº 2544263

PORTARIA Nº 65 DE 23 DE JUNHO DE 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve

CONCEDER:

Art. 1º - Concede férias para a servidora efetiva deste Poder Legislativo, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA, no período entre 16 de novembro de 2020 a 15 de dezembro de 2020, retornando ao trabalho no dia 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário;

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente

PORTARIA Nº66/2020

Publicação Nº 2544266

PORTARIA Nº 66 DE 23 de JUNHO DE 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve

EXONERA:

Art. 1º - Fica EXONERADA a Servidora MARIA JOSÉ DA SILVA SCHUTZ, ocupante de cargo efetivo, de Coordenadora de Recursos Humanos.

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor, em 01 de julho de 2020.

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente

PORTARIA Nº67/2020

Publicação Nº 2544267

PORTARIA Nº 67 DE 23 de JUNHO DE 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve

NOMEAR:

Art. 1º - Fica nomeada a Servidora MARIANA ALTHOFF DESCHAMPS, ocupante de cargo efetivo, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora de Recursos Humanos.

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor, em 02 de julho de 2020.

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente

PORTARIA Nº68/2020

Publicação Nº 2544269

PORTARIA 68, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Altera a Portaria nº 49/2020, que estabelece novas medidas temporárias de prevenção contra o contágio pelo COVID-19, a serem adotadas no âmbito da Câmara Municipal de Palhoça/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa;

RESOLVE:

Art. 1º O artigo 5º da Portaria nº 49, de 21 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Fica o Vereador totalmente responsável pela forma de trabalho dos servidores lotados em seus Gabinetes, bem como pela designação das formas, horários e turnos de trabalho, ficando, desde já, autorizado pela Presidência da Casa, caso assim queira o Vereador, a opção pelo home office a partir de segunda-feira e até 15 de julho do corrente ano, devendo ser previamente informado ao Setor de Recursos Humanos a forma como os trabalhos irão ocorrer.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições a respeito do assunto se não forem contrárias a presente.

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2020**

Publicação Nº 2543826

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
41/2020. Pregão Presencial 67/2020 - Partes: MUNICÍPIO DE
PALHOÇA e a empresa: **MAYCON WILL EIRELI EPP**.
OBJETO: Aquisição de fórmulas infantis, suplementos
alimentares e fraldas para atendimento de Ações Judiciais
impetradas contra o Município de Palhoça.
DATA: 27/04/2020 a 26/04/2021.

Fornecedor: 3617793 - MAYCON WILL EIRELI EPP					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
7	19779 - Fraldas adulto, tamanho médio, marca Bigfrol plus, pacote com 9 unidades (atender Ação Judicial)	PCT	480,	R\$25,10	R\$12.048,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 42/2020

Publicação N° 2543828

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°
42/2020. Pregão Presencial 67/2020 - Partes: MUNICÍPIO
DE PALHOÇA e a empresa: **SEBMED PRODUTOS PARA A
SAUDE EIRELI**. OBJETO: Aquisição de fórmulas infantis,
suplementos alimentares e fraldas para atendimento de Ações
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.
DATA: 27/04/2020 a 26/04/2021.

Fornecedor: 39582116 - SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE EIRELI					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
1	67773 - Nutren Active, sabor baunilha, lata com 400 gramas.	LATA	40,	R\$37,50	R\$1.500,00
2	75257 - Nutren Active, sabor banana, lata com 400 gramas	LATA	40,	R\$37,50	R\$1.500,00
3	67778 - Mucilon de Milho, lata com 400 gramas.	LATA	40,	R\$10,50	R\$420,00
4	67779 - Mucilon Multicereais, lata com 400 gramas	LATA	35,	R\$10,50	R\$367,50
5	67777 - Mucilon de Arroz, lata com 400 gramas.	LATA	30,	R\$10,50	R\$315,00
6	67776 - Mucilon de Arroz e Aveia, lata com 400 gramas	LATA	28,	R\$10,50	R\$294,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2019

Publicação Nº 2543816

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2019 –
 Pregão Presencial 85/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
 a empresa: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP. -
 OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, perecíveis e menos
 perecíveis, para atendimento dos usuários dos CAPS II, CAPS AD
 e CAPSi e dos servidores da rede municipal de saúde, nas
 capacitações promovidas pelo NEPS.
 DATA: 26/06/2019 à 25/06/2020.

Fornecedor: 3583988 - ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
1	4894 - Açúcar refinado - Amorofo, de primeira qualidade, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado". Embalagem: plástica com até 01 Kg.	KG	150,	R\$2,13	R\$319,50
2	73324 - Café preto em pó, características técnicas: café em pó, torrado, moído, de primeira qualidade (top de linha), tipo tradicional com selo de pureza e qualidade ABIC. Embalagem: pacotes de poliéster metalizado, de 500 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.	PCT	642,64463	R\$6,05	R\$3.888,00
3	73328 - Creme de Leite, embalagem lacrada com rotulagem conforme legislação vigente. Unidade de 200 gramas	UN	52,	R\$2,30	R\$119,60
4	73329 - Doce de leite - doce de leite cremoso, pote de 400 gramas, livre de sujidades, bom sabor, cor e odor característicos. Deverá ser fabricado com matérias-primas são e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas e em perfeito estado de conservação. Sem adição de amido.	POTE	0,	R\$4,00	R\$0,00
5	59239 - Leite condensado, embalagem com aprox. 395 gramas	UN	0,	R\$3,45	R\$0,00
8	70861 - Leite UHT para dietas com restrição de Lactose - Zero Lactose. Ingredientes: Leite semidesnatados, enzima lactase e estabilizantes. Embalagem: 1 litro, cartonada, composta por polietileno, papel branco, papel pardo e alumínio. Com tampa. Rotulagem conforme legislação vigente.	Litro	60,	R\$3,58	R\$214,80
9	73347 - Margarina. Especificação: produto obtido de óleos vegetais líquidos e Inter esterificados, água, sal, leite desnatado, vitamina A e corante urucum. Embalagem: de 500gr, com 65 a 80% de lipídeos. Rotulagem conforme legislação vigente.	UN	80,	R\$4,05	R\$324,00
14	70878 - ABACAXI PÉROLA. Características Técnicas: Tamanho médio: pesando 1000 a 1400 gramas, a unidade. Frutos perfeitos, sadios, maduros, isentos de danos mecânicos, sem pragas ou doenças. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei, de acordo com a resolução no. 12/78 da CNNPA.	UN	52,03038	R\$3,95	R\$205,52
20	70888 - Laranja pera, Rio ou Coroa, Características Técnicas: Grupo I - Classe: 2 a 4 (de 85 a 92 mm) - Tipo: especial, Portaria MA 125 de 15/05/81. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG	680,	R\$2,40	R\$1.632,00
21	73356 - Limão Taiti. Características técnicas: Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG	50,	R\$3,60	R\$180,00
23	70891 - Mamão formosa. Características Técnicas: Tamanho médio - pesando entre 1000 a 1500 gramas a unidade. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG	100,	R\$3,90	R\$390,00
25	73358 - Ovos de galinha. Características técnicas: Ovo de galinha, vermelho, fresco, tipo grande, pesando no mínimo 55g por unidade, conforme Decreto Lei 3748 de 12/07/93, artigo 687. Isento de sujidades, de fungos ou substâncias tóxicas, cor, odor e sabor anormais. Acondicionado em embalagem apropriada e suas condições deverão estar de acordo a RISPOA/MA, resolução CIPOA 005 de 05/07/91. Deve ter Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem primária: Descartável, fechada, com capacidade para 01 dúzia, identificada com rótulo impresso conforme legislação vigente.	DZ	200,	R\$5,40	R\$1.080,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2019

Publicação Nº 2543818

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2019 –
 Pregão Presencial 85/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
 a empresa: SATÉLITE COMERCIAL LTDA ME. - OBJETO:
 Aquisição de gêneros alimentícios, perecíveis e menos perecíveis,
 para atendimento dos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPSi e
 dos servidores da rede municipal de saúde, nas capacitações
 promovidas pelo NEPS.
 DATA: 26/06/2019 à 25/06/2020.

Fornecedor: 4069633 - SATELITE COMERCIAL LTDA - ME					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
6	73334 - Leite de vaca em pó integral instantâneo, apresentação acondicionado em lata de 400 g. A lata deve conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Deverá atender as especificações técnicas da portaria nº 369 de 04/09/1997 do Ministério da agricultura e do Abastecimento e do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de origem animal. Validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega. Conservação em ambiente seco e arejado.	LATA	47,12821	R\$12,48	R\$588,1601
7	73335 - Leite U.A.T. ou U.H.T. Integral. Características técnicas. Leite de vaca integral homogeneizado, submetido ao processo de ultrapasteurização, UAT (Ultra alta temperatura) ou UHT (do inglês Ultra High Temperature) e envasado sob condições assépticas em embalagens esterilizadas e hermeticamente fechadas. embalagem Tetra Pack de 1 litro, devendo conter a identificação do fabricante, data de produção e validade e tabela com informação nutricional conforme legislação vigente.	Litro	1.604,	R\$2,61	R\$4.186,44
10	73348 - Manteiga pura com sal. Embalagem com, no mínimo, 200 gramas, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	UN	80,	R\$6,68	R\$534,40
11	73349 - Nata fresca. Especificação: creme de leite padronizado quanto ao teor de gordura. Produto lácteo relativamente rico em gordura retirada do leite, que apresenta a forma de uma emulsão de gordura em água, homogeneizado ou não, e submetido a processo de pasteurização, mediante tratamento térmico e procedimentos tecnologicamente adequados, suficientes para destruir todos os microrganismos patogênicos. Contém no mínimo 45% de gordura láctea. Embalagem com 300g. Rotulagem conforme legislação vigente.	POTE	16,	R\$6,36	R\$101,76
12	74504 - Requeijão - Ingredientes: leite pasteurizado, creme de leite, sal, fermento lácteo. Acondicionado em vasilhame com tampa que possibilite vedar o produto após a sua abertura. Embalagem de no mínimo 180 gr. Possuir selo SIF.	POTE	15,	R\$4,44	R\$66,60
13	73353 - Alho. Características técnicas: Alho branco, graúdo, novo, de 1º qualidade, sem réstia, acondicionado em embalagem resistente e transparente. Rotulagem conforme legislação vigente	KG	6,	R\$16,10	R\$96,60
15	73354 - Banana branca. Características Técnicas: Categoria 1, classe 16 (16 a 18 cm) de conformidade com a Portaria M.A no. 126 de 15/05/81. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG	240,	R\$3,25	R\$780,00
16	70882 - Cebola de cabeça. Características Técnicas: Classe 4, tipo especial (de 70 a 90mm de diâmetro transversal) pesando entre 100 a 200g a unidade, de acordo com a Portaria M. A no 529 de 18/03/97. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem isologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	35,	R\$2,80	R\$98,00
17	70883 - Cebolinha verde. Características Técnicas: Fresca, de primeira, constituída de folhas verdes, sem traços de descoloração, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas, ausentes de defeitos que alterem a sua conformação e aparência bem como de enfermidades e isentos, sem defeitos graves de origem física ou mecânica oriundos do manuseio e transporte, estar livre de folhas externas sujas de terra e de fertilizantes. Pacotes de 100 gramas.	PCT	80,	R\$2,18	R\$174,40
18	73355 - Cenoura. Características técnicas: Classe média, tipo especial. Devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG	25,	R\$3,00	R\$75,00
22	73357 - Maçã Gala. Características técnicas: Grupo: rajada classe 100, tipo ou categoria 02, conforme a norma 50. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de	KG	292,93529	R\$5,10	R\$1.493,97

	substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.				
24	72995 - Melancia. Características Técnicas: Tamanho médio, pesando entre 9 a 12 Kg a unidade. Frutos perfeitos, são, isentos de danos mecânicos, pragas ou doenças, maturação no ponto apropriado para o consumo. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isentos de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG	120,	R\$1,85	R\$222,00
26	71043 - SALSA - Características Técnicas: Fresca, de primeira, constituída de folhas verdes, sem traços de descoloração, turgescendo, intactas, firmes e bem desenvolvidas, ausentes de defeitos que alterem a sua conformação e aparência bem como de enfermidades e isentos, sem defeitos graves de origem física ou mecânica oriundos do manuseio e transporte, estar livre de folhas externas sujas de terra e de fertilizantes. Pacotes de 100 gramas.	PCT	80,	R\$2,44	R\$195,20
27	73359 - Tangerina, mexerica, bergamota ou vergamota. Características técnicas: Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG	350,	R\$4,21	R\$1.473,50
28	70894 - TOMATE Características Técnicas: Grupo Oblongo ou redondo, subgrupo rosado, classe: médio ou grande, de 50 a 60mm de diâmetro transversal do fruto, tipo especial, pesando de 100 a 200g a unidade, de conformidade com a portaria M.A no 533 de 30/08/95. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade e estar em perfeitas condições de conservação e maturação, livre de umidade externa anormal. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG	34,	R\$4,76	R\$161,84

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2020

Publicação Nº 2543612

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
91/2020. Pregão Presencial 106/2020 - Partes: MUNICÍPIO
DE PALHOÇA e a empresa: CRISTÁLIA PRODUTOS
QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição
de medicamentos para distribuição nas Farmácias Básicas
Municipais e para uso nos atendimentos das Unidades da rede
Municipal de Saúde.
DATA: 29/06/2020 a 28/06/2021.

Nome da Empresa: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA				CNPJ: 44.734.671/0001-51	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Heparina sódica 5000UI/0,25ml - subcutânea.					
11	30000,00	AMP	CRISTÁLIA HEMOFOL	R\$4,2800	R\$128.400,0000
Valor Total(cento e vinte e oito mil e quatrocentos reais)					R\$128.400,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2020

Publicação Nº 2543614

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
92/2020. Pregão Presencial 106/2020 - Partes: MUNICÍPIO
DE PALHOÇA e a empresa: ALTERMED MATERIAL
MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de
medicamentos para distribuição nas Farmácias Básicas
Municipais e para uso nos atendimentos das Unidades da rede
Municipal de Saúde.
DATA: 29/06/2020 a 28/06/2021.

Nome da Empresa: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA				CNPJ: 00.802.002/0001-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Butilbrometo de escopolamina+dipirona sódica 5ml, injetável					
3	60000,00	AMP	HYPOFARMA Hypocina (4+500mg/ml)	R\$2,0470	R\$122.820,0000
Especificação: Digoxina 0,25 mg					
7	80000,00	COMP	PHARLAB PHARLAB (GENÉRICO)	R\$0,0800	R\$6.400,0000
Especificação: Etinilestradiol 0,035mg + Acetato de Ciproterona 2mg, cartela com 21 drgs					
9	20000,00	CART	MELCON MELCON (GENÉRICO)	R\$3,6900	R\$73.800,0000
Especificação: Metoclopramida cloridrato,4mg/ml, solução oral, frasco com 10mL					
13	12000,00	FRS	MEDQUIMICA Medquimica	R\$1,5440	R\$18.528,0000
Valor Total (duzentos e vinte e um mil e quinhentos e quarenta e oito reais)					R\$221.548,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2020

Publicação Nº 2543616

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
93/2020. Pregão Presencial 106/2020 - Partes: MUNICÍPIO
DE PALHOÇA e a empresa: **SOMA/SC PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA**. OBJETO: Aquisição de medicamentos
para distribuição nas Farmácias Básicas Municipais e para uso
nos atendimentos das Unidades da rede Municipal de Saúde.
DATA: 29/06/2020 a 28/06/2021.

Nome da Empresa: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 05.531.725/0001-20	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ivermectina 6mg					
12	30000,00	COMP	VITAMEDIC GENERICO - REG. 1039201670039	R\$0,5600	R\$16.800,0000
Valor Total(dezesseis mil e oitocentos reais)					R\$16.800,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2020

Publicação Nº 2543617

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
94/2020. Pregão Presencial 106/2020 - Partes: MUNICÍPIO
DE PALHOÇA e a empresa: **ATONS DO BRASIL
DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**
OBJETO: Aquisição de medicamentos para distribuição nas
Farmácias Básicas Municipais e para uso nos atendimentos das
Unidades da rede Municipal de Saúde.
DATA: 29/06/2020 a 28/06/2021.

Nome da Empresa: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 09.192.829/0001-08	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Carvedilol 25 mg					
4	600000,00	COMP	CARVEDILOL / E M S CAIXA COM 30 CPR	R\$0,1600	R\$96.000,0000
Especificação: Carvedilol 6,25 mg					
5	600000,00	COMP	CARVEDILOL / E M S CAIXA COM 30 CPR	R\$0,0950	R\$57.000,0000
Valor Total (cento e cinquenta e três mil reais)					R\$153.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2020

Publicação Nº 2543620

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
 95/2020. Pregão Presencial 109/2020 - Partes: MUNICÍPIO
 DE PALHOÇA e a empresa: **DIAGNÓSTICA CATARINENSE
 COMÉRCIO DE PRODUTOS LABOR.** OBJETO: Aquisição de
 materiais de consumo laboratoriais para atender a demanda do
 Laboratório Municipal de Palhoça (LAMUPh) e o setor de
 Tuberculose do CEAP.
 DATA: 29/06/2020 a 28/06/2021.

Nome da Empresa: DIAGNÓSTICA CATARINENSE COMÉRCIO DE PRODUTOS LABOR				CNPJ: 14.248.265/0001-18	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Adaptador em plástico rígido, transparente, não estéril, para agulha múltipla de coleta sangue a vácuo e tubos de 13mm e 16mm. Possuir flange e marca guia. Registro no Ministério da Saúde.					
1	200,00	Unid	VACUPLAST VACUPLAST	R\$0,7500	R\$150,0000
Especificação: Agulha para coleta à vácuo 22G, 0,7x25 mm, estéril.					
2	20000,00	UN	VACUPLAST VACUPLAST	R\$0,3000	R\$6.000,0000
Especificação: ÁLCOOL ISOPROPÍLICO, FRASCO 1 LITRO.					
3	2,00	FRS	QUIMIDROL Quimidrol	R\$37,5000	R\$75,0000
Especificação: Aspirador para pipetas de até 02 ml em polipropileno					
4	2,00	UN	CRAL CRAL	R\$17,8000	R\$35,6000
Especificação: Coletor de urina infantil (unissex), estéril, pacote com 10 unidades.					
5	200,00	PCT	MEDICPLASTIC MEDICPLASTIC	R\$4,0000	R\$800,0000
Especificação: Conservante Parasitológico - MIF - Frasco com 1L					
6	8,00	FRS	RENYLAB RENYLAB	R\$23,1000	R\$184,8000
Especificação: Corante May Grunwald, frasco com 1.000 ml.					
10	15,00	FRS	NEWPROV NEWPROV	R\$30,0000	R\$450,0000
Especificação: Imuno-Latex Aslo/ASO - Kit para pesquisa antiestreptolisina, contém no Kit: Suspensão de látex revestidas com estreptolisina "O". Soro controle positivo e negativo. Vareta plástica. Placa de reação e instrução para uso, 2,5 ml de látex..					
12	10,00	KIT	ANALISA ANALISA	R\$63,0000	R\$630,0000
Especificação: Imuno-Latex FR - Kit para pesquisa de fator reumatóide, contém no Kit: Suspensão de látex revestidas com IgG humana. Soro controle positivo e negativo. Vareta plástica. Placa de reação e instrução para uso, 2,5 ml de látex.					
13	10,00	KIT	ANALISA ANALISA	R\$49,1600	R\$491,6000
Especificação: Imuno-Latex PCR - Kit para pesquisa de PCR (Proteína C Reativa), contém no Kit: Suspensão de látex revestidas com anticorpo monoclonal anti-PCR. Soro controle positivo e negativo. Vareta plástica. Placa de reação e instrução para uso, 2,5 ml de látex.					
14	20,00	KIT	ANALISA ANALISA	R\$52,0000	R\$1.040,0000
Especificação: Kit para detecção de hemoglobina nas fezes, por método imunocromatográfico, apresentação caixa com no mínimo 20 unidades					
15	70,00	CX	WAMA WAMA	R\$63,5100	R\$4.445,7000
Especificação: Micropipeta de volume ajustável de 100 ul a 1000 ul com dispensador de ponteiros.					
19	5,00	UN	PEGUEPET PEGUEPET	R\$170,6000	R\$853,0000
Especificação: Micropipeta de volume ajustável de 20 ul a 200 ul com dispensador de ponteiros.					
20	8,00	UN	PEGUEPET PEGUEPET	R\$173,1000	R\$1.384,8000
Especificação: Microtubo tipo Eppendorf de plástico 0,5 mL.					
21	1000,00	UN	KASVI KASVI	R\$0,0300	R\$30,0000
Especificação: Microtubo tipo Eppendorf de plástico 1,5 mL.					
22	1000,00	UN	KASVI KASVI	R\$0,0300	R\$30,0000
Especificação: Panótico rápido completo, Kit 3 x 500 ml.					
24	10,00	KIT	NEWPROV NEWPROV	R\$28,0000	R\$280,0000
Especificação: Peneira para filtragem de fezes (Parasitofiltro), descartável, tecido filtrante, com aro plástico, pacote c/ 100 unidades.					
25	30,00	PCT	DESKARPLAS DESKARPLAS	R\$67,4000	R\$2.022,0000
Especificação: Ponteiros para micropipeta - até 1000 ul. Pacote com 1.000 unid.					
27	10,00	PCT	CRAL CRAL	R\$33,6000	R\$336,0000
Especificação: Ponteiros para micropipeta - até 200 ul. Pacote com 1.000 unid.					
28	20,00	PCT	CRAL CRAL	R\$12,9000	R\$258,0000
Especificação: Soro Anti Ig-G humana (soro de Coombs) - frasco com 10 mL					
32	8,00	FRS	PROTHEMO PROTHEMO	R\$22,3400	R\$178,7200
Especificação: Soro para tipagem sanguínea anti A com 10ml					
33	8,00	FRS	PROTHEMO PROTHEMO	R\$16,7900	R\$134,3200
Especificação: Soro para tipagem sanguínea anti B com 10ml					
34	7,00	FRS	PROTHEMO PROTHEMO	R\$16,7900	R\$117,5300

Especificação: Soro para tipagem sanguínea anti D (rh) com 10ml					
35	8,00	FRS	PROTHEMO PROTHEMO	R\$32,0000	R\$256,0000
Especificação: Tubo cônico para centrífuga de vidro transparente, graduado, 12 mL.					
38	200,00	UN	PLENA PLENA	R\$3,9900	R\$798,0000
Especificação: Tubo de coleta a vácuo com Citrato de Sódio, aspiração 4ml. Caixa com 100 unidades.					
39	80,00	CX	VACUPLAST VACUPLAST	R\$49,4000	R\$3.952,0000
Valor Total (vinte e quatro mil, novecentos e trinta e três reais e sete centavos)					R\$24.933,07

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2019

Publicação Nº 2543622

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
96/2020. Pregão Presencial 109/2020 - Partes: MUNICÍPIO
DE PALHOÇA e a empresa: **ACL ASSISTENCIA E COMÉRCIO
DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA EPP**. OBJETO:
Aquisição de materiais de consumo laboratoriais para atender a
demanda do Laboratório Municipal de Palhoça (LAMUPh) e o
setor de Tuberculose do CEAP.
DATA: 29/06/2020 a 28/06/2021.

Nome da Empresa: ACL ASSISTENCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA EPP				CNPJ: 22.627.453/0001-85	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Laminulas para microscopia 18x18, caixa com 100 un.					
17	30,00	CX	PRECISION LAMINULAS 18X18	R\$2,6000	R\$78,0000
Especificação: Tubo de ensaio de vidro 15 x 100 mm, sem tampa, com ou sem orla					
44	100,00	UN	PRECISION TUBO 15X100 VIDRO SEM TAMPA E ORLA	R\$0,2200	R\$22,0000
Valor Total (cem reais)					R\$100,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2019

Publicação Nº 2543623

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
 97/2020. Pregão Presencial 109/2020 - Partes: MUNICÍPIO
 DE PALHOÇA e a empresa: **DISTRILAB DISTRIBUIDORA DE
 EQUIPAMENTOS E INSUMOS LABORATORIAIS EIRELI.**
 OBJETO: Aquisição de materiais de consumo laboratoriais
 para atender a demanda do Laboratório Municipal de Palhoça
 (LAMUPh) e o setor de Tuberculose do CEAP.
 DATA: 29/06/2020 a 28/06/2021.

Nome da Empresa: DISTRILAB DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS LABORATORIAIS EIRELI				CNPJ: 27.914.706/0001-15	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Copo universal para fezes, com capacidade mínima 50 mL, tampa de rosca, com pазinha, não estéril, pacote com 100 unidades.					
7	50,00	PCT	FIRSTLAB FL1-0250	R\$23,6900	R\$1.184,5000
Especificação: Copo universal para urina, com capacidade mínima 50 mL, graduado, transparente, tampa de rosca, , não estéril, pacote com 100 unidades.					
8	100,00	PCT	FIRSTLAB FL1-0350	R\$20,9000	R\$2.090,0000
Especificação: Corante giemsa para coloração de lâminas de hemograma, frs. com 1.000 ml.					
9	10,00	FRS	LABORCLIN 621221	R\$49,1100	R\$491,1000
Especificação: Lâmina de vidro comum com parte fosca, caixa com 50 un.					
16	100,00	CX	FIRSTLAB FL6-7105-1	R\$4,7800	R\$478,0000
Especificação: Lugol forte parasitológico 2%. Frasco com 500 mL					
18	7,00	FRS	LABORCLIN 550240	R\$38,5300	R\$269,7100
Especificação: Óleo de imersão para microscópio, frs. c/ 100ml					
23	6,00	FRS	LABORCLIN 570662	R\$15,0000	R\$90,0000
Especificação: Pipeta Pasteur 3 ml, graduada, descartável, caixa com 500 unid.					
26	15,00	CX	FIRSTLAB FL7-3NS	R\$34,0000	R\$510,0000
Especificação: RPR BRAS estabilizado para VDRL 675 testes, 6x2,5ml, com controle positivo e negativo.					
29	20,00	KIT	LABORCLIN 550240	R\$92,4500	R\$1.849,0000
Especificação: Scalp nº 21, para coleta à vácuo, tubo 7" caixa com 50 unidades					
30	1000,00	CX	FIRSTLAB FL5-E21G	R\$25,4000	R\$25.400,0000
Especificação: Scalp nº 23, para coleta à vácuo, tubo 7" caixa com 50 unidades					
31	1800,00	CX	FIRSTLAB FL5-E23G	R\$26,3800	R\$47.484,0000
Especificação: Tira reagentes de detecção qualitativa de Gonadotrofina Coriônica Humana B (B-hCG) em amostras de urina ou soro humano, indicado para o diagnóstico precoce da gravidez, sensibilidade 25 mUI/mL, testes selados individualmente em bolsa de alumínio com dessecante, com 100 testes.					
37	100,00	CX	BIOCON	R\$57,0000	R\$5.700,0000
Especificação: Tubo de coleta a vácuo com gel separador e ativador de coágulo, aspiração de 4,5 mL a 5 mL. Caixa c/ 100 unidades.					
40	400,00	CX	FIRSTLAB FL5-305M	R\$60,4200	R\$24.168,0000
Especificação: Tubo de coleta a vácuo com gel separador e ativador de coágulo, aspiração de 3,5 mL. Caixa c/ 100 unidades.					
41	400,00	CX	FIRSTLAB FL5-335S	R\$54,4100	R\$21.764,0000
Especificação: Tubo de coleta a vácuo EDTA K3, plástico, aspiração de 2 mL. Caixa c/ 100 unidades.					
42	350,00	CX	FIRSTLAB FL5-1302S	R\$38,3900	R\$13.436,5000
Especificação: Tubo de coleta a vácuo EDTA K3, aspiração de 4,0 a 5,0 mL. Caixa com 100 unidades.					
43	650,00	CX	FIRSTLAB FL5-1304S	R\$39,9000	R\$25.935,0000
Especificação: Curativo pós coleta adesivo, antisséptico hipoalergênico. Caixa com 500 unidades.					
45	100,00	CX	FIRSTLAB FL5-001	R\$11,5000	R\$1.150,0000
Valor Total (cento e setenta e um mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e um centavos)					R\$171.999,81

EXTRATO DE CONTRATO N° 63/2020

Publicação N° 2544584

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

CONTRATO N.º 63/2020, PROCESSO LICITATÓRIO N° 07/2020 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica São Lucas Imagem LTDA, CNPJ: 28.644.270/0001-54. OBJETO: – O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico por Ressonância Magnética aos pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela com os valores dos procedimentos.

Valor do contrato: R\$ 1.572.000,00 (um milhão, quinhentos e setenta e dois mil reais).

Vigência: Este contrato terá vigência de 18/06/2020 a 17/06/2021, podendo ser prorrogado.

DATA: 18/06/2020.

EXTRATO DE CONTRATO N° 64/2020

Publicação N° 2544585

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

CONTRATO N.º 64/2020, PROCESSO LICITATÓRIO N° 07/2020 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica Digem Diagnóstico Médico por Imagem LTDA, CNPJ: 86.708.609/0001-35. OBJETO: – O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico por Ressonância Magnética aos pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela com os valores dos procedimentos.

Valor do contrato: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Vigência: Este contrato terá vigência de 18/06/2020 a 17/06/2021, podendo ser prorrogado.

DATA: 18/06/2020.

Palma Sola

PREFEITURA

PORTARIA 356/2020

Publicação Nº 2544141

Portaria 356/2020, de 22 de junho de 2020.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Glaucia Fabiane Bregalda, portadora do CPF 031.317.379-64 e RG 52.662.169-2 SSP SP, Técnico em Enfermagem, Nível ATNM-2A, referentes ao período aquisitivo de 15/04/2018 à 14/04/2019 que serão usufruídas de 22/06/2020 à 21/07/2020

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 22 de Junho de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 357/2020

Publicação Nº 2544144

Portaria 357/2020, de 22 de junho de 2020.

Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Efetivo Vanderlei Luiz Binsfeld, portador do CPF 023.165.209-79 e RG 13/C 3.400.504 SSP SC, Agente de Defesa Civil, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2018 à 01/02/2019, que serão usufruídas de 08/06/2020 à 07/07/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 058/06/2020

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 22 de junho de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

Palmeira

PREFEITURA

PL_31_TP_08_2020_PAVIMENTAÇÃO AV. ALEXANDRE MURARA

Publicação Nº 2544069

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA
CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO/
TOMADA DE PREÇO Nº 08/2020

O município de PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº. 01.610.566/0001-06, com sede a Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro, em Palmeira/SC, representada por sua Prefeita Municipal, Sra. FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA e por meio da Comissão Permanente de Licitações, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO que tem por objeto a Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação da Av. Alexandre Murara, com fornecimento de material, equipamentos e mão de obra, conforme planilhas Orçamentárias; Cronograma Físico - Financeiro; e Projeto em anexo. A entrega dos envelopes "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA" será feito a partir das 13h20min do dia 16.07.2020. Abertura da sessão será às 13h40min do mesmo dia. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei Federal n.º 8.666/93. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez reais), em nome da Prefeitura Municipal de Palmeira, conta corrente nº 75-7, agência 3082, op. 006 do Banco CEF, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br>. Palmeira, 26 de junho de 2020. VIVIANE LOPES GODOY – Presidente da Comissão.

PL_32_PE_01_2020_AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO CRECHE

Publicação Nº 2544658

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA
CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO/ PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº. 01.610.566/0001-06, com sede a Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro, em Palmeira/SC, representada pela Prefeita Municipal a Sra. FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, por meio da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para Aquisição de mobiliário e equipamentos para o Centro de Educação Infantil Laura de Souza Rafaelli conforme determina o Termo de Compromisso PAR nº 201401597. Sessão de disputa ocorrerá no dia 14/07/2020. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Meio de utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, no endereço eletrônico: www.bll.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO. A pasta técnica, com o inteiro teor do Edital, poderá ser examinada no endereço supramencionado a partir do dia 29 de junho de 2020, nos endereços eletrônicos: <http://www.bll.org.br> e <http://www.palmeira.sc.gov.br>. Palmeira, 26 de junho de 2020. VIVIANE LOPES GODOY – Pregoeira

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 66/2020

Publicação N° 2544111

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 66/2020. Modalidade: Tomada de Preço 08/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA EM ENGENHARIA CIVIL OU ARQUITETURA E URBANISMO. Data da entrega dos envelopes: 16/07/2020 até as 08:30 horas. Data da abertura: 16/07/2020 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 29 de Junho de 2020. Mario Alceu Peiter – Prefeito Municipal E. E..

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0020/2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544631

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

PORTARIA Nº 0020/2020

"HOMOLOGA CERTIFICADOS DOS CURSOS DE ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES EFETIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA"

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas no artigo 27, inciso III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, bem como nos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução n.º 001/2008, de 27 de junho de 2008, e no Edital de Chamamento nº 001/2020 de 21 de maio de 2020,,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam homologados os Certificados dos Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento da Servidora Pública da Câmara Municipal de Papanduva, a Senhora SANDRA MARIA DE MORAES, matrícula sob n.º 121, correspondente ao período de julho/2017 a junho/2020, com a respectiva comprovação da carga horária mínima exigida na Resolução n.º 001/2008.

Art. 2º - Ao(a) servidor(a) mencionado(a) no art. 1º, fica concedida gratificação de 2% sobre o seu vencimento, correspondente à realização de Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento no período de julho/2017 a junho/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e a gratificação será concedida a partir da competência 07/2020.

Câmara Municipal de Papanduva em, 29 de junho de 2020

Esta Portaria foi registrada eletronicamente na

Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e

publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina.

Ernildo Selinke

Presidente

Altamir Glonek Nilson Pereira

1º Secretário 2º Secretário

PORTARIA Nº 0021/2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544632

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

PORTARIA Nº 0021/2020

"HOMOLOGA CERTIFICADOS DOS CURSOS DE ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES EFETIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA"

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas no artigo 27, inciso III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, bem como nos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução n.º 001/2008, de 27 de junho de 2008, e no Edital de Chamamento nº 001/2020 de 21 de maio de 2020,,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam homologados os Certificados dos Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento da Servidora Pública da Câmara Municipal de Papanduva, a Senhora NOELI CRISTINA DA SILVA, matrícula sob n.º 134, correspondente ao período de julho/2017 a junho/2020, com a respectiva comprovação da carga horária mínima exigida na Resolução n.º 001/2008.

Art. 2º - Ao(a) servidor(a) mencionado(a) no art. 1º, fica concedida gratificação de 2% sobre o seu vencimento, correspondente à realização de Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento no período de julho/2017 a junho/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e a gratificação será concedida a partir da competência 07/2020.

Câmara Municipal de Papanduva em, 29 de junho de 2020

Esta Portaria foi registrada eletronicamente na

Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e

publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina.

Ernildo Selinke

Presidente

Altamir Glonek Nilson Pereira

1º Secretário 2º Secretário

PORTARIA Nº 0022/2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544633

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

PORTARIA Nº 0022/2020

"HOMOLOGA CERTIFICADOS DOS CURSOS DE ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES EFETIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA"

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas no artigo 27, inciso III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, bem como nos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução n.º 001/2008, de 27 de junho de 2008, e no Edital de Chamamento nº 001/2020 de 21 de maio de 2020,,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam homologados os Certificados dos Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento da Servidora Pública da Câmara Municipal de Papanduva, a Senhora JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA, matrícula sob nº 123, correspondente ao período de julho/2017 a junho/2020, com a respectiva comprovação da carga horária mínima exigida na Resolução n.º 001/2008.

Art. 2º - Ao(a) servidor(a) mencionado(a) no art. 1º, fica concedida gratificação de 2% sobre o seu vencimento, correspondente à realização de Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento no período de julho/2017 a junho/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e a gratificação será concedida a partir da competência 07/2020.

Câmara Municipal de Papanduva em, 29 de junho de 2020

Esta Portaria foi registrada eletronicamente na

Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e

publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina.

Ernildo Selinke

Presidente

Altamir Glonek Nilson Pereira

1º Secretário 2º Secretário

PORTARIA Nº 0023/2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544634

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

PORTARIA Nº 0023/2020

"HOMOLOGA CERTIFICADOS DOS CURSOS DE ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES EFETIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA"

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas no artigo 27, inciso III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, bem como nos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução n.º 001/2008, de 27 de junho de 2008, e no Edital de Chamamento nº 001/2020 de 21 de maio de 2020,,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam homologados os Certificados dos Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento do Servidor Público da Câmara Municipal de Papanduva, o Senhor JAMES MICHEL CERNIAK, matrícula sob nº 118, correspondente ao período de julho/2017 a junho/2020, com a respectiva comprovação da carga horária mínima exigida na Resolução n.º 001/2008.

Art. 2º - Ao(a) servidor(a) mencionado(a) no art. 1º, fica concedida gratificação de 2% sobre o seu vencimento, correspondente à realização de Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento no período de julho/2017 a junho/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e a gratificação será concedida a partir da competência 07/2020.

Câmara Municipal de Papanduva em, 29 de junho de 2020

Esta Portaria foi registrada eletronicamente na

Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e

publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina.

Ernildo Selinke

Presidente

Altamir Glonek Nilson Pereira

1º Secretário 2º Secretário

PORTARIA Nº 0024/2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544635

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

PORTARIA Nº 0024/2020

"HOMOLOGA CERTIFICADOS DOS CURSOS DE ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES EFETIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA"

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas no artigo 27, inciso III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, bem como nos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução n.º 001/2008, de 27 de junho de 2008, e no Edital de Chamamento nº 001/2020 de 21 de maio de 2020,,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam homologados os Certificados dos Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento do Servidor Público da Câmara Municipal de Papanduva, o Senhor LUIZ EDUARDO SALIBA, matrícula sob nº 181, correspondente ao período de julho/2017 a junho/2020, com a respectiva comprovação da carga horária mínima exigida na Resolução n.º 001/2008.

Art. 2º - Ao(a) servidor(a) mencionado(a) no art. 1º, fica concedida gratificação de 2% sobre o seu vencimento, correspondente à realização de Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento no período de julho/2017 a junho/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e a gratificação será concedida a partir da competência 07/2020.

Câmara Municipal de Papanduva em, 29 de junho de 2020

Esta Portaria foi registrada eletronicamente na
Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e
publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios
de Santa Catarina.

Ernildo Selinke

Presidente

Altamir Glonek Nilson Pereira

1º Secretário 2º Secretário

Paraíso

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020

Publicação Nº 2543335

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/6
Processo Nº.: 39/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2020

No dia 29 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, o Sr(a). VALDÍREZ FERREIRA PRESTES, inscrito no CPF sob o nº. 605.116.309-30, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 19/2020, Processo Licitatório nº. 39/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS CONTENDO MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA A SEREM DISTRIBUIDOS PARA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM O SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DE 06 A 15 ANOS NO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10033	BUGRE COMERCIAL EIRELI	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	DIREI JOSE PALOSCHI	796.022.159-68

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS CONTENDO MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA A SEREM DISTRIBUIDOS PARA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM O SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DE 06 A 15 ANOS NO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10033 - BUGRE COMERCIAL EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	KIT DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE CONTENDO: 01 UNIDADE DE AGUA SANITARIA 2 LITROS; 01 PACOTE COM 5 SABÃO EM BARRA DE ALCOOL COM 200 GRAMAS CADA; 02 UNIDADES DE SABONETE EM BARRA COM 90 GRAMAS; 01 UNIDADE ALCOOL GEL 70% COM 500 GRAMAS; 01 UNIDADE DETERGENTE COZINHA COM 500 ML; 01 UNIDADE DESINFETANTE EUCALIPTO 500 ML; 01 PACOTE COM 10 SACOS DE LIXO DE 50 LITROS; 01 UNIDADE ESCOVA PARA LAVAR ROUPAS OVAL; 01 ESPONJA DUPLA FACE PARA LAVAR LOUÇA O KIT DEVERÁ ESTAR EMBALADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE, COM BASE FIRME PARA QUE OS PRODUTOS NÃO SE MOVIMENTEM E NÃO OCORRA VAZAMENTO DOS MESMOS.	KIT	BUGRE	130,000	35,0000	4.550,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 2/6
Processo Nº.: 39/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 3/6
Processo N°. 39/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 19/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº.: 39/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 39/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2020

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
 - b) cancelamento do preço registrado;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
 - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
 - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
 - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 6/6
Processo Nº.: 39/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2020

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 29 de Junho de 2020.

VALDIREZ FERREIRA PRESTES
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Empresas Participantes:

BUGRE COMERCIAL EIRELI

CNPJ: 35.088.051/0001-00 _____

Passo de Torres

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 004/2020

Publicação Nº 2540034

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 004/2020

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTO EXISTENTE COM CONCRETO ASFÁLTICO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DAS SEGUINTE RUAS: RUA BEIRA RIO, COM EXTENSÃO DE 469,63m; RUA CORONEL JOÃO FERNANDES E RUA MAMPITUBA, COM EXTENSÃO DE 914,50m; RUA GUILHERME RODRIGUES DA SILVA, COM EXTENSÃO DE 443,21m; RUA JOSÉ PEREIRA MACIEL, COM EXTENSÃO DE 222,97m; RUA BEIRA RIO - CALÇADÃO, COM EXTENSÃO DE 430,42m; RUA PEDRO INÁCIO DOS SANTOS, COM EXTENSÃO DE 161,04m, BEM COMO A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA MANOEL PEREIRA MACIEL, COM EXTENSÃO DE 181,27m, NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS, PLANTAS, DESENHOS E DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS – PROJETO I. Regime Legal: Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; demais legislações aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: os envelopes deverão ser entregues até às 14h45 do dia 16/07/2020, com início do credenciamento e abertura da licitação marcada para as 15h00min, do mesmo dia.

O Edital e maiores informações deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira ou pelo fone: (48) 3548-0035.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 005/2020

Publicação Nº 2540040

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 005/2020

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA NEREU RAMOS, COM EXTENSÃO DE 1.034,68m, NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS, PLANTAS, DESENHOS E DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS - PROJETO II. Regime Legal: Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; demais legislações aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: os envelopes deverão ser entregues até às 13h45 do dia 17/07/2020, com início do credenciamento e abertura da licitação marcada para as 14h00min, do mesmo dia.

O Edital e maiores informações deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira ou pelo fone: (48) 3548-0035.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 006/2020

Publicação Nº 2540048

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 006/2020

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM CAPA ASFÁLTICA EM CBUQ, REPERFILAGEM, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO DA AVENIDA BEIRA MAR, PRAIA BELLA TORRES, COM EXTENSÃO DE 820,24m, NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS, PLANTAS, DESENHOS E DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS - PROJETO III. Regime Legal: Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; demais legislações aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: os envelopes deverão ser entregues até às 16h45 do dia 17/07/2020, com início do credenciamento e abertura da licitação marcada para as 17h00min, do mesmo dia.

O Edital e maiores informações deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira ou pelo fone: (48) 3548-0035.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 249, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544007

PORTARIA Nº 249, de 29 de junho de 2020.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 76, VI, da Lei Complementar 004 de 31 de agosto de 1999 e,

Considerando o pedido formulado pela servidora através de requerimento solicitando licença para tratar de assuntos de interesse particular (sem remuneração) por um período de 02 (dois) anos;

Considerando o direito da solicitante e não haver prejuízos ao serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, conforme art. 76, VI, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, para a servidora LUCIA MACHADO DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, matrícula nº 10418, lotada na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, pelo período de 29/06/2020 a 28/06/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 250, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544009

PORTARIA Nº 250, de 29 de junho de 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o atestado médico expedido pelo Dr. Dionatam F. Alba – CRM 27572 – no dia 29/06/2020, que sugere afastamento da servidora de suas atividades laborais por um período de 06 (seis) dias;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora ANA CLAUDIA PELIZZARI, matrícula nº 11032, ocupante do Cargo de Farmacêutico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada junto à Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 29/06/2020 a 04/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

CÂMARA MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 065/2020

Publicação Nº 2544617

LEI COMPLEMENTAR Nº 065/2020, DE 29 DE JUNHO DE 2020

(ORIGINADA DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020)

“NOVAS METAS E AS SUBSTITUIÇÕES, SUPRESSÃO E INCLUSÃO DE ESTRATÉGIAS AO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CRISTI CEZAR LEMES DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas no Art. 30, inciso I, da Constituição Federal, c/c Art. 12, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Para adequação ao Plano Nacional de Educação, ficam aprovadas e inseridas no texto do Plano Municipal de Educação, instituído pela Lei Complementar 049/2015, de 2 de maio de 2015, as novas metas e as substituições, supressões e inclusões de estratégias, constantes da Nota Técnica nº 001/2020, da Secretaria Municipal de Educação, que acompanha e integra a presente Lei.

Art. 2º. Fica aprovada a consolidação do texto da Lei Complementar 049/2015, de 2 de maio de 2015, mediante a indicação do número da presente Lei, em entre parêntesis, em todos os novos dispositivos.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Passos Maia - SC, 29 de junho de 2020.

CRISTI CEZAR LEMES DA ROSA
PRESIDENTE

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI
Secretário Executivo

LEI Nº 852/2020

Publicação Nº 2544616

LEI Nº 852/2020, DE 29 DE JUNHO DE 2020

(ORIGINADA DO PROJETO DE LEI Nº 005/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020)

“DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2018/2021, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 794/2017, DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CRISTI CEZAR LEMES DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas no Art. 30, inciso I, da Constituição Federal, c/c Art. 12, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no anexo III, com a inclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para os exercícios de 2021, e estruturação de acordo com as fontes e detalhamento de recursos, conforme anexo II, e Programas especificados no anexo I.

Art. 2º Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos.

Art. 3º Foram atualizados os valores para o exercício de 2021, de maneira a adequar os programas e fontes de recursos, e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia – SC, 29 de junho de 2020.

CRISTI CEZAR LEMES DA ROSA
PRESIDENTE

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI
Secretário Executivo

Paulo Lopes**PREFEITURA****DECRETO 43/2020**

Publicação N° 2543655

DECRETO N° 43/2020

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.842 de 11 de dezembro de 2019, aprova o seguinte Decreto,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 73.500,00 (setenta e três mil e quinhentos reais), de acordo com as especificações seguintes:

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 73.500,00

10.301.0012.1.064 – Aquisição de Equipamentos R\$ 73.500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0633.002504 – Aplicações Diretas R\$ 73.500,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit do exercício anterior da fonte 0633.002504 – Estruturação de Redes de Serviços UBS – no valor de R\$ 73.500,00 (setenta e três mil e quinhentos reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 30 de junho de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 19/2016

Publicação N° 2543575

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 19/2016, conforme Processo Licitatório 34/2016. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada BRITAGEM VOGELSANGER LTDA, CNPJ N.º 84.689.066/0001-20. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato n°. 19/2016 até 31/12/2020.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 27/2019

Publicação N° 2543526

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 27/2019, conforme Processo Licitatório 44/2019. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada SETEP CONSTRUÇÕES S.A, CNPJ N.º 83.665.141/0001-50. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato n°. 27/2019 até 31/12/2020.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 30/2019

Publicação Nº 2543540

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 30/2019, conforme Processo Licitatório 51/2019. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada ETEC CONSTRUCAO E TERRAPLANAGEM EIRELI, CNPJ Nº 26.042.248/0001-09. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 30/2019 até 31/12/2020.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2019

Publicação Nº 2543548

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2019, conforme Processo Licitatório 53/2019. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada SETEP CONSTRUÇÕES S.A, CNPJ N.º 83.665.141/0001-50. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 31/2019 até 31/12/2020 e restabelecer o valor pactuado através do contrato administrativo, aditando R\$ 72.854,48 (setenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), passando o valor da Cláusula Oitava de R\$ 581.640,42 (quinhentos e oitenta e um mil e seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e dois centavos), para R\$ 654.535,10 (seiscentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos e trinta e cinco reais e dez centavos), conforme planilha anexa.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2019

Publicação Nº 2543552

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2019, conforme Processo Licitatório 60/2019. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada SETEP CONSTRUÇÕES S.A, CNPJ N.º 83.665.141/0001-50. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 36/2019 até 31/12/2020.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2019

Publicação Nº 2543558

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2019, conforme Processo Licitatório 52/2019. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada ETEC CONSTRUCAO E TERRAPLANAGEM EIRELI, CNPJ Nº 26.042.248/0001-09. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 37/2019 até 31/12/2020.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 39/2019

Publicação Nº 2543565

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 39/2019, conforme Processo Licitatório 65/2019. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada SETEP CONSTRUÇÕES S.A, CNPJ N.º 83.665.141/0001-50. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 39/2019 até 31/12/2020.

Penha

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ENFERMEIRO 12º

Publicação Nº 2544186

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 01/07/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: ENFERMEIRO (A)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

12º. 872288 TATIANA RICARDO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego: "Diploma de graduação em enfermagem e comprovante de registro no COREN".
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 29 de junho de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:



1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de ____, de ____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

ne: _____/_____

Bair-
telefo-

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:



"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO ENFERMEIRO 13º

Publicação Nº 2544189

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 01/07/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: ENFERMEIRO (A)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

13º. 952176 SANDRO JOSE DA MAIA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego: "Diploma de graduação em enfermagem e comprovante de registro no COREN".
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 29 de junho de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.
() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bair-
ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-
ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____.

_____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO ENFERMEIRO 14º

Publicação Nº 2544191

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 01/07/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: ENFERMEIRO (A)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

14º. 766224 FERNANDA VALCANAIA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego: "Diploma de graduação em enfermagem e comprovante de registro no COREN".
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 29 de junho de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____ de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bair-

ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-

ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

DECRETO Nº 3549/2020 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL, ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2544083

DECRETO Nº 3549/2020

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL, ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar e Especial na importância de R\$ 2.967.052,96 (Dois milhões novecentos e sessenta e sete mil cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos), conforme preconiza o art. 43, §1º, II e III da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Municipal nº 3.134, de 11 de dezembro de 2019, Lei Complementar Federal nº 172, de 15 de abril de 2020, Portaria nº 705, de

06 de abril de 2020, Portaria nº 623, de 31 de março de 2020, Portaria nº 727, de 06 de abril de 2020, e Portaria 3.966, de 31 de dezembro de 2019, todas do Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro, destinados a reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Ação: 2.057 – PAB Variável – Saúde da Família
Fonte de Recursos: 0.3.0038.000000 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 260.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.302.0014
Ação: 2.059 – MAC – Manutenção Média e Alta Complexidade
Fonte de Recursos: 0.1.3800.0594 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – MAC-APAE
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 102.839,40
Fonte de Recursos: 0.1.0078.0000 – Emendas Parlamentares Individuais – Transferência com finalidade definida (Inciso II do art. 1º EC 105/2019)
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 400.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.304.0014
Ação: 2.060 – Funcionamento e Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária
Fonte de Recursos: 0.3.0038.000000 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 135.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.305.0014
Ação: 2.104 – Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde
Fonte de Recursos: 0.3.0038.000000 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 195.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Ação: 2.109 – PAB Fixo – Ações Básicas de Saúde
Fonte de Recursos: 0.1.0038.000000 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 121.000,00
Fonte de Recursos: 0.1.0038.000607 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos: 0.3.0038.000000 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 23.613,56
Fonte de Recursos: 0.1.0078.0000 – Emendas Parlamentares Individuais – Transferência com finalidade definida (Inciso II do art. 1º EC 105/2019)
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 800.000,00
Fonte de Recursos: 0.3.0038.000000 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 460.000,00
Fonte de Recursos: 0.3.0067.000000 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 120.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Ação: 2.112 – PAB Variável – Outros Programas da Atenção Básica
Fonte de Recursos: 0.1.3800.0000 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 149.600,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento do presente Decreto correrão por conta:

I – da anulação de dotação orçamentária, consoante no disposto no inciso III do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei 4320 de 17/03/1964:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10.301.0322

Ação: 1.022 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidade de Saúde

Fonte de Recursos: 0.3.0038.0556 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 23.613,56

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10.301.0014

Ação: 2.058 – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ

Fonte de Recursos: 0.1.0038.0000 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 100.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10.302.0014

Ação: 2.059 – MAC – Manutenção Média e Alta Complexidade

Fonte de Recursos: 0.1.3800.0000 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 102.839,40

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10.304.0014

Ação: 2.060 – Funcionamento e Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

Fonte de Recursos: 0.3.0038.000000 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 100.000,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 35.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10.301.0014

Ação: 2.103 – NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família

Fonte de Recursos: 0.1.0038.000000 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 21.000,00

Fonte de Recursos: 0.3.0038.000000 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 607.576,64

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 42.423,36

Fonte de Recursos: 0.3.0067.000000 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 120.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10.305.0014

Ação: 2.105 – Ações de Vigilância e Promoção da Saúde

Fonte de Recursos: 0.3.0038.000000 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 195.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10.301.0014

Ação: 2.110 – PAB Variável – Saúde Bucal

Fonte de Recursos: 0.3.0038.0000 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 70.000,00

II – por tendência de excesso de arrecadação a ocorrer no presente exercício, consoante no disposto no inciso II do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei 4.320 de 17/03/1964:

a) Governo Federal – Ministério da Saúde – Fundo Nacional da Saúde
Incremento temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde
Emenda Parlamentar Individual
Processo nº 25000.049458/2020-40
Proposta nº 36000.303610/2020-00 - Valor do Repasse – R\$ 750.000,00

b) Governo Federal – Ministério da Saúde – Fundo Nacional da Saúde
Incremento temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde
Emenda Parlamentar Individual
Processo nº 25000.058444/2020-17
Proposta nº 36000.303663/2020-00 - Valor do Repasse – R\$ 50.000,00

c) Governo Federal – Ministério da Saúde – Fundo Nacional da Saúde
Incremento temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde – Recurso Programa
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Processo nº 25000.000460/2020-11
Proposta nº 36000.287671/2019-00 - Valor do Repasse – R\$ 200.000,00

d) Governo Federal – Ministério da Saúde – Fundo Nacional da Saúde
Incremento temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Emenda Parlamentar Individual
Processo nº 25000.058447/2020-51
Proposta nº 36000.303378/2020-00 - Valor do Repasse – R\$ 400.000,00

e) Governo Federal – Ministério da Saúde – Fundo Nacional da Saúde
Piso da Atenção Básica em Saúde
Programa de Informatização da Atenção Primária à Saúde
Valor: R\$ 149.600,00

Art. 3º Em contrapartida aos lançamentos de excesso de arrecadação no vínculo/fonte de recurso “0.1.0078.0000 – Emendas Parlamentares Individuais – Transferência com finalidade definida” definido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nos termos do Inciso II do art. 1º da Emenda Constitucional nº 105/2019; e no vínculo/fonte de recurso “0.1.3800.000607 – Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União - Incremento PAB/Proposta 36000.287671/2019-00” far-se-á a limitação de empenhos nas seguintes dotações, no vínculo/fonte de recurso “0.1.0076.0000 – Emendas Parlamentares Individuais – Transferência Especial (Inciso I do art. 1º EC 105/2019)” e “0.1.3800.000607 – Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União/Incremento PAB - Proposta 36000.287671/2019-00”:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.109 – PAB Fixo – Ações Básicas de Saúde
Fonte de Recursos: 0.1.0076.0000 – Emendas Parlamentares Individuais – Transferência especial
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 799.500,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.112 – PAB Variável – Outros Programas da Atenção Básica
Fonte de Recursos: 0.1.3800.000607 – Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União - Incremento PAB - Proposta 36000.287671/2019-00
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 200.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 22 de junho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário da Administração

ERRATA REFERENTE AO PROCESSO N° 26/2020 CP 004/2020 FMS

Publicação N° 2543830

1ª ERRATA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO N° 026/2020 – FMS
CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO N° 004/2020 – PMP

Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, profissionais médicos, para prestação de serviços de consultas médicas, que deverão prestar serviços de consulta médicas nas Unidades Básicas da Saúde, destinados a pacientes e profissionais do Município de Penha/SC, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde nº 347/2020.

1- ONDE SE LÊ:

ANEXO II
ESPECIFICAÇÃO E VALORES DOS SERVIÇOS

Assinale com um "X" as consultas que serão realizados	PROCEDIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	CONSULTA DE CLINICO GERAL		R\$ 36,33	R\$ 464.987,67
			PREÇO TOTAL	R\$ 464.987,67

LEIA-SE:

ANEXO II
ESPECIFICAÇÃO E VALORES DOS SERVIÇOS

Assinale com um "X" as consultas que serão realizados	PROCEDIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	CONSULTA DE CLINICO GERAL	21.600	R\$ 36,33	R\$ 784.728,00
			PREÇO TOTAL	R\$ 784.728,00

Publique-se.

Penha, 29 de Junho de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

TERMO DE CREDENCIAMENTO 001/2020 - FME

Publicação N° 2544379

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 001/2020-FME de 23/06/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N° 001/2020 - FME
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA N° 001/2020 - FME
HOMOLOGADO EM 23/06/2020

Através do presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Avelino João Reis, nº 280, inscrita no CNPJ sob nº 04.672.956/0001-90, neste ato representado pelo Superintendente de Esporte Sr. CARLOS CESAR DE SOUZA, brasileiro, convivente, inscrito no CPF sob nº 060.971.929-75, portador do RG 4.052.937 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua João Luiz, nº 53. - Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, BARBARA JOHANE BATISTA SIZANOSKY, inscrita no CPF sob o n.º 091.176.179-95, com sede à Rua João Manoel de Souza, nº 117 doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de instrutores esportivos para o projeto contra turno do Município de Penha/SC, conforme solicitação da Fundação

Municipal de Esportes nº 29/2020, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou microempreendedores individuais (MEI), instrutores esportivos e auxiliares, para prestação de serviços de instrução esportiva no projeto contra turno da Prefeitura Municipal de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 29/2020.

Item	Modalidade	Descrição	UNID	QTDADE	PREÇO UNITARIO	VALOR TOTAL
12	Auxiliar de Instrutor bocha e dominó.	Experiência comprovada na modalidade através de documento oficial emitido por órgão de direito público ou privado e participação em torneios/competições na modalidades (bocha e dominó).	HRS	1.920	R\$ 20,00	R\$ 38.400,00
18	Instrutor de Ballet.	Experiência comprovada na modalidade através de documento oficial emitido por órgão de direito público ou privado.	HRS	1.920	R\$ 10,00	R\$ 19.200,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 57.600,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por Instrutores e auxiliares, sendo vinculados as diretrizes do Programa contra turno do Município de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes (FME).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – O pagamento dos instrutores e auxiliares, será de responsabilidade da Fundação Municipal de Esportes, através de recursos financeiros da Fundação Municipal de Esportes, que ocorrerá após os serviços prestados no âmbito do projeto contra turno. Conforme preços constantes no Anexo III.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

II – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal de serviço.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 576.000,00 (Quinhentos e setenta e seis mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 70 – Fundação Municipal de Esportes

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Esportes

Elemento: 70.01.2.082.3.3.90.39.05.00.00.00 (2/2020)

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do programa contra turno, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 – A(o) CREDENCIADA(o) prestará serviços no limite de valor determinado pela Fundação Municipal de Esportes, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Fundação Municipal de Esportes, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Fundação Municipal de Esportes comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à funcionário(a) da Fundação Municipal de Esportes, previamente nomeado pelo ordenador de despesas, a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, a Fundação Municipal de Esportes de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese está caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 23 de Junho de 2020.

Carlos Cesar de Souza BARBARA JOHANE BATISTA SIZANOSKY
Gestor da Fundação Municipal de Esportes CREDENCIADA
Contratante

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO 002/2020 - FME

Publicação Nº 2544380

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2020-FME de 23/06/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020 - FME
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020 - FME
HOMOLOGADO EM 23/06/2020

Através do presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Avelino João Reis, nº 280, inscrita no CNPJ sob nº 04.672.956/0001-90, neste ato representado pelo Superintendente de Esporte Sr. CARLOS CESAR DE SOUZA, brasileiro, convivente, inscrito no CPF sob nº 060.971.929-75, portador do RG 4.052.937 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua João Luiz, nº 53. - Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, CARLOS AMARO FARIA DA SILVA, inscrito no CPF sob o n.º 025.266.569-40, com sede à Rua Artur Gaya, nº 117 doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de instrutores esportivos para o projeto contra turno do Município de Penha/SC, conforme solicitação da Fundação Municipal de Esportes nº 29/2020, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou microempreendedores individuais (MEI), instrutores esportivos e auxiliares, para prestação de serviços de instrução esportiva no projeto contra turno da Prefeitura Municipal de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 29/2020.

Item	Modalidade	Descrição	UNID	QTDADE	PREÇO UNITARIO	VALOR TOTAL
6	Instrutor Karate.	Experiência comprovada na modalidade através de documento oficial emitido por órgão de direito público ou privado e graduação em faixa preta, mínimo 2º DAN, validade por federação.	HRS	1.920	R\$ 20,00	R\$ 38.400,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 38.400,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por Instrutores e auxiliares, sendo vinculados as diretrizes do Programa contra turno do Município de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes (FME).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – O pagamento dos instrutores e auxiliares, será de responsabilidade da Fundação Municipal de Esportes, através de recursos financeiros da Fundação Municipal de Esportes, que ocorrerá após os serviços prestados no âmbito do projeto contra turno. Conforme preços constantes no Anexo III.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

II – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal de serviço.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 576.000,00 (Quinhentos e setenta e seis mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 70 – Fundação Municipal de Esportes

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Esportes

Elemento: 70.01.2.082.3.3.90.39.05.00.00.00 (2/2020)

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do programa contra turno, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 – A(o) CREDENCIADA(o) prestará serviços no limite de valor determinado pela Fundação Municipal de Esportes, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Fundação Municipal de Esportes, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Fundação Municipal de Esportes comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à funcionário(a) da Fundação Municipal de Esportes, previamente nomeado pelo ordenador de despesas, a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, a Fundação Municipal de Esportes de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese está caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 23 de Junho de 2020.

Carlos Cesar de Souza CARLOS AMARO FARIA DA SILVA
Gestor da Fundação Municipal de Esportes CREDENCIADA
Contratante

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO 003/2020 - FME

Publicação Nº 2544381

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2020-FME de 23/06/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020 - FME
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020 - FME
HOMOLOGADO EM 23/06/2020

Através do presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Avelino João Reis, nº 280, inscrita no CNPJ sob nº 04.672.956/0001-90, neste ato representado pelo Superintendente de Esporte Sr. CARLOS CESAR DE SOUZA, brasileiro, convivente, inscrito no CPF sob nº 060.971.929-75, portador do RG 4.052.937 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua João Luiz, nº 53. - Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, CARLOS HENRIQUE REGIS, inscrito no CPF sob o nº 747.689.059-00, com sede à Rua Nilo Anastácio Vieira, nº 301 doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de instrutores esportivos para o projeto contra turno do Município de Penha/SC, conforme solicitação da Fundação Municipal de Esportes nº 29/2020, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou microempreendedores individuais (MEI), instrutores esportivos e auxiliares, para prestação de serviços de instrução esportiva no projeto contra turno da Prefeitura Municipal de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 29/2020.

Item	Modalidade	Descrição	UNID	QTDADE	PREÇO UNITARIO	VALOR TOTAL
------	------------	-----------	------	--------	----------------	-------------

11	Instrutor Judô.	Experiência comprovada na modalidade através de documento oficial emitido por órgão de direito público ou privado e graduação mínima em faixa preta, mínimo 4º DAN, validado por federação.	HRS	1.920	R\$ 20,00	R\$ 38.400,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 38.400,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por Instrutores e auxiliares, sendo vinculados as diretrizes do Programa contra turno do Município de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes (FME).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – O pagamento dos instrutores e auxiliares, será de responsabilidade da Fundação Municipal de Esportes, através de recursos financeiros da Fundação Municipal de Esportes, que ocorrerá após os serviços prestados no âmbito do projeto contra turno. Conforme preços constantes no Anexo III.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

II – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal de serviço.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 576.000,00 (Quinhentos e setenta e seis mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 70 – Fundação Municipal de Esportes

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Esportes

Elemento: 70.01.2.082.3.3.90.39.05.00.00.00 (2/2020)

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do programa contra turno, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 – A(o) CREDENCIADA(o) prestará serviços no limite de valor determinado pela Fundação Municipal de Esportes, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Fundação Municipal de Esportes, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Fundação Municipal de Esportes comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à funcionário(a) da Fundação Municipal de Esportes, previamente nomeado pelo ordenador de despesas, a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, a Fundação Municipal de Esportes de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese está caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 23 de Junho de 2020.

Carlos Cesar de Souza CARLOS HENRIQUE REGIS
Gestor da Fundação Municipal de Esportes CREDENCIADA
Contratante

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO 004/2020 - FME

Publicação Nº 2544382

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2020-FME de 23/06/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020 - FME
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020 - FME
HOMOLOGADO EM 23/06/2020

Através do presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Avelino João Reis, nº 280, inscrita no CNPJ sob nº 04.672.956/0001-90, neste ato representado pelo Superintendente de Esporte Sr. CARLOS CESAR DE SOUZA, brasileiro, convivente, inscrito no CPF sob nº 060.971.929-75, portador do RG 4.052.937 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua João Luiz, nº 53. - Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, CELIA LUCIA MIRANDA LINDNER, inscrito no CPF sob o nº 102.643.688-51, com sede à Rua Clara M Emmerich Pereira, nº 40 doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de instrutores esportivos para o projeto contra turno do Município de Penha/SC, conforme solicitação da Fundação Municipal de Esportes nº 29/2020, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou microempreendedores individuais (MEI), instrutores esportivos e auxiliares, para prestação de serviços de instrução esportiva no projeto contra turno da Prefeitura Municipal de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 29/2020.

Item	Modalidade	Descrição	UNID	QTDADE	PREÇO UNITARIO	VALOR TOTAL
10	Instrutor esportes adaptados para pessoas com necessidades especiais.	Experiência comprovada na modalidade através de documento oficial emitido por órgão de direito público ou privado.	HRS	1.920	R\$ 20,00	R\$ 38.400,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 38.400,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por Instrutores e auxiliares, sendo vinculados as diretrizes do Programa contra turno do Município de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes (FME).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – O pagamento dos instrutores e auxiliares, será de responsabilidade da Fundação Municipal de Esportes, através de recursos financeiros da Fundação Municipal de Esportes, que ocorrerá após os serviços prestados no âmbito do projeto contra turno. Conforme preços constantes no Anexo III.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

II – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal de serviço.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 576.000,00 (Quinhentos e setenta e seis mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 70 – Fundação Municipal de Esportes

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Esportes

Elemento: 70.01.2.082.3.3.90.39.05.00.00.00 (2/2020)

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do programa contra turno, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - A(o) CREDENCIADA(o) prestará serviços no limite de valor determinado pela Fundação Municipal de Esportes, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Fundação Municipal de Esportes, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Fundação Municipal de Esportes comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à funcionário(a) da Fundação Municipal de Esportes, previamente nomeado pelo ordenador de despesas, a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, a Fundação Municipal de Esportes de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese está caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 23 de Junho de 2020.

Carlos Cesar de Souza CELIA LUCIA MIRANDA LINDNER

Gestor da Fundação Municipal de Esportes CREDENCIADA
Contratante

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO 005/2020 - FME

Publicação Nº 2544383

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2020-FME de 23/06/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020 - FME
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020 - FME
HOMOLOGADO EM 23/06/2020

Através do presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Avelino João Reis, nº 280, inscrita no CNPJ sob nº 04.672.956/0001-90, neste ato representado pelo Superintendente de Esporte Sr. CARLOS CESAR DE SOUZA, brasileiro, convivente, inscrito no CPF sob nº 060.971.929-75, portador do RG 4.052.937 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua João Luiz, nº 53. - Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, CLAUDENIR LOURENÇO, inscrito no CPF sob o n.º 924.054.879-34, com sede à Rua Nilo Anastácio Vieira, nº 2000 doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de instrutores esportivos para o projeto contra turno do Município de Penha/SC, conforme solicitação da Fundação Municipal de Esportes nº 29/2020, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou microempreendedores individuais (MEI), instrutores esportivos e auxiliares, para prestação de serviços de instrução esportiva no projeto contra turno da Prefeitura Municipal de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 29/2020.

Item	Modalidade	Descrição	UNID	QTDADE	PREÇO UNITARIO	VALOR TOTAL
13	Auxiliar de instrutor de basquetebol.	Experiência comprovada na modalidade através de documento oficial emitido por órgão de direito público ou privado.	HRS	1.920	R\$ 10,00	R\$ 19.200,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 19.200,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por Instrutores e auxiliares, sendo vinculados as diretrizes do Programa contra turno do Município de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes (FME).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – O pagamento dos instrutores e auxiliares, será de responsabilidade da Fundação Municipal de Esportes, através de recursos financeiros da Fundação Municipal de Esportes, que ocorrerá após os serviços prestados no âmbito do projeto contra turno. Conforme preços constantes no Anexo III.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

II – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal de serviço.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 576.000,00 (Quinhentos e setenta e seis mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 70 – Fundação Municipal de Esportes

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Esportes

Elemento: 70.01.2.082.3.3.90.39.05.00.00.00 (2/2020)

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do programa contra turno, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - A(o) CREDENCIADA(o) prestará serviços no limite de valor determinado pela Fundação Municipal de Esportes, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Fundação Municipal de Esportes, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Fundação Municipal de Esportes comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à funcionário(a) da Fundação Municipal de Esportes, previamente nomeado pelo ordenador de despesas, a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, a Fundação Municipal de Esportes de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão

do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese está caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 23 de Junho de 2020.

Carlos Cesar de Souza CLAUDENIR LOURENÇO
Gestor da Fundação Municipal de Esportes CREDENCIADA
Contratante

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO 006/2020 - FME

Publicação Nº 2544384

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2020-FME de 23/06/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020 - FME
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020 - FME
HOMOLOGADO EM 23/06/2020

Através do presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Avelino João Reis, nº 280, inscrita no CNPJ sob nº 04.672.956/0001-90, neste ato representado pelo Superintendente de Esporte Sr. CARLOS CESAR DE SOUZA, brasileiro, convivente, inscrito no CPF sob nº 060.971.929-75, portador do RG 4.052.937 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua João Luiz, nº 53. - Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, JENNIFER KRUEGER, inscrito no CPF sob o n.º 043.447.469-02, com sede à Rua Bento Gonçalves, nº 546, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de instrutores esportivos para o projeto contra turno do Município de Penha/SC, conforme solicitação da Fundação Municipal de Esportes nº 29/2020, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou microempreendedores individuais (MEI), instrutores esportivos e auxiliares, para prestação de serviços de instrução esportiva no projeto contra turno da Prefeitura Municipal de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 29/2020.

Item	Modalidade	Descrição	UNID	QTDADE	PREÇO UNITARIO	VALOR TOTAL
------	------------	-----------	------	--------	----------------	-------------

3	Instrutor Tênis de mesa.	Formado em Educação Física, experiência comprovada na modalidade através de documento oficial emitido por órgão de direito público ou privado.	HRS	1.920	R\$ 20,00	R\$ 38.400,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 38.400,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por Instrutores e auxiliares, sendo vinculados as diretrizes do Programa contra turno do Município de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes (FME).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – O pagamento dos instrutores e auxiliares, será de responsabilidade da Fundação Municipal de Esportes, através de recursos financeiros da Fundação Municipal de Esportes, que ocorrerá após os serviços prestados no âmbito do projeto contra turno. Conforme preços constantes no Anexo III.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

II – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal de serviço.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 576.000,00 (Quinhentos e setenta e seis mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 70 – Fundação Municipal de Esportes

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Esportes

Elemento: 70.01.2.082.3.3.90.39.05.00.00.00 (2/2020)

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do programa contra turno, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 – A(o) CREDENCIADA(o) prestará serviços no limite de valor determinado pela Fundação Municipal de Esportes, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Fundação Municipal de Esportes, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Fundação Municipal de Esportes comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à funcionário(a) da Fundação Municipal de Esportes, previamente nomeado pelo ordenador de despesas, a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões

legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, a Fundação Municipal de Esportes de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese está caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 23 de Junho de 2020.

Carlos Cesar de Souza JENNIFER KRUEGER
Gestor da Fundação Municipal de Esportes CREDENCIADA
Contratante

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO 007/2020 - FME

Publicação Nº 2544385

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2020-FME de 23/06/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020 - FME
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020 - FME
HOMOLOGADO EM 23/06/2020

Através do presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Avelino João Reis, nº 280, inscrita no CNPJ sob nº 04.672.956/0001-90, neste ato representado pelo Superintendente de Esporte Sr. CARLOS CESAR DE SOUZA, brasileiro, convivente, inscrito no CPF sob nº 060.971.929-75, portador do RG 4.052.937 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua João Luiz, nº 53. - Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, MAYCKON DOS SANTOS MEI, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.847.116/0001-75, com sede à Rua Anibal De Lara Cardoso, nº 161, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de instrutores esportivos para o projeto contra turno do Município de Penha/SC, conforme solicitação da Fundação Municipal de Esportes nº 29/2020, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou microempreendedores individuais (MEI), instrutores esportivos e auxiliares, para prestação de serviços de instrução esportiva no projeto contra turno da Prefeitura Municipal de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 29/2020.

Item	Modalidade	Descrição	UNID	QTDADE	PREÇO UNITARIO	VALOR TOTAL
5	Instrutor de Triathlon	Experiência comprovada na modalidade através de documento oficial emitido por órgão de direito público ou privado e participações em torneios/competições da modalidade.	HRS	1.920	R\$ 20,00	R\$ 38.400,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 38.400,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por Instrutores e auxiliares, sendo vinculados as diretrizes do Programa contra turno do Município de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes (FME).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – O pagamento dos instrutores e auxiliares, será de responsabilidade da Fundação Municipal de Esportes, através de recursos financeiros da Fundação Municipal de Esportes, que ocorrerá após os serviços prestados no âmbito do projeto contra turno. Conforme preços constantes no Anexo III.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

II – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal de serviço.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 576.000,00 (Quinhentos e setenta e seis mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 70 – Fundação Municipal de Esportes

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Esportes

Elemento: 70.01.2.082.3.3.90.39.05.00.00.00 (2/2020)

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do programa contra turno, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - A(o) CREDENCIADA(o) prestará serviços no limite de valor determinado pela Fundação Municipal de Esportes, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Fundação Municipal de Esportes, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Fundação Municipal de Esportes comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à funcionário(a) da Fundação Municipal de Esportes, previamente nomeado pelo ordenador de despesas, a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, a Fundação Municipal de Esportes de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese está caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 23 de Junho de 2020.

Carlos Cesar de Souza MAYCKON DOS SANTOS MEI
Gestor da Fundação Municipal de Esportes MAYCKON DOS SANTOS
CREDENCIADA
Contratante

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO 008/2020 - FME

Publicação Nº 2544386

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 008/2020-FME de 23/06/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020 - FME
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020 - FME
HOMOLOGADO EM 23/06/2020

Através do presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Avelino João Reis, nº 280, inscrita no CNPJ sob nº 04.672.956/0001-90, neste ato representado pelo Superintendente de Esporte Sr. CARLOS CESAR DE SOUZA, brasileiro, convivente, inscrito no CPF sob nº 060.971.929-75, portador do RG 4.052.937 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua João Luiz, nº 53. - Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, NATACHA SUTER DELAFLORA, inscrito no CPF sob o n.º 077.143.799-44, com sede à Rua Professor José Duarte de Melo, nº 19, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de instrutores esportivos para o projeto contra turno do Município de Penha/SC, conforme solicitação da Fundação Municipal de Esportes nº 29/2020, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou microempreendedores individuais (MEI), instrutores esportivos e auxiliares, para prestação de serviços de instrução esportiva no projeto contra turno da Prefeitura Municipal de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 29/2020.

Item	Modalidade	Descrição	UNID	QTDADE	PREÇO UNITARIO	VALOR TOTAL
15	Auxiliar de Instrutor de Futsal.	Cursando Educação Física, com experiência comprovada na modalidade através de documento oficial emitido por órgão de direito público ou privado.	HRS	1.920	R\$ 10,00	R\$ 19.200,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 19.200,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por Instrutores e auxiliares, sendo vinculados as diretrizes do Programa contra turno do Município de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes (FME).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – O pagamento dos instrutores e auxiliares, será de responsabilidade da Fundação Municipal de Esportes, através de recursos financeiros da Fundação Municipal de Esportes, que ocorrerá após os serviços prestados no âmbito do projeto contra turno. Conforme preços constantes no Anexo III.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

II – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal de serviço.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 576.000,00 (Quinhentos e setenta e seis mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 70 – Fundação Municipal de Esportes

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Esportes

Elemento: 70.01.2.082.3.3.90.39.05.00.00.00 (2/2020)

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do programa contra turno, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 – A(o) CREDENCIADA(o) prestará serviços no limite de valor determinado pela Fundação Municipal de Esportes, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Fundação Municipal de Esportes, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Fundação Municipal de Esportes comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à funcionário(a) da Fundação Municipal de Esportes, previamente nomeado pelo ordenador de despesas, a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, a Fundação Municipal de Esportes de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo

contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese está caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 23 de Junho de 2020.

Carlos Cesar de Souza NATACHA SUTER DELAFLORA
Gestor da Fundação Municipal de Esportes CREDENCIADA
Contratante

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO 009/2020 - FME

Publicação Nº 2544388

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 009/2020-FME de 23/06/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020 - FME
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020 - FME
HOMOLOGADO EM 23/06/2020

Através do presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Avelino João Reis, nº 280, inscrita no CNPJ sob nº 04.672.956/0001-90, neste ato representado pelo Superintendente de Esporte Sr. CARLOS CESAR DE SOUZA, brasileiro, convivente, inscrito no CPF sob nº 060.971.929-75, portador do RG 4.052.937 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua João Luiz, nº 53. - Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, OSWALDO MOREIRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o n.º 042.268.548-88, com sede à Rua Vereador Ludgero Figueiredo, nº 166, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de instrutores esportivos para o projeto contra turno do Município de Penha/SC, conforme solicitação da Fundação Municipal de Esportes nº 29/2020, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou microempreendedores individuais (MEI), instrutores esportivos e auxiliares, para prestação de serviços de instrução esportiva no projeto contra turno da Prefeitura Municipal de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 29/2020.

Item	Modalidade	Descrição	UNID	QTDADE	PREÇO UNITARIO	VALOR TOTAL
2	Instrutor Basquetebol.	Formado em Educação Física, experiência comprovada na modalidade através de documento oficial emitido por órgão de direito público ou privado e experiência como técnico de basquete de federação.	HRS	1.920	R\$ 20,00	R\$ 38.400,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 38.400,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por Instrutores e auxiliares, sendo vinculados as diretrizes do Programa contra turno do Município de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes (FME).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – O pagamento dos instrutores e auxiliares, será de responsabilidade da Fundação Municipal de Esportes, através de recursos financeiros da Fundação Municipal de Esportes, que ocorrerá após os serviços prestados no âmbito do projeto contra turno. Conforme preços constantes no Anexo III.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

II – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal de serviço.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 576.000,00 (Quinhentos e setenta e seis mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 70 – Fundação Municipal de Esportes

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Esportes

Elemento: 70.01.2.082.3.3.90.39.05.00.00.00 (2/2020)

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do programa contra turno, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 – A(o) CREDENCIADA(o) prestará serviços no limite de valor determinado pela Fundação Municipal de Esportes, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Fundação Municipal de Esportes, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Fundação Municipal de Esportes comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à funcionário(a) da Fundação Municipal de Esportes, previamente nomeado pelo ordenador de despesas, a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, a Fundação Municipal de Esportes de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese está caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 23 de Junho de 2020.

Carlos Cesar de Souza OSWALDO MOREIRA DA SILVA
Gestor da Fundação Municipal de Esportes CREDENCIADA
Contratante

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO 010/2020 - FME

Publicação Nº 2544389

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 010/2020-FME de 23/06/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020 - FME
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020 - FME
HOMOLOGADO EM 23/06/2020

Através do presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Avelino João Reis, nº 280, inscrita no CNPJ sob nº 04.672.956/0001-90, neste ato representado pelo Superintendente de Esporte Sr. CARLOS CESAR DE SOUZA, brasileiro, convivente, inscrito no CPF sob nº 060.971.929-75, portador do RG 4.052.937 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua João Luiz, nº 53. - Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, PAULO CEZAR CARVALHO MACHADO, inscrito no CPF sob o n.º 534.244.337-72, com sede à Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº 37, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de instrutores esportivos para o projeto contra turno do Município de Penha/SC, conforme solicitação da Fundação Municipal de Esportes nº 29/2020, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou microempreendedores individuais (MEI), instrutores esportivos e auxiliares, para prestação de serviços de instrução esportiva no projeto contra turno da Prefeitura Municipal de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 29/2020.

Item	Modalidade	Descrição	UNID	QTDADE	PREÇO UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Instrutor Tênis.	Formado em Educação Física, experiência comprovada na modalidade através de documento oficial emitido por órgão de direito público ou privado e participações em torneios/competições da modalidade.	HRS	1.920	R\$ 20,00	R\$ 38.400,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 38.400,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por Instrutores e auxiliares, sendo vinculados as diretrizes do Programa contra turno do Município de Penha, através da Fundação Municipal de Esportes (FME).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – O pagamento dos instrutores e auxiliares, será de responsabilidade da Fundação Municipal de Esportes, através de recursos financeiros da Fundação Municipal de Esportes, que ocorrerá após os serviços prestados no âmbito do projeto contra turno. Conforme preços constantes no Anexo III.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

II – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal de serviço.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 576.000,00 (Quinhentos e setenta e seis mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 70 – Fundação Municipal de Esportes

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Esportes
Elemento: 70.01.2.082.3.3.90.39.05.00.00.00 (2/2020)

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do programa contra turno, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - A(o) CREDENCIADA(o) prestará serviços no limite de valor determinado pela Fundação Municipal de Esportes, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Fundação Municipal de Esportes, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Fundação Municipal de Esportes comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à funcionário(a) da Fundação Municipal de Esportes, previamente nomeado pelo ordenador de despesas, a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, a Fundação Municipal de Esportes de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese está caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente,

em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 23 de Junho de 2020.

Carlos Cesar de Souza PAULO CEZAR CARVALHO MACHADO
Gestor da Fundação Municipal de Esportes CREDENCIADA
Contratante

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

Peritiba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 09/2020 - FMS

Publicação N° 2543165

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA – FMS.
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação nº 11/2020 na modalidade Pregão Presencial nº 05/2020.

Objeto: Contratação de empresa especializada para chapeação, pintura e reparo do veículo Fiat Ducato.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 09/2020/FMS.

Contratado: CORDIAL DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS LTDA.

CNPJ nº: 85.102.549/0001-40.

Valor: R\$ 6.870,00 (Seis mil, oitocentos e setenta reais).

Data de Vigência: 29/06/2020 à 31/08/2020.

Município de Peritiba – SC em 29 de junho de 2020.

GRACIELI DENISE WUADEN
Secretária de Saúde e Bem Estar Social

EXTRATO DE CONTRATO 10/2020 - FMS

Publicação N° 2543167

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA – FMS.
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação nº 11/2020 na modalidade Pregão Presencial nº 05/2020.

Objeto: Contratação de empresa especializada para chapeação, pintura e reparo do veículo Renault Sandero.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 10/2020/FMS.

Contratado: SORDI & SORDI LTDA.

CNPJ nº: 83.222.109/0001-09.

Valor: R\$ 995,00 (Novecentos e noventa e cinco reais).

Data de Vigência: 29/06/2020 à 31/08/2020.

Município de Peritiba – SC em 29 de junho de 2020.

GRACIELI DENISE WUADEN
Secretária de Saúde e Bem Estar Social

Pescaria Brava

PREFEITURA

DECRETO Nº 543, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544732

DECRETO Nº 543, de 30 de Junho de 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no Artigo 9, caput, da Lei nº 308, de 20 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por remanejamento no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	02	Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
UNIDADE	01	Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
RECURSO	5053	COVID-19 – Recursos transferidos da União sem destinação específica
PROJETO/ATIVIDADE	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	125	

Valor R\$: 60.000,00 (Sessenta mil reais)

Art. 2º Para atendimento da realocação de que trata o artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	02	Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
UNIDADE	01	Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	5	

Valor R\$: 60.000,00 (Sessenta mil reais) Art. 3º A suplementação por remanejamento mencionada no Artigo 1º, dar-se-á conforme Artigo 9, da Lei nº 308, de 20 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 30 de Junho de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 544, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544733

DECRETO Nº 544, de 30 de Junho de 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no Artigo 9, caput, da Lei nº 308, de 20 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por remanejamento no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	03	Secretaria de Administração e Finanças
UNIDADE	01	Secretaria de Administração e Finanças
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
RECURSO	5053	COVID-19 – Recursos transferidos da União sem destinação específica
PROJETO/ATIVIDADE	2.005	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	126	

Valor R\$: 100.000,00 (Cem mil reais)

Art. 2º Para atendimento da realocação de que trata o artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	03	Secretaria de Administração e Finanças
UNIDADE	01	Secretaria de Administração e Finanças
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.005	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	16	

Valor R\$: 100.000,00 (Cem mil reais) Art. 3º A suplementação por remanejamento mencionada no Artigo 1º, dar-se-á conforme Artigo 9, da Lei nº 308, de 20 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 30 de Junho de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 14/2020 FMS - PL Nº. 01/2020 FMS CR Nº. 01/2020 FMS

Publicação Nº 2543473

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 14/2020 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ Nº. 17.710.115/0001-72

CONTRATADA: LABORATÓRIO BIOCLÍNICO SANTA CATARINA – CNPJ Nº. 83.250.019/0001-13

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2020 FMS

CREDENCIAMENTO Nº: 01/2020 FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, ANÁLISE E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS DOS EXAMES LABORATORIAIS CONSTANTES NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA TABELA DO ITEM 8.1, DO CONCERTENTE EDITAL CONFORME LEI FEDERAL Nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 25/06/2020 À 31/12/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 17/2020 PMPB - PL Nº. 26/2020 PMPB DL Nº. 12/2020 PMPB

Publicação Nº 2543541

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 17/2020 - PMPB

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA - CNPJ Nº. 16.780.795/0001-38

CONTRATADA: GEOSIMPLES SISTEMAS E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA – CNPJ Nº. 22.581.691/0001-05

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 26/2020 PMPB

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 12/2020 PMPB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA, PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA WEB DE GEOPROCESSAMENTO DO CADASTRO IMOBILIARIO, COM ACESSO ILIMITADO DE USUARIOS E PRESTAÇÃO DE SERVICOS ESPECIALIZADOS DE IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E TREINAMENTO, APRESENTANDO EM UMA ESTRUTURA SIG – SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Código Reduzido: 18

Unidade Orçamento: 03.01

Projeto/Atividade: 2.005

Elemento Despesa: 3.3.90.000000.5000

VALOR CONTRATADO: R\$ 17.000,00 (DEZESSETE MIL REAIS)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 26/06/2020 À 31/12/2020

Pinhalzinho

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N° 40-00027-3

Publicação N° 2543893

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO – SC

EXTRATO CONTRATUAL

Extrato do Contrato n°: 133/2020 PMP - CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 40/00027-3

FINANCIADO: MUNICÍPIO DE PINHALZINHO

FINANCIADOR: BANCO DO BRASIL S.A

Objeto: "O presente contrato tem por objeto o financiamento de despesas de capital constantes do plano plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA 2020) e dos exercícios subsequentes, do MUNICÍPIO DE PINHALZINHO, nos termos das definições e regras estabelecidas na Lei n° 4.320, de 17.03.1964 e na Lei Complementar n° 101/2000, de 04.05.2000."

Valor Total: O FINANCIADOR abre ao FINANCIADO, por meio deste contrato, e este aceita, um crédito fixo no valor de até R\$ 4.500.000,00 (QUATRO MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS), a ser provido com recursos próprios do FINANCIADOR.

Vigência: 10 (dez) anos

Assinatura: 26/06/2020

Pinhalzinho/SC, 29 de junho de 2020

Prefeito Municipal

Mário Afonso Woitexem

Piratuba

PREFEITURA

LEI ORDINARIA 1546/2020

Publicação N° 2543396

LEI ORDINÁRIA N° 1.546/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PIRATUBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, nos termos do inciso II, artigo 9º da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º. A Política de Assistência Social do Município Piratuba tem por objetivos:

I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

II – a vigilância sócio assistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III – a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões sócio assistenciais;

IV – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;

V – primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

VI – centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Seção I

Dos Princípios

Art. 3º A política pública de assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I – universalidade: todos têm direito à proteção sócio assistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II – gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;

III – integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais;

IV – intersectorialidade: integração e articulação da rede sócio assistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e Sistema de Justiça;

V – equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

VI – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

VII – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial

alcançável pelas demais políticas públicas;

VIII – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IX – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

X – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos sócio assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seção II

Das Diretrizes

Art. 4º A organização da assistência social no Município observará as seguintes diretrizes:

- I – primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
- II – descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de gestão;
- III – cofinanciamento partilhado dos entes federados;
- IV – matricialidade sócio familiar;
- V – territorialização;
- VI – fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;
- VII – participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

CAPÍTULO III

DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Seção I

Da Gestão

Art. 5º A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social –SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.

Parágrafo único. O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangida pela Lei Federal nº 8.742, de 1993

Art.6º O Município de Piratuba atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais em seu âmbito.

Art. 7º O órgão gestor da política de assistência social no Município de Piratuba é a Gerência de Assistência Social e Habitação ou órgão equivalente que vier a ser instituído.

Seção II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 8º O Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Município de Piratuba organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I – proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II – proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Art. 9º A proteção social básica compõem-se precipuamente dos seguintes serviços sócio assistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Sócio Assistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

II – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;

III – Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;

§1º O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

§2º Os serviços sócio assistenciais de Proteção Social Básica poderão ser executados pelas Equipes Volantes.

Art. 10. A proteção social especial ofertará precipuamente os seguintes serviços sócio assistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Sócio assistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – proteção social especial de média complexidade:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;

b) Serviço Especializado de Abordagem Social;

c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio educativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade;

d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;

II – proteção social especial de alta complexidade:

a) Serviço de Acolhimento Institucional;

b) Serviço de Acolhimento em República;

c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

§1º O PAEFI deve ser ofertado preferencialmente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

§2º Enquanto não houver demanda por serviços que viabilizem a instalação e operacionalização de Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS no território municipal, os serviços de proteção social especial poderão ser ofertados pelo órgão de gestão da assistência social e/ou em parceria com outras instituições, municípios ou consórcios.

Art. 11. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede sócio assistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas entidades ou organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto sócio assistencial.

§1º Considera-se rede sócio assistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante a articulação entre todas as unidades do SUAS.

§2º A vinculação ao SUAS é o reconhecimento pelo órgão gestor, de que a entidade ou organização de assistência social integra a rede sócio assistencial.

Art. 12. A unidade pública estatal CRAS instituídas no âmbito do SUAS integra a estrutura administrativa do Município de Piratuba.

Parágrafo único. As instalações da unidade pública estatal deve ser compatível com os serviços neles ofertados, observadas as normas gerais.

Art. 13. A proteção social básica, será ofertada precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e a proteção social especial será ofertada nos termos do Art. 10 desta Lei.

§ 1º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação e execução de serviços, programas e projetos sócio assistenciais de proteção social básica às famílias no seu território de abrangência.

§ 2º O CREAS é a unidade pública de abrangência municipal ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da Assistência Social.

§3º Os CRAS e os CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Art. 14. A implantação das unidades de CRAS deve observar as diretrizes da:

I. territorialização – oferta capilarizada de serviços com áreas de abrangência definidas baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida dos cidadãos; respeitando as identidades dos territórios locais, e considerando as questões relativas às dinâmicas sociais, distâncias percorridas e fluxos de transportes, com o intuito de potencializar o caráter preventivo, educativo e protetivo das ações em todo o município, mantendo simultaneamente a ênfase e prioridade nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social.

III. universalização – a fim de que a proteção social básica seja assegurada na totalidade dos territórios dos municípios e com capacidade de atendimento compatível com o volume de necessidades da população;

III. regionalização – participação, quando for o caso, em arranjos institucionais que envolvam municípios circunvizinhos e o governo estadual, visando assegurar a prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social especial cujos custos ou baixa demanda municipal justifiquem rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.

Art. 15. As ofertas sócio assistenciais nas unidades públicas pressupõem a constituição de equipe de referência na forma das Resoluções nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17, de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, do CNAS.

Parágrafo único. O diagnóstico sócio territorial e os dados da Vigilância Sócio assistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da proteção social básica e especial.

Art. 16. O SUAS afiança as seguintes seguranças, observado as normas gerais:

I – acolhida;

II – renda;

III – convívio ou convivência familiar, comunitária e social;

IV – desenvolvimento de autonomia;

V – apoio e auxílio.

Seção III

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 17. Compete ao Município Piratuba, por meio da Gerência Municipal de Assistência Social e Habitação e/ou órgão equivalente que vier a ser instituído:

I – destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da Lei Federal nº 8742, de 1993, mediante critérios estabelecidos pelos conselhos municipais de assistência Social;

II – efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e o auxílio-funeral;

III – executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV – atender às ações sócio assistenciais de caráter de emergência;

V – prestar os serviços sócio assistenciais de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Sócio assistenciais;

VI – implantar a vigilância sócio assistencial no âmbito municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos sócio- assistenciais;

- VII – implantar sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede sócio assistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano de Assistência Social
- VIII – regulamentar e coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de assistência social e as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social, observando as deliberações das conferências nacional, estadual e municipal Social;
- IX – regulamentar os benefícios eventuais em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social;
- X – cofinanciar o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas , projetos e benefícios eventuais de assistência social, em âmbito local;
- XI – cofinanciar em conjunto com a esfera federal e estadual, a Política Nacional de Educação Permanente, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, coordenando-a e executando- -a em seu âmbito.
- XII – realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;
- XIII – realizar a gestão local do benefício de Prestação Continuada - BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede sócio assistencial;
- XIV – realizar em conjunto com o Conselho de Assistência Social, as conferências de assistência social;
- XV – gerir de forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;
- XVI – gerir o Fundo Municipal de Assistência Social;
- XVII – gerir no âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8º da Lei nº 10.836, de 2004;
- XVIII – organizar a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico sócio territorial;
- XIX – organizar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando as ofertas;
- XX – organizar e coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a política de assistência social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União.
- XXI – elaborar a proposta orçamentária da assistência social no Município assegurando recursos do tesouro municipal;
- XXII – elaborar e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- XXIII – elaborar e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS e pactuado na CIB;
- XXIV – elaborar e executar o Pacto de Aprimoramento do SUAS, implementando o em âmbito municipal;
- XXV – elaborar e executar a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/ RH - SUAS;
- XXVI – elaborar o Plano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades e de seu respectivo estágio no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas nas instância de pactuação e negociação do SUAS ;
- XXVII – elaborar e expedir os atos normativos necessários à gestão do FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo conselho municipal de assistência social;
- XXVIII – elaborar e aprimorar os equipamentos e serviços sócio assistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;
- XXIX – elaborar, alimentar e manter atualizado :XXX - implantar o Censo SUAS;
- XXX – implantar o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social – SCNEAS de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;
- XXXI – implantar o conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS;
- XXXII – garantir a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo conselho municipal de assistência social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, traslados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;
- XXXIII – garantir a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS;
- XXXIV – garantir a integralidade da proteção sócio assistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS, exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- XXXV – garantir a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação nacional;
- XXXVI – garantir o comando único das ações do SUAS pelo órgão gestor da política de assistência social, conforme preconiza a LOAS;
- XXXVII – definir os fluxos de referência e contra referência do atendimento nos serviços sócio assistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;
- XXXVIII – definir os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado a suas competências.
- XXXIX – implementar os protocolos pactuados na CIT;
- XL – implementar a gestão do trabalho e a educação permanente
- XLI – promover a integração da política municipal de assistência social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS;
- XLII – promover a articulação Inter setorial do SUAS com as demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça;
- XLIII – promover a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da política de assistência social;
- XLIV – assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;
- XLV – participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB;
- XLVI – prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;
- XLVII – zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos estados ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;

XLVIII – assessorar as entidades e organizações de assistência social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais às normas do SUAS, viabilizando estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede sócio assistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais ofertados pelas entidades e organizações de assistência social de acordo com as normativas federais.

XLIX – acompanhar a execução de parcerias firmadas entre os municípios e as entidades e organizações de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas;

L – normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades e organizações vinculadas ao SUAS, conforme §3º do art. 6º B da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e sua regulamentação em âmbito federal.

LI – aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento definidos pelo respectivo conselho municipal de assistência social para a qualificação dos serviços e benefícios em consonância com as normas gerais;

LII – encaminhar para apreciação do conselho municipal de assistência social os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;

LIII – compor as instâncias de pactuação e negociação do SUAS;

LIV – estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social;

LV – instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da política de assistência social;

LVI – dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados à assistência social;

LVII- criar ouvidoria do SUAS, preferencialmente com profissionais do quadro efetivo;

LVIII – submeter trimestralmente, de forma sintética, e anualmente, de forma analítica, os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social à apreciação do CMAS.

Seção IV

DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 18. O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da política de assistência social no âmbito do Município Piratuba

§1º A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se-á cada 4 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:

I – diagnóstico sócio territorial;

II – objetivos gerais e específicos;

III – diretrizes e prioridades deliberadas;

IV – ações estratégicas para sua implementação;

V – metas estabelecidas;

VI – resultados e impactos esperados;

VII – recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII – mecanismos e fontes de financiamento;

IX – indicadores de monitoramento e avaliação; e

X – cronograma de execução.

§2º O Plano Municipal de Assistência Social, além do estabelecido no parágrafo anterior, deverá observar:

I – as deliberações das conferências de assistência social;

II – metas nacionais e estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS;

III – ações articuladas e intersetoriais;

IV – ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS.

CAPÍTULO IV

Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação do SUAS

Seção I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 19. Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Piratuba, órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social cujos membros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida única recondução por igual período.

§ 1º O CMAS é composto por 08 (oito) membros e respectivos suplentes indicados de acordo com os critérios seguintes:

I – 04 (quatro) representantes governamentais;

II – 04 (quatro) representantes da sociedade civil, observado as Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público.

§2º Consideram-se para fins de representação no Conselho Municipal o segmento:

I – de usuários: àqueles vinculados aos serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social, organizados, sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos;

II – de organizações de usuários: aquelas que tenham entre seus objetivos a defesa e garantia de direitos de indivíduos e grupos vinculados à política de assistência social;

III – de trabalhadores: são legítimas todas as formas de organização de trabalhadores do setor, como associações de trabalhadores, sindicatos, federações, conselhos regionais de profissões regulamentadas, fóruns de trabalhadores, que defendem e representam os interesses

dos trabalhadores da política de assistência social.

§3º Os trabalhadores investidos de cargo de direção ou chefia, seja no âmbito da gestão das unidades públicas estatais ou das entidades e organizações de assistência social não serão considerados representantes de trabalhadores no âmbito dos Conselhos.

§4º O CMAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano, permitida única recondução por igual período.

§5º Deve-se observar em cada mandato a alternância entre representantes da sociedade civil e governo na presidência e vice-presidência do CMAS.

§6º O CMAS contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

Art. 20. O CMAS reunir-se-á ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário; suas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas, e funcionará de acordo com o Regimento Interno.

Parágrafo único. O Regimento Interno definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário, para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 21. A participação dos conselheiros no CMAS é de interesse público e relevante valor social e não será remunerada.

Art. 22. O controle social do SUAS no Município efetiva-se por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e das Conferências Municipais de Assistência Social, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil.

Art. 23. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

II – elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno;

II – convocar as Conferências Municipais de Assistência Social e acompanhar a execução de suas deliberações;

III – aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências de assistência social;

IV – apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências municipais e da Política Municipal de Assistência Social;

V – aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, apresentado pelo órgão gestor da assistência social;

VI – aprovar o plano de capacitação, elaborado pelo órgão gestor;

VII – acompanhar o cumprimento das metas nacionais, estaduais e municipais do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS;

VIII – acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família-PBF;

IX – normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social de âmbito local;

X – apreciar e aprovar informações da Gerencia Municipal de Assistência Social e Habitação inseridas nos sistemas nacionais e estaduais de informação referentes ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;

XI – apreciar os dados e informações inseridas pela Gerencia Municipal de Assistência Social e Habitação, unidades públicas e privadas da assistência social, nos sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre o sistema municipal de assistência social;

XII – alimentar os sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre os Conselhos Municipais de Assistência Social;

XIII – zelar pela efetivação do SUAS no Município;

XIV – zelar pela efetivação da participação da população na formulação da política e no controle da implementação;

XV – deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;

XVI – estabelecer critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais;

XVII – apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social em consonância com a Política Municipal de Assistência Social;

XVIII – acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais do SUAS;

XIX – fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família-IGD-PBF, e do Índice de Gestão Descentralizada

do Sistema Único de Assistência Social -IGD-SUAS;

XX – planejar e deliberar sobre a aplicação dos recursos IGD-PBF e IGD-SUAS destinados às atividades de apoio técnico e operacional ao CMAS;

XXI – participar da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto dos recursos próprios quanto dos oriundos do Estado e da União, alocados no FMAS;

XXII – aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos sócio assistenciais, objetos de cofinanciamento;

XXIII – orientar e fiscalizar o FMAS;

XXIV – divulgar, no Diário Oficial Municipal, ou em outro meio de comunicação, todas as suas decisões na forma de Resoluções, bem como as deliberações acerca da execução orçamentária e financeira do FMAS e os respectivos pareceres emitidos.

XXV – receber, apurar e dar o devido prosseguimento a denúncias;

XXVI – estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas setoriais e conselhos de direitos.

XXVII – realizar a inscrição das entidades e organizações de assistência social;

XXVIII – notificar fundamentadamente a entidade ou organização de assistência social no caso de indeferimento do requerimento de inscrição;

XXIX – fiscalizar as entidades e organizações de assistência social;

XXX – emitir resolução quanto às suas deliberações;

XXXI – registrar em ata as reuniões;

XXXII – instituir comissões e convidar especialistas sempre que se fizerem necessários.

XXXIII – avaliar e elaborar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados ao Município.

Art. 24. O CMAS deverá planejar suas ações de forma a garantir a consecução das suas atribuições e o exercício do controle social, primando pela efetividade e transparência das suas atividades.

Parágrafo único. O planejamento das ações do conselho deve orientar a construção do orçamento da gestão da assistência social para o apoio financeiro e técnico às funções do Conselho.

Seção II DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 25. A Conferência Municipal de Assistência Social é instância máxima de debate, de formulação e de avaliação da política pública de assistência social e definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 26. A Conferência Municipal de Assistência Social deve observar as seguintes diretrizes:

- I – divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;
- II – garantia da diversidade dos sujeitos participantes, inclusive da acessibilidade às pessoas com deficiência;
- III – estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;
- IV – publicidade de seus resultados;
- V – determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações; e
- VI – articulação com a conferência estadual e nacional de assistência social.

Art. 27. A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada quatro anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e extraordinariamente, a cada 2 (dois) anos, conforme deliberação da maioria dos membros do Conselho.

Seção III DA PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS

Art. 28. É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos sócio assistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários no Conselho e Conferência Municipal de assistência social.

Parágrafo único. Os usuários são sujeitos de direitos e público da política de assistência social e os representantes de organizações de usuários são sujeitos coletivos expressos nas diversas formas de participação, nas quais esteja caracterizado o seu protagonismo direto enquanto usuário.

Art. 29. O estímulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e de apoio à organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, audiência pública, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais.

Parágrafo único. São estratégias para garantir a presença dos usuários, dentre outras, o planejamento do conselho e do órgão gestor; ampla divulgação do processo nas unidades prestadoras de serviços; descentralização do controle social por meio de comissões regionais ou locais.

Seção IV DA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS INSTÂNCIAS DE NEGOCIAÇÃO E PACTUAÇÃO DO SUAS.

Art. 30. O Município é representado nas Comissões Intergestores Bipartite – CIB e Tripartite – CIT, instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS, respectivamente, em âmbito estadual e nacional, pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS.

§1º O CONGEMAS E COEGEMAS constituem entidades sem fins lucrativos que representam as secretarias municipais de assistência social, declarados de utilidade pública e de relevante função social, onerando o município quanto a sua associação a fim de garantir os direitos e deveres de associado.

§2º O COEGEMAS poderá assumir outras denominações a depender das especificidades regionais.

CAPÍTULO V DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA.

Seção I DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 31. Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma prevista na Lei federal nº 8.742, de 1993.

Parágrafo único. Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais.

Art. 32. Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do SUAS, devendo sua prestação observar:

- I – não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartidas;
- II – desvinculação de comprovações complexas e vexatórias, que estigmatizam os beneficiários;
- III – garantia de qualidade e prontidão na concessão dos benefícios;
- IV – garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios eventuais;
- V – ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;
- VI – integração da oferta com os serviços sócio assistenciais.

Art.33. Os benefícios eventuais podem ser prestados na forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviços.

Art. 34. O público alvo para acesso aos benefícios eventuais deverá ser identificado pelo Município a partir de estudos da realidade social e diagnóstico elaborado com uso de informações disponibilizadas pela Vigilância Sócio Assistencial, com vistas a orientar o planejamento da oferta.

Seção II

DA PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 35. Os benefícios eventuais devem ser prestados em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública, observadas as contingências de riscos, perdas e danos a que estão sujeitos os indivíduos e famílias.

Parágrafo único. Os critérios e prazos para prestação dos benefícios eventuais devem ser estabelecidos por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê o art. 22, §1º, da Lei Federal nº 8.742, de 1993 e previstos em lei própria.

Art. 36. O Benefício prestado em virtude de nascimento deverá ser concedido:

- I – à genitora que comprove residir no Município;
- II – à família do nascituro, caso a mãe esteja impossibilitada de requerer o benefício ou tenha falecido;
- III – à genitora ou família que estejam em trânsito no município e seja potencial usuária da assistência social;
- IV – à genitora atendida ou acolhida em unidade de referência do SUAS.

Parágrafo único. O benefício eventual por situação de nascimento poderá ser concedido nas formas de pecúnia ou bens de consumo, ou em ambas as formas, conforme a necessidade do requerente e disponibilidade da administração pública.

Art. 37. O benefício prestado em virtude de morte deverá ser concedido com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família e tem por objetivo atender as necessidades urgentes da família para enfrentar vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros.

Art. 38. O benefício prestado em virtude de vulnerabilidade temporária será destinado à família ou ao indivíduo visando minimizar situações de riscos, perdas e danos, decorrentes de contingências sociais, e deve integrar-se à oferta dos serviços sócio assistenciais, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção comunitária..

Art. 39. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- I – riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II – perdas: privação de bens e de segurança material;
- III – danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, perdas e danos podem decorrer de:

- I – ausência de documentação;
- II – necessidade de mobilidade intra urbana para garantia de acesso aos serviços e benefícios sócio assistenciais;
- III – necessidade de passagem para outra unidade da Federação, com vistas a garantir a convivência familiar e comunitária;
- IV – ocorrência de violência física, psicológica ou exploração sexual no âmbito familiar ou ofensa à integridade física do indivíduo;
- V – perda circunstancial ocasionada pela ruptura de vínculos familiares e comunitários;
- VI – processo de reintegração familiar e comunitária de pessoas idosas, com deficiência ou em situação de rua; crianças, adolescentes, mulheres em situação de violência e famílias que se encontram em cumprimento de medida protetiva;
- VII – ausência ou limitação de autonomia, de capacidade, de condições ou de meios próprios da família para prover as necessidades alimentares de seus membros;

Art. 40. Os benefícios eventuais prestados em virtude de desastre ou calamidade pública constituem-se provisão suplementar e provisória de assistência social para garantir meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia familiar e pessoal.

Art. 41. As situações de calamidade pública e desastre caracterizam-se por eventos anormais, decorrentes de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, secas, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, os quais causem sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes, e outras situações imprevistas ou decorrentes de caso fortuito.

Parágrafo único. O benefício será concedido em anuência com a Coordenaria Municipal de Proteção e Defesa Civil e/ou órgão equivalente.

Art. 42. Lei Específica, seguida de ato normativo editado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal disporá sobre os procedimentos e fluxos de oferta na prestação dos benefícios eventuais.

Seção III DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 43. As despesas decorrentes da execução dos benefícios eventuais serão providas por meio de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As despesas com Benefícios Eventuais devem ser previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual do Município - LOA.

Seção II DOS SERVIÇOS

Art. 44. Serviços sócio assistenciais são atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 8.742, de 1993, e na Tipificação Nacional dos Serviços Sócio - assistenciais.

Seção III DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 45. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§ 1º Os programas serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidas a Lei Federal nº 8.742, de 1993, e as demais normas gerais do SUAS, com prioridade para a inserção profissional e social.

§ 2º Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Seção IV DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO A POBREZA

Art. 46. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social à grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Seção V DA RELAÇÃO COM AS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 47. São entidades ou organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 48. As entidades e organizações de assistência social e os serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 49. Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais:

- I – executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
- II – assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
- III – garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais;
- IV – garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais.

Art. 50. As entidades e organizações de assistência social no ato da inscrição demonstrarão:

- I – ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;
- II – aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- III – elaborar plano de ação anual;
- IV – ter expresso em seu relatório de atividades:
 - a) finalidades estatutárias;
 - b) objetivos;

- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício sócio assistencial executado.

Parágrafo único. Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de análise:

- I – análise documental;
- II – visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;
- III – elaboração do parecer da Comissão;
- IV – pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;
- V – publicação da decisão plenária;
- VI – emissão do comprovante;
- VII – notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício.

CAPÍTULO VI

DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 51. O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O orçamento da assistência social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, devendo os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social serem voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais.

Art. 52. Caberá ao órgão gestor da assistência social responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Parágrafo único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

Seção I

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 53. Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, com objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais.

Art. 54. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

- I – recursos provenientes da transferência dos fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;
- II – dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;
- III – doações, auxílios, contribuições, subvenções de organizações internacionais e nacionais, Governamentais e não Governamentais;
- IV – receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;
- V – as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor.
- VI – produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;
- VII – doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;
- VIII – outras receitas que venham a ser legalmente instituídas

§1º A dotação orçamentária prevista para o Fundo Municipal de Assistência Social será automaticamente transferida a sua conta, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§2º Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sobre a denominação – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§3º As contas recebedoras dos recursos do cofinanciamento federal das ações sócio assistenciais serão abertas pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 55. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 56. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, serão aplicados em:

- I – financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por Órgão conveniado;
- II – em parcerias entre poder público e entidades ou organizações de assistência social para a execução de serviços, programas e projetos sócio assistencial específicos;
- III – aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações sócio assistenciais;
- IV – construção reforma ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;

V – desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VI – pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

VII – pagamento de profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art. 57. O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observando o disposto nesta Lei.

Art. 58. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 59. Ficam revogadas as seguintes leis: Lei Municipal Nº 81, de 27 de maio de 1996, que Cria o Conselho Municipal de Assistência Social, a Lei Municipal Nº 95, de 13 de setembro de 1996, que Cria o Fundo Municipal de Assistência Social e a Lei Ordinária Nº 500, de 23 de janeiro de 2009, que Institui a Política Municipal de Assistência Social e Estabelece Critérios de Atendimento e as demais disposições em contrário.

Piratuba-SC, 24 de Junho de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal Registra-se e Publica-se no Mural Público Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93 Em 24 de Junho de 2020	
---	--

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal Administração e Finanças

PORTARIA Nº 225/2020

Publicação Nº 2544110

PORTARIA Nº225/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

EZEQUIEL MACHADO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Boa Vista, neste Município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº 11/R 3.483696 e CPF sob o nº 022.382.429-10, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos, Obras e Postura, FÉRIAS, no período de 01 a 30 de julho de 2020, referente ao período de 09 de outubro de 2018 a 08 de outubro de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 26 de junho de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 26 de junho de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 226/2020

Publicação Nº 2544231

PORTARIA Nº226/2020
CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA GESTANTE.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

SHAYANE APARECIDA DE VARGAS SCHÄFER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Floriano Bender, s/nº, nesta cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº 6.118.501 e CPF sob o nº 085.384.149-76, ocupante em caráter temporário no cargo de CUIDADOR ESCOLAR, LICENÇA A SERVIDORA GESTANTE, de 120 (cento e vinte) dias, conforme artigo 110 da Lei Complementar 65/15 e atestado médico de 27/06/2020, prorrogando-se por 30 (trinta) dias, conforme artigo 7º XVIII da Constituição Federal e artigo 10, II "b" do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/88.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 29 de junho de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017.
Em 26 de junho de 2020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 227/2020

Publicação Nº 2543825

PORTARIA Nº 227/2020

PRORROGA PRAZO PARA ENCERRAMENTO DE TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

RESOLVE

A pedido do Prefeito Municipal, prorrogar o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo instaurado através da Portaria nº 178/2020, alterada pela Portaria nº 206/2020, por mais 60 (sessenta) dias.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 29 de junho de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017
Em 29 de junho de 2020.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 228/2020

Publicação Nº 2543827

PORTARIA Nº 228/2020, de 29 de junho de 2020
Concede gratificação de função a servidor público municipal.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, artigo 11 da Lei Complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores públicos do Município de Piratuba e dá outras providências.

CONCEDE

A VAGNER DE PAULA MATTOS, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Domingos Benjamini, s/nº, cidade e município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº4060454065 e CPF sob o nº 962.567.020-34, servidor efetivo no exercício do cargo de Motorista, gratificação de função de 30% sobre seus vencimentos, no período de 30 de junho a 28 de agosto de 2020, por participar como membro da Comissão de Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 178/2020, alterada pelas Portarias nº 206/2020 e 227/2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de junho de 2020, até 28 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 29 de junho de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 29 de junho de 2020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 229/2020

Publicação Nº 2543829

PORTARIA Nº 229/2020, de 29 de junho de 2020
Concede gratificação de função a servidor público municipal.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, artigo 11 da Lei Complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores públicos do Município de Piratuba e dá outras providências.

CONCEDE

MÁRIO ALONSO GERHARDT, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida Brasil, nº 18, Apto nº 203, município de Ipira - SC, portador da carteira de identidade nº 3.992.735-9 e CPF sob o nº 004.965.999-50, servidor efetivo no exercício do cargo de Técnico Em Ti, gratificação de função de 30% sobre seus vencimentos, no período de 30 de junho a 28 de agosto de 2020, por participar como membro da Comissão de Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 178/2020, alterada pelas Portarias nº 206/2020 e 227/2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de junho de 2020, até 28 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 29 de junho de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 29 de junho de 2020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

EDRP034_2020

Publicação Nº 2543812

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. 034/2020
Edital: PREGÃO PRESENCIAL 034/2020
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECAPAGENS DE PNEUS.
Entrega dos Envelopes: 07:45hs. do dia 13 de Julho de 2020.
Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 13 de Julho de 2020.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, de Segunda à Sexta Feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br
PLANALTO ALEGRE, 29 de Junho de 2020.
JUARES BET
Prefeito

Pomerode

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 018 / 2019 CIMVI - PRAZO

Publicação N° 2543903

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 018 / 2019 CIMVI PRAZO

Tomada de Preços nº 026 / 2018 - Promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: LUIS ANTONIO DOS SANTOS DE FREITAS E CIA LTDA. Objeto: Contratação de consultoria especializada para elaborar os Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) dos Municípios de Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Ilhota, Indaial, Luiz Alves, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó, conforme os requisitos da Lei Federal nº 11.428/06, assim como do Decreto nº 6.660/08. Justificativa: Em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e a CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato Administrativo nº 018 / 2019, PRORROGA-SE o prazo de execução do presente contrato por mais 85 dias iniciando-se em 08/07/2020 até 30/09/2020; Considerando, as orientações do Município de Pomerode conforme Decretos nº 3811/2020, 3813/2020 e 3814/2020, respeitando as orientações da fiscalização com a paralisação das obras e contratos. JUSTIFICA-SE em virtude que suas atividades, por conta de atender os prazos principalmente em relação à consulta pública, a empresa solicita estender a vigência até 30 de setembro de 2020, interrompidas considerando decretos estaduais e ações do Município que determinaram o isolamento social como medida preventiva ao COVID-19, atrasando assim a finalização do contrato. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode - Contratante / Luis Antonio dos Santos de Freitas, Sócio Administrador, Luis Antonio dos Santos de Freitas e CIA Ltda - Contratada.

Pomerode / SC, 27 de Junho de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

PORTARIA N° 26.669, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2543369

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Rua 15 de Novembro, 525 – C.P. 36 – Fax (47) 3387-7254
Fone: (47) 3387-7200 – CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 – POMERODE – Santa Catarina
www.pomerode.sc.gov.br

PORTARIA N° 26.669, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

HOMOLOGA A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.

O Prefeito Municipal de Pomerode, Sr. Ércio Kriek, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, inciso II, da Lei Orgânica do Município, a Lei 1971, de 09/05/2007 e a Lei 2.893, de 02/02/2017,

RESOLVE:

ALTERAR os representantes das entidades relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, a saber:

Art. 1º. ALTERAR, conforme indicações, representantes do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, a saber:

a. REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: Godofredo André Burger

Suplente: Joilson Miss

b. REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS UNIDADES DE ENSINO PÚBLICAS MUNICIPAIS

Titular: Márcia Andréa Grossklags

Suplente: Anabela Silz

c. REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR

Titular: Leonilda Schuster

Suplente: Simone Aparecida dos Santos

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros, conforme Portaria nº 24.833, de 13 de fevereiro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 29 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito

PORTARIA Nº 26.670, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543365

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de Novembro, 525 – C.P. 36 – Fax (47) 3387-7254 Fone: (47) 3387-7200 – CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 – POMERODE – Santa Catarina www.pomerode.sc.gov.br

PORTARIA Nº 26.670, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

HOMOLOGA AS INDICAÇÕES DOS REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE - COMAS – GESTÃO 2020/2022.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

Art.1º - Homologar as indicações dos representantes governamentais e não governamentais para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode – COMAS, biênio 2018/2020, a saber:

- DO PODER EXECUTIVO**I. REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO - SEDES:**

Titular: Itamar Cândido Perini

Suplente: Paola Nathália do Livramento Nishimura

II. REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA:

Titular: Roberto Carlos Maske

Suplente: Joilson Miss

III. REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE SAÚDE:

Titular: Michelle Vitória Marchetto

Suplente: Jaqueline Timboni

IV. REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE:

Titular: Suellen Barros Alves

Suplente: Edson Amarildo Weidner

V. REPRESENTANTES DA PROCURADORIA/CONTROLADORIA MUNICIPAL:

Titular: João José Marçal Júnior

Suplente: Taynah de Oliveira Borchardt

VI. REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA:

Titular: Vivien Vanessa Volkmann

Suplente: Darcilo Doege

- DA SOCIEDADE CIVIL**I. REPRESENTANTES DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERN HEIM:**

Titular: Fabiana Bertagnolli

Suplente: Edson Carlos Petini de Lima

II. REPRESENTANTES DA ORDEM DE ADVOGADOS DO BRASIL, SUBSEÇÃO DE BLUMENAU:

Titular: Antonio Varela Borges
Suplente: Evelyn Dayana Mueller Bonatto

III. REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE POMERODE:

Titular: Amanda Marília Seabra Leite
Suplente: Poliana Ghizoni Schmitz

IV. REPRESENTANTES DA APAE DE POMERODE:

Titular: Analia Klotz Kuhn
Suplente: Maria Cristina Migliori Pollnow

V. REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE:

Titular: Thuanne Dayanna Facchi
Suplente: Alexandra de Oliveira

VI. REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS - PEAL:

Titular: Suzana Simone Schroeder
Suplente: Jonas Lieskow

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Pomerode, 29 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

DECRETO -1964-2020 - RETORNO DE ATIVIDADES

Publicação Nº 2544638

DECRETO Nº 1964/2020

ESTABELECE REGRAS PARA O RETORNO DO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, NA FORMA PRESENCIAL DO CONSELHO TUTELAR DE PONTE ALTA DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte - SC, no uso de suas atribuições legais previstas, conferidas pelo artigo 81, Inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Ponte Alta do Norte.

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos 1928, 1929/2020, que implementa ações, no âmbito do Município de Ponte Alta do Norte, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 525, de 24 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 11 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 554, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

CONSIDERANDO o teor do art. 4º do Decreto n. 554, de 11 de abril de 2020, e a decisão cautelar proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 672;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas para preservar e assegurar a manutenção da saúde e da segurança à população que precisa deixar, mesmo que momentaneamente, o isolamento social para desenvolver atividades essenciais ou adquirir bens de primeira necessidade;

CONSIDERANDO que o uso de qualquer tipo de máscara, mesmo as feitas em domicílio, associada a lavagem de mãos, etiqueta respiratória, uso de álcool gel e distanciamento social, aumentam, significativamente, a proteção da população em geral contra a COVID-19, servindo como barreira parcial para a transmissão do vírus e impedindo a disseminação pelo contato com gotículas infectantes;

CONSIDERANDO o teor da nota de esclarecimento expedida pela Sociedade Brasileira e Infectologia em 03 de abril de 2020, bem como a Nota Técnica GVIMS/CGTES/ANVISA N. 04/2020, de 31 de março de 2020, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, as quais dispõem sobre a utilização de máscaras como forma de evitar a disseminação da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19);

DECRETA:

Art. 1º Ficam retomados os serviços públicos prestados pelo Conselho Tutelar do município de Ponte Alta do Norte, de forma presencial na sua sede, e ainda em regime de plantão, fins de semana e feriados.

Art. 2º. Poderá ser instituída jornada de trabalho reduzida e escalas de trabalho, mantendo dois conselheiros no horário matutino, e três conselheiros no horário vespertino, a fim de reduzir o número de servidores em exercício nas instalações do respectivo órgão durante expediente interno, durante a Pandemia do COVID-19, sendo que todos os conselheiros devem manter as escalas de plantões de atendimento nos casos de urgência e emergência, no período noturno, e nos fins de semana e feriados.

Art. 3º O órgão deve manter suas atividades adotando as seguintes providências:

I. A limitação de entrada de pessoas em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público do estabelecimento, podendo estabelecer regras mais restritivas;

II. O controle de acesso e marcação de lugares reservados aos munícipes, bem como o controle da área externa do órgão público, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m entre cada pessoa.

III. Ter cartazes informativos dos cuidados nos seus ambientes sobre: higienização de mãos, uso do álcool 70%, uso de máscaras, distanciamento entre as pessoas, limpeza de superfícies, ventilação e limpeza dos ambientes,

IV. Realizar diariamente procedimentos que garantam a higienização do ambiente de trabalho, intensificando a limpeza com desinfetantes próprios para a finalidade, bem como a desinfecção com álcool 70% de maçanetas, corrimãos, interruptores, balcões, entre outros;

V. Deverá ser disponibilizado álcool gel 70% no posto de trabalho, devendo ser orientada e estimulada a sua utilização, pelos conselheiros e usuários;

VI. Deve ter o uso dos EPIs apropriados para a realização das atividades, dentre as quais, máscaras de fabricação doméstica, que deverão ser obrigatoriamente utilizadas por todos os conselheiros, durante o expediente e nos deslocamentos de atendimento externo.

VII. Caso a atividade a ser desenvolvida necessite de mais de um servidor ao mesmo tempo em cada ambiente, manter a distância mínima entre eles de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros);

VIII. Fica recomendado aos conselheiros, que tomem as medidas de prevenção e controle estabelecidas pelo sistema de saúde e vigilância sanitária, ao retornar às suas casas diariamente com suas roupas, utilizadas no trabalho;

IX. Os locais para refeição, quando presentes, poderão ser utilizados com apenas 01 pessoa por vez. Deverão organizar cronograma para sua utilização de forma a evitar aglomeração, além de garantir a manutenção da distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros);

X. Os lavatórios dos locais para refeição e sanitários deverão estar providos de sabonete líquido e toalha de papel;

XI. Se algum dos conselheiros apresentarem sintomas de contaminação pelo COVID-19, deverão buscar orientações médicas, informando imediatamente as autoridades de saúde desta situação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Ponte Alta do Norte, 24 de Junho de 2020.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de Junho de 2020, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa

Secretaria Executiva

LEI -1180-2020 - FIXA SUBSIDIO - PREFEITO E VICE PREFEITO E SECRETARIOS

Publicação Nº 2544640

LEI MUNICIPAL N. 1180/2020

Estabelece o subsídio do Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e Secretários, de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, observado o que dispõem os artigos. 29, V, 37, XI, 39, § 4º, da Constituição Federal, artigos 14, VIII, artigo 79 e artigo 93, da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o subsídio mensal ao Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, na forma do que dispõe o artigo 29, V, da Constituição Federal e artigo 14, VIII, da Lei Orgânica Municipal, obedecidos os limites constitucionais, nesta e a partir da legislatura subsequente que será sempre fixado, em parcela única em R\$ 9.990,98 (nove mil, novecentos e noventa reais e noventa e oito centavos).

Art. 2º Fixa o subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal, em parcela única, no valor de R\$ 4.995,47 (Quatro mil novecentos e noventa e cinco reais e quarenta e sete centavos).

Art. 3º Fixa o subsídio mensal dos Secretários Municipais, em parcela única, no valor de R\$ 4.544,40 (quatro mil quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos).

Art. 4º. Os subsídios serão revistos anualmente, sem distinção de índices, através da revisão geral anual, em conformidade com o inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, por norma legal específica, de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Parágrafo único. O índice a ser adotado para a revisão anual dos subsídios previstos nesta Lei será o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo, observado, de qualquer forma, a limitação prevista no inciso XI, do art. 37, da Constituição Federal.

Art. 5º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento vigente, suplementada se necessário for.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte SC, 30 de Junho de 2020.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Fica publicado a presente lei aos trinta dias do mês de Junho de 2020, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa

Secretaria Executiva

LEI COMPLEMENTAR -073/2020 - PROCESSO TRIBUTÁRIO

Publicação Nº 2544645

LEI COMPLEMENTAR N. 073/2020.

INSTITUI O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO, REVOGA OS ARTS. 66, 67 E 68 DA LEI 060/93 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, inciso V, da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Das Normas Gerais

Art. 1º Ao processo administrativo tributário aplicam-se subsidiariamente as disposições do processo administrativo comum.

Art. 2º Fica assegurada ao contribuinte, responsável, autuado ou interessado, a plena garantia de defesa e de prova.

Art. 3º O julgamento dos atos e defesas compete:

I - em primeira instância, ao responsável pela unidade administrativa competente;

II - em segunda instância, ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Parágrafo único. O Conselho Administrativo de Recursos fiscais será formado em âmbito regional, com representação paritária dos municípios que venham a integrá-lo, e ainda por um representante dos contribuintes e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, e será regulamentado por decreto.

Art. 4º A interposição de impugnação, defesa ou recurso independe de garantia de instância.

Art. 5º Não será admitido pedido de reconsideração de qualquer decisão proferida pelo Conselho.

Art. 6º É facultado ao contribuinte, responsável, autuado ou interessado, durante a fluência dos prazos, ter vista dos processos em que for parte, pelo prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 7º Poderão ser restituídos os documentos apresentados pela parte, mediante recibo, desde que não prejudiquem a decisão, exigindo-se a sua substituição por cópias autenticadas.

Art. 8º Quando, no decorrer da ação fiscal, forem apurados novos fatos, envolvendo a parte ou outras pessoas, ser-lhes-á marcado igual prazo para apresentação de defesa, no mesmo processo.

Da Impugnação

Art. 9º A impugnação de exigência final instaura a fase contraditória.

Parágrafo único. A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança.

Art. 10 O contribuinte, o responsável e o infrator poderão impugnar qualquer exigência fiscal, independentemente de prévio depósito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação do lançamento ou da intimação, mediante defesa escrita e juntando-se os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

Parágrafo único. O impugnante poderá fazer-se representar por procurador legalmente constituído.

Art. 11 A impugnação será dirigida ao responsável pela unidade administrativa competente, por protocolo ou mediante recibo, e deverá conter:

I - a identificação do interessado, o número do contribuinte no Cadastro Fiscal respectivo, se houver, e o endereço para receber a intimação, inclusive endereço e/ou domicílio eletrônico;

II - a matéria de fato ou de direito em que se fundamenta o pedido;

III - as provas do alegado e a indicação das diligências que pretenda sejam efetuadas com os motivos que a justifiquem;

IV - o pedido formulado de modo claro e preciso.

Art. 12 Juntada a impugnação ao processo, ou formado este, se não houver, o mesmo será encaminhado ao autor ou responsável pelo ato impugnado, que apresentará réplica às razões da impugnação, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 13 Recebido o processo com a réplica, a autoridade julgadora determinará de ofício a realização das diligências que entender necessárias, e indeferirá as prescindíveis.

Parágrafo único. Se na diligência forem apurados fatos de que resulte crédito tributário maior do que o impugnado, será reaberto o prazo para nova impugnação, devendo, do fato, ser dada ciência ao interessado.

Art. 14 Completada a instrução do processo, o mesmo será encaminhado à autoridade julgadora.

Art. 15 Recebido o processo pela autoridade julgadora, esta decidirá sobre a procedência ou improcedência da impugnação por escrito e de forma fundamentada.

§ 1º A autoridade julgadora não ficará adstrita às alegações da impugnação e da réplica, devendo decidir de acordo com a lei, sua convicção e em face das provas produzidas no processo.

§ 2º No caso de a autoridade julgadora entender necessário, poderá converter o julgamento em diligência, determinando as novas provas a serem produzidas e o prazo para sua produção.

Art. 16 A intimação da decisão será feita na forma do artigo 197 deste Código.

Art. 17 O impugnante poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do crédito tributário, efetuando o seu pagamento ou o seu depósito obstativo, cujas importâncias, se consideradas indevidas em processo regular, serão restituídas, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do trânsito em julgado da decisão.

Parágrafo único. Sendo devido o crédito tributário, a importância depositada será automaticamente convertida em receita.

Art. 18 A autoridade julgadora recorrerá de ofício, no próprio despacho, sempre que a decisão exonerar o contribuinte ou o responsável do pagamento de tributo, multa ou outra receita, cujos valores originários somados sejam superiores à importância correspondente à 20 (vinte) UFM's, à época da decisão.

Dos Recursos

Art. 19 O recurso voluntário deverá ser interposto, seguindo os seguintes requisitos:

I - a identificação do interessado, o número do contribuinte no Cadastro Fiscal respectivo, se houver, e o endereço para receber a intimação, inclusive endereço e/ou domicílio eletrônico;

II - a matéria de fato ou de direito em que se fundamenta o pedido;

III - as provas do alegado e a indicação das diligências que pretenda sejam efetuadas com os motivos que a justifiquem, instruindo, se necessário, com os documentos e elementos de prova;

IV - o pedido formulado de modo claro e preciso que possibilite o entendimento da situação de fato.

Art. 20 Da decisão em 1.^a instância administrativa caberá recurso ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação.

§ 1º A decisão do Conselho, transitada em julgado, será final e definitiva, encerrando a instância administrativa.

§ 2º Considera-se também definitiva a decisão, mesmo que de 1.^a instância administrativa, quando o interessado não tenha apresentado recurso voluntário no prazo regulamentar, e não seja o caso de recurso de ofício.

Art. 21 O Conselho poderá converter o julgamento em diligência e determinar a produção de novas provas ou do que julgar cabível para formar sua convicção.

Art. 22 A impugnação e os recursos apresentados tempestivamente terão efeito suspensivo da cobrança.

Art. 23 O contribuinte será intimado das decisões na forma a seguir:

I - pessoalmente ou a representante, mandatário ou preposto, mediante recibo datado e assinado, ou com menção da circunstância de que houve impossibilidade ou recusa de assinatura;

II - por carta registrada com aviso de recebimento (AR), datado e firmado pelo destinatário ou alguém do seu domicílio;

III - por e-mail ou domicílio eletrônico, desde que com confirmação de recebimento/envio;

IV - por edital.

§ 1º Quando o edital for de forma resumida, deverá conter todos os dados necessários à plena ciência do intimado.

§ 2º Quando, em um mesmo processo, forem interessados mais de um sujeito passivo, em relação a cada um deles serão atendidos os requisitos fixados nesta seção para as notificações e citações.

§ 3º Poderá ser utilizado para publicação de edital o Diário Oficial dos Municípios - DOM ou Jornal de circulação local.

Da Execução das Decisões

Art. 24 São definitivas:

I - as decisões finais de primeira instância não sujeitas ao recurso de ofício, e quando esgotado o prazo para recurso voluntário, sem que este tenha sido interposto;

II - as decisões finais de segunda instância.

Parágrafo único. Tornar-se-á definitiva, desde logo, a parte da decisão que não tenha sido objeto de recurso, nos casos de recurso voluntário parcial.

Art. 25 Transitada em julgado a decisão desfavorável ao contribuinte, o processo será remetido ao setor competente, para a adoção das seguintes providências, quando cabíveis:

I - intimação do contribuinte, do responsável, do autuado ou do interessado, para que recolha os tributos e multas devidas, com os seus acréscimos, no prazo de 15 (quinze) dias, em não havendo outro prazo específico;

II - conversão automática em receita das importâncias eventualmente depositadas em dinheiro;

III - remessa para inscrição e cobrança da dívida;

IV - liberação dos bens, mercadorias, livros ou documentos, apreendidos ou depositados.

Art. 26 Se a decisão for favorável ao contribuinte, o processo será remetido ao setor competente para cancelamento do lançamento, quando aplicável, para a restituição, se for o caso, dos valores relativos a tributos, penalidades e acréscimos porventura pagos, bem como a liberação de bens e importâncias depositadas, se houverem, bem como para as demais providências cabíveis.

Art. 27 Os processos somente poderão ser arquivados após a prolação do respectivo despacho decisório, com trânsito em julgado.

Da Restituição, Compensação, Transação, Dação em Pagamento e Remissão

Art. 28 O contribuinte terá direito à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade de pagamento, nos seguintes casos:

I - Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido, ou maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - Erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 29 O pedido de restituição será instruído com os documentos originais que comprovem a ilegalidade ou irregularidade do pagamento;

§ 1º A transferência do respectivo crédito a ser restituído somente será feito a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-lo.

§ 2º Os valores da restituição, a que alude o caput deste artigo serão atualizados monetariamente, pelo mesmo índice aplicável aos créditos do município, a partir da data do efetivo recolhimento;

§ 3º O município tem o prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado da decisão que lhe concede, para efetivar a restituição.

Art. 30 Observado o disposto nesta Lei e no artigo 170, da Lei Federal 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), o Poder Executivo Municipal poderá efetuar a compensação parcial ou total de créditos tributários líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo da obrigação tributária para com o município.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica a tributos objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

§ 2º Estando o débito vencido, o crédito do sujeito passivo será atualizado monetariamente, pelo mesmo índice aplicável aos créditos do município.

§ 3º A compensação deverá ser efetuada sempre que o sujeito passivo detentor do crédito estiver com débitos vencidos junto ao município, não contemplando qualquer antecipação das suas obrigações.

Art. 31. É competente para autorizar a restituição e compensação o Secretário da Fazenda, ou quem estiver no exercício de atribuições equivalentes, mediante despacho fundamentado.

Art. 32. É facultado ainda ao Poder Executivo, nos termos do artigo 171, da Lei Federal 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), celebrar transação, com sujeito passivo de obrigação tributária, que através de concessões mútuas, objetivar a terminação de litígio no âmbito judicial e consequente extinção do crédito tributário.

Parágrafo único. A celebração de transação dependerá de:

I - abertura de processo específico, a partir de solicitação de qualquer das partes;

II - justificativa fundamentada do interesse da administração no fim da lide;

III - justificativa das concessões, as quais não poderão atingir o principal do crédito tributário;

IV - avaliação financeira do acordo, efetuada por comissão especialmente designada para esse fim;

V - parecer específico, do ponto de vista legal, do órgão jurídico do município;

VI - autorização legislativa específica.

Art. 33 O crédito tributário, inscrito ou não em Dívida Ativa, desde que apurado com todos os acréscimos previstos em lei, poderá ser solvido, quando do interesse da Administração Municipal, por dação em pagamento, mediante o fornecimento de bens imóveis.

Parágrafo único. Para efetivação da dação em pagamento observar-se-á:

I - que os bens fornecidos sejam de interesse útil para a Administração Municipal;

II - que os bens sejam avaliados conforme regulamento, e que estejam livres e desembaraçados de quaisquer ônus, salvo se o gravame corresponder ao débito para o qual se pretende quitar com a dação;

III - que a dação abranja a totalidade do crédito, ou créditos que se pretende liquidar, com atualização, juros, multa e demais encargos legais, sem desconto de qualquer natureza, assegurando-se ao devedor, a possibilidade de complementação em dinheiro, em eventual diferença entre os valores da totalidade da dívida e o valor dos bens ofertados em dação;

IV - caso o crédito que se pretenda extinguir seja objeto de discussão judicial, a dação em pagamento somente produzirá efeitos após a desistência da referida ação pelo devedor ou corresponsável, e a renúncia do direito sob o qual se funda a ação, arcando o devedor ou corresponsável, com o pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios.

V - autorização expressa em lei.

Art. 34 As propostas de compensação e de dação em pagamento não geram suspensão do crédito tributário e implicam na confissão irretratável da dívida, com renúncia ao direito de impugnar ou recorrer quanto a sua cobrança.

Art. 35 – As dotações para cobertura orçamentária das despesas decorrentes dessa lei são aquelas consignadas no orçamento vigente.

Art. 36 – Ficam revogados os arts. 66, 67 e 68 da Lei n. 60/1993.

Art. 37 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte - SC, 30 de Junho de 2020.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Fica publicado a presente lei aos trinta dias do mês de Junho de 2020, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

LEI- 1179-2020 - CRF -REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Publicação Nº 2544639

LEI N. 1179/2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EMITIR CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF) DE INTERESSE SOCIAL (REURB-s) DA QUADRA Nº 04 E QUADRA Nº 28, DO BAIRRO QUATRO PINHEIROS, NESTE MUNICÍPIO E AINDA A RECONHECER O DIREITO DE PROPRIEDADE AOS OCUPANTES DO NÚCLEO URBANO INFORMAL REGULARIZADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 14 da Lei Municipal nº 1135/2018, autorizado a emitir Certidão de Regularização Fundiária (CRF) do núcleo urbano informal de interesse social da quadra nº 04 e quadra nº 28, do Bairro Quatro Pinheiros, neste Município;

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer o direito de propriedade aos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado, conforme anexo I;

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte SC, 30 de Junho de 2020.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Fica publicado a presente lei aos trinta dias do mês de Junho de 2020, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

LEI- 1181.2020 - FIXA SUBSIDIO - VEREADORES

Publicação Nº 2544641

LEI MUNICIPAL N.º 1181/2020

Estabelece o subsídio do Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Ponte Alta do Norte de 1º. de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024 em atendimento ao artigo 29, VI, alínea "a", da Constituição Federal, artigos 14, VIII e 19, da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o subsídio aos Vereadores da Câmara Municipal de Ponte Alta do Norte, na forma do que dispõe os artigos 29, VI, VII, 37, XI, da Constituição Federal, artigo 14, VIII e artigo 19, da Lei Orgânica Municipal, obedecidos os limites constitucionais, bem como o artigo 1º. e parágrafo único da LC n. 25, de 2 de julho de 1975, nesta e a partir da legislatura subsequente será sempre fixado, em parcela única, o subsídio mensal de R\$: 2.854,13 (dois mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e treze centavos).

I - O presidente da Câmara Municipal, devido a complexidade do cargo e função, terá o subsídio mensal de R\$: 3.513,66 (três mil quinhentos e treze reais e sessenta e seis centavos).

§ 1º Os subsídios dos Vereadores serão revistos anualmente, sem distinção de índices, através da revisão geral anual do Legislativo Municipal, em conformidade com o inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, por norma legal específica, de iniciativa da Câmara Municipal.

§ 2º O índice a ser adotado para a revisão anual dos subsídios previstos nesta Lei será o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo, observado, de qualquer forma, a limitação prevista no inciso XI, do art. 37, da Constituição Federal.

§ 3º Sobre o subsídio incidirão os descontos previstos na Legislação vigente.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento vigente, suplementada se necessário for.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte SC, 30 de Junho de 2020.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Fica publicado a presente Lei aos trinta dias do mês de Junho de 2020, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

Ponte Serrada

PREFEITURA

LEI ORDINARIA 2406/2020

Publicação Nº 2544259

LEI Nº 2.406/2020 DE 23 DE JUNHO DE 2020.

FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO MUNICIPAL, DO VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, PARA O MANDATO 2021/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município, faz saber aos habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e Ele sancionou e promulgou a seguinte Lei:

Art. 1º. O subsídio mensal do Prefeito Municipal, para a gestão administrativa que se inicia em 1º de janeiro de 2021, é fixado, em 12 parcelas anuais de R\$ 16.501,36 (dezesesseis mil quinhentos e um reais e trinta e seis centavos), vedada a percepção de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 2º. O subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal, para a gestão administrativa que se inicia em 1º de janeiro de 2021, é fixado, em 12 (doze) parcelas anuais de R\$ 8.250,69 (oito mil, duzentos e cinquenta reais e sessenta e nove centavos), vedada a percepção de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único. Quando o Vice-Prefeito, for servidor ou empregado público, ou for investido em cargo de provimento em comissão, mesmo que de Secretário Municipal, deverá optar entre a remuneração do cargo de provimento efetivo, do emprego público, ou do cargo de provimento em comissão, ou subsídio do cargo de Vice-Prefeito.

Art. 3º. Os subsídios mensais dos Secretários Municipais, são fixados, em 12 (doze) parcelas anuais de R\$ 6.188,00 (seis mil, cento e oitenta e oito reais), a partir de 1º de janeiro de 2021, vedada a percepção de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único. O servidor ou empregado público municipal investido no cargo de Secretário Municipal, deverá optar entre a remuneração do cargo de provimento efetivo ou do emprego público, ou subsídio do cargo em que é investido.

Art. 4º. Os valores fixados nos artigos 1º, 2º e 3º desta Lei serão reajustados, uniforme e automaticamente nas mesmas datas e pelos mesmos índices concedidos à remuneração dos servidores públicos municipais, exclusivamente, a título de revisão de caráter geral e anual da remuneração.

Art. 5º. O Vice-Prefeito, sempre que no exercício do cargo de Prefeito Municipal, perceberá o subsídio deste, calculado proporcionalmente ao período em que exercer o cargo de Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. A cada 12 (doze) meses de efetivo exercício do cargo, o Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais terão direito a usufruir férias pelo período de 30 (trinta) dias contínuos ou não, remunerados pelo respectivo subsídio, acrescidos de parcela equivalente a 1/3 (um terço) da respectiva remuneração.

Parágrafo único. O Vice-Prefeito somente usufruirá do benefício previsto no caput deste artigo se exercer funções administrativas no Poder Executivo Municipal, observadas as disposições do parágrafo único do art. 2º desta Lei.

Art. 7º. Quando em viagem de representação do Poder Executivo Municipal em eventos oficiais do Município, do Estado ou da Nação, desempenho de missão oficial, participação em cursos, seminários e outros eventos autorizados, os agentes políticos remunerados por subsídios, nos termos desta Lei terão direito à diárias e à indenização das despesas com transporte e locomoção, conforme estabelecido em legislação específica.

Art. 8º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão suportadas por dotações orçamentárias consignadas nos orçamentos anuais do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina,
em 23 de Junho de 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA 2407/2020

Publicação Nº 2544268

LEI Nº 2.407/2020 DE 23 DE JUNHO DE 2020.

FIXA O SUBSÍDIO DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, PARA A 16ª LEGISLATURA, DE 1º DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município, faz saber aos habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e Ele sancionou e promulgou a seguinte Lei:

Art. 1º. O subsídio mensal dos Vereadores é fixado, para a legislatura que se inicia em 1º de janeiro de 2021, em 12 (doze) parcelas anuais de R\$ 4.650,47 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais e quarenta e sete centavos).

Parágrafo único. O subsídio do vereador no exercício da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores, para a legislatura que se inicia em 1º de janeiro de 2021, é fixado, em 12 parcelas anuais de R\$ 5.225,09 (Cinco mil, duzentos e vinte e cinco reais e nove centavos).

Art. 2º. Os valores fixados no artigo anterior serão reajustados, uniforme e automaticamente nas mesmas datas e pelos mesmos índices concedidos à remuneração dos servidores públicos municipais, a título de revisão de caráter geral e anual da remuneração.

§ 1º. O Vereador investido para o exercício de cargo de provimento em /comissão, deverá optar entre o subsídio de parlamentar ou subsídio/vencimento do cargo em que for nomeado.

§ 2º. Na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo anterior a remuneração e seus encargos serão suportados pelo órgão no qual foi investido o Vereador.

Art. 3º. Para efeito do recebimento integral do subsídio fixado para o vereador, levar-se-á em consideração a presença nas sessões ordinárias, conforme cronograma mensal estabelecido.

§ 1º. Verificadas ausências, desde que não justificadas, o subsídio será pago com a redução proporcional da falta injustificada às sessões ordinárias previstas.

Art. 4º. O valor do subsídio expresso nesta Lei, fica adstrito aos parâmetros estipulados na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, para o efetivo pagamento do mesmo, observando-se, ainda, os limites com despesas e gastos com pessoal do Poder Legislativo Municipal.

Art. 5º. Quando em viagem de representação do Poder Legislativo Municipal em eventos oficiais do Município, do Estado ou da Nação, desempenho de missão oficial, participação em cursos, seminários e outros eventos autorizados pela Mesa Diretora, os Vereadores terão direito à diárias e à indenização das despesas com transporte e locomoção, conforme estabelecido em legislação específica.

Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão suportadas por dotações orçamentárias consignadas nos orçamentos anuais do Poder Legislativo Municipal.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina,
em 23 de Junho de 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

TERCEIRO TA CT 18-2019 - ACRÉSCIMO SCALA - CENTRO DE EVENTOS

Publicação Nº 2544003

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2019
TOMADA DE PREÇO Nº 02/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2019

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 82.777.236/0001-01, com sede na Rua Madre Maria Theodora, nº 264, Centro, Ponte Serrada, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ALCEU ALBERTO WRUBEL, portador da Cédula de Identidade RG n. 1.306.106 e inscrito no CPF/MF sob o n. 469.966.309-59, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa SCALA ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ-MF sob o nº.18.047.772/0001-44 com sede na Avenida XV de Novembro, Nº 21, Sala 05, Centro, Ponte Serrada – SC., representada neste ato, pelo senhor DOUGLAS LUIZ MCHADO SEVERGNINI, portador da Cédula de Identidade nº. 4.894.100 e inscrito no CPF-MF sob o nº.060.564.759-30, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº 18/2019 firmado em 06 de março de 2019, originário do processo licitatório n.º 13/2019, justificado pelo atraso de repasse de recursos pela concedente do convênio nº 869950/2018, conforme condições abaixo estabelecidas:

Cláusula I

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar o item 3.1 da Cláusula III do Contrato nº 18/2019, realizado segundo os termos do processo licitatório nº 13/2019, conforme justificativa técnica do fiscal da obra do contratante, que acresce o valor de R\$ 25.835,01 (vinte e cinco mil e oitocentos e trinta e cinco reais e um centavo), correspondente a 4,16% sobre o valor contratado, que passa a ter a seguinte redação:

"3.1 – O valor total para execução da obra é de R\$ 645.835,01 (seiscentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e trinta e cinco reais e um centavo), sendo R\$ 501.167,00 (quinhentos e um mil e cento e sessenta e sete reais) de material e R\$ 144.668,01 (cento e quarenta e quatro mil e seiscentos e sessenta e oito reais e um centavos) de mão-de-obra ."

Cláusula II

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Cláusula III

O presente Termo Aditivo será levado à publicação no Diário Oficial dos Municípios, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor. E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de testemunhas abaixo.

Ponte Serrada/SC, 29 de junho de 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	DOUGLAS LUIZ MCHADO SEVERGNINI SCALA ARQUITETURA E CONSTRU- ÇÕES CONTRATADA
---	---

Analisado e aprovado em conformidade com o Art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, por:

André Luiz Panizzi
OAB/SC: 23.051

Testemunhas:

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 043/2020 - PMPB - RETIFICADO I

Publicação Nº 2543582

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço - Nº 043/2020 - PMPB – Retificado I

Tipo de licitação: Menor Preço Global

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Contratação de empresa para prestação de serviço com fornecimento/aplicação de concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ) para construção de ondulações transversais e faixas elevadas para pedestres nas vias públicas na área urbana do município, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 08h30min do dia 13/07/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09h00min do dia 13/07/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 30 de Junho de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 021/2020 - PMPB

Publicação Nº 2543788

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE CONTRATO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2020 - PMPB

CONTRATO Nº 021/2020 – PMPB

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, ciclofaixa, calçadas e sinalização viária da Avenida Governador Celso Ramos (trecho 2), localizada no Bairro Perequê, Município de Porto Belo/SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: Baltt Empreiteira Transportes e Terraplanagem Ltda

CNPJ: 00.145.589/0001-16

Sócio: Rogerio Luis Baltt e Fabiana Schadeck Baltt

VALOR: R\$ 5.333.302,94 (Cinco milhões, trezentos e trinta e três mil, trezentos e dois reais e noventa e quatro centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

Prazo de Execução: 10 meses

DATA DA ASSINATURA: 29/06/2020

Porto Belo, 29 de Junho de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 034/2020 - FMS

Publicação Nº 2543810

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de PORTO BELO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2020 – FMS

O Município de Porto Belo (SC), torna público a dispensa de licitação nº 034/2020 - FMS em conformidade com fulcro no artigo 2º, caput e § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; nos artigos 3º e 18 do Decreto Federal nº 6.017/07; nos artigos 2º, 4º, 7º, 13, 33, II, 43, 49, no artigo 24, inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal nº 8.666/93.

Processo nº 082/2020 - FMS

Objeto: Aquisição de tendas para uso da Secretaria de Saúde no combate ao COVID-19 no Município de Porto Belo.

Contratado: LUIZ FABIANO TANK – MGA EMPRESAS

Valor: R\$ 32.900 (Trinta e dois mil e novecentos reais)
Homologado: 29/06/2020.
Porto Belo / SC, 29 de Junho de 2020
Jainara S. Nordio
Secretária de Saúde

LEI MUNICIPAL Nº 2903, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543738

LEI MUNICIPAL Nº 2903, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Saúde Vocal do Professor da Rede Municipal de Ensino de Porto Belo e dá outras providências. Autores: Vereador Altino Torquato dos Santos Junior e Vereadora Silvana Nunes Stadler.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a implantar o Programa Municipal de Saúde Vocal, objetivando a prevenção de disfonias em professores da rede municipal de ensino.

Art. 2º O Programa Municipal de Saúde Vocal deverá abranger assistência preventiva, na rede pública de saúde, com a realização de, no mínimo, 01 (um) curso teórico-prático anual, objetivando orientar os professores sobre o uso adequado da voz profissionalmente.

Art. 3º Caberá às Secretarias Municipais da Saúde e da Educação de Porto Belo, a formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução do Programa Municipal de Saúde Vocal, ficando a coordenação a cargo de profissional de fonoaudiologia.

Art. 4º O Programa Municipal de Saúde Vocal terá caráter fundamentalmente preventivo, mas, uma vez detectada alguma disfonia, será garantido ao professor o pleno acesso a tratamento fonoaudiológico e médico.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei em 60 (sessenta) dias, a contar de sua entrada em vigor.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 29 dias do mês de junho de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

PORTARIA Nº 362/2020

Publicação Nº 2543448

PORTARIA Nº: 362/2020

“Concede Aposentadoria por Incapacidade Permanente à Servidora Pública Municipal Senhora Silvana Herta da Silva”.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e por estar de acordo com o Art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal e ainda em conformidade com os artigos 53 e 54 da Lei Municipal 2.480/2017, e nos termos do processo nº 006/2020,

Resolve:

Art. 1º APOSENTAR POR INAPACIDADE PERMANENTE, a Senhora Silvana Herta da Silva, ocupante do cargo de Servente, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com Proventos Proporcionais – DOENÇA COMUM, NÃO ESPECIFICADA EM LEI - Sem Paridade, Média das 80% maiores Remunerações de acordo com esta regra, tornando sem efeito todas as disposições em contrário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, sendo seus efeitos a partir de primeiro de julho do corrente ano, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 26 dias do mês de Junho de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
Prefeito de Porto Belo

PORTARIA Nº 363/2020

Publicação Nº 2543450

PORTARIA Nº: 363/2020

“Concede Aposentadoria por Incapacidade Permanente à Servidora Pública Municipal Senhora Cleusa Mari Correia”.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e por estar de acordo com o Art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal e ainda em

conformidade com os artigos 53 e 54 da Lei Municipal 2.480/2017, e nos termos do processo nº 007/2020,

Resolve:

Art. 1º APOSENTAR POR INAPACIDADE PERMANENTE, a Senhora Cleusa Mari Correia, ocupante do cargo de Servente, lotado no Gabinete do Prefeito, com Proventos Proporcionais – DOENÇA COMUM, NÃO ESPECIFICADA EM LEI - Sem Paridade, Média das 80% maiores Remunerações de acordo com esta regra, tornando sem efeito todas as disposições em contrário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, sendo seus efeitos a partir de primeiro de julho do corrente ano, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 26 dias do mês de Junho de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
Prefeito de Porto Belo

PORTARIA Nº 364/2020

Publicação Nº 2543451

PORTARIA Nº: 364/2020

“Concede Aposentadoria por Incapacidade Permanente à Servidora Pública Municipal Senhora Cibele Rocha Mello”.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e por estar de acordo com o Art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal e ainda em conformidade com os artigos 53 e 54 da Lei Municipal 2.480/2017, e nos termos do processo nº 008/2020,

Resolve:

Art. 1º APOSENTAR POR INAPACIDADE PERMANENTE, a Senhora Cibele Rocha Mello, ocupante do cargo de Técnico em Radiologia, lotado no Secretaria Municipal de Saúde, com Proventos Proporcionais – DOENÇA COMUM, NÃO ESPECIFICADA EM LEI - Sem Paridade, Média das 80% maiores Remunerações de acordo com esta regra, tornando sem efeito todas as disposições em contrário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, sendo seus efeitos a partir de primeiro de julho do corrente ano, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 26 dias do mês de Junho de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
Prefeito de Porto Belo

PORTARIA Nº 365/2020

Publicação Nº 2543453

PORTARIA Nº: 365/2020

“Concede Aposentadoria por Incapacidade Permanente à Servidora Pública Municipal Senhora Janeci Dorcina da Silva Bazilio”.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e por estar de acordo com o Art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal e ainda em conformidade com os artigos 53 e 54 da Lei Municipal 2.480/2017, e nos termos do processo nº 009/2020,

Resolve:

Art. 1º APOSENTAR POR INAPACIDADE PERMANENTE, a Senhora Janeci Dorcina da Silva Bazilio, ocupante do cargo de Servente, lotado no Secretaria Municipal de Administração, com Proventos Proporcionais – DOENÇA COMUM, NÃO ESPECIFICADA EM LEI - Sem Paridade, Média das 80% maiores Remunerações de acordo com esta regra, tornando sem efeito todas as disposições em contrário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, sendo seus efeitos a partir de primeiro de julho do corrente ano, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 26 dias do mês de Junho de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
Prefeito de Porto Belo

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 002/2019

Publicação Nº 2543155

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 002/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A ASSOCIAÇÃO DA REDEH BENEFICÊNCIA CRISTÃ PARA A MANUTENÇÃO E O PLENO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

Pelo presente Termo Aditivo ao Convênio nº 002/2019, que celebraram MUNICÍPIO DE PORTO BELO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Av. Gov. Celso Ramos, 2500, bairro Centro, nesta cidade de Porto Belo, neste ato representado pelo Sr. Emerson Luciano Stein, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade nº 33225008 e inscrito no CPF sob nº 946.748.509-59, doravante denominado Conveniente, e a ASSOCIAÇÃO DA REDEH BENEFICÊNCIA CRISTÃ, com sede social na Rua 4 de Outubro, nº 115, Bairro Centro, no Município de Taió-SC, inscrita no CNPJ sob nº 86.324.860/0001-04, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Rogério de Abreu, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 2.628.823-SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 800.160.149-87, residente e domiciliado na Rua Mirador, nº 806, Bairro Ponto Chic, Município de Ibirama-SC, doravante denominada Conveniada - REDEH, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os artigos 196 e 199, bem como demais disposições regulamentares aplicáveis à espécie, e,

CONSIDERANDO o Memorando nº 048/2020, de 15 de junho de 2020, da Secretária de Saúde Jainara Nordio, solicitando a ampliação do Plano de Trabalho dos serviços no Pronto Atendimento do Município de Porto Belo;

CONSIDERANDO a Resolução nº 002/2020, do Conselho Municipal de Saúde, aprovando o novo Plano de Trabalho apresentado pela Associação da Redeh Beneficência Cristã;

Tem entre si, justo e acordado, o presente TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COLABORAÇÃO PARA A MANUTENÇÃO E O PLENO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, na forma e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração do objeto e do valor do repasse que deverão ser utilizados para o desenvolvimento das atividades fins da CONVENIADA, especificamente para a manutenção e o pleno funcionamento das atividades do pronto socorro, por equipe médica própria da CONVENIADA, passando a ter o seguinte teor:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Convênio tem por objeto a prestação e gestão integral dos serviços para a manutenção e o pleno funcionamento das atividades do Pronto Atendimento, por equipe médica própria do CONVENIENTE, seja do seu quadro social, preposto, contratado e/ou associado, assim determinado, e nos moldes e competências estabelecidas e pormenorizada em Plano de Trabalho:

- 01 (um) médico das 7:00 às 24:00 horas, todos os dias da semana, finais de semana e feriados;
- 01 (um) médico das 10:00 às 24:00 horas, todos os dias da semana, finais de semana e feriados;
- 01 (um) um técnico de radiologia das 18:00 às 24:00 horas de forma ininterrupta, de segunda e sexta-feira e das 7:00 horas e término às 24:00 horas nos finais de semana e feriados;
- 03 (três) técnicos de enfermagem, 01 (um) enfermeiro e 01 (um) recepcionista das 7:00 às 24:00 horas, todos os dias da semana, finais de semana e feriados;
- 01 (um) Enfermeiro, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, para desempenhar função gerencial, responsável pelas escalas, gerenciamento de estoque e outras medidas administrativas inerentes à função;
- Sobreaviso de Laboratório para realização de exames de caráter emergencial, contemplando: hemograma, hematócrito, hemoglobina, enzimas cardíacas (troponina), análise quantitativa e qualitativa da urina.
- Exames de ultrassonografia: até 40 (quarenta) exames por mês;
- Exames de endoscopia: até 10 (dez) exames por mês;
- Exames de colonoscopia: até 4 (quatro) exames por mês.

Os serviços serão prestados por profissionais médicos com registro no CRM, atuantes na área.

CLÁUSULA QUINTA

Pelos serviços objeto do presente convênio será pago pela CONCEDENTE, inicialmente o valor mensal de R\$ 259.644,56 (duzentos e cinquenta e nove mil e seiscentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), sendo que, a partir de 1º de julho de 2020, será repassado o valor mensal de R\$ 266.736,12 (duzentos e sessenta e seis mil e setecentos e trinta e seis reais e doze centavos), devendo ser pago até o 5 dia de cada mês, ficando as parcelas do próximo exercício vinculadas ao orçamento de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O presente termo terá vigência a partir da presente data até 31 de dezembro de ano em curso, devendo os serviços elencados na cláusula primeira serem prestados a partir de 1º de julho do ano em curso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais condições do Convênio nº 002/2019, não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem as partes justas os parceiros, firmam o presente Termo de Colaboração em 4 (quatro) vias de igual teor e forma para um

único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Porto Belo - SC, aos 24 dias do mês de junho de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
Prefeito de Porto Belo

ROGÉRIO DE ABREU
Presidente da Associação da Redeh de Beneficência Cristã

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF CPF

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 012/2020 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2543836

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 020/2020 – EDUCAÇÃO.
Extrato de Edital de Pregão Presencial 012/2020 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por ITEM, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 13 de julho de 2020 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 29 de junho de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 051/2020

Publicação Nº 2543840

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 121/2020.
Extrato de Edital de Pregão Presencial 051/2020 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por ITEM, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 14 de julho de 2020 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 29 de junho de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 052/2020 - MULTIENTIDADE - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2543847

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 122/2020 – MULTIENTIDADE – REGISTRO DE PREÇOS.
Extrato de Edital de Pregão Presencial 052/2020 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por ITEM, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 15 de julho de 2020 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 29 de junho de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2020**

Publicação Nº 2543280

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2020

Dispensa a Licitação com fundamento no artigo 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93 em favor da Empresa Marcos Leichtfeld Riskoski – PRIME Estética Automotiva, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.348.603/0001-81, situada na Rua Quintino Bocaiúva, nº 331, Cidade Nova, Município de Porto União (SC), para prestar serviços de manutenção e conservação do veículo oficial da Câmara de Vereadores de Porto União, no valor total de R\$ 1.280,00 (um mil e duzentos e oitenta reais)

Porto União (SC), 18 de Junho de 2020.

Maira Teresinha Lusa

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2020

Publicação Nº 2543283

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato – Processo Licitatório nº 022/2020 – Dispensa de Licitação nº 019/2020

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB nº 83.529.933/0001-06).

Contratada: Marcos Leichtfeld Riskoski – PRIME Estética Automotiva – CNPJ nº 17.348.603/0001-81

Objeto: Prestação de serviço para manutenção e conservação de veículos

Valores: R\$ 1.280,00 (um mil, duzentos e oitenta reais).

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União

Unidade 01 – Câmara de Vereadores de Porto União

Atividades – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade – 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento – 3.3.90.39.19.00.00.00 – Manutenção e Conservação de Veículos

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93

Sandro Luciano Calikoski

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 268/2020

Publicação Nº 2544000

RESOLUÇÃO Nº 268/2020

EMENTA: "Dispõe sobre licença para tratar de interesses particulares".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33, inciso III, do Regimento Interno.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a Vereadora Salime Farah, licença de 60 (sessenta) dias para tratar de interesses particulares, a partir de 01 de julho de 2020.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 2020.

Sandro Luciano Calikoski	Gildo Luiz Masselai
Presidente	Vice - Presidente
Paulo Kovalski	Carlos Roderlei Pinto

1º Secretário

2º Secretário

Pouso Redondo

PREFEITURA

066 2020 - RETIFICAÇÃO PEÇAS BRITADOR

Publicação N° 2543339

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO ELETRONICO N°47/2020 PROCESSO N°65/2020

A Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, através de seu prefeito municipal o Sr. Oscar Gutz, torna público republicação do Edital de Pregão ELETRONICO nº 47/2020 – Menor Preço por Lote , com objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças para o britador Móvel 8050 do Município. Onde devido altera-se o descritivo de alguns itens do ANEXO I, conforme segue:

Lote: 1				Preço Total do Lote:		235.380,00
Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	10,00	PC		MANDÍBULA FIXA DO BRITADOR PRIMÁRIO, COM 14% A 16% DE MANGANÊS, 14 DENTES PARA PEDRAS FINAS, COM PESO DE 454KG	11.478,00	114780,00
2	10,00	PC		MANDÍBULA MÓVEL DO BRITADOR PRIMÁRIO, COM 14% A 16% DE MANGANÊS, 13 DENTES PARA PEDRAS FINAS, COM PESO DE 482KG	12.060,00	120600,00
Lote: 2				Preço Total do Lote:		160.100,00
Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
3	10,00	PC		CUNHA FIXA COM PROTEÇÃO DA MANDIBULA MÓVEL	2.830,00	28300,00
4	10,00	PC		CUNHA LATERAL INFERIOR DIREITA	2.850,00	28500,00
5	10,00	PC		CUNHA LATERAL INFERIOR ESQUERDA	2.850,00	28500,00
6	10,00	PC		CUNHA LATERAL SUPERIOR DIREITA	3.740,00	37400,00
7	10,00	PC		CUNHA LATERAL SUPERIOR ESQUERDA	3.740,00	37400,00
Lote: 3				Preço Total do Lote:		16.000,00
Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
8	10,00	PC		TELA PARA PENEIRA VIBRATÓRIA - MALHA DE 2" - FIO 3/8" 2500MMX980MM, GANHO 2500MM	1.600,00	16000,00
Lote: 4				Preço Total do Lote:		173.100,00
Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
9	600,00	MT		CORREIA 24" DE LARGURA/ 02 LONAS/ COMERTURA DE 1/8" X 1/16".	156,00	93600,00

10	600,00	MT		CORREIA 20" DE LARGURA/ 02 LONAS/ COMERTURA DE 1/8" X 1/16"	130,00	78000,00
16	20,00	PC		CORREIA EM "V B - 55	75,00	1500,00
Lote: 5						
				Preço Total do Lote:	32.750,00	
Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
11	100,00	PC		ROLETE DE CARGA 4" X220X260X20MM - ENCAIXE DE 30MM PADRAO FAÇO	91,50	9150,00
12	100,00	PC		ROLETE DE CARGA 4" X270X310X20MM - ENCAIXE DE 30MM PADRAO FAÇO	92,50	9250,00
13	100,00	PC		ROLETE DE CARGA 4" X685X725X20MM - ENCAIXE DE 30MM PADRAO FAÇO	143,50	14350,00
Lote: 6						
				Preço Total do Lote:	60.000,00	
Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
14	10,00	PC		CALHA DA ABANADEIRA/ LADO DO QUEIXO / LADO DA CONTRA CUNHA	1.980,00	19800,00
15	10,00	PC		ABANADEIRA 480MM	4.020,00	40200,00

Em virtude das alterações acima realizadas prorroga-se a data de julgamento do processo que passa a ser dia 10 de julho de 2020 as 09:00 horas, através do portal de compras e licitações BLL – bll.org.br. As demais cláusulas permanecem inalteradas. Maiores informações, no e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br, no site www.pousoredondo.sc.gov.br, no site www.bll.org.br e maiores informações pelo telefone (47) 3534-8700/8719/8721.

Pouso Redondo, 29 de junho de 2020.

Oscar Gutz
Prefeito Municipal de Pouso Redondo

067 2020 - REDES DE PROTEÇÃO

Publicação N° 2544220

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
PROCESSO N°67/2020 - PREGÃO ELETRONICO N° 49/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Eletrônico, através da plataforma www.bll.org.br, o edital para Registro de preços para futura e eventual aquisição de rede de proteção para quadras de esportes.. com RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09h00 do dia 30/06/2020 às 13:00 do dia 13/07/2020 e início da sessão no dia 13/07/2020 as 14h00. Maiores informações e o edital completo serão fornecidos pelo setor de Licitação da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700 ou e-mail:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, 29 de junho de 2020.

Oscar Gutz
Prefeito Municipal

PROCESSO 082020 - DISPENSA TOTEM

Publicação N° 2544757

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 08/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 03/2020

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados a instauração de procedimento de dispensa de licitação, artigo 4, da Lei 13.979/2020.

Objeto: Aquisição de totem para álcool em gel, com capacidade para 1 litro. Destinado ao enfrentamento e combate do Covid-19.

Contratado: Debora Bennertz 04590382903 - Valor Total: R\$ 6.990,00 (seis mil novecentos e noventa reais).

Pouso Redondo, em 30 de junho 2020.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO PE 02 2020 FMS - LIXO HOSPITALAR

Publicação N° 2543431

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N° 02/2020 PROCESSO N°04/2020 - FMS

A Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, através de seu prefeito municipal o Sr. Oscar Gutz, torna público a RETIFICAÇÃO do Edital do pregão eletrônico 02/2020, de OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO, E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE GERADOS PELO MUNICIPIO. devido a alterações no edital, onde altera-se o item 4.12 do edital, e demais itens referente a exclusividade apenas para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, alterando-se para licitação NÃO exclusiva para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, em virtude desta alteração, fica alterada a data de Julgamento do Processo para dia 10/07/2020 as 14:00hr, através da plataforma eletrônica de compras e licitações – BLL (bll.org.br), quaisquer dúvidas e esclarecimento e o edital completo pode ser retirado através do e-mail licitações@pousoredondo.sc.gov.br, bll.org.br ou pelos telefones (47)3545-8700/8719/8721.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 016/2020

Publicação N° 2543154

CÂMARA DE VEREADORES DE POUSO REDONDO

CNPJ 05.559.537/0001-00

Rua Querino Ferrari, n.º 93 – Bairro Boa Vista - Fone 3545-2050

89.172-000 – Pouso Redondo – Santa Catarina

e-mail: camarapousoredondo@yahoo.com.br

PORTARIA N° 016/2020 de 29.06.2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR " MOACIR SILVIO AGUSTINI "

E DÁ PROVIDÊNCIAS.

GEOVANI MOTTA, Presidente da Câmara de Vereadores de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e no que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno desta Câmara:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor desta Câmara, Senhor MOACIR SILVIO AGUSTINI – Diretor de Secretaria, cargo efetivo -, cujo período aquisitivo deu-se em 02/01/2019 a 01/01/2020, e período de gozo dar-se-á em 01/07/2020 a 20/07/2020, sendo que seu período de abono de férias compreenderá entre os dias 21/07/2020 a 30/07/2020, conforme recibos de férias em anexo.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Pouso Redondo, em 29 de junho de 2020.

GEOVANI MOTTA

Presidente da Câmara

Registre-se, Publique-se.

MOACIR SILVIO AGUSTINI

Diretor de Secretaria

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

DECRETO N. D/4.528/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543432

Decreto nº D/4.528/2020, de 26 de junho de 2020.

Homologa as Resoluções de nºs CME 003/2020 e CME 004/2020, ambas de 17 de junho de 2020, do Conselho Municipal da Educação.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos X e XIX, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal,

Decreta:

Art. 1º. Ficam homologadas as Resoluções de nºs CME nº 003/2020 e CME 004/2020, ambas de 17 de junho de 2020, do Conselho Municipal da Educação, conforme segue:

I – Resolução nº CME n. 003/2020, de 17 de junho de 2020, que aprova nova versão do Plano de Atendimento Emergencial da Rede Municipal de Ensino de Presidente Castello Branco e dá outras providências, conforme Ata n. 002/2020;

II – Resolução nº CME 004/2020, de 17 de junho de 2020, que aprova alterações nos Calendários para o ano letivo de 2020 das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Presidente Castello Branco e dá outras providências, conforme Ata n. 002/2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 26 de junho de 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 26/06/2020, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Angélica Frigo
Diretora da Secretaria Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças

DECRETO N. D/4.529/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543741

Decreto nº D/4.529/2020, de 26 de junho de 2020.

Homologa as Resoluções de nºs 003/2020, 004/2020 e 005/2020, todas de 16 de junho de 2020, do Conselho Municipal de Saúde.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos X e XIX, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal,

Decreta:

Art. 1º. Ficam homologadas as Resoluções de nºs 003/2020, 004/2020 e 005/2020, todas de 16 de junho de 2020, do Conselho Municipal de Saúde, conforme segue:

I – Resolução nº 003/2020, de 16 de junho de 2020, que torna público a diretoria eleita para o exercício de mandato de junho de 2020 a maio de 2021, do Conselho Municipal de Saúde, conforme Ata n. 05/2020;

II – Resolução nº 004/2020, de 16 de junho de 2020, que emite parecer aprovando por unanimidade a aplicação de recursos remanescentes do exercício de 2019, para aplicação em folha de pagamento dos servidores do Fundo Municipal de Saúde, conforme Ata n. 06/2020;

III - Resolução nº 005/2020, de 16 de junho de 2020, que emite parecer aprovando por unanimidade os relatórios contábeis relativos ao 1º trimestre de 2019, conforme Ata n. 06/2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 26 de junho de 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 26/06/2020, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Angélica Frigo
Diretora da Secretaria Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças

DECRETO N. D/4.530/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543778

Decreto nº D/4.530/2020, de 26 de junho de 2020.

Homologa as Resoluções de nºs 004/2020, 005/2020 e 006/2020, todas de 25 de junho de 2020, do Conselho Municipal de Assistência Social.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos X e XIX, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal,

Decreta:
Art. 1º. Ficam homologadas as Resoluções de nºs 004/2020, 005/2020 e 006/2020, todas de 25 de junho de 2020, do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme segue:

I – Resolução nº 004/2020, de 25 de junho de 2020, que torna pública a diretoria eleita para exercício de mandato de junho de 2020 a maio de 2022, do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme Ata n. 004/2020;

II – Resolução nº 005/2020, de 25 de junho de 2020, que torna público o Comitê da Crise na Assistência Social para a elaboração do Plano de Contingência da Política da Assistência Social, conforme Ata n. 004/2020;

III - Resolução nº 006/2020, de 25 de junho de 2020, que torna pública a aprovação do Plano de Trabalho referente a 2ª e 3ª parcelas do Cofinanciamento Estadual de 2020, do Município de Presidente Castello Branco – PSB – Proteção Social Básica, conforme Ata n. 005/2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 26 de junho de 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 26/06/2020, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Angélica Frigo
Diretora da Secretaria Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 87/2019

Publicação Nº 2543443

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 87/2019

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	TOTAL LIFE ASSISTÊNCIA A VIDA LTDA
OBJETO:	<p>Este Termo Aditivo prorroga a vigência do Contrato nº 87/2019, cláusula oitava deste contrato, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93, firmado em 05 de julho de 2019, prorrogando sua vigência até o dia 05 de julho de 2021.</p> <p>Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditivado e não alterado pelo presente termo aditivo</p>

VIGÊNCIA:

05/07/2021

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N. 171/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2543995

Lei Complementar nº 171/2020, de 26 de junho de 2020.

Altera o artigo 67 da Lei Complementar nº 1, de 18 De Dezembro De 1991 que “dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, dos poderes executivo e legislativo”.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

Lei Complementar

Art. 1º Altera o artigo 67 da Lei Complementar nº 1, de 18 de Dezembro de 1991, que “dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, dos poderes executivo e legislativo,” que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 67 – O servidor municipal terá direito a 30 (trinta) dias de férias por ano, concedidas de acordo com a escala organizada pela chefia imediata ou pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - Desde que haja concordância do servidor, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, nenhum deles poderá ser inferior a 10 (dez) dias.

§ 2º - É vedado o início das férias no período que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.

§ 3º - A escala de férias poderá ser alterada por autoridade superior, ouvido o chefe imediato do servidor.

§ 4º - As férias serão reduzidas quando o servidor contar, no período aquisitivo, com faltas não justificadas ao trabalho, como disposto neste parágrafo:

I - redução de dez dias, quem possuir de cinco a nove dias de falta;

II - redução de quinze dias, de dez à quinze faltas;

III - redução de vinte dias, de quinze à vinte faltas;

IV - redução de vinte e cinco dias, de vinte e um à vinte e cinco faltas;

V - redução de trinta dias, acima de vinte e seis faltas.

§ 5º - Somente depois de doze meses de exercício o servidor terá direito a férias.

§ 6º - Durante as férias, o servidor terá direito, além do vencimento, a todas as vantagens que percebia no momento em que passou a fruí-las.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 26 de junho de 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar em 26/06/2020, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Angélica Frigo
Diretora da Secretaria Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças

LEI N. 1.881/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2544108

Lei nº 1.881/2020, 26 de junho de 2020.

Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Presidente Castello Branco, Santa Catarina, para o

período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

Lei

Art. 1º O subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Presidente Castello Branco, Santa Catarina, no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, é fixado no valor de R\$ 2.216,04 (dois mil duzentos e dezesseis reais e quatro centavos).

§ 1º Até o dia 20 de dezembro de cada ano, os Vereadores receberão gratificação natalina em valor equivalente ao seu respectivo subsídio mensal.

§ 2º É facultado ao Vereador, quando for servidor titular de cargo, emprego e função:

I - perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função cumulativamente com o subsídio mensal de Vereador previsto no caput deste artigo, desde que haja compatibilidade de horários;

II - optar pela sua remuneração de origem.

§ 3º Em razão da representação do Poder Legislativo Municipal e da sua responsabilidade como gestor da Câmara, o Vereador que exercer a Presidência terá seu subsídio mensal fixado com acréscimo de 0,01%, o que corresponde a quantia de R\$ 2.216,26 (dois mil, duzentos e dezesseis reais e vinte e seis centavos).

§ 4º O Vice-Presidente, Primeiro-Secretário ou Segundo-Secretário, nas hipóteses previstas no Regimento Interno da Câmara, no caso de substituírem o Presidente, em seus impedimentos legais, licenças e ausências, perceberão proporcionalmente aos dias de titularidade do cargo, o valor do subsídio mensal previsto no § 3º deste artigo.

Art. 2º O valor do subsídio mensal dos Vereadores será anualmente revisado com o mesmo índice e na mesma data em que for realizada a revisão geral da remuneração dos servidores do município.

§ 1º No ano de 2021, a revisão do subsídio dos Vereadores será proporcional ao número de meses computados de janeiro até o mês da revisão geral anual dos servidores do município.

§ 2º Na hipótese de o índice da revisão geral anual agregar ao subsídio mensal dos Vereadores, valor que supere um dos tetos remuneratórios constitucionalmente previstos, haverá o respectivo congelamento.

Art. 3º O valor do subsídio mensal dos Vereadores não poderá ser alterado durante a legislatura.

Parágrafo único. A revisão prevista no art. 2º desta Lei não é considerada como alteração de valor do subsídio mensal, limitando-se a assegurar a irredutibilidade da remuneração, em relação ao valor de origem decorrente de reposição inflacionária.

Art. 4º A ausência injustificada de Vereador, observados os critérios regimentais para essa caracterização, determinará o desconto do subsídio do respectivo Vereador e do Presidente da Câmara, o equivalente ao número de reuniões realizadas no mês, para cada ausência.

Art. 5º O suplente de Vereador, quando convocado, receberá subsídio mensal e gratificação natalina, nos termos previstos nesta Lei, de forma proporcional ao período de tempo que permanecer na titularidade do cargo, independentemente do número de sessões plenárias.

Art. 6º A convocação de sessão plenária extraordinária ou de sessão legislativa extraordinária não produzirá remuneração adicional ou direito de pagamento de verba indenizatória aos Vereadores.

Art. 7º Os Vereadores contribuirão, no período a que se refere esta Lei, para o Regime Geral de Previdência Social, observadas as regras previstas na legislação federal previdenciária, com a incidência do valor do subsídio mensal pago pela Câmara.

Art. 8º Nos períodos de recesso do Poder Legislativo Municipal, é devido, integralmente, o pagamento dos subsídios de que trata esta Lei.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2021, cessando seus efeitos em 31 de dezembro de 2024.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 26 de junho de 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei em 26/06/2020, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Angélica Frigo
Diretora da Secretaria Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças

LEI N. 1880/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544043

Lei nº 1.880/2020, de 26 de junho de 2020.

Dispõe sobre a fixação e o pagamento do subsídio de Prefeito, de Vice-Prefeito e de Secretários municipais para a legislatura 2021 a 2024, no Município de Presidente Castello Branco, Santa Catarina.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

Lei

Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, no município de Presidente Castello Branco/SC, é fixado de acordo com os seguintes valores:

I – Prefeito: R\$ 12.383,80 (doze mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta centavos);

II – Vice-Prefeito: R\$ 5.214,23 (cinco mil, duzentos e quatorze reais e vinte e três centavos);

III - Secretários Municipais: R\$ 5.214,23 (cinco mil, duzentos e quatorze reais e vinte e três centavos);

§ 1º No caso de substituição do Prefeito, durante seus impedimentos legais, licenças e ausências, o Vice-Prefeito receberá proporcionalmente aos dias de titularidade do cargo, o valor do subsídio mensal previsto no inciso I.

§ 2º Até o dia 20 de dezembro de cada ano, o Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais receberão gratificação natalina em valor equivalente ao seu respectivo subsídio mensal.

§ 3º As férias do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais observarão as seguintes regras:

I – serão gozadas em períodos de 30 dias, a partir de 1º de janeiro de 2022;

II - serão remuneradas com adicional de um terço, calculado sobre o valor do respectivo subsídio mensal;

III - as férias equivalentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, se não forem gozadas serão indenizadas.

§ 4º É facultado, ao Prefeito, quando for servidor titular de cargo, emprego e função, optar pela sua remuneração de origem.

Art. 2º O valor do subsídio mensal de Prefeito, de Vice-Prefeito e de Secretários Municipal será anualmente revisado com o mesmo índice e na mesma data em que for realizada a revisão geral da remuneração dos servidores do município.

Parágrafo único. No ano de 2021, a revisão do subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais será proporcional ao número de meses computados do mês de janeiro até o mês da revisão geral anual dos servidores do município.

Art. 3º O valor do subsídio mensal de Prefeito e de Vice-Prefeito não poderá ser alterado durante a legislatura.

Parágrafo único. A revisão prevista no art. 2º desta Lei não é considerada como alteração de valor do subsídio mensal, limitando-se a assegurar a irredutibilidade da remuneração, em relação ao valor de origem decorrente de reposição inflacionária.

Art. 4º O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais contribuirão, no período a que se refere esta Lei, para o Regime Geral de Previdência Social, observadas as regras previstas na legislação federal previdenciária.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2021, cessando seus efeitos em 31 de dezembro de 2024.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 26 de junho de 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei em 26/06/2020, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Angélica Frigo
Diretora da Secretaria Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças

Presidente Getúlio

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2020

Publicação Nº 2543494

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
SAATE - SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO
PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº. 8/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. A entrega dos envelopes acontecerá no dia 13/07/2020 às 09h00min. A sessão de abertura será às 09h15min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-Iler, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 29 de junho de 2020
Edson José Staloch – Superintendente

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2020 FMS

Publicação Nº 2544167

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2020
DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº15/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE COZINHA PARA UNIDADES DA SAÚDE
EMPRESA: BILLIG COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 11.472.411/0001-04
VIGÊNCIA: 31/12/2020
PRESIDENTE GETÚLIO, 29 DE JUNHO DE 2020
IARA POSSAMAI- SECRETÁRIA DA SAÚDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2020 FMS

Publicação Nº 2544162

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2020
DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº15/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE COZINHA PARA UNIDADES DA SAÚDE
EMPRESA: CLEITON DE SOUZA
CNPJ: 18.531.205/0001-69
VIGÊNCIA: 31/12/2020
PRESIDENTE GETÚLIO, 29 DE JUNHO DE 2020
IARA POSSAMAI- SECRETÁRIA DA SAÚDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2020 FMS

Publicação Nº 2544158

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2020
DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº15/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE COZINHA PARA UNIDADES DA SAÚDE
EMPRESA: SUPERMERCADO GIRO RAPIDO
CNPJ: 78.979.499/0001-18
VIGÊNCIA: 31/12/2020
PRESIDENTE GETÚLIO, 29 DE JUNHO DE 2020
IARA POSSAMAI- SECRETÁRIA DA SAÚDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2020 FMS

Publicação Nº 2544164

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 28/2020
DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº15/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE COZINHA PARA UNIDADES DA SAÚDE
EMPRESA: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 25.267.561/0001-82
VIGÊNCIA: 31/12/2020
PRESIDENTE GETÚLIO, 29 DE JUNHO DE 2020
IARA POSSAMAI- SECRETÁRIA DA SAÚDE

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 55/2020

Publicação Nº 2544682

DECRETO N.º 55/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

ESTABELECE TURNO ÚNICO DE ATENDIMENTO JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido TURNO ÚNICO de atendimento junto a Prefeitura Municipal e respectivas Secretarias Municipais, das 07:00 horas às 12:00 horas, de segunda a sexta-feira, do dia 01 de Julho de 2020 até 31 de Julho de 2020.

§ 1º: Fica suspenso o regime de Teletrabalho instituído pelo Decreto 39/2020, de 17/04/2020.

§ 2º: Os servidores públicos incluídos no chamado grupo de risco do coronavírus deverão permanecer afastados das atividades laborativas presenciais, conforme art. 4.º do Decreto 34/2020.

Art. 2º - Excetuam-se, a Secretaria Municipal de Saúde, que permanecerá com o atendimento em horário normal de Expediente.

Parágrafo único: Excetuam-se ainda, os atendimentos de urgência e emergência, e demais modalidades de transportes, que terão prioridade no atendimento, através de jornada regular e escala de plantão, definidas pelas respectivas secretarias.

Art. 3º - Havendo interesse público e a critério de cada Secretaria Municipal, qualquer servidor poderá ser convocado para cumprir as atividades inerentes ao seu cargo ou função, fora do horário do turno único definido no artigo 1.º do presente Decreto.

Art. 4º - Somente serão consideradas, para fins de pagamento de horas extras ou regime banco de horas, as atividades excepcionais que forem realizadas além da carga horária normal do cargo ou grupo ocupacional de cada servidor municipal, que deverão ser previamente autorizadas pela Chefia Imediata.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 30 de Junho de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº 607, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543205

DECRETO Nº. 607, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019, no valor de R\$ 95.748,75 (Noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos) destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.122.0015.1.015- Promoção da Indústria e Comércio

MODALIDADE:	(234) 4.4.90.00.0.1.0056.0000-	Aplicações Diretas	R\$	95.748,75
FONTE DE RECURSO: 01.0056 – Recurso Alienação de Bens				
TOTAL			R\$	95.748,75

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 95.748,75 (Noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 29 de Junho de 2020.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti
Contadora
CRC/SC 026787/O-2

DECRETO Nº 608 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543358

DECRETO Nº. 608, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO EM PROCESSO DE CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº. 22 de 30 de Dezembro de 2014, mais o Edital de Convocação nº 23 de 25 de novembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. Alexandre Herlein Dalla Vecchia, brasileiro, solteiro, residente e domiciliada no Município de São José do Cedro, Rua Afonso Graff, nº 319, Loteamento Graff, portador do CPF nº. 020.303.350-70, para exercer o Cargo de Motorista de Veículos Pesados, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, em razão de sua aprovação em Concurso Público, sob a égide do Edital de Concurso Público nº. 001/2018 de 05 de Fevereiro de 2018, homologado pelo Decreto nº. 161, de 29 de maio de 2018, com os vencimentos atinentes ao cargo.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão à conta do orçamento municipal vigente, em dotação específica para tal fato.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
29 de Junho de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.
Publicação no Diário Oficial dos Municípios – Ato nº 2543358.
Data da Publicação: 30 de junho de 2020

Edineia Inês Wille ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL MUNICÍPIO: PRINCESA

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Aos 29 dias do mês de junho de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal, Município de Princesa, perante o Prefeito Municipal Sr. EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS e a Chefe de Gabinete, Luciane M. T da Silveira, compareceu Alexandre Herlein Dalla Vecchia, nomeado pelo Decreto nº. 608, de 29 de junho de 2020, publicado no órgão oficial de divulgação do Município em 30 de junho de 2020, para tomar posse na presente data e entrar em exercício na data de 02 de julho, no Cargo da Categoria Funcional de Motorista de Veículos Pesados, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, neste órgão, apresentando os documentos de praxe; prestando na oportunidade, o seguinte compromisso:

“Preencher com exatidão e escrúpulos os deveres inerente ao cargo para o qual fui nomeado”.

Após, foi dado como empossado.

Prefeitura Municipal de Princesa/SC, em, 29 de junho de 2020.

Assinatura do empossado Assinatura da Autoridade Competente

EXTRATO CONTRATO 01 ADT 02.2020 E 01 ADT 03.2020

Publicação Nº 2544724

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 01 ADT 02/2020 - Contrato Nº: 02/2020

Contratante...: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Contratada...: BEATRIZ JULIANA KLEIN - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 14/08/2020 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 16/2019 Recursos : Dotação:
Objeto : Primeiro Termo Aditivo referente ao CREDENCIAMENTO para contratação de horas de máquinas para serviço de produção de silagem aos agricultores do Município de Princesa/SC, para o ano de 2020. Princesa, 30 de Junho de 2020

Aditivo Nº : 01 ADT 03/2020 - Contrato Nº: 03/2020

Contratante...: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Contratada...: G.A SERVIÇOS DE ESCAVAÇÕES LTDA ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 14/08/2020 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 16/2019 Recursos : Dotação:
Objeto : Primeiro termo aditivo referente ao CREDENCIAMENTO para contratação de horas de máquinas para serviço de produção de silagem aos agricultores do Município de Princesa/SC, para o ano de 2020. Princesa, 30 de Junho de 2020

LEI Nº 1.057 DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543153

LEI Nº 1.057 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS PARA O PERÍODO DE 1ª DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica fixado o subsídio mensal do Prefeito Municipal em R\$ 10.588,85 (dez mil, quinhentos e oitenta e cinco reais com oitenta e cinco centavos).

Art. 2º. Fica fixado o subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal em R\$ 5.294,42 (cinco mil, duzentos e noventa e quatro reais com quarenta e dois centavos).

Parágrafo único. O Vice-Prefeito, quando nomeado no cargo de Secretário Municipal ou outro cargo público, fica vedado acumular remunerações, devendo optar pelo recebimento de seu subsídio ou do cargo nomeado.

Art. 3º. Fica fixado o subsídio mensal do Secretário Municipal em R\$ 4.246,42 (quatro mil, duzentos e quarenta e seis reais com quarenta e dois centavos).

Art. 4º. Fica fixado o subsídio mensal do Vereador em R\$ 2.575,55 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais com cinquenta e cinco centavos), quando no efetivo exercício do mandato.

§ 1º O Vereador que exercer a Presidência da Câmara Municipal de Vereadores, receberá o subsídio mensal de R\$ 3.860,51 (três mil, oitocentos e sessenta reais com cinquenta e um centavos).

§ 2º Será descontado do subsídio do respectivo Vereador e do Presidente da Câmara, o valor proporcional ao número de reuniões realizadas no mês, para cada ausência, sem justificativa legal, às reuniões da Câmara.

§ 3º Nos períodos de recesso do Poder Legislativo Municipal, é devido, integralmente, o pagamento dos subsídios de que trata esta Lei.

Art. 5º. Em caso de licença por motivo de doença, devidamente comprovada por atestado médico, o agente político continuará recebendo

seu subsídio integral nos primeiros 15 dias de afastamento e após o 16º dia terá complementado o benefício concedido pelo Regime Geral de Previdência Social.

Art. 6º. O Prefeito Municipal e os Secretários Municipais terão direito a gozo de férias anuais, de trinta dias, sem prejuízo no recebimento do subsídio, depois de decorridos doze meses de exercício no cargo.

Parágrafo único. No último ano do mandato, o Prefeito terá direito a receber as férias em pecúnia.

Art. 7º. Será percebido em forma de subsídio também pelos agentes políticos municipais, o 13º subsídio, a ser pago da mesma forma e no mesmo período dos servidores públicos municipais.

Art. 8º. Os agentes políticos de que trata esta Lei, além do que previsto nesta Lei, não terão direito a receber qualquer outra verba indenizatória a qualquer título, excluídas as indenizações referentes às férias não gozadas.

Art. 9º. Os agentes políticos de que trata esta Lei, quando em viagem a serviços ou representação do Município, terão direito a diária e transporte, conforme dispuser a Lei.

Art. 10º. Em havendo substituição ou assunção dos cargos que trata o Art. 1º e Art. 3º, assim como o Art. 4º, caput e § 1º, do Art. 4º e 5º, o subsídio do substituto, será proporcional aos dias de efetivo exercício.

Art. 11º. A revisão dos subsídios fixados por esta Lei será no mesmo mês de revisão da remuneração dos servidores municipais, com aplicação do mesmo índice, respeitados os limites estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo único. Havendo índices de reajustes de forma escalonada será aplicado aos agentes políticos o menor deles.

Art. 12º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações do orçamento municipal a vigor no próximo exercício.

Art. 13º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2024.

Art. 14º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,
Estado de Santa Catarina, 29 de junho de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 146, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544778

PORTARIA Nº. 146 DE 30 DE JUNHO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no art. 9º, e incisos IX, X e XXIX do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal; combinado com o Capítulo V, Subseção VII, Artigo 130, da Lei Complementar nº 022, de 30 de Dezembro de 2014 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, a pedido, 45 (quarenta e cinco) dias de LICENÇA PRÊMIO à servidora Daiane Felisberto, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 13 de abril de 2016 a 13 de abril de 2020. Sendo que a referida licença será gozada com data inicial em 22 de junho de 2020 e data final em 05 de agosto de 2020.

Parágrafo único. Licença Prêmio concedida parcialmente, com referência ao período aquisitivo mencionado no caput do artigo.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigência na data de sua publicação, com efeitos ex tunc à data de 22 de junho de 2020.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 30 de junho de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
PREFEITO MUNICIPAL

Esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Publicação no DOM/SC – Ato nº 2544778

Data da Publicação: 30 de junho de 2020

Edineia Inês Wille

Quilombo

PREFEITURA

AVISO 54/2020

Publicação Nº 2544026

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 54/2020 – Dispensa de Licitação Nº 54/2020
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC.
O Prefeito Municipal de Quilombo - SC, torna pública a Dispensa de Licitação para repasse de recursos financeiros para o Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CIMCATARINA, relativo à contratação direta e indireta de revisão do Plano Diretor para o Município de Quilombo, em conformidade com o Termo de Uso nº 213/01.
Fundamento Legal: Artigo 24, inciso XXVI, da Lei 8.666/93 e alterações; artigo 2º, §1º, III da Lei Federal nº11.107/05; artigo 10, II c/c artigo 18 e parágrafo único, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Portaria STN nº 274/2016 ou outra que vier a substituir, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções
Empresa: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CIMCATARINA
Valor: R\$ 98.800,00 (Noventa e oito mil e oitocentos reais).
Quilombo, 26 de junho de 2020.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

AVISO TP 55/2020

Publicação Nº 2544330

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 55/2020
Edital: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 55/2020.
Forma de Julgamento: Menor Preço/Preço Global
Regime de Execução: Indireta Empreitada por Preço Global
Objeto: AQUISIÇÃO DE EMPREITADA GLOBAL P/EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS JOSÉ CECHIN e ADOLFO CÚNICO; TRAVESSAS FAUSTINO JOSÉ DE LIMA, RIO BRANCO E CUIABÁ; E SERVIDÃO SÃO LUIZ, DO BAIRRO SANTA INÊS, MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC, COM ÁREA TOTAL DE 3.286,25m², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO DO MUNICÍPIO EM ANEXO.
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 15/07/2020.
Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 15/07/2020.
A íntegra do Edital e esclarecimentos, poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 13:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (49) 3346-3242 ou no site do Município de Quilombo, no seguinte endereço: http://www.quilombo.sc.gov.br
Quilombo, 29 de junho de 2020.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

LEI Nº 2837/2020 - DE 25 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544101

LEI Nº 2837/2020 – DE 25 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2021.

SILVANO DE PARIZ, Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Quilombo – SC, para o exercício de 2021, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I – As metas e riscos fiscais;
- II – As prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018/2021;
- III – A estrutura dos orçamentos;
- IV – As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – As disposições sobre Dívida Pública Municipal;
- VI – As disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – As disposições sobre alterações na Legislação Tributária;
- VIII - E as disposições gerais.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Com referência as Metas Fiscais para o ano de 2021, e em observância as regras sobre a Responsabilidade Fiscal, serão apresentados anexos ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- I – Demonstrativo de Metas Anuais;
- II – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2020;
- III – Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
- V – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;
- VI – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VIII – Cálculo das Metas Fiscais de Receita;
- IX – Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;
- X – Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- XI – Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- XII – Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;
- XIII – Prioridades e Metas para 2021;
- XIV – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- XV – Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público.

III – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2021

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o Exercício Financeiro de 2021 serão aquelas definidas e demonstradas de que trata o Artigo 2º desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da Proposta Orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo XIII, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

IV – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – Ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III – Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI – Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – Receita Ordinária: aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
VIII – Execução Física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
IX – Execução Orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
X – Execução Financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

§ 2º - A categoria de programação que trata o Artigo 167, VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2021 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo Único - O Município, por meio de Lei específica, poderá criar autarquias e Fundações cujos objetivos sejam a extensão de serviços públicos de sua competência, para os quais será concedida verba orçamentária própria do orçamento vigente ou créditos adicionais, na forma da Lei de criação.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2021 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001 atualizada, Portaria STN nº 878/2018 e alterações posteriores, na forma dos Anexos Definidos na Lei nº. 4.320/64, na Lei Complementar nº.101/2000, Portarias da Secretaria de Orçamento Federal e demais legislação aplicável.

§ 1º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação, ou, dentro de cada unidade orçamentária, observando a vinculação de cada destinação de recursos.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total. (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

II – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa. (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “00” - Ordinários do Orçamento Fiscal e corresponderá a até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

V – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 Os Orçamentos para o Exercício de 2021 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificada no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, ou podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal, exceto aqueles cuja Lei específica trate sobre sua gestão.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2021 deverão observar os efeitos da alteração da Legislação Tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios, o percentual de variação das transferências constitucionais, observando especialmente o comportamento de 2019. (Art. 12 da LRF).

Art. 13 Se a Receita estimada para 2021, comprovadamente, não atender ao disposto no Artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita por fonte poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF).

- I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
- II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista nos Anexos desta Lei, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 16 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes dos anexos desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF).

Art. 17 Os orçamentos para o exercício de 2021 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, com valor de até 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, Art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, Art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais nos Anexos desta Lei. (Art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 1º de dezembro de 2021, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento das receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2021 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o Artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos Artigos 8º, Parágrafo Único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste Artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 3º Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 21 As renúncias de receitas estimadas para o exercício financeiro de 2021, constantes dos anexos desta lei, não serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 22 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas em forma de subvenção social beneficiará somente aquelas de caráter educativo, médica, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa TC 14/2012, e alterações posteriores, do Tribunal de Contas de Santa Catarina e na forma do Art. 70, Parágrafo único da CF, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 2º A transferência de recurso, em forma de termo de ajuste, sempre que for o caso, deverá atender a Lei Federal 13.019/2014 e alterações posteriores.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal a Consórcios Públicos deverá estar contratada mediante contrato de rateio.

Parágrafo Único. Os consórcios públicos beneficiados com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução

Normativa STN 72, de 01 de fevereiro de 2012 e normativas do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 24 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o Artigo 16, Itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no Exercício Financeiro de 2021, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no Item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF).

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF).

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão apresentados nos Anexos desta Lei. (Art. 45, Parágrafo Único da LRF).

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das Despesas serão orçadas para 2021 a preços correntes.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fontes de recursos, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (Art. 167, VI da CF), bem como a abertura de créditos suplementares até 20% (vinte por cento) da receita estimada para o orçamento, utilizando como fonte de recursos, a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais desde que não comprometidas, o excesso de arrecadação ou o superávit de exercícios anteriores.

Art. 29 Durante a execução orçamentária de 2021, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o Exercício de 2021 e constantes desta Lei. (Art. 167, I da CF).

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o Artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados por meio de das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 31 Os programas priorizados por esta Lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2021, serão dobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 32 Para fins do disposto no Artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 A Lei Orçamentária de 2021 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 34 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica. (Art. 32, I da LRF)

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2021, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei do Orçamento para 2021 ou em

créditos adicionais.

Art. 36 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 37 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF).

- I – Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – Eliminação das despesas com horas extras;
- III – Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 38 Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o Artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Quilombo – SC, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF).

Art. 40 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF).

Art. 41 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal de Vereadores no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste Artigo.

§ 2º Se a Lei Orçamentária Anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2021, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Lei Orçamentária aprovada em 2019 para o exercício de 2020.

Art. 43 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no Artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual por meio de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2021.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 47 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeito a partir de 01 de janeiro de 2021.

Gabinete do Executivo Municipal, em 25 de junho de 2020.

Registrado e Publicado

Em ____/06/2020. SILVANO DE PARIZ

Lei Municipal nº 1087/1993 Prefeito Municipal

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

LEI Nº 2838/2020 - DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544178

LEI Nº 2838/2020 – DE 29 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento Fundo Municipal de Saúde de Quilombo no ano de 2020, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2.794/2019 de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		07.00
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO		07.01
Função	Saúde		10
Subfunção	Atenção Básica		301
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL		0016
Ação	SAÚDE DA FAMÍLIA/SF/FMS		2.077
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(33)	Aplicação Direta–3.3.90	01.38 –Trânsf. SUS/União	200.000,00
Valor Total R\$:			200.000,00

Art.2º O recurso para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior, decorrerá da anulação da importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2.794/2019 de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		07.00
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO		07.01
Função	Saúde		10
Subfunção	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		302
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL / REGIONAL		0017
Ação	MÉDIA/ALTA COMPLEX/CAPS/FMS		2.083
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(61)	Aplicação Direta–3.3.90	01.38 –Trânsf. SUS/União	200.000,00
Valor Total R\$:			200.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Quilombo/SC, 29 de junho de 2020

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado
Em ____/____/2020.
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

LEI Nº 2839/2020 - DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544181

LEI Nº 2839/2020 – 29 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE AÇÃO, ALTERAÇÃO DO ANEXO DE METAS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, O ANEXO DE PRIORIDADES E METAS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO DE 2020 E NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO EXERCÍCIO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à alteração do anexo II que demonstra os Programas, Ações, Metas Físicas e Financeiras do Plano Plurianual 2018/2021, aprovado pela Lei Municipal nº 2.657/2017, de 17 de outubro de 2017, e alterações posteriores, incluindo no Programa 0025 – Quilombo Mais Obras a Ação: 1.071– IMÓVEL/SOSU, na Função: 15 – Urbanismo, Sub Função: 451 – Infraestrutura Urbana, criando ainda a Meta Física de 01-Imóvel.

Art. 2º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à alteração do anexo II que demonstra as Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, do exercício de 2020, aprovada pela Lei Municipal nº 2.767/2019, de 13 de junho de 2019, incluindo no Programa 0025 – Quilombo Mais Obras, incluindo a Ação 1.071– IMÓVEL/SOSU, na Função: 15 – Urbanismo, Sub Função: 451 – Infraestrutura Urbana, criando a Meta Física de 01 -Imóvel.

Art. 3º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à inclusão da Ação 1.071 – IMÓVEL/SOSU na Lei Orçamentária Anual - LOA, do exercício de 2020, aprovada pela Lei Municipal nº 2.794/2019, de 14 de novembro de 2019.

Art. 4º Resta autorizado ao Executivo Municipal proceder à abertura de Crédito Especial no Orçamento da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 29.850,00 (Vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta reais), destinando a suprir o seguinte projeto e respectivo detalhamento/modalidade de aplicação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	12	
Unidade	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	01	
Função	Urbanismo	15	
Sub-função	Infraestrutura Urbana	451	
Programa	QUILOMBO MAIS OBRAS	0025	
Atividade	IMÓVEL/SOSU	1.071	
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
()	Aplicações Diretas – 4.4.90	01.00 – Recursos Ordinários	29.850,00
Valor Total R\$:			29.850,00

Art.5º O recurso para abertura do crédito especial, de que trata o artigo anterior, decorrerá da anulação da importância de R\$ 29.850,00 (Vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº. 2.794/2019 de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	03
Unidade	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	01
Função	Administração	4
Sub função	Administração Geral	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO EFICIENTE	0004
Atividade	FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO	2.007
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(16)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		29.850,00

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Quilombo/SC, 29 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado
Em ____/____/2020.
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

LEI Nº 2840/2020 - DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544185

LEI Nº 2840/2020 – DE 29 DE JUNHO DE 2020.

FIXA O SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS DE QUILOMBO/SC PARA A 15ª (DÉCIMA QUINTA) LEGISLATURA – 2021/2024.

SILVANO DE PARIZ, Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto nos incisos V e VI do Artigo 29 da Constituição Federal, alterados pelas Emendas Constitucionais nºs 19/1998 e 25/2000, ao inciso VI e VII do Art. 111 da Constituição do Estado de Santa Catarina, observados ainda, os critérios estabelecidos na Lei Orgânica Municipal de Quilombo;

FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica fixado o subsídio mensal do Prefeito Municipal de Quilombo/SC, em R\$ 17.216,96 (dezesete mil, duzentos e dezesseis reais e noventa e seis centavos).

Art. 2º Fica fixado o subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal de Quilombo/SC, em R\$ 6.500,00 (seis mil, e quinhentos reais).

Art. 3º Fica fixado o subsídio mensal do Secretário Municipal de Quilombo/SC, em R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais).

Parágrafo Único – O Secretário Municipal fará jus anualmente ou por ocasião de desligamento ao recebimento de 13º (décimo terceiro) salário e férias acrescidas do terço Constitucional.

Art. 4º Fica fixado para vigor na 15ª (décima quinta) Legislatura, a qual terá início em 1º de janeiro de 2021, em R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) mensais, o subsídio dos vereadores de Quilombo SC, e em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) o subsídio do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Quilombo SC.

Parágrafo único - A cada falta injustificada do vereador às Sessões Ordinárias da Câmara, será descontado o valor proporcional de 10% (dez por cento) do subsídio.

Art. 5º A revisão dos subsídios fixados por esta Lei, será no mesmo mês da revisão da remuneração dos Servidores Públicos Municipais, com a aplicação do mesmo índice, exceto no primeiro ano de mandato, os quais terão direito a correção proporcional ao tempo de mandato.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente a época.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de primeiro de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Quilombo/SC, 29 de junho de 2020.

Registrado e Publicado

Em ____/06/2020. SILVANO DE PARIZ

Lei Municipal nº 1087/1993 Prefeito Municipal

Tairone Padilha dos Santos

Funcionário Designado

PORTARIA Nº 0463/2020 - DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544754

PORTARIA Nº 0463/2020 - DE 29 DE JUNHO DE 2020.

ESTABELECE LOCAL E FIXA HORÁRIO DE TRABALHO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LIZANDRA LUCI MARSARO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o disposto no Artigo 18 da Lei Complementar n.º 032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001 e;

Considerando o Comunicado Interno da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, datado de 29 de junho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a Servidora Pública Municipal, Lizandra Luci Marsaro (1300), ocupante do cargo de Professor de Educação Física (1ª à 5ª série), para exercer as suas atividades temporariamente, enquanto perdurar a suspensão das aulas no âmbito municipal, na segunda-feira, das 13h às 17h, no NEI – Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, situada na Rua Jacob Simon, S/N, Bairro Bela Vista, Quilombo/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 29 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº 0464/2020 - DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544755

PORTARIA Nº 0464/2020 - DE 29 DE JUNHO DE 2020.

ESTABELECE LOCAL E FIXA HORÁRIO DE TRABALHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELIZANDRO MARCOS MARMENTINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o disposto no Artigo 18 da Lei Complementar n.º 032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001 e;

Considerando o Comunicado Interno da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, datado de 29 de junho de 2020
RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o Servidor Público Municipal, Elizandro Marcos Marmentini (20118), ocupante do cargo de Professor de Educação Física (1ª à 5ª série), para exercer as suas atividades temporariamente, enquanto perdurar a suspensão das aulas no âmbito municipal, na terça-feira e quinta-feira, das 13h às 17h, na Escola Municipal Branca de Neve, situada na Rua João Pessoa, nº 16, Bairro Santa Inês, Quilombo/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 29 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0457/2020 - DE 25 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544746

PORTARIA Nº. 0457/2020 - DE 25 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLECI TEREZINHA MARAFON COMIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Cleci Terezinha Marafon Comin (1696), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 26 de junho de 2020, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7454, de 25 de junho de 2020.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento da referida servidora, na competência 07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 25 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0458/2020 - DE 25 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544747

PORTARIA Nº. 0458/2020 - DE 25 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSILEI DIAS DE SIQUEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º 032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001 e considerando Parecer Social n.º 046/2020, da Assistência Social, protocolado sob o nº 7453, de 24 de junho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Rosilei Dias de Siqueira (20280), ocupante do cargo de Diretor de Departamento, no dia 24 de junho de 2020, no período vespertino, para acompanhar membro da família em exame médico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7453, de 24 de junho de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 29 de junho de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 24 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0459/2020 - DE 25 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544749

PORTARIA Nº. 0459/2020 - DE 25 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURANDI JUNGLES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, Jurandi Jungles (19870), ocupante do cargo de Assistente de Obras, conforme Atestado Médico, por 11 (onze) dias, de 25 de junho à 05 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 25 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0460/2020 - DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544750

PORTARIA Nº. 0460/2020 - DE 26 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RUDINEI MANTOANI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, Rudinei Mantoani (20114), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por determinação médica e conforme atestado, nos dias 25 e 26 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 26 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 0461/2020 - DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544751

PORTARIA Nº. 0461/2020 - DE 29 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DALVA ROBERTA FESTNER À EXERCER SUAS ATIVIDADES EM HOME OFFICE.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991; e,

Considerando o Decreto nº 076/2020, de 25 de março de 2020, que trata sobre a Situação de Emergência e Medidas de Prevenção e Combate à Covid-19 no município de Quilombo-SC; e,

Considerando a Portaria nº 0254/2020, de 06 de abril de 2020, que trata sobre o retorno das atividades dos servidores públicos municipais do município de Quilombo-SC; e,

Considerando o Atestado Médico apresentado em 29 de junho de 2020, datada de 29 de junho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR, a Servidora Pública Municipal, Dalva Roberta Festner (1333/20182), ocupante do cargo de Professora de Educação

Infantil, o exercício de suas funções em HOME OFFICE, em razão da mesma pertencer ao Grupo de Risco, conforme Atestado Médico, datado de 29 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 29 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0462/2020 - DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544752

PORTARIA Nº. 0462/2020 - DE 29 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JULIANA MINOSO À EXERCER SUAS ATIVIDADES EM HOME OFFICE.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991; e,

Considerando o Decreto nº 076/2020, de 25 de março de 2020, que trata sobre a Situação de Emergência e Medidas de Prevenção e Combate à Covid-19 no município de Quilombo-SC; e,

Considerando a Portaria nº 0254/2020, de 06 de abril de 2020, que trata sobre o retorno das atividades dos servidores públicos municipais do município de Quilombo-SC; e,

Considerando o Atestado Médico apresentado em 29 de junho de 2020, datado de 29 de junho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR, a Servidora Pública Municipal, Juliana Minoso (20202/20065), ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), o exercício de suas funções em HOME OFFICE, em razão da mesma pertencer ao Grupo de Risco, conforme Atestado Médico, datado de 29 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 29 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

Rancho Queimado

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2020/FMAS

Publicação Nº 2543217

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2020/FMAS. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RANCHO QUEIMADO. Contratado: SINAL CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.367.187/0001-30. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA A EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, NESTE MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS E DEMAIS ANEXOS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020/FMAS – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020/FMAS. Valor da contratação R\$ 84.511,20 (oitenta e quatro mil, quinhentos e onze reais e vinte centavos). Data de assinatura: 25/06/2020. Vigência: início em 25/06/2020 e encerramento em 25/10/2020. Rancho Queimado, 30 de junho de 2020. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2020 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2020

Publicação Nº 2543185

EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2020 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2020. Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. Contratado: ARAEL KUHLEN & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.537.064/0001-38. Objeto: eventual aquisição de madeiras para atender à necessidade das Secretarias de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, Educação e Agricultura do município de Rancho Queimado conforme especificações do item 3 do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº 17/2020. O valor global para a eventual contratação é de R\$ 89.100,00 (oitenta e nove mil e cem reais). Data de assinatura: 10 de junho de 2020. Vigência: início na data de 10/06/2020 e encerramento 10/06/2021. Rancho Queimado, 30 de junho de 2020. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2020 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2020

Publicação Nº 2543188

EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2020 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2020. Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. Contratado: NEUZA SILVEIRA DOS SANTOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 31.254.425/0001-50. Objeto: eventual aquisição de madeiras para atender à necessidade das Secretarias de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, Educação e Agricultura do município de Rancho Queimado conforme especificações do item 3 do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº 17/2020. O valor global para a eventual contratação é de R\$ 40.650,00 (quarenta mil, seiscentos e cinquenta reais). Data de assinatura: 10 de junho de 2020. Vigência: início na data de 10/06/2020 e encerramento 10/06/2021. Rancho Queimado, 30 de junho de 2020. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2020 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2020

Publicação Nº 2543192

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2020 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2020. Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. Contratado: VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 27.286.283/0001-36. Objeto: eventual aquisição de madeiras para atender à necessidade das Secretarias de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, Educação e Agricultura do município de Rancho Queimado conforme especificações do item 3 do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº 17/2020. O valor global para a eventual contratação é de R\$ 21.206,00 (vinte e um mil, duzentos e seis reais). Data de assinatura: 10 de junho de 2020. Vigência: início na data de 10/06/2020 e encerramento 10/06/2021. Rancho Queimado, 30 de junho de 2020. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

Rio do Campo

PREFEITURA

298 PORTARIA Nº 298 CONCEDE FERIAS EM GOZO A SERVIDORA MARIA ANGÉLICA LUCCA

Publicação Nº 2543487

Portaria nº. 298, de 29 de junho de 2020.

“Concede Férias em gozo a Servidora MARIA ANGÉLICA LUCCA”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora MARIA ANGÉLICA LUCCA, matrícula 9200, 30 (trinta) dias de férias em gozo, sendo 15(quinze) dias referentes ao período aquisitivo de 23 de março de 2017 à 22 de março de 2018 e 15 (quinze) dias referentes ao período aquisitivo de 23 de março de 2018 a 22 de março de 2019, tendo como período de gozo 01 de julho de 2020 à 30 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 29 de junho de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretaria de Administração e Finanças

299 PORTARIA Nº 299 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE AO SERVIDOR VALDIR AGOSTINI

Publicação Nº 2543488

Portaria nº. 299, de 29 de junho de 2020.

“Concede licença para tratamento de saúde ao servidor VALDIR AGOSTINI”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, licença para tratamento de saúde ao servidor VALDIR AGOSTINI, de acordo com atestado de incapacidade emitido pelo Dr. Vitor Rausis Lima – CRM 2294, em anexo, pelo período de 02 de julho de 2020 à 02 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 29 de junho de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretária de Administração e Finanças

Rio do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO 048/2020 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Publicação N° 2543268

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO RIO DO OESTE/SC

PREGÃO PRESENCIAL 025/2020 – PROC. LICITATÓRIO N° 048/2020 – TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global.

OBJETO: Registro de preços visando a contratação de serviços técnicos especializados para manutenção do sistema de iluminação pública no município incluindo o fornecimento de materiais, conforme o Edital.

Recebimento dos envelopes: até as 11h30min horas do dia 10/07/2020. Credenciamento: Após a entrega dos envelopes. Abertura dos envelopes para digitação: após o credenciamento. A íntegra do Edital poderá ser consultada no portal do Município, <https://riodooeste.atende.net> no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste/SC, 29 de junho de 2020.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2020/FMS

Publicação Nº 2543344

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.27/2020

Pregão Eletrônico Nº 13/2020

Validade:

12

meses

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº.154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preço para eventual aquisição de materiais de informático, cartuchos e tonner's, para atender as demandas de diversos setores da Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ	
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	04.586.694/0001-41	
WP DO BRASIL LTDA.EPP	04.483.808/0001-28	
AFB PRIME INDUSTRIA, COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI	77.578.524/0001-99	
HD SUPRI INFORMATICA EIRELI	36.226.403/0001-09	
V. C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA ME	05.808.979/0001-42	
LETECH INDUSTRIA E COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA	13.258.144/0001-94	
NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA. - ME	10.820.186/0001-89	
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	20.081.724/0001-14	
ZEROS DISTRIBUIDORA EIRELI	31.552.106/0001-21	

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preço para eventual aquisição de materiais de informático, cartuchos e tonner's, para atender as demandas de diversos setores da Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 279358 - INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
27	Cartucho 22C Original	UND	HP	280,00000	R\$145,8300	R\$40.832,4000
29	Cartucho 122A Original	UND	HP	10,00000	R\$78,7000	R\$787,0000
33	Cartucho 92A Original	UND	HP	18,00000	R\$100,7700	R\$1.813,8600
37	Cartucho 662 Preto XL Original	UND	HP	155,00000	R\$95,6000	R\$14.818,0000
49	Cartucho PG44 XL	UND	CANON	498,00000	R\$95,0000	R\$47.310,0000
50	Cartucho CL54 XL Original	UND	CANON	192,00000	R\$101,0000	R\$19.392,0000
56	Toner TN660 Compatível	UND	PREMIUM QUALITY	25,00000	R\$35,0000	R\$875,0000
Total do Fornecedor:						R\$125.828,2600
Total Geral dos Itens:						R\$125.828,2600

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$420.535,04 (quatrocentos e vinte mil, quinhentos e trinta e cinco e quatro) Rio do Sul (SC), 16 de Junho de 2020 ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário

CPF: 032.540.729-01

Contratante INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP

CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2020/FMS

Publicação Nº 2543346

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.28/2020 Pregão Eletrônico Nº 13/2020 Validade: 12 meses

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preço para eventual aquisição de materiais de informático, cartuchos e tonner's, para atender as demandas de diversos setores da Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ	
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	04.586.694/0001-41	
WP DO BRASIL LTDA.EPP	04.483.808/0001-28	
AFB PRIME INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI	77.578.524/0001-99	
HD SUPRI INFORMATICA EIRELI	36.226.403/0001-09	
V. C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA ME	05.808.979/0001-42	
LETTECH INDÚSTRIA E COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA	13.258.144/0001-94	
NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. - ME	10.820.186/0001-89	
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	20.081.724/0001-14	
ZEROS DISTRIBUIDORA EIRELI	31.552.106/0001-21	

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preço para eventual aquisição de materiais de informático, cartuchos e tonner's, para atender as demandas de diversos setores da Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 30028302 - V. C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
16	Toner CE312A - Amarelo Compatível	UND	DSI	12,00000	R\$28,0000	R\$336,0000
18	Toner C313A - Rosa Compatível	UND	DSI	12,00000	R\$28,0000	R\$336,0000
20	Toner E260A11L Compatível	UND	DSI	6,00000	R\$67,0000	R\$402,0000
26	Toner Q6003A - Rosa Compatível	UND	DSI	4,00000	R\$14,1100	R\$56,4400
52	Toner 106R02773 Compatível	UND	DSI	10,00000	R\$45,0000	R\$450,0000
54	Cartucho 17A Compatível	UND	DSI	130,00000	R\$40,0000	R\$5.200,0000
58	Toner TN3332BR Compatível	UND	DSI	25,00000	R\$30,0000	R\$750,0000
Total do Fornecedor:						R\$7.530,4400
Total Geral dos Itens:						R\$7.530,4400

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$420.535,04 (quatrocentos e vinte mil, quinhentos e trinta e cinco e quatro) Rio do Sul (SC), 16 de Junho de 2020 ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário

CPF: 032.540.729-01

Contratante V. C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA ME
CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2020/FMS

Publicação Nº 2543349



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

RUA TUIUTI - 154 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-045
Fone: (047) 35311437 | CNPJ: 10.469.199/0001-55
e-mail: maria.oliveira@riodosul.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.29/2020

Pregão Eletrônico Nº 13/2020

Validade: 12 meses

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte o **MUNICÍPIO DE RIO DO SUL** por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preço para eventual aquisição de materiais de informático, cartuchos e tonner's, para atender as demandas de diversos setores da Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	04.586.694/0001-41
WP DO BRASIL LTDA.EPP	04.483.808/0001-28
AFB PRIME INDUSTRIA, COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI	77.578.524/0001-99
HD SUPRI INFORMATICA EIRELI	36.226.403/0001-09
V. C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA ME	05.808.979/0001-42
LETTECH INDUSTRIA E COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA	13.258.144/0001-94
NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. - ME	10.820.186/0001-89
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA	20.081.724/0001-14
ZERO5 DISTRIBUIDORA EIRELI	31.552.106/0001-21

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO:** Registro de preço para eventual aquisição de materiais de informático, cartuchos e tonner's, para atender as demandas de diversos setores da Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 30028310 - LETTECH INDUSTRIA E COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Toner HP 35A Compátivel	UND	TRIVER	69,00000	R\$17,5000	R\$1.207,5000
4	Toner 85A Compátivel	UND	TRIVER	269,00000	R\$17,5000	R\$4.707,5000
6	Toner 12A Compátivel	UND	TRIVER	24,00000	R\$17,5000	R\$420,0000
12	Toner C310A - Preto Compátivel	UND	TRIVER	12,00000	R\$26,0000	R\$312,0000
14	Toner CE311A - Azul Compátivel	UND	TRIVER	12,00000	R\$26,0000	R\$312,0000
60	Toner TN3472 Compátivel	UND	TRIVER	25,00000	R\$35,0000	R\$875,0000
63	HD 3,5 Polegadas SATA III 500 GB 7200 RPM 64mb Cache	UND	HD SEAGATE 500GB ST500DM002	20,00000	R\$155,0000	R\$3.100,0000
66	Fonte ATX Bivolt 350 Watt	UND	BLUECASE	40,00000	R\$90,0000	R\$3.600,0000
67	Memória DDR4 2400Mhz 4	UND	MICRON	10,00000	R\$182,0000	R\$1.820,0000
69	Memória DDR3 1333Mhz 4gb	UND	BLUECASE	10,00000	R\$170,5000	R\$1.705,0000
73	CAIXAS DE SOM USB 2.0 STEREO PARA COMPUTADOR		LETTECH SP8900	20,00000	R\$20,0000	R\$400,0000
75	Pilha C (média) alcalina c/2	UND	VINIK	150,00000	R\$11,0000	R\$1.650,0000
Total do Fornecedor:						R\$20.109,0000
Total Geral dos Itens:						R\$20.109,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

RUA TUIUTI - 154 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-045
 Fone: (047) 35311437 | CNPJ: 10.469.199/0001-55
 e-mail: maria.oliveira@riodosul.sc.gov.br

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$420.535,04 (quatrocentos e vinte mil, quinhentos e trinta e cinco e quatro)

Rio do Sul (SC), 16 de Junho de 2020

ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário
 CPF: 032.540.729-01
 Contratante

LETTECH INDUSTRIA E COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA
 CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 030/2020/FMS

Publicação N° 2543350

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 030/2020 Pregão Eletrônico N° 13/2020 Validade: 12 meses Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI N°. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ N°. 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal n°. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 13/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preço para eventual aquisição de materiais de informático, cartuchos e tonner's, para atender as demandas de diversos setores da Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no

Participantes Presentes	CPF/CNPJ	
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	04.586.694/0001-41	
WP DO BRASIL LTDA.EPP	04.483.808/0001-28	
AFB PRIME INDUSTRIA, COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI	77.578.524/0001-99	
HD SUPRI INFORMATICA EIRELI	36.226.403/0001-09	
V. C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA ME	05.808.979/0001-42	
LETTECH INDUSTRIA E COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA	13.258.144/0001-94	
NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. - ME	10.820.186/0001-89	
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	20.081.724/0001-14	
ZERO5 DISTRIBUIDORA EIRELI	31.552.106/0001-21	

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preço para eventual aquisição de materiais de informático, cartuchos e tonner's, para atender as demandas de diversos setores da Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 30028329 - NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
8	Toner 36A Compatível	UND	FAST PRINTER	30,00000	R\$20,0000	R\$600,0000
22	Toner Q6001A - Azul Compatível	UND	FAST PRINTER	4,00000	R\$108,0000	R\$432,0000
24	Toner Q6002 - Amarelo Compatível	UND	FAST PRINTER	4,00000	R\$108,0000	R\$432,0000
30	Cartucho 122A Compatível	UND	FAST PRINTER	10,00000	R\$34,0000	R\$340,0000
32	Cartucho 122C Compatível	UND	FAST PRINTER	10,00000	R\$52,0000	R\$520,0000
34	Cartucho 92A Compatível	UND	FAST PRINTER	18,00000	R\$38,0000	R\$684,0000
36	Cartucho 93C Compatível	UND	FAST PRINTER	6,00000	R\$46,0000	R\$276,0000
38	Cartucho 662 Preto XL Compatível	UND	FAST PRINTER	155,00000	R\$38,0000	R\$5.890,0000
40	Cartucho 662 Colorido XL Compatível	UND	FAST PRINTER	72,00000	R\$46,0000	R\$3.312,0000
42	Cartucho 664 Preto XL Compatível	UND	FAST PRINTER	54,00000	R\$46,0000	R\$2.484,0000
44	Cartucho 664 Colorido XL Compatível	UND	FAST PRINTER	54,00000	R\$50,0000	R\$2.700,0000
46	Cartucho 27A Compatível	UND	FAST PRINTER	24,00000	R\$33,0000	R\$792,0000
48	Cartucho 28C Compatível	UND	FAST PRINTER	18,00000	R\$63,0000	R\$1.134,0000
77	Toner Q6000A - Preto Compatível	U	FAST PRINTER	4,00000	R\$106,0000	R\$424,0000
79	Cartucho 21A Compatível	U	FAST PRINTER	100,00000	R\$28,0000	R\$2.800,0000
Total do Fornecedor:						R\$22.820,0000
Total Geral dos Itens:						R\$22.820,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$420.535,04 (quatrocentos e vinte mil, quinhentos e trinta e cinco e quatro) Rio do Sul (SC), 16 de Junho de 2020 ROBERTA HOCHLEITNER

Secretário

CPF: 032.540.729-01

Contratante NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. - ME
CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2020/FMS

Publicação Nº 2543353

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.31/2020 Pregão Eletrônico Nº 13/2020 Validade: 12 meses Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Registro de preço para eventual aquisição de materiais de informático, cartuchos e tonner's, para atender as demandas de diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ	
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	04.586.694/0001-41	
WP DO BRASIL LTDA.EPP	04.483.808/0001-28	
AFB PRIME INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI	77.578.524/0001-99	
HD SUPRI INFORMATICA EIRELI	36.226.403/0001-09	
V. C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA ME	05.808.979/0001-42	
LETTECH INDÚSTRIA E COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA	13.258.144/0001-94	
NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. - ME	10.820.186/0001-89	

Participantes Presentes	CPF/CNPJ	
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA	20.081.724/0001-14	
ZERO5 DISTRIBUIDORA EIRELI	31.552.106/0001-21	

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Registro de preço para eventual aquisição de materiais de informática, cartuchos e tonner's, para atender as demandas de diversos setores da Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 31538088 - IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Toner HP 35A Original	UND	HP	69,00000	R\$128,0000	R\$8.832,0000
3	Toner 85A Original	UND	HP	269,00000	R\$118,0000	R\$31.742,0000
5	Toner 12A Original	UND	HP	24,00000	R\$297,0000	R\$7.128,0000
7	Toner 36A Original	UND	HP	30,00000	R\$128,0000	R\$3.840,0000
9	Toner 105L Original	UND	Samsung	18,00000	R\$183,0000	R\$3.294,0000
10	Toner 105L Com-patível	UND	FASTPRINT	18,00000	R\$46,0000	R\$828,0000
11	Toner C310A - Preto Original	UND	HP	12,00000	R\$138,0000	R\$1.656,0000
13	Toner CE311A - Azul Original	UND	HP	12,00000	R\$136,0000	R\$1.632,0000
15	Toner CE312A - Amarelo Original	UND	HP	12,00000	R\$138,0000	R\$1.656,0000
17	Toner C313A - Rosa Original	UND	HP	12,00000	R\$249,0000	R\$2.988,0000
19	Toner E260A11L Original	UND	LEXMARK	6,00000	R\$188,0000	R\$1.128,0000
21	Toner Q6001A - Azul Original	UND	HP	8,00000	R\$227,0000	R\$1.816,0000
23	Toner Q6002 - Amarelo Original	UND	HP	8,00000	R\$288,6600	R\$2.309,2800
25	Toner Q6003A - Rosa Original	UND	HP	8,00000	R\$275,1200	R\$2.200,9600
28	Cartucho 22C Com-patível	UND	FASTPRINT	100,00000	R\$44,0000	R\$4.400,0000
31	Cartucho 122C Original	UND	HP	10,00000	R\$83,8300	R\$838,3000
35	Cartucho 93C Original	UND	HP	6,00000	R\$136,5500	R\$819,3000
39	Cartucho 662 Colorido XL Original	UND	HP	72,00000	R\$126,0000	R\$9.072,0000
41	Cartucho 664 Preto XL Original	UND	HP	54,00000	R\$115,0000	R\$6.210,0000
43	Cartucho 664 Colorido XL Original	UND	HP	54,00000	R\$106,0000	R\$5.724,0000
45	Cartucho 27A Original	UND	HP	24,00000	R\$101,0000	R\$2.424,0000
47	Cartucho 28C Original	UND	HP	18,00000	R\$156,0000	R\$2.808,0000
51	Toner 106R02773 Original	UND	XEROX	50,00000	R\$383,0000	R\$19.150,0000
53	Cartucho 17A Original	UND	HP	130,00000	R\$268,0000	R\$34.840,0000
55	Toner TN660 Original	UND	BROTHER	25,00000	R\$268,8200	R\$6.720,5000
57	Toner TN3332BR Original	UND	XEROX	25,00000	R\$180,0000	R\$4.500,0000
59	Toner TN3472 Original	UND	BROTHER	25,00000	R\$227,0000	R\$5.675,0000
61	Toner 48A Original	UND	HP	30,00000	R\$270,0000	R\$8.100,0000
62	Toner 48A Com-patível	UND	FASTPRINT	30,00000	R\$35,0000	R\$1.050,0000

65	SSD 120GB SATA III 500MB/s GRAVAÇÃO 320MB/s	UND	BLUECASE	60,00000	R\$209,0000	R\$12.540,0000
70	Auto Transformador 2000va 200v-127v	UND	INVOLTS	40,00000	R\$168,0000	R\$6.720,0000
71	Mouse Óptico USB	U	INFOWISE	130,00000	R\$10,0000	R\$1.300,0000
72	Teclado ABNT 02 USB	U	INFOWISE	70,00000	R\$20,0000	R\$1.400,0000
74	Pen Drive 32gb Conexão USB 3.0	UND	Multilaser	20,00000	R\$44,0000	R\$880,0000
76	Toner Q6000A - Preto Original	U	HP	8,00000	R\$266,0000	R\$2.128,0000
78	Cartucho 21A Original	U	HP	386,00000	R\$93,0000	R\$35.898,0000
Total do Fornecedor:						R\$244.247,3400
Total Geral dos Itens:						R\$244.247,3400

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$420.535,04 (quatrocentos e vinte mil, quinhentos e trinta e cinco e quatro)

Rio do Sul (SC), 16 de Junho de 2020

ROBERTA HOCHLEITNER
Secretário
CPF: 032.540.729-01
Contratante IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA
CONTRATADA

AVISO DE CANCELAMENTO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 078/2020

Publicação Nº 2544023

AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2020
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 078/2020
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por determinação de seu Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO da licitação divulgada através do edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 078/2020, tendo por objeto a Contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para a execução da ponte e suas cabeceiras ligando os bairros Bela Aliança - Navegantes, em Rio do Sul/SC devido à alteração no conteúdo do Edital. Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente divulgado através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e do site www.riodosul.sc.gov.br.

Rio do Sul, 29 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

DECRETO N. 9121, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543312

DECRETO Nº 9.121, de 26 de junho de 2020.

Suplementa e anula dotação do orçamento do município de Rio do Sul.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 12, inciso I, da Lei Orçamentaria nº 6.090, de 12 de dezembro de 2019, e com a Lei nº 6154, de 25 de junho de 2020;

Art. 1º Fica suplementada no valor de R\$ 2.160.000,00 (dois milhões, cento e sessenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

82.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
82.02	DIRETORIA TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO		
2.013	Pessoal e Encargos Sociais – Administração e Fazenda		
3.0.00.00	Despesas Correntes		

3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.160.000,00
	TOTAL	R\$	2.160.000,00

Art. 2º Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 2.160.000,00 (dois milhões, cento e sessenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

82.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
82.01	DIRETORIA TECNICA DE FAZENDA		
0.002	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.6.00.00	Amortização da Dívida		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.160.000,00
	TOTAL	R\$	2.160.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

26 de junho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 9124, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544172

DECRETO Nº 9124, de 29 de junho de 2020.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 6.090 de 19/12/2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 168.600,00 (cento e sessenta e oito mil e seiscentos reais), por excesso de arrecadação, referente a repasse de Emendas Parlamentares de Bancada, a seguinte dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
1.040	Incremento ao Piso de Média e Alta Complexidade				
3.0.00.00	Despesas Correntes				
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes				
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				
01770000	Emendas de bancada de Parlamentares (EC nº 100/2019)	R\$	168.600,00		
	TOTAL	R\$	168.600,00		

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

29 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2020/FCRS

Publicação Nº 2543195

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, através da Fundação Cultural de Rio do Sul e por seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A REFORMA DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL/SC.

Item	Qtd.	Medida	Produto	Valor Unitário	Valor Total
1	36	Metros	Treliça Aço CA60 TG 16R (pç 12m x 3)	R\$ 5,48	R\$ 197,28

Contratada: Arduino Nardelli & Filhos LTDA – CNPJ 75.862.961/0002-95.

Valor Total: R\$197,28 (cento e noventa e sete reais e vinte e oito centavos).

Prazo de Entrega: 03 (três) dias após a emissão da Ordem de Compra.

Vigência: até 31 de dezembro de 2020.

Dotação Orçamentária: 88.01.2076.3390.3024 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso V, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Inciso II e III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 26 de junho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2020/FCRS

Publicação Nº 2543198

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2020

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, através da Fundação Cultural de Rio do Sul e por seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A REFORMA DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL/SC.

Item	Qtd.	Medida	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
01	30	Unidade	Cal – (saco de 20 Kg)	R\$ 7,90	R\$ 237,00
02	05	Quilograma	Arame recozido nº 18	R\$ 8,90	R\$ 44,50
03	10	Quilograma	Prego 17x27 (2 cabeças)	R\$ 9,90	R\$ 99,00
04	120	Unidade	Bloco Cerâmico "U" 19x19x29cm 3MPa	R\$ 1,35	R\$ 162,00
05	06	M³	Brita Nr. 1.	R\$ 64,00	R\$ 384,00
06	40	Unidade	Cimento (sacos de 50Kg)	R\$ 19,90	R\$ 796,00
07	12	M³	Areia media.	R\$ 69,00	R\$ 828,00

Contratada: SG Comércio de Materiais de Construção LTDA – CNPJ 03.515.405/0001-50.

Valor Total: R\$2.550,50 (dois mil e quinhentos e cinquenta reais e cinquenta centavos).

Prazo de Entrega: 03 (três) dias após a emissão da Ordem de Compra.

Vigência: até 31 de dezembro de 2020.

Dotação Orçamentária: 88.01.2076.3390.3024 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso V, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Inciso II e III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 26 de junho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2020/FCRS

Publicação Nº 2543201

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2020

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, através da Fundação Cultural de Rio do Sul e por seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A REFORMA DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL/SC.

Item	Qtd.	Medida	Produto	Valor Unitário	Valor Total
01	02	M³	Madeira p/Caixaria 2,5cm de espessura x 20cm de largura – boa qualidade	R\$ 276,38	R\$ 552,75
02	360	Metros	Ferro CA 50 - 10mm (30 pç – Barra de 12m)	R\$ 2,53	R\$ 909,00
03	360	Metros	Ferro CA 60 - 5mm (30 pç – Barra de 12m)	R\$ 0,67	R\$ 241,49

Contratada: Tonet Materiais de Construção LTDA – CNPJ 80.653.918/0003-30.

Valor Total: R\$1.703,24 (um mil e setecentos e três reais e vinte e quatro centavos).

Prazo de Entrega: 03 (três) dias após a emissão da Ordem de Compra.

Vigência: até 31 de dezembro de 2020.

Dotação Orçamentária: 88.01.2076.3390.3024 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso V, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Inciso II e III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 26 de junho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 026/2020

Publicação Nº 2543235

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 026/2020

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS E PENALIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM TAMBÉM OS CONTRIBUINTES, CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS ÚTEIS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III, DO § 2º, DO ARTIGO 187, PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º, TODOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
61/2020	09/06/20	EXPERTS TELECOM EIRELI	21.488.113/0007-43

Rio do Sul, 29 de junho de 2020.

Alexandre Matos Pereira Secretário Municipal de Administração e Fazenda	José Luiz do Nascimento Diretor Técnico da Fazenda
--	---

LEI N. 6.154, DE 25 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2543261

LEI Nº 6.154, de 25 de junho de 2020.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica suplementada no valor de R\$ 2.160.000,00 (dois milhões, cento e sessenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

82.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
82.02	DIRETORIA TECNICA DE ADMINISTRACÃO		
2.013	Pessoal e Encargos Sociais – Administração e Fazenda		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.160.000,00
	TOTAL	R\$	2.160.000,00

Art. 2º Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 2.160.000,00 (dois milhões, cento e sessenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

82.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
82.01	DIRETORIA TECNICA DE FAZENDA		
0.002	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.6.00.00	Amortização da Dívida		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.160.000,00
	TOTAL	R\$	2.160.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
25 de junho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

LEI N. 6.155, DE 25 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2543271

LEI Nº 6.155, de 25 de junho de 2020.

ALTERA DISPOSITIVOS DA IEI Nº 6.030, DE 26 DE ABRIL DE 2019 QUE ESTABELECE NORMAS TÉCNICAS PARA O FORNECIMENTO E COBRANÇA DE ETIQUETAS PARA ROTULAGEM OBRIGATÓRIA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o caput e incluído o parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 6.030, de 26 de abril de 2019, com a seguinte redação:

“Art. 2º São beneficiários desta lei os produtores rurais e os grupos informais devidamente cadastrados junto ao Município de Rio do Sul.

Parágrafo único. Os rótulos serão fornecidos apenas para produtos alimentícios produzidos pelo produtor cadastrado na Diretoria Executiva de Agropecuária da Secretaria Municipal de Obras e Agricultura.” (NR)

Art. 2º Ficam revogados os incisos IV e V do art. 3º da Lei nº 6.030, de 26 de abril de 2019.

Art. 3º Fica incluído o parágrafo único ao art. 11 da Lei nº 6.030, de 26 de abril de 2019, com a seguinte redação:

“Art. 11. ...

Parágrafo único. O limite máximo mensal para impressão é de 2.000 (duas mil) etiquetas por produtor rural.”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
25 de junho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

LEI N. 6.156, DE 25 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2543277

LEI Nº 6.156, de 25 de junho de 2020.

Denomina “Nodgi Enéas Pellizzetti” Academia ao Ar Livre localizada no bairro Progresso.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada “Nodgi Enéas Pellizzetti” a Academia ao Ar Livre localizada à Estrada São Bento, no bairro Progresso, conforme Levantamento Topográfico/Planimétrico, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
25 de junho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

PORTARIA N. 0643/DGP

Publicação Nº 2543370

PORTARIA N. 0643/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0614/DGP de 03/06/2020 publicada em 15/06/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do CENTRO EDUCACIONAL PREFEITO LUIS ADELAR SOLDATELLI - CEPLAS, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: EDYCLEYA SILVERIO, matrícula 121398-4, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e designada para exercer as funções do cargo de Diretor, JACIRA PALADINO MAIA, matrícula 79561-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professora, SIDIANE LAURETE KNEIDL, matrícula 99198-17, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e, designar como seus respectivos suplentes: JUCELIA CORREIA DE SANTANA, matrícula 101710-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e FABIANA FACHINI SCHEIDT, matrícula 188549-7, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de junho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Fcb

PORTARIA N. 0651/DGP DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544400

PORTARIA N. 0651/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 01/06/2020 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 010/2020, designada pela Portaria n. 0193/DGP de 19 de fevereiro de 2020 (publicada em 03/03/2020), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 010/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão por meio do Ofício n. 003/P.A.D. n. 010/2020, de 26 de maio de 2020, devido a necessidade de realização de atos para coleta de provas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de junho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0652/DGP DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544404

PORTARIA N. 0652/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 20/05/2020 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 004/2020, designada pela Portaria n. 0153/DGP de 11 de fevereiro de 2020 (publicada em 20/02/2020), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 004/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão por meio do Ofício n. 003/P.A.D. n. 004/2020, de 02 de junho de 2020, devido a necessidade de realização de atos para coleta de provas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de junho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0653/DGP DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544402

PORTARIA N. 0653/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 19/05/2020 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 006/2020, designada pela Portaria n. 0181/DGP de 18 de fevereiro de 2020 (publicada em 19/02/2020), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 006/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão por meio do Ofício n. 006/P.A.D. n. 006/2020, de 25 de maio de 2020, devido a instrução ainda estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de junho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0655/DGP DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2544413

PORTARIA N. 0655/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n.56.053, de 23 de fevereiro de 2017 e, considerando o Ofício n. 003/P.A.D. 047/2019, de 19 de dezembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Patrícia Raquel Mayr, matrícula n. 493602, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, para atuar como Defensor Dativo no Processo Administrativo Disciplinar n. 006/2020, instaurado pela Portaria n. 0181/DGP, de 18 de fevereiro de 2020 (Publicada no DOM em 19/02/2020).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de junho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0656/DGP DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2544416

PORTARIA N. 0656/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 16/05/2020 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 081/2019, designada pela Portaria n. 2018/DGP de 19 de dezembro de 2019 (publicada em 20/12/2019), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 081/2019.

Parágrafo único. O prazo de prorrogação leva em consideração a Portaria n. 2035/DGP de 19 de dezembro de 2020 e a Portaria n. 0329/DGP de 16 de março de 2020, as quais suspenderam os trabalhos das comissões processantes.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão por meio do Ofício n. 003/P.A.D. n. 081/2019, de 03 de junho de 2020, face a necessidade de realização de atos para a coleta de provas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de junho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0657/DGP DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544409

PORTARIA N. 0657/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 19/05/2020 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 082/2019, designada pela Portaria n. 2019/DGP de 19 de dezembro de 2019 (publicada em 19/12/2019), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 082/2019.

Parágrafo único. O prazo de prorrogação leva em consideração a Portaria n. 2035/DGP de 19 de dezembro de 2020 e a Portaria n. 0329/DGP de 16 de março de 2020, as quais suspenderam os trabalhos das comissões processantes.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão por meio do Ofício n. 003/P.A.D. n. 082/2019, de 03 de junho de 2020, face a necessidade de realização de atos para a coleta de provas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de junho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0658/DGP DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544407

PORTARIA N. 0658/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n.56.053, de 23 de fevereiro de 2017 e, considerando o Ofício n. 003/P.A.D. 047/2019, de 19 de dezembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Patrícia Raquel Mayr, matrícula n. 493602, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, para atuar como Defensor Dativo no Processo Administrativo Disciplinar n. 062/2019, instaurado pela Portaria n. 1935/DGP, de 11 de dezembro de 2019 (Publicada no DOM em 17/12/2019).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de junho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

RESUMO DO ADITIVO Nº 045/2020

Publicação Nº 2543977

3º TERMO ADITIVO Nº 045/2020 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 132/2019, REFERENTE À CONSTRUÇÃO DO REMANESCENTE DE OBRA DO CALÇADÃO OSNY GONÇALVES, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP

Aos quinze (15) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP, estabelecida na Rua Presidente Juscelino, 209, no município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, CEP 88400-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 77.894.863/0001-84, ora denominada CONTRATADA, representada pelo Sr. Wilson Antonio Schuhmacher, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 091/2019, e no Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 132/2019, datado de 21 de junho de 2019, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no §1º, Inciso III, do Artigo 57, e no Inciso I, alínea “b” e §1º, do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através da solicitação da fiscalização de serviços públicos, recebida em 10 de junho de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Terceira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, a contar de 16 de junho de 2020 até 14 de agosto de 2020, conforme o Memorando nº 061/2020/SEINFRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUPRESSÃO

Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo uma supressão de R\$17.974,70 (dezesete mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta centavos), conforme memorando Nº 061/2020/SEINFRA.

CLÁUSULA QUARTA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA-EPP

Wilson Antonio Schuhmacher

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CPF

DECRETO Nº 9120, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544018

DECRETO Nº 9120, de 29 de junho de 2020.**“ESTABELECE AS DIRETRIZES E CONDIÇÕES PARA A EFETIVAÇÃO DO REQUERIMENTO AUTOMÁTICO DE ISENÇÃO DO IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 2021.”**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e no disposto no Art. 199, § 9º, da Lei Complementar nº 110/2003, que instituiu o Código Tributário Municipal, objetivando efetuar o requerimento automático de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano, para o exercício de 2021,

DECRETA:

Art. 1º – Fica autorizada a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda a aplicar, para o exercício de 2021, os requerimentos de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano, interpostos pelos contribuintes no exercício imediatamente anterior e/ou em curso, desde que sejam atendidos os pressupostos do disposto no Art. 198, mediante requerimento de isenção automático, o qual será, obrigatoriamente, submetido ao processo de revisão da Comissão de que trata o Art. 222-A, do Código Tributário Municipal instituído pela Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003, aos seguintes contribuintes:

I – Aposentados;

II – Pensionistas

III – Assalariados;

IV – Imóveis com característica e destinação rural;

V – Entidades filantrópicas, associações e ou agremiações desportivas ou culturais, clubes sociais e ou de campo e sindicatos representativos de classe patronal;

VI – Hospitais e casas de Saúde;

VII – Veteranos de guerra da FEB e Ex-Combatentes da FEB, da FAB ou da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante, que participaram de missões de patrulhamento aeronaval, ou de unidades que comboiaram as tropas brasileiras para o centro de operações, inclusive dos que hajam servido as Forças Armadas do Brasil, em Zona de Guerra, delimitada pelo Decreto Federal Nº 10490-A, de 25 de setembro de 1942, desde que usados como residência própria ou de sua viúva, enquanto mantiver o estado de viuvez;

VIII – Imóveis beneficiados com a isenção do Microempreendedor Individual;

Art. 2º – A Comissão Municipal, prevista no Art. 222-A do Código Tributário Municipal, mediante procedimento de revisão, responsabilizar-se-á pela verificação da situação dos contribuintes, previstos nos incisos I, II, III, VI, VII e VIII, do Art. 1º, beneficiados com a isenção automática e demais providências, conforme estabelecido no regulamento de funcionamento da comissão revisional.

Art. 3º – Fica permitida a concessão de isenção automática, mesmo que o contribuinte não tenha apresentado requerimento de isenção, no exercício imediatamente anterior, quando houver reiterada constatação de que o contribuinte, faz jus ao benefício da isenção, nos termos do disposto no Art. 198 do Código Tributário Municipal;

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
29 de junho de 2020.

**JOSE EDUARDO
ROTHBARTH
THOME:05421524957**

Digitally signed by JOSE EDUARDO ROTHBARTH
THOME:05421524957
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=EM BRANCO, ou=11825802000157,
cn=JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOME:05421524957
Date: 2020.06.29 14:03:20 -03'00'

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

**ALEXANDRE MATOS
PEREIRA:92098487991**

Assinado de forma digital por
ALEXANDRE MATOS
PEREIRA:92098487991
Dados: 2020.06.29 10:51:09 -03'00'

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL**EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 25, DE 29 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2543749



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br

**EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 25, DE 29 DE JUNHO DE 2020.**

Altera o inciso VII do art. 39 da Lei Orgânica Municipal de Rio do Sul, referente às infrações político-administrativas do Prefeito.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decretou e a Mesa Diretora, conforme atribuição disposta no §3º do art. 21 da Lei Orgânica Municipal de Rio do Sul, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica:

Art. 1º Fica alterado o inciso VII do art. 39 da Lei Orgânica Municipal de Rio do Sul, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39 ...

[...]

VII – descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro, em especial deixando de efetuar o pagamento da remuneração de férias dos servidores municipais em prazo estabelecido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Rio do Sul, 29 de junho de 2020.

CARISO SAVIO Assinado de forma digital por CARISO SAVIO
GIACOMINI:52 GIACOMINI:52865762904
865762904 Dados: 2020.06.29 12:35:36 -03'00'

CARISO SÁVIO GIACOMINI
Presidente da Mesa
[Assinada digitalmente]

Assinado de forma digital por JAMES RIDES DA
JAMES RIDES DA RIDES DA
SILVA:67453848920 SILVA:67453848920
Dados: 2020.06.29 13:06:24 -03'00'

SARGENTO JAMES
1º Secretário
[Assinada digitalmente]

FERNANDO CESAR Assinado de forma digital por FERNANDO CESAR
SOUZA:060699269 SOUZA:06069926935
35 Dados: 2020.06.29 13:15:10 -03'00'

FERNANDO CESAR SOUZA
Vice-Presidente da Mesa
[Assinada digitalmente]

Assinado de forma digital por MARCOS NORBERTO
MARCOS NORBERTO NORBERTO
ZANIS:003403589 ZANIS:00340358939
39 Dados: 2020.06.29 12:56:50 -03'00'

MARCOS NORBERTO ZANIS
2º Secretário
[Assinada digitalmente]

Emenda à Lei Orgânica nº 25/2020 – Folhas 1 de 1

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

Rio dos Cedros

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 116/2020 DATA: 25/06/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2020. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: FACHINI TRANSPORTES LTDA ME

Publicação Nº 2544390

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 116/2020

DATA: 25/06/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2020. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: FACHINI TRANSPORTES LTDA ME CNPJ 24.389.817/0001-61

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO, CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MINI ESCAVADEIRA, RETROESCAVADEIRA E DE TRANSPORTE DE MAQUINAS PESADAS

INÍCIO: 25/06/2020

TÉRMINO: 24/06/2021

VALOR: Total de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 117/2020 DATA: 25/06/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2020. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: POSTO CAMINHO DOS LAGOS

Publicação Nº 2544392

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 117/2020

DATA: 25/06/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2020. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: POSTO CAMINHO DOS LAGOS CNPJ 3.448.767/0001-76

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO, CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MINI ESCAVADEIRA, RETROESCAVADEIRA E DE TRANSPORTE DE MAQUINAS PESADAS

INÍCIO: 25/06/2020

TÉRMINO: 24/06/2021

VALOR: Total de R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2020 DATA: 25/06/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2020. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: INDÚSTRIA DE MÓVEIS E ESQUADRIAS METT LTDA ME

Publicação Nº 2544396

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2020

DATA: 25/06/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2020. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: INDÚSTRIA DE MÓVEIS E ESQUADRIAS METT LTDA ME

CNPJ 01.726.180/0001-56

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO, CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MINI ESCAVADEIRA, RETROESCAVADEIRA E DE TRANSPORTE DE MAQUINAS PESADAS

INÍCIO: 25/06/2020

TÉRMINO: 24/06/2021

VALOR: Total de R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais)

PROCESSO ADMINISTRATIVO REQUERENTE: ORLANDO ZAWAGLIO CPF: 311.615.299-34 OBJETO: RESTITUIÇÃO DE IPTU PAGO INDEVIDAMENTE PROTOCOLO Nº 1212/2020 PARECER E DECISÃO

Publicação Nº 2544421

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
PROCURADORIA GERAL
ASSESSORIA JURÍDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO
REQUERENTE: ORLANDO ZAWAGLIO
CPF: 311.615.299-34
OBJETO: RESTITUIÇÃO DE IPTU PAGO INDEVIDAMENTE
PROTOCOLO Nº 1212/2020

PARECER

Trata-se de requerimento formulado pelo contribuinte acima identificado solicitando a devolução do valor pago equivocadamente a título de IPTU (em duplicidade) do imóvel objeto da inscrição nº 01.05.001.1526.001, cadastro imobiliário nº 26271.

Acostou documentos.

O feito foi convertido em diligência e remetido à Secretaria da Fazenda que emitiu a ficha financeira de arrecadação confirmando o pagamento indevido.

É o relatório.

Passo à análise de feito.

A análise dos autos evidencia que o imóvel objeto da inscrição nº 01.05.001.2327.001 teve pagamentos em duplicidade, na forma como postulado pelo requerente (que é o contribuinte do tributo e quem efetivou os pagamentos).

Ademais, dispõe o Código Civil:

Do Enriquecimento Sem Causa

Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

De outro lado, o Código Tributário Nacional reza que:

Art. 165. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 162, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

Ante o exposto, é o PARECER pela procedência do pedido, com a restituição dos montantes pagos a maior pelo contribuinte.

Ao Exmo. Sr. Prefeito para decisão e, sendo esta pela convalidação dos motivos esposados neste Parecer:

P.R.I.A.C.-se.

Rio dos Cedros, 29 de Junho de 2020.

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo
Advogado
OAB/SC 17.721 - Portaria 679/08

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
GABINETE DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO
PROCESSO ADMINISTRATIVO
PROCESSO ADMINISTRATIVO
REQUERENTE: ORLANDO ZAWAGLIO
CPF: 311.615.299-34
OBJETO: RESTITUIÇÃO DE IPTU PAGO INDEVIDAMENTE
PROTOCOLO Nº 1212/2020

DECISÃO

Trata-se de requerimento formulado pelo contribuinte acima identificado solicitando a devolução do valor pago equivocadamente a título de IPTU (em duplicidade) do imóvel objeto da inscrição nº 01.05.001.1526.001, cadastro imobiliário nº 26271.

Acostou documentos.

O feito foi convertido em diligência e remetido à Secretaria da Fazenda que emitiu a ficha financeira de arrecadação confirmando o pagamento indevido.

Parecer Jurídico encartado aos autos.

É o relatório.

Passo à análise de feito.

Acolho os motivos e fundamentos do parecer jurídico e da Secretaria da Fazenda (conforme ficha de arrecadação juntada) os quais convalido

e utilizo como decisão.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido e DETERMINO a restituição ao requerente do valor recolhido a maior.
P.R.I.A.C.-se

Rio dos Cedros, 29 de Junho de 2020.

Marildo Domingos Felippi
Prefeito de Rio dos Cedros

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE TRANSPORTE COLETIVO E ESCOLAR Nº 20/2006

Publicação Nº 2544405

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE TRANSPORTE COLETIVO E ESCOLAR nº 20/2006

O MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, com sede na Rua Nereu Ramos, nº205, Centro – Rio dos Cedros/SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Marildo Domingos Felippi, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente de PODER CONCEDENTE, e de outro lado a empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nro. 83.645.259/0001-17, estabelecida na Rua Carlos F-rst, 234, Bairro Serra Alta, em São Bento do Sul/SC, neste ato representada por seu sócio administrador, doravante denominada simplesmente CONCESSIONÁRIA, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo aditivo ao Contrato Administrativo nos termos seguintes:.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, que institui regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas a circulação de veículos de transporte coletivo urbano de passageiros e os serviços públicos não essenciais,

CONSIDERANDO o Ofício nº 140/2020, da Corregedoria-Geral de Justiça, que sugere aos membros do Ministério Público a expedição de recomendações aos Municípios com o objetivo de assegurar a aplicação de medidas de distanciamento social e circulação de pessoas;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo corona vírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n. 8.078, de 1990, especialmente os artigos 6º, I e V; 39, V; 51, IV, §1º, I, II, III, bem como art. 36, III da Lei Federal n. 12.529, de 2011, que versa sobre "Infrações da Ordem Econômica";

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO as informações disponibilizadas em reunião técnica pelo Ministério da Saúde no dia 13/03/2020;

CONSIDERANDO a edição pelo Governo do Estado de Santa Catarina, dos Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020 e nº 515, de 17 de março de 2020 foram suspensos os serviços de transporte coletivo, motivando a suspensão do contrato, conforme atos ordinatórios de 18/03/2020 e 23/03/2020;

CONSIDERANDO a edição pelo Governo do Estado de Santa Catarina, do Decreto Estadual nº 630, de 01 de junho de 2020 que autorizou a retomada do transporte coletivo municipal a partir de 08 de junho de 2020;

CONSIDERANDO a edição da Lei Estadual nº 17.950, de 03 de junho de 2020 que "reconhece o transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia", bem como da Portaria SIE nº 321/2020, de 03/06/2020 do Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, que traz diretrizes sobre o funcionamento do transporte rodoviário intermunicipal, normas que deverão ser observadas em caso de retomada no dia 08/06 do transporte coletivo municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas para conter o avanço da pandemia e resguardar a população, bem como manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato;

É celebrado o presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Pactuam as partes que a retomada do transporte coletivo municipal ocorrerá de forma gradual, observando-se as medidas de prevenção e combate ao novo coronavírus (COVID-19) em especial, no que forem compatíveis, as estabelecidas na Portaria SIE nº 321/2020, de 03/06/2020 do Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, sem prejuízo de outras determinações que venham a ser emanadas das autoridades de saúde e vigilância sanitária Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo único - Os serviços ora retomados poderão ser novamente suspensos em razão de fatos imprevistos e imprevisíveis, conforme determinações do Poder Público, em especial diante do cenário gerado pela pandemia oriundo do novo coronavírus (COVID-19).

CLÁUSULA TERCEIRA:

A retomada dos serviços de transporte coletivo municipal ocorrerá de forma gradual a partir do dia 17/06/2020, na forma como postulado em requerimento da Concessionária protocolado em 08/06/2020.

CLÁUSULA QUARTA:

Diante da circunstância de que as aulas permanecem suspensas, havendo previsão de retorno apenas a partir de 02 de agosto de 2020 (Decreto Estadual nº 630, de 01 de junho de 2020), e considerando que o objeto do contrato é a "Concessão para Operação do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros, inclusive escolar, na modalidade de serviço convencional", a operação gradual será retomada com a disponibilização das seguintes linhas e horários:

Horário	Linha
3:30	Alto Cedros / Rio Rosina / Rio Herta / Rio Esperança / Cedro Alto / São José / Centro / Carisma
3:30	Timbó (Capitais Dona Clara / Tiroleses) / Centro / 1º de Maio / Santo Antônio / Centro / Carisma (Grec)
5:45	Rio Herta Fundos / Rio Esperança / Cedro Alto / São José / Centro / Divinéia até Molas Marchetti
12:45	Rio Herta Fundos . Rio Esperança, Cedro Alto / São José, Rio Ada / retorna a São José (Textil RDC) / Centro / Carisma
13:00	Timbó (Capitais / Dona Clara ,Tiroleses) / Centro / 1o de Maio / Santo Antônio / Ponte / Boa Vista / Tifa Berti / São Bernardo / Carisma
14:20	Carisma / Centro / São José / Cedro Alto / Rio Esperança / Rio Herta / Rio Rosina / Alto Cedros
14:20	Carisma / 1º de Maio / Santo Antônio/Ponte / Centro / Tiroleses / Dona Clara / Capitais
17:00	Molas Marchetti / Divinéia / Centro / São José / Cedro Alto / Rio Esperança / Rio Herta Fundos
23:25	Carisma / Centro /São José / Rio Ada / São José / Cedro Alto / Rio Esperança / Rio Herta Fundos
23:25	Carisma / Centro / 1o de Maio / Santo Antônio / Ponte / Boa Vista / Tifa Berti / São Bernardo / Tiroleses / Dona Clara /Capitais

CLÁUSULA QUINTA:

Fica pactuado que os períodos de suspensão ocorridos serão repostos prorrogando-se automaticamente o contrato de concessão na exata quantidade de dias paralisados por ato do Poder Público, em especial os decorrentes da pandemia gerada pelo novo coronavírus (COVID-19).

CLÁUSULA SEXTA:

Permanecem em vigor as demais disposições.

O presente instrumento será publicado na forma regulamentar.

As partes de comum acordo, elegem o foro da Comarca de Timbó, Estado do Santa Catarina, para dirimirem possíveis dúvidas e ou litígios que possam surgir em virtude do presente termo.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas e a tudo presentes.

Rio dos Cedros, 15 de Junho de 2020.

PODER CONCEDENTE - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS -SC

Marildo Domingos Felippi
Prefeito

CONCESSIONÁRIA

LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

Testemunhas

1 - _____ 2 - _____

Rio Negrinho

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA DA PROPOSTA DA CONCORRÊNCIA Nº 049/2020

Publicação Nº 2543973

ATA DA ABERTURA DA PROPOSTA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2020 – CONCORRÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO AS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E GERAÇÃO AUTÔNOMA DE ENERGIA, PARA O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO. Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às dez horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, sita na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro, nesta Cidade e Comarca, com a presença dos Srs. Cintia Ester Anacleto, Glaucio Liebl e Claudia Simone de Souza Campos, respectivamente, presidente, secretário e membro da Comissão Permanente de Licitações - CPL, nomeada através da Portaria nº 24.487, de 22 de janeiro de 2020, foi instalada a sessão de abertura da proposta do Processo Licitatório supracitado. Iniciados os trabalhos, foi aberto o envelope da única empresa habilitada Eletro Comercial Energiluz Ltda e, após a análise da mesma, verificou-se estar de acordo ao exigido no Edital, inclusive quanto aos preços máximos estabelecidos, motivo pelo qual a CPL declara vencedora do certame a empresa Eletro Comercial Energiluz Ltda, no valor global de R\$ 2.294.592,20 (dois milhões, duzentos e noventa e quatro mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte centavos), sob a condição de que apresente até as 17h do dia 6/7/2020, as amostras dos itens 3.154, 3.155, 3.156, 3.157 e 3.151 da planilha orçamentária, conforme exigência do item 3.1.3 alínea "n" do Edital, a ser entregue no Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, localizado na Avenida Julieta Simões de Oliveira, 1030, bairro Industrial Norte, onde serão analisadas e o responsável pela análise emitirá relatório conclusivo, o qual será entregue à CPL para cumprimento do item. O prazo legal de recurso será contabilizado a partir da publicação da presente ata no Diário Oficial dos Municípios – DOM, edição do dia 30/6/2020 até às 17h do dia 7/7/2020, ficando a homologação do certame sob responsabilidade do Senhor Prefeito Municipal. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, segue por todos assinada. Rio Negrinho, 29 de junho de 2020.

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
Cintia Ester Anacleto	Presidente CPL	
Glaucio Liebl	Secretário CPL	
Claudia Simone de Souza Campos	Membro CPL	

EXTRATO DE PORTARIAS Nº 09/2020

Publicação Nº 2544761

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina Torna Público que resolveu baixar as seguintes Portarias

Portaria nº 24718 de 08/06/2020. Designa Membros Para Comissão Municipal Permanente De Aprovação De Parcelamento Do Solo

Portaria nº 24719 de 08/06/2020. Rescinde a pedido o contrato temporário de trabalho da servidora Rose Salete Da Cruz.

Portaria nº 24720 de 08/06/2020. Exonera Chefe da Divisão.

Portaria nº 24722 de 08/06/2020. Prorroga Contratos de admissão em Caráter Temporário

Portaria nº 24723 de 08/06/2020. Admite Estagiárias Que Menciona E Prorroga Termos De Compromisso De Estágio

Portaria nº 24724 de 08/06/2020. Promove Exonerações e Nomeações no Quadro de Cargos de Provimento em Comissão da Administração Direta e Indireta do Município

Portaria nº 24726 de 09/06/2020. Nomeia Membros Substitutos no Conselho Municipal de Turismo - COMTUR

Portaria nº 24728 de 15/06/2020. Admite em caráter temporário o servidor que menciona

Portaria nº 24729 de 15/06/2020. Autoriza a averbação nos assentamentos funcionais do servidor Clovis Daniel Silva Júnior.

Portaria nº 24730 de 15/06/2020. Concede exoneração ao servidor Wellington Reichwald, do cargo de Oficial Administrativo.

Portaria nº 24731 de 15/06/2020. Autoriza o servidor Gilberto Mauri da Silva a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, responsabilizando-se pelo veículo dirigido na sua totalidade.

Portaria nº 24733 de 17/06/2020. Nomeia Membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS de Rio Negrinho.

Portaria nº 24736 de 17/06/2020. Determina o arquivamento do Processo Administrativo Especial nº 1/2020, em virtude da Decisão que acatou na íntegra o Relatório Conclusivo da Comissão Processante nomeada pela Portaria nº 24481/2020 de 22 de janeiro de 2020.

Portaria nº 24738 de 17/06/2020. Amplia Carga Horária Semanal de Servidores em Caráter Temporário e Provisório, para Atendimento de Necessidade Urgente de Serviço

Portaria nº 24739 de 19/06/2020. Concede Licença de Parte da Jornada de Trabalho à servidora Leoni Fuerst.

Portaria nº 24740 de 19/06/2020. Altera Percentual de Gratificação de Representação e Reduz Valor do Subsídio Mensal Concedido aos servidores que menciona.

Portaria nº 24741 de 22/06/2020. Instaura Sindicância Administrativa e Designa Comissão.

Portaria nº 24742 de 22/06/2020. Institui Comissão Especial de Seleção para julgamento do processo de habilitação e classificação dos inscritos no Edital de Chamada Pública nº 004/2020 que tem por objeto o credenciamento de mercados/supermercados, estabelecidos no município de Rio Negrinho, para fornecimento de alimentação, produtos de higiene pessoal e/ou de limpeza através de ticket vale compras para usuários da assistência social, de acordo com os critérios exigidos no Edital.

Portaria nº 24746 de 24/06/2020. Institui Comissão Especial de Credenciamento para análise documental, técnica e legal, com aprovação prévia dos inscritos no Edital de Chamada Pública nº 005/2020, que tem por objeto o credenciamento de clínicas veterinárias e hospitais

veterinários para prestação de serviços de esterilização (castração) de cães e gatos.

Rio Negrinho, 29 de junho de 2020.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

As Portarias em inteiro teor estão publicadas no site <http://rionegrinho.sc.gov.br/atos-municipais-portarias>

O Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, de acordo com a delegação de competência conferida pelo Art. 2º do Decreto nº 9326, de 02 de abril de 2007, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 24717 de 05/06/2020. Designa o servidor Silvio Gilnei Kohlbeck, representante da Administração Municipal, na execução do Contrato nº 077/2020

Portaria nº 24721 de 08/06/2020. Designa a servidora Raquel Hack, representante da Administração Municipal, na execução do Contrato nº 079/2020.

Portaria nº 24725 de 09/06/2020. Designa a servidora Elaine Cristina Schoeffel Butron, representante da Administração Municipal, na execução do Contrato nº 080/2020.

Portaria nº 24732 de 15/06/2020. Considera concedida licença-paternidade ao servidor Donizete Luis Santana.

Portaria nº 24734 de 17/06/2020. Considera concedida licença maternidade às servidoras Jane Mara Pscheidt e Ana Claudia Gonçalves Santana.

Portaria nº 24735 de 17/06/2020. Considera concedida a licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora Claudia Simone de Souza Campos.

Portaria nº 24737 de 17/06/2020. Concede Gratificação a título de Interiorização aos servidores que menciona

Portaria nº 24743 de 23/06/2020. Considera concedida licença para tratamento de saúde às servidoras Tatiane de Abreu, Danieli de Oliveira Konell e considera prorrogada a licença para tratamento de saúde aos servidores Marilena Weick Lenzi, Marilda Ribas Machado, Rosangela Simone Reis, Elisabeth Pscheidt, Dirciney Venske, Iris Aparecida Maros e Clizenaldo Torres Thimotheo,

Rio Negrinho, 29 de junho de 2020.

WILSON LUIZ VEISS

Secretário de Administração

e Recursos Humanos

As Portarias em inteiro teor estão publicadas no site <http://rionegrinho.sc.gov.br/atos-municipais-portarias>

LEI Nº 3347 - DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543932

REVOGA A LEI Nº 3236 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei Ordinária nº 3236, de 01 de outubro de 2019, que Cria a Declaração Mensal de Serviços de Instituições Financeiras - DESIF, e dá outras providências.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 23 de junho de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

LEI Nº 3348 - DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543934

AUTORIZA ABRIR CREDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Rio Negrinho no valor de R\$ 1.558,98 (Um mil e quinhentos e cinquenta e oito reais e noventa e oito centavos), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	11 - Secretaria de Infraestrutura	
Unidade	001 - Departamento Rodoviário	
Funcional Programática:	11.001.0026.0782.0011.1134	
Programa	0011 - Estradas Vicinais e Urbanização De Vias	
Projeto/Atividade	1134 - Pavimentação de Vias e Passeios	
Despesa – 662	3390000000 - Aplicações diretas	R\$ 1.558,98
Fonte/Recurso	06346770 - Pavimentação Luiz Graff e Barão do Rio Branco	

Art. 2º - Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do art. 42 e art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4320/1964, através do superávit financeiro exercício anterior - Pavimentação Luiz Graff e Barão do Rio Branco - R\$ 1.558,98.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 23 de junho de 2020.
JULIO CÉSAR RONCONI
Prefeito Municipal

LEI Nº 3349 - DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543936

AUTORIZA ABRIR CREDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Especial ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 41.484,75 (quarenta e um mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	19 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade	001 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional Programática:	19.001.0010.0122.0019.2381
Programa	0019 - Saúde é Prioridade
Projeto/Atividade	2381 - Enfrentamento Covid-19
Despesa – 644	3371000000 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 41.484,75
Fonte/Recurso	02380005 - Enfrentamento Emergência de Saúde - COVID-19

Art. 2º- Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	19 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade	001 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional Programática:	19.001.0010.0122.0019.2381
Programa	0019 - Saúde é Prioridade
Projeto/Atividade	2381 - Enfrentamento Covid-19
Despesa – 573	3390000000 - Aplicações diretas R\$ 41.484,75
Fonte/Recurso	02380005 - Enfrentamento Emergência de Saúde - COVID-19

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 23 de junho de 2020.
JULIO CÉSAR RONCONI
Prefeito Municipal

BALANCETE MAIO/2020

Publicação Nº 2543948



PREFEITURA MUNICIPAL RIO NEGRINHO
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Maio / 2020

Pag 1 / 2

BALANÇO FINANCEIRO**INGRESSOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		48.333.829,07	109.528.443,43
Ordinária		27.188.985,76	64.102.457,70
Vinculada		21.144.843,31	45.425.985,73
Transferências Financeiras Recebidas (II)		801.593,21	3.141.957,93
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		801.593,21	3.141.957,93
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		26.006.032,15	23.723.731,82
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		16.757.949,97	2.892.930,78
Inscrição de Restos a Pagar Processados		3.286.059,99	6.281.983,92
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		5.827.272,19	14.500.860,55
Outros Recebimentos Extraorçamentários		134.750,00	47.956,57
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		9.252.664,09	6.466.818,92
Caixa e Equivalentes de Caixa		9.252.596,89	6.466.751,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		67,20	67,20
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		84.394.118,52	142.860.952,10

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		48.032.845,82	85.871.925,22
Ordinária		18.828.091,85	41.373.856,56
Vinculada		29.204.753,97	44.498.068,66
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		10.929.307,45	27.376.935,38
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		10.929.307,45	27.376.935,38
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		12.413.561,92	20.359.427,41
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		2.183.630,30	2.653.650,56
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		4.081.002,62	3.372.445,60
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		6.148.929,00	14.333.331,25
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		13.018.403,33	9.252.664,09

IPM Sistemas Ltda
Atende Nat - WPR v2013.01

Identificador: WPR1491103-205-QHGOO-331142496 - Emitido por: SUELEN SCHROEDER

29/06/2020 15:01:37 -03:00



PREFEITURA MUNICIPAL RIO NEGRINHO

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Maio / 2020

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		13.018.336,13	9.252.596,89
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		67,20	67,20
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		84.394.118,52	142.860.952,10

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL RIO NEGRINHO, Data Emissão 29/06/2020, Hora emissão 15:04:11

Notas:

SUELEN SCHROEDER
Contadora

JULIO CESAR RONCONI
Prefeito Municipal

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR1491103-205-OHG00-331142496 - Emitido por: SUELEN SCHROEDER

29/06/2020 15:01:37 -03:00

SAMAE - RIO NEGRINHO**EXTRATO DE PORTARIAS 2020**

Publicação N° 2543756

EXTRATO DE PORTARIAS 2020

Portaria nº 1.916 de 15 de junho de 2020 - ADMITE servidora que menciona em caráter temporário.

Portaria nº 1.917 de 15 de junho de 2020 - CONCEDE saldo remanescente de férias à servidora que menciona.

Portaria nº 1.918 de 19 de junho de 2020 - HOMOLOGA resultado do Processo Licitatório nº4/2020 do SAMAE.

Objeto: execução das obras de reforma e ampliação do sistema produtor da estação de tratamento de água central do município de Rio Negrinho, com emprego de mão de obra, materiais e equipamentos, conforme projetos, planilhas orçamentárias, cronograma, memorial descritivo e demais especificações constantes da solicitação do SAMAE.

Licitante vencedor: DALBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ: 03.222.465/0001-85 Francisco Beltrão – PR

Itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13, totalizando o valor de R\$ 3.065.152,80.

Portaria nº 1.919 de 22 de junho de 2020 - HOMOLOGA resultado do Processo Licitatório nº 9/2020 do SAMAE.

Objeto: aquisição de tubo, conexões em PVC e tampão em ferro fundido de esgoto sanitário, para consumo da divisão técnica do SAMAE.

Licitantes vencedores:

M4 PRODUTOS PARA SANEAMENTO EIRELI

CNPJ: 33.302.295/0001-00 São Paulo – SP

Lote: 06 totalizando o valor de R\$ 900,00.

COMERCIAL VOIGT EIRELI EPP

CNPJ: 10.897.089/0001-94 Curitiba - PR

Lote: 07 totalizando o valor de R\$ 10.950,00.

C.E. MACEDO COM. DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI

CNPJ: 07.965.552/0001-83 Curitiba - PR

Lotes: 02 e 08 totalizando o valor de R\$ 2.450,00.

GRUDA E FIXA COMÉRCIO DE FERRAGENS EIRELI

CNPJ: 31.795.006/0001-26 São José dos Pinhais - PR

Lotes: 01, 03 e 09 totalizando o valor de R\$ 7.710,00.

CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA

CNPJ: 67.731.091/0001-06 Cabreúva – SP

Lotes: 10, 11 e 12 totalizando o valor de R\$ 23.900,00.

PIPEPLAST INDUSTRIA DE TUDOS E CONEXÕES EIRELI

CNPJ: 34.823.982/0001-33 Araucária – PR

Lotes: 04, 05 e 13 totalizando o valor de R\$ 6.376,00.

Portaria nº 1.920 de 22 de junho de 2020 - HOMOLOGA resultado do Processo Licitatório nº 10/2020 do SAMAE.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução de passeio em piso intertravado (material e mão de obra inclusa), tipo paver, para edificação de calçada em passeio público no município de Rio Negrinho, na Rua Travessa Theodoro Junctum, centro.

Licitante vencedor: PETRI ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI

CNPJ: 27.866.667/0001-28 Rio Negrinho – SC

Itens: 01, 02, 03, 04 e 05 totalizando o valor de R\$ 64.116,20

As portarias em inteiro teor estão publicadas no site samaerne.com.br/publicacoes/portarias

Rio Negrinho, 29 de junho de 2020.

GILSON JOSÉ RECKZIEGEL

Diretor Geral

Rio Rufino

PREFEITURA

CONTRATO Nº02/ 2020 DE CESSÃO DE USO

Publicação Nº 2544308

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO

CONTRATO DE CESSÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº. 95.991.071/0001-00, com sede a Avenida José Oselame, em Rio Rufino/SC, representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Thiago Costa, comunica aos interessados que firmou contrato de cessão de referido imóvel a área correspondente de 1.984,84mts2, denominado Lote 02, o qual será ocupado pela Cessionária, onde deverá funcionar a empresa RIOTRAT- TRATAMENTO DE MADEIRA RIO RUFINO LTDA.

CNPJ: 35.208.294/0001-26, pelo prazo de 10(dez) anos, no espaço físico, imóvel acima identificado.

Rio Rufino, 29 de Junho de 2020.

Thiago Costa

LEI Nº 780 DE 19 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544341

LEI Nº 780, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

(Origem Legislativa)

"FIXA E REGULAMENTA O SUBSÍDIO DO PREFEITO, VICE-PREFEITO, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE RIO RUFINO PARA A LEGISLATURA DE 2021 A 2024 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO RUFINO/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Artigo 1º. O subsídio mensal do Prefeito Municipal, para o período de 2021 a 2024, fica fixado em parcela única no valor de R\$ 10.571,69 (dez mil quinhentos e setenta e um reais e sessenta e nove centavos).

Artigo 2º. O subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal, para o período de 2021 a 2024, fica fixado em parcela única no valor de R\$ 5.285,85 (cinco mil duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

§1º. O Vice-Prefeito que assumir a chefia do Executivo Municipal, nos impedimentos ou ausências do Prefeito, fará jus ao recebimento do subsídio, previsto no artigo 1º desta Lei, proporcionalmente ao prazo de substituição.

§2º. Ao Vice-Prefeito no exercício do cargo de Secretário Municipal fica facultado optar pelo subsídio de estabelecido no caput do artigo 2º desta Lei.

Artigo 3º. O subsídio mensal dos Secretários Municipais, para o período de 2021 a 2024, fica fixado em parcela única no valor de R\$ 3.288,97 (três mil duzentos e oitenta e oito reais e noventa e sete centavos).

Parágrafo único. Ao servidor público municipal no exercício do cargo de Secretário Municipal fica facultado optar pelo subsídio de estabelecido no caput do artigo 3º ou pela remuneração do seu cargo.

Artigo 4º. Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais serão pagos juntamente com o vencimento dos demais servidores do Poder Executivo e terão suas expressões monetárias revisadas anualmente, considerados os mesmos índices e datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município, a partir do exercício de 2021.

§ 1º Aos Agentes Políticos do Executivo do Município de Rio Rufino, Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, e demais ocupantes de cargos em comissão, fica assegurado:

I - Gozo de férias anuais remuneradas, com um terço a mais do salário normal.

II - Décimo terceiro Subsídio, com base no valor integral do subsídio, conforme disposto nesta Lei.

§ 2º A concessão de férias deverá, preferencialmente, coincidir com períodos de recesso ou férias escolares a depender do caso e será feita por grupos de acordo com planejamento prévio a ser definido pela Administração.

§ 3º Durante as férias, o Prefeito será substituído pelo Vice-Prefeito.

§ 4º O 13º (décimo terceiro) Subsídio deverá ser pago na mesma data em que for pago o 13º salário dos demais servidores do Executivo.

Artigo 5º. O subsídio mensal dos Vereadores, para o período de 2021 a 2024, fica fixado em parcela única no valor de R\$ 2.584,18 (dois mil quinhentos e oitenta e quatro reais e dezoito centavos).

§1º. A ausência do vereador, sem justificativa em cada sessão ordinária, reduzirá seu subsídio em valor proporcional ao número total de sessões plenárias ordinárias realizadas no mês.

§2º. O valor de cada sessão ordinária será obtido dividindo-se o valor do subsídio pelo número das sessões que forem realizadas mensalmente.

§3º. O Vereador fará jus ao subsídio total se comparecer a todas as sessões ordinárias do mês e participar integralmente dos trabalhos da Ordem do Dia.

Artigo 6º. O subsídio mensal do Presidente da Câmara, para o período de 2021 a 2024, fica fixado em parcela única no valor de R\$ 3.876,27,00 (três mil oitocentos e setenta e seis reais e vinte e sete centavos).

Parágrafo único. O vereador que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausências do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento do subsídio do Presidente da Câmara, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Artigo 7º. O subsídio mensal dos vereadores será pago normalmente durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária.

§1º. As Sessões Extraordinárias não serão remuneradas.

§2º. Fica Vedado ao Presidente da Câmara e demais vereadores o recebimento de 13º (décimo terceiro) subsídio.

Artigo 8º. O subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara, serão pagos juntamente com o vencimento dos demais servidores do Poder Legislativo e terão sua expressão monetária revisada anualmente quando da revisão geral da remuneração dos servidores do Poder Legislativo, considerados os mesmos índices e datas a partir do exercício de 2017.

Artigo 9º. O Vereador licenciado por moléstia devidamente comprovada ou para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município terá direito ao subsídio integral.

§1º. O Vereador licenciado para tratar de interesses particulares não terá direito ao recebimento do subsídio.

§2º. O Vereador que não comparecer às sessões legalmente remuneradas sofrerá desconto correspondente às suas faltas.

Artigo 10. Sobre todos os subsídios estabelecidos por esta Lei incidirão o desconto previdenciário e o desconto de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Artigo 11. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Artigo 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2021.

THIAGO COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 186 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544207

PORTARIA Nº 186, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

OUTORGA PODERES AO ADVOGADO DO MUNICÍPIO PARA A REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, COM PODERES ESPECÍFICOS PARA O RECEBIMENTO DE CITAÇÕES, INTIMAÇÕES, CELEBRAÇÃO DE ACORDOS JUDICIAIS, EXTRAJUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS, TRANSIGIR, DESISTIR, TRANSACIONAR E PRATICAR OS ATOS NECESSÁRIOS À GARANTIA DA EFICÁCIA DAS DECISÕES JUDICIAIS, EXTRAJUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS EM QUE ESTEJAM EM DISCUSSÃO OS INTERESSES DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO CONJUNTA GP/CGJ N. 5 DE 26 DE JULHO DE 2018, que dispõe sobre a tramitação do processo eletrônico no sistema e-proc no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de cadastramento do Órgão de Representação Judicial e Extrajudicial do Município para o recebimento de citação, intimação e prática dos atos necessários à defesa e garantia dos interesses da Fazenda Pública Municipal;

CONSIDERANDO que no ato do cadastramento a portaria de nomeação do Advogado do Município foi considerada insuficiente pelo suporte do sistema e-proc do TJSC (suporte.eproc@tjsc.jus.br), pois, segundo consta do e-mail, da procuração deveria constar a outorga para recebimento de citações e intimações (art.75, NCPC);

CONSIDERANDO que o cadastramento é de suma importância para o funcionamento adequado do Órgão Jurídico Municipal, sobretudo em razão do acompanhamento dos processos judiciais de interesse da Fazenda Pública Municipal,

RESOLVE

Art.1º OUTORGAR a Ricardo Tadeu de Moraes, ocupante do cargo de provimento efetivo de Advogado do Município, nomeado pela Portaria Municipal nº 109, de 19 de maio de 2015, inscrito na Ordem do Advogado do Brasil – Seccional Santa Catarina – sob o nº 34378, a representação judicial, extrajudicial e administrativa da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Rio Rufino/SC, com poderes específicos para:

I – receber citações e intimações;

II – transacionar nas esferas judicial, extrajudicial e administrativa;

III – celebrar acordos judiciais, extrajudiciais e administrativos;

IV - deixar de interpor ou desistir de recursos judiciais ou requerer a extinção de ações em curso, quando a sentença ou acórdão reconhecer a prescrição ou a decadência, estiver em consonância com súmula ou com jurisprudência dominante de Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, de Tribunal Superior ou que a tese de defesa as confronte.

§ 1º As citações e intimações poderão ser feitas através do e-mail: juridico@riorufino.sc.gov.br, sem prejuízo das demais formas previstas em Lei.

§ 2º Na celebração de acordos ou transação, na forma dos incisos II e III deste artigo, que resulte em dispêndio ao erário, observar-se-á os limites e regras constantes da Lei Municipal nº 599, de 28 de março de 2016, e alterações posteriores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO COSTA
Prefeito

Rodeio

PREFEITURA

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO 03/2020, 04/2020, 05/2020, 06/2020, 07/2020, 08/2020, 09/2020, 10/2020, 11/2020, 12/2020, 13/2020, 14/2020 E 15/2020

Publicação Nº 2544004

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio – Extrato de ata de registro de preço - Modalidade: Pregão Presencial - Registro de Preço 02/2020, Processo 02/2020. Órgão Gerenciador: Município de Rodeio - SC. Vigência: até 25/12/2020. Objeto: Registro de preço para possível aquisição de material médico odontológico hospitalar para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde. Ata 03/2020 - Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda, Valor estimado: R\$ 74.440,80, Ata 04/2020 - Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, Valor estimado: R\$ 65.165,80, Ata 06/2020 - Produvale Produtos Hospitalares Ltda, Valor estimado: R\$ 39.150,70, Ata 07/2020 - Prosaude Distribuidora de Medicamentos Eireli Epp, Valor estimado: R\$ 472,00, Ata 08/2020 - La Dalla Porta Junior, Valor estimado: R\$ 41.190,07, Ata 09/2020 - Jefferson Duwe Me, Valor estimado: R\$ 5.327,08, Ata 10/2020 - Odontosul Ltda, Valor estimado: R\$ 17.856,66, Ata 11/2020 - Maycon Will Eireli, Valor estimado: R\$ 8.662,10, Ata 12/2020 - Odontomedi - Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda, Valor estimado: R\$ 30.485,84, Ata 13/2020 - Cirúrgica Nossa Senhora Eireli Epp, Valor estimado: R\$ 6.139,90, Ata 14/2020 - Multihosp Comercial de Produtos Hospitalares Ltda, Valor estimado: R\$ 65.021,00 e Ata 15/2020 - Fufa-SC Distribuidora Hospitalar Ltda, Valor estimado: R\$ 51.850,001. Rodeio 25/06/2020. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 19/2020

Publicação Nº 2543925

Estado De Santa Catarina - Município de Rodeio - aviso de licitação - pregão presencial nº 19/2020 - menor preço. Objeto: aquisição de material de higiene, limpeza e expediente para atendimento e manutenção das escolas e creches municipais. Fim da entrega de propostas: às 08h30min do dia 10/07/2020. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail pmcomp@terra.com.br ou pelo fone 47 – 33840161, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min as 17h00min, em dias úteis. Rodeio 29 de junho de 2020. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 41/ 2020

Publicação N° 2543148

EXTRATO DO CONTRATO 41/ 2020

O Município de Romelândia (SC) comunica CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DOS MUROS DA ESCOLA MILENA SCHAFFER, CONFOEM PROJETO ART N°. 7245656-3 através Processo de Licitação N° 1155/2020, na modalidade Tomada de Preços n° 7/2020. Contratado: W PIROCA ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA. Valor: R\$ 60.975,00. Validade do Contrato 31/12/2020. Romelândia, 29/06/2020. VALDIR BUGS - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 42/ 2020

Publicação N° 2543377

EXTRATO DO CONTRATO 42/ 2020

O Município de Romelândia (SC) comunica CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CHURRASQUEIRA E PAVILHÃO PRÉ MOLDADO NA COMUNIDADE DE LINHA SÃO JORGE, CONFORME PROJETO ART 7373346-3, através Processo de Licitação N° 1037/2020, na modalidade Tomada de Preços n° 5/2020. Contratado: W PIROCA ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA. Valor: R\$ 56.300,00. Validade do Contrato 31/12/2020. Romelândia, 29/06/2020. VALDIR BUGS - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 43/ 2020

Publicação N° 2543993

EXTRATO DO CONTRATO 43/ 2020

O Município de Romelândia (SC) comunica CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA LINHA BARRA DO ANGICO E LINHA SANTO ANTÔNIO, CONFORME PROJETO ART N°. 7400100-0, através Processo de Licitação N° 1154/2020, na modalidade Tomada de Preços n° 6/2020. Contratado: SANEOSTE INSTALADORA DE POCOS EIRELI. Valor: R\$ 35.612,80. Validade do Contrato 31/12/2020. Romelândia, 29/06/2020. VALDIR BUGS - Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 01/2019

Publicação N° 2544349

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 01/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA E A EMPRESA TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

Pelo presente, que fazem entre si, de um lado a MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua 12 de Outubro n° 242, inscrito no CNPJ n° 82.821.182/0001-26, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF n° 304.788.399-87, RG N° 899.689 – SSP/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e por outro lado a empresa TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ n° 72.332.778/0001-09, estabelecida na Rua Alcides Antônio D'agostini n°. 80, Bairro Industrial, município de Maravilha SC, CEP: 89874-000:, neste ato representada por JULEIDE INES D'AGOSTINI, inscrita no CPF n° 589.785.859-49, residente e domiciliada no Município de Maravilha SC, doravante denominada CONTRATADA, de acordo comum e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores e Processo de Licitação N° 1938/2018, na modalidade Pregão Presencial n° 57/2018, resolvem de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento está fundamentado no Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica alterada a Cláusula Oitava do Contrato n. 02/2019 para prorrogar o prazo de vigência até 31/12/2020.

As demais cláusulas e condições do Contrato Original permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo, assinam este instrumento em três (3) vias iguais, com as testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Romelândia SC 30/06/2020

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

JULEIDE INES D'AGOSTINI
TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA
CONTRATADO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 02/2019

Publicação Nº 2544352

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 02/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA E A EMPRESA TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

Pelo presente contrato, que entre si fazem de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco, 42, inscrito no CNPJ sob nº 11.456.420/0001-01, neste ato representado pela sua Gestora Municipal de Saúde Sr^a. NILCE KOHLS, portadora da carteira de identidade nº 3.719.479, expedida pelo SSP/SC, inscrita no CPF/MF sob o nº 037.587.989-73, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e por outro lado a empresa TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 72.332.778/0001-09, estabelecida na Rua Alcides Antônio D'agostini nº. 80, Bairro Industrial, município de Maravilha SC, CEP: 89874-000, neste ato representada por JULEIDE INES D'AGOSTINI, inscrita no CPF nº 589.785.859-49, residente e domiciliada no Município de Maravilha SC, doravante denominado CONTRATADA, de acordo comum e com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e Processo de Licitação Nº 1938/2018, na modalidade Pregão Presencial nº 57/2018, resolvem de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento está fundamentado no Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações, apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica alterada a Cláusula Oitava do Contrato n. 02/2019 para prorrogar o prazo de vigência até 31/12/2020.

As demais cláusulas e condições do Contrato Original permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo, assinam este instrumento em três (3) vias iguais, com as testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Romelândia SC 30/06/2020.

NILCE KOHLS
Gestora Municipal de Saúde

JULEIDE INES D'AGOSTINI
TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA
CONTRATADO

DECRETO Nº 4.251/2020

Publicação Nº 2544354

DECRETO Nº 4.251/2020

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei.

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizado a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.147,52 (Sete mil, cento e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Município de Romelândia, conforme discriminação a seguir:

08.02– Departamento de Urbanismo	
15.451.0019.1.011000 – Execução de Pavimentação Asfáltica sobre Calçamento	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	7.147,52
Fonte: 300 – Recursos Próprios	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior são provenientes do Superávit financeiro do exercício de 2019, apurado no Anexo 14 – Balanço Patrimonial, especificamente na fonte de recursos 100 – Recursos Próprios.

Art. 3º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.374/2019 de 27 de novembro de 2019.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º– Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 29 de junho de 2020.

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado em data supra

Milton Aimi
Secretário de Adm. e Fazenda

Saltinho

PREFEITURA

DESPACHO PREGÃO 020/2020

Publicação N° 2543412

DESPACHO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 028/2020, PREGÃO 020/2020.
OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS DIVERSOS

Considerando a reanálise dos itens dos lotes da licitação acima citada, percebe-se a necessidade de realizar alterações com o intuito de melhor adequá-los ao princípio do interesse público da administração, nesse sentido DECIDO pelo cancelamento do certame.

Publique-se e de seguimento ao certame.

Saltinho-SC, 29 de junho de 2020.

SEBASTIÃO DOS SANTOS
Pregoeiro

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 42/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N° 22/2020

Publicação N° 2544002

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 42/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N° 22/2020

O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório n° 42/2020, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 22/2020, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para a seleção de propostas por REGISTRO DE PREÇOS visando a futura e eventual aquisição de baterias destinadas as máquinas e veículos da frota municipal do município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 10 de julho de 2020. Abertura das propostas as 08h40min do dia 10 de julho de 2020, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009. Santa Helena (SC), 29 de junho de 2020.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N° 45/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2020

Publicação N° 2543398

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 45/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2020

O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório n° 45/2020, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 24/2020, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para a seleção de propostas por REGISTRO DE PREÇOS visando a futura e eventual aquisição de produtos de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza de primeira qualidade destinados a compor kits para suprir a demanda de distribuição a eventuais benefícios a famílias carentes do município que se encontram em situação necessidade devido as normas de segurança e isolamento social do combate ao novo coronavirus, COVID – 19, atendidas pela Secretaria de Assistência Social e Habitação do município de Santa Helena – SC. Recebimento dos envelopes até as 08h20min do dia 14 de julho de 2020. Abertura das propostas as 08h30min do dia 14 de julho de 2020, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009. Santa Helena (SC), 29 de junho de 2020.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ALTERAÇÃO DE ABERTURA PR 051/2020 PR

Publicação Nº 2544035

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

ALTERAÇÃO DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2020 - PR
PUBLICADO NO DOM EM 10/06/2020 - EDIÇÃO Nº 3167 PG 870

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL comunica a todos os interessados a DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES do Pregão Presencial n.º 051/2020.

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de materiais para manutenção e instalação de gradil, telas de proteção e materiais complementares, de acordo com a necessidade das secretarias municipais e SAMAE.

Fica marcado o início da sessão com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 10h00min do dia 03 de Julho de 2020, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 10h15min do mesmo dia.

Cópia do edital e seus anexos serão obtidos pelo site da Prefeitura <https://www.santarosadosul.sc.gov.br/> ou <https://e-gov.betha.com.br/transparencia>, Telefone (0xx48) 3534-1113.

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Nelson Cardoso de Oliveira.
Prefeito Municipal

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA 049/2020 TP

Publicação Nº 2543988

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Licitação nº 049/2020 – Tomada de Preços nº 049/2020

Às 14h15min (quatorze horas e quinze minutos) do dia 29 de Junho de dois mil e vinte, a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, conforme designada pelo decreto Nº 003/2020 de 03 de Janeiro de 2020, reuniu-se com o objetivo de abrir, analisar e julgar a proposta de preço ofertada pelas Licitantes habilitadas no processo licitatório nº 049/2020 – Tomada de Preços.

EMPRESA	CNPJ	REPRESENTANTE
FABSUL PAVIMENTAÇÕES EIRELI EPP	05.528.870/0001-51	AUSENTE
MANENTI EMPREITEIRA E TERRAPLENAGEM LTDA	27.267.355/0001-06	AUSENTE
TEC ENGE CONSTRUÇÕES EIRELI	02.898.148/0001-10	AUSENTE
TSN PRE-MOLDADOS EIRELI	07.033.854/0001-13	PRESENTE

1.

Reuniu-se a comissão permanente de licitação para o Julgamento das Propostas de Preços.

2. O envelope contendo as propostas de preço das empresas habilitadas circularam entre os presentes, para averiguação da inviolabilidade.

3. Na sequência o Presidente da Comissão Permanente de Licitação deu prosseguimento aos trabalhos, passando a abertura do envelope, já devidamente rubricado, contendo as propostas de preços.

4. As propostas de preços circularam entre a comissão de Licitação e empresa presente, para análise e rubrica.

5. Sendo assim restaram classificadas, uma vez que cumpriram com os requisitos editalícios, resultando na seguinte ordem de classificação final das propostas de preços dos licitantes habilitados:

ORDEM	PROPONENTE	VALOR R\$
1º Lugar	FABSUL PAVIMENTAÇÕES EIRELI EPP	220.449,49
2º Lugar	TSN PRE-MOLDADOS EIRELI	231.547,02
3º Lugar	MANENTI EMPREITEIRA E TERRAPLENAGEM LTDA	235.725,37
4º Lugar	TEC ENGE CONSTRUÇÕES EIRELI	253.241,31

6. Nada mais havendo a tratar o Presidente da Comissão determinou o encerramento da Sessão e ordenou a lavratura da presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros da Comissão e empresa presente.

Santa Rosa do Sul, 29 de Junho de 2020.

Rafael Raupp Lummertz
Presidente da CPL

Renato Souza de Matos
Membro

Marcia Josane Silveira Velhos
Membro

Ramon Constante Isoppo
CPF N° 055.718.029-52
TSN PRE-MOLDADOS EIRELI
CNPJ N° 07.033.854/0001-13

ERRATA LEI 1136

Publicação N° 2544173

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

ERRATA

Edição nº 3159, páginas 853, Lei Nº 1036, DE 23
DE JUNHO DE 2020, onde se lê: Lei Nº 1036, DE
23 DE JUNHO DE 2020, Leia-se: **Lei Nº 1136,
DE 23 DE JUNHO DE 2020**

ERRATA LEI 1137

Publicação N° 2544175

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

ERRATA

Edição nº 3159, páginas 854, Lei Nº 1037, DE 23 DE JUNHO DE 2020, onde se lê: Lei Nº 1036, DE 23 DE JUNHO DE 2020, Leia-se: **Lei Nº 1137, DE 23 DE JUNHO DE 2020**

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 132/2020

Publicação Nº 2544277

DECRETO Nº 132/2020

PRORROGA PRAZO DE CONTRATAÇÃO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que o servidor LUCINEI JOSE MULLER foi contratado em caráter temporário por excepcional interesse público, com base no Processo Seletivo Público 001/2018, para substituição do titular VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI, em licença para tratamento de saúde; Considerando que a previsão de alta do titular era para 15 de junho de 2020.

Considerando que em 15 de maio de 2020 o servidor titular recebeu novo atestado médico, recomendando o afastamento por mais 12 meses;

Considerando a necessidade do serviço público municipal, pois o servidor temporário encontrava-se lotado junto ao Conselho Tutelar;

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado até 15 de maio de 2021 ou até a alta médica do titular junto ao INSS, o que ocorrer primeiro, o período de contratação temporária por excepcional interesse público de LUCINEI JOSÉ MULLER, no cargo de Motorista de Veículos Leves, carga horária de 40 horas semanais, com lotação junto ao Conselho Tutelar.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de junho de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
26 de junho de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL N. 133/2020

Publicação Nº 2544275

DECRETO Nº 133/2020

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1461/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1461, de 09 de dezembro de 2019, no valor de até R\$ 9.012,00 (nove mil doze reais reais).

04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123650018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil				
70	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.012,00
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103040025.2.042000 Vigilância em Saúde				
23	0102	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103050025.2.043000 Vigilância em Saúde				
28	0138	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de

anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme a Lei n. 1461, de 09 de dezembro de 2019, no valor de até R\$ 9.012,00 (nove mil doze reais reais) a seguir especificados:

04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123650018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil				
72	0101	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.012,00
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103040025.2.042000 Vigilância em Saúde				
26	0102	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103050025.2.043000 Vigilância em Saúde				
30	0138	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 29 de junho de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

EXTRATO CONTRATO 44/2020 PL 63/2020 DL 13/2020

Publicação Nº 2543162

EXTRATO DE CONTRATO 44/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
Processo Licitatório 63/2020
Dispensa de Licitação 13/2020.
Contratante: Município de Santa Terezinha do Progresso – SC.
Contratado: Kombat Insect Brazil LTDA.
CNPJ: 11.082.394/0001-90.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANITIZAÇÃO DE AMBIENTES EM ÁREAS INTERNEAS E EXTERNAS, DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, CRAS E CENTRO ADMINISTRATIVO, PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA EM DECORRÊNCIA DO CORONA VÍRUS (COVID 19).

Assinatura: 25 de junho de 2020.
Vigência: 25/06/2020 até 31/12/2020.
Valor total: R\$ 2.796,66 (dois mil, setecentos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos).

DERLI FURTADO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 45/2020 PL 57/2020 TP 07/2020

Publicação Nº 2543169

EXTRATO DE CONTRATO 45/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
Processo Licitatório 57/2020
Tomada de Preço 07/2020.
Contratante: Município de Santa Terezinha do Progresso – SC.
Contratado: Gaia Rodovias LTDA.
CNPJ: 03.257.777/0001-24.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE UMA CICLOVIA NA MARGEM DA SC 492 (COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO) TRECHO I AO XI, COM ÁREA DE 5062,75M², PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA,

CONFORME PROJETO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DESTES EDITAL, CONFORME CONVÊNIO Nº. 2020TR00865, COM A SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE.

Assinatura: 26 de junho de 2020.

Vigência: 26/06/2020 até 31/12/2020.

Valor total: R\$ 429.790,44 (quatrocentos e vinte e nove mil setecentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos).

DERLI FURTADO
PREFEITO MUNICIPAL

PL 64-2020 PP 41-2020

Publicação Nº 2544766

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 64/2020
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 41/2020

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. DERLI FURTADO, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que as 13:30 horas do dia 10 de julho de 2020, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SRP, tendo como objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ITENS DE INFORMÁTICA, APARELHOS ELETRÔNICOS TIPO: COMPUTADOR, CELULAR, RELÓGIO PONTO, FRAGMENTADORA. E COFRE PARA ATENDIMENTO DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR, PELO PERÍODO DE 01 ANO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail:compras@staterezhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 30 de junho de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

CONTRATO Nº 58/2020

Publicação Nº 2544224

CONTRATO Nº 58, de 25 de Junho de 2020.

7º aditivo ao contrato nº 02/2016.

- APAE -

O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede a Praça Governador Ivo Silveira – 306 - Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz e pela Secretária de Saúde, Senhora Jaqueline Kraus, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 75.383.240/0001-11, com sede na Rua Leopoldo João Meurer, nº 87, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz/SC neste ato representada legalmente pelo Sr. Marco Antônio Terras Carneiro, portadora da cédula de identidade nº 3014545887, registrado no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº 307.083.110-91, residente e domiciliada à Rua Major Soares do Nascimento, 925, apto 801, nesta cidade, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial em seus artigos nº 196 a 200, as Leis Federais nº 8.080/90, nº 8142/90 e nº 8.666/93, suas respectivas alterações posteriores, a Portaria GM/MS nº 1.034/2010, o Manual de Normas Técnicas para Serviços de Reabilitação em Deficiência Mental e ou Autismo, assim como demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, da mesma forma, com base nos termos do Edital de Credenciamento nº 15/2015, publicado no Mural Público dia 03/12/2015, RESOLVEM celebrar o presente CONTRATO de prestação de serviços de assistência à saúde do Sistema Único de Saúde – SUS mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Segunda: Dos valores

A contratada receberá da CONTRATANTE os recursos para a cobertura dos serviços contratados, autorizados e efetivamente prestados, de acordo com o pactuado neste Contrato e em conformidade com a tabela do SUS vigente.

Os valores utilizados a título de custeio será de R\$ 271.654,00 (duzentos e setenta e um mil seiscentos e cinquenta e quatro reais), dividido em 06 parcelas de R\$ 45.272,33, cujo valor ficará condicionado ao repasse do Ministério da Saúde, repasse Fundo a Fundo;

Cláusula Terceira: Das demais cláusulas

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, 25 de junho de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

MARCO ANTONIO TERRES CARNEIRO
Presidente da APAE

JAQUELINE KRAUS
Secretária Municipal de Saúde

Testemunhas: _____

CONTRATO Nº 59, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543797

CONTRATO Nº 59, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 73/2019 PARA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA BRITAGEM VOGELSANGER LTDA.

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) BRITAGEM VOGELSANGER LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 84.689.066/0003-92, com sede na Rua Vereador Rogério da Silva, nº 1.329, Bairro Alto Aririú, na cidade de Palhoça/SC, neste ato representada por sua Procuradora, senhora Paula Andrea Costa Paganini, brasileira, portadora do CPF/MF nº 843.605.189-00, residente e domiciliada à Rua Luca, 1.100, Apto. 603, Pagani, na cidade de Palhoça/SC, doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 35/2019 - TP, homologado em 29/08/2019, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e

9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Da Vigência e Prazo de Execução das Obras:

Considerando as justificativas apresentadas pela empresa e o parecer do setor de engenharia civil do município, fica o prazo previsto na cláusula décima, prorrogado por mais 30 (trinta) dias passando a finalizar-se em 26/07/2020.

3. Das demais disposições

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato ora aditado. Por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente termo aditivo em três (3) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santo Amaro da Imperatriz, em 26 de junho de 2020.

EDESIO JUSTEN

BRITAGEM VOGELSANGER

Contratante

Contratado

Testemunhas

1 2

CONTRATO Nº 60, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543813

CONTRATO Nº 60, de 29 de JUNHO de 2020.

8º ADITIVO AO CONTRATO Nº 47/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA açores empreiteira de mão de obra Ltda.

1. Cláusula Primeira - Das Partes

a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) Açores Empreiteira de Mão de Obra Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 85.337.152/0001-37, com sede à Rua Major Joaquim A. de Campos, 5.940 – Centro – Neste Município, neste ato representada por seu diretor Sr. Vlademir José Duarte, brasileiro, casado, administrador, portador do CPF nº 614.367.399-34, residente e domiciliado à Rua Major Joaquim A. de Campos, nº 5928, neste Município doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 24/2018 - TP, homologado em 04/06/2018, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Cláusula Segunda – Do Prazo de Execução das Obras

Considerando as justificativas apresentadas pela empresa e o parecer do setor de engenharia civil do município, fica o prazo previsto na cláusula quarta, prorrogado até 28/08/2020.

3. Cláusula Terceira – Da Vigência

Fica o prazo previsto na cláusula décima, prorrogado por mais 60 (sessenta) dias passando a finalizar-se em 28/08/2020.

4. Cláusula Quarta - Das demais cláusulas

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, em 29 de junho de 2020.

EDESIO JUSTEN

VLADEMIR JOSÉ DUARTE

Contratante

Contratado

Testemunhas: _____

DECRETO Nº 6.848/2020

Publicação Nº 2544290

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 6.848, de 29 de Junho de 2020.

PRORROGA PRAZO DO CONCURSO PÚBLICO ABERTO PELO EDITAL Nº 001/2018.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE :



Prorrogar por mais 02 (dois) anos o prazo do Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2018.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 29 de Junho de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO Nº 28/2020

Publicação Nº 2544219

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: Aquisição estimada de material de construção (areia, bica corrida, etc), abaixo divididos por itens, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I, parte integrante deste Edital.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 14:00 h do dia 15 de julho de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Praça Gov. Ivo Silveira, 306, Santo Amaro da Imperatriz, nos dias úteis de segunda-feira à sexta-feira, das 12h:00min às 18h00min, ou pelo site www.santoamaro.sc.gov.br

Santo Amaro da Imperatriz, em 29 de junho de 2020.

Edésio Justen
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.893/2020

Publicação Nº 2544294

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.893, de 29 de Junho de 2020.

CONCEDE LICENÇA

A SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 154 da Lei Complementar nº 60, de 17/12/2009, resolve

CONCEDER :

Licença Sem Vencimento a servidora JENNIFER VARGAS CARON, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Posturas, com 30 horas semanais, a partir de 29/06/2020 à 30/06/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 29 de Junho de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.894/2020

Publicação Nº 2544291

PORTARIA Nº 15.894, de 29 de Junho de 2020.

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 169 da Lei Complementar nº 060/09

RESOLVE :

Conceder Licença Prêmio a servidora ELIZETE RITA DA ROSA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, a partir de 29/06/2020 a 13/07/2020, relativa ao período aquisitivo de 2009/2014.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 29 de Junho de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

EDITAL Nº 02/2020 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Publicação Nº 2544078

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA
PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL Nº 02/2020

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público que realizará Processo Seletivo Simplificado para a contratação de pessoal, atendendo a Secretaria Municipal de Assistência Social, admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, art. 61 Inciso VII e Lei nº 2.397 de 09 de setembro de 2009.

1. DOS CARGOS/VAGAS

1.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao cadastro reserva e provimento de vagas referentes aos cargos dispostos no quadro a seguir, sempre que houver necessidade de contratação temporária, atendendo Lei nº 2.397 de 09 de setembro de 2009.

1.2 Vagas na Secretaria Municipal de Assistência Social de São Bento do Sul:

Cargo	Requisitos	Vencimento	Carga horária	Vagas	
Assistente Social	Ensino superior no curso específico com inscrição no órgão de classe da região com conhecimento básico em informática.	R\$ 3.847,81	30 horas	Cad. Reserva	
Psicólogo	Ensino superior no curso específico com inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática.	R\$ 3.847,81	40 horas	Cad. Reserva	

1.3 As atribuições dos cargos constam no Anexo I, que é parte integrante deste Edital.

1.4 Os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para o preenchimento da vaga que vier a surgir, dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo, ficando a admissão dentro do interesse e conveniência da Administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Processo Seletivo será regido por este Edital, eventuais retificações e/ou aditamentos serão realizados sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

2.1.1 É de responsabilidade exclusiva do candidato, acompanhar todas as publicações referentes a este Processo Seletivo.

2.1.2 Ao realizar a inscrição o candidato declara estar de acordo com todas as disposições deste Edital, não podendo alegar desconhecimento das normas nele contidas.

2.2 A aprovação no Processo Seletivo não ensejará a obrigatoriedade da admissão para o serviço público, que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas.

2.3 O Processo Seletivo Simplificado terá validade de um ano após a homologação (publicação da Classificação Final no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina), podendo ser prorrogado por mais um ano a critério da Administração.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 O período das inscrições será de 01 de julho de 2020 até 07 de julho de 2020.

3.2 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado previsto neste Edital, o candidato deverá seguir o disposto nos itens seguintes:

3.2.1 Preencher e assinar a ficha de inscrição disponível no anexo II deste Edital, preenchendo o cargo pretendido e demais dados, e verificar a exatidão das declarações nela contidas, ficando, após a assinatura, inteiramente responsável pelas informações prestadas.

3.2.1.1 O preenchimento da ficha de inscrição É DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO. Não haverá análise prévia se a ficha de inscrição atende ou não aos requisitos do edital antes de ser protocolada. O candidato deve verificar se preencheu e anexou os documentos antes de protocolar a inscrição.

3.2.1.2 Não será aceito a juntada de quaisquer documentos após o protocolo da inscrição.

3.2.1.3 Possuir no ato da inscrição a escolaridade mínima exigida no presente Edital.

3.2.2 Anexar à ficha de inscrição as seguintes cópias (não necessitando ser cópia autenticada):

- a) De um documento oficial do candidato com foto (que contenha CPF, data de nascimento e filiação);
- b) Comprovação do tempo de serviço conforme item 5.5;
- c) Certidão de nascimento/adoção, ou RG e CPF, dos dependentes de até 16 anos;
- d) Comprovante de escolaridade do candidato conforme exigido pelo cargo;
- e) Comprovante de residência atualizado.

3.2.3 Preenchida a ficha e anexados os documentos, o candidato deverá protocolar sua ficha de inscrição com os documentos exigidos anexados, durante o período de inscrições junto à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, no Departamento de Protocolo, sito à Rua Jorge Lacerda, 75 - Centro, no horário das 8h às 12h e das 13h às 16h, durante o período de inscrições.

3.2.4 Para fazer o cadastro no Setor de Protocolo e protocolar a inscrição e documentos exigidos, o candidato deve apresentar um documento oficial original com foto que contenha CPF e um comprovante de residência atualizado.

3.2.4.1 O candidato, caso ache necessário, poderá numerar as páginas dos documentos entregues.

3.3 Em hipótese alguma será admitida inscrição condicional ou por correspondência, ou por quaisquer meios que não seja o definido neste Edital.

3.3.1 Não será aceita inscrição via procuração.

3.4 Somente será considerado inscrito o candidato cuja inscrição for deferida pela Comissão do Processo Seletivo, considerando-se os critérios exigidos neste Edital. O ato da Prefeitura de receber a inscrição no período das inscrições não significa seu deferimento, pois os documentos passarão pela avaliação da comissão do Processo Seletivo.

3.5 O teor do Edital estará disponível no site www.saobentodosul.sc.gov.br, no link "Editais de RH", e publicado no Diário Oficial dos Municípios, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção deste documento.

3.6 O candidato poderá efetuar inscrição para um cargo somente.

3.6.1 Verificada mais de uma inscrição do mesmo candidato para o mesmo cargo ou cargos distintos será considerada apenas a mais recente, tendo por base a data e hora do protocolo mais recente, sendo indeferidas(s) a(s) anterior(es).

3.7 Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3.8 As cópias dos documentos a serem anexados no momento da inscrição deverão ser obtidas pelo candidato, não cabendo aos servidores da Prefeitura fazer fotocópias.

3.9 Não caberá aos servidores do Setor de Protocolo orientar sobre habilitação profissional, requisitos, documentação, remuneração e demais disposições relativas ao Processo Seletivo. Cabe exclusivamente ao candidato ler o Edital e buscar nele as informações.

3.10 Cabe exclusivamente ao candidato verificar, antes de protocolar a inscrição, se preenche os requisitos e se reuniu todos os documentos exigidos. Da mesma forma, ao candidato não será devolvido nenhum documento que tenha sido anexado no protocolo de inscrição.

3.11 Será indeferida a inscrição que não atenda aos requisitos deste Edital, em especial a inscrição:

- a) Que tenha sido protocolada fora do prazo de inscrições;
- b) Que não contenha anexo todos os documentos exigidos;
- c) Cuja ficha de inscrição não esteja assinada pelo candidato, independente se imprimir e ficar frente e verso;
- d) Cuja ficha de inscrição esteja ilegível;
- e) Cuja ficha de inscrição não contenha a opção pelo cargo preenchida;
- f) Cuja ficha de inscrição contenha mais de um cargo preenchido;
- g) Cuja escolaridade do candidato não seja compatível com as exigências do cargo;
- h) Cujo protocolo de inscrição tenha sido aberto por terceiros (ou seja, que não pelo próprio candidato).
- i) Cujo cargo preenchido pelo candidato não esteja dentre os listados neste Edital.

3.12 Ao efetuar o protocolo da inscrição no Setor de Protocolo da Prefeitura, o candidato receberá o comprovante de abertura de processo, o qual deverá guardar como comprovação de que entregou sua inscrição no prazo.

4 CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

- 4.1 Nacionalidade brasileira;
- 4.2 O gozo dos direitos civis e políticos;
- 4.3 A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;
- 4.4 Possuir escolaridade exigida para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão;
- 4.5 Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão;
- 4.6 Ser aprovado em exame médico pré-admissional, em caso do exame declarar o candidato inapto, o candidato estará eliminado do Processo Seletivo, sendo convocado o próximo candidato da lista de classificação;
- 4.7 Entregar no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação, toda a documentação exigida neste Edital.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 Os cargos previstos neste Edital terão como critério de classificação o Tempo de Serviço no cargo para o qual o candidato efetuar a inscrição.

5.2 Pontuação do Tempo de Serviço no exercício do cargo pretendido:

- a) Nenhum Tempo de Serviço: 0 (zero) pontos
- b) Até 02 anos: 1,5 pontos
- c) Acima de 02 anos até 04 anos: 3,0 pontos
- d) Acima de 04 anos até 06 anos: 4,5 pontos
- e) Acima de 06 anos até 08 anos: 6 pontos
- f) Acima de 08 anos até 10 anos: 7,5 pontos
- g) Mais de 10 anos: 9 pontos

5.2.1 O Tempo de Serviço será considerado até o dia 30 de junho de 2020, o período posterior não será computado.

5.3 O Tempo de Serviço prestado simultaneamente em dois ou mais locais será computado apenas uma vez.

5.4 A classificação final dos candidatos, para cada cargo, será feita em ordem decrescente de pontos, levando em consideração o Tempo de Serviço.

5.5 A comprovação do Tempo de Serviço para a classificação se dará no ato da inscrição, devendo o candidato anexar com a ficha de inscrição, conforme o caso do candidato:

a) Declaração, certidão ou atestado de Tempo de Serviço que cite o nome do candidato, o órgão emissor da declaração, o cargo exercido, o Tempo de Serviço prestado ou o período, assinada pelo emitente, emitida pelo empregador, que devem ser anexadas com a ficha de inscrição.

b) Cópias legíveis do registro dos contratos na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que cite o cargo, a data de admissão e de demissão (se for o caso) e da página de identificação da Carteira de Trabalho onde consta a foto e os dados pessoais que devem ser anexadas com a ficha de inscrição.

5.6 Os documentos comprobatórios de Tempo de Serviço (certidão, atestado ou declaração) que forem ilegíveis, apresentarem rasuras, ou não cite o cargo, ou a data de início na função (se estiver exercendo a profissão), bem como aqueles que não estiverem assinados pelo emitente não serão considerados.

5.6.1 Documentos em desacordo com os itens anteriores, tais como extratos previdenciários, declarações de imposto de renda, contracheques, folhas de pagamento, recibos de salário ou similares, apenas serão considerados em casos específicos de sócios que recebam remuneração decorrente de seu trabalho (pró-labore).

5.6.2 O candidato que marcar Tempo de Serviço na ficha de inscrição e não anexar documento comprobatório do mesmo será atribuída a pontuação 0 (zero) pontos.

5.6.3 O candidato que marcar na ficha de inscrição Tempo de Serviço que não seja condizente com os documentos comprobatórios, será classificado conforme o apresentado nos documentos anexados com a ficha de inscrição.

5.6.4 Não será considerado válido o Tempo de Serviço em cargos comissionados, em virtude de sua natureza de chefia, assessoramento ou supervisão, independente da denominação do cargo.

5.7 Para o caso de empate nos critérios de pontuação de Tempo de Serviço entre candidatos, após a classificação final, serão aplicados os critérios de desempate seguintes:

5.7.1 Que tenha maior número de dependentes até 16 anos, completados até 30 de junho de 2020 como a data para a apuração da idade

dos dependentes.

5.7.1.1 O candidato que declarar dependentes na ficha de inscrição e não anexar a certidão de nascimento ou RG e CPF dos dependentes não terá o dependente considerado para fins de desempate.

5.7.1.2 A dependência deve ser comprovada através do RG e CPF ou da Certidão de Nascimento dos dependentes, a serem anexadas com a inscrição. Documentos apresentados que não cite o candidato como pai ou mãe não serão considerados.

5.7.2 Que seja mais idoso, considerando a idade no dia 30 de junho de 2020.

5.8 A lista com o resultado final será divulgada no site www.saobentodosul.sc.gov.br, no link "Editais de RH" e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

5.9 O Município não emitirá nenhum documento individualizado comprobatório da classificação ou desclassificação do candidato no presente Processo Seletivo.

6. DO REGIME JURÍDICO

6.1 Aplica-se ao pessoal contratado nos termos da Lei 2397/2009 o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, aplicando-se supletivamente os deveres e proibições previstos do regime jurídico dos servidores municipais.

7. DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

7.1 Os candidatos classificados serão admitidos obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por vaga/função.

7.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul. A admissão é de competência da Prefeitura, dentro do interesse e conveniência da Administração.

7.3 Por ocasião da admissão serão exigidos do candidato convocado os seguintes documentos, devidamente colocados na ordem abaixo, sob pena de exclusão do presente processo no caso da falta de algum deles:

- Comprovante de Qualificação Cadastral do E-social, obtida no site <http://consultacadastral.inss.gov.br>. O resultado deverá constar que os dados estão corretos. Imprimir o resultado.
- 01 foto 3x4 recente;
- Preencher e assinar a ficha cadastral;
- Atestado de Saúde Ocupacional ASO (obtido no exame médico Admissional);
- Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego, ou percepção de proventos, trazer uma declaração do contratante, onde consta o cargo, o órgão ao qual pertence, a carga horária, e o horário de trabalho devidamente assinado e carimbado e anexar com a declaração de não acumulação de cargo;
- Declaração quanto a receber, ou não, Aposentadoria ou Benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a cargo público. Em caso de recebimento de benefícios, informar detalhes: Instituto de Previdência de que recebe o benefício, data de início, cargo e órgão em que se deu a concessão do benefício;
- Declaração de ter sofrido, ou não, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;
- Declaração de Bens que constituem o seu Patrimônio, ou última declaração do imposto de Renda assinada em todas as folhas;
- Certidão Negativa CÍVEL de 1º grau da Comarca de São Bento do Sul - Disponível em www.tjsc.jus.br ou Fórum;
- Certidão Negativa CRIMINAL de 1º grau da Comarca de São Bento do Sul - Disponível em www.tjsc.jus.br ou Fórum;
- FOTOCÓPIAS-----
- Cédula de Identidade (RG e CPF);
- Título de Eleitor;
- Comprovante de QUITAÇÃO da Justiça Eleitoral (disponível em: www.tse.jus.br ou Cartório Eleitoral);
- Certidão de Nascimento ou Casamento, ou Casamento com Averbações;
- CPF do cônjuge;
- Cédula de Identidade (RG e CPF) dos filhos até 14 anos;
- Certidão de Nascimento/Adoção e CPF dos filhos até 14 anos (caso não possua Cédula de Identidade);
- Carteira de vacinação (onde consta nome e vacinas) dos filhos até 14 anos;
- Atestado de Frequência Escolar dos filhos entre 06 e 14 anos;
- Certificado de Dispensa de Incorporação ou Certificado de Reservista (homens até 45 anos);
- Declaração de Residência assinada;
- Diplomas de Escolaridade (conforme exigência do cargo);
- Diploma do Curso Específico (na área em que irá atuar);
- Registro no Conselho de Classe (identidade profissional), quando for o caso;
- Certidão de Comprovação da Regularidade com o Conselho da Classe da Região de SC;
- Vacina contra Rubéola (onde consta nome e vacina, até 39 anos) Lei 10.196 de 24 de julho de 1996;
- Carteira Nacional de Habilitação – CNH (caso exigido para o cargo);
- Número do PIS/PASEP e data do cadastro;
- Carteira de Trabalho onde constam a foto e Dados Pessoais;
- Abertura de Conta-Corrente no Banco Itaú de São Bento do Sul.
- Apresentar Carteira de Trabalho original, para registros.

7.3.1 EM CASO DE ALTERAÇÃO DE NOME, POR CASAMENTO, DIVÓRCIO OU QUALQUER OUTRO FATO GERADOR, EM TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÁ CONSTAR O NOME ATUALIZADO.

7.4 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado, anulando os atos decorrentes da inscrição, o candidato que:

- a) Fizer em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata, mesmo que verificada posteriormente a admissão;
- b) Não mantiver atualizado seu endereço. Em caso de alteração do endereço constante da "FICHA DE INSCRIÇÃO", o candidato deverá protocolar requerimento de atualização cadastral, no setor de protocolo, sito à Rua Jorge Lacerda nº 75 – Centro, e preencher requerimento de atualização dos dados indicando seu cargo/função - fazendo menção expressa que se relaciona ao Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital.
- c) Não apresentar toda a documentação exigida no Edital para admissão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação.

7.5 O candidato que possuir outra função ou emprego em órgão da Administração Direta ou Indireta, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público, deverá adequar-se ao disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal, antes de assumir sua função no Município. Cabe exclusivamente ao candidato providenciar a documentação que comprove a acumulação legal de cargos/empregos, se for o caso, dentro do prazo estabelecido para entrega da documentação. Verificada incompatibilidade de horários no caso de acumulação lícita, ou acumulação ilícita, o candidato não será contratado e será eliminado do Processo Seletivo.

7.6. O candidato aposentado pelo Serviço Público (regime próprio ou geral), deverá verificar se preenche os requisitos de acúmulo de proventos de aposentadoria com a atividade, de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal. Verificada a incompatibilidade não será feita a admissão, sendo o candidato eliminado do Processo Seletivo.

7.7 Os documentos de escolaridade, diplomas e afins deverão ser devidamente registrados e reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e estarem de acordo com a Lei 9394/1996 (Diretrizes da Educação). No caso de graduação no exterior, o candidato deverá apresentar o diploma devidamente revalidado em instituição brasileira que ateste ser curso equivalente às exigências deste Edital.

7.8 Os documentos apresentados para admissão deverão ser perfeitamente legíveis, em Língua Portuguesa ou traduzidos por Tradutor Juramentado.

7.9. Todos os custos com cópias dos documentos exigidos para admissão serão pagos pelo candidato.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO E DA ESCOLHA DE VAGA

8.1 A escolha da vaga ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada pela Secretaria Municipal de Administração através do Departamento de Recursos Humanos.

8.2 A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato não podendo ser realizada por meio de procuração;

8.3 No surgimento de vagas, caberá a Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Recursos Humanos, realizar a chamada para contratação via telefone, e-mail ou através de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR);

8.3.1 A comunicação por e-mail não tem caráter oficial, sendo meramente informativa.

8.4 O candidato terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data da assinatura na notificação ou de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com aviso de recebimento (AR), para se apresentar e entregar todos os documentos exigidos no item 7.3, além de passar pelo exame médico admissional, sob pena de desclassificação.

8.4.1 O Município não se responsabiliza caso a correspondência de convocação seja recebida por terceiros, bem como por endereço incorreto do candidato, ou qualquer outro fator que impeça a entrega da notificação ao candidato, sendo considerado perfeitamente convocado quando receber a convocação pelos meios descritos neste Edital.

8.4.2 No caso de divergência entre o endereço preenchido pelo candidato na ficha de inscrição e o endereço constante no comprovante de residência anexo na inscrição, a Prefeitura considerará válido o endereço do comprovante de residência, sendo que ao preenchê-la o candidato declara que está ciente que os dados constantes no comprovante de residência serão utilizados para chamadas.

8.5 A recusa do local indicado para o trabalho implica em desistência ao cargo, podendo ser convocado o próximo candidato classificado para o cargo.

8.6 A não apresentação da documentação exigida por ocasião da admissão, implicará a impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.

8.7. A assinatura da notificação de chamada, quando da convocação para admissão, bem como a entrega da documentação e demais atos de admissão deverão ser realizadas pessoalmente, não sendo permitidos por meio de procuração.

8.8 Não será permitida troca de vagas, transferências ou permutas entre os candidatos, antes ou após a admissão.

8.9 Não haverá opção pelo final da lista de aprovados para os candidatos convocados. Uma vez convocado e não aceitando a vaga, ou não apresentando a habilitação exigida, o candidato estará eliminado do Processo Seletivo.

8.10 O candidato aprovado e contratado deverá prestar serviços dentro do horário estabelecido pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, podendo ser diurno e/ou noturno, escala de revezamento em dias de semana, sábados, domingos ou feriados, obedecida a carga horária semanal de trabalho.

9. DOS RECURSOS

9.1 Caberá recurso quanto:

9.1.1 Ao conteúdo deste Edital;

9.1.2 A classificação preliminar ou indeferimento da inscrição.

9.2 O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios, para recorrer sobre o conteúdo, bem como publicação da classificação preliminar e eventuais inscrições indeferidas no Diário Oficial dos Municípios, para entrar com pedido de recurso devidamente fundamentado quanto a classificação preliminar ou indeferimento da inscrição.

9.3 Os recursos deverão ser protocolados no Setor de Protocolo da Prefeitura, localizado na Rua Jorge Lacerda 75, Centro, São Bento do Sul, no período de recursos, sendo dirigida para a Comissão Organizadora deste Processo Seletivo, fazendo menção ao nome do candidato, ao Edital, ao cargo, a fundamentação do recurso e devidamente assinado pelo candidato.

9.3.1 Os recursos que vierem a ser apresentados de acordo com as normas deste Edital serão apreciados pela Comissão do Processo Seletivo, que decidirá por votação pelo DEFERIMENTO ou INDEFERIMENTO do recurso.

9.4 O resultado dos recursos sobre a classificação preliminar ou indeferimento da inscrição, se for o caso, será publicado com a classificação final, sendo o meio para o candidato estar ciente do seu resultado.

9.5 O resultado dos recursos será publicado em "Edital de Resultado de Recursos Contra o Edital".

9.6 Os recursos apresentados intempestivamente, ilegíveis, ou de forma diversa da estabelecida neste Edital, serão indeferidos.

9.7 Não serão considerados, quando da interposição de recurso, a juntada de documentos novos ou já apresentados no ato na inscrição.

10 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 O Poder Executivo do Município de São Bento do Sul - SC não se responsabiliza por eventual prejuízo do candidato na fase de admissão, decorrentes de:

- a) Endereço não atualizado;
- b) Endereço de difícil acesso;
- c) Correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
- d) Correspondência recebida por terceiros;
- e) Dados preenchidos incorretamente ou incompletos na ficha de inscrição;
- f) Telefone ou e-mail do candidato desatualizados;
- g) Nome divergente dos documentos oficiais apresentados no ato da inscrição.

10.2 Durante o prazo de validade do Processo Seletivo o candidato aprovado deverá manter seu endereço e demais dados atualizados, devendo em caso de alteração do mesmo comunicar oficialmente ao Departamento de Recursos Humanos, através dos meios previstos neste edital.

10.3 Durante o prazo de validade do Processo Seletivo será respeitada a ordem de classificação obtida pelos candidatos, para admissão nas vagas existentes ou que porventura vierem a existir, de acordo com suas necessidades, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos.

10.4 Os casos omissos e situações não previstas neste Edital serão analisados pela Comissão Organizadora deste Processo Seletivo, designada pelo Prefeito de São Bento do Sul. A Comissão constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão recursos ou revisões adicionais.

10.5 A homologação do resultado deste Processo Seletivo Simplificado será efetuada por cargo ou função.

10.6 O Edital, resultado final e homologação serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e disponibilizados no site www.saobentodosul.sc.gov.br - no link "Editais RH".

10.7 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão Organizadora.

10.8 O Município de São Bento do Sul não se responsabiliza por quaisquer textos, divulgações e outras publicações referentes a este

Processo Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não sejam aquelas divulgadas no site oficial www.saobentodosul.sc.gov.br.

10.9 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

10.10 O candidato concorda com a divulgação de seu nome, Tempo de Serviço, data de nascimento, número de dependentes, CPF, e demais dados necessários para a classificação, identificação e pontuação através dos editais referentes a este Processo Seletivo.

10.11 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul/SC, 29 de junho de 2020.

Magno Bollmann
Prefeito Municipal
PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA
PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL Nº 02/2020

Anexo I

Atribuições do Cargo de Assistente Social

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Prestar atendimento de âmbito social ao servidor, grupos e comunidades, elaborando diagnóstico para intervenção através de processos básicos e métodos próprios, a fim de promover a integração na sociedade, elaboração e gestão de políticas públicas de meio ambiente e saneamento.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Participar de reuniões, seminários e treinamentos, buscando aprimorar conhecimentos e subsídios para o atendimento de servidores em situação de risco considerados carentes;
- Atuar na assistência do servidor e sua família, auxiliando no atendimento a problemas de saúde, psicológicos, dependência química, que estejam prejudicando seus rendimentos no trabalho e sua relação sócio-familiar;
- Elaborar diagnósticos dos problemas sociais da Autarquia para propor políticas públicas e planos de atuação;
- Encaminhar enfermos a estabelecimentos de beneficência e hospitais;
- Orientar e executar a seleção sócio-econômica pra concessão de auxílio do Município;
- Realizar entrevista preliminar para triagem;
- Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sócio-econômicos para efeito de concessão de benefícios definidos na legislação;
- Elaborar e analisar relatórios de atendimento;
- Realizar estudos visando a implantação de programas de bem estar social, saúde e lazer, para os servidores, através da organização e desenvolvimento de eventos;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

Atribuições do Cargo de Psicólogo

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Observar, mensurar e avaliar os mecanismos de comportamento humano, elaborando e aplicando técnicas psicológicas para determinar as características afetivas, intelectuais, sensoriais e motoras, possibilitando o diagnóstico, tratamento e orientação a fim de garantir um bom desenvolvimento dessas características e proteger a saúde mental.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Dar assistência psicológica;
- Elaborar e aplicar técnicas psicológicas para determinar as características afetivas, intelectuais, sensoriais e motoras, avaliando todos os fatores, a fim de elaborar psicodiagnósticos;
- Discutir com os demais profissionais da equipe os casos detectados, analisando os dados e a origem dos problemas apresentados, para definir linhas de trabalho com objetivo de restabelecer os padrões normais de comportamento e relacionamento humano;
- Promover técnicas apropriadas com o objetivo de desenvolver intelectual, social e emocionalmente os alunos especiais;
- Estudar sistemas de motivação da aprendizagem, métodos de treinamento, ensino e avaliação, baseando-se no conhecimento dos processos de aprendizagem, da natureza e causa das diferenças individuais, para solucionar as deficiências existentes;
- Participar da elaboração de projetos na sua área de trabalho, visando atender demandas existentes;
- Orientar funcionários e/ou familiares sobre as dificuldades apresentadas pela população alvo de seu trabalho, procurando melhorar e desenvolver as relações interpessoais e proteger a saúde mental;
- Realizar entrevistas psicológicas com o objetivo de remanejamento de servidores;
- Elaborar e implantar programas e projetos de treinamento de desenvolvimento de pessoal;
- Aplicar métodos e técnicas da psicologia do trabalho, para possibilitar o ajustamento do servidor no trabalho;
- Prestar assistência psicológica nas unidades de ensino municipal, fornecendo subsídios técnicos para orientação do processo ensino-aprendizagem;
- Orientar e assistir aos professores e/ou servidores, quando a sua postura diante das crianças com problemas emocionais e /ou psicomotores;
- Participar de estudos de técnicas psicoterápicas alternativas;
- Assessorar tecnicamente as diversas áreas da municipalidade em questões psicológicas;
- Realizar estudos psicológicos de interesse dos diversos órgãos da municipalidade;
- Participar de Estudos de Técnicas Grupais;

- Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

EDITAL 02/2020 - ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO - PREENCHER COM LETRA DE FORMA

-----DADOS PESSOAIS-----

NOME COMPLETO:

Data de Nascimento: _____ CPF: _____

Número do RG: _____ UF _____ Órgão Expedidor do RG _____ Data de Expedição do RG _____

Endereço: _____ Número: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado _____

Ponto de Referência: _____

CEP: _____ Telefones (inclusive DDD): _____

Endereço Eletrônico (e-mail): _____

-----ESCREVA ABAIXO SUA ESCOLARIDADE-----

ESCOLARIDADE:

-----DADOS DE INSCRIÇÃO / VAGA -----

ESCREVA ABAIXO O NOME COMPLETO DA VAGA PRETENDIDA

CARGO PRETENDIDO:

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO: ASSINALE ABAIXO O TEMPO DE SERVIÇO NA VAGA PRETENDIDA

TEMPO DE SERVIÇO: Marcar X	Nenhum 0 (zero) pontos	Até 02 anos: 1,5 pontos	De 02 a 04 anos: 03 pontos	De 04 a 06 anos: 4,5 pontos	De 06 a 08 anos: 6 pontos	De 08 a 10 anos: 7,5 pontos	Acima de 10 anos: 9 pontos

DESCREVA ABAIXO O TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO PRETENDIDO

LOCAL ONDE TRABALHO	DATA DE INÍCIO	DATA DE SAÍDA

-----ESCREVA ABAIXO O NÚMERO DE DEPENDENTES ATÉ 16 ANOS (Filhos)-----

NÚMERO DE DEPENDENTES:

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura do Processo Seletivo 02/2020. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.
São Bento do Sul, _____ de _____ de 2020.

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 091/2020

Publicação Nº 2544394

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 091/2020

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 168/2018, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa GENTE SEGURADORA S.A., em 27 de setembro de 2018, conforme Edital de Pregão Presencial nº 179/2018.

Considerando o objeto do Contrato de nº 168/2018 que consiste na contratação de empresa seguradora para aquisição de Seguro Total e Contra Terceiros dos veículos das diversas secretarias da Prefeitura Municipal, conforme as especificações de coberturas no Termo de Referência em anexo no Edital de Pregão nº 179/2018, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Considerando que o Município adquiriu o veículo Marcopolo Volare V8L EO, ano/modelo 2020, CHASSI nº 93PB54M32LC062952, Placa RDV-7I31 conforme documento anexo ao Termo Aditivo, através do Edital de Pregão Presencial nº 220/2019, se faz necessária à inclusão do mesmo na apólice de seguro do Município, aditivando o item 2 - Seguro Total e Contra Terceiros, Veículos da Secretaria de Educação, conforme prevê a Cláusula Décima - Das Alterações do referido contrato e o Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos: Fica incluso no Contrato o valor de R\$ 733,00 (setecentos e trinta e três reais), para pagamento a vista, referente a seguro total e contra terceiros do veículo Marcopolo Volare V8L EO, ano/modelo 2020, CHASSI nº 93PB54M32LC062952, Placa RDV-7I31.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 27 de setembro de 2018, Termo Aditivo nº 128/2019 de 06 de agosto de 2019, Termo Aditivo nº 162/2019 de 25 de setembro de 2019 e Termo Aditivo nº 015/2020 de 28 de janeiro de 2020, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 27 de maio de 2020.

Ass: NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS, pela Secretaria de Educação do Município.

GENTE SEGURADORA S/A, como Contratada.

CÂMARA MUNICIPAL**AUDIÊNCIA PÚBLICA FINANÇAS 2º BIM RREO E 1 QUAD RGF**

Publicação Nº 2543401

E D I T A L

O Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul e o Presidente da Comissão de Finanças, Contas e Orçamento, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.689 de 27 de julho de 1993, COMUNICA que a Secretária Municipal de Finanças, Senhora ROSILANE ZÉLIA DOS SANTOS, apresentará em AUDIÊNCIA PÚBLICA, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO (2º Bimestre) e Relatório de Gestão Fiscal – RGF (1º Quadrimestre) do exercício de 2020.

Data: 30 de Junho de 2020

Hora: 09:00 hs

Local: Plenário Câmara de Vereadores

Câmara Municipal de São Bento do Sul, 29 de Junho de 2020.

Peter Alexandre Kneubuehler

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

Marco Rodrigo Redlich

Presidente da Comissão de Finanças, Contas e Orçamento

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020 PARTE 3

Publicação Nº 2543189

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020**ATA DE ABERTURA E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO**

Objeto: habilitar periódicos impressos, serviços de radiodifusão e portais eletrônicos, para veiculação de mídias fornecidas pela Câmara Municipal de São Bento do Sul/SC, a fim de dar ampla publicidade de atos e ações institucionais, educativas e de conscientização, observados os ditames do Art. 37, § 1º da Constituição Federal.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte, reuniram-se na sala da Presidência da Câmara de Vereadores de São Bento do Sul os membros da Comissão de Licitações designados pela Portaria nº 005, de dois de março de dois mil e vinte para abertura dos envelopes protocolados e análise dos documentos conforme o item 6 (Documentação exigida no ato da inscrição), do Edital de Chamada Pública nº 001/2020 pelas seguintes empresas:

EMPRESA	PROTOCOLO	SERVIÇO SOLICITADO - ITEM
Jornal Liberdade nas Asas da Notícia – EIRELI	17/06/2020	2
Paulo Roberto Drege Bueno Lima – MEI	23/06/2020	2

A comissão analisou todos os documentos das empresas em conformidade com as exigências do Edital de Chamada Pública nº 001/2020 e considerou todas as empresas acima citadas, habilitadas a firmarem o Termo de Contrato de Credenciamento com a Câmara de Vereadores de São Bento do Sul nas condições previstas no edital em questão. Permanece aberto até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, ou até que o Edital seja revogado, o prazo para o credenciamento de outras empresas, ficando estipulado o prazo de cinco dias úteis após o recebimento dos envelopes para a realização de reunião para análise dos documentos. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente determinou a confecção da presente ata e a publicação da mesma, e declarou encerrada a sessão.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

TEODOMIRO KRZEZINSKI

Presidente

MARCOS WEISS

Membro

SIMONE TERESINHA ROBERTI BAUM

Membro

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006 A 010/2020

Publicação Nº 2543184

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2020

DA ESPÉCIE: Contrato que entre si celebram a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Rádio São Bento Ltda.

DO OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de publicidade.

DO VALOR: ITEM 04 - R\$ 20,74 (vinte reais e setenta e quatro centavos) – valores unitários.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 23 de junho de 2020 a 22 de junho de 2021.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

NILBERTO WISCHRAL – pela Empresa Contratada

EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2020

DA ESPÉCIE: Contrato que entre si celebram a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Dimas de Freitas MEI.

DO OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de publicidade.

DO VALOR: ITEM 05 - R\$ 515,83 (quinhentos e quinze reais e oitenta e três centavos) – valores unitários.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 23 de junho de 2020 a 22 de junho de 2021.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

DIMAS DE FREITAS – pela Empresa Contratada

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2020

DA ESPÉCIE: Contrato que entre si celebram a Câmara Municipal de São Bento do Sul e São Bento Comunicação e Marketing Ltda.

DO OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de publicidade.

DO VALOR: ITEM 05 - R\$ 515,83 (quinhentos e quinze reais e oitenta e três centavos) – valores unitários.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 23 de junho de 2020 a 22 de junho de 2021.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

LUZARDO CHAVES – pela Empresa Contratada

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2020

DA ESPÉCIE: Contrato que entre si celebram a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Jornal Liberdade nas Asas da Notícia Eireli.

DO OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de publicidade.

DO VALOR: ITEM 02 - R\$ 576,00 (quinhentos e setenta e seis reais) – valores unitários.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 25 de junho de 2020 a 24 de junho de 2021.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

VALMIR FORTESKI – pela Empresa Contratada

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2020

DA ESPÉCIE: Contrato que entre si celebram a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Paulo Roberto Drege Bueno Lima MEI.

DO OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de publicidade.

DO VALOR: ITEM 02 - R\$ 576,00 (quinhentos e setenta e seis reais) – valores unitários.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 25 de junho de 2020 a 24 de junho de 2021.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

PAULO ROBERTO DREGE BUENO LIMA – pela Empresa Contratada

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020 PARTE 3

Publicação Nº 2543190

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores à vista do parecer conclusivo, constado em Ata, exarado pela Comissão de Licitação da Câmara Municipal de São Bento do Sul, designada pela Portaria nº 005, de 02 de março de 2020, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente licitação, nestes termos:

a) Processo Administrativo nº 008/2020

b) Chamada Pública nº 001/2020

c) Modalidade – Inexigibilidade de Licitação nº 001/2020

d) Data da Homologação – 24/06/2020

e) Data da Adjudicação – 24/06/2020

f) Objeto – credenciamento de empresas visando habilitar periódicos impressos, serviços de radiodifusão e portais eletrônicos, para veiculação de mídias fornecidas pela Câmara Municipal de São Bento do Sul/SC, a fim de dar ampla publicidade de atos e ações institucionais, educativas e de conscientização, observados os ditames do Art. 37, § 1º da Constituição Federal

g) Empresas credenciadas – Jornal Liberdade nas Asas da Notícia – EIRELI para o item 02 e Paulo Roberto Drege Bueno Lima – MEI para o item 02.

São Bento do Sul 24 de junho de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER

Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 39/2020**

Publicação Nº 2543969

Pregão Presencial nº 39/2020
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 39/2020
MENOR PREÇO POR LOTE.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 16 de julho de 2020, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: A aquisição de peças de ferro fundido, aço galvanizado e VRP's destinados a estoque para realizar manutenção e novas instalações.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 29 de junho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

PORTARIA Nº 239/2020

Publicação Nº 2543801

PORTARIA Nº 239/2020 DE 29/06/2020

	ALTERA A PORTARIA 238/2020 DE 26/06/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97 e;

- Considerando que em razão da pandemia do Covid-19 não é possível fazer solicitação de novo benefício de auxílio doença pelo Portal Meu INSS dentro do período de 60 (sessenta) dias da conclusão do requerimento anterior;
- Considerando que a data de conclusão do último requerimento de benefício de auxílio doença do servidor público municipal Casildo Alberto Gutjahr foi em 01/06/2020, apenas será possível o protocolo de nova solicitação de benefício em 31/07/2020, conforme mensagem do Portal do Meu INSS que se encontra anexa;
- Considerando que o servidor público municipal Casildo Alberto Gutjahr não possui as mínimas condições de exercer as atividades laborais, conforme atestado médico do Dr. Gérson Pécora da Silva;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal Sr. CASILDO ALBERTO GUTJAHN ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 360/02 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde no período de 26/06/2020 até 25/07/2020 (30 dias), até que seja possível a realização de novo requerimento de benefício de auxílio doença por meio do Portal Meu INSS, conforme atestado médico do Dr. Gérson Pécora da Silva (CRM/SC 7241), em anexo.

Art. 2º - O município de São Bernardino irá efetuar o pagamento dos vencimentos, até que seja possível o novo encaminhamento de benefício junto ao INSS. Se o benefício for concedido de forma retroativa, o servidor ressarcirá ao município o valor que percebeu desde o dia em que for deferido o auxílio doença pelo INSS.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 29 de junho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 240/2020

Publicação Nº 2543803

PORTARIA Nº 240/2020 DE 29/06/2020

	CONCEDE AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORATIVAS E ISOLAMENTO DOMICILIAR À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal, Sra. ROZINHA WEIZMANN, ocupante do cargo de Zeladora, matrícula nº 499/01 - 40hs semanais, afastamento das atividades laborativas e isolamento domiciliar no período de 23/06/2020 a 30/06/2020 (07 dias), conforme atestado médico da Dra. Karine Krindges (CRM/SC 27432), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 23/06/2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 29 de junho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 088/2020 - ADM

Publicação N° 2544293

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 088/2020 – ADM
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 013/2020 – ADM
Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES EM ACESSOS A COMUNIDADE DE LINHA SÃO PEDRO – SCAR118.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até as 07:45 horas – dia 15 de julho de 2020.
Abertura dos Envelopes: 07:46horas – dia 15 de julho de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Demétrio Lorenz, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3030. <https://saocarlos.atende.net>.

SÃO CARLOS/SC, 29 DE JUNHO DE 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO 089/2020 - ADM

Publicação N° 2544299

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 089/2020 - ADM
Pregão Presencial nº 054/2020- ADM
Tipo: Menor por Lote

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SERVIÇOS DE CHAPEAÇÃO, FUNILARIA E PINTURA PARA A FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até as 07:45 horas – dia 10 de julho de 2020.
Abertura dos Envelopes: 07:46horas – dia 10 de julho de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Demétrio Lorenz, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3030. <https://saocarlos.atende.net>.

SÃO CARLOS/SC, 29 DE JUNHO DE 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO 090/2020 - ADM

Publicação N° 2544305

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 090/2020 - ADM
Pregão Presencial nº 055/2020- ADM
Tipo: Menor por Lote

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:00 horas – dia 10 de julho de 2020.

Abertura dos Envelopes: 09:01horas – dia 10 de julho de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Demétrio Lorenz, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3030. <https://saocarlos.atende.net>.

SÃO CARLOS/SC, 29 DE JUNHO DE 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO 091/2020 - ADM

Publicação N° 2544309

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 091/2020 - ADM
Pregão Presencial nº 056/2020- ADM
Tipo: Menor por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS DE AR E PROTETORES PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS/SC.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até as 08:00 horas – dia 16 de julho de 2020.

Abertura dos Envelopes: 08:01horas – dia 16 de julho de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Demétrio Lorenz, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3030. <https://saocarlos.atende.net>.

SÃO CARLOS/SC, 29 DE JUNHO DE 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

AVISO REABERTURA DE PRAZO PROCESSO 075/2020 - ADM

Publicação Nº 2543880

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

Processo ADM. nº 075/2020 - ADM
Pregão Presencial p/ Obras e Serviço de engenharia nº 049/2020 – ADM
Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE BASE PARA TANQUE DE COMBUSTÍVEL JUNTO A GARAGEM DO DMER/DOSU.

O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está reabrindo o prazo para entrega e abertura de envelopes conforme segue:

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até as 13:50 horas – dia 09 de julho.
Abertura dos Envelopes: 14:00 horas – dia 09 de julho de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Demétrio Lorenz, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3030. <https://saocarlos.atende.net>.

SAO CARLOS/SC, 25 de junho de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/2020 - ADM

Publicação Nº 2543886

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº. 085/2020 - ADM
Dispensa de Licitação nº 012/2020 - ADM

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA PRÉDIOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.

Contratada: INVESTPREV SEGURADORA S.A.
CNPJ: 42.366.302/0001-28
Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima
Município: São Paulo/SP
CEP: 04.538-133

Valor do Contrato: R\$ 8.434,62 (oito mil quatrocentos e trinta e quatro reais e sessenta e dois centavos).

Justificativa: Fundamentada no art. 24 inciso II da Lei n.8.666/93
Dotação: 2.002.3390.00 - 0 - 3/2020 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO SUPERIOR.

Vigência: 30/06/2021

Sao Carlos/SC, 29 de junho de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 013/2020 - ADM

Publicação N° 2543888

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº. 086/2020 - ADM
Dispensa de Licitação nº 013/2020 - ADM

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEOLOGIA, DEVIDAMENTE HABILITADA CUJA FINALIDADE É A OBTENÇÃO DE OUTORGA E RESPONSABILIDADE TÉCNICA JUNTO AOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PARA DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS DO POÇO PROFUNDO JUNTO AO BALNEÁRIO DE PRATAS.

Contratada: SARTORI SERVIÇO GEOLÓGICO LTDA.
CNPJ: 29.510.093/0001-86
Endereço: Rua Miguel Reinert
Município: Erechim/RS
CEP: 99.700-386

Valor do Contrato: R\$ 9.791,56 (nove mil setecentos e noventa e um reais e cinquenta e seis centavos).

Justificativa: Fundamentada no art. 24 inciso II da Lei n.8.666/93
Dotação: 2.033.3390.00 - 0 - 92/2020 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO.

Vigência: 31/12/2020

Sao Carlos/SC, 29 de junho de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2020 - ADM

Publicação N° 2543890

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº. 087/2020 - ADM
Dispensa de Licitação nº 014/2020 - ADM

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA E ART PARA OBRAS DE ILUMINAÇÃO DA CICLOVIA E AVENIDA SANTA CATARINA.

Contratada: MANHABOSCO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.
CNPJ: 30.584.392/0001-44
Endereço: Rua Niterói
Município: Pinhalzinho/SC
CEP: 89.870-000

Valor do Contrato: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Justificativa: Fundamentada no art. 24 inciso II da Lei n.8.666/93

Dotação: 2.024.3390.00 - 0 - 44/2020 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESENVOLVIMENTO URBANO.

Vigência: 31/12/2020

Sao Carlos/SC, 29 de junho de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2020 - ADM

Publicação Nº 2543877

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Processo ADM .nº.:	077/2020 REGISTRO DE PREÇOS 031/2020 – ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratadas.:	CONCRETEIRA SK LTDA; GROSS ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI; BRITAGEM E PEDRAS GERHARDT LTDA; PROESTE - INDÚSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTOS; PRE MOLDADOS MARAVILHA EIRELI; CONSTRUTORA PORTAL DAS TERMAS EIRELI – ME; ARTES K - ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME.
Objeto :	REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE TUBOS DE CONCRETO, TIPO MACHO E FÊMEA, CONCRETO USINADO FCK 25 E MEIO FIO MOLDADO IN LOCO.
Valor :	R\$517.920,00
Vigência :	25/06/2021
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2020 – ADM
Recursos :	DOTAÇÃO: ORÇAMENTO ANUAL 2020/2021.
SAO CARLOS/SC, 25 DE JUNHO DE 2020.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.380/2020

Publicação Nº 2543560

DECRETO Nº 3.380, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

DÁ CONTINUIDADE À ADOÇÃO PROGRESSIVA DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID- 19) NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO os Decretos Estaduais sobre a adoção de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

DECRETA:

Art. 1º Fica suspenso até o dia 31 de julho de 2020 o atendimento ao público nos setores de protocolo.

Paragrafo único. Os requerimentos deverão ser realizados por meio eletrônico no site institucional da Prefeitura (www.saofranciscodosul.sc.gov.br).

Art. 2º Os titulares dos órgãos e os dirigentes das entidades da Administração Pública Direta e Indireta devem manter atividades presenciais com 50% (cinquenta por cento) do total de agentes públicos em exercício nos respectivos órgãos ou entidades, a partir de 1º de julho de 2020.

Paragrafo único. Não se enquadram no caput os órgãos ligados diretamente às ações de enfrentamento do Covid-19.

Art. 3º Ficam mantidas as disposições do Decreto Municipal nº 3.317, de 9 de abril de 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de julho de 2020.

São Francisco do Sul – SC, 29 de junho de 2020.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PORTARIA 025 -2020 - PAULO PORTARIA AVERBAÇÃO

Publicação Nº 2543802

PORTARIA SAMAE Nº 025 de 29 de junho de 2020.

CAROLYNE GOMES ESPINDOLA, DIRETORA-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

AVERBAR, para todos os efeitos, os tempos de serviço/contribuição/aproveitamento do servidor público municipal PAULO ROBERTO DE CARVALHO, ocupante do cargo de Operador de ETA/ETE, do quadro de Pessoal Efetivo do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Francisco do Sul/ SC, referente aos seguintes períodos:

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS

INÍCIO FIM - EMPRESA ÓRGÃO - TEMPO

01/12/1978 29/01/1979 Supermercado São Lucas LTDA – 01 mês, 29 dias

01/01/1982 28/02/1982 Sindicato dos Arrumadores Portuários em Capatazia de SA – 02 meses, 0 dias

15/02/1982 31/10/1989 Administração do Porto de São Francisco do Sul – 07 anos, 08 meses, 0 dias

09/06/1992 08/06/1993 Samarco Participações LTDA – 01 ano, 0 meses, 0 dias

01/10/1980 05/01/1981 Cranston Woodhead SA – 0 anos, 03 meses 05 dias

17/03/1994 07/04/1994 CIA Brasileira de Engenharia e Eletricidade COBASE – 0 anos, 0 meses, 21 dias

20/03/1995 30/09/2015 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – 20 anos, 06 meses, 11 dias.

Tempo de Contribuição (TC): 10891 dias, correspondente a 29 anos, 10 meses e 06 dias.

Essas informações foram extraídas da Certidão de Tempo de Contribuição – Protocolo 20024070.1.00010/19-5, expedida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, no dia 17 de maio de 2019.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Comunique-se.

Carolyne Gomes Espindola
Diretora Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 16.515/2020

Publicação Nº 2543753

PORTARIA nº 16.515, de 29 de junho de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com a Instrução Normativa TC – 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e a Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, e conforme o Processo nº 15429/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - AVERBAR, para todos os efeitos, o tempo de contribuição da servidora pública municipal BELQUIS AMORIM MEIRA, matrícula nº 230197, inscrita no CPF sob o nº 514.410.559-91, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Executivo, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos seguintes períodos:

INSS

INÍCIO	FIM	EMPRESA/ORGÃO	TEMPO
01/01/1981	11/01/1982	FARMÁCIA MARECHAL LTDA	TC: 1 ano, 0 mês, 11 dias. TA: 1 ano, 0 mês, 11 dias.
01/09/1982	04/04/1983	KIRTON SEGUROS S.A.	TC: 0 ano, 7 meses, 4 dias. TA: 0 ano, 7 meses, 4 dias.
05/04/1983	13/08/1986	COMPANHIA DE SEGUROS RIO BRANCO	TC: 3 anos, 4 meses, 9 dias. TA: 3 anos, 4 meses, 9 dias.
01/06/1987	25/08/1987	PRATIKA AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES	TC: 0 ano, 2 meses, 25 dias. TA: 0 ano, 2 meses, 25 dias.
08/03/1995	31/12/2008	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 13 anos, 9 meses, 23 dias. TA: 13 anos, 9 meses, 23 dias.
01/06/2009	01/05/2010	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 0 ano, 11 meses, 1 dia. TA: 0 ano, 11 meses, 1 dia.
20/06/2010	09/07/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 5 anos, 0 mês, 20 dias. TA: 5 anos, 0 mês, 20 dias.

Tempo de Contribuição (TC) = 9.128 dias, correspondendo a 25 anos, 0 mês e 3 dias.

Essas informações foram extraídas da Certidão de Tempo de Contribuição - Protocolo nº 14021070.1.00055/19-1, expedida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, no dia 9 de junho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 16.153, de 9 de dezembro de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 29 de junho de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.516/2020

Publicação Nº 2543758

PORTARIA nº 16.516, de 29 de junho de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e conforme o Processo nº 15622/2020,

RESOLVE:

Art. 1º CORRIGIR o nome da servidora ODAIR DE OLIVEIRA MACHADO CELESTINO, constante no art. 1º da Portaria nº 3.807, de 7 de julho de 2008, conforme segue:

“Art. 1º Nomear ODAIR DE OLIVEIRA MACHADO CELESTINO, portadora do CPF nº 351.695.329-20, aprovada no Concurso Público nº 004/2007, para o cargo de Servente, nível 01, com 40 horas semanais, do quadro de pessoal permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul-SC.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 29 de junho de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.517/2020

Publicação Nº 2543760

PORTARIA nº 16.517, de 29 de junho de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e conforme o Processo nº 14477/2020, e o Parecer/PGM/ER n. 22/2020,

RESOLVE:

Art. 1º CORRIGIR a fundamentação constante no Preâmbulo da Portaria nº 1.520, de 22 de fevereiro de 2005, que concedeu incorporação ao servidor VICENTE BRASIL DE FREITAS, matrícula nº 219401, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental I, conforme segue:

“O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Parágrafo Único, do art. 82, da Lei nº 113/1991;”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 29 de junho de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.518/2020

Publicação Nº 2543762

PORTARIA nº 16.518, de 29 de junho de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea “c”, todos da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o inciso VI, do art. 31, da Lei Complementar nº 8/2003, e com a CI nº 154/2020, da Diretoria de Gestão de Pessoas,

RESOLVE:

Art. 1º - DECLARAR a VACÂNCIA do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras e Serviços, ocupado por ELIAS JOSÉ DA SILVA, matrícula nº 485454, devido a comunicação do seu falecimento, conforme disposto na Certidão de Óbito nº 107169 01 55 2019 4 00016 052 0006961 48.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 27 de julho de 2019.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 29 de junho de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

IPRESF - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL

ATA DA 6ª REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPRESF 2020

Publicação Nº 2543744

Ata da 6ª Reunião do Comitê de Investimentos do IPRESF
Reunião Ordinária – 06/2020

Aos quinze dias do mês de maio (15/05/2020), às 09:30, via web conferência, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos: Roberson Alberto Maciel, Beatris Dircélha dos Santos, Idelson Alves Porto, Sandra Heloisa De Biasi e Abelard Helbling Júnior. A reunião foi convocada ordinariamente conforme acordado entre os membros em reunião anterior. A reunião iniciou-se com a apresentação do novo presidente deste conselho. Após o presidente abordou assuntos relacionados ao cenário atual. Relatou que diversas instituições do mercado financeiro veicularam materiais informando a deterioração generalizada da atividade econômica, ainda que o mercado não tem recebido de maneira positiva o resultado da crise política pela qual o país tem passado. Informou que o Boletim Focus do Banco Central do Brasil, que no início do ano apontava estimativa de crescimento da ordem de um por cento, agora aponta crescimento negativo da ordem de quatro a cinco pontos percentuais. Diversas economias mundiais têm enfrentado situação semelhante. Os mercados financeiros globais têm respondido com fuga de capital dos ativos de risco em busca de redução de volatilidade (risk-off). Esse conjunto de fatores tem provocado movimentos que impactam significativamente o segmento de renda variável, especialmente no Brasil. Informou que o mês de março de 2020 foi o mês que penalizou a carteira de investimentos de maneira mais intensa durante toda a história do IPRESF. Contudo, é necessário que se diga que não houveram perdas. O que ocorreu no mês de março foi a desvalorização temporária das cotas de alguns dos fundos de investimentos que constituem a carteira do IPRESF. A perda patrimonial só ocorreria caso o IPRESF alienasse estas cotas de fundos que apresentaram desvalorização, o que não ocorreu. De maneira análoga, o presidente do Comitê utilizou o exemplo de um imóvel. Caso o IPRESF possuísse um imóvel de R\$300mil e passasse por período de crise, e durante esse período de crise e tivéssemos compradores dispostos a pagar somente R\$200mil, a perda patrimonial só ocorreria caso o imóvel fosse vendido. Que os relatórios de março e abril evidenciam que a desvalorização momentânea se deu em todos os segmentos – Renda Fixa, Multimercados e Renda Variável. Apontou uma normalidade na movimentação quanto a recomposição de valores no mês de abril, porém destacou que para os próximos meses a tendência é que estes valores acabem oscilando. Em seguida relacionou o assunto em pauta com breve explicação quanto aos motivos publicados em carta no site oficial do IPRESF, corroborando assim para os entendimentos deste comitê devido a situação do cenário atual que se apresenta complexo e instável. Que, mesmo diante de cenários de incerteza e instabilidade as decisões de investimento devem levar em conta o objetivo principal do IPRESF que é de equilíbrio no longo prazo. Que devemos ter responsabilidade, afastar-nos das emoções nos investimentos, e evitar atitudes passionais na gestão dos recursos. As recomendações do SMI para remanejamento da carteira de investimentos do IPRESF, foi de movimentar até 2% do patrimônio da carteira, remaneando do Fundo BB PREVIDENCIÁRIO MULTIMERCADO (10.418.362/0001-50) e alocando no Fundo ITAÚ PRIVATE S&P500 BRL FIC MULTIMERCADO (26.269.692/0001-61). Foram apresentadas as projeções das receitas para aplicações referentes a folha do mês de abril/2020, que seguiram a planilha desta ata para as devidas aplicações. Foi apresentada a previsibilidade das receitas e suas devidas aplicações, apresentado a cada membro o relatório dos resultados de investimentos de abril/2020. Para o mês de abril de 2020 a receita foi direcionada considerando 16% Renda Variável e 84% Renda Fixa. O Presidente apresentou as recomendações da SMI, e fez a sugestão da gestão do IPRESF para aplicações das receitas de maio/2020, referente as contribuições da folha de pagamento do mês de abril/2020, os conselheiros membros fizeram suas considerações e por UNANIMIDADE aprovaram a sugestão da Gestão para investimentos conforme descritos na planilha abaixo:

FUNDO DE INVESTIMENTO / CNPJ / VALOR / OPERAÇÃO / FONTE

Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica RF / 23.215.097/0001-55 / 358.667,48 / Aplicação / Saldo Taxa Admin.

Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica RF / 23.215.097/0001-55 / 300.000,00 / Aplicação / Contribuições

Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica RF / 23.215.097/0001-55 / 137.711,68 / Aplicação / Saldo / Conta Invest.

Caixa Brasil TP IRF-M1 / 10.740.670/0001-06 / 225.252,25 / Aplicação / Contribuições

BB FIC Previd. Alocação Ativa / 25.078.994/0001-90 / 200.000,00 / Aplicação / Contribuições

Itaú FIC Alocação Dinâmica / 21.838.150/0001-49 / 300.000,00 / Aplicação / Contribuições

Itaú FIC Alocação Dinâmica / 21.838.150/0001-49 / 736.858,34 / Aplicação / Aporte Financ.Prev.

BTG Pactual FIC FIA Absoluto INSTITUC. / 11.977.794/0001.64 / 50.000,00 / Aplicação / Contribuições

Caixa FIA Small Caps Ativo / 15.154.220/0001-47 / 50.000,00 / Aplicação / Contribuições

Caixa FIC FIA Multigestor / 30.068.224/0001-04 / 50.000,00 / Aplicação / Contribuições

Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente do Comitê deixou todos os membros convocados para próxima reunião deste Comitê que está agendada para 16/06/2020 às 10:00, nesta sala de reuniões ou por meios virtuais caso sejam necessários. Eu Sandra Heloisa de Biasi, Vice-presidente do Conselho Fiscal e membro deste Comitê, digitei a presente ata, que após assinada seguirá para providências cabíveis.

Roberson Alberto Maciel (Presidente), Beatris Dircelha dos Santos (Membro), Sandra Heloisa de Biasi (Membro), Idelson Alves Porto (Membro), Abelard Helbling Júnior (Membros)

São João Batista

PREFEITURA

ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO 012/FMS/2020

Publicação Nº 2544284

Errata do extrato do Contrato nº 012/FMS/2020

Errata da publicação no DOM do extrato do contrato 012/FMS/2020, publicado no dia 15/06/2020 (segunda-feira), edição nº 3171, página nº 2104:

ONDE SE LÊ: "Vigência contratual: 31/12/2020",

LEIA-SE: "Vigência contratual: O contrato advindo desta licitação entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por 06 (seis) meses, conforme art. 4º-H, da Lei 13.979/2020".

São João Batista, 29 de junho de 2020.

Karin Cristine Geller Leopoldo

Secretária de Saúde

ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO 010/FMS/2020

Publicação Nº 2544271

Errata do extrato do Contrato nº 010/FMS/2020

Errata da publicação no DOM do extrato do contrato 010/FMS/2020, publicado no dia 14/05/2020 (quinta-feira), edição nº 3140, página nº 1100:

ONDE SE LÊ: "Vigência contratual: 31/12/2020",

LEIA-SE: "Vigência contratual: O contrato advindo desta licitação entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por 06 (seis) meses, conforme art. 4º-H, da Lei 13.979/2020".

São João Batista, 29 de junho de 2020.

Karin Cristine Geller Leopoldo

Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 341/2020

Publicação Nº 2543970

PORTARIA Nº 341/2020

Prorrogação de Contrato.

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 28/06/2020 a 27/06/2021, o contrato do (a) servidor (a) JACYARA OLIVEIRA VANINI, admitido (a) para a função de FISIOTERAPEUTA, junto a Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data de sua prorrogação.

São João Batista, 29 de junho de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 342/2020

Publicação Nº 2543972

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89

C.G.C 82.925.652/0001 – 00

Fone/Fax (48) 3265 0195

rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA Nº 342/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º - Retifica-se a Portaria nº 336/2020 que ficará com a seguinte redação:

ONDE SE LÊ

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da rescisão.

DEVERÁ LER

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data de prorrogação.

Art. 2º - Esta Portaria Retificadora entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data de prorrogação.

São João Batista, 29 de junho de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/PMSJB/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 057/PMSJB/2020 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2543244

Processo Licitatório nº 070/PMSJB/2020 - Pregão Eletrônico 057/PMSJB/2020 – Sistema de Registro de Preços
Licitação exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual.

O Município de São João Batista (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 070/PMSJB/2020 - Pregão Eletrônico 057/PMSJB/2020, do tipo menor preço por item, modo de disputa: aberto, para o registro de preços para eventual aquisição futura de óleos e lubrificantes destinados a administração municipal, incluindo autarquia, fundações e fundos do município de São João Batista, SC. Recebimento das propostas: até às 8h15min do dia 21/07/2020; Início da sessão: dia 21/07/2020, às 8h30min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação do município de São João Batista, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 29 de junho de 2020.

Augusto Correia Junior

Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/PMSJB/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 058/PMSJB/2020 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2543399

Processo Licitatório nº 071/PMSJB/2020 - Pregão Eletrônico 058/PMSJB/2020 – Sistema de Registro de Preços
Licitação de ampla concorrência com reserva de cota de 25% para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual.

O Município de São João Batista (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 71/PMSJB/2020 - Pregão Eletrônico 58/PMSJB/2020, do tipo menor preço por item, modo de disputa: aberto, registro de preços para eventual contratação futura de empresa para prestação de serviços de recuperação de pavimentação asfáltica para ser utilizado no conserto de diversas ruas do município de São João Batista, SC. Recebimento das propostas: até às 8h15min do dia 23/07/2020; Início da sessão: dia 23/07/2020, às 8h30min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação do município de São João Batista, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 29 de abril de 2020.

Augusto Correia Junior

Pregoeiro Municipal

PROCESSO SELETIVO 01/2020 - EDITAL DE CANCELAMENTO DE CARGO

Publicação Nº 2544085



Estado de Santa Catarina
Município de São João Batista
Processo Seletivo n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo

**ATO 014: Edital de Cancelamento de Cargo**

DANIEL NETTO CÂNDIDO, Prefeito do Município de São João Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna pública o cancelamento de disponibilidade de cargo no Processo Seletivo n.º 01/2020 do Município de São João Batista/SC, permanecendo inalterados todos os demais cargos e itens do edital:

- 1.1 Considerando que o objetivo do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais era selecionar profissionais para atuação como “Trabalhador Braçal”, na manutenção e conservação de logradouros públicos e, com sua simples descrição, atraiu profissionais para a área de limpeza interna de prédios e estabelecimentos públicos.
- 1.2 Considerando que não existe vacância em cargos destinados à função para qual os candidatos consideraram ter se inscrito, inexistindo qualquer perspectiva de chamada durante o período de validade deste edital.
- 1.3 Fica cancelado o cargo denominado “Auxiliar de Serviços Gerais”, sendo anulados todos os atos administrativos inerentes ao cargo.
- 1.4 Os candidatos que realizaram o pagamento da Taxa de Inscrição para o de Auxiliar de Serviços Gerais, representado pelo Anexo I desta Publicação, tem garantida a restituição de sua taxa de inscrição.
- 1.5 Para solicitar a restituição de sua taxa de inscrição, deve preencher o “Requerimento de Devolução de Taxa de Inscrição”, preenchendo do formulário disponível no Anexo II desta publicação, sendo obrigatório a informação de conta bancária de sua titularidade.
- 1.6 O pedido de restituição da taxa de inscrição deve ser solicitado até o dia 31/07/2020, impreterivelmente.
- 1.7 O pagamento da restituição se dará em ordem cronológica de pagamentos de empenhos, conforme fluxo de trabalho do setor competente no município.
- 1.8 Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista/SC, 29 de junho de 2020.

DANIEL NETTO CÂNDIDO
Prefeito do Município de São João Batista



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 1 de 2



Estado de Santa Catarina
Município de São João Batista
Processo Seletivo n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Anexo I – Relação de Candidatos Inscritos no Cargo e Aptos à Restituição

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	Valor da Taxa de Inscrição (R\$)
60	ALCEU FERREIRA PADILHA	656.996.***-53	20,00
59	AMÁBILI PAULINA MARQUATO	092.365.***-52	20,00
224	ANA PAULA DOS SANTOS	837.023.***-68	20,00
45	ANTÔNIA FRANCISCA JARDIM OLIVEIRA	633.587.***-49	20,00
185	CLARINES TERESINHA SCHIRMANN	633.816.***-04	20,00
249	CLECI SOERO DOS SANTOS	722.799.***-49	20,00
87	DAMARES DOS SANTOA DAMASIO	400.652.***-98	20,00
9	DANDARA DE ALMEIDA SANTOS	023.052.***-27	20,00
233	DANIELA GOMES CUSTÓDIO	022.555.***-62	20,00
166	DANIELI MARTINS DE OLIVEIRA PONCIO	106.893.***-96	20,00
218	DÉBORA CRISTINA DE OLIVEIRA	625.570.***-34	20,00
230	ELISABETE RIBEIRO GONÇALVES	678.580.***-87	20,00
75	ELIZANGELO CRISTIANO POFFO	055.279.***-76	20,00
154	ERALDA MANOEL SABINO	017.631.***-01	20,00
113	ERIKA LARISSA DA SILVA KLAGENBERG	124.969.***-09	20,00
142	GUSTAVO DE SOUSA ANDRADE	035.011.***-59	20,00
163	IVANETE DA SILVA DOS SANTOS	703.788.***-91	20,00
107	JESSICA PEREIRA SOUZA	055.745.***-58	20,00
179	JOÃO MARIA LEMES DA SILVA	681.569.***-15	20,00
61	JOCINARA DE CASTRO CAVALHEIRO MARIN	021.155.***-39	20,00
145	MARIA ANDRÉA GONÇALVES DE LIMA RAMOS	853.670.***-72	20,00
223	ORACIO FRANCISCO BEZERRA	611.267.***-34	20,00
34	QUEZIA BORGES	121.932.***-55	20,00
195	ROSEMARI APARECIDA CAVALHEIRO	077.518.***-82	20,00
241	ROSEMARI GARTNER PEREIRA	533.108.***-34	20,00
216	RUTE SANTOS VIEIRA DE LIMA	088.563.***-01	20,00



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 2 de 2

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 52/2017

Publicação Nº 2543160

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE SUSPENSÃO AO CONTRATO 52.2017

PARTES: Município de São João do Oeste e William Markwardt Arones

ORIGEM: Concorrência 01/2017

OBJETO: "Considerando os Decretos Municipais nº 27, de 17/03/2020; de nº 28, de 18/03/2020; de nº 29, de 20/03/2020; de nº 31, de 24/03/2020; de nº 32, de 24/03/2020; de nº 33, de 27/03/2020; de nº 34, de 31/03/2020; de nº 35, de 31/03/2020; de nº 36, de 02/04/2020; de nº 38, de 06/04/2020; de nº 40, de 08/04/2020; de 41, de 13/04/2020; e de nº 43, de 15/04/2020, que estabelecem medidas de prevenção à propagação da pandemia da COVID-19, e considerando a cláusula décima terceira do contrato nº 52/2017, que permite a alteração do contrato por termo aditivo, fica suspensa a execução do contrato pelo prazo de 6 (seis) meses, a contar do dia de 18/03/2020 sem ônus para as partes"

PRAZO: 29.06.2020 até 18.09.2020

São João do Oeste – 29 de junho de 2020

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2020

Publicação Nº 2543145

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2020

Partes: Fundo Municipal de Educação e Kena Materias de Construção Ltda EPP

ORIGEM: Tomada de Preços nº 004/2019

OBJETO: "Termo aditivo qualitativo de prazo para execução de obras de reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Jesus Menino (reforma da cozinha com 35,28m² e ampliação de dispensa e depósitos com 165,78m²) em regime de empreitada global".

PRAZO: 30.06.2020 até 30.07.2020

São João do Oeste – 30 de junho de 2020

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 87/2020 E DO CONTRATO 38/2020

Publicação Nº 2544260

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2020 E CONTRATO 38/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Gente Seguradora S/A

ORIGEM: Pregão Presencial nº 55/2020

OBJETO: "Contratação de seguro para parte da frota de veículo oficial do Município de SÃO JOÃO DO OESTE/SC, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 (vinte e quatro) horas."

VALOR: 26.350,00

PRAZO: 30.06.2020 até 30.06.2021

São João do Oeste – 30 de junho de 2020

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

PP 59.2020 SERV. MAQUINAS PESADAS

Publicação Nº 2544134

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2020 – Exclusivo para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para prestar serviços de máquinas pesadas para as diversas secretarias do Município de São João do Oeste.

Tipo de licitação: Menor preço por item

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 14:00 horas do dia 10 de julho de 2020 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 29 de junho de 2020. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

São João do Sul

PREFEITURA

ATA S.R.P_23-2020_PREF

Publicação Nº 2543922

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23/2020/PREF

Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços p/ futura(s) e eventual(is) fornecimento(s) de solo areno-argiloso para aterro, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 26/2020, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: JANDER OLIVEIRA SCHEFFER ME.

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 144.000,00.

Processo Licitatório nº 26/2020 – Pregão Presencial.

São João do Sul/SC, 26 de junho de 2020

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

ATA S.R.P_24-2020_PREF

Publicação Nº 2543924

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 24/2020/PREF

Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços p/ futura para através de jornal de circulação diária local e regional divulgar atos oficiais de interesse do município de São João do Sul/SC, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 27/2020, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: APS INDUSTRIA GRAFICA EIRELI.

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 96.000,00.

Processo Licitatório nº 27/2020 – Pregão Presencial.

São João do Sul/SC, 29 de junho de 2020

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

CONT. Nº 043_2020_PREF

Publicação Nº 2543927

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2020

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de destinação final de resíduos sólidos urbanos do município de São João do Sul/SC, em aterro sanitário, devidamente licenciado, em conformidade com edital e seus anexos em especial o disposto no Anexo I – Termo de Referência, observadas as especificações ali estabelecidas, bem como as demais condições constantes no edital e demais anexos e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: RAC SANEAMENTO LTDA

VIGÊNCIA: 29/06/2020 à 31/12/2020.

VALOR: R\$ 99.950,00– Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 06/2020, Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 09.02 – 2.044 – 3.3.90.39.99.00.00.0011 (203).

São João do Sul/SC, 29 de junho de 2020.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 226/2020

Publicação Nº 2543360

DECRET O Nº 226/2020

"QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 166/2020, datado de 15/06/2020; Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO URBANO DE TERRAS nos termos em que foi requerido por COMALTA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA, de um imóvel urbano de terras medindo 11.630,50 m², situado na Rodovia Estadual SC-110, bairro Martorano, nesta cidade, conforme especificações que segue:

MEMORIAL DESCRITIVO DE DESMEMBRAMENTO AREA 01

Propriedade: LOTE URBANO
Proprietário: COMALTA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA
Bairro: MARTORANO
Município: SÃO JOAQUIM
Comarca: SÃO JOAQUIM
Área: 1.160,44 m²;
Perímetro(m): 148,66m

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no marco denominado 'P01', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas, Planos Retangulares Relativos, Sistema UTM: E= 604.979,882 m e N= 6.870.958,482 m, marco este localizado na beira da cerca, dividindo-o com a COMALTA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - MATRICULA 16.587; Daí segue confrontando com COMALTA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - MATRICULA 16.587 com o azimute de 178°44'47" e a distância de 55,41 m até o marco 'P02' (E=604.981,094 m e N=6.870.903,086 m) cravado na beira da cerca; Daí faz confrontação com a RODOVIA ESTADUAL SC-110 com o azimute de 266°09'09" e a distância de 2,00 m até o marco 'P03' (E=604.979,105 m e N=6.870.902,952 m) cravado na beira da cerca; Daí segue confrontando com RODOVIA ESTADUAL SC-110 com o azimute de 265°01'30" e a distância de 14,20 m até o marco 'P04' (E=604.964,982 m e N=6.870.901,723 m) cravado na beira da cerca; Daí faz confrontação com EDSON CORREA - MATRICULA 10.192 com o azimute de 325°00'25" e a distância de 31,89 m até o marco 'P05' (E=604.946,695 m e N=6.870.927,845 m) cravado na beira da cerca; Daí segue confrontando com EDSON CORREA - MATRICULA 10.192 com o azimute de 47°17'17" e a distância de 45,16 m até o marco 'P01' (E=604.979,882 m e N=6.870.958,482 m) cravado na beira da cerca; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.160,44 m². O referido Lote se encontra a 17,50m da esquina das Rua João Justino Silveira & Rodovia Estadual SC-110, lado impar.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DESMEMBRAMENTO AREA 02

Propriedade: LOTE URBANO
Proprietário: COMALTA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA
Bairro: MARTORANO
Município: SÃO JOAQUIM
Comarca: SÃO JOAQUIM
Área: 1.523,50 m²;
Perímetro(m):174,35m

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no marco denominado 'P01', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas, Planos Retangulares Relativos, Sistema UTM: E= 604.996,538 m e N= 6.870.974,010 m, marco este localizado na beira da cerca, dividindo-o com a COMALTA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - MATRICULA 16.587; Daí segue confrontando com COMALTA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - MATRICULA 16.587 com o azimute de 136°52'45" e a distância de 10,51 m até o marco 'P02' (E=605.003,724 m e N=6.870.966,337 m) cravado na beira da cerca; Daí segue confrontando com COMALTA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - MATRICULA 16.587 com o azimute de 178°46'35" e a distância de 61,65 m até o marco 'P03' (E=605.005,040 m e N=6.870.904,696 m) cravado na beira da cerca; Daí faz confrontação com RODOVIA ESTADUAL SC-110 com o azimute de 266°09'09" e a distância de 24,00 m até o marco 'P04' (E=604.981,094 m e N=6.870.903,086 m) cravado na beira da cerca; Daí faz confrontação com COMALTA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - MATRICULA 16.587 com o azimute de 358°44'47" e a distância de 55,41 m até o marco 'P05' (E=604.979,882 m e N=6.870.958,482 m) cravado na beira da cerca; Daí faz confrontação com EDSON CORREA - MATRICULA 10.192 com o azimute de 47°17'17" e a distância de 7,06 m até o marco

'P06' (E=604.985,067 m e N=6.870.963,269 m) cravado na beira da taipa; Daí segue confrontando com EDSON CORREA - MATRICULA 10.192 com o azimute de 46°52'45" e a distância de 15,72 m até o marco 'P01' (E=604.996,538 m e N=6.870.974,010 m) cravado na beira da cerca; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.523,50 m². O referido Lote se encontra a 33,70m da esquina das Rua João Justino Silveira & Rodovia Estadual SC-110, lado impar.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DESMEMBRAMENTO AREA 03

Propriedade: LOTE URBANO
Proprietário: COMALTA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA
Bairro: MARTORANO
Município: SÃO JOAQUIM
Comarca: SÃO JOAQUIM
Área: 8.946,56 m²;
Perímetro(m): 455,17m

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no marco denominado 'P01', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas, Planos Retangulares Relativos, Sistema UTM: E= 605.042,175 m e N= 6.871.089,371 m, marco este localizado na beira da cerca, dividindo-o com a SANJO - COOPERATIVA AGRICOLA DE SÃO JOAQUIM - MATRICULA 1.965; Daí segue confrontando com a SANJO - COOPERATIVA AGRICOLA DE SÃO JOAQUIM - MATRICULA 1.965 com o azimute de 121°34'41" e a distância de 31,88 m até o marco 'P02' (E=605.069,332 m e N=6.871.072,678 m) cravado na beira da cerca; Daí segue confrontando com SANJO - COOPERATIVA AGRICOLA DE SÃO JOAQUIM - MATRICULA 1.965 com o azimute de 182°36'05" e a distância de 168,82 m até o marco 'P03' (E=605.061,670 m e N=6.870.904,035 m) cravado na beira da cerca; Daí faz confrontação com RODOVIA ESTADUAL SC - 110 com o azimute de 270°40'09" e a distância de 56,63 m até o marco 'P04' (E=605.005,040 m e N=6.870.904,696 m) cravado na beira da cerca; Daí faz confrontação com COMALTA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - MATRICULA 16.587 com o azimute de 358°46'35" e a distância de 61,65 m até o marco 'P05' (E=605.003,724 m e N=6.870.966,337 m) cravado na beira da cerca; Daí segue confrontando com COMALTA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - MATRICULA 16.587 com o azimute de 316°52'45" e a distância de 10,51 m até o marco 'P06' (E=604.996,538 m e N=6.870.974,010 m) cravado na beira da taipa; Daí faz confrontação com EDSON CORREA - MATRICULA 10.192 com o azimute de 46°52'45" e a distância de 10,08 m até o marco 'P07' (E=605.003,899 m e N=6.870.980,904 m) cravado na beira da taipa; Daí faz confrontação com PEDRO DE QUADRA DA CRUZ - MATRICULA 4.488 com o azimute de 31°32'48" e a distância de 20,74 m até o marco 'P08' (E=605.014,749 m e N=6.870.998,577 m) cravado na beira da taipa; Daí segue confrontando com PEDRO DE QUADRA DA CRUZ - MATRICULA 4.488 com o azimute de 16°39'43" e a distância de 27,16 m até o marco 'P09' (E=605.022,537 m e N=6.871.024,599 m) cravado na beira da taipa; Daí segue confrontando com PEDRO DE QUADRA DA CRUZ - MATRICULA 4.488 com o azimute de 16°15'11" e a distância de 27,24 m até o marco 'P10' (E=605.030,161 m e N=6.871.050,750 m) cravado na beira da cerca; Daí segue confrontando com PEDRO DE QUADRA DA CRUZ - MATRICULA 4.488 com o azimute de 17°16'47" e a distância de 40,45 m até o marco 'P01' (E=605.042,175 m e N=6.871.089,371 m) cravado na beira da cerca; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 8.946,56 m². O referido Lote se encontra a 57,70m da esquina das Rua João Justino Silveira & Rodovia Estadual SC-110, lado impar.

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de junho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 348/2020

Publicação Nº 2543363

PORTARIANº 348/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores: – OSMARINA DE FATIMA DIAS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 07 (sete) dias, a contar do dia 22/06/2020. – TEREZINHA MARCILENE DIAS ROSA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 14 (quatorze) dias, a contar do dia 22/06/2020. – SONIA REGINA COSTA, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 01 (um) dia, no dia 24/06/2020. – LAIZE TORTELLI PEREIRA, ocupante do cargo de Telefonista, por 01 (um) dia, no dia 24/06/2020. – ELIZETE HUGEN NUNES, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 01 (um) dia, no dia 24/06/2020. – EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 24/06/2020, para tratamento de saúde de seu filho. – MARLUZE PROENÇA DOS SANTOS, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 03 (três) dias, a contar do dia 24/06/2020. – JULIANA RODRIGUES COELHO, ocupante da função

de Auxiliar Odontológico, por 03 (três) dias, a contar do dia 22/06/2020, para tratamento de saúde de sua filha. – POLLYANA WOLFF, ocupante da função de Médica, por 02 (dois) dias, a contar do dia 25/06/2020, para tratamento de saúde de seu filho. – SAMEA KURDI ROSSI, ocupante da função de Odontóloga - ESF, por 01 (um) dia, no dia 25/06/2020. – SAMEA KURDI ROSSI, ocupante da função de Odontóloga - ESF, por 01 (um) dia, no dia 26/06/2020. – JOATAN MEDEIROS NUNES, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 01 (um) dia, no dia 26/06/2020. – ROSA MARIA DAVOGLIO, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 01 (um) dia, no dia 26/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de junho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

TP 04/2020 PMSJ

Publicação Nº 2543862

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM - SANTA CATARINA

PROCESSO Nº74/2020
TOMADA DE PREÇO 04/2020

OBJETO: Contratação de empresa para executar reformas e ampliações respectivamente conforme contratos de repasse nº 870863/2018 (Rancho Verde e Elétrica Pavilhão da Maçã), repasse nº822428/2015 (Esquadrias Pavilhão da Maçã), convênio com Ministério do Turismo, Município de São Joaquim e Caixa Econômica Federal - REGOV-CR.

Tipo: Menor Preço por Lote

Abertura: 16/07/2020 às 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 330.02,96

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> - Compras inf. (49)3233-6457.

São Joaquim SC, 29 de junho de 2020

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº005/2020

Publicação Nº 2544187

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1359/2020
PROCESSO DE COMPRA Nº 035/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DAS RUAS COLETOR IRINEU COMELLI, XAVIER CÂMARA E PADRE MACÁRIO, EM TORNO DA PRAÇA, NO BAIRRO CENTRO HISTÓRICO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de Infraestrutura quanto à Qualificação Técnica.

EMPRESAS PARTICIPANTES:

- ACS ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA;
- BRITAGEM VOGELSANGER LTDA;
- CAP CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- DJP CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- KS CONSTRUÇÕES EIRELLI;
- METAL PERFEITO CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELLI;
- MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELLI;
- CONSTRUÇÕES SCHOROEDER EIRELLI.

1 - MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA INFRAESTRUTURA:

Em colaboração com o presente certame, a Secretaria de Infraestrutura, exarou um despacho informando que todas as empresas foram HABILITADAS TECNICAMENTE.

2 - ANÁLISE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente atendidas pelas empresas participantes do certame.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) RESOLVE:

HABILITAR AS EMPRESAS:

- ACS ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA;
- BRITAGEM VOGELSANGER LTDA;
- CAP CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- DJP CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- KS CONSTRUÇÕES EIRELLI;
- METAL PERFEITO CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELLI;
- MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELLI;
- CONSTRUÇÕES SCHOROEDER EIRELLI.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 08/07/2020, às 16h30H, no Centro Administrativo do Município de São José, conforme com a PORTARIA CONJUNTA DADM/PGM nº 008 de 15 de abril de 2020.

São José, 29 de junho de 2019.

Júnior Palharini Garcia	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
Humberto Alcino da Silva	Iriberto Antônio M. Júnior	
Membro da CPL	Membro da CPL	

PORTARIA Nº 12, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544599

PORTARIA Nº 12, DE 29 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS PELOS SERVIDORES PARA O DESEMPENHO DE SUAS ATIVIDADES PÚBLICAS

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam autorizados os servidores públicos a seguir relacionados para conduzir veículo oficial quando as atividades institucionais assim exigirem e não existirem outros meios de deslocamento entre seu ponto de origem e de seu destino, ou quando estes, por algum motivo impossibilitem o eficiente desempenho de suas atividades.

- I. Rosemeri Baruchski, matrícula nº427665-5;
- II. Simone Cristina Vieira Machado, matrícula nº427679-5;
- III. Glades Gonçalves Panasolo, matrícula nº428038-5;
- IV. Diego Gnecco, matrícula nº426362-6;
- V. Tábata Gomes Panozzo, matrícula nº426687-0;
- VI. Cleidiamar Aparecida Furlanetto, matrícula nº22693-9;
- VII. Mário Sérgio do Nascimento, matrícula nº428284-1;
- VIII. Marla Sacco Martins, matrícula nº430093-9;
- IX. Zamilé Cristina da Silva Schutz, matrícula nº033207-0;
- X. Iria Locks, matrícula nº33197-0;
- XI. Gabriella Dornelles Chagas, matrícula nº428537-9;
- XII. Renaldo Osvaldo da Silva, matrícula nº428271-0;
- XIII. Manoel Abreu, matrícula nº34414;
- XIV. Gilson Gonzaga dos Santos, matrícula nº17565;
- XV. Patrícia Cristina da Silva, matrícula nº 32243-1;
- XVI. Jule Nazário Mendes Minelli, matrícula nº 43009-9;
- XVII. Daiany Sheilla de Oliveira, matrícula nº 428285-0;
- XVIII. Fabiola Grams Porto, matrícula nº 429777-6;
- XIX. Kerlen Mignoni da Silva, matrícula nº 429773-3;
- XX. Walter Correa de Faveri, matrícula nº 36977-2;
- XXI. Henrique Cabral Faraco, matrícula nº 426402-9;
- XXII. Lais Santos Silva, matrícula nº 430092;
- XXIII. Sandra Regina Souza e Souza, matrícula nº 39713-0;
- XXIV. Roberta T. S. Ferraz de Campos, matrícula nº 428539-5;
- XXV. Marissandro Goulart, matrícula nº 428201-9;
- XXVI. Juceliani da Silva Borges, matrícula nº 428368-6;
- XXVII. Marilene Alves dos Santos, matrícula nº 34518;
- XXVIII. Márcio Antônio do Reino da Luz, matrícula nº 428299-0;
- XXIX. Regis Rosa Custodio Matrícula, matrícula nº 43091-1;
- XXX. Daniela Nascimento Santana Pinto, matrícula nº 429808-0;
- XXXI. Tiago Ferreira Duarte, matrícula nº 431937-0.
- XXXII. Danielli Cristina Vargas, matrícula nº 430011-3;
- XXXIII. Sirlene Matos, matrícula nº 431172;
- XXXIV. Lorraina Naira Stahelim, matrícula nº 428185-3;
- XXXV. Ana Gabriela Confortin Peter de Souza, matrícula nº 426575-0.

Art. 2º A autorização concedida por este ato terá validade até o término do ano corrente, podendo ser revalidada, obedecido aos seguintes requisitos:

- I - apresentação, pelo servidor, da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, com categoria compatível com o tipo de veículo a ser conduzido;
- II - preenchimento, pelo servidor, do formulário “diário de bordo”;

Art. 3º Concedida à autorização para dirigir veículo oficial, o servidor:

I - não poderá:

- a) ceder à direção do veículo a terceiros;
- b) utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

II - deverá:

- a) preencher corretamente o formulário “diário de bordo”;
- b) exibir a presente Portaria, sempre que solicitada por quem de direito;
- c) findo o deslocamento, guardar o veículo oficial no órgão detentor.

Parágrafo único. Em caso de acidente ou surgimento de dano no veículo concedido, serão aplicadas as normas constantes da Lei Orgânica do Município, bem com as constantes da Lei Ordinária nº2248, de 20 de março de 1991, e demais aplicáveis.

Art. 4º Findo a prazo fixado no Art. 2º, a autorização a que refere a presente Portaria, poderá ser revalidado, desde que:

I - haja interesse da Administração;

II - o servidor não tenha infringido qualquer das vedações constantes do art. 3º.

Art. 5º O cancelamento da autorização para dirigir veículo oficial se dará:

I - a qualquer tempo, por interesse da Administração;

II - a pedido do servidor.
Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José, 29 de junho de 2020.

ROSEMERI BARTUCHESKI
Secretária Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 15/2020/SMS

Publicação Nº 2544031

PORTARIA Nº 15/2020/SMS

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os incisos I, II, e IV do Artigo 66 da Lei Orgânica do Município. Dispõe sobre a solicitação de exames de triagem sorológica por enfermeiros da rede municipal de saúde, de acordo com os protocolos Linha de Cuidado (IST/HIV/AIDS e Hepatites Virais).

Considerando a aprovação da Linha de Cuidado para Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (PVHA) e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (Sífilis, Hepatites B e C);

Considerando as diretrizes clínicas do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos/MS, 2018; Considerando que o Brasil, o estado de Santa Catarina e o município de São José são signatários, junto a UNAIDS, no cumprimento das metas 90/90/90 e Zero discriminação;

Considerando a Nota Informativa nº047 de 2016/DDAHV/SVS/MS, que informa sobre a Solicitação de Exames e Contagem de Linfócitos CD4+/CD8+ e Carga Viral de HIV por enfermeiros;

Considerando o Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987 e a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o Exercício de Enfermagem, e dá outras providências;

Considerando a Resolução COFEN nº 195/1997 que dispõe sobre a solicitação de exames de rotina e complementares por Enfermeiro, em seu artigo Art. 1º: "O Enfermeiro pode solicitar exames de rotina e complementares quando no exercício de suas atividades profissionais".

RESOLVE:

Art. 1º Ficam autorizados os Enfermeiros do Centro de Vigilância em Saúde e Enfermeiros vinculados a Vigilância Epidemiológica do município de São José, devidamente capacitados a solicitarem exames para gestantes/parceiros e população em geral.

Art. 2º Os exames a serem solicitados pelos Enfermeiros são:

- I - Anti-HIV confirmatório;
- II - Sorologias para Hepatite B: Anti Hbs e DNA quantitativo;
- III - Sorologia para Hepatite C: RNA quantitativo;
- IV- Triagem Sorológica para Sífilis – VDRL quantitativo e qualitativo;
- V - Carga viral e CD4/CD8.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Jose (SC), 09 de junho de 2020.

SINARA REGINA SIMIONI
Secretária Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 011/2020/CMDCA

Publicação Nº 2544598

RESOLUÇÃO Nº 011/2020/CMDCA

DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES DO CMDCA/SJ NO PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL PELO COVID-19.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ - CMDCA/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015.

Considerando o Decreto Municipal 13.205/2020 de 15 de março de 2020 e as normativas subsequentes;

Considerando o Decreto Municipal 13.331/2020 de 05 de maio de 2020 que estabelece novas medidas de enfrentamento a emergência de Saúde Pública de importância internacional decorrente da infecção humana causada pelo novo coronavírus (Covid-19);

Considerando o Decreto Estadual 525/2020 de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências;

Considerando a Portaria /MC nº 337, de 24 de março de 2020, que dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social;

Considerando o Decreto Municipal 13459/2020 de 23 de junho de 2020, que estabelece novas medidas sanitárias considerando a situação atual de emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID 19);

Considerando os reflexos das infecções pelo novo coronavírus, bem como seu potencial contagioso e tendo o afastamento social como maior premissa de diminuição do contágio;

RESOLVE:

Art. 1º Regularizar as atividades do CMDCA/SJ e a validade da realização de reuniões da Mesa Diretora, Comissões Temáticas e Plenárias por meios virtuais no período de isolamento social pelo Covid-19, desde que consideradas as seguintes questões:

I. Nas reuniões da Mesa Diretora e/ou Comissões Temáticas os grupos poderão deliberar por meio de ferramentas de conversa de texto, tais como e-mail, Whatsapp, Telegram, etc, a critério dos participantes;

II. As reuniões Plenárias poderão ser realizadas em ferramenta online a ser definida pelos participantes, tais como: Zoom, Hangout, Whatsapp, etc.

Parágrafo único: As deliberações deverão ser reduzidas a termo, sendo enviadas por e-mail para a secretaria-executiva, como meio de formalização dos encaminhamentos.

Art. 2º Estão suspensas as Plenárias presenciais por tempo indeterminado, podendo ser substituídas por Plenária online, a critério da Mesa Diretora do Conselho.

I. Na realização das Plenárias online, as formalidades serão mantidas, quais sejam: convocação, pauta, verificação de quórum, abertura e registro para votação e redação de ata;

II. Serão aceitas como justificativas de ausência a impossibilidade de acesso ao meio digital escolhido para a realização da plenária online, não contabilizando a ausência para o Conselheiro.

Parágrafo único: A Mesa Diretora do CMDCA poderá estender a suspensão das Plenárias presenciais seguindo orientações dos Decretos Municipais.

Art. 3º Para agilizar processos decisórios sobre pauta urgente, será encaminhado e-mail e/ou Whatsapp a todos os conselheiros, com a apresentação do tema, exposição de motivos e a posição da Mesa Diretora, sendo a votação realizada da seguinte forma:

I. Os conselheiros receberão e-mail e/ou Whatsapp enviado pela Secretaria-Executiva;

II. Os conselheiros deverão responder o e-mail e/ou Whatsapp, dentro do prazo determinado, votando nas opções "A favor", "Contra" ou "Abstenção" ao pleito encaminhado.

III. Os votos serão computados e as decisões irão considerar o quórum mínimo da Plenária, para aprovação ou reprovação;

IV. O voto por e-mail e/ou Whatsapp do Conselheiro suplente será válido na ausência do voto do Conselheiro Titular.

Art. 4º Cabe à Mesa Diretora encaminhar e determinar ações necessárias que supram as necessidades de deliberação do CMDCA, que não relacionadas nesta Resolução, dando a devida publicidade das decisões e atos.

Art. 5º As reuniões e deliberações tomadas desde o princípio do isolamento social, determinado por Decreto Municipal e Estadual, são consideradas válidas.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 29 de junho de 2020.

OCLIDES RODRIGUES

Presidente CMDCA/SJ

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2020

Publicação Nº 2543415

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2020 – Processo nº 030/2020 – Proc. Adm. 1008/2020 Fornecedor: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA – EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REPARADOR ASFÁLTICO (MASSA ASFÁLTICA) USINADO A QUENTE, EM SACOS DE 25KG, PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 116.000,00 (cento dezesseis mil). Vera Suely de Andrade – Secretaria de Administração.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2020

Publicação Nº 2543368

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2020 – Processo nº 091/2020 – Proc. Adm. 2007/2020 Fornecedor: SOS ASFALTOS LTDA – EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BICA CORRIDA, BRITA Nº 0, BRITA Nº 01, BRITA Nº 02, BRITA Nº 03, PÓ DE PEDRA E RACHÃO, PARA UTILIZAÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS, CONSTRUÇÃO CIVIL, SERVIÇOS DE CALÇAMENTO E ALVENARIA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 139.312,50 (cento e trinta e nove mil, trezentos e doze reais e cinq-enta centavos). Vera Suely de Andrade – Secretaria de Administração.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 187/2019

Publicação Nº 2543343

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 187/2019 – Processo nº 666/2019 – Proc. Adm. 4706/2019 Fornecedores: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA, NORTE INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA, E-CIQUINATO ARMARINHOS, MARCELO SIMONI, CASTELO GRÁFICA E EDITORA EIRELI E POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA ATENDER OS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 64.792,74 (sessenta e quatro mil, setecentos e noventa e dois reais e setenta e quatro centavos). Vera Suely de Andrade – Secretaria de Administração.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 207/2019-01

Publicação Nº 2544232

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 207/2019-01 – Proc. Adm. 3015/2020 – Contratado: SINAL CONSTRUÇÕES LTDA EPP. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto o ADITIVO DE VALORES, nos termos previstos no Contrato nº 207/2019. DO ADITIVO DE VALORES: Nos termos da justificativa emitida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, o contrato será acrescido em R\$ 63.353,28 (sessenta e três mil, trezentos e cinquenta e três reais e vinte oito centavos), que corresponde ao percentual de 12,70% (doze inteiros e setenta centésimos por cento), passando o contrato a ter um valor final de R\$ 562.197,16 (quinhentos e sessenta e dois mil, cento e noventa e sete reais e dezesseis centavos). Data da assinatura: 23 de junho de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL**NOTA DE ESCLARECIMENTO Nº 017/2020 - PP 011/2020**

Publicação Nº 2544602

NOTA DE ESCLARECIMENTO Nº 017/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2020

Tendo em vista que a empresa UNIFIQUE, solicitou, via e-mail, questionamentos a respeito do edital do Pregão Presencial nº 011/2020, emito a seguinte nota de esclarecimento referente às dúvidas da mencionada empresa.

Importante frisar que o mencionado certame está suspenso para análise e possíveis ajustes em edital. Entretanto, em nada impede a emissão da presente nota de esclarecimentos.

1 - Dúvida da empresa

As operadoras de Telecom evoluíram a entrega de seus serviços de internet ofertando serviços de proteção contra-ataques DDoS. Ocorre que estes serviços são disponibilizados por empresas que possuem infraestrutura própria e por empresas que possuem infraestrutura de terceiros, contratando serviços e links com proteção de empresas altamente especializadas.

No edital em questão, exige-se que a empresa detenha estrutura própria de mitigação. A bem do princípio da competitividade, desde que alcançado o objetivo de proteção esperado seja por um outro meio de comprovada eficiência entendemos que a escolha da proposta mais vantajosa poder-se-ia dar pela comprovação de disponibilidade dos serviços de proteção.

2. A CONTRATADA deve possuir infraestrutura própria de mitigação com capacidade para conter ataques de grande volume, sendo eles de origem nacional ou internacional. Entende-se por infraestrutura própria de mitigação a existência de equipamentos instalados no backbone da CONTRATADA com objetivo de bloquear o tráfego malicioso, evitando assim a saturação da banda da Internet e indisponibilidade dos serviços em momentos de ataques DDoS.

Diante disso, questiona-se se caso a empresa vencedora possuir proteção em seu link de ataques DDoS mesmo que através de infraestrutura terceirizada será considerada apta diante dos termos do edital? De certa forma os serviços DDoS passarão pela estrutura própria da empresa vencedora.

RESPOSTA: A propósito da mitigação de ataques DDoS, serão aceitas soluções de infraestrutura terceirizada, desde que atendam todos os requisitos e parâmetros estabelecidos no item 2 do Termo de Referência.

2 - Dúvida da empresa

A CONTRATADA deve ter o seu backbone IP com saída INTERNACIONAL através de conexão direta para os Estados Unidos da América (EUA) ou para o Continente Europeu. Essa saída deve ser composta por uma ou mais conexões "ponto a ponto" entre o backbone IP do provedor do AS (Access Server) remoto, sem backbones intermediários.

A questão de não haver backbones intermediários é relativa e direciona o objeto para pouquíssimas empresas dependendo da interpretação dada ao texto. Somente operadoras com capilaridade nacional e detentoras do consórcio de fibra sumarina até Miami teriam essa

capacidade e mesmo assim o link passaria por uma infinidade de roteadores até seu destino internacional.

Porém empresas detentoras da conexão direta comercializam seus link em Santa Catarina suprimindo a necessidade de conexão internacional, porém passando por mais de um backbone o que é imperceptível na navegação. Entendo que pelo texto acima a empresa que dispuser de conexão internacional contratada diretamente com empresa que possui destino direto aos EUA possui conexão direta sem backbones intermediários. Procede nosso entendimento?

Do contrário o edital estaria restrito a um universo pequeno de fornecedores e o resultado da licitação estaria em risco diante do princípio da competitividade e economicidade.

RESPOSTA: Em relação à solicitação de "backbone IP com saída internacional", é sabido que o "backbone" é a espinha dorsal da internet e por onde passa todo o tráfego de sinais que interliga os pontos de presença. As características técnicas, constantes no objeto, buscam encontrar empresas que proporcionem um serviço com o máximo grau de resiliência e, neste cenário, é completamente plausível exigir conectividade direta com pelo menos um dos dois pontos principais do Backbone Internet (Europa e Estados Unidos).

Considerando também que no mercado atual muitos provedores atuam como trânsito para outros compete requerer que a prestadora pos-sua um throughput adequado com tal cenário, seja no contexto de conexões nacionais quanto internacionais.

Além disso, entendemos que as empresas que possuem conexões internacionais diretas apresentarão uma solução mais robusta, pois terão mais opções de rotas, aumentando assim a resiliência e a disponibilidade do serviço.

Ante o exposto, discordamos das alegações da pretensa licitante no tocante ao "risco diante do princípio da competitividade e economicidade" pois, como é de conhecimento coletivo, as exigências contidas no edital são praticadas por outros órgãos públicos e, ademais, vários fornecedores no âmbito nacional possuem a capacidade e a expertise necessárias para atendê-lo.

São José/SC, 24 de junho de 2020.

Bruno Gabriel Mello Machado

Pregoeiro - CMSJ

PEDIDO DE ORÇAMENTO - PROC. ADM 095/2020

Publicação Nº 2543754

PEDIDO DE ORÇAMENTO

A Câmara Municipal de São José, inscrita sob o CNPJ nº 83.708.248/0001-39, com sede a Praça Arnaldo de Souza, 38, Bairro Centro, São José/SC, em conformidade com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação aplicável, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação (CPL), comunica que, diante da pretensão de contratar de empresa especializada na área de engenharia para prestação de serviços técnicos em telecomunicação na área de radiodifusão conforme escopo abaixo, estará recebendo orçamentos até o dia 03/07/2020;

Escopo das atividades a serem desenvolvidas:

- Atuar como Responsável Técnico da operação da Estação Transmissora de TV Digital da Rede Legislativa do município perante o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Telecomunicações (MCTIC) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- Manter disponível e atualizada a documentação comprobatória da autorização e regularidade do Canal de TV Digital em uso;
- Aplicar e manter a padronização dos parâmetros de transmissão em acordo com as Normas Técnicas e padrões da Rede Legislativa;
- Prestar esclarecimentos e informações sobre o "status" da operação do Canal de TV Digital para a Coordenação da Rede Legislativa da Câmara dos Deputados;
- Instruir e orientar a Coordenação de Comunicação Social da Câmara Municipal de São José sobre os aspectos técnicos exigíveis para manter a operação do Canal de TV Digital em regularidade perante os órgãos regulamentadores dos Serviços de Radiodifusão;
- Intermediar junto à Coordenação Técnica e de Engenharia da Rede Legislativa da Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a Coordenação de Comunicação Social da Câmara Municipal de São José, sobre as demandas atualizadas para aplicação na operação do Canal de TV Digital;
- Verificar, periodicamente, a regularidade do cadastro dos serviços de Radiodifusão, Telecomunicações e seus anclares em operação junto os Sistemas de Controle da Anatel, incluindo a emissão de guias com as taxas correspondentes;
- Acompanhar fiscalizações da Agência Nacional de Telecomunicações na Estação Transmissora;
- Orientar o dimensionamento de sistemas técnicos que possibilitem a veiculação dos recursos de acessibilidade para os Serviços de Radiodifusão;
- Verificar as condições de uso e funcionamento, gerando laudos, dos sistemas de alimentação elétrica da estação transmissora e central de produção, propondo a realização de manutenções quando necessário;
- Analisar o funcionamento global de todos os equipamentos existentes e outros a serem adquiridos nos sistemas de produção e gestão de sinal e, se necessário, propor e executar manutenções preventivas, preditivas e corretivas;
- Atender tecnicamente aos chamados realizados pela Coordenação de Comunicação Social da Câmara Municipal de São José, propondo e medidas emergenciais de recuperação do ambiente para correção de falhas que deverão ser adotadas pelo fornecedor proprietário dos equipamentos locados;
- Elaboração de projetos técnicos de sistemas de transmissão e de produção de televisão, laudos e vistorias para adequação, correções e ampliações necessárias no sistema de transmissão da "TV Câmara";
- Elaborar os descritivos técnicos de equipamentos e serviços relacionados a comunicação e radiodifusão a serem adquiridos ou contratados pela Câmara Municipal de São José em caso de aperfeiçoamento e ampliação da Estação de Transmissão, como Televisores; Rádios Comunicadores; Encoders; Equipamentos de Multimídia e Hiperídia; Codificadores e Transcodificadores de Áudio; e outros correlacionados à área de telecomunicações e transmissão;
- Avaliar tecnicamente e prestar auxílio a Coordenação de Comunicação Social da Câmara Municipal de São José durante processos licitatórios de compra e serviços de equipamentos de comunicação, analisando as propostas ofertadas pelos participantes;
- Prestar apoio à equipe de Fiscalização da Câmara Municipal de São José, realizando conferência e análise da qualidade de serviços

relacionados à área de Telecomunicação e Radiodifusão, prestados por empresa(s) contratada(s), indicando as inconsistências apresentadas para aplicação de sanção prevista em contrato ;

- Realização de visita técnica às instalações da Câmara e das estações transmissoras trimestralmente, de acordo com a programação determinada pela Câmara Municipal, apresentando o respectivo relatório de visita técnica ou sempre que houver demanda técnica dos órgãos reguladores;
- Emitir pareceres mensais de medição em serviço(s) contratado(s), assim como o acompanhamento da evolução das atividades, de acordo com os relatórios apresentados pelo fornecedor proprietário dos equipamentos locados, apontando, quando couber, Correção, alteração e/ou adequação das frequências dos receptores de satélite da TV Câmara, em caso de necessidade ou por indicação da Rede Legislativa;
- Verificar periodicamente as condições de funcionamento dos equipamentos de transmissão, analisando se as características técnicas em operação estão em conformidade com as Normas Técnicas vigentes que influenciam diretamente na cobertura de sinal;
- Analisar o fluxo de transporte de dados de radiodifusão e serviços Multiplexados, verificando sua conformidade com os padrões técnicos pré-definidos;
- Aplicar, quando necessário, as modificações de parâmetros do sistema de multiplexação de sinais do sistema de transmissão;
- Verificar as condições de operação dos sistemas de recepção de sinais via satélite dos serviços utilizados na multiprogramação;
- Avaliar o relatório de manutenção de equipamentos de radiodifusão, multimídia e hipermídia de forma periódica elaborada pelo fornecedor proprietário dos equipamentos locados;
- Monitorar o funcionamento dos equipamentos de transmissão através na análise de logs entregue pelo fornecedor proprietário dos equipamentos locados;
- Execução de outros serviços solicitados pela contratada correlatos ao objeto contratado.

Modo de Execução dos Serviços

Os serviços serão prestados de forma prioritária, nas dependências da Câmara Municipal de São José, e, eventualmente, na sua Torre de Transmissão, sendo a principal localizada no Morro da Cruz, em Florianópolis, e a complementar no Morro São Luiz, em São José, A CONTRATANTE disponibilizará um local de trabalho para prestação desse serviço em suas dependências, sendo que caberá à CONTRATADA o fornecimento dos equipamentos e softwares necessários para o desenvolvimento das atividades.

Requisitos de Qualificação Mínima Exigida

Antes do início da execução do contrato, a CONTRATADA deverá comprovar:

- O profissional indicado pela CONTRATADA para a prestação dos serviços deve ter curso superior completo em Engenharia (Elétrica ou Eletrônica ou Computação ou Telecomunicação), com diploma registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA de qualquer região;
- Possuir NR10 e NR35;

Para Engenharia Elétrica ou Eletrônica, exclui-se a necessidade de apresentar certificado de NR10, devido às características da formação acadêmica, ou seja, legalmente habilitados.

- Experiência comprovada por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que o profissional executou ou está executando serviço de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, que comprove a parcela relevante de serviços técnicos na área de radiodifusão;
- Demonstração de experiência do profissional que comprove o exercício de atividades compatíveis com serviços de radiodifusão.

Visitas técnicas poderão ser realizadas na sede da Câmara de São José (Praça Arnaldo de Souza, 38. Centro - São José - SC), das 13h às 19h.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no e-mail claudia@cmsj.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3029 1327.

AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV

DECRETO 13411/2020

Publicação Nº 2543771

DECRETO Nº 13411/2020

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 001773/2020 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 05/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por tempo de contribuição e idade, pelo Fundo Financeiro, para a servidora MARIA DA GLORIA FELETI WALTRICK, matrícula 5284-1, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Saúde Pública, lotada na Secretaria da Casa Civil, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de horas normais, quinquênio e insalubridade, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de junho 2020.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

RODRIGO JOÃO MACHADO

Presidente e.e.

DECRETO 13412/2020

Publicação Nº 2543772

DECRETO Nº 13412/2020
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 001027/2020 e com base no artigo 40º § 1º, inciso III, alínea "b" da CF, e art 25. da Lei Complementar nº 05/2002,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por idade, pelo fundo financeiro, para o servidor AYRTON LUIZ BALSEMÃO, matrícula 15.360-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Ônibus e Micro ônibus, lotado na Secretaria de Assistência Social, com proventos proporcionais a 57,61% (cinquenta e sete virgula sessenta e um por cento), da média dos salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10 de junho de 2020.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal
RODRIGO JOÃO MACHADO
Presidente e.e.

DECRETO 13413/2020

Publicação Nº 2543774

DECRETO Nº 13413/2020
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 001044/2020 e com base no artigo 40º § 1º, inciso III, alínea "b" da CF, e art 25. da Lei Complementar nº 05/2002,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por idade, pelo fundo financeiro, para a servidora SALETE LOHN MENEZES, matrícula 13.517-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Artesanato, lotada na Secretaria de Educação, com proventos proporcionais a 54,26% (cinquenta e quatro virgula vinte e seis por cento), da média dos salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2020.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal
RODRIGO JOÃO MACHADO
Presidente e.e.

DECRETO 13414/2020

Publicação Nº 2543775

DECRETO Nº 13414/2020
CONCEDE PENSÃO POR MORTE NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 11743/2019 e com base no artigo 40, §7º, II, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder Pensão por Morte, pelo Fundo Previdenciário, a Sra. EUNICE MEGUMI WATANABE, companheira do ex-servidor BRUNO GUILHERME SEEMANN, matrícula 1.831-7, falecido em 03/12/2019, no valor correspondente a totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, sendo 100% (cem por cento) de pensão, a contar de 04/12/2019, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04/12/2019.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal
RODRIGO JOÃO MACHADO
Presidente e.e.

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 087/2020/SF

Publicação Nº 2544190

DECRETO Nº 087/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.147 MANUTENÇÃO DO PROCON

"214"3.3.90.00.00.1.0080 Aplicações Diretas R\$13.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 13.000,00 (treze mil reais), Recursos transferências de convênios municípios, fonte 1.080.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 088/2020/SF

Publicação Nº 2544193

DECRETO Nº 088/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

05 DEPTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

2.057 MANUTENÇÃO DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS

"78"3.1.90.00.00.1.3085 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), Recursos AFM – Assistência Social e Saúde, fonte 1.3085.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 089/2020/SF

Publicação Nº 2544195

DECRETO Nº 089/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 376.000,00 (trezentos e setenta e sete mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

02 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO

2.002 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO

"215" 3.1.90.00.00.1.3084 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

01 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

2.005 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

"316" 3.1.90.00.00.1.3084 Aplicações Diretas R\$37.000,00

05 SECRETARIA DA FAZENDA

02 DEPTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

2.016 DEPTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

"217" 3.1.090.00.00.1.3084 Aplicações Diretas R\$26.000,00

08 SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.029 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"218" 3.1.90.00.00.1.3084 Aplicações Diretas R\$60.000,00

10 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

"219" 3.1.90.00.00.1.3084 Aplicações Diretas R\$21.000,00

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

2.041 MANUTENÇÃO DO DEPTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR

"220" 3.1.90.00.00.1.3084 Aplicações Diretas R\$192.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 376.000,00 (trezentos e setenta e seis mil reais), Recursos AFM - Livre, fonte 1.3084.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 090/2020/SF

Publicação Nº 2544198

DECRETO Nº 090/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"80"3.1.90.00.00.1.0018 Aplicações Diretas R\$1.100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), Recursos Fundeb 40% e 60%Fonte 1.0018 e 1.0019, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"82"3.3.90.00.00.1.0019 Aplicações Diretas R\$1.100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 091/2020/SF

Publicação Nº 2544200

DECRETO Nº 090/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"80"3.1.90.00.00.1.0018 Aplicações Diretas R\$1.100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), Recursos Fundeb 40% e 60%Fonte 1.0018 e 1.0019, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL DO MAG - FUNDEB

"55"3.3.90.00.00.1.0019 Aplicações Diretas R\$100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 092/2020/SF

Publicação Nº 2544201

DECRETO Nº 092/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL DO MAG - FUNDEB
"54"3.1.90.00.00.1.0018 Aplicações Diretas R\$145.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), Recursos Fundeb 60%, fonte 1.1.018.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 093/2020/SF

Publicação Nº 2544202

DECRETO Nº 093/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA
01 DPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
2.030 MANUTENÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL
"100 "3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), Recursos

Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.030 MANUTENÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL

"101"3.3.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 094/2020/SF

Publicação Nº 2544203

DECRETO Nº 094/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.103 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS

"222"3.1.90.00.00.1.0052 Aplicações Diretas R\$56.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), Recursos Proteção Social - União, fonte 1.0052

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 095/2020/SF

Publicação Nº 2544206

DECRETO Nº 095/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 20.073,18 (vinte mil e

setenta e três reais e dezoito centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

"223"3.1.90.00.00.1.3085 Aplicações Diretas R\$ 20.073,18

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 20.073,18 (vinte mil e setenta e três reais e dezoito centavos), Recursos AFM – Assistência Social e Saúde, fonte 1.3085.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 096/2020/SF

Publicação Nº 2544209

DECRETO Nº 096/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso III do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

0.004 APOSENTADOS E PENSIONISTAS

"221"3.1.90.00.00.3.0000 Aplicações Diretas R\$70.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), Recursos Ordinários, fonte 3.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 009/2020

Publicação Nº 2544119

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO – ESTADO DE SANTA CATARINA Nº 09/2.020

“DISPÕE SOBRE REVISÃO E ALTERAÇÃO NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Emenda a Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro - SC:

Art. 1º Altera o artigo 6 no seu “parágrafo 1º” da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º (...)

§ 1º Os distritos serão criados, organizados, suprimidos ou fundidos por lei de iniciativa do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou dos cidadãos, após consulta plebiscitária à população diretamente interessada, observadas a Constituição Federal e a Constituição Estadual.”

Art. 2º Altera o artigo 10 nos seus “incisos XVII e XXX” da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 (...)

XVII - manter programas de educação infantil e de ensino fundamental, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado;

(...)

XXX - amparar, de modo especial, os idosos e às pessoas com deficiência.”

Art. 3º Altera o artigo 11 no seu “inciso IV” da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 (...)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em quaisquer de suas formas;”

Art. 4º Altera o artigo 13 “caput e inciso VI” da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município e especialmente sobre:

(...)

VI - concessão de auxílios, subvenções e contribuições;”

Art. 5º Altera o artigo 14 no seu “inciso VIII e parágrafo 1º” da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14 (...)

VIII - criar comissões parlamentares, permanentes, temporárias e especiais;

(...)

§ 1º A Câmara de Vereadores delibera mediante resoluções e decretos legislativos.”

Art. 6º Altera o artigo 15 no seu “parágrafo 2º” da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15 (...)

§ 2º No ato da posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar-se. Na mesma ocasião e anualmente, inclusive ao término do mandato, deverão fazer declaração de seus bens.”

Art. 7º Altera o artigo 26 no seus “incisos III e IX” da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26 (...)

III - elaborar e enviar ao Prefeito Municipal, até 15 (quinze) dias de antecedência, observando os prazos previstos no artigo 174, o orçamento da Câmara para o exercício subsequente;

IX - publicar listagem dos funcionários da Câmara, com seus respectivos cargos e remuneração, esta inclusive dos Vereadores.”

Art. 8º Altera o artigo 27 no seu “inciso VIII” da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27 (...)

VIII – publicar o balancete relativo aos recursos recebidos e às despesas ;”

Art. 9º Altera o artigo 29 “caput e parágrafo 3º” da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29 Independentemente de convocação, a sessão legislativa anual desenvolve-se de 01 de fevereiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

(...)

§ 3º A Câmara se reunirá em reuniões ordinárias, extraordinárias, solenes e remotas, quando for o caso, conforme dispuser o seu regimento interno, e as remunerará de acordo com o estabelecido na legislação específica.”

Art. 10 Altera o artigo 32 “caput e parágrafo 3º” da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32 A convocação extraordinária da Câmara no período ordinário será feita pelo Presidente e, nos recessos pelo Prefeito, mediante requerimento ao Presidente da Câmara de Vereadores, ou a requerimento da maioria absoluta dos Vereadores, em caso de urgência ou interesse público relevante, com notificação pessoal e escrita aos Vereadores com antecedência mínima de vinte e quatro horas.

(...)

§ 3º A reunião extraordinária não será remunerada.”

Art. 11 Altera o artigo 33 “caput e parágrafo 2º, inciso III” da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33 A Câmara terá comissões permanentes, temporárias e especiais, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar a sua criação.

(...)

§ 2º (...)

III - convocar Secretários Municipais, bem como demais servidores públicos, para prestar informações sobre assuntos inerentes as suas atribuições;

Art. 12 Altera o artigo 35 no seu "inciso V" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 35 (...)

V - resoluções."

Art. 13 Altera o artigo 37 no seu "parágrafo único, incisos V, VII e VIII" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37 (...)

Parágrafo único: (...)

V – Lei da Vigilância Sanitária; (...)

VII - zoneamento urbano e direitos suplementares de uso, parcelamento e ocupação do solo, Lei dos Bairros;

VIII – Lei da Guarda Municipal"

Art. 14 Altera o artigo 40 no seu "inciso VI" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40 (...)

VI - aberturas de créditos, concessão de auxílios, subvenções e contribuições."

Art. 15 Altera o artigo 49 nos seus "incisos I, III e V" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49 (...)

I – Ao Tribunal de Contas do Estado, emitir parecer prévio sobre as contas que o Prefeito Municipal deve prestar anualmente, incluídas nestas as da Câmara Municipal, nos termos e prazos definidos em legislação específica;

(...)

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como os de concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão ou função de confiança;

(...)

V - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos recebidos da administração direta e indireta, decorrentes de convênio, acordo, ajuste, auxílio e contribuições, ou outros atos análogos;"

Art. 16 Altera o artigo 54 no seu "parágrafo 1º" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 54 (...)

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal, sob pena de responsabilidade solidária."

Art. 17 Altera o artigo 55 caput e "inciso I" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 55 As contas da administração direta e indireta municipal serão submetidas ao sistema de controle externo, mediante disponibilização eletrônica ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal, dos seguintes documentos:

I - até quinze dias após o encerramento do exercício financeiro, as leis estabelecendo o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual em vigor;"

Art. 18 Altera o artigo 62 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 62 São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Prefeito e quem houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito, ressalvadas as hipóteses legais para os casos de reeleição."

Art. 19 Altera o artigo 69 nos seus "inciso XXX e XXXVII" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 69 (...)

XXX - executar o orçamento de acordo com o cronograma mensal de desembolso e com as metas bimestrais de arrecadação;

(...)

XXXVII - disponibilizar em meio eletrônico, à Câmara Municipal, listagem dos servidores do Executivo contendo nome, cargo remuneração, assim como da remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito."

Art. 20 Altera o artigo 81 no seu "inciso II e parágrafos 4º e 5º" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 81 (...)

II - administração indireta: Fundacional e Autárquicas, entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

(...)

§ 4º Os atos municipais que produzem efeitos externos serão publicados em órgão oficial do Município e em site oficial do Município;

§ 5º REVOGADO."

Art. 21 Altera o artigo 82 "caput, parágrafo 5º" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 82 A administração municipal, direta ou indireta obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade.

(...)

§ 5º O Município terá livros ou outro sistema que adotar, necessários a seus serviços, segundo a lei que assim o estabelecer".

Art. 22 Altera o artigo 84 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 84 Qualquer munícipe poderá levar ao conhecimento da autoridade municipal, irregularidades ou abusos de poder imputável a qualquer agente público, cumprindo ao servidor, que o receber, o dever de fazê-lo perante seu superior hierárquico, para as providências e correções pertinentes."

Art. 23 Altera o artigo 86 no seu "inciso III" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 86 (...)

III – REVOGADO."

Art. 24 Altera o artigo 88 no seu "parágrafo 3º, incisos V e VI, e parágrafo 5º, inciso I" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 88 (...)

§ 3º (...)

V- estabelecerá política de pessoal;

VI – operações de crédito.

(...)

§ 5º (...)

I - a abertura de créditos suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do montante das respectivas dotações orçamentárias;"

Art. 25 Altera o artigo 89 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 89 O exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual, assim como a normatização da gestão financeira e patrimonial da administração pública, e as condições para a instituição e funcionamento de fundos observará o disposto no artigo 174."

Art. 26 Altera o artigo 91 no seu "parágrafo 2º" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 91 (...)

§ 2º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, e, inclusive, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000)."

Art. 27 Altera o artigo 95 no seu "parágrafo único" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 95 (...)

Parágrafo único. As arrecadações das receitas próprias do Município poderão ser feitas através da rede bancária privada."

Art. 28 Altera o artigo 96 no seu "parágrafo único" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 96 (...)

Parágrafo único. O Poder Executivo publicará, quadrimensalmente e semestralmente o relatório resumido da execução orçamentária, e divulgará mensalmente o montante dos tributos arrecadados e os recursos recebidos no mês anterior."

Art. 29 Altera o artigo 99 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 99 Servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público criado por lei, de provimento efetivo, temporário ou em comissão, com denominação, função e vencimento próprio, número certo e pagamento pelo erário."

Art. 30 Altera o artigo 101 nos seus "incisos II, VI, VII, X, XI e parágrafo 1º" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 101 (...)

II - irredutibilidade do salário ou vencimento;

(...)

VI - salário família de acordo com a legislação específica nacional para o benefício;

VII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias ou quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, na forma da lei, conquanto respeitada a irredutibilidade do salário ou vencimento, não se aplicando esta limitação de duração de trabalho nos casos de sistema de prestação de serviços em regime de plantão, sobreaviso ou revezamento;

(...)

X - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais sobre a remuneração ou vencimento normal;

XI - licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e salário, com duração de, no mínimo, cento e vinte dias, bem como licença paternidade, nos termos fixados em lei;

(...)

§ 1º O Município estabelecerá, em lei, o regime previdenciário de seus servidores."

Art. 31 Altera o artigo 103 no seu "parágrafo 2º" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 102 (...)

§ 2º O Município poderá editar lei regulamentadora dos concursos públicos municipais;"

Art. 32 Altera o artigo 103 "caput e parágrafo 4º" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 103 São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

(...)

§ 4º O servidor municipal concursado, estável, terá direito a licença sem vencimentos, na forma estatutária."

Art. 33 Altera o artigo 105 no seu "inciso IV, alínea c" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual

passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 105 (...)

IV – (,,)

c) de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas."

Art. 34 Altera o artigo 107 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 107 Os cargos públicos serão criados por lei, que fixará sua denominação, padrão de vencimentos, condições de provimento para seus ocupantes."

Art. 35 Altera o artigo 109 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 109 O Município poderá instituir contribuição a ser cobrada de seus servidores, para implantação e custeio de sistema de lazer."

Art. 36 Altera o artigo 111 no seu "inciso IX" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 111 (...)

IX - tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de até pequeno porte."

Art. 37 Altera o artigo 118 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 118 O ensino oficial do Município será gratuito e atuará prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental."

Art. 38 Altera o artigo 119 nos seus "incisos I, IV, VII, VIII e XII" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 119 (...)

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, e educação infantil a partir dos 04 anos;

(...)

IV - atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino;

(...)

VII - noções de educação para trânsito nos programas de ensino fundamental;

VIII - conteúdos programáticos voltados para a formação associativa e cooperativista;

(...)

XII - oportunizar o funcionamento de creches, para o atendimento de crianças, de zero a três anos, facultativamente;"

Art. 39 Altera o artigo 120 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 120 O Município manterá o Conselho Municipal de Educação incumbido de normatizar e fiscalizar o sistema municipal de ensino, cujas atribuições e composições serão definidas em lei."

Art. 40 Altera o artigo 122 no seu "inciso I" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 122 (...)

I - transporte escolar para alunos da educação básica e educação especial.

Art. 41 Altera o artigo 123 no seu "parágrafo único" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 123 (...)

Parágrafo único. O Município na forma da lei poderá prestar assistência financeira às fundações educacionais de ensino superior, escolas agrícolas e casas familiares rurais da região, que se fará mediante convênios e concessão de bolsas de estudo para alunos."

Art. 42 Altera o artigo 128 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 128 Para o cumprimento do artigo anterior, o Município manterá o Conselho Municipal de Saúde, cujas atribuições e composição serão definidas em lei."

Art. 43 Altera o artigo 132 nos seus "incisos XVIII, XIX e XX" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 132 (...)

XVIII - a formação de consciência sanitária individual, nas primeiras idades, através das séries iniciais do ensino fundamental;

XIX - a implantação do programa de água potável na propriedade rural, na forma que a lei determinar;

XX – REVOGADO."

Art. 44 Altera o artigo 136 nos seus "incisos III e IV" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 136 (..)

III - a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, e a promoção de sua integração à vida comunitária;

IV – REVOGADO."

Art. 45 Altera o artigo 137 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 137 Na prestação de serviços de assistência social, o Município dará prioridade à infância, à adolescência e idosos em situação de abandono e risco social."

Art. 46 Altera o artigo 141 no seu "inciso II e parágrafo único no seu inciso III" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 141 (...)

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e para o desporto inclusivo;"

"Parágrafo único: (...)

III - o desenvolvimento de práticas desportivas para pessoas com deficiência;"

Art. 47 Altera o artigo 148 no "parágrafo 2º" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 148 (...)

§ 2º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização;"

Art. 48 Altera o artigo 151 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 151 O Poder Público promoverá avaliação da política de desenvolvimento urbano e seus resultados."

Art. 49 Altera o artigo 152 nos "incisos I e II" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 152 (...)

I - segurança e conforto dos passageiros, garantindo em especial, acesso às pessoas com deficiência;

II - garantia de gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de sessenta anos e a de uma passagem mensal de ida e volta aos idosos aposentados residentes no interior do Município;"

Art. 50 Altera o artigo 152 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 152-A A lei disporá sobre:"

Art. 51 Altera o artigo 158 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 158 O Município poderá criar entidade dotada de personalidade jurídica de direito público ou privado e/ou poderá firmar convênios e parcerias, com a finalidade de prestar serviços na área rural."

Art. 52 Altera o artigo 167 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 167 O Município, diretamente ou em convênio com o Estado, apoiará técnica e financeiramente a atuação de entidades na defesa civil."

Art. 53 Altera o artigo 168 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 168 O Município, desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental."

Art. 54 Revoga o artigo 169 da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 169 REVOGADO."

Art. 55 Altera o artigo 170 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 170 O Poder Executivo enviará à Câmara projetos de lei dispondo sobre reforma administrativa, reclassificação, criação e extinção de cargos públicos, planos de carreira de seu pessoal e estatuto do servidor, sempre que necessário."

Art. 56 Revoga o artigo 171 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 171 REVOGADO."

Art. 57 Altera o artigo 172 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 172 O Município poderá conceder anualmente, à Sociedade Beneficente Hospitalar Cedro auxílio pecuniário para a manutenção de suas necessidades."

Art. 58 Altera o artigo 174 nos "incisos I, II, III e Parágrafo 1º, incisos I, II e III" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 174 (...)

I - O Plano Plurianual será encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores de São José do Cedro até o dia 31 de agosto do primeiro ano do mandato;

II - A Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhada à Câmara Municipal de Vereadores de São José do Cedro até o dia 15 de abril de cada exercício;

III - A Lei Orçamentária Anual será encaminhada à Câmara Municipal de Vereadores de São José do Cedro, pelo Poder Executivo Municipal até quatro (04) meses antes do encerramento do exercício.

§ 1º (...)

I - O Plano Plurianual, até o encerramento da sessão legislativa;

II - A Lei de Diretrizes Orçamentária, até encerramento do primeiro período da sessão legislativa;

III - A Lei Orçamentária Anual, até o encerramento da sessão legislativa;"

Art. 59 Revoga o artigo 175 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 175 REVOGADO."

Art. 60 Revoga o artigo 176 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 176 REVOGADO."

Art. 61 Altera o artigo 177 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 177 O Município poderá criar Espaço Cultural."

Art. 62 Altera o artigo 178 "caput" da Lei Orgânica Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 178 O Município mandará imprimir quinhentos exemplares desta Lei Orgânica para distribuição gratuita às escolas e associações

representativas.”

Art. 63 Esta emenda entrará em vigor da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 DE JUNHO DE 2020.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

IDENE PAULI,
Secretária Municipal de Saúde.

MAURO WEBER,
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

MARCOS AURÉLIO BORTOLOTO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

VERA REGINA CERIOLO COSTA,
Secretária Municipal da Fazenda e
Administração.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

JACIR ANTONIO CICONETI,
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.75/2020

Publicação Nº 2544151

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº75/2020

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº75/2020, Edital de Pregão Nº75/2020, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA UM SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, com SERVIÇO DE AUXÍLIO, CORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO, PARA FINS DE LANÇAMENTO, DIVULGAÇÃO E REALIZAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS ELETRÔNICOS E PRESENCIAIS DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 13/07/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, no horário de expediente, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO Nº 004/2020/CME

Publicação Nº 2543336

RESOLUÇÃO Nº 004/CME, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 003/CME QUE TRATA DO REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES ESCOLARES NÃO PRESENCIAIS NO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC, PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO CALENDÁRIO LETIVO DO ANO DE 2020, COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regimento Interno deste Conselho e por deliberação da Sessão Plenária do dia 26 de junho de 2020, e

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020 e institui regime de quarentena para diversas atividades, dentre

elas a circulação de veículos de transporte coletivo urbano de passageiros;
CONSIDERANDO a edição do Decreto Estadual nº 587, de 30 de abril de 2020 que suspendeu as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, por tempo indeterminado;
CONSIDERANDO o Ofício nº 140/2020, da Corregedoria-Geral de Justiça, que sugere aos membros do Ministério Público a expedição de recomendações aos Municípios com o objetivo de assegurar a aplicação de medidas de distanciamento social e circulação de pessoas;
CONSIDERANDO que estudos demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO as últimas informações disponibilizadas em reunião técnica pelo Ministério da Saúde no dia 13/03/2020;
CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO as competências municipais estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como, a necessidade de estabelecer recomendações e determinações em face do atual cenário de emergência de saúde pública, entre elas garantir o direito a educação e saúde;
CONSIDERANDO o disposto no artigo nº 205 da Constituição Federal de 1988, indicando que a educação é direito de todos e dever do estado e da família e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 4º consagra como dever do Estado com educação escolar pública e sua efetivação mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade além de assegurar o atendimento educacional, durante o período de internação para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado;

CONSIDERANDO que a LDB, em seu art. 11, estabelece a autonomia dos municípios e a possibilidade de baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

CONSIDERANDO que a LDB, em seu artigo 23, § 2º, estabelece que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem redução do número de horas letivas nela previsto;

CONSIDERANDO que a LDB estabelece como número mínimo de dias letivos a serem cumpridos pelas instituições e redes de ensino, para a educação básica, uma carga horária mínima anual de 800(oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200(duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver, sendo que é exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) para a pré-escola e de 75% nas outras etapas;

CONSIDERANDO que a LDB, em seu artigo 32, § 4º, dispõe que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância é utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 9.057, 25 de maio de 2017 que regulamenta o art. 80 da LDB, estabelece como situação emergencial nos termos do § 4º do art. 32, as pessoas que estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial, o que se enquadra perfeitamente na situação de emergência em saúde pública na qual nos encontramos;

CONSIDERANDO que a LDB, em seu artigo 80 e § 3º, preveem que o Poder Público deve incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;

CONSIDERANDO o artigo nº 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;
CONSIDERANDO as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, bem como, a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

CONSIDERANDO que em aplicação conjugada da Lei 11.738/2008 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aquela veio determinar qual a parcela mínima de carga horária do professor deve ser reservada a estudos, planejamento e avaliação;

CONSIDERANDO que o trabalho a distância é realidade presente no mundo laboral, apoiado pelo desenvolvimento tecnológico e instrumental da informática e das telecomunicações no processo produtivo, e adaptando-se à nova organização social a CLT foi alterada pela Lei 12.551/2011, passando a prever, seu art. 6º, a não distinção entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego;

CONSIDERANDO a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

CONSIDERANDO que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

CONSIDERANDO a ADPF nº 672 emitida pelo Ministro do STF, Alexandre de Moraes onde decide: "ASSEGURANDO O EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA CONCORRENTE DOS GOVERNOS ESTADUAIS E DISTRITAL E SUPLEMENTAR DOS GOVERNOS MUNICIPAIS, cada qual no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus respectivos territórios, para a adoção ou manutenção de medidas restritivas legalmente permitidas durante a pandemia, tais como, a imposição de distanciamento/isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, sendo assim cabe ao município garantir de todas as formas que os direitos a Educação e a Saúde não sejam violados";

CONSIDERANDO que a Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, em seu art. 1º, dispensa, em caráter excepcional, o estabelecimento de ensino da educação básica da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumprida

a carga horária mínima anual;

CONSIDERANDO a nota de esclarecimento emitida pelo conselho nacional de educação, em 18 de março de 2020, contendo orientações aos sistemas e aos estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do covid-19;

CONSIDERANDO a emissão de Parecer pelo CNE/CP 5/2020, que solidifica o dever dos entes municipais de garantir o direito a educação das crianças e jovens catarinenses diante da excepcionalidade e que a possibilidade de longa duração da suspensão das atividades escolares presenciais por conta da pandemia da COVID-19 poderá acarretar em dificuldade para reposição de forma presencial da integralidade das aulas suspensas ao final do período de emergência, com o possível comprometimento também do calendário escolar de 2021 e, eventualmente, também de 2022, e pelos possíveis retrocessos do processo educacional e da aprendizagem aos estudantes submetidos a longo período sem atividades educacionais regulares, tendo em vista a indefinição do tempo de isolamento;

CONSIDERANDO que conforme o Parecer do CNE/CP 5/2020, este ressalta que a legislação educacional e a própria Base Nacional Comum Curricular v- BNCC, admitem diferentes formas de organização da trajetória escolar;

CONSIDERANDO que conforme Parecer do CNE/CP 5/2020, a gestão do calendário e a forma de organização, realização ou reposição das atividades acadêmicas e escolares é de responsabilidade dos sistemas e redes ou instituições de ensino;

CONSIDERANDO que conforme Parecer do CNE/CP 5/2020 e considerando a possibilidade de uma longa duração do período de emergência, podem haver dificuldades para uma reposição que não impacte o calendário de 2021 e que também não acarrete retrocesso educacional para os estudantes, recomenda-se que sejam permitidas formas de reorganização dos calendários utilizando mais de uma alternativa de forma coordenada, e a realização de atividades pedagógicas não presenciais visa em primeiro lugar que se evite retrocesso de aprendizagem por parte dos estudantes e a perda do vínculo com a escola o que pode levar à evasão e abandono.

CONSIDERANDO que conforme Parecer do CNE/CP 5/2020, a realização das atividades pedagógicas não presenciais não se caracteriza pela mera substituição das aulas presenciais e sim pelo uso de práticas pedagógicas mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação que possibilitem o desenvolvimento de objetivos de aprendizagem e habilidades previstas na BNCC, currículos e propostas pedagógicas passíveis de serem alcançados através destas práticas;

CONSIDERANDO que conforme Parecer do CNE/CP 5/2020 as atividades pedagógicas não presenciais podem acontecer por meios digitais (vídeo aulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros), por meio de programas de televisão ou rádio, pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuídas aos alunos e seus pais ou responsáveis e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos;

CONSIDERANDO que conforme Parecer do CNE/CP 5/2020, em razão da carga horária mínima obrigatória prevista na LDB e por não haver previsão legal nem normativa para oferta de educação a distância, nem mesmo em situação de emergência e diante da excepcionalidade da situação, a simples reposição de carga horária na forma presencial ao final do período de emergência poderá esbarrar na indisponibilidade de espaço físico necessário e da carência de profissionais da educação para uma eventual ampliação da jornada escolar diária e ainda que os dispositivos estabelecidos no artigo 31 da LDB ao delimitar frequência mínima de 60% da carga horária obrigatória, como uma possibilidade real de flexibilização para reorganização, ainda que de forma mínima, do calendário de educação infantil, a ser definido pelos sistemas de ensino no contexto atual de excepcionalidade imposto pela pandemia, sugerindo assim, a realização de atividades não presenciais nesta etapa pelo desenvolvimento de interação entre professores e pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais;

CONSIDERANDO que conforme Parecer do CNE/CP 5/2020 sobre as condições de atendimento da educação infantil, com a manutenção de atividades não presenciais nesta etapa evitar-se-ia a necessidade de reposição ou prorrogação do atendimento ao fim do período de emergência, acompanhando tão somente o mesmo fluxo das aulas da rede de ensino como um todo, quando do seu retorno;

CONSIDERANDO que conforme Parecer do CNE/CP 5/2020, a reposição de carga horária exclusivamente de forma presencial, ao fim do período de emergência, pode acarretar diversas dificuldades, dentre elas as operacionais para se encontrar datas ou períodos disponíveis para reposição de aulas presenciais, podendo acarretar em prejuízo também do calendário escolar de 2021; dificuldades das famílias para atendimento das novas condições de horários e logísticas; dificuldades de uso do espaço físico nas escolas que tenham um aproveitamento total de seus espaços nos diversos turnos; dificuldades administrativas dependendo do impacto financeiro dos custos decorrentes dos ajustes operacionais necessários; e dificuldades trabalhistas envolvendo contratos de professores, questões de férias, entre outros;

CONSIDERANDO, por fim, que um longo período de reposição de carga horária utilizando sábados, feriados, períodos de recesso escolar e férias, pode acarretar uma sobrecarga de trabalho pedagógico tanto para estudantes quanto para professores, com prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem.

RESOLVE

Art. 1º. Ficam prorrogados os efeitos da Resolução Nº 003/CME de 27 de maio de 2020, que trata do Regime Especial de Atividades de Aprendizagem Não Presenciais no Sistema Municipal de Ensino de São José do Cedro – SC, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID -19) até 31 de julho do corrente ano.

Art. 2º. O interregno de que trata o Art.3º da Resolução Nº 003/CME fica dilatado para 1º de julho até 31 de julho, podendo ser prorrogado mediante orientações e determinações oriundas do chefe do Poder Executivo sobre as atuais condições gerais da situação do Coronavírus, bem como de normativas explícitas neste documento, poderá sofrer alterações, com a revogação de dispositivos, se necessário for, para atender a demanda do momento.

Art. 3º. A presente Resolução passa a vigorar a partir da data do dia 1º de julho de 2020.

Douglas César Patel
Presidente do Conselho

Sandra Claudete Kunzler
Secretária do Conselho

São José do Cedro, 26 de junho de 2020.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2020 - SRP - 053/2020

Publicação Nº 2544234

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/07/2020, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2020. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2020. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ADITIVOS, FILTROS, ÓLEO E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DOS CAMINHÕES PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 29 de Junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.741, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2543387

DECRETO Nº 6.741, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a dispensa de atualização do valor da terra nua rural, base de cálculo do Imposto Territorial Rural, de que trata a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil IN RFB nº 1877/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e com fundamento no artigo 3º, inciso I, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020 c/c os artigos 65, § 1º, III e 14, ambos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

CONSIDERANDO a IN RFB nº 1877/2019 que estabelece, em seu artigo 9º, § 1º, a obrigatoriedade do envio da avaliação do valor da terra nua rural para a Receita Federal do Brasil, aos municípios em geral, para fins de arbitramento da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), na hipótese prevista no art. 14 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996;

CONSIDERANDO que o Município de São Lourenço do Oeste não firmou convênio com a Receita Federal do Brasil, a respeito do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);

CONSIDERANDO que os municípios sem convênio firmado não estão sujeitos a penalidade tributária específica pelo não envio da avaliação do valor da terra nua rural para a Receita Federal do Brasil;

CONSIDERANDO o momento crítico enfrentado pela população em geral, em vista da Pandemia de COVID-19, onde os recursos financeiros são cada vez mais escassos;

CONSIDERANDO que durante o estado de calamidade pública decretado para o enfrentamento da Covid-19, além da aplicação do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, ficam afastadas e dispensadas as disposições da referida Lei Complementar e de outras leis complementares, leis, decretos, portarias e outros atos normativos que tratem das condições e vedações previstas no art. 14, no inciso II do caput do art. 16 e no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000" (artigo 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020);

DECRETA:

Art. 1º Fica o Município de São Lourenço do Oeste, dispensado do envio da avaliação do valor da terra nua rural para a Receita Federal do Brasil, de que trata o artigo 9º, § 1º da IN RFB nº 1877 de 14 de março de 2019, com fundamento no artigo 3º, inciso I, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020 c/c os artigos 65, § 1º, III e 14, ambos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2020, DE 29 DE JUNHO DE 2020 - FMS.

Publicação Nº 2544307

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2020, DE 29 DE JUNHO DE 2020 - FMS.

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 018/2017, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 002/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO LOURENÇO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 86.223.864/0001-98.

Objeto: reajustar o Contrato nº 022/2017, de 19/05/2017 (originário do Processo Licitatório nº 018/2017, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 002/2017, cujo objeto consiste na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SÃO LOURENÇO NO ANO DE 2017, PARA PACIENTES ENCAMINHADOS PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE), para que seja acrescido o percentual de 1,88% (um vírgula oitenta e oito por cento), sobre o valor do Contrato nº 022/2017, de 19/05/2017, a título de reajuste, com efeitos a partir da data de assinatura deste instrumento, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - acumulado nos últimos 12 (doze) meses de vigência contratual, considerando o período compreendido entre os meses de maio de 2019 a maio de 2020.

Valor: R\$ 64.270,75 (sessenta e quatro mil, duzentos e setenta reais e setenta e cinco centavos) mensais. E por atendimento excedente, passa a ser de R\$ 464,65 (quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

Rubrica Orçamentária: D - 8/2020 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 - Atenção Básica - Manutenção Da Saúde Pública, Fundo Municipal de Saúde.

Data de Assinatura: 29/07/2019.

Vigência: de 29/06/2020 a 31/12/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Gestor do Fundo Municipal de Saúde e Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Valentim Casagrande de Macedo - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 173/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544281

EXTRATO DO CONTRATO Nº 173/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 075/2020, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 009/2020.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: HIPERPAVI ASFALTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.480.684/0001-18.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE (CBUQ) DAS RUAS: LEOBERTO LEAL, FERNANDO MACHADO, FREI ÂNGELO VALENTIN, JOÃO WALDEMAR HERMES, NASSER YOUNES, WALDEMAR ZANETTE, TRAVESSA SÃO PEDRO, RUAS 'C' E 'J' DO DISTRITO DE SÃO ROQUE, E O ACESSO À COMUNIDADE DE SANTANA DA BELA VISTA, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO DE 23.315,22M², CONFORME PROJETOS ANEXOS AO EDITAL.

Valor: R\$ 2.215.084,63 (dois milhões, duzentos e quinze mil, oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2020 estabelecida pelo Decreto nº 6.480, de 05 de novembro de 2019, que poderá ser de no máximo trinta dias, com recursos Próprios do Município, mediante verificação da regularidade da Contratada, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências. Além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da respectiva Nota Fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações, bem como da folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na obra no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente; também da contribuição prevista no parágrafo segundo do art. 72 da Instrução Normativa MPS nº 971/2009, quando for o caso. No ato do pagamento a Contratada deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas à matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma, sob pena de retenção e regularização por parte da Municipalidade, com respectivo desconto no pagamento.

Recursos Financeiros: Os pagamentos decorrentes da execução do presente Contrato serão realizados à Contratada, através de Recursos Próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, com a seguinte rubrica orçamentária: D - 086/2020 - 09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.00.00.1000 - Pavimentação e Revitalização de Vias Públicas - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 26/06/2020.

Vigência: 25/11/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante, Samuel Piassa Dal Ross pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 174/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544288

EXTRATO DO CONTRATO Nº 174/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 081/2020, Modalidade Concorrência Alienação nº 010/2020.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08, Outorgante VENDEDOR.

Contratada: ANDRÉ TRAMONTIN SAVIO, inscrito no CPF sob o nº 047.595.339-82, doravante denominado de Outorgado COMPRADOR.

Objeto: Imóvel matriculado sob nº 15.777, Lote Urbano nº 47, da Quadra 13 Série "E", com área superficial de 377,08 m², sem benfeitorias, situado no Loteamento Bett III", Município de São Lourenço do Oeste - SC.

Valor: R\$ 87.777,77 (oitenta e sete mil, setecentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos).

Forma de Pagamento: O pagamento dar-se-á por meio de depósito identificado ou Transferência Eletrônica - TED para a conta do Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ 83.021.873/0001-08, no Banco Caixa Econômica Federal: Agência 1884, Conta nº 95-6, operação 006, cujo comprovante ficará juntado ao processo de Concorrência, pelo que dá ao Outorgante plena, geral, rasa e irrevogável quitação dessa

quantia, transferindo, por força deste instrumento, além do domínio, posse, direito e ação que exercia sobre o imóvel, ressalvadas diferenças a apurar.

Data de Assinatura: 26/06/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante, e André Tramontin Savio pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 175/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544296

EXTRATO DO CONTRATO Nº 175/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 069/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 037/2020.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MECANICA ROMANOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.412.710/0001-29.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO COM DESMONTAGEM E MONTAGEM DE MÁQUINAS PESADAS, PARA A MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, NO ANO DE 2020.

Valor: R\$ 37.030,29 (trinta e sete mil, trinta reais e vinte e nove centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2020 estabelecida pelo Decreto nº 6.480, de 05 de novembro de 2019, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, com as seguintes rubricas orçamentárias: D - 113/2020 - 10.01.20.606.4507.2.0 25.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Agricultura - Secretaria Municipal de Agricultura; D - 96/2020 - 09.0 1.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 26/06/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante, e Valdecir Dulcimar Romanoski pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 176/2020, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544300

EXTRATO DO CONTRATO Nº 176/2020, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 127/2020

Origem: Processo Licitatório nº 064/2020, Tomada de Preço p/ Obras e Serv. De Engenharia 011/2020.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: prorrogar o prazo de execução do Contrato nº 127/2020, de 30 de abril de 2020 (originário do Processo Licitatório nº 064/2020, Tomada de Preço p/ Obras e Serv. De Engenharia 011/2020, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE ESPAÇO PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO DE 561,74M², NO CEIM CORA CORALINA NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CONFORME PROJETOS ANEXO, em 30 (trinta) dias cada, tendo em vista a necessidade de finalização dos serviços contratados, conforme justificativa anexa ao presente termo aditivo.

Data de Assinatura: 29/06/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante, e Ailton Pandini pela contratada.

PORTARIA Nº 731, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543848

PORTARIA Nº 731, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, ao Servidor Público Municipal LUCIANO SILVA DOS REIS, ocupante do cargo de AGENTE DE OPERAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, matrícula nº 3671/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 27 de junho de 2020, por período indeterminado.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de junho de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2020.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA DO PREGÃO 22/2020

Publicação N° 2543223

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA-SC
PROCESSO LICITATÓRIO N°22/2020
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS

PRORROGAÇÃO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO PRESENCIAL

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, a PRORROGAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO PRESENCIAL– REGISTRO DE PREÇOS, que tem por finalidade AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO ORIGINAL/GENUINAS E DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO/PARALELAS NOVAS PARA OS VEICULOS E MÁQUINAS DE TODAS AS SECRETARIAS, PARA ENTREGA NO PERÍODO DE 12 MESES, por MOTIVO DE FORÇA MAIOR, sendo assim estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:00 horas do dia 09/07/2020. Maiores informações, poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 07:30 às 11:30. São Miguel da Boa Vista (SC), 29 de junho de 2020. VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.337/2020

Publicação Nº 2543853

DECRETO Nº 9.337/2020

APROVA O REMEMBRAMENTO DOS IMÓVEIS MATRICULADOS NO OFÍCIO DO REGISTO DE IMÓVEIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE SOB Nº 50.295 E Nº 50.296, LOCALIZADOS NO BAIRRO AGOSTINI, PERÍMETRO URBANO DESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LIZETE LTDA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e com base no artigo 3º, inciso IV e artigo 82, § 2º da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), e,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob nº 8438/2020, no qual a empresa Materiais de Construção Lizete LTDA. solicita o remembramento de imóveis de sua propriedade.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento do Lote Urbano nº 02-A, quadra 03, com área de 375,00m², matriculado no Ofício do Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste-SC sob nº 50.295 e do Lote Urbano nº 02-B, quadra 03, com área de 375,00m², matriculado no Ofício do Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste-SC sob nº 50.296, situados na Rua Oiapoc, Loteamento La Salle, bairro Agostini, perímetro urbano deste Município, de propriedade de Materiais de Construção Lizete LTDA, passando de ora em diante a ter a seguinte nomenclatura, dimensões e confrontações:

I – Remembramento

Lote Urbano nº 02, Quadra 03, com área total de 750,00m², de propriedade de Materiais de Construção Lizete LTDA, confrontando-se: ao Norte: com Partes dos Lotes nº 07-B, matriculado sob nº 48.040, nº 07-C matriculado sob nº 38.331 e nº 08-A matriculado sob nº 38.331, por linha seca de 25,00 metros; ao Leste: com o Lote nº 01-A matriculado sob nº 39.767, por linha seca de 30,00 metros; ao Sul: com a Rua Oiapoc, numa extensão de 25,00 metros; ao Oeste: com o Lote Urbano nº 03-B matriculado sob nº 38.331, numa extensão de 30,00 metros.

Art. 2º Fica a cargo do proprietário a execução de eventuais obras e registro no Ofício do Registro de Imóveis, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 26 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

CHARLES DALL ORSOLETTA
Secretário Municipal de Planejamento

Douglas Arcari
Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PROCESSO N° 107/2020 PREFEITURA

Publicação N° 2544112

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO N° 107/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N° 62/2020

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por lote.

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição de concreto usinado bombeável destinado à execução, conservação e manutenção de peças estruturais em obras do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do edital.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 02 de julho de 2020 até às 08h15min do dia 14 de julho de 2020.

Abertura da sessão pública: Às 8h30min do dia 14 de julho de 2020.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 29 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 057/2020

Publicação Nº 2543406

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 – Fone 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 057/2020

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ERNEI JOSÉ STAHELIN doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado o Senhor RODRIGO MARTINAZZO LUZZI, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 071.388.049-03, PIS nº 138.443264.72-3 com endereço residencial na Rodovia SC 281, nº 14 – Bairro Santa Teresa, neste município, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

Este contrato tem como objeto serviço de mão-de-obra de pedreiro conforme descrição abaixo. Local da prestação do serviço: Rua José Neis – bairro Santa Teresa, neste Município.

1. Remoção/recolocação de lajotas em 35 m²;
2. Recuperação de caixas de passagem – 02 unidades;
3. Remoção, limpeza e colocação de tubos em concreto da rede pluvial;
4. Recuperação de bocas de lobo – 04 unidades.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação dos serviços especificados no objeto deste contrato o valor de R\$ 5.100,00 (Cinco mil e cem reais), mediante apresentação de nota fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de 29/06/2020 a 03/07/2020.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes elegem o foro da Comarca de São José - SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordados e ajustados PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara, SC, 26 de junho de 2020.
ERNEI JOSE STAHELIN RODRIGO MARTINAZZO LUZZI
Prefeito Municipal Contratado

DECRETO Nº079/2020

Publicação Nº 2543809

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº079/2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 5º da Lei nº 1.278 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 7.178,68 (sete mil cento e setenta e oito reais e sessenta e oito centavos) por conta do Excesso de Arrecadação de recursos do Apoio Financeiro aos Municípios PLP 39/2020 nas dotações abaixo identificadas:

08- ENCARGOS GERAIS

01.01.28.845.0011-2.086 – Contribuição ao Pasep R\$ 7.178,68

3.3.90.00.00.00.00.00.01.1205 – Aplicações Diretas R\$ 843,36

3.3.90.00.00.00.00.00.01.1206 – Aplicações Diretas R\$ 6.335,32

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 29 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE 2019

Publicação Nº 2543308

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º QUADRIMESTRE DE 2019

LRF, Artigo 48 – Anexo 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	21.510.535,67	
Receita Corrente Líquida Ajustada	21.410.535,67	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL

Total da Despesa com Pessoal- TPD 9.282.431,47 43,35

Limite Máximo(incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - % 11.561.689,26 54,00

Limite Prudencial (parágrafo único, art.22 da LRF - % 10.983.604,80 51,30 Limite de Alerta (inciso II do §1º do art.59* da LRF - % 10.405.520,33 48,60

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
--------------------	-------	---------------

Dívida Consolidada Líquida -6.326.174,16 -29,41

Limite Definido por Resolução do Senado Federal 25.812.642,80 120,00

GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
---------------------	-------	---------------

Total das Garantias Concedidas 0,00 0,00

Limite Definido por Resolução do Senado Federal 4.732.317,85 22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
----------------------	-------	---------------

Operações de Crédito Interna e Externas 0,00 0,00

Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de

Crédito Internas e Externas 3.441.685,71 16,00 Operações de Crédito por Antecipação da Receita

Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de

Crédito por Antecipação da Receita 1.505.737,50 7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA IINSCR. DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.147.398,54	19.683.317,84

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, 29 de Junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA CRC/ 19.469/SC

PORTARIA N.º 280/2020

Publicação Nº 2543857

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 280/2020
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA JULIANY CORDEIRO DA SILVA VENTURA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar nº. 08/98,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

§ JULIANY CORDEIRO DA SILVA VENTURA – PROFESSORA III – LETRA I.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA Nº 278/2020

Publicação Nº 2543311

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA Nº 278/2020

DESIGNA SERVIDORA PARA DESEMPENHAR SUAS FUNÇÕES JUNTO A SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no art. 45, XVI, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Decreto Municipal 032/2020 de 25/03/2020 o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento as ações de saúde pública emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID 19,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora ELIZANDRA SCHAFFER lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, para exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais junto a Secretaria Municipal da Administração, Finanças e Planejamento, no período de 01/07/2020 a 31/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA Nº 279/2020

Publicação Nº 2543314

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br
PORTARIA Nº 279/2020
DESIGNA SERVIDORA PARA DESEMPENHAR SUAS FUNÇÕES JUNTO A SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no art. 45, XVI, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Decreto Municipal 032/2020 de 25/03/2020 o qual adota medidas administrativas no âmbito municipal, ao cumprimento as ações de saúde pública emanadas pelo governo federal e estadual voltados ao enfrentamento do COVID 19,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora LUCINEIA VIEIRA lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, para exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais junto a Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, no período de 01/07/2020 a 31/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.
São Pedro de Alcântara/SC, 26 de junho de 2020.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 057/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA CATIANE DA SILVA PEREIRA JUNKES OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA.

Publicação Nº 2536074

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 057/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA CATIANE DA SILVA PEREIRA JUNKES OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora CATIANE DA SILVA PEREIRA JUNKES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 053.542.279-25, residente e domiciliada a Rua Bertolino Manoel Dutra, nº. 171 – Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito a Lei Complementar nº 121/2017, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 057/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 057/2020 até a data do término do afastamento da servidora titular Janete Martins da Gama Veber, dia 17/09/2020, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.
São Pedro de Alcântara, 30 de junho de 2020.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - JANEIRO A DEZEMBRO 2019

Publicação Nº 2543306

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	581.821,55	555.660,11	528.571,36	500.338,59
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	581.821,43	555.659,99	528.571,24	500.338,59
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	581.821,43	555.659,99	528.571,24	500.338,59
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	581.821,43	555.659,99	528.571,24	500.338,59
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,12	0,12	0,12	0,00
DEDUÇÕES (II)	5.285.854,91	6.651.338,69	6.892.637,84	6.826.512,75
Disponibilidade de Caixa	5.285.854,91	6.651.338,69	6.892.637,84	6.826.512,75
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.308.328,14	6.723.620,26	6.892.637,84	6.872.054,74
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	22.473,23	72.281,57	0,00	45.541,99
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-4.704.033,36	-6.095.678,58	-6.364.066,48	-6.326.174,16
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	18.638.490,00	19.801.685,74	20.450.544,98	21.510.535,67
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	3,12%	2,81%	2,58%	2,33%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-25,24%	-30,78%	-31,12%	-29,41%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	22.366.188,00	23.762.022,89	24.540.653,98	25.812.642,80
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	20.129.569,20	21.385.820,60	22.086.588,58	23.231.378,52
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	11.443.747,24	11.443.747,24	11.443.747,24	14.925.002,16
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	507.424,05	529.433,50	507.306,69	516.562,46
RP NÃO-PROCESSADOS	1.003.327,15	1.956.269,03	1.817.877,17	1.155.201,32
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

Continuação 2/2

FONTE:

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 04/2020-FAS

Publicação Nº 2543354

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 04/2020-FAS

Modalidade Tomada de Preços nº. 01/2020-FAS - Processo nº. 04/2020-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: : LUANA MURARA RODRIGUES, inscrita no CPF sob o nº. 068.418.519-94, residente e domiciliada na Rua Clemente Barato nº 30, ap. 1001, Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-650

Objeto: contratação de profissional com graduação em Direito para atuar junto ao CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Valor do contrato: R\$ 4.590,00 (quatro mil quinhentos e noventa reais)

Data da Assinatura: 29/06/2020 – Vigência: 31/12/2020

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 81/2020-PMS

Publicação Nº 2543411

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 81/2020-PMS

Dispensa nº. 47/2020-PMS - Processo nº. 118/2020-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: WILSON ANTONIO PEREIRA CALÇADOS, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.522.888/0001-58 estabelecida na Santa Catarina nº. 160, Bairro Floresta, na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP 89.211-300

Objeto: Constitui o presente a aquisição de Material de Proteção e Segurança (Lanternas), para Polícia Militar de Schroeder., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Lanternas	13	Unidade	137,00	1.781,00
TOTAL R\$					1.781,00

Valor do contrato: R\$ 1.781,00 (um mil setecentos e oitenta e um reais)

Data da Assinatura: 29/06/2020 Vigência: 31/12/2020

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 82/2020-PMS

Publicação Nº 2543445

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 82/2020-PMS

Dispensa nº. 48/2020-PMS - Processo nº. 119/2020-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 74.111.428/0001-48, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco nº. 5685, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato Aquisição de calculadora de mesa profissional para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Schroeder, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Calculadora LP45 de mesa profissional com impressão bobina e fita; Visor LCD com 12 dígitos grandes; Bivolt automático (110V / 220V); Duplo zero; Acumulador automático (GT); Impressão com 2 cores; Fita PVF; Velocidade de impressão 4,1 linhas/seg; Imprime data e hora; Cálculo com horas; Delta por cento; Conversão de moedas; Contador de itens, Tax+, Tax-; Ajustes de casas decimais; Arredondamento; Dimensões: 28,2 x 21,7 x 5,7cm (C x L x A).	1	Unidade	498,00	498,00
TOTAL R\$					498,00

Valor do contrato: R\$ 498,00 (quatrocentos e noventa e oito reais)

Data da Assinatura: 29/06/2020 Vigência: 31/12/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 48/2020-PMS

Publicação Nº 2543140

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>
I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 48/2020-PMS

PROCESSO Nº. 112/2019-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de item referente ao Edital de Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 48/2020-PMS, visando à contratação de empresa especializada em serviços de terraplanagem para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Leiam-se:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
1	Serviço de hora máquina mini escavadeira hidráulica, ano da máquina igual ou superior a 2008 em esteira emborrachada, peso mínimo 2.700 Kg, e profundidade de escavação máxima 2,5 metros. Concha 30 cm largura, concha 40 cm de largura e concha de 60 cm largura, ano da máquina igual ou superior a 2008 e excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local do serviço) - Horímetro da máquina.	2500	horas	125,00	312.500,00
2	Serviço de hora máquina escavadeira hidráulica peso mínimo 13.000 kg, ano da máquina superior a 2010, em excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço) - Horímetro da máquina.	2000	horas	230,00	460.000,00
3	Pedras para enrocamentos, tamanho mínimo das pedras 50 X50 cm e tamanho máximo 1,00 X 1,00 m - Colocadas na obra no Município de Schroeder.	800	metros cúbicos	70,00	56.000,00
4	Serviço de hora máquina Retroescavadeira 4 X 4, turbinada, ano da máquina igual ou superior a 2008 em excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço) - Horímetro da máquina.	1500	horas	150,00	225.000,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					1.053.500,00

Schroeder, 29 de junho de 2020.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N° 01/2020-FAS

Publicação N° 2543351

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N° 01/2020-FAS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO N° 01/2020-FAS, PROCESSO N° 04/2020-FAS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço POT ITEM determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de profissional com graduação em Direito para atuar junto ao CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Vencedor: : LUANA MURARA RODRIGUES, inscrita no CPF sob o nº 068.418.519-94, residente e domiciliada na Rua Clemente Barato nº 30, ap. 1001, Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-650

Valor da proposta vencedora: R\$ 4.590,00 (quatro mil quinhentos e noventa reais)

Data da Assinatura: 29/06/2020 – Vigência: 31/12/2020

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2020

Número do Registro de Preços: 36/2020		Data do Registro: 29/06/2020		Válido até: 29/06/2021			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição gasolina comum para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, Secretaria					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Gasolina Comum	LT	POSTO AGRICOPEL LTDA. (9634)	SHELL	0	3.8500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2020

Número do Registro de Preços: 36/2020		Data do Registro: 29/06/2020		Válido até: 29/06/2021			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição gasolina comum para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, Secretaria							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2020
PROCESSO Nº 95/2020
(9634) - POSTO AGRICOPEL LTDA.

Schroeder, 29 de Junho de 2020.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 44/2020-PMS

Publicação Nº 2543916

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2020

Número do Registro de Preços: 37/2020			Data do Registro: 29/06/2020		Válido até: 29/06/2021			
Objeto da Compra:			Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviços de terraplanagem para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Agricultura					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
1	Serviço de hora máquina trator esteira - lâmina regulagem hidráulica - peso mínimo 10.000 kg., ano da máquina superior a 2008 em excelente estado de conservação.(Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço) - Horário da máquina.	H	PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)		0	199,7000	1	
2	Serviço de hora máquina carregadeira, turbinada, ano da máquina superior a 2008 em excelente estado de conservação . (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço) - Horário da máquina.	H	PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)	Komatsu	0	209,5000	1	
3	Transporte de 10.000 (metros cúbicos) de sabro ou seixo, no município de schroeder, num trajeto não superior a 12 Km.	M³	PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)	Caterpillar	0	13,9500	1	
4	Horas de transporte de máquinas - capacidade do caminhão prancha de transporte, acima de 23.000 Kg.	H	PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)	FORD CARGO (13903)	0	13,9900	2	
5	Serviço de hora rolo compactador com tração no tambor, ano da máquina superior a 2008- Peso Mínimo 7.800 Kg - Horário da máquina.	H	PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)	Constellation	0	249,9000	1	
			PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)		0	249,9500	2	
			PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8849)	Caterpillar	0	179,8500	1	

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2020

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 37/2020 Data do Registro: 29/06/2020 Válido até: 29/06/2021

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviços de terraplanagem para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Agricul

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)		0	179.8900	2

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 37/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviços de terraplanagem para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Agricul

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2020

PROCESSO N° 97/2020

(8849) - PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA

(8922) - PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME

(13903) - KS SERVICOS AGRICOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA

Schroeder, 29 de Junho de 2020.

DECRETO Nº 5.166/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544702

DECRETO Nº 5.166/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 545.149,11 (quinhentos e quarenta e cinco mil cento e quarenta e nove reais e onze centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.08.243.0012.2.048 - Manutenção do Conselho Tutelar

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.000,00

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.365.0003.1.004 - Reforma, Ampliações e Construções de CEIM

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0062 - Obras e Instalações R\$ 355.436,78

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Obras e Instalações R\$ 187.712,33

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.08.243.0012.2.048 - Manutenção do Conselho Tutelar

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 19 de Junho de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA

Resp.Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.169/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543161

DECRETO Nº 5.169/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

09.02.08.244.0015.2.065 - Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS)
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0232 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

09.02.08.244.0015.2.065 - Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS)
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0232 - Material de Consumo R\$ 1.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 19 de Junho de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA

Resp.Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.170/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544703

DECRETO Nº 5.170/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.05 - SETOR DE SAUDE

04.05.10.305.0013.2.054 - Vigilância Epidemiológica

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Obrigacoes Patronais	R\$	100,00
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$	25.100,00
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Auxilio-Alimentacao	R\$	3.400,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.05 - SETOR DE SAUDE

04.05.10.305.0013.2.054 - Vigilância Epidemiológica

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R\$	8.600,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Material de Consumo	R\$	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Equipamentos e Material Permanente	R\$	10.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 19 de Junho de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Resp.Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.171/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544704

DECRETO Nº 5.171/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - EXTRAORDINÁRIO - ABERTOS NO ORÇAMENTO
PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.476/2020 de 5 de maio de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 69.624,13 (sessenta e nove mil seiscentos e vinte e quatro reais e treze centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.04 - ASSESSORIA DE SAÚDE

04.04.10.122.0013.2.075 - Enfrentamento da Emergência COVID 19

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0152 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 69.624,13

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 19 de Junho de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Resp.Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.172/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544705

DECRETO Nº 5.172/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 3.208,43 (três mil duzentos e oito reais e quarenta e três centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.05 - SETOR DE SAÚDE

04.05.10.305.0013.2.054 - Vigilância Epidemiológica

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0050 - Obrigacoes Patronais R\$ 3.208,43

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 19 de Junho de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Resp.Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.173/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544707

DECRETO Nº 5.173/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 7.736,01 (sete mil setecentos e trinta e seis reais e um centavo) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

09.02.08.244.0015.2.066 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0152 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 7.736,01

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 19 de Junho de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Resp.Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DISPENSA 47/2020-PMS

Publicação Nº 2543403

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 47/2020 - DL****Processo Nr.:** 118/2020
Data: 29/06/2020

Folha: 1/2

Fornecedor: WILSON ANTONIO PEREIRA CALCADOS
Endereço: R SANTA CATARINA,160 - *****
Cidade: JOINVILLE - SC
CNPJ: 02.522.888/0001-58**Código:** 9115**Inscrição Estadual:** 253.707.757**Objeto da Compra:** aquisição de Material de Proteção e Segurança (Lanternas), para Polícia Militar de Schroeder.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	13,00	Lanternas	UN	137,00	1.781,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Em face da necessidade de material de proteção e segurança, de maneira a prover à esta Organização Policial Militar, as condições necessárias, para o bom desenvolvimento das atividades afetas a segurança pública, notadamente as Ocorrências de Abordagens e Barreiras de Trânsito e ao Radiopatrulhamento da cidade, a fim de propiciar um atendimento de excelência ao cidadão.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 29 de Junho de 2020

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 47/2020 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 118/2020 Data: 29/06/2020	
		Folha: 2/2

26/06/2020

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 26 de Junho de 2020

Valor da Despesa: 1.781,00 (um mil setecentos e oitenta e um reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 48/2020-PMS

Publicação N° 2543434

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 48/2020 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 119/2020
Data: 29/06/2020

Folha: 1/2

Fornecedor: PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA
Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, N° 5685
Cidade: Schroeder - SC
CNPJ: 74.111.428/0001-48**Código:** 7496**Inscrição Estadual:** 252.767.136**Objeto da Compra:** Aquisição de calculadora de mesa profissional para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Schroeder.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Calculadora LP45 de mesa profissional com impressão bobina e fita; Visor LCD com 12 dígitos grandes; Bivolt automático (110V / 220V); Duplo zero; Acumulador automático (GT); Impressão com 2 cores; Fita PVF; Velocidade de impressão 4,1 linhas/seg; Imprime data e hora; Cálculo com horas; Delta por cento; Conversão de moedas; Contador de itens, Tax+, Tax-; Ajustes de casas decimais; Arredondamento; Dimensões: 28,2 x 21,7 x 5,7cm (C x L x A).	UN	498,00	498,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Essa aquisição é devido a demanda das funções de finanças para dar continuidade ao trabalho, visto que é um aparelho de uso essencial utilizado para a prefeitura.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 29 de Junho de 2020

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 48/2020 - DL**Processo Nr.:** 119/2020
Data: 29/06/2020

Folha: 2/2

24/06/2020

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 24 de Junho de 2020

Valor da Despesa: 498,00 (quatrocentos e noventa e oito reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

CÂMARA MUNICIPAL**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.040/20**

Publicação Nº 2544099

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 40/2020 - DL**CNPJ: 83.539.676/0001-85
Avenida dos Imigrantes
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 45/2020
Data: 26/06/2020

Folha: 1/2

Fornecedor: RANCHO BOM SUPERMERCADOS LTDA
Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO
Cidade: SCHROEDER - SC
CNPJ: 08.597.765/0001-62

Código: 260

Inscrição Estadual: 255.329.075

Objeto da Compra: MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, COPA E COZINHA E GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO (BALAS, BISCOITOS E CAFÉ).

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	10,00	CAFÉ EM PÓ 500 GRAMAS	UN	9,98	99,80
2	1,00	LEITE INTEGRAL (CAIXA TETRA PARK) CAIXA COM 12 UNIDADES	UN	35,88	35,88
3	6,00	LEITE EM PO LATA 400 GR	UN	11,98	71,88
4	1,00	BALA DE HORTELÃ PCT 600 GRAMAS.	UN	8,98	8,98
5	4,00	CAIXA DE PALITOS DE DENTE TIPO BAMBU OU COM MENTA.	UN	0,89	3,56
6	2,00	PÁ DE LIXO COM VASSOURINHA	UN	12,99	25,98

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

- MENOR PREÇO POR ITEM OFERTADO.

Schroeder, 26 de Junho de 2020

MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES
Responsável pelo Setor Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 40/2020 - DL
CNPJ: 83.539.676/0001-85 Avenida dos Imigrantes	Processo Nr.: 45/2020 Data: 26/06/2020	
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

SÉRGIO ROHDEN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Valor da Despesa:

246,08 (duzentos e quarenta e seis reais e oito centavos)

Pagamento.....:

A PRAZO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 40/2020 - DL**CNPJ: 83.539.676/0001-85
Avenida dos Imigrantes
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 45/2020
Data: 26/06/2020

Folha: 1/2

Fornecedor: MERCADO ZAMBONI LTDA - ME

Código: 501

Endereço: RIO DE JANEIRO, 468, SALA 01

Cidade: Schroeder - SC

CNPJ: 10.449.646/0001-04

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, COPA E COZINHA E GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO (BALAS, BISCOITOS E CAFÉ).

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
12	5,00	BOLACHA AMANTEIGADA - TIPO ORELHA DE GATO (VÁRIOS SABORES) - ARARUTA - BRIGADEIRO - AMENDOIN COCO.	UN	5,19	25,95
13	8,00	BOLACHA ÁGUA E SAL 400 GRAMAS	UN	4,39	35,12
14	6,00	BOLACHA CREAM CRACKER (TIPO CLUB SOCIAL)	UN	3,49	20,94
15	6,00	CHÁ CHINÊS CAIXA COM 10 SACHÊS MAÇA C/ CANELA	UN	2,99	17,94
16	8,00	FILTRO DE PAPEL NR 102	UN	2,78	22,24
17	1,00	DETERGENTE DE LOUÇA	UN	1,69	1,69

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

- MENOR PREÇO POR ITEM OFERTADO.

Schroeder, 26 de Junho de 2020

MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES
Responsável pelo Setor Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 40/2020 - DL
CNPJ: 83.539.676/0001-85 Avenida dos Imigrantes	Processo Nr.: 45/2020 Data: 26/06/2020	
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

SÉRGIO ROHDEN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Valor da Despesa:

123,88 (cento e vinte e três reais e oito centavos)

Pagamento.....:

A PRAZO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 40/2020 - DL**CNPJ: 83.539.676/0001-85
Avenida dos Imigrantes
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.: 45/2020
Data: 26/06/2020**

Folha: 1/2

Fornecedor: NELSI PERSCH ZILS - ME
Endereço: Rua GUSTAVO STREIT, 633
Cidade: Schroeder - SC
CNPJ: 85.179.208/0001-72

Código: 483

Inscrição Estadual: 252359151

Objeto da Compra: MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, COPA E COZINHA E GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO (BALAS, BISCOITOS E CAFÉ).**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
7	15,00	BOLACHA AMANTEIGADA COM COBERTURA DE CHOCOLATE - TIPO FERRADURA	UN	6,95	104,25
8	8,00	BISCOITO PACOTE DOM 300 GRAMAS	UN	7,25	58,00
9	1,00	AÇÚCAR CRISTAL 1 KG.	UN	2,85	2,85
10	3,00	BALA DE BANANA TRADICIONAL PACOTE COM 600 GRAMAS	UN	13,95	41,85
11	3,00	CHÁ CHINÊS CAIXA COM 10 SACHÊS HORTELÃ	UN	2,85	8,55

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

- MENOR PREÇO POR ITEM OFERTADO.

Schroeder, 26 de Junho de 2020

MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES
Responsável pelo Setor Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 40/2020 - DL
CNPJ: 83.539.676/0001-85 Avenida dos Imigrantes	Processo Nr.: 45/2020 Data: 26/06/2020	
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

SÉRGIO ROHDEN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Valor da Despesa:

215,50 (duzentos e quinze reais e cinquenta centavos)

Pagamento.....:

APRAZO

Seara

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 055/2020-- PL 102/2020 - LUBRIFIL

Publicação Nº 2544691

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 038/2020
Pregão Presencial nº 055/2020
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Lubrifil Comércio de Lubrificantes e Filtros Ltda, CNPJ n.º 01.558.657/0001-31, estabelecida na rua Tancredo de Almeida Neves, n.º 91, Centro, Concórdia, SC, neste ato representada pelo Sr. Valter Clóvis Osowski, brasileiro, casado, representante comercial, RG nº 2131461 SSP/SC, CPF nº. 808.594.029-91, residente e domiciliado na rua Atalipio Magarinos, nº 190, apto 702, Centro, Concórdia, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 055/2020, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção fornecedores e proposta para aquisição de filtros de ar, combustível, hidráulico, lubrificante e de transmissão, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 111.120,25 são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 29/06/2020, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 28/06/2021.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 055/2020, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 29/06/2020.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Valter Clóvis Osowski
Lubrifil Comércio de Lubrificantes e Filtros Ltda
Contratada

DECRETO Nº 1928

Publicação Nº 2544716

DECRETO nº 1928, de 29 de junho de 2020.
Instaura Processo Administrativo Disciplinar e da outras providências

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município, em atendimento ao disposto no artigo 181 combinado com o artigo 188 da Lei Complementar nº. 18/2003;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo para comporem a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar, visando apurar possível infração ao dever funcional estabelecido no art. 154, incisos I e VII da Lei Complementar nº 18/2003, dos servidores públicos matrículas nos 2058/04 e 2490/02, no pertinente ao relatado na CI 0931/2020.

Tânia Letícia Benetti – Agente de Atividades Gerais - Presidente
Jaqueline Ribeiros – Adjunto Administrativo - Secretária
Arival Cruz do Nascimento- Operador de Máquinas Pesadas - Membro

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da instalação, para a conclusão do Processo disciplinar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 29 de junho de 2020.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 29 de junho de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária de Administração

DECRETO Nº 1927

Publicação Nº 2544155

DECRETO Nº 1927, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Abre crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 62.878,76.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei 2024, de 20 de novembro de 2019 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea “a”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 2029 de 26 de dezembro de 2019, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2020 e com o inciso II § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Unidade: 06 Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 2.269 – Manutenção das Atividades da Secretaria – Órgão Gestor

Modalidade: 296 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0886 – Aplicações Diretas R\$ 62.878,76

TOTAL R\$ 62.878,76

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação:

Fonte: 0.1.0886 – Covid – 19 LC 173/2020 – Art. 5º, I-b R\$ 62.878,76

TOTAL R\$ 62.878,76

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 29 de junho de 2020

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 29 de junho de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO 109/2020

Publicação Nº 2544753

Processo Licitatório nº. 109/2020.

Edital de Pregão Presencial nº. 057/2020 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 10/07/2020, “envelope de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviços de perfuração e detonação de rochas. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 30 de junho de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N° 035/2020 - FMS

Publicação N° 2543923

Processo Licitatório n° 035/2020 - Inexigibilidade de Licitação n° 012/2020-FMS

Objeto: Repasse do auxílio financeiro emergencial em atendimento à portaria n° 1393 de 21/05/2020 e portaria n° 1448 de 29/05/2020 do Ministério da Saúde.

Justificativa: Atendimento à portaria n° 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020, que dispõe sobre o auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da Covid-19; e portaria n° 1.448/GM/MS, de 31 de maio de 2020, que dispõe sobre a transferência da segunda parcela do auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos.

Valores:

R\$ 126.446,23 – Portaria n° 1.393/GM/MS;

R\$ 734.247,42 – Portaria n° 1.448/GM/MS.

Hospital Beneficiado: Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Roque

Fundamento Legal - Lei n° 8.666/93, art 25, caput.

Seara, SC, 26 de junho de 2020.

Flávio Joel Zolet

Secretário Municipal da Saúde

Gestor do FMS

REPUBLICA COM CORREÇÃO 3º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 019/2020

Publicação N° 2544021

PROCESSO LICITATÓRIO N° 048/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2020

TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços n° 019/2020

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n° 83.024.505/0001-13, com sede e foro a Av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Zoom Indústria e Comércio de Confecções Ltda, CNPJ n°. 10.590.496/0001-54, estabelecida na rua Lauro Graeff, 355, bairro Estrela, São Miguel do Oeste, SC, neste ato representada pelo Sr. Juliano Lippert, brasileiro, solteiro, empresário, RG n°.3.655.694-7, CPF n°. 027.589.399-59, residente e domiciliado na rua Castelo Branco, 694, Águas Frias, SC, resolvem promover o presente Termo Aditivo, com base nas leis n°. 8.666/93 e n°. 10.520/2002, nas cláusulas e condições a seguir:

1ª. Conforme solicitado pela Departamento de Segurança do Trabalho, fica acrescido em 25,00% a quantidade licitada do item abaixo:

Item	Material	Descrição do Material	UN	Qtde. Cotada	Qtde. Aditivada	R\$ Unitário	Preço Total Aditivado
14	333398614	CALÇA DE BRIM PESADO 270 GRAMAS COR CINZA, 02 BOLSO CHAPADO FRENTE, 01 BOLSO ATRÁS, COM LOGO ESTAMPADA NA PERNA.	UN	80	20	34,80	696,00
TOTAL R\$							696,00

2ª. Em virtude deste aditamento o valor fica acrescido em R\$ 696,00.

3ª. Nada mais, lavrou-se o presente termo, que depois de lido e aceito pelas partes, segue assinado em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 25/06/2020.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Juliano Lippert
Zoom Indústria e Comércio de Confecções Ltda
Contratada

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. N° 055/2020-- PL 102/2020 - LUBRIFIL

Publicação N° 2544692

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 102/2020 Licitação: 55/2020 - PR Data de Homologação: 29/06/2020 Fornecedor: 10195 - LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD									
1	333400580	FILTRO DE COMBUSTÍVEL FCD 0778	wega	UN	5,000	0,0000	52,0000	260,00	Venceu
2	433405976	FILTRO ÁGUA FBA 331	vox	UN	10,000	0,0000	28,0000	280,00	Venceu
3	85378	FILTRO AR AP 2032	vox	UN	10,000	0,0000	64,0000	640,00	Venceu
4	15508	FILTRO AR AP 9834	wega	UN	25,000	0,0000	46,5000	1.162,50	Venceu
5	15777	FILTRO AR ARL 4150	vox	UN	10,000	0,0000	9,1000	91,00	Venceu
6	15773	FILTRO AR ARL 6091	vox	UN	20,000	0,0000	10,5000	210,00	Venceu
7	15771	FILTRO AR ARL 8832	wega	UN	43,000	0,0000	8,2500	354,75	Venceu
8	15772	FILTRO AR ARL 8834	wega	UN	20,000	0,0000	7,2500	145,00	Venceu
9	85370	FILTRO AR ARS 1013	vox	UN	15,000	0,0000	36,0000	540,00	Venceu
10	15774	FILTRO AR ARS 1029	vox	UN	10,000	0,0000	27,5000	275,00	Venceu
11	85372	FILTRO AR ARS 3003	wega	UN	15,000	0,0000	44,5000	667,50	Venceu
12	85374	FILTRO AR AS 836	vox	UN	5,000	0,0000	25,5000	127,50	Venceu
13	6389	FILTRO AR AS 820	wega	UN	30,000	0,0000	23,4500	703,50	Venceu
14	79757	FILTRO AR CA 8774	wega	UN	5,000	0,0000	36,0000	180,00	Venceu
15	3395867	FILTRO AR CA 9746	vox	UN	5,000	0,0000	67,0000	335,00	Venceu
16	333402033	FILTRO CAIXA HE 314	vox	UN	2,000	0,0000	19,5000	39,00	Venceu
17	3395933	FILTRO COMBUSTÍVEL 1º R120-30 MB	vox	UN	10,000	0,0000	34,0000	340,00	Venceu
18	3395934	FILTRO COMBUSTÍVEL 2º PEC 3022	vox	UN	5,000	0,0000	37,5000	187,50	Venceu
19	79738	FILTRO COMBUSTÍVEL 4224811M1	wega	UN	10,000	0,0000	53,5000	535,00	Venceu
20	433405950	FILTRO COMBUSTÍVEL FBD 744	vox	UN	5,000	0,0000	20,0000	100,00	Venceu
21	433405951	FILTRO COMBUSTÍVEL FBD 877	wega	UN	5,000	0,0000	52,0000	260,00	Venceu
22	15762	FILTRO COMBUSTÍVEL FC 161	vox	UN	45,000	0,0000	6,7500	303,75	Venceu
23	433405947	FILTRO COMBUSTÍVEL FC 3022	vox	UN	5,000	0,0000	37,5000	187,50	Venceu
24	433405949	FILTRO COMBUSTÍVEL FCD 0954	wega	UN	5,000	0,0000	53,5000	267,50	Venceu
26	85403	FILTRO COMBUSTÍVEL FCD 771	vox	UN	25,000	0,0000	37,7000	942,50	Venceu
27	80248	FILTRO COMBUSTÍVEL GI 08/1	vox	UN	15,000	0,0000	11,0000	165,00	Venceu
28	433405954	FILTRO COMBUSTÍVEL OFC 1535 S	vox	UN	5,000	0,0000	44,0000	220,00	Venceu
29	433405956	FILTRO COMBUSTÍVEL P 3401	vox	UN	5,000	0,0000	22,3000	111,50	Venceu
30	85405	FILTRO COMBUSTÍVEL PC 2/155	wega	UN	15,000	0,0000	6,6000	99,00	Venceu
31	433405946	FILTRO COMBUSTÍVEL PC 947	vox	UN	8,000	0,0000	20,0000	160,00	Venceu
32	85406	FILTRO COMBUSTÍVEL PC2/255	wega	UN	20,000	0,0000	9,7000	194,00	Venceu
33	433405940	FILTRO COMBUSTÍVEL PSC 353	wega	UN	5,000	0,0000	40,0000	200,00	Venceu
34	85408	FILTRO COMBUSTÍVEL PSC 496	wega	UN	15,000	0,0000	15,9000	238,50	Venceu
35	85409	FILTRO COMBUSTÍVEL PSC 498/5	vox	UN	5,000	0,0000	55,9000	279,50	Venceu
36	72271	FILTRO COMBUSTÍVEL PSC 73/1	wega	UN	30,000	0,0000	9,7500	292,50	Venceu
37	15767	FILTRO COMBUSTÍVEL PSC 75	wega	UN	35,000	0,0000	24,0000	840,00	Venceu
38	433405941	FILTRO COMBUSTÍVEL PSC 877	wega	UN	20,000	0,0000	52,0000	1.040,00	Venceu
39	72276	FILTRO COMBUSTÍVEL PSD 460/1	vox	UN	20,000	0,0000	29,3000	586,00	Venceu

Página: 2/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 102/2020 Licitação: 55/2020 - PR Data da Homologação: 29/06/2020 Fornecedor: 10195 - LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD									
40	433405944	FILTRO COMBUSTÍVEL PSD 480/1	vox	UN	10,000	0,0000	33,2000	332,00	Venceu
41	433405945	FILTRO COMBUSTÍVEL PSD 490/1	vox	UN	10,000	0,0000	47,9000	479,00	Venceu
42	433405942	FILTRO COMBUSTÍVEL PSD 530/1	vox	UN	5,000	0,0000	24,3000	121,50	Venceu
43	433405943	FILTRO COMBUSTÍVEL PSD 960/1	vox	UN	5,000	0,0000	34,0000	170,00	Venceu
44	85418	FILTRO COMBUSTÍVEL PSD 970/1 = RACOR	vox	UN	35,000	0,0000	32,5000	1.137,50	Venceu
45	433405953	FILTRO COMBUSTÍVEL R 120 L 30 M	parkter	UN	20,000	0,0000	71,0000	1.420,00	Venceu
46	3395903	FILTRO COMBUSTÍVEL R120L-10MQII	parkter	UN	60,000	0,0000	1,420,00	4.260,00	Venceu
47	3395904	FILTRO COMBUSTÍVEL R120LJ-10MQII	parkter	UN	10,000	0,0000	85,0000	850,00	Venceu
48	433405952	FILTRO COMBUSTÍVEL RC 380	wega	UN	5,000	0,0000	32,0000	160,00	Venceu
49	433405955	FILTRO COMBUSTÍVEL RC 806 J	parkter	UN	5,000	0,0000	69,0000	345,00	Venceu
51	333402041	FILTRO DE AR 32/91 7805	vox	UN	5,000	0,0000	24,5000	122,50	Venceu
52	433405923	FILTRO DE AR 71102626 SH	tecfil	UN	5,000	0,0000	51,0000	255,00	Venceu
53	333400628	FILTRO DE AR 7T-7358	parkter	UN	5,000	0,0000	65,0000	325,00	Venceu
54	433406200	FILTRO DE AR 87574362 CNH	vox	UN	5,000	0,0000	26,0000	130,00	Venceu
55	333400618	FILTRO DE AR 87574363 CNH	vox	UN	5,000	0,0000	21,0000	105,00	Venceu
56	433405925	FILTRO DE AR 96950990	vox	UN	5,000	0,0000	18,5000	92,50	Venceu
57	333400599	FILTRO DE AR A; AP 5460	wega	UN	5,000	0,0000	63,5000	317,50	Venceu
59	333402046	FILTRO DE AR AF 2474RS	tecfil	UN	5,000	0,0000	75,0000	375,00	Venceu
60	333400597	FILTRO DE AR AF 25558	vox	UN	5,000	0,0000	35,0000	175,00	Venceu
61	85381	FILTRO DE AR AF 8889-RS	vox	UN	15,000	0,0000	42,0000	630,00	Venceu
63	3392298	FILTRO DE AR AP 2710	vox	UN	5,000	0,0000	38,0000	190,00	Venceu
64	333402055	FILTRO DE AR AR 1018	wega	UN	5,000	0,0000	44,5000	222,50	Venceu
65	3395868	FILTRO DE AR AR9620	vox	UN	5,000	0,0000	12,5000	62,50	Venceu
66	3392242	FILTRO DE AR ARL 4147	vox	UN	10,000	0,0000	10,6000	106,00	Venceu
67	333400591	FILTRO DE AR ARL 8829	vox	UN	10,000	0,0000	18,8000	188,00	Venceu
68	333400592	FILTRO DE AR ARL 9608	wega	UN	5,000	0,0000	14,9000	74,50	Venceu
69	85366	FILTRO DE AR ARL8840	vox	UN	5,000	0,0000	17,9000	89,50	Venceu
70	333400593	FILTRO DE AR ARS 203	vox	UN	15,000	0,0000	30,9000	463,50	Venceu
71	333400595	FILTRO DE AR ARS 7990	vox	UN	5,000	0,0000	36,6000	183,00	Venceu
72	333400596	FILTRO DE AR ARS 9838	vox	UN	5,000	0,0000	55,9000	559,00	Venceu
73	333400604	FILTRO DE AR ARS 9839	wega	UN	52,000	0,0000	66,0000	3.432,00	Venceu
74	433405992	FILTRO DE AR ARS 9840	vox	UN	10,000	0,0000	111,0000	1.110,00	Venceu
75	3392297	FILTRO DE AR AS 810	vox	UN	10,000	0,0000	28,5000	285,00	Venceu
76	333400603	FILTRO DE AR C 1944	vox	UN	5,000	0,0000	8,5000	42,50	Venceu
77	333400605	FILTRO DE AR CA 5626 YPU	vox	UN	53,000	0,0000	68,9000	3.651,70	Venceu
78	333400601	FILTRO DE AR CA 8782	vox	UN	5,000	0,0000	12,0000	60,00	Venceu
80	333400602	FILTRO DE AR CA 9747	vox	UN	10,000	0,0000	112,5000	1.125,00	Venceu
83	3392157	FILTRO DE AR CONDICIONADO 30/926020	donaldson	UN	36,000	0,0000	69,0000	2.484,00	Venceu

Página: 3/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 102/2020 Licitação: 55/2020 - PR Data da Homologação: 29/06/2020 Fornecedor: 10195 - LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD									
85	3335887	FILTRO DE AR CONDICIONADO ACP 303	vox	UN	15,000	0,0000	10,8000	162,00	Venceu
87	333402050	FILTRO DE AR CONDICIONADO ART 6098	wega	UN	10,000	0,0000	15,4000	154,00	Venceu
90	433405928	FILTRO DE AR CONDICIONADO KD-12Y 979 1171/S	parker	UN	10,000	0,0000	134,0000	1,340,00	Venceu
91	333400607	FILTRO DE AR DQ 59138	vox	UN	8,000	0,0000	42,0000	336,00	Venceu
92	333400606	FILTRO DE AR DQ 59139	vox	UN	10,000	0,0000	45,0000	450,00	Venceu
93	3392146	FILTRO DE AR EXTERNO 293-4053	wega	UN	10,000	0,0000	144,0000	1,440,00	Venceu
94	433405926	FILTRO DE AR EXTERNO 332/A9113	parker	UN	5,000	0,0000	75,0000	375,00	Venceu
95	433405991	FILTRO DE AR EXTERNO ARS 8842	vox	UN	8,000	0,0000	31,5000	252,00	Venceu
96	433405914	FILTRO DE AR EXTERNO P 608766	wega	UN	5,000	0,0000	145,0000	725,00	Venceu
98	333402042	FILTRO DE AR EXTERNO TR 1533	tecfil	UN	5,000	0,0000	129,0000	645,00	Venceu
100	433405908	FILTRO DE AR EXTERNO TR 7110	tecfil	UN	5,000	0,0000	80,0000	400,00	Venceu
101	433405913	FILTRO DE AR EXTERNO UARS 2473P	donaldson	UN	5,000	0,0000	164,0000	820,00	Venceu
102	433405917	FILTRO DE AR EXTERNO XL 2030	vox	UN	5,000	0,0000	46,5000	232,50	Venceu
103	433405920	FILTRO DE AR EXTERNO XL 2159	vox	UN	5,000	0,0000	40,8000	204,00	Venceu
104	433405911	FILTRO DE AR FAP 2829	wega	UN	10,000	0,0000	23,0000	230,00	Venceu
105	333400594	FILTRO DE AR FAP 3261	wega	UN	10,000	0,0000	27,5000	275,00	Venceu
106	85364	FILTRO DE AR FAP 9121	wega	UN	5,000	0,0000	18,5000	92,50	Venceu
107	433405921	FILTRO DE AR HD 2869	vox	UN	10,000	0,0000	33,0000	330,00	Venceu
108	333400608	FILTRO DE AR HD 8234	vox	UN	5,000	0,0000	50,5000	252,50	Venceu
109	333400600	FILTRO DE AR HD 8842	vox	UN	5,000	0,0000	31,5000	157,50	Venceu
110	433405922	FILTRO DE AR HLP 8834	wega	UN	5,000	0,0000	7,5000	37,50	Venceu
112	433405990	FILTRO DE AR INTERNO ARS 839	wega	UN	60,000	0,0000	34,6000	2,076,00	Venceu
114	433405909	FILTRO DE AR INTERNO TR 7111	tecfil	UN	5,000	0,0000	40,0000	200,00	Venceu
115	433405912	FILTRO DE AR INTERNO UARS 2474P	tecfil	UN	5,000	0,0000	78,0000	390,00	Venceu
116	433405919	FILTRO DE AR INTERNO XS - 159	vox	UN	5,000	0,0000	45,0000	225,00	Venceu
117	433405918	FILTRO DE AR INTERNO XS - 46	vox	UN	5,000	0,0000	59,0000	295,00	Venceu
118	433405924	FILTRO DE AR INTERNO XS 11	vox	UN	5,000	0,0000	32,5000	162,50	Venceu
119	433405910	FILTRO DE AR TR 23614	vox	UN	5,000	0,0000	50,5000	252,50	Venceu
120	333400616	FILTRO DE AR UARS 7870P	vox	UN	101,000	0,0000	138,0000	13,938,00	Venceu
121	333400615	FILTRO DE AR UARS 7871P	vox	UN	10,000	0,0000	68,0000	680,00	Venceu
122	85386	FILTRO DE AR VRA 579	vox	UN	5,000	0,0000	36,0000	180,00	Venceu
123	85387	FILTRO DE AR VRA 590	vox	UN	5,000	0,0000	32,5000	162,50	Venceu
124	333402048	FILTRO DE AR W 180 OU WR 198	wega	UN	5,000	0,0000	35,0000	175,00	Venceu
125	333400614	FILTRO DE AR XL 116	vox	UN	5,000	0,0000	24,5000	122,50	Venceu
126	85388	FILTRO DE AR XL 2020	vox	UN	5,000	0,0000	25,5000	127,50	Venceu
127	85390	FILTRO DE AR XL 2046	vox	UN	5,000	0,0000	76,0000	380,00	Venceu
128	333400613	FILTRO DE AR XL 2116	vox	UN	5,000	0,0000	58,0000	290,00	Venceu
129	85391	FILTRO DE AR XS 20	vox	UN	5,000	0,0000	24,5000	122,50	Venceu

Página: 4/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 102/2020 Licitação: 55/2020 - PR Data da Homologação: 29/06/2020 Fornecedor: 10195 - LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD									
130	333402038	FILTRO DE COMBUSTÍVEL C8826	vox	UN	5,000	0,0000	25,5000	127,50	Venceu
131	333402039	FILTRO DE COMBUSTÍVEL FBD 451	vox	UN	5,000	0,0000	52,5000	262,50	Venceu
132	333400589	FILTRO DE COMBUSTÍVEL FBD 878	vox	UN	35,000	0,0000	52,5000	1.837,50	Venceu
133	333400584	FILTRO DE COMBUSTÍVEL FBS 2627	vox	UN	5,000	0,0000	32,5000	162,50	Venceu
134	33396761	FILTRO DE COMBUSTÍVEL FBS 3027	vox	UN	5,000	0,0000	47,5000	237,50	Venceu
135	85411	FILTRO DE COMBUSTÍVEL GI 04/3	vox	UN	5,000	0,0000	10,2500	51,25	Venceu
136	85412	FILTRO DE COMBUSTÍVEL GI 04/7	vox	UN	55,000	0,0000	10,2500	563,75	Venceu
137	85414	FILTRO DE COMBUSTÍVEL GI 06/7	vox	UN	20,000	0,0000	13,8000	276,00	Venceu
138	333400578	FILTRO DE COMBUSTÍVEL GI12/7	vox	UN	10,000	0,0000	14,6000	146,00	Venceu
139	333400579	FILTRO DE COMBUSTÍVEL GI40	vox	UN	8,000	0,0000	8,5000	68,00	Venceu
140	333400582	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PC 3/155	vox	UN	5,000	0,0000	39,5000	197,50	Venceu
141	3392127	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PSC 410	vox	UN	5,000	0,0000	22,4000	112,00	Venceu
142	333400583	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PSC 411	wega	UN	5,000	0,0000	22,5000	112,50	Venceu
143	333400581	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PSC 493	wega	UN	5,000	0,0000	42,5000	212,50	Venceu
144	333402040	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REC 153	wega	UN	10,000	0,0000	40,5000	405,00	Venceu
145	433405916	FILTRO DE INTERNO XS - 30	wega	UN	5,000	0,0000	23,5000	117,50	Venceu
146	3392138	FILTRO DE TRANSMISSÃO 1R-0773	PARKER	UN	5,000	0,0000	105,0000	525,00	Venceu
148	333400576	FILTRO DE TRANSMISSÃO BT 8417	donaldson	UN	5,000	0,0000	52,0000	260,00	Venceu
150	333402034	FILTRO DE TRANSMISSÃO BT 8439-MPG	TECFIL	UN	5,000	0,0000	121,0000	605,00	Venceu
151	333400577	FILTRO DE TRANSMISSÃO BT 9360	donaldson	UN	10,000	0,0000	345,0000	3.450,00	Venceu
153	333402036	FILTRO DE TRANSMISSÃO PSH 743	donaldson	UN	5,000	0,0000	72,0000	360,00	Venceu
154	433405964	FILTRO DE TRANSMISSÃO USH 6582	vox	UN	10,000	0,0000	103,0000	1.030,00	Venceu
155	3392132	FILTRO HIDRÁULICO 1R-0722	donaldson	UN	5,000	0,0000	88,0000	440,00	Venceu
157	333398289	FILTRO HIDRÁULICO 362 - 1163	wega	UN	5,000	0,0000	255,0000	1.275,00	Venceu
158	333402032	FILTRO HIDRÁULICO 47425202 CNH	donaldson	UN	5,000	0,0000	60,0000	300,00	Venceu
159	3392130	FILTRO HIDRÁULICO BT 287	donaldson	UN	20,000	0,0000	72,0000	1.440,00	Venceu
160	3392136	FILTRO HIDRÁULICO BT 8320	vox	UN	5,000	0,0000	200,0000	1.000,00	Venceu
162	433405970	FILTRO HIDRÁULICO PH 64	parter	UN	5,000	0,0000	70,0000	350,00	Venceu
164	333400563	FILTRO HIDRÁULICO PSH 025	vox	UN	10,000	0,0000	108,0000	1.080,00	Venceu
165	85437	FILTRO HIDRÁULICO PSH 112	wega	UN	5,000	0,0000	68,0000	340,00	Venceu
166	85429	FILTRO HIDRÁULICO PSH 974	vox	UN	5,000	0,0000	37,0000	185,00	Venceu
167	333400573	FILTRO HIDRÁULICO PT 9413-MPG	donaldson	UN	5,000	0,0000	210,0000	1.050,00	Venceu
170	433405995	FILTRO HIDRÁULICO USH 359	vox	UN	10,000	0,0000	77,5000	775,00	Venceu
171	333400565	FILTRO HIDRÁULICO USH 411	vox	UN	10,000	0,0000	100,0000	1.000,00	Venceu
173	333400548	FILTRO LUBRIFICANTE HU 816/2X,	vox	UN	5,000	0,0000	15,0000	75,00	Venceu
174	333400560	FILTRO LUBRIFICANTE OC 403	vox	UN	5,000	0,0000	36,0000	180,00	Venceu
175	433405982	FILTRO LUBRIFICANTE OFL 0237B	wega	UN	8,000	0,0000	38,0000	304,00	Venceu
176	333400566	FILTRO LUBRIFICANTE P 502465	tecfil	UN	15,000	0,0000	47,4000	711,00	Venceu

Página: 5/6

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 102/2020 Licitação: 55/2020 - PR Data da Homologação: 29/06/2020</p> <p>Fornecedor: 10195 - LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD</p>									
177	433405980	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 108	vox	UN	5,000	0,0000	13,0000	65,00	Venceu
178	333400540	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 119	vox	UN	5,000	0,0000	15,5000	77,50	Venceu
179	333400554	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 2002	vox	UN	5,000	0,0000	18,5000	92,50	Venceu
180	333400555	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 310	wega	UN	5,000	0,0000	33,5000	167,50	Venceu
181	433405981	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 678	vox	UN	5,000	0,0000	23,0000	115,00	Venceu
182	71490	FILTRO LUBRIFICANTE PL 442	vox	UN	5,000	0,0000	17,0000	85,00	Venceu
183	36280	FILTRO LUBRIFICANTE PL 519	vox	UN	22,000	0,0000	18,0000	396,00	Venceu
184	15784	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 196	vox	UN	5,000	0,0000	38,0000	190,00	Venceu
185	333400558	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 2003	wega	UN	5,000	0,0000	16,0000	80,00	Venceu
186	36584	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 280	vox	UN	15,000	0,0000	23,0000	345,00	Venceu
187	333400541	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 282	vox	UN	15,000	0,0000	14,0000	210,00	Venceu
188	333400542	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 283	wega	UN	20,000	0,0000	38,5000	770,00	Venceu
189	433405977	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 285	tesfil	UN	20,000	0,0000	47,4000	948,00	Venceu
190	333400543	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 300	vox	UN	15,000	0,0000	59,0000	885,00	Venceu
191	333400545	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 339	vox	UN	10,000	0,0000	27,5000	275,00	Venceu
192	36278	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 340	wega	UN	15,000	0,0000	44,0000	660,00	Venceu
193	15799	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 417	vox	UN	20,000	0,0000	29,0000	580,00	Venceu
194	15779	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 45	wega	UN	30,000	0,0000	9,7000	291,00	Venceu
195	15778	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 55	vox	UN	15,000	0,0000	8,6000	129,00	Venceu
196	433405978	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 560	vox	UN	10,000	0,0000	10,6000	106,00	Venceu
197	15782	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 562	vox	UN	60,000	0,0000	10,4000	624,00	Venceu
198	15775	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 619	vox	UN	93,000	0,0000	8,1000	753,30	Venceu
199	3359940	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 655	vox	UN	25,000	0,0000	36,4000	910,00	Venceu
200	433405979	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 675	vox	UN	30,000	0,0000	18,6000	558,00	Venceu
201	333400551	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 836	vox	UN	5,000	0,0000	26,5000	132,50	Venceu
202	333400552	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 900	wega	UN	30,000	0,0000	30,0000	438,00	Venceu
203	36279	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 962	vox	UN	25,000	0,0000	17,7000	442,50	Venceu
204	433405985	FILTRO LUBRIFICANTE UNI 005	vox	UN	5,000	0,0000	8,9500	44,75	Venceu
205	333400557	FILTRO LUBRIFICANTE W 925	tesfil	UN	10,000	0,0000	36,0000	360,00	Venceu
206	333400549	FILTRO LUBRIFICANTE WO 340	vox	UN	5,000	0,0000	10,3000	51,50	Venceu
207	433405983	FILTRO LUBRIFICANTE WOE 500	wega	UN	5,000	0,0000	16,0000	80,00	Venceu
208	333400559	FILTRO LUBRIFICANTE WOE-313	wega	UN	10,000	0,0000	15,4000	154,00	Venceu
209	333400550	FILTRO LUBRIFICANTE WOE-912	vox	UN	5,000	0,0000	16,0000	80,00	Venceu
211	433405974	FILTRO TRANSMISSÃO 581/M8564	parfer	UN	5,000	0,0000	48,0000	240,00	Venceu
212	433406803	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 332	vox	UN	5,000	0,0000	20,0000	100,00	Venceu
213	433410633	FILTRO DE AR EXTERNO 332/F819	donaldson	UN	40,000	0,0000	125,0000	5,000,00	Venceu
214	433410634	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 129	vox	UN	6,000	0,0000	15,5000	93,00	Venceu
215	85329	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 705	vox	UN	5,000	0,0000	15,5000	77,50	Venceu

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 102/2020 Licitação: 55/2020 - PR Data da Homologação: 29/06/2020									
Fornecedor: 10195 - LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD									
216	433410635	FILTRO LUBRIFICANTE OC 1222	vox	UN	5,000	0,0000	18,0000	90,00	Venceu
219	433410637	FILTRO DE AR LX 960	vox	UN	15,000	0,0000	21,8000	327,00	Venceu
220	433410638	FILTRO DE AR FAP-9002	wega	UN	5,000	0,0000	27,0000	135,00	Venceu
221	3395885	FILTRO DE AR 20544738	vox	UN	5,000	0,0000	112,0000	560,00	Venceu
222	433410639	FILTRO DE AR HLP 4147	vox	UN	5,000	0,0000	11,0000	55,00	Venceu
226	433410644	FILTRO DE COMBUSTIVEL P765325	donaldson	UN	15,000	0,0000	114,0000	1.710,00	Venceu
228	433410646	FILTRO HIDRÁULICO PSH 242	tecfil	UN	5,000	0,0000	105,0000	525,00	Venceu
234	433410665	FILTRO DIESEL PU 1046XS	vox	UN	2,000	0,0000	25,0000	50,00	Venceu
235	433411400	FILTRO DE AR ARL 6096	vox	UN	15,000	0,0000	10,4000	156,00	Venceu
237	433411404	FILTRO COMBUSTIVEL 32/g25994 SKAR	tecfil	UN	15,000	0,0000	60,0000	900,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->							2.475,000	111.120,25	

Seara, 29 de Junho de 2020.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 102/2020

Publicação Nº 2544689

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2020 - PR Processo Administrativo: 75/2020 Processo de Licitação: 102/2020 Data do Processo: 17/06/2020
Folha: 1/7	

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Pregoeiro(a) Municipal, Sr(a) LUIZ DALAGO JUNIOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, após analisado o resultado do Pregão acima especificado, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 102/2020
b) Licitação Nr.: 55/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data da Adjudicação: 29/06/2020 Sequência: 0
e) Objeto da Licitação: SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE FILTROS DE: AR, COMBUSTÍVEL, HIDRAULICOS, LUBRIFICANTE E DE TRANSMISSÃO.

f) Fornecedores e Itens Adjudicados:

	Unid.	Qtde	Desclo (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD - (10195)

1	FILTRO DE COMBUSTÍVEL FCD 0778 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	52,00	260,00
2	FILTRO ÁGUA FBA 331 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	28,00	280,00
3	FILTRO AR AP 2032 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	64,00	640,00
4	FILTRO AR AP 9834 - Marca: wega	UN	25,00	0,0000	46,50	1.162,50
5	FILTRO AR ARL 4150 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	9,10	91,00
6	FILTRO AR ARL 6091 - Marca: vox	UN	20,00	0,0000	10,50	210,00
7	FILTRO AR ARL 8832 - Marca: wega	UN	43,00	0,0000	8,25	354,75
8	FILTRO AR ARL 8834 - Marca: wega	UN	20,00	0,0000	7,25	145,00
9	FILTRO AR ARS 1013 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	36,00	540,00
10	FILTRO AR ARS 1029 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	27,50	275,00
11	FILTRO AR ARS 3003 - Marca: wega	UN	15,00	0,0000	44,50	667,50
12	FILTRO AR AS 836 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	25,50	127,50
13	FILTRO AR AS 820 - Marca: wega	UN	30,00	0,0000	23,45	703,50
14	FILTRO AR CA 8774 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	36,00	180,00
15	FILTRO AR CA 9746 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	67,00	335,00
16	FILTRO CAIXA HE 314 - Marca: vox	UN	2,00	0,0000	19,50	39,00
17	FILTRO COMBUSTÍVEL 1º R120-30 MB - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	34,00	340,00
18	FILTRO COMBUSTÍVEL 2º PEC 3022 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	37,50	187,50
19	FILTRO COMBUSTÍVEL 4224811M1 - Marca: wega	UN	10,00	0,0000	53,50	535,00

Seara, 29 de Junho de 2020.

Luiz Dalago Júnior - Pregoeiro

Claisnei André Vani - Pregoeiro

Tais Cristina Dreon - Pregoeira

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2020 - PR
	Processo Administrativo: 75/2020 Processo de Licitação: 102/2020 Data do Processo: 17/06/2020

Folha: 2/7

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD (10195)**

20	FILTRO COMBUSTIVEL FBD 744 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	20,00	100,00
21	FILTRO COMBUSTIVEL FBD 877 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	52,00	260,00
22	FILTRO COMBUSTIVEL FC 161 - Marca: vox	UN	45,00	0,0000	6,75	303,75
23	FILTRO COMBUSTIVEL FC 3022 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	37,50	187,50
24	FILTRO COMBUSTIVEL FCD 0954 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	53,50	267,50
26	FILTRO COMBUSTIVEL FCD 771 - Marca: vox	UN	25,00	0,0000	37,70	942,50
27	FILTRO COMBUSTIVEL GI 08/1 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	11,00	165,00
28	FILTRO COMBUSTIVEL OFC 1535 S - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	44,00	220,00
29	FILTRO COMBUSTIVEL P 3401 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	22,30	111,50
30	FILTRO COMBUSTIVEL PC 2/155 - Marca: wega	UN	15,00	0,0000	6,60	99,00
31	FILTRO COMBUSTIVEL PC 947 - Marca: vox	UN	8,00	0,0000	20,00	160,00
32	FILTRO COMBUSTIVEL PC2/255 - Marca: wega	UN	20,00	0,0000	9,70	194,00
33	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 353 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	40,00	200,00
34	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 496 - Marca: wega	UN	15,00	0,0000	15,90	238,50
35	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 498/5 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	55,90	279,50
36	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 73/1 - Marca: wega	UN	30,00	0,0000	9,75	292,50
37	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 75 - Marca: wega	UN	35,00	0,0000	24,00	840,00
38	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 877 - Marca: wega	UN	20,00	0,0000	52,00	1.040,00
39	FILTRO COMBUSTIVEL PSD 460/1 - Marca: vox	UN	20,00	0,0000	29,30	586,00
40	FILTRO COMBUSTIVEL PSD 480/1 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	33,20	332,00
41	FILTRO COMBUSTIVEL PSD 490/1 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	47,90	479,00
42	FILTRO COMBUSTIVEL PSD 530/1 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	24,30	121,50
43	FILTRO COMBUSTIVEL PSD 960/1 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	34,00	170,00
44	FILTRO COMBUSTIVEL PSD 970/1 = RACOR - Marca: vox	UN	35,00	0,0000	32,50	1.137,50
45	FILTRO COMBUSTIVEL R 120 L 30 M - Marca: parker	UN	20,00	0,0000	71,00	1.420,00
46	FILTRO COMBUSTIVEL R120L-10MQII - Marca: parker	UN	60,00	0,0000	71,00	4.260,00
47	FILTRO COMBUSTIVEL R120LJ-10MQII - Marca: parker	UN	10,00	0,0000	85,00	850,00
48	FILTRO COMBUSTIVEL RC 380 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	32,00	160,00
49	FILTRO COMBUSTIVEL RC 806 J - Marca: parker	UN	5,00	0,0000	69,00	345,00
51	FILTRO DE AR 32/917805 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	24,50	122,50
52	FILTRO DE AR 71102626 SH - Marca: tecfil	UN	5,00	0,0000	51,00	255,00
53	FILTRO DE AR 7T-7358 - Marca: parker	UN	5,00	0,0000	65,00	325,00
54	FILTRO DE AR 87574362 CNH - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	26,00	130,00

Seara, 29 de Junho de 2020.

Luiz Dalago Júnior - Pregoeiro-----
Claisnei André Vani - Pregoeiro-----
Tais Cristina Dreon - Pregoeira

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2020 - PR Processo Administrativo: 75/2020 Processo de Licitação: 102/2020 Data do Processo: 17/06/2020
	Folha: 3/7

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD (10195)

55	FILTRO DE AR 87574363 CNH - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	21,00	105,00
56	FILTRO DE AR 96950990 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	18,50	92,50
57	FILTRO DE AR A; AP 5460 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	63,50	317,50
59	FILTRO DE AR AF 2474RS - Marca: tecfil	UN	5,00	0,0000	75,00	375,00
60	FILTRO DE AR AF 25558 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	35,00	175,00
61	FILTRO DE AR AF 8889-RS - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	42,00	630,00
63	FILTRO DE AR AP 2710 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	38,00	190,00
64	FILTRO DE AR AR 1018 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	44,50	222,50
65	FILTRO DE AR AR9620 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	12,50	62,50
66	FILTRO DE AR ARL 4147 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	10,60	106,00
67	FILTRO DE AR ARL 8829 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	18,80	188,00
68	FILTRO DE AR ARL 9608 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	14,90	74,50
69	FILTRO DE AR ARL8840 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	17,90	89,50
70	FILTRO DE AR ARS 203 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	30,90	463,50
71	FILTRO DE AR ARS 7990 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	36,60	183,00
72	FILTRO DE AR ARS 9838 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	55,90	559,00
73	FILTRO DE AR ARS 9839 - Marca: wega	UN	52,00	0,0000	66,00	3.432,00
74	FILTRO DE AR ARS 9840 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	111,00	1.110,00
75	FILTRO DE AR AS 810 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	28,50	285,00
76	FILTRO DE AR C 1944 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	8,50	42,50
77	FILTRO DE AR CA 5626 YPU - Marca: vox	UN	53,00	0,0000	68,90	3.651,70
78	FILTRO DE AR CA 8782 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	12,00	60,00
80	FILTRO DE AR CA 9747 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	112,50	1.125,00
83	FILTRO DE AR CONDICIONADO 30/926020 - Marca: donaldson	UN	36,00	0,0000	69,00	2.484,00
85	FILTRO DE AR CONDICIONADO ACP 303 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	10,80	162,00
87	FILTRO DE AR CONDICIONADO ART 6098 - Marca: wega	UN	10,00	0,0000	15,40	154,00
90	FILTRO DE AR CONDICIONADO KD-12Y 979 1171/S - Marca: parker	UN	10,00	0,0000	134,00	1.340,00
91	FILTRO DE AR DQ 59138 - Marca: vox	UN	8,00	0,0000	42,00	336,00
92	FILTRO DE AR DQ 59139 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	45,00	450,00
93	FILTRO DE AR EXTERNO 293-4053 - Marca: wega	UN	10,00	0,0000	144,00	1.440,00
94	FILTRO DE AR EXTERNO 332/A9113 - Marca: parker	UN	5,00	0,0000	75,00	375,00
95	FILTRO DE AR EXTERNO ARS 8842 - Marca: vox	UN	8,00	0,0000	31,50	252,00

Seara, 29 de Junho de 2020.

Luiz Dalago Júnior - Pregoeiro

Claisnei André Vani - Pregoeiro

Tais Cristina Dreon - Pregoeira

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2020 - PR
	Processo Administrativo: 75/2020 Processo de Licitação: 102/2020 Data do Processo: 17/06/2020

Folha: 4/7

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD (10195)**

96	FILTRO DE AR EXTERNO P 608766 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	145,00	725,00
98	FILTRO DE AR EXTERNO TR 1533 - Marca: tecfil	UN	5,00	0,0000	129,00	645,00
100	FILTRO DE AR EXTERNO TR 7110 - Marca: tecfil	UN	5,00	0,0000	80,00	400,00
101	FILTRO DE AR EXTERNO UARS 2473P - Marca: donaldson	UN	5,00	0,0000	164,00	820,00
102	FILTRO DE AR EXTERNO XL 2030 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	46,50	232,50
103	FILTRO DE AR EXTERNO XL 2159 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	40,80	204,00
104	FILTRO DE AR FAP 2829 - Marca: wega	UN	10,00	0,0000	23,00	230,00
105	FILTRO DE AR FAP 3261 - Marca: wega	UN	10,00	0,0000	27,50	275,00
106	FILTRO DE AR FAP 9121 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	18,50	92,50
107	FILTRO DE AR HD 2869 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	33,00	330,00
108	FILTRO DE AR HD 8234 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	50,50	252,50
109	FILTRO DE AR HD 8842 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	31,50	157,50
110	FILTRO DE AR HLP 8834 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	7,50	37,50
112	FILTRO DE AR INTERNO ARS 839 - Marca: wega	UN	60,00	0,0000	34,60	2.076,00
114	FILTRO DE AR INTERNO TR 7111 - Marca: tecfil	UN	5,00	0,0000	40,00	200,00
115	FILTRO DE AR INTERNO UARS 2474P - Marca: tecfil	UN	5,00	0,0000	78,00	390,00
116	FILTRO DE AR INTERNO XS - 159 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	45,00	225,00
117	FILTRO DE AR INTERNO XS - 46 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	59,00	295,00
118	FILTRO DE AR INTERNO XS 11 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	32,50	162,50
119	FILTRO DE AR TR 23614 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	50,50	252,50
120	FILTRO DE AR UARS 7870P - Marca: vox	UN	101,00	0,0000	138,00	13.938,00
121	FILTRO DE AR UARS 7871P - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	68,00	680,00
122	FILTRO DE AR VRA 579 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	36,00	180,00
123	FILTRO DE AR VRA 590 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	32,50	162,50
124	FILTRO DE AR W 180 OU WR 198 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	35,00	175,00
125	FILTRO DE AR XL 116 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	24,50	122,50
126	FILTRO DE AR XL 2020 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	25,50	127,50
127	FILTRO DE AR XL 2046 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	76,00	380,00
128	FILTRO DE AR XL 2116 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	58,00	290,00
129	FILTRO DE AR XS 20 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	24,50	122,50
130	FILTRO DE COMBUSTÍVEL C8826 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	25,50	127,50
131	FILTRO DE COMBUSTÍVEL FBD 451 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	52,50	262,50
132	FILTRO DE COMBUSTÍVEL FBD 878 - Marca: vox	UN	35,00	0,0000	52,50	1.837,50

Seara, 29 de Junho de 2020.

Luiz Dalago Júnior - Pregoeiro-----
Claisnei André Vani - Pregoeiro-----
Tais Cristina Dreon - Pregoeira

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2020 - PR
	Processo Administrativo: 75/2020 Processo de Licitação: 102/2020 Data do Processo: 17/06/2020

Folha: 5/7

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD (10195)**

133	FILTRO DE COMBUSTÍVEL FBS 2627 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	32,50	162,50
134	FILTRO DE COMBUSTÍVEL FBS 3027 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	47,50	237,50
135	FILTRO DE COMBUSTÍVEL GI 04/3 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	10,25	51,25
136	FILTRO DE COMBUSTÍVEL GI 04/7 - Marca: vox	UN	55,00	0,0000	10,25	563,75
137	FILTRO DE COMBUSTÍVEL GI 06/7 - Marca: vox	UN	20,00	0,0000	13,80	276,00
138	FILTRO DE COMBUSTÍVEL GI12/7 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	14,60	146,00
139	FILTRO DE COMBUSTÍVEL GI40 - Marca: vox	UN	8,00	0,0000	8,50	68,00
140	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PC 3/155 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	39,50	197,50
141	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PSC 410 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	22,40	112,00
142	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PSC 411 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	22,50	112,50
143	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PSC 493 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	42,50	212,50
144	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REC 153 - Marca: wega	UN	10,00	0,0000	40,50	405,00
145	FILTRO DE INTERNO XS - 30 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	23,50	117,50
146	FILTRO DE TRANSMISSÃO 1R-0773 - Marca: PARKER	UN	5,00	0,0000	105,00	525,00
148	FILTRO DE TRANSMISSÃO BT 8417 - Marca: donaldson	UN	5,00	0,0000	52,00	260,00
150	FILTRO DE TRANSMISSÃO BT 8439-MPG - Marca: TECFIL	UN	5,00	0,0000	121,00	605,00
151	FILTRO DE TRANSMISSÃO BT 9360 - Marca: donaldson	UN	10,00	0,0000	345,00	3.450,00
153	FILTRO DE TRANSMISSÃO PSH 743 - Marca: donaldson	UN	5,00	0,0000	72,00	360,00
154	FILTRO DE TRANSMISSÃO USH 6582 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	103,00	1.030,00
155	FILTRO HIDRÁULICO 1R-0722 - Marca: donaldson	UN	5,00	0,0000	88,00	440,00
157	FILTRO HIDRÁULICO 362 - 1163 - Marca: donaldson	UN	5,00	0,0000	255,00	1.275,00
158	FILTRO HIDRÁULICO 47425202 CNH - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	60,00	300,00
159	FILTRO HIDRÁULICO BT 287 - Marca: donaldson	UN	20,00	0,0000	72,00	1.440,00
160	FILTRO HIDRÁULICO BT8320 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	200,00	1.000,00
162	FILTRO HIDRÁULICO PH 64 - Marca: parker	UN	5,00	0,0000	70,00	350,00
164	FILTRO HIDRÁULICO PSH 025 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	108,00	1.080,00
165	FILTRO HIDRAULICO PSH 112 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	68,00	340,00
166	FILTRO HIDRÁULICO PSH 974 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	37,00	185,00
167	FILTRO HIDRÁULICO PT 9413-MPG - Marca: donaldson	UN	5,00	0,0000	210,00	1.050,00
170	FILTRO HIDRÁULICO USH 359 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	77,50	775,00
171	FILTRO HIDRÁULICO USH 411 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	100,00	1.000,00
173	FILTRO LUBRIFICANTE HU 816/2X, - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	15,00	75,00
174	FILTRO LUBRIFICANTE OC 403 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	36,00	180,00

Seara, 29 de Junho de 2020.

Luiz Dalago Júnior - Pregoeiro-----
Claisnei André Vani - Pregoeiro-----
Tais Cristina Dreon - Pregoeira

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2020 - PR
	Processo Administrativo: 75/2020 Processo de Licitação: 102/2020 Data do Processo: 17/06/2020

Folha: 6/7

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD (10195)**

175	FILTRO LUBRIFICANTE OFL 0237B - Marca: wega	UN	8,00	0,0000	38,00	304,00
176	FILTRO LUBRIFICANTE P 502465 - Marca: tecfil	UN	15,00	0,0000	47,40	711,00
177	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 108 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	13,00	65,00
178	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 119 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	15,50	77,50
179	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 2002 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	18,50	92,50
180	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 310 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	33,50	167,50
181	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 678 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	23,00	115,00
182	FILTRO LUBRIFICANTE PL 442 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	17,00	85,00
183	FILTRO LUBRIFICANTE PL 519 - Marca: vox	UN	22,00	0,0000	18,00	396,00
184	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 156 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	38,00	190,00
185	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 2003 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	16,00	80,00
186	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 280 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	23,00	345,00
187	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 282 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	14,00	210,00
188	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 283 - Marca: wega	UN	20,00	0,0000	38,50	770,00
189	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 285 - Marca: tecfil	UN	20,00	0,0000	47,40	948,00
190	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 300 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	59,00	885,00
191	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 339 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	27,50	275,00
192	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 340 - Marca: wega	UN	15,00	0,0000	44,00	660,00
193	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 417 - Marca: vox	UN	20,00	0,0000	29,00	580,00
194	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 45 - Marca: wega	UN	30,00	0,0000	9,70	291,00
195	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 55 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	8,60	129,00
196	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 560 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	10,60	106,00
197	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 562 - Marca: vox	UN	60,00	0,0000	10,40	624,00
198	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 619 - Marca: vox	UN	93,00	0,0000	8,10	753,30
199	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 655 - Marca: vox	UN	25,00	0,0000	36,40	910,00
200	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 675 - Marca: vox	UN	30,00	0,0000	18,60	558,00
201	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 836 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	26,50	132,50
202	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 900 - Marca: wega	UN	30,00	0,0000	14,60	438,00
203	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 962 - Marca: vox	UN	25,00	0,0000	17,70	442,50
204	FILTRO LUBRIFICANTE UNI 005 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	8,95	44,75
205	FILTRO LUBRIFICANTE W 925 - Marca: tecfil	UN	10,00	0,0000	36,00	360,00
206	FILTRO LUBRIFICANTE WO 340 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	10,30	51,50
207	FILTRO LUBRIFICANTE WOE 500 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	16,00	80,00

Seara, 29 de Junho de 2020.

Luiz Dalago Júnior - Pregoeiro-----
Claisnei André Vani - Pregoeiro-----
Tais Cristina Dreon - Pregoeira

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2020 - PR Processo Administrativo: 75/2020 Processo de Licitação: 102/2020 Data do Processo: 17/06/2020
	Folha: 7/7

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD (10195)**

208	FILTRO LUBRIFICANTE WOE-313 - Marca: wega	UN	10,00	0,0000	15,40	154,00
209	FILTRO LUBRIFICANTE WOE-912 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	16,00	80,00
211	FILTRO TRANSMISSÃO 581/M8564 - Marca: parker	UN	5,00	0,0000	48,00	240,00
212	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 332 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	20,00	100,00
213	FILTRO DE AR EXTERNO 332/F819 - Marca: donaldson	UN	40,00	0,0000	125,00	5.000,00
214	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 129 - Marca: vox	UN	6,00	0,0000	15,50	93,00
215	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 705 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	15,50	77,50
216	FILTRO LUBRIFICANTE OC 1222 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	18,00	90,00
219	FILTRO DE AR LX 960 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	21,80	327,00
220	FILTRO DE AR FAP-9002 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	27,00	135,00
221	FILTRO DE AR 20544738 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	112,00	560,00
222	FILTRO DE AR HLP 4147 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	11,00	55,00
226	FILTRO DE COMBUSTÍVEL P765325 - Marca: donaldson	UN	15,00	0,0000	114,00	1.710,00
228	FILTRO HIDRÁULICO PSH 242 - Marca: tecfil	UN	5,00	0,0000	105,00	525,00
234	FILTRO DIESEL PU 1046XS - Marca: vox	UN	2,00	0,0000	25,00	50,00
235	FILTRO DE AR ARL 6096 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	10,40	156,00
237	FILTRO COMBUSTÍVEL 32/925994 SKAR - Marca: tecfil	UN	15,00	0,0000	60,00	900,00

Total do Fornecedor: 111.120,25

Total Geral: 111.120,25

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.218.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.203.3.3.90.00.00.00.00.00 (5), 2.280.3.3.90.00.00.00.00.00 (6), 2.276.3.3.90.00.00.00.00.00 (23), 2.289.3.3.90.00.00.00.00.00 (25), 2.278.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.216.3.3.90.00.00.00.00.00 (39), 2.220.3.3.90.00.00.00.00.00 (51), 2.221.3.3.90.00.00.00.00.00 (68), 2.223.3.3.90.00.00.00.00.00 (92), 2.225.3.3.90.00.00.00.00.00 (107), 2.224.3.3.90.00.00.00.00.00 (119), 2.240.3.3.90.00.00.00.00.00 (128), 2.251.3.3.90.00.00.00.00.00 (159), 2.256.3.3.90.00.00.00.00.00 (184), 2.269.3.3.90.00.00.00.00.00 (230), 2.262.3.3.90.00.00.00.00.00 (250)

Seara, 29 de Junho de 2020.

Luiz Dalago Júnior - Pregoeiro-----
Claisnei André Vani - Pregoeiro-----
Tais Cristina Dreon - Pregoeira

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 102/2020

Publicação Nº 2544690

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2020 - PR Processo Administrativo: 75/2020 Processo de Licitação: 102/2020 Data do Processo: 17/06/2020
	Folha: 1/10

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, EDEMILSON CANALE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 102/2020
b) Licitação Nr.: 55/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 29/06/2020
e) Objeto da Licitação: SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE FILTROS DE: AR, COMBUSTÍVEL, HIDRAULICOS, LUBRIFICANTE E DE TRANSMISSÃO

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD (10195)

1	FILTRO DE COMBUSTÍVEL FCD 0778 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	52,00	260,00
2	FILTRO ÁGUA FBA 331 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	28,00	280,00
3	FILTRO AR AP 2032 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	64,00	640,00
4	FILTRO AR AP 9834 - Marca: wega	UN	25,00	0,0000	46,50	1.162,50
5	FILTRO AR ARL 4150 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	9,10	91,00
6	FILTRO AR ARL 6091 - Marca: vox	UN	20,00	0,0000	10,50	210,00
7	FILTRO AR ARL 8832 - Marca: wega	UN	43,00	0,0000	8,25	354,75
8	FILTRO AR ARL 8834 - Marca: wega	UN	20,00	0,0000	7,25	145,00
9	FILTRO AR ARS 1013 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	36,00	540,00

Seara, 29 de Junho de 2020.

EDEMILSON CANALE
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

CNPJ: 83.024.505/0001-13
 AV ANITA GARIBALDI, 371
 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 55/2020 - PR

Processo Administrativo: 75/2020
 Processo de Licitação: 102/2020
 Data do Processo: 17/06/2020

Folha: 2/10

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD (10195)

10 FILTRO AR ARS 1029 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	27,50	275,00
11 FILTRO AR ARS 3003 - Marca: wega	UN	15,00	0,0000	44,50	667,50
12 FILTRO AR AS 836 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	25,50	127,50
13 FILTRO AR AS 820 - Marca: wega	UN	30,00	0,0000	23,45	703,50
14 FILTRO AR CA 8774 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	36,00	180,00
15 FILTRO AR CA 9746 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	67,00	335,00
16 FILTRO CAIXA HE 314 - Marca: vox	UN	2,00	0,0000	19,50	39,00
17 FILTRO COMBUSTIVEL 1º R120-30 MB - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	34,00	340,00
18 FILTRO COMBUSTIVEL 2º PEC 3022 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	37,50	187,50
19 FILTRO COMBUSTIVEL 4224811M1 - Marca: wega	UN	10,00	0,0000	53,50	535,00
20 FILTRO COMBUSTIVEL FBD 744 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	20,00	100,00
21 FILTRO COMBUSTIVEL FBD 877 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	52,00	260,00
22 FILTRO COMBUSTIVEL FC 161 - Marca: vox	UN	45,00	0,0000	6,75	303,75
23 FILTRO COMBUSTIVEL FC 3022 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	37,50	187,50
24 FILTRO COMBUSTIVEL FCD 0954 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	53,50	267,50
26 FILTRO COMBUSTIVEL FCD 771 - Marca: vox	UN	25,00	0,0000	37,70	942,50
27 FILTRO COMBUSTIVEL GI 08/1 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	11,00	165,00
28 FILTRO COMBUSTIVEL OFC 1535 S - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	44,00	220,00
29 FILTRO COMBUSTIVEL P 3401 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	22,30	111,50
30 FILTRO COMBUSTIVEL PC 2/155 - Marca: wega	UN	15,00	0,0000	6,60	99,00
31 FILTRO COMBUSTIVEL PC 947 - Marca: vox	UN	8,00	0,0000	20,00	160,00
32 FILTRO COMBUSTIVEL PC2/255 - Marca: wega	UN	20,00	0,0000	9,70	194,00
33 FILTRO COMBUSTIVEL PSC 353 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	40,00	200,00
34 FILTRO COMBUSTIVEL PSC 496 - Marca: wega	UN	15,00	0,0000	15,90	238,50

Seara, 29 de Junho de 2020.

 EDEMILSON CANALE
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

CNPJ: 83.024.505/0001-13
 AV ANITA GARIBALDI, 371
 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 55/2020 - PR

Processo Administrativo: 75/2020
 Processo de Licitação: 102/2020
 Data do Processo: 17/06/2020

Folha: 3/10

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD (10195)

35 FILTRO COMBUSTÍVEL PSC 498/5 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	55,90	279,50
36 FILTRO COMBUSTÍVEL PSC 73/1 - Marca: wega	UN	30,00	0,0000	9,75	292,50
37 FILTRO COMBUSTÍVEL PSC 75 - Marca: wega	UN	35,00	0,0000	24,00	840,00
38 FILTRO COMBUSTÍVEL PSC 877 - Marca: wega	UN	20,00	0,0000	52,00	1.040,00
39 FILTRO COMBUSTÍVEL PSD 460/1 - Marca: vox	UN	20,00	0,0000	29,30	586,00
40 FILTRO COMBUSTÍVEL PSD 480/1 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	33,20	332,00
41 FILTRO COMBUSTÍVEL PSD 490/1 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	47,90	479,00
42 FILTRO COMBUSTIVEL PSD 530/1 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	24,30	121,50
43 FILTRO COMBUSTIVEL PSD 960/1 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	34,00	170,00
44 FILTRO COMBUSTÍVEL PSD 970/1 = RACOR - Marca: vox	UN	35,00	0,0000	32,50	1.137,50
45 FILTRO COMBUSTIVEL R 120 L 30 M - Marca: parker	UN	20,00	0,0000	71,00	1.420,00
46 FILTRO COMBUSTIVEL R120L-10MQII - Marca: parker	UN	60,00	0,0000	71,00	4.260,00
47 FILTRO COMBUSTIVEL R120LJ-10MQII - Marca: parker	UN	10,00	0,0000	85,00	850,00
48 FILTRO COMBUSTIVEL RC 380 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	32,00	160,00
49 FILTRO COMBUSTIVEL RC 806 J - Marca: parker	UN	5,00	0,0000	69,00	345,00
51 FILTRO DE AR 32/917805 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	24,50	122,50
52 FILTRO DE AR 71102626 SH - Marca: tecfil	UN	5,00	0,0000	51,00	255,00
53 FILTRO DE AR 7T-7358 - Marca: parker	UN	5,00	0,0000	65,00	325,00
54 FILTRO DE AR 87574362 CNH - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	26,00	130,00
55 FILTRO DE AR 87574363 CNH - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	21,00	105,00
56 FILTRO DE AR 96950990 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	18,50	92,50
57 FILTRO DE AR A; AP 5460 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	63,50	317,50
59 FILTRO DE AR AF 2474RS - Marca: tecfil	UN	5,00	0,0000	75,00	375,00
60 FILTRO DE AR AF 25558 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	35,00	175,00

Seara, 29 de Junho de 2020.

 EDEMILSON CANALE
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

CNPJ: 83.024.505/0001-13
 AV ANITA GARIBALDI, 371
 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 55/2020 - PR

Processo Administrativo: 75/2020
 Processo de Licitação: 102/2020
 Data do Processo: 17/06/2020

Folha: 4/10

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD (10195)

61 FILTRO DE AR AF 8889-RS - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	42,00	630,00
63 FILTRO DE AR AP 2710 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	38,00	190,00
64 FILTRO DE AR AR 1018 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	44,50	222,50
65 FILTRO DE AR AR9620 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	12,50	62,50
66 FILTRO DE AR ARL 4147 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	10,60	106,00
67 FILTRO DE AR ARL 8829 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	18,80	188,00
68 FILTRO DE AR ARL 9608 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	14,90	74,50
69 FILTRO DE AR ARL8840 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	17,90	89,50
70 FILTRO DE AR ARS 203 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	30,90	463,50
71 FILTRO DE AR ARS 7990 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	36,60	183,00
72 FILTRO DE AR ARS 9838 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	55,90	559,00
73 FILTRO DE AR ARS 9839 - Marca: wega	UN	52,00	0,0000	66,00	3.432,00
74 FILTRO DE AR ARS 9840 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	111,00	1.110,00
75 FILTRO DE AR AS 810 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	28,50	285,00
76 FILTRO DE AR C 1944 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	8,50	42,50
77 FILTRO DE AR CA 5626 YPU - Marca: vox	UN	53,00	0,0000	68,90	3.651,70
78 FILTRO DE AR CA 8782 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	12,00	60,00
80 FILTRO DE AR CA 9747 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	112,50	1.125,00
83 FILTRO DE AR CONDICIONADO 30/926020 - Marca: donaldson	UN	36,00	0,0000	69,00	2.484,00
85 FILTRO DE AR CONDICIONADO ACP 303 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	10,80	162,00
87 FILTRO DE AR CONDICIONADO ART 6098 - Marca: wega	UN	10,00	0,0000	15,40	154,00
90 FILTRO DE AR CONDICIONADO KD-12Y 979 1171/S - Marca: parker	UN	10,00	0,0000	134,00	1.340,00
91 FILTRO DE AR DQ 59138 - Marca: vox	UN	8,00	0,0000	42,00	336,00
92 FILTRO DE AR DQ 59139 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	45,00	450,00

Seara, 29 de Junho de 2020.

 EDEMILSON CANALE
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

 CNPJ: 83.024.505/0001-13
 AV ANITA GARIBALDI, 371
 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 55/2020 - PR

 Processo Administrativo: 75/2020
 Processo de Licitação: 102/2020
 Data do Processo: 17/06/2020

Folha: 5/10

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD (10195)

93 FILTRO DE AR EXTERNO 293-4053 - Marca: wega	UN	10,00	0,0000	144,00	1.440,00
94 FILTRO DE AR EXTERNO 332/A9113 - Marca: parker	UN	5,00	0,0000	75,00	375,00
95 FILTRO DE AR EXTERNO ARS 8842 - Marca: vox	UN	8,00	0,0000	31,50	252,00
96 FILTRO DE AR EXTERNO P 608766 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	145,00	725,00
98 FILTRO DE AR EXTERNO TR 1533 - Marca: tecfil	UN	5,00	0,0000	129,00	645,00
100 FILTRO DE AR EXTERNO TR 7110 - Marca: tecfil	UN	5,00	0,0000	80,00	400,00
101 FILTRO DE AR EXTERNO UARS 2473P - Marca: donaldson	UN	5,00	0,0000	164,00	820,00
102 FILTRO DE AR EXTERNO XL 2030 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	46,50	232,50
103 FILTRO DE AR EXTERNO XL 2159 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	40,80	204,00
104 FILTRO DE AR FAP 2829 - Marca: wega	UN	10,00	0,0000	23,00	230,00
105 FILTRO DE AR FAP 3261 - Marca: wega	UN	10,00	0,0000	27,50	275,00
106 FILTRO DE AR FAP 9121 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	18,50	92,50
107 FILTRO DE AR HD 2869 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	33,00	330,00
108 FILTRO DE AR HD 8234 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	50,50	252,50
109 FILTRO DE AR HD 8842 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	31,50	157,50
110 FILTRO DE AR HLP 8834 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	7,50	37,50
112 FILTRO DE AR INTERNO ARS 839 - Marca: wega	UN	60,00	0,0000	34,60	2.076,00
114 FILTRO DE AR INTERNO TR 7111 - Marca: tecfil	UN	5,00	0,0000	40,00	200,00
115 FILTRO DE AR INTERNO UARS 2474P - Marca: tecfil	UN	5,00	0,0000	78,00	390,00
116 FILTRO DE AR INTERNO XS - 159 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	45,00	225,00
117 FILTRO DE AR INTERNO XS - 46 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	59,00	295,00
118 FILTRO DE AR INTERNO XS 11 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	32,50	162,50
119 FILTRO DE AR TR 23614 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	50,50	252,50
120 FILTRO DE AR UARS 7870P - Marca: vox	UN	101,00	0,0000	138,00	13.938,00

Seara, 29 de Junho de 2020.

 EDEMILSON CANALE
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

 CNPJ: 83.024.505/0001-13
 AV ANITA GARIBALDI, 371
 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 55/2020 - PR

 Processo Administrativo: 75/2020
 Processo de Licitação: 102/2020
 Data do Processo: 17/06/2020

Folha: 6/10

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD (10195)

121 FILTRO DE AR UARS 7871P - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	68,00	680,00
122 FILTRO DE AR VRA 579 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	36,00	180,00
123 FILTRO DE AR VRA 590 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	32,50	162,50
124 FILTRO DE AR W 180 OU WR 198 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	35,00	175,00
125 FILTRO DE AR XL 116 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	24,50	122,50
126 FILTRO DE AR XL 2020 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	25,50	127,50
127 FILTRO DE AR XL 2046 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	76,00	380,00
128 FILTRO DE AR XL 2116 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	58,00	290,00
129 FILTRO DE AR XS 20 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	24,50	122,50
130 FILTRO DE COMBUSTÍVEL C8826 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	25,50	127,50
131 FILTRO DE COMBUSTÍVEL FBD 451 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	52,50	262,50
132 FILTRO DE COMBUSTÍVEL FBD 878 - Marca: vox	UN	35,00	0,0000	52,50	1.837,50
133 FILTRO DE COMBUSTÍVEL FBS 2627 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	32,50	162,50
134 FILTRO DE COMBUSTÍVEL FBS 3027 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	47,50	237,50
135 FILTRO DE COMBUSTÍVEL GI 04/3 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	10,25	51,25
136 FILTRO DE COMBUSTÍVEL GI 04/7 - Marca: vox	UN	55,00	0,0000	10,25	563,75
137 FILTRO DE COMBUSTÍVEL GI 06/7 - Marca: vox	UN	20,00	0,0000	13,80	276,00
138 FILTRO DE COMBUSTÍVEL GI12/7 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	14,60	146,00
139 FILTRO DE COMBUSTÍVEL GI40 - Marca: vox	UN	8,00	0,0000	8,50	68,00
140 FILTRO DE COMBUSTÍVEL PC 3/155 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	39,50	197,50
141 FILTRO DE COMBUSTÍVEL PSC 410 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	22,40	112,00
142 FILTRO DE COMBUSTÍVEL PSC 411 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	22,50	112,50
143 FILTRO DE COMBUSTÍVEL PSC 493 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	42,50	212,50
144 FILTRO DE COMBUSTÍVEL REC 153 - Marca: wega	UN	10,00	0,0000	40,50	405,00

Seara, 29 de Junho de 2020.

 EDEMILSON CANALE
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

CNPJ: 83.024.505/0001-13
AV ANITA GARIBALDI, 371
C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 55/2020 - PR

Processo Administrativo: 75/2020
Processo de Licitação: 102/2020
Data do Processo: 17/06/2020

Folha: 7/10

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD (10195)

145	FILTRO DE INTERNO XS - 30 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	23,50	117,50
146	FILTRO DE TRANSMISSÃO 1R-0773 - Marca: PARKER	UN	5,00	0,0000	105,00	525,00
148	FILTRO DE TRANSMISSÃO BT 8417 - Marca: donaldson	UN	5,00	0,0000	52,00	260,00
150	FILTRO DE TRANSMISSÃO BT 8439-MPG - Marca: TECFIL	UN	5,00	0,0000	121,00	605,00
151	FILTRO DE TRANSMISSÃO BT 9360 - Marca: donaldson	UN	10,00	0,0000	345,00	3.450,00
153	FILTRO DE TRANSMISSÃO PSH 743 - Marca: donaldson	UN	5,00	0,0000	72,00	360,00
154	FILTRO DE TRANSMISSÃO USH 6582 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	103,00	1.030,00
155	FILTRO HIDRÁULICO 1R-0722 - Marca: donaldson	UN	5,00	0,0000	88,00	440,00
157	FILTRO HIDRÁULICO 362 - 1163 - Marca: donaldson	UN	5,00	0,0000	255,00	1.275,00
158	FILTRO HIDRÁULICO 47425202 CNH - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	60,00	300,00
159	FILTRO HIDRÁULICO BT 287 - Marca: donaldson	UN	20,00	0,0000	72,00	1.440,00
160	FILTRO HIDRÁULICO BT8320 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	200,00	1.000,00
162	FILTRO HIDRÁULICO PH 64 - Marca: parker	UN	5,00	0,0000	70,00	350,00
164	FILTRO HIDRÁULICO PSH 025 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	108,00	1.080,00
165	FILTRO HIDRAULICO PSH 112 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	68,00	340,00
166	FILTRO HIDRÁULICO PSH 974 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	37,00	185,00
167	FILTRO HIDRÁULICO PT 9413-MPG - Marca: donaldson	UN	5,00	0,0000	210,00	1.050,00
170	FILTRO HIDRÁULICO USH 359 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	77,50	775,00
171	FILTRO HIDRÁULICO USH 411 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	100,00	1.000,00
173	FILTRO LUBRIFICANTE HU 816/2X, - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	15,00	75,00
174	FILTRO LUBRIFICANTE OC 403 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	36,00	180,00
175	FILTRO LUBRIFICANTE OFL 0237B - Marca: wega	UN	8,00	0,0000	38,00	304,00
176	FILTRO LUBRIFICANTE P 502465 - Marca: tecfil	UN	15,00	0,0000	47,40	711,00
177	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 108 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	13,00	65,00

Seara, 29 de Junho de 2020.

EDEMILSON CANALE
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

CNPJ: 83.024.505/0001-13
 AV ANITA GARIBALDI, 371
 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 55/2020 - PR

Processo Administrativo: 75/2020
 Processo de Licitação: 102/2020
 Data do Processo: 17/06/2020

Folha: 8/10

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD (10195)

178 FILTRO LUBRIFICANTE PEL 119 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	15,50	77,50
179 FILTRO LUBRIFICANTE PEL 2002 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	18,50	92,50
180 FILTRO LUBRIFICANTE PEL 310 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	33,50	167,50
181 FILTRO LUBRIFICANTE PEL 678 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	23,00	115,00
182 FILTRO LUBRIFICANTE PL 442 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	17,00	85,00
183 FILTRO LUBRIFICANTE PL 519 - Marca: vox	UN	22,00	0,0000	18,00	396,00
184 FILTRO LUBRIFICANTE PSL 156 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	38,00	190,00
185 FILTRO LUBRIFICANTE PSL 2003 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	16,00	80,00
186 FILTRO LUBRIFICANTE PSL 280 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	23,00	345,00
187 FILTRO LUBRIFICANTE PSL 282 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	14,00	210,00
188 FILTRO LUBRIFICANTE PSL 283 - Marca: wega	UN	20,00	0,0000	38,50	770,00
189 FILTRO LUBRIFICANTE PSL 285 - Marca: tecfil	UN	20,00	0,0000	47,40	948,00
190 FILTRO LUBRIFICANTE PSL 300 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	59,00	885,00
191 FILTRO LUBRIFICANTE PSL 339 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	27,50	275,00
192 FILTRO LUBRIFICANTE PSL 340 - Marca: wega	UN	15,00	0,0000	44,00	660,00
193 FILTRO LUBRIFICANTE PSL 417 - Marca: vox	UN	20,00	0,0000	29,00	580,00
194 FILTRO LUBRIFICANTE PSL 45 - Marca: wega	UN	30,00	0,0000	9,70	291,00
195 FILTRO LUBRIFICANTE PSL 55 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	8,60	129,00
196 FILTRO LUBRIFICANTE PSL 560 - Marca: vox	UN	10,00	0,0000	10,60	106,00
197 FILTRO LUBRIFICANTE PSL 562 - Marca: vox	UN	60,00	0,0000	10,40	624,00
198 FILTRO LUBRIFICANTE PSL 619 - Marca: vox	UN	93,00	0,0000	8,10	753,30
199 FILTRO LUBRIFICANTE PSL 655 - Marca: vox	UN	25,00	0,0000	36,40	910,00
200 FILTRO LUBRIFICANTE PSL 675 - Marca: vox	UN	30,00	0,0000	18,60	558,00
201 FILTRO LUBRIFICANTE PSL 836 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	26,50	132,50

Seara, 29 de Junho de 2020.

 EDEMILSON CANALE
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

 CNPJ: 83.024.505/0001-13
 AV ANITA GARIBALDI, 371
 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 55/2020 - PR

 Processo Administrativo: 75/2020
 Processo de Licitação: 102/2020
 Data do Processo: 17/06/2020

Folha: 9/10

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LUBRIFIL - COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTD (10195)

202	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 900 - Marca: wega	UN	30,00	0,0000	14,60	438,00
203	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 962 - Marca: vox	UN	25,00	0,0000	17,70	442,50
204	FILTRO LUBRIFICANTE UNI 005 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	8,95	44,75
205	FILTRO LUBRIFICANTE W 925 - Marca: tecfil	UN	10,00	0,0000	36,00	360,00
206	FILTRO LUBRIFICANTE WO 340 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	10,30	51,50
207	FILTRO LUBRIFICANTE WOE 500 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	16,00	80,00
208	FILTRO LUBRIFICANTE WOE-313 - Marca: wega	UN	10,00	0,0000	15,40	154,00
209	FILTRO LUBRIFICANTE WOE-912 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	16,00	80,00
211	FILTRO TRANSMISSÃO 581/M8564 - Marca: parker	UN	5,00	0,0000	48,00	240,00
212	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 332 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	20,00	100,00
213	FILTRO DE AR EXTERNO 332/F819 - Marca: donaldson	UN	40,00	0,0000	125,00	5 000,00
214	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 129 - Marca: vox	UN	6,00	0,0000	15,50	93,00
215	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 705 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	15,50	77,50
216	FILTRO LUBRIFICANTE OC 1222 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	18,00	90,00
219	FILTRO DE AR LX 960 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	21,80	327,00
220	FILTRO DE AR FAP-9002 - Marca: wega	UN	5,00	0,0000	27,00	135,00
221	FILTRO DE AR 20544738 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	112,00	560,00
222	FILTRO DE AR HLP 4147 - Marca: vox	UN	5,00	0,0000	11,00	55,00
226	FILTRO DE COMBUSTÍVEL P765325 - Marca: donaldson	UN	15,00	0,0000	114,00	1 710,00
228	FILTRO HIDRÁULICO PSH 242 - Marca: tecfil	UN	5,00	0,0000	105,00	525,00
234	FILTRO DIESEL PU 1046XS - Marca: vox	UN	2,00	0,0000	25,00	50,00
235	FILTRO DE AR ARL 6096 - Marca: vox	UN	15,00	0,0000	10,40	156,00
237	FILTRO COMBUSTÍVEL 32/925994 SKAR - Marca: tecfil	UN	15,00	0,0000	60,00	900,00

Total do Fornecedor: 111.120,25
Total Geral: 111.120,25

Seara, 29 de Junho de 2020.

 EDEMILSON CANALE
 PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

CNPJ: 83.024.505/0001-13
AV ANITA GARIBALDI, 371
C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 55/2020 - PR**

Processo Administrativo: 75/2020
Processo de Licitação: 102/2020
Data do Processo: 17/06/2020

Folha: 10/10

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Seara, 29 de Junho de 2020.

EDEMILSON CANALE
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO HOMOL AJDUDIC PL N° 035/2020 - FMS

Publicação N° 2543926

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA CNPJ: 11.672.134/0001-75 RUA SÉTIMO CAZZAROTO, 314 - 1º PAVIMENTO C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 12/2020 - IL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 35/2020 Data do Processo: 26/06/2020
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo, FLAVIO JOEL ZOLET, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 35/2020
b) Licitação Nr.: 12/2020-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 26/06/2020
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação REPASSE DE AUXÍLIO FINANCEIRO EMERGENCIAL PARA ENFRENTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA COVID-19

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL-HOSPITAL SAO ROQUE (6002)

1	REPASSE DO AUXÍLIO FINANCEIRO EMERGENCIAL EM ATENDIMENTO À PORTARIA N° 1393 DE 21/05/2020 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA CONTROLE DO AVANÇO DA PANDEMIA DA COVID-19	UN	1,00	0,0000	126.446,23	126.446,23
2	REPASSE DO AUXÍLIO FINANCEIRO EMERGENCIAL EM ATENDIMENTO À PORTARIA N° 1448 DE 29/05/2020 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA CONTROLE DO AVANÇO DA PANDEMIA DA COVID-19	UN	1,00	0,0000	734.247,42	734.247,42

Total do Fornecedor: 860.693,65

Total Geral: 860.693,65

FLAVIO JOEL ZOLET
GESTOR DO FUNDO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**

CNPJ: 11.672.134/0001-75
RUA SÉTIMO CAZZAROTO, 314 - 1º PAVIMENTO
C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**Nr.: 12/2020 - IL**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 35/2020
Data do Processo: 26/06/2020

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.289.3.3.90.00.00.00.00.00 (53) Saldo: 901.348,68

FLAVIO JOEL ZOLET
GESTOR DO FUNDO

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 139/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544744

DECRETO Nº 139/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1.137/2019 de 13/12/2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.137/2019 de 13/12/2019:

Órgão: 11.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 11.03 – Fundo de Assistência Social

Projeto/Atividade: 1.010 – PROGRAMA DE HABITAÇÃO

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0089 – Alienação de Bens destinado a outros programas

Despesa: 102 R\$ 80.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 80.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior serão provenientes do provável excesso de arrecadação verificado no Exercício 2020 no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

DECRETO Nº 140/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544764

DECRETO Nº 140/2020 DE 18 DE JUNHO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1.137/2019 de 13/12/2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.137/2019 de 13/12/2019:

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto/Atividade: 1.005 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E ACESSOS

Natureza da Despesa: 4.4.93.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0034 – Transferências de Convênios - Outros

Despesa: 123 R\$ 300.000,00

TOTAL SUPLEMENTADOR\$ 300.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior serão provenientes do provável excesso de arrecadação verificado no Exercício 2020 no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 141/2020 DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543232

DECRETO Nº 141/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CARLOS ALBERTO BENVENUTTI DO CARGO EFETIVO DE TÉCNICO EM ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001, Lei Complementar nº. 038/2018 e alterações posteriores,

CONSIDERANDO o art. 32, Inciso IV, da Lei nº 498/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, mediante concessão de aposentadoria a partir do dia 30 de junho de 2020, o Sr. CARLOS ALBERTO BENVENUTTI, portador do CPF nº. 552.178.429-20, do Cargo efetivo de Técnico em Atividade Agropecuária, com carga horária de 40 horas semanais, lotado junto a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Aplica-se a exoneração deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogando as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 30 de junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 142/2020 DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543245

DECRETO Nº 142/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CLAUDIOMIRO DONIDA DO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001, Lei Complementar nº. 038/2018 e alterações posteriores,

CONSIDERANDO o art. 32, Inciso IV, da Lei nº 498/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, mediante concessão de aposentadoria a partir do dia 30 de junho de 2020, o Sr. CLAUDIOMIRO DONIDA, portador do CPF nº. 928.735.109-00, do Cargo efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com carga horária de 40 horas semanais, lotado junto ao Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Aplica-se a exoneração deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogando as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 30 de junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

34/2020 PREGÃO EPI

Publicação N° 2544171

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS 34/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS N°. 10/2020
AVISO DE LICITAÇÃO

1. Objeto: Fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual, destinados às ações de combate à pandemia COVID-19 no Município de Siderópolis/SC.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
3. Data da sessão pública: 10/07/2020 às 09h00 min
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
6. Informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.
Siderópolis, 29 de junho de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 107/2020

Publicação Nº 2543587

DECRETO Nº 107 DE 25 DE JUNHO DE 2020

PRORROGA EFEITOS DO DECRETO 049, DE 20 DE MARÇO DE 2020, QUE "SUSPENDE OS EFEITOS DO CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO, EDITAL Nº 002/2020 PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990.

Considerando o Decreto nº 048 de 18 de março de 2020. e suas alterações, que "DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SOMBRIO E DEFINE OUTRAS MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETA:

Art. 1º. Fica Prorrogado até 30 de setembro de 2020 os efeitos do Decreto 049, de 20 de março de 2020, que "SUSPENDE OS EFEITOS DO CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO, EDITAL Nº 002/2020 PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 25 de junho de 2020.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº 0230 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543147

DECRETO Nº 0230, DE 29 DE JUNHO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLAUDETE AMANN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido a Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Claudete Amann, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação Secretaria Municipal de Assistência Social, por período de 90 (noventa) dias a contar do dia 26.06.2020 a 23.09.2020, conforme atestado médico do Dr Joaquim Reichmann CREMESC 4312 em anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário em especial.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 29 de junho de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOAO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

DECRETO Nº 0232 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544745

DECRETO Nº 0232, DE 29 DE JUNHO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO ESTAGIARIO DE NIVEL SUPERIOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido a Licença para Tratamento de Saúde Alisson de Souza, ocupante do cargo de Estagiário, com lotação Secretaria Municipal de Administração, por período do dia 29.06.2020 a 02.07.2020 conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e está vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário em especial.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 29 de junho de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOAO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

Tangará

PREFEITURA

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2020 REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 2543686

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2020 REGISTRO DE PREÇO

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniram-se os membros da Equipe de Apoio, designada pela Portaria nº 235/2019, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 044/2020, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO CAÇAMBA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E RETROESCAVADEIRA, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE HORA/MÁQUINA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE OBRAS E AGRICULTURA. Participam deste certame as seguintes empresas:

- 1) SCORTEGANHA & ALBERTI ESCAVAÇÕES LTDA, representada neste ato por Michel Cantelli Scorteganha;
- 2) TERRAMOVIMENTO LTDA - EPP, representada neste ato por Anderson Tancredo Galafassi;
- 3) MS ALUGUEL DE MÁQUINAS E TERRAPLANAGEM LTDA, representada neste ato por Sandro Marcio Souza;
- 4) IVAIR TADEU TERRAPLANAGEM LTDA, representada neste ato por Sandra Kafer da Silva;

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, analisado o credenciamento das empresas que estavam de acordo com o edital, sendo habilitadas para o certame. Após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontravam-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor do item 1 a empresa TERRAMOVIMENTO LTDA - EPP com o valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sagrou-se vencedor do item 2 a empresa SCORTEGANHA & ALBERTI ESCAVAÇÕES LTDA com o valor total de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), sagrou-se vencedor do item 3 a empresa MS ALUGUEL DE MÁQUINAS E TERRAPLANAGEM LTDA com o valor total de R\$ 397.500,00 (trezentos e noventa e sete mil e quinhentos reais), sagrou-se vencedor do item 4 a empresa IVAIR TADEU TERRAPLANAGEM LTDA com o valor total de R\$ 69.800,00 (sessenta e nove mil e oitocentos reais). Após abertos os envelopes das documentações das empresas vencedoras, constatou-se que a empresa MS ALUGUEL DE MÁQUINAS E TERRAPLANAGEM LTDA apresentou a certidão exigida no item 6.3.2 do edital de convocação vencida. Sendo assim, por tratar-se de uma microempresa, concede-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa apresente documento válido, conforme previsto no Art. 43. § 1º da lei 123/2006. As demais estavam de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado o certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 29/06/2020. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 29 de Junho de 2020.

Cristiane Piccinin
Pregoeira

Daiane N. A. dos Santos Paula A. Taffarel Motter
Equipe de Apoio Equipe de Apoio

SCORTEGANHA & ALBERTI ESCAVAÇÕES LTDA

TERRAMOVIMENTO LTDA – EPP

MS ALUGUEL DE MÁQUINAS E TERRAPLANAGEM LTDA

IVAIR TADEU TERRAPLANAGEM LTDA

PORTARIA Nº 396, DE 26 DE JUNHO DE 2020. EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2544135

PORTARIA Nº 396, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 092, de 04 de abril de 2017;

Considerando, que o Servidor pediu exoneração do cargo por motivos particulares;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o Servidor MAURI DA COSTA, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, TRANSPORTES E URBANISMO – NÍVEL CC - 21, a partir de 30 de junho de 2020.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta de rubricas consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar a partir de 30/06/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 26 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PR 004/2020 - HMFR

Publicação Nº 2543156

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 08/2020 Pregão Presencial n. 04/2020

Objeto a AQUISIÇÃO DE EPIs E EQUIPAMENTOS PARA O SETOR DE RAIO-X DO HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 09h00min do dia 10/07/2020. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 29 de Junho de 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
Prefeito Municipal

PR 047/2020

Publicação Nº 2543157

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 089/2020 Pregão Presencial n. 047/2020

Objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA (HORA/HOMEM) PARA PINTURA DAS PAREDES E ESQUADRIAS DA CRECHE MUNICIPAL JANE MARIA ARCARI. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 09h00min do dia 13/07/2020. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 29 de Junho de 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO Nº 160 DE 25 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543386

DECRETO Nº160, DE 25 DE JUNHO DE 2020

"ALTERA A NOMINATA DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art.1º Fica nomeado o Conselho Municipal de Saúde (CMS) do município de Tigrinhos/SC, para o biênio 2019/2021, conforme segue:

REPRESENTANTES DO GOVERNO E PRESTADORES DE SERVIÇOS:

Representantes da Secretaria Municipal da Saúde

Titular: Izoldi Avani Zilke

Suplente: Simone Taborda Galzer

Representantes da Secretaria Municipal da Educação

Titular: Ivandro Stieler

Suplente: Vanderlei da Rosa

Representante da Secretaria Municipal da Assistência Social

Titular: Angélica Roane Wolff

Suplente: Leovane Baron França

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Representante dos Profissionais de Enfermagem

Titular: Daiane Kutszepa Brambilla

Suplente: Jerry Adriani Butzke Schirmer

Representante dos Profissionais da Classe Médica

Titular: Agnevaldo Dias Duarte Júnior

Suplente: Valdir de Costa

Representante dos Profissionais da Classe Odontológica

Titular: Julia Maria Spessato Zanco

Suplente: Eliziane Janara Neu

REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS DO SUS

Representante da Rede Estadual de Ensino (estudantes)

Titular: Andressa Apareceda Ruschel

Suplente: Luiz Henrique De Vargas

Representante do Clube de Mães

Titular: Ivone Bonetto

Suplente: Maide Schultz Porfírio

Representante dos Idosos

Titular: Ivoní Simonetti

Suplente: Aldir Antonio Rigo

Representante do Grupo Luz do Luar (interior)

Titular: Laine Terezinha Bottega Manfrin

Suplente: Lenir Salete Felischak

Representante das Associações de Pais e Professores (APPs)

Titular: Antonio Marcos Grunwaldt

Suplente: Luciane Wilsmann Soethe

Representante dos Trabalhadores em Saúde

Titular: Matheus Luiz Chitolina

Suplente: Diana Lovanete Trentin Kobs

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art.3º- Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto 046/2019.

Gabinete do Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, 25 de junho de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/PMT/2020 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 052/PMT/2020

Publicação Nº 2543658

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE SUSPENSÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/PMT/2020
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 055/PMT/2020

A Prefeitura Municipal de Tijucas, por meio de sua Pregoeira, comunica a SUSPENSÃO do Processo Licitatório nº 119/PMT/20 – Pregão Presencial Registro de Preço nº 055/PMT/2020, para readequação do referido edital.

DECRETO Nº 1564-2020

Publicação Nº 2543572

DECRETO Nº 1564, 30 DE JUNHO DE 2020.

Homologa o resultado final da classificação do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e VIII, do art. 82 e na forma da alínea "o", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, todos da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 2.325, de 15 de dezembro de 2010, e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º Depois de transcorridos os prazos estabelecidos para o exercício do direito de recurso contra as listagens das inscrições e das classificações de todos os cargos referentes ao Processo Seletivo Simplificado nº 005/2020, publicada em 29 de junho de 2018, no site www.tijucas.sc.gov.br, fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2020, à vista da relação apresentada pela Comissão Organizadora, Examinadora e Julgadora dos Processos Seletivos da Secretaria Municipal de Saúde para exercício de 2020.

§ 1º O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2020 é de 01 (um) ano, contado da data de publicação do presente Decreto de Homologação, podendo ser prorrogado por igual período, conforme possibilita o inciso III, do artigo 37, da Constituição Federal.

§ 2º Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 005/2020 deverão atender à convocação para anuência de maneira expressa, para confirmar ou não o seu interesse na nomeação, posse e exercício do cargo público.

§ 3º. O não comparecimento do candidato convocado para a anuência no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a publicação do edital de chamada que ocorrerá no site oficial da Prefeitura do Município de Tijucas (www.tijucas.sc.gov.br), onde constará o local de apresentação, implicará reconhecimento de sua desistência pela vaga oferecida, revertendo o direito de nomeação em favor do aprovado que o suceder, na ordem de classificação, se for o caso.

Art. 2º A aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 005/2020, não geram direitos de nomeação, mas esta, quando se der, respeitará rigorosamente a ordem de classificação final dos candidatos, sob pena de nulidade.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 30 de junho de 2020.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito do Município de Tijucas

EXTRATO ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/PMT/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 009/PMT/2020

Publicação Nº 2543723

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/PMT/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 009/PMT/2020

JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que fora concluído o julgamento da Documentação do Processo Licitatório nº 110/PMT/2020 e Tomada de Preço nº 009/PMT/20, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, TERRAPLANAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA ALAMEDA TIMBÉ, COM 1.492,941 METROS, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, CONFORME, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, QUADRO DE COMPOSIÇÕES, BDI, PROJETOS E ART (CREA) NECESSÁRIA, PARA A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, de acordo com as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e no contrato, cujos termos, igualmente, o integram. Nesta toada, passa-se a DECIDIR: Quanto à análise técnica constatou-se que todas as empresas participantes atenderam os requisitos mínimos de acervo e qualificação técnica. Quanto à análise contábil todas as empresas atingiram os índices estabelecidos no item 7.3 edital, restando habilitadas neste ponto. Quanto a manifestação referente a empresa PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, foi constatado que a mesma apresentou a CND Municipal de Tijucas exigida no item 7.2.6, sendo que apresentou com débitos (CND POSITIVA), bem como apresentou Certidão Simplificada com data vencida (não atendeu com os requisitos do item 7.6.4). Com referência ao Seguro Fiança (item 11.1 – 11.2), esta CPL entende por válida, pois atendeu com os requisitos do edital. Desta forma, resta INABILITADA por não atender com o exigido no item 7.6.4 e item 7.2.6 do edital. Quanto a manifestação referente a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A., com referência ao Seguro Fiança (item 11.1 – 11.2), esta CPL entende por válida, pois atendeu com os requisitos do edital. Quanto a apresentação dos documentos de habilitação, em especial ao item 6.1.4.2 do edital, as empresas PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, SETEP CONSTRUÇÕES S.A., BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTE E TERRA PLANAGEM LTDA, restam INABILITADAS por não apresentar o contrato social atualizado em sua autenticação digital, estando em desacordo com o edital em apreço. Quanto a apresentação dos documentos de habilitação, a empresa BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA apresentou Certidão Simplificada com data vencida (não atendeu com os requisitos do item 7.6.4) restando INABILITADA. Quanto a manifestação da validade do Alvará de Licença para localização e permanência, a CPL diligenciou (item 9.5 do edital) junto ao município de Joinville, onde confirmou sua validade quanto ao referido documento apresentado pela empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, pois atendeu com os requisitos do item 7.2.2) restando HABILITADA neste ponto. Já com referência ao Seguro Fiança (item 11.1 – 11.2), esta CPL entende por válida, pois atendeu com os requisitos do edital e quanto a manifestação sobre a emissão das Notas Explicativas, a CPL diligenciou (item 9.5 do edital) para análise pelo Contador, Sr. Edson Luiz Rosa – CRC-SC 17952, entendendo o Sr. Contador e a CPL pelo atendimento integral do item, restando HABILITADA por atender com os requisitos do edital. Por fim, a CPL HABILITA as seguintes empresas: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, AZIMUTE PAVIMENTAÇÃO EIRELI e FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI. Foram observados os devidos procedimentos de publicidade e legalidade, o qual encontra-se o edital e demais documentos (Atas) disponível no site do município www.tijucas.sc.gov.br - licitações no momento da abertura desta sessão. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, conforme artigo 109, inciso I "a" da Lei 8.666/93. Nada mais havendo a declarar, a Presidente da Comissão Permanente de Licitação encerra a sessão. Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br. ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 081/PMT/2020

Publicação Nº 2543206

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 081/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/PMT/20 –TOMADA DE PREÇO Nº 008/PMT/20
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: CLARAIZA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A REFORMA DO PRÉDIO QUE ABRIGOU O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL " ENEIDE MANNIRICH DOS SANTOS", LOCALIZADO NA RUA CEL. BUCHELLE Nº 116, BAIRRO CENTRO – TIJUCAS/SC, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

Valor: R\$ 121.554,89 (CENTO E VINTE E UM MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS).

Tijucas, 29 de junho de 2020.

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/PMT/2020 - TOMADA DE PREÇO Nº 008/PMT/2020

Publicação Nº 2543191

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/PMT/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº 008/PMT/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A REFORMA DO PRÉDIO QUE ABRIGOU O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL “ENEIDE MANNIRICH DOS SANTOS”, LOCALIZADO NA RUA CEL. BUCHELLE Nº 116, BAIRRO CENTRO – TIJUCAS/SC, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

EMPRESA VENCEDORA: CLARAIZA LTDA

VALOR: R\$. 121.554,89 (CENTO E VINTE E UM MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS)

TIJUCAS/SC, 29 DE JUNHO DE 2020.

Timbó

PREFEITURA

ATA HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA N.º 38 2020 - PMT

Publicação N° 2544028

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA - ENVELOPES DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA N.º. 38/2020 – PMT

INTERESSADOS: INFRASUL INFRA. EMPREEDIMENTOS LTDA.
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.
PACOPEDRA PAV. E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.
TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA.
ENGEPLAN TERRAP. SAN. E URBANISMO LTDA.
SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

Às nove horas, do vigésimo nono dia do mês de junho de dois mil e vinte (29/06/2020), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações designada pela Portaria n.º. 1782, de 18 de dezembro de 2019, alterada pelas Portarias de n.º. 1880 – 10/02/20 e de n.º. 2053 – 29/05/2020, e os seguintes representantes credenciados: Sra. Franciele F. dos Santos Zarembski – Pacopedra Pav. e Com. De Pedras Ltda. e a Sra. Silvia Priscila de Souza Voltolini – Paviplan Pavimentação Ltda., para a abertura dos envelopes de Habilitação do processo licitatório Concorrência n.º. 38/2020 - PMT.

Protocolaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta de Preço os seguintes interessados: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ n.º. 03.094.645/0001-29, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. – CNPJ n.º. 03.620.927/0001-12, PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMERCIO DE PEDRAS LTDA. – CNPJ n.º. 79.485.892/0001-18, TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA. – CNPJ n.º. 12.535.370/0001-02, ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA. – CNPJ n.º. 83.897.504/0001-83, SETEP CONSTRUÇÕES S.A. – CNPJ n.º. 83.665.141/0001-50.

O Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade e em seguida, passou à abertura do envelope Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica de todos os documentos neles contidos.

Da análise dos documentos, a representante da empresa Pacopedra Pav. E Com. De Pedras Ltda. – Sra. Franciele F. dos Santos Zarembski, solicitou consignação em ata, do que segue:

- Que a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A., não comprovou capacidade técnica para o item 7.1.5 – “b”: execução de rede de água em tubo de PVC DN50mm.

Ato contínuo, o Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos de habilitação ao Setor de Engenharia da Prefeitura para análise e parecer técnico, item 7.1.5 do Edital, e ao setor de Contabilidade, tendo em vista a necessidade de análise e parecer da Qualificação Econômico-Financeira, item 7.1.3 do Edital.

Os envelopes de proposta de preço deverão permanecer no Setor de Licitações, devidamente lacrados, até a data designada para a sua abertura.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e representantes presentes.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

THOMAZ H CAMPREGHER Presidente	TAINARA H FISTAROL Membro	LOURDES MOSER Membro
FRANCIELE F S ZAREMBSKI Representante-Pacopedra	SILVIA P S VOLTOLINI Representante-Paviplan	

ATA JULGAMENTO HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA N°. 32.2020 - PMT

Publicação N° 2544032

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA N°. 32/2020 – PMT

INTERESSADOS: : INFRASUL INFRA. EMPREEDIMENTOS LTDA.
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.
PACOPEDRA PAV. E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.
TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA.
RAMOS TERRAPLENAGEM EIRELI
ENGEPLAN TERRAP. SAN. E URBANISMO LTDA.
SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

Às dez horas e trinta minutos, do vigésimo nono dia do mês de junho de dois mil e vinte (29/06/2020), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações designada pela Portaria n°. 1782, de 18 de dezembro de 2019, alterada pelas Portarias de n°. 1880 – 10/02/20 e de n°. 2053 – 29/05/2020, para Julgamento da Habilitação do processo licitatório Concorrência n°. 32/2020 - PMT.

Da análise dos documentos apresentados na habilitação, a Comissão de Licitações decide pela inabilitação da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. por não apresentar o documento do subitem 7.1.2 – “d” = CND Estadual.

Ato contínuo, considerando o parecer técnico emitido pelo Analista Contábil referente à qualificação econômica-financeira, e do Setor de Engenharia da Prefeitura de Timbó, e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão de Licitações decide pela habilitação das seguintes empresas: INFRASUL INFRA. EMPREENDIMENTOS LTDA., PACOPEDRA PAV. E COM. DE PEDRAS LTDA., TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA., RAMOS TERRAPLENAGEM EIRELI e ENGEPLAN TERRAPL. SAN. URB. LTDA. e pela inabilitação da empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A. por não atender o subitem 7.1.5 – “b” do Edital.

Ficam os interessados cientes do inteiro teor desta ata de Julgamento da Habilitação, para, querendo, apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei n° 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Os envelopes da proposta de preço deverão permanecer no Setor de Licitações, devidamente lacrados, até a data designada para a sua abertura.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER Presidente	TAINARA FISTAROL Membro	LOURDES MOSER Membro
---------------------------------------	----------------------------	-------------------------

AVISO PP 07 2020 FMS

Publicação N° 2544033

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 07/2020 FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SANITIZAÇÃO DE AMBIENTES PÚBLICOS INTER-NOS E EXTERNOS, VISANDO OBTENÇÃO DE ADEQUADA CONDIÇÃO DE SALUBRIDADE E HIGIENE, COM UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS SANE-ANTES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, A FIM DE USAR NO COMBATE À PROPAGAÇÃO DA TRANSMISSÃO DA COVID-19, INFECÇÃO HUMANA CAUSADA PELO CORONAVÍRUS (SARS-COV-2), EM CUMPRIMENTO AOS DECRETOS N° 5537, DE 16/03/2020, E 5539, DE 18/03/2020, QUE DISPÕE ACERCA DE PROCEDIMENTOS E MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/ SC, NOS TERMOS DA LEI N° 13.979/2020. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 06 de julho de 2020. ABERTURA: dia 06 de julho de 2020 às 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br e telefone (47) 3380 7000.

Timbó (SC), 29/06/2020
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

AVISO PP SRP 44 2020PMT

Publicação N° 2544037

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 44/2020 PMT

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MASCARAS CIRÚRGICAS DESCARTÁVEIS DESTINADAS A UTILIZAÇÃO PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DA SAÚDE E DEFESA CIVIL NO ENFRENTAMENTO AO CORONA VÍRUS. AQUISIÇÃO NOS MOLDES DA LEI 13.979/2020. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 10 de julho de 2020. ABERTURA: dia 10 de julho de 2020 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br e telefone (47) 3380 7000.

Timbó (SC), 29/06/2020
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social
FÁBIO MELERE
Coordenador da Defesa Civil

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 41 2020 PMT

Publicação N° 2544042

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º. 41/2020 - PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, os representantes legais das empresas, GILMAR DE ASSIS CORREA 03084624917 (MEI), CNPJ nº 17.603.783/0001-09 e LAVAÇÃO SCHUMANN LTDA ME, CNPJ nº 80.094.519/0001-15 a comparecerem para assinatura das respectivas atas de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 06/07/2020.
HORÁRIO: das 08hs 12hs e das 14hs às 17hs.

Necessário trazer carimbo comercial da empresa para validação da assinatura.

Timbó, 29 de junho de 2020.
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO N° 79.2020 FME

Publicação N° 2544045

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 79/2020 FME

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, HALLA ARQUITETURA EIRELI, CNPJ nº. 25.360.755/0001-28, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 07/07/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 26 de junho de 2020
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO TERMO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO N°. 56.2020 PMT

Publicação N° 2544048

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO SEGUNDO TERMO DE RETIFICAÇÃO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 56/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 29/2020 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa ADMINISTRADORA E PARTICIPAÇÕES KAMCHEN,

CNPJ nº. 11.514.441/0001-28, a comparecer para assinatura do respectivo termo de retificação ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 07/07/2020.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 26 de junho de 2020.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 134 2018 FUMTRAN

Publicação Nº 2544052

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 134/2018 FUMTRAN

DISPENSA Nº 05/2018

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, EXPRESSO PRESIDENTE GETÚLIO EIRELI, CNPJ nº. 82.648.742/0001-92, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 07/07/2020.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 29 de junho de 2020.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 22-03.2020 PMT - ANKLAM

Publicação Nº 2544054

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº. 22-03/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas.

CONTRATADO: ANKLAM FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME.

OBJETO: Credenciamento e empresas para fornecimento de materiais destinados à execução dos serviços de assentamento de pavimento intertravado de concreto (paver) nas calçadas das vias públicas do município, de acordo com a Lei Municipal 2.927 de 06 de novembro de 2017 e Decreto Municipal 4747 de 05 de fevereiro de 2018 que instituem o Programa "Calçada Legal".

PRAZO: 24/06/2020 até 31/12/2020.

DATA DA ASSINATURA: 24/06/2020.

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 35.2020 - PMT

Publicação Nº 2544057

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 35/2020

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração.

AUTORIZADO: PRIORI SERVIÇOS E SOLUÇÕES, CONTABILIDADE EIRELI.

OBJETO: Retificação do Prazo de Vigência da Cláusula Primeira, para alterar de 03 (três) meses, para 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 09/06/2020

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 171.2018 - PMT

Publicação Nº 2544058

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 171/2018

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas.

AUTORIZADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO: Fica reajustado o valor dos itens, correspondente aos produtos CAP e Emulsão asfáltica, conforme tabela.

Produto	Valor total unitário
CAP	R\$ 322.379,69
Emulsão Asfáltica	R\$ 18.070,15
Total	R\$ 340.449,84

.DATA DA ASSINATURA: 20/05/2020

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 35.2020 - PMT

Publicação Nº 2544060

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 35/2020

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração.

AUTORIZADO: PRIORI SERVIÇOS E SOLUÇÕES, CONTABILIDADE EIRELI.

OBJETO: Suspensão parcial da execução do Contrato Administrativo nº 35/2020, por 90 dias, ou seja, até 09/08/2020, ou até período anterior, caso ocorra reestabelecimento das atividades administrativas, desde que a Contratada seja comunicada em um prazo de 15 dias para que reestabeleça a frota de acordo com a nova necessidade..

DATA DA ASSINATURA: 09/06/2020

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 5/2020**

Publicação Nº 2543224

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Processo: 08/2020

Parecer: 12/2020

Matéria: PLC 5/2020

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Rubens Borchardt

Conclusão: Favorável

Data: 26/06/2020

Ementa do Projeto: Acrescenta parágrafo único ao artigo 10 e altera a redação do artigo 35 ambos da Lei Complementar nº. 138, de 02 de Julho de 1998 que "Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério Público Municipal de Timbó, e dá outras providências".

I – RELATÓRIO

Trata-se Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que visa acrescentar parágrafo único ao artigo 10 e altera a redação do artigo 35 ambos da Lei Complementar nº. 138, de 02 de Julho de 1998 que "Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério Público Municipal de Timbó, e dá outras providências".

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 18 de fevereiro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 26 de junho corrente.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em seu parecer nº 27/2020 se manifestou pela tramitação da matéria, por atender aos

preceitos constitucionais e legais de competência e de conteúdo.

A Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas concluiu, em seu parecer nº 24/2020, que a matéria não apresenta incompatibilidade com a legislação orçamentária, bem como não trará um impacto financeiro capaz de abalar a normalidade das contas públicas municipais. Por se tratar de matéria relacionada à cargos públicos e plano de carreira dos servidores públicos municipais, o projeto é colocado à apreciação desta Comissão, para a verificação da existência do interesse público na ação ora pretendida pelo Poder Executivo.

No dia 26 de junho esta Comissão analisou o respectivo projeto, exarando o parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Pelo que se observa da proposição em análise, a mesma visa regularizar o pagamento de gratificação de regência de classe, previsto no art. 10 da Lei Complementar nº 138/1998, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para o magistério público municipal de Timbó aos professores que estejam exercendo funções de direção, supervisão e coordenação em unidades escolares, conforme determinação do Ministério Público Estadual em sua Recomendação nº 02/2019/02PJ/TIM, haja vista que tal pagamento estava sendo realizado sem, contudo, haver autorização legal para tanto, uma vez que a lei a ser alterada previa tão somente o pagamento aos professores que exerciam suas funções em sala de aula.

Por se tratar tão somente de atendimento a uma recomendação do Ministério Público Estadual, para possibilitar a realização de pagamento da gratificação em questão, o que seria possível desde que com a devida autorização legislativa, esse Relator se manifesta de maneira favorável à sua aprovação em Plenário.

III – CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação da Projeto de Lei Complementar nº 5/2020.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Fabricio Dalcastagné

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Sala das Comissões, 26 de junho de 2020.

Fabricio Dalcastagné
Presidente

Rubens Borchardt
Relator

Guilherme Voigt Júnior
Membro

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 28/2020

Publicação Nº 2543221

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Processo: 32/2020

Parecer: 25/2020

Matéria: PLO 28/2020

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. John Adriano Schwartz

Conclusão: Favorável

Data: 25/06/2020

Ementa do Projeto: Autoriza a anulação e suplementação em dotações orçamentárias no Orçamento-Programa 2020, da Administração Direta e Indireta.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito que autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias no Orçamento-Programa 2020, da Administração Direta e Indireta.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 10 de junho corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 16 de junho, em Sessão Ordinária, conforme preceitua o art. 126 do Regimento Interno. O Projeto em análise tem por objeto alterar a legislação orçamentária municipal (LOA), razão pela qual é colocado à apreciação desta Comissão, posto ser de sua competência manifestar-se sobre proposições que versem sobre o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias

e a lei orçamentária, bem como suas alterações.

No dia 18 de junho após o voto do relator, o Vereador Carlos Adriano Kr-ger solicitou vista dos autos.

No dia 25, após a devolução dos autos pelo Vereador Carlos Adriano Kr-ger, esta Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Como bem salientado na exposição de motivos, se fazem necessários ajustes para adequar à Lei Orçamentária Anual a fim de possibilitar o empenhamento correto das despesas. No caso concreto, a proposição visa proceder com a anulação de até R\$ 1.437.716,38 em dotações orçamentárias de órgão da administração direta (Articulação das Políticas Institucionais; Parcerias que sejam do interesse do Poder Público; gestão das sentenças judiciais e precatórios; promoção do ensino profissional e técnico; apoio à agricultura; pontes e obras de arte). A conta de tal anulação, será realizada abertura de crédito suplementar, no valor de até R\$ 1.437.716,38 nas dotações orçamentárias da administração direta e indireta (gestão da administração e controle; gestão da secretaria de obras, serviços urbanos e agrícolas; pavimentações, drenagens, calçadas e ciclovias).

As alocações pretendidas neste projeto não encontram óbice quando se destaca a fonte e consequente destinação de recursos, estando em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Timbó e, por conseguinte, com a Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, que rege a contabilidade pública e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de maio de 2000.

III – CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei Ordinária nº 28/2020.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Carlos Adriano Kr-ger

Vereador Douglas Emanuel Marchetti

Sala das Comissões, 25 de maio de 2020.

Carlos Adriano Kr-ger

Presidente

John Adriano Schwartz

Relator

Douglas Emanuel Marchetti

Membro

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 29/2020

Publicação Nº 2543222

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Processo: 33/2020

Parecer: 26/2020

Matéria: PLO 29/2020

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. John Adriano Schwartz

Conclusão: Favorável

Data: 25/06/2020

Ementa do Projeto: Autoriza a anulação e suplementação em dotações orçamentárias no Orçamento-Programa 2020, da Administração Direta e Indireta.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito que autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias por abertura de crédito especial no Orçamento-Programa 2020, da Administração Direta e Indireta.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 12 de junho corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 16 de junho, em Sessão Ordinária, conforme preceitua o art. 126 do Regimento Interno.

O Projeto em análise tem por objeto alterar a legislação orçamentária municipal (LOA), razão pela qual é colocado à apreciação desta Comissão, posto ser de sua competência manifestar-se sobre proposições que versem sobre o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária, bem como suas alterações.

No dia 18 de junho após o voto do relator, o Vereador Carlos Adriano Kr-ger solicitou vista dos autos.

No dia 25, após a devolução dos autos pelo Vereador Carlos Adriano Kr-ger, esta Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Como bem salientado na exposição de motivos, se fazem necessários ajustes para adequar à Lei Orçamentária Anual a fim de possibilitar o empenhamento correto das despesas. No caso concreto, a proposição visa proceder com a anulação de até R\$ 174.000,00 em dotações orçamentárias de órgão da administração direta (manutenção de eventos esportivos no município; participação em eventos esportivos fora do município e manutenção de modalidades). A conta de tal anulação, será realizada a suplementação, no valor de até R\$ 174.000,00 nas dotações orçamentárias da administração direta e indireta (manutenção da fundação de esportes; obras e construções das FME).

As alocações pretendidas neste projeto não encontram óbice quando se destaca a fonte e consequente destinação de recursos, estando em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Timbó e, por conseguinte, com a Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, que rege a contabilidade pública e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de maio de 2000.

III – CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei Ordinária nº 28/2020.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Carlos Adriano Kr-ger

Vereador Douglas Emanuel Marchetti

Sala das Comissões, 25 de maio de 2020.

Carlos Adriano Kr-ger

Presidente

John Adriano Schwartz

Relator

Douglas Emanuel Marchetti

Membro

PORTARIA Nº 33/2020

Publicação Nº 2543197

Portaria nº 33/2020

Exonera Ana Paula Manfrini do cargo de provimento em comissão de Assessora Jurídica.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no das atribuições que lhe confere o art.16, III da Lei Orgânica e o art. 39, III, “b” do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Exonerar Ana Paula Manfrini do cargo de provimento em comissão de Assessora de Jurídica - CPC-AJ, a partir de 30 de junho de 2020.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Timbó, 29 de junho de 2020.

Adilson Mesch

Presidente

PORTARIA Nº 34/2020

Publicação Nº 2543207

Portaria nº 34/2020

Concede férias ao servidor Ailton Bertoldi, Agente Administrativo na Câmara Municipal de Timbó.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica Municipal e art. 39, § 1º, III, "b", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Timbó, com fundamento no artigo 79 do Estatuto do Servidor Público Municipal, resolve:

Resolve:

Art. 1º Conceder dez dias de férias, relativas aos períodos aquisitivos de 11/09/2018 a 10/09/2019 ao servidor Ailton Bertoldi, Agente Administrativo na Câmara Municipal de Timbó.

Art. 2º Estabelecer o período de 22/07/2020 a 31/07/2020 para a fruição de dez dias das férias concedidas por este ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 26 de junho de 2020

Adilson Mesch
Presidente

TIMBOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ**PORTARIA TIMBOPREV Nº 36, DE 23 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2543835

PORTARIA TIMBOPREV Nº 36, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Zenaide Peters Dallabona.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e art.17 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, à Servidora Pública Municipal ZENAIDE PETERS DALLABONA, brasileira, casada, nascida em 11 de setembro de 1961, portadora do CPF sob nº 016.708.829-77, RG nº 1.721.482-3, ocupante do cargo de Educadora Infantil, Referência Salarial A-40, matrícula nº 20729-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração de seu cargo efetivo, com direito a paridade remuneratória, no valor de R\$ 2.561,65 (dois mil, quinhentos e sessenta e um reais e sessenta e cinco centavos), com base no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV nº 23/2020, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT
Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

PORTARIA TIMBOPREV N° 37, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2543839

PORTARIA TIMBOPREV N° 37, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Cristiane Margareth Reichel.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar n° 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar n° 473, de 22 de dezembro de 2015, e art.17 da Lei Complementar n° 411, de 26 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art.1° Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, à Servidora Pública Municipal CRISTIANE MARGARETH REICHEL, brasileira, solteira, nascida em 11 de março de 1970, portadora do CPF sob n° 569.768.879-20, RG n° 1.847.380-6 ocupante do cargo de Professor D, Referência Salarial D-32, matrícula n° 18775-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos calculados de forma integral ao seu vencimento, com direito a paridade remuneratória, no valor de R\$ R\$ 7.757,13 (sete mil, setecentos e cinquenta e sete reais e treze centavos), com base no art. 6° da Emenda Constitucional n° 41/2003, com redução de idade e tempo de contribuição, nos termos do art. 40, §5°, da CF/88, observada a incorporação dos valores referentes à gratificação e adicional por tempo de serviço, além da regência de classe e substituição anual, tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV n° 22/2020, a contar desta data.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de junho de 2020; 150o ano de Fundação; 86o ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº. 01/2020.

Publicação Nº 2544287

FUNDACAO HOSPITALAR DE TRES BARRAS

CNPJ 83.627.596/0001-81

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: FUNDACAO HOSPITALAR DE TRES BARRAS - CNPJ 83.627.596/0001-81.

CONTRATANTE: HELPMED SAUDE LTDA inscrita no CNPJ sob o nº. 04.770.650/0001-77.

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços médicos em regime de plantão presencial de urgência e emergência, em pronto atendimento, de forma ininterrupta, conforme condições especificadas contidas no edital da licitação.

Fundamento: Procedimento Licitatório Nº. 01/2020 – Edital de Pregão Presencial Nº. 01/2020.

Quantidade: 8.760 (oito mil e setecentas e sessenta) horas;

Valor Unitário: R\$ 100,00 (cem reais a hora);

Total contratado: R\$ 876.000,00 (oitocentos e setenta e seis mil reais).

Vigência: 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/07/2020.

Três Barras - SC, 23 de junho de 2020.

ANDERSON STOCLOSKI – Presidente.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2020

Publicação Nº 2543978

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 56/2020.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2020.**

Interessados: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS

Aos 29 dias do mês de junho do ano de 2020, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **B E B PLAYGROUND IND E COM DE BRINQUEDOS EIRELI**, CNPJ nº **32.163.902/0001-35**, com sede e foro na Cidade de Antônio Carlos - SC, cito a RUA DAS ANDORINHAS, nº 50, Bairro CENTRO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
3	PARQUE INFANTIL COLORIDO EM MADEIRA PLÁSTICA COM ESTRUTURA PRINCIPAL CONFECCIONADA EM COLUNAS DE MADEIRA PLÁSTICA COM REFORÇO INTERNO TIPO CRUZETA, MEDINDO 9X9CM, COM CANTOS ARREDONDADOS E ACABAMENTO EM POLIPROPILENO E POLIETILENO PIGMENTADO, NA COR ITAÚBA, FERRAGENS GALVANIZADAS À FOGO E PINTURA ELETROSTÁTICA, CONTENDO: 5 (CINCO) PLATAFORMAS MEDINDO 1,06 X 1,06M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO, MEDINDO 3X4CM, ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 200X25MM, COR ITAÚBA, COBERTURA SUPERIOR EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO, EM FORMATO DE PIRÂMIDE QUADRADA, MEDINDO 1,22M X 1,22M; ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSOALHO 1,35M. 2 (DUAS) PLATAFORMAS MEDINDO 1,06 X 1,06M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 3X4CM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 200X25MM COR ITAÚBA, COBERTURA SUPERIOR EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO, EM FORMATO DE PIRÂMIDE REDONDA, MEDINDO 1,70M DE DIÂMETRO COM PAREDE DUPLA; ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSOALHO: 1,35M. 01 (UMA) PLATAFORMA MEDINDO 1,06 X 1,06M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 3X4CM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 200X25MM COR ITAÚBA, COBERTURA SUPERIOR EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO, EM FORMATO DE PIRÂMIDE QUADRADA, MEDINDO 1,22MX1,22M; ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSOALHO: 0,95M. 1 (UMA) PLATAFORMA MEDINDO 1,06 X 1,06M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 3X4CM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 200X25MM COR ITAÚBA, COBERTURA SUPERIOR EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO, EM FORMATO DE PIRÂMIDE QUADRADA, MEDINDO 1,22MX1,22M; ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSOALHO: 0,50M. 01 (UMA) PLATAFORMA MEDINDO 1,06 X 1,06M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 3X4CM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 200X25MM COR ITAÚBA, SEM COBERTURA, ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSOALHO: 0,50M. 1 (UMA) ESCADA 7 DEGRAUS, MEDINDO 2,00 X 0,76M, COM ESTRUTURA EM TUBO 30X50MM E CORRIMÃO EM TUBO 1", DEGRAUS EM MADEIRA MEDINDO 0,12 X 0,70M; 1 (UMA) ESCADA 6 DEGRAUS, MEDINDO 1,80 X 0,76M, COM ESTRUTURA EM TUBO 30X50MM E CORRIMÃO EM TUBO 1".	UNIDADE	B E B	2,00	R\$51.790,00

<p>DEGRAUS EM MADEIRA MEDINDO 0,12 X 0,70M; 1 (UMA) PASSARELA CURVADA PARA BAIXO COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 ¼" #16, E FECHAMENTO LATERAL EM FERRO MECÂNICO 3/8", MEDINDO 1,95MX0,88M E 0,80M DE ALTURA, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 136X30MM; 1 (UMA) PASSARELA CURVADA PARA CIMA COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 ¼" #16, E FECHAMENTO LATERAL EM FERRO MECÂNICO 3/8", MEDINDO 1,95MX0,88M E 0,80M DE ALTURA, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 136X30MM; 1 (UM) TUBO DE LIGAÇÃO 90°, COM DIÂMETRO DE 0,75M, CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COM FLANGES EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, MEDINDO 1,06X0,98M, COM TODOS OS PARAFUSOS DE FIXAÇÃO ESCONDIDOS POR TAMPAS EM PLÁSTICO INJETADO. ORIFÍCIOS LATERAIS COM 100MM DE DIÂMETRO SERVINDO COMO VISORES; 1 (UM) TUBO DE LIGAÇÃO RETO, COM DIÂMETRO DE 0,75M E 2,00M DE COMPRIMENTO, CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COM FLANGES EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, MEDINDO 1,06X0,98M, COM TODOS OS PARAFUSOS DE FIXAÇÃO ESCONDIDOS POR TAMPAS EM PLÁSTICO INJETADO. ORIFÍCIOS LATERAIS COM 100MM DE DIÂMETRO SERVINDO COMO VISORES; 5 (CINCO) GUARDA CORPO, CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, MEDINDO 0,75X0,88M, COM ABERTURAS DE 7CM DE LARGURA NO SENTIDO VERTICAL. ALTURA APÓS MONTAGEM:0,80M 1 (UM) CANO DE ESCALADA COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 ¼" #16 E DEGRAUS INTERCALADOS EM TUBO DE 1". 1 (UM) CONJUNTO JOGO DA VELHA COLORIDO, COM 9 CILINDROS EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COM AS LETRAS X E O NA COR PRETA. 1 (UMA) DESCIDA DE BOMBEIRO, CONFECCIONADA EM TUBO DE 1 ¼" #16, MEDINDO 2,70M DE COMPRIMENTO. 1 (UMA) RAMPA DE ESCALADA CURVADA, CONFECCIONADA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA MEDINDO 1,60X0,60M COM 6 DEGRAUS. 1 (UM) TOBOGÃ EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, MEDINDO 3,00M DE COMPRIMENTO E 0,75M DE DIÂMETRO, FIXADO A TORRE COM FLANGES EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, MEDINDO 1,06X0,98M, COM TODOS OS PARAFUSOS DE FIXAÇÃO ESCONDIDOS POR TAMPAS EM PLÁSTICO INJETADO E SEÇÃO DE SAÍDA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA FIXADA AO SOLO. 1 (UM) ESCORREGADOR CARACOL EM FIBRA DE VIDRO MEDINDO 1,60M DE DIÂMETRO E 1,90M DE ALTURA, COM PLATAFORMA AUXILIAR MEDINDO 0,83X0,83M COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 3X4CM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 200X25MM COR ITAÚBA, E 2 GUARDA CORPO EM TUBO DE 1" #16 COM FECHAMENTO LATERAL EM FERRO MECÂNICO 3/8". COM 3 PÉS DE APOIO EM TUBO DE 1 ¼" #18. 1 (UM) ESCORREGADOR RETO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, MEDINDO 2,70M DE COMPRIMENTO E 0,50M DE LARGURA, COM PORTAL DE SEGURANÇA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO. 1 (UM) ESCORREGADOR ONDULADO DUPLO EM FIBRA DE VIDRO, MEDINDO 2,50M DE COMPRIMENTO E 0,90M DE LARGURA. 1 (UM) ESCORREGADOR ONDULADO DUPLO EM FIBRA DE VIDRO, MEDINDO 2,00M DE COMPRIMENTO E 0,90M DE LARGURA. 1 (UMA) RAMPA DE CORDAS COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 ½" #18, COM CORDAS DE NYLON 14MM E JUNÇÃO EM PLÁSTICO INJETADO COLORIDO, MEDINDO 0,80X1,60M. 1 (UMA) ESCADA CURVADA, COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 ¼" E 7 DEGRAUS EM TUBO DE 1"</p>				
--	--	--	--	--

<p>1 (UMA) PLATAFORMA DE LIGAÇÃO, MEDINDO 1,06 X 1,06M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 30X40MM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM TÁBUA DE MADEIRA PLÁSTICA 136X30MM COR ITAÚBA, E 2 GUARDAS CORPO, CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, MEDINDO 0,75X0,88M, COM ABERTURAS DE 7CM DE LARGURA NO SENTIDO VERTICAL. ALTURA APÓS MONTAGEM: 0,80M</p> <p>1 (UM) TREPA TREPA, COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 ½", DEGRAUS E PEGA MÃO EM TUBO DE 1" MEDINDO 1,50 X 0,50M.</p> <p>1 (UMA) PAREDE DE CORDAS COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 ½" MEDINDO 1,50 X 1,50M COM CORDAS DE NYLON 14MM E JUNÇÃO EM PLÁSTICO INJETADO COLORIDO, FORMANDO UMA MALHA.</p> <p>2 (DUAS) RAMPAS DE CORDAS COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 ½" #18, COM CORDAS DE NYLON 14MM E JUNÇÃO EM PLÁSTICO INJETADO COLORIDO, MEDINDO 0,80X1,80M.</p> <p>1 (UMA) PASSARELA DE CORDAS MEDINDO 2,00M DE COMPRIMENTO X 1,90M DE LARGURA, CONFECCIONADA EM CORDA DE NYLON 14MM, FORMANDO UMA MALHA, COM JUNÇÕES EM PLÁSTICO INJETADO COLORIDO E CORRIMÃO EM TUBO DE 2" #16.</p> <p>1 (UMA) PASSARELA RETA MEDINDO 1,95M X 0,84M COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 136X30MM, GUARDA CORPO COM 80CM DE ALTURA SENDO ESTRUTURA EM TUBO DE 1 ¼" #16 E FECHAMENTO LATERAL EM FERRO MECÂNICO 3/8".</p> <p>1 (UM) CIRCUITO DE 4 DISCOS, COM ESTRUTURA SUPERIOR EM TUBO DE 2" #16, 4 BARRAS NA VERTICAL EM TUBO DE 1" #18, E 4 DISCOS COM 35CM DE DIÂMETRO CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA.</p>				
--	--	--	--	--

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 35/2020 – Procedimento Administrativo nº. 56/2020 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 29 de junho de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

B E B PLAYGROUND IND E COM DE
BRINQUEDOS EIRELI
CONTRATADA

Testemunhas

1

Denise Magali Moskvina

2

Luciane Tomczyk

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2020

Publicação Nº 2543981

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 56/2020.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2020.**

Interessados: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS

Aos 29 dias do mês de junho do ano de 2020, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **MG COMERCIAL EIRELI**, CNPJ nº **18.108.624/0001-92**, com sede e foro na Cidade de Jaraguá do Sul - SC, cito a RUA FELICIANO BORTOLINI, nº 1640, Bairro BARRA DO RIO CEDRO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
4	PARQUE INFANTIL COLORIDO EM MADEIRA PLÁSTICA, ESTRUTURA PRINCIPAL CONFECCIONADA EM COLUNAS DE MADEIRA PLÁSTICA COM REFORÇO INTERNO TIPO CRUZETA MEDINDO 9 X 9 CM, COM CANTOS ARREDONDADOS E ACABAMENTO EM POLIPROPILENO E POLIETILENO PIGMENTADO, NA COR ITAÚBA, FERRAGENS GALVANIZADAS À FOGO E PINTURA ELETROSTÁTICA, CONTENDO: 2 (DUAS) PLATAFORMA MEDINDO 1,06 X 1,06 M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 30X40MM, ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM TÁBUA DE MADEIRA PLÁSTICA 136X30MM COR ITAÚBA, COBERTURA SUPERIOR EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO, EM FORMATO DE PIRÂMIDE QUADRADA, MEDINDO 1,22M X 1,22M; ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSOALHO 95 CM. 01 (UMA) PLATAFORMA MEDINDO 1,06 X 1,06M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 30X40MM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM TÁBUA DE MADEIRA PLÁSTICA 136X30MM COR ITAÚBA, SEM COBERTURA; ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSOALHO 95CM 01 (UMA) RAMPA DE CORDAS COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 ½" #18, COM CORDAS DE NYLON 14MM E JUNÇÃO EM PLÁSTICO INJETADO COLORIDO, MEDINDO 0,80X1,60M. ALTURA: 95CM 01 (UM) TUBO DE LIGAÇÃO 90º, COMPOSTO POR UMA CURVA DE 90 GRAUS, COM DIÂMETRO DE 0,75M, CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COM FLANGES EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, MEDINDO 1,06X0,98M, COM TODOS OS PARAFUSOS DE FIXAÇÃO ESCONDIDOS POR TAMPAS EM PLÁSTICO INJETADO. ORIFÍCIOS LATERAIS COM 100MM DE DIÂMETRO SERVINDO COMO VISORES. 01 (UM) TOBOGÃ EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COMPOSTO POR TRÊS CURVAS DE 45 GRAUS, MEDINDO 2,70M DE COMPRIMENTO E 0,75M DE DIÂMETRO, FIXADO A TORRE COM FLANGE EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, MEDINDO 1,06X0,98M, COM TODOS OS PARAFUSOS DE FIXAÇÃO ESCONDIDOS POR TAMPAS EM PLÁSTICO INJETADO E SEÇÃO DE SAÍDA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA FIXADA AO SOLO. 01 (UMA) PASSARELA CURVADA PARA CIMA COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 ¼" #16, E FECHAMENTO LATERAL EM FERRO MECÂNICO 3/8", MEDINDO 1,95MX0,88M E 0,80M DE ALTURA, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 136X30MM. 01 (UM) JOGO DA VELHA COLORIDO, COM 9 CILINDROS EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COM AS LETRAS X E O NA COR PRETA.	UNIDADE	URSSUS PLAY	2,00	R\$15.000,00

03 (TRÊS) GUARDA CORPO, CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, MEDINDO 0,75X0,88M, COM ABERTURAS DE 7CM DE LARGURA NO SENTIDO VERTICAL. ALTURA APÓS MONTAGEM:0,80M 01 (UM) ESCORREGADOR ONDULADO SIMPLES EM FIBRA DE VIDRO, MEDINDO 2,00X0,52M. COM PORTAL DE SEGURANÇA, CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, MEDINDO 92X88CM, COM ESPAÇO DE PASSAGEM MEDINDO 64X80CM. 01 (UMA) ESCADA 6 DEGRAUS, COM ESTRUTURA EM TUBO 30X50MM #16, E CORRIMÃO EM TUBO 1" #14, MEDINDO 1,80X0,76M.				
---	--	--	--	--

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 35/2020 – Procedimento Administrativo nº. 56/2020 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 29 de junho de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

MG COMERCIAL EIRELI
CONTRATADA

Testemunhas

1

Denise Magali Moskvín

2

Luciane Tomczyk

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2020

Publicação Nº 2543979

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 56/2020.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2020.**

Interessados: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS

Aos 29 dias do mês de junho do ano de 2020, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **ALISSON LUIS ULRICH**, CNPJ nº **05.607.354/0001-12**, com sede e foro na Cidade de Ibirubá - RS, cito a RUA LINHA CINCO, nº GALPAO 3, Bairro INTERIOR; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
6	CARROSSEL INFANTIL 8 ASSENTOS DE MADEIRA, COM MEDIDAS MÍNIMAS DE: ESTRUTURA E ARCO COM TUBO/METAL GALVANIZADO DE ½", COM 1,90 METROS DE DIÂMETRO, EIXO TREFILADO, COM 2 ROLAMENTOS E TRIPIÉ EM FERRO GALVANIZADO DE ½". TÁBUAS COM 72CM DE COMPRIMENTO X 19CM DE LARGURA E 2CM DE ESPESSURA, COLORIDO.	UNIDADE	ELOSUL	5,00	R\$1.400,00
7	BALANÇO ESTRUTURA ALUMÍNIO COM 2 ASSENTOS ESTRUTURA PRINCIPAL EM TUBO DE 2 POLEGADAS X 2MM DE PAREDE GALVANIZADO A FOGO. ESTRUTURADO COM 4 COLUNAS 9 X 9 EM ALUMÍNIO COM REFORÇO INTERNO, PINTADO COM TINTA POLIÉSTER MARROM. FIXAÇÃO DOS BALANÇOS COM BUCHAS DE NYLON 25MM. ASSENTOS EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA COM BASE ANTIDERRAPANTE, FIXADOS EM CORRENTES 6MM, ELOS CURTOS CALIBRADOS PARA EVITAR APRISIONAMENTO DOS DEDOS DAS CRIANÇAS.	UNIDADE	ELOSUL	8,00	R\$1.650,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 35/2020 – Procedimento Administrativo nº. 56/2020 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irreajustáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 29 de junho de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

ALISSON LUIS ULRICH
CONTRATADA

Testemunhas

1

Denise Magali Moskvín

2

Luciane Tomczyk

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2020

Publicação Nº 2543982

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 56/2020.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2020.**

Interessados: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS

Aos 29 dias do mês de junho do ano de 2020, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **PLASGOMES IND DE PLASTICOS LTDA**, CNPJ nº **30.871.504/0001-48**, com sede e foro na Cidade de Araquari, cito a Rua Mariano Soares, nº. 821, Bairro Jacu; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
2	<p>PARQUE INFANTIL COLORIDO COM ESTRUTURA PRINCIPAL (COLUNAS) DE MADEIRA PLÁSTICA MEDINDO 110MM X 110MM E PAREDE DE 20MM REVESTIDA COM ACABAMENTO DE POLIPROPILENO E POLIETILENO PIGMENTADO, COR ITAÚBA, CONTENDO:</p> <p>3 (TRÊS) PLATAFORMA, TIPO MP, COM 4 COLUNAS EM PLÁSTICO RECICLADO MEDINDO 110MM X 110MM; 1 PATAMAR CONFECCIONADO COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO E ASSOALHO EM PLÁSTICO RECICLADO, MEDINDO APROXIMADO DE 1050MM X 1050MM; ALTURA DO PATAMAR EM RELAÇÃO AO NÍVEL DO SOLO 1400MM. TELHADO (COBERTURA FORMATO DE CONE) DIÂMETRO DE 1570MM X 896MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, COR COLORIDO.</p> <p>1 (UMA) PLATAFORMA, TIPO MP, COM 4 COLUNAS EM PLÁSTICO RECICLADO MEDINDO 110MM X 110MM; 1 PATAMAR CONFECCIONADO COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO E ASSOALHO EM PLÁSTICO RECICLADO, MEDINDO APROXIMADO DE 1050MM X 1050MM; ALTURA DO PATAMAR EM RELAÇÃO AO NÍVEL DO SOLO 1200 MM. TELHADO (COBERTURA FORMATO DE CONE) DIÂMETRO DE 1570MM X 896MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, COR COLORIDO.</p> <p>1 (UMA) TORRE COM PATAMAR, TIPO MP, COM 3 COLUNAS EM POLÍMERO RECICLADO, MEDINDO 110MM X 110MM X 2800MM; 1 COLUNA EM POLÍMERO RECICLADO MEDINDO 110MM X 110MM X 3000MM; 1 PATAMAR CONFECCIONADO COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO E ASSOALHO EM POLÍMERO RECICLADO, MEDINDO 1050MM X 1050MM; ALTURA DO PATAMAR EM RELAÇÃO AO NÍVEL DO SOLO 1200MM.</p> <p>1 (UMA) RAMPA DE CORDAS (COM PEGA MÃO DE SEGURANÇA) COM DIMENSÃO DE 1570MM X 800MM ESTRUTURA EM AÇO TUBULAR GALVANIZADO, COM DIÂMETRO DE 42,40MM E PAREDE DE 2,00MM DE ESPESSURA, ÂNGULO DE INCLINAÇÃO 40° COM PINTURA ELETROSTÁTICA, COR COLORIDO, SEM ÂNGULOS RETOS. CORDA DE PET DE DIÂMETRO 16,00MM, COM FIXADOR EM POLIETILENO INJETADO.</p> <p>1 (UMA) RAMPA DE ESCALADA DIMENSÃO 1600MM X 690MM COM 6 DEGRAUS EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COM PAREDE DUPLA COR COLORIDO; PORTAL DE SEGURANÇA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO.</p> <p>1 (UM) TOBOGÃ 2 CURVAS COM ÂNGULO DE 90° DIÂMETRO 750MM DE POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO; 1 FLANGE (PAINEL) MEDIDA EXTERNA 940 X 1020MM COM FURO CENTRAL DE 750MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO; 1 SEÇÃO DE SAÍDA (PONTEIRA) COM DIÂMETRO INTERNO DE 750MM PAREDE DUPLA DE POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO.</p> <p>1 (UM) ESCORREGADOR ESPIRAL (CARACOL) COM SEÇÃO DE DESLIZAMENTO DE 3700MM DE COMPRIMENTO E LARGURA DE 540MM, VISTA SUPERIOR COM DIÂMETRO EXTERNO DE 1600MM X 1900MM ALTURA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COM PAREDE DUPLA COR COLORIDO. TUBO DE SUSTENTAÇÃO EM AÇO GALVANIZADO COM DIÂMETRO DE 4 POLEGADAS PAREDE DE 2MM COMPRIMENTO DE 1900MM. 01 PATAMAR (DECK AUXILIAR) EM MADEIRA DE PLÁSTICA COM MEDIDAS DE 861MMX710MM COR ITAÚBA; 2 GUARDA CORPO COM DIMENSÃO 800MMX900MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COM PAREDE DUPLA COR COLORIDO, BARRA DE ACESSO TUBO METÁLICO GALVANIZADO COM DIÂMETRO DE 1.1/4 POLEGADA X 1.5MM DE</p>	UNIDADE	PLASGOMES	2,00	R\$31.450,00

<p>PAREDE X 765 DE COMPRIMENTO. 1 (UM) ESCORREGADOR RETO COM DIMENSÃO DE 2700MM X 500MM DE LARGURA, SEÇÃO DE DESLIZAMENTO COM LARGURA DE 390MM COM PAREDE DUPLA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COR COLORIDO. PORTAL DE SEGURANÇA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO. 1 (UMA) ESCALADA, TIPO VERTICAL, CANO DE BOMBEIRO; CONFECCIONADA EM AÇO TUBULAR DIÂMETRO 1.1/4", NA COLUNA PRINCIPAL E 1" NOS 4 PARES DE DEGRAUS. PARA PATAMAR COM ALTURA DE 1400 MM, PEGA MÃO CONFECCIONADO EM AÇO TUBULAR DIÂMETRO DE 1", GALVANIZADO. COR COLORIDO. 1 (UM) TUBO RETO 1600MM COM DIÂMETRO INTERNO DE 750MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO; 2 FLANGE (PAINEL) MEDIDA EXTERNA 940MM X 1020MM COM FURO CENTRAL DE 750MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COR COLORIDO. 1 (UM) TUBO CURVO 90° COM DIÂMETRO INTERNO DE 750MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO; 2 FLANGE (PAINEL) MEDIDA EXTERNA 940 X 1020MM COM FURO CENTRAL DE 750MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO. 1 (UMA) RAMPA DE TACOS (COM PEGA MÃO DE SEGURANÇA), 7 TACOS, DIMENSÃO 1750MM DE COMPRIMENTO X 790MM DE LARGURA, ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA NA COR ITAÚBA; ESTRUTURA DE METAL AÇO GALVANIZADO PERFIL TUBULAR QUADRADO 30MMX30MM E 2MM DE ESPESSURA. 1 (UMA) PASSARELA CURVADA (CÔNCAVA) COM DIMENSÃO 1950MM X 820MM DE LARGURA COM ASSOALHO DE MADEIRA PLÁSTICA COR ITAÚBA; GUARDA CORPO (CORRIMÃO CONVEXA) ESTRUTURA TUBULAR DE AÇO GALVANIZADO, COM TUBOS HORIZONTAIS DIÂMETRO DE 1 POLEGADA E PAREDE DE 1,95MM, BARRAS VERTICAIS DE DIÂMETRO 3/8 DE POLEGADA PINTURA ELETROSTÁTICA COR COLORIDO. 1 (UMA) PASSARELA DE CORDAS COM DIMENSÃO DE 2000MM DE COMPRIMENTO X LARGURA DE 800MM, COM ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO HORIZONTAL COM 2 TUBOS METAL GALVANIZADO DIÂMETRO DE 1.1/4 DE POLEGADA 2MM DE ESPESSURA COM PINTURA ELETROSTÁTICA COR COLORIDO; CORDA DE PET DE DIÂMETRO 16,00MM COM FIXADOR EM POLIETILENO INJETADO. 1 (UMA) ESCADA COM 5 DEGRAUS, DIMENSÃO APROXIMADA DE 1650 MM DE COMPRIMENTO X 600MM DE LARGURA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA COR COLORIDO; CORRIMÃO (GUARDA CORPO) EM AÇO TUBULAR GALVANIZADO E COM PINTURA ELETROSTÁTICA COM DIÂMETRO DE 25,40MM E ESPESSURA DE 1,95MM; 1 (UMA) ESCADA TIPO CURVA; CONFECCIONADA EM AÇO TUBULAR GALVANIZADO COM DIÂMETRO DE 1.1/4", E DIMENSÃO DE APROXIMADAMENTE 2400 MM DE COMPRIMENTO E LARGURA DE 560 MM; CONTENDO 7 DEGRAUS EM FORMATO SEMICIRCULAR CÔNCAVO E CONVEXO PINTURA ELETROSTÁTICA COR COLORIDA; 1 (UM) BALANÇO FIXADO A TORRE. COM 2 ASSENTOS ABERTO EM POLIETILENO, SUSPENSO POR CORRENTES GALVANIZADAS; ESTRUTURA EM AÇO TUBULAR COM DIÂMETRO DE 42,4 MM, SEM ÂNGULOS RETOS; CORRENTES GALVANIZADAS; 1600MM DE COMPRIMENTO; 2 ASSENTOS COM DIMENSÃO DE 460MM X 225MM DE POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA COR COLORIDO COM ENCAIXE DE FIXAÇÃO. 2 (DOIS) GUARDA CORPO DIMENSÃO 870MM X 770MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, COR COLORIDO. 1 (UM) KIT JOGO DA VELHA COM 9 CILINDROS EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COLORIDOS COM DESENHOS INTERNOS DE X E O COM DIÂMETRO 165MM X 210MM DE ALTURA; HASTE SUPERIOR E INFERIOR EM AÇO GALVANIZADO PINTURA ELETROSTÁTICA COM DIMENSÃO DE 820MM DE COMPRIMENTO. 1 (UM) COQUEIRO DECORATIVO COM 8(OITO) FOLHAS DIÂMETRO DE 1300MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COR COLORIDO; 3 ACABAMENTO DE COLUNAS EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COR COLORIDO.</p>				
---	--	--	--	--

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 35/2020 – Procedimento Administrativo nº. 56/2020 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 29 de junho de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

PLASGOMES IND DE PLASTICOS LTDA
CONTRATADA

Testemunhas

1

Denise Magali Moskvín

2

Luciane Tomczyk

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2020

Publicação Nº 2543985

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 56/2020.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2020.**

Interessados: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS

Aos 29 dias do mês de junho do ano de 2020, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA ME**, CNPJ nº **86.857.174/0001-90**, com sede e foro na Cidade de Araquari - SC, cito a RODOVIA BR 101, nº 8405, Bairro RAINHA; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
1	PARQUE INFANTIL COLORIDO COM ESTRUTURA PRINCIPAL (COLUNAS) DE MADEIRA PLÁSTICA MEDINDO 110MMX110MM E PAREDE DE 20MM REVESTIDA COM ACABAMENTO DE POLIPROPILENO E POLIETILENO PIGMENTADO, COR ITAÚBA, CONTENDO: 2 (DUAS) PLATAFORMA, TIPO MP (MEDIDAS MÍNIMAS) COM 4 COLUNAS EM POLÍMERO RECICLADO MEDINDO 110MM X 110MM X 2500MM; 1 PATAMAR CONFECCIONADO COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO E ASSOALHO EM POLÍMERO RECICLADO, MEDINDO 1050MM X 1050MM; ALTURA DO PATAMAR EM RELAÇÃO AO NÍVEL DO SOLO 800MM, TELHADO (COBERTURA FORMATO DE PIRÂMIDE QUADRANGULAR) DIMENSÃO DE 1300MM X 1300MM X 650MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE SIMPLES COR COLORIDO. 1 (UMA) PLATAFORMA, TIPO MP, COM 3 COLUNAS EM POLÍMERO RECICLADO MEDINDO 110MM X 110MM X 2500MM; 1 COLUNA EM POLÍMERO RECICLADO MEDINDO 110MM X 110MM X 3000MM, 1 PATAMAR CONFECCIONADO COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO E ASSOALHO EM POLÍMERO RECICLADO, MEDINDO 1050MM X 1050MM; ALTURA DO PATAMAR EM RELAÇÃO AO NÍVEL DO SOLO 800MM. 1 (UM) COQUEIRO DECORATIVO COM 8 FOLHAS DIÂMETRO DE 1300MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO, FIXADO NA COLUNA DE 300MM. 3 (TRÊS) ACABAMENTO DE COLUNAS EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COR COLORIDO, FIXADO NA COLUNA DE 2500MM. 1 (UM) TUBO CURVO 90° COM DIÂMETRO INTERNO DE 750MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COR COLORIDO, 2 FLANGE (PAINEL) MEDIDA EXTERNA 940 X 1020MM COM FURO CENTRAL DE 750MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO. 1 (UMA) PASSARELA RETA COM DIMENSÃO 1950MM X 820MM DE LARGURA COM ASSOALHO DE MADEIRA PLÁSTICA COR ITAÚBA, GUARDA CORPO (CORRIMÃO) ESTRUTURA TUBULAR DE AÇO GALVANIZADO, COM TUBOS HORIZONTAIS DIÂMETRO DE 1 POLEGADA E PAREDE DE 1,95MM, TUBOS VERTICAIS DE DIÂMETRO 5/8 DE POLEGADA PINTURA ELETROSTÁTICA, COR COLORIDO. 2 (DUAS) ESCADA COM 3 DEGRAUS, DIMENSÃO 1000MM DE COMPRIMENTO X 600MM DE LARGURA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, COR COLORIDO; CORRIMÃO (GUARDA CORPO) EM AÇO TUBULAR GALVANIZADO E PINTADO COM PINTURA ELETROSTÁTICA COM DIÂMETRO DE 25,40MM E ESPESSURA DE 1,95MM; SEM ÂNGULOS RETOS. 4 (QUATRO) ESCORREGADOR RETO COM DIMENSÃO DE 1600MM X 500MM DE LARGURA, SEÇÃO DE DESLIZAMENTO COM LARGURA DE 410MM COM PAREDE DUPLA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COR COLORIDO. 1 (UMA) RAMPA DE ESCALADA DIMENSÃO 1000MM X 690MM COM 4 DEGRAUS EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COM PAREDE DUPLA, COR COLORIDO; PORTAL DE SEGURANÇA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COR COLORIDO. 1 (UM) KIT JOGO DA VELHA COM 9 CILINDROS EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COLORIDOS COM DESENHOS INTERNOS DE X E O COM DIÂMETRO 165MM X 210MM DE ALTURA; HASTE SUPERIOR E INFERIOR EM AÇO GALVANIZADO PINTURA ELETROSTÁTICA COM DIMENSÃO DE 820MM DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	KRENKE	2,00	R\$15.200,00
5	PARQUE INFANTIL COLORIDO COM ESTRUTURA PRINCIPAL (COLUNAS) DE MADEIRA PLÁSTICA MEDINDO 110MM X 110MM E PAREDE DE 20MM, REVESTIDA COM ACABAMENTO DE POLIPROPILENO PIGMENTADO, COR ITAÚBA CONTENDO: 5 (CINCO) PLATAFORMA, TIPO MP, COM 4 COLUNAS EM PLÁSTICO RECICLADO MEDINDO 110 MM X 110 MM; 1 PATAMAR CONFECCIONADO COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO E ASSOALHO EM PLÁSTICO RECICLADO, MEDINDO APROXIMADO DE 1050 MM X 1050 MM; ALTURA DO PATAMAR EM RELAÇÃO AO NÍVEL DO SOLO 1400MM, TELHADO (COBERTURA FORMATO DE PIRÂMIDE QUADRANGULAR) DIMENSÃO DE 1300MM X 1300MM X 650MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE SIMPLES COR COLORIDO. 2 (DUAS) PLATAFORMA, TIPO MP, COM 4 COLUNAS EM PLÁSTICO RECICLADO MEDINDO 110 MM X 110 MM; 1 PATAMAR CONFECCIONADO COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO E ASSOALHO EM PLÁSTICO RECICLADO, MEDINDO	UNIDADE	KRENKE	2,00	R\$46.900,00

<p>APROXIMADO DE 1050 MM X 1050 MM; ALTURA DO PATAMAR EM RELAÇÃO AO NÍVEL DO SOLO 1200MM. TELHADO (COBERTURA FORMATO DE PIRÂMIDE QUADRANGULAR) DIMENSÃO DE 1300MM X 1300MM X 650MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE SIMPLES COR COLORIDO.</p> <p>1 (UMA) PLATAFORMA, TIPO MP, COM 4 COLUNAS EM POLÍMERO RECICLADO MEDINDO 110 MM X 110 MM X 2800 MM; 1 PATAMAR CONFECCIONADO COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO E ASSOALHO EM POLÍMERO RECICLADO, MEDINDO 1050 MM X 1050 MM; ALTURA DO PATAMAR EM RELAÇÃO AO NÍVEL DO SOLO 1400 MM;</p> <p>1 (UMA) PLATAFORMA, TIPO MP, COM 6 COLUNAS EM POLÍMERO RECICLADO COM ACABAMENTO EM POLIETILENO, MEDINDO 110 MM X 110 MM X 4000 MM; PATAMAR SEXTAVADO CONFECCIONADO COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO E ASSOALHO EM POLÍMERO RECICLADO, MEDINDO 1730 MM ENTRE AS FACES PARALELAS; ALTURA DO PATAMAR EM RELAÇÃO AO NÍVEL DO SOLO 1800 A 2000 MM; TELHADO (COBERTURA DA TORRE EM FORMA SEXTAVADA) MEDINDO NO MÍNIMO 1730 MM ENTRE AS BORDAS PARALELAS, CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA COR COLORIDO.</p> <p>1 (UMA) RAMPA DE CORDAS (COM PEGA MÃO DE SEGURANÇA) COM DIMENSÃO DE 1570MM X 800MM ESTRUTURA EM AÇO TUBULAR GALVANIZADO, COM DIÂMETRO DE 42,40MM E PAREDE DE 2,00MM DE ESPESSURA, ÂNGULO DE INCLINAÇÃO 40° COM PINTURA ELETROSTÁTICA, COR COLORIDO SEM ÂNGULOS RETOS. CORDA DE PET DE DIÂMETRO 16,00MM COM FIXADOR EM POLIETILENO INJETADO.</p> <p>1 (UMA) RAMPA DE ESCALADA DIMENSÃO 1600MM X 690MM COM 6 DEGRAUS EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COM PAREDE DUPLA COR COLORIDO; PORTAL DE SEGURANÇA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO.</p> <p>1 (UMA) RAMPA DE ESCALADA DIMENSÃO 1600MM X 540MM COM 6 DEGRAUS EM SULCOS EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COM PAREDE DUPLA COR COLORIDO; PORTAL DE SEGURANÇA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO.</p> <p>1 (UM) TOBOGÃ 2 CURVAS COM ÂNGULO DE 45° DIÂMETRO 750MM DE POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO; 1 FLANGE (PAINEL) MEDIDA EXTERNA 940 X 1020MM COM FURO CENTRAL DE 750MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO; 1 SEÇÃO DE SAÍDA (PONTEIRA) COM DIÂMETRO INTERNO DE 750MM PAREDE DUPLA DE POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO; 1 TUBO RETO 1600MM COM DIÂMETRO INTERNO DE 750MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO.</p> <p>1 (UM) TOBOGÃ 2 CURVAS COM ÂNGULO DE 90° DIÂMETRO 750MM DE POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO; 1 FLANGE (PAINEL) MEDIDA EXTERNA 940 X 1020MM COM FURO CENTRAL DE 750MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO; 1 SEÇÃO DE SAÍDA (PONTEIRA) COM DIÂMETRO INTERNO DE 750MM PAREDE DUPLA DE POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO.</p> <p>1 (UM) ESCORREGADOR ESPIRAL (CARACOL) COM SEÇÃO DE DESLIZAMENTO DE 3700MM DE COMPRIMENTO E LARGURA DE 540MM, VISTA SUPERIOR COM DIÂMETRO EXTERNO DE 1600MM X 1900MM ALTURA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COM PAREDE DUPLA COR COLORIDO. TUBO DE SUSTENTAÇÃO EM AÇO GALVANIZADO COM DIÂMETRO DE 4 POLEGADAS PAREDE DE 2MM COMPRIMENTO DE 1900MM. 01 PATAMAR (DECK AUXILIAR) EM MADEIRA DE PLÁSTICA COM MEDIDAS DE 861MMX710MM COR ITAÚBA; 2 GUARDA CORPO COM DIMENSÃO 800MMX900MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COM PAREDE DUPLA COR COLORIDO, BARRA DE ACESSO TUBO METÁLICO GALVANIZADO COM DIÂMETRO DE 1.1/4 POLEGADAS X 1.5MM DE PAREDE X 765 DE COMPRIMENTO.</p> <p>1 (UMA) ESCALADA DE DISCO; CONFECCIONADO EM AÇO TUBULAR COM DIÂMETRO DE 42,4 MM COM ALTURA DE 2800MM; COM 4 DISCO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, PARA PATAMAR COM ALTURA DE 1400 MM; PEGA MÃO CONFECCIONADO EM AÇO TUBULAR DIÂMETRO DE 1", GALVANIZADO. COR COLORIDO.</p> <p>1 (UMA) DECIDA, TIPO CANO DE BOMBEIRO; CONFECCIONADO EM AÇO TUBULAR COM DIÂMETRO DE 42,4 MM COM ALTURA DE 2800MM; PARA PATAMAR COM ALTURA DE 1400 MM; PEGA MÃO CONFECCIONADO EM AÇO TUBULAR DIÂMETRO DE 1", GALVANIZADO. COR COLORIDO; ESCADA MARINHEIRO, EM AÇO GALVANIZADO PINTURA ELETROSTÁTICA COM 4 DEGRAUS, CONFECCIONADO EM AÇO TUBULAR DIÂMETRO DE 1", ESPESSURA DE PAREDE DE NO MÍNIMO 1,55 MM; COR COLORIDO.</p> <p>1 (UMA) ESCALADA, TIPO VERTICAL, CANO DE BOMBEIRO; CONFECCIONADA EM AÇO TUBULAR DIÂMETRO 1.1/4", NA COLUNA PRINCIPAL E 1" NOS 4 PARES DE DEGRAUS. PARA PATAMAR COM ALTURA DE 1400 MM; PEGA MÃO CONFECCIONADO EM AÇO TUBULAR DIÂMETRO DE 1", GALVANIZADO. COR COLORIDO</p> <p>1 (UM) TUBO COM DESNÍVEL DE 400MM COMPRIMENTO 1600MM COM DIÂMETRO INTERNO DE 750MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO; 2 FLANGE (PAINEL) MEDIDA EXTERNA 940 X 1020MM COM FURO CENTRAL DE 750MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO</p> <p>1 (UM) TUBO RETO 1600MM COM DIÂMETRO INTERNO DE 750MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO; 2 FLANGE (PAINEL) MEDIDA EXTERNA 940MM X 1020MM COM FURO CENTRAL DE 750MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO.</p> <p>1 (UM) BALANÇO FIXADO A TORRE. COM 2 ASSENTOS ABERTO EM</p>				
---	--	--	--	--

<p>POLIETILENO, SUSPENSO POR CORRENTES GALVANIZADAS; ESTRUTURA EM AÇO TUBULAR COM DIÂMETRO DE 42,4 MM, SEM ÂNGULOS RETOS; CORRENTES GALVANIZADAS; 1600MM DE COMPRIMENTO; 2 ASSENTOS COM DIMENSÃO DE 460MM X 225MM DE POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA COR COLORIDO COM ENCAIXE DE FIXAÇÃO</p> <p>1 (UM) ESCORREGADOR DUPLO COM DIMENSÃO DE 2600MM DE COMPRIMENTO X 900MM DE LARGURA COM CADA SEÇÃO DE DESLIZAMENTO DE 390MM E DE LARGURA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO; BARRA TRANSVERSAL DE SEGURANÇA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO</p> <p>1 (UMA) PASSARELA CURVADA (CÔNCAVA) COM DIMENSÃO 1950MM X 820MM DE LARGURA COM ASSOALHO DE MADEIRA PLÁSTICA COR ITAÚBA; GUARDA CORPO (CORRIMÃO CONVEXA) ESTRUTURA TUBULAR DE AÇO GALVANIZADO, COM TUBOS HORIZONTAIS DIÂMETRO DE 1 POLEGADA E PAREDE DE 1,95MM, BARRAS VERTICAIS DE DIÂMETRO 3/8 DE POLEGADA PINTURA ELETROSTÁTICA COR COLORIDO</p> <p>1 (UMA) PASSARELA RETA COM DIMENSÃO 1950MM X 820MM DE LARGURA COM ASSOALHO DE MADEIRA PLÁSTICA COR ITAÚBA; GUARDA CORPO (CORRIMÃO) ESTRUTURA TUBULAR DE AÇO GALVANIZADO, COM TUBOS HORIZONTAIS DIÂMETRO DE 1 POLEGADA E PAREDE DE 1,95MM, TUBOS VERTICAIS DE DIÂMETRO 5/8 DE POLEGADA PINTURA ELETROSTÁTICA COR COLORIDO.</p> <p>1 (UMA) ESCADA COM 5 DEGRAUS, DIMENSÃO APROXIMADA DE 1650 MM DE COMPRIMENTO X 600MM DE LARGURA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA COR COLORIDO; CORRIMÃO (GUARDA CORPO) EM AÇO TUBULAR GALVANIZADO E COM PINTURA ELETROSTÁTICA COM DIÂMETRO DE 25,40MM E ESPESSURA DE 1,95MM;</p> <p>2 (DOIS) TUBO CURVO 90° COM DIÂMETRO INTERNO DE 750MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO; 2 FLANGE (PAINEL) MEDIDA EXTERNA 940 X 1020MM COM FURO CENTRAL DE 750MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO</p> <p>1 (UM) ESCORREGADOR ONDULADO COM DIMENSÃO DE 2350MM X 540MM DE LARGURA, SEÇÃO DE DESLIZAMENTO COM LARGURA DE 460MM COM PAREDE DUPLA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COR COLORIDO; PORTAL DE SEGURANÇA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO.</p> <p>1 (UM) ESCORREGADOR CURVO COM DIMENSÃO DE 2600MM X 590MM DE LARGURA, SEÇÃO DE DESLIZAMENTO COM COMPRIMENTO DE 2500MM X LARGURA DE 480MM COM PAREDE DUPLA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COR COLORIDO. PORTAL DE SEGURANÇA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO</p> <p>6 (SEIS) GUARDA CORPO DIMENSÃO 870MM X 770MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA COR COLORIDO</p> <p>1 (UMA) ESCADA, TIPO 1 DEGRAU. DEGRAU CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO; PEGA MÃO CONFECCIONADO EM AÇO TUBULAR DIÂMETRO DE 1", GALVANIZADO. PARA ALTURA DE 400 MM COR COLORIDO</p> <p>1 (UM) CONJUNTO DE PEGA MÃO CONFECCIONADO EM AÇO TUBULAR DIÂMETRO DE 1", GALVANIZADO. COR COLORIDO</p> <p>2 (DOIS) KIT JOGO DA VELHA COM 9 CILINDROS EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COLORIDOS COM DESENHOS INTERNOS DE X E O COM DIÂMETRO 165MM X 210MM DE ALTURA; HASTE SUPERIOR E INFERIOR EM AÇO GALVANIZADO PINTURA ELETROSTÁTICA COM DIMENSÃO DE 820MM DE COMPRIMENTO</p> <p>1 (UM) COQUEIRO DECORATIVO COM 8(OITO) FOLHAS DIÂMETRO DE 1300MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO; 1 ACABAMENTO DE COLUNAS EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COR COLORIDO.</p>				
--	--	--	--	--

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 35/2020 – Procedimento Administrativo nº. 56/2020 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 29 de junho de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA ME
CONTRATADA

Testemunhas

1

Denise Magali Moskvín

2

Luciane Tomczyk

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N. 0695/2020**

Publicação N° 2543814

PORTARIA Nº 0695/2020 SUSTA GOZO DE FÉRIAS SERVIDOR ERNANI WOGGINAKI JR. FABIANO JOSÉ MENDES PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES TRÊS BARRAS - SC SUSTA o gozo de férias do servidor Ernani Wogginaki Jr., ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Matrícula n. 2526 do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras, concedido através da Portaria de n. 693/2020 de 17 de junho de 2020 ficando um saldo em haver de 13 (treze) dias a serem gozados em data oportuna. Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 29 de junho de 2020. A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 30 de junho de 2020.. Joel Antonio Voigt Gestor Legislativo e Contábil Fabiano José Mendes

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 339/2020, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543407

DECRETO Nº 339/2020, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

EXONERA A SERVIDORA ADRIANA MARCILLINO SANGALETTI DO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSORA ESPECIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada, na data de 30 de junho de 2020, a servidora ADRIANA MARCILLINO SANGALETTI, do cargo comissionado de ASSESSORA ESPECIAL, vinculada ao Departamento de Agricultura da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 29 de junho de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 30 de junho de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 373/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543482

PORTARIA Nº 373/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA CENTRO DE CUSTO DA SERVIDORA FABIANA DE MATTIA.

JAIMIR COMIN, Prefeito Municipal de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar, por tempo indeterminado, a partir desta data, centro de custo da servidora FABIANA DE MATTIA, em virtude da portaria nº 373/2020, deixando de exercer suas funções de AUXILIAR ADMINISTRATIVO na SECRETARIA DE SAÚDE para exercê-la na SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, cedida para a delegacia do Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de junho de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 26 de junho de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 30 de junho de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 374/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2543483

PORTARIA Nº 374/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA CENTRO DE CUSTO DA SERVIDORA MARIA DE LURDES SPRICIGO FRECCIA.

JAIMIR COMIN, Prefeito Municipal de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar, por tempo indeterminado, a partir desta data, centro de custo da servidora MARIA DE LURDES SPRICIGO FRECCIA, em virtude da portaria nº 374/2020, deixando de exercer suas funções de AUXILIAR ADMINISTRATIVO na SECRETARIA DE SAÚDE para exercê-las na SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, cedida para a delegacia do Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de junho de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 26 de junho de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 30 de junho de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças.

Treze de Maio

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 08/2020/PMTM

Publicação Nº 2543912

MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 029/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020

O Município de Treze de Maio, por intermédio do pregoeiro designado, torna público que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado, objetivando a aquisição de 2 (dois) veículos 0 km utilitário tipo pick-up para as secretarias municipais de obras e viação e agricultura, com assistência técnica durante o período de garantia. Os envelopes de habilitação e proposta deverão ser entregues até às 09:00 hrs do dia 10/07/2020 e a seção de abertura ocorrerá na mesma data e hora. A íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal sito à Av. 7 de Setembro, 20, Centro, Treze de Maio/SC, no horário das 08:00 às 17:00 horas, (48) 3625 2100, e-mail licitacao@trezedemaio.sc.gov.br.

Treze de Maio, 29 de junho de 2020.

Volnei Fregnani – Pregoeiro

TOMADA DE PREÇOS 08/2020/PMTM

Publicação Nº 2543318

MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO / SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 028/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2020

O município de Treze de Maio/SC torna público que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado, objetivando a contratação de empresa especializada em construção civil, para execução de obra de pavimentação c/ lajotas, drenagem pluvial e sinalização viária na rua Iduino de Faveri Burato Trecho 02. Os envelopes de habilitação e proposta deverão ser entregues até às 09:00 hrs do dia 17/07/2020 e a seção de abertura ocorrerá na mesma data e hora. A íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal sito à Av. 7 de Setembro, 20, Centro, Treze de Maio/SC, no horário das 08:00 às 17:00 horas, (48) 3625 2100, e-mail licitacao@trezedemaio.sc.gov.br.

Treze de Maio, 29 de junho de 2020.

Clesio Bardini de Biasi – Prefeito Municipal

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2591

Publicação Nº 2543859

DECRETO Nº 2.591 DE 29 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE AÇÕES NO PLANO LOCAL DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Treze Tílias (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO o aumento no número de casos no âmbito municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Para o enfrentamento da emergência de saúde pública para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus ficam proibidos no âmbito do Município de Treze Tílias, a partir de 29 de junho de 2020:

I. O embarque de passageiros com idade acima de 60 (sessenta) anos no transporte coletivo de passageiros no âmbito do município;

II. A realização de esportes coletivos, inclusive treinamentos;

III. A realização de som ao vivo em bares e restaurantes;

IV. Eventos, mesmo que particulares, como festas de aniversário e de qualquer natureza, em propriedades particulares que envolva aglomeração de pessoas;

V. Aglomeração de pessoas em praças, monumentos e demais espaços públicos.

Art. 2º. Os supermercados, mercados, padarias, açougues, farmácias, lojas de suplementos, lojas de alimentos funcionais e estabelecimentos congêneres deverão, obrigatoriamente, limitar a entrada de 01 (uma) pessoa por entidade familiar, preferencialmente fora do grupo de risco.

Parágrafo único. Recomenda-se para os estabelecimentos citados no caput:

I – permitir a entrada conjunta de um acompanhante somente quando se tratar de idosos, pessoas com dificuldade motora ou absoluta impossibilidade de presença desacompanhada;

II – reduzir o número de vagas de estacionamento, a fim de evitar aglomeração;

III – orientar seus colaboradores para que, no ato da entrega de compras nas residências evitem a entrada nas casas e apartamentos, e o contato físico.

Art. 3º. Permanecem vigentes todas as medidas estabelecidas no Decreto Municipal nº. 2.559/2020, que não forem por este contrariadas especialmente o uso de máscaras e o distanciamento social.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
aos 29 dias do mês de junho de 2.020

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças Designado

Trombudo Central

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DO EDITAL TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PMTC Nº 22/2020

Publicação Nº 2544338

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL

AVISO DE SUSPENSÃO DO EDITAL TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PMTC Nº 22/2020

O Município de Trombudo Central/SC, através da Comissão Permanente para Avaliação e Julgamento de Licitações, torna público para conhecimento de todos os interessados, que está suspenso a Tomada de Preços PMTC nº 22/2020 com abertura prevista para 30/06/2020 às 9h Protocolo e 9h15min Sessão Pública, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE CONCLUSÃO DA OBRA DA SEDE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PROJETOS E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL. Tal suspensão objetiva a análise e modificação do Edital e Anexos, em decorrência de impugnações no Edital. A nova data de abertura do edital Tomada de Preços PMTC nº 22/2020 será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Informações no endereço eletrônico: www.trombudocentral.sc.gov.br, no telefone (47) 3544 0271 – Setor de Licitações.

Trombudo Central, 29 de Junho de 2020.

COMISSÃO PERMANENTE PARA AVALIAÇÃO
E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

Tunápolis

PREFEITURA

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS. PREGÃO 01.2020 .SUSPENSO

Publicação N° 2543933

COMUNICADO PROCESSO SUSPENSO.

Associação Hospitalar de Tunápolis, através de seu Presidente Sr. Vanduir M. Deteres COMUNICA que está suspenso o Pregão nº 01/2020, Processo de Licitação nº 01/2020, cujo o objeto é: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS PARA A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS, COM FINALIDADE DE OFERECER MELHOR ASSISTÊNCIA E MANTER O ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS, DE ACORDO COM O CONVENIO Nº 2020TR000393, para uma possível alteração. A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Quaisquer informações deverão ser dirigidos à Associação Hospitalar de Tunápolis/SC, pelo e-mail elisetrenhago@hotmail, ou compras@tunapolis.sc.gov.br, com ou pelo telefone fixo (49) 3632-1122, ou telefone celular nº (49) 991121145 Tunápolis,SC,. 29 de junho de 2020.

VANDUIR MATIAS DETERS.

Associação Hospitalar de Tunápolis/SC
PRESIDENTE

PROCESSO DE COMPRA N°.: 164/2020 PREGÃO PRESENCIAL N°: 79/2020 DATA EMISSÃO: 29/06/2020

Publicação N° 2543163

MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/Departamento de Compras

Processo de Compra N°.: 164/2020

Pregão Presencial n°: 79/2020

Data Emissão: 29/06/2020

Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por item

O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item sob regime de entrega imediata conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 –Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 9h30min do dia 10 de Julho de 2020 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A presente Licitação tem por objeto a aquisição de BEBEDOURO INDUSTRIAL-100 LITROS QUE SERÁ DESTINADO PARA O CENTRO ESPORTIVO, de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até 9h30min do dia 10 de Julho de 2020.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO Nº 0.502.379-03/19 – PRO-TRANSPORTE – SETOR PÚBLICO

Publicação Nº 2543784

Estado de Santa Catarina
Município de Turvo

Extrato de Contrato

Contrato de abertura de crédito fixo nº 0.502.379-03/19 – Pro-Transporte – Setor Público

Objeto: Contrato de abertura de crédito fixo que entre si celebram a Caixa Econômica Federal – CEF e o Município de Turvo/SC. Agente: CEF – Caixa Econômica Federal. CNPJ: 00.360.305/0001-04. Creditado: Município de Turvo/SC. CNPJ: 82.548.983/0001-60, Vigência Contratual: 03/03/2020 a 19/02/2041. Valor Contratual: R\$ 5.516.155,70 (cinco milhões, quinhentos e dezesseis mil, cento e cinquenta e cinco reais e setenta centavos), sendo R\$ 4.731.570,00 (quatro milhões, setecentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta reais) proveniente de recursos ordinários do FGTS e R\$ 784.585,70 (setecentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta centavos) de contrapartida do município.

Urussanga

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020/FMS

Publicação Nº 2544256

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020/FMS

Objeto: Tem por objetivo a aquisição PARCELADA de teste rápido para COVID-19, para o enfrentamento da emergência de Saúde Pública, de acordo com a Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, com qualidade e pontualidade, para o exercício do ano de 2020, conforme edital e anexos. Recebimento dos envelopes: até 13h30 dia 07/07/2020 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 14h:15 dia 07/07/2020. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2020" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3465-1188. Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO

Publicação Nº 2543433

EDITAL DE CHAMAMENTO

CONVOCAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO SOLICITAÇÃO/RECEBIMENTO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

O PREFEITO MUNICIPAL NOTIFICA todo o agente público – efetivos, comissionados, ocupantes de cargos temporários, de funções de confiança, titulares de mandato eletivo, estagiários do Município de Urussanga (SC), independentemente do vínculo existente, a regularizar a sua situação, até o dia 31 de julho de 2020, caso tenham recebido o auxílio emergencial previsto na Lei Federal nº 13.982, de 2 de abril de 2020, conforme orientações abaixo.

1. No caso de o agente público ter efetuado a solicitação para recebimento do Auxílio Emergencial: deverá efetuar a devolução dos recursos por meio do link: <https://devolucaoauxilioemergencial.cidadania.gov.br> seguindo o disposto no documento "Orientações para devolução dos recursos do Auxílio Emergencial", em anexo, com a posterior comprovação da regularização junto ao Setor de Recursos Humanos, mediante apresentação de documento, para que fique arquivado;

2. Diante da possibilidade de que os dados pessoais do agente público tenham sido inseridos indevidamente por terceiros, solicita-se que todos os agentes públicos consultem a sua situação no endereço <https://consultautilizacao.dataprev.gov.br/consulta/#/>. Constatada a utilização irregular dos dados, orienta-se que o agente registre essa situação junto à autoridade policial, com posterior comprovação do registro junto ao Setor de Recursos Humanos, mediante apresentação de documento, para que fique arquivado, e registro da denúncia por meio do portal da Fala.Br (<https://falabr.cgu.gov.br/>);

3. No caso dos agentes que sejam beneficiários do Programa Bolsa Família ou cadastradas no CadÚnico do Governo Federal, tendo em vista a sua inclusão automática como beneficiários do auxílio emergencial, sem a necessidade de requerer o benefício, deverão comparecer à Secretaria de Assistência Social do Município, a fim de que seja verificado o cumprimento dos requisitos do respectivo programa de transferência de renda. Em caso de não enquadramento, deverão efetuar a devolução dos valores, seguindo as orientações contidas no item 1.

Essa primeira etapa se encontra em consonância com o orientado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, em conjunto com a Controladoria-Geral da União, a fim de oportunizar que os agentes públicos regularizem espontaneamente a sua situação.

Informa-se que, ultrapassado esse prazo inicial de regularização, sem qualquer ônus, as Instituições antes referidas avaliarão a situação dos agentes que não o fizerem, podendo adotar outras medidas para avaliar as condutas de solicitação e de recebimento do Auxílio Emergencial, inclusive no que tange à possível inserção ou declaração de informações falsas em sistemas de solicitação do benefício, que podem caracterizar crimes de falsidade ideológica e estelionato, além de configurar infração funcional, a ser analisada no âmbito do Município.

Urussanga (SC), 25 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

ANEXO

Orientações para devolução dos recursos do Auxílio Emergencial

1. Como efetuar a devolução de parcelas do auxílio emergencial?

Para devolução das parcelas recebidas fora dos critérios para recebimento do auxílio, acessar o site do Ministério da Cidadania (<https://www.gov.br/cidadania/pt-br>) ou devolucaoauxilioemergencial.cidadania.gov.br, inserir o CPF cadastrado no auxílio e clicar na opção "Emitir GRU". O sistema vai gerar uma Guia de Recolhimento da União (GRU), que poderá ser paga, nos diversos canais de atendimento do Banco do Brasil ou qualquer outro banco, como a internet, aplicativo de celular, terminais de autoatendimento, além dos guichês de caixa das agências.

2. Fiz a devolução da primeira parcela do auxílio. Irei receber o auxílio novamente?

Caso seu nome já esteja na folha de pagamento e você receba a próxima parcela, será necessário proceder com emissão e pagamento de nova Guia de Recolhimento da União (GRU), que poderá ser paga, nos diversos canais de atendimento do Banco do Brasil ou qualquer outro banco, como a internet, aplicativo de celular, terminais de autoatendimento, além dos guichês de caixa das agências.

Acessar o site do Ministério da Cidadania (<https://www.gov.br/cidadania/pt-br>) ou devolucaoauxilioemergencial.cidadania.gov.br, inserir o CPF cadastrado no auxílio e clicar na opção "Emitir GRU".

3. Recebi o auxílio emergencial indevidamente, porém ao entrar no site do Ministério da Cidadania para gerar a GRU e, consequentemente efetuar a devolução, sou informada de que não há pagamento para o meu CPF, no aplicativo consta apenas que o pagamento foi aprovado. Como gerar a GRU nesse caso?

Solicitamos que aguarde o prazo de 5 dias úteis para fazer a geração de Guia de Recolhimento da União (GRU). Se após este prazo não conseguir gerar a GRU, encaminhe a documentação comprobatória do auxílio creditado em conta, bem como a tela do sistema de geração GRU (devolucaoauxilioemergencial.cidadania.gov.br) com o CPF, para que possamos analisar.

4. É possível parcelar a devolução do auxílio emergencial?

Não. A devolução deverá ser feita do valor total recebido por parcela, isto é, para cada parcela recebida, deve ser gerada uma Guia de Recolhimento da União (GRU). É importante destacar que o valor devolvido deverá ser igual ao valor recebido.

5. Como sei que o pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU) deu certo?

No momento não foi disponibilizada a opção de consultar o pagamento da GRU. Orientamos que guarde a GRU emitida e o comprovante do pagamento para eventuais consultas.

6. Não encontro no aplicativo a opção de cancelamento do auxílio. Como faço para solicitar o cancelamento da minha solicitação?

Informamos que após a finalização da solicitação pelo APP CAIXA | Auxílio Emergencial ou Site da Caixa não existe possibilidade, nessa fase, de cancelamento do cadastro.

Caso a solicitação seja aprovada, a orientação é que proceda com a devolução voluntária do auxílio.

Para devolução, acessar o site do Ministério da Cidadania (<https://www.gov.br/cidadania/pt-br>) ou devolucaoauxilioemergencial.cidadania.gov.br, inserir o CPF cadastrado no auxílio e clicar na opção "Emitir GRU".

O sistema vai gerar uma Guia de Recolhimento da União (GRU), que poderá ser paga, exclusivamente, nos diversos canais de atendimento do Banco do Brasil ou qualquer outro banco, como a internet, aplicativo de celular, terminais de autoatendimento, além dos guichês de caixa das agências.

7. Fiz a devolução do auxílio. Onde consigo consultar se as próximas parcelas foram canceladas?

No momento não existe consulta pública para a consulta dos beneficiários das próximas parcelas.

8. Realizei a devolução do auxílio emergencial através da Guia de Recolhimento da União (GRU). Meu cadastro no Cadastro Único será cancelado?

Informamos que a devolução do auxílio emergencial não cancela automaticamente o cadastro no Cadastro Único.

9. Recebi o auxílio emergencial na poupança digital, porém não tenho direito. Preciso fazer a devolução voluntária através da Guia de Recolhimento da União (GRU), ou posso aguardar o prazo dos 90 dias para que o valor será devolvido automaticamente?

A orientação é que realize o procedimento de devolução voluntária emitindo a Guia de Recolhimento da União (GRU).

Para devolução, acessar o site do Ministério da Cidadania (<https://www.gov.br/cidadania/pt-br>) ou devolucaoauxilioemergencial.cidadania.gov.br, inserir o CPF cadastrado no auxílio e clicar na opção "Emitir GRU".

O sistema vai gerar uma Guia de Recolhimento da União (GRU), que poderá ser paga, exclusivamente, nos diversos canais de atendimento do Banco do Brasil ou qualquer outro banco, como a internet, aplicativo de celular, terminais de autoatendimento, além dos guichês de caixa das agências.

10. Posso emitir a GRU diretamente no site da Fazenda?

Para devolução das parcelas recebidas fora dos critérios para recebimento do auxílio, orientamos que acesse o site do Ministério da Cidadania (<https://www.gov.br/cidadania/pt-br>) ou devolucaoauxilioemergencial.cidadania.gov.br, inserir o CPF cadastrado no auxílio e clicar na opção "Emitir GRU".

O sistema vai gerar uma Guia de Recolhimento da União (GRU), que poderá ser paga, exclusivamente, nos diversos canais de atendimento do Banco do Brasil ou qualquer outro banco, como a internet, aplicativo de celular, terminais de autoatendimento, além dos guichês de caixa das agências.

Outras demandas:**11. Minha solicitação está em andamento. Como faço para saber se foi aprovado? Informamos que o resultado da análise do auxílio emergencial, está disponível no site do Ministério da Cidadania (<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>) na opção Consulta ao Auxílio Emergencial**

Digite as informações pessoais no formulário e clique em enviar. O resultado será apresentado na tela.

12. Qual o calendário para recebimento do auxílio emergencial?

O calendário de pagamento do auxílio emergencial pode ser consultado no site da Caixa Econômica Federal, na página sobre o Auxílio Emergencial, no endereço: (<http://www.caixa.gov.br/auxilio/PAGINAS/DEFAULT2.ASPX>)

Fonte: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/perguntas-frequentes-1>

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2020

Publicação Nº 2543777

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA
PODER EXECUTIVO

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA Nº 01/2020

Processo de Licitação: 96/2019

Pregão Presencial: 65/2019

Contratado: PADOIN FONTANELLA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA

CNPJ: 04.340.499/0001-37

Data de Assinatura: 29/06/2020

Do apostilamento: fica equilibrado o item 01 e 02 da Ata nº 01/2020, o seguinte valor:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	VALOR ATUAL	VALOR REAJUSTADO
01	GASOLINA COMUM	L	R\$ 3,67	R\$ 3,82
02	ÓLEO DIESEL COMUM	L	R\$ 2,87	R\$ 3,06

Luis Gustavo Cancellier
Prefeito Municipal

Vidal Ramos

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2020

Publicação Nº 2543278

AVISO DE REVOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2020

O Prefeito do Município de Vidal Ramos, torna público que está procedendo a REVOGAÇÃO do Pregão Presencial nº 19/2020 - Processo Administrativo nº 46/2020. Objeto do presente certame a contratação de empresa para fornecimento de peças de 1ª linha de montagem para Retroescavadeira Caterpillar 416E, e Retroescavadeira CASE 580N.

Motivo/Justificativa: Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

Vidal Ramos, 26 de junho de 2020.

Odilmar de Souza
Prefeito Municipal

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/2020

Publicação Nº 2543524

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PROCESSO LICITATÓRIO 56/2020
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 24/2020

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MACADAME BRITADO E DEMAIS MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO. ENTREGA PREVISTA DE MANEIRA FRAGMENTADA MEDIANTE REQUISIÇÃO PRÉVIA DO SETOR COMPETENTE.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 005/2019 de 08/01/2019, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 56/2020 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 24/2020, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DOCUMENTAÇÃO E ETAPA DE LANCES: DIA 10/07/2020, às 09:00 hrs.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: compras@vidalramos.sc.gov.br
Vidal Ramos (SC), 29 de junho de 2020.

Eduardo Thechrin
Pregoeiro

Videira

PREFEITURA

ATA 003/2020-CMS

Publicação Nº 2543776

ATA 003/2020-CMS – Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, às dezenove horas e trinta minutos em segunda chamada, nas dependências do Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, nesse município de Videira, reuniram-se ordinariamente, os membros do Conselho Municipal de Saúde, conforme a lista de presença, com a seguinte pauta: 1. Aprovação da Ata 002/2020-CMS; 2. Relatório de Atendimentos - Fevereiro e Março/2020; 3. Aprovação da Prestação de Contas do FMS - Janeiro à Março/2020; 4. Relatório Resumido da Execução Orçamentária 2019; 5. Assuntos gerais. (Situação COVID-19 e Campanha de Vacinação contra a Gripe). Dando início, foi realizada a leitura da Ata 002/2020-CMS, a qual foi aprovada, sem ressalvas. Em sequência, foram apresentados os indicadores de atendimento dos meses de fevereiro e março/2020: 1. consultas/atendimentos ambulatoriais (médico ESF/AB, ginecologia e obstetra, pediatra, fisioterapeuta, nutricionista, psicóloga, enfermeiro, urgência em AB, ortopedista, atendimento CAPS, cardiologia, urologia, neurologia, dermatologia, infectologista, endocrinologia); 2. atendimento domiciliar (médico ESF, fisioterapeuta, enfermagem, agentes de saúde, assistente social, psicólogo, nutricionista); 3. procedimentos (enfermagem, consulta pré-natal, grupos/atividades educativas, auriculoterapia, teste rápidos, preventivo); 4. odontologia na Atenção Básica (atendimento de urgência, consulta Atenção Básica, 1ª consulta programada, procedimentos odontológicos, consulta odontológica especializada); 5. Unidade de Pronto Atendimento 24h (atendimento médico, eletrocardiograma, atendimento de urgência com observação, exames realizados); 6. Laboratório (exames realizados); 7. Farmácia Básica (itens dispensados, pacientes atendidos). Após, a Presidente do Conselho apresentou a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) referente aos meses de janeiro à março/2020, sendo R\$ 2.711.699,82 (dois milhões e setecentos e onze mil e seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos) provenientes de transferências da União, e o valor de R\$ 106.728,61 (cento e seis mil e setecentos e vinte e oito reais e sessenta e um centavos) provenientes de transferências do Estado, e, R\$ 227.654,73 (duzentos e vinte e sete mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e setenta e três centavos) provenientes de Outras Receitas, provenientes de taxa de fiscalização da Vigilância Sanitária, receita de aplicação financeira dos recursos próprios e vinculados e demais receitas. Quanto à transferências financeiras da Prefeitura totalizaram o valor de R\$ 5.274.363,45 (cinco milhões e duzentos e setenta e quatro mil e trezentos e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos) e o superávit financeiro de 2019, no valor de R\$ 2.971.522,42 (dois milhões e novecentos e setenta e um mil e quinhentos e vinte e dois reais e quarenta e dois centavos), com um total de receitas no valor de R\$ 11.291.969,03 (onze milhões e duzentos e noventa e um mil e novecentos e sessenta e nove reais e três centavos), e o valor de despesas no total de R\$ 7.187.559,81 (sete milhões e cento e oitenta e sete mil e quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta e um centavos) com despesas de pessoal, manutenção e investimento, e sendo investido o percentual acumulado de 19.12% com a Saúde do município. Quanto ao convênio CIS-AMARP foi utilizado o valor de R\$ 5.252,00 (cinco mil e duzentos e cinquenta e dois reais), com despesa de manutenção do consórcio e R\$ 52.260,97 (cinquenta e dois mil e duzentos e sessenta reais e noventa e sete centavos) com exames e consultas, totalizando R\$ 57.512,97 (cinquenta e sete mil e quinhentos e doze reais e noventa e sete centavos) referente aos meses de janeiro à março/2020. Após análise, a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde e do Convênio CIS-AMARP referente aos meses de janeiro à março/2020, foram aprovadas em unanimidade. Continuando, foi apresentado aos Conselheiros o relatório resumido da execução orçamentária de 2019, com o demonstrativo das receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde, sendo: 1. Total de receitas para apuração da aplicação em ações e serviços públicos em saúde: R\$ 125.460.310,88; 2. Total das despesas com ações e serviços públicos de saúde (colocar o valor da despesa empenhada): R\$ 22.658.706,03; 3. Percentual de aplicação em ações e serviços públicos em saúde sobre a Receita de Impostos líquida e transferências constitucionais legais: 18,06%. Após discussões e análise, o referido relatório foi aprovado. Quanto aos assuntos gerais, foi explanado aos Conselheiros acerca da campanha de vacinação contra a gripe, sendo realizada pela faixa etária, devido que os lotes estão chegando parcialmente, bem como no próximo dia 09 de maio iniciará a 3ª etapa da campanha de vacinação. Ao final, a Presidente informou que a Secretaria Municipal de Saúde fez a compra de 500 (quinhentos) testes rápidos para a COVID-19 e, na próxima reunião serão apresentados sobre os recursos recebidos para a COVID-19 e referente às cirurgias eletivas. Encerradas as discussões às 20h40min, nada mais havendo a tratar, a Sra. Ivanice Ângela Peccin agradeceu a presença de todos. Eu, Ivanice Ângela Peccin, Presidente do CMS, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

DECRETO Nº 17.438/20

Publicação Nº 2543219

DECRETO Nº 17.438/20, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 a servidora LAURA TORMEN, declara a vacância do cargo público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 020/2020,

DECRETA

Art.1º Fica aposentada por tempo de contribuição, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora LAURA TORMEN, inscrita no CPF sob nº 082.028.538-26, no RG nº 17.504.359 e no PIS/PASEP nº 123.7590714-2, detentora da matrícula funcional nº 2171, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 4.797,91

(Quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e noventa e um centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2020.

Videira, 26 de junho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.439/20

Publicação Nº 2543218

DECRETO Nº 17.439/20, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 a servidora VERA LUCIA FIORELLI PASQUAL, declara a vacância do cargo público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 018/2020,

DECRETA

Art.1º Aposenta por tempo de contribuição, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora VERA LUCIA FIORELLI PASQUAL, inscrita no CPF sob nº 848.897.219-91, com RG nº 861.919 e PIS/PASEP nº 170.431.3067-9, detentora do cargo de Atendente de Creche, com matrícula Funcional nº 2207, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autoriza o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 2.406,42 (Dois mil, quatrocentos e seis reais e quarente e dois centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Declara a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2020.

Videira, 26 de junho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.440/20

Publicação Nº 2543216

DECRETO Nº 17.440/20, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 ao servidor DOMINGOS RISSI, declara a vacância do cargo público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 019/2020:

DECRETA

Art.1º Fica aposentado por tempo de contribuição, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor DOMINGOS RISSI, brasileiro, separado, servidor público municipal, inscrito no CPF sob nº 471.918.729-34, com RG nº 1.332.752 e PIS/PASEP nº 101.0822899-9, detentor do cargo efetivo de Marroeiro, com matrícula Funcional nº 3044, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, perfazendo a importância de R\$ 2.701,40 (Dois mil, setecentos e um reais e quarenta centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2020.

Videira, 26 de junho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.441/20

Publicação Nº 2543214

DECRETO Nº 17.441/20, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 ao servidor ROGÉRIO ANTÔNIO KUNZE, declara a vacância do cargo público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 021/2020:

DECRETA

Art.1º Fica aposentado por tempo de contribuição, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor ROGÉRIO ANTÔNIO KUNZE, brasileiro, casado, servidor público municipal, inscrito no CPF sob nº 501.706.359-53, com RG nº 1.683.399 e PIS/PASEP nº 120.189.6531-1, detentor do cargo efetivo de Professor, com matrícula Funcional nº 1501, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, perfazendo a importância de R\$ 5.451,94 (Cinco mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e noventa e quatro centavos, que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2020.

Videira, 26 de junho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.442/20

Publicação Nº 2543212

DECRETO Nº 17.442/20, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 a servidora MARI BRESCIANI, declara a vacância do cargo público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 023/2020:

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora MARI BRESCIANI, brasileira, divorciada, servidora pública municipal, inscrita no CPF sob nº 573.701.689-72, com RG nº 1.913.901 e PIS/PASEP nº 170.25252.60-1, detentora do cargo efetivo de Professora, com matrícula Funcional nº 1866, lotada no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo a importância de R\$ 8.482,07 (Oito mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e sete centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 130/12 – Novo Estatuto dos Profissionais do Magistério Municipal de Videira.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2020.

Videira, 26 de junho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.443/20

Publicação Nº 2543194

DECRETO Nº 17.443/20, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.759/19 de 13 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde de Videira	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.064 – Gestão do SUS e Investimentos em Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.1620.0 – Aplicações Diretas	15.000,00,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	15.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação dos recursos vinculados da saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

EXTRATO ATA Nº 86 A 95

Publicação Nº 2544133

Contrato Nº.: ATA 86/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA.

Contratada...: MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA – ME.

Valor : 7.395,20 (sete mil trezentos e noventa e cinco reais e vinte centavos).

Vigência : Início: 23/06/2020 Término: 23/06/2021

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS DE PEÇAS PARA CONserto DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALARES DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Contrato Nº.: ATA 87/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA.

Contratada...: EQUIPUS SUL EQUIPAMENTOS E PRODUTOS ODONTOLÓGICOS.

Valor : 20.414,46 (vinte mil quatrocentos e quatorze reais e quarenta e seis centavos).

Vigência : Início: 23/06/2020 Término: 23/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 4/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS DE PEÇAS PARA CONserto DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALARES DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Contrato Nº.: ATA 88/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: CENTRAL DISTRIBUIDORA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA.

Valor : 220.045,00 (duzentos e vinte mil e quarenta e cinco reais).

Vigência : Início: 24/06/2020 Término: 26/01/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 18/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MELÃO AMARELO, MAMÃO FORMOSA, ABACAXI PÉROLA E ABACATE COMUM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Contrato Nº.: ATA 89/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: R 2 LOCACOES DE CAMINHOS LTDA.

Valor : 314.989,31 (trezentos e quatorze mil novecentos e oitenta e nove reais e trinta e um centavos).

Vigência : Início: 24/06/2020 Término: 24/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 20/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS, DE FORMA PARCELADA, DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXA DE GORDURA E DESENTUPIMENTO DE REDES DE ESGOTO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Contrato Nº.: ATA 90/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: INFANTARIA COMERCIAL EIRELI.

Valor : 20.648,67(vinte mil seiscentos e quarenta e oito reais e sessenta e sete centavos).

Vigência : Início: 25/06/2020 Término: 25/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 16/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, TURISMO E CULTURA E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

Contrato Nº.: ATA 91/2020

Contratante...: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Contratada...: PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI – ME.

Valor : 130.098,15(cento e trinta mil noventa e oito reais e quinze centavos).

Vigência : Início: 25/06/2020 Término: 25/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 16/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, TURISMO E CULTURA E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

Contrato Nº.: ATA 92/2020

Contratante...: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Contratada...: COMERCIAL SPONCHIADO LTDA.

Valor : 21.850,65(vinte e um mil oitocentos e cinquenta reais e sessenta e cinco centavos).

Vigência : Início: 25/06/2020 Término: 25/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 16/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, TURISMO E CULTURA E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

Contrato Nº.: ATA 93/2020

Contratante...: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Contratada...: NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI.

Valor : 1.110,30(mil centos e dez reais e trinta centavos).

Vigência : Início: 25/06/2020 Término: 25/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 16/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, TURISMO E CULTURA E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

Contrato Nº.: ATA 94/2020

Contratante...: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Contratada...: CINCA COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE FERRAMENTAS.

Valor : 57.518,12(cinquenta e sete mil quinhentos e dezoito reais e doze centavos).

Vigência : Início: 25/06/2020 Término: 25/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 16/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, TURISMO E CULTURA E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

Contrato Nº.: ATA 95/2020

Contratante...: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Contratada...: TALENTOS D AGUA REPRESENTACAO PROJETOS ASSESSORIA.

Valor : 10.246,56(dez mil duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).

Vigência : Início: 25/06/2020 Término: 25/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 16/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, TURISMO E CULTURA E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

EXTRATO CONTRATO Nº 84 A 85

Publicação Nº 2544139

Contrato Nº.: CT 84/2020

Contratante...: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Contratada...: SETI SEGURANCA E TECNOLOGIA NA INTERNET LTDA.

Valor : 16.241,15 (dezesesseis mil duzentos e quarenta e um reais e quinze centavos).

Vigência : Início: 24/06/2020 Término: 24/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 19/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER UMA SOLUÇÃO DE FIREWALL, CONTEMPLANDO O LICENCIAMENTO, A IMPLANTAÇÃO, O TREINAMENTO, O SUPORTE E A ATUALIZAÇÃO DA SOLUÇÃO FIREWALL PARA CONTROLE, GERENCIAMENTO E SEGURANÇA DE DADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA.

Contrato Nº...: CT 85/2020

Contratante...: MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Contratado...: BETHA SISTEMAS LTDA.

Valor : 132.655,32 (cento e trinta e dois mil seiscentos e cinq-enta e cinco reais e trinta e dois centavos).

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 28/12/2020

Licitação : Dispensa de Licitação 36/2020-PMV.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE FORMA EMERGENCIAL DA EMPRESA "BETHA SISTEMAS LTDA" TENDO EM VISTA O MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5003092-48.2019.8.24.0079/SC REFERENTE AO PR 78/2019 - PMV.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0178/2020

Publicação Nº 2543766

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0178/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PALOMA FARIAS DE SOUZA CPF: 100.537.959-97

VIGÊNCIA: de 05 de março de 2020 até 31 de janeiro de 2021

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0231/2019

Publicação Nº 2543764

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0231/2019

RETIFICAÇÃO: Conforme publicado no dia 24/06/2020 leia-se: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA CONTRATADA: FERNANDA RIGO CPF: 070.582.089-05 VIGÊNCIA: de 08 de abril de 2019 até 10 de agosto de 2020 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0357/2019

Publicação Nº 2543767

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0357/2020

RETIFICAÇÃO: Conforme publicado no dia 24/06/2020 leia-se:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ADELAIDE VERANA CPF: 006.007.209-18

VIGÊNCIA: de 02 de julho de 2019 até 31 de janeiro de 2021

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

HOMOLOGAÇÕES MÊS 06 - FMS

Publicação Nº 2544169

O Município de Videira, o Fundo Municipal de Saúde, no mês 06, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2020-FMS

PROCESSO Nº 35/2020 HOMOLOGAÇÃO: 23/06/2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS DE PEÇAS PARA CONserto DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALARES DA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA – ME.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.395,20 (sete mil trezentos e noventa e cinco reais e vinte centavos).

CONTRATADO: EQUIPUS SUL EQUIPAMENTOS E PRODUTOS ODONTOLÓGICOS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.414,46 (vinte mil quatrocentos e quatorze reais e quarenta e seis centavos).

Videira-SC, 30/06/2020

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÕES MÊS 06 - PMV

Publicação Nº 2544160

O Município de Videira, no mês 06/2020, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2020

PROCESSO Nº 104/2020 HOMOLOGAÇÃO: 01/06/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA, PARA AQUISIÇÃO DE BLOCO INTERTRAVADO RETANGULAR.

CONTRATADO: CONCRETOS CRUZEIRO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 283.646,90 (duzentos e oitenta e três mil seiscentos e quarenta e seis reais e noventa centavos).

TOMADA DE PREÇO Nº 4/2020

PROCESSO Nº 91/2020 HOMOLOGAÇÃO: 03/06/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS, LOCALIZADO NA RUA NICOLAU CAVON, BAIRRO CENTRO, VIDEIRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

CONTRATADO: BASE-V ENGENHARIA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 77.967,18 (setenta e sete mil novecentos e sessenta e sete reais e dezoito centavos)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020

PROCESSO Nº 102/2020 HOMOLOGAÇÃO: 03/06/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EM ASSENTAMENTO DE PEDRA IRREGULAR, E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EM ASSENTAMENTO DE PISO INTERTRAVADO COM BLOCOS DE CONCRETO.

CONTRATADO: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 196.530,00 (cento e noventa e seis mil quinhentos e trinta reais)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2020

PROCESSO Nº 103/2020 HOMOLOGAÇÃO: 04/06/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS, DE REFEIÇÕES PREPARADAS E ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM TIPO "MARMITEX" PARA ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES QUE TRABALHAM NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E REALIZAM SUAS ATIVIDADES NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: RODE LANCHONETE LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 67.410,00 (sessenta e sete mil quatrocentos e dez reais)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2020

PROCESSO Nº 109/2020 HOMOLOGAÇÃO: 09/06/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE VIGA TIPO "H" PRÉ-MOLDADA EM CONCRETO ARMADO, A SER INSTALADA SOBRE A PONTE ADERBAL RAMOS DA SILVA, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HABITAÇÃO E PROJETOS), E ÓRGÃO PARTICIPANTE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VIDEIRA.

CONTRATADO: CONSTRUTORA SAIMOR LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2020

PROCESSO Nº 83/2020 HOMOLOGAÇÃO: 10/06/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE CERTIFICADOS DIGITAIS ICP-BRASIL DO TIPO A3, INCLUINDO TOKENS CRIPTOGRÁFICOS (PESSOA FÍSICA), PARA OS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, GABINETE, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HABITAÇÃO E PROJETOS, ORTRAVI E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADO: CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.984,00 (três mil novecentos e oitenta e quatro reais).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020

PROCESSO Nº 98/2020 HOMOLOGAÇÃO: 10/06/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADOS, DE CLÍNICA VETERINÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DE CASTRAÇÃO DE FÊMEAS E MACHOS DE CÃES E GATOS, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADO: VIDA VETERINARIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 90.997,00 (noventa mil novecentos e noventa e sete reais).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2020

PROCESSO Nº 106/2020 HOMOLOGAÇÃO: 16/06/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GEL ANTISSEPTICO PARA ASMÃOS, MÁSCARAS, LUVAS E ÁLCOOL LÍQUIDO 70 INPM, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO HABITAÇÃO E PROJETOS, TURISMO E CULTURA, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

CONTRATADO: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 48.244,00 (quarenta e oito mil duzentos e quarenta e quatro reais).

CONTRATADO: SANIMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.942,00 (dezoito mil novecentos e quarenta e dois reais)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

VALOR DA DESPESA: R\$ 32.760,81 (trinta e dois mil setecentos e sessenta reais e oitenta e um centavos).

CONTRATADO: BASCEL SOLUCOES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.329,84 (vinte mil trezentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos).

CONTRATADO: SAUBER SERVICOS DE LIMPEZA E HIGIENIZACAO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.217,85 (nove mil duzentos e dezessete reais e oitenta e cinco centavos).

TOMADA DE PREÇO Nº 5/2020

PROCESSO Nº 94/2020 HOMOLOGAÇÃO: 17/06/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR DRENAGEM COMPLEMENTAR NO LOTEAMENTO LINHA BONITA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

CONTRATADO: NIVELTER TERRAPLENAGENS E OBRAS EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 139.423,67 (cento e trinta e nove mil quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e sete centavos)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2020

PROCESSO Nº 110/2020 HOMOLOGAÇÃO: 24/06/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MELÃO AMARELO, MAMÃO FORMOSA, ABACAXI PÉROLA E ABACATE COMUM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: CENTRAL DISTRIBUIDORA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 220.045,00 (duzentos e vinte mil e quarenta e cinco reais)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2020

PROCESSO Nº 113/2020 HOMOLOGAÇÃO: 24/06/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER UMA SOLUÇÃO DE FIREWALL, CONTEMPLANDO O LICENCIAMENTO, A IMPLANTAÇÃO, O TREINAMENTO, O SUPORTE E A ATUALIZAÇÃO DA SOLUÇÃO FIREWALL PARA CONTROLE, GERENCIAMENTO E SEGURANÇA DE DADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA.

CONTRATADO: SETI SEGURANCA E TECNOLOGIA NA INTERNET LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.241,15 (dezesseis mil duzentos e quarenta e um reais e quinze centavos).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2020

PROCESSO Nº 117/2020 HOMOLOGAÇÃO: 24/06/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS, DE FORMA PARCELADA, DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXA DE GORDURA E DESENTUPIMENTO DE REDES DE ESGOTO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR – MUNICÍPIO DE VIDEIRA BOMBEIROS) E ORGÃOS PARTICIPANTES FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADO: R 2 LOCACOES DE CAMINHOES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 314.989,31 (trezentos e quatorze mil novecentos e oitenta e nove reais e trinta e um centavos).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2020

PROCESSO Nº 108/2020 HOMOLOGAÇÃO: 25/06/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, TURISMO E CULTURA E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

CONTRATADO: PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 130.098,15 (cento e trinta mil e noventa e oito reais e quinze centavos)

CONTRATADO: COMERCIAL SPONCHIADO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 21.850,65 (vinte e um mil oitocentos e cinquenta reais e sessenta e cinco centavos)

CONTRATADO: CINCA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE FERRAMENTAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 57.518,12 (cinquenta e sete mil quinhentos e dezoito reais e doze centavos)

CONTRATADO: INFANTARIA COMERCIAL EIRELI.

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.648,67 (vinte mil seiscientos e quarenta e oito reais e sessenta e sete centavos)

CONTRATADO: NAVODAP - COMERCIO DE MATERIAIS

HIDRAULICOS EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.110,30 (um mil cento e dez reais e trinta centavos).

CONTRATADO: TALENTOS D AGUA REPRESENTACAO

PROJETOS ASSESSORIA

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.246,56 (dez mil duzentos e quarenta e seis reais e cinq-enta e seis centavos).

Videira, 30/06/2020

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.810/20

Publicação Nº 2543208

LEI Nº 3.810/20, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Dá Denominação de Ruas

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Ficam denominadas as ruas do Loteamento Scussiato que seguem conforme memorial descritivo abaixo:

Rua "A"	Loteamento Scussiato	Inicia na Rua Benedito Tomaz Scussiato, segue numa distância de 250,00 metros, sentido sul/norte/leste, terminando na Rua (B) Angelo Scussiato, no Bairro Nossa Senhora Aparecida	Rua Catarina Scussiato
Rua "B"	Loteamento Scussiato	Inicia na Rua (D) Luiza Ferlin Scussiato, segue numa distância de 140,00 metros, sentido sul/norte, terminando no limite do Loteamento Scussiato, no Bairro Nossa Senhora Aparecida	Rua Angelo Scussiato
Rua "C"	Loteamento Scussiato	Inicia na Rua (D) Luiza Ferlin Scussiato, segue numa distância de 95,00 metros, sentido sul/norte, terminando no limite do Loteamento Scussiato, no Bairro Nossa Senhora Aparecida	Rua Helena Nora Dalbosco
Rua "D"	Loteamento Scussiato	Inicia na Rua Benedito Tomaz Scussiato, segue numa distância de 180,00 metros, sentido oeste/leste, terminando no balão de retorno da mesma rua.	Rua Luiza Ferlin Scussiato

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.811/20

Publicação Nº 2543203

LEI Nº 3.811/20, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Altera a Lei nº 396/1998, que Institui o PROCON Municipal - Programa de Defesa do Consumidor, a Comissão Municipal Permanente de Defesa do Consumidor nos termos do parágrafo 3º do artigo 5º da lei nº 8078/90, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica alterado o art. 5º, da Lei nº 396/1998, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º A Coordenadoria Executiva será dirigida pelo coordenador do PROCON, nomeado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.”

Art 2º Fica alterado o art. 9º, da Lei nº 396/1998, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º O PROCON Municipal, para o desenvolvimento de suas ações poderá contar com apoio e colaboração dos seguintes órgãos e entidades, no âmbito de suas respectivas competências:

I - DNPDC - Departamento Nacional de Proteção e Defesa do Consumidores;

II - PROCON Estadual;

III - Curadoria de Defesa do Consumidor da respectiva Comarca;

IV - Delegacia de Polícia;

V - INMETRO;

VI - Vigilância Sanitária;

VII - Ministério Público.”

Art 3º Fica alterado o art. 14, da Lei nº 396/1998, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14 As atribuições dos setores e competências dos dirigentes de que trata esta Lei serão exercidas na conformidade da legislação pertinente.”

Art 4º Fica alterado o art. 16, da Lei nº 396/1998, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16 A Comissão Municipal Permanente de Defesa do Consumidor será composta por um representante de cada um dos segmentos seguintes:

I - PROCON Municipal;

II – Procuradoria Jurídica;

III - Secretaria Municipal da Administração;

IV - Secretaria Municipal da Fazenda;

V – Gabinete do Prefeito;

VI – Vigilância Sanitária;

VII - Ordem dos Advogados do Brasil - Subvenção de Videira - SC;

VIII - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - SC ;

IX - União de Associações de Moradores de Videira - SC (Uva);

X - Clube dos Diretores lojistas de Videira - SC (CDL).”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.812/20

Publicação Nº 2543202

LEI Nº 3.812/20, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Dá Denominação de Rua

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica denominada Rua do Loteamento Vinhedo III, Bairro São Francisco, conforme memorial descritivo abaixo:

Rua sem denominação	Loteamento Vinhedo III – Bairro São Francisco	Inicia na Rua Alberto Grando e segue por uma distância aproximada de 640,00 metros, sentido sul/norte leste terminando na Rua Idina Guarnieri Ferlin no Loteamento Vinhedo III, Bairro São Francisco.	Rua Scussiato
---------------------	---	---	---------------

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.813/20

Publicação Nº 2543200

LEI Nº 3.813/20, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Autoriza o Poder Executivo a receber em Doação o Bem Móvel que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber, por doação, da empresa RNS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.143.511/0001-86, o bem móvel abaixo relacionado:

I – 01 (um) Triciclo, Marca/Modelo I/XINGYUE XY 150 ZK, Placa AQS9722, Ano/Modelo 2007/2007, Cor Prata, Chassi L4SKGKDC172001290, Avaliado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 2º A doação será formalizada mediante termo no qual deverá constar o encargo de o donatário utilizar o bem doado no Município de

Videira, exclusivamente no Aeroporto Municipal Ângelo Ponzoni.

Art. 3º Efetivada a aquisição por doação, o bem será devidamente incluído no cadastro dos bens patrimoniais do Município.

Art. 4º Fica proibida a venda, troca ou doação do bem recebido, salvo, na hipótese, de vir a se tornar inservível.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de junho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431
MINUTA DO TERMO DE DOAÇÃO
LEI Nº 3.813/20

TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS QUE ENTRE SI CELEBRAM RNS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E O MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Pelo presente instrumento que entre si celebram a empresa RNS Investimentos e Participações Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 05.143.511/0001-86, com sede na Rua XV de Novembro, nº 1.147, Bairro Centro, em Videira, SC, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Sr. Ricardo Skalee, doravante denominada DOADOR e de outro lado o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de público interno, inscrita no CNPJ sob n. nº 83.039.842/0001-84, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, Alvorada, nesta cidade de Videira (SC), neste ato representado por seu representante legal, Prefeito DORIVAL CARLOS BORGA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 387.116.489-53, residente e domiciliado na Rua dos Franceses, nº 290, em Videira, SC, doravante denominado DONATÁRIO, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente termo, de acordo com as cláusulas e condições adiante transcritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a doação de 01 (um) Triciclo, Marca/Modelo I/XINGYUE XY 150 ZK, Placa AQS9722, Ano/Modelo 2007/2007, Cor Prata, Chassi L4SKGKDC172001290, Avaliado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ENCARGOS

A DOADORA se obriga a entregar o bem livre e desembaraçado de qualquer ônus, firmando o devido DUT de transferência.

O DONATÁRIO, por sua vez, se obriga a utilizar o bem exclusivamente no Aeroporto Municipal Ângelo Ponzoni.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESCISÃO

Em caso de descumprimento de quaisquer dos encargos elencados acima, o presente termo encontra-se rescindido em sua plenitude.

A DOADORA, em caso de rescisão do termo por motivo de utilização para fins diversos do bem doado, que não os propostos na presente doação, reserva-se o direito de reclamar a restituição do bem, sem que o DONATÁRIO faça jus a qualquer indenização.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO

O DONATÁRIO por intermédio deste instrumento atesta plena e irrestritamente o recebimento do bem, objeto da presente doação.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente termo, com renúncia a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam a presente doação em 3 (três) vias de igual teor junto com duas testemunhas a tudo presentes.

Videira, de de 2020.

RICARDO SKALEE RNS Investimentos e Participações Ltda	DORIVAL CARLOS BORGA Município de Videira
Testemunhas:	
Nome: CPF:	Nome: CPF

PREGÃO ELETRÔNICO N° 33/2020 - PMV

Publicação N° 2543164

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO N° 33/2020 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Secretário Municipal de Gabinete torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 33/2020 – PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE COMBUSTÍVEIS E ARLA PARA AS FROTAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, GABINETE, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HABITAÇÃO E PROJETOS, BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS, FMAS E FME). 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. Recebimento das propostas: do dia 30/06/2020 a partir das 08:00h até o dia 14/07/2020 às 13:59h. Abertura das propostas e início da sessão de disputa de lances: dia 14/07/2020 às 14:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 29 de junho de 2020.

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

RESOLUÇÃO N° 006/2020/CMS

Publicação N° 2543780

RESOLUÇÃO N° 006/2020/CMS

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) e do Consórcio Intermunicipal de Saúde CIS-AMARP referente aos meses de janeiro à março de 2020.

O Conselho Municipal de Saúde - CMS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 343, de 05 de novembro de 1997, com suas alterações,

Considerando, a redação do art. 3º, IX da Lei Municipal nº 343/1997 a qual dispõe que " Art. 3º Ao Conselho Municipal de Saúde compete, sem prejuízo das funções dos Poderes Legislativo e Executivo: [...] IX - apreciar o Plano de ampliação e prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, bem como acompanhar e fiscalizar a sua movimentação;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, nos termos da Ata 003/2020/CMS, da Reunião Ordinária realizada na data de 28/04/2020, a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) e do Consórcio Intermunicipal de Saúde CIS-AMARP referente aos meses de janeiro à março de 2020.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA							
Janeiro à Março de 2020							
RECEITAS	Março		DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA	Março			
Transferências da União	2.711.699,82		Pessoal	4.489.730,55			
Piso de Atenção Básica - PAB	13.600,00		Manutenção	2.663.689,38			
Programa Saúde da Família - PSF	70.780,00		Investimento	34.139,88			

Prog Agentes Comunitários de Saúde - PACS	117.750,00		TOTAL	7.187.559,81			
Programa Saúde Bucal	27.070,00						
Programa Melhoria do Acesso e da Qualidade	46.034,22						
Atenção Primária à Saúde	550.568,98		DESPESAS POR RECURSOS	Março			
Ações de Média e Alta Complexidade	1.444.748,98		Gastos com recursos próprios	5.859.526,40			
Serv de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU	65.757,00		Gastos com recursos vinculados	1.328.033,41			
Prog Vigilância em Saúde	40.805,49		TOTAL	7.187.559,81			
Programa Vigilância Sanitária	0,00						
Programa DST/AIDS	19.749,99						
Farmácia Básica - União	78.270,87		Cálculo do Percentual dos Gastos com Saúde	Março			
Organização dos serv de Assistência Farmacêutica	24.000,00						
Org dos serv de Assist Farmacêutica (Investimento)	60.816,00		Receita de Impostos	30.643.418,20			
Coronavírus (Covid-19)	151.748,29		Percentual mínimo 15%	4.596.512,73			
			Valor aplicado	5.859.526,40			
			PERCENTUAL APLICADO	19,12			
Transferências do Estado	106.728,61						
Farmácia Básica	50.000,74		Gastos através do CIS-AMARP	Março			
Programa Estratégia Saúde da Família	49.774,29		Despesas fixas (manutenção do consórcio)	5.252,00			
Centro de Especialidades Odontológicas	6.953,58		Despesas variáveis (exames e consultas)	52.260,97			
Outras Receitas	227.654,73		TOTAL	57.512,97			
Tx. de Fisc de Vigilância Sanitária	181.336,33		Obs: Considerado a despesa pelo valor liquidado				
Receita Aplic Financ. dos Recursos Vinculados	23.329,25						
Receita Aplic Financ Recursos Próprios	3.367,06						
Outras Receitas - FMS	19.622,09						
	0,00						

TOTAL RECEITAS FMS	3.046.083,16			
Transferências Financeiras da Prefeitura	5.274.363,45			
Superávit Financeiro de 2019	2.971.522,42			
TOTAL	11.291.969,03			

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 28 de abril de 2020.

Ivanice Ângela Peccin
Presidente do CMS de Videira - SC

TERMO ADITIVO Nº 95/2020 - PMV

Publicação Nº 2543806

Termo Aditivo nº 95/2020

Contrato/CT nº 87/2019

Processo: PR 63/2019 - PMV

Contratado: PASA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 87/2019, por mais 03 (três) meses, com efeitos a partir de 04/07/2020 até 03/10/2020, e reajustar o valor contratual com base no IGP-M (FGV) acumulado dos últimos 12 (doze) meses, no percentual de 6,510260%.

Valor: R\$ 1.091,70.

Data: 29/06/2020.

AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO - JUNHO 2020 FME

Publicação N° 2544685

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA**

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO		
Seq. Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho Subempenho
10/2020	26/06/2020		7/2020	1/2020				5/2020	4.725,00	SOFEL LOCACAO E COMERCIO DE FERRAMENTAS LTDA		

AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO - JUNHO 2020 FMS

Publicação Nº 2544687

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA
 Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

Página: 1/1

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO		
Seq. Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho Subempenho
71/2020	03/06/2020	37/2020		9/2020	1			114/2020	7.012,50	MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA	17/06/2020	1274 - 03/06/2020
72/2020	03/06/2020	37/2020		9/2020	1			116/2020	56.737,50	MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA	17/06/2020	1275 - 03/06/2020
73/2020	10/06/2020	38/2020		9/2020	1			114/2020	9.700,00	EUCLOVIS LUIZ DRESCH - ME		1324 - 10/06/2020
74/2020	15/06/2020	39/2020		9/2020	1			69/2020	5.820,00	RIOMED DISTRIBUICAO LTDA	19/06/2020	1327 - 15/06/2020
75/2020	19/06/2020	11/2020			3		3904	112/2019	2.574,00	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA		1350 - 19/06/2020
76/2020	19/06/2020	11/2020			4		3904	111/2020	2.574,00	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA		1349 - 19/06/2020
77/2020	22/06/2020	3/2020			7		3886	112/2020	5.925,93	MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA		1351 - 22/06/2020
78/2020	22/06/2020	3/2020			8		3888	112/2020	186,04	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA		1353 - 22/06/2020
79/2020	22/06/2020	3/2020			9		3887	112/2020	884,29	J R EHLKE E CIA LTDA		1354 - 22/06/2020
80/2020	23/06/2020	41/2020		9/2020	1			79/2020	2.930,00	M.G. REFRIGERACAO LTDA - ME		1355 - 23/06/2020
81/2020	23/06/2020	41/2020		9/2020	1			79/2020	4.101,20	M.G. REFRIGERACAO LTDA - ME		1358 - 23/06/2020
82/2020	23/06/2020	41/2020		9/2020	1			80/2020	5.788,80	M.G. REFRIGERACAO LTDA - ME		1356 - 23/06/2020
83/2020	23/06/2020	41/2020		9/2020	1			114/2020	3.200,00	M.G. REFRIGERACAO LTDA - ME		1357 - 23/06/2020

AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO - JUNHO 2020 PMV

Publicação Nº 2544684

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO		
Seq. Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho Subempenho
1435/2020	03/06/2020	179/2019		1/2019	208			10	3/2020	66,00	PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI	
1436/2020	03/06/2020	179/2019		1/2019	209			11	3/2020	215,32	LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI	
1559/2020	19/06/2020	179/2019		1/2019	223			10	3/2020	80,40	PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI	
1650/2020	29/06/2020	179/2019		9/2019	226			9182	54/2020	414,00	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	
1651/2020	29/06/2020	322/2019			9			9329	139/2020	11.922,60	FUNILARIA E TOLDOS MENEGAZZO EIRELI - ME	
1652/2020	29/06/2020	153/2019		73/2019	21			9021	270/2020	710,00	KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA	
1653/2020	29/06/2020	28/2020		58/2020	34			9470	216/2020	852,72	SERRARIA MARIANI LTDA	
1654/2020	29/06/2020	227/2019			20			9161	216/2020	261,40	SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA EPP	
1655/2020	29/06/2020	176/2019			85			9056	216/2020	26,01	POSTO DE LAVAGEM ADY LTDA	
1656/2020	29/06/2020	179/2019		74/2019	227			9182	219/2020	499,01	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	

Página: 1/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO				
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.	Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
1346/2020	01/06/2020	49/2020		3					9497	29/2020	15.747,45 SEGMETRE ASSESSORIA S/S LTDA - EPP		2942 - 01/06/2020	
1347/2020	01/06/2020	94/2019	74/2019	2318					8955	219/2020	290,90 NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		2943 - 01/06/2020	
1348/2020	01/06/2020	94/2019	74/2019	2319					8955	219/2020	147,70 NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	29/06/2020	2944 - 01/06/2020	
1349/2020	01/06/2020	94/2019	74/2019	2320					8956	219/2020	412,20 CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		2945 - 01/06/2020	
1350/2020	01/06/2020	94/2019	74/2019	2321					8958	219/2020	1.844,87 RODINEI JOSE PANDOLFO		2946 - 01/06/2020	
1351/2020	01/06/2020	94/2019	74/2019	2322					8958	219/2020	744,13 RODINEI JOSE PANDOLFO		2947 - 01/06/2020	
1352/2020	01/06/2020	94/2019	74/2019	2323					8958	219/2020	1.826,82 RODINEI JOSE PANDOLFO		2948 - 01/06/2020	
1353/2020	01/06/2020	94/2019	74/2019	2324					8957	219/2020	455,28 PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI		2949 - 01/06/2020	
1354/2020	01/06/2020	94/2019	74/2019	2325					8957	219/2020	563,60 PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI	18/06/2020	2950 - 01/06/2020	
1355/2020	01/06/2020	279/2019		17					9266	219/2020	215,40 AIRTON SILVA DA MOTTA		2951 - 01/06/2020	
1356/2020	01/06/2020	271/2019	74/2019	151					9289	219/2020	603,25 DG TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI	10/06/2020	2952 - 01/06/2020	
1357/2020	01/06/2020	271/2019	73/2019	152					9289	173/2020	1.161,85 DG TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI	09/06/2020	2953 - 01/06/2020	
1358/2020	01/06/2020	271/2019	73/2019	153					9289	173/2020	211,38 DG TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI	09/06/2020	2954 - 01/06/2020	
1359/2020	01/06/2020	271/2019	73/2019	154					9289	173/2020	902,50 DG TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI	09/06/2020	2955 - 01/06/2020	
1360/2020	01/06/2020	271/2019	73/2019	155					9287	173/2020	523,25 MECANICA ZAGO SB LTDA	09/06/2020	2956 - 01/06/2020	
1361/2020	01/06/2020	271/2019	73/2019	156					9287	173/2020	136,50 MECANICA ZAGO SB LTDA	09/06/2020	2957 - 01/06/2020	
1362/2020	01/06/2020	271/2019	73/2019	157					9287	173/2020	2.220,40 MECANICA ZAGO SB LTDA	09/06/2020	2958 - 01/06/2020	
1363/2020	01/06/2020	271/2019	73/2019	158					9287	173/2020	591,50 MECANICA ZAGO SB LTDA	09/06/2020	2959 - 01/06/2020	
1364/2020	01/06/2020	336/2019	73/2019	156					9399	198/2020	31.500,00 AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	29/06/2020	2960 - 01/06/2020	
1365/2020	01/06/2020	115/2020	74/2020	1						256/2020	48.029,00 CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATÁ		2972 - 01/06/2020	
1366/2020	01/06/2020	41/2020		19					3894	62/2020	118,05 COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA		1251 - 01/06/2020	
1367/2020	01/06/2020	94/2019	12/2019	2326					2070	66/2020	249,50 ROTA FRAY PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	16/06/2020	499 - 01/06/2020	
1368/2020	01/06/2020	336/2019	12/2019	157					2146	38/2020	1.316,00 AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		498 - 01/06/2020	
1369/2020	01/06/2020	336/2019	12/2019	158					2146	19/2020	376,00 AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		497 - 01/06/2020	
1370/2020	01/06/2020	336/2019	12/2019	159					2146	14/2020	1.128,00 AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		496 - 01/06/2020	
1371/2020	01/06/2020	336/2019	12/2019	160					2146	43/2020	752,00 AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		495 - 01/06/2020	
1372/2020	01/06/2020	336/2019	12/2019	161					2146	27/2020	940,00 AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		494 - 01/06/2020	
1373/2020	01/06/2020	271/2019	9/2019	159					3855	53/2020	720,00 TIEPPO AUTO MECANICA JUD LTDA	17/06/2020	1255 - 01/06/2020	

Página: 2/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO			
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.Contracto	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
1374/2020	01/06/2020	271/2019		9/2019	160		3855	53/2020	104,65	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	18/06/2020	1254 - 01/06/2020	
1375/2020	01/06/2020	258/2019		9/2019	198		3825	53/2020	470,71	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	18/06/2020	1253 - 01/06/2020	
1376/2020	01/06/2020	258/2019		9/2019	199		3826	53/2020	657,18	ADO AUTO PECAS LTDA	09/06/2020	1252 - 01/06/2020	
1377/2020	01/06/2020	258/2019		73/2019	200		9212	173/2020	1.638,12	CESAR MURILO FLORES	17/06/2020	2971 - 01/06/2020	
1378/2020	01/06/2020	258/2019		73/2019	201		9212	173/2020	1.344,42	CESAR MURILO FLORES	17/06/2020	2970 - 01/06/2020	
1379/2020	01/06/2020	258/2019		73/2019	202		9212	173/2020	213,41	CESAR MURILO FLORES	17/06/2020	2969 - 01/06/2020	
1380/2020	01/06/2020	258/2019		73/2019	203		9212	173/2020	499,79	CESAR MURILO FLORES	17/06/2020	2968 - 01/06/2020	
1381/2020	01/06/2020	258/2019		73/2019	204		9212	173/2020	1.079,80	CESAR MURILO FLORES	17/06/2020	2967 - 01/06/2020	
1382/2020	01/06/2020	258/2019		73/2019	205		9212	173/2020	480,97	CESAR MURILO FLORES	17/06/2020	2966 - 01/06/2020	
1383/2020	01/06/2020	258/2019		73/2019	206		9212	173/2020	332,27	CESAR MURILO FLORES	17/06/2020	2965 - 01/06/2020	
1384/2020	01/06/2020	258/2019		73/2019	207		9212	173/2020	602,51	CESAR MURILO FLORES	17/06/2020	2964 - 01/06/2020	
1385/2020	01/06/2020	258/2019		73/2019	208		9212	173/2020	666,97	CESAR MURILO FLORES	17/06/2020	2963 - 01/06/2020	
1386/2020	01/06/2020	271/2019		10/2019	161		9290	265/2020	348,00	HUMBERTO CESA	22/06/2020	2962 - 01/06/2020	
1387/2020	01/06/2020	28/2020		58/2020	25		9469	251/2020	33,80	SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC	22/06/2020	2961 - 01/06/2020	
1388/2020	02/06/2020	336/2019		73/2019	162		9399	198/2020	4.512,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	17/06/2020	2991 - 02/06/2020	
1389/2020	02/06/2020	258/2019		73/2019	209		9212	198/2020	2.059,43	CESAR MURILO FLORES	17/06/2020	2990 - 02/06/2020	
1390/2020	02/06/2020	258/2019		73/2019	210		9212	198/2020	2.519,37	CESAR MURILO FLORES	17/06/2020	2989 - 02/06/2020	
1391/2020	02/06/2020	116/2020		74/2020	1			256/2020	110.503,11	CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATÁ		2974 - 02/06/2020	
1392/2020	02/06/2020	258/2019		73/2019	211		9212	198/2020	2.991,53	CESAR MURILO FLORES	17/06/2020	2988 - 02/06/2020	
1393/2020	02/06/2020	258/2019		73/2019	212		9212	198/2020	1.101,03	CESAR MURILO FLORES	17/06/2020	2987 - 02/06/2020	
1394/2020	02/06/2020	258/2019		73/2019	213		9212	198/2020	1.191,00	CESAR MURILO FLORES	17/06/2020	2986 - 02/06/2020	
1395/2020	02/06/2020	258/2019		73/2019	214		9212	198/2020	1.399,71	CESAR MURILO FLORES	17/06/2020	2985 - 02/06/2020	
1396/2020	02/06/2020	258/2019		73/2019	215		9212	198/2020	2.420,20	CESAR MURILO FLORES	17/06/2020	2984 - 02/06/2020	
1397/2020	02/06/2020	258/2019		73/2019	216		9212	198/2020	1.840,42	CESAR MURILO FLORES	17/06/2020	2992 - 02/06/2020	
1398/2020	02/06/2020	258/2019		9/2019	217		3825	53/2020	69,04	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	18/06/2020	1264 - 02/06/2020	
1399/2020	02/06/2020	258/2019		9/2019	218		3825	53/2020	74,35	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	19/06/2020	1263 - 02/06/2020	
1400/2020	02/06/2020	271/2019		9/2019	162		3855	53/2020	16,95	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	18/06/2020	1262 - 02/06/2020	
1401/2020	02/06/2020	271/2019		9/2019	163		3855	53/2020	14,95	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	19/06/2020	1265 - 02/06/2020	
1402/2020	02/06/2020	241/2019			12		9169	198/2020	39.591,00	CBB INDUSTRIA E COMERCIO DE ASFALTOS E ENGENHARIA	15/06/2020	2993 - 02/06/2020	
1403/2020	02/06/2020	55/2020		1/2020	6		2531	5/2020	2.539,08	DAMIAO, LIZOTTI & CIA LTDA		168 - 02/06/2020	

Página: 3/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO				
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq	Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
1404/2020	03/06/2020	336/2019		9/2019	163			3883	112/2020	3.760,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		1273 - 03/06/2020	
1405/2020	03/06/2020	336/2019		9/2019	164			3883	112/2020	3.760,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		1272 - 03/06/2020	
1406/2020	03/06/2020	336/2019		9/2019	165			3883	35/2020	1.316,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		1271 - 03/06/2020	
1407/2020	03/06/2020	336/2019		9/2019	166			3883	35/2020	1.316,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		1270 - 03/06/2020	
1408/2020	03/06/2020	91/2020		74/2020	1			9558	257/2020	10,80	BASE-V ENGENHARIA LTDA - ME		3026 - 03/06/2020	
1409/2020	03/06/2020	91/2020		74/2020	1			9558	258/2020	77.956,38	BASE-V ENGENHARIA LTDA - ME		3027 - 03/06/2020	
1410/2020	03/06/2020	336/2019		9/2019	167			3883	35/2020	1.316,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		1269 - 03/06/2020	
1411/2020	03/06/2020	336/2019		9/2019	168			3883	112/2020	4.725,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		1268 - 03/06/2020	
1412/2020	03/06/2020	336/2019		9/2019	169			3883	112/2020	4.725,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		1267 - 03/06/2020	
1413/2020	03/06/2020	94/2019		12/2019	2327			2066	27/2020	1.175,80	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		500 - 03/06/2020	
1414/2020	03/06/2020	94/2019		12/2019	2328			2069	27/2020	3.929,05	RODINEI JOSE PANDOLFO		501 - 03/06/2020	
1415/2020	03/06/2020	323/2019		9/2019	9			3878	112/2020	337,25	DAVILARS COMERCIO DE VIDROS LTDA		1266 - 03/06/2020	
1416/2020	03/06/2020	94/2019		12/2019	2329			2069	27/2020	179,50	RODINEI JOSE PANDOLFO		502 - 03/06/2020	
1417/2020	03/06/2020	94/2019		12/2019	2330			2069	27/2020	179,50	RODINEI JOSE PANDOLFO		503 - 03/06/2020	
1418/2020	03/06/2020	94/2019		12/2019	2331			2069	27/2020	179,50	RODINEI JOSE PANDOLFO		504 - 03/06/2020	
1419/2020	03/06/2020	94/2019		12/2019	2332			2069	27/2020	179,50	RODINEI JOSE PANDOLFO		505 - 03/06/2020	
1420/2020	03/06/2020	94/2019		12/2019	2333			2066	27/2020	920,61	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	25/06/2020	506 - 03/06/2020	
1421/2020	03/06/2020	94/2019		12/2019	2334			2069	27/2020	1.053,65	RODINEI JOSE PANDOLFO		507 - 03/06/2020	
1422/2020	03/06/2020	94/2019		12/2019	2335			2069	27/2020	2.606,65	RODINEI JOSE PANDOLFO	22/06/2020	508 - 03/06/2020	
1423/2020	03/06/2020	94/2019		12/2019	2336			2068	27/2020	976,91	PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI	17/06/2020	509 - 03/06/2020	
1424/2020	03/06/2020	94/2019		12/2019	2337			2070	27/2020	168,78	ROTA FRAY PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	16/06/2020	510 - 03/06/2020	
1425/2020	03/06/2020	94/2019		12/2019	2338			2070	27/2020	88,00	ROTA FRAY PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA		511 - 03/06/2020	
1426/2020	03/06/2020	94/2019		12/2019	2339			2070	27/2020	88,00	ROTA FRAY PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA		512 - 03/06/2020	
1427/2020	03/06/2020	94/2019		12/2019	2340			2070	27/2020	88,00	ROTA FRAY PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA		513 - 03/06/2020	
1428/2020	03/06/2020	94/2019		12/2019	2341			2069	27/2020	3.929,05	RODINEI JOSE PANDOLFO		514 - 03/06/2020	
1429/2020	03/06/2020	94/2019		12/2019	2342			2069	27/2020	3.809,25	RODINEI JOSE PANDOLFO		515 - 03/06/2020	
1430/2020	03/06/2020	94/2019		12/2019	2343			2066	27/2020	1.375,80	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	25/06/2020	516 - 03/06/2020	

Página: 4/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO		
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo Adjud.	Padron.	Seq.Contracto	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
1431/2020	03/06/2020	279/2019		18		2128	27/2020	887,04	AIRTON SILVA DA MOTTA		517 - 03/06/2020	
1432/2020	03/06/2020	279/2019		19		2127	27/2020	360,00	GIGA1.COM EIRELI	18/06/2020	518 - 03/06/2020	
1433/2020	03/06/2020	279/2019		20		2129	27/2020	241,36	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		519 - 03/06/2020	
1434/2020	03/06/2020	279/2019		21		2129	27/2020	294,56	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	25/06/2020	520 - 03/06/2020	
1437/2020	04/06/2020	271/2019		9/2019	164	3855	53/2020	136,00	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	17/06/2020	1277 - 04/06/2020	
1438/2020	04/06/2020	271/2019		73/2019	165	9290	198/2020	262,50	HUMBERTO CESA	17/06/2020	3031 - 04/06/2020	
1439/2020	04/06/2020	258/2019		9/2019	219	3826	53/2020	510,40	ADO AUTO PECAS LTDA	17/06/2020	1278 - 04/06/2020	
1440/2020	04/06/2020	271/2019		73/2019	166	9287	198/2020	955,50	MECANICA ZAGO SB LTDA	17/06/2020	3039 - 04/06/2020	
1441/2020	04/06/2020	258/2019		73/2019	220	9216	198/2020	44,71	ADO AUTO PECAS LTDA	17/06/2020	3038 - 04/06/2020	
1442/2020	04/06/2020	258/2019		73/2019	221	9215	198/2020	488,90	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	19/06/2020	3037 - 04/06/2020	
1443/2020	04/06/2020	258/2019		73/2019	222	9215	198/2020	181,59	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	19/06/2020	3036 - 04/06/2020	
1444/2020	04/06/2020	258/2019		73/2019	223	9212	198/2020	689,36	CESAR MURILO FLORES	29/06/2020	3035 - 04/06/2020	
1445/2020	04/06/2020	258/2019		73/2019	224	9212	198/2020	2.623,84	CESAR MURILO FLORES	29/06/2020	3034 - 04/06/2020	
1446/2020	04/06/2020	258/2019		73/2019	225	9212	198/2020	459,94	CESAR MURILO FLORES	29/06/2020	3045 - 04/06/2020	
1447/2020	04/06/2020	258/2019		73/2019	226	9212	198/2020	116,28	CESAR MURILO FLORES	29/06/2020	3033 - 04/06/2020	
1448/2020	04/06/2020	333/2019		10		9392	54/2020	484,00	ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI		3032 - 04/06/2020	
1449/2020	04/06/2020	41/2020		20		3894	62/2020	445,74	COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA	24/06/2020	1285 - 04/06/2020	
1450/2020	04/06/2020	41/2020		21		3894	62/2020	141,60	COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA	24/06/2020	1284 - 04/06/2020	
1451/2020	04/06/2020	41/2020		22		3894	62/2020	16,92	COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA	24/06/2020	1283 - 04/06/2020	
1452/2020	04/06/2020	41/2020		23		3894	62/2020	8.655,38	COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA	24/06/2020	1279 - 04/06/2020	
1453/2020	04/06/2020	41/2020		24		3894	62/2020	93,53	COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA	24/06/2020	1280 - 04/06/2020	
1454/2020	04/06/2020	41/2020		25		3894	62/2020	174,70	COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA	24/06/2020	1281 - 04/06/2020	
1455/2020	04/06/2020	41/2020		26		3894	62/2020	6,08	COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA	24/06/2020	1282 - 04/06/2020	
1456/2020	04/06/2020	271/2019		73/2019	167	9290	173/2020	550,00	HUMBERTO CESA	17/06/2020	3044 - 04/06/2020	
1457/2020	04/06/2020	28/2020		73/2020	26	9470	198/2020	1.951,60	SERRARIA MARIANI LTDA	18/06/2020	3043 - 04/06/2020	
1458/2020	04/06/2020	28/2020		73/2020	27	9467	173/2020	1.323,50	PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME	18/06/2020	3042 - 04/06/2020	
1459/2020	04/06/2020	280/2019		10/2019	43	9276	265/2020	3.350,00	ACESSO LIVRE COMERCIO DE PNEUS LTDA - EPP		3041 - 04/06/2020	
1460/2020	04/06/2020	280/2019		17/2019	44	9276	77/2020	15,00	ACESSO LIVRE COMERCIO DE PNEUS LTDA - EPP		3040 - 04/06/2020	

Página: 5/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS							LIQUIDAÇÃO					
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo Adjud.	Padron.	Seq.Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
1461/2020	05/06/2020	271/2019		9/2019	168	3855	53/2020	126,00	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	22/06/2020	1289 - 05/06/2020	
1462/2020	05/06/2020	271/2019		9/2019	169	3855	53/2020	34,00	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	22/06/2020	1290 - 05/06/2020	
1463/2020	05/06/2020	258/2019		9/2019	227	3826	53/2020	380,43	ADO AUTO PECAS LTDA	22/06/2020	1291 - 05/06/2020	
1464/2020	05/06/2020	258/2019		9/2019	228	3826	53/2020	1.222,17	ADO AUTO PECAS LTDA	22/06/2020	1292 - 05/06/2020	
1465/2020	05/06/2020	203/2019			10	9136	198/2020	4.690,90	VIDEMANG COMERCIO DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA		3143 - 05/06/2020	
1466/2020	05/06/2020	33/2020			4	9427	198/2020	2.925,00	NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA		3144 - 05/06/2020	
1467/2020	05/06/2020	315/2019			15	9305	198/2020	16.117,94	BRITAGEM GASPAR LTDA	19/06/2020	3145 - 05/06/2020	
1468/2020	05/06/2020	315/2019			16	9305	198/2020	16.317,00	BRITAGEM GASPAR LTDA	19/06/2020	3146 - 05/06/2020	
1469/2020	05/06/2020	315/2019			17	9305	198/2020	6.892,18	BRITAGEM GASPAR LTDA	19/06/2020	3140 - 05/06/2020	
1470/2020	05/06/2020	315/2019			18	9304	198/2020	6.832,96	BRITAGEM VANZ LTDA	19/06/2020	3141 - 05/06/2020	
1471/2020	05/06/2020	269/2019			14	9258	198/2020	16.881,36	BRITAGEM VANZ LTDA	19/06/2020	3142 - 05/06/2020	
1472/2020	05/06/2020		26/2020	10/2020			265/2020	1.665,00	HERVAL PLACAS PC LTD - VIDEIRA	23/06/2020	3138 - 05/06/2020	
1473/2020	05/06/2020	258/2019		73/2019	229	9212	173/2020	348,71	CESAR MURILO FLORES	29/06/2020	3139 - 05/06/2020	
1474/2020	05/06/2020	94/2019		12/2019	2345	2067	61/2020	541,60	CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		524 - 05/06/2020	
1475/2020	09/06/2020	333/2019			11	9392	265/2020	968,00	ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI	22/06/2020	3166 - 09/06/2020	
1476/2020	09/06/2020	61/2020			2	9507	198/2020	4.020,00	TOP MANTAS LTDA		3167 - 09/06/2020	
1477/2020	09/06/2020	241/2019			15	9170	270/2020	48.358,15	BRITAGEM GASPAR LTDA	19/06/2020	3169 - 09/06/2020	
1478/2020	09/06/2020	290/2019			12	9283	198/2020	4.141,06	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP	19/06/2020	3170 - 09/06/2020	
1479/2020	09/06/2020	271/2019		12/2019	170	2132	25/2020	15,00	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	19/06/2020	532 - 09/06/2020	
1480/2020	09/06/2020	271/2019		12/2019	171	2132	14/2020	300,00	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	19/06/2020	530 - 09/06/2020	
1481/2020	09/06/2020	271/2019		9/2019	172	3855	53/2020	16,95	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	29/06/2020	1323 - 09/06/2020	
1482/2020	09/06/2020	271/2019		9/2019	173	3855	53/2020	16,95	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	29/06/2020	1320 - 09/06/2020	
1483/2020	09/06/2020	258/2019		9/2019	230	3825	53/2020	80,17	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	29/06/2020	1321 - 09/06/2020	
1484/2020	09/06/2020	258/2019		9/2019	231	3825	53/2020	80,17	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	29/06/2020	1322 - 09/06/2020	
1485/2020	09/06/2020	258/2019		12/2019	232	2110	14/2020	1.556,28	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	22/06/2020	531 - 09/06/2020	
1486/2020	09/06/2020	258/2019		12/2019	233	2110	61/2020	61,06	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	19/06/2020	533 - 09/06/2020	
1487/2020	09/06/2020	109/2020			1	9571	161/2020	36.000,00	CONSTRUTORA SAIMOR LTDA		3163 - 09/06/2020	
1488/2020	10/06/2020	179/2019		14/2019	210	2099	66/2020	624,00	SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA		536 - 10/06/2020	

Página: 6/11

ESTADO DE SANTA CATARINA **MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO			
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
1489/2020	10/06/2020	28/2020		73/2020	28		9470	198/2020	8.683,57	SERRARIA MARIANI LTDA	29/06/2020	3187 - 10/06/2020	
1490/2020	10/06/2020	333/2019			12		9392	270/2020	843,00	ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI		3188 - 10/06/2020	
1491/2020	10/06/2020	336/2019		73/2019	170		9399	270/2020	4.404,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		3189 - 10/06/2020	
1492/2020	10/06/2020	258/2019		73/2019	234		9215	173/2020	38,26	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	25/06/2020	3190 - 10/06/2020	
1493/2020	10/06/2020	258/2019		73/2019	235		9215	173/2020	174,55	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	25/06/2020	3191 - 10/06/2020	
1494/2020	10/06/2020	258/2019		73/2019	236		9215	173/2020	163,01	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	25/06/2020	3192 - 10/06/2020	
1495/2020	10/06/2020	258/2019		73/2019	237		9215	173/2020	403,32	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	25/06/2020	3193 - 10/06/2020	
1496/2020	10/06/2020	258/2019		73/2019	238		9212	270/2020	257,86	CESAR MURILO FLORES	29/06/2020	3194 - 10/06/2020	
1497/2020	15/06/2020	271/2019		73/2019	174		9288	270/2020	50,85	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	25/06/2020	3195 - 15/06/2020	
1498/2020	15/06/2020	271/2019		73/2019	175		9288	270/2020	661,05	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	25/06/2020	3196 - 15/06/2020	
1499/2020	15/06/2020	271/2019		73/2019	176		9288	270/2020	67,80	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA	25/06/2020	3197 - 15/06/2020	
1500/2020	15/06/2020	176/2019			84		9058	270/2020	3.675,00	SL LAVACAO LTDA		3198 - 15/06/2020	
1501/2020	15/06/2020	125/2020		3/2020	1			10/2020	290,00	IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA		3220 - 15/06/2020	
1502/2020	15/06/2020	183/2019		73/2019	24		9123	270/2020	7.016,72	COR URBANA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES LTDA		3213 - 15/06/2020	
1503/2020	15/06/2020	227/2019			17		9161	270/2020	18.788,50	SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA EPP	25/06/2020	3214 - 15/06/2020	
1504/2020	15/06/2020	210/2019			2		9149	270/2020	2.536,00	BRITAGEM VANZ LTDA	25/06/2020	3215 - 15/06/2020	
1505/2020	15/06/2020	31/2020			12		9428	198/2020	13.150,00	CONCRETOS FARROUPILHA LTDA	25/06/2020	3216 - 15/06/2020	
1506/2020	15/06/2020	28/2020		73/2020	29		9467	270/2020	1.919,85	PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME	29/06/2020	3217 - 15/06/2020	
1507/2020	15/06/2020	281/2019			12		9277	270/2020	5.083,56	CONCRETOS FARROUPILHA LTDA	25/06/2020	3218 - 15/06/2020	
1508/2020	15/06/2020	322/2019			8		9329	139/2020	3.849,36	FUNILARIA E TOLDOS MENEGAZZO EIRELI - ME		3212 - 15/06/2020	
1509/2020	15/06/2020	55/2020		74/2020	7		9488	219/2020	334,80	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902		3219 - 15/06/2020	
1510/2020	16/06/2020	92/2020		74/2020	5		9541	219/2020	408,00	COMPANHIA ULTRAGAZ S A		3221 - 16/06/2020	
1511/2020	16/06/2020	92/2020		74/2020	6		9541	219/2020	408,00	COMPANHIA ULTRAGAZ S A		3222 - 16/06/2020	
1512/2020	16/06/2020	41/2020			27		2152	61/2020	18,28	COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA		539 - 16/06/2020	
1513/2020	16/06/2020	336/2019		8/2019	171		9399	29/2020	1.504,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		3225 - 16/06/2020	
1514/2020	16/06/2020	92/2020		8/2020	7		9541	29/2020	204,00	COMPANHIA ULTRAGAZ S A		3226 - 16/06/2020	
1515/2020	16/06/2020	87/2020		74/2020	3		9542	219/2020	190,00	NANDIS - TRANSPORTES E COMERCIO DE GASES ATMOSFERI		3230 - 16/06/2020	
1516/2020	16/06/2020	179/2019		12/2019	212		2105	66/2020	37,36	LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA		538 - 16/06/2020	
1517/2020	16/06/2020	179/2019		12/2019	213		2101	61/2020	137,80	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		540 - 16/06/2020	

Página: 7/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO			
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.Contract	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
1521/2020	16/06/2020	227/2019			18		9161	198/2020	3.498,76	SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA EPP	25/06/2020	3223 - 16/06/2020	
1522/2020	16/06/2020	179/2019		73/2019	215		9182	173/2020	318,00	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP		3224 - 16/06/2020	
1523/2020	16/06/2020	271/2019		9/2019	178		3855	53/2020	14,95	TIETTO AUTO MECANICA JUD LTDA	29/06/2020	1328 - 16/06/2020	
1524/2020	16/06/2020	258/2019		9/2020	239		3825	53/2020	287,38	TIETTO AUTO MECANICA JUD LTDA	29/06/2020	1329 - 16/06/2020	
1525/2020	16/06/2020	271/2019		9/2019	179		3855	53/2020	14,95	TIETTO AUTO MECANICA JUD LTDA	29/06/2020	1330 - 16/06/2020	
1526/2020	16/06/2020	258/2019		9/2020	240		3825	53/2020	287,38	TIETTO AUTO MECANICA JUD LTDA	29/06/2020	1331 - 16/06/2020	
1527/2020	16/06/2020	179/2019		12/2019	216		2099	61/2020	58,50	SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA		541 - 16/06/2020	
1528/2020	16/06/2020	179/2019		14/2019	216		2099	61/2020	44,60	SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA		542 - 16/06/2020	
1529/2020	17/06/2020	258/2019		73/2020	241		9212	270/2020	2.467,53	CESAR MURILO FLORES	29/06/2020	3231 - 17/06/2020	
1530/2020	17/06/2020	31/2020			13		9430	198/2020	29.750,00	DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUCOES EIRELI		3232 - 17/06/2020	
1531/2020	17/06/2020	331/2019		9/2019	4		9550	54/2020	24.265,00	RRT COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA		3233 - 17/06/2020	
1532/2020	17/06/2020	271/2019		73/2019	180		9290	198/2020	1.212,50	HUMBERTO CESA	25/06/2020	3234 - 17/06/2020	
1533/2020	17/06/2020	179/2019		12/2019	217		2098	61/2020	96,40	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA		543 - 17/06/2020	
1534/2020	17/06/2020	179/2019		14/2019	217		2098	61/2020	172,40	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA		544 - 17/06/2020	
1535/2020	17/06/2020	94/2020			1		9580	229/2020	139.423,67	NIVELTER TERRAPLENAGENS E OBRAS EIRELI		3236 - 17/06/2020	
1536/2020	17/06/2020	92/2020		12/2020	8		2171	43/2020	68,00	COMPANHIA ULTRAGAZ S A		549 - 17/06/2020	
1537/2020	17/06/2020	92/2020		12/2020	9		2171	58/2020	68,00	COMPANHIA ULTRAGAZ S A		550 - 17/06/2020	
1538/2020	17/06/2020	92/2020		12/2020	10		2171	61/2020	408,00	COMPANHIA ULTRAGAZ S A		551 - 17/06/2020	
1539/2020	17/06/2020	92/2020		12/2020	11		2171	14/2020	204,00	COMPANHIA ULTRAGAZ S A		552 - 17/06/2020	
1540/2020	17/06/2020	179/2019		12/2019	218		2097	58/2020	39,00	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP		553 - 17/06/2020	
1541/2020	18/06/2020	179/2019		12/2019	219		2101	58/2020	76,00	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		556 - 18/06/2020	
1542/2020	18/06/2020	179/2019		12/2019	220		2100	58/2020	450,00	AIRTON SILVA DA MOTTA		555 - 18/06/2020	
1543/2020	18/06/2020	179/2019		12/2019	221		2107	58/2020	37,50	LIGHT DISTRIBUIDORA EIRELI		554 - 18/06/2020	
1544/2020	18/06/2020	179/2019		12/2019	222		2098	58/2020	261,00	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA		557 - 18/06/2020	
1545/2020	18/06/2020	179/2019		14/2019	222		2098	58/2020	175,00	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA		558 - 18/06/2020	
1546/2020	18/06/2020	336/2019		74/2019	172		9399	219/2020	2.520,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		3247 - 18/06/2020	
1547/2020	18/06/2020	55/2020		74/2020	8		9487	219/2020	818,98	DAMIAO, LIZOTTI & CIA LTDA		3248 - 18/06/2020	
1549/2020	18/06/2020	133/2019		1/2019	57		2480	5/2020	12.500,00	JOSE VANDERLEI CAMILO EIRELI		171 - 18/06/2020	

Página: 8/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO		
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.Contracto	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho Subempenho
1550/2020	18/06/2020	133/2019		1/2019	58			2478	5/2020	16.500,00	TRANSPORTES PBRANDT LTDA	172 - 18/06/2020
1551/2020	18/06/2020	87/2020		9/2020	4			3922	112/2020	6.300,00	NANDIS - TRANSPORTES E COMERCIO DE GASES ATMOSFERI	1348 - 18/06/2020
1552/2020	18/06/2020	87/2020		9/2020	5			3922	112/2020	7.000,00	NANDIS - TRANSPORTES E COMERCIO DE GASES ATMOSFERI	1346 - 18/06/2020
1553/2020	18/06/2020	87/2020		9/2020	6			3922	112/2020	4.200,00	NANDIS - TRANSPORTES E COMERCIO DE GASES ATMOSFERI	1344 - 18/06/2020
1554/2020	18/06/2020	92/2020		9/2020	12			3921	35/2020	3.880,00	COMPANHIA ULTRAGAZ S A	1343 - 18/06/2020
1555/2020	18/06/2020	270/2019			4			9260	270/2020	2.481,99	SL LAVACAO LTDA	3249 - 18/06/2020
1556/2020	19/06/2020	55/2020		74/2020	9			9486	219/2020	264,00	PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME	3266 - 19/06/2020
1557/2020	19/06/2020	336/2019		52/2019	173			9399	216/2020	376,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	3267 - 19/06/2020
1558/2020	19/06/2020	258/2019		73/2020	242			9215	270/2020	2.215,09	TIEPPO AUTO MECANICA JUD LTDA	3268 - 19/06/2020
1560/2020	19/06/2020	336/2019		73/2019	174			9399	270/2020	4.512,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	3269 - 19/06/2020
1561/2020	19/06/2020	336/2019		73/2019	175			9400	270/2020	37.440,00	AUTO POSTO DA UVA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	3270 - 19/06/2020
1562/2020	19/06/2020	179/2019		12/2019	224			2100	58/2020	42,40	AIRTON SILVA DA MOTTA	564 - 19/06/2020
1563/2020	19/06/2020	61/2020			3			9507	216/2020	696,80	TOP MANTAS LTDA	3271 - 19/06/2020
1564/2020	19/06/2020	271/2019		73/2019	181			9288	270/2020	382,40	TIEPPO AUTO MECANICA JUD LTDA	3272 - 19/06/2020
1565/2020	19/06/2020	271/2019		73/2019	182			9288	270/2020	517,50	TIEPPO AUTO MECANICA JUD LTDA	3273 - 19/06/2020
1566/2020	19/06/2020	227/2019			19			9159	270/2020	1.740,00	BC AGRO COMERCIO DE SEMENTES EIRELI	3274 - 19/06/2020
1567/2020	22/06/2020	258/2019		73/2020	243			9216	270/2020	277,77	ADO AUTO PECAS LTDA	3298 - 22/06/2020
1568/2020	22/06/2020	271/2019		73/2019	183			9287	270/2020	682,50	MECANICA ZAGO SBLTDA	3299 - 22/06/2020
1569/2020	22/06/2020	258/2019		73/2020	244			9216	270/2020	3.153,21	ADO AUTO PECAS LTDA	3300 - 22/06/2020
1570/2020	22/06/2020	271/2019		73/2019	184			9289	270/2020	2.090,00	DG TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI	3293 - 22/06/2020
1571/2020	22/06/2020	280/2019		73/2019	45			9274	270/2020	4.880,59	FM PNEUS LTDA - FILIAL	3294 - 22/06/2020
1572/2020	22/06/2020	258/2019		73/2020	245			9212	270/2020	3.318,88	CESAR MURILO FLORES	3295 - 22/06/2020
1573/2020	22/06/2020	281/2019			13			9278	198/2020	2.282,80	DELICIR BOESING	3296 - 22/06/2020
1574/2020	22/06/2020	258/2019		73/2020	246			9212	270/2020	2.731,63	CESAR MURILO FLORES	3297 - 22/06/2020
1575/2020	22/06/2020	282/2020		12/2020	30			2155	61/2020	191,60	PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME	567 - 22/06/2020
1576/2020	22/06/2020	278/2019			48			9273	88/2020	9.229,00	COPAVIDI - COOP. DE PEQ. AGRIC. DE VDA E IOVERÊ	3292 - 22/06/2020
1578/2020	22/06/2020	271/2019		10/2019	185			9290	265/2020	135,00	HUMBERTO CESA	3302 - 22/06/2020
1579/2020	22/06/2020	258/2019		10/2019	248			9215	57/2020	602,50	TIEPPO AUTO MECANICA JUD LTDA	3303 - 22/06/2020
1580/2020	22/06/2020	41/2020			28			2152	61/2020	339,42	COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA	568 - 22/06/2020

Página: 9/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO			
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.Contracto	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
1581/2020	22/06/2020	98/2020			2			9572	205/2020	90.997,00	VIDA VETERINARIA LTDA	3301 -	22/06/2020
1582/2020	23/06/2020	310/2019			103			9309	89/2020	3.612,00	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	3305 -	23/06/2020
1583/2020	23/06/2020	336/2019			22/2019	176		9400	110/2020	1.155,00	AUTO POSTO DA UVA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	3306 -	23/06/2020
1584/2020	23/06/2020	336/2019			22/2019	177		9399	110/2020	3.008,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	3307 -	23/06/2020
1585/2020	23/06/2020	336/2019			22/2019	178		9399	110/2020	1.575,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	3308 -	23/06/2020
1586/2020	23/06/2020	83/2020			2			9573	79/2020	1.245,00	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	3309 -	23/06/2020
1587/2020	24/06/2020	271/2019			74/2019	186		9289	219/2020	47,50	DG TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI	3310 -	24/06/2020
1588/2020	24/06/2020	113/2020			1			9585	4/2020	16.241,15	SETI SEGURANCA E TECNOLOGIA NA INTERNET LTDA	3313 -	24/06/2020
1589/2020	24/06/2020	83/2020			3			9573	34/2020	415,00	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	3315 -	24/06/2020
1590/2020	24/06/2020	28/2020			73/2020	31		9467	270/2020	3.899,85	PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME	3316 -	24/06/2020
1591/2020	24/06/2020	125/2019			5			8985	270/2020	2.025,00	GUINDASTES VIDEIRENSE LTDA - EPP	3317 -	24/06/2020
1592/2020	24/06/2020	28/2020			73/2020	32		9470	270/2020	8.904,42	SERRARIA MARIANI LTDA	3318 -	24/06/2020
1593/2020	24/06/2020	258/2019			73/2019	249		9212	270/2020	1.540,40	CESAR MURILO FLORES	3319 -	24/06/2020
1594/2020	24/06/2020	258/2019			73/2019	250		9212	270/2020	752,97	CESAR MURILO FLORES	3320 -	24/06/2020
1595/2020	24/06/2020	258/2019			73/2019	258		9216	270/2020	769,69	ADO AUTO PECAS LTDA	3321 -	24/06/2020
1596/2020	24/06/2020	92/2020			73/2020	13		9541	270/2020	680,00	COMPANHIA ULTRAGAZ S A	3322 -	24/06/2020
1597/2020	25/06/2020	336/2019			12/2019	179		2146	43/2020	790,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	603 -	25/06/2020
1598/2020	25/06/2020	336/2019			12/2019	180		2146	14/2020	1.185,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	600 -	25/06/2020
1599/2020	25/06/2020	336/2019			12/2019	181		2146	58/2020	395,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	601 -	25/06/2020
1600/2020	25/06/2020	336/2019			12/2019	182		2146	38/2020	1.382,50	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	602 -	25/06/2020
1601/2020	25/06/2020	336/2019			17/2019	183		9399	77/2020	1.106,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	3456 -	25/06/2020
1602/2020	25/06/2020	271/2019			10/2019	188		9288	265/2020	330,53	TIEPPO AUTO MECANICA JUD LTDA	3455 -	25/06/2020
1603/2020	25/06/2020	258/2019			10/2019	259		9215	265/2020	3.016,16	TIEPPO AUTO MECANICA JUD LTDA	3454 -	25/06/2020
1604/2020	25/06/2020	336/2019			12/2019	184		2146	28/2020	987,50	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	605 -	25/06/2020
1608/2020	25/06/2020	126/2019			9/2019	29		3784	94/2020	718,00	BATERIAS CHAPECO LTDA	1413 -	25/06/2020
1609/2020	25/06/2020	135/2020			1				29/2020	6.840,00	BETHA SISTEMAS LTDA	3441 -	25/06/2020
1610/2020	25/06/2020	135/2020			1				29/2020	65.365,60	BETHA SISTEMAS LTDA	3442 -	25/06/2020
1611/2020	25/06/2020	135/2020			1				110/2020	3.622,44	BETHA SISTEMAS LTDA	3439 -	25/06/2020

Página: 10/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO			
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.Contracto	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho	Subempenho
1612/2020	25/06/2020	135/2020		1				70/2020	23.980,28	BETHA SISTEMAS LTDA		3443 - 25/06/2020	
1613/2020	25/06/2020	135/2020		1				40/2020	3.528,54	BETHA SISTEMAS LTDA		3440 - 25/06/2020	
1614/2020	25/06/2020	135/2020		2				5/2020	12.647,34	BETHA SISTEMAS LTDA		177 - 25/06/2020	
1615/2020	25/06/2020	135/2020		3				38/2020	8.169,12	BETHA SISTEMAS LTDA		593 - 25/06/2020	
1616/2020	25/06/2020	135/2020		4				37/2020	5.767,50	BETHA SISTEMAS LTDA		1392 - 25/06/2020	
1617/2020	25/06/2020	135/2020		5				2/2020	2.734,50	BETHA SISTEMAS LTDA		29 - 25/06/2020	
1618/2020	25/06/2020	336/2019		22/2019	185			9399	3.160,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		3452 - 25/06/2020	
1619/2020	25/06/2020	336/2019		73/2019	186			9399	4.740,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		3453 - 25/06/2020	
1620/2020	25/06/2020	336/2019		9/2019	187			3883	3.950,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		1418 - 25/06/2020	
1621/2020	25/06/2020	336/2019		9/2019	188			3883	3.950,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		1419 - 25/06/2020	
1622/2020	25/06/2020	336/2019		9/2019	189			3883	3.950,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		1417 - 25/06/2020	
1623/2020	25/06/2020	336/2019		9/2019	190			3883	1.382,50	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		1416 - 25/06/2020	
1624/2020	25/06/2020	336/2019		9/2019	191			3883	1.382,50	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		1415 - 25/06/2020	
1625/2020	25/06/2020	336/2019		9/2019	192			3883	1.382,50	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		1414 - 25/06/2020	
1626/2020	25/06/2020	83/2020		4				9573	83,00	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A		3451 - 25/06/2020	
1627/2020	26/06/2020	336/2019		74/2019	193			9399	1.185,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		3469 - 26/06/2020	
1628/2020	26/06/2020	336/2019		74/2019	194			9399	1.185,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		3468 - 26/06/2020	
1629/2020	26/06/2020	290/2019		13				9281	6.007,10	FM PNEUS LTDA - FILIAL		3470 - 26/06/2020	
1630/2020	26/06/2020	28/2020		58/2020	33			9466	39,50	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT		3458 - 26/06/2020	
1631/2020	26/06/2020	336/2019		52/2019	195			9399	395,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		3471 - 26/06/2020	
1632/2020	26/06/2020	336/2019		1/2019	196			9399	395,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		3472 - 26/06/2020	
1633/2020	26/06/2020	336/2019		8/2019	197			9399	1.580,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		3461 - 26/06/2020	
1634/2020	26/06/2020	103/2020		2				9560	8.388,80	RODE LANCHONETE LTDA		3462 - 26/06/2020	
1635/2020	26/06/2020	31/2020		14				9428	13.150,00	CONCRETOS FARROUPILHA LTDA		3463 - 26/06/2020	
1636/2020	26/06/2020	336/2019		73/2019	198			9399	4.404,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		3473 - 26/06/2020	

Página: 11/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO		
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq.Contract	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho Subempenho
1637/2020	26/06/2020	336/2019		73/2019	199		9399	270/2020	31.500,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		3474 - 26/06/2020
1638/2020	26/06/2020	258/2019		73/2019	260		9212	270/2020	298.83	CESAR MURILO FLORES		3464 - 26/06/2020
1639/2020	26/06/2020	271/2019		73/2019	189		9288	270/2020	33.90	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA		3465 - 26/06/2020
1640/2020	26/06/2020	258/2019		73/2019	261		9215	270/2020	629.49	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA		3466 - 26/06/2020
1641/2020	26/06/2020	258/2019		73/2019	262		9215	270/2020	938.22	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA		3481 - 26/06/2020
1642/2020	26/06/2020	258/2019		73/2019	263		9215	270/2020	237.74	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA		3467 - 26/06/2020
1643/2020	26/06/2020	331/2019		73/2019	5		9548	270/2020	569.00	PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME		3475 - 26/06/2020
1644/2020	26/06/2020	331/2019		73/2019	6		9547	270/2020	2.160.00	PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA EPP.		3476 - 26/06/2020
1645/2020	26/06/2020	271/2019		73/2019	190		9288	270/2020	90.00	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA		3477 - 26/06/2020
1646/2020	26/06/2020	271/2019		73/2019	191		9289	270/2020	256.50	DG TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI		3478 - 26/06/2020
1647/2020	26/06/2020		27/2020	74/2020				219/2020	1.188.00	POA RESGATE - COMERCIO DE MATERIAIS DE SEGURANCA L		3460 - 26/06/2020
1648/2020	26/06/2020	258/2019		73/2019	264		9215	270/2020	300.00	TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA		3479 - 26/06/2020
1649/2020	26/06/2020	179/2019		8/2019	225		9192	29/2020	802.80	LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI		3480 - 26/06/2020

VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**EXTRATO ATA Nº 14 A 32**

Publicação Nº 2544182

Contrato Nº.: ATA 14/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: C. PEZZINI – EIRELI.

Valor : 27.300,00 (vinte e sete mil e trezentos reais).

Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 22/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 6/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MADEIRA E FERRAMENTAS DESTINADOS AOS SETORES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

Contrato Nº.: ATA 15/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: CASA DO PISO LTDA.

Valor : 5.903,50 (cinco mil novecentos e três reais e cinq-enta centavos).

Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 22/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 6/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MADEIRA E FERRAMENTAS DESTINADOS AOS SETORES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

Contrato Nº.: ATA 16/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: CINCA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE FERRAMENTAS.

Valor : 24.503,20 (vinte e quatro mil quinhentos e três reais e vinte centavos).

Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 22/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 6/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MADEIRA E FERRAMENTAS DESTINADOS AOS SETORES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

Contrato Nº.: ATA 17/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA.

Valor : 281.600,00 (duzentos e oitenta e um mil e seiscentos reais).

Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 22/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 6/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MADEIRA E FERRAMENTAS DESTINADOS AOS SETORES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

Contrato Nº.: ATA 18/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: INFANTARIA COMERCIAL EIRELI

Valor : 13.998,50 (treze mil novecentos e noventa e oito reais e cinq-enta centavos).

Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 22/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 6/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MADEIRA E FERRAMENTAS DESTINADOS AOS SETORES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

Contrato Nº.: ATA 19/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: ITACA EIRELI.

Valor : 28.005,55 (vinte e oito mil e cinco reais e cinq-enta e cinco centavos).

Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 22/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 6/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MADEIRA E FERRAMENTAS DESTINADOS AOS SETORES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

Contrato Nº.: ATA 20/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: MATIC MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.

Valor : 198.565,95 (cento e noventa e oito mil quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa e cinco centavos).

Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 22/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 6/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MADEIRA E FERRAMENTAS DESTINADOS AOS SETORES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

Contrato Nº.: ATA 21/2020

Contratante...: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: MGS COMERCIO DE PECAS LTDA.

Valor : 115.885,00 (cento e quinze mil oitocentos e oitenta e cinco reais).

Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 22/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 6/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MADEIRA E FERRAMENTAS DESTINADOS AOS SETORES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

Contrato Nº.: ATA 22/2020

Contratante...: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI

Valor : 462.692,42 (quatrocentos e sessenta e dois mil seiscentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos).

Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 22/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 6/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MADEIRA E FERRAMENTAS DESTINADOS AOS SETORES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

Contrato Nº.: ATA 23/2020

Contratante...: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA.

Valor : 10.278,80 (dez mil duzentos e setenta e oito reais e oitenta centavos).

Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 22/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 6/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MADEIRA E FERRAMENTAS DESTINADOS AOS SETORES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

Contrato Nº.: ATA 24/2020

Contratante...: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: SERTAO FIBRAS INDÚSTRIA LTDA

Valor : 6.965,00 (seis mil novecentos e sessenta e cinco reais)

Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 22/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 6/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MADEIRA E FERRAMENTAS DESTINADOS AOS SETORES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

Contrato Nº.: ATA 25/2020

Contratante...: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: TESSARO & CONCI COMERCIO DE PECAS E ACESSÓRIOS LTDA.

Valor : 3.034,40 (três mil e trinta e quatro reais e quarenta centavos).

Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 22/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 6/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MADEIRA E FERRAMENTAS DESTINADOS AOS SETORES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO S FUTURAS MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

Contrato Nº.: ATA 26/2020

Contratante...: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA.

Valor : 167.890,00 (cento e sessenta e sete mil oitocentos e noventa reais).

Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 22/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 6/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MADEIRA E FERRAMENTAS DESTINADOS AOS SETORES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

Contrato Nº.: ATA 27/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: LPK LTDA

Valor : 4.630,80 (quatro mil seiscentos e trinta reais e oitenta centavos).

Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 22/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 6/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MADEIRA E FERRAMENTAS DESTINADOS AOS SETORES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN.

Contrato Nº.: ATA 28/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: CINCA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE FERRAMENT

Valor : 7.539,90 (sete mil quinhentos e trinta e nove reais e noventa centavos).

Vigência : Início: 26/06/2020 Término: 26/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 10/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN.

Contrato Nº.: ATA 29/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA

Valor : 44.103,30 (quarenta e quatro mil cento e três reais e trinta centavos).

Vigência : Início: 26/06/2020 Término: 26/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 10/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN.

Contrato Nº.: ATA 30/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI.

Valor : 15.312,16 (quinze mil trezentos e doze reais e dezesseis centavos).

Vigência : Início: 26/06/2020 Término: 26/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.:10/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN.

Contrato Nº.: ATA 31/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA.

Valor : 1.527,80 (um mil quinhentos e vinte e sete reais e oitenta centavos).

Vigência : Início: 26/06/2020 Término: 26/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 10/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN.

Contrato Nº.: ATA 32/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: HUMBERTO CESA.

Valor : 9.515,00 (nove mil quinhentos e quinze reais).

Vigência : Início: 26/06/2020 Término: 26/06/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 12/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇO, PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS, DE FORMA PARCELADA DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA E CONSERTO DE PNEUS DE TODOS OS VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN.

EXTRATO CONTRATO Nº 21 A 23

Publicação Nº 2544188

Contrato Nº.: CT 21/2020

CONTRATANTE: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.167,60 (vinte e oito mil cento e sessenta e sete reais e sessenta centavos).

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 28/12/2020.

Licitação : Dispensa de Licitação Nº 20/2020.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE FORMA EMERGENCIAL DA EMPRESA "BETHA SISTEMAS LTDA" TENDO EM VISTA O MANDADO DE SEGURANÇA

Nº 5003092-48.2019.8.24.0079/SC REFERENTE AO PR 78/2019 - PMV.

Contrato Nº.: CT 22/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIAÇÃO.

Valor : 9.021,00 (nove mil e vinte e um reais).

Vigência : Início: 26/06/2020 Término: 26/06/2021

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2020

Objeto : CREDENCIAMENTO DA " COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO VINHO SICOOB VALE DO VINHO" PARA PRESTAR SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE QUALQUER TIPO DE RECEITA PÚBLICA DE COMPETÊNCIA DA VISAN NO PADRÃO FEBRABAN, ATRAVÉS DE SUAS AGÊNCIAS E/OU CONVENIADAS, EM ABRANGÊNCIA NACIONAL, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO. 01/2020-VISAN.

Contrato Nº.: CT 23/2020

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

Contratada...: COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO – AILOS.

Valor : 6.111,00 (seis mil cento e onze reais).

Vigência : Início: 26/06/2020 Término: 26/06/2021

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2020

Objeto : CREDENCIAMENTO DA " COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS" PARA PRESTAR SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE QUALQUER TIPO DE RECEITA PÚBLICA DE COMPETÊNCIA DA VISAN NO PADRÃO FEBRABAN, ATRAVÉS DE SUAS AGÊNCIAS E/OU CONVENIADAS, EM ABRANGÊNCIA NACIONAL, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO NR 01/2020-VISAN.

HOMOLOGAÇÕES MÊS 06 - VISAN

Publicação Nº 2544239

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto - Visan, no mês 06, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020

PROCESSO Nº 31/2020 HOMOLOGAÇÃO: 01/06/2020

CONTRATANTE: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS E BACTERIOLÓGICAS DE AMOSTRAS DE ÁGUA BRUTA E ÁGUA TRATADA, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN.

CONTRATADO: TERRANALISES LABORATORIO DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 184.999,99 (cento e oitenta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2020

PROCESSO Nº 33/2020 HOMOLOGAÇÃO: 03/06/2020

CONTRATANTE: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ROTORES PARA AS BOMBAS HIDRÁULICAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PERTENCENTE AO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN.

CONTRATADO: ELETRONANDO SOLUÇÕES EM IRRIGAÇÃO E MOTOBOMBAS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.042,79 (vinte e oito mil e quarenta e dois reais e setenta e nove centavos).

CONTRATADO: DANNA COMERCIAL EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.710,28 (dois mil setecentos e dez reais e vinte e oito centavos).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2020

PROCESSO Nº 35/2020 HOMOLOGAÇÃO: 08/06/2020

CONTRATANTE: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE LICENÇAS DE USO PARA SOFTWARES PARA DESENHO E EDIÇÃO, INCLUSO SUPORTE TÉCNICO COM GARANTIA NA INSTALAÇÃO, UTILIZAÇÃO DOS SOFTWARES, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

CONTRATADO: AECMKT COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.820,00 (vinte e três mil oitocentos e vinte reais).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2020

PROCESSO Nº 38/2020 HOMOLOGAÇÃO: 09/06/2020

CONTRATANTE: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE VIGA TIPO "H" PRÉ-MOLDADA EM CONCRETO ARMADO, A SER INSTALADA SOBRE A PONTE ADERBAL RAMOS DA SILVA, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HABITAÇÃO E PROJETOS), E ÓRGÃO PARTICIPANTE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E CONTRATADO: CONSTRUTORA SAIMOR LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2020

PROCESSO Nº 36/2020 HOMOLOGAÇÃO: 18/06/2020

CONTRATANTE: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE SERVIÇO DE MECÂNICA INDUSTRIAL, PARA AS UNIDADES OPERACIONAIS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN.
CONTRATADO: VALDEMIR BERTÉ
VALOR DA DESPESA: R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2020

PROCESSO Nº 37/2020 HOMOLOGAÇÃO: 18/06/2020

CONTRATANTE: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TAMPÕES DE FERRO FUNDIDO PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO.

DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

CONTRATADO: TESSARO & CONCI COMERCIO DE PECAS E ACESSÓRIOS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2020

PROCESSO Nº 34/2020 HOMOLOGAÇÃO: 22/06/2020

CONTRATANTE: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MADEIRA E FERRAMENTAS DESTINADOS AOS SETORES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

CONTRATADO: PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 462.692,42 (quatrocentos e sessenta e dois mil seiscentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos).

CONTRATADO: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 281.600,00 (duzentos e oitenta e um mil e seiscentos reais).

CONTRATADO: MGS COMERCIO DE PECAS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 115.885,00 (cento e quinze mil oitocentos e oitenta e cinco reais).

CONTRATADO: TESSARO & CONCI COMERCIO DE PECAS E ACESSÓRIOS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.034,40 (três mil e trinta e quatro reais e quarenta centavos).

CONTRATADO: C. PEZZINI - EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 27.300,00 (vinte e sete mil e trezentos reais).

CONTRATADO: CASA DO PISO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.903,50 (cinco mil novecentos e três reais e cinq-enta centavos).

CONTRATADO: CINCA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE FERRAMENTAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.503,20 (vinte e quatro mil quinhentos e três reais e vinte centavos).

CONTRATADO: INFANTARIA COMERCIAL EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.998,50 (treze mil novecentos e noventa e oito reais e cinq-enta centavos).

CONTRATADO: ITACA EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.005,55 (vinte e oito mil e cinco reais e cinq-enta e cinco centavos).

CONTRATADO: MATIC MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 198.565,95 (cento e noventa e oito mil quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa e cinco centavos).

CONTRATADO: RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.278,80 (dez mil duzentos e setenta e oito reais e oitenta centavos).

CONTRATADO: SERTAO FIBRAS INDUSTRIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.965,00 (seis mil novecentos e sessenta e cinco reais).

CONTRATADO: TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 167.890,00 (cento e sessenta e sete mil oitocentos e noventa reais).

CONTRATADO: LPK LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.630,80 (quatro mil seiscentos e trinta reais e oitenta centavos).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2020

PROCESSO Nº 39/2020 HOMOLOGAÇÃO: 26/06/2020

CONTRATANTE: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN.

CONTRATADO: PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI.

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.312,16 (quinze mil trezentos e doze reais e dezesseis centavos).

CONTRATADO: JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 44.103,30 (quarenta e quatro mil cento e três reais e trinta centavos).

CONTRATADO: CINCA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE FERRAMENTAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.539,90 (sete mil quinhentos e trinta e nove reais e noventa centavos).

CONTRATADO: RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.527,80 (um mil quinhentos e vinte e sete reais e oitenta centavos).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020

PROCESSO Nº 41/2020 HOMOLOGAÇÃO: 26/06/2020

CONTRATANTE: VISAN - Serviço Autônomo de Água E Esgoto do Município de Videira.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO, PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS, DE FORMA PARCELADA DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA E CONSERTO DE PNEUS DE TODOS OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN.

CONTRATADO: HUMBERTO CESA

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.515,00 (nove mil quinhentos e quinze reais).

AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO - JUNHO 2020 - VISAN

Publicação Nº 2544683

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Munic
 Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO		
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho Subempenho
172/2020	02/06/2020	193/2019		34			133	10/2020	2.430,00	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA	26/06/2020	310 - 02/06/2020
173/2020	02/06/2020	36/2019		22			122	10/2020	315,86	LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA	08/06/2020	311 - 02/06/2020
174/2020	02/06/2020	36/2019		23			121	10/2020	418,05	COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA	08/06/2020	312 - 02/06/2020
175/2020	02/06/2020	206/2019		4			160	10/2020	59,80	AIRTON SILVA DA MOTTA		313 - 02/06/2020
176/2020	02/06/2020	206/2019		5			161	10/2020	66,96	PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI	08/06/2020	314 - 02/06/2020
177/2020	03/06/2020	31/2020		2			203	10/2020	51.957,98	TERRANALISES LABORATORIO DE ANALISES AMBIENTAIS LT		317 - 03/06/2020
178/2020	03/06/2020	8/2020		4			178	10/2020	30,01	VIDE FERRO INDUSTRIA E COMERCIO DE ACO LTDA	08/06/2020	319 - 03/06/2020
179/2020	09/06/2020	192/2019		3			130	10/2020	800,00	DEDETIZADORA NAVARINI LTDA	26/06/2020	326 - 09/06/2020
180/2020	09/06/2020	38/2020		1			207	13/2020	33.600,00	CONSTRUTORA SAIMOR LTDA		327 - 09/06/2020
182/2020	16/06/2020	2/2020		4			176	16/2020	64.525,50	WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA	29/06/2020	332 - 16/06/2020
183/2020	17/06/2020	43/2020		1				10/2020	4.658,35	BOMBAS VANBRO LTDA		333 - 17/06/2020
184/2020	17/06/2020	43/2020		1				10/2020	1.621,00	BOMBAS VANBRO LTDA		334 - 17/06/2020
185/2020	18/06/2020	44/2020		1/2020	1			5/2020	278,00	AUTO MECANICA GERAL LTDA	26/06/2020	335 - 18/06/2020
186/2020	18/06/2020	44/2020		1/2020	1			5/2020	436,56	AUTO MECANICA GERAL LTDA	26/06/2020	336 - 18/06/2020
187/2020	19/06/2020	204/2019		14			150	10/2020	732,00	CONCRETOS FARROUPILHA LTDA		337 - 19/06/2020
188/2020	22/06/2020	45/2020		5/2020	1			5/2020	3.420,00	BETHA SISTEMAS LTDA		341 - 22/06/2020
189/2020	22/06/2020	45/2020		5/2020	1			5/2020	24.747,60	BETHA SISTEMAS LTDA		342 - 22/06/2020
190/2020	22/06/2020	35/2020		2			206	10/2020	16.950,00	AECMKT COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA		338 - 22/06/2020
191/2020	22/06/2020	37/2020		2			211	10/2020	3.950,00	TESSARO & CONCI COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS LTD		339 - 22/06/2020
192/2020	23/06/2020		6/2020	1/2020				10/2020	987,00	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	29/06/2020	354 - 23/06/2020
193/2020	24/06/2020	34/2020		2			221	10/2020	3.498,60	PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI		356 - 24/06/2020
194/2020	24/06/2020	34/2020		3			216	10/2020	747,24	CONCRETOS FARROUPILHA LTDA		357 - 24/06/2020
195/2020	26/06/2020	211/2019		12			156	10/2020	7.900,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		358 - 26/06/2020
196/2020	26/06/2020	47/2020		1				5/2020	9.021,00	COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCI		375 - 26/06/2020
197/2020	26/06/2020	49/2020		1/2020	1			5/2020	6.111,00	COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS		376 - 26/06/2020
198/2020	29/06/2020	34/2020		4			221	10/2020	1.557,57	PIATA COMERCIO DE PECAS EIRELI		377 - 29/06/2020
199/2020	29/06/2020	204/2019		15			151	10/2020	930,50	SERRARIA MARIANI LTDA		378 - 29/06/2020

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 012/2020

Publicação Nº 2544072



MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2020 Número Minuta: 24 Sequência Ata: 1 Ata Unica: 0 Sequência -
Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Ata Registro de Preço: 9 Ano -
Minuta - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Minuta - Ata Registro de Preço: 24 Entidade -
Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.9/2020

Pregão Nº 12/2020

Validade: 30/06/2021

Pág 1 / 4

30 de junho de 2020, o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES por meio do(a) MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA SANTA CATARINA, Nº 2266, CENTRO, cidade de Vitor Meireles - SC, inscrito no CNPJ Nº. 79.372.520/0001-85, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NA SECRETARIA DE OBRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NA SECRETARIA DE OBRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES**, em um prazo que se estende 30/06/2021 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 41629 - CIMEDIANA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	TUBO DE CONCRETO D=15 PS1 C-2	UN	CIMEDIANA	50	16,00	800,00
2	TUBO DE CONCRETO D=20 PS1 C-2	UN	CIMEDIANA	125	18,00	2.250,00
3	TUBO DE CONCRETO D=30 PS1 C-2	UN	CIMEDIANA	600	23,00	13.800,00
4	TUBO DE CONCRETO D=40 PS1 C-2	UN	CIMEDIANA	700	32,00	22.400,00
5	TUBO DE CONCRETO D=50 PS1 C-2	UN	CIMEDIANA	100	48,00	4.800,00
6	TUBO DE CONCRETO D=60 PS1 C-2	UN	CIMEDIANA	125	65,00	8.125,00
7	TUBO DE CONCRETO D=80 PA-1	UN	CIMEDIANA	15	178,00	2.670,00
8	TUBO DE CONCRETO D=100 PA-01	UN	CIMEDIANA	20	225,00	4.500,00
9	TUBO DE CONCRETO D=120 PA-01	UN	CIMEDIANA	10	320,00	3.200,00
Total do Fornecedor:						62.545,00

1.1. **CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de **R\$ 62.545,00 (sessenta e dois mil e quinhentos e quarenta e cinco reais)**.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 30/06/2021, a partir da sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93, não sendo permitido prorrogação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Nº. 12/2020**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Nº. 12/2020** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2020 Número Minuta: 24 Sequência Ata: 1 Ata Unica: 0 Sequência -
Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Ata Registro de Preço: 9 Ano -
Minuta - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Minuta - Ata Registro de Preço: 24 Entidade -
Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 2 / 4

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4.

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Código	Descrição
2020	
103	Referência
07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2037	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
3339030510000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo
01000000	Recursos Ordinários
2020	
99	Referência
07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2033	MANUTENÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
3339030510000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo
01000000	Recursos Ordinários

4.2 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, independente das quantidade solicitada.

5.1. A entrega dos produtos será parcelada sendo que o prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Compra.

5.2 Local de entrega: conforme definido em ordem de compra pela Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES****Compras e Contratos****Impressão Ata Registro Preço Origem**

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2020 Número Minuta: 24 Sequência Ata: 1 Ata Unica: 0 Sequência -
Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Ata Registro de Preço: 9 Ano -
Minuta - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Minuta - Ata Registro de Preço: 24 Entidade -
Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 3 / 4

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

7.3 A PMVM, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

7.4 A PMVM convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

7.5. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.4 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.9 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.10 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2020 Número Minuta: 24 Sequência Ata: 1 Ata Unica: 0 Sequência -
Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Ata Registro de Preço: 9 Ano -
Minuta - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Minuta - Ata Registro de Preço: 24 Entidade -
Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 4 / 4

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos solicitados.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Garantia mínima de 12 meses sobre os equipamentos contra defeito de fabricação.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NA SECRETARIA DE OBRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES Nº. 12/2020, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12. Fica eleito o foro de Presidente Getúlio (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Vitor Meireles (SC), 30 de junho de 2020.

VALDELI JOSE SEBASTIAO
Pregoeiro

CAROLINE APARECIDA MAZOTI
WACHHOLZ
Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING
Equipe de Apoio

CIMEDIANA ARTEFATOS DE CIMENTO
LTDA ME
CONTRATADA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PP 12-2020

Publicação Nº 2544067

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número -
Minuta - Licitação: 24 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2020 cotaCredenciamento: 0

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**Pregão
Para Aquisição de Bens
12/2020
Processo Administrativo: 24/2020**

Ao Sr(a). BENTO FRANCISCO SILVY tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 38/2017.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 12/2020, o(s) participante(s):

41629 - CIMEDIANA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	TUBO DE CONCRETO D=15 PS1 C-2	UN	CIMEDIANA	50	R\$16,00	R\$800,00
2	TUBO DE CONCRETO D=20 PS1 C-2	UN	CIMEDIANA	125	R\$18,00	R\$2.250,00
3	TUBO DE CONCRETO D=30 PS1 C-2	UN	CIMEDIANA	600	R\$23,00	R\$13.800,00
4	TUBO DE CONCRETO D=40 PS1 C-2	UN	CIMEDIANA	700	R\$32,00	R\$22.400,00
5	TUBO DE CONCRETO D=50 PS1 C-2	UN	CIMEDIANA	100	R\$48,00	R\$4.800,00
6	TUBO DE CONCRETO D=60 PS1 C-2	UN	CIMEDIANA	125	R\$65,00	R\$8.125,00
7	TUBO DE CONCRETO D=80 PA-1	UN	CIMEDIANA	15	R\$178,00	R\$2.670,00
8	TUBO DE CONCRETO D=100 PA-01	UN	CIMEDIANA	20	R\$225,00	R\$4.500,00
9	TUBO DE CONCRETO D=120 PA-01	UN	CIMEDIANA	10	R\$320,00	R\$3.200,00
Total do Fornecedor:						R\$62.545,00

Valor Total: 62.545,00

Vitor Meireles, 29 de junho de 2020

**BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito**

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE REABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 0048/2020

Publicação Nº 2543330

AVISO DE REABERTURA PRAZO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0112/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0048/2020

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que está reabrindo o prazo de abertura do Pregão Presencial nº 0048/2020, tendo como objeto a Contratação de empresa para o fornecimento, execução, desmontagem e remontagem de divisórias leves com painéis e portas locais na Administração Municipal, incluindo todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários a execução dos serviços, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 10:45h, do dia 14 de julho de 2020, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 11:00h do mesmo dia. Retirada do Edital e anexos no site www.xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 29 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA RP Nº 0095/2020

Publicação Nº 2544770

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0095/2020

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Detentor da Ata: MARCELO CANELLO ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Cestas Básicas destinados aos Centros de atendimento a indivíduos em vulnerabilidade social, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 226.950,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 22 de junho de 2020. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA RP Nº 0096/2020

Publicação Nº 2544774

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0096/2020

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Detentor da Ata: ECO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Leite em Pó destinados aos Centros de atendimento a indivíduos em vulnerabilidade social, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 8.364,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 22 de junho de 2020. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0097/2020

Publicação Nº 2543372

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0097/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: PET SHOP XANXERÊ LTDA-ME.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas para Contratação de empresa para prestação de Serviços de Manutenção de Serviços Canino e Medicamentos para os cães empregados nas ocorrências de buscas e resgate da 1ª Companhia de Bombeiros Militar do 14º BBM, de acordo com Termo de Referência e quantidade estimada constante do ANEXO I.

Valor total: R\$ 7.842,20

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 24 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0066/2020

Publicação Nº 2543211

Extrato de Contrato nº 0066/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Contratado: D & C COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática, sendo dois computadores e dois leitores de código de barras, para a realização do

projeto Revitalização da Biblioteca Pública Municipal Caldas Júnior aprovado no Prêmio Elisabeth Anderle de incentivo à cultura – Edição 2019, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 3.758,00

Prazo de vigência: 31/12/2020

Xanxerê-SC, 10 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

PORTARIA 485-2020

Publicação Nº 2544743

PORTARIA Nº 485/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, a Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 25.06.2020 a 24.07.2020, ao Servidor Público Municipal Sr. GERALDO CEZAR FERREIRA, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 1.780.761 CPF nº 522.310.389-00, nomeado pelo Decreto Municipal nº BLB 135/10 para o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de 09.06.2012 a 08.06.2015 = 20 dias e 09.06.2015 a 08.06.2018 = 10 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 25 de Junho de 2020

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 486-2020

Publicação Nº 2544763

PORTARIA Nº 486/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER por determinação da Secretaria Municipal da Saúde, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 29.06.2020 a 28.07.2020, ao Servidor Público Municipal Sr. GUSTAVO ANDRÉ CASTELLI CATALAN, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 3.208.136 e CPF nº 007.671.019-01, nomeado pelo Decreto Municipal nº AM 188/03 para o cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, com 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de 09.06.2009 a 08.06.2012 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 25 de Junho de 2020

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 475/2020

Publicação Nº 2544759

DECRETO Nº 475, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Define aplicação dos recursos oriundos da Lei Complementar Federal n. 173/2020, em razão das medidas de enfrentamento à Covid-19 e enfrentamento da mitigação da crise e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, incisos VIII e XI da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as orientações do Ministério Público de Contas – MTC e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC;

CONSIDERANDO os Planos de Contingenciamento, da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e os resultados apresentados nos Relatórios de Estudo e Avaliação do Impacto financeiro-orçamentário, em face da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona vírus – Covid-19, do Grupo de Trabalho, designado pelo Decreto Municipal nº 456/2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica definida a aplicação dos recursos constantes no Art. 5º, inciso I, alínea "b", da Lei Complementar Federal n. 173, de 27 de maio de 2020, Fonte de Recurso TCE/SC nº 52, nas respectivas ações constantes no Orçamento vigente desta Municipalidade:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde
Projeto Atividade: 2.021 – Manter a atenção básica
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0252 – (CR 67) 28.197,06
Órgão: 05 – SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto Atividade: 2.017 – Gestão do SUAS
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0252 – (CR 136) 28.197,06

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0252 (CR 137) 569,60

Art. 2º Fica definida a aplicação dos recursos constantes no Art. 5º, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar Federal n. 173, de 27 de maio de 2020, Fonte de Recurso TCE/SC nº 53, nas respectivas ações constantes no Orçamento vigente desta Municipalidade:

Órgão: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Serviços Gerais
Projeto Atividade: 2.002 – Manter as atividades do Gabinete do Prefeito e Vice
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0253 – (CR 135) 35.625,48
Órgão: 04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária: 04.03 – Departamento de Esportes
Projeto Atividade: 2.013 – Manter a estrutura física e as atividades esportivas
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0253 – (CR 134) 8.000,00
Órgão: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura
Projeto Atividade: 2.015 – Manter as atividades da Agricultura e Agropecuária
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0253 – (CR 132) 140.000,00
Órgão: 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes
Projeto Atividade: 2.019 – Manter as atividades do DMER
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0253 – (CR 133) 240.000,00

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais

Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais

Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0253 – (CR 138) 4.279,04

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 30 de junho de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

MATHEUS ALVES VIDAL

Auditor de Controle Interno

EXTRATO CONTRATUAL 4 TA CT 039/2019

Publicação Nº 2544310

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 4 TA CT 039/2019 - Contrato Nº: CT 039/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: LM COMERCIO EIRELI

Vigência : Início: 29/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2019

Objeto : A presente licitação tem por objeto contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para a execução de obra em regime de empreitada global para a revitalização da Praça Rio Branco, conforme Projeto Básico constante no Anexo "E" deste edital. Referente ao contrato de repasse OGU nº 872025/2018/mtur/caixa - Operação 1059047-55 - Programa Turismo.

Xavantina, 29 de Junho de 2020

HOMOLOGAÇÃO FINAL DE INSCRIÇÕES - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2020

Publicação Nº 2544159

Município de Xavantina

Estado de Santa Catarina

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163 - Centro - 89780-000 CNPJ. 83.009.878/0001-15

HOMOLOGAÇÃO FINAL DE INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2020

CARGO - FARMACÊUTICO

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
001	ALEXANDRE ALEX GASPARETTO	DEFERIDO
002	MICHAEL ALBERTO KLEI RESTELATO	DEFERIDO
003	FRANCIELE JOCIELE FARBEROWOCZ	DEFERIDO
004	CESAR AUGUSTO LAUS DE SOUZA	DEFERIDO
005	EMMYLE CANTANHEDE BORGES	DEFERIDO

Xavantina – SC, 26 de junho de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

JÉSSICA PAULA PINSETTA

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

Registrado e publicado no D.O.M.

MATHEUS ALVES VIDAL

Auditor de Controle Interno

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 076/2020 - PREGÃO Nº 031/2020

Publicação Nº 2543416

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 076/2020

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 031/2020

TIPO: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas para distribuição aos usuários da Secretaria de Assistência Social que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social no Município de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 09 de julho de 2020.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 09 de julho de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, de Segunda à Sexta, das 07h às 13h, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 29 de junho de 2020. Lírio Dagort. Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 077/2020 - PREGÃO Nº 032/2020

Publicação Nº 2543417

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 077/2020

EDITAL: Pregão Presencial para Compras e Serviços nº 032/2020

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de empresa para confecção, montagem e instalação de móveis planejados junto a Estratégia Saúde da Família – ESF do Bairro Guarani, no Município de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 13 de julho de 2020.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 13 de julho de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, de Segunda à Sexta, das 07h às 13h, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 29 de junho de 2020. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 078/2020 - TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2020

Publicação Nº 2543419

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 078/2020

EDITAL: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 017/2020

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de empresa para ampliação do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Chagas, localizado na Rua Paraná, Bairro Chagas, incluindo materiais e mão de obra, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 14 de julho de 2020.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 14 de julho de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, de Segunda à Sexta, das 07h às 13h, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 29 de junho de 2020. Lírio Dagort. Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0039/2020

Publicação N° 2543388

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0039/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATADO: EFFICAZ CONSTRUÇÕES COM. DE SERVIÇOS LTDA

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de piso em concreto polido localizado na Praça Municipal Frei Bruno, incluindo materiais e mão de obra, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento e Cronograma Físico.

Valor do Contrato: R\$ 175.357,40 (cento e setenta e cinco mil trezentos e cinquenta e sete reais e quarenta e quarenta centavos).

Vigência: 29/06/2020 a 31/12/2020.

Dotação Orçamentária: 44.90.51.99.00.00.00 (59/2020).

Licitação: Processo de Compra 0058/2020 – Tomada de Preços nº 0008/2020.

Xaxim-SC, 29 de junho de 2020. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0040/2020

Publicação N° 2543440

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0040/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATADO: ISO FER ESQUADRIAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Objeto: contratação de empresa para execução de cobertura do pátio da Escola Básica Municipal Dom Bosco, incluindo materiais e mão de obra, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro.

Valor do Contrato: R\$ 31.194,86 (cento e trinta e um mil cento e noventa e quatro reais com oitenta e seis centavos).

Vigência: 29/06/2020 a 31/12/2020.

Dotação Orçamentária: 44.90.51.99.00.00.00 (31/2020).

Licitação: Processo de Compra 0060/2020 – Tomada de Preços nº 0010/2020.

Xaxim-SC, 29 de junho de 2020. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0041/2020

Publicação N° 2543662

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0041/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATADO: ISO FER ESQUADRIAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Objeto: Contratação de empresa para execução de platibanda para a cobertura de parque infantil localizado na Praça Municipal Frei Bruno, incluindo materiais e mão de obra, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro.

Valor do Contrato: R\$ 35.194,48 (trinta e cinco mil cento e noventa e quatro reais com quarenta e oito centavos).

Vigência: 29/06/2020 a 31/12/2020.

Dotação Orçamentária: 44.90.51.99.00.00.00 (61/2020).

Licitação: Processo de Compra 0059/2020 – Tomada de Preços nº 0009/2020.

Xaxim-SC, 29 de junho de 2020. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0042/2020

Publicação N° 2543975

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0042/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATADO: CONSTRUPALMAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA - ME

Objeto: Contratação de empresa para reestruturação de campo de futebol localizado no Bairro Santa Terezinha, incluindo materiais e mão de obra, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro.

Valor do Contrato: R\$ 75.357,64 (setenta e cinco mil trezentos e cinquenta e sete reais com sessenta e quatro centavos).

Vigência: 29/06/2020 a 31/12/2020.

Dotação Orçamentária: 44.90.51.99.00.00.00 (116/2020).

Licitação: Processo de Compra 0059/2020 – Tomada de Preços nº 0009/2020.

Xaxim-SC, 29 de junho de 2020. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal

Associações

AMMVI

ATA DA 481ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

Publicação Nº 2544601

ATA DA 481ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI (CNPJ 83.779.413/0001-43, SITO À RUA ALBERTO STEIN, Nº 466, VELHA, BLUMENAU/SC, CEP 89.036-200) REALIZADA NO DIA PRIMEIRO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE, POR MEIO DE VÍDEOCHAMADA.

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte, às nove horas e trinta minutos, por meio de videochamada na plataforma ZOOM, realizou-se a quadringentésima octagésima primeira Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Blumenau, senhor Mário Hildebrandt, e secretariada por mim, Giovana Peron. A assembleia contou com a participação do senhor José Gerson Gonçalves, prefeito do município de Apiúna; do senhor Lairton Antonio Possamai, prefeito do município de Acurra; do senhor Jean Michel Grundmann, prefeito do município de Benedito Novo; do senhor Alcir Merizio, prefeito em exercício do município de Botuverá; da senhora Simoni Mercia Mesch Nones, prefeita do município de Doutor Pedrinho; do senhor Kleber Edson Wan-Dall, prefeito do município de Gaspar; do senhor Matias Kohler, prefeito do município de Guabiruba; do senhor André Luiz Moser, prefeito do município de Indaial; do senhor Ércio Kriek, prefeito do município de Pomerode; do senhor Marildo Domingos Felippi, prefeito do município de Rio dos Cedros; do senhor Paulo Roberto Weiss, prefeito do município de Rodeio; do senhor Jorge Augusto Kr-ger, prefeito do município de Timbó; do senhor José Rafael Corrêa, diretor executivo da AMMVI, além de demais interessados. Após declarada aberta a assembleia, com a constatação do quórum estatutário, o presidente deu início à reunião cumprimentando a todos, e apresentou a Ordem do Dia, composta pelos seguintes itens: 1 – Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 – Discussão Novo Coronavírus; 3 – Eleição da Diretoria Executiva da AMMVI 2020/2021. Tratando do item um, foi confirmado o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para aprovação por correio eletrônico, e não havendo manifestações, esta foi aprovada por unanimidade. Passando ao item dois, foi dada a palavra à senhora Michele Prada, assessora de comunicação da AMMVI, a qual informou sobre os casos de COVID-19 na região, que já somam 41 confirmados. Em seguida, o senhor Mário Hildebrandt informou que o hospital da Vila Itoupava em Blumenau será referência para enfermagem de casos que não sejam de COVID-19, e que isso trará expansão de 105 leitos nos hospitais Santa Catarina, Santa Isabel e Santo Antônio. Na sequência, foi dada a palavra ao senhor Cleones Hostins, diretor executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí (CISAMVI), o qual informou que teve reunião na data de ontem com representantes de Blumenau e Brusque para tratar sobre a rede hospitalar, bem como com representantes das secretarias de saúde, considerando a informação oficial de que o hospital OASE será referência da nossa macrorregião para casos de COVID-19, a fim de discutir o papel deste hospital e o fluxo de transporte dos pacientes até lá. Destacou a questão do transporte até o hospital OASE, que segundo o Estado deve ser feito pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), mas que a demanda será muito alta, então está sendo verificado uma segunda opção, e o CISAMVI está realizando a cotação de transporte de urgência caso necessário. Também informou que foi feito questionamento ao Estado sobre financiamento de leitos tanto de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) quanto não UTI, e já responderam informando o valor por leito de UTI. Também foi feito questionamento sobre a regulação dos leitos de UTI deste hospital de referência, por quem será feito, mas esta informação o Estado ainda não respondeu. Ressaltou que esta determinação é importante para definir de onde saíram os pacientes, se somente de outros hospitais, ou se os Pronto Atendimentos dos municípios também poderão encaminhá-los. Citou também que há um plano definido de combate ao COVID-19 para a região, mas não está claro se a capacidade no hospital de referência atenderá toda a necessidade que os municípios terão daqui um tempo. Reiterou ainda que os outros hospitais que atenderem pacientes de COVID-19 de média complexidade também conseguem faturar um valor a mais, vai confirmar este valor e passará aos prefeitos posteriormente. Na sequência, tratando-se da reunião realizada pelo Colegiado de Procuradores, o advogado Marcos Fey Probst informou que foram discutidas as opções de férias coletivas, concessão de licença-prêmio, e também a regulamentação do home office, que será trabalhada numa linha genérica nos mesmos termos normatizados pelo Estado e pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM), e que deve ser feito conforme as possibilidades do cargo. Citou ainda que cada município deverá tratar cada questão de acordo com a legislação municipal e sua realidade, e que está à disposição para auxiliar. O senhor Matias Kohler questionou sobre a questão do home office, sobre a comprovação da jornada diária, e Marcos citou que neste momento é necessário definir apenas quem trabalha ou não, para simplificar a questão. Em seguida, o senhor José Rafael Corrêa comentou sobre a reunião do Grupo de Ações Coordenadas (GRAC) do Estado realizada ontem, a qual contou com a participação da prefeita Adeliana Dal Pont, onde esta abordou as principais pautas apresentadas pelos prefeitos, que foram a questão de retorno das obras da construção civil e de haver separação na questão do isolamento para municípios menores ou que ainda não tem casos de COVID-19. Também comentou sobre o ofício enviado pela AMMVI, onde foi solicitado seja feita um contato maior da Secretaria de Estado da Saúde (SES) com os secretários municipais de saúde, bem como do Governador com os prefeitos. O senhor José Rafael Corrêa informou ainda que haverá outras reuniões do GRAC todos os dias desta semana, e que a prefeita Adeliana Dal Pont estará repassando o que é discutido nas reuniões da FECAM. Com a palavra, o senhor Mário Hildebrandt comentou que repassou no grupo de prefeitos sobre o que está sendo discutido no grupo das 15 maiores cidades do estado, e o senhor Ércio Kriek citou que nestas reuniões deveria ser tratado a questão da liberação dos trabalhadores autônomos que trabalham sozinhos, como eletricitas, e que deve ser verificado pelos profissionais da saúde a possibilidade; a senhora Simoni Mércia Mesch Nones reiterou a fala, e ressaltou que a partir de agora a situação ficará cada vez mais delicada, tanto na parte econômica como na saúde. O senhor José Rafael Corrêa também comentou sobre a reunião da FECAM de ontem, que contou com a participação do Secretário de Estado da Fazenda, Paulo Eli, onde este trouxe cenários de 50% de queda na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em abril, e que o Estado só fará investimentos nos municípios para a área da saúde, que não complementar valores de impostos. Passando ao item três da pauta, o senhor José Rafael Corrêa comentou sobre a desincompatibilização dos prefeitos da atual Diretoria Executiva devido à necessidade de atendimento à Lei Complementar 64/90 para fins eleitorais. Devido à vacância dos cargos, foi feita resolução para possibilitar a eleição da nova Diretoria por meio eletrônico. Em seguida apresentou a proposta para votação, a qual, conforme orientação do advogado Marcos Fey Probst, foi formada chapa única que conta apenas com os nomes dos prefeitos já reeleitos, e deixa aberto para complementação posterior com prefeitos que não forem à reeleição. Após aprovação da chapa por unanimidade e eleição por aclamação, a Diretoria Executiva da AMMVI ficou composta da seguinte forma: Presidente - Matias Kohler, prefeito de Guabiruba, brasileiro, casado, empresário, RG: 910.391, órgão emissor SSP/SC,

data de expedição 21/07/2010, CPF 376.148.359-72, domiciliado e residente na rua Pomerania, nº 752, bairro Pomerania, Guabiruba/SC, CEP 88.360-000; Vice-Presidente Institucional - Jean Michel Grundmann, prefeito de Benedito Novo, brasileiro, casado, advogado, RG 4.682.051, órgão emissor SSP/SC, data de expedição 03/02/2017, CPF 043.897.169-80, domiciliado e residente na Estrada Geral Ribeirão Liberdade, s/n, Benedito Novo/SC, CEP 89.124-000; Vice-Presidente de Políticas Públicas - José Luiz Colombi, prefeito de Botuverá, brasileiro, casado, agricultor, RG 1.600.538, órgão emissor SSP/SC, 12/12/2017, CPF 455.167.669-15, domiciliado e residente na rua Nove de Junho, s/n, bairro Ribeirão Porto Franco, Botuverá/SC, CEP: 88.295-000; Tesoureiro - Paulo Roberto Weiss, prefeito de Rodeio, brasileiro, casado, administrador, RG 3.067.674, órgão emissor SSP/SC, data de expedição 18/07/2017, CPF 765.097.459-68, domiciliado e residente na rua André Venturi, nº 175 – bairro Gávea - Rodeio/SC – CEP 89.136-000; restaram vagos o cargo de Vice-Presidente de Articulação Política, bem como os cargos do Conselho Fiscal. Já como presidente eleito, o senhor Matias Kohler agradeceu pela confiança para dar continuidade aos trabalhos da Associação e pelo apoio de todos, e o senhor Mário Hildebrandt também se manifestou agradecendo pela parceria de todos durante seu período na presidência e pelos conhecimentos compartilhados. O senhor Jean Michel Grundmann, a senhora Simoni Mércia Mesch Nones, o senhor Marildo Domingos Felippi, bem como o senhor José Rafael Corrêa, também se manifestaram agradecendo o senhor Mário Hildebrandt pela condução da presidência da AMMVI neste ano, bem como os demais membros da antiga Diretoria, e parabenizando o novo presidente. O diretor executivo da Associação aproveitou o ensejo para informar aos prefeitos que o relatório de atividades da AMMVI de 2019 já está disponível no site da Associação. O advogado Marcos Fey Probst também ressaltou a questão das desincompatibilizações devido ao período eleitoral, que todos os prazos estão vigentes, o calendário eleitoral está mantido, mas o cenário depende muito de como estará a situação nos próximos meses. O senhor José Rafael Corrêa ainda informou que a FECAM tem realizado diversas reuniões para tratar de temas importantes durante este período, como educação e assistência social, e que os prefeitos serão mantidos atualizados. Por fim, nada mais havendo a tratar, o senhor Matias Kohler, presidente da AMMVI, agradeceu mais uma vez e declarou encerrada a assembleia, e para constar, eu, Giovana Peron, lavei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente, pelo senhor tesoureiro, pelo senhor diretor executivo e pelo senhor assessor jurídico da AMMVI.

Matias Kohler Presidente Prefeito de Guabiruba	Paulo Roberto Weiss Tesoureiro Prefeito de Rodeio
José Rafael Corrêa Diretor Executivo	Alexandre Carvalho Brigido Assessor Jurídico OAB/SC 20.137
Giovana Peron Secretária Executiva	

GRANFPOLIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - Nº 03/2020

Publicação Nº 2544273

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2020

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os Senhores Prefeitos, Vice-Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que será realizada no dia 08 (oito) de julho de 2020, às 13:30 horas em primeira convocação e às 14:00 horas em segunda convocação com qualquer número de participantes, de acordo com o estabelecido no Artigo 14 do Estatuto Social, sendo de FORMA VIRTUAL através de WEB-Conferencia, pelo link <https://us02web.zoom.us/j/88059207802>, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- 13:30 hs - Abertura da Assembleia Geral Ordinária;
- 13:45 hs - Leitura da Ata da Assembleia Anterior;
- 14:00 hs - Análise de Proposta de Demissão Incentivada encaminhada pelo Assessor Jurídico da GRANFPOLIS – Dr. Waldir Gorges Alves;
- 14:30 hs Troca de experiências entre os gestores municipais sobre as dificuldades no enfrentamento a Pandemia provocada pela COVID-19;
- 15:30 hs - Assuntos Gerais.

Florianópolis (SC) em 29 de junho de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
PRESIDENTE

Consórcios

ARIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020

Publicação Nº 2544393

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020

Processo Licitatório nº 13/2020
Pregão nº 01/2020

Aos vinte e três dias do mês de junho de 2020, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), pessoa jurídica de direito público interno, qualificada como associação pública e inscrita no CNPJ sob n. 11.400.360/0001-05, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Bairro Canto, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Geral, Sr. Adir Faccio, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob n. 295.153.869-34, resolve Registrar Preços da empresa abaixo nominada, vencedora do Pregão nº 01/2020, sob regime de contratação pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02 e do Edital de Pregão nº 01/2020 e das demais normas aplicáveis.

1. A partir desta data, fica registrado na ARIS, observada a ordem de classificação, o preço das empresas fornecedoras registradas a seguir relacionadas, objetivando o compromisso de fornecimento de equipamentos de informática, nas condições estabelecidas no ato convocatório e conforme o seguinte quadro:

1.1. Empresas Credenciadas.

Empresas	CNPJ	Representantes	CPF
Connect Info Serviço e Comércio de Artigos de Informática EIRELI	24.764.386/0001-76	Maycke Mello Gonçalves	068.031.949-22
LF Tecnologia LTDA	33.357.638/0001-33	Felipe Schinato	079.564.989-45
WEIKAN Tecnologia EIRELI	09.159.503/0001-89	Erickson Patrick Kuhn	009.547.199-56

1.2. Preços registrados:

Item	Produto	Marca e modelo	Qtidade	Empresa	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Microcomputador básico	DELL	08	Connect Info Serv. e Com. Artigos Informática EIRELI.	6.400,00	51.200,00
02	Notebook básico	DELL	06	Connect Info Serv. e Com. Artigos Informática EIRELI.	8.300,00	49.800,00
03	Monitor 23.8	AOC	06	LF Tecnologia LTDA	860,00	5.160,00
04	Sistema de Videoconferência	LOGITECH	01	WEIKAN Tecnologia EIRELI	8.900,00	8.900,00
05	Toner Original HP CE285AB Nº 85ª Preto	HP	20	LF Tecnologia LTDA	410,00	8.200,00
06	Toner Original HP CF218A Preto	HP	20	LF Tecnologia LTDA	400,00	8.000,00
07	Tambor 19ª (CF219A)	HP	20	Deserto	Deserto	Deserto
	TOTAL	-	-	-	-	131.260,00

2. Os pedidos serão realizados pela ARIS por meio de instrumento de contrato, podendo este ser substituído por Nota de Empenho ou outro documento equivalente, cuja emissão se dará conforme a necessidade da ARIS.

3. A entrega dos itens do pedido será feita na sede da ARIS, no endereço na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Bairro Canto, Florianópolis/SC.

4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5. A Ata tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

6. Aplica-se subsidiariamente a esta Ata de Registro de Preços as normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078/90.

7. As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro. Em Anexo (I, II, III, IV, V, VI) Relatório por ordem de classificação das empresas por Item, Produto licitado.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 4 (quatro) vias.

Florianópolis, 24 de junho de 2020.

Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

Connect Info Serviço e Comércio de Artigos de Informática EIRELI	LF Tecnologia LTDA
WEIKAN Tecnologia EIRELI	

Anexo I

Anexo II

Anexo III

Anexo IV

Anexo V

Anexo VI

CIMVI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2019/011 - SEGUNDO TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2543986

SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2019/011

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Diretor Executivo, Sr. Fernando Tomaselli, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa OURO PRETO MINERAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.493.973/0001-37, com sede a Rua Vale do Selke Grande, nº 1180 – Vale do Selke, cidade de Pomerode/SC – CEP: 89.107-000, neste ato representada por Lucianne Eichstaedt, inscrita no CPF sob o nº 003.508.449-92, doravante denominada FORNECEDORA, de conformidade com a Licitação nº 018/2019 – Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços e com fundamento na Lei nº 8.666/93, Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018 e alterações e Resolução CIMVI nº 166 de 06/09/2016, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

- 1.1. CONSIDERANDO o resultado do Processo Licitatório nº 018/2019, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 2019/011;
- 1.2. CONSIDERANDO que o quantitativo previsto na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº 2019/011 mostra-se insuficiente, ensejando a necessidade de acréscimo de quantidades, conforme se verá a seguir, para atendimento das necessidades do CIMVI;
- 1.3. CONSIDERANDO que o art. 12, § 1º da Resolução CIMVI nº 166 de 06/09/2019, a qual regulamenta o Sistema de Registro de Preços – SRP para contratação de serviços e aquisição de bens no âmbito do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, estabelece que é permitido efetuar acréscimos na ata de registro de preços, observando-se a regulamentação de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 1.3. É celebrado o presente termo aditivo à ata de registro de preços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

- 2.1. Nos termos do art.65, §1º, da Lei Federal n.8.666/93, o qual menciona que o “contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato” c/c o art. 12, § 1º da Resolução CIMVI nº 166 de 06/09/2019; é celebrado o presente termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS

- 3.1. Diante do contido nas cláusulas anteriores, as partes, de comum acordo, resolvem ACRESCER à Ata de Registro de Preços nº 2019/011 a seguinte quantidade:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço (R\$)	
				Unitário	Total
4	270	ton	Brita Corrida	33,00	8.910,00

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A FORNECEDORA declara que as alterações feitas por este termo aditivo não implicam em quebra do equilíbrio econômico financeiro contratual originário, assumindo o dever de cumprir fielmente com todas as obrigações pactuadas na ata originária, neste termo aditivo, no

Pregão Presencial e demais disposições aplicáveis. Não haverá qualquer direito a indenização de quaisquer das partes em razão do pactuado no presente instrumento, renunciando a FORNECEDORA a todo e qualquer direito material ou de ação.

CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem em vigor as demais disposições.

5.2. O presente instrumento será publicado na forma regulamentar.

5.3. As despesas provenientes do objeto contratual correrão à conta do Orçamento-Programa Anual do CONTRATANTE.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Timbó, 29 de Junho de 2020.

CONTRATANTE

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

Diretor Executivo: Fernando Tomaselli

FORNECEDORA

OURO PRETO MINERAÇÃO LTDA

Representante legal: Lucianne Eichstaedt

RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA XAVIER ARAUJO

Advogado - OAB/SC 17.721

CINCATARINA

1_DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0011_2020 - PRODIET

Publicação Nº 2543286

DECISÃO 0001

EDITAL Nº 0011/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 9207/2020-e

CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa PRODIET NUTRIÇÃO CLÍNICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua General Potiguara, Nº 1428, Bairro Novo Mundo, na cidade de Curitiba - PR, CEP: 81.050-500, inscrita no CNPJ sob o nº 08.183.359/0001-53, conforme bens a pré-qualificar constantes do Edital Nº 0011/2020, Processo Administrativo Eletrônico Nº 9207/2020-e, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA/MODELO	CÓDIGO DE APROVAÇÃO ATUALIZAÇÃO
5	1400-12905	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA LÍQUIDA COM PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12905)	PRODIET - TROPHIC SOYA	12905-1
6	1400-12906	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA PARA CONTROLE GLICÊMICO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12906)	PRODIET - DIAMAX	12906-1
15	1400-12896	ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA NORMOCALÓRICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12896)	PRODIET - TROPHIC INFANT	12896-1
17	1400-12903	COMPLEMENTO NUTRICIONAL PARA ADULTOS COM VITAMINAS E MINERAIS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12903)	PRODIET - SUSTENLAC	12903-1
23	1400-12908	ESPESSANTE E GELIFICANTE PARA ALIMENTOS. NÃO ALTERA COR, SABOR E CHEIRO DOS ALIMENTOS QUENTES OU FRIOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12908)	PRODIET - INSTANTH CLEAR	12908-1

44	1400-12923	SUPLEMENTO ALIMENTAR 100% DE MALTODEXTRINA E ISENTO DE SACAROSE. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12923)	PRODIET - CARBOCH	12923-1
----	------------	---	-------------------	---------

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos e fichas técnicas e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos dos bens, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA/MODELO
1	1400-12941	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO COM FÓRMULA NORMOCALÓRICA, HIPOSSÓDICA E SEM SACAROSE. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12941)	TROPHIC BASIC PÓ
7	1400-12895	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO INFANTIL DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA HIPERCALÓRICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12895)	TROPHIC INFANT PÓ
13	1400-12899	ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA COM PROTEÍNA HIDROLISADA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12899)	PEPTIMAX
14	1400-12900	ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA HIPERPROTEICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12900)	IMMAX
24	1400-12929	ESPESSANTE E GELIFICANTE PARA ALIMENTOS. NÃO ALTERA COR, SABOR E CHEIRO DOS ALIMENTOS QUENTES OU FRIOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12929)	INSTANTH CLEAR

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos e fichas técnicas e demais documentos, porém, não atenderam todas as especificações básicas e requisitos mínimos dos bens e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

ITEM	MOTIVO DA REPROVAÇÃO
1	A amostra apresentada não contém em sua composição óleo de coco, fonte de TCM (triglicerídeos de cadeia média).
7	A amostra apresentada não possui como fonte proteica 100% caseína.
13	A amostra apresentada possui densidade calórica hiperproteica e adição de glutamina não atendendo o descritivo.
14	A amostra tem a apresentação em embalagem de 350g sendo que no descritivo a apresentação deve ser de no mínimo 370g. A fonte lipídica e de fibras não atendem também o descritivo.
24	A amostra apresentada não está na apresentação de sachês.

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atenderem as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA", contendo a marca/modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Quanto aos bens submetidos à avaliação e que foram reprovados em conformidade com o item 3.7 do Edital de Chamada Pública, poderão ser submetidos à nova análise e avaliação.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, através do e-mail: licitacoes@cincatarina.sc.gov.br ou mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações da Sede ou da Central Executiva do CINCATARINA.

Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,
Fraiburgo, 29 de junho de 2020.

2_DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0011_2020 - NUTRICLIN

Publicação Nº 2543287

DECISÃO 0002
EDITAL Nº 0011/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 9207/2020-e
CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Fagundes Varela, Nº 962, Bairro Jardim Social, na cidade de Curitiba - PR, CEP: 82.520-040, inscrita no CNPJ sob o nº 26.554.718/001-13, conforme bens a pré-qualificar constantes do Edital Nº 0011/2020, Processo

Administrativo Eletrônico Nº 9207/2020-e, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA/MODELO	CÓDIGO DE APROVAÇÃO ATUALIZAÇÃO
2	1400-12893	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12893)	ABBOTT - ENSURE	12893-1
4	1400-12904	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA COM PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12904)	VITAFOR - ENTERAL COMP	12904-1
22	1400-12907	ESPESSANTE ALIMENTAR INSTANTÂNEO A BASE DE AMIDO DE MILHO MODIFICADO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12907)	VITAFOR - ESPEFOR	12907-1
23	1400-12908	ESPESSANTE E GELIFICANTE PARA ALIMENTOS. NÃO ALTERA COR, SABOR E CHEIRO DOS ALIMENTOS QUENTES OU FRIOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12908)	BLISFARMA - CLEAR THICKNESS	12908-2
40	1400-12920	FÓRMULA PRONTA PARA CONSUMO, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, HIPERCALÓRICA E HIPERPROTEICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12920)	ABBOTT - ENSURE PLUS ADVANCE	12920-1
43	1400-12928	SUPLEMENTO ALIMENTAR 100% DE GLUTAMINA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12928)	VITAFOR - GLUTAMAX	12928-1
44	1400-12923	SUPLEMENTO ALIMENTAR 100% DE MALTODEXTRINA E ISENTO DE SACAROSE. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12923)	VITAFOR - CARBOFOR	12923-2
45	1400-12921	SUPLEMENTO ALIMENTAR À BASE DE FIBRAS SOLÚVEIS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12921)	VITAFOR - FOSVITA	12921-1
47	1400-12942	SUPLEMENTO ALIMENTAR À BASE DE PROBIÓTICOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12942)	VITAFOR - SIMFORT	12942-1
48	1400-12927	SUPLEMENTO ALIMENTAR À BASE DE TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA (TCM). ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12927)	VITAFOR - MCT	12927-1
49	1400-12922	SUPLEMENTO ALIMENTAR DE PROTEÍNA DE ALTO VALOR BIOLÓGICO 100% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12922)	VITAFOR - WHEY PROTEIN ISOLATE	12922-1
50	1400-12925	SUPLEMENTO ALIMENTAR DESTINADO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA NORMOCALÓRICA COM CARBOIDRATOS DE LENTA ABSORÇÃO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12925)	ABBOTT - GLUCERNA PÓ	12925-1

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, fichas técnicas, amostras físicas e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos dos bens, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA/MODELO
6	1400-12906	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA PARA CONTROLE GLICÊMICO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12906)	GLUCERNA RTH ABBOTT
8	1400-12940	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO INFANTIL, COM FÓRMULA CONTENDO BAIXOS NÍVEIS DE LACTOSE. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12940)	PEDIASURE ABBOTT
11	1400-12898	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS DESTINADO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA HIPERCALÓRICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12898)	JEVITY HICAL

11	1400-12898	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS DESTINADO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA HIPERCALÓRICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12898)	GLUCERNA RTH ABBOTT
----	------------	---	---------------------

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, fichas técnicas, amostras físicas e demais documentos, porém, não atenderam todas as especificações básicas e requisitos mínimos dos bens e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

ITEM	MOTIVO DA REPROVAÇÃO
6	A amostra não apresenta fonte de carboidrato de acordo com descritivo, não possui 15g de fibras/litro e não está na apresentação de embalagem tetra square conforme descritivo.
8	A amostra apresentada não contém maltodextrina como fonte de carboidratos como pede o descritivo.
11	A amostra não possui densidade calórica hipercalórica e hiperproteica, não contém somente maltodextrina como fonte de carboidratos e a embalagem não está em tetra square.
11	A amostra não apresenta densidade calórica hipercalórica (1.5 kcal/ml) e hiperproteica, fontes de carboidrato e fibras diferentes do descritivo e embalagem não está em tetra square.

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atenderem as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA", contendo a marca/modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Quanto aos bens submetidos à avaliação e que foram reprovados em conformidade com o item 3.7 do Edital de Chamada Pública, poderão ser submetidos à nova análise e avaliação.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, através do e-mail: licitacoes@cincatarina.sc.gov.br ou mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações da Sede ou da Central Executiva do CINCATARINA.

Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,
Fraiburgo, 29 de junho de 2020.

3_DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0011_2020 - NUTRIPORT

Publicação Nº 2543288

DECISÃO 0003
EDITAL Nº 0011/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 9207/2020-e
CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Fagundes Varela, Nº 962, Bairro Jardim Social, na cidade de Curitiba - PR, CEP: 82.520-040, inscrita no CNPJ sob o nº 26.554.718/001-13, conforme bens a pré-qualificar constantes do Edital Nº 0011/2020, Processo Administrativo Eletrônico Nº 9207/2020-e, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA/MODELO	CÓDIGO DE APROVAÇÃO ATUALIZAÇÃO
3	1400-12894	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA COM PROTEÍNA DE SOJA E FIBRAS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12894)	NUTRIMED - NUTRI ENTERAL SOYA FIBER	12894-1
4	1400-12904	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA COM PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12904)	NUTRIMED - NUTRI ENTERAL SOYA PÓ	12904-2
5	1400-12905	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA LÍQUIDA COM PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12905)	NUTRIMED - NUTRI ENTERAL SOYA	12905-1

7	1400-12895	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO INFANTIL DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA HIPERCALÓRICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12895)	DANONE - FORTINI	12895-1
9	1400-12931	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO INFANTIL, HIPERCALÓRICO, SEM SACAROSE, COM ADIÇÃO DE ÁCIDOS GRAXOS E PREBIÓTICOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12931)	DANONE - INFATRINI	12931-1
10	1400-12938	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO INFANTIL, INDICADO PARA CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS. FÓRMULA ELEMENTAR. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12938)	DANONE - NEO ADVANCE	12938-1
15	1400-12896	ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA NORMOCALÓRICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12896)	DANONE - FORTINI	12896-2
16	1400-12901	COMPLEMENTO NUTRICIONAL COM VITAMINAS E MINERAIS PARA CRIANÇAS À PARTIR DE 4 ANOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12901)	DANONE - SUSTAIN JUNIOR	12901-1
17	1400-12903	COMPLEMENTO NUTRICIONAL PARA ADULTOS COM VITAMINAS E MINERAIS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12903)	DANONE - SUSTAIN ENERGY	12903-2
19	1400-12939	COMPOSTO LÁCTEO COM ÓLEOS VEGETAIS E A BASE DE SOJA. ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS. PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 1 ANO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12939)	DANONE - MILNUTRI SOJA	12939-1
20	1400-12936	COMPOSTO LÁCTEO COM ÓLEOS VEGETAIS E PREBIÓTICOS. ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS. PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 1 ANO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12936)	DANONE - MILNUTRI PREMIUM	12936-1
21	1400-12937	COMPOSTO LÁCTEO COM ÓLEOS VEGETAIS E PREBIÓTICOS. ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS. PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 2 ANOS OU MAIS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12937)	DANONE - MILNUTRI PREMIUM	12937-1
22	1400-12907	ESPESSANTE ALIMENTAR INSTANTÂNEO A BASE DE AMIDO DE MILHO MODIFICADO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12907)	DANONE - NUTILIS	12907-2
23	1400-12908	ESPESSANTE E GELIFICANTE PARA ALIMENTOS. NÃO ALTERA COR, SABOR E CHEIRO DOS ALIMENTOS QUENTES OU FRIOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12908)	DANONE - NUTILIS CLEAR	12908-3
25	1400-12933	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES A PARTIR DE 6 MESES. FÓRMULA COM ADIÇÃO DE PREBIÓTICOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12933)	DANONE - APTAMIL PREMIUM 2	12933-1
27	1400-12917	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES A PARTIR DOS 6 MESES DE VIDA. FÓRMULA: COM ADIÇÃO DE ÁCIDOS GRAXOS E PREBIÓTICOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12917)	DANONE - APTAMIL PREMIUM 2	12917-1
28	1400-12934	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES. FÓRMULA COM CASEINA, MALTODEXTRINA E PREBIÓTICOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12934)	DANONE - APTAMIL PREMIUM 2	12934-1
29	1400-12916	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES. FÓRMULA: À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA E MALTODEXTRINA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12916)	DANONE - APTAMIL SOJA 2	129316-1
30	1400-12918	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA NASCIDOS PRÉ-TERMO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12918)	DANONE - APTAMIL PROEXPERT	12918-1

31	1400-12911	FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES. FÓRMULA À BASE DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE PARCIALMENTE HIDROLISADA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12911)	DANONE - APTAMIL HÁ	12911-1
32	1400-12910	FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA PARA LACTENTES DE 0 A 3 ANOS. FÓRMULA 100% PROTEÍNA DO SORO DO LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12910)	DANONE - APTAMIL PEPTI	12910-1
33	1400-12909	FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS. FÓRMULA 100% DE AMINOÁCIDOS LIVRES. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12909)	DANONE - NEOCATE LCP	12909-1
34	1400-12912	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES COM NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS. FÓRMULA DE ANTI-REGURGITAÇÃO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12912)	DANONE- APTAMIL AR	12912-1
35	1400-12913	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES. FÓRMULA SEM LACTOSE. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12913)	DANONE - APTAMIL SL	12913-1
36	1400-12935	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES. FÓRMULA COM CASEÍNA, MALTODEXTRINA E PREBIÓTICOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12935)	DANONE - APTAMIL PRE-MIUM 1	12935-1
37	1400-12915	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES. FÓRMULA COM PREBIÓTICOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12915)	DANONE- APTAMIL PREMIUM 1	12915-1
38	1400-12914	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES. FÓRMULA: À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA E MALTODEXTRINA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12914)	DANONE - APTAMIL SOJA 1	12914-1
39	1400-12919	FÓRMULA INFANTIL SEMIELEMENTAR E HIPOALERGÊNICA PARA LACTENTES DE 0 A 3 ANOS. FÓRMULA COM PROTEÍNA DO SORO DO LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12919)	DANONE - PREGOMIN PEPTI	12919-1
40	1400-12920	FÓRMULA PRONTA PARA CONSUMO, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, HIPERCALÓRICA E HIPERPROTEICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12920)	DANONE - NUTRIDRINK PROTEIN 200 ML	12920-2
41	1400-12924	FÓRMULA PRONTA PARA CONSUMO, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, HIPERPROTEICA COM ADIÇÃO DE AGININA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12924)	DANONE - CUBITAN	12924-1
43	1400-12928	SUPLEMENTO ALIMENTAR 100% DE GLUTAMINA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12928)	NUTRIMED - NUTRI GLUTAMINE	12928-2
44	1400-12923	SUPLEMENTO ALIMENTAR 100% DE MALTODEXTRINA E ISENTO DE SACAROSE. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12923)	NUTRIMED - NUTRI DEXTRIN	12923-3
47	1400-12942	SUPLEMENTO ALIMENTAR À BASE DE PROBIÓTICOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12942)	INVICTUS FARMANUTRIÇÃO - PROBIATOP	12942-2
49	1400-12922	SUPLEMENTO ALIMENTAR DE PROTEÍNA DE ALTO VALOR BIOLÓGICO 100% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12922)	NUTRIMED - NUTRI HWHEY	12922-2

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, fichas técnicas e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos dos bens, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA/MODELO
1	1400-12941	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO COM FÓRMULA NORMOCALÓRICA, HIPOSSÓDICA E SEM SACAROSE. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12941)	NUTRI ENTERAL SOYA PÓ
2	1400-12893	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12893)	NUTRIDRINK PROTEIN
6	1400-12906	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA PARA CONTROLE GLICÊMICO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12906)	NUTRISON ADV DIASON
6	1400-12906	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA PARA CONTROLE GLICÊMICO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12906)	NUTRI DIABETIC
7	1400-12894	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO INFANTIL DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA HIPERCALÓRICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12895)	MILNUTRI COMPLETE
8	1400-12940	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO INFANTIL, COM FÓRMULA CONTENDO BAIXOS NÍVEIS DE LACTOSE. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12940)	FORTINI
8	1400-12940	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO INFANTIL, COM FÓRMULA CONTENDO BAIXOS NÍVEIS DE LACTOSE. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12940)	MILNUTRI
11	1400-12898	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS DESTINADO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA HIPERCALÓRICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12898)	NUTRISON ENERGY MULTI FIBER
11	1400-12898	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS DESTINADO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA HIPERCALÓRICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12898)	NUTRI FIBER 1.5
12	1400-12897	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS DESTINADO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA HIPERPROTEICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12897)	CUBITAN
14	1400-12900	ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA HIPERPROTEICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12900)	NUTRIDRINK PROTEIN
18	1400-12902	COMPLEMENTO NUTRICIONAL PARA ADULTOS COM VITAMINAS, MINERAIS E ADIÇÃO DE FIBRAS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12902)	NUTRIDRINK PROTEIN
31	1400-12911	FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES. FÓRMULA À BASE DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE PARCIALMENTE HIDROLISADA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12911)	APTAMIL ACTIVE
45	1400-12921	SUPLEMENTO ALIMENTAR À BASE DE FIBRAS SOLÚVEIS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12921)	STIMULANCE
46	1400-12930	SUPLEMENTO ALIMENTAR À BASE DE PREBIÓTICOS E PROBIÓTICOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12930)	SIMBIOFLORA
50	1400-12925	SUPLEMENTO ALIMENTAR DESTINADO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA NORMOCALÓRICA COM CARBOIDRATOS DE LENTA ABSORÇÃO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12925)	DIANUTRI

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, fichas técnicas e demais documentos, porém, não atenderam todas as especificações básicas e requisitos mínimos dos bens e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

ITEM	MOTIVO DA REPROVAÇÃO
1	A amostra apresentada tem como fonte de carboidrato xarope de milho não atendendo o descritivo 100% maltodextrina.
2	A amostra apresentada tem formulação hiperproteica sendo que no descritivo solicitamos normoproteica.
6	A amostra não possui fonte proteica de caseinato não atendendo o descritivo em sua integridade.
6	A amostra não apresenta proteína isolada de soja na sua composição.
7	A amostra apresentada não tem fonte proteica 100% proveniente de caseinato.
8	A amostra apresentada não contém fontes proteicas do soro do leite e proteína isolada de soja.
8	A amostra apresentada não contém fonte proteica de proteína isolada de soja, ARA (ácido araquidônico) e não contém probióticos.

11	A amostra não contém fontes proteicas 100% de caseinato.
11	A amostra apresentada não tem formulação hiperproteica e as fontes de proteínas não atendem o descritivo.
12	A amostra possui densidade calórica acima do descritivo e possui sacarose na sua composição.
14	A amostra não atende o descritivo na apresentação da embalagem que possui 350g, não contém como fonte de proteína soro do leite isolado, no sabor baunilha com sacarose.
18	A amostra não atende o descritivo na apresentação da embalagem que possui 350g, não contém como fonte de proteína soro do leite isolado, no sabor baunilha com sacarose.
31	A amostra apresentada contém amido pré-gelatinizado e maltodextrina como maior fonte de carboidrato.
45	A amostra apresentada possui embalagem de 225g não atendendo o descritivo, e não é composta somente por FOS (frutooligosacarídeos).
46	A amostra apresentada não possui os prebióticos e probióticos que atendem o descritivo.
50	A amostra apresentada não possui como fonte de proteínas de soja, fonte de fibras de aveia, soja e maltitol.

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atenderem as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA", contendo a marca/modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Quanto aos bens submetidos à avaliação e que foram reprovados em conformidade com o item 3.7 do Edital de Chamada Pública, poderão ser submetidos à nova análise e avaliação.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, através do e-mail: licitacoes@cincatarina.sc.gov.br ou mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações da Sede ou da Central Executiva do CINCATARINA.

Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,
Fraiburgo, 29 de junho de 2020.

4_DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0011_2020 - SULMEDIC

Publicação Nº 2543289

DECISÃO 0004
EDITAL Nº 0011/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 9207/2020-e
CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Santos Dumont, Nº 1355, Bairro Santo Antônio, na cidade de Joinville - SC, CEP: 89.218-105, inscrita no CNPJ sob o nº 09.944.371/0001-04, conforme bens a pré-qualificar constantes do Edital Nº 0011/2020, Processo Administrativo Eletrônico Nº 9207/2020-e, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA/MODELO	CÓDIGO DE APROVAÇÃO ATUALIZAÇÃO
2	1400-12893	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12893)	NESTLÉ - NUTREN 1.0	12893-2
3	1400-12894	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA COM PROTEÍNA DE SOJA E FIBRAS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12894)	NESTLÉ - ISOSOURCE SOYA FIBER	12894-2
5	1400-12905	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA LÍQUIDA COM PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12905)	NESTLÉ - ISOSOURCE SOYA	12905-2
6	1400-12906	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA PARA CONTROLE GLICÊMICO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12906)	NESTLÉ - NOVASOURCE GC	12906-2

11	1400-12898	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS DESTINADO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA HIPERCALÓRICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12898)	NESTLÉ - NOVASOURCE GI CONTROL	12898-1
12	1400-12897	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS DESTINADO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA HIPERPROTEICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12897)	NESTLÉ - IMPACT	12897-1
13	1400-12899	ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA COM PROTEÍNA HIDROLISADA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12899)	NESTLÉ - PEPTAMEN JUNIOR PÓ	12899-1
14	1400-12900	ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA HIPERPROTEICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12900)	NESTLÉ - NUTREN SENIOR	12900-1
15	1400-12896	ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA NORMOCALÓRICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12896)	NESTLÉ - NUTREN JUNIOR PÓ	12896-3
16	1400-12901	COMPLEMENTO NUTRICIONAL COM VITAMINAS E MINERAIS PARA CRIANÇAS À PARTIR DE 4 ANOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12901)	NESTLÉ - NUTREN KIDS	12901-2
18	1400-12902	COMPLEMENTO NUTRICIONAL PARA ADULTOS COM VITAMINAS, MINERAIS E ADIÇÃO DE FIBRAS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12902)	NESTLÉ - NUTREN ACTIVE	12902-1
19	1400-12939	COMPOSTO LÁCTEO COM ÓLEOS VEGETAIS E A BASE DE SOJA. ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS. PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 1 ANO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12939)	NESTLÉ - NAN SOJA	12939-2
20	1400-12936	COMPOSTO LÁCTEO COM ÓLEOS VEGETAIS E PREBIÓTICOS. ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS. PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 1 ANO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12936)	NESTLÉ - NESTONUTRI	12936-2
21	1400-12937	COMPOSTO LÁCTEO COM ÓLEOS VEGETAIS E PREBIÓTICOS. ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS. PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 2 ANOS OU MAIS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12937)	NESTLÉ - NINHO FASES 3+	12937-2
23	1400-12908	ESPESSANTE E GELIFICANTE PARA ALIMENTOS. NÃO ALTERA COR, SABOR E CHEIRO DOS ALIMENTOS QUENTES OU FRIOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12908)	NESTLÉ - THICKEN UP CLEAR	12908-4
24	1400-12929	ESPESSANTE E GELIFICANTE PARA ALIMENTOS. NÃO ALTERA COR, SABOR E CHEIRO DOS ALIMENTOS QUENTES OU FRIOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12929)	NESTLÉ - THICKEN UP CLEAR SACHÊ	12929-1
25	1400-12933	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES A PARTIR DE 6 MESES. FÓRMULA COM ADIÇÃO DE PREBIÓTICOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12933)	NESTLÉ - NAN COMFOR 2	12933-2
26	1400-12932	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES A PARTIR DOS 10 MESES DE VIDA. FÓRMULA: COM ADIÇÃO DE ÁCIDOS GRAXOS E PREBIÓTICOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12932)	NESTLÉ - NAN COMFOR 3	12932-2
28	1400-12934	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES. FÓRMULA COM CASEÍNA, MALTODEXTRINA E PREBIÓTICOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12934)	NESTLÉ - NESTOGENO 2	12934-2

29	1400-12916	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES. FÓRMULA: À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA E MALTODEXTRINA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12916)	NESTLÉ - NAN SOJA	12916-2
30	1400-12918	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA NASCIDOS PRÉ-TERMO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12918)	NESTLÉ - PRE NAN	12918-2
31	1400-12911	FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES. FÓRMULA À BASE DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE PARCIALMENTE HIDROLISADA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12911)	NESTLÉ - NAN HÁ	12911-2
32	1400-12910	FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA PARA LACTENTES DE 0 A 3 ANOS. FÓRMULA 100% PROTEÍNA DO SORO DO LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12910)	NESTLÉ - ALTHERA	12910-2
33	1400-12909	FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS. FÓRMULA 100% DE AMINOÁCIDOS LIVRES. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12909)	NESTLÉ - ALFAMINO	12909-2
34	1400-12912	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES COM NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS. FÓRMULA DE ANTI-REGURGITAÇÃO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12912)	NESTLÉ - NAN ESPESSAR	12912-2
36	1400-12935	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES. FÓRMULA COM CASEÍNA, MALTODEXTRINA E PREBIÓTICOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12935)	NESTLÉ - NESTOGENO 1	12935-2
37	1400-12915	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES. FÓRMULA COM PREBIÓTICOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12915)	NESTLÉ - NAN COMFOR 1	12915-2
38	1400-12914	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES. FÓRMULA: À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA E MALTODEXTRINA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12914)	NESTLÉ - NAN SOJA	12914-2
39	1400-12919	FÓRMULA INFANTIL SEMIELEMENTAR E HIPOALERGÊNICA PARA LACTENTES DE 0 A 3 ANOS. FÓRMULA COM PROTEÍNA DO SORO DO LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12919)	NESTLÉ - ALFARÉ	12919-2
43	1400-12928	SUPLEMENTO ALIMENTAR 100% DE GLUTAMINA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12928)	NESTLÉ - RESOURCE GLUTAMINA	12928-3
46	1400-12930	SUPLEMENTO ALIMENTAR À BASE DE PREBIÓTICOS E PROBIÓTICOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12930)	NESTLÉ - FIBER MAIS FLORA	12930-1
49	1400-12922	SUPLEMENTO ALIMENTAR DE PROTEÍNA DE ALTO VALOR BIOLÓGICO 100% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12922)	NESTLÉ - NUTREN JUST PROTEIN	12922-3

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, fichas técnicas e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos dos bens, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA/MODELO
7	1400-12895	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO INFANTIL DESTINADO PARA A ALIMENTAÇÃO ENTERAL OU ORAL. FÓRMULA HIPERCALÓRICA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12895)	NUTREN JUNIOR PÓ
35	1400-12913	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES. FÓRMULA SEM LACTOSE. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12913)	NAN SL

41	1400-12924	FÓRMULA PRONTA PARA CONSUMO, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, HIPERPROTEICA COM ADIÇÃO DE AGININA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12924)	NOVASOURCE PROLINE
45	1400-12921	SUPLEMENTO ALIMENTAR À BASE DE FIBRAS SOLÚVEIS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12921)	FIBER MAIS

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, fichas técnicas e demais documentos, porém, não atenderam todas as especificações básicas e requisitos mínimos dos bens e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

ITEM	MOTIVO DA REPROVAÇÃO
7	A amostra apresentada contém fonte de proteína soro de leite não atendendo o descritivo que pede 100% caseinato.
35	A amostra apresentada não contém caseína como seu maior componente proteico, não atendendo o descritivo.
41	A amostra apresentada não contém sacarose na sua composição.
45	A amostra não apresenta FOS (frutooligossacarídeos) na sua composição.

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atenderem as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA", contendo a marca/modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Quanto aos bens submetidos à avaliação e que foram reprovados em conformidade com o item 3.7 do Edital de Chamada Pública, poderão ser submetidos à nova análise e avaliação.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, através do e-mail: licitacoes@cincatarina.sc.gov.br ou mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações da Sede ou da Central Executiva do CINCATARINA.

Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,
Fraiburgo, 25 de junho de 2020.

AT20CIN21625-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2544480

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21625
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE
FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME
PAL: 001036/2020 - CINCATARINA
EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO
VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/05/2021
OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
DATA DA ATA: 29/06/2020
Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21626-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-AG KIENEN & CIA LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2544481

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21626
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS
FORNECEDOR: AG KIENEN & CIA LTDA
PAL: 001036/2020 - CINCATARINA
EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO
VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21627-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2544482

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21627

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21628-MAREMA-AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA E-PAL0010362020

Publicação Nº 2544483

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21628

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA

FORNECEDOR: AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MAREMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21629-MAREMA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2544484

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21629

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MAREMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020
Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21630-MAREMA-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2544485

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21630
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA
FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
PAL: 001036/2020 - CINCATARINA
EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO
VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/05/2021
OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MAREMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
DATA DA ATA: 29/06/2020
Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21631-MAREMA-LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS -PAL0010362020

Publicação Nº 2544486

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21631
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA
FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA
PAL: 001036/2020 - CINCATARINA
EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO
VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/05/2021
OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MAREMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
DATA DA ATA: 29/06/2020
Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21632-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2544487

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21632
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS
FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME
PAL: 001036/2020 - CINCATARINA
EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO
VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/05/2021
OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
DATA DA ATA: 29/06/2020
Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21633-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2544488

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21633

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21634-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2544489

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21634

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21635-HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0010362020

Publicação Nº 2544490

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21635

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21636-HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2544491

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21636

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21637-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2544492

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21637

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21638-MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2544493

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21638

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21639-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2544494

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21639

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21640-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL0025392020

Publicação Nº 2544505

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21640

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21641-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL0025392020

Publicação Nº 2544506

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21641

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21642-MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0025392020

Publicação Nº 2544507

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21642

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21643-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL0025392020

Publicação Nº 2544508

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21643

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21644-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL0025392020

Publicação Nº 2544509

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21644

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21645-SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HE-IMPACTA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI-PAL0040002020

Publicação Nº 2544511

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21645

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HERVAL DOESTE E LUZERNA

FORNECEDOR: IMPACTA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HERVAL DOESTE E LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21646-MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO-BMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP-PAL0040002020

Publicação Nº 2544512

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21646

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

FORNECEDOR: BMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21647-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2544513

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21647

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21648-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2544514

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21648

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21649-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0040002020

Publicação Nº 2544515

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21649

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21650-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2544516

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21650

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21651-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2544517

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21651

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21652-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2544518

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21652

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21653-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2544519

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21653

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21654-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2544520

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21654

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21655-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2544521

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21655

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21656-LAGES-SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR EPP-PAL0040002020

Publicação Nº 2544522

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21656

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAGES

FORNECEDOR: SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR EPP

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21657-LAGES-ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2544523

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21657

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAGES

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21658-LAGES-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2544524

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21658

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAGES

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21659-LAGES-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0040002020

Publicação Nº 2544525

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21659

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAGES

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21660-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0040002020

Publicação Nº 2544526

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21660

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21661-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2544527

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21661

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21662-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-SANEVITA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS MÉ-PAL0040002020

Publicação Nº 2544528

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21662

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: SANEVITA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21663-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2544529

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21663

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21664-MUNICÍPIO DE XAXIM-ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2544530

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21664

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE XAXIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21665-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2544531

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21665

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21666-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0040002020

Publicação Nº 2544532

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21666

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21667-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2544533

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21667

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21668-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0040002020

Publicação Nº 2544534

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21668

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21669-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS EIRELI-PAL0040002020

Publicação Nº 2544535

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21669

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21670-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2544536

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21670

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21671-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2544537

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21671

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21672-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-MEDPOA COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2544538

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21672

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: MEDPOA COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21673-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-SANIMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-PAL0040002020

Publicação Nº 2544539

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21673

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: SANIMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21674-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2544540

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21674

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21675-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-STOCK MED PRDUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2544541

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21675

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: STOCK MED PRDUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21676-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0040002020

Publicação Nº 2544542

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21676

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21677-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2544543

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21677

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21678-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2544544

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21678

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21679-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2544545

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21679

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21680-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2544546

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21680

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21681-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-SANIMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-PAL0040002020

Publicação Nº 2544547

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21681

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: SANIMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21682-DONA EMMA-R.K. KASCZUK & CIA LTDA - ME-PAL0049222020

Publicação Nº 2544572

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21682

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: R.K. KASCZUK & CIA LTDA - ME

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21683-DONA EMMA-MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-PAL0049222020

Publicação Nº 2544573

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21683

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21684-MUNICÍPIO DE XAXIM-DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI-PAL0049222020

Publicação Nº 2544574

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21684

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

FORNECEDOR: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE XAXIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21685-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0000842019

Publicação Nº 2544456

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21685

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21686-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-ELMO PAPELARIA LTDA ME-PAL0000842019

Publicação Nº 2544457

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21686

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: ELMO PAPELARIA LTDA ME

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21687-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0000842019

Publicação Nº 2544458

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21687

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21688-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-RSUL EIRELI EPP -PAL0000842019

Publicação Nº 2544459

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21688

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21689-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0000842019

Publicação Nº 2544460

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21689

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21690-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0000842019

Publicação Nº 2544461

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21690

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21691-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-ELMO PAPELARIA LTDA ME-PAL0000842019

Publicação Nº 2544462

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21691

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: ELMO PAPELARIA LTDA ME

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21692-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0000842019

Publicação Nº 2544463

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21692

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21693-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-PAL0000842019

Publicação Nº 2544464

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21693

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21694-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-RSUL EIRELI EPP -PAL0000842019

Publicação Nº 2544465

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21694

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21695-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0000842019

Publicação Nº 2544466

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21695

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21696-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-ELMO PAPELARIA LTDA ME-PAL0000842019

Publicação Nº 2544467

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21696

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: ELMO PAPELARIA LTDA ME

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21697-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0000842019

Publicação Nº 2544468

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21697

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21698-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-CARLOS ENRIQUE LUSSANI-PAL0000842019

Publicação Nº 2544469

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21698

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21699-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-ELMO PAPELARIA LTDA ME-PAL0000842019

Publicação Nº 2544470

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21699

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: ELMO PAPELARIA LTDA ME

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21700-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0000842019

Publicação Nº 2544471

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21700

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21701-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-N. T. LUIZE EPP-PAL0000842019

Publicação Nº 2544472

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21701

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: N. T. LUIZE EPP

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21702-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-RSUL EIRELI EPP -PAL0000842019

Publicação Nº 2544473

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21702

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21703-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-SIMONE KACIANO DE ARAUJO-PAL0000842019

Publicação Nº 2544474

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21703

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: SIMONE KACIANO DE ARAUJO

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21704-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0000842019

Publicação Nº 2544475

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21704

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ESCOLARES, DIDÁTICOS, DE ARTESANATO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21705-MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LT-PAL0000352019

Publicação Nº 2544579

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21705

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA EPP

PAL: 000035/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0027/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21706-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ -L.A. CN INFORMÁTICA LTDA -PAL0000352019

Publicação Nº 2544577

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21706

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ

FORNECEDOR: L.A. CN INFORMÁTICA LTDA

PAL: 000035/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0027/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21707-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ -MARIA CONSUELO SOARES DA MATA - ME-PAL0000352019

Publicação Nº 2544428

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21707

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ

FORNECEDOR: MARIA CONSUELO SOARES DA MATA - ME

PAL: 000035/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0027/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21708-MUNICÍPIO DE JABORÁ-L.A. CN INFORMÁTICA LTDA -PAL0000352019

Publicação Nº 2544429

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21708

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JABORÁ

FORNECEDOR: L.A. CN INFORMÁTICA LTDA

PAL: 000035/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0027/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21709-MUNICÍPIO DE ORLEANS-FAMAHA COMÉRCIO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA LTDA-PAL0000832019

Publicação Nº 2544452

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21709

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ORLEANS

FORNECEDOR: FAMAHA COMÉRCIO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA LTDA

PAL: 000083/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0068/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ORLEANS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21710-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0000832019

Publicação Nº 2544453

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21710

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 000083/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0068/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/12/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21711-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP -PAL0000562019

Publicação Nº 2544446

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21711

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

PAL: 000056/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0044/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS PARA ESCRITÓRIO E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21712-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP -PAL0000562019

Publicação Nº 2544447

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21712

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

PAL: 000056/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0044/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 31/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS PARA ESCRITÓRIO E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21713-MUNICÍPIO DE IBICARÉ-LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-PAL0000232019

Publicação Nº 2544578

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21713

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

PAL: 000023/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/07/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBICARÉ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21714-MUNICÍPIO DE IBICARÉ-DIMERIOS COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA - E-PAL0000232019

Publicação Nº 2544427

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21714

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: DIMERIOS COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA - EPP

PAL: 000023/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/07/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBICARÉ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21715-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-HOSPI BIO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITAL-PAL0000332019

Publicação Nº 2544477

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21715

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: HOSPI BIO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALARES EIRELI EPP

PAL: 000033/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0025/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 30/07/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E DE FISIOTERAPIA, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21716-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-INSTRAMED INDUSTRIA MEDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0000332019

Publicação Nº 2544580

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21716

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: INSTRAMED INDUSTRIA MEDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000033/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0025/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 30/07/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E DE FISIOTERAPIA, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21717-MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS-NUTRIPORT COMERCIAL LTDA-PAL0000412019

Publicação Nº 2544430

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21717

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

FORNECEDOR: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

PAL: 000041/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0032/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LEITES E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21718-MAREMA-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0000412019

Publicação Nº 2544431

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21718

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 000041/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0032/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LEITES E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MAREMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN21719-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-NUTRIMIL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA-PAL0000702019

Publicação Nº 2544448

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN21719

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: NUTRIMIL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

PAL: 000070/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0056/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2020 a 15/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LEITES E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AVISO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 0024

Publicação Nº 2544105

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0024/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO "e-PAL" 10945/2020-e

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Contratação de empresa especializada no gerenciamento do fornecimento de Combustíveis, Aditivos, Lubrificantes, Filtros de Óleo e Arruelas de Vedação do "Bujão" do Carter, com o uso de cartão magnético, através do REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, para uso nos veículos automotores e equipamentos dos Entes da Federação Consorciados ou Referendados ao CINCATARINA, seus órgãos e entidades, em uma ampla rede credenciada de postos de combustíveis, na condição de Órgãos Participantes desta Licitação de acordo com os quantitativos estimados no ANEXO VI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços e conforme especificações constantes do Termo de Referência que compõe o ANEXO I, parte integrante do presente Edital. VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2020 a 31 de julho de 2021. JULGAMENTO: Menor preço Global por ITEM (Menor Taxa de Administração). RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 30/06/2020 até às 09:00 horas do dia 15/07/2020. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 15/07/2020. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 15/07/2020. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Sede do CINCATARINA, localizado na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Fone (48) 3380-1620. Site: www.cincatarina.sc.gov.br.

Florianópolis (SC), 29 de junho de 2020.

Elói Rönna - Diretor Executivo do CINCATARINA

EXTRATO DE ADITIVO AOS TERMOS DE COMPROMISSO 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008_2020

Publicação Nº 2543402

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 001/2020

CONCEDENTE: Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA

ESTÁGIÁRIO (A): Danlei Corrêa

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a prorrogação do prazo da vigência do Termo de Compromisso nº 004/2019, passando a vigorar de 01/07/2020 à 31/12/2020. As respectivas alterações passam a vigorar a partir do dia 01/07/2020.

Florianópolis (SC), 30 de junho de 2020.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CINCATARINA

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 002/2020

CONCEDENTE: Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA

ESTÁGIÁRIO (A): Lucca Dias da Silva

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a prorrogação do prazo da vigência do Termo de Compromisso nº 007/2019, passando a vigorar de 01/07/2020 à 31/12/2020. As respectivas alterações passam a vigorar a partir do dia 01/07/2020.

Florianópolis (SC), 30 de junho de 2020.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CINCATARINA

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 003/2020

CONCEDENTE: Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA

ESTÁGIÁRIO (A): Tainara Aparecida Xavier

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a prorrogação do prazo da vigência do Termo de Compromisso nº 002/2019, passando a vigorar de 01/07/2020 à 31/12/2020. As respectivas alterações passam a vigorar a partir do dia 01/07/2020.

Florianópolis (SC), 30 de junho de 2020.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CINCATARINA

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 004/2020

CONCEDENTE: Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA

ESTÁGIÁRIO (A): Thiago Rodrigues Melo

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a prorrogação do prazo da vigência do Termo de Compromisso nº 005/2019, passando a vigorar de 01/07/2020 à 31/12/2020. As respectivas alterações passam a vigorar a partir do dia 01/07/2020.

Florianópolis (SC), 30 de junho de 2020.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CINCATARINA

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
QUARTO TERMO ADITIVO AO COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 005/2020
CONCEDENTE: Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA

ESTÁGIÁRIO (A): Celso Afonso Palhares Madrid Filho

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a prorrogação do prazo da vigência do Termo de Compromisso nº 012/2018, passando a vigorar de 01/07/2020 à 07/10/2020. As respectivas alterações passam a vigorar a partir do dia 01/07/2020.

Florianópolis (SC), 30 de junho de 2020.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CINCATARINA

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
QUINTO TERMO ADITIVO AO COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 006/2020
CONCEDENTE: Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA

ESTÁGIÁRIO (A): Leticia Geniqueli Reichardt

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a prorrogação do prazo da vigência do Termo de Compromisso nº 011/2018, passando a vigorar de 01/07/2020 à 30/09/2020. As respectivas alterações passam a vigorar a partir do dia 01/07/2020.

Florianópolis (SC), 30 de junho de 2020.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CINCATARINA

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 007/2020
CONCEDENTE: Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA

ESTÁGIÁRIO (A): Lucas Maciel Ribeiro

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a prorrogação do prazo da vigência do Termo de Compromisso nº 002/2020, passando a vigorar de 01/07/2020 à 31/12/2020. As respectivas alterações passam a vigorar a partir do dia 01/07/2020.

Florianópolis (SC), 30 de junho de 2020.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CINCATARINA

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 008/2020
CONCEDENTE: Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA

ESTÁGIÁRIO (A): João Vitor Oliva Azevedo

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a prorrogação do prazo da vigência do Termo de Compromisso nº 003/2020, passando a ser das 10:00 as 12:00 horas e das 13:30 às 17:30; passando a vigorar de 01/07/2020 à 31/12/2020. As respectivas alterações passam a vigorar a partir do dia 01/07/2020.

Florianópolis (SC), 30 de junho de 2020.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CINCATARINA

TR20CIN12416-0017-0005-CINCATARINA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2544548

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12416
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ATA: AT20CIN18273

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 429-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12417-0017-0005-CINCATARINA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2544495

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12417

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10476

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 275-5000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12418-0091-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2544496

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12418

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10511

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 275-5000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12419-0041-0004-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2544549

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12419

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN18678

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 65-5000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12420-0017-0005-CINCATARINA-PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2544550

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12420

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN18665

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 65-5000; 513-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN12421-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA
PAL0010362020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação Nº 2544497

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12421

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN16673

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 561-800

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN12422-0091-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES
COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020**

Publicação Nº 2544498

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12422

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN16699

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 561-800

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12423-0017-0005-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2544499

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12423

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

ATA: AT20CIN11908

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1214-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12424-0017-0005-CINCATARINA-ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2544551

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12424

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

ATA: AT20CIN19112

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 37-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12425-0017-0005-CINCATARINA-ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2544552

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12425

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

ATA: AT20CIN19112

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 607-30

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12426-0017-0005-CINCATARINA-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2544553

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12426

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

ATA: AT20CIN19212

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 355-30

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12427-0017-0005-CINCATARINA-AUTO MECÂNICA GERAL LTDA-PAL0000742019

Publicação Nº 2544449

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12427

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA

ATA: AT19CIN26562

PAL: 000074/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0060/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 9-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12428-0017-0005-CINCATARINA-SANIMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-PAL0040002020

Publicação Nº 2544554

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12428

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SANIMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

ATA: AT20CIN20375

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 443-400

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12429-0017-0005-CINCATARINA-DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI-PAL0049222020

Publicação Nº 2544575

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12429

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI

ATA: AT20CIN21245

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 14-4

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12430-0130-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0000412019

Publicação Nº 2544432

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12430

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT19CIN19839

PAL: 000041/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0032/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 23-15

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12431-0001-0005-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0000412019

Publicação Nº 2544433

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12431

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT19CIN19791

PAL: 000041/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0032/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 43-15; 44-30; 45-30

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12432-0054-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE XAXIM-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0000412019

Publicação Nº 2544434

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12432

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT19CIN19815

PAL: 000041/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0032/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 25-30

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12433-0001-0005-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0000412019

Publicação Nº 2544435

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12433

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT19CIN19791

PAL: 000041/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0032/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 25-150

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12434-0091-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0000412019

Publicação Nº 2544436

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12434

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT20CIN15984

PAL: 000041/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0032/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 25-150

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12435-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2544500

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12435

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 78-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12436-0130-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-NUTRIPORT COMERCIAL LTDA-PAL0000412019

Publicação Nº 2544437

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12436

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

ATA: AT19CIN19888

PAL: 000041/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0032/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 26-40

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12437-0102-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS-NUTRIPORT COMERCIAL LTDA-PAL0000412019

Publicação Nº 2544438

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12437

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

ATA: AT20CIN00272

PAL: 000041/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0032/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 26-40

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12438-0130-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-RSUL EIRELI EPP -PAL0000842019

Publicação Nº 2544476

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12438

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

ATA: AT20CIN04145

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 218-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12439-0017-0005-CINCATARINA-RSUL EIRELI EPP -PAL0000842019

Publicação Nº 2544576

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12439

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

ATA: AT20CIN04078

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 218-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12440-0076-0004-MUNICÍPIO DE CAPINZAL-AGASERV COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME-PAL0000532019

Publicação Nº 2544439

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12440

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

FORNECEDOR: AGASERV COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME

ATA: AT19CIN23887

PAL: 000053/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0042/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-1; 5-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12441-0001-0005-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-AGASERV COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME-PAL0000532019

Publicação Nº 2544440

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12441

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: AGASERV COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME

ATA: AT19CIN23852

PAL: 000053/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0042/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12442-0017-0005-CINCATARINA-AGASERV COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME-PAL0000532019

Publicação Nº 2544441

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12442

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: AGASERV COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME

ATA: AT19CIN23863

PAL: 000053/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0042/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 5-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12443-0097-0005-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES-DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA-PAL0000742019

Publicação Nº 2544450

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12443

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

ATA: AT19CIN26527

PAL: 000074/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0060/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 27-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12444-0015-0004-MUNICÍPIO DE VIDEIRA-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0000832019

Publicação Nº 2544454

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12444

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

ATA: AT20CIN03458

PAL: 000083/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0068/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 253-100; 254-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12445-0017-0005-CINCATARINA-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0000832019

Publicação Nº 2544455

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12445

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

ATA: AT20CIN03459

PAL: 000083/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0068/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 253-100; 254-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12446-0130-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL DOESTE-N. T. LUIZE EPP-PAL0000842019

Publicação Nº 2544478

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12446

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL DOESTE

FORNECEDOR: N. T. LUIZE EPP

ATA: AT20CIN04553

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 41-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12447-0017-0005-CINCATARINA-N. T. LUIZE EPP-PAL0000842019

Publicação Nº 2544479

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12447

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: N. T. LUIZE EPP

ATA: AT20CIN04492

PAL: 000084/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0069/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 41-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12448-0017-0005-CINCATARINA-SANEVITTA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2544555

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12448

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SANEVITTA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA

ATA: AT20CIN20035

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 374-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12449-0082-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2544501

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12449

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10508

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 275-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12450-0017-0005-CINCATARINA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2544502

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12450

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN10476

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 275-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12451-0017-0005-CINCATARINA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2544556

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12451

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN18437

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 426-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12452-0017-0005-CINCATARINA-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2544557

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12452

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT20CIN18437

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 425-3; 426-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12453-0082-0004-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2544503

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12453

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10974

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 231-20000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12454-0017-0005-CINCATARINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2544504

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12454

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN10942

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 231-20000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12455-0081-0004-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-MEDPOA COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2544558

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12455

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: MEDPOA COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-ME

ATA: AT20CIN18991

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 117-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12456-0017-0005-CINCATARINA-MEDPOA COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2544559

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12456

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDPOA COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-ME

ATA: AT20CIN18965

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 113-50; 117-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12457-0017-0005-CINCATARINA-D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2544560

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12457

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME

ATA: AT20CIN19040

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 529-100; 539-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12458-0017-0005-CINCATARINA-ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2544561

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12458

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

ATA: AT20CIN19112

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 428-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12459-0017-0005-CINCATARINA-ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2544562

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12459

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

ATA: AT20CIN19112

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 428-3; 430-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12460-0017-0005-CINCATARINA-MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME-PAL0025392020

Publicação Nº 2544510

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12460

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

ATA: AT20CIN17656

PAL: 002539/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 126-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12461-0017-0005-CINCATARINA-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0040002020

Publicação Nº 2544563

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12461

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

ATA: AT20CIN19418

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 52-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN12462-0017-0005-CINCATARINA-STOCK
PAL0040002020****MED****PRDUTOS****MEDICO-HOSPITALAR****LTDA-**

Publicação Nº 2544564

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12462

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: STOCK MED PRDUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA

ATA: AT20CIN19673

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 538-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12463-0017-0005-CINCATARINA-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0040002020

Publicação Nº 2544565

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12463

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

ATA: AT20CIN19790

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 112-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12464-0017-0005-CINCATARINA-DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA-PAL0000552019

Publicação Nº 2544442

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12464

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA

ATA: AT19CIN24289

PAL: 000055/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0043/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 44-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12465-0081-0005-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-AUTO MECÂNICA GERAL LTDA-PAL0000742019

Publicação Nº 2544451

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12465

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA

ATA: AT19CIN26576

PAL: 000074/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0060/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 29-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12466-0081-0004-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0000552019

Publicação Nº 2544443

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12466

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

ATA: AT19CIN24384

PAL: 000055/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0043/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 22-1; 31-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12467-0017-0005-CINCATARINA-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0000552019

Publicação Nº 2544444

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12467

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

ATA: AT19CIN24354

PAL: 000055/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0043/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 22-1; 31-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12468-0017-0005-CINCATARINA-D&F COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI-PAL0000552019

Publicação N° 2544445

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12468

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: D&F COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI

ATA: AT19CIN24474

PAL: 000055/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0043/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 11-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12469-0081-0004-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-IMPACTA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI-PAL0040002020

Publicação N° 2544566

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12469

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: IMPACTA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI

ATA: AT20CIN20332

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 114-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12470-0017-0005-CINCATARINA-IMPACTA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI-PAL0040002020

Publicação N° 2544567

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12470

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: IMPACTA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI

ATA: AT20CIN20309

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 114-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12471-0081-0004-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-IMPACTA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI-PAL0040002020

Publicação Nº 2544568

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12471

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: IMPACTA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI

ATA: AT20CIN20332

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 114-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12472-0017-0005-CINCATARINA-IMPACTA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI-PAL0040002020

Publicação Nº 2544569

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12472

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: IMPACTA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI

ATA: AT20CIN20309

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 114-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12473-0017-0005-CINCATARINA-IMPACTA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI-PAL0040002020

Publicação Nº 2544570

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12473

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: IMPACTA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI

ATA: AT20CIN20309

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 114-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN12474-0017-0005-CINCATARINA-SANIMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-PAL0040002020

Publicação Nº 2544571

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN12474

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SANIMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

ATA: AT20CIN20375

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 443-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/06/2020

Florianópolis (SC), segunda-feira, 29 de junho de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CIS/AMFRI**EXTRATO DE CREDENCIAMENTO 12.2020**

Publicação Nº 2543843

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 12/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 07.510.376/0001-95, situado a Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655, sala 01, no bairro São Vicente, no Município de Itajaí – SC.

CONTRATADA: CÓCLEA CLÍNICA DE OTORRINOLARINGOLOGIA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 35.926.392/0001-07 com sede na Rua Arthur Max Doose, nº 183, sala 3001, Bairro Pioneiros, na cidade de Balneário Camboriú/SC.

OBJETO: Prestação de serviços que a CONTRATADA prestará aos usuários do CIS-AMFRI na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela SUS abaixo listada e de acordo com os valores constantes na tabela descrita a seguir:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor Total R\$
CONSULTA OTORRINO	03.01.01.007-2	50,00
VIDEOLARINGOSCOPIA	02.09.04.004-1	90,00
POLISSONOGRRAFIA	02.11.05.010-5	250,00
AUDIOMETRIA TONAL LIMIAR (via aéreo-óssea)	02.11.07.004-1	21,00
IMITANCIOMETRIA	02.11.07.020-3	23,00
LOGOAUDEMETERIA (LDV, IRF, LRF)	02.11.07.021-1	26,25
CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	10,00
AUDIOMETRIA EM CAMPO LIVRE	02.11.07.003-3	20,13
AVALIAÇÃO AUDITIVA COMPORTAMENTAL	02.11.07.005-0	18,00
EMISSIONES OTOACUSTICAS EVOCADAS P/ TRIA- GEM AUDITIVA	02.11.07.014-9	13,51
AUDIOMETRIA DE REFORÇO VISUAL-VRA (via aérea/ óssea)	02.11.07.002-5	21,00
PEAT - BERA	4764	150,00
VECTOELETRONISTAGMOGRAFIA	4763	150,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo nº 196 e seguintes da Constituição Federal, Lei Federal nº 8.080/90, no que foram aplicáveis, Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/05, Decreto Federal nº 6.017/07, Resolução nº 04/2013 do CIS-AMFRI e Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do instrumento.

DATA ASSINATURA: 22/06/2020.

Célio José Bernardino

Norton Tasso Junior

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

Cóclea Clínica de Otorrinolaringologia Ltda

CIS/AMUREL**COMPRAS COVID-19 - MÁSCARAS CIRÚRGICAS TRIPLA**

Publicação Nº 2543320

Relatório para publicação – COMPRAS COVID-19
 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS AMUREL
 CNPJ: 02.715.882/0001-05
 Processo nº 03/2020
 Edital de Dispensa de Licitação nº 03/2020
 Publicação: DOM – Edição: 3146 – Data: 20/05/2020.
 Fornecedor: CONFECÇÕES DOIS RIOS LTDA
 CNPJ: 82.184.821/0001-90

Descrição detalhada do Objeto:

Máscara Não estéril, fabricada em tecido não tecido polipropileno (em TNT de 40 ou 60g), com tripla camada, sendo a camada interna composta por filtro que proporciona uma BFE (eficiência de filtração bacteriana) maior que 95%(aceita-se tecido SMS/WRAPS), com clipe nasal de alumínio com 14 cm de comprimento, fixação lateral por elásticos resistentes, atóxica e apirogênica. Descartável e de uso único. Desenvolvida para a proteção do profissional de saúde contra as patologias de transmissão aérea por gotículas e da proteção de fluídos corpóreos que possam atingir suas vias respiratórias, além de minimizar a contaminação do ambiente com secreções respiratórias geradas pelo próprio profissional de saúde ou pelo paciente. Cor Branca.

Quantidade contratada: 106.700 - Quantidade suprimida: 9.000

Valor Unitário: R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos)

Valor Total do Contrato: R\$ 224.070,00 (duzentos e vinte quatro mil e setenta reais)

Valor Pago(Considerando a supressão): 205.170,00 (Duzentos e cinco mil, cento e setenta reais)

RELAÇÃO DE SOLICITAÇÕES E ENTREGAS POR MUNICÍPIO:

Preço Unitário: R\$ 2,10						
MUNICÍPIO	Qtda Solicitada	1ª ENTREGA	2ª ENTREGA	3ª ENTREGA	SALDO	Observações
ARMAZÉM	4.000	1.000	1.500	1.500	0	
BRAÇO DO NORTE	25.000	8.000	8.000	9.000	0	
CAPIVARI DE BAIXO	3.000	1.000	1.000	1.000	0	
GRÃO PARÁ	200	200	0	0	0	
GRAVATAL	0	0	0	0	0	
IMBITUBA	25.000	7.800	8.000	9.200	0	
IMARUÍ	10.000	3.000	3.000	0	4.000	cancelou pedido depois de contratado.
JAGUARUNA	4.000	0	0	0	4.000	cancelou pedido depois de contratado.
LAGUNA	6.000	2.000	2.000	2.000	0	
PESCARIA BRAVA	5.000	2.000	2.000	1.000	0	
PEDRAS GRANDES	0	0	0	0	0	
RIO FORTUNA	3.000	1.000	1.000	1.000	0	
SANGÃO	0	0	0	0	0	
SANTA ROSA DE LIMA	3.000	1.000	1.000	0	1.000	cancelou pedido depois do contratado.
SÃO MARTINHO	5.000	2.000	2.000	1.000	0	
SÃO LUDGERO	12.500	4.000	4.500	4.000	0	
TREZE DE MAIO	1.000	1.000	0	0	0	
TUBARÃO	0	0	0	0	0	
TOTAL	106.700	34.000	34.000	29.700	9.000	Supressão contratual

COMPRAS COVID-19 - MÁSCARAS N95

Publicação N° 2543319

Relatório para publicação – COMPRAS COVID-19

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS AMUREL

CNPJ: 02.715.882/0001-05

Processo nº 02/2020

Edital de Dispensa de Licitação nº 02/2020

Publicação: DOM – Edição: 3146 – Data: 20/05/2020.

Fornecedor: TITO SUPRIMENTOS INDUSTRIAIS

CNPJ: 05.167.890/0001-44

Descrição detalhada do Objeto:

Máscara Descartável N95, tendo ajuste nasal perfeito, evitando a entrada e saída de ar pelas laterais, dotada de clipe nasal e duplo sistema de tiras elásticas capaz de favorecer ajuste perfeito. Constituída por camadas de Fibras sintéticas com características repelentes a Líquidos e fluidos corpóreos, agindo como barreira microbiana com filtro de no mínimo 95% para partículas de no máximo 0,3 micra(aerossóis). Indicadas para prevenção de disseminação de alguns agentes de transmissão por via respiratória, como o bacilo de Kock, o vírus do Sarampo, e o vírus da srag/sars, e o H1N1/gripe tipo A.

Quantidade contratada: 2.984

Valor Unitário: R\$ 14,50 (quatorze reais e cinquenta centavos)

Valor Total do Contrato: R\$ 43.268,00 (quarenta e três mil duzentos e sessenta e oito reais)

RELAÇÃO DE SOLICITAÇÕES E ENTREGAS POR MUNICÍPIO:

Prego Unitário:		R\$ 14,50	
MUNICÍPIO	Qtda Solicitada	ENTREGA ÚNICA	Valor p/Mun.
ARMAZÉM	200	200	R\$ 2.900,00
BRAÇO DO NORTE	184	184	R\$ 2.668,00
CAPIVARI DE BAIXO	300	300	R\$ 4.350,00
GRÃO PARÁ	200	200	R\$ 2.900,00
GRAVATAL	200	200	R\$ 2.900,00
IMBITUBA	100	100	R\$ 1.450,00
IMARUÍ	300	300	R\$ 4.350,00
JAGUARUNA	400	400	R\$ 5.800,00
LAGUNA	100	100	R\$ 1.450,00
PESCARIA BRAVA	300	300	R\$ 4.350,00
PEDRAS GRANDES	0	0	R\$ -
RIO FORTUNA	100	100	R\$ 1.450,00
SANGÃO	200	200	R\$ 2.900,00
SANTA ROSA DE LIMA	20	20	R\$ 290,00
SÃO MARTINHO	30	30	R\$ 435,00
SÃO LUDGERO	200	200	R\$ 2.900,00
TREZE DE MAIO	150	150	R\$ 2.175,00
TUBARÃO	0	0	R\$ -
TOTAL	2.984	2.984	R\$ 43.268,00

COMPRAS COVID-19 - TESTES RÁPIDOS

Publicação N° 2543322

Relatório para publicação – COMPRAS COVID-19

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS AMUREL

CNPJ: 02.715.882/0001-05

Processo nº 01/2020

Edital de Dispensa de Licitação nº 01/2020

Publicação: DOM – Edição: 3146 – Data: 20/05/2020.

Fornecedor: HEKO CIENTÍFICA PRODUTOS EQUIP CIENTÍFICOS EIRELI

CNPJ: 15.443.663/0001-58

Descrição detalhada do Objeto:

Teste rápido para COVID 19, capaz de diagnosticar de forma rápida e segura a presença de infecção pelo novo Coronavírus (SARS-COV-2), através da detecção qualitativa do teor de anticorpos contra SARS-COV-2 em amostras clínicas (soro/plasma/sangue total). A detecção

deverá ocorrer em no máximo 20 minutos, devendo cada caixa conter no mínimo 20 testes, uma IFU (Instrução de uso), um frasco de diluição da amostra e um pacote conta gotas. Para cada teste, deverá haver uma tira de teste e um pacote de secante. A tira de teste deverá ser composta por um tapete de ouro padrão (proteína recombinante sars cov-2 marcada com ouro coloidal), tapete de amostra, membrana de contrato de celulose (anticorpos IGM camundongo anti-humano imobilizado na área M, anticorpos IGG camundongo anti-humano imobilizado na área G, anticorpo de cabra anticamundongo imobilizado na área C), papel absorvente placa de transporte de plástico. O teste deverá estar devidamente registrado e autorizado junto a anvisa, com comprovação através de número de registro conforme legislação vigente.

Quantidade contratada: 7.200

Valor Unitário: R\$ 96,50 (noventa e seis reais e cinquenta centavos)

Valor Total do Contrato: R\$ 694.800,00 (seiscentos e noventa e quatro mil e oitocentos reais)

RELAÇÃO DE SOLICITAÇÕES E ENTREGAS POR MUNICÍPIO:

Preço Unitário:		R\$ 96,50	
MUNICÍPIO	Qtda Solicitada	ENTREGA ÚNICA	Valor p/Mun.
ARMAZÉM	0	0	R\$ -
BRAÇO DO NORTE	600	600	R\$ 57.900,00
CAPIVARI DE BAIXO	200	200	R\$ 19.300,00
GRÃO PARÁ	20	20	R\$ 1.930,00
GRAVATAL	100	100	R\$ 9.650,00
IMBITUBA	2.500	2.500	R\$ 241.250,00
IMARUÍ	100	100	R\$ 9.650,00
JAGUARUNA	200	200	R\$ 19.300,00
LAGUNA	500	500	R\$ 48.250,00
PESCARIA BRAVA	240	240	R\$ 23.160,00
PEDRAS GRANDES	20	20	R\$ 1.930,00
RIO FORTUNA	220	220	R\$ 21.230,00
SANGÃO	100	100	R\$ 9.650,00
SANTA ROSA DE LIMA	20	20	R\$ 1.930,00
SÃO MARTINHO	220	220	R\$ 21.230,00
SÃO LUDGERO	0	0	R\$ -
TREZE DE MAIO	20	20	R\$ 1.930,00
TUBARÃO	2.140	2.140	R\$ 206.510,00
TOTAL	7.200	7.200	R\$ 694.800,00

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 67/2020 NEUROCICLO

Publicação Nº 2543241

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 67/2020.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: NEUROCICLO CLÍNICA MÉDICA LTDA

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, consulta especializada de Nutricionista, Ortopedista, Pediatra e Psicólogo.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2012).

Data da Assinatura: 05/06/2020.

Assinantes: Lindomar Ballmann pelo Contratante e, Zulmar Terezinha Barbosa Correa pelo Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 68/2020 CSA - CLINICA ALLEGRA

Publicação Nº 2543242

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 68/2020.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: CSA CLINICA MÉDICA - ALLEGRA

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Mamografia Bilateral, Ultrassonografia, Tomografia, Colonoscopia, Endoscopia e Raio-X.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009, 002/2009 e Edital de Chamada Pública nº 01/2018).

Data da Assinatura: 18/06/2020.

Assinantes: Lindomar Ballmann pelo Contratante e, Jaime Pires Junior pelo Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 69/2020 BAGGIO & OLIVEIRA

Publicação Nº 2543246

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 69/2020.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: BAGGIO & OLIVEIRA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, consulta especializada de Ortopedia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2012).

Data da Assinatura: 17/06/2020.

Assinantes: Lindomar Ballmann pelo Contratante e, Marcelo Baggio pelo Contratado.

CIS/AMVI**AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE 002.2020**

Publicação Nº 2543270

AUTORIZAÇÃO**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2020**

Objeto: Contratação de empresa para capacitação com o tema "Contratualização do SUS" que será oferecido aos gestores e técnicos municipais da Região do Médio Vale do Itajaí, com carga horária de 6(seis) horas, a ser ministrado através de ensino remoto em plataforma virtual.

Após análise da Justificativa do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2020, e afigurando-me que a contratação é legal, nos termos permissivos do art. 25, inciso II, da Lei n. 8.666/93 prevê a inexigibilidade de licitação quando houver inviabilidade de competição, especificamente nos casos de contratação dos serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, AUTORIZO o procedimento que se cogita, objetivando a aquisição do objeto supramencionado por intermédio de contratação direta com Clarisvan do C. Gonçalves Consultoria e Gestão em Saúde - CNPJ nº 34.446.321/0001-36, pelo valor de R\$ 6.000 (seis mil reais).

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 26 de junho de 2020.

Cleones Hostins

Diretor Executivo

EXTRATO INEXIGIBILIDADE 002.2020

Publicação Nº 2543273

EXTRATO**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Processo: 016/2020

Inexigibilidade: 002/2020

Objeto: Contratação de empresa para capacitação com o tema "Contratualização do SUS" que será oferecido aos gestores e técnicos municipais da Região do Médio Vale do Itajaí, com carga horária de 6(seis) horas, a ser ministrado através de ensino remoto em plataforma virtual.

Contratado: Clarisvan do C. Gonçalves Consultoria e Gestão em Saúde - CNPJ nº 34.446.321/0001-36

Valor total: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Data de vigência: 02/07/2020.

Base legal: art. 25, inciso II, da Lei n. 8.666/93.

Blumenau/SC, 26 de junho de 2020.

Cleones Hostins

Diretor Executivo

RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 002.2020

Publicação Nº 2543275

TERMO DE RATIFICAÇÃO**DISPENSA DE INEXIGIBILIDADE 002/2020**

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93, RATIFICO os atos do procedimento em favor de Clarisvan do C. Gonçalves Consultoria e Gestão em Saúde, CNPJ nº 34.446.321/0001-36, para contratação de empresa para capacitação com o tema "Contratualização do SUS" que será oferecido aos gestores e técnicos municipais da Região do Médio Vale do Itajaí, com carga horária de 6(seis) horas, a ser ministrado através de ensino remoto em plataforma virtual.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 26 de junho de 2020.
Cleones Hostins
Diretor Executivo

CISAMREC

PROCESSO ADM. 037.CISAMREC.2020 - CONVOCA A EMPRESA DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA PARA ASSUMIR O ITEM 137 - CARBONATO DE LÍTIO 300MG

Publicação Nº 2544622

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 037/PA/CISAMREC/2020
Indisponibilidade de Item/Convocação
Pregão Presencial 073/CISAMREC/2019
ARP nº 028/CISAMREC/2019
.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certificamos para os devidos fins, a remessa, nesta data, para publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, o teor da decisão do Processo Administrativo supra, conforme abaixo:

Teor do ato: Visto etc... "nos termos dos autos do processo supra, caracterizado o interesse público de alta relevância por trata-se de medicamento imprescindível para os tratamentos clínicos dos usuários do SUS, convoco a empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., para fornecer ao CISAMREC o quantitativo de 150.000 (cento e cinquenta mil) unidades do item 137 CARBONATO DE LÍTIO 300MG (blister com 10 ou 15 cápsula), pelo preço ofertado de R\$ 0,3840 a unidade, da marca HIPOLABOR, registrado na ARP nº 028/CISAMREC/2020, do PP 073/CISAMREC/2020, cumprindo-se, desta forma, os princípios constitucionais estampados no Art. 196 e SS da CF/88, princípios e pressupostos da lei nº. 8.080/90 e demais legislações pertinentes". Publique-se, registre-se, comunique-se e archive-se. Criciúma SC, 29 de junho de 2020.

ROQUE SALVAN
Autoridade Competente

PROCESSO ADM. 038.CISAMREC.2020 - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO PARA O ITEM 488 - NISTIDINA 100.000UI 50ML SOL. ORAL FR. PARA EMPRESA INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Publicação Nº 2544624

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 038/PA/CISAMREC/2020
Equilíbrio econômico-financeiro
Pregão Presencial nº 073/CISAMREC/2019
ARP nº 028/CISAMREC/2019
Requerente: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certificamos para os devidos fins, a remessa, nesta data, para publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, o teor da decisão do Processo Administrativo supra, conforme abaixo:

Teor do ato: Visto etc... "nos termos dos autos do processo supra, defiro o reajuste do preço do item 488 NISTATINA 100.000UI 50ML SOL. ORAL FR, registrado na Ata de Registro de Preços supra, para o preço unitário de R\$ 4,0372, conforme requerido pela empresa INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., por tratar-se de produto imprescindível aos tratamentos clínicos dos usuários do SUS e, consequentemente, para atendimento aos municípios consorciados, em obediência aos princípios constitucionais estampados no Art. 196 e SS da CF/88 e na Lei nº. 8.080/90. Ressalta-se, todavia, que as OCs emitidas anteriormente a data do recebimento do pedido de reequilíbrio econômico (19/05/2020), se houver, deverão ser atendidas pelo preço proposto no certame, sem prejuízo das sanções decorrentes do descumprimento contratual pactuado na Cláusula 3ª e, consequentemente, da aplicabilidade das sanções previstas na Cláusula 9º da ARP correspondente, se for o caso". Publique-se, registre-se, comunique-se e archive-se. Criciúma SC, 29 de junho de 2020.

ROQUE SALVAN
Autoridade Competente

QUIRIRI**RESOLUÇÃO CIQ 083/2020**

Publicação Nº 2544669

**RESOLUÇÃO CIQ Nº 083/2020****DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI.**

O **PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI - CIQ, Sr. JOÃO CARLOS GOTTARDI**, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público e seu Estatuto, ratificado pelos prefeitos dos municípios consorciados de acordo com a AGO de 25/06/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir à partir do dia 01/07/2020 o expediente do Consórcio Intermunicipal Quiriri de segunda-feira à sexta-feira, com horário de funcionamento das 07:30 às 12:00 horas e das 13:00 às 16:30 horas.

Art. 2º - Revogar as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, 30 de junho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

Prefeito de Corupá

Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul

CIAPS**AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2020**

Publicação Nº 2544010

AUTORIZAÇÃO**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Objeto: Manutenção mensal de sistema(s) informatizado(s) de gestão, incluindo serviços de garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, AUTORIZO o procedimento de que se cogita, objetivando a contratação de dispensa de licitação por valor conforme a prestação de serviços em favor da seguinte empresa:

- IPM SISTEMAS LTDA CNPJ nº 01.258.027/0003-03

Descrição do item:	Fornecedor:	Valor:
Manutenção mensal de sistema(s) informatizado(s) de gestão, incluindo serviços de garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico.	IPM SISTEMAS LTDA, CNPJ nº 01.258.027/0003-03	R\$ 5.988,00 (cinco mil, novecentos e oitenta e oito reais) Período de julho a dezembro/2020
VALOR TOTAL JULGADO		R\$ 5.988,00

Ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato e/ou empenho e a publicação do objeto mencionado, como condição de sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Apiúna, 25 de junho de 2020.

Paulo Roberto Weiss

Prefeito de Rodeio

Presidente do CIAPS

AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2020

Publicação Nº 2538704

AUTORIZAÇÃO**Dispensa de licitação**

Objeto: presente instrumento consiste na locação de software, com a utilização do sistema via internet e acesso, através de navegador de internet em computadores com sistema operacional Linux ou Windows a telas de entrada e saída de dados, além da administração do banco de dados (conteúdo do banco de dados de propriedade do CIAPS) e assessoramento aos operadores na utilização de telas de entrada e saída de dados, sem limites de quantidade de estações de trabalho para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal De Atenção Psicossocial - CIAPS.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, AUTORIZO o procedimento de que se cogita, objetivando a contratação de dispensa de licitação por valor conforme a prestação de serviços em favor da seguinte empresa:

- Olos Tecnologia LTDA EPP CNPJ nº 85.260.354/0001-28

Descrição do Item:	Fornecedor:	Valor:
Contrato de locação de software, com a utilização do sistema via internet e acesso, através de navegador de internet em computadores com sistema operacional Linux ou Windows a telas de entrada e saída de dados, além da administração do banco de dados (conteúdo do banco de dados dos prontuários de propriedade do CIAPS)	OLOS TECNOLOGIA LTDA EPP CNPJ nº 85.260.354/0001-28	R\$ 6.199,98 (Seis mil cento e noventa e nove reais e noventa e oito centavos) para o período de julho a dezembro.
Valor total Julgado		R\$ 6.199,98 (Seis mil cento e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)

Ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato e/ou empenho e a publicação do objeto mencionado, como condição de sua eficácia.

Apiúna, 23 de junho de 2020.

Paulo Roberto Weiss

Prefeito de Rodeio

Presidente do CIAPS

AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2020

Publicação Nº 2544199

AUTORIZAÇÃO

Dispensa de Licitação nº06/2020

Objeto: Locação de imóvel para instalação do CIAPS no centro da cidade de Apiúna/SC.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso X da Lei Federal nº 8.666/93, AUTORIZO o procedimento de que se cogita, objetivando a contratação de dispensa de licitação por valor conforme a prestação de serviços em favor da seguinte empresa:

- Marino Rech CPF nº 031.475.929-87.

Descrição do Item:	Fornecedor:	Valor:
Locação de imóvel localizado na Rua Quintino Bocaiúva, 542, centro, Apiúna/SC, CEP 89135-000, com área privativa de 153,78m², para instalação do CIAPS.	Marino Rech CPF nº 031.475.929-87	R\$ 9.276,12 (Nove mil, duzentos e setenta seis, doze centavos) para o período de julho a dezembro/2020.
Valor total Julgado		R\$ 9.276,12

Ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato e/ou empenho e a publicação do objeto mencionado, como condição de sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Apiúna, 26 de junho de 2020.

Paulo Roberto Weiss

Prefeito de Rodeio

Presidente do CIAPS

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 007/2020

Publicação Nº 2544762

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 007/2020

PROCESSO Nº 006/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS E MARINO RECH

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 21.568.943/0001-95 com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, CEP. 89135-000, Apiúna - SC, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado LOCATÁRIO, e de outro MARINO RECH, pessoa física, residente e domiciliado na Rua Recife, 253, Centro, Município de Apiúna/SC, CEP. 89.135-000, inscrito no CPF sob nº 031.475.929-87, denominado simplesmente LOCADOR, resolvem celebrar o presente CONTRATO segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente CONTRATO é celebrado sob a égide da Inexigibilidade de Licitação e tem como objeto a locação de imóvel localizado na Rua Quintino Bocaiúva, nº 542, centro, Apiúna/SC, CEP: 89135-000, com área privativa de 153,78m², para instalação do LOCATÁRIO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - A prestação do serviço se enquadra no parâmetro de dispensa de Licitação, autorizado pelo artigo 24, X, da Lei 8.666/1993, sujeitando integralmente as partes às normas da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR, mensalmente, o valor de R\$ 1.546,02 (mil quinhentos e quarenta e seis reais e dois centavos)

3.2 - O pagamento dar-se-á da seguinte forma:

I - O LOCADOR deverá expedir, no primeiro dia útil do mês subsequente ao da locação, RECIBO DE ALUGUEL, em nome do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, em que conste:

- o valor do aluguel de forma numérica e por extenso;
- o nome completo do LOCADOR;
- o CPF do LOCADOR;
- o CNPJ do LOCATÁRIO;
- o endereço completo do imóvel locado;
- o período referente ao aluguel.

II - A apresentação deste documento não exige o LOCADOR da exibição de outros que sejam necessários para atestar o regular pagamento dos encargos mobiliários e imobiliários, ou outros a que esteja obrigado, os quais deverão ser providenciados, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da solicitação.

III - Após a avaliação do Recibo de Aluguel, constatado o atendimento de todas as cláusulas contratuais o(a) gestor do contrato dará o aceite, encaminhando-o, imediatamente ao departamento responsável pelo Controle de Empenho e Liquidação.

IV - Constatando-se o recebimento definitivo pelo(a) gestor(a) do contrato, o LOCATÁRIO efetuará o pagamento ao LOCADOR, em uma única parcela, em até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação do Recibo de Aluguel, contendo o número do empenho a que se refere e o termo de recebimento definitivo.

V - O LOCADOR deverá indicar ao gestor do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias após a assinatura deste, o número de conta bancária aberta em seu nome, o número da agência e o nome da instituição bancária em que serão efetuados os depósitos.

3.3 - O não pagamento pontual do aluguel ou o não pagamento pontual de qualquer encargo da locação constituirá o LOCATÁRIO em mora, independentemente de qualquer notificação ou aviso, e o débito será corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV até o dia do efetivo pagamento, acrescido da multa moratória de 2% (dois por cento) e dos juros de 1% (um por cento) ao mês.

3.4 - Fica expressamente convencionado entre as partes que não se aplica à quitação dos alugueres e demais encargos o disposto no Artigo 322 do Código Civil Brasileiro de 2002, ou seja, a quitação outorgada em cada mês não elide débitos anteriores, porventura existentes.

3.5 - O valor total do presente contrato, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA, é de R\$ 9.276,12 (nove mil, duzentos e setenta e seis reais e doze centavos), pelo período de julho de 2020 e termino em 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA QUARTA - DAS BENFEITORIAS

4.1 - O LOCATÁRIO poderá efetuar no imóvel as adaptações necessárias à instalação e ao funcionamento de seus serviços, desde que não altere a estrutura do mesmo, arcando com as despesas correspondentes, contudo as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis, e permitem o exercício de direito de retenção, conforme art. 35 da Lei de Inquilinato.

Parágrafo Único - Findo o prazo da locação ou ocorrendo a rescisão contratual, serão retiradas todas as benfeitorias efetuadas, devendo ser recompostas as partes alteradas ou prejudicadas na sua forma original. Poderá o LOCATÁRIO optar por indenizar o LOCADOR das despesas necessárias à reconstituição do imóvel, o que será feito pelo valor constante no menor de 3 (três) orçamentos. Neste caso, todos os valores referentes a aluguel e/ou despesas condominiais serão devidos pelo LOCATÁRIO somente até a data da desocupação do imóvel.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS

5.1 - A presente contratação terá seu início no dia 01 de julho de 2020 e término no dia 31 de dezembro de 2020, sendo admitida a possibilidade de adiamento do contrato, mediante Termo Aditivo a ser aprovado previamente pelo LOCATÁRIO, e respeitando o limite da dispensa de licitação e o prazo de serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

6.1 - Constituem-se encargos do LOCADOR todos os relacionados no art. 22 da Lei Federal nº 8.245/91.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

7.1 - Além do aluguel, compete ao LOCATÁRIO o ressarcimento referente aos pagamentos dos encargos elencados no art. 23 da Lei Federal nº 8.245/91, em especial as tarifas de luz e água incidentes sobre o imóvel durante o período de locação, conforme descrito no parágrafo abaixo.

Parágrafo Único - Os documentos fiscais e recibos já pagos pelo LOCADOR, referentes às despesas deste ajuste, deverão ser remetidos ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, para que sejam conferidos e atestados com a assinatura do(a) responsável e, posteriormente, encaminhados ao setor financeiro do LOCATÁRIO, até o último dia do mês a ser pago. O LOCATÁRIO poderá transferir para si a responsabilidade de pagamento por tais serviços junto as concessionárias, visando receber e quitar as faturas em seu nome.

CLÁUSULA OITAVA — DA DEVOLUÇÃO DO IMÓVEL

8.1 - Findo o prazo de locação ou rescindido o contrato, será o imóvel restituído ao LOCADOR nas condições de uso em que foi entregue ao LOCATÁRIO, conforme laudo de vistoria inicial, ressalvados os desgastes ocasionados pela ação do tempo.

8.2 - Serão retiradas todas as benfeitorias efetuadas, devendo ser recompostas as partes alteradas ou prejudicadas na sua forma original.

8.3 - Poderá o LOCATÁRIO optar por indenizar a LOCADOR das despesas necessárias à reconstituição do imóvel, o que será feito pelo valor constante no menor de 3 (três) orçamentos. Neste caso, todos os valores referentes a aluguel e despesas condominiais serão devidos pelo LOCATÁRIO somente até a data do pagamento da indenização.

8.4 - Na hipótese de o LOCATÁRIO desocupar o imóvel antes do término do presente ajuste, nenhuma indenização decorrente disto caberá ao LOCADOR.

CLÁUSULA NONA - DO FUNDAMENTO LEGAL E RESCISÃO

9.1 - Este contrato é regido pela Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, aplicando-se, também, no que couberem, as disposições contidas na Lei nº 10.406/02 (Código Civil) e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

9.2 - Este contrato poderá ser rescindido, independentemente de notificação, nos casos previstos em Lei e, em especial, quando a locação for considerada desnecessária ou o imóvel inadequado ao serviço público.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotações do orçamento-programa anual do LOCATÁRIO, no grupo de despesas 33900000 ☐ Aplicações Diretas.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA GARANTIA DO IMÓVEL

11.1 - O imóvel objeto do presente ajuste está livre de quaisquer ônus, gravames ou hipotecas que impeçam o livre e pleno uso pelo LOCATÁRIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Nos termos do art.67 da Lei nº. 8.666/93 fica estabelecido que:

12.1 - A gestão do CONTRATO, pelo LOCATÁRIO, será de responsabilidade de LEONARDO RAFAEL FRONZA, CPF nº. 005.230.909-60, sendo suas atribuições:

I – Promover a fiscalização, tomando todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato;

II – Atestar os recibos de aluguel do LOCADOR para efeitos de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

13.1 - O presente CONTRATO está vinculado ao PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2020 nos termos do Inciso XI, do art. 55 da lei nº. 8.666/93 sendo que o LOCADOR tem conhecimento dos termos independentemente de transcrição, para todos os fins de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1 - O CONTRATO poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 - O LOCATÁRIO providenciará, sem ônus para o LOCADOR, a publicação do extrato do presente CONTRATO no Diário Oficial dos Municípios (DOM), conforme preceitua o art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 - É competente o Foro da Justiça da Comarca de Ascurra (SC), para dirimir as questões decorrentes do presente CONTRATO ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, as partes declaram ter lido e conferido o presente instrumento, que firmam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos

Apiúna (SC), 30 de junho de 2020

LOCATÁRIO - CIAPS PAULO ROBERTO WEISS Presidente	LOCADOR MARINO RECH
LOCATÁRIO - CIAPS LEONARDO RAFAEL FRONZA Gestor do Contrato	

CONTRATO Nº 005/2020

Publicação Nº 2544775

CONTRATO Nº 005/2020

PROCESSO Nº 004/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS E A EMPRESA IPM SISTEMAS LTDA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 21.568.943/0001-95 com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, CEP. 89135-000, Apiúna - SC, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa IPM SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 01.258.027/0001-41, com sede na Avenida Trompowsky, nº 354, 7º andar, Centro, Florianópolis, CEP: 88.015-300, adiante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu sócio administrador Sr. Aldo Luiz Mees, portador da Cédula de Identidade nº. 865.793, e CPF nº. 292.867.519-15, resolvem celebrar o presente CONTRATO segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente CONTRATO é celebrado sob a égide da Dispensa de Licitação e tem como objeto a manutenção mensal de sistema(s) informatizado(s) de gestão, incluindo serviços de garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico, para atender as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - A prestação do serviço se enquadra no parâmetro de dispensa de Licitação, autorizado pelo artigo 24, II, da Lei 8.666/1993, sujeitando integralmente as partes às normas da Lei 8.666/93.

2.2 - O objeto deste contrato será executado na forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, conforme determina o art. 6º. Inciso VIII, alínea "a" e o art. 10, inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - A CONTRATANTE pagará a contratada, mensalmente, o valor de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais)

3.2 - O pagamento será efetivado até ao dia 20 (vinte) do mês subsequente à prestação do serviço, e mediante o recebimento da respectiva nota fiscal.

3.3 - No preço proposto pela CONTRATADA, estão inclusas todas as despesas, diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguro e quaisquer despesas acessórias necessárias.

3.4 - O valor total do presente contrato, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA, é de R\$ 5.988,00 (cinco mil, novecentos e oitenta e oito reais), pelo período de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS

4.1 - A presente contratação terá seu início no dia 01 de julho de 2020 e término no dia 31 de dezembro de 2020, sendo admitida a possibilidade de adiamento do contrato, mediante Termo Aditivo a ser aprovado previamente pela CONTRATANTE, e respeitando o limite da dispensa de licitação e o prazo de serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes do presente CONTRATO correrão por conta da Dotação: Grupo Despesa: 333900000, Descrição: Aplicações Diretas, Vínculo 1000120, Descrição do Vínculo: Rec. Ord. CIAPS RATEIO Manutenção 2020.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 - Compete à CONTRATADA:

- a) - Além da prestação de serviços objeto deste contrato com qualidade técnica e suficiência, deverá fornecer pessoal, equipamentos e material necessários à execução dos serviços.
- b) - Assumir integralmente a responsabilidade pela execução do serviço objeto do presente Contrato, de acordo com o Termo de Referência do Processo de Dispensa de Licitação Nº 06/2020 e com as especificações constantes da sua proposta, materializada no Orçamento 298/2020 datado de 25/06/2020, documentos que passam a fazer parte integrante deste CONTRATO sem a necessidade de sua transcrição.
- c) - Manter sigilo absoluto das informações da CONTRATANTE processadas pela CONTRATADA e das demais informações geradas na execução dos serviços.

6.2 - Compete à CONTRATANTE:

- a) - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste CONTRATO;
- b) - Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a preservação do interesse público;
- c) - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, com vista à perfeita execução deste CONTRATO;
- d) - Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com o estabelecido na Cláusula Terceira deste CONTRATO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Nos termos do art.67 da Lei nº8.666/93 fica estabelecido que:

7.1 - A gestão do CONTRATO, pela CONTRATANTE, será de responsabilidade de LEONARDO RAFAEL FRONZA, CPF nº. 005.230.909-60 sendo suas atribuições:

I – Promover a avaliação e fiscalização das entregas, solicitando à CONTRATADA e seus prepostos todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato;

II – Atestar as notas fiscais da CONTRATADA para efeitos de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS MULTAS, SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO CONTRATUAL

Cabe à CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, pelo atraso injustificado na execução, inexecução parcial ou total do objeto ou ainda erro de execução do objeto deste CONTRATO, bem como pelo descumprimento de suas obrigações ajustadas neste instrumento.

8.1 - Em conformidade com as disposições previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA se descumprir as obrigações decorrentes do presente CONTRATO ficará sujeita, a critério da Administração, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções:

8.1.1 - Advertência;

8.1.2 - Multa de:

8.1.2.1 2 % (dois por cento) sobre o valor do CONTRATO quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as especificações vigentes, quando os trabalhos de fiscalização dos serviços forem dificultados ou inexatamente informado pela contratada;

8.1.2.2 - Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor do CONTRATO, em caso de atraso injustificado na sua execução do mesmo;

8.1.2.3 Multa de 7% (dez por cento) sobre o valor do CONTRATO, em caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

8.1.2.4 - Impedimento de contratar com a CONTRATANTE, no prazo de até 02 (dois) anos;

8.1.2.5 - Se o valor total das multas aplicadas à CONTRATADA atingir 10% (dez por cento) do valor do CONTRATO, o mesmo poderá ser rescindido, a juízo da CONTRATANTE;

8.1.2.6 - As multas e demais penalidades aqui previstas, serão aplicadas sem prejuízos das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo e/ou judicial, quando for o caso;

8.1.2.7 - As penalidades acima são cumulativas entre si sem prejuízo ainda das sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666 de 1993.

8.2 - A rescisão do CONTRATO poderá se dar nos casos previstos nos art. 77, 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93. Em especial, no caso de rescisão pelo que prevê esse art. 77, ficam resguardados os direitos da CONTRATANTE conforme determina esse diploma legal.

CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO

9 - O presente CONTRATO está vinculado ao PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2020 nos termos do Inciso XI, do art. 55 da lei nº. 8.666/93 sendo que a CONTRATADA tem conhecimento dos termos independentemente de transcrição, para todos os fins de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10 - O CONTRATO poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11 - A CONTRATANTE providenciará, sem ônus para a CONTRATADA, a publicação do extrato do presente CONTRATO no Diário Oficial da União, conforme preceitua o art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

10 - É competente o Foro da Justiça da Comarca de Ascurra (SC), para dirimir as questões decorrentes do presente CONTRATO ou de sua

execução, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, as partes declaram ter lido e conferido o presente instrumento, que firmam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos

Apiúna (SC), 30 de junho de 2020

CONTRATANTE - CIAPS PAULO ROBERTO WEISS Presidente	CONTRATADA - IPM SISTEMAS LTDA ALDO LUIZ MEES Sócio Administrador
CONTRATANTE - CIAPS LEONARDO RAFAEL FRONZA Gestor do Contrato	

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2020

Publicação N° 2544017

Extrato
Dispensa de licitação
PROCESSO: 04/2020

OBJETO: Manutenção mensal de sistema(s) informatizado(s) de gestão, incluindo serviços de garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico.

CONTRATADO: IPM SISTEMAS LTDA (CNPJ nº 01.258.027/0003-03)

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 5.988,00 (Cinco mil, novecentos e oitenta e oito reais)
DATA VIGÊNCIA: 01/07/2020 a 31/12/2020

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005
Apiúna, 25 de junho de 2020
Paulo Roberto Weiss
Prefeito de Rodeio
Presidente do CIAPS

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2020

Publicação N° 2538709

EXTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo: 05/2020

Objeto: presente instrumento consiste na locação de software, com a utilização do sistema via internet e acesso, através de navegador de internet em computadores com sistema operacional Linux ou Windows a telas de entrada e saída de dados, além da administração do banco de dados (conteúdo do banco de dados de propriedade do CIAPS) e assessoramento aos operadores na utilização de telas de entrada e saída de dados, sem limites de quantidade de estações de trabalho para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal De Atenção Psicossocial - CIAPS.

Contratado: Olos Tecnologia LTDA EPP CNPJ nº 85.260.354/0001-28

Valor total do contrato: R\$ 6.199,98 (Seis mil cento e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)

Data vigência: 01/07/2020 a 31/12/2020

Base legal: Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005
Apiúna, 23 de junho de 2020
Paulo Roberto Weiss
Prefeito de Rodeio
Presidente do CIAPS

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2020

Publicação N° 2544215

Extrato
Dispensa de licitação
Dispensa de Licitação nº06/2020

Objeto: Locação de imóvel localizado na Rua Quintino Bocaiúva, 542, centro, Apiúna/SC, CEP 89135-000, com área privativa de 153,78m², para instalação do CIAPS.

Contratado: Marino Rech

Valor total do contrato: R\$ 9.276,12 (nove mil, duzentos e setenta e seis reais e doze centavos)

Data vigência: 01/07/2020 a 31/12/2020

Base legal: Artigo 24, Inciso X da Lei Federal nº 8.666/93.
Apiúna, 26 de junho de 2020.
Paulo Roberto Weiss
Prefeito de Rodeio
Presidente do CIAPS

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2020/005

Publicação Nº 2543414

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2020/005

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, (23/06/2020), às 8h, na sede do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, presente o Sr. Paulo Roberto Weiss, Presidente do CIAPS, compareceu o (a) Sra. Raquel Peyerl - CPF nº 090.152.399.24, que declarou vir, na forma da Cláusula Décima Segunda e do Anexo I do Contrato de Consórcio Público do CIAPS, prestar o compromisso de posse ao emprego público de Psicólogo, salário mensal de R\$ 1.913,47 (Hum mil, novecentos e treze Reais e quarenta e sete centavos), para carga horária semanal regular de vinte (20) horas de serviço, do Quadro de Pessoal do CIAPS.

Apresentou-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao emprego público, no qual foi empossado a partir desta data. Assim sendo, ordenou o Sr. Presidente lavrar o presente Termo de Posse e Compromisso, que lido e achado conforme, vai assinado em duas vias de igual teor e forma.

Apiuna (SC), 23 de junho de 2020.

Paulo Roberto Weiss
Presidente do CIAPS

Raquel Peyerl
Empregada

Republicado por incorreção no texto anterior, edição nº 3179, página 3149, Publicação Nº 2525193.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2020

Publicação Nº 2544016

Termo de ratificação

Dispensa de licitação nº 04/2020

OBJETO: Manutenção mensal de sistema(s) informatizado(s) de gestão, incluindo serviços de garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, RATIFICO os atos do procedimento em favor da empresa IPM SISTEMAS LTDA, CNPJ 01.258.027/0003-03, para a manutenção mensal de sistema(s) informatizado(s) de gestão, incluindo serviços de garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico. E, ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato, bem como a publicação do objeto supramencionado, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Apiúna, 25 de junho de 2020.

Paulo Roberto Weiss
Prefeito de Rodeio
Presidente do CIAPS

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2020

Publicação Nº 2538708

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2020

Objeto: consiste na locação de software, com a utilização do sistema via internet e acesso, através de navegador de internet em computadores com sistema operacional Linux ou Windows a telas de entrada e saída de dados, além da administração do banco de dados (conteúdo do banco de dados de propriedade do CIAPS) e assessoramento aos operadores na utilização de telas de entrada e saída de dados, sem limites de quantidade de estações de trabalho para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal De Atenção Psicossocial - CIAPS. Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, Ratifico os atos do procedimento em favor da empresa Olos Tecnologia LTDA EPP CNPJ nº 85.260.354/0001-28, para prestação de serviços de suporte, manutenção, atualização e licença de uso mensal do software para sistema de apuração e centralização de todo processo e armazenamento de dados relacionados aos prontuários de pacientes do CIAPS. E, ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato, bem como a publicação do objeto supramencionado, para sua eficácia.

Apiúna, 23 de junho de 2020.

Paulo Roberto Weiss
Prefeito de Rodeio
Presidente do CIAPS

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2020

Publicação Nº 2544210

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2020

Objeto: Locação de imóvel localizado na Rua Quintino Bocaiúva, 542, centro, Apiúna/SC, CEP 89135-000, com área privativa de 153,78m², para instalação do CIAPS.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso X da Lei Federal nº 8.666/93, Ratifico os atos do procedimento em favor do locatário Marino Rech, para locação de imóvel que atenda as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS. E, ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato, bem como a publicação do objeto supramencionado, para sua eficácia. Apiúna, 26 de junho de 2020

Paulo Roberto Weiss
Prefeito de Rodeio
Presidente do CIAPS

CIMGEPA**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01 2020**

Publicação Nº 2543342

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC - CIMGEPA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2020

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário de Gestão Pública da AMESC – CIMGEPA, e Prefeito de Turvo Senhor Tiago Zilli, no uso de suas atribuições, na forma da Clausula 28, § 1º, 2º e 3º, dos Estatutos Sociais, convoca os Senhores Prefeitos Municipais, membros da Diretoria do CIMGEPA para a Assembleia Geral Ordinária da Diretoria a realizar-se no dia 24 de junho de 2020 (quarta-feira) às 16 horas, tendo como local a sede da AMESC, sito Av. XV de Novembro, 911, Bairro Centro Cívico, Araranguá – SC, tendo a seguinte ordem do dia:

- a). Deliberar sobre a aplicação dos recursos financeiros liberados pelo Governo do Estado no valor de R\$ 3.768.554,80 do projeto Recuperar - CIMGEPA-AMESC, em conformidade com o que diz o Estatuto Social da entidade e o Projeto Técnico aprovado pelo Estado de Santa Catarina nº 0000021902;
- b). Aprovar com a devida aquiescência do Prefeito Municipal de Turvo, Prefeito Tiago Zilli, a indicação da Comissão Municipal de Licitação do Município de Turvo, para promover as licitações competentes e necessárias, para a agilização do referido projeto, de que trata o item a) desta convocação;
- c). Ratificar ou não a indicação do Senhor Moacir Mario Rovaris (CPF nº 018.360.309.59) para o cargo de Gerente Executivo do Consórcio em conformidade com a cláusula 29, III do Estatuto Social, sem ônus para o Consórcio;
- d). Assuntos Gerais.

Araranguá (SC), 22 de junho de 2020.

Tiago Zilli
Prefeito Municipal, de Turvo
Presidente do CIMGEPA –AMESC